

Texto Crítico do Trabalho Acadêmico

**CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA
QUESTÃO AGRÁRIA:
o debate paradigmático e o conhecimento
geográfico.**

**Volume 1
(Parte 1 e 2)**

Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente, junho de 2013

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes

FICHA CATALOGRÁFICA

F398c	<p>Fernandes, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico / Bernardo Mançano Fernandes. - Presidente Prudente : [s.n], 2013 v.1-2 : il + memorial</p> <p>Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Inclui bibliografia</p> <p>1. Geografia. 2. Debate paradigmático. 3. Questão Agrária. 4. Campesinato. 5. Agronegócio. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.</p>
-------	--

**Dedicatória**

Para

Ana, Tales e Catarina,

Leonor, Eunice e Thais

Minha família.

Toda tese é um ato de separação do convívio familiar.

Persistirei em procurar uma forma de fazer com que o trabalho intelectual não me
separe das pessoas que mais amo.

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



Agradecimentos

Tenho muito a agradecer, especialmente, aos meus orientandos, meus professores e colegas de pesquisa. São pelo menos uma centena de pessoas que estão registradas em minha história de vida. Agradeço a todos que colaboraram para que eu conseguisse realizar esta livre-docência, mas em especial aos colegas que sempre me motivaram, professores Raul Borges Guimarães, Antônio Thomaz Júnior, Maria Encarnação Beltrão Sposito, Eliseu Savério Sposito e João Lima Sant'Anna Neto.

Meus agradecimentos para Cliff Welch, almost brother e companheiro de pesquisa e projetos. Meus sinceros agradecimentos a Jun Borras, Henry Veltmeyer, Harry Vanden, Patryusha Basu, Richard Peet, José Antonio Segrelles, Luis Hoscsman, Virginia Rossi, Luciano Conchero, Carlos Rodrigues, Emir Sader, Armando Bartra, Annette Desmarais, Wilder Robles, Jorge Neff, Hannah Wittmann, Wendy Wolford, Sam Moyo, Paris Yeros, Miguel Carter, Roberto Gonzales, pelas contribuições nos debates, nos eventos e nas publicações.

Aos companheiros da REDE DATALUTA, João Cléps, João Fabrini, Rosa Medeiros, Rosemeire Almeida, Paulo Scarim, Eraldo Ramos e Emilia de Rodat, que nos últimos anos têm sido um dos principais espaços do coletivo de pensamento e de debate paradigmáticos. Aos companheiros do NERA, Eduardo Girardi, Ricardo Pires, Carlos Alberto Feliciano, Janaina Francisca de Souza e Ronaldo Messias, pelo apoio e compartilhamento dos trabalhos. E um agradecimento especial para Lara Dalpiero, Hellen Mesquita e Thais Almeida Fernandes, pelo suporte na elaboração do memorial. Sou muito grato a todas.



Resumo

Nesta tese de livre-docênciia apresento uma reflexão crítica da trajetória de quatorze anos sobre nove temas da questão agrária. Neste tempo, no coletivo de pensamento do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA, produzimos um estilo de pensamento que chamamos de debate paradigmático, o sétimo tema desta tese, para fazer uma leitura do desenvolvimento territorial e suas conflitualidades, que são o quinto tema analiso. O primeiro tema é a própria questão agrária, explicando como velhos e novos elementos modificam a conjuntura sem abalar a estrutura. Um exemplo dessa tese são o latifúndio e o agronegócio analisados como o segundo tema. Outro exemplo estudado no quarto tema, são os conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar, que representam os mesmos sujeitos, mas que são vistos como diferentes pelo paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário. Para um aprofundamento do desenvolvimento territorial, proponho uma tipologia de territórios na perspectiva de superar o pensamento simples de entender o território como espaço de governança. Os movimentos socioespaciais e socioterritoriais são o sexto tema, onde procuro exemplificar com referencias do campo e da cidade. A estrangeirização da terra é o tema mais recente que tenho estudado, de modo que apresento minhas primeiras leituras a respeito deste novo elemento da questão agrária. E por fim, a luta pela terra e pela reforma agrária que são gerados e produtores da questão agrária. Minhas leituras foram construídas com a colaboração de uma equipe de pesquisadores do NERA e de outros grupos de pesquisa no Brasil e no exterior. Embora, este trabalho seja meu, não o teria realizado sem a contribuição de todos.

Palavras-chave: Questão agrária. Desenvolvimento territorial. Campesinato. Agronegócio. Debate paradigmático.

**Abstract**

This thesis for associate professor I present a critical path fourteen years on nine themes of the agrarian question. At this time, the collective thinking of the Center for Studies, Research and Agrarian Reform Projects - NERA produced a style of thinking we call paradigmatic debate, the seventh theme of this thesis, to do a reading of territorial development and its conflictualities that analyze is the fifth theme. The first theme is the actual agrarian question, explaining how old and new elements modify the conjuncture without to change the structure. An example, of this thesis are the landowners and agribusiness analyzed as the second theme. Another example studied in the fourth theme, are the concepts of peasant agriculture and family farming, which represent the same subject, but they are seen as different paradigms for the agrarian question and agrarian capitalism. To the further deepening territorial development, I propose a typology of territories from the perspective of overcoming the simple thought to understand the territory as space governance. The socio-spatial and socio-territorial movements are the sixth issue, which seek to exemplify references the countryside and the city. The foreignization of land or land grabbing is the latest theme I have studied, so I present my first reading about this new element of the agrarian question. And finally, I debate the struggle for land and agrarian reform that are generated and producers of the agrarian question. My readings were built in collaboration with a team of researchers from NERA and other research groups in Brazil and abroad. Although, this is my job, I would not have done without the contribution of all.

Keywords: Agrarian question. Territorial development. Peasantry. Agribusiness. Paradigmatic debate.



LISTA DE SIGLAS

- ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
 ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
 ANMTR – Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais
 ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia
 BNDS Banco Nacional de Desenvolvimento Social
 CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
 CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
 CGU – Consultoria Geral da União
 CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
 CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
 CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CNPCT – Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
 CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 CONSAG – Conselho Nacional do Agronegócio
 CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
 CPT – Comissão Pastoral da Terra
 CUT – Central Única dos Trabalhadores
 DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
 ENERA – Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
 ENG – Encontro Nacional de Geógrafos
 ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária
 ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
 FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura
 FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
 FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
 FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul
 FHC – Fernando Henrique Cardoso
 FLONA – Florestas Nacionais
 FNA – Fórum Nacional de Agricultura
 FUNAI – Fundação Nacional do Índio
 FUNRURAL – Fundo de Assistência Rural



- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA – Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE – Instituto Nacional de Estudos Espaciais
MA – Ministério da Agricultura
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARA – Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC – Ministério da Educação
MIRAD – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OAN – Ouvidoria Agrária Nacional
PA – Projeto de Assentamento Federal
PAE – Projetos Agroextrativistas
PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário
PCB – Partido Comunista do Brasil
PD – Partido Democrático
PDS – Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PE – Projeto de Assentamento Estadual
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação no Campo
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PRORURAL – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PT – Partido dos Trabalhadores
PQA – Paradigma da Questão Agrária
PROALCOOL – Programa Nacional do Álcool
PRODECER – Program of Brazilian and Japanese Cooperation for the Agricultural Development of the Brazilian Cerrado



- RDS – Reservas de Desenvolvimento Sustentável
RIST – Relatórios de Impactos Socioterritoriais
RESEX – Reservas Agroextrativistas
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPA – Sociedade Paulista de Agricultura
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SUPRA – Superintendência da Política Agrária
UASB – Universidad Andina Simón Bolívar
UDR – União Democrática Ruralista
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância



SUMÁRIO

Volume 1

Página	
Agradecimentos	04
Resumo	05
Abstract	06
Lista de siglas	07
Apresentação	12
Parte 1 – Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico	14
Parte 2 – Artigos selecionados	114
1 A questão agrária no limiar do século XXI	116
2 Agronegócio e reforma agrária	140
3 Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro	146
4 Sobre a tipologia de territórios	168
5 Entrando nos territórios do território	190
6 Conflitualidade e desenvolvimento territorial	222
7 Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais	280
8 Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas	298
9 Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária	312
10 Reforma agrária e educação do campo	322

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



Apresentação

O conhecimento é um escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício.

Charles Wright Mills

Este volume está organizado em duas partes. Na primeira parte apresento minhas reflexões sobre minha produção, na maior parte, desde meu doutorado, mas com algumas incursões para períodos anteriores. Selecionei nove dos temas que tenho pesquisado e fiz uma breve reflexão critica sobre cada um, analisando as contribuições, limites e momentos da pesquisa. Fazer esta reflexão foi como uma viagem de volta, em que vemos outro lado da paisagem dos nossos pensamentos. Fiquei satisfeito com este trajeto e avalio que poderia tê-lo feito há alguns anos atrás, mas fui impedido pelo envolvimento com vários projetos de pesquisa, extensão e ensino.

Na segunda parte, apresento dez textos de minha produção relacionados aos temas selecionados na primeira parte. Comparando as duas partes, comprehendo que nosso coletivo de pensamento formado no NERA avançou em seus quinze anos de vida, porque meus textos são frutos desse processo, todavia, estamos longe de consolidar nossos trabalhos, porque os principais conceitos com que trabalhamos ainda não estão formados ou estão em reformulação, indicando que estamos acompanhando o movimento da realidade.

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



PARTE 1

Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



"Quando escrevo, repito o que já vivi"

Guimarães Rosa

Introdução

Esta tese de livre-docência é resultado de trinta anos de trabalho acadêmico em que estudei a questão agrária, o campesinato e o desenvolvimento territorial entre outros temas que destaco nos capítulos deste volume. O ponto de partida é o meu ingresso no curso de graduação em Geografia na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1983. Iniciei minhas pesquisas em Geografia Agrária sob orientação do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira que também me orientou no mestrado e no doutorado e por quem nutro enorme gratidão. Ele me indicou os caminhos da pesquisa em questão agrária, na qual dediquei meus estudos nestas três décadas. Neste tempo, também construí meu caminho, participando da construção de um *estilo de pensamento* (Fleck, 2010), que tem como método o *materialismo dialético* (Marx, 1982; 1989). Com este texto, dedico-me a uma reflexão sobre o trecho percorrido para fazer uma autocritica e outras críticas, no contexto do debate paradigmático, procurando refletir sobre minha história recente, que representa mais da metade de minha vida.

Embora, esteja no trecho há trinta anos, ainda estamos começando, de modo que o que fizemos até 2013 são os primeiros esboços de uma contínua contribuição para o processo de construção do conhecimento, a partir da Ciência Geográfica. Neste ponto, como o leitor observou mudei do “eu” para “nós” porque a construção do conhecimento sempre é coletiva. É feita pelos *coletivos de pensamento* (Fleck, 2010) em que cada pensador tem seu papel essencial. Coloco



me como geógrafo, professor de geografia e militante da questão agrária, do desenvolvimento territorial, atividades que exerço com muito gosto e que me proporcionaram este momento e movimento de reflexão sobre o que fiz, juntamente com diversos colegas e instituições, que podem ser conferidos no volume 2 e em meu memorial. Como escrito no epígrafe acima, estou revivendo minha vida ao escrever esta tese.

Este reviver significou para mim o revigorar de minhas ideias, mas evidente que não estancou as inúmeras dúvidas que posso, e que talvez possam ser superadas pouco-a-pouco no debate paradigmático que acontece no campo do conhecimento, ou seja, na realidade. Quando construímos uma ideia e a manifestamos, propomos um debate e esta ideia embora seja referenciada, já não é mais somente do proposito, pois ou foi incorporada pelos *coletivos de pensamento* ou foi contestada. Quando iniciamos a construção de uma ideia, estamos começando a construir um território imaterial, uma leitura, uma interpretação, que explicita nosso método, nosso referencial teórico, a metodologia utilizada etc. Esta é uma marca de minha trajetória: construir ideias, criar espaços e territórios, cultivar as mudanças da realidade.

Outra marca de minha trajetória é o debate com estudiosos de outras áreas do conhecimento a partir de temas relevantes para a Geografia. Uma de minhas preocupações acadêmicas é com o método geográfico, seu sentido e sua pertinência. Para ser coerente com minha formação em Geografia, sempre me preocupei com uso das categorias geográficas no debate com pensadores de outras ciências. Logo, apresento aqui diálogos: debates e embates de minhas ideias com outras, afim de procurar explicar as realidades que nos propusemos compreender, muitas vezes de modos diferentes, o que explicita as disputas paradigmáticas.



Portanto, as citações referem-se a esta discussão, não farei citações abundantes dos autores que trabalham com o tema, mesmo sabendo que “*a academia gosta muito de citações, quantas vezes ociosas e até mesmo ridículas*”. como afirmou Santos, 2000, p. 11, o fundamental é definir quais as principais referências que representam os *coletivos de pensamento* analisados.

Neste volume, organizei um conjunto de trabalhos que reúne o que julgo ser minhas principais contribuições para a construção de um *estilo de pensamento* sobre a questão agrária ou paradigma da questão agrária, a partir do pensamento geográfico. Os textos, organizados nos capítulos 2 a 11, destaquei de minha trajetória acadêmica, que é – portanto - minha caminhada teórico-política. Este volume também tem como referências os capítulos do volume 2, que são os textos selecionados de minha produção com outros estudiosos. Como afirmei, a partir das proposições conceituais de Fleck, 2010 e Kuhn, 1978, os *coletivos de pensamento* produzem *estilos de pensamento* ou *paradigmas*. Somos indivíduos que constroem conhecimentos em *coletivos de pensamento*. Estes são produzidos e produtores de *estilos de pensamento*, portanto os *paradigmas* são imateriais e se materializam nas práticas dos grupos de pesquisa.

Nos estudos de Geografia Agrária, elegi alguns temas para estudar a questão agrária, tema que tem desafiado muitos intelectuais a compreender suas diferentes conjunturas. O que procuro trabalhar neste texto, através do debate paradigmático, seria como uma elaboração aproximada para mapear os diferentes pensamentos que interpretam a realidade. Estou associando propositadamente, Kuhn, 1978; Fleck, 2010, para construir procedimentos de leituras de pensamentos, utilizando das ideias de *paradigmas*, *coletivo de pensamento* e *estilo de pensamento*, mas não somente como formas de organização do conhecimento,



segundo estes autores propuseram, mas também como *espaços da organização do conhecimento*, como imaterialidade da materialização da existência humana (Lefebvre, 1991) e como a imaterialidade nos sistemas de ações (Santos, 1996), sem nunca pensar em separar o imaterial do material, a forma do conteúdo, a realidade da teoria ou o concreto do abstrato, o sujeito do espaço e estes do território, que produzem e são produzidos, por meio de relações sociais que os determinam e por quem são determinadas, formado pelas “*síntese das múltiplas determinações*” ou “*unidade do diverso*” (Marx, 1989).

Todavia, há diferentes caminhos, formas, espaços e territórios para a leitura das “múltiplas determinações”, porque os intelectuais têm a liberdade de selecionar quais determinações e dimensões da realidade vão priorizar e de qual forma. Estas escolhas provêm de distintos métodos e teorias, que na construção do conhecimento, possibilitam a transformação da realidade que igualmente influenciam os métodos e teorias. É deste modo que comprehendo os *coletivos de pensamento* como *paradigmas* em sua materialidade e *estilos de pensamento* como *paradigmas* em sua imaterialidade. Os coletivos são e formam espaços a partir de suas relações, sistemas de ações e *estilos de pensamentos*, explicitando suas leituras de interpretação das realidades, constituindo assim os territórios imateriais e materiais. Os coletivos são e produzem diferentes paradigmas e o debate entre eles é imprescindível para o desenvolvimento das ciências. Os paradigmas são expressões e representações da materialidade e da imaterialidade, de modo que os grupos de pesquisas e seus pensamentos expressam e representam paradigmas. Pretendo demonstrar que o debate paradigmático permite uma aproximação desta síntese ou unidade de diferentes modos e portanto produz distintas leituras científicas, políticas



e ideologias, esta entendida como pensamento ofensivo, não sendo, portanto, falsa consciência, como afirmou Marx, 1982.

Este é um trabalho para atuar na “batalha das ideias na construção de alternativas” (Anderson, s.d.), que também pode ser chamado de disputas territoriais tanto materiais quanto imateriais, porque a produção do território é a produção dos sujeitos, de suas ideias e objetos, desde uma perspectiva da indissociabilidade dos sistemas de ação e objetos (Santos, 1996). E produzir espaços ou territórios pode significar sua manutenção ou superação. De modo que a construção de alternativas acontece pela produção territorial. Alternativas para a superação numa perspectiva anticapitalista, são aqui pesadas desde uma análise da questão agrária e diversos de seus temas, como o campesinato, o agronegócio, a reforma agrária, a conflitualidade no contexto das disputas territoriais e de modelos de desenvolvimento que alguns movimentos socioterritoriais, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras organizações da Via Campesina vêm realizando. Esta é a alternativa proposta nesta tese: a produção de espaços e territórios no processo de resistência na construção de alternativas ao modelo capitalista hegemônico.

A resistência, a subalternidade e a destruição são as condições do campesinato no capitalismo. Elas podem ocorrer simultaneamente ou em tempos distintos, o que mantém o debate sobre a condição camponesa no sistema capitalista. A inserção do campesinato no capitalismo somente pode acontecer de forma subalterna e o capital o destrói e o recria conforme as conjunturas políticas. Como a conjuntura é formada por múltiplas determinações, não se limitando ao sistema capitalista, o campesinato também se reconstrói através da luta pela terra



(Fernandes, 2000a). Mas a recampenização significa subalternidade ao sistema capitalista, em que pode-se perguntar qual a diferença entre subalternidade formal do camponês e a real do assalariado. Discutiremos esta questão no capítulo referente ao campesinato, mas adiantamos que o território é referência fundamental para compreender a distinção. Estamos defendendo que é desde dos territórios não capitalistas que pode-se construir alternativas na luta anticapitalista, através da territorialização. Evidente que compreendidas as condições do campesinato no capitalismo.

Sader, 2003, denominou de pós-neoliberal o governo Lula que “optou por uma programa de saída do neoliberalismo baseado na aliança do capital produtivo contra o especulativo” (Sader, 2003, p. 185) através do “incentivo à pequena e média empresa, ao mercado interno de consumo popular, à expansão da produção alimentícia, pelo apoio à reforma agrária, para poder avançar no plano social...” (Sader, 2003, p187). Esta condição permitiu que as políticas sociais fossem guiadas pelos critérios da assistência social, como o Bolsa Família. Conforme Sader, argumenta: “O resultado desta política é um híbrido, de difícil caracterização. Nas próprias palavras de Lula, no momento de sua reeleição: ‘Nunca os ricos ganharam tanto, nunca os pobres melhoraram tanto o seu nível de vida’. Qualquer análise unilateral conduz a sérios equívocos, a tal ponto que é mais fácil dizer o que não é o governo Lula, do que aquilo que ele efetivamente é” (Sader, 2009, p.84-5). Como interpreta Sader, 2009, p. 88, “considerar o governo Lula a partir de suas contradições internas permite, ao contrário, distinguir seus elementos positivos e lutar pelo seu fortalecimento e contra seus elementos conservadores”

A proposição de políticas de desenvolvimento também é competência da sociedade organizada, de onde deveriam nascer a maior parte das políticas



públicas. Esta é uma ação importante na disputa do Estado e do governo, na construção de alternativas. Ganhar as eleições não é suficiente, é essencial ter uma postura política propositiva para romper a hegemonia do sistema capitalista. As políticas de distribuição de renda é uma das características dos governos pós-neoliberais. A outra é o enorme investimento do governo nas empresas capitalistas. Estas políticas são referências para explicitar a correlação de forças pela disputa do governo e do Estado. Outra característica desses governos são as políticas públicas para promover o desenvolvimento. Estas são elementos da construção de alternativas, pois uma política pode fortalecer ou enfrentar o sistema hegemônico. É neste campo que vamos debater nas políticas compensatórias e as políticas emancipatórias. Para o campesinato, estes atos têm profunda significação, pois estas políticas podem subordiná-los ou contribuir para a sua emancipação. E esta condição está diretamente relacionada com o desenvolvimento do País.

Nos últimos dez anos, observamos que as políticas governamentais de distribuição de renda promoveram qualidade de vida da população. Para o campesinato, outras políticas públicas também contribuíram com esta melhoria, como por exemplo o Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Em artigo recente, Miranda, 2013, p. A2, destaca o resultado do Bolsa Família no período deste seca (2012/2013). Em suas palavras: “O programa garante alimentação a quase todas as famílias do semiárido nordestino”. O Nordeste é a maior região camponesa do Brasil. Embora empobrecidos, estes camponeses contribuem significativamente para o abastecimento da região. O efeito do Bolsa Família deve ser considerado na articulação com outras políticas como a reforma agrária e o Programa de Aquisição de Alimentos. É o conjunto das políticas que amenizou a seca: “Ao contrário do que



ocorria no passado, não houve ondas de saques, nem deslocamentos de flagelados, nem a organização de frentes de trabalho pelo governo, nem a invasão de cidades ou ataques a armazéns em busca de comida. Não existem campanhas na televisão para arrecadar alimentos para as vítimas da estiagem" (Miranda, 2013, p. A2.).

A construção de políticas emancipatórias promove o desenvolvimento e fortalece a compreensão da luta contra a hegemonia. É uma forma de resistência na luta anticapitalista e um território para avançar na constituição de uma sociedade democrática e menos desigual. Não usarei a expressão "socialismo", porque as referências que temos é de partidos únicos e papel central do Estado nas políticas de desenvolvimento. O papel da sociedade organizada não é o de estar subalterno ao partido ou ao Estado, mas de promover suas instituições, sem ser massa. O protagonismo é condição principal para a superação do sistema capitalista, mas não bastam as mudanças das instituições, será necessário criar uma nova relação social, um novo modo de produção. Os territórios camponeses são espaços importantes neste processo tanto pela sua natureza anticapitalista, quanto por suas possibilidades e perspectivas. Este texto não tem nenhuma outra pretensão que não seja contribuir com debate de modo propositado. Apresento esforços para construir caminhos e territórios para a agricultura camponesa



Questão Agrária

“Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa”
Guimarães Rosa

Nos últimos 15 anos, escrevi diversos artigos, verbetes, capítulos de livros, um pequeno livro sobre a questão agrária e o MST (Fernandes, 2001a) e organizei um livro sobre a Questão Agrária, Campesinato e Agronegócio na América Latina (Fernandes, 2008a). Estes textos, assim como a maior parte de meu trabalho, são resultados da produção de um *coletivo de pensamento* que através das pesquisas realizadas no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), tem contribuído com a construção do estilo de pensamento ou o paradigma da questão agrária (Fernandes, 2008b). O debate sobre esta experiência também aconteceu em diversos eventos científicos, entre os quais destaco: o Encontro Nacional de Geógrafos, o Simpósio Internacional de Geografia Agrária, o Encontro Nacional de Geografia Agrária, o International Congress of the Latin American Studies Association e as reuniões do Grupo de Trabajo en Desarrollo Rural do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Foi tentando acompanhar momentos de diferentes relações sociais em sua produção territorial, no movimento da realidade, através das pesquisas de campo em vários países e no debate com colegas, que elaborei vários textos e selecionei nove que considerei os mais representativos:

Fernandes, Bernardo Mançano. **A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita.** In: Sader, Emir (org). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial: Flacso Brasil, 2013, p. 191-206.



Fernandes, Bernardo Mançano. **Agrarian issues in the Brazilian governments Cardoso and Lula: challenges for agrarian geography.** In: *Law and Social Sciences*. Macau: University of Macau, 2009a, p. 273-290.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Cuestión agraria.** In: *Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe*. Madrid : Akal, 2009b, v.1, p. 52-58.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio.** Reforma Agrária, v.34, p.77 - 94, 2007.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo : Cortez Editora, 2001a.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST mudando a questão Agrária In: D'Incao, Maria Angela (org). **O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização.** São Paulo: editora Cortez, 2001b, p. 237-246.

Fernandes, Bernardo Mançano. **A questão agrária no limiar do século XXI.** Espaço e Geografia, v.04, p.07 - 24, 2001c.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil In: Strozake. Juvelino José (org). **A questão agrária e a justiça.** São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000b, p. 13-83.

Fernandes, Bernardo Mançano. A questão agrária e sua nova configuração socioeconômica, política e territorial In: Egler, Cláudio; Miranda, Mariana; Castro, Iná Elias de (orgs) **Redescobrindo o Brasil: 500 anos depois.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 223-232.

A reflexão que farei envolve a minha produção intelectual, portanto não me limitarei aos textos acima, mas ao conjunto da obra em permanente diálogo com outros pensadores com que comparto o debate paradigmático. Resolvi começar pela Questão Agrária, porque a considero o tema mais amplo de minha tese. Todos os outros derivam dela. Entendo a questão agrária como um problema produzido por um sistema político econômico hegemônico. Portanto, a questão agrária não é somente um problema do capitalismo, mas também dos sistemas que o precederam por subalternizaram e provocaram a destruição do campesinato, como podemos ler



nas obras de Mazoyer e Roudart, 2001; Duby, 1999; Franco, 1997; Chevitarese, 2000, Chonchol, 1994 e Oliveira, 2007, que analisaram diversos temas da história da agricultura, campesinato e questão agrária, desde sociedades escravistas, feudal e capitalista. E também há uma questão agrária no socialismo. Em minhas missões de trabalho e estudos em Cuba (1995, 2006, 2009), observei os problemas agrários gerados pelas empresas estatais que assalariavam os camponeses¹ ou da medida do governo em limitar a área e o número de assalariados permanentes e temporários que um camponês poderia ter, exatamente, para evitar que virasse um capitalista. De modo que o campesinato também carrega em si a essência da questão agrária, que significa sua sujeição e sua destruição quando ele se relaciona com um sistema político econômico hegemônico. Ele pode ser subjugado e destruído pelo sistema, tornando-se um assalariado, ou pode renunciar a condição camponesa e converter – se em outra classe, tornando-se um capitalista.

A existência do campesinato é, portanto, um dos principais temas da questão agrária atual. Na nossa sociedade, a palavra “atual” seria mais que um adjetivo e até poderíamos falar da “questão-agrária-atual²”, para explicitar o movimento das conjunturas determinadas pelas circunstâncias produzidas pelas relações sociais, que as atualizam constantemente sem superar o problema. De modo que o velho sem morrer, torna-se o novo sem nascer. É a continuidade do mesmo de forma diferente, contemporânea. Logo, o capitalismo supera suas crises, reproduzindo-se por meio da modernização conservadora. A expansão do modo

¹ Nesta pesquisa, lembrei-me de Engels, 1981, p. 63, quando escreveu que o camponês como “futuro proletário deveria dar ouvidos à propaganda socialista”. Se entendemos a resistência do campesinato contra o assalariamento, esta é contra o assalariamento capitalista ou socialista.

² Utilizando o mesmo recurso que Ricardo Antunes usou para falar da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2003, p. 104).



capitalista de produção em todos os setores, proporcionou ao mesmo criar sistemas e agregá-los em um complexo que usa novas e velhas formas de exploração, em todas suas intensidades. Assim nasceu o agronegócio, através da reunião dos sistemas agrários, industriais, mercantis, financeiros, tecnológicos e ideológicos. Evidente que as ações do agronegócio diferem das ações dos coronéis do século XIX e XX, mas quando se trata da questão agrária, elas são similares, porque a exploração e a expropriação são propriedades do capitalismo em todas as suas fases. O campesinato também é atual e carrega em si todas as marcas do passado, sendo que suas estruturas se reproduzem no presente como o trabalho familiar e associativo e seus costumes, em especial: suas lutas. As camponesas e camponeses do MST e de Canudos praticaram e praticam lutas de re-existências para serem e sendo o que sempre foram: camponeses, sem permanecer os mesmos. Capitalismo e campesinato se renovam e se enfrentam: são duas classes produtoras de territórios a partir de distintas relações sociais. Surgem novos conceitos, como agronegócio e agricultura familiar, mas as estruturas permanecem mudando as conjunturas. Estas estruturas em movimentos nos ensinam que as múltiplas determinações não estão definidas: elas são resultados das ações que causam suas próprias transformações.

Nos anos 2000, na Universidade Federal de Goiás, apresentei minhas primeiras reflexões sobre a questão agrária, em uma mesa redonda do XV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Este trabalho foi publicado como “A questão agrária no limiar do século XXI” (Fernandes, 2001c), onde apresentei minha compreensão sobre o tema que tem nos tem desafiado. Neste texto eu afirmo que:



“A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade”.

Foi partir deste texto, que comecei a elaborar a ideia de movimento da questão agrária pelas conjunturas político-econômicas gerando novos problemas sem eliminar o principal que está em sua essência: a desigualdade socioterritorial acompanhada fortemente da expropriação. As conjunturas mudam a questão agrária, criando novos desafios para os movimentos camponeses e para o agronegócio.

Exemplos dessas mudanças agrárias estão presentes na coleção de nove livros sobre a História Social do Campesinato, publicados pela Editora da UNESP em 2008, organizada por diversos professores, atendendo a uma demanda do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e na coleção de oito livros sobre a Questão Agrária, publicados pela Editora Expressão Popular, que começou a ser organizada por João Pedro Stedile, na década de 1990 e também no recente livro de Henry Bernstein, publicado em português (Bernstein, 2012). Dessas mudanças surgem novos elementos com a permanência dos antigos elementos sem que sejam mais os mesmos, porque foram transformados pelo novo. O latifúndio e a reforma agrária são exemplos de permanência e atualidade. Mas são diferentes do que foram nas décadas de 1950 ou 1980. Destacamos a formação de um novo elemento, o agronegócio, que modificou ambos. Consolidado nos EUA no final dos anos 1940, o agronegócio está organizado em um complexo de sistemas que



reúnem vários setores produtivos (Davis e Goldberg, 1957). Esta forma de organização do capital, que através da produção de commodities, ampliou sua capacidade produtiva, necessitando cada vez de mais terras, territorializando-se, ocupando os latifúndios e afetando a reforma agrária. Esta ampliação da capacidade está relacionada também com a expansão da produção de agrocombustíveis (Fernandes, Welch e Gonçalves, 2010) que gerou crises alimentares (Oliveira, 2008) em escala global (Bello, 2008), o que provocou o aumento da intensidade da estrangeirização da terra (Fernandes, 2011).

As políticas neoliberais de ajuste estrutural impactaram a questão agrária de forma mais intensa no hemisfério sul. O movimento de capitais excedentes para países com escassez aumentou com a criação de instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que contribuíram para aumentar o poder das corporações com a minimização do Estado. A movimentação de capitais colaboraram para a consolidação do complexo de sistemas agronegócio, tornando-o o modelo hegemônico, de modo que nem mesmo os governos pós-neoliberais têm realizado alguma política que tenha efeito para impedir a intensa territorialização do agronegócio. O processo de estrangeirização da terra é um dos resultados dessa intensificação. Há séculos que a questão agrária dos países do hemisfério norte tem sido exportada para os países do hemisfério sul por meio do modelo expropriador-monocultor-agroexportador, denominado de “platantions”. Na última década, também a China, Coréia do Sul e países árabes também utilizaram este modelo na compra e arrendamento de terras na América Latina e África para produção de alimentos e agrocombustíveis. Para uma leitura territorial, nos cabe analisar como esse processo gerou disputas entre agronegócio e campesinato para garantirem os espaços necessários de suas reproduções. A permanência dos territórios



camponeses é uma possibilidade para territorialização do capital, da mesma forma que os territórios capitalistas é uma possibilidade para a territorialização do campesinato.

Denominamos o agronegócio como complexo de sistemas, cuja formação vem acontecendo durante as diversas fases do capitalismo. O capital articulou os sistemas de modo a ampliar o processo de acumulação capitalista. Esta é mais uma razão para compreendermos que as ações do latifúndio e do agronegócio se complementam no processo de acumulação territorial. Através da produção de commodities agrícolas e minerais - também chamado de agrohidronegócio - este complexo acumula com base na exploração de recursos naturais, ocupando o centro das disputas territoriais e de classe neste século XXI (Thomaz Júnior, 2010). A hegemonia deste complexo mantém as formas clássicas ao mesmo tempo que aprimorou a subalternidade. A concentração da terra é mantida pela territorialização do capital e a concentração do mercado pela renda da terra e a renda capitalizada da terra. O processo de produção de mercadorias no capitalismo se utiliza de relações não capitalistas que são subalternizadas através da realização da renda capitalizada. A mais-valia e a renda capitalizada da terra são duas formas de subordinação do trabalho ao capital, pela relação capital-trabalho por meio do assalariamento e pela relação capital-campesinato, pelo monopólio do território camponês pelo capital (Oliveira, 1991), que é uma forma de territorialidade capitalista no território camponês (Fernandes, 2013).

Entramos o século XXI com a questão agrária ainda mais acirrada, propagando sua essência de desigualdade, dominação por subalternidade, expropriação e resistência. O nascimento da Via Campesina, no começo da década de 1990, articulou movimentos camponeses de vários países, espacializando a



resistência camponesa, defendendo a soberania alimentar como uma de suas principais bandeiras, que explicita a disputa por modelos de desenvolvimento, distinguindo a produção local e regional, em parte agroecológica e orgânica da produção global de commodities predominantemente com agrotóxicos e em crescente uso de transgênicos. A questão agrária deste século deverá ter como elemento de destaque a soberania alimentar, ou seja além da terra, a comida e a qualidade dos alimentos reforça os elementos dos problemas agrários. Um belo exemplo desse tema é o livro “O dilema do onívoro” (Pollan, 2007). Estudos da FAO têm demonstrado que o crescimento econômico com a expansão das commodities não é suficiente para acabar com a fome e com a má nutrição (FAO, 2012). É grande a probabilidade da comida estar no centro da questão agrária, assim como as disputas territoriais e o papel da agricultura camponesa para contribuir com a minimização deste problema. Para contribuir com a compreensão da questão agrária, analisamos a seguir alguns dos temas selecionados que trabalhamos procurando aprofundar esta reflexão.

Latifúndio e agronegócio

“O senhor ache e não ache. Tudo é e não é ...”

Guimarães Rosa

Iniciei uma contribuição à compreensão deste processo, ao defender o estudo da relação latifúndio e agronegócio, procurando analisar seus desdobramentos no campesinato e na reforma agrária, através dos artigos selecionados e indicados a seguir:



Fernandes, Bernardo Mançano. **O nome novo é agribusiness.** Reportagem. São Paulo, p.45 - 47, 2004a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária** In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004b.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Compreendendo a conflitualidade entre o agronegócio e os movimentos camponeses no Brasil** - Latin American Studies Association - LASA, Puerto Rico: 2006a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado e agrogenocidio.** Asunción: Revista Acción, p.36 - 39, 2008

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch, Cliff. Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil In: **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 45-70.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agronegocio** In: Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, 2009e, v.1, p. 60-62.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes Bernardo Mançano. **Campesinato, agronegócio e latifúndio: territórios da questão agrária e a fronteira agropecuária brasileira** In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Rio de Janeiro: 2006.

Nestes artigos procurei analisar como o agronegócio tornou-se um dos elementos mais ofensivos da questão agrária, mudando as características relativas ao uso do território do latifúndio, ampliando sua hegemonia e a exclusão do campesinato. Além desses trabalhos, tenho orientado dissertações, teses e realizado pesquisas nas Américas e em Moçambique em que a disputa territorial entre agronegócio e campesinato é o tema principal. Neste ponto é necessário comentar que não faço a simples associação do agronegócio como uma forma de organização dos setores econômicos, como fazem Pinazza e Araújo, 1993, porque estes não podem ser separados da classe e do sistema que o criou. A história da



agricultura capitalista mostra que a constituição do agronegócio foi um processo secular. A formação do complexo de sistemas foi possível a longo prazo pela acumulação de capital e de tecnologia pelos capitalistas, bem como com a concepção do paradigma do capitalismo agrário. Este processo fortificou as relações capitalistas, abastecendo as corporações que intensificaram tanto a disputa territorial quanto ideológica. Esta condição intensificou a territorialização e a territorialidade do agronegócio, aumentando sua agressividade com as relações camponesas, atacando suas identidades e suas territorialidades, subordinando ainda mais seus territórios.

Nas linhas anteriores discutimos o latifúndio e o agronegócio, fazendo duas considerações: suas relações se complementam e ambos impactam o campesinato por meio da expropriação e criando obstáculos à reforma agrária, questão que analisaremos na última parte deste capítulo. A maior parte dos estudos que analisam as relações entre latifúndio e agronegócio é derivada da tendência campesinista do paradigma da questão agrária. Todavia, predomina o entendimento linear de que por serem distintos, em que um representaria o atraso e o outro o moderno, a comparação não seria factível. Este pensamento possui esta linearidade porque sua intenção é ver uma relação unidimensional entre latifúndio e agronegócio e não suas contradições. Esta é uma característica do paradigma do capitalismo agrário. Lembro de ter iniciado este debate há dez anos (Fernandes, 2004a) e, à época, sou muito estranho para vários colegas que me questionaram em vários eventos, afirmando que eu estaria forçando a relação e suas contradições. Revendo meus textos, vejo que minhas primeiras ideias ainda não deixavam claro o que meus artigos mais recentes têm procurado analisar: que o agronegócio tem suas bases na



produção monocultora para exportação; que a territorialidade do agronegócio no latifúndio não o elimina, apenas disfarça suas relações; que com isto o agronegócio impôs novos elementos para a questão agrária. O latifúndio, compreendido como relação social controladora de imensas frações do território, representa a maior parte da base territorial do complexo de sistemas do agronegócio. Antes da formação deste complexo de sistemas, o latifúndio administrava a produção de commodities como fornecedor para a indústria e foi denominado de complexo rural (Graziano da Silva, 1996. Contratava o trabalho assalariado e ou arrendava terras aos camponeses para a produção monocultora ou de culturas diversas.

O caráter latifundiário é permanente e está explicitado no controle territorial determinado pela concentração da terra. Todavia, em sua formação, o complexo articulou os sistemas agrícola, industrial e comercial que se utilizou da verticalização da produção, por causa do uso intensivo de tecnologias e de grande investimentos, de modo que o latifúndio, embora continue sendo base territorial por concentrar o recurso terra, o processo produtivo é controlado pelo agronegócio. Depois de Davis e Goldberg, 1957, que criaram o conceito de *agribusiness*, tornando-se uma obra de referência do paradigma do capitalismo agrário, surgiu em 1980, o primeiro trabalho crítico elaborado a partir do paradigma da questão agrária, escrito por Roger Burbach e Patricia Flynn, com o título “*Agribusiness in the Americas*” (Burbach e Flynn, 1980). Quando analisamos estas duas obras, observamos que a preocupação de Davis e Goldberg era compreender a natureza do agronegócio, a partir da revolução tecnológica na indústria e na agropecuária e sua imensa estrutura organizacional em formação, pensando inclusive suas potencialidades futuras, sem mencionar os possíveis impactos no campo, porque



sua base teórica e método de análise eram baseados somente na lógica do modo capitalista de produção.

Por outro lado, duas décadas depois, a preocupação de Burbach e Flynn foi compreender os impactos do agronegócio no campo com a territorialização das corporações apropriando-se de grandes extensões de terras, expropriando e proletarizando o campesinato e povos indígenas na América Latina, ampliando as mal denominadas “repúblicas das bananas”. Em 2006, ministrando na graduação a disciplina Geografia Agrária no Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia, propus aos alunos um atividade de pesquisa via internet para observar o comportamento da Del Monte e da Cargill, entre outras corporações no período entre o estudo de Burbach e Flynn e o ano da disciplina. Esta breve atividade foi reveladora para compreender as mudanças das empresas ampliando-se através de conexões com outras empresas em diversos setores da economia. Neste mesmo ano, participei de uma mesa redonda com Roger Burbach e Cliff Welch no encontro do Latin American Studies Association, em Puerto Rico, onde apresentei minhas análises sobre a conflitualidade entre movimentos camponeses e agronegócio.

O livro de Burbach e Flynn foi traduzido para o português em 1982 com o título “Agroindústria nas Américas”. Nesta época ainda não existia a tradução de *agribusiness* para agronegócio, porque no Brasil este complexo de sistemas ainda estava em formação. O livro “A nova dinâmica da agricultura brasileira” foi uma das principais referencias nacionais sobre os complexos agroindustriais e outros complexos (Graziano da Silva, 1996). Partindo do complexo rural (sistemas agrícola e pecuário) com o uso intensivo do assalariamento e outras formas de exploração do trabalho, o autor destaca o processo de industrialização da agricultura e a urbanização brasileira. Desde sua criação em 1957, a ampliação do processo de



formação do complexo de sistemas em todo mundo fez com que o conceito de agronegócio fosse utilizado mais amplamente, denominando tanto o processo quanto as corporações e suas instituições representativas. No Brasil, em 1993, foi fundada a Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG. Uma referência da articulação de sistemas na direção da formação de um complexo é o livro “O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo á organização “em rede”” (aspas no original) (Mazzali, 2000). O autor afirma que o conceito de complexo agroindustrial perdeu seu poder explicativo com sua ampliação para uma “rede”. A ideia de rede de sistemas é adequada quando nos referimos às diversas empresas de cada um dos sistemas que se organizam em rede para compor o agronegócio, que pode ser partes de uma corporação ou de várias corporações. Preferimos utilizar a ideia de complexo de sistemas, que - em nosso entendimento - explicita melhor a trama das corporações e tem como referencial sua expansão desde os complexos agroindustriais.

Este processo foi articulado pelas relações de reprodução ampliada do capital – por meio da exploração do trabalho – que permite ultrapassar os limites do tempo e do espaço, fazendo com que possa se explorar extensas áreas quase que ininterruptamente. Evidente que este modelo de desenvolvimento não serve para o campesinato, mesmo que esta população amplie sua prática de auto exploração ao limite do insuportável. Nem mesmo nos sistemas socialistas, as grandes experiências coletivas conseguiram tamanho e número das grandes corporações do agronegócio. Em sua formação esse complexo investiu muito no sistema tecnológico que estendeu seu poder, fortalecendo a condição de manutenção de sua hegemonia. Em Fernandes e Welch, 2008, p. 48-49 apresentamos pela primeira vez nossa noção de agronegócio. Desde então, ampliei o conteúdo do conceito como



complexo de sistemas agrários, industriais, mercantis, financeiros, tecnológicos e ideológicos. Um exemplo deste último sistema é o movimento Sou Agro como estratégia de manutenção da hegemonia do agronegócio (Bruno, s.d.). Estas são referencias que reunimos para conceituar o agronegócio nestes 10 anos de pesquisa, procurando contribuir com o estilo de pensamento do paradigma da questão agrária.

A relação concentração da terra, produção, tecnologia e mercado tem gerado a barbárie e a modernidade (Oliveira, 2003). Aproximou latifúndio e agronegócio, fortalecendo o capitalismo e colocou em questão o argumento da função social da terra. A formação do complexo e o fluxo de capitais têm imobilizado terras e território por meio de grilagem, arrendamento e compra. Na tabela 1, pode-se observar que entre os anos 1992 - 2011, a área total das propriedades rurais brasileiras quase que dobrou, passando de 310 para 590 milhões de hectares. Com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, organizados no relatório DATALUTA, pode-se observar que as área das propriedades de menos de 200 hectares passou de 82 para 148 milhões de hectares, enquanto as médias e grandes passaram de 228 para 442 milhões, sendo que as pequenas tiveram aumento relativo de 80% e as médias e grandes de 94% (DATALUTA, 2012). Estes dados são uma referência para compreender como o agronegócio se utiliza da concentração territorial para garantir sua expansão, ao mesmo tempo que o campesinato também se expande, por meio da luta pela terra e da reforma agrária.



**Tabela 1 - Brasil - Mudanças da estrutura fundiária por classes de área
1992, 2003 e 2011**

Classes de Áreas (em ha)	1992		2003		2011	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL	2.924.204	310.030.752,20	4.290.531	418.483.332,30	5.356.425	590.716.875,33
Menos de 1	47.034	24.483,10	81.995	43.409,10	113.160	57.066,67
1 a menos de 2	88.408	120.422,40	141.481	191.005,50	165.560	224.511,20
2 a menos de 5	343.539	1.168.374,60	559.841	1.874.158,80	734.298	2.465.145,60
5 a menos de 10	428.783	3.116.262,60	626.480	4.530.025,20	805.588	5.821.439,70
10 a menos de 25	804.376	13.081.255,30	1.109.841	18.034.512,20	1.358.537	22.022.892,37
25 a menos de 50	477.439	16.679.065,90	693.217	24.266.354,60	838.694	29.435.561,05
50 a menos de 100	319.256	22.205.515,70	485.956	33.481.543,20	595.961	41.306.259,46
100 a menos de 200	191.539	26.032.300,20	272.444	36.516.857,80	342.041	46.171.314,37
200 a menos de 500	133.506	41.147.556,90	181.919	56.037.443,20	237.231	73.317.570,54
500 a menos de 1.000	48.873	33.812.939,40	68.972	47.807.934,80	85.218	59.287.289,60
1.000 a menos de 2.000	22.374	30.767.926,40	35.281	48.711.363,10	40.454	55.876.890,16
2.000 a menos de 5.000	13.982	41.222.330,50	26.341	77.612.461,90	31.566	92.893.149,58
5.000 a menos de 10.000	3.190	22.414.364,90	5.780	41.777.204,40	6.099	43.730.865,46
10.000 a menos de 20.000	1.187	16.269.632,00	635	8.600.834,20	1.067	14.650.668,60
20.000 a menos de 50.000	537	15.610.841,20	294	8.502.361,60	608	18.008.767,32
50.000 a menos de 100.000	113	7.604.137,20	32	2.181.546,40	135	9.513.092,82
100.000 e mais	68	18.753.343,90	22	8.314.316,30	208	75.934.390,83

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2012. www.fct.unesp.br/nera

Com esta reflexão, baseada nos artigos citados que são frutos de trabalhos de campo e debate em vários eventos, procuramos afirmar que a questão agrária mudou com a postura ofensiva do agronegócio, obrigando-nos a pensar sobre o futuro do campesinato e da reforma agrária, o que faremos a seguir.



Agricultura camponesa e agricultura familiar

“Sertão é isto: o senhor empurra para trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera.”

Guimarães Rosa

Foi na conjuntura neoliberal dos anos 1990 que surgiu, no Brasil, o conceito de agricultura familiar como moderno em oposição ao conceito de camponês como atrasado como pode ser analisado nas obras de Abramovay, 1992; Lamarche, 1993; Lamarche 1998. Esta é uma das fortes expressões do debate paradigmático por refletir a leitura sobre o sujeito, redefinindo categorias de análise. Depois da controvertida morte física do campesinato pela vertente proletarista nos estudos do paradigma da questão agrária, surgiu a vertente da agricultura familiar no estudos do paradigma do capitalismo agrário com a morte ideológica do camponês. O surgimento do conceito de agricultura familiar impactou a realidade de forma ostensiva, criando políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF) e um movimento socioterritorial nacional: Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Outros dois fatos que corroboram a ofensiva deste conceito são: 1) a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu “as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais”, e 2) o Censo Agropecuário 2006 que, pela primeira vez, publicou uma edição especial destacando a produção a agricultura familiar brasileira em relação a produção não familiar (agronegócio). Mas esta separação da produção não significou um entendimento das diferenças das relações sociais familiares (não capitalista) e capitalista. Para os



coletivos de pensamento do paradigma do capitalismo agrário, a agricultura familiar é parte do agronegócio.

A dicotomia entre o conceito de agricultura familiar como moderno ao conceito de camponês como atrasado ainda é muito forte no imaginário acadêmico e social. Quantas vezes ouvi em eventos científicos que o conceito de camponês estava ultrapassado e que o conceito de agricultura familiar era o mais adequado. Muitos faziam e fazem esta afirmação apenas porque leu alguma referencia do paradigma do capitalismo agrário, mas sem se perguntar qual a razão dessas ideias. Com o objetivo de superar esta dicotomia, começamos a trabalhar sobre este tema na segunda metade da década de 1990 e os resultados primários de nossas primeiras reflexões a partir dos debates realizados no colóquios do NERA foram apresentados no Encontro Nacional de Geografia Agrária de Goiânia em 2000 e publicados em Fernandes, 2001c. Desde então, temos estudado este tema e a seguir apresentamos alguns artigos, onde eles comparecem:

Fernandes, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Felício, Munir Jorge. Fernandes, Bernardo Mançano. **A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar** In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde, 2007, Londrina. CD ROM do evento. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agricultura familiar e agricultura camponesa** In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. CD do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro** In: XVI Encontro Nacional de Geografia



Agrária, 2002, Petrolina - PE. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002b. v.1. p.61 – 71

Fernandes, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo : Cortez Editora, 2001a.

O pensamento que separa o campesinato da agricultura familiar ignora as lutas camponesas de resistência ao capital e defendem a “integração” da agricultura familiar ao agronegócio. Não se encontra escritos da tendência da agricultura familiar no paradigma do capitalismo agrário nenhum estudo sobre a resistência camponesa, nem mesmo quando estes se referem ao campesinato, pois a destruição do campesinato ou sua metamorfose em agricultor familiar é compreendida como única possibilidade. Neste paradigma, há duas tendências: uma que estuda a agricultura familiar e outra que se concentra nos estudos do agronegócio. Por exemplo: para a tendência da agricultura familiar há estudos como de Schneider, 1999 sobre a pluriatividade no processo de industrialização, em que o conceito de agricultura familiar é central, e o estudo de Graziano da Silva, 1999, sobre a diferenciação econômica a partir do uso de tecnologias, que utiliza tanto o conceito de agricultura familiar quanto o conceito de campesinato. Para a tendência do agronegócio, o estudo organizado por Campos e Navarro, 2013 é elucidativo, pois não aceitam o conceito de camponês e tampouco o de agricultura familiar, utilizando o termo pequena produção e questionando o seu futuro.

O conceito de agricultura familiar no Brasil surgiu na mesma época que nasceu a Via Campesina e os movimentos camponeses que se articularam na Via, como o MST, MPA e MAB não adotaram o conceito de agricultura familiar em seus documentos, enquanto que outros movimentos camponeses como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a FETRAF o adotaram.



Outras organizações passaram a utilizar o termo agricultura familiar camponesa, como a Comissão Pastoral da Terra. Martins, 1981, p. 21 e 22, no clássico “Os camponeses e a política no Brasil” afirma que a palavra campesinato é “importação política”, dá exemplos de denominações próprias como caipira, caiçara, caboclo entre outros para concluir que camponês e latifundiário não são meras palavras e que explicitam confrontos entre classes sociais. Vinte anos depois, Martins, 2000, p. 45, escreveu que quando se refere ao campesinato está pensando no agricultor familiar. Também em Martins, 1981, p. 117, o autor afirma que “já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”. Todavia, em Martins, 2000 ou em suas obras mais recentes, esta leitura não comparece. Estas mudanças podem ser melhor compreendidas na faixa de sobreposição do debate paradigmático, em que a tendência agricultura familiar do paradigma do capitalismo agrário e a tendência campesinista do paradigma da questão agrária se encontram. Na parte sobre o debate paradigmático, apresentamos uma figura que ilustra este ponto de encontro das tendências e dos paradigmas.

Campesinato e agricultura familiar são um mesmo sujeito compreendido por diferentes conceitos, tendências e paradigmas, representados pelas leituras que se fazem da agricultura não capitalista e suas relações com a agricultura capitalista. A importância desta discussão pode ser destacada no debate promovido pelo Movimento dos Pequenos Agricultores com vários intelectuais do paradigma da questão agrária, que resultou no livro *O campesinato no século XXI* (Carvalho, 2005). Este trabalho foi ampliado com a elaboração do projeto *História Social do Campesinato*, numa atividade conjunta com a Via Campesina, que resultou em uma coleção de nove volumes, coordenada por Horácio Martins de



Carvalho, Márcia Motta e Paulo Zarth. Esta coleção procurou recuperar a memória da história camponesa, num momento em que se tentou aniquilar o conceito. Na apresentação do primeiro volume há uma ampla reflexão sobre como os estudiosos entendem o campesinato e é um excelente exemplo para o debate paradigmático. Esta discussão não é exclusiva do Brasil, há outros esforços sobre a conceitualização e reconceitualização de campesinato, como o livro “Defining Peasants” (Shanin, 1990) e Reconceptualizing the Peasantry (Kearney, 1996). Também, pode-se encontrar vários estudos sobre o campesinato no mundo no Journal of Peasant Studies e até mesmo na América Latina, em que políticas governamentais utilizam cada vez mais o conceito de agricultura familiar, colocando o conceito de campesino em segundo plano.

A discussão sobre estes conceitos tem um papel importante no debate paradigmático porque reflete sobre as possibilidades de existência do campesinato, traz à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições sobre o modelo de desenvolvimento que defendem. Este tema está associado ao debate sobre desenvolvimento territorial e conflitualidades, onde se pensa quais os caminhos do campesinato na hegemonia do agronegócio. A agricultura familiar é vista como parte dos sistemas agrícola e pecuário do complexo de sistemas, onde sua relação sempre é subordinada, embora seja chamada de integração. A questão que o debate coloca é: a agricultura camponesa pode se desenvolver na luta contra o capital, a partir de seu próprio modelo de desenvolvimento, aprimorar seu conjunto de sistema a partir de sua lógica produtiva ou somente de forma subordinada ao capital. Evidente que se a condição de enfrentamento for ampliada, as relações de subalternidade ainda continuarão e por esta razão o conceito de conflitualidade é importante para entender as disputas



territoriais e por modelos de desenvolvimento. A produção de alimentos e de agroenergia não pode ser monopólio do agronegócio. O direito à comida e o direito de produzir alimentos está entre as principais lutas contra a hegemonia do agronegócio.

Superar a dicotomia entre agricultura camponesa e agricultor familiar é fundamental para a compreensão da luta camponesa contra o capital, afinal, em toda sua existência, o camponês que sempre foi agricultor familiar. O sentido da dicotomia é de enfraquecimento político na luta de classes.

Tipologia de territórios

“Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende.”

Guimarães Rosa

Como salientamos, as mudanças agrárias debatidas por diferentes paradigmas ou estilos de pensamentos, constroem leituras distintas sobre o desenvolvimento territorial do campo. É neste contexto, que o conceito de território passou a ser muito utilizado nos estudos sobre “desenvolvimento territorial” em regiões camponesas e indígenas, que visavam e visam a adequação das comunidades às políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo. Os primeiros textos escritos sobre este processo, utilizaram o conceito de território apenas como área a ser modernizada de acordo com os parâmetros do capital (Schejtman e Berdegué, 2003), criando as condições necessárias para a territorialização do agronegócio, para subalternizar e expropriar territórios camponeses e indígenas. Da mesma forma, os movimentos socioterritoriais se apropriaram do conceito de território para



resistir a expropriação (Fernandes, 2009c). Na IV Conferência Internacional da Via Campesina, em 2004, realizada em Indaiatuba - SP, entrevistei lideranças de movimentos camponeses de diversos países sobre os significados de terra e território e pude compreender mais sobre o uso capitalista do território e o uso camponês do território.

De 2005 a 2010, coordenando o grupo de trabalho Desenvolvimento Rural da CLACSO, viajei para quase todos os países América Latina, participando de reuniões científicas, ministrando aulas e realizando visitas de campo, conhecendo a multidimensionalidade e a multiterritorialidade dos territórios camponeses e indígenas, através de suas lutas contra as corporações transnacionais. Também nos anos 2004 a 2007, assorei a Pastoral de la Tierra Interdiocesana – PTI, para implantar o banco de dados de luta pela terra na Guatemala, dando continuidade ao trabalho realizado no Brasil com a Comissão Pastoral da Terra. Durante estes anos, visitei dezenas de comunidades camponesas e indígenas atingidas pelo avanço de commodities minerais e agrícolas, com predominância da banana. Estas experiências e a literatura produzida sobre terra e território motivaram-se a escrever sobre a ideia de tipologia de territórios. No ano de 2008, quando fiz meu pós-doutorado na Universidade do Sul da Flórida, realizando um estudo comparativo sobre a produção de laranja em São Paulo e Flórida (Fernandes e Welch, 2008), produzi meu primeiro artigo sobre a tipologia de territórios (Fernandes, 2009d).

Estas realidades exigiram uma reflexão sobre as diversas concepções de território na Ciência Geográfica e que há de comum na sua significação. Essas foram as referencias que utilizei para escrever sobre o tema e elaborei artigos e capítulos de livros como indicado a seguir:



Fernandes, Bernardo Mançano. Território camponês In: **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012a, v.1, p. 744-748.

Fernandes, Bernardo Mançano. Assentamentos como territórios In: Lourenção, Mirian (org.). **Assentamentos rurais e cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011a, p. 177-186.

Fernandes, Bernardo Mançano. Acerca de la tipología de los territorios In: **Defensa comunitaria del territorio en la zona central de México: enfoques teóricos y análisis de experiencias**. Coyoacan: Juan Pablos, 2010, v.1, p. 57-76.

Fernandes, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios In: Saquet, Marco. Sposito, Eliseu (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009d

Fernandes, Bernardo Mançano. Territorio, teoría y política In: Ferro Medina, Juan Guillermo; Lozano Velásquez, Fabio (orgs.) **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009c, p. 35-66.

Fernandes, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território In: Paulino, Eliane Tomiasi. Fabrini, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008d, p. 273-302.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio**. Reforma Agrária, v.34, p.77 - 94, 2007.

Fernandes, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Pronera, 2006b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Território. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005a, p.35 - 45.

Fernandes, Bernardo Mançano. **La creación de una base de datos de conflictos del campo guatemalteco**. Hacia donde vamos: conflitividad agraria e laboral. , v.1, p.21 - 24, 2005b.



Iniciei minha reflexões teóricas sobre o conceito de território, tomando como referências os trabalhos de Oliveira, 1991 e 1999, compreendendo-o como totalidade, como síntese contraditória. A partir de Lefebvre, 1991, Raffestin, 1993, e Santos, 1996 analisei tanto as diferenças e relações entre espaço e território e suas multidimensionalidades. Além de Haesbaert, 2004, os textos de Souza, 1995 e 2006, Saquet, 2007 e foram referências para compreender as articulações e as multidimensionalidades dos diferentes tipos de territórios. Com Gottmann, 1973, pude reler o processo de colonização pelos impérios no século XIX e sua leitura sobre a importância do território neste contexto com destaque para a questão da soberania. Todavia, o autor também se propôs compreender o território como espaços de governança, o que não era suficiente para minhas análises, pois a escala das disputas territoriais que eu analisava estava inserida nos territórios das nações. Era evidente que os territórios das nações estavam em disputa, mas esta compreensão era insuficiente para entender as disputas territoriais entre campesinato e agronegócio. As escalas territoriais das disputas foram minha principal preocupação para superar a ideia de espaço de governança que domina a maior parte das concepções de território na geografia e fora dela.

Para construir uma compreensão das escalas das disputas, utilizei como ponto de partida a ideia de frações do território de Oliveira, 1991, para analisar o processo de monopolização do território camponês pelo agronegócio e a territorialização do capital. Outro autor que contribuiu para esta ideia foi Delaney, 2005, onde encontrei uma discussão sobre território e propriedade e recentemente em Paulino e Almeida, 2010 e Elden, 2010 as discussões sobre terra e território. Há três elementos essenciais dessas discussões sobre terra, território e propriedade: a síntese contraditória, a multidimensionalidade e a multiescalaridade. Quero lembrar



que nos trabalhos de Haesbaert, 2004 e Saquet, 2007 encontramos diferentes perspectivas, amplitude, abordagens e concepções de território, mas nesta reflexão vou me limitar a pensar o território a partir de suas múltiplas escalas, definidas por relações de poder o que garante ao território sua permanência e sua indefinição. Nesta concepção de território o entendo como espaço apropriado por relações sociais que o produzem em suas multidimensionalidade. Este território também é fragmentado e uma de suas frações é a propriedade da terra.

Quando se pensa o território desde esta concepção, há dois pressupostos que precisam ser considerados: que o conceito de território não deve ser pensando como uno, mas sim como totalidade, a partir de suas múltiplas escalas e dimensões; que a terra é a base do território, sendo espaço limitado por relações de poder, sob a forma de propriedade, constitui-se em fração do território que é disputada por distintos interesses das classes sociais Fernandes, 2008c; Elden, 2010. É dentro destes espaços que se produzem diferentes relações e classes sociais, construindo diferentes territórios e territorialidades. Espaços, relações, classes e territórios são conceitos inseparáveis, pois a destruição de uma classe, significa o desaparecimento de seu território e vice-versa. No desenvolvimento da agricultura há uma permanente disputa territorial por causa dos interesses do campesinato, do agronegócio e dos governos. Mas não há somente disputas entre campesinato e agronegócio, há também disputas entre camponeses, entre camponeses e indígenas e entre indígenas e agronegócio.

Nos textos que citei como referência deste tema e em nossas pesquisas no NERA, trabalhamos a ideia de tipologia de territórios em diferentes escalas a partir de distintas relações: o primeiro território é o espaço de governança, tendo o Estado como instituição fundamental e os governos como gestores



principais e contém o segundo e o terceiro territórios. A propriedade é uma referência que uso como exemplo de segundo território, mas não me limito aos vários tipos de propriedades, porque os segundos territórios são formados dentro do primeiro e também através de relações de poder, são portanto frações do primeiro. O terceiro território é um espaço relacional, considerado a partir de suas conflitualidades, é fluxo e – portanto – se move sobre os segundos territórios, assim como no primeiro. Talvez, o terceiro território represente melhor a definição de poder como potencial de ação, que pode se manter ou se diluir de acordo com a organização das relações sociais (Arendt, 1981, p. 212). Enquanto o primeiro e o segundo são fixos, o terceiro território é fluxo, mas estas não são as únicas qualidades dos territórios, seu uso implica em outras propriedades, assim como seu estado físico e material contém a imaterialidade que o produz. A produção do território imaterial parte de uma ideia situada tanto em um ponto no estilo de pensamento, que é um espaço imaterial, quanto em num ponto no espaço geográfico que é o território material.

Talvez, o último segmento do parágrafo anterior possa ter confundido o leitor no que se refere ao que é espaço e o que é território. Santos, 2004, p. 34, recusa “o debate da diferença entre espaço e território”, já Raffestim, 1993, p. 144, afirma que “o espaço preexiste a qualquer ação” e Lefebvre, 1991, p, 102 afirma que “o espaço social é a materialização da ciência humana”. Entendemos que o espaço contém o território que são produzidos pelas relações sociais que os produzem. Para trabalhar com estes conceitos nos territórios do debate paradigmático é preciso compreender que “todo conceito tem um contorno irregular, definido pela cifra de seus componentes” (Deleuze e Guattari, 1992, p. 27). Estas leituras são melhor compreendidas no sentido da imprescindibilidade do debate paradigmático (Felício,



2011). Eu comprehendo que território imaterial é um estado do território material, de modo que não é outro tipo, mas que possui seus próprios tipos. Esta compreensão dialoga com a leitura de Saquet, 2007, p. 163, “O território pode ser pensado como um texto num contexto, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações econômicas, políticas e culturais; é movimento e unidade entre o ser e o nada, (i)materialmente. É desconstruído e reproduzido, num único processo”. Esta reflexão é parte de nosso ato intelectual de contribuir para com o estilo de pensamento que defendemos. Não termina aqui, talvez nem termine, porque é um movimento.

Desenvolvimento territorial e conflitualidades

*“Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier,
que venha armado!”*

Guimarães Rosa

As políticas de ajuste estrutural intensificaram as disputas territoriais com a territorialização do agronegócio e resistência do campesinato. As crises alimentares e a mudança da matriz energética com a expansão das commodities de agroenergia também aumentaram a demanda por terra pelo agronegócio. Debatendo com o paradigma do capitalismo agrário, em abril de 2004, participei de dois seminários com os professores Antônio Márcio Buainain, Carlos Enrique Guazinroli e Antony Hall, em no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University, discutindo a questão do acesso à terra e conflitos agrários no Brasil. Apresentamos visões distintas, o que possibilitou bom debate com os presentes e também entre nós. O professor Buainain propôs publicar o artigo em um livro que ele



organizou (Fernandes, 2008b), para expandir o debate, contribuindo com o desenvolvimento do conhecimento e, certamente, produzindo novos conflitos acadêmicos entre os teóricos da questão agrária. Neste artigo, afirmo que as disputas territoriais estão relacionadas às diferentes visões de desenvolvimento. E que os conflitos territoriais entre campesinato, indígenas e agronegócio representam também o enfrentamento de diferentes modelos de desenvolvimento. Inspirado no conceito conflitualidade, de Santos, 1999, analiso o conjunto de conflitos como um processo de resistência à subalternidade ao agronegócio e a perspectiva de um modelo de desenvolvimento para os territórios do campesinato.

Este tema passou a fazer parte de minhas pesquisas desde meu doutorado, quando viajei vinte e três unidades da Federação para realizar meu trabalho de campo sobre a formação e territorialização do MST e pude observar a permanente conflitualidade e disputas territoriais. Escrevi vários artigos e também com meus orientados e destaco alguns a seguir:

Fernandes, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio In: Ayerbe, Fernando (org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012b, v.1, p. 203-230.

Fernandes, Bernardo Mançano. **La expansión del agronegocio y la expropiación del campesinado** In: Universidad en Movimiento. Montevideo: Nordan Comunidad, 2011c, v.1, p. 57-63.

Fernandes, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Agronegocio y campesinado: dos sistemas en conflicto In: Giarraca, Norma (org.). **El trabajo por venir**. Buenos Aires: Antropofagia, 2008e, v.1, p. 72-76.



Fernandes, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e território camponês no Brasil** In: Campo, políticas públicas e educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008f, v.7, p. 39-66.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Teoria e política agrária: subsídios para pensar a Educação do Campo** In: Por uma Educação do Campo. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2008g, v.6, p. 155-178.

Fernandes, Bernardo Mançano. Todavía no existe una alternativa al PT de Lula. **Libre Pensamiento** . , v.52, p.74 - 61, 2006.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Desenvolvimento territorial: conflitualidade e sustentabilidade** In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005c.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Impactos Socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira** In: Assentamentos em Debate. Brasília: NEAD, 2005d, v.8, p. 113-132.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch. Cliff. **Modelos de desenvolvimento em conflito: agronegócio e Via Campesina** In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. Tradição e Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: ENFA/UFRGS, 2004.

Fernandes, Bernardo Mançano. Ramalho, Cristiane Barbosa. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP**. Estudos Avançados. , v.43, p.239 - 254, 2001.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch. Cliff. Gonçalves, Elienai Constantino. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma : International Land Coalition., 2012, v.1. p.62.

Silva, Anderson Antonio. Fernandes Bernardo Mançano. Por que a luta pela terra no Pontal do Paranapanema interessa ao turismo In: **O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade**. Campo Grande : Editora UFMS, 2012, v.1, p. 155-172.



Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro In: **Lutas camponesas contemporâneas: a diversidade das formas das lutas no campo**. São Paulo : Editora da UNESP, 2009, v.2, p. 339-366.

Silva, Anderson Antonio. Fernandes Bernardo Mançano. Valenciano, Renata. **Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo : INCRA, 2006, v.1. p.374.

Fernandes, Bernardo Mançano. Molina, Monica. O campo da Educação do Campo In: **Por uma Educação do Campo**. Brasília : NEAD, 2004, v.5, p. 53-89.

Fernandes, Bernardo Mançano. Leal, Gleison. Fagundes, Diana. Meneguette, Arlete. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra; ocupações e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema In: **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas/Araraquara : Unicamp/Uniara, 2003, v.01, p. 79-105.

A contribuição teórica que pretendemos oferecer ao estilo de pensamento do paradigma da questão agrária possui relação com temas já apresentados até agora e os que apresentarei nas próximas partes deste capítulo, bem como em todos os artigos deste volume e do volume dois. Reafirmo que este é um pensamento coletivo construído pelo trabalho intelectual de uma equipe de geógrafos e geógrafas reunidos no NERA. Estamos em movimento de construção de uma leitura contestatória à compreensão do paradigma do capitalismo agrário que vê as lutas camponesas como obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista e – evidentemente - não vê o capitalismo como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura camponesa. Esta ocultação da realidade impede uma leitura crítica da conflitualidade. Em nossos estudos procuramos analisar como as lutas camponesas promovem o desenvolvimento territorial também através da luta pela terra, com as ocupações e através de diversas formas de manifestação e resistência. A disputa de territórios, que podem ser espaços naturais, latifúndios,



territórios indígenas etc., pelo campesinato e agronegócio não podem ser compreendidas apenas pelo modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista. Há uma experiência de aprimoramento da agricultura camponesa em curso, a partir da agroecologia, que tem se tornado um campo de resistência ao agronegócio (Rosset, e Martínez-Torres, 2012).

A ideia de desenvolvimento territorial em suas diferentes matizes e matrizes tem algo em comum: a visão multidimensional do desenvolvimento que superou a pobreza da antiga visão setorial, que era predominantemente econômica. No Brasil, desde 2003 foram criados 120 territórios da cidadania que levaram políticas públicas para as regiões mais pobres do país, onde vivem 42,4 milhões de pessoas (MDA, 2010). É importante lembrar que estas políticas não foram aos territórios por iniciativa somente do governo, mas como resultado do processo de reivindicação e proposição, de diálogo e embate entre governo e os movimentos camponeses. O Brasil é, talvez, o único país do mundo que tem dois ministérios da agricultura: o Ministério do Desenvolvimento Agrária – MDA, que trata exclusivamente da agricultura familiar ou agricultura camponesa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) que trata do agronegócio que segundo sua definição, “o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final” (<http://www.agricultura.gov.br/ministerio>, acessado em 21 de fevereiro de 2013), de modo que o MAPA também inclui a agricultura familiar em suas políticas.

Em Fernandes 2008b, iniciamos uma reflexão com base na compreensão das classes sociais e nas conflitualidades, esta entendida como



movimento que promove, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formados e formadores de diferentes classes sociais. A conflitualidade é o processo de enfretamento perene que explicita as contradições e as desigualdades do sistema capitalista, demonstrando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e políticos, a respeito do controle do desenvolvimento. Santos, 1999, apresentou o que denominou de ideias-elementos que acrescentadas noções de uma leitura da espacial e da territorialidade da conflitualidade, pode ser entendidas como: 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 5) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 6) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia.

Os trabalhos citados anteriormente são tanto resultados de pesquisas realizadas no NERA, como da participação nos debates sobre o Plano Camponês junto ao Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, sobre Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo na Comissão Nacional do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e na coordenação da Cátedra UNESCO



de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, além de debates com a Via Campesina e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ainda tenho participado de debates com movimentos camponeses na Argentina, Guatemala, Bolívia, México, Colômbia, Estados Unidos, Canadá e Espanha. Os resultados das pesquisas e dos debates estão em elaboração, formando um enorme conjunto de arquivos que exige a participação de uma equipe para analisa-lo durante anos. Por essa razão, esta reflexão é apenas um clarão, partes de referências, peças de um quebra-cabeça que estamos tentando organizar.

A seguir apresentamos um resumo muito curto do que pensamos e estamos desenvolvendo. O ponto de partida é a compreensão de que uma relação social e seus territórios necessitam de determinadas políticas para o seu desenvolvimento que pode ser públicas e ou privadas. Contudo, é essencial enfatizar que os conteúdos das políticas devem ser pensados de acordo com as lógicas das relações socais. Os territórios dos agronegócio tem se valido de políticas públicas e privadas para desenvolverem seus territórios a partir da lógica do trabalho assalariado e da produção de commodities para exportação. Os territórios camponeses necessitam de políticas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado, para a produção de diversas culturas para os mercados locais, regionais e nacional e para exportação. Enfatizando novamente, cada território precisa produzir políticas de acordo com sua lógica, seu modo de produção. As políticas dos territórios camponeses não podem, portanto ser elaboradas a partir da lógica do agronegócio. As políticas públicas com esses princípios devem ser elaboradas preferencialmente pelos movimentos camponeses, sindicatos e suas confederações. A participação do governo é importante, mas não pode ser intrusiva. Desde esse entendimento, o grande desafio do campesinato é



elaborar um plano de desenvolvimento e de enfrentamento ao capitalismo, para garantir o direito de sua existência. Em certa medida, a experiência brasileira de políticas de desenvolvimento do campo ainda é muito primária, baseada principalmente nos princípios de produção de commodities. Superar esta visão e construir um plano baseado na biodiversidade é um salto de qualidade importante e para tanto, será necessário a criação de políticas públicas emancipatórias.

Conhecendo diversas definições do conceito de política pública, apresentadas em Souza, 2006, sabemos que são ações disputadas, usadas para tentar superar problemas territoriais emergentes ou que se arrastam há longo tempo. A dinâmica e amplitude do conceito exigiu a elaboração de um dicionário (Di Giovanni e Nogueira, 2013), como ocorreu com a Educação do Campo que surgiu como uma ação e se transformou em uma política pública, tendo também o seu dicionário (Caldart et al, 2012). A política pública pode ser elaborada de “baixo para cima” ou de “cima para baixo”, ou seja pode ser um proposição de diferentes organizações civis e pode ser uma intervenção estatal, mas com certeza sempre será disputada na relação Estado e sociedade e por suas classes sociais. No debate sobre definição de política pública há uma compreensão predominante que esta é de competência do Estado, mesmo que em parceria com organizações civis. Todavia, há experiências de políticas públicas que não são de competência do Estado pelo fato da estrutura estatal não querer se prestar a este papel, como é o caso das ocupações de terras. Estas ações são protopolíticas públicas, pois sem elas a maioria dos assentamentos de reforma agrária não existiria.

A partir desses princípios, cunhamos os conceitos de políticas públicas emancipatórias confrontando com a ideia de políticas compensatórias. No Brasil, nas últimas três décadas surgiram diversas políticas públicas de caráter emancipatório e



compensatório. Estes estilos de políticas são relativos a correlação de forças que definem os destinos da população subalterna rural e urbana. O protagonismo dessa população é condição essencial para as organizações que querem defender suas intencionalidades e interesses, de modo propositivo. As políticas compensatórias, quase sempre, são elaboradas de cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas. As políticas emancipatórias, quase sempre, são elaboradas de baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA nasceu da proposição de movimentos camponeses e se consolidou como política emancipatória em constante disputa. A reforma agrária tem sido realizada predominantemente como um política compensatória e os resultados, como demonstramos neste trabalho, estão aquém das proposições dos movimentos. Vale salientar que ao reunirmos o tema da reforma agrária e da Educação do Campo neste artigo, organizamos sua análise conjunta por consideramos que são duas políticas do processo de desenvolvimento territorial rural.

A síntese desta breve reflexão ou resumo muito curto, mas que está baseada numa produção de um coletivo de pensamento e em experiências diversas, sendo que muitas se concretizaram, é que os movimentos camponeses precisam ser protagonistas de suas próprias políticas públicas para o desenvolvimento de seus territórios, disputando com os governos as intencionalidades e direcionalidades das políticas de acordo com a lógica de seu modelo de desenvolvimento.



Movimentos socioterritoriais

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.”
Guimarães Rosa

Na graduação, em meados da década de 1980, comecei a estudar o MST e ouvi de alguns professores que movimento social era objeto de análise da Sociologia e não da Geografia. Esta compreensão poderia ter me desanimado, mas ao contrário me motivou a querer entender o processo de construção do conhecimento. A compreensão reducionista de um conceito sempre me preocupou, de modo que procurei trabalhar sucessivamente com a amplitude do conteúdo dos conceitos no sentido de incorporar os componentes permitidos pela coerência e rigor. Um de meus primeiros esforços para estudar este tema foi em Fernandes, 1991, quando procurei refletir sobre a relação sujeito – espaço superando a visão reducionista e dicotômica tão presente na geografia. Este é um dos temas que mais me dediquei em estudar, definindo – o como uma categoria de pesquisa do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, para acompanhar os processos de formação dos movimentos socioterritoriais do campo. Este também é um dos temas que mais escrevi e destaco aqui apenas alguns estudos recentes e de caráter teórico:

Fernandes, Bernardo Mançano. MST In: Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.**1 ed.Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012c, v.1, p. 496-500.

Fernandes, Bernardo Mançano. Via Campesina In: Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da**



Educação do Campo. 1 ed. Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012d, v.1, p. 765-768.

Fernandes, Bernardo Mançano. The MST and Agrarian Reform in Brazil. **Socialism and Democracy** . , v.23, p.90 - 99, 2009f.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses In: Oliveira, Márcio Piñon. Coelho, Maria Célia Nunes. Corrêa, Aureanice de Mello. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas** (II) ed.Rio de Janeiro : Lamparina, 2008h, p. 385-404.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST e a luta pela terra: 1979-2005. **Observatório Social de América Latina**, v.4, p.281 - 310, 2006e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Para una lectura geográfica de los Movimientos sociales. **Noticias del Programa Social Agrario**. Buenos Aires, Programa Agrário, p.6 - 7, 2006d.

Fernandes, Bernardo Mançano. Chiapas In: **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**. 1 ed.São Paulo : Boitempo, 2006c, v.1, p. 275-275.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. V.16, p.273 - 284, 2005e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra - construção conceitual In: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. , 2004c.

Fernandes, Bernardo Mançano. The massacre of human dignity. **America Latina en Movimiento** . , v.26, 2003.

Fernandes, Bernardo Mançano. Os Sem Terra do Brasil: geografia de um movimento socioterritorial. **Biblio 3w** (Barcelona). , v.7, p.x - xi, 2002c

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre** . , v.15, p.59 - 85, 2000c.

Fernandes, Bernardo Mançano. **O todo e a parte e a parte e o todo: a interação espaço-sujeito**. Revista de Geografia (São Paulo), v.10, p.31 - 38, 1991.

Fernandes, Bernardo Mançano. Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais** (PUCSP). , v.12, 2004.



O MST foi o tema principal de minha primeira pesquisa em Geografia Agrária, no mestrado e no doutorado, quando procurei contribuir para com os estudos da questão agrária. Busquei, principalmente na Sociologia e na História, os referenciais teóricos para compreender mais sobre os movimentos sociais, mas não fiquei satisfeito porque não encontrava uma leitura espacial dos movimentos sociais. E a importação do conceito de movimento social da sociologia não me permitia uma análise da produção territorial pelos movimentos. Foi em Santos, 1996, p. 70-1, que encontrei uma referência que me ajudou a pensar a criação de novos conceitos:

“Conceitos em uma disciplina são frequentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não se dão em sistemas e não permitem teorizações. Uma definição consistente do espaço geográfico não pode ser encontrada nas metáforas provindas de outras disciplinas. Nem os conceitos de espaço que essas disciplinas estabelecem podem passar, automaticamente, para a disciplina geográfica. Mesmo as ideias seminais de Einstein, como a da relatividade e a equivalência entre o tempo e o espaço, necessitam de adequação, para se tornarem operacionais em geografia. É à geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulações de outros campos”.

Compreendi, então, que não encontraria na Sociologia referências para os estudos que pretendia fazer sobre as produções espaciais e territoriais dos movimentos. Dediquei-me a pensar sobre as ações dos movimentos camponeses na luta, conquista e estabelecimento de relações sociais nos territórios que transformavam completamente a paisagem de um latifúndio, quando este era transformado em um assentamento. Coordenando a realização de Planos de desenvolvimento de Assentamentos – PDA, que pude observar com mais detalhes



essas produções territoriais, ao analisar as histórias espaciais e suas potencialidades. Foi desse modo que cunhei os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial. A primeira vez que expus esta ideia para a comunidade geográfica foi no XII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em Florianópolis, no ano de 2000, quando apresentei o trabalho “movimento social como categoria geográfica” (Fernandes, 2000c). Desde então, nunca mais ouvi alguém dizer que movimento social não era objeto de análise da geografia. Foi neste processo de construção de um estilo de pensamento no NERA, com base no método geográfico, que mais investi em pesquisa sobre movimento socioterritorial. Além de minha tese de doutorado e minha dissertação de mestrado, em que me dediquei aos estudos do MST, o artigo mais citado é Fernandes, 2005e, que reproduzo como um dos capítulos deste volume. Quero salientar que os conceitos de movimentos socioespacial e socioterritorial não suprimem o conceito de movimento social. O que estou propondo é uma leitura da produção espacial e territorial dos movimentos. Este foi o meu esforço ao pesquisar as ações da Via Campesina na Espanha, Canadá, Estados Unidos, México, Brasil e Argentina. Reuni material documental, bibliografia e entrevistas para análise de modo a explicar como os movimentos camponeses desses países produzem seus territórios, estão subordinados e enfrentam o agronegócio.

Além dessas pesquisas em andamento, tenho orientado vários trabalhos sobre as ações dos movimentos socioterritoriais e sobre a produção geográfica sobre este conceito (Pedon, 2013). Partimos da premissa da inseparabilidade sujeito-espacço de modo a compreender que a forma do movimento pode ser melhor compreendida quando associada à produção espacial e territorial. Pois, a forma é criada pela relação social que produz o seu território, onde elas são



construídas. Este processo determina os modos de uso dos territórios. São esses pressupostos que nos levam a compreender como as relações camponesas e capitalistas produzem distintos territórios. Analisando as diferentes relações que produzem espaços e territórios, tenho definido como movimentos socioterritoriais aqueles que têm como razão de sua existência a luta, criação e manutenção de um ou mais territórios, ou de frações do território. A Via Campesina e os movimentos a ela articulados são um exemplo. Outro é o movimento dos sem-teto (Souza Júnior, 2008) e o movimento quilombola (Furtado, 2012). E tenho definido como movimentos socioespaciais como aqueles que lutam por um espaço político, uma reivindicação, uma relação social, direito ou reconhecimento, como por exemplo o Movimento Passe Livre, os movimentos gays, os movimentos negros, movimentos de mulheres. Os movimentos sindicais podem ser socioespaciais ou socioterritoriais.

Lembrando Deleuze e Guattari, 1992, afirmamos que os contornos dos conceitos são formados pelo número de seus componentes. Podem ser mais amplos ou mais reduzidos como cujos conteúdos podem ter diferentes compreensões. Se não aceitamos a diferença entre espaço e território, todos os movimentos sociais são socioespaciais e socioterritoriais. Defendemos que a materialidade contém a imaterialidade, mas é preciso reconhecer as suas diferenças para poder distinguir um movimento socioterritorial de um socioespacial, porque a luta por um direito, uma relação social, uma reivindicação ou reconhecimento são territórios imateriais, o que pode fazer com que algumas pessoas vejam os movimentos socioespaciais como socioterritoriais. A compreensão da diferença distingue os movimentos do mesmo modo que as ações dos movimentos determinam suas vidas. Em nossos estudos temos observado algumas fases em seu processo, como a de protomovimento, um exemplo foi a fase do MST entre 1979 e 1984. Os movimentos representam a busca



da superação das instituições formais. Os movimentos são instituições da sociedade, porém na maioria dos casos não são instituições formais. Alguns tentam a se transformar em instituições formais e outros seguem suas trajetórias.

A relação dos movimentos com instituições formais, como com os partidos, governos, universidades podem acontecer por parcerias, alianças e outras relações. Tenho várias experiências como referencias, mas vou relatar aqui somente a experiência com o Curso Especial de Geografia, em nível de graduação, com apoio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, por um convênio entre a UNESP e o INCRA, com estudantes oriundos dos assentamentos de vários estados, vinculados a vários movimentos camponeses. O protagonismo dos estudantes oriundos de movimentos organizados aconteceu de forma propositiva, fazendo com que a relação com a Universidade fosse transformada tanto por conflitos quanto por colaborações. Esta relação de conflitualidade mudou os movimentos e mudou a Universidade, mudou a nossa forma de ver ambas as instituições e como tratar e superar situações criadas pela nova experiência. Foram produzidos novos espaços e novos territórios para que a parceria entre os movimentos camponeses e Universidade se realizasse. Em 2013, criamos um mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Esta experiência, agora internacional necessitará de novos espaços e territórios para se realizar, porque estamos criando novas situações, de modo que os conceitos de movimento social, movimento socioespacial e movimento socioterritorial seguem em construção.



Debate paradigmático

"o real não esta no inicio nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia"...
Guimarães Rosa

O ponto de partida para o debate paradigmático é a intencionalidade. O que nos conduz ao debate é tanto a intenção de defender nossas visões de mundo, nossos estilos de pensamento, nossos paradigmas, nossas posições políticas, quanto de conhecer outras posições teórico-políticas e suas visões de mundo, respectivos estilos de pensamento e distintos paradigmas. Mesmo não tendo noção dos paradigmas e suas tendências, os trabalhadores intelectuais transitam por esses territórios epistemológicos, onde a filosofia e a ciência se encontram (Japiassu, 1979). A intencionalidade é manifestada de diversos modos: pela ação cognitiva, percepção, linguagens, práticas etc. (Searle, 1995). Ao mesmo tempo em que ação cognitiva é produtora de territórios imateriais a ação prática é produtora de territórios materiais. Esta relação tempo-espacó a partir das ações cognitivas e práticas criam a conexão entre o pensamento e realidade, o conhecimento e o fato. Este processo é um movimento que possui direções expressando diferentes intencionalidades, como também é uma espécie de trilha entre o sujeito e o objeto (Santos, 1996, p.74). Este processo-movimento-dirigido é a práxis (Vázquez, 2007), que ninguém pode evitar, pois qualquer ato é revelador de ação, tanto a proposição quanto a negação.

O processo de construção do conhecimento é uma práxis intelectual e política que através de coletivos de pensamento se organiza para produzir seus estilos de pensamento, seus paradigmas (Fleck, 2010; Kuhn, 1978). Nenhum trabalhador intelectual está fora deste processo, nem os que trabalham em



grupos de pesquisas, em redes nacionais e internacionais, e nem mesmo aquele que trabalha sozinho. É através da práxis intelectual que utilizamos conceitos produzidos e produzimos outros, ao adentrarmos nos territórios das teorias conduzidos pelo método. A discussão sobre os conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque trazem à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições políticas. Iniciei essas leituras logo durante minha tese de doutorado e nos últimos dez anos tenho me dedicado também a este trabalho intelectual de caráter mais teórico de analisar estilos de pensamento. O NERA tem sido o espaço onde tenho praticado o ato de pensar junto com meus orientandos, que resultou em parcerias prolíferas, como mostrado nas indicações bibliográficas a seguir, que é um esboço de nossa produção. A coordenação do grupo de trabalho em Desenvolvimento Rural da Clacso também foi outro espaço onde tenho promovido o debate paradigmático.

Bernardo Mançano Fernandes. **Campesinos e procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas.** Conferencia magistral del VIII congreso de la Asociación Mexicana de Estudios Rurales (AMER) “Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas”, realizado em Puebla, México, 2011 e publicado em Boletim DATALUTA. , v.44, p.1 - 12, 2011d.

Fernandes, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Campos, Janaina Francisca de Souza. Fernandes, Bernardo Mançano. O conceito de paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **Campo - Território.** , v.6, p.21 - 52, 2011.

Felicio, Munir Jorge. Fernandes, Bernardo Mançano. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário.** Trabalho apresentado na X Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural “Contribución a la



actualización del conocimiento sobre el desarrollo rural en Latinoamérica y Caribe”, 21 a 26 de junio de 2010. Universidad Autónoma Metropolitana, no prelo.

Lembrando da afirmação feita na introdução deste capítulo, optamos pelo método do materialismo dialético o que significa estar aberto ao diálogo, ao debate para melhor compreensão das razões. Significa também ter uma posição definida nos territórios imateriais formados pelos paradigmas. Estes são formados por teorias, que são pensamentos de referências organizados em correntes teóricas, que são interpretações dos fatos, o que implica necessariamente ter uma postura política diante dos mesmos. Na Geografia, uma referência que temos para este debate é o texto “Questões teóricas sobre a agricultura camponesa” (Oliveira, 1991, 45-9) em que apresenta três grupos de autores e suas visões sobre o desenvolvimento da agricultura. O primeiro entende que o campesinato seria destruído pela diferenciação produzida pela integração ao mercado capitalista ou pela modernização do latifúndio que levaria as relações não capitalista à extinção. O segundo grupo comprehende que a destruição das relações culturais e comunitárias - provocada pelo individualismo gerado pela economia de mercado – levaria a proletarização. O terceiro acredita que o campesinato é criado e recriado pelo capitalismo. Oliveira, 1999, p. 63, afirma que discutir a Geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro abre perspectivas para discussões profundas sobre o rumo que o Brasil está trilhando...” e que discutir este tema “é função básica da produção acadêmica. Discernir entre o político, o ideológico, e o teórico é igualmente tarefa da reflexão intelectual”. É isto que me proponho neste texto, discernir para conhecer melhor os sentidos, sem desconhecer suas relações intrínsecas.



A primeira vez que manifestamos nosso entendimento sobre o debate paradigmático na forma de texto foi em Carvalho, 2005, p. 23-5, onde apresentamos as primeiras ideias de paradigmas. As teses recentes de Felício, 2011, Campos 2012 e Camacho, 2013 são contribuições fundamentais para o avanço desta iniciativa inaugurada há uma década, com o objetivo de analisarmos melhor os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura. O debate paradigmático explicita a disputa de paradigmas que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las. Para tanto, eles selecionam um conjunto de constituintes como, por exemplo: elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc., de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar. Evidente que sempre respeitando a coerência e o rigor teórico-metodológico.

Nas leituras sobre o desenvolvimento e as transformações da agricultura, nos detemos nos problemas e soluções criadas pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Estas leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc. Por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação à execução da política é fundamental. Tomamos como



ponto de partida dois paradigmas para representar as posturas das diversas instituições, como os governos em diferentes escalas: federal, estadual e municipal, as corporações do agronegócio nacional e multinacional e dos vários movimentos camponeses.

O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (Fernandes, 2008c). O paradigma da questão agrária está disposto em duas tendências: a proletarista que tem como ênfase as relações capital trabalho e a campesinista que tem como ênfase as relações sociais camponesas e seu enfrentamento com o capital. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nessa lógica, campesinato e capital compõem um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento desse paradigma. (Abramovay, 1992). Este paradigma possui duas vertentes, a tendência da agricultura familiar que acredita na integração ao capital e a vertente do agronegócio que vê a agricultura familiar como residual. Em síntese, para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato.

Esses paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas



empresas e organizações do agronegócio e pelos movimentos camponeses. Na atualidade, as organizações mais influentes do agronegócio são: a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Entre as organizações camponesas estão a Via Campesina, formada pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra - CPT; a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF. O governo federal possui dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Entre as universidades mais influentes, destacamos: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual Paulista – UNESP e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Nas figuras a seguir apresentamos essas ideias com logos das instituições, inclusive dos partidos políticos, como forma de ilustrar o debate e a disputa.



Figura 1 – elementos das tendências paradigmáticas



Figura 2 – Posição das instituições no debate paradigmático



A análise do debate paradigmático também contribui para uma postura crítica em relação às atitudes dos governos. A partir das políticas de governos, por meio de seus documentos, pode-se ler suas tendências políticas e formular proposições para muda-las. O paradigma do capitalismo agrário é hegemônico hoje, embora pode-se encontrar algumas políticas públicas oriundas do paradigma da questão agrária. Em alguns eventos, tenho sido questionado sobre por que dois paradigmas? Respondo que nos parâmetros de minhas análises ainda não encontrei referências suficientes que possibilissem pensar um terceiro paradigma. Todavia, recentemente na América Latina tem surgido novo debate sobre “vivir bien” e “buen vivir”. Vários estudiosos estão apresentando suas primeiras análises e perguntando se não estaria nascendo um novo paradigma não capitalista e contra hegemônico, como são os trabalhos organizados em Farah e Vasapollo, 2011 e Hidalgo e Fernandez, 2012. Estas questões estão colocadas e estudos futuros com certeza contribuirão para se conhecer como acontecerá a superação da hegemonia.

Estrangeirização - *land grabbing – acaparamiento*

“O sertão é do tamanho do mundo”
Guimarães Rosa

Este é o tema mais recente de minhas pesquisas. A razão pela qual decidi pesquisá-lo é porque o considero um elemento da questão agrária novas características. A estrangeirização da terra é um fenômeno recente compreendido por mega - investimentos de países ricos e emergentes, que tem atingido países emergentes e pobres, por meio de aquisição ou aluguel de grandes extensões de terras para produção agrícola. A palavra estrangeirização traz o significado da



invasão de estrangeiros no controle do território. Em espanhol, a palavra acaparamiento tem o sentido de monopólio e em inglês, a palavra Land Grabbing tem o sentido de grilagem de terras. Invasão, monopólio, grilagem são significados fortes que representam uma relação de dominação com a exploração e a expropriação entre países, governos, empresas e comunidades. Este processo representa também criação de infraestruturas, como estradas, portos, transferências de tecnologias para produção, promovendo o desenvolvimento do agronegócio e surgimento de novos mercados.

Está se formando uma nova geopolítica da questão agrária (Fernandes, 2011b) em que políticas neoliberais criaram novos elementos e utilizam antigos elementos da questão agrária. A territorialização de transnacionais do agronegócio de países ricos para outros países não é processo recente. Burbach e Flynn, 1980, Mazoyer e Roudart, 2001 e Chonchol, 1994, analisaram este processo desde a economia colonial até o século passado. Para esclarecer, o que estou denominando de geopolítica da questão agrária é o controle de grandes áreas agrícolas por uma ou mais corporações transnacionais, que fazem parte de uma ação global em que vários países com escassez de terras e ou com excedente de capital praticam a acumulação por despossessão (Harvey, 2011, p. 46), exportando a questão agrária dos países do hemisfério norte para os países do hemisfério sul. Esta combinação de velhos e novos elementos se expressa pelo avanço do capitalismo rentista em escala mundial (Oliveira, 2010a) em meio a uma conjuntura contraditória de “supresafras” e crises alimentares. Outro novo elemento é a mudança na matriz energética que tornaram-se temas de políticas governamentais com envolvimento direto de governos em investimentos territoriais na aquisição e arrendamento de terras em outros países para produção de agrocombustíveis



(Fernandes, Welch e Gonçalves, 2010). Estes processos acontecem através da exclusão e expropriação de comunidades camponesas e indígenas de suas terras. A estrangeirização se utiliza do modelo de produção em grande escala para exportação, predominando a mecanização no processo produtivo (Rubio, 2009).

São poucos os estudiosos que têm analisado esta questão no Brasil. Os primeiros trabalhos são de Fernandes, 2011b; Sauer e Leite, 2012 e Oliveira, 2010a, que escreveu algumas críticas ao meu artigo, publicado no Caderno Conflitos no Campo – Brasil em 2011. A primeira é que meu artigo “parece repousar sob uma teoria do imperialismo que não tem mais capacidade de explicar a economia mundial no Século XXI” (Oliveira, 2010a, p. 67). A segunda é que eu não fiz uma discussão sobre uma discussão sobre o uso da noção/conceito de estrangeirização em geral e na geografia. A terceira é que eu não teria tratado metodologicamente minha afirmação sobre o arrendamento de apenas 2.2% das terras em Madagascar pelo Daewoo da Coreia do Sul. Na quarta crítica, meu mestre afirma que eu estou querendo fazer crer que só há uma estrangeirização das terras, mas o que está ocorrendo é uma mundialização monopolista da produção agropecuária do mundo (Oliveira, 2010a, p. 68). A quinta crítica é que citei dados do Banco Mundial, por fonte secundária, sem sustentá-los com dados estatísticos. A sexta é que aderi à tese do ex-presidente do Incra, da Grain, um organização não governamental sediada em Barcelona, que tem organizado um dos mais importantes banco de dados sobre estrangeirização da terra no mundo, e da mídia, alardeando um processo de estrangeirização que até o momento é de 0,5% do território brasileiro. A sétima crítica é que abandonei o tema da reforma agrária em meus estudos.

Meu mestre foi cruel comigo em algumas questões e em outras, talvez não tenha acompanhado mais de perto as minhas pesquisas. Quanto à primeira



crítica, eu comprehendo que o conceito de imperialismo continua com seu poder explicativo e o livro Novo Imperialismo (Harvey, 2004) e o Enigma do Capital (Harvey, 2011), tem demonstrado que os países com excedentes de capital procuram cada vez mais regiões mundiais com escassez de capital para investimentos. E para fazer circular este capital com maior agilidade foi preciso conectar os governos com as corporações e criar agências multilaterais como a Organização Mundial do Comércio para agilizar a circulação. Estas sempre foram características do imperialismo que somadas ao poderio militar colonizaram e dominam vários países. Todavia, hoje esse processo ocorre pelos mercado e circulação da produção, o que fez surgir uma nova geopolítica, que Amin, 2012, tem chamado no imperialismo contemporâneo, da mesma forma que Moyo, Yeros e Jha, 2011, tem destacado em seus estudos ao pesquisar a corrida imperialista para a África para uso dos seu recurso terra. Sua segunda crítica sugeria um detalhamento conceitual que o tamanho do texto não permitia, pois enquanto ele publicou um artigo de 110 páginas na Revista Agrária no ano de 2011, mas com data de 2010, eu tinha somente 6 páginas para o meu artigo. Ariovaldo sabe que este é o espaço para escrever artigos para o Caderno de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra, o que torna impossível fazer uma discussão sobre a estrangeirização da terra na geografia e em geral.

A respeito da terceira crítica, o que discuti de fato é o processo de subalternidade de Madagascar com relação a uma corporação sul-coreana, tanto que o presidente de Madagascar foi derrubado por causa do arrendamento. Nem neste caso e nem no caso do Brasil, ao apresentar números, eu estava preocupado somente com a extensão das terras dominadas por transnacionais, mas sim com a questão agrária desses países. Com relação à quarta crítica, eu não separei o



processo de controle da terra do processo de monopolização da produção, como sempre demonstrei em meus trabalhos. Sobre a quinta crítica, não vi fundamento, pois ao citar os dados do relatório do Banco Mundial, informei números se mantiveram. A discussão que Oliveira faz é que a Grain critica o relatório por não trazer nada de novo, daquilo que ela já conhecia. A sexta crítica está relacionada ao percentual e ao processo, sempre lembrei que ambos têm suas importâncias em nossas análises e não podem ser desconsiderados. A estrangeirização de terras é um processo crescente e isso não pode ser negado. A última crítica não procede, porque nunca deixei de estudar a reforma agrária, o que vem acontecendo é uma divergência de compreensão do processo entre eu e meu ex-orientador como demonstrarei na próxima parte deste capítulo.

A pesquisa sobre estrangeirização da terra é extremamente difícil porque neste caso a questão agrária extrapola as fronteiras nacionais. Em dois anos de pesquisa em vários estados, não foi possível fazer uma entrevista com empresas que compraram e arrendaram terras no Brasil. O currículo Lattes, neste caso é uma arma contra o pesquisador, pois alguns dos possíveis entrevistados me informaram que observando meu Lattes, perceberam que meus temas de pesquisa não condizem com suas atividades. E isto não aconteceu somente comigo, até mesmo um colega pesquisador da Universidade da Califórnia, trocou de tema de pesquisa por ser impedido de ter acesso às informações. Por essa razão, decidi mudar meus estudos para Moçambique, onde o Brasil é um dos principais especuladores no processo de estrangeirização da terra naquele país. Estamos procurando uma relação entre a grilagem de terras no passado e no presente. Antigamente, a grilagem se utilizava da falsificação de documentos para controlar grandes áreas para a produção de commodities, expropriando camponeses e indígenas.



Atualmente, a grilagem não necessariamente precisa se utilizar deste artifício, mas continua a se apropriar de grandes extensões de terras e expropriação das populações nativas. A marca da grilagem não se limita à falsificação, mas deve ser compreendida pela apropriação e expropriação territorial, que produz o modelo hegemônico do agronegócio. Isto está acontecendo no Brasil e em outros países da América Latina, África e Ásia. O Brasil sofre e promove a grilagem internacional com o recente interesse em adquirir terras agrícolas em Moçambique. Ele também expõe o paradoxo da postura do governo brasileiro em relação à prática de grilagem de terras. Durante a tentativa de restringir a aquisição de terras agrícolas por estrangeiros, em um contexto doméstico, em nome da proteção da “soberania nacional” e “segurança alimentar”, o governo brasileiro está promovendo simultaneamente a grilagem de terras, através do agronegócio em Moçambique como um meio para atingir sua segurança alimentar e, portanto, a soberania nacional (Clements e Fernandes, 2012).

Até o momento, produzimos dois artigos: Fernandes, 2011 e Clements e Fernandes, 2012. Também incorporamos este tema na REDE DATALUTA e pretendemos acompanhar o processo no Brasil para compreender melhor este novo elemento da questão agrária.

Luta pela terra e reforma agrária

“Sertão é dentro da gente”
Guimarães Rosa

A luta pela terra e pela reforma agrária são inseparáveis. Na história do Brasil, a segunda nunca existiu sem a primeira. Este é tema que mais tenho me



dedicado junto com os estudos sobre o MST, de longe o movimento camponês que mais luta pela reforma agrária. Desde 1998, tenho trabalhado no DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra, onde temos sistematizado dados sobre ocupações de terras, assentamentos rurais, estrutura fundiária, movimentos socioterritoriais, manifestações e estrangeirização da terra, para a publicação anual do relatório DATALUTA Brasil. Este trabalho tem nos permitido acompanhar a parte da conjuntura da questão agrária ano a ano, possibilitando uma visão mais detalhada deste processo histórico. Desde meu doutorado até esta tese de livre-docência escrevi dezenas de artigos sobre o tema da reforma agrária, como exponho alguns a seguir:

Fernandes, Bernardo Mançano. **A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita.** In: Sader, Emir (org). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial: Flacso Brasil, 2013, p. 191-206.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reforma Agrária e Educação do Campo no governo Lula. **Campo território.** , v.7, p.1 - 21, 2012e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Réforme agraire et Mouvement des sans-terre sous les gouvernement Lula In: **Le Brésil de Lula: un bilan contrasté** ed.Louvain : Syllepse, 2010b, p. 105-122.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reconceitualizando a reforma agrária. **Boletim Dataluta.** , p.2 - 5, 2010c.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reforma Agrária In: **Diccionario del Pensamiento Alternativo** ed.Buenos Aire: Biblos, 2008i.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatorio Social de América Latina.** , v.24, p.73 - 85, 2008j.

Fernandes, Bernardo Mançano. Espacialização da Luta pela Terra In: **Dicionário da Terra** ed.Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005f, p. 197-198.

Fernandes, Bernardo Mançano. La reforme agraire: l'espoir. In: **Pour comprendre le Brésil de Lula**. Paris : L'Harmattan, 2004d, v.1, p. 143-150.



Fernandes, Bernardo Mançano. The occupation as a form of access to land In: **XXIII International Congress of The Latin american Studies Association, 2001**, washington. XXIII International Congress of The Latin american Studies Association, 2001d.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro** In: XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina - PE. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002b. v.1. p.61 – 71

Fernandes, Bernardo Mançano. Brésil: quelle réforme agraire?. **Les Cahiers D'Outre - Mer.** , v.1, p.393 - 400, 2001e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Cultura Vozes.** , v.93, p. 10-21, 1999b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Ocupações de terra e políticas de assentamentos rurais. **Lutas Sociais** (PUCSP). , v.1, p.125 - 136, 1999c.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch, Cliff. Brazil's Experience with Agrarian Reform, 1995-2006: Challenges for Agrarian Geography. **Human Geography.** , v.1, p.59 - 69, 2008b.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes, Bernardo Mançano. Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária** (São Paulo. Online). , v.8, p.73 - 98, 2008.

Neste tempo, mudei a minha concepção de reforma agrária e a demarquei em Fernandes, 2010c, 2012e e 2013. O conceito clássico de reforma agrária está baseado predominantemente no componente desapropriação da terra. Esta foi a referência que usei em meus primeiros estudos até 2008. Todavia, através dos estudos sobre os dados do DATALUTA, e dos trabalhos de campo por este Brasil a fora, passei a compreender que o conceito clássico não contribui para explicar a realidade brasileira, onde a reforma agrária que está se realizando predominantemente pela regularização fundiária. Eu considero que 8.951



assentamentos com 1.045.069 famílias em 83.366.844 hectares é reforma agrária. A partir desta realidade, passei a considerar a regularização fundiária como componente do conceito. Até o momento, nem o Partido dos Trabalhadores e os movimentos camponeses conseguiram constituir uma correlação de forças para mudar esta tendência. E não há no cenário, outra forças políticas que poderiam fazê-la. Portanto, não há forças políticas que imponham uma reforma agrária predominantemente desapropriatória. Mas a luta pela terra através das ocupações de terra, foram essenciais para a realização de uma reforma agrária conservadora que tem como componente principal a regularização fundiária.

No Fórum Social Mundial de 2003, em Porto Alegre, Lula falou: “Eu continuo com o meu sonho de fazer a reforma agrária neste país” (Zero Hora, 2013, p. 8). Depois de duas gestões, o sonho de Lula foi parcialmente realizado e a reforma agrária permanece como desafio para o Brasil. A não superação deste desafio no governo Lula está associado ao fato de não ter enfrentado duas questões estruturais: a manutenção do campesinato em estado permanente de subalternidade ao capitalismo, através da renda capitalizada da terra e insuficiência das políticas de desenvolvimento para a agricultura camponesa. Nesta condição de sujeição e escassez, é difícil implantar uma política de reforma agrária que destrua o território do capitalismo, que são as propriedades capitalistas, mesmo que não cumpram com sua “função social”, como consta no Artigo 184 da Constituição. Mas para implantar a reforma agrária é preciso muito mais que a desconcentração fundiária, é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa.



O agronegócio tem se apropriado das terras dos latifúndios e do campesinato para se territorializar. Através da produção de commodities, nos últimos duzentos anos, o capitalismo uniu diversos setores de produção e produziu um império global que domina a produção agroindustrial, o mercado e as tecnologias. (Ploeg, 2008; Mazoyer, Roudart 2010). O agronegócio agora compreendido pelas corporações nacionais e transnacionais é o império que com o apoio dos governos se apropriam de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia, através de processo recente denominado de estrangeirização da terra ou land grabbing ou acaparamiento. O impacto do agronegócio nas agriculturas camponesas do mundo é devastador, colocando em questão se agricultura capitalista e agricultura camponesa formam parte de um mesmo modelo de desenvolvimento ou se são modelos distintos que vivem em permanente conflitualidade. Optar pela ideologia do agronegócio de que é o único modelo possível mata a reforma agrária.

Para fazer a reforma agrária, é preciso enfrentar os capitalistas/ruralistas que formam a base aliada. O governo Lula enfrentou, em parte, e por isso mesmo a maior fatia das terras destinadas para a reforma agrária em seu governo não tem origem na desapropriação, mas sim na regularização fundiária de terras da União. E a reforma agrária parcial do governo Lula aconteceu predominantemente sob pressão das organizações camponesas, como o Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional do Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A subordinação da agricultura camponesa ao capitalismo é resultado de políticas de desenvolvimento que determinam esta condição. Mudanças políticas podem romper com os níveis desta dependência, pois são os governos, na correlação de forças que os apoiam, que definem estas políticas. A submissão do camponês ao capital é tanto um problema de economia



política quanto de política econômica, mas esta condição é resultado de decisão política. Este fato é o cerne da questão agrária.

E é exatamente o debate sobre a questão agrária que gera os parâmetros para uma política de reforma agrária. Os governos neoliberais retiraram a questão agrária da pauta política e o governo Lula, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tratou-a com excessiva timidez, o que impediu que realizasse uma reforma agrária plena e criasse mais políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Nos governos neoliberais, principalmente na segunda gestão de Fernando Henrique Cardoso, o campesinato foi desqualificado como sendo um sujeito atrasado, que não consegue se desenvolver e que sua única alternativa é se transformar num agricultor familiar “integrado” ao capital, considerado como moderno. O campesinato é um agricultor familiar por natureza, mas a intensa diferenciação econômica entre os pequenos agricultores foi usada como causa do problema, criando-se a ideia de que existe um campesinato atrasado e um agricultor familiar moderno. Este preconceito foi gerado pelo paradigma do capitalismo agrário ao transferir o motivo da diferenciação, que está nas relações de subordinação, para os próprios sujeitos que sofrem com a diferenciação. Esta ideologia está sendo superada pelas organizações camponesas ao afirmarem que as diferenças são criadas pelos distintos níveis de subalternidade ao capital e não pela oposição camponês-agricultor familiar.

Desde a perspectiva capitalista, a reforma agrária é vista como uma política para pobres, como ajuda humanitária para os sem-terra, que através de um pedaço de terra, devem se capitalizar para se integrarem ao capitalismo e se tornarem moderno. Este modo de pensar procura convencer a sociedade que o agronegócio é o modelo moderno de desenvolvimento e o campesinato é uma forma



residual, cuja sobrevivência está em questão. Este entendimento está associado à compreensão de que todos devem se unificar nas relações capitalistas, por estas serem a única via possível. Esta visão linear, além de extremamente limitada, é uma falácia. Evidente que nem todos os camponeses criados pelas políticas de reforma agrária conseguirão se integrar ao capitalismo. Alguns camponeses deverão ser transformados em capitalistas, outra parte seguirá como camponeses/agricultores familiares médios ou pobres e a maior parte será expropriada, desterritorializada. Este é o movimento desigual que faz parte da lógica das relações capitalistas. Nenhuma corrente teórica ou paradigma discorda desse processo. A história do capitalismo agrário é prova cabal desta realidade.

A reforma agrária contribui para a correção dessa injustiça do capitalismo que destrói o campesinato, tornando a maioria esmagadora pobre e miserável, por se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho, concentrando terra e poder. Portanto, o desafio é realizar uma política que abale as estruturas do poder hegemônico. O governo Lula teve suas duas gestões marcadas por um modelo de desenvolvimento articulado com políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família. Mas perdeu uma enorme oportunidade de distribuir terra, ampliando ainda mais a participação do campesinato no desenvolvimento da agricultura brasileira. A parcialidade da reforma agrária do governo Lula está relacionada com o não tratamento da questão agrária de forma mais arrojada.

O governo Lula aconteceu numa conjuntura dominada pela hegemonia unipolar dos Estados Unidos da América, quando as políticas neoliberais já se encontram em refluxo. A caída do campo socialista na década anterior foi acompanhada pelo fracasso do neoliberalismo, que permitiu ao governo Lula um programa de governo, que Sader, 2003, denominou de pós-neoliberal. O governo



Lula “optou por uma programa de saída do neoliberalismo baseado na aliança do capital produtivo contra o especulativo” (Sader, 2003, p. 185) que, entre outros, tinha como objetivos “o incentivo à pequena e média empresa, ao mercado interno de consumo popular, à expansão da produção alimentícia, pelo apoio à reforma agrária, para poder avançar no plano social...” (Sader, 2003, p187). Embora o governo Lula tenha praticado diversas políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa, estas não foram suficientes para diminuir os níveis de subalternidade do campesinato ao agronegócio e tampouco para realizar uma reforma agrária plena.

As razões desta parcialidade encontram-se na difícil e contraditória convivência da hegemonia do capital financeiro com políticas sociais redistributivistas estabelecidas no governo Lula (Sader, 2009). Esta condição permitiu somente que as políticas sociais fossem guiadas pelos critérios da assistência social, como o Bolsa Família. A reforma agrária não é uma política social redistributivista, porque a propriedade fundiária no Brasil sempre esteve concentrada e tampouco é uma política de assistência social. A reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial. Conforme Sader, argumenta: “O resultado desta política é um híbrido, de difícil caracterização. Nas próprias palavras de Lula, no momento de sua reeleição: “Nunca os ricos ganharam tanto, nunca os pobres melhoraram tanto o seu nível de vida”. Qualquer análise unilateral conduz a sérios equívocos, a tal ponto que é mais fácil dizer o que não é o governo Lula, do que aquilo que ele efetivamente é” (Sader, 2009, p.84-5). Para a população camponesa esta melhoria não foi suficiente para causar mudança na condição de subalternidade. Mesmo com esses resultados, o governo Lula não perdeu o apoio majoritário das organizações camponesas que decidiram pressionar o governo para colocar a palavra desenvolvimento territorial na ideia de políticas sociais. Como interpreta Sader,



2009, p. 88, "Considerar o governo Lula a partir de suas contradições internas permite, ao contrário, distinguir seus elementos positivos e lutar pelo seu fortalecimento e contra seus elementos conservadores"

No início do governo Lula esteve em questão o modelo de reforma agrária que deveria ser adotado. A proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentada em 2003 pela equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, considerava todas as formas de obtenção de terras: desapropriação, regularização, permuta, compra e venda e tinha como meta assentar um milhão de famílias nos anos nos anos 2004-2007. Uma proposta desta amplitude com determinação

"de realizar uma reforma agrária "ampla" coloca a necessidade de combinar adequadamente a magnitude das ações da desconcentração da propriedade fundiária com as ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, medida pelos recursos técnicos e financeiros postos à disposição das famílias assentadas, a fim de que possam explorar economicamente a terra e auferir renda suficiente para viver com dignidade. Em outras palavras, a distribuição de terras precisa atingir magnitude suficiente para provocar modificações na estrutura agrária do país. Caso contrário, os mecanismos regressivos dessa estrutura continuarão a operar, gerando pobreza, desigualdade e exclusão no meio rural" (Sampaio, 2005, p. 126)

A Proposta apresentava a disponibilidade de 120 milhões de hectares de terras suscetíveis para a reforma agrária, segundo as estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária (INCRA) (Sampaio, 2005, p. 143-158). Embora para assentar um milhão de famílias fossem necessários apenas 35 milhões de hectares. Considerando que em média a agricultura capitalista controla 70% das propriedades agropecuárias, que representam 300 milhões de hectares , o montante de 35 milhões representava menos de 12% do território



capitalista. Não era de fato uma proposta que abalasse tanto as estruturas do poder hegemônico. Mesmo assim, a Proposta não foi aceita pelo governo Lula.

A proposta adotada foi o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA): Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, elaborada pela equipe do ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Miguel Soldatelli Rosseto. O II PNRA apresentava como meta assentar 400 mil famílias, financiar a aquisição de terras para 130 mil famílias e regularizar as terras de 500 mil famílias, no período de 2003-2006 (MDA, s.d). No total, um milhão e trinta mil famílias teriam suas terras, por meio da desapropriação da propriedade capitalista, da compra ou da regularização fundiária. Apesar de tímido, o II PNRA tentara seguir as metas da Proposta elaborada pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio, mas indicava que não enfrentaria o problema da concentração fundiária e da subalternidade do campesinato, pois priorizava a regularização e a “integração” do campesinato no capitalismo. Tanto o plano governamental quanto a Proposta utilizaram como referencias de demandantes de reforma agrária as famílias acampadas, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o Censo Agropecuário, o Censo Demográfico e o Sistema Nacional de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA/INCRA). As estimativas de ambos eram em torno de cinco milhões de famílias, indicando que uma política de reforma agrária não seria realizada somente por um governo.

A reforma agrária de Lula, em seus dois mandatos, resultou em torno de 37% da meta do II PNRA para o primeiro mandato, como apresentado no quadro 1. A regularização fundiária respondeu por 74% da área dos assentamentos, a desapropriação representou 11%, o restante ficou com outras modalidades de obtenção de terras como compra e reconhecimento etc. (Ver Prancha 1). Embora o



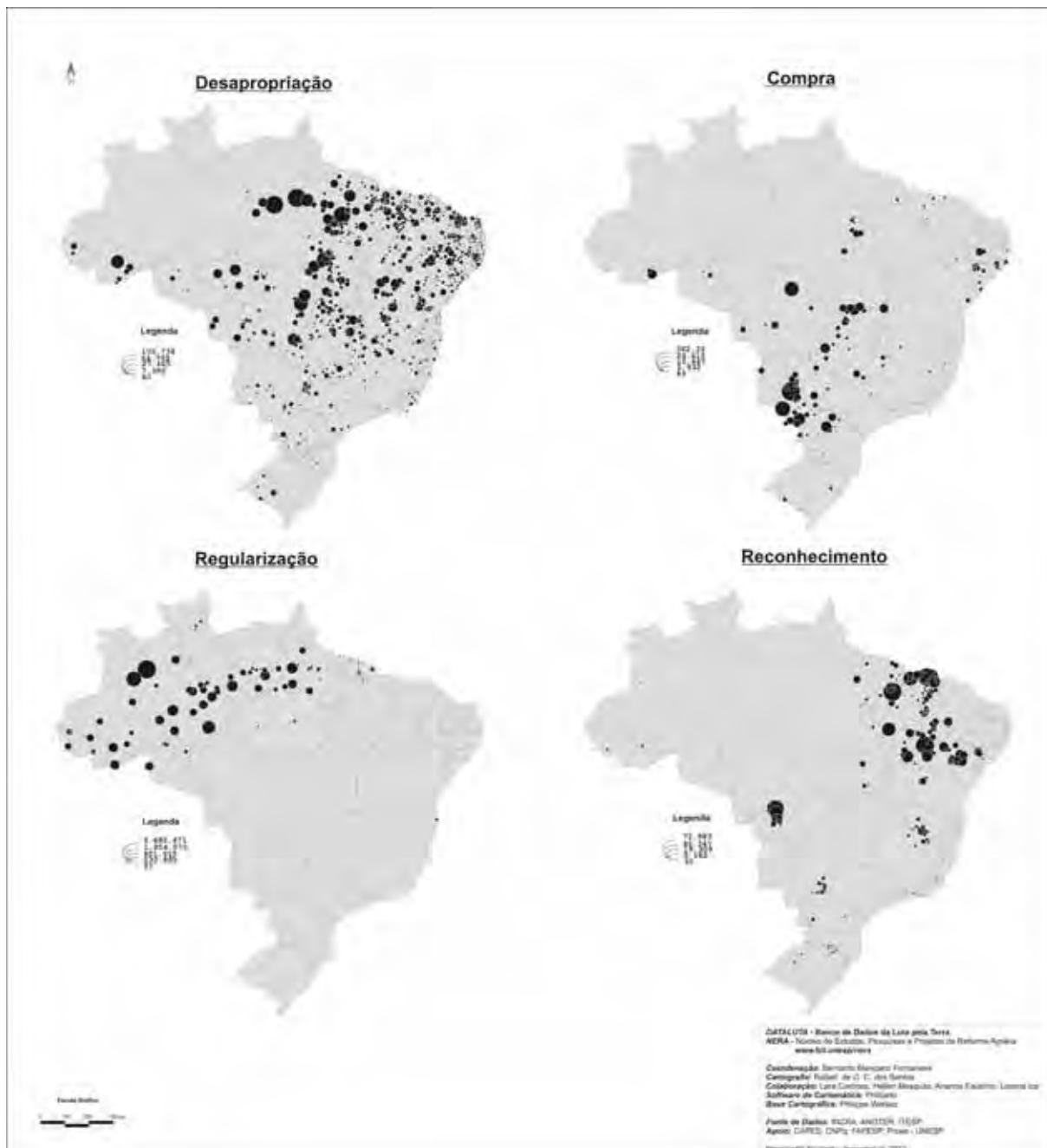
governo Lula não tenha atingido a meta, este resultado parcial não pode ser desconsiderado. O acesso à terra para mais de 377 mil famílias é muito significativo para o desenvolvimento do Brasil, que somados às famílias assentadas em governos anteriores chegam a um milhão. Este número representa uma parcela importante da formação da população camponesa brasileira, que contribuiu para diminuir a intensidade da queda da população rural.

QUADRO 1 - BRASIL - NÚMEROS DE ASSENTAMENTOS, FAMÍLIAS E ÁREA - 2003-2010

Assentamentos	Famílias	Área (ha)
3602	377.847	49.599.859

FONTE: RELATÓRIO DATALUTA BRASIL 2012.

Mas, o segundo governo Lula, a reforma agrária perdeu força e os números caíram pela metade (quadros 2 e 3). Algumas das razões para explicar essa queda estão situadas nas políticas de redistribuição de renda, na diminuição do desemprego com a retomada do crescimento que reativou o mercado interno, ampliando o consumo de massas. Neste período, as ocupações de terras despencaram de 110 mil famílias em 2004 para pouco menos de 17 mil famílias em 2010 (DATALUTA, 2012).



Prancha 1 – Modalidades de obtenção de terra (ha)³

³ Para melhor compreensão da proporcionalidade das áreas de cada modalidade de obtenção, atente aos círculos proporcionais e seus números nas legendas de cada mapa.

**QUADRO 2 - BRASIL - NÚMEROS DE ASSENTAMENTOS, FAMÍLIAS E ÁREA - 2003-2006**

Assentamentos	Famílias	Área (ha)
2386	270.090	32.648.119

FONTE: RELATÓRIO DATALUTA BRASIL 2012.

QUADRO 3 - BRASIL - NÚMEROS DE ASSENTAMENTOS, FAMÍLIAS E ÁREA - 2007-2010

Assentamentos	Famílias	Área (ha)
1216	107.757	16.951.740

FONTE: RELATÓRIO DATALUTA BRASIL 2012.

Uma análise apressada pode concluir que o aquecimento da economia diminuiu o número de pessoas interessadas em trabalhar como agricultoras. Na verdade, a melhoria da renda com o Bolsa Família chegou a grande parte da população urbana e rural. Nos assentamentos este benefício chegou a 37% das famílias. A baixa renda das famílias assentadas que com base nos dados do Censo Agropecuário de 2006, no Brasil a renda média mensal de uma família assentada era de R\$ 500,55, sendo Rondônia o estado com menor renda = R\$ 176,54 e São Paulo com a maior renda = R\$ 1.266,36. (Ferreira, et al, 2012, p.11-15). Os agricultores não se mantém com uma renda tão baixa e evidente que não atrairá novos agricultores. Agricultor com renda baixa e recebendo ajuda do governo não é uma condição que promova a reforma agrária. Diferente do trabalhador urbano, que recebe um salário, o camponês trabalha com sua família na sua terra e dela tem que tirar seus sustento. Portanto, não são somente ajudas governamentais que podem melhorar sua renda, mas principalmente políticas públicas de crédito, educação, criação de tecnologias apropriadas à pequena escala, à agroecologia etc. Mas, a questão estrutural da baixa renda dos agricultores assentados está associada a subalternidade ao mercado capitalista. Somente um governo que compreender esta



condição, poderá construir políticas de desenvolvimento para os agricultores familiares.

Há várias políticas públicas em desenvolvimento, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que melhorou significativamente o nível educacional da população assentada; o Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, tem sido uma das mais importantes fontes de renda para os assentados. Todavia, estas políticas ainda não foram suficientes para mudar o quadro de pobreza nos assentamentos e no campo, como veremos na próxima parte deste artigo. Ainda a lógica do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem contribuído muito com o endividamento das famílias assentadas, sendo um dos programas que precisam ser reformulados, como afirma Ferreira, et al, 2012, p.31). A reforma agrária parcial e a situação de precariedade das famílias assentadas foi denominada de não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula (Oliveira, 20b10). Entendemos que o governo Lula deu um importante contribuição para a reforma agrária, mesmo que incipiente, considerando os dados do II PNRA. Qualificar e ampliar as políticas públicas e criar novas são necessárias para uma reforma agrária ampla. Para isso, é necessário optar por um paradigma que considere a importância de uma agricultura camponesa autônoma.

As disputas políticas são paradigmáticas. O conceito de paradigma é uma referência para analisarmos melhor os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos pelas ações de diferentes instituições no desenvolvimento da agricultura e em especial da reforma agrária. Paradigmas são visões de mundo, construções mentais, que se utilizam das batalhas das ideias nos campos de disputas, por meio de relações de poder, configurando-se como territórios imateriais



(Fernandes, Welch, Gonçalves, 2012), para defender e ou impor diferentes intenções que determinam seus modelos interpretativos. Os paradigmas representam interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam por meio de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Por intermédio deste recurso teórico político, cientistas interpretam as realidades, procuram explicá-las e convencer outros a aplicar estes pensamentos. Para tanto, eles selecionam um conjunto de referências constituintes como, por exemplo: elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc., de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar.

Nas leituras sobre da reforma agrária no contexto do desenvolvimento e transformações da agricultura, nos detemos nos problemas e soluções criadas pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Estas leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas públicas, definindo a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc. Por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação à execução da política é fundamental. Tomamos como ponto de partida dois paradigmas para representar as posturas das diversas instituições, como os governos em diferentes escalas: federal, estadual e municipal, as corporações do agronegócio nacional e multinacional e dos vários movimentos camponeses.

O desenvolvimento do campo brasileiro não pode seguir sob a hegemonia do agronegócio. A relação entre as agriculturas capitalista e camponesa sempre foi conflituosa, na disputa por terra, trabalho e renda. Esta conflitualidade é parte de um disputa por modelos de desenvolvimento, que muitas vezes tem



promovido uma verdadeira judiciarização da luta pela terra. O Poder Judiciário e o agronegócio tornaram-se os principais inimigos da reforma agrária. As ocupações de terras são a melhor representação desta disputa por modelos. Os defensores do capitalismo agrário defendem a criação de um mercado de terras para suprimir o ato político da desapropriação, tentando resolver o problema pelo mercado capitalista que é onde acontece o processo de capitalização da renda camponesa. Uma demonstração deste processo encontra-se na parte seguinte.

A política de reforma agrária jamais poderá estar associada ao agronegócio. Nos últimos trinta anos o agronegócio manteve a concentração da terra e tornou-se um império que hegemoniza as políticas agropecuárias em todos os países do mundo intensificando a estrangeirização da terra. O Brasil é um país continental, sendo o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário, possui desigualdades tão grandes quanto seu território. Essas desigualdades são formadas pela hegemonia do modelo do agronegócio no desenvolvimento da agricultura, que controla os territórios de duas formas: pelo monopólio do território camponês pelo agronegócio, como destaca Oliveira, 1991, ou territorialidade do capital em território camponês onde as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio, que evidentemente, capitaliza a renda produzida pelas famílias camponesas. Esta relação capital – campesinato produz um paradoxo em que a produção agropecuária camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio e a maior parte da riqueza produzida é desviada para as corporações que industrializam e comercializam os produtos camponeses. Estes processos intensificam as desigualdades comandadas pelo reprodução ampliada do capital, que centraliza territórios e tecnologias, portanto, intensifica a concentração de riquezas. Estes processos geram a



modernidade e a barbárie com a espoliação territorial, onde as pessoas são excluídas de todas as formas de autonomia e são subjugadas ao modelo de desenvolvimento hegemônico (Oliveira, 2004). Para alguns, o êxodo rural e a concentração territorial - tecnológica e, portanto, a concentração de riqueza é parte de um processo “natural” da modernização da agricultura no contexto do capitalismo agrário. Para outros, é parte da questão agrária, cujos problemas podem ser minimizados através de políticas públicas e de enfrentamento com o agronegócio na luta contra o capital. Estas duas posturas representam os dois paradigmas que produzem as políticas de desenvolvimento para agricultura discutidos neste artigo.

O Brasil possui 8.514.876,599 km² e possui extremas desigualdades territoriais que mantém uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, representada pelo índice de Gini de 0,854, sendo que a maior parte das terras estão sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais. Estas empresas controlam as políticas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e dirigindo a produção de tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária. Produzindo predominantemente commodities, o agronegócio no Brasil também constitui-se em um poder hegemônico que determina o planejamento da agricultura e subalterniza os camponeses responsáveis pela maior parte produção dos alimentos destinados à economia doméstica.

O Brasil é um dos mais importantes países agrícolas do mundo e sua extensão equivale a 851.487.659 hectares. Deste total, 330 milhões de hectares foram utilizados pela agropecuária, no período 1996/2006, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. Esta área agricultável chegou a 375 milhões de hectares no período 1975/1985, o que significa que o Brasil tem utilizado entre 39 a



44% de seu território para a produção agropecuária, representando uma das maiores áreas agricultáveis do mundo. A persistente desigualdade territorial rural fica ainda mais evidente, quando comparamos a agricultura camponesa com o agronegócio. O Censo registrou 5.175.489 estabelecimentos, sendo que 84.4% (4.367.902) são unidades familiares e 15.6% (805.587) são capitalistas. A área total das unidades familiares era de 80.250.453 hectares e a área total dos estabelecimentos capitalistas era de 249.690.940 hectares. Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção do foi 62% ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto anual da produção da agricultura camponesa foi de 38% ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total, de acordo com os dados do Censo de 2006.

Para uma ênfase maior, mesmo utilizando apenas 24% da área agrícola, a agricultura camponesa reúne 74% do pessoal ocupado ou 12.322.225 pessoas, sendo que o agronegócio emprega em torno de 26% ou 4.245.319 pessoas. Esta desigualdade fica mais evidente quando observamos que a relação pessoa – hectare nos territórios do agronegócio é de apenas duas pessoas em cada cem hectares, enquanto nos territórios camponeses a relação é de quinze pessoas para cada cem hectares. Esta diferença ajuda a compreender que a maior parte das pessoas que trabalham na agricultura camponesa vive no campo e que a maior parte das pessoas que trabalham no agronegócio vive na cidade. Igualmente esta diferença revela as distintas formas de uso dos territórios, enquanto para o campesinato, a terra é lugar de produção e moradia, para o agronegócio, a terra é somente lugar de produção. Estas são características importantes para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial.



Esta desigualdade fica ainda mais acirrada quando analisamos detalhadamente a participação dos estabelecimentos no valor da produção total. Conforme a análise de Alves e Rocha, 2010, somente 8.19% ou apenas 423.689 dos 5.175.489 estabelecimentos geraram 84.89% do valor da produção total. Para destacar mais esta brutal desigualdade, isto também significa que 91.81% ou 4.751.800 estabelecimentos respondem por tão somente 15.11% deste valor. Estes dados demonstram que a concentração territorial explicita a concentração de riquezas e do controle do capital. A situação fica ainda pior, quando se observa que em 3.775.826 estabelecimentos, vivem aproximadamente 11.3 milhões de pessoas que conseguem ficar com a ridícula soma de 4.03% da riqueza produzida e que as famílias de 2.014.567 estabelecimentos tem receita anual de até meio salário mínimo. A maioria dos estabelecimentos que fica com a menor parte da riqueza é da agricultura familiar.

Os contrastes do Brasil são ainda mais fortes quando observamos que estes agricultores que ficam com a menor parte da riqueza produzida na agropecuária são responsáveis por 70% do feijão, 87% da mandioca, 38% do café, 46% do milho e 34% do arroz. Na pecuária, garantiram 59% dos suínos, 50% das aves, 30% da carne bovina e 58% do leite. A desigualdade também está presente nos tipos de produção. Por exemplo: 1.57% dos estabelecimentos produtores de milho respondem por 68.31% da produção e 26.7% do leite vem de 80.41% dos estabelecimentos produtores, ou seja 19.59% produz 73.3% do leite. A concentração é uma marca forte no campo brasileiro. Este fato tem produzido diferentes posturas a respeito do desenvolvimento da agropecuária. Algumas defendem a eliminação dos produtores que produzem menos, outras defendem políticas que ampliem a participação dos agricultores na produção e na riqueza produzida, inclusive com



políticas de acesso à terra para aumentar o número de agricultores, como por exemplo a reforma agrária e crédito fundiário.

O Brasil agrário é por demais injusto porque 74% dos agricultores recebem somente 15% do crédito agrícola, possuem apenas 24% da área agricultável, mas produzem 38% do valor bruto. É pouca terra e muita gente que recebe pouco crédito e dividi o resto da riqueza produzida, ou seja a parte que o capital permitiu que ficasse com o campesinato. Do outro lado, o agronegócio fica com 85% do crédito agrícola, controla 76% da área agricultável, produz 62% do valor bruto e emprega cerca de 26% das pessoas. É muita terra e pouca gente para ficar com a maior parte dos recursos empregados na agropecuária e com a riqueza produzida e que fica também com parte da riqueza produzida pelo campesinato, através da renda capitalizada da terra, pois é o agronegócio que comercializa a maior parte da produção camponesa. Este paradoxo é melhor compreendido pela desigualdade existente entre a classe camponesa em que 2 milhões de famílias, embora contribua com a produção de 38% do valor bruto, têm uma renda mensal em torno de 15 dólares e são obrigados a viverem de ajuda governamental, como o Bolsa Família.

A divisão regional explicita as diferenças constituídas pelas políticas governamentais e pelas políticas privadas por meio dos projetos das corporações nacionais e transnacionais. Outras instituições também participam da produção dos espaços regionais, mas em menor escala e com poderes limitados. É o caso dos sindicatos de trabalhadores e das organizações camponesas. Na maior parte das vezes, essas instituições não elaboram projetos de desenvolvimento, mas se submetem aos projetos apresentados pelo Estado e pelo capital. Esta postura subalterna dos trabalhadores e dos camponeses frente a postura ofensiva do capital



que por meio das políticas de governos se manifesta, determinando predominantemente a lógica do ordenamento territorial. Esta diferença de posturas geram conflitos constantes entre as classes e nos permite compreender melhor as singularidades dos diferentes modelos de desenvolvimento. Podemos visualizar com mais detalhes as diferenças regionais ao analisarmos os elementos da questão agrária de cada região brasileira. São muitas as variáveis que podem ser escolhidas para se configurar a questão agrária de uma região, da mesma forma que cada região possui variáveis que são mais intensas que em outras. Por esta razão, além das variáveis singulares de cada região, escolhemos as principais commodities, a estrutura fundiária, os conflitos e algumas culturas da agricultura camponesa. Estas são uma referência para conhecer as questões agrárias regionais.

O governo Dilma poderá tomar a decisão de enfrentar os problemas estruturais da questão agrária e investir no desenvolvimento da agricultura camponesa com a continuação da reforma agrária. Para isso, é fundamental que o governo defina sua posição político - paradigmática no sentido de trabalhar com dois modelos de desenvolvimento, criando as políticas e tecnologias necessárias

Se um século de história for suficiente para nos convencer que o capitalismo não será o único modelo de desenvolvimento da agropecuária, que o campesinato não foi destruído pelas relações capitalistas e que continua sendo fundamental para a produção de alimentos, fibras e agroenergia, então a reforma agrária tem sentido. Mas o cenário futuro não é tão promissor. Se os governos não enfrentarem a questão agrária e continuarem se baseando no capitalismo agrário, a conflitualidade tende a se multiplicar. A Amazônia tem sido uma área de escape para os conflitos, especialmente com a regularização fundiária, como demonstramos nos mapas. Todavia, a fronteira agrícola está se fechando e as terras da União não



serão suficientes para fazer a reforma agrária. A desconcentração fundiária acontece principalmente pela desapropriação.

A reforma agrária continua sendo um tema atual. As mudanças agrárias dos últimos cinquenta anos e os trinta anos da experiência brasileira de reforma agrária ofereceram diversos parâmetros para analisarmos a política de reforma agraria do governo Lula, as demandas dos movimentos camponeses no Brasil e pensar a reforma agrária para o futuro. A reforma agrária que pode ser feita para minimizar a subalternidade do campesinato, melhorar a renda e a qualidade de vida, desenvolver o mercado local e ampliar a produção de alimentos saudáveis. Esta é uma forma de fortalecer a agricultura brasileira, diversificando modelos e oferecendo a outros países uma referencia de democratização do campo.



Bibliografia

Abramovay, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

Amin, Samir. Contemporary Imperialism and the Agrarian Question. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, p. 1-11, 2012

Anderson, Perry. **A batalha das ideias na construção de alternativas.** Sl. Sd. biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/hegemo/pt/Anderson.rtf acessado em 30/05/2013.

Antunes, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Arendt, Hannah. **A condição humana.** São Paulo: Edusp, 1981.

Bello, Walden. **Globalization, development, and democracy: a reflection on the global food crisis.** CASID Keynote Lecture. Vancouver: 2008.

Bernstein, Henry. **Dinâmicas de classe e mudança agrária.** São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

Burbach, Roger and Flynn, Patricia. **Agribusiness in the Americas.** New York: Monthly Review Press, 1980.

Burbach, Roger and Flynn, Patricia. **Agroindústria nas Américas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

Bruno, Regina. **Movimento sou agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio.** Anpocs, s.d.

Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

Camacho, Rodrigo Simão. **Paradigmas em Disputas na Educação do Campo.** Relatório de Qualificação de Doutorado, 2013. Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

Campos Silvia Kanadani. Navarro Zander (org.) **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013



Campos, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo.** Presidente Prudente. Tese (Geografia) 2012. Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

Campos, Janaina Francisca de Souza. Fernandes, Bernardo Mançano. O conceito de paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. **Campo - Território.**, v.6, p.21 - 52, 2011.

Carvalho, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 2005.

Chevitarese, André Leonardo. **O Campesinato na História.** Rio de Janeiro. Relume Dumará, FAPERJ, 2002.

Chonchol. Jacques. **Sistemas Agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora.** Fondo de Cultura Econômica: Santiago, 1994.

Clements, Elisabeth Alice. Fernandes, Bernardo Mançano. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique In: **Second International Academic Conference on Global Land Grabbing**, 2012, Ithaca.

Davis, John, H. Goldberg, Ray, A. **A concept of agribusiness.** Boston: Harvard University Press, 1957.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil - 2011.** Presidente Prudente: REDE DATALUTA, 2012.

Delaney, David. **Territory: a short introduction.** Pondicherry: Blackwell, 2005.

Deleuze, Guilles. Guattari, Felix. **O que é filosofia.** São Paulo: Editora 34, 1992.

Di Giovanni, Geraldo. Nogueira, Marco Aurélio (orgs.). **Dicionário de políticas públicas.** São Paulo: FUNDAP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2013.

Duby, Georges. **Guerreros y campesinos: desarrollo inicial de la economía europea (500-1200).** Madri: Siglo Veinteuno Editores, 1999.

Elden, Stuart. Land, terrain, territory. **Progress in Human Geography**, 2010. Vol. 34(6) p. 799–817



Engels, Friederich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: **A Questão Agrária**. Silva, José Graziano. e Stolcke, Vera (Orgs.). São Paulo: Brasiliense. 1981. p. 59-80.

FAO, FIDA y PMA. 2012. **El estado de la inseguridad alimentaria en el mundo2012. El crecimiento económico es necesario pero no suficiente para acelerar la reducción del hambre y la malnutrición.** Roma, FAO, 2013.

Farah, Ivonne. Vasapollo, Luciano. **Vivir bien: paradigma no capitalista?** La Paz: CIDES-UMSA, 2011.

Felício, Munir Jorge. Fernandes, Bernardo Mançano. **A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar** In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde, 2007, Londrina. CD ROM do evento. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

Felício, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário.** Tese (Geografia) 2011. Programa de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

Felicio, Munir Jorge. Fernandes, Bernardo Mançano. **Contribución ao debate paradigmático da questão agraria e do capitalismo agrário.** Trabajo apresentado na X Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural “Contribución a la actualización del conocimiento sobre el desarrollo rural en Latinoamérica y Caribe”, 21 a 26 de junio de 2010. Universidad Autónoma Metropolitana, no prelo.

Fernandes, Bernardo Mançano. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita In: Sader, Emir (org). **10 anos de governos pô-neoliberais no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial: Flacso Brasil, 2013, p. 191-206.

Fernandes, Bernardo Mançano. Território camponês. In: Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012a, v.1, p. 744-748.

Fernandes, Bernardo Mançano. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio In: Ayerbe, Fernando (org.). **Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina.** São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012b, v.1, p. 203-230.



Fernandes, Bernardo Mançano. MST In: Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.**1 ed.Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012c, v.1, p. 496-500.

Fernandes, Bernardo Mançano. Via Campesina In: Caldart, Roseli Salete. Pereira, Isabel Brasil Alentejano, Paulo e Frigotto, Gaudêncio. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.**1 ed.Rio de Janeiro: São Paulo : Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012d, v.1, p. 765-768.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reforma Agraria e Educação do Campo no governo Lula. **Campo território.** , v.7, p.1 - 21, 2012e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Assentamentos como territórios In: Lourenção, Mirian (org.). **Assentamentos rurais e cidadania.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011a, p. 177-186.

Fernandes, Bernardo Mançano. Geopolítica da questão agrária mundial. In **Cadernos Conflitos no Campo – Brasil.** São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, 2011b.

Fernandes, Bernardo Mançano. **La expansión del agronegocio y la expropiación del campesinado** In: Universidad en Movimiento. Montevideo: Nordan Comunidad, 2011c, v.1, p. 57-63.

Bernardo Mançano Fernandes. **Campesinos e procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas.** Conferencia magistral del VIII congreso de la Asociación Mexicana de Estudios Rurales (AMER) “Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas”, realizado em Puebla, México, 2011 e publicado em Boletim DATALUTA. , v.44, p.1 - 12, 2011d.

Fernandes, Bernardo Mançano. Acerca de la tipología de los territorios In: **Defensa comunitaria del territorio en la zona central de México: enfoques teóricos y análisis de experiencias.** Coyoacan: Juan Pablos, 2010a, v.1, p. 57-76.

Fernandes, Bernardo Mançano. Réforme agraire et Mouvement des sans-terre sous les gouvernement Lula In: **Le Brésil de Lula: un bilan contrasté** ed.Louvain : Syllepse, 2010b, p. 105-122.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reconceitualizando a reforma agrária. **Boletim Dataluta.** , p.2 - 5, 2010c.



Fernandes, Bernardo Mançano. Agrarian issues in the Brazilian governments Cardoso and Lula: challenges for agrarian geography In: Espadinha, Maria Antonia (org.) **Law and Social Sciences**. Macau: University of Macau, 2009a, p. 273-290.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Cuestión agraria** In: Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madrid : Akal, 2009b, v.1, p. 52-58.

Fernandes, Bernardo Mançano. Territorio, teoría y política In: Ferro Medina, Juan Guillermo; Lozano Velásquez, Fabio (orgs.) **Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009c, p. 35-66.

Fernandes, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios In: Sposito, Eliseu. Saquet, Marco (org.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009d.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agronegocio** In: Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe ed. Madrid : Akal, 2009e, v.1, p. 60-62.

Fernandes, Bernardo Mançano. The MST and Agrarian Reform in Brazil. **Socialism and Democracy** , v.23, p.90 - 99, 2009f.

Fernandes, Bernardo Mançano (org). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo : Expressão Popular, 2008a

Fernandes, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (org.). Editora da Unicamp, 2008b.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado e agrogenocidio**. Asunción: Revista Acción, p.36 - 39, 2008c.

Fernandes, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do Território In: Paulino, Eliane Tomiasi. Fabrini, João Edmilson (org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008d, p. 273-302.

Fernandes, Bernardo Mançano. Agronegocio y campesinado: dos sistemas en conflicto In: Giarraca, Norma (org.). **El trabajo por venir**. Buenos Aires: Antropofagia, 2008e, v.1, p. 72-76.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e território camponês no Brasil** In: Campo, políticas públicas e educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008f, v.7, p. 39-66.



Fernandes, Bernardo Mançano. **Teoria e política agrária: subsídios para pensar a Educação do Campo** In: Por uma Educação do Campo. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2008g, v.6, p. 155-178.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses In: Oliveira, Márcio Piñon. Coelho, Maria Célia Nunes. Corrêa, Aureanice de Mello. **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas** (II) ed. Rio de Janeiro : Lamparina, 2008h, p. 385-404.

Fernandes, Bernardo Mançano. Reforma Agrária In: **Diccionario del Pensamiento Alternativo** ed. Buenos Aires: Biblos, 2008i.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Observatorio Social de América Latina** . , v.24, p.73 - 85, 2008j.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio**. Reforma Agrária, v.34, p.77 - 94, 2007.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Compreendendo a conflitualidade entre o agronegócio e os movimentos camponeses no Brasil** - Latin American Studies Association - LASA, Puerto Rico: 2006a.

Fernandes, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In **A pesquisa em Educação do Campo**. Brasília: Pronera, 2006b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Chiapas In: **Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe**.1 ed. São Paulo : Boitempo, 2006c, v.1, p. 275-275.

Fernandes, Bernardo Mançano. Para una lectura geográfica de los Movimientos sociales. **Noticias del Programa Social Agrario**. Buenos Aires, Programa Agrário, p.6 - 7, 2006d.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST e a luta pela terra: 1979-2005. **Observatório Social de América Latina**, v.4, p.281 - 310, 2006e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Território. **Brasil em números**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005a, p.35 - 45.

Fernandes, Bernardo Mançano. **La creación de una base de datos de conflictos del campo guatemalteco**. Hacia donde vamos: conflitividad agraria e laboral. , v.1, p.21 - 24, 2005b.



Fernandes, Bernardo Mançano. **Desenvolvimento territorial: conflitualidade e sustentabilidade** In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005c.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Impactos Socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira** In: Assentamentos em Debate. Brasília: NEAD, 2005d, v.8, p. 113-132.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. V.16, p.273 - 284, 2005e.

Fernandes, Bernardo Mançano. Espacialização da Luta pela Terra In: **Dicionário da Terra** ed.Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005f, p. 197-198.

Fernandes, Bernardo Mançano. **O nome novo é agribusiness**. Reportagem. São Paulo, p.45 - 47, 2004a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agronegócio e Reforma Agrária** In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2004b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra - construção conceitual In: **XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2004, Gramado - RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro., 2004c.

Fernandes, Bernardo Mançano. La reforme agraire: l'espoir. In: **Pour comprendre le Brésil de Lula**. Paris : L'Harmattan, 2004d, v.1, p. 143-150.

Fernandes, Bernardo Mançano. The massacre of human dignity. **America Latina en Movimiento**., v.26, 2003.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Agricultura familiar e agricultura camponesa** In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. CD do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002a.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro** In: XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina - PE. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002b. v.1. p.61 – 71.

Fernandes, Bernardo Mançano. Os Sem Terra do Brasil: geografia de um movimento socioterritorial. **Biblio 3w** (Barcelona). , v.7, p.x - xi, 2002c



Fernandes, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo : Cortez Editora, 2001a.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST mudando a questão Agrária In: D'Incao, Maria Angela (org). **O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização.** São Paulo: Editora Cortez, 2001b, p. 237-246.

Fernandes, Bernardo Mançano. **A questão agrária no limiar do século XXI.** Espaço e Geografia, v.04, p.07 - 24, 2001c.

Fernandes, Bernardo Mançano. The occupation as a form of access to land In: **XXIII International Congress of The Latin american Studies Association, 2001**, washington. XXIII International Congress of The Latin American Studies Association, 2001d.

Fernandes, Bernardo Mançano. Brésil: quelle réforme agraire?. **Les Cahiers D'Outre - Mer.** , v.1, p.393 - 400, 2001e.

Fernandes, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis : Editora Vozes, 2000a.

Fernandes, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação camponesa no Brasil In: Strozake. Juvelino José (org). **A questão agrária e a justiça.** São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000b, p. 13-83.

Fernandes, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica.** Terra Livre, v.15, p.59 - 85, 2000c.

Fernandes, Bernardo Mançano. A questão agrária e sua nova configuração socioeconômica, política e territorial In: Egler, Cláudio; Miranda, Mariana; Castro, Iná Elias de (orgs) **Redescobrindo o Brasil: 500 anos depois.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999a, p. 223-232.

Fernandes, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Cultura Vozes.** , v.93, p. 10-21, 1999b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Ocupações de terra e políticas de assentamentos rurais. **Lutas Sociais** (PUCSP). , v.1, p.125 - 136, 1999c.

Fernandes, Bernardo Mançano. **O todo e a parte e a parte e o todo: a interação espaço-sujeito.** Revista de Geografia (São Paulo), v.10, p.31 - 38, 1991.

Fernandes, Bernardo Mançano. Leal, Gleison. Fagundes, Diana. Meneguette, Arlete. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra; ocupações e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema In: **Dinâmicas familiar,**



produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.
Campinas/Araraquara : Unicamp/Uniara, 2003, v.01, p. 79-105.

Fernandes, Bernardo Mançano. Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais** (PUCSP). V.12, 2004.

Fernandes, Bernardo Mançano. Molina, Monica. O campo da Educação do Campo In: **Por uma Educação do Campo**. Brasília : NEAD, 2004, v.5, p. 53-89.

Fernandes, Bernardo Mançano. Ramalho, Cristiane Barbosa. **Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema - SP**. Estudos Avançados. , v.43, p.239 - 254, 2001.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch. Cliff. Gonçalves, Elienai Constantino. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma : International Land Coalition., 2012, v.1. p.62.

Fernandes, Bernardo Mançano; Welch, Clifford Andrew and Gonçalves, Elienai Constantino. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **Journal of Peasant Studies** (Londres), v.37, n. 4, p.793-819, 2010.

Fernandes, Bernardo Mançano; Welch, Clifford Andrew. Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil In: Fernandes, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a, p. 45-70.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch, Cliff. Brazil's Experience with Agrarian Reform, 1995-2006: Challenges for Agrarian Geography. **Human Geography**. , v.1, p.59 - 69, 2008b.

Fernandes, Bernardo Mançano. Welch. Cliff. **Modelos de desenvolvimento em conflito: agronegócio e Via Campesina** In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. Tradição e Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: ENFA/UFRGS, 2004.

Ferreira, Brancolina et al. A importância do crédito para o desenvolvimento social e produtivo dos assentados. IPEA, **Nota Técnica número 11**. Brasília, 2012.

Fleck, Ludwik. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

Franco, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.



Furtanto, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: um rio grande de (im)possibilidades.** (2012) Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes, Bernardo Mançano. Geografia da conflitualidade no campo brasileiro In: **Lutas campesinas contemporâneas: a diversidade das formas das lutas no campo.** São Paulo : Editora da UNESP, 2009, v.2, p. 339-366.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes, Bernardo Mançano. Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária** (São Paulo. Online). , v.8, p.73 - 98, 2008.

Girardi, Eduardo Paulon. Fernandes Bernardo Mançano. **Campesinato, agronegócio e latifúndio: territórios da questão agrária e a fronteira agropecuária brasileira** In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Rio de Janeiro: 2006.

Gottmann, Jean. **The significance of territory.** Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

Graziano da Silva, José. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

Graziano da Silva, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: Instituto de Economia, 1996.

Haesbaert, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Harvey, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

Harvey, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2004.

Hidalgo Flor, Francisco. Fernandez, Alvaro Marquez. **Contrahegemonia y buen vivir.** Quito: Universidad Central del Ecuador y Universidad del Zulia – Venezuela, 2012.

Japiassu, Hilton. **Introdução ao Pensamento epistemológico.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

Kearney, Michael. **Reconceptualizing the peasantry.** Colorado: Westview Press, 1996.



- Kuhn, Thomas. **A Estrutura das revoluções científicas.** São Paulo: Perspectiva, 1978
- Lamarche, Hugues (org.) **A Agricultura Familiar: do mito a realidade.** Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- Lamarche, Hugues (org.) **A Agricultura Familiar: uma realidade multiforme.** Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- Martins, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- Martins, José de Souza. **Reforma Agrária: o impossível diálogo.** São Paulo: EDUSP, 2000.
- Lefebvre, Henri. **The production of space.** Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.
- Marx, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política.** São Paulo: Edições Mandacaru, 1989.
- Marx, Karl. Engels, Friederich. **Ideologia alemã.** São Paulo: Livraria Editora Ciência Humanas, 1982.
- Mazzali, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”.** São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- Mendras, Henri. **La fin des paysans**, Paris, SEDEIS, 1967; rédition, Arles, Actes Sud, coll. « Babel », 1992.
- Mills, Charles Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- Miranda, Evaristo Eduardo. **A seca e o Bolsa Família.** O Estado de S. Paulo, 30 de março de 2013, página A2.
- Mazoyer, Marcel. Roudart, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea.** Lisboa: Piaget, 2001.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Um novo mundo rural.** Brasília: MDA, 2010.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília: MDA, s.d.
- Moyo, Sam. Yeros, Paris. Jha, Praveen. Imperialism and primitive accumulation: Notes on the New Scramble for Africa. Agrarian South: **Journal of Political Economy**. V 1, n 2, p. 181–203, 2011.



Oliveira, Ariovaldo Umbelino. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Agrária**, São Paulo, No. 12, pp. 3-113, 2010a.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010b.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. Folha de S. Paulo, 17 de abril de 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1704200809.htm>. Acessado em 17 de abril de 2008.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. Terra Livre, v.21, p. 115-156, 2003.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes do campo brasileiro. In Carlos, Ana Fani Alessandri (org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

Paulino, Eliane Tomiasi; Almeida, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: A Questão Camponesa no Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Pedon, Nelson. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo, Editora da Unesp, 2013.

Pinazza, Luiz Antonio Araújo, Ney Bittencourt. **Agricultura na virada do século XX: visão do agribusiness**. São Paulo: Editora Globo/ABAG, 1993.

Ploeg, Jan DouveVan Der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Pollan, Michael. **O dilema do onívoro**. São Paulo: Editora Intrínseca, 2007.

Raffestin, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Rosset, Peter M. Martínez-Torres, Maria Elena. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. **Ecology and Society** 17(3): 17. 2012.



- Rubio, Blanca. **Explotados y excluídos: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal.** El Quinde (Quito) 2009.
- Sack, Robert David. **Human Territoriality - Its Theory and History.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986
- Sader, Eder. **A vingança da história.** São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- Sader, Eder. **A nova toupeira.** São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- Sampaio, Plinio de Arruda. Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. In **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** (ABRA), número 1. Volume 32. São Paulo: ABRA, 2005.
- Santos, José Vicente Tavares. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In **Violências no tempo da globalização.** SANTOS, José Vicente Tavares (org.) São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- Santos, Milton. **A natureza do espaço.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- Santos, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- Santos, Milton. **Testamento Intelectual.** São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- Saquet, Marcos. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popula, 2007.
- Shanin, Teodor. **Defining Peasants.** Oxford: Basil Blackwell, 1990.
- Sauer Sergio. Leite, Sergio. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil, **Journal of Peasant Studies**, 39(3-4), 873-898, 2012.
- Schneider, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- Schejtman, Alexander. Berdegué Julio. **Desarrollo Territorial Rural.** Santiago: RIMISP, 2003.
- Silva, Anderson Antonio. Fernandes Bernardo Mançano. Por que a luta pela terra no Pontal do Paranapanema interessa ao turismo In: **O turismo rural e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade.** Campo Grande : Editora UFMS, 2012, v.1, p. 155-172.
- Silva, Anderson Antonio. Fernandes Bernardo Mançano. Valenciano, Renata. **Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no Pontal do Paranapanema.** São Paulo : INCRA, 2006, v.1. p.374.



Souza, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

Souza, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a Ágora. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

Souza, Marcelo José Lopes. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento". In **Geografia: conceitos e temas**. Castro, Iná Elias. Gomes, Paulo Cesar Costa. Corrêa, Roberto Lobato (orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Souza Júnior, Xisto Serafim de Santana. (2008). **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa – PB**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Presidente Prudente.

Thomaz, Júnior, Antonio. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no brasil do século XXI**. In Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

Vázquez, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Buenos Aires : São Paulo : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; Editora Expressão Popular, 2007.

Zero Hora. Lula no Fórum: denúncias arranham promessas. Porto Alegre, 13 de janeiro de 2013, p. 8. Caderno de p.8.



PARTE 2
ARTIGOS SELECIONADOS

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



1. A QUESTÃO AGRÁRIA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI¹

Bernardo Mançano Fernandes²

Introdução

Neste final de século, o debate a respeito da questão agrária contém antigos e novos elementos que têm como referências: as formas de resistência dos trabalhadores na luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais simultaneamente a intensificação da concentração fundiária. No centro desse debate, desdobra-se uma disputa política por diferentes projetos de desenvolvimento do campo.

Desde a década de setenta o campo brasileiro passa por profundas transformações, resultantes da implantação do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária pelos governos militares e pelas ações dos principais protagonistas da luta contra esse modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e a Comissão Pastoral da Terra – CPT.

No começo da derrocada da ditadura militar, os sem-terra recolocaram a reforma agrária na pauta política. No primeiro governo da Nova República foi criado o Plano Nacional de Reforma Agrária, que não se concretizou. A maior parte dos assentamentos implantados durante esse governo foi resultado das ocupações. Ainda nesse período, os trabalhadores conquistaram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera. Nos governos Collor e Itamar, as políticas criadas para tratar da questão agrária mantiveram a repressão aos sem-terra. Também nesse tempo, os trabalhadores conquistaram alguns assentamentos, criaram o Sistema Cooperativista dos Assentados, além de diversos outros setores de atividades do Movimento, dimensionando a luta pela

¹ Trabalho apresentado no 15º Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Goiânia, de 2 a 5 de dezembro de 2000, organizado pelo Curso de Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás.

² Professor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Unesp – campus de Presidente Prudente. Coordenador do NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. bmf@prudente.unesp.br



terra e constituindo um projeto de desenvolvimento para o campo. Políticas de repressão sempre foram adotadas para impedir o avanço dessa luta. A militarização da questão agrária tem sido uma cerca à luta dos trabalhadores. Na década de noventa emergiu uma nova cerca: a judiciarização da luta pela terra, representada pela intensificação da criminalização das ocupações e na contínua impunidade dos mandantes e assassinos dos trabalhadores.

As ocupações massivas são um elemento novo que contribui para o avanço da luta pela terra. Somente na década de noventa, mais de quatrocentas mil famílias ocuparam latifúndios³. Essas lutas foram desenvolvidas por meio dos processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais no campo. Embora alguns pesquisadores denominem essa política de assentamentos rurais como uma política de reforma agrária, a existência da imensa maioria dos assentamentos é resultado da luta pela terra. Assim, pela inexistência da reforma agrária, as ocupações têm sido a principal forma de acesso à terra.

Todavia, há diferenças substanciais entre as políticas dos governos anteriores e a do atual governo. Os três primeiros governos da Nova República apenas fortaleceram o modelo de desenvolvimento econômico para a agropecuária, atendendo aos interesses e privilégios da agricultura capitalista, não criando nenhum projeto de desenvolvimento rural. Na verdade, o discurso político que predominou nesse período foi que a reforma agrária seria apenas uma política social, de modo que a territorialização da luta pela terra foi determinante na conquista de políticas de desenvolvimento para o campo, principalmente para os assentamentos.

O atual governo vem tentando implantar que denominou de “Novo Mundo Rural”. Nesse programa, o governo reconhece a importância dos pequenos agricultores para o desenvolvimento do campo e cria um conjunto de políticas para tratar da questão agrária. Todavia essas políticas têm o capital e o mercado como principais referências, de modo que procura destituir de sentido as formas históricas de luta dos trabalhadores. A luta pela terra que tem como princípio o enfrentamento ao capital, defronta-se com esse programa, através do qual

³ Ver a respeito os Cadernos Conflitos no Campo, publicados pela Comissão Pastoral da Terra. A CPT desenvolve o mais amplo levantamento das diferentes formas da resistência dos trabalhadores rurais e dos diversos tipos de violências sofridas pelos camponeses na luta pela terra.



pretende-se convencer os pequenos agricultores e os sem-terra a aceitarem uma política em que a integração ao capital seria a melhor forma de amenizar os efeitos da questão agrária.

Esse programa contém a “nova reforma agrária”, que além da desapropriação de terras, inclui a compra de terra, procurando incutir essa referência no conceito de reforma agrária, descaracterizando-a. Por não ter interesse político de enfretamento com os ruralistas, tampouco em desmontar os esquemas fraudulentos de indenizações milionárias, o governo vem abandonando a sua competência determinada pela Constituição, em fazer a reforma agrária. Assim, optou por enfrentar os trabalhadores. Através desse programa, com a implantação de um conjunto de medidas para desmobilizar e enfraquecer os trabalhadores organizados, tenta redirecionar a questão agrária e impedir que a luta pela terra continue crescendo.

Desde a sua primeira gestão, o governo Fernando Henrique Cardoso tem criado diversas políticas com o objetivo de impedir o avanço da luta pela terra. Para tentar diminuir o crescimento das ocupações de terra, foi criado o Banco da Terra: uma política de compra e venda de terras. Igualmente, por meio de medidas provisórias, iniciou uma série de políticas, como por exemplo: não realizar vistorias em terras ocupadas, não assentar as famílias que participarem de ocupações, excluir os assentados que apoiarem outros sem-terra na ocupação de terra, tentando, dessa forma, impedir o processo de territorialização da luta pela terra. Criou a “*reforma agrária pelo correio*”, também na tentativa de desmobilizar os movimentos sociais. Com relação à política de crédito, os trabalhadores viram o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procera ser substituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – Pronaf. Essa mudança não representa somente uma perca econômica para os trabalhadores, mas também uma derrota política na implantação de um projeto de resistência da luta pela terra. Essas políticas foram criadas em resposta às ações dos trabalhadores sem-terra, mas também são resultados de um novo paradigma da questão agrária, denominada de *agricultura familiar*, que tem como principal referência o papel central do Estado como gestor de projetos para a *integração* dos camponeses ao mercado.



Nesse contexto, desde meados da década de noventa, a luta pela terra e a implantação de assentamentos têm sido elementos importantes para analisar as transformações que vem ocorrendo no campo. Sem a realização da reforma agrária, as ocupações, os assentamentos e a concentração fundiária crescem. Para contribuir com os estudos e o debate, propomos uma reflexão teórica sobre a questão agrária e uma análise da realidade da luta pela terra, principalmente no campo do embate entre governo Fernando Henrique Cardoso e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

1 – Reflexões para o estudo da questão agrária

A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade.

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, consequentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política.

A questão agrária é um elemento estrutural do capitalismo. Portanto, o conjunto de problemas é constante, pode-se amenizá-los, diminuir suas escalas, mas não é possível solucioná-los totalmente. Políticas públicas são medidas possíveis para amenizar a intensidade dos problemas. Essas medidas de controle político podem diminuir a violência das desigualdades. Outras possibilidades são



as formas de lutas dos trabalhadores, por meio da pressão política: as ocupações de terra, as marchas, ocupações de prédios públicos, as greves etc. Essas são ações que modificam a conjuntura, mas não impedem o processo de intensificação das desigualdades, geradoras da miséria e da fome. A persistência do movimento e a inovação dos problemas são próprias da lógica da questão.

Pelo fato da questão agrária ser um conjunto de problemas inerentes ao capitalismo, para serem amenizados é necessário que se realize simultaneamente medidas de caráter político e socioeconômico. Efetuá-las é a questão da questão agrária, porque somente as lutas pela terra e pela reforma agrária não são suficientes para amenizar os problemas. Assim como, apenas, as políticas governamentais também não são eficientes. A questão não é só a distribuição da terra, mas também construir novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas. Esse é o sentido de se correlacionar forças políticas no plano dos conflitos no capitalismo. Políticas públicas eficazes se efetivam com a participação dos trabalhadores. Na inexistência dessa condição ou na implantação de projetos unilaterais, as lutas populares sempre foram fundamentais para o enfrentamento e as conquistas dos trabalhadores rurais.

Ao compreendermos a questão agrária como o movimento dos problemas relativos da agropecuária e inerentes do processo das relações capitalistas, defrontamos com os seus elementos estruturais e conjunturais, que conforme as políticas desenvolvidas, são intensificados e dimensionados. Dessa forma, o conjunto de problemas é expandido e a questão é territorializada. Desse modo, não há saída para os problemas criados e recriados pela questão agrária. O seu limite é a sua superação e isso é impossível no capitalismo. Lutar para tentar superá-la, significa lutar contra o capital. E nessa condição também há limites, porque vivemos em um tempo em que precisamos construir novas experiências e referências para pensarmos a transformação da sociedade. Desconsiderar essa possibilidade é perder a perspectiva, é ignorar a realidade do sistema capitalista e aceitá-lo. É querer ser engolido pela questão agrária ou ser definhado lentamente. As referências teóricas e as experiências históricas são fundamentais para a construção de novas práticas na luta contra o capital. Abandonar os clássicos da



questão agrária e da luta pela transformação da sociedade não nos levará há lugar algum. Tomá-los como referências para contribuir na leitura do mundo em que vivemos é essencial para lutarmos por uma outra sociedade, por algum lugar. A luta contra o capital é, igualmente, a luta por um espaço político. É lutar para tentar ser protagonistas e não coadjuvantes do processo. E nessa caminhada, o saber da lógica destruidora da questão agrária está contido na consciência dos que lutam e resistem.

A partir dessas referências são construídas novas interpretações, novas teses. Nesse processo de formação de paradigmas do conhecimento acontecem as persistências e superações de teorias, contribuindo com o debate da questão agrária por meio das análises das diferentes correntes teóricas em determinados momentos históricos.

Desse modo, não se pode negar algumas das mais importantes obras clássicas que são referências teóricas fundamentais para compreendermos esse movimento. As primeiras são: *A Questão Agrária*, de Kautsky; neste trabalho seminal encontramos excelentes análises a respeito dos elementos estruturais da questão. Outra obra contemporânea desta, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, de Lênin, também contribui para formarmos os quadros de referências para o estudo do capitalismo agrário. A partir dessa compreensão, essas obras são ponto de partida e de retorno para análises apuradas. Portanto, esses livros não se inserem somente no quadro de lutas políticas em que viveram os seus autores, como afirma Abramovay (1992). De fato, são referências essenciais para a pesquisa do movimento da questão agrária e contribuem na elaboração de novas idéias a respeito do dimensionamento dos problemas agrários.

Outro clássico é *A Questão Agrária* de Caio Prado Júnior. Este livro foi publicado pela primeira vez em 1979, e relançado pela Editora Brasiliense em 2000. Os artigos que compõem a obra foram publicados na Revista Brasiliense entre 1960 e 1964. Pela lógica e persistência da questão, o livro de Caio Prado, além do referencial teórico e documento histórico importantes, traz os principais elementos estruturais para a análise da questão agrária brasileira. Também, o clássico *Quatro séculos de latifúndio* de Alberto Passos Guimarães é outra obra de referência, principalmente, para entender a formação dos latifúndios. Esses autores



proporcionaram debates políticos a respeito de suas diferentes interpretações da questão, construíram conhecimentos científicos e contribuíram com suas teorias relativas à questão no desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Estão entre as principais referências teóricas desde meados deste século.

Nos territórios dos debates, dos processos de formação das idéias e suas leituras diversas, os elementos estruturais da questão agrária foram interpretados pelos cientistas, que apresentaram diferentes visões a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo. Entre os elementos estruturais que se encontram no centro da questão, estão os problemas relativos à *diferenciação do campesinato*. Nesse ponto, há diferentes leituras: de um lado, a premonição dos que acreditam na destruição do campesinato e uma possível hegemonia da condição de assalariamento; de outro os que defendem a tese da *persistência de relações não capitalistas de produção*, no contexto das desigualdades e das contradições das *relações capitalistas de produção*. Essas interpretações da questão contribuíram para a elaboração de distintas políticas referentes às leis trabalhistas e a reforma agrária. Vide Estatuto do Trabalhador Rural, 1962, e o Estatuto da Terra, 1964.

Outro elemento essencial da questão é a concentração fundiária. A reforma agrária é uma política pública para a democratização do acesso à terra e formação do campesinato. Nesse sentido, foi e é defendida como uma possibilidade de desenvolvimento do capitalismo, como também é uma forma de construção de novas experiências de luta contra o capital, ao mesmo tempo em que representa efetivamente a ressocialização dos expropriados. Nesse âmbito, acontecem as discussões em que a reforma agrária é vista como questão econômica, como questão social, de solução de injustiças etc.

Essas leituras estão presentes nos documentos das instituições que trabalham a questão: movimentos, sindicatos, Estado, Igreja e partidos. Assim, foram construídas diferentes leituras da realidade nos territórios teóricos e no desenvolvimento de políticas.

Na década de oitenta, pelo menos duas obras podem ser indicadas entre as mais importantes na análise da questão agrária: *Os camponeses e a política no Brasil* de José de Souza Martins, e *A Modernização Dolorosa* de José



Graziano da Silva. Esses trabalhos também se tornaram referências para o desenvolvimento dos estudos, bem como consolidaram o debate, tornando-se fundamentais pelas análises e contribuições teóricas a respeito do movimento da questão. Martins discute as origens e a formação do campesinato. É, sem dúvida, referência essencial para uma leitura sociológica desse processo. Graziano analisa as transformações recentes da agricultura e a permanência da estrutura fundiária concentrada; a fronteira agrícola e a subordinação do camponês ao capital. Essas obras tornaram-se bibliografias obrigatórias para o estudo da questão agrária.

Na década de noventa, uma referência importante é o livro *A Questão Agrária Hoje*, organizado por João Pedro Stédile. É uma coletânea de artigos em que são debatidas desde as questões teóricas do desenvolvimento do capitalismo no campo aos desafios das lutas dos trabalhadores organizados. Essa obra contém estudos que analisam as distintas dimensões da reforma agrária, os elementos estruturais e alguns elementos conjunturais que compuseram a questão agrária nas décadas de oitenta e noventa.

Em algumas partes dessa obra, as desigualdades geradas pela territorialização do capital e a reforma agrária são vistas como questão social, ou seja como uma forma de distribuição de renda, como forma de luta e resistência dos trabalhadores, na compreensão que esta não teria mais necessidade para o desenvolvimento capitalista e não interessa à burguesia. Que a tendência é de desintegração do campesinato e de intenso êxodo rural e que, desse ponto de vista, só teria sentido como luta política. Que a organização da pequena produção camponesa não leva à transformação da sociedade e é preciso, portanto, construir novas experiências coletivistas nos assentamentos conquistados.

De outro ponto de vista, a reforma agrária é analisada como inviável, mesmo reconhecendo as enormes desigualdades geradas pelo progresso técnico e pelo *padrão agrário vigente*. Que uma tendência do desenvolvimento da agricultura capitalista não é o de geração de empregos diretos, mas nos setores de serviços criados pelas demandas dos *complexos agropecuários*. Numa postura mais à direita, defende-se medidas de combate ao desemprego e não o assentamento dos sem-terra. Posteriormente, chegou-se a defender políticas assistenciais como forma de combate à miséria. Na outra ponta, discute-se que



políticas reformistas são paliativas e que somente a luta pelo socialismo seria um processo verdadeiro de transformação.

Ainda, na década do noventa, surgiu outra obra que se tornou referência importante nos estudos da questão agrária, na elaboração de políticas públicas e organização sóciopolítica. É a tese de Ricardo Abramovay, denominada de “*De camponeses a Agricultores: paradigmas do capitalismo agrário em questão*” e publicada com o título: “*Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*”, (ABRAMOVAY, 1992). Esta obra tem sido uma referência muito utilizada nos estudos da questão agrária em diversas áreas das Ciências Humanas. Ela é parte de um amplo conjunto de estudos sobre a *Agricultura Familiar*, noção que tem ganhado status em detrimento do conceito de camponês. Nesse paradigma defende-se que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está *altamente integrado ao mercado* não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo⁴, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão *agricultura patronal*. O que está em questão nesses estudos é a defesa da tese em que a agricultura familiar está inserida na lógica do desenvolvimento do capitalismo; que a sua existência deve-se muito mais às políticas criadas pelo Estado para garantir a produção de alimentos do que aos interesses políticos e às lutas dos pequenos agricultores. Esta visão da agricultura camponesa está presente no conjunto de políticas do Banco Mundial, criadas na década de 1990, para o “desenvolvimento rural” dos países pobres. Evidente que nesta visão não estão presentes os conflitos políticos e as possíveis soluções para a questão agrária estariam nas políticas econômicas ditadas pelo Banco Mundial.

A maior parte desses referenciais teóricos demonstra que a existência do campesinato é consequência da sua luta heróica contra a expropriação e a proletarização, causada pelo desenvolvimento do capitalismo, no movimento de criação e recriação do campesinato no processo de diferenciação.

⁴ Em parte, aqueles que são denominados de *agricultores familiares*, são na verdade empresas familiares. Concordamos com Graziano, quando afirma que são unidades de produção que “possuem uma série de elementos que definem uma empresa comercial, mas mantêm, ainda, alguns traços típicos de atividades familiares” (SILVA, 1999, p. 214).



Esse é um processo contraditório que acontece por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Desse modo, a formação do campesinato acontece simultaneamente pela exclusão/inclusão das condições de realização do trabalho familiar, na criação/destruição/recriação das relações sociais como a propriedade camponesa, a posse, o arrendamento, a meação, e a parceria. Ao mesmo tempo em que o capital destrói o campesinato em um lugar ele recria em outro. Ou no mesmo lugar em outro tempo. Dessa forma, pode-se compreender a destruição do campesinato pela territorialização do capital, bem como o processo de recriação do campesinato, onde o capital se territorializou. E isso acontece porque o campesinato, no processo de diferenciação, ao ser totalmente expropriado torna-se um assalariado, e ao se capitalizar pode se tornar um capitalista. E no interior desse processo, resistindo, se mantém como camponês, ou ainda nas regiões onde ocorreu a difusão e ou interiorização industrial, torna-se um camponês - assalariado. É da formação do campesinato que também se desenvolvem as relações capitalistas. Assim, o capital destrói e recria relações não capitalistas e também se desenvolve a partir de seu contrário, ou seja das relações não capitalistas. De qualquer modo, estamos frente a um processo de subordinação ao capital, de exploração, de expropriação. O que significa que no capitalismo, o campesinato está submetido a esse processo. A questão é se o camponês luta contra o capital ou aceita esse “destino”.

A questão é que, na sua territorialização, o capital expropria muito mais rápido do que recria. Ou seja a territorialização do capital é muito mais intensa que a territorialização do campesinato. Para os trabalhadores expropriados, que são a maior parte, e vivem na miséria e lutando contra a fome, só lhes restam lutar para mudar esse “destino”. É por essa razão que os camponeses se organizam. É nesse contexto que camponeses expropriados e em processo de exclusão se organizaram e criaram o MST. A luta pela terra é outra forma de recriação do campesinato⁵. Em sua reprodução ampliada, o capital não pode assalariar a todos, excluindo sempre grande parte dos trabalhadores. A manutenção do exército de reserva, por meio do controle do desemprego, e o interesse do capital em se apropriar da renda da terra ocasionam as condições de

⁵ A respeito desse processo, ver FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Vozes; Petrópolis, 2000.



luta contra o capital. Assim, por meio da ocupação da terra, os trabalhadores sem-terra do campo e da cidade se ressocializam, resistindo e se subordinando ao capital, porque ao conquistarem a terra, se (re) inserem no processo de diferenciação, e podem ser novamente expropriados e outra vez se ressocializarem. Desenvolve-se, assim, o intenso e tenso processo de territorialização da luta pela terra. O sentido dessa resistência – na luta contra o capital - é lutar para continuarem sendo eles mesmos. Resistem para não se tornarem assalariados, nem capitalistas. Portanto, muitos trabalhadores conscientes do “destino”, lutam contra essa desventura.

Na década de oitenta, no campo das pesquisas da questão agrária, continuava forte a posição dos que defendiam que o campesinato iria acabar, que não tinha futuro. A proletarização era um processo iminente. Havia os que defendiam a sua existência no processo desigual e contraditório do modo de produção capitalista. A única saída para esses sujeitos, quer queira como camponeses ou como assalariados era a luta contra o capital, numa perspectiva revolucionária de transformação da sociedade. Neste limiar de novo século e de milênio, essa contestação permanece. Essas teses continuam atuais e vários estudos são realizados a partir desses referenciais. O que há de novo é que, desde o início da década de noventa, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a *integração* ao capital. Essa é a tese da *Agricultura Familiar*. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital. Nesta tese, o Estado tem um papel determinante na elaboração das políticas que garantam a diminuição das desigualdades geradas pelo processo de diferenciação. Nos países em que o Estado cumpre esse papel, com políticas de controle fundiário, crédito e de subsídios para os camponeses como, por exemplo, na Europa, o processo de expropriação é menos intenso. Todavia, no Brasil, em que o Estado e o Congresso são controlados pelos interesses do empresariado e dos ruralistas, são raríssimas as políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento da agricultura camponesa. E quando são criadas é por causa das lutas dos trabalhadores. Basta observar as políticas do Ministério da Agricultura, voltadas exclusivamente para a agricultura capitalista.



Esse fato é tão evidente, que as atuais políticas para a chamada *agricultura familiar* são desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em São Paulo, da mesma forma, a Secretaria da Agricultura está sob controle dos interesses dos agricultores capitalistas, e os sem-terra recebem assistência técnica do Instituto de Terras, vinculado à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Essas são algumas das razões pelas quais ainda não foi possível nem ao menos realizar uma política de reforma agrária.

A idéia de *agricultura familiar* também ganhou força e organização. Está em gestação no Brasil, a formação de sindicatos, federações e confederação dos agricultores familiares, formando assim, também, um paradigma político. No gradiente das organizações do campo vão se configurando e se delimitando novos espaços políticos. Em uma parte, pode-se situar – grosso modo – as organizações de *agricultores familiares* - vinculadas à Contag/CUT - que estão mais voltadas às políticas de *integração* ao capital. Noutra parte, estão o MST , o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA e, em certa medida, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que defendem políticas de resistência na luta contra o capital. Evidente que a relação política dessas organizações com o Governo são distintas. Como os projetos do governo foram criados a partir de uma forte influência da visão da *agricultura familiar*, os primeiros movimentos têm facilidade em aceitá-los, pela identificação que há em seus propósitos. Como é o caso do Pronaf, que tem com perspectiva de desenvolvimento a capitalização dos camponeses, transformando-os em pequenos capitalistas. Esse programa é determinado para todos, sem direito à negociação dos princípios, como pode ser observado no projeto Novo Mundo Rural elaborado pelo governo, na explicação das finalidades do Pronaf:

A integração do assentado ao universo dos agricultores familiares, com o objetivo de proporcionar a sua participação no mercado competitivo, foi prevista no Programa Novo Mundo Rural. A viabilização do programa iniciou-se com a inclusão dos beneficiários do extinto Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) em nova linha de crédito do Pronaf/Planta Brasil⁶.

⁶ - O que é o Pronaf. Ver: www.desenvolvimentoagrario.gov.br.



O Novo Mundo Rural é um projeto criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso e tem como princípio:

promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável, em nível local e regional, por meio da desconcentração da base produtiva e da dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais – que compreendem pequenos e médios centros urbanos –, usando como vetores estratégicos o investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar, na redistribuição dos ativos terra e educação e no estímulo a múltiplas atividades geradoras de renda no campo, não necessariamente agrícolas” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 1999).

Nesse projeto, cabe ao Estado a definição de um modelo de desenvolvimento e a determinação de políticas às quais os trabalhadores deverão se interagir. Em sua acepção predominam políticas como por exemplo: o Banco da Terra, ou seja as negociações são definidas no território político-econômico da lógica do capital. Nesse sentido, qualquer forma de “*enfretamento ao capital*” acontece apenas no campo da luta por resultados. Em outro projeto, os movimentos sociais, principalmente do MST, MPA e MAB, têm como princípio à perspectiva de luta o território da organização dos camponeses, onde seus planos políticos e econômicos de enfretamento e de construção de novas experiências sejam as referências, como pode ser observado em alguns itens de sua plataforma política, em discussão:

Pela democratização da propriedade da terra. Fixar limites do tamanho máximo da propriedade. Priorizar a desapropriação de todos os latifúndios. Contra o funcionamento do Banco da Terra... Garantia de renda mínima, a partir da valorização do trabalho do agricultor, a todas as famílias que vivem no meio rural... Criação de linha de crédito subsidiada para todos os pequenos produtores... Recursos de crédito especial e subsidiado para agroindústria associativa e cooperativada... Suspensão do pagamento da dívida externa brasileira: que consome bilhões de dólares anuais, e proibição de remessa de lucros, e aplicação desses recursos nesse plano de desenvolvimento rural... Ampliação e execução do Imposto Territorial Rural como forma de tributar os latifúndios, e aplicar esses recursos na reforma agrária (MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 2000, p. 80).



A partir dessas referências, pode-se observar que a dimensão política do território teórico do paradigma da *agricultura familiar* é direcionada para dentro, para a valorização das relações capitalistas. De fato, essas idéias representam uma mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integrabilidade, entre trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital. Por outro lado, a dimensão política do território teórico do paradigma da agricultura camponesa é direcionada para fora, na perspectiva da superação das relações capitalistas. Ao mesmo tempo em que pressiona o Estado, constrói sua organização e seus projetos. Desse modo, os camponeses participamativamente do processo desigual e contraditório em que estão inseridos. Tem, portanto, a perspectiva da superação das condições de exclusão em que se encontram. Lutar contra o capital não significa nenhuma transformação estrutural de imediato, significa resistir contra a expropriação, lutando por mudanças conjunturais que acompanhem e diminuam a intensificação das desigualdades. Abandonar essa perspectiva, como quer os ideólogos da *agricultura familiar*, e consentir a integração subserviente ao capital, é aceitar a expropriação, a miséria e a fome como uma “determinação natural” e não como uma determinação do capital.

Portanto, não há como não lutar contra o capital, não há como não enfrentar o projeto do governo. E, neste ponto, é essencial destacar uma questão: não é porque o governo foi eleito, que tem o direito de impor as suas políticas de cima para baixo. Compreender esse confrontamento, no campo teórico, entre as propostas dos projetos de desenvolvimento, contidos em diferentes perspectivas de sociedade, é hoje elemento importante para analisar a questão agrária. Essas leituras são referências fundamentais. No final dos anos noventa, a questão agrária foi dimensionada por essas novas características que geraram o atual impasse nas negociações entre governo e movimentos sociais. Esse tema é analisado a seguir.



A luta pela terra no limiar do século XXI

A luta pela terra é uma importante dimensão da questão agrária. Desta nascem diversas outras lutas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é hoje, sem dúvida, importante organização dos trabalhadores a praticá-las. Essas ações têm mantido na pauta política os debates da necessidade de realização da reforma agrária, bem como de diferentes políticas públicas para o campo.

Por meio dessas ações dos trabalhadores podemos compreender as formas de resistência aos processos de expropriação, de expulsão e exclusão. Pode-se analisar, igualmente, a disputa política por projetos de desenvolvimento rural. A amplitude dessa luta é conhecida pelas diversas manifestações cotidianas dos sem-terra, desde o trabalho de base às ocupações de terra; do enfretamento aos latifundiários nas diversas formas de violência contra os sem-terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc.

Essas manifestações são frutos do processo de criação do projeto de desenvolvimento sociopolítico e econômico dos trabalhadores sem-terra que conflita com as políticas compensatórias do projeto do Governo Fernando Henrique Cardoso. Nas diferenças desses projetos estão explícitas as visões de mundo. No plano estrutural há ideologias divergentes e perspectivas distintas de sociedade. Todavia, não há um completo desencontro, já que no plano conjuntural existem algumas propostas que se equiparam, pois nem as políticas compensatórias podem ignorar as lutas populares, tampouco as ações dos trabalhadores não se utilizam dessas políticas. Mesmo o governo reconhece a importância do papel histórico dos movimentos camponeses. Nessa contestação está a núcleo da questão, que tem gerado um importante debate crítico, travado entre o MST e o Governo. Desse debate também participam diversos cientistas que, conforme os paradigmas em que desenvolvem seus estudos, o que pode levar ao engajamento ao governo ou aos movimentos, defendem parcialmente ou totalmente o projeto de



uma ou de outra instituição. Evidente que nessa situação, nem o Governo e nem o MST estão totalmente impossibilitados de dialogar. Há questões que podem ser superadas com as mudanças conjunturais, que acontecem no enfrentamento da correlação de forças. Se com relação aos conteúdos há divergências, nas adjacências desses projetos há interação entre as forças políticas e os cientistas. Por enquanto, este tem sido o território da negociação e da interlocução.

No âmago da questão está uma marca do MST: a luta contra o capital. No 2º Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA, realizado em 1979, o sociólogo José de Souza Martins apresentou um excelente trabalho denominado “*A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária*” (MARTINS, 1981). Depois de 21 anos, estamos realizando o 15º ENGA e o texto continua atual. A razão da atualidade do artigo de Martins não está somente no seu conteúdo de análise estrutural do desenvolvimento do capitalismo. Também porque, nesse tempo, a questão agrária foi intensificada principalmente pelos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, desenvolvidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e diversos outros movimentos sociais (FERNANDES, 2000). Por esse motivo, a resposta do governo Fernando Henrique Cardoso foi a implantação de uma política de assentamentos rurais que, evidentemente, gerou e multiplicou demandas.

Assim, lutar pela terra não tem apenas o sentido de conquistar a terra⁷. Esse foi o significado das primeiras lutas do MST, desenvolvidas desde o final da década de setenta até final da década de oitenta, quando criou o Sistema Cooperativista dos Assentados. A criação desse setor no Movimento representa outra dimensão da luta pela terra, que amplia ainda mais na construção de um projeto de desenvolvimento rural e de país. É importante destacar que os Sem Terra nunca separaram a luta pela conquista da terra das lutas de resistência na produção agropecuária, agroindustrial e para a comercialização, entre outras. Porque estes são elementos intrinsecamente ligados. O governo vem criando

⁷ Muitos oportunistas de plantão, principalmente os da mídia, têm enfatizado que o MST não quer a terra, ele quer o poder. Ora, seria ingênuo pensar que somente a conquista da terra seria suficiente para garantir que os sem-terra consigam desenvolver os assentamentos. Ter a terra é o primeiro passo. Dessa condição nascem outras necessidades, que pela inexistência de políticas agrícolas, entre outras políticas públicas voltadas para a população camponesa, se transformam em lutas perenes. E, evidentemente, essas lutas estão representadas em uma luta mais ampla pelo poder, que não é só dos sem-terra mas de toda a classe trabalhadora.



medidas políticas para evitar essa forma luta, criminalizando os trabalhadores que apoiam e participam das ocupações de terra ou de prédios públicos. A separação dessas lutas tem por objetivo solapar a organização dos camponeses e fracionar as suas lutas.

A existência de milhares de assentamentos é muito mais fruto da luta pela terra construída pelos trabalhadores e não somente das políticas do governo. A competência do governo em implantá-los não lhe dá o mérito como principal protagonista do processo, mas é sim o reconhecimento de uma realidade que o mesmo tem insistido em negar. É exatamente por admitir essa realidade que o governo iniciou uma série de medidas de desmantelamento do projeto dos sem-terra. E criou o seu projeto, que implica em tentar acabar com as ocupações por meio da criminalização dessa ação com a judiciarização da luta pela reforma agrária⁸. Também, em parte, abrindo mão de sua competência, criou o Banco da Terra, beneficiando ainda mais os latifundiários, que passa a receber em dinheiro e à vista, fortalecendo-os e enfraquecendo os trabalhadores. Nesse sentido, o governo criou uma enorme desigualdade nas negociações políticas, já que dessa forma é o mercado que passa a ser a condição de acesso à terra e não mais as ações dos trabalhadores e a intervenção do Estado.

Essa política torna ainda mais fortes as classes dos proprietários e dos capitalistas. Ou seja, a perspectiva de realização de um projeto de reforma agrária de fato foi transformado em mais um território do capital. Em seu desenvolvimento, o capital domina todas as relações sociais, de modo que a luta contra essa dominação é própria da consciência histórica de quem conhece e sofre com os resultados desse processo.

Portanto, concordamos com Martins, que na conclusão de seu trabalho salienta: “Já não há como separar o que o próprio capital unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência”. (MARTINS, 1981, p. 177).

Esta também é a essência de outras dimensões da luta pela terra, pois com os assentamentos conquistados, desdobraram-se demandas relativas à

⁸ A respeito do processo de judiciarização, ver FERNANDES (1999).



luta de resistência na terra, como por exemplo: políticas agrícolas, de crédito, de subsídios, de mercado; formas de organização política e do trabalho, da produção e da comercialização, políticas de habitação, educação, saúde, saneamento, eletrificação rural, transporte, telefonia etc. Afinal, a transformação do latifúndio em assentamento é a construção de um novo território. É outra lógica de organização do espaço geográfico. Essas políticas não nascem somente do interesse do Estado, mas muito mais da organização dos trabalhadores. Lutar pela infraestrutura básica dos assentamentos é parte de um processo que acontece concomitantemente às ocupações de terra. Faz parte do universo da luta, que não acaba com a conquista do assentamento. Esse é um caro princípio do MST, que em seu movimento amplia a luta, dimensionado-a. Esse é o processo de territorialização, de crescimento, de multiplicação do Movimento que o governo tenta refrear.

Alguns estudiosos, por causa de seus referenciais teóricos e políticos têm dificuldades para compreender esse processo. Como se pode observar nesta manifestação de Francisco Graziano, quando fora presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e negociava soluções para a luta pela terra no sudeste do Pará, e que acabou resultando no massacre de Eldorado dos Carajás:

Eles tinham se comprometido, publicamente, a não mais invadir terras na região, desde que fossem assentados na fazenda Rio Branco. Afinal, após tanto sofrimento, acampados, vivendo na intempérie, receberiam a terra prometida... Agora o lance era a Macaxeira". Senti aquilo como uma verdadeira traição. Minha reação foi imediata. Chamei a liderança do movimento e ameacei: se invadirem a Macaxeira, não recebem a Rio Banco. E, contemporizando, me comprometi a mandar realizar uma vistoria técnica na nova área para ver se era produtiva ou não... (GRAZIANO NETO, 1996, p. 24-25).

De fato, durante algum tempo, no governo, acreditava-se que assentando as famílias acampadas, o problema dos sem-terra estaria resolvido. Que as famílias que pleiteiam terra, são somente as que estão acampadas. E que, afinal, não existiria tanto sem-terra. Todavia, o problema não se resolia e se multiplicava. E isso acontece pelo fato do assentamento não ser o fim da luta, mas sim o território de início de novas lutas, e porque pelas experiências históricas e



consciência política os sem-terra sabem que só colherão o que plantarem. Que se não continuarem fazendo a luta, ela morre à mingua. A morte da luta também significa a morte de quem luta.

Desse modo, o Movimento desenvolve a espacialização e a territorialização da luta pela terra. Esses processos representam a criação e a recriação da luta daqueles que não aceitam o destino de expropriados. Dessa forma, os sem-terra conquistaram a maior parte das terras, onde hoje estão assentados. E, é importante enfatizar, essa realidade é fruto da luta pela terra. A competência do governo nesses processos é a regularização fundiária. A luta pela terra não é, evidentemente, uma política do governo, mas sim dos trabalhadores. Sem reforma agrária, a implantação dos assentamentos tornou-se a política do governo.

Todavia, há diversos autores que compreendem esse processo como uma política de reforma agrária. Como, por exemplo, Martins que defende que a atual política de assentamentos e a regularização de fundiária da situação dos posseiros são, de fato, reforma agrária

Qualquer ato do governo em relação à reforma agrária é questionado em nome do fato de que não se trata de reforma agrária. Autores e militantes dizem com freqüência que a regularização fundiária da situação dos posseiros na extensa e complicada região amazônica e no centro-oeste não é reforma agrária e não deveria entrar nas estatísticas oficiais da reforma. Estranhíssima interpretação... De fato a regularização fundiária no Brasil é, na maioria dos casos legítimo ato de reforma agrária... Ora, assentamento é a forma de redistribuição da terra, que é em que consiste no essencial, qualquer reforma agrária. Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseados nos interesses pactados da sociedade (MARTINS, 2000, p. 100-102).

Se compreendermos reforma agrária pelo menos como distribuição de terra, como mudança na estrutura fundiária a partir de uma política intensiva implementada pelo governo, não tem sentido entender a regularização de posses como reforma agrária, porque os posseiros já estavam na terra. Para destacar melhor esse processo, citamos uma outra obra de Martins, onde afirma:



É verdade que o governo militar não faria a reforma agrária: em duas décadas foram feitas apenas cento e setenta desapropriações de terra, cresceu enormemente a concentração da propriedade fundiária e a proletarização dos camponeses (mais de um milhão e seiscentos mil camponeses se converteram em proletários entre 1970 e 1980)... O governo alega que distribuiu um milhão de títulos de terra. Distribuir títulos não é a mesma coisa que distribuir terra. Muitos desses títulos são mera licença de ocupação para pessoas que já estavam na terra. Outros são títulos que regularizam posses antigas (MARTINS, 1986b, p. 25 e 35).

Para se falar em reforma agrária é preciso que exista – *de fato* – uma política nesse sentido, um plano com objetivos e metas para a desconcentração fundiária. O governo tem tentado solucionar conflitos no campo com algumas desapropriações e com compra de terra, respondendo às pressões das famílias sem-terra. Se as famílias não ocuparem a terra, não há assentamento. Ao denominar a atual política de assentamentos de reforma agrária, ignora-se a história da luta pela terra e respectivamente os seus protagonistas. Ainda, ao mesmo tempo em que uma família é assentada, pelo menos duas são expropriadas ou expulsas. E mais, a supervalorização das desapropriações, muitas vezes, possibilita ao latifundiário adquirir uma área maior do que a que foi transformada em assentamento. Dessa forma, a implantação dos assentamentos cresce simultaneamente à concentração fundiária. Portanto, solucionar a posse é regularização fundiária. Assentamento implantado como resultado de ocupação é luta pela terra. Essas políticas e as compras de terra não são reforma agrária.

Manter o caráter da reforma agrária como política pública para a democratização do acesso à terra, com a desapropriação e penalização dos latifundiários, de acordo com a Lei, é uma questão de demarca territórios teóricos e políticos. Porque o debate hoje, não é o de não assentar as famílias sem-terra, mas da forma como vão ser assentadas. Podemos compreender assim, que a questão da reforma agrária vai perdendo força ao mesmo tempo em que outras políticas ocupam esse espaço, como o Banco da Terra, e são denominadas de reforma agrária. Assim, o conceito foi banalizado e tudo se tornou reforma agrária. Nesse contexto, na mídia em geral, o governo faz propaganda afirmando que está fazendo uma coisa, enquanto faz outra.



Da mesma forma como o governo se apropria de conceitos e tenta transfigurá-lo, também procura dominar espaços políticos, como por exemplo no estabelecimento de políticas públicas. Nesse espaço acontecem importantes embates entre o Governo e o MST. Por sua lógica, os sem-terra procuram participar de todo o processo de luta. Assim, as políticas geradas pelo Governo em qualquer setor do desenvolvimento dos assentamentos são um espaço importante para ser ocupado. Isso significa trabalhar para o avanço de seus princípios, lutar e construir novas experiências. O desafio do Governo é impedir que os sem-terra participem dessa forma. O seu objetivo é fazer com que o seu programa não seja apropriado politicamente pelo MST. Foi por essa razão que o governo acabou com o Procera e com o programa de assistência técnica Lumiar. Sem nenhuma outra proposta, deixou milhares de agricultores sem assistência técnica porque esse programa estava servindo para fortalecer os trabalhadores. Igualmente, o Governo resolveu investigar as cooperativas dos assentados, tentando desmoralizar o Movimento. E, para isso, tem tido todo o respaldo da maior parte da mídia, com raras exceções, entre outras, como é o caso da revista Caros Amigos.

O objetivo do governo com o seu programa é controlar a luta dos trabalhadores rurais em um determinado espaço político, o *espaço do capital*. Essa é uma ação estratégica do Governo, porque atinge princípios e tenta aniquilar os valores de uma instituição histórica que é o campesinato. As teses que defendem tanto o fim quanto à integração subserviente do campesinato ao capital contribuem para facilitar esse aniquilamento. Assim a expropriação dos trabalhadores rurais não é somente resultado da lógica desigual do capital, mas também das teorias que possibilitam a elaboração de políticas para ativar esse processo. Esse enfrentamento tem intensificado os conflitos no campo. E de forma selecionada. Somente neste ano, o MST sofreu em torno de 180 processos e 10 militantes forma mortos. A partir de uma leitura quantitativa, pode-se dizer que o número de assassinatos de trabalhadores diminuiu, mas em uma análise qualitativa, observa-se que a violência está centrada nos que lutam pela terra e contra o projeto do Governo. Essa realidade efetivamente fez com que diminuíssem os números das ocupações, do que o Governo tanto se vangloria. Mas, é importante destacar que a diminuição das ocupações está relacionada com a intensificação de diferentes



formas de violência e da criminalização dos sem-terra, com a cerca da judiciarização.

Na luta pela terra, a ocupação é uma comprovação que o diálogo não é impossível. Ao ocupar a terra, os sem-terra vêm à público e iniciam as negociações, os enfretemtos com todas as forças políticas. Ao ocupar espaços políticos, reivindicam seus direitos. Quando o governo criminaliza essas ações, corta o diálogo e passa dar ordens. Tenta destruir a luta pela terra sem fazer a reforma agrária.

A luta contra o capital é uma forma de resistência. Está inserida numa perspectiva de transformação da sociedade. Para romper com essa perspectiva, o governo procura tratar a questão agrária exatamente no campo do inimigo: o território do capital. Essa é a falácia do paradigma da *agricultura familiar*. Tenta destruir, assim, as formas de luta dos sem-terra, exatamente na dimensão política da luta pela terra⁹. Isso significa a exclusão política que pode resultar na intensificação da luta ou na subserviência dos movimentos sociais do campo, o que pode eliminar a organização dos trabalhadores. Esse momento coloca em questão, mais uma vez, a resistência dos movimentos camponeses. Em diversos momentos de nossa história foram criadas, pelo governo e pela elite, formas para destruir o movimento camponês. Assim como aconteceu com Canudos, com as Ligas Camponesas, hoje há uma nova forma política. Aceita-se o campesinato, desde que ele se aceite como outro, em seu “destino” de subordinação.

Esses novos elementos da questão agrária nos colocam desafios. Ainda não temos uma análise mais profunda dos problemas e dos impasses gerados. No próximo ano, estaremos comemorando 20 anos das lutas da Encruzilhada do Natalino, quando o MST estava em gestação. Na resistência que possibilitou rasgar o cerco do então coronel Curió, a mando do general Figueiredo, está o sentido da luta camponesa. Das formas de resistência serão colhidas as experiências e as lições que permitirão romper com as novas cercas que hoje estão sendo construídas.

⁹ Interessante como alguns membros do governo procuram enfatizar que é preciso “despolitizar” a reforma agrária. Traduz-se nesse discurso a politização do programa do governo.



Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 1999.** Goiânia: CPT, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A judiciarização da luta pela reforma agrária. In SANTOS, José Vicente Tavares (organizador). **Violência em tempo de globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999, p. 388-402.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- GÖRGEN, Frei Sérgio. **A Resistência dos Pequenos Gigantes:** a Luta e a Organização dos Pequenos Agricultores. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual Reforma Agrária?** Terra, pobreza e Cidadania. São Paulo: Geração Editorial, 1996.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Hucitec, 1986a.
- MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”.** São Paulo: Hucitec, 1986b.
- MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária:** o impossível diálogo sobre a História possível. São Paulo: Edusp, 2000.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **O Novo Mundo Rural - projeto de reformulação da reforma agrária em discussão pelo governo.** www.desenvolvimentoagrario.gov.br - Brasília, 1999.



MOBILIZAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS. Situação e Perspectivas da Agricultura Brasileira. São Paulo: Mobilização Nacional dos Trabalhadores Rurais: MPA, MST, Articulação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, Pastoral da Juventude Rural e Comissão Pastoral da Terra, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1979.

SILVA, José Graziano da. Modernização Dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SILVA, José Graziano da. Tecnologia e Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

STEDILE, João Pedro. (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Associação Nacional de Cooperação Agrícola, 1994.



2. AGRONEGÓCIO E REFORMA AGRÁRIA

Bernardo Mançano Fernandes

Latifúndio e agronegócio

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema *plantation*, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excluente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas



socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

Agronegócio e agricultura familiar

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia.

Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor



e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.

O agronegócio vende a ideia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneízam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional.

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores.

O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio.

O poder do agronegócio aparece como se fosse construído a partir do mercado, do “livre comércio”. Enquanto de fato o mercado é construído a partir das ações resultantes das políticas que regulam as práticas do mercado. Portanto, o mercado não está começo, mas nos resultados das políticas. Com esse poder de controle social, o mercado é o paraíso do agronegócio e o purgatório da agricultura familiar.

As ideologias do agronegócio trabalham com a combinação e a oposição, quando estas lhes convêm. Procuram combinar diferentes tipos de relações sociais e opor uma mesma relação social por meio de sua diferenciação interna.

A combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto, a agricultura capitalista se



realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado; a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado.

A oposição é feita por meio da fragmentação da agricultura camponesa. Para enfraquecê-la, alguns intelectuais procuram fracioná-la por meio da diferenciação econômica. Nesta visão, os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. O primeiro seria atrasado, o segundo seria moderno. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho. Essa fragmentação se constituiu com tanta força, que se formaram movimentos de agricultores familiares que aceitam sem muita resistência as políticas construídas tendo como referência o negócio ou o mercado.

Por outro lado, esta construção ideológica provocou a intensificação da resistência camponesa. Um destaque é a formação da Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses contra o modelo do agronegócio. No Brasil, a Via Campesina é composta pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pelo MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens e pelo MMC – Movimento de Mulheres Camponesas.

Agronegócio e reforma agrária

O agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio. Um exemplo é a reforma agrária.

Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Depois de denominada de Cédula



da Terra virou Banco da Terra e hoje é chamada de Crédito Fundiário. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.

As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista.

Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. Na última década, o espaço político mais utilizado é o Poder Judiciário. Recentemente tem ocorrido uma verdadeira judiciarização da luta pela terra, em que o Poder Judiciário se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra. Para não manchar a sua imagem, o agronegócio procura desenvolver políticas de crédito e ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado.

A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudiza as desigualdades e em não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização.

As ocupações de terras do agronegócio já começaram nas regiões onde esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentado a miséria. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI.



Para tentar evitar o enfretamento com os camponeses, o agronegócio procura convencê-los que o consenso é possível. Todavia, as regras propostas pelo agronegócio são sempre a partir de seu território: o mercado.

O campesinato é um grupo social que além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfretamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do Brasil.



3. ESPAÇOS AGRÁRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL: NOVAS CONFIGURAÇÕES DO CAMPO BRASILEIRO¹⁰

Bernardo Mançano Fernandes¹¹

Introdução

Para desenvolver o tema proposto pelos organizadores do XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, escolhi por analisar o espaço como dimensão da realidade que se configura como território e é construído por diferentes relações sociais, definindo novas configurações do campo brasileiro. É importante destacar que inclusão e exclusão social são resultados de ações políticas que se configuram num mesmo espaço, especificamente pelo caráter contraditório das relações sociais.

Desse modo, discuto diferentes espaços de inclusão, como por exemplo: a luta pela terra por meio das ocupações, acampamentos, assentamento e uma breve discussão a respeito dos conceitos de novo mundo rural e de agricultura camponesa. Igualmente, discuto diferentes espaços de exclusão, como por exemplo: a judiciarização da luta pela terra e a agricultura familiar. Por fim, faço uma reflexão a respeito da reforma agrária no governo Lula.

Neste sentido, este texto contém três partes: na primeira, desenvolvo uma análise a respeito do atual momento da luta pela terra e da política do governo Fernando Henrique Cardoso, denominada de novo mundo rural. A segunda parte é uma breve reflexão a respeito dos conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar. E a terceira é uma proposta de debate a respeito do sentido e as perspectivas de uma política de reforma agrária hoje.

Este texto é uma coletânea de leituras que venho desenvolvendo a partir de minhas pesquisas, estudos e assessorias junto aos movimentos

¹⁰ Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Petrolina – PE, de 8 a 12 de dezembro de 2002.

¹¹ Professor nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp – campus de Presidente Prudente. Coordenador do NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Rua Roberto Simonsen, 305 – Presidente Prudente – SP. 19060-900. nera@prudente.unesp.br



camponeses. Parte do conteúdo já foi divulgada em outros eventos, onde recebi contribuições importantes, que me ajudaram a desenvolvê-lo até este momento. Meu interesse é debater essas ideias, procurando contribuir com a compreensão do atual momento da questão agrária, pensando em políticas públicas ressocializantes e com a evolução do pensamento geográfico nesta área do conhecimento em que milito: a Geografia Agrária.

Governo FHC: a judiciarização da luta pela terra e o novo mundo rural

Estamos vivenciando um novo momento da luta pela terra, que começou a ser formado a partir da segunda metade da década de 1990. A questão agrária foi intensificada com a criação de novas políticas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, compreendidas pela criminalização das ocupações e na implantação do Banco da Terra, na extinção da assistência técnica e na mudança do modelo de linha de crédito agrícola para a agricultura camponesa, que prejudicou o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos rurais.

Os objetivos dessas políticas são diversos. Podem ser sistematizados na estratégia de desarticulação das relações entre as principais instituições envolvidas com o problema agrário, principalmente dos movimentos camponeses, sindicais, e na constituição de novos espaços de representação, por meio dos conselhos de desenvolvimento rural, em diferentes escalas geográficas. Essas ações são formuladas e realizadas na produção do paradigma do capitalismo agrário.

Essa corrente teórica considera que os problemas relacionados à questão da terra, do campo e da cidade, do capital e do trabalho familiar, serão resolvidos pelo desenvolvimento do capitalismo. Dentro dessa visão de mundo, não há questão agrária. E a sua negação está no fato desta ser insolúvel na sociedade capitalista. Contudo, se é possível negar a questão, é impossível esquivar-se de seus efeitos, como por exemplo: a diferenciação social e a renda capitalizada da terra, que produzem a expropriação e a miséria.

Desse modo, pela impossibilidade de superação da questão agrária, por meio do paradigma adotado o governo FHC ajustou estrategicamente uma



política de transferência e substituição dos elementos da questão agrária. Assim, os elementos, em que os trabalhadores têm perspectiva de enfrentamento e resistência nos espaço políticos, são transferidos para o espaço econômico, onde a resistência é reduzida. E os elementos constituídos de identidade política e histórica são substituídos por novos elementos, para a produção de outra identidade e outra história.

Desse modo, como a questão agrária só pode ser administrada no território da política, onde os trabalhadores têm poder de resistência e, por conseguinte, de enfrentamento, a *intelligentsia* do Governo Fernando Henrique Cardoso instituiu a ideia de “*novo mundo rural*”, utilizando a noção de desenvolvimento sustentável, mercantilizando a questão agrária, colocando-a no território do capital, onde os camponeses são plenamente subalternos.

Dessa forma, o governo tenta refluir a luta dos trabalhadores sem-terra, procurando desmobilizá-los; transfere a questão agrária do espaço das negociações políticas para o espaço do negócio político-econômico; ocupa o território do assentamento produzindo a ideia de empreendimento, desenvolve uma parcíssima linha de crédito, que intensifica a diferenciação social e acirra as desigualdades. Ainda, a *intelligentsia* do Governo Fernando Henrique Cardoso, bem como seus ministros, produziram um conjunto de eufemismos para utilizar em suas retóricas. Igualmente, procurou dar novos significados aos conceitos consagrados.

Com esse estratagema tenta nos fazer crer que o problema agrário pode ser resolvido apenas com desenvolvimento econômico, que o governo fez “a maior reforma agrária da história do Brasil”, que as “ocupações são páginas viradas da história”, que suas políticas são propositivas para o “desenvolvimento da agricultura familiar”.

Mas na realidade este estratagema faz parte do plano político do governo FHC para impedir a territorialização da luta pela terra, já que a tese da *intelligentsia* do governo defendia a ideia de que com a implantação de alguns assentamentos rurais, a luta pela terra diminuiria de intensidade, porque seus teóricos imaginavam que o número de famílias sem-terra era igual ao número de famílias acampadas. Pelo desconhecimento dos processos de espacialização e de



territorialização da luta, seus teóricos e políticos não conseguiam compreender como a luta crescia e expandia, se o governo implantava novos assentamentos sob a pressão das ocupações de terra.

Na verdade, quanto mais assentamentos o governo implantava, mais a luta pela terra se espacializava e se territorializava, porque por meio desses processos, os camponeses se (re) criam. Essas ações são possibilidades políticas de (re) criação do campesinato. E recriação quer dizer intensificação da questão agrária. Para impedir esses processos, para tolher essa luta popular secular, o governo adotou nova tese e criou um “novo mundo rural”, onde a agricultura camponesa é metamorfoseada em agricultura familiar, procurando convencer os trabalhadores de que o mundo mudou e que a luta pela terra é coisa do passado; que a subalternidade é “natural”, na “integração ao capital e ao mercado”.

Esse “convencimento” veio acompanhado de duas medidas provisórias, em que decretou ***o tempo do castigo*** aos sem-terra, já que as famílias ocupantes de terra não são assentadas e que as terras ocupadas ficam livres do espectro da desapropriação, por um tempo determinado, deixando os latifundiários mais tranquilos. Desse modo, tenta-se cortar pela raiz a territorialização da luta pela terra. Foi assim que o governo tirou a questão agrária do território da política e adotou o Banco da Terra, essa política do Banco Mundial, que coloca a questão agrária no território do capital, limitando as negociações políticas às condições oferecidas pelos negócios do mercado. Dessa forma, o governo se alia aos latifundiários, entorpecendo a questão agrária. E para completar esse estratagema, abandona as famílias assentadas à própria sorte, extinguindo o programa de assistência técnica, dificultando o acesso ao crédito agrícola.

Assim, os sem-terra, por lutarem para serem eles mesmos, por lutarem contra o capital e o latifúndio, são desterrados de seus espaços políticos e de seu tempo histórico. É fundamental, reafirmar que esse novo momento é resultado da inexistência de uma política de reforma agrária, da extinção dos programas de escassas políticas públicas destinadas ao desenvolvimento dos assentamentos, da criminalização das ocupações e da mercantilização da questão agrária.



Mas, na sociedade capitalista, a questão agrária é resultado de seu modo de produção que se desenvolve por meio do mercado, onde se realiza a renda capitalizada da terra, que gera a desigualdade e a diferenciação social, de modo que nesse território é impossível minimizar o efeito devastador do problema agrário. Justamente, por optar pelo mercado para conduzir essa questão, o governo precisou inventar uma outra leitura da questão agrária e idealizou o “novo mundo rural”.

Mas, ainda, como o “novo mundo rural” é uma invenção, portanto não é o mundo real, também foi preciso inventar políticas repressivas para tentar consolidar a invenção. Em tempos de ditadura, o governo utilizava-se da militarização da questão agrária, nesses tempos de democracia, o governo utiliza-se da judiciarização da questão agrária. Desse modo, ao Poder Judiciário cabe o dilema atualizado da história, em reprimir a luta pela terra, humilhando os trabalhadores, tratando-os com os mesmos recursos com que tratam os traficantes e toda bandidagem.

Na ditadura militar, os sem-terra foram presos como subversivos. Hoje são presos para garantir a “ordem social”, como aconteceu em maio de 2002 no Pontal do Paranapanema-SP, quando o juiz de Teodoro Sampaio mandou prender todas as lideranças da região, para coibir a territorialização da luta pela terra. Assim, a estrutura fundiária, mesmo que as terras sejam griladas, permanece concentrada. E os sem-terra formam acampamentos nas beiras das estradas, que é onde eles podem ficar sem serem presos e ainda castigados com a impossibilidade de serem assentados. E assim os sem-terra constroem a “geografia das beiras de estradas”, que é o “espaço perdido, ainda público” que resta entre os latifúndios e as estradas. Por essa razão, em 2001, a Comissão Pastoral da Terra iniciou o registro desses acampamentos, para que possamos ter uma referência dessa triste realidade, que o “novo mundo rural” insiste em desconhecer.

Ao inventar esse “mundo” também foi preciso idealizar sua leitura. Nesse contexto, os teóricos e políticos do “novo mundo rural” interpretam que com a diminuição, a ocupação de terra é “uma página virada” da história. Contudo, é importante lembrar que é a história de um mundo inventado e não de um mundo



transformado. Assim, de fato, o que se tem é uma página virada da história do “novo mundo rural”.

Enquanto isso, no mundo real, a questão agrária está se intensificando. E se os números de ocupações e de famílias diminuem por meio da poder político das medidas provisórias, os trabalhadores rurais sem-terra em formação e os camponeses que se opõem a atual política agrícola do governo FHC, como por exemplo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA – estão duplicando ano a ano as manifestações. Ao analisarmos os dados relativos às manifestações, comparando os anos 1999-2001, observamos que triplicou o número de pessoas que participaram das manifestações na luta pela terra e para resistir na terra, que cresceu de 142 mil, em 1999, para 285 mil, em 2000, chegando a 479 mil pessoas em 2001. Sem dúvidas, estamos diante de uma das maiores manifestações populares.

São protestos das mais diversas dimensões e formas. São acampamentos e romarias, são bloqueios de estradas, são manifestações em frente aos órgãos federais e estaduais ou ocupações de prédios públicos; manifestações realizadas nas datas comemorativas da luta pela terra; são lutas dos sem-terrinha, das mulheres e dos jovens. São sem-terra, são posseiros, são pequenos agricultores, são sindicalistas: são camponeses. Evidente que essas manifestações representam a resistência dos camponeses que vivem no mundo real: o mundo do capital.

Portanto, é a partir deste mundo que podemos interpretar os dados do Caderno de Conflitos 2001 da Comissão Pastoral da Terra. A diminuição do número de ocupações não significa que a questão agrária está sendo minimizada. Essa é a ilusão do “novo mundo rural”, onde se acredita que é por meio da criminalização que se diminuem as ocupações de terra. O decréscimo dos números não significa que a luta pela terra seja “página virada da história”, expressa na verdade, que a estratégia da criminalização resultou nos objetivos do governo, ou seja, impedir a territorialização dos sem-terra por meio das ocupações.

As ocupações sempre foram responsáveis pelo aumento do número de assentamentos. A maior parte dos assentamentos rurais é fruto ou das



ocupações de terra no Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste ou da regularização fundiária das terras de posseiros na Região Norte. Conforme os mapas Geografia das ocupações de terra 2001, publicados nesse Caderno, observa-se que as ocupações aconteceram nas quatro regiões referidas. Na Região Norte, somente no leste do Pará ocorreram ocupações no ano de 2001. Aliás, essa realidade também pode ser observada nos mapas Geografia das ocupações de terra 1988-1999, publicados no Caderno Conflitos no Campo – Brasil 1999, p. 38-9, em que há o predomínio da luta pela terra na Amazônia Oriental.

Por essa razão é que metade das áreas dos assentamentos está na Região Norte, onde vivem 37% das famílias assentadas, enquanto a outra metade das terras dos assentamentos está distribuída pelas regiões Nordeste e Centro-Oeste (43%) e Sudeste Sul (7%), onde vivem 63% das famílias, sendo 34% no NE, 17% no CO e 12% nas regiões S e SE respectivamente. Para o mesmo período: 90% das ocupações de terra e do número de famílias ocupantes aconteceram nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste, nesta ordem¹². É dessa forma que posseiros e sem-terra fazem a luta pela terra, que o governo FHC chamou de “maior reforma agrária da história”.

Com a diminuição das ocupações, também diminuiu o número de assentamentos, por essa razão o governo teve que maquiar os números de 2001, como a Folha de São Paulo denunciou amplamente. Para atingir a meta de 2001, o Ministério do Desenvolvimento Agrário teve que contar famílias que só seriam assentadas em 2002 contou famílias que foram assentadas em anos anteriores e, pior, incluiu ainda milhares de famílias que haviam preenchido as fichas da “reforma agrária pelo correio”. Contabilizou também as famílias que compraram terra por meio do Banco da Terra, e as terras resultantes de regularização fundiária das áreas de posseiros. E chamou tudo isso de reforma agrária do “novo mundo rural”

Assim, no “novo mundo rural” não existem conflitos, não há ocupações de terras, não existem acampamentos de sem-terra, os assentamentos são iniciados pelo governo e em três anos, em média (sic), estão consolidados. Nesse processo extraordinário, os trabalhadores entram como sem-terra e saem

¹² Conforme NERA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. *Relatório DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – 2001*. Presidente Prudente, 2002.



como agricultores familiares, prontos para o mercado, prontos para se tornarem prósperos capitalistas.

No “novo mundo rural” vale tudo para se inventar este novo momento, desde criminalizar as ocupações a considerar famílias não assentadas como se já estivessem na terra de fato; vale transformar formulários em famílias assentadas comprar terra em nome da reforma agrária. Esses ardis do “novo mundo rural” são transformados em intensificação e refluxo da luta no mundo real, mas é interpretado como problema superado pelo governo federal.

Assim, um pesquisador desavisado pode se animar com os dados da CPT e utilizar a leitura do governo para interpretá-los, chegando a conclusão que a questão agrária está sendo resolvida. Um pesquisador mais atento e também comprometido com o rigor científico não irá analisar os números pelos números, nem tampouco crer que a diminuição dos números das ocupações de terra significa que o governo esteja fazendo a reforma agrária e, por essa razão, os sem-terra não precisariam mais lutar pela terra. O que o governo está conseguindo de fato é ter o controle social sobre os trabalhadores sem-terra. E mais, está obtendo os números que quer: diminuiu os números de ocupações por meio da criminalização e teria mantido o número de assentamentos através da astúcia e do malabarismo dos dados.

Frente aos fatos, o que os números indicam é o recrudescimento da violência, de forma sutil, tanto no campo ideológico: no território da produção das ideias para o controle social, com ampla cobertura midiática; quanto no mercado: lugar da realização da subalternidade; e finalmente por meio de medidas provisórias: esse espaço político, onde o governo, por enquanto, tem plenos poderes.

Todas essas formas contribuíram para a construção desse novo momento, intensificando a questão agrária ao tentar impedir a territorialização da luta pela terra. Por sua vez, a luta pela terra também intensifica a questão agrária. Portanto, a luta somente pode ser superada pela sua realização seja como ocupação de terra ou como uma política de reforma agrária. A diminuição das ocupações por meio da criminalização não representa superação do problema agrário, mas uma outra forma de intensificá-lo, de aumentar a intensidade do



conflito. Na realidade as famílias sem-terra existem e a terra existe. A questão é saber até onde o “novo mundo rural” vai resistir a esta realidade.

Nesse contexto, provavelmente, um dos temas mais pertinentes referentes aos processos de controle social que foram criados e ou incorporados pelo governo FHC é a questão conceitual com o objetivo de domesticação dos movimentos camponeses. E, neste sentido, o debate a respeito dos conceitos de agricultura familiar e agricultura camponesa é essencial.

Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar: A realidade

Durante o I Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro de 2001, foi notável a participação da Via Campesina nas plenárias e nos diversos debates temáticos do evento. Nesse período, também foi realizado um protesto com a destruição de uma plantação experimental de soja e milho transgênicos da multinacional Monsanto, no município de Não-me-Toque – RS. Embora camponeses de diversos países do mundo tivessem participado dessa ação, a mídia deu destaque notório à participação de José Bové - um dos militantes dessa articulação, membro da Confederação Camponesa da França, e muito conhecido por causa de sua atuação, em 1999, no desmonte da loja do McDonalds, em Millau, no sul da França¹³.

A Via Campesina foi criada em 1992 e é uma articulação que congrega diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e Europa. Tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda (VIA CAMPESINA, s.n.t.). No Brasil estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR.

13 A respeito: Bleil-Marques, Suzana I. Moruzzi-Marques, Paulo E. Cultural Identity Challenges Globalization: the french agricultures' confession. Inédito: 2000.



Durante o II Fórum Social Mundial (31 de janeiro a 05 de fevereiro de 2002), novamente a Via Campesina estava presente realizando debates referentes às questões descritas. Todavia, dessa vez havia também um outro espaço ocupado pelos agricultores familiares, representados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul- FETRAF-SUL, vinculada à Central Única dos trabalhadores - CUT, também organizando debates¹⁴.

A FETRAF-SUL foi criada em março de 2001 e é um movimento sindical que reúne sindicatos de agricultores familiares e de trabalhadores rurais. Tem como objetivo fortalecer e ampliar a representação dos agricultores familiares, lutar pela reforma agrária, defender o meio ambiente e a vida com um sistema de produção sustentável. Essa organização é parte de uma forma de organização dos trabalhadores que cresceu de modo extraordinário, na década de 1990, constituindo um expressivo movimento socioterritorial (FERNANDES, 2001) e caminha para a construção de uma confederação.

Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar: a reflexão

Há dois pontos essenciais em seus documentos que aproximam a Via Campesina e a FETRAF-SUL: a luta contra as políticas neoliberais, contra o capitalismo e pela construção do socialismo (FETRAF-SUL, 2001).

Podemos, então, perguntar: quais as diferenças e semelhanças dessas organizações que unem as pessoas que desenvolvem o trabalho familiar e que são denominados de pequeno agricultor, pequeno produtor, agricultor familiar, camponês entre outras palavras e conceitos?

Para tentar responder esta pergunta, tomamos como referência à produção teórica recente a respeito das pesquisas relativas à agricultura familiar. Uma primeira leitura dessa questão foi realizada em Fernandes (2001), quando destacamos o que ponderamos como os principais elementos desse debate.

Neste artigo, continuamos essa leitura que consideramos fundamental, já que essa realidade começou a ser formada na década de 1990 e desde então diversos trabalhos acadêmicos vêm sendo produzidos, especialmente

¹⁴ A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG também realizou uma série de oficinas referentes à agricultura familiar.



em Geografia Agrária, ora tratando os conceitos de camponês e de agricultor familiar como iguais ou utilizando um desses conceitos sem a necessária reflexão teórica, de modo que o conceito de camponês aparece com o conteúdo de agricultor familiar ou vice-e-versa.

Os teóricos da agricultura familiar defendem:

que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos pode-se observar que os pesquisadores que utilizam o conceito de *agricultura familiar* com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de *agricultura familiar*, é necessário demarcar bem o território teórico.

Os teóricos da *agricultura familiar* apresentam uma série de argumentos e elementos para diferenciar o agricultor familiar do camponês, como por exemplo, os trabalhos contíguos de Veiga e Abramovay, que destacam: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias (VEIGA, 1991, p. 190-192; ABRAMOVAY, 1992, p. 21-22).

Ainda, nessa lógica, aconteceria a transformação do camponês em agricultor familiar, como definida por Lamarche (1993). Numa perspectiva evolucionista, o autor parte de um *modelo selvagem* (sic) para um *modelo ideal* (sic), cujo processo seria determinado pelo projeto de vida do produtor familiar, como um complemento do *projeto da sociedade para os agricultores* (sic), tendo os



diferentes graus de integração ao mercado como principal referência da transformação do camponês em agricultor familiar. Nessa linha de pensamento, o camponês também seria apenas o produtor de uma agricultura de subsistência. É assim que Lamarche explica a exploração e a eliminação dos camponeses, na lógica da diferenciação e da desintegração do campesinato, conceitos tão caros a Lênin (1985) e Kautsky (1986).

Lênin (1985) e Kautsky (1986) são obras seminais dos estudos da questão agrária. De modo que suas pesquisas são até hoje fundamentais para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência - para que os camponeses continuem sendo produtores familiares - não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital. O mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos do mercado.

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da *agricultura familiar* não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra.

No final do século XIX, Lênin e Kautsky prognosticaram o desaparecimento dos camponeses no desenvolvimento desigual do capitalismo. No final do século XX, os teóricos da *agricultura familiar* procuram construir um método de análise em que o desaparecimento do camponês está no processo de metamorfose em agricultor familiar.

Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar: a crítica



Dessa forma, a questão para o camponês é: ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes referenciais não há futuro, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês. Na verdade, ele é visto como um estorvo para os que vêm sua desintegração, considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário. Igualmente é visto como um estorvo para os que vêm sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital. Os primeiros querem eliminar a face conservadora do campesinato, na polêmica representação de Marx (1979). Os segundos querem eliminar a face transformadora do campesinato, como por exemplo: a participação nas lutas revolucionárias do século XX, analisada por Wolf (1984).

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalista de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 279-280). Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito.

Um exemplo da refutação do conceito de camponês está em Hespanhol (2000), onde afirma:

que a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram a valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar (HESPAÑOL, 2000, p. 2).



Se concordássemos com essa tese, poderíamos desconsiderar trabalhos a respeito do campesinato, que são importantes referências teóricas na Geografia, como a obra *Agricultura Camponesa no Brasil*, de Oliveira (1991), na Sociologia, que é o belo trabalho de Tedesco (1999), denominado: *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*. Ainda, na Antropologia, como por exemplo, o clássico *Herdeiros, parentes e compadres*, de Woortmann (1995), entre tantos outros. De fato, o conceito de camponês não perdeu o seu poder explicativo. Caso contrário, as pesquisas realizadas, que tomaram como referências teóricas as obras citadas, não conseguiriam explicar os problemas que se propuseram compreender. Ainda, na realidade estudada por Hespanhol (2000), aconteceu um processo de diminuição do campesinato, mesmo com a intensa luta dos sem-terra na região do Pontal do Paranapanema, que resultou, no período de 1984-2000, na conquista de 79 assentamentos, onde foram assentadas 4.597 famílias (Fernandes e Ramalho, 2001).

O fato de grande parte dos trabalhos acadêmicos recentes utilizarem o conceito de *agricultora familiar* não significa que o conceito de camponês perdeu seu *status teórico*¹⁵. Uma coisa é a opção teórica e política dos cientistas frente aos paradigmas, o que é extremamente diferente da perca do *status* de um conceito. Vivemos hoje um momento histórico em que a febre do fim das coisas e dos conceitos tem contaminado e modelado diversos pesquisadores. Por exemplo: o fim da história, o fim do trabalho, o fim da ciência entre outros fins. Com relação ao campesinato, neste artigo defendemos o fim do fim do campesinato, para que possamos analisar com eficiência essas novas realidades que acontecem em escala mundial, representada pela Via Campesina e pelas organizações de agricultores familiares.

Em um estudo, com ponderação, do referencial teórico da *agricultura familiar*, pode-se analisar uma predominante racionalidade econômica que permite uma compreensão parcial, mas não o aprofundamento da análise da questão

¹⁵ Mesmo que um dos principais teóricos do campesinato brasileiro também tenha adotado o termo *agricultura familiar* em seus últimos trabalhos, sua obra continua sendo uma das principais referências para o estudo do campesinato. É o caso de Martins (2001).



agrária¹⁶, como pode ser observado em um pensamento conclusivo do estudo de Hespanhol:

Com o agravamento dos problemas enfrentados por esses produtores (exaustão dos solos, baixa produtividade das culturas, baixos preços para os produtos agrícolas, dificuldades de acesso ao crédito rural, etc.) associado a intensificação da concentração fundiária resultante da expansão das áreas de pastagens, levaram a descapitalização crescente dessas explorações familiares, resultando numa menor capacidade de absorção de força de trabalho e a consequente expulsão de um expressivo contingente populacional (HESPAÑHOL, 2000, p. 322).

O processo de empobrecimento e expropriação das famílias trabalhadoras rurais tem como causa principal a sujeição da renda da terra ao capital, que determina os fatores analisados por Hespanhol. Portanto, a questão é de subordinação – cujo caráter principal é político. Como os camponeses não se apropriam da maior parte da riqueza produzida pelo seu trabalho, necessária para o seu desenvolvimento socioeconômico, inicia-se um processo de decadência das unidades familiares, levando ao êxodo, com a concentração de renda e da propriedade nas mãos dos capitalistas.

A construção teórica da *agricultura familiar* tem construído a compreensão e a percepção que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso. Evidente que os custos políticos dessas formas de entendimento são altíssimos para os movimentos camponeses.

Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar: a consideração

Nesse contexto de embate científico e político, será preciso muito esforço dos teóricos da *agricultura familiar* para convencer os camponeses organizados na Via Campesina, que sua luta não tem futuro. Que, fatalmente, vão se transformar em agricultores familiares. Resta conhecer como os denominados agricultores familiares organizados na FETRAF-SUL discutirão a luta pelo

¹⁶ Importante destacar: é na questão agrária que está inserido o debate teórico: campesinato e ou agricultura familiar.



socialismo, se a lógica do pensamento que originou o conceito que eles materializaram não tem essa perspectiva.

Ainda nesta consideração quero destacar uma outra leitura importante a respeito do tema em questão. Refiro-me ao texto de Neves (2001). A autora, numa análise filosófica do termo de agricultura familiar, salienta:

[...] não reconheço o termo **agricultura familiar** como conceito teórico. Ele é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores instado a um projeto de redefinição de suas formas de integração. Os pesquisadores não podem usá-lo se esquecendo que o trabalho político de reconhecimento social implica a eufemização dos significados subjacentes à categoria...

Ele [o termo] pressupõe a superação do insulamento político cultural e da precariedade material dos camponeses, dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos meeiros, dos assentados rurais, dos trabalhadores sem – terra. Portanto, a categoria de **agricultura familiar** acena para um padrão ideal de integração diferenciada de uma heterogênea massa de produtores a trabalhadores rurais. E se legitima por um sistema de atitudes que lhe está associado, que denota a inserção num projeto de mudanças da posição política e, por isso, da secundarização do papel econômico e social.

Portanto, trata-se de uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político (NEVES, 2001, p. 2-3, grifos da autora).

A leitura de Neves é uma importante contribuição para o debate a respeito deste tema. Ela delinea a corrente teórica em que o termo foi instado e os limites que o mesmo apresenta para ser considerado um conceito.

Esta é uma discussão recente. Desde que o termo apareceu em princípios da década de 1990, não houve críticas em sua utilização. Utilizou-se o termo sem critérios, como é comum, principalmente na Geografia, quando se importam conceitos sem conhecer os seus significados.

No XIV ENG, realizado em dezembro de 2000, na cidade de Goiânia, pela primeira vez, debatemos essa questão. No Encontro da Associação Nacional Pós Graduação em Geografia, realizado em abril de 2002, em São Paulo, tivemos os primeiros interlocutores e no XIII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em João Pessoa, no mês de julho de 2002, promovemos a primeira mesa coordenada a respeito do tema. Com este texto, procuramos dar continuidade ao debate.



Dentro do contexto que desenvolvemos até aqui e frente a vitória histórica de Lula para presidente da república, propomos a reflexão a respeito da questão agrária em um governo do Partido dos Trabalhadores.

O Governo Lula e a questão agrária

Neste ensaio, nosso objetivo é propor o debate a respeito do sentido e as perspectivas de uma política de reforma agrária hoje.

Apresentamos três questões para promover o debate, procurando abordar o tema a partir dos principais paradigmas teóricos, tendo como referência uma análise da realidade da questão agrária nas últimas três décadas e realizando uma reflexão a respeito da continuação da política de implantação de assentamentos rurais e da reforma agrária necessária.

Neste sentido, discutimos os paradigmas que denominamos como: da *desintegração do campesinato*, da *agricultura familiar* e da *produção capitalista das relações não capitalista de produção*. Analisamos as formas como abordam a questão da reforma agrária e as suas perspectivas.

Desses referenciais teóricos, partimos para uma reflexão das possibilidades da territorialização dos assentamentos rurais por meio da luta pela terra e concluímos com a compreensão da impossibilidade hoje da realização da reforma agrária necessária.

Os paradigmas da Questão Agrária hoje

A reforma agrária é um dos elementos da questão agrária. É uma política pública – *de caráter institucional* - da sociedade capitalista, cuja instituição competente para realizá-la é o Estado, no caso do Brasil: o governo federal.

Nosso país tem como marca história a luta pela reforma agrária movida por meio da luta pela terra. Em nossas pesquisas temos demonstrado que a luta pela terra – que compreendemos como *uma política pública de caráter popular* – tem promovido nas últimas décadas grande pressão para que diversos governos implantassem diferentes políticas de assentamentos rurais.



Desse modo, afirmamos que nunca existiu uma política de reforma agrária no Brasil (FERNANDES, 1996, 2000, 2001), embora o governo tenha propagandeado e diversos cientistas tenham utilizado essa expressão para falar das políticas de assentamentos rurais, como por exemplo MARTINS, 2000 e 2001.

Os paradigmas da questão agrária hoje possuem distintas visões a respeito da reforma agrária. Desde esses pontos de vista temos várias compreensões referentes ao problema, que se interagem, se misturam e se distanciam, contribuindo ora para o seu desenvolvimento, ora para o seu emperramento.

O paradigma da *desintegração do campesinato* que relaciona o tema, com as atividades não-agrícolas, com o assalariamento, ou até mesmo com o salário desemprego como políticas públicas para os trabalhadores rurais expulsos ou expropriados do campo.

O paradigma da *agricultura familiar* que defende a diferenciação entre agricultura camponesa e agricultura familiar, propondo a “integração ao capital e ao mercado” como formas modernas de desenvolvimento do campo, aceitando políticas de compra e venda de terra como condição de acesso à terra.

O paradigma da *produção capitalista das relações não capitalista de produção* que comprehende, na lógica desigual e contraditória do desenvolvimento da agricultura no capitalismo, as possibilidades de (re) criação o campesinato, desde por meio dos processos econômico - geográficos, como por exemplo: o arrendamento da terra e da migração; como pelos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, como por exemplo: as ocupações de terra.

O paradigma da *desintegração do campesinato* não vê a reforma agrária como uma política importante para o desenvolvimento da agricultura, pois considera a agricultura capitalista como predominante e essencial. Nesse sentido, a reforma agrária é uma política compensatória e deve considerar principalmente as atividades não – agrícolas, conforme a tendência da pluriatividade.

O paradigma da *agricultura familiar* entende como reforma agrária as políticas que possibilitem o acesso à terra, mesmo que por meio de compra e venda, privilegiando a integração ao mercado, por meio da especialização da produção em determinados sistemas agrários. Defende a capitalização e a



diferenciação dos agricultores como processos do desenvolvimento do capitalismo agrário.

O paradigma da *produção capitalista das relações não capitalistas de produção* compreende a reforma agrária como uma política importante de distribuição da terra, como forma de recriação do campesinato ou para impedir a sua destruição. O mercado e a capitalização são processos que devem ser pensados no campo da luta e da resistência. Ao contrário dos outros paradigmas, neste, a luta pela terra é considerada como uma forma essencial para a formação do campesinato.

Uma questão importante nesses paradigmas é o sujeito do processo. Quando o campesinato é sujeito, quando é o capital e ou o Estado. Tanto na academia quanto nos governos e nas políticas públicas, essas correntes teóricas estão presentes e determinam os rumos das políticas e da luta pela reforma agrária.

Da mesma forma, encaminham as políticas de crédito, de educação, de produção e de organização dos assentamentos. Evidente que as significações aqui apresentadas são iniciais, mas também são referenciais para um debate e para o aprofundamento necessário, que pretendemos realizar.

Luta pela terra e a política de implantação de assentamentos rurais

No governo Lula, não tenho a expectativa da realização de uma política de reforma agrária. Acredito que será realizada uma ampla política de assentamentos rurais. Desse modo, a luta pela terra e a política de implantação de assentamentos rurais tendem a ser os processos que já conhecemos desde o século passado. Com avanços e refluxos, de acordo com as correlações de forças das ações dos movimentos socioterritoriais, dos partidos políticos e dos governos. Nada mais do que isso.

Nos últimos trinta anos, essa tem sido a tendência e não há novos referenciais na realidade que indiquem o contrário. Nem mesmo o governo do Partido dos Trabalhadores possibilitará a realização da reforma agrária.



As razões dessa afirmação são: os trabalhadores não têm maioria no Congresso Nacional para mudarem a correlação de formas, hoje dominada pelos ruralistas. Por outro lado, o Poder Judiciário continua forte na defesa dos interesses e dos privilégios dos latifundiários.

Isso não significa que não teremos avanços na luta pela terra e na intensificação de assentamentos rurais. Mas, como já afirmamos isso não é reforma agrária. Também é possível que tenhamos políticas agrícolas voltadas para o interesse da agricultura camponesa e, com certeza, as medidas provisórias que criminalizam as ocupações não serão reeditadas.

A reforma agrária necessária

O Brasil tem a segunda maior concentração de terras do mundo e está entre os dez países com maior índice de desigualdade. A reforma agrária ao atingir a estrutura fundiária concentrada, democratizando o acesso à terra, modificará essa conjuntura.

As famílias beneficiadas poderão ser tanto de origem rural quanto de origem urbana. Uma política de reforma agrária não pode deixar de atender a população urbana interessada em construir suas vidas no campo. Hoje, nos assentamentos há famílias assentadas que nunca tinham vivido como produtoras agrícolas. Por meio da luta, elas encontraram na terra uma possibilidade de reconstruir suas vidas com dignidade.

Pela história de grilagem da terra do Brasil, não é aceitável uma política de mercantilização de terra. Reforma agrária é desapropriação É ação do Estado e não política de mercado.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – Rio de Janeiro – Campinas: Editora Hucitec – ANPOCS – Editora da Unicamp, 1992.

BLEIL-MARQUES, Suzana I. MORUZZI-MARQUES, Paulo E. **Cultural Identity Challenges Globalization: the french agricultures' confession**. Inédito: 2000.



FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** São Paulo, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema. **Estudos Avançados**, nº 43. p.239-254, 2001.

FETRAF-SUL. **O sindicato é o Caminho.** (folder), 2001.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. **Desenvolvimento e controle social:** releitura das novas políticas públicas e desenvolvimento rural para o Noroeste Paranaense. Maringá, 2001. Relatório de Qualificação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá.

HESPAÑHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A produção familiar:** perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente. Rio Claro, 2000. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar:** uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (Coord.) **A Agricultura Familiar:** do mito a realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária:** o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e à agricultura familiar no Brasil.** Disponível em: <www.nead.org.br>, 2001.

MARX, Karl. El campesinado como clase. In: SHANIN, Teodor. **Campesinos e Sociedades Campesinas.** México: Fondo de Cultura Económica, 1979.



NEVES, Delma Peçanha. **A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional.** Inédito: 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: UPF - Editora, 1999.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

VIA CAMPESINA. **Linhos Políticas.** s.n.t.

WOLF, Eric, R. **Guerras Camponesas do Século XX.** São Paulo: Global, 1984.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres.** São Paulo: Brasília: Hucitec: Editora da UnB, 1995.



4. SOBRE A TIPOLOGIA DE TERRITÓRIOS¹⁷

Bernardo Mançano Fernandes

Para Kari Polanyi Levitt

“Ao perder minha terra, estou perdendo meu país”

Mirta, campesina paraguaia, Carumbey, São Pedro – Paraguai, 23 de outubro de 2008.

Introdução

Este artigo é um ensaio sobre a tipologia de territórios para contribuir com a leitura das disputas territoriais e seus processos de conflitualidades. Convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente. Foi a inevitável convivência com esses tipos e formas de territórios que comecei meus estudos sobre este tema¹⁸ e neste trabalho procuro aprofundar essas reflexões e apresentar uma proposição para as análises dos territórios.

O estudo sobre a diversidade de territórios não é uma novidade, vários outros estudiosos do território já escreveram sobre este tema¹⁹. Nesta proposição, além de tomá-los como referências, apresento uma tipologia de modo a estabelecer uma leitura da diversidade territorial que produz a multiterritorialidade. E esta leitura tem como estrutura a produção espacial e territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Nesse modo de análise, a relação classe-território são indissociáveis.

¹⁷ - O conjunto das pesquisas de campo que possibilitaram as reflexões apresentadas neste artigo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

¹⁸ Os principais resultados estão em Fernandes (2005; 2006; 2007; 2008^a; 2008b; 2008c; 2008d).

¹⁹ Por exemplo: Gottmann (1973), Lacoste (1988), Lefebvre (1991), Oliveira (1991); Raffestin (1993), Souza (1995; 2006) Santos (1996; 2002), Moraes (2000), Harvey (2003), Haesbaert (2004), Delaney (2005), Ceceña (2007), Palau (2007), Peet (2007) e Saquet (2007).



Esta leitura é feita desde meus estudos sobre os territórios rurais. É uma construção teórico-geográfica, um mirada que traz outra perspectiva sobre o conceito de território, que contribui para o debate e para os embates.

1 – A importância do Território

O território é uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço. Essa diversidade promoveu compreensões e significações imputadas ao conceito de território²⁰ de acordo com as intencionalidades dos sujeitos. A relevância que o território tem recebido levanta questões se o conceito virou moda, se é mais um *fashion concept*. O fato é que o seu uso se intensificou, mesmo que em grande parte dos trabalhos, o território seja apenas utilizado como superfície, base ou palco das relações sociais. Penso que além do modismo e do uso superficial há também a referência da geograficidade destacada por Milton Santos:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).

A imposição da geograficidade tem um conjunto de razões. Uma razão do uso cada vez mais amplo do conceito de território pode ser compreendida pelo claro argumento: “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (HAESBAERT, 2004, p. 20). Além dessa inserção, há outras razões que

²⁰ Uma discussão a respeito dessa questão pode ser encontrada em Fernandes, 2008b, onde analiso o texto “Do território geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural” de Sérgio Schneider e. Ivan G Peyré-Tartaruga.



decorrem desta e que demonstraremos neste artigo. Nossa desafio é compreender como as diferenciações da produção espacial e territorial são organizadas e reproduzidas e por quais relações e classes sociais. Estou me referindo às diversas classes e relações sociais que produzem diferentes espaços e territórios. Por essa compreensão é que entendemos ser importante o uso de uma tipologia de territórios. Relações e classes sociais produzem diferentes territórios e espaços que as reproduzem em permanente conflitualidade.

Recentemente, surgiram diversos trabalhos que se referem às perspectivas, desenvolvimentos, enfoques, abordagens territoriais, entre outras denominações. Esses textos são propostas de políticas ou análises de projetos em implantação ou implantados, que envolvem diferentes instituições: multinacionais, governos nacionais, estaduais e municipais, movimentos socioterritoriais, sindicatos, igrejas etc. Para compreender os interesses, ações, relações e conflitos entre as instituições e os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança.

O conceito território está sendo utilizado, principalmente, para se referir aos espaços de governança em escala municipal, reunindo um conjunto de municípios que formam uma microrregião, como por exemplo os Territórios da Cidadania²¹. Também há projetos em escalas transnacional, que envolvem todas as escalas dos espaços de governança, como são os “eixos” territoriais do IIRSA - Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana²². Esses eixos são “**transterritórios**” que reúnem territórios de diversos países a partir do conjunto de projetos implantados ou a serem implantados para atender, principalmente, os interesses das transnacionais para a produção de commodities.

Transterritórios são um conjunto de territórios nacionais, compreendidos como espaços de governança, em diversas escalas. Nos transterritórios, além dos espaços de governança há outros tipos de territórios, como as propriedades privadas comunitárias ou capitalistas que produzem conflitualidades pela disputa dos projetos de desenvolvimento e de sociedade. Essas conflitualidades geram territorialidades de dominação, como estudado por

²¹ <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>

²² <http://www.iirsa.org>



Ceceña (2007) e territorialidades de resistência como estudados em Fernandes (2008d).

Entre os vários argumentos que podemos usar para dizer que o território ganhou *status* nas diversas áreas do conhecimento, há um que se destaca. O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais. Essas políticas formam diferentes modelos de desenvolvimento que causam impactos socioterritoriais e criam formas de resistências, produzindo constantes conflitualidades. Neste contexto, tanto o conceito de território, quanto os territórios passam a ser disputados. Temos então disputas territoriais nos planos material e imaterial.

Em que contexto estão acontecendo as políticas e as disputas territoriais? O que está em disputa é desde o pedaço de chão, onde vive o sujeito, está a comunidade, o bairro até as formas de organização espacial e territorial dos campos, cidades e florestas, que constituem os países. Por isso, a importância de todos os tipos de território e da frase citada na epígrafe deste artigo. Mirta - campesina paraguaia de Carumbey - tem a compreensão que perder sua terra para os sojeiros brasileiros implica na predominância de um modelo de desenvolvimento que determina a organização espacial e territorial de seu país.

As disputas territoriais são, portanto, de significação, das relações sociais e de controle dos diferentes tipos de território pelas classes sociais. O território compreendido apenas como espaço de governança é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados. O território compreendido pela diferencialidade pode ser utilizado para a compreensão das diversidades e das conflitualidades das disputas territoriais. Temos, portanto, duas compreensões distintas: a do território compreendido apenas como espaço de governança, multidimensional e plurispectral. É o território da nação, do país, dos estados, províncias, microrregiões, departamentos, municípios e outras unidades geográficas de divisão escalar dos espaços de governança. Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios, partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e



fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais, que trataremos nas partes seguintes deste artigo. Por ora, para explicitar as diferenças dessas duas compreensões de territórios, denominaremos a compreensão de território apenas como espaço de governança como “território uno” e a compreensão da tipologia como “território diverso”.

As políticas neoliberais influenciaram nas disputas e ressignificações do conceito de território, principalmente porque passaram a utilizar o conceito como forma de dominação o provocou reações de resistência. Nas cidades, nos campos, nas florestas, entre campo e cidade, entre nações e povos em um país, a partir de diferentes relações sociais e políticas territórios são produzidos e destruídos em permanentes conflitos, gerando complexas conflitualidades. São vários exemplos na América Latina, em que o capital transnacional determina as políticas de desenvolvimento socioterritorial de diversos países. O IIRSA, citado neste artigo é o exemplo mais amplo, todavia, em cada país há de disputas territoriais permanentes, que multiplicariam os exemplos aos milhares.

O capitalismo se estabelece com a consolidação do território capitalista. Dizer que as relações sociais capitalistas produzem relações sociais não capitalistas também é dizer que os territórios capitalistas produzem territórios não capitalistas. Esta produção ocorre de modo desigual e conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. As disputas territoriais não se limitam à dimensão econômica. Pelo fato do território ser uma totalidade, multidimensional, as disputas territoriais se desdobram em todas as dimensões, portanto, as disputas ocorrem também no âmbito político, teórico e ideológico, o que nos possibilita compreender os territórios materiais e imateriais. As políticas de dominação e de resistência utilizam o conceito de territórios para delimitar tanto os espaços geográficos disputados, quanto de demarcar os pleiteados. A imposição da geograficidade deve-se também à ascensão do conceito de território porque a disputa pelo poder de interpretar e de determinar o conceito e os territórios se intensificou. O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade.

Gottmann (1973) dedicou-se ao debate sobre a soberania. E é a partir deste geógrafo que ampliamos o debate. Soberania é um princípio do conceito de território. Todavia, antes de ser um princípio, ela é uma necessidade humana para a liberdade. A soberania é uma construção histórica dos povos e suas nações como também é uma construção das classes sociais e seus grupos internos. Todavia, a soberania não é poder político exclusivo do Estado sobre o território. A soberania do Estado é garantida pelas soberanias das múltiplas forças sociopolíticas que garantem o Estado. Considerando a multiterritorialidade, podemos falar em soberanias, cujas existências garantem a do Estado. O território do Estado é uma totalidade mas não é totalitário. Uma nação livre não será uma nação centralizadora. As instituições que formam o Estado Nação, como seus Poderes, os partidos, os sindicatos, as igrejas, as fundações, as cooperativas, as empresas, os movimentos e as ONGs constroem espaços e territórios no interior no território do Estado, constituindo assim diferentes soberanias. O Estado e seu território são disputados pelas instituições também por meio de seus territórios. A relação jurídica entre as instituições é regida pelo poder político do Estado e pelos poderes políticos de cada instituição.

Para discutir a totalidade como um princípio do território é necessário tomar muito cuidado para não ser mal compreendido. Evidente que não estou afirmado que tudo é território, mas sim que o território é um todo. Ainda é necessário afirmar que este todo é parte da realidade. Quando comprehendo o território como todo estou entendendo sua multidimensionalidade. Isto significa que ao analisar os territórios por meio de uma ou mais dimensões, é somente uma opção, o que não implica em desconsiderar as outras dimensões. O princípio da multidimensionalidade nos ajuda a compreender melhor o da totalidade, já que são as dimensões que a compõem. As dimensões são formadas pelas condições construídas pelos sujeitos em suas práticas sociais na relação com a natureza e entre si. As múltiplas dimensões do território são produzidas relações sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais. A dimensão une espaço e relação construídos pelas ações e intencionalidades.

A intencionalidade é compreendida parcialmente a partir da contribuição de Searle (1995). Compreendo-a como a opção histórica que as



pessoas fazem que determinam a direção de seus pensamentos para a construção e defesa de ações políticas, como e escolha de paradigmas, correntes teóricas, políticas públicas, modelos de desenvolvimento, ou seja leituras que direcionam as compreensões das realidades. É a intencionalidade que faz com que os estudiosos definam a totalidade de seus objetos. Por exemplo, é possível estudar dimensão econômica do território ou a dimensão territorial da economia. É possível estudar o território somente como espaço de governança, como uno, ou estudá-lo como diverso, pelas suas diferencialidades. É possível falar de exclusão ou inclusão precária, ou ainda é possível falar de capital social, capital político, capital natural ou dimensão social, dimensão política, dimensão cultural, dimensão natural dos territórios. São análises distintivas pelas direcionalidades determinadas pelas intencionalidades, em que a amplitude do objeto pode conter ou não as condições em questão. A intencionalidade é uma propriedade da política entendida como liberdade (ARENDT, 1998). As intencionalidades propõem diferentes leituras para a realidade gerando conflitualidades materializadas pelas disputas nas interpretações dos fatos. A intencionalidade como opção histórica é também uma posição política, uma preferência pelas leituras de uma determinada classe social.

A conflitualidade é o processo de relações de enfrentamento permanente nas interpretações que objetivam as permanências e ou as superações da classes sociais, grupos sociais, instituições, espaços e territórios (FERNANDES, 2008c). As contradições produzidas pelas relações sociais criam espaços e território heterogêneos, gerando conflitualidades. As classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial. A conflitualidade é portanto um processo em que o conflito é apenas um componente. Esse processo é formado por diversos componentes polarizados como uno – diverso; consenso - crítica; regra – conflito; padronização - variedade; centralização – centralidades; território – territórios. O âmago da conflitualidade é a disputa pelos modelos de desenvolvimento em que os territórios são marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades, ameaçando a consolidação da democracia.

A pluriescalaridade (ou multiescalaridade) é um princípio básico para a compreensão das diferentes escalas dos territórios. Aqui a utilizamos para



pensar também os diferentes tipos de territórios, organizados em várias escalas. Uma referência parcial é a espacialidade diferencial de Lacoste (1988). Parafraseando Lacoste, podemos entender a pluriescalaridade a partir de uma tipologia como uma “territorialidade diferencial”. Por exemplo um transterritório está organizado em escala internacional, mas contém territórios em escala nacional, provincial e municipal. E estes territórios estão em permanente conflitualidade por disputas territoriais. Territórios – propriedades estão disputando o território espaço de governança, estão organizados principalmente em escalas municipais, mas pela pluriescalaridade, podem superar esses limites. Não estamos falando de uma propriedade jurídica, mas de um conjunto de propriedades que podem ser contínuas e descontínuas em vários espaços de governança, em escalas diversas, desde a municipal até a internacional.

A expansão do capitalismo desterritorializa outras relações sociais e extermina relações não capitalistas por meio do que Harvey (2003, p 137-182) definiu como acumulação pela espoliação [*accumulation by dispossession*] compreendidas pela destruição de postos de trabalho, precariedade das relação de trabalho, destruição dos territórios camponeses e indígenas. A acumulação pela espoliação significa um estágio avançado das relações capitalistas que necessitam cada vez menos da recriação das relações não capitalistas. Evidente que essa condição faz com que o capital recrie com menos intensidade trabalhadores assalariados e territórios camponeses, aumentando o número de excluídos. Além da espoliação há a tentativa de controle dos territórios que resistem através de políticas públicas elaboradas em conjunto pelo Estado, agências multilaterais e transnacionais. Esses processos de disputa e espoliação ocorrem nos campos, nas cidades e nas florestas, em escalas diversas. A compreensão de uma tipologia de territórios possibilita desvendar a diferencialidade por meio da conflitualidade.

A geograficidade nos revela a importância da leitura territorial ou leitura espacial, compreendendo o espaço ou o território como totalidade. Esta leitura permite compreender as diferencialidades das relações e territórios e mapear as conflitualidades para compreender melhor os sentidos das disputas territoriais. Para contribuir com essa compreensão discutimos a seguir os tipos de territórios.



2 – Tipos de territórios

A primeira versão deste ensaio foi apresentada no III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, em 2007, e publicado em Fernandes (2008b). A ideia de pensar os tipos de territórios nasceu de minhas pesquisas de campo, da interlocução com outros cientistas, do diálogo com meus orientandos e da leitura de diversas obras, como detalhei no artigo citado. O que sempre me chamou a atenção é o fato de o território ser majoritariamente compreendido como espaço de governança, enquanto presenciamos diversas formas de conflitualidades que não estão relacionadas necessariamente com os espaços de governança. Embora muitos autores tenham estudado estas conflitualidades, por exemplo Ceceña (2007) e Palau (2007), comprehendo que a falta de uma tipologia dilui a diversidade de território em disputas. Não basta falar apenas em Território. É preciso definir: qual território? As classes e relações sociais não estão alheias aos territórios porque elas os produzem e por estes são produzidas. Ainda que não tenha esta preocupação, o livro de Delaney (2005) sugere uma tipologia de territórios ao refletir e exemplificar diferentes tipos de território. Delaney chama a atenção para os territórios do cotidiano que estão contidos nos espaços de governança.

Realidades, teorias, leituras, diálogos e reflexões foram as ações que possibilitaram a proposição de uma tipologia de territórios. Os territórios em diferentes escalas se sobrepõem, são utilizados de diferentes formas assim como as pessoas assumem e executam distintas funções ou como as relações sociais se mesclam, gerando multiterritorialidades. Esses processos complexos muitas vezes são generalizados, dificultando análises mais aprofundadas. Neste ponto chamo a atenção para uma questão importante. Não confundir a tipologia de territórios com a multiterritorialidade. Da tipologia nasce a multiterritorialidade e são objetos distintos. As territorialidades são as representações dos tipos de uso dos territórios.

Nesta proposição trabalho com as duas formas de territórios: material e imaterial. Os territórios materiais são fixos e fluxos. Santos (1978 e 1996) trabalhou com essas referências, discutindo os elementos do espaço e o território. Os territórios fixos e fluxos são os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do



Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais. A interdependência entre espaço de governança, propriedades e espaço relacional são compreendidas pela indissociabilidade das condições físicas, relacionais e intencionais. Para compreender melhor os movimentos das relações pelas classes sociais na produção de diversos territórios, propomos as seguintes denominações de ordem dos territórios: espaços de governança como primeiro território; propriedades como segundo território e os espaços relacional como terceiro território.

A ideia de fixo e fluxo está relacionada a todas as ordens e tipos de territórios. O primeiro e o segundo território são fixos ou são fluxos, já o terceiro território contém a qualidade de ser fixo e fluxo. Os espaços de governança são territórios fixos e fluxos, por exemplo: o território da nação, os palácios dos presidentes e governadores, seus aviões, carros e navios. Da mesma forma podemos nos referir às propriedades fixas e móveis. O terceiro território é formado pelas multiterritorialidades do segundo no primeiro território ou pode ir além da escala nacional, como é o caso dos transterritório. É importante destacar que não compreendemos o primeiro território como espaço absoluto, na acepção unidimensional. Reafirmo, compreendo o espaço de governança como o território da nação, gerador de multiterritorialidades por conter todos os outros tipos de territórios. O segundo território ou território – propriedade é compreendido pela diversidade e possibilidades dos tipos de propriedades, é construído pelas diferentes relações sociais praticadas pela classes sociais. A seguir, analisamos os tipos e ordens de territórios.

3- Primeiro Território

O primeiro território é o espaço de governança da nação, é o ponto de partida da existência das pessoas. Neste se constituem outros territórios produzidos pelas relações das classes sociais. Primeiro, segundo e terceiro territórios, assim como as formas material e imaterial são indissociáveis, contudo para analisá-los com mais detalhamento, propomos uma tipologia com uma ordem.

Para compreender melhor o território da nação é necessário entender bem os territórios que o compõem.

Na primeira parte deste artigo, nos referimos à importância do território para a compreensão das disputas territoriais geradas pela expansão das políticas neoliberais e o processo de espoliação, que é também um processo de desterritorialização. Todavia, como alertou Haesbaert (2004), a desterritorialização deve ser compreendida no interior da multiterritorialidade. Portanto, a ideia de espoliação de Harvey (2003), não é aqui utilizada como um fim, mas parte de um processo de disputa territorial gerador de conflitualidades.

Nos últimos anos, as transnacionais têm comprado enormes extensões de terras em diversos países da América Latina, África e Ásia para expandir seu modelo de desenvolvimento baseado na produção de commodities. Os movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esta política pelo menos por duas razões: 1) porque a expansão dos territórios das transnacionais ocorrem sobre seus territórios, provocando sua desterritorialização, empurrando – os para novas áreas, provocando o desmatamento, abrindo novos territórios que no futuro poderão ser controlados pelas transnacionais (STAVENHAGEN, 2005). Este processo têm gerado uma ampla disputa territorial, êxodo rural, mudanças nas relações campo – cidade – florestas, ou seja provocando fortes impactos socioterritoriais. A resistência dos movimentos socioterritoriais aos processos de desterritorialização tem gerado multiterritorialidade, promovendo também a desterritorialização das transnacionais.

Essas realidades têm gerado debates sobre a venda de terras às transnacionais como uma questão de segurança nacional. Para além da questão geopolítica, está a questão do modelo de desenvolvimento socioterritorial em disputa. A produção de commodities está associada a um modelo de desenvolvimento que além de atingir diretamente a população desafia a soberania dos países. A produção de alimentos, fibras e combustíveis para o mercado internacional está relacionado ao uso dos territórios dos países pobres e à dependência tecnológica e econômica dos países ricos. Exemplos são as monoculturas de árvores, de soja e laranja. A constituição de um modelo de desenvolvimento organiza as infra – estruturas e os serviços, determinando os



tipos de usos dos territórios, expropriando os sujeitos e relações sociais que não são incorporadas ou cooptadas.

O primeiro território ou espaço de governança está organizado em diversas escalas e instâncias. Os estados, províncias, departamentos, municípios são frações integradas e independentes do primeiro território, são diferentes escalas dos espaços de governança. As propriedades também são frações do primeiro mas compõem o segundo território. Esta classificação tem como referências as relações praticadas pelas classes sociais. Elas produzem e organizam diversos territórios configurando o primeiro território. A eliminação da propriedade privada não elimina o segundo território. Mesmo em países onde as propriedades individuais – familiares pertencem ao Estado, há um território – propriedade. A relação entre primeiro e segundo território é intrínseca

4 – Segundo Território

Nossa casa pode ser o ponto de partida de referência para a compreensão de propriedade que apresento neste artigo. Estou me referindo a propriedade como espaço de vida, que pode ser particular ou comunitária. Todos os sistemas políticos criam propriedades com diferentes formas de organização do espaço. As propriedades podem ser definidas pelo seu valor de uso e/ou pelo seu valor de troca. As sociedades capitalistas criaram as propriedades capitalistas. Embora, o poder soberano do capital crie a imagem da totalidade, no entanto, a maior parte das pessoas e das propriedades das sociedades capitalistas não são capitalistas. Pelas relações de dominação articuladas no campo e na cidade, o capital concentra propriedades de modo a controlar os territórios. E recentemente começou a comprar florestas.

As propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias e as propriedades capitalistas formam o segundo território. Territórios capitalistas e não capitalistas produzem permanente conflitualidades pela disputa territorial. Territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de moradia, com suas várias identidades são constituídos na multiterritorialidade rural e urbana. São movimentos socioterritoriais disputando o primeiro território em todas suas escalas.



As empresas transnacionais de modo diferenciado agem para disputar estes territórios. Em alguns casos a disputa pelo primeiro território também ocorre entre as próprias empresas capitalistas. O primeiro território e o Estado são disputados permanentemente. Os segundos territórios são frações do primeiro, mas devem ser distinguidos porque as relações sociais que os produzem são diferentes. Um território propriedade – privada não pode ser confundido com um território espaço de governança.

A disputa territorial acorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios, ou seja controlando as suas territorialidades. Exemplos são os estudos de geógrafos e sociólogos que analisam essas disputas e conflitualidades. Oliveira (1991) discute essas disputas denominando – as de territorialização do capital ou do campesinato e de monopólio do território pelo capital, chamando – as de frações do território. Ramos Filho (2008) estuda as disputas territoriais pelas formas de acesso ao território, tanto pela ocupação da terra quanto pela compra da terra. Palau (2007) enfatiza a leitura territorial ao denominar de refugiados os camponeses expropriados pela territorialização da monocultura da soja. Souza Júnior (2008) estuda a luta pela moradia em João Pessoa, denominando – as como lutas por territórios. Indígenas, camponeses e sem-tetos, na floresta, no campo e na cidade disputando territórios para garantirem suas existências a partir de suas identidades. Territórios como propriedades nas florestas, campo e cidade possuem configuração e modos de usos distintos. Na cidade são usados predominantemente para moradia. Nas florestas e nos campos, além da moradia são usados para a produção de alimentos e mercadorias.

O Território recoloca a questão das classes sociais. As classes sociais são formadas por pessoas que ocupam a mesma posição nas relações sociais de produção em função das propriedades dos meios de produção, de seus territórios e dos poderes de decisão. Não é suficiente estudar as classes sociais somente pelas relações sociais. A propriedade é relação social e território, que nos possibilita estudar os territórios das classes sociais.

A afirmação de Haesbaert (2004, p. 20) de que “*não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo inseri-los num*



determinado contexto geográfico, “territorial”, nos traz outra questão. Os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição desses territórios significa o fim desses sujeitos. O desapossamento também destrói sujeitos, identidades, grupos sociais e classes sociais. A ideia de acumulação por espoliação de Harvey (2003) revela seus próprios limites. E aí está o ponto forte da luta territorial, da disputa territorial. Sujeitos, grupos sociais, classes sociais não existem sem seus territórios. Este é o sentido supremo da luta pelos territórios dos povos camponeses e indígenas. O capitalismo sempre apropriou e ou subalternizou outras relações sociais e seus territórios. O desapossamento significa a intensificação da destruição dos territórios não subalternos e é exatamente neste ponto que destaco as formas de resistências que emergem dos campos, dos territórios rurais, muito mais que nas cidades.

As disputas territoriais são diferentes no campo e na cidade. Nas cidades, os movimentos socioterritoriais lutam principalmente por moradias. Os locais de trabalho e de moradia na cidade e no campo são distintos. A propriedade camponesa reúne moradia e trabalho em um só território. Na cidade, com a supremacia do trabalho assalariado, os territórios dos trabalhadores são suas moradias. Os locais de trabalho são predominantemente territórios do capital. De modo que - em parte - as conflitualidades entre assalariados e capitalistas não são necessariamente disputas territoriais, são disputas pelas riquezas produzidas pelo trabalho.

5 – Terceiro Território

O terceiro território é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de territórios. O caráter relacional por unir as propriedades fixas e móveis promove os seus movimentos de expansão e refluxo. Esse movimento é determinado pelas relações sociais e as conflitualidades entre as classes, grupos sociais, sociedade e Estado. Enquanto a ideia de segundo território obedece ao caráter jurídico da propriedade, o terceiro se apropria dessa condição, mas não está subordinada a ela. Cavalcante (2008) e Girardi (2008) exemplificam esse movimento com os processos de territorialização da soja e de



outras culturas que disputam as formas de usos dos segundos territórios. Exemplo semelhante é a denominada “república da soja” criada pela transnacional Syngenta, que reúne partes dos territórios da Argentina, Paraguai, Brasil e Bolívia (FERNANDES, 2008b, p. 284). O terceiro território está relacionado às formas de uso dos territórios, portanto às suas territorialidades. No entanto, é importante alertar para não se confundir o terceiro territórios com a produção de sua territorialidade. Esta é a representação das formas de uso dos territórios.

Outro exemplo de terceiro território é pode ser esclarecido pela circulação da mercadoria. Empresas expandem e perdem territórios de acordo com o aumento e diminuição do consumo de seus produtos. Também podemos nos referir aos territórios do narcotráfico que se expandem ou refluem de acordo com as correlações de forças entre as facções ou das ações das polícias. Vale resgatar os exemplos que demos no início deste artigo sobre os transterritórios formados por projetos de “integração” ou por blocos comerciais. O terceiro território nos atinge em todas as escalas e está cada vez mais presente em nosso cotidiano.

6 – Território Imaterial

O território imaterial está presente em todas as ordens de territórios. O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Determinar uma interpretação ou outra, ou várias, convencer, persuadir, induzir, dirigir faz parte da intencionalidade na elaboração conceitual. Estou me referindo ao mundo das ideias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão entre outras diversas são noções necessárias para pensar que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção imaterial. Essas



produções são construídas nas formações socioespaciais e socioterritoriais. Os territórios materiais são produzidos por territórios imateriais.

O território imaterial pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material. A importância do território imaterial está na compreensão dos diferentes tipos de território material. Nós transformamos as coisas, construímos e produzimos objetos na produção do espaço e do território. Penso o território imaterial a partir da mesma lógica do território material, como a determinação de uma relação de poder. Essa determinação deve ser compreendida como definir, significar, precisar a ideia ou pensamento, de modo a delimitar seu conteúdo e convencer os interlocutores de sua validade.

Este procedimento é “autológico” porque é isto que estou fazendo neste texto, procurando convencer os leitores da importância da tipologia de território e principalmente do território imaterial para fazer uma leitura geográfica da realidade. Evidente que a leitura da realidade pode ser feita dos mais diferentes modos a partir de qualquer ciência ou arte. Todavia, nenhuma ciência ou arte consegue explicar essa realidade sem o diálogo com as outras ciências e artes. É o conjunto das construções dos conhecimentos que possibilitam uma aproximação mais qualificada das possíveis interpretações das realidades. E esta é somente uma contribuição possível.

O território imaterial é formado por ideias e pensamentos diversos: conceitos, teorias, métodos, ideologias, paradigmas etc., que definem a leitura, o foco, a interpretação, a compreensão e portanto, a explicação do objeto, tema ou questão. Os pensadores, intelectuais, pesquisadores, estudiosos constroem, produzem explicações a partir da intencionalidade, que é parte do processo histórico de construção do conhecimento. Assim formam correntes teóricas interpretativas ou paradigmas que determinam suas interpretações. Outros pensadores, estudiosos, intelectuais, pesquisadores ao utilizarem os conceitos ou teorias, precisam compreender e aceitar as significações, as definições, previamente estabelecidas. Esta aceitação é uma condição para garantir o rigor da referência. A fidelidade às ideias originárias é necessária para qualificar o processo de desenvolvimento do conhecimento.



O pensador originário ou seminal ao elaborar o conceito tem o propósito de explicar algo por meio de sua intencionalidade. O pensador usuário ao aceitar e compreender a significação do conceito usa a interpretação proposta. Assim intencionalidade e fidelidade se realizam na multiplicação da possível explicação das coisas e objetos, relações e espaços, temas ou questões. Assim são construídas as correntes teóricas ou paradigmas no processo de disputa pela construção do conhecimento. Esse processo pode ser reproduzido pela subalternidade ou pela autonomia. O uso de conceitos se não for feito pelo questionamento de seus significados conduz o pesquisador usuário à comodidade da explicação fácil do objeto. Este é o sentido da subalternidade. O uso criterioso de conceitos, procurando compreender bem seus significados, por meio do questionamento da validade e do reconhecimento possibilita ao pesquisador usuário uma posição autônoma e comprobatória do conceito.

O território imaterial não se limita apenas ao campo da ciência, mas pertence ao campo da política. E pode ser utilizado para viabilizar ou inviabilizar políticas públicas, por exemplo. Exemplos concretos são as políticas de cotas nas universidades. Estas são produzidas como um território imaterial, cuja intencionalidade é promover a inclusão de sujeitos por meio de processos qualificados. Essas políticas rompem com os processos seletivos genéricos que de fato escondem outras condições políticas de acesso à universidade. Os exames universais de seleção para as universidades, mantém os privilégios dos mais abastados que são perdidos nos exames seletivos por cotas. É assim que um território imaterial, uma ideia, uma política se materializa em condição real de acesso à universidade e de mudança de destino de muitas pessoas. Essa mudança não se realizaria sem a criação do território imaterial que materializou o novo rumo das vidas dos sujeitos.

Os territórios imateriais são as bases de sustentação de todos os territórios. São construídos e disputados coletivamente. As disputas territoriais são alimentadas pelas organizações e seus *think-tank*. É impossível, pensar os diversos territórios sem pensar os territórios imateriais e as pessoas e grupos que pensam os territórios.



Considerações finais

Nestas considerações finais não termo este artigo. Este é um processo de construção teórica. Proponho o debate e a pesquisa para avançar na interpretação das realidades e seus territórios. A tipologia de territórios aqui apresentada está organizada em duas formas, três ordens e três tipos de território. Os territórios materiais e imateriais estão representados em primeiro, segundo e terceiro territórios (fixos e fluxos) entendendo os territórios como espaços de governança, como propriedades e como espaço relacional. Compreendo que esta proposição contribui para leituras mais aprofundadas dos processos socioterritoriais, evitando – se assim que fale de disputa territorial sem se definir o que é território. Mas ainda há muito a avançar. Este avanço ocorrerá pela continuação das pesquisas, reflexões, leituras, diálogos, debates e embates. Evidente que escrever sobre território sempre será uma relação de poder. Este é uma responsabilidade dos geógrafos que têm o território como categoria de análise.

Referências

ARENDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAVALCANTE, Matuzalem Bezerra. **Mudanças na Estrutura Fundiária de Mato Grosso (1992 – 2003)**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós – Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.

CECEÑA, Ana Esther; AGUILAR Paula, Motto Carlos. **Territorialidad de la dominación: La Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)**. Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007.

DELANEY, David. **Territory: a short introduction**. Pondicherry: Blackwell, 2005.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses In: **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008a, p. 385-404.



FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território** In: Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Campinas: Editora da Unicamp, 2008c p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina**: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008d.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Los dos campos de la cuestión agraria**: campesinado y agronegócio. Hacia dónde vamos: conflictividad agraria e laboral. Guatemala: Pastoral de la Tierra Interdiocesana, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em educação do campo**: espaço e território como categorias essenciais. In: A pesquisa em Educação do Campo. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatorio Social de América Latina. , v.16, p. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. São Paulo: New York, 2003.

IIRSA - INICIATIVA PARA LA INTEGRACIÓN DE LA INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMERICANA (2007). **Planificación territorial indicativa: grupos técnicos ejecutivos – GTE 2007 - resultados y carteras de proyectos 2007 (anexo)**.http://www.iirsa.org/bancomedios/documentos%20PDF/doc_cartera_2007.pdf.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus. 1988.



LEFEBVRE, Henry. **The production of Space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial no Brasil**. São Paulo Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

PALAU, Tomás et al. **Los refugiados del modelo agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas**. Asunción: BASE: Investigaciones Sociales, 2007.

PEET, Richard. **Geography of Power: the making of global economic policy**. London: Zed Books, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Indigenous Peoples: An Essay on Land, Territory, Autonomy and Self-Determination**. Disponível em: <<http://www.landaction.org/printdisplay.php?article=327>>. Acesso em 16 de novembro de 2005.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SAQUET, Marcos. 2007. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. Castro, Iná Elias. Gomes, Paulo Cesar Costa. Corrêa, Roberto Lobato (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.



SOUZA, Marcelo Lopes de. **A Prisão e a Ágora.** Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA JR., Xisto Serafim de Santana. **A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa-PB.** Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008.

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



5. ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DO TERRITÓRIO

Bernardo Mançano Fernandes

Introdução

Este artigo é um ensaio teórico sobre o Território. E com base nesta reflexão proponho um debate sobre os tipos de territórios e as disputas territoriais. O que me motivou pensar sobre estes objetos é o fato de o Território ter sido escolhido por cientistas de diversas áreas do conhecimento como conceito central para o estudo de diferentes escalas e tipos de espaços geográficos. O conceito também passou a ser tema principal muito utilizado por distintas instituições na elaboração de projetos de políticas públicas, principalmente voltados para o desenvolvimento rural. Neste ensaio sobre o Território, procuro ir além da significação clássica mais utilizada do conceito como espaço de governança. Proponho uma tipologia de territórios a partir de referencial bibliográfico e de pesquisas de campo realizadas em diferentes países. O objetivo neste artigo é ampliar o debate sobre o Território e defender a ideia que a definição de sua significação é uma relação de poder que precisa ser constantemente debatida. Este poder é hoje muito utilizado pelas instituições e pelos estudiosos na realização de projetos de pesquisa e de desenvolvimento territorial rural que atinge milhões de pessoas em seus habitats.

Este ensaio é um dos resultados da reflexão teórica que venho fazendo há pelo menos dez anos estudando os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina. Um conjunto de atividades me possibilitaram as condições para chegar a estas ideias que ora apresento. As atividades que me motivaram a esta reflexão referem-se à pesquisa, ao ensino e à extensão. Em 1998, com a criação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA²³, produzimos nosso território onde passamos a elaborar e executar diversas linhas e projetos de pesquisa, como por exemplo o DATALUTA – Banco de Dados da Luta

²³ O NERA é vinculado Departamento de Geografia e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Presidente Prudente. www.fct.unesp.br/nera.



pela Terra e o RIST – Relatórios de Impactos Socioterritoriais. Neste espaço, junto com meus orientandos construímos as condições de trabalho para pesquisas empíricas, ensaios teóricos e contribuições científicas para diferentes instituições e organizações. É importante registrar que as ideias aqui apresentadas são de minha inteira responsabilidade, pois são frutos de meus exercícios intelectuais. Mas quero registrar também que eu não teria construído esta reflexão sem a realização das atividades descritas nesta parte e na seguinte, em que muitas pessoas me ajudaram. Sou grato a essas pessoas de distintas organizações e diversos países que de diferentes formas me ofereceram as condições para pensar o Território e os territórios.

Desde 2002, com o início do projeto de pesquisa “A Formação da Via Campesina: espacialização, territorialização e mundialização dos movimentos camponeses²⁴”, nas pesquisas de campo, tenho observado os diferentes territórios que se formam com conflitualidade expressa pelas relações de subalternidade e resistência do campesinato ao agronegócio. Desde 2005, quando iniciei a coordenação do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural da América Latina e Caribe do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, em diversas reuniões, tenho debatido uma parte das ideias aqui expostas. Eu também me beneficiei de diferentes experiências na realização de trabalhos de extensão e assessorias. Na primeira metade da década de 1980, comecei a estudar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Esta foi sem dúvida a mais rica experiência, a partir das realidades da luta pela terra, que me levou a suscitar as ideias para a construção de outras significações para o Território. Comecei a compreender que a luta pela terra é a luta por um determinado tipo de território: o território campesino²⁵. Esta compreensão está presente em meus trabalhos da década de 1990, em que o Território aparece como conceito central. No desenvolvimento de meus trabalhos, esta compreensão se fortaleceu ainda mais com as pesquisas sobre a Via Campesina em diversos países, como por exemplo: Brasil, Canadá, Estados Unidos, México, Guatemala, Espanha e

²⁴ Projeto de pesquisa desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, ao qual agradeço pelas condições oferecidas para a realização da pesquisa.

²⁵ Estudando diversos autores, aprendi que outros movimentos também lutam por um determinado tipo de território, como é o caso dos movimentos urbanos dos sem-teto. Em 2007, criamos no NERA um cadastro para o registro dos movimentos socioterritoriais no campo e na cidade, de modo a aperfeiçoar nossas pesquisas.



Portugal. Também, minha experiência com as assessorias para a Comissão Pastoral da Terra – CPT no Brasil e Pastoral de la Tierra Interdiocesana na Guatemala, na realização de pesquisas e as visitas a vários territórios em conflitos têm fortalecido os sentidos das significações que tenho empregado ao discutir os diferentes tipos de territórios.

Nos últimos dois anos, tenho debatido intensamente meus ensaios a respeito dos tipos de territórios e dos movimentos socioterritoriais²⁶. Um espaço importante onde tenho exposto e desenvolvido esta reflexão é a sala de aula. Quer destacar a disciplina Teorias dos Territórios e dos Movimentos Socioterritoriais, que ministro no Programa de Pós Graduação em Geografia da UNESP, campus de Prudente e a disciplina Estructura agraria y estado en América Latina que ministrei no Programa de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador (UASB). Tenho muito a agradecer aos alunos destas duas disciplinas que me ajudaram com seus trabalhos e distintas leituras a pensar melhor sobre os diferentes tipos de territórios. Em 2007, com o início do projeto de pesquisa “Estudo comparativo das transformações recentes nos campos brasileiro e cubano (1994-2005)²⁷”, tive a oportunidade de discutir os conceitos Espaço e Território com geógrafos cubanos. Agradeço aos colegas Roberto Gonzales, Angelina Herrera, Eduardo San Marful e Silvia Diaz pelo amplo debate realizado em reuniões e em pesquisa de campo.

Os eventos científicos são espaços fundamentais onde podemos expor nossas ideias e debater com nossos colegas. Sou grato aos pesquisadores, professores e alunos que leram e ou debateram parte das ideias em desenvolvimento que foram apresentadas no Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em Bogotá, 2007, no Latin American Studies Association Congress, realizado em Porto Rico, 2006, no VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, realizado em Quito, 2006, No Canadian Association for the Study of International Development (CASID), realizado em Saskatoon, 2007, no Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado em Londrina, 2007, No Seminário do

²⁶ A respeito do conceito de movimentos socioterritoriais, ver Fernandes (2005).

²⁷ Projeto de cooperação científico internacional Brasil – Cuba, como o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC) e o Ministro da Educação Superior de Cuba – MES/Cuba. Agradecemos à CAPES e ao MES pelo apoio na realização desta pesquisa.



Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, realizado em Brasília, 2007 e no VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, realizado em Niterói, 2007. Pelas críticas e considerações agradeço aos meus colegas: Cliff Welch, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Jorge Montenegro, Antonio Thomaz Jr, Norma Giarraca, Miguel Teubal, Pilar Lizarraga, Carlos Vacaflores, Harry Vanden, Sérgio Leite, Luis Hocman, Carlos Walter Porto Gonçalves, Marcos Saquet, Edgar Kolling, Roseli Caldart, Monica Molina, Wilder Robles, Marcelo José Lopes de Souza, Ana Clara Torres Ribeiro, João Cléps Jr, João Fabrini e aos meus orientandos: Matuzalem Cavalcante, Eduardo Girardi, Eraldo Ramos, Nelson Pedon, Anderson Antonio da Silva e Janaina Francisca de Souza, Herivelto Fernandes e Estevan de Freitas.

1 – Os territórios do Território

O ponto de partida para uma reflexão sobre o Território é o Espaço. O espaço é a materialização da existência humana (LEFEBVRE, 1991, p. 102). A *amplitude* desta significação exige muita atenção de nossa parte, para não reduzirmos o espaço a um fragmento. O espaço é uma totalidade. É assim que Milton Santos define o espaço: como conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo, indissociável, solidário e contraditório (SANTOS, 1996, p. 51). Nesta definição estão contempladas a natureza e a sociedade. Por sistemas de objetos são compreendidos os objetos naturais ou elementos da natureza e os objetos sociais ou objetos produzidos por meio das relações sociais, que modificam e transformam a natureza, explicitando então a indissociabilidade. A *indissociabilidade* é uma palavra-chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades. Ao analisarmos o espaço não podemos separar os sistemas, os objetos e as ações, que se completam no movimento da vida, em que as relações sociais produzem os espaços e os espaços produzem as relações sociais. Desde esse ponto de vista, o ponto de partida contém o ponto de chegada e vice-versa, porque o espaço e as



relações sociais estão em pleno movimento no tempo, construindo a história. Este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e de territórios.

Partimos do princípio que o território é construído a partir do espaço geográfico, ou que o espaço é anterior ao território (RAFFESTIN, 1993, p. 144). As transformações do espaço acontecem pelas relações sociais no processo de produção do espaço. Os objetos naturais ou elementos naturais também transformam o espaço, mas são as relações sociais que impactam o espaço com maior intensidade. Os sistemas de ações e os sistemas de objetos são indissociáveis, todavia é possível analisar as distintas intensidades de seus movimentos. A técnica e a tecnologia dinamizaram os sistemas de ações, impactando a natureza com maior intensidade. A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Os seres necessitam construir seus espaços e territórios para garantirem suas existências (GOTTMANN, 1973, p. 1 - 15). Espaço e Território são categorias geográficas e são indiferentes, pois a diferença está na definição de Espaço e Território (SANTOS, 2004, p. 34). A definição do significado do conceito é um exercício intelectual do movimento entre o abstrato e o concreto ou do movimento entre o método (pensamento pensante), a teoria (pensamento pensado) e a realidade. É a intencionalidade que vincula o sujeito ao objeto, ou o pensador e o conceito pensado (SANTOS, 1996, p. 74). O método e a teoria são pensamentos, portanto, carregados de intencionalidade. Quando um pensador define a significação na construção de um conceito, está agindo com uma determinada intencionalidade por meio do método e da teoria. A intencionalidade é caracterizada pela direcionalidade do pensamento (SEARLE, 1995, p. 223-250), constituída em diferentes tendências pela experiência histórica dos sujeitos, que trabalhando com o rigor das teorias e dos métodos, define o significado do conceito.

A intencionalidade compreendida como propriedade do pensamento e da ideologia em que o sujeito delibera, planeja, projeta, dirige e propõe a significação e por conseguinte a interpretação, se realiza através das relações sociais no processo de produção do espaço e na compreensão desse processo. Deliberar, planejar, projetar, dirigir, propor, significar, interpretar são verbos que explicitam ação e poder. O poder de significar e interpretar expressa a intenção, a



pretensão do sujeito. A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção. Este ato político exprime a liberdade da criação, da significação e da interpretação. Esta é uma forma de construção do conhecimento. Os sujeitos utilizam suas intencionalidades criando, construindo, produzindo suas significações dos conceitos, suas interpretações ou “enfoques” da realidade, evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais. As interpretações, enfoques, pontos de vista ou abordagens acontecem por meio das intencionalidades que representam interesses de diferentes classes organizadas em diversas instituições. Embora esta questão me pareça evidente, penso ser importante lembrá-la: os estudiosos, pesquisadores e outros profissionais trabalham os conceitos e as teorias de acordo com a intencionalidade dessas instituições.

Ainda, a proposição da amplitude da significação ou da restrição da significação de um conceito é definida pela intencionalidade. Assim, os conceitos ganham significados diferentes, de acordo com as teorias, os métodos e as instituições. Pensadores vinculados a diferentes correntes teóricas, como por exemplo o Positivismo, o Neopositivismo, o Materialismo Histórico, a Fenomenologia elaboram distintas significações dos conceitos de Espaço e Território para realizarem diferentes interpretações. De acordo com as tendências das intencionalidades, os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito. Eu defendo uma significação mais ampla para o conceito de território. O princípio da multidimensionalidade pode ser considerado como uma propriedade do significado do conceito de território. Este é um grande desafio, porque por mais que se defenda a multidimensionalidade na acepção do conceito de território, as teorias, métodos e práticas a fragmentam. Mas esta fragmentação não ocorre somente na multidimensionalidade dos territórios, acontece também na sua multiescalaridade.

Nas “abordagens territoriais” predominam análises da dimensão econômica e da dimensão social numa acepção de território como uma unidade geográfica determinada, quase sempre como espaço de governança. A definição



de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa então sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais.

É interessante observar que é neste contexto que o conceito de território é usado como instrumento de controle social para subordinar comunidades rurais aos modelos de desenvolvimento apresentados pelas transnacionais do agronegócio. Em suas diferentes acepções, o território sempre foi estudado a partir das relações de poder, desde o Estado ao capital, desde diferentes sujeitos, instituições e relações. Na essencialidade do conceito de território estão seus principais atributos: totalidade, multidimensionalidade, escalaridade e soberania. Portanto, é impossível compreender o conceito de território sem conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios.

Sempre é importante enfatizar a relação entre os territórios como espaço de governança e como propriedades. Esta relação é determinada por políticas de desenvolvimento, portanto quem determina a política define a forma de organização dos territórios. Aqui é necessário lembrar seus atributos: cada território



é uma totalidade, por exemplo: os territórios de um país, de um estado, de um município ou de uma propriedade são totalidades diferenciadas pelas relações sociais e escalas geográficas. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. Compreender essas relações é essencial para conhecermos as leituras territoriais realizadas por estudiosos de diversas áreas do conhecimento e por diferentes instituições que impõem seus projetos de desenvolvimento às comunidades rurais.

Cada instituição, organização, sujeito etc., constrói o seu território e o conteúdo de seu conceito, desde que tenha poder político para mantê-los. Esses criadores de territórios exploram somente uma ou algumas de suas dimensões. Isto também é uma decisão política. Todavia, ao explorar uma dimensão do território, ele atinge todas as outras por causa dos princípios da totalidade, da multiescalaridade e da multidimensionalidade. A compreensão de cada tipo de território como totalidade com sua multidimensionalidade e organizado em diferentes escalas, a partir de seus diferentes usos, nos possibilita entender o conceito de multiterritorialidade. Considerando que cada tipo de território tem sua territorialidade, as relações e interações dos tipos nos mostram as múltiplas territorialidades. É por essa razão que as políticas executadas no território como propriedade atingem o território como espaço de governança e vice-versa. A multiterritorialidade une todos os territórios através da multidimensionalidade e por meio das escalas geográficas, que podem ser representados como camadas sobrepostas (*layers*), em que uma ação política tem desdobramento em vários níveis ou escalas: local, regional, nacional, internacional.

Neste sentido, ao se pensar políticas territoriais é necessário compreender sua multiescalaridade e sua multidimensionalidade. Quando o território é concebido como uno, ou seja apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital. Evidente



que pelo fato das comunidades camponesas terem menor poder político, terão pouco poder de decisão na determinação das políticas, por mais que o discurso das instituições defenda o “empoderamento” das comunidades rurais. Desse modo, as políticas promovem o fortalecimento das relações capitalistas em detrimento das relações não capitalistas ou familiares e comunitárias. Intensifica-se, dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir.

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento. Territórios camponeses e territórios capitalistas como diferentes formas de propriedades privadas disputam o território nacional. Para se compreender essa disputa é importante uma análise dos níveis e escalas territoriais: o primeiro território e o segundo território. O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares. Por exemplo: o segundo território é uma fração do primeiro território, ou seja os diferentes tipos de propriedades são frações do território municipal, que é uma escala do primeiro território. Este é fração do território estadual, que por sua vez é fração do território nacional. Na figura 1, procuramos ilustrar esse exemplo.

**Figura 1 – Tipos de territórios**

Org.: Bernardo Mançano Fernandes/Eduardo Paulon Girardi

A partir dessa tipologia pode-se compreender as conflitualidades entre modelos de desenvolvimento que disputam territórios, condição essencial para a sua expansão. Estamos nos referindo especialmente aos modelos de desenvolvimento do agronegócio, resumidamente a partir da produção de monoculturas em grande escala, com trabalho assalariado, intensamente mecanizado e com utilização de agrotóxicos e sementes transgênicas. E ao modelo de desenvolvimento do campesinato ou agricultura familiar, resumidamente a partir da produção de policulturas, em pequena escala, com predominância do trabalho familiar, com baixa mecanização, em sua maior parte, com base na biodiversidade sem a utilização de agrotóxicos. Esses modelos disputam territórios, produzindo o segundo território no interior do primeiro território. A disputa do segundo território também é a disputa do primeiro território. Embora sejam diferentes, estão no mesmo espaço geográfico municipal, que está no espaço geográfico estadual e este, por sua vez, está no espaço geográfico nacional, formando a multiterritorialidade. Esses modelos de desenvolvimento determinam a organização do espaço geográfico, por meio da produção de territórios, gerando e intensificando conflitualidades que são insolúveis por causa da hegemonia do modo capitalista de produção.



Reafirmamos, o território é uma totalidade mas não é uno. Conceber o território como uno é compreendê-lo apenas o espaço de governança, que é um tipo de território e ignorar os outros tipos de territórios. Mais uma vez é importante lembrar que compreender o território como totalidade é fundamental para se entender sua multidimensionalidade e sua multiterritorialidade. Enfatizamos que todas as unidades territoriais formam totalidades por conterem em si todas as dimensões do desenvolvimento: política, econômica, social, cultural e ambiental. Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar suas conflitualidades.

2 – Tipos de territórios

Para superar a compreensão do território como uno, singular, discutimos diferentes formas do território, como pluralidade. Temos territórios materiais e imateriais: os materiais são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia. Em nossa análise, consideramos três tipos de territórios materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios; o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedade privadas não capitalistas; o terceiro território formado por diferentes espaços que são controlados por relações de poder. Estes são territórios fluxos ou móveis controlados por diferentes sujeitos e são produzidos nos territórios fixos do primeiro e do segundo território.

Primeiro território é o território do Estado e suas unidades territoriais internas: país, estados e municípios. São nestes que se organizam todos os outros territórios: propriedades particulares individuais e propriedades comunitárias (segundo território), que são territórios fixos. Nos territórios dos municípios são organizados territórios fluxos, cujas fronteiras se movimentam de acordo com as



ações institucionais e as conflitualidades. Exemplos de territórios fluxos ou móveis são espaços controlados por diferentes formas de organização, por exemplo: narcotráfico, prostitutas, etc.²⁸. Outros tipos de territórios móveis ou fluxos são navios e outras embarcações e os diferentes tipos de meios de transporte.

Neste artigo destacamos a formação do segundo território. O princípio da multidimensionalidade permite a compreensão que o processo de formação do território implica em conceber sua área, seus recursos e as relações que os transformam. O segundo território pode ser contínuo ou descontínuo, pertencer a uma pessoa ou instituição ou a diversas pessoas ou instituições. A caracterização fundamental é a relação social que o produz. O segundo território pode ser um todo ou parte, pode ser uma casa ou parte dela; uma empresa ou parte, uma universidade ou parte, uma igreja, um sindicato etc. Descontínuo, pode estar organizado em redes, ou as redes podem ligar diferentes territórios. A constituição desses tipos de territórios acontece por relações de poder em disputa no primeiro território. A soberania é uma qualidade ou propriedade exclusiva de todos os tipos de território. Embora não seja ininterrupta, a soberania está sempre em questão por meio da conflitualidade na disputa territorial no interior do território da nação. A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento na disputa territorial. É um processo de enfrentamento permanente que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate constante, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político produzindo espaços e territórios heterogêneos.

Os territórios dos países são disputados pelas empresas transnacionais que controlam ou participam do controle de imensas áreas do primeiro e do segundo território. Dois exemplos podem ser observados nas figuras abaixo.

²⁸ Um exemplo desses territórios pode ser visto em Souza (1995). Entre outros autores que trabalham com diferentes tipos de territórios, para além da concepção clássica do território como espaço de governança, indicamos Saquet (2007) e Delaney (2005).



Figura 2 – Crítica à territorialização das transnacionais, por meio de compra de terras para controle do mercado de agrocombustíveis.

Fonte: Jornal Brasil de Fato, 4 de dezembro de 2007.



Figura 3 – Propaganda da Transnacional Syngenta representando área de quatro países onde predomina o monocultivo da soja.

Fonte: Evia, 2006.

Os movimentos camponeses e indígenas têm resistido a esse processo, disputando territórios com as empresas capitalistas. No Brasil, a Via Campesina ocupou uma propriedade da transnacional Syngenta como forma de protesto ao processo de territorialização da empresa. Na figura 4, observa-se a

ocupação de uma propriedade da Syngenta no município de Santa Teresa do Oeste no estado do Paraná.



Figura 4 – Movimentos campesinos vinculado a Via Campesina ocupam propriedade da Syngenta.

Fonte: Arquivo MST

Uma classe não se realiza no território de outra classe. Por essa razão, os territórios do agronegócio e os territórios campesinos e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios. A paisagem do território do agronegócio é homogêneo, enquanto a paisagem do território camponês é heterogêneo. A composição uniforme e geométrica da monocultura se caracteriza pela pouca presença de pessoas no território, porque sua área está ocupada por mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a expressão do território do agronegócio. A diversidade dos elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela grande presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que constroem suas existências, produzindo alimentos. Homens, mulheres, jovens, meninos e meninas, moradias, produção de



mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem dos territórios camponeses.

Compreender essa tipologia de territórios é fundamental para o uso mais amplo do conceito. Se por um lado, o uso do conceito de território possibilitou a superação de leituras setoriais, por outro lado, predominam as leituras de territórios únicos que ignoram as conflitualidades, que promovem as disputas territoriais.

3 – Territórios em disputa

Em um ensaio publicado em 2002, Milton Santos fez a seguinte afirmação:

A Geografia alcança neste fim de século a sua era de ouro, porque a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território. O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. A Geografia passa a ser aquela disciplina mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação do lugar (SANTOS, 2002, p. 9).

Como destacamos na introdução deste ensaio, o Território passou a ser conceito central de temas de estudos de algumas ciências como sociologia, economia, história e medicina. A antropologia, direito, ciência política e biologia, em geral, utilizam o Território como conceito central em suas análises. Mesmo na geografia, o Território ganhou mais espaço que o Espaço, a Região e o Lugar. Um dos últimos livros publicados por Milton Santos tem como título: “O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Enquanto nos anos 1980 e até meados de 1990, dedicou-se predominantemente às reflexões sobre o Espaço. Questionado sobre esta mudança, afirmou que:

O território com muita frequência e força – usado pelos homens da ciência política, pelos juristas, pelos antropólogos -, é sempre visto como uma coisa inerte, onde as ações dos homens se dão. Mesmo



quando se considera o território como contendo população, produção econômica, movimento dos homens e das mercadorias etc., quando falamos na relação sociedade-espaco, sociedade-território, não víamos o território realmente como condicionante. Isso me preocupou porque, sobretudo com a globalização, com a competitividade, as empresas são terrivelmente sequiosas de localizações que lhes aumentem o lucro e o poder (SANTOS, 2004, p. 34).

Estes dois fatos chamaram minha atenção: a intensificação da territorialização do capital com a globalização e a emergência do conceito de território, que em muitos estudos passou a substituir o conceito de espaço. Em meus estudos sobre a formação da Via Campesina também os elegi em minha agenda de pesquisas como tema de reflexão teórica. Compreendo que estes dois fatos estão associados. O avanço das políticas neoliberais e seus ajustes estruturais provocaram pelo menos duas mudanças significativas na sociedade: a minimização do Estado e a maximização do capital na tomada de decisões a respeito das políticas de desenvolvimento e por conseguinte dos territórios. Esta realidade é mais bem compreendida com a crise do socialismo e consequentemente dos governos de esquerda, cujas políticas de desenvolvimento estão atreladas à expansão do mercado capitalista globalizado como a possibilidade econômica para o desenvolvimento. O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais. Por meio de suas *think tanks* são elaborados projetos de desenvolvimento e leis que viabilizam a sua execução, contando com apoio político e muitas vezes com o apoio econômico do Estado. Esta realidade tem gerado e intensificado as desigualdades sociais, por meio da exclusão, expropriação territorial e controle social da maior parte da população rural, com a precarização das relações de trabalho, desemprego estrutural e destruição de territórios camponeses e indígenas.



Tomamos essa conjuntura política como referência para discutir a emergência do Território no âmbito das políticas neoliberais. Esta urgência do conceito de território pode ser associada a precarização das relações de trabalho, ao desemprego estrutural e a destruição dos territórios camponeses e indígenas, por meio da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, p. 121). A utilização do conceito de território a partir dos princípios e da significação defendidas neste artigo nos possibilita compreender os processos que transformam os diferentes tipos de territórios. Isto significa ter uma compreensão e posição teórica e política na interpretação dessas realidades. Com a emergência e a expansão dos estudos sobre os territórios, diferentes interpretações e controvérsias geraram uma panaceia, já que o conceito de território passou a ser utilizado como fórmula mágica para tratar de projetos de desenvolvimento regionais. Na maior parte dos estudos que hoje é denominado de território são espaços geográficos que já foram chamados de microrregiões²⁹. A Ciência Geográfica tem a responsabilidade de contribuir intensamente com as leituras das diferentes análises. Alguns desses estudos que têm o Território como conceito central são influenciados por geógrafos que participaram ou são referências teóricas³⁰. Em outros, os estudos geográficos são ignorados e o Território, muitas vezes, é usado apenas como metáfora³¹.

Nas décadas de 1980 e 1990, principalmente, muitos geógrafos viveram uma triste experiência no uso conceitos sociológicos e econômicos como metáforas. Essa utilização inconsequente resultou numa dependência teórica da geografia às outras disciplinas. Para aplicação de um conceito de outra ciência é preciso compreender seus fundamentos e seus princípios. São poucos os estudos sobre territórios que se utilizam das teorias geográficas. Em alguns casos há até mesmo a proposta de utilização do território não como conceito, mas como instrumento. Por exemplo, Schneider e Tartaruga defendem

²⁹ Por exemplo, SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ Julio. Desarrollo Territorial Rural. Santiago: RIMISP, 2003. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Atlas dos Territórios Rurais. Brasília: MDA, 2004.

³⁰ Um exemplo é a publicação do Ministério da Saúde “O Território e a vigilância em Saúde”. Ver Escola Politécnica de Saúde.

³¹ Um exemplo é o livro “Territórios Eróticos” de Ana Teresa Torres.



a necessidade de se distinguir o uso e o significado do território como um conceito de análise, tal como lhe confere a geografia e outros disciplinas como a antropologia ou a biologia, dos sentidos instrumentais e práticos que lhe são atribuídos pelos enfoques ou abordagens territoriais [...] A diferença fundamental entre o uso e o significado conceitual e instrumental do território é que o sentido analítico requer que se estabeleçam referências teóricas e mesmo epistemológicas que possam ser submetidas ao crivo da experimentação empírica e, depois, reconstruídos de forma abstrata e analítica. O uso instrumental e prático não requer estas prerrogativas e, por isso, pode-se falar em abordagem, enfoque ou perspectiva territorial quando se pretende referir a um modo de tratar fenômenos, processos, situações e contextos que ocorrem em um determinado espaço (que pode ser demarcado ou delimitado por atributos físicos, naturais, políticos ou outros) sobre o qual se produzem e se transformam.

Neste sentido, é comum que o território perca seu sentido heurístico e conceitual e passe a ser utilizado como sinônimo de espaço ou região, conforme o caso. [...] o território passa a ser utilizado “numa perspectiva de desenvolvimento”; ou seja, como uma variável a ser considerada quando se pretende fazer algum tipo de intervenção sobre o espaço e as populações que resultem em alterações do quadro existente. Desse modo, a abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. Portanto, seus objetivos são, prioritariamente, instrumentais e práticos e, por esta razão, não se pode reivindicar ou reclamar das perspectivas ou abordagens territoriais por serem a-teóricas, (**sic**) pois foi exatamente com esta finalidade que foram elaboradas.

A tentativa de buscar referências espaciais e conferir-lhes poder de explicação causal parece ser uma tendência recente (talvez uma moda) que cresce em várias disciplinas das ciências sociais, notadamente na economia, na sociologia e na ciência política (SCHNEIDER & TARTARUGA, 2005, p. 14).

De acordo com a reflexão apresentada na primeira parte deste texto, a distinção pretendida por Schneider e Tartaruga em isolar o significado do conceito de seu uso seria como separar a teoria da prática ou o sujeito do objeto. O sujeito por meio de sua intencionalidade determina o significado que determina o uso. Esses procedimentos são indissociáveis, são diferentes e inseparáveis. Como explicitamos, a intencionalidade também se manifesta nas opções que os cientistas fazem na definição do significado do conceito de território. Antropólogos exploram mais a dimensão cultural, biólogos estudam mais a dimensão ambiental. Sociólogos e economistas também estão explorando apenas algumas das dimensões do território, principalmente as dimensões econômicas e sociais. Como



salientamos cada dimensão possui as outras, de modo que mesmo que enfatizamos uma dimensão é fundamental considerar os desdobramentos nas outras dimensões. As dimensões só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: a social, a ambiental, a cultural, a econômica etc.. Neste mesmo sentido pode se compreender as formas de organização dos diversos tipos de território em várias escalas geográficas. Estes procedimentos constituem a multidimensionalidade e a multiescalaridade que caracterizam a sustentabilidade dos territórios. A partir desses princípios não é difícil compreender o uso do conceito de território ao se falar dos monoculturas para exportação que se territorializam rapidamente em todo o mundo, desterritorializando camponeses e indígenas. Para defender grandes extensões de monocultivo, as empresas não se podem utilizar o princípio da multidimensionalidade. Por esta razão, o conceito de território aqui utilizado é um obstáculo para as empresas que exploram grandes áreas monocultoras, porque se preocupam apenas com as dimensões político-econômicas de seus territórios, como discute Porto-Gonçalves (2007).

Afirmar que se pode utilizar o Território apenas como recurso instrumental e prático nas abordagens e enfoques soa um tanto estranho. O território não é um instrumento. Instrumentos são objetos da metodologia. O Território é um conceito e uma categoria, é um objeto do método e da teoria, portanto não são a-teóricos. Vale reafirmar que o Território

é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 5).

O Território não é uma técnica, muito menos uma noção fechada, acabada, determinada. Não pode ser naturalizado, instrumentalizado, aparelhado. O sentido do uso do conceito de território é o político, que tem como essência a liberdade. É esta liberdade que oferece condição para que Schneider e Tartaruga afirmem ser necessário instrumentalizar o território. Esta condição também permite que os autores revelem suas intencionalidades.



A emergência do conceito de território ainda necessita de uma reflexão profunda. Por que o conceito de território passou a ser mais usado que o conceito de espaço? Para responder esta pergunta é necessária uma ampla pesquisa sobre políticas, teorias e métodos. Portanto, neste ensaio pretendo apenas apontar algumas ideias construídas a partir de ampla bibliografia e trabalho de campo³². Os estudos sobre o desenvolvimento territorial rural podem ser classificados em duas tendências: aqueles que partem do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e os que partem do Paradigma da Questão Agrária (PQA). Para o PCA, as críticas ao capitalismo não ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir dos modelos do modo de produção capitalista. Assim predominam estudos em que as referências são somente as relações capitalistas. As perspectivas de modernização são para atingir modelos do sistema para as empresas, mercados, tecnologias e outras políticas tendo como referência a reprodução das relações capitalistas. O PCA analisa e cria procedimentos metodológicos para classificar as desigualdades sociais, mas não utiliza conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as classes sociais. Por essa razão o conceito de território do PCA é muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e as conflitualidades. Para o PQA, as críticas ao capitalismo ultrapassam os limites do sistema. As perspectivas do desenvolvimento territorial rural são compreendidas a partir da crítica aos modelos do modo de produção capitalista. Os estudos do PQA utilizam como referências as contradições e as conflitualidades entre relações capitalistas e as relações não capitalistas. As perspectivas de modernização procuram criar modelos alternativos de organizações, mercados, tecnologias e outras políticas para superação da reprodução das relações capitalistas. Esta condição coloca o PQA em desvantagem com relação ao PCA. Enquanto o PCA acompanha o movimento da roda, o PQA procura reinventá-la. Neste ponto tem encontrado obstáculos de ordem teórica e política, por essa razão aprofunda suas críticas ao sistema que intensifica as desigualdades sociais, explorando conceitos e procedimentos para estudar a conflitualidade gerada pelo confronto entre as

³² A respeito do debate sobre os paradigmas do capitalismo agrário e da questão agrária, ver Fernandes (2007).



classes sociais. Por essa razão o conceito de território do PQA tem maior relevância à sua dimensão política, do enfrentamento entre as classes, distinguindo-se dos conceitos de espaço e região. Salvo, os casos em que os pensadores do PQA trabalham com o significado clássico de território como espaço de governança.

Quando se desenvolve as análises sobre uma realidade hegemônica, o conceito de território só tem sentido como espaço de governança, como território do Estado. Todos os outros espaços produzidos são espaços, regiões e lugares. Portanto, ao se aceitar a hegemonia de neoliberalismo ou a hegemonia do Estado, desconsiderando as contradições e as conflitualidades dessas realidades, é melhor valer-se da significação clássica de território. Uma análise da realidade em que se considere o movimento contínuo da conflitualidade pode-se observar diversos territórios e espaços. O significado de espaço é tão amplo quanto o de realidade, porque esta é sua origem. O espaço e o tempo formam a realidade. Daí, as múltiplas possibilidades de compreender e usar o espaço. O Território não é tão flexível. A abstração do espaço e a concretude do território aparece nas reflexões de diversos geógrafos como por exemplo esta afirmação. “*Do ponto de vista epistemológico, transita-se da vaguidade da categoria espaço ao preciso conceito de território*” (MORAES, 2000, p. 17). Esta vaguidade pode ser observada nas consultas aos dicionários, onde o verbete espaço contém mais informações para explicá-lo que o verbete território. A vaguidade a que se refere Moraes, é confirmada por Santos, quando este entende que:

A palavra espaço é utilizada em dezenas de acepções. Fala-se espaço da sala, do verde, de um país, de um refrigerador, espaço ocupado por um corpo etc. (...) Palavras como vermelho, duro sólido não têm seus significados colocados em dúvida, estão associados a experiências elementares. O que não acontece com a palavra espaço, frequentemente substituída por lugar, território etc. A palavra é mesmo muito utilizada como substantivo, assim espaço do homem, do migrante, do sedentário etc. (SANTOS, 1988, p. 71).

O espaço passou ser adjetivado pelo significado de suas dimensões. Por exemplo, utiliza-se o espaço social como uma totalidade isolando-o de suas outras dimensões, como a cultural, econômica, ambiental, política etc. Esta



fragmentação do espaço pode acontecer com o território ao utilizá-lo também apenas por uma de suas dimensões, por exemplo território econômico, quando se considera a dimensão econômica do território como uma totalidade, ignorando-se as outras dimensões. Nesta acepção, o Espaço e o Território muito se aproximam em suas significações. São diferentes pelas definições dadas pelos teóricos. Mas as definições que determinam a significação também obedecem a imanência das características e qualidades ou propriedades produzidas pelas relações na história. Por exemplo, o poder é uma característica do espaço e do território, todavia, a soberania é uma qualidade ou propriedade exclusiva do Território. Com a utilização do conceito de espaço, pode-se abordar as relações de poder a partir de diferentes análises dos sistemas de objetos e de ações. Na década de 1970, a publicação do livro *Espaço e Poder* do geógrafo Paul Claval foi uma importante referência muito utilizada para discutir esse tema (CLAVAL, 1979). Em 2007, Richard Peet publicou *Geography of Power* abordando as relações de poder e espaço. Nos dois livros, embora os autores tratem do Estado, das relações de poder, do capital e do trabalho, o Território não aparece como conceito importante. Os conceitos de espaço e território possibilitam leituras e compreensões distintas. Um não substitui o outro. Todavia, em alguns trabalhos esses conceitos não estão bem definidos e pode-se perder as diferenças.

A globalização com a hegemonia das políticas neoliberais provocou a emergência do conceito de território em duas direções. Pelo PCA em que o significado de Território é utilizado muito próximo ao conceito de espaço ou de região, principalmente pela ausência das análises sobre as contradições e as conflitualidades. Alguns exemplos desse paradigma são os estudos financiados pelo Banco Mundial. Esta definição oculta uma forma de controle social das populações que vivem nos territórios, com a realização de políticas de subalternidade. Pelo PQA em que o ponto de partida do Território é a soberania, explicitada pela resistência à desterritorialização que acontecem por meio das políticas de desenvolvimento, evitando similitudes com o conceito de espaço. Um excelente exemplo desse paradigma é o livro “*Los Refugiados del Modelo Agroexportador: impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguayas*”, coordenado por Tomás Palau. As políticas neoliberais têm



intensificado o processo de desterritorialização dos territórios não capitalistas das comunidades campesinas e indígena ou de subalternidade dos territórios não capitalistas por meio de empreendimentos realizados em parcerias entre o capital e o Estado. No primeiro caso, as empresas do agronegócio se territorializam por meio da monocultura para exportação. No segundo caso, mantém o controle pelos empreendimentos, principalmente pelas tecnologias e pelo mercado. O capital administra o processo de desterritorialização dos camponeses e também a sua reterritorialização com a mercantilização das políticas públicas, como por exemplo a reforma agrária. O capital vende territórios capitalistas para a produção de territórios não capitalistas. Este é um exemplo do processo *acumulação por espoliação* (HARVEY, 2004, p. 115-148).

Para discutirmos este processo de disputa territorial apresentamos um estudo sobre a participação dos territórios capitalistas e não capitalistas no campo brasileiros, ou seja o primeiro e segundo territórios. Com a tabela 1, iniciamos nossa análise sobre o primeiro território e os diferentes espaços que o compõem, entre eles o segundo território. De acordo com Oliveira (2003, p. 126-127), com base nos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, em 2003, o território brasileiro de 850,2 milhões de hectares teria a seguinte composição: 15% ou 128,5 milhões de hectares eram terras indígenas; 12% ou 102,1 milhões de hectares eram unidades de conservação ambiental; 3,5% ou 29,2 milhões de hectares formavam as áreas urbanas, e as áreas ocupadas por rios, rodovias e as posses. 69,5% ou 590 milhões de hectares eram ocupados por propriedades rurais, sendo 49,5% ou 420,4 milhões de hectares dos imóveis cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e 20% ou 170 milhões de hectares formados por terras devolutas.

Tabela 1 – Brasil: ocupação das terras em milhões de hectares

Terras indígenas	128,5	15,0%
Unidades de conservação ambiental	102,1	12,0%
Imóveis cadastrados no INCRA	420,4	49,5%
Áreas urbanas, rios, rodovias e posses	29,2	3,5%
Terras devolutas	170,0	20,0%
Total	850,2	100%

Fonte: adaptado de Oliveira (2003, p. 126-127)



Na tabela 2, nos deteremos à análise do segundo território, ou seja os imóveis rurais cadastrados para compreendermos melhor as mudanças ocorridas na estrutura fundiária entre 1992 e 2003. Considerando o cancelamento 93 milhões de hectares de títulos de terras griladas em 1999, conforme anunciado no Livro Branco da Grilagem de Terra no Brasil, a área das propriedades rurais cresceu 89 milhões de hectares entre 1992 e 2003.

Tabela 2 – Brasil: mudanças na estrutura fundiária – 1992-2003

Imóveis em hectares	1992	%	2003	%
	Área em milhões de ha.		Área em milhões de ha.	
Com mais de 200 (capitalista)	245	74	297	71
Com menos de 200 (campesinos)	86	26	123	29
Total	331	100	420	100

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996; II PNRA, 2003. (Org.: Bernardo Mançano Fernandes)

Como defendemos neste artigo, os imóveis capitalistas e os campesinos produzem relações sociais distintas: capitalistas e não capitalistas, sendo, portanto, territórios distintos. Compreendemos que as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes. Que os territórios são multidimensionais, onde se realizam todas as dimensões da vida, desde que, é lógico, sejam desenvolvidas por projetos políticos. Nestes territórios temos diferentes formas de organização do espaço e do trabalho, como demonstraremos adiante. Temos, portanto, duas relações sociais que produzem dois territórios distintos e, que para se expandirem, precisam destruir um ao outro ou se reproduzir ou se territorializar em outros territórios. Portanto, o território capitalista se territorializa destruindo os territórios camponeses, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Os territórios camponeses se territorializam destruindo o território do capital, ou destruindo territórios indígenas ou se apropriando de outros territórios do Estado. Enquanto a fronteira agrícola estiver aberta, esse processo continuará. Com o fechamento da fronteira agrícola, o confrontamento entre os territórios camponeses e do capital será intensificado.

A tabela 2 nos possibilita uma boa noção desse confrontamento. Em 1992 o capital controlava 245 milhões de hectares ou 74% da área dos imóveis. Observe que esta área aumentou para 297 milhões em 2003, mas a participação



relativa caiu para 71%. Enquanto a participação relativa do território camponês passou de 26% para 29%, ou em números absolutos de 86 para 123 milhões de hectares. Como afirmamos, este aumento de área de ambos os territórios só foi possível por que a fronteira agrícola está aberta. Um fator importante da territorialização do campesinato é, sem dúvida, a luta pela terra e as políticas de reforma agrária que possibilitaram a expansão dos territórios camponeses. Todavia, a expansão e o refluxo dos territórios são resultados de conjunturas econômicas e com a nova onda da agroenergia, há a tendência de expansão principalmente do território capitalista. Mas além desta tendência, o capital tem o poder de se territorializar mais rápido que o campesinato por causa das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista, que expropria o campesinato de seus territórios. A territorialização do campesinato ocorre predominantemente por meio da luta popular e de políticas públicas.

Por tudo isto, utilizamos o conceito de território como um espaço de vida, ou parafraseando Ratzel, como um espaço vital, compreendido pela sua multidimensionalidade. Como salientamos, a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional. O desenvolvimento territorial e reforma agrária são processos indissociáveis. Portanto, a obtenção de terras e o desenvolvimento dos assentamentos são processos inseparáveis. O capital forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe.

Pensar o território nesta conjuntura, deve-se considerar a conflitualidade existente entre o campesinato e o agronegócio que disputam territórios. Esses compõem diferentes modelos de desenvolvimento, portanto formam territórios divergentes, com organizações espaciais diferentes, paisagens geográficas completamente distintas. Nesta condição temos três tipos de paisagens: a do território do agronegócio que se distingue pela grande escala e



homogeneidade da paisagem, caracterizado pela desertificação populacional pela monocultura e pelo produtivismo para a exportação; o território camponês que se diferencia pela pequena escala e heterogeneidade da paisagem geográfica, caracterizado pelo frequente povoamento, pela policultura e produção diversificada de alimento – principalmente – para o desenvolvimento local, regional e nacional; o território camponês monopolizado pelo agronegócio, que se distingue pela escala e homogeneidade da paisagem geográfica é caracterizado pelo trabalho subalternizado e controle tecnológico das *commodities* que se utilizam dos territórios camponeses.

Esta realidade nos coloca, pelo menos, uma questão: o que é desenvolvimento territorial para esta diversidade de territórios? Por suposto, necessitamos de vários modelos. Todavia, a tendência dos governos é pensar o desenvolvimento desde a perspectiva do agronegócio, porque este é compreendido como a totalidade da qual a agricultura camponesa ou familiar faria parte. Partir desta visão é começar perdendo e terminar derrotado. O desenvolvimento territorial e a reforma agrária devem estar contidos no conjunto de interesses dos diferentes tipos de camponeses e, no que se refere à reforma agrária, pensar os projetos de assentamentos como territórios. Um princípio importante é pensar o desenvolvimento territorial como uma totalidade, em que se desenvolvem todas as dimensões: política, social, cultural, ambiental e econômica, não necessariamente nesta ordem, mas como um conjunto indissociável. Desenvolvimento e território são conceitos multidimensionais. Neste sentido, a reforma agrária é um projeto de desenvolvimento territorial. E ao mesmo tempo, a reforma agrária é uma questão nacional.

Observando a tabela 1, compreendemos o controle territorial do agronegócio e do campesinato. Grosso modo, relacionando a tabela 2 e a tabela 3, podemos analisar que os tipos de assentamentos corresponderiam a aproximadamente metade da área dos territórios camponeses. Essa análise enfatiza a importância da luta pela terra e da reforma agrária da criação e recriação do campesinato e também nos coloca um conjunto de preocupações.

**Tabela 3 - Tipologia dos Assentamentos – Brasil - 1985-2006**

Tipos	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
FLONA	12	0.15	3.675	0.41	4.268,006	6.85
PE	612	7.68	49.957	5.55	2.373,453	3.81
PAE	194	2.44	45.411	5.04	6.503,154	10.43
PDS	77	0.97	22.875	2.54	2.912,305	4.67
RDS	6	0.08	2.000	0.22	5.673,710	9.10
RESEX	35	0.44	28.555	3.17	9.073,096	14.55
PA	6.727	84.45	731.059	81.16	30.804,272	49.40
OUTROS	303	3.80	17.267	1.92	742,627	1.19
TOTAL	7.966	100.00	900,799	100.00	62.350,623	100.00

Fonte: DATALUTA, 2007

Florestas Nacionais – FLONA; Projeto de Assentamento Estadual – PE; Projetos Agroextrativistas – PAE; Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS; Reservas Agroextrativistas – RESEX; Projeto de Assentamento Federal – PA; Outros correspondem diversos tipos projetos, por exemplo: projetos de colonização e projetos municipais de assentamentos.

As RESEX, FLONA e RDS são projetos reconhecidos pelo INCRA como beneficiários da reforma agrária. Nestes projetos mais os projetos agroextrativistas foram assentadas 119.783 famílias, apenas 13% das famílias assentadas no período, em 627 projetos, abrangendo uma área de 29 milhões hectares, 47% do total da área destinada a reforma agrária. Os projetos de assentamento federal e estadual, que têm como característica principal a desapropriação de terras para reforma agrária, foram responsáveis pela criação de 92% dos assentamentos implantados em todo país, utilizando 53% da área destinada a reforma agrária e assentando 87% das famílias. Os projetos estaduais e federais utilizaram apenas 4 milhões de hectares a mais do que os outros cinco projetos. Portanto, para este período compreendido desde o governo Sarney ao governo Lula, predominou a criação de projetos de assentamentos federais e estaduais. Observe-se que pelas próprias características dos tipos de assentamentos: agroflorestais e agropecuários, que as áreas de seus territórios são quase equivalentes. A maior parte dos assentamentos agroflorestais e dos projetos reconhecidos está na Amazônia.

Na tabela 4, pode-se observar que no primeiro mandado, o governo Lula implantou 2.270 assentamentos onde foram assentadas 244.873 mil famílias em 29 milhões de hectares. Somente os projetos agroextrativistas e os projetos



reconhecidos pelo INCRA foram responsáveis pelo assentamento de 104.969 famílias, em 489 Projetos de Assentamento – PAs, abrangendo uma área de 24 milhões de hectares. Estes projetos correspondem a 21% dos assentamentos criados, com 42% das famílias assentadas em 81% da área total.

Tabela 4 - Tipologia dos Assentamentos – Brasil - 2003-2006

Tipos	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área	%
FLONA	11	0.48	3.075	1.26	3.248,006	10.95
PE	277	12.20	18.224	7.44	827,116	2.79
PAE	177	7.80	39.103	15.97	4.976,843	16.77
PDS	73	3.22	22.330	9.12	2.820,379	9.51
RDS	5	0.22	1.500	0.61	4.341,239	14.63
RESEX	29	1.28	27.341	11.17	8.046,392	27.12
PA	1.504	66.26	121.680	49.69	4.753,188	16.02
OUTROS	194	8.55	11.620	4.75	657,259	2.22
TOTAL	2.270	100.00	244.873	100.00	29.670,422	100.00

Fonte: DATALUTA, 2007

Florestas Nacionais – FLONA; Projeto de Assentamento Estadual – PE; Projetos Agroextrativistas – PAE; Projetos de Desenvolvimento Sustentável – PDS; Reservas de Desenvolvimento Sustentável – RDS; Reservas Agroextrativistas – RESEX; Projeto de Assentamento Federal – PA; Outros correspondem diversos tipos projetos, por exemplo: projetos de colonização e projetos municipais de assentamentos.

Através desta leitura podemos constatar que o atual governo optou pela intensificação da tendência da política de assentamentos em áreas da Amazônia. Esses projetos são criados por meio de desapropriação, mas predominantemente pela regularização fundiária. Esses projetos afetam lentamente a desconcentração de terras no país. Por outro lado, estes assentamentos impedem, ao menos no âmbito legal, o avanço do agronegócio nas regiões onde foram implantados, pois as famílias assentadas nestas áreas são responsáveis pela preservação e manejo destas terras. Por outro lado, nas regiões Nordeste e Centro-Sul as ocupações intensificam a luta pela terra, pois são nessas regiões que 90% das famílias lutam pela terra.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos contribuir com uma definição mais ampla de território que aquela que o comprehende apenas como espaço de governança.



Neste sentido, desenvolvemos uma crítica e uma proposição a partir de uma tipologia de territórios. A partir de diferentes exemplos, analisamos as disputas territoriais e conceituais. As ideias aqui apresentadas estão em aperfeiçoamento e são referências importantes para se estudar o desenvolvimento territorial rural. Acreditamos ser importante o acompanhamento dos processos de territorialização dos diferentes tipos de territórios aqui apresentados para mapear as conflitualidades geradas pelas desigualdades do sistema capitalista.

Referências

- CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- DELANEY, David. **Territory: a short introduction**. Pondicherry: Blackwell, 2005.
- ESCOLA Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Org.). **O território e a vigilância em saúde**. BARCELOS, Christovam, ROJAS, Luisa Iñiguez s. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV/Proformar, 2004.
- EVIA, Gerardo. **La Republica de la Soja**: Las alegorias de la globalizacion. Disponível em: <<http://www.agropecuaria.org/analisis/EviaRepublicaSoja.htm>>. Acessado em 12 de fevereiro de 2006.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina** . , v.16, p. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2007.
- GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: The University Press of Virginia, 1973.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. **The production of Space**. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Atlas dos Territórios Rurais.** Brasília: MDA, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, nº 21, pp.113-156. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003.

PALAU, Tomás *et al.* **Los Refugiados del Modelo Agroexportador:** impactos del monocultivo de soja en las comunidades campesinas paraguaya. Asunción: BASE: Investigaciones Sociales, 2007.

PEET, Richard. **Geography of Power:** the making of global economic policy. London: Zed Books, 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios - diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana.** Niterói: 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **As Consequências Sociais e Ambientais da Prioridade ao Monocultivo.** Niterói: 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do Espaço Habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Território Territórios.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense – Associação dos Geógrafos Brasileiros. Niterói, 2002.

SANTOS, Milton. **Testamento Intelectual.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ Julio. **Desarrollo Territorial Rural.** Santiago: RIMISP, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. TARTARUGA, Ivan G. Peyré. **Do território Geográfico à abordagem territorial do desenvolvimento rural.** Trabajo apresentado nas Jornadas de intercambio y discusión: el desarrollo Rural en su perspectiva



institucional y territorial. Buenos Aires: FLACSO – Argentina – Universidad de Buenos Aires/CONICET, 2005.

SEARLE, John R. **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia**: conceitos e temas. Castro, Iná Elias. Gomes, Paulo Cesar Costa. Corrêa, Roberto Lobato (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TORRES, Ana Teresa. **Territórios Eróticos**. Caracas: Editorial Psicoanalítica, 1998.

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



6. CONFLITUALIDADE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL³³

Bernardo Mançano Fernandes³⁴

*Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender*

Chico Buarque

Introdução

Este artigo é resultado de uma longa reflexão teórica que tem como bases e referências as pesquisas de campo e as leituras sobre a questão agrária no Brasil e, nos últimos dez anos, na América Latina. Tenho debatido o conteúdo deste trabalho em diversos espaços com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e distintos paradigmas³⁵. Neste artigo, a questão agrária é tratada a partir de dois processos que comumente são analisados em separado: o conflito por terra e o desenvolvimento rural. Há, inclusive, uma compreensão predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento. Confrontando essa visão afirmamos que conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente.

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra. Analisá-la somente neste âmbito é uma visão redutiva, porque esses conflitos por serem

³³ Este texto foi elaborado a convite do professor Antônio Márcio Buainain. Participamos, em abril de 2004, juntamente com Carlos Enrique Guazinroli e Antony Hall, em seminários no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University debatendo a questão do acesso à terra e conflitos agrários no Brasil. Apresentamos visões distintas, o que possibilitou bom debate com os presentes e também entre nós. Buainain propôs que reuníssemos nossos textos em uma mesma publicação para expandir o debate, contribuindo com o desenvolvimento do conhecimento e, certamente, produzindo novos conflitos acadêmicos entre os teóricos da questão agrária.

³⁴ Geógrafo, professor no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista-UNESP, campus de Presidente Prudente. Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária-NERA. www.prudente.unesp.br/dgeo/nera Pesquisador do CNPq. Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – CLACSO.

³⁵ Meus agradecimentos aos caros amigos que se deram ao trabalho de ler e criticar a primeira versão deste texto: Ariovaldo Umbelino de Oliveira; Cliff Welch, Carlos Walter Porto Gonçalves, Jorge Montenegro Gómez e Antonio Márcio Buainain. Também sou muito grato a Wilder Robles, Jorge Nef e Jean Yves Martin, com quem troquei muitas idéias e todos contribuíram imensamente com os pensamentos desenvolvidos neste artigo.



territoriais não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento utilizamos o conceito de conflitualidade. A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização – desterritorialização – reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.

Um dos obstáculos que impedem uma leitura da territorialidade do conflito está na compreensão que os paradigmas têm da conflitualidade. Confrontamos os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo agrário em uma leitura crítica para analisar as contribuições e os limites de seus referenciais teóricos, suas dicotomias e preconceitos. Dois problemas explícitos nos estudos paradigmáticos são as restritas e lineares definições de conflito, de desenvolvimento e de território. Conta-se ainda com outros problemas de ordem prática, técnica e política quando nos referimos a estrutura fundiária e as ocupações de terra.

Nesta leitura crítica debatemos o conflito não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida. Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento “territorial” rural e nestes se desdobram. Apresentamos uma crítica às visões de desenvolvimento territorial rural que não têm o conflito como processo presente. Esses conceitos são insuficientes e os projetos realizados fracassam exatamente porque ignoram um dos principais movimentos do desenvolvimento – os conflitos sociais.

Analisamos as formas como o MST organiza os trabalhos de base para a formação de grupos de famílias e realização de ocupações. Este é um trabalho formador de organizações sociais e de territorialização que contribui para o desenvolvimento. Basta ler os diversos relatórios de pesquisas, livros, teses,



dissertações e monografias³⁶ para observar como milhares de famílias que cotidianamente, realizaram ocupações, se estabeleceram em diferentes municípios por todos os estados brasileiros e estão contribuindo com o desenvolvimento territorial rural.

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, elas realizam – também – novos assentamentos. A maior parte dos assentamentos é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e por essa razão usam meios “estranhos” ao capital, que é confrontado a todo momento. Por outro lado, as políticas mercantis não têm apresentado resultados amplos de ressocialização que possam impedir ou convencerem as famílias sem-terra a abandonarem suas ações. O Estado também não consegue acompanhar os conflitos para solucioná-los. Por tudo isso, nas considerações finais, proponho o “empate” com espaço-diálogo em que os interessados possam debater o conflito como desenvolvimento, não criminalizar a luta, tratando-a por meio de diferentes políticas no processo da conflitualidade.

1. Questão agrária e conflitualidade

Compreender a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das Ciências Humanas. A amplitude e a complexidade deste problema possibilitam várias leituras, porque os cientistas que pensam a questão agrária constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo. Nas pesquisas a respeito da questão agrária, esses intelectuais têm seus respectivos métodos de estudos, seus referenciais teóricos, portanto suas ideologias, que compõem as análises e influenciam, determinando as compreensões do problema. Desse modo, procurar compreender a questão agrária nos coloca num turbilhão que pode ser representado por um enunciado de José de Souza Martins (MARTINS, 1994, p. 12-13): “Na verdade a questão agrária engole a todos e a

³⁶ Ver, por exemplo, Romeiro, Guazinroli, Leite (1994); Lima e Fernandes (2001); Ramalho (2002); Leal (2003) e Leite (2004).



tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê quem quer e quem não quer". Evidente que a questão agrária não é um enigma. Sua compreensão é possível, desde que seja analisada na sua essência, sem subterfúgios, reconhecendo e revelando os seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão no tratamento da questão agrária.

A questão agrária está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer não vê-la, encobrindo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia-a-dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada estado brasileiro a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Iguamente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas "commodities"; nas teses, livros e relatórios. No dia-a-dia é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua *conflitualidade*. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar comprehendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. A questão agrária derrota os políticos com prometem resolvê-la, vence os religiosos que crêem no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da *sujeição da renda da terra ao capital* (MARTINS, 1981, p. 175). Nessa diferenciação prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital. Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar através do arredamento ou da compra de terra e, também; uma pequena parte é transformada em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento.



Por essa razão, a questão agrária gera continuamente *conflitualidade*. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital (OLIVEIRA, 1991, p. 24-5). A *conflitualidade*³⁷ é o processo de enfretamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do *controle político* e de modelos de desenvolvimento. Santos, 1999, apresenta algumas idéias-elementos contidas no conceito de *conflitualidade*, que reproduzimos aqui, todavia, acrescentada de noções que contribuem com uma leitura da espacialização e da territorialidade da *conflitualidade*. As idéias-elementos são: 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 5) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 6) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia (SANTOS, 1999, p. 12-13).

A vastidão da questão agrária alcança o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento. A questão agrária é composta da contradição e do paradoxo, que revelam sua complexidade. A contradição está na estrutura do sistema capitalista e o paradoxo no movimento da questão agrária. E é este o seu caráter mais importante, porque manifesta *conflitualidade e desenvolvimento* através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. Do reconhecimento

³⁷ São diversos os estudos a respeito da conflitualidade que abordam diferentes dimensões e escalas desse processo. Dois estudiosos da questão são: o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves que tem realizado estudos amplos das conflitualidades na luta pela terra, inclusive classificando as distintas formas de conflito. Ver Gonçalves (2004; 2005). Também o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos tem investido na construção teórica de uma sociologia da conflitualidade. Ver, a respeito, Santos (1999) e Santos (2004). Neste artigo, trabalhamos com algumas dimensões da conflitualidade produzida pela questão agrária.



dessas diferenças compreendemos melhor a *conflitualidade* que promovem o *desenvolvimento* do Brasil.

A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A *conflitualidade* é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado pela contradição estrutural. A *conflitualidade e o desenvolvimento* acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promovem conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento. É importante destacar, ainda, que uma parte fundante desse paradoxo é a obsessão da destruição do campesinato³⁸ e no crescimento da organização camponesa em diferentes escalas e de diversas formas: no Brasil, na América Latina e no Mundo³⁹.

Em todo o século XX, *conflitualidade e desenvolvimento* coexistiram, embora fossem tratados separadamente. O tratamento à parte desses processos simultâneos atrapalha a compreensão da questão agrária. Da forma como tem sido tratada, é como se o capitalismo só promovesse o desenvolvimento e a luta pela terra só motivasse o conflito. De um lado, a apologia ao agronegócio. De outro a criminalização da luta pela terra. Enquanto, de fato, ambos produzem *conflitualidade e desenvolvimento*. É preciso superar esta visão dicotômica para tratar a essência da complexidade da questão agrária.

³⁸ Referências a respeito deste debate são Bryceson *et al*, 2000; Goldberg, 1996. Na parte seguinte deste artigo, aprofundamos essa questão a partir de uma análise dos principais paradigmas utilizados na leitura da questão agrária brasileira.

³⁹ Um bom exemplo é a Via Campesina, que está organizada em todos os continentes, reunindo dezenas de movimentos camponeses (DESMARAIS, 2001; FERNANDES 2004).



O capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato. Nesta *condição*, a formação do campesinato acontece, em parte, por meio da subalternidade dirigida pela *lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo* (MARTINS, 1986, p. 21). A relação capitalista se realiza em si mesma e pela reprodução de suas contradições. Esta é a marca de seu poder, cuja capacidade extraordinária de superação tem como fundamento o *controle político* das relações econômicas. O *controle político* é explicitado pelas regras que regem o mercado, construídos a partir da lógica do capital. Desse modo, o mercado torna-se território do capital. Essas regras são determinadas por lei, a partir de princípios que representam interesses de uma classe, e são votadas no Congresso Nacional pela maior parte dos parlamentares eleitos democraticamente. Assim, os capitalistas, também denominados *ruralistas*, procuram sempre que possível deslocar as políticas relativas à questão agrária para o mercado.

A formação do campesinato não acontece somente pela *reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. A outra *condição* de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de *criação política do campesinato: a luta pela terra*. É por meio da *ocupação da terra* que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da *lógica do capital* (FERNANDES, 2000, p. 279 et seq.). A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da *lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. Este também é seu limite, porque não possui o *controle político* das relações econômicas.

Essas duas condições, a reprodução ampliada das contradições do capitalismo e da política camponesa de construção de sua existência, geram a conflitualidade que projeta diferentes modelos de o desenvolvimento. A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A



conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A *conflitualidade* gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa *conflitualidade* promove modelos distintos de desenvolvimento.

No interior desse processo há os trabalhadores assalariados qualificados e os bôias-frias, de origem rural e urbana. Estes últimos estão em movimento decadente por causa do desemprego estrutural, gerado pela mecanização da agricultura e a informatização da indústria e do comércio. Uma tendência na trajetória da vida dessas pessoas é a de tornarem-se camponeses, por meio da ocupação de terra ou das políticas de crédito fundiário. É importante destacar que a ocupação da terra é uma saída para a ressocialização dessas pessoas que foram excluídas da condição de trabalho. Da mesma forma, trabalhadores desempregados de origem urbana encontram nessa possibilidade a condição de ressocialização. A ocupação gera o conflito. Isso é fato. Entretanto, é preciso estar atento para a amplitude do fato e observar as dimensões da *conflitualidade*. Neste contexto, o *conflito*⁴⁰, evidentemente, não é ocasionado unilateralmente. Ele é uma reação ao processo de exclusão. A ocupação não é o começo da *conflitualidade*, nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo.

O desenvolvimento da agricultura acontece também pela conflitualidade perene das classes sociais, que se enfrentam e disputam a política e o território. Esse *desenvolvimento pela conflitualidade* é caracterizado pela contradição e pelo paradoxo insolúveis, que vem sendo registrados na história moderna, predominantemente, por meio da territorialização do capital e da desterritorialização e reterritorialização do campesinato. De um lado, o capital destrói e recria o campesinato, a partir de sua lógica e princípios. De outro lado, o

⁴⁰ Vale a pena lembrar a etimologia da palavra conflito. Ela vem do Latim e é composta do prefixo *co* com o verbo *flictum*. O prefixo *co* explicita correlação (de forças); o verbo *flictum* denota choque, embate, oposição de forças.



campesinato também se recria, rompendo com a lógica e com os princípios do capital. A reprodução de ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando *conflitualidade*, promovendo *desenvolvimentos*.

O capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa *condição*, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os. Por sua própria dignidade, os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica⁴¹. A destruição e a recriação do campesinato pelo capital e a recriação do campesinato por si mesmo são processos diversos, com lógicas distintas, com valores diferentes. Enquanto o capital promove a recriação do campesinato no interior de suas relações: por exemplo: o arrendamento e a relação de compra e venda de terras, o campesinato ocupa terras e reivindica a desapropriação. Essa é uma forma de rompimento com a relação dominante, mas que não supera a subalternidade, porque após a conquista da terra, os novos camponeses são dominados pelos capitalistas por meio da sujeição da renda da terra. Esse processo de dominação e resistência permanentes é constituinte estrutural da questão agrária, gerador de *conflitualidade*.

A questão agrária não é problema em si, mas é problema da contradição inerente do sistema capitalista que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo. A contradição impossibilita a superação da questão agrária, gerando o paradoxo que alimenta a própria contradição. Como a questão agrária é insolúvel, ela tem movimentos diferenciados. Os movimentos de destruição e recriação dos camponeses por meio da expropriação, arrendamento e ou ocupação da terra, são maiores ou menores de acordo com a conjuntura política e econômica. Nessa conjuntura o campesinato ocupa mais ou menos terra, para recriar-se e se ressocializar. E dessa forma a questão estrutural permanece. A contradição e o paradoxo devem ser tratados no campo político de acordo com a essência da questão agrária, que explicita a luta de classes, construindo territórios

⁴¹ Ou aceitam a dominação do capital sem questionar as suas regras, seus valores e sua lógica. Esta tem sido a atitude de algumas lideranças de movimentos camponeses, que aceitam as políticas construídas dentro da lógica do capital, como por exemplo, Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário. Essa postura é defendida por cientistas vinculados ao paradigma do Capitalismo Agrário.



diferentes em distintos modelos de desenvolvimento. Desde essa compreensão pode-se distender ou tensionar a questão agrária, como forma de administrá-la. O tensionamento da questão agrária é gerado por um modelo de desenvolvimento, que aumenta a *conflitualidade* por causa da expropriação, concentração da terra e das riquezas. Quem perde com o tensionamento da questão agrária são os camponeses, que são presos, assassinados, expropriados e suas organizações políticas entram em refluxo. A distensão da questão agrária é gerada por um modelo de desenvolvimento, que diminui a *conflitualidade*, desconcentrando terra e riquezas. A luta pela terra, pela reforma agrária e de formação da agricultura camponesa são políticas desse modelo. Quem ganha com a distensão da questão agrária é toda a sociedade, por causa da diminuição das desigualdades, do desenvolvimento regional e fortalecimento da democracia. A história ensina que na *conflitualidade* da questão agrária não existem trégua perene nem rendição total, há transigência e intolerância.

Estes são os elementos da complexidade: o paradoxo e a contradição, que compreendidos, nos desafia a tomar decisões a respeito do tratamento da questão agrária. A questão agrária não pode ser ignorada, nem se alimentar de nossas incertezas; não pode nos destruir, nem nos anular. Embora seja *uma unidade de desunidade*, é sempre uma possibilidade. Todavia, este estado possível depende das compreensões da questão agrária, que são construídas pelos diferentes paradigmas.

2. Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário: conflitualidade em debate

Há um problema original do desenvolvimento da agricultura no capitalismo manifestado na constante indagação a respeito da permanência ou do fim do campesinato. Até o final da década de 1980, esta questão dominou o principal debate das vertentes teóricas do paradigma da Questão Agrária. Conforme Oliveira (1991, p. 45-64), em uma vertente, alguns cientistas asseveravam a destruição do campesinato por meio da diferenciação interna produzida pelas contradições típicas do processo de integração no mercado



capitalista ou pelo processo de “penetração das relações capitalistas de produção no campo”. Esses processos determinariam a proletarização do campesinato. Em outra vertente, alguns autores negavam essa possibilidade, entendendo que o campesinato é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo, pela *produção capitalista de relações não-capitalistas de produção*, na expressão notável de José de Souza Martins (1986). Essas vertentes teóricas fazem parte do paradigma da Questão Agrária e têm como principais elementos de análise: a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo⁴². Na década de 1990 surgiu um outro paradigma denominado “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”. Este é o título do livro derivado da tese de doutorado de Ricardo Abramovay, publicado em 1992, que se tornou uma referência expressiva para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Em “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”, Abramovay propõe uma ruptura com o paradigma marxista (1992, p. 42) ou lenista/kautskyano (1992, p. 249) e apresenta uma leitura em que o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou. Ao contrário do que foi defendido por uma vertente do outro paradigma em que o trabalho assalariado seria predominante. A leitura de Abramovay traz uma questão ainda pouco debatida que é a diferença entre campesinato e agricultor familiar que apresentamos a seguir. É necessário provocar este debate⁴³, pois o paradigma do Capitalismo Agrário trouxe uma diferenciação teórica e política que tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais dos trabalhadores, gerando conflitualidades.

Para promover este debate, elegemos dois estudos paradigmáticos:⁴⁴ Questão Agrária, de Kautsky ([1899] 1986) e Paradigmas do

⁴² Uma obra que reúne trabalhos e explicita essas vertentes é “A questão Agrária Hoje”, organizada por Stedile (1994).

⁴³ Uma primeira análise dessa questão está em Fernandes, 2001b.

⁴⁴ Neste artigo, trataremos apenas destes dois autores, porque consideramos que seus trabalhos são seminais. Outro trabalho seminal é “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” de Vladimir Ilitch Lênin, que não analisamos aqui por ser componente e criador do mesmo paradigma de Kautsky.

⁴⁵ Consideramos os livros de Kautsky e Abramovay como paradigmáticos pela abrangência teórica e política das obras. Pelas influências e potencialidades que se espacializaram em diversas frentes e tornaram-se referências para várias instituições, embora em escalas geográficas distintas.



Capitalismo Agrário em Questão, de Abramovay (1992), compreendem a permanência ou o fim do campesinato de maneiras diferentes. Para o primeiro, este é um problema estrutural e só pode ser superado com a destruição do sistema capitalista e sua transformação em um regime socialista. Kautsky (1986, p. 389 *et seq.*). Para o segundo, este é um problema conjuntural e sua superação pode acontecer *desde que* o desenvolvimento do capitalismo atinja um determinado estágio, em que as relações sejam determinadas por *estruturas nacionais de mercado* e por um controle rigoroso desse processo pelo Estado. Abramovay (1992, p. 249 *et seq.*).

O livro de Kautsky tem duas partes: uma dedicada à análise das desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo⁴⁶ na Europa e a outra em que apresenta suas perspectivas com relação à sociedade socialista. Kautsky toma como uma de suas referências principais *O Capital* de Karl Marx e analisa a questão agrária a partir de alguns fundamentos da sociedade capitalista, como por exemplo: mais-valia, lucro, renda da terra, classes sociais etc. A organização social camponesa não é analisada a partir da lógica de sua estrutura interna, mas sim no espaço econômico em que se realiza. Desde esse ponto de vista, defende a superioridade técnica do grande estabelecimento, em relação ao pequeno, que associado as desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarização, pobreza e exclusão.

O livro de Abramovay também tem duas partes: uma dedicada ao debate teórico, a partir de autores clássicos e contemporâneos e na segunda mirase na estrutura social da agricultura dos Estados Unidos e Europa. Concomitante ao “aniquilamento teórico” de Kautsky e Lênin, afirmando ser “impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx⁴⁷”, o autor utiliza diferentes modelos analíticos para explicar as características formadoras da agricultura familiar e sua diferenciação da agricultura camponesa. Desde esse

⁴⁶ Há também um capítulo dedicado a análise da agricultura no feudalismo.

⁴⁷ Abramovay faz esta afirmação na abertura do capítulo 1 (p. 31), todavia o autor não explicita o quê comprehende por questão agrária, já que o trabalha com a expressão “Capitalismo Agrário em questão”. Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário possuem métodos diferentes e projetam visões de mundo distintas. Os métodos possibilitam que os estudiosos manipulem os elementos das realidades estudadas de acordo com suas lógicas. Estas são construídas pelas liberdades que os intelectuais possuem em escolherem seus referenciais teóricos e assim construírem seus próprios pensamentos ou até de se subordinar aos pensamentos de outros cientistas. De qualquer forma, o autor se refere aos escritos de Marx em quase todo o livro.



ponto de vista, defende a importância da agricultura familiar, demonstrando sua participação no desenvolvimento dos países ricos, afirmando ser um equívoco tentar encontrar benefícios que só uma classe possa ter no desenvolvimento da agricultura em países capitalistas avançados.

É importante lembrar que as duas obras têm quase um século de diferença desde suas publicações. Como os autores analisam a questão a partir de diferentes métodos com distintas e prospectivas visões de mundo, pode-se expor o conflito teórico entre essas obras, representado pelas duas perspectivas: Kautsky projeta a transformação da sociedade capitalista para a socialista. Nesse processo, a tendência do campesinato é a sujeição e a proletarização no capitalismo e ao Estado no socialismo. Segundo o autor:

[...] é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzia de “tubarões” do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas antes dar-lhe alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada (KAUTSKY, 1986, p. 391).

Abramovay projeta o desenvolvimento do capitalismo, tomando como referência as realidades dos países ricos. Nesse contexto, com a consolidação das estruturas nacionais de mercado, o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo por sua incompatibilidade com esses ambientes econômicos onde se realizam relações mercantis. Essas estruturas destruiriam a *personalização dos laços sociais, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social* (ABRAMOVAY, 1992, p. 117). Segundo o autor, a pobreza do campesinato é uma das bases sociais, em que se apóiam os *mercados incompletos*. “O capitalismo é por definição avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais” (ABRAMOVAY, 1992, p. 125 e 129).

Todavia, nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo aconteceria um processo de integração plena. Com base na realidade dos camponeses do Sul do Brasil, Abramovay afirma:

[...] **integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado**, transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e **metamorfoseiam-se** numa



nova categoria social: de camponeses tornam-se agricultores profissionais. **Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista.** Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. **Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social** [...] O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai **asfixiar** o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. [...] **Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês.** Sem ela é impossível entender o **paradoxo** de um sistema econômico que, **ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento** (Abramovay, 1992, p. 126-7 e 131, as palavras em itálico são de Abramovay e os destaque das palavras em negrito e sublinhado são meus, BMF).

Para o paradigma do Capitalismo Agrário a permanência ou fim do campesinato é uma questão conjuntural, porque depende de uma *mudança na conjuntura* socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo⁴⁸. Segundo o autor, em um determinado estágio, o capital cria relações mercantis que aniquila um modo de vida que não se adequaria ao capitalismo. Entretanto, ocorre uma *metamorfose* e este modo de vida vira uma profissão. Logo, entende-se que o camponês por não ser um agricultor profissional, é *asfixiado* pelo desenvolvimento do capitalismo e então, para sobreviver, ele precisa se converter em *agricultor familiar*. A *integração plena* a um *mercado completo* que possui *fisionomia impessoal* define o processo em que o camponês adentra o mundo moderno do capital. Diferentemente do paradigma da Questão Agrária em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do Capitalismo Agrário o camponês é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação. Por que resistir ao capital se a

⁴⁸ É importante registrar que para o paradigma do Capitalismo Agrário o que está em questão na permanência ou fim do campesinato não é o assalariamento. Esta seria uma questão resolvida porque nos países ricos “o peso do trabalho assalariado na agricultura é minoritário, e às vezes irrisório” (ABRAMOVAY, 1992, p. 255). A questão é o fim do campesinato e a permanência do agricultor familiar.



integração é a condição da continuidade? Na resistência está o sentido da descontinuidade, na integração está o sentido da continuidade.

Seria o modo de vida camponês incompatível com capitalismo ou o capitalismo é incompatível com o modo de vida camponês? Esta é uma questão de método, pois dependendo da lógica que determina o sentido em que o processo acontece, tem-se uma leitura do problema. Como pode ser observado, Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da Questão Agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato. A ênfase de Abramovay não está no capital que expropria, mas no camponês que por ser uma *sociedade parcial* (ABRAMOVAY, 1992, p. 101) e ter uma *integração parcial* aos *mercados incompletos* (ABRAMOVAY, 1992, p. 103), não se adequaria ao capitalismo, porque o capital seria avesso a esse tipo de relação (ABRAMOVAY, 1992, p. 129).

O paradigma da Questão Agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais. O paradigma do Capitalismo Agrário revela o sentido da conflitualidade na interpretação do desenvolvimento da agricultura como um movimento de *metamorfose* do campesinato. Além dessa diferença processual há também uma diferença na orientação da leitura. No primeiro paradigma, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou do fim do campesinato. No segundo paradigma, as relações sociais parciais e plenas, incompletas e completas são as causas de permanência ou do fim do campesinato. Essa forma linear de ver o processo de desenvolvimento do capitalismo impossibilita a compreensão de sua contradição, assunto que de fato Abramovay não trata. A adequação por meio da conversão do campesinato ao capitalismo é a condição para a sua existência. É isso ou a morte. Desse modo, há apenas uma diferença entre a sentença de Kautsky e a sentença de Abramovay. É forma de como o campesinato pode acabar. Ou não, se consideramos a contradição.

Partindo da lógica do paradigma do Capitalismo Agrário, formulamos a seguinte pergunta: um agricultor familiar poderia voltar a ser camponês? Por exemplo, um agricultor familiar residente em uma região de “mercado completo”, onde o mesmo está plenamente integrado, mas que por causa de mudanças na



base técnica, este agricultor familiar não podendo acompanhar a escala de produção, *na qual ele está integrado*, é empobrecido. Este agricultor familiar compra (ou ocupa) terra em uma região onde o preço da terra é mais barato, principalmente, pela falta de infra-estrutura social e por ter um “mercado incompleto”, onde vigora *laços sociais personalizados*. Este é o caso de agricultores expropriados que migram dentro do próprio estado, dentro de uma macrorregião ou para outro estado de outra macrorregião. São, por exemplo, “agricultores familiares” gaúchos, catarinenses, paranaenses que migram para o Mato Grosso e Rondônia. Nas pesquisas de campo realizada em dezenove estados, em todas as regiões do país, um das características presentes nas entrevistas foi a migração causada pela “modernização” da agricultura no Sul. (FERNANDES, 2000).

A distância entre camponês e agricultor familiar encontrada na análise de Abramovay é tão grande quanto à distância que separa dois irmãos agricultores: um em Santa Catarina e outro em Rondônia. O que ficou é competitivo e eficiente, portanto integrado em um mercado completo. O que migrou é incompatível com a plenitude do mercado. Um é agricultor familiar e o outro é camponês. São membros da mesma família, mas separados pelas contradições, diferenciados e *metamorfoseados* pelas desigualdades e pelos paradigmas. Camponeses expropriados, migrantes em busca de condições para sua existência não teriam sido competitivos ou eficientes? Há um enorme conjunto de fatores para explicar esta questão, além de integração parcial ou plena, mercados incompletos e completos, que envolve poder político, conhecimento, acesso à educação, domínio de técnicas entre outras condições. A competição e a eficiência não são virtudes, mas sim condições sociais em que uns ganham e outros perdem. Ganha quem tem o poder de determinar as regras que vão definir a eficiência.

Mercados completos e mercados incompletos são formados pelo desigual desenvolvimento territorial do capitalismo. Integração parcial e integração plena representam diferentes formas de subordinação do campesinato ao capital. Os camponeses se comportam distintamente diante desses processos de expansão do capitalismo. Os camponeses que contribuíram com o desenvolvimento socioeconômico e político de uma região não tiveram,



necessariamente, seus comportamentos transformados, como mostra a pesquisa de Tedesco (1999). O modo de vida camponês não foi substituído por um determinado comportamento “moderno” derivado das práticas mercantis. A cultura camponesa não é avessa às mudanças da base técnica. Há centenas de anos que os camponeses vêm modificando essa base (MAZOYER; ROUDART, 2001). Da mesma forma como o capital os incorpora diferenciando, expropriando e recriando-os, vamos encontrar camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos⁴⁹ nestas duas realidades, resistindo, construindo estratégias de reprodução. Nesse sentido, a lógica que Abramovay utiliza para denominar a metamorfose (de camponês a agricultor familiar), explicita o processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia. Além da redundância, que faz soar estranha a separação em duas categorias, quando de fato eles são sujeitos diferenciados de uma mesma classe.

Mesmo que considerada dicotômica e redundante a separação entre camponeses e agricultores familiares, essa compreensão tem se formado a partir de uma construção teórica. Ela pode ser mais bem compreendida na afirmação de Lamarche (1993, p. 16): “a exploração camponesa é familiar... mas nem todas as explorações familiares são camponesas”. A partir de um conjunto de critérios que explicitam a diferenciação do campesinato, esse autor distingue o camponês do agricultor familiar. Assim cria-se uma espécie de “preconceito”, definindo a agricultura camponesa como residual (LAMARCHE, 1998, p. 328); a agricultura camponesa produz pouco e utiliza técnicas bastante tradicionais (LAMARCHE, 1998, p. 70). Ainda, segundo Lamarche (1998, p. 314), “o produtor familiar moderno caracteriza-se, sempre, por um comportamento que recusa um envolvimento pleno num modo de funcionamento extremo, quer seja próximo do modelo camponês ou dos modelos empresa”. Afirma também que “o estabelecimento familiar moderno define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado, com efeito, a maior parte de suas produções é

⁴⁹ São diversas as tipologias para diferenciar os camponeses desde a clássica forma de diferenciação: rico, médio e pobre, apresentada por Lênin (1985) e Kautsky (1986); ou forte, médio, fraco, apresentada por Bloemer (2000, p. 105); ou camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos (FERNANDES, 2003b, p. 21); ou ainda agricultura familiar consolidada, de transição e periférica (FAO/INCRA, 1995, p. 4-5).



parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumida pela família, nunca é totalmente comercializada”.

De fato, essas referências de Lamarche possibilitam diferentes leituras. Então como utilizar esses conceitos? Como diferenciar um agricultor familiar periférico de um camponês viabilizado? Ou um agricultor familiar consolidado de um camponês empobrecido? Não poderia ser somente pela renda de cada um deles. Nem tampouco pelo acesso e uso de determinadas técnicas; de integração parcial ou plena aos mercados; de diferentes relações sociais personificadas ou impessoais pelos diferentes níveis de subordinação e de resistência; do uso dos termos moderno e atrasado; etc. *Mas, principalmente, pela opção em adotar um determinado paradigma. É importante deixar claro que os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário são diferentes modelos de análise do desenvolvimento da agricultura.* É neste quadro teórico político que se concebe a diferenciação e a metamorfose.

O paradigma do Capitalismo Agrário não teve uma forte influência somente nas pesquisas acadêmicas, mas também na organização dos movimentos camponeses e nas políticas públicas. Na academia, o uso dos conceitos de campesinato e de agricultor familiar passou a exigir esclarecimentos, que revelam as muitas possibilidades de compreendê-los. As dificuldades em se delimitar o conceito de agricultor familiar contribuíram com definições bastante diferenciadas. Um caso emblemático é a nota de José de Souza Martins:

Neste livro, uso as palavras “camponês” e “campesinato”, ao me referir ao Brasil, porque são palavras incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da questão agrária. Estou pensando no agricultor familiar e seu mundo, que ainda preserva muitos traços culturais do velho mundo camponês europeu que se adaptou ao nosso país de diferentes modos em diferentes ocasiões e por diferentes meios. Mas, penso, sobretudo, no pequeno agricultor familiar, proprietário ou não da terra, que organiza sua vida mediante diferentes graus e modalidades de combinação da produção para o mercado com a produção direta dos meios de vida. Mas sujeito, portanto, as condutas e relacionamentos e a uma visão de mundo de tipo tradicional (MARTINS, 2000, p. 45).

Se as palavras “camponês” e “campesinato” foram incorporadas indevidamente como afirma Martins, não foi diferente a juntada do termo “agricultor familiar”. Martins usa a palavra camponês e está pensando no agricultor familiar e seu mundo que contém características que contemplam tanto a definição de camponês quanto a de agricultor familiar, segundo as referências teóricas de Abramovay. Ainda, Martins afirma que a denominada agricultura familiar amplia possibilidades ao assumir feição empresarial e moderna. Mas essa condição não impede, de forma alguma, que o agricultor pague o preço social de subsidiar o consumo de quem trabalha para o grande capital, na medida em que não se apropria de toda a renda da terra e do lucro médio (MARTINS, 2000, p. 43). Também utiliza a expressão “camponês modernizado”, que é ao mesmo tempo “empreendedor e comunitário, economicamente moderno e socialmente conservador” (MARTINS, 2000, p. 45) Mais uma vez, Martins reúne características que Abramovay separa. A territorialização do capital em uma região e suas diferentes formas de intensidade, socializa e expropria, incorpora e exclui, não somente os camponeses, mas também os próprios capitalistas. E essa não é somente uma questão de “competitividade” e ou de “eficiência”, mas é um processo complexo por sua amplitude que, sem dúvidas, contém, sobretudo a conflitualidade.

Neste sentido, separar o camponês de agricultor familiar ou considerá-los como um único sujeito em processo de mudança é *uma questão de método*. De fato, o conjunto de relações que predominam no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, possibilita diferentes leituras que podem levar à compreensão de metamorfose ou da reinvenção. As mudanças engenhadas, no movimento do desenvolvimento do capitalismo, atualizam desse modo, um conceito carregado da história, construído no mundo da resistência. Num processo de configurações diversas, de identificação e de estranhamento, formadas pela contradição e pelo paradoxo da questão agrária, ocorrem simultaneidades e descontinuidades, em que o campesinato concebe múltiplas estratégias de recriação da própria existência, subordinando e resistindo, reinventando-se no fazer-se do dia-a-dia. Martins chama o processo de mudanças em que o camponês se insere e é inserido nas relações mercantis modernas de



“reinvenção social” (MARTINS, 2000, p. 45). No movimento do processo de mudanças acontece a construção de relações sociais, de visões de mundo, de modos de vida, que se opõem à expropriação territorial e ao trabalho altamente subordinado pela anomia gerada por determinado estágio do desenvolvimento capitalista. Enquanto Abramovay vê a metamorfose do camponês em agricultor familiar no desenvolvimento do capitalismo, podemos ver processos de viabilização econômica, de empobrecimento e de exclusão, ou seja, processos de diferenciação que promovem a destruição e a recriação do campesinato a partir de sua própria reinvenção social. O foco do método do paradigma do Capitalismo Agrário dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que metamorfoseia um sujeito para adequá-lo aos seus princípios. O foco do método do paradigma da Questão Agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história.

Nas organizações dos movimentos camponeses o paradigma do Capitalismo Agrário também teve uma influência política extraordinária. Os movimentos camponeses que mais se identificaram e receberam influência deste paradigma foram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na Região Sul – FETRAF – SUL. Esse impacto político não teve tanta repercussão nos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina – Brasil, constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimentos dos Pequenos Agricultores – MAP; Movimentos dos Atingidos por Barragens – MAB; Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e Comissão Pastoral da Terra – CPT. Nos eventos conjuntos desses movimentos camponeses, criou-se uma disputa ideológica pelas denominações, que foi resolvida com os usos das seguintes expressões: *agricultura familiar/camponesa* ou *agricultura camponesa/familiar*, dependendo de quem está à frente da organização do evento.

Nas políticas públicas, o paradigma do Capitalismo Agrário teve forte influência, principalmente, a partir do segundo governo Fernando Henrique



Cardoso – FHC. Surgiram diferentes políticas públicas, como por exemplo: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; o Programa Novo Mundo Rural que tinha como principais ações a implantação da relação de compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra, além de criação de infra-estrutura social nos assentamentos rurais. A partir da lógica do paradigma do Capitalismo Agrário, a ocupação de terra é uma aberração, um atraso, uma violência. A compra da terra, por meio de políticas tipo “Banco da Terra” é uma forma de “integrar” os sem-terra ao mercado. Desse modo, as políticas públicas que o paradigma do Capitalismo Agrário não conseguiu “aparelhar” foram extintas ou congeladas, como por exemplo, o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – PROCERA (que foi substituído pelo PRONAF); o Projeto Lumiar de Assistência Técnica, que foi extinto em maio de 2000⁵⁰ e pelo menos até janeiro de 2005, as famílias assentadas em projetos de reforma agrária ficaram sem assistência técnica por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, que havia sido criado a partir do Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO; O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e a Universidade de Brasília – UnB. O PRONERA ficou praticamente congelado durante a maior parte do segundo governo FHC, sem recursos e com exigüidade de pessoal, exatamente por não se enquadrar no paradigma do Capitalismo Agrário.

A potencialidade do paradigma do Capitalismo Agrário é extraordinária e admirável. Como demonstramos, esse paradigma espacializou-se em diferentes frentes por diversas direções e fincou territórios políticos, colocando em cheque o paradigma da Questão Agrária. Neste sentido, é inegável a contribuição do paradigma do Capitalismo Agrário à crítica do paradigma da Questão Agrária. Ao mesmo tempo, a contestação dos pressupostos do paradigma do Capitalismo Agrário demonstra a fragilidade e os amplos limites dos referenciais

⁵⁰ Por causa do aparelhamento dos profissionais do projeto pelos movimentos camponeses, segundo me revelou um dos intelectuais que assessoraram o governo FHC.



e de suas interpretações. Este questionamento nasceu na reflexão sobre a teoria e a realidade, que fertilizam os paradigmas e movimentam os métodos e as metodologias nas interpretações possíveis das realidades. Evidente que esses pensamentos e procedimentos geram conflitualidades na criação ou na destruição de políticas públicas, na elaboração de uma tese e no debate em uma mesa redonda. A conflitualidade acadêmica é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades.

A facilidade com que o paradigma do Capitalismo Agrário se espacializou na academia, nos movimentos camponeses e nos governos, deve-se à carona que pegou no processo de implantação de políticas neoliberais: de flexibilização do trabalho, de fortalecimento do mercado com amplas aberturas, de diminuição do poder do Estado, de refluxo dos movimentos sindicais e dos movimentos camponeses, de aumento do desemprego e da criação de políticas compensatórias. Isso tudo foi acompanhado por uma mudança de intelectuais, políticos e partidos de esquerda para o centro e à direita, obscurecendo o espectro político, assim como a manifestação iluminada dos intelectuais de direita que tiveram os holofotes da grande mídia, com generosos espaços em periódicos de circulação nacional. Essas “paragens” do campo das conflitualidades permitiram a exploração de novos territórios políticos pelos cientistas vinculados ao paradigma do Capitalismo Agrário. Nessas condições propícias, esses intelectuais construíram novas leituras das realidades, tornaram-se referenciais teóricos e compuseram a *intelligentsia agrária* do governo FHC. São diferentes grupos de intelectuais que se apresentaram como pensadores ofensivos no melhor estilo dos *think tanks*, sendo que alguns montaram até mesmo empresas de consultorias⁵¹.

Os paradigmas geram conflitualidades que são expressas nos debates, nas publicações, nas políticas públicas (ou privadas), nos eventos e manifestações através de suas respectivas ideologias⁵². As diferenças teóricas, de

⁵¹ E o caso de Francisco Graziano Neto que foi secretário de FHC e depois presidente do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária, que preside a ONG AgroBrasil.

⁵² O significado do conceito de ideologia aqui utilizado é próximo ao definido por Gramsci, ou seja, o conceito de ideologia orgânica, que comprehende o pensamento como força real, como fato, que provoca mudanças na vida das pessoas. A ideologia é uma construção política que representa os interesses, as vontades e os sonhos de classes sociais, segmentos ou grupos (COUTINHO, 1989). Portanto, não há nenhuma relação com a definição marxista de ideologia como falsa consciência.



método, de metodologia, políticas e ideológicas entre os paradigmas são manifestadas na construção de leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo.

Para o paradigma do Capitalismo Agrário o espaço de análise de seus objetos, coisas e sujeitos é a sociedade capitalista, que é apresentada como totalidade. As perspectivas estão nas possibilidades de se tornar unidades do sistema. Assim a agricultura familiar é mais uma unidade do sistema, que caminha segundo os preceitos do capital. Daí, a facilidade dos movimentos camponeses, que se identificam com o paradigma do Capitalismo Agrário, em recusar a participação em eventos que confrontam as políticas propostas a partir da lógica do capital, como por exemplo, o Banco da Terra. Todavia, as questões relativas às técnicas e ao mercado são muito mais debatidas e praticadas por estes movimentos camponeses⁵³. A lógica do paradigma do Capitalismo Agrário cria um estado de mal estar, quando o assunto a ser discutido implica em contestar o capitalismo, porque isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto é subversão. A “integração plena” carrega mais que um estado de subordinação contestada, contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste paradigma, o camponês só estará bem, se, integrado plenamente ao capital.

Para o paradigma da Questão Agrária, considerando as diversidades presentes em suas vertentes e vieses, o espaço de análise não se limita à lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfretamento no capitalismo torna-se uma condição possível. Daí a ocupação de terra ser uma das formas de luta mais presentes nos movimentos camponeses, porque fere seu âmago. Também a compreensão de uma economia da luta, em que a conquista da terra não dever ser transformada na condição única de produção de mercadorias, mas igualmente na produção da vida em sua plenitude, bem como do enfrentamento com o capital,

⁵³ Interessante notar que no Fórum Social Mundial, o espaço dos movimentos camponeses identificados com o paradigma do Capitalismo Agrário, era muito mais representativo pela exposição de mercadorias organizadas em uma grande feira com a diversidade da produção agropecuária camponesa, industrializada ou in natura. Enquanto o espaço dos movimentos camponeses identificados com o paradigma da Questão Agrária, era mais representativo pelos debates políticos e venda de livros, bandeiras, camisetas etc. Também havia mercadorias, mas em proporção muito menor que o espaço dedicado pelos outros movimentos. Evidente que os conteúdos dos debates dos diferentes espaços tinham como marco a integração e o enfrentamento ao capital.



para a recriação continuada do campesinato. Desse modo, os camponeses sem-terra organizam ocupações em todo o país, espacializando-se e territorializando-se (FERNANDES, 2000). A economia política deste paradigma contempla a integração ao mercado simultaneamente ao uso dessa condição para promover a luta pela terra e pela reforma agrária. A constituição de territórios em diferentes campos, como por exemplo, na educação, produção, saúde, formação política são condições essenciais na construção de sua identidade política. Por essa razão, enfrenta desafios com a realidade comanda pelo capital, já que este quer o camponês apenas como produtor de mercadorias e jamais como produtor de conhecimentos avessos aos princípios do capital. Isto é ideologia, de fato⁵⁴.

Para concluir esta parte é necessário discutir uma questão ideológica. Para onde caminham estes movimentos camponeses identificados com os diferentes paradigmas? Contribuir com o desenvolvimento do capitalismo ou lutar contra ele? A construção das condições para o desenvolvimento e superação é encontrada no próprio capitalismo. Contradictoriamente, os camponeses destroem e constroem o capitalismo, evidente que em uma proporção bem menor do que a capacidade do capitalismo em destruir e recriar o campesinato. Ocupando a terra, destruindo o latifúndio, conquistando o assentamento; comprando terra, migrando, trabalhando, produzindo, industrializando, vendendo, consumindo, contribuindo com o desenvolvimento local, lutando, estudando, participando, reocupando terra, esses camponeses estão promovendo o desenvolvimento do capitalismo e suas estratégias de recriação. Todavia, também estão construindo sonhos, brechas, possibilidades, condicionantes. Os camponeses permanecem como sujeitos históricos e os movimentos articulados na Via Campesina vão além, manifestam-se na construção de um outro mundo: socialista? Esta é uma questão cada vez mais presente e mais distante. Presente porque a convicção da luta contra o capital é manifestada de todas as formas. Distante, porque as referências esvaem-se e o

⁵⁴ Esta ênfase é para discutir a ideologia construída pelos movimentos camponeses identificados com o paradigma da questão agrária. Recusar a “integração plena ao mercado” - que é na verdade uma forma de servilismo, porque não têm poder de decisão - e negar ser apenas um produtor de mercadorias, não fazem o camponês nem melhor e nem pior; nem competitivo, nem incompatível. É uma condição política conquistada e que afronta a lógica do capital. Há perdas e ganhos nesta decisão, por isso ela representa uma visão de mundo, um forma de compreender o mundo.



que permanece é a irreverência dos limites e dos desafios de construir espaços e de projetar o futuro.

Questão agrária, desenvolvimento e conflitualidade são as questões centrais deste artigo. Não é por meio da subserviência do campesinato que acontece o desenvolvimento, mas sim por diferentes formas de enfrentamento ao capital. É esse paradoxo que alimenta o desenvolvimento da sociedade capitalista. Este paradoxo é explicitado por Bourdieu:

A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que “civilizou” a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência (BOURDIEU, 2001, p. 19).

Por ser insuperável, a questão agrária do capitalismo carrega em si as possibilidades da transgressão e da insurgência. E pela mesma razão, carrega em si as possibilidades de cooptação e conformismo. Essas propriedades da contradição da questão agrária compõem a *conflitualidade*. Elas estão presentes nas disputas paradigmáticas entre a Questão Agrária e o Capitalismo Agrário, nos processos de espacialização e de territorialização (FERNANDES, 2000) e nos projetos de políticas públicas criadas pelo Estado. Urge ao campesinato assumir de fato seu lugar na história, e ao Estado democrático o papel de garantir a participação efetiva dos camponeses na construção de projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa. Evidente, que esse processo não acontecerá sem conflitos, porque os capitalistas vão disputar os mesmos recursos e os mesmos territórios. É com base neste referencial teórico que discutiremos os conflitos agrários representados nas ocupações de terra que foram e têm sido tratados de diferentes formas pelos governos FHC e Lula.

3. Conflitualidade: crítica e diálogo

O conceito de conflitualidade é essencial para compreender a questão agrária, porque estorva possíveis visões linear-negativas na leitura do problema.



Para compreender a conflitualidade é fundamental considerar as contradições e os paradoxos em que na solução de conflitos emerge tanto o desenvolvimento quanto novos conflitos. A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, porque as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção. São sujeitos históricos que resistem a exploração e a expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho. Portanto, o desenvolvimento político econômico é igualmente o desenvolvimento de conflitos. O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o *empate*⁵⁵. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos. Direito a ter direitos, como expressava Eder Sader (1988). Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, consequentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também

⁵⁵ O termo *empate* criado pelos camponeses seringueiros do Acre, significa um resultado de um conflito em que ninguém perde e nem ganha. Ao fazerem um empate, impedindo a derrubada de árvores e têm êxito na empreitada, consideram que nem eles, nem a empresa madeireira perdem ou ganham, pois eles estavam garantindo a permanência na terra e impedindo o desmatamento. Com as árvores em pé, todos podem viver da floresta. A floresta, o território, portanto a existência não se negocia. A respeito deste termo, ver Gonçalves, 2003, p. 535 et. seq.



às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo - cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo uma questão territorial.

A conflitualidade está natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos, são também espaços sociais, espaços culturais, onde se manifestam as relações e as idéias transformando em território até mesmo as palavras. As idéias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios. Na parte anterior, analisamos os paradigmas e conjunto de conflitualidades geradas no desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesta parte, analiso três tipos de conflitualidade selecionadas para enfocar o multidimensionamento dos conflitos em diversos níveis, dimensões e escalas. Pretendemos demonstrar que no desenvolvimento da sociedade há um conjunto de relações e de condições produtoras de conflitualidades. A política partidária, as ideologias, as ciências, as mídias, os territórios, as instituições num conjunto indissociável de sistemas e ações que produzem a conflitualidade como espaço político, geográfico: território. (Santos, 1996)

3.1 - Nem havia legiões de camponeses prontos para fazer reforma agrária “na marra”, nem abundância de terras para localizá-los⁵⁶

O tratamento da questão agrária não pode contemplar apenas o momento do conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico em todas as dimensões atingidas pela questão agrária. Considerar esta questão é compreender porque ao se resolver um conflito pode nascer outro.

⁵⁶ Palavras de Fernando Henrique Cardoso no prefácio do livro Tragédia da Terra, com base nas conclusões da tese de doutorado de Francisco Graziano Neto. Ver Cardoso, 1991, p. 11.



Por não ponderar sobre a conflitualidade é que o ex-presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto ficou perplexo com o que estava acontecendo no Pará, quando no dia 5 de novembro de 1995 viajou para Curionópolis, onde foi participar do ato oficial de entrega dos lotes do assentamento Palmares. Este assentamento foi criado com a desapropriação da fazenda Rio Branco, de vinte e dois mil hectares. Entretanto, ao chegar ao município, encontrou um novo acampamento com mil e quinhentas famílias que reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeira de quarenta e dois mil hectares, no município de Eldorado dos Carajás. Francisco Graziano Neto interpretou aquele conflito como um “circo” (GRAZIANO NETO, 1996, p. 23). Pois esperava o agradecimento dos sem-terra pela desapropriação da fazenda Rio Branco e implantação do assentamento Palmares. Não esperava encontrar outra reivindicação de desapropriação. Ainda mais porque, segundo ele, haveria um compromisso das lideranças do MST, em que com a criação do Palmares, não haveria mais ocupações de terras na região, o então presidente do Incra acreditava que com a desapropriação da fazenda Rio Branco, os conflitos por terra no Pará estavam resolvidos. Conforme a sua tese “A Verdade da Terra” (Graziano Neto, 1989) sobre a questão agrária, aquilo não podia estar acontecendo. Afinal, não existiria nem tanto latifúndios, nem tantos sem-terra. A realidade estava lhe desmentindo. Nas palavras de Graziano Neto, ele havia caído numa arapuca (GRAZIANO NETO, 1996, p. 24). Cinco meses e onze dias depois deste fato, no dia 16 de abril de 1996, quando as famílias que reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeiras realizavam uma marcha até Belém bloquearam a rodovia PA 150 para pressionar o governo, aconteceu uma tragédia, que ficou conhecida como Massacre de Eldorado dos Carajás.⁵⁷ O sudeste paraense continua em posição de destaque no ranking dos estados com maior número de ocupações de terra. Como podem ser observadas na Tabela 1, as microrregiões de Parauapebas está 9º lugar e a de Marabá em 12º lugar, entre as quinze microrregiões com maior número de famílias envolvidas em conflitos agrários.

⁵⁷

A respeito desse fato, ver Fernandes, 2000, p. 199-211.

**Tabela 1: Brasil - microrregiões com maior número de famílias em ocupações (1988-2003)**

Microrregião		UF	Nº Famílias	Nº Ocupações
1º	Presidente Prudente	SP	31.700	168
2º	Mata Meridional Pernambucana	PE	26.095	186
3º	Iguatemi	MS	25.736	97
4º	Mata Alagoana	AL	16.386	83
5º	Petrolina	PE	13.143	61
6º	Porto Seguro	BA	12.003	42
7º	Paranavai	PR	11.006	95
8º	Dourados	MS	9.250	72
9º	Parauapebas	PA	9.051	36
10º	Guarapuava	PR	8.450	33
11º	Vale do Ipojuca	PE	8.320	78
12º	Marabá	PA	8.184	59
13º	Santiago	RS	8.128	17
14º	Cruz Alta	RS	7.997	14
15º	Mata Setentrional Pernambucana	PE	7.793	74

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

Se a tese de Graziano Neto possui pressupostos facilmente contestáveis pela realidade, não acontece a mesma coisa no campo da política e da técnica. A precariedade dos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, por sua própria natureza de caráter declaratório, permite especulações de todos os tipos. As mudanças de metodologia dos censos agropecuários e os critérios ultrapassados para definição de parâmetros relativos à produtividade da terra e ao cumprimento de sua função social, contribuem para que se produzam diversas leituras a respeito da concentração fundiária. Essas indefinições e incertezas possibilitam a maquiagem dos dados com mais facilidade; a confecção de vistorias com resultados ambíguos, criando enormes dificuldades para o desenvolvimento dos processos de desapropriação. Nesta questão é necessário abrir um parêntese para dar um exemplo das dificuldades que temos no tratamento dos dados da estrutura fundiária brasileira.

Segundo uma estimativa feita por Veiga, 2003, no período 1995 e 2001 foram obtidos quase 20 milhões de hectares, por meio de desapropriação de propriedades que não cumpriam a função social, conforme previsto pela



Constituição Federal, e por meio de compra através de programas de crédito fundiário. Conforme Tabela 2 Perfil Agrário do Brasil, 1995-2000), Veiga compara a área total dos estabelecimentos patronais e a área total dos estabelecimentos familiares, em 1995, com a área total dos estabelecimentos patronais e a área total dos estabelecimentos familiares, em 2000, acrescentando 20 milhões de hectares na área total dos estabelecimentos familiares, em 2000, subtraindo 14 milhões de hectares da área total dos estabelecimentos patronais, em 2000. Há uma diferença de seis milhões de hectares entre a área total dos estabelecimentos em 1995 com a área total dos estabelecimentos em 2000, que pode se presumir, refere-se a uma possibilidade de incorporação de terras com a expansão da fronteira agrícola.

Tabela 2 - Perfil agrário do Brasil, 1995-2000

	1995		2000	
	(milhão ha)	%	(milhão ha)	%
Agricultura patronal	224	63	210	58
Agricultura familiar	130	37	150	42
Total	354	100	360	100
			0	

Fonte: Estimativa do autor com base no Censo Agropecuário 1995/96⁵⁸

Comparando a estimativa de Veiga, 2003, com os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, organizados nas Tabela 3 e Tabela 4 referentes à estrutura fundiária brasileira em 1992 e 2003, pode-se observar que a conjectura de Veiga supervalorizou o impacto da transferência de vinte milhões de hectares do grupo patronal para o grupo familiar.

Tabela 3: Estrutura Fundiária Brasileira - 1992

Estratos de área total (ha)	Nº imóveis	% imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Até 10	995.916	32,0	4.615.909	1,4	4,6
De 10 a -25	841.963	27,0	13.697.633	4,1	16,3
De 25 a -50	503.080	16,2	17.578.660	5,3	34,9
De 50 a -100	336.368	10,8	23.391.447	7,0	69,6
De 100 a -200	201.564	6,5	27.405.779	8,3	135,9

⁵⁸ Tradução nossa.

De 200 a -500	140.609	4,5	43.344.186	13,1	308,2
De 500 a 1-000	51.442	1,6	35.573.732	10,8	697,5
De 1000 a -2000	23.644	0,8	32.523.253	9,8	1.414,0
Mais de 2000	20.312	0,6	133.233.460	40,2	6.559,3
Total	3.114.898	100	331.364.059	100	106,4

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996

Tabela 4: Estrutura Fundiária Brasileira - 2003

Estratos de área total (ha)	Nº imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7	38.574.392	9,1	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7	61.742.808	14,7	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,7	132.631.509	31,7	4.110,82
Total	4.238.387	100,0 %	420.446.362	100,0%	99,1

Fonte: II PNRA, 2003

Para facilitar a leitura desses dados, organizamos o Tabela de modo a se aproximar da forma como Veiga organizou os dados do censo e sua estimativa.

Tabela 5: Mudanças na estrutura fundiária brasileira 1992 – 2003

Imóveis em hectares	1992		2003	
	Área em milhões de ha.	%	Área em milhões de ha.	%
Com mais de 200 (patronal)	245	74	297	71
Com menos de 200 (familiar)	86	26	123	29
Total	331	100	420	100

Fonte: Atlas Fundiário Brasileiro, 1996; II PNRA, 2003 (Org.: Bernardo Mançano Fernandes)

É importante considerar que esta comparação é uma aproximação, pois existem diferenças entre as áreas dos estabelecimentos agrícolas (que é a unidade pesquisada pelo censo agropecuário) e as propriedades fundiárias



cadastradas no INCRA⁵⁹. Também se deve considerar que os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural referem-se a três anos antes e três anos depois do período comparado por Veiga. O que essa comparação possibilita é a análise dos dados relativos e suas respectivas ordens de grandeza. Assim, através dessa comparação aproximada, observa-se que Veiga acerta na tendência da diminuição da participação relativa da unidade patronal e do aumento da participação relativa da unidade familiar. Todavia, a análise da mudança da participação relativa dos imóveis patronais e familiares apresenta uma diferença pouco menor da estimada por Veiga (2003).

O que chama a atenção de fato, e que a estimativa de Veiga não previu⁶⁰, é o enorme aumento das áreas dos imóveis de 1992 para 2003. Foram 89 milhões de hectares em pouco mais de uma década. O aumento de trinta e sete milhões de hectares dos imóveis com menos de 200 hectares pode ser explicado parcialmente se considerarmos a incorporação de vinte milhões de hectares advindos da implantação de assentamentos rurais. Todavia, restam dezessete milhões de hectares. Pode-se especular que foram terras compradas, fora das políticas de crédito fundiário. É uma possibilidade. Pode-se especular também que uma parte foi incorporada pelo avanço da fronteira agrícola. É outra possibilidade. O aumento de cinqüenta e dois milhões de hectares dos imóveis de mais de 200 hectares contraria a estimativa de Veiga, já que seria coerente a diminuição dessas áreas. Mas se isso é confuso, é mais difícil entender como um grupo de área que deveria passar de 245 milhões de hectares para um número menor, ainda teve um aumento tão fabuloso. Se especularmos que esse número deveria ser em torno de 230 milhões de hectares, considerando desapropriação e incorporação de novas áreas, como passou para 297 milhões de hectares? Nossa hipótese é que este aumento pode estar associado a pelo menos três processos: a) por causa das ocupações, os latifundiários passaram a declarar com precisão as áreas dos imóveis (para não correr o risco de serem surpreendidos com os pedidos de liminares de reintegração de posse, requerendo áreas maiores do que as declaradas); b) a incorporação de novas áreas em faixas de fronteira e ou de terras

⁵⁹ Os dados do INCRA são registros de propriedades e de seus detentores. O IBGE registra a ocupação desse espaço pelos produtores rurais.

⁶⁰ E de fato seria muito difícil alguém prever esse aumento, pois esse número foge do padrão de aumento de área dos censos agropecuários.



devolutas; c) a incorporação de áreas de menos de 200 hectares, o que significaria desterritorialização das propriedades familiares, o que parece não ter sido tão intensa.

Por tudo isso, a ocupação de terra ganha eficiência, porque revela o que os bancos de dados e os censos apresentam de forma irresoluta e diferenciada. Ainda mais quando se considera que noventa por cento desses vinte milhões de hectares foram “obtidos” graças à ocupação da terra, pelos movimentos de sem-terra.⁶¹ Portanto, sem a ocupação, sem o conflito, esta mudança de vinte milhões de hectares não existiria. Mas essa mudança nos é muito conhecida. O que precisamos estudar e explicar é a incorporação de mais de cinqüenta milhões de hectares pelas propriedades patronais e conferir qual a relação que explica o aumento de dezessete milhões de hectares das áreas dos imóveis familiares. Fecho parênteses.

Portanto, não é de se estranhar a perplexidade de Graziano no Pará, porque os conflitos ferem a lógica dos que acreditam que somente o mercado e o Estado podem mudar a realidade. É assim que se compreendem os artigos que ele escreve, nos periódicos nacionais, condenando os sem-terra e metamorfoseando o latifúndio em empresa rural. Não é difícil compreender a leitura que Graziano faz da questão agrária, porque seus escritos⁶² denotam os limites de suas análises no campo cerceadas pelo por sua condição de político ruralista. Essa leitura foi afiançada por Fernando Henrique Cardoso que escreveu o prefácio do livro “A Tragédia da Terra”⁶³ (Cardoso, 1991). Este título sarcástico, infelizmente, expressava uma visão da realidade agrária como uma espécie de obra teatral, ou “circo”. Nesse contexto, as ocupações, não por acaso, acabaram em fatalidade. A tese de Graziano foi demolida na primeira gestão do governo FHC.

Essa é uma conflitualidade que destaca o paradoxo e a construção política das estratégias. Apesar de não acreditar na existência de um número grande de famílias sem-terra, nem na abundância de terras para assentá-las, a

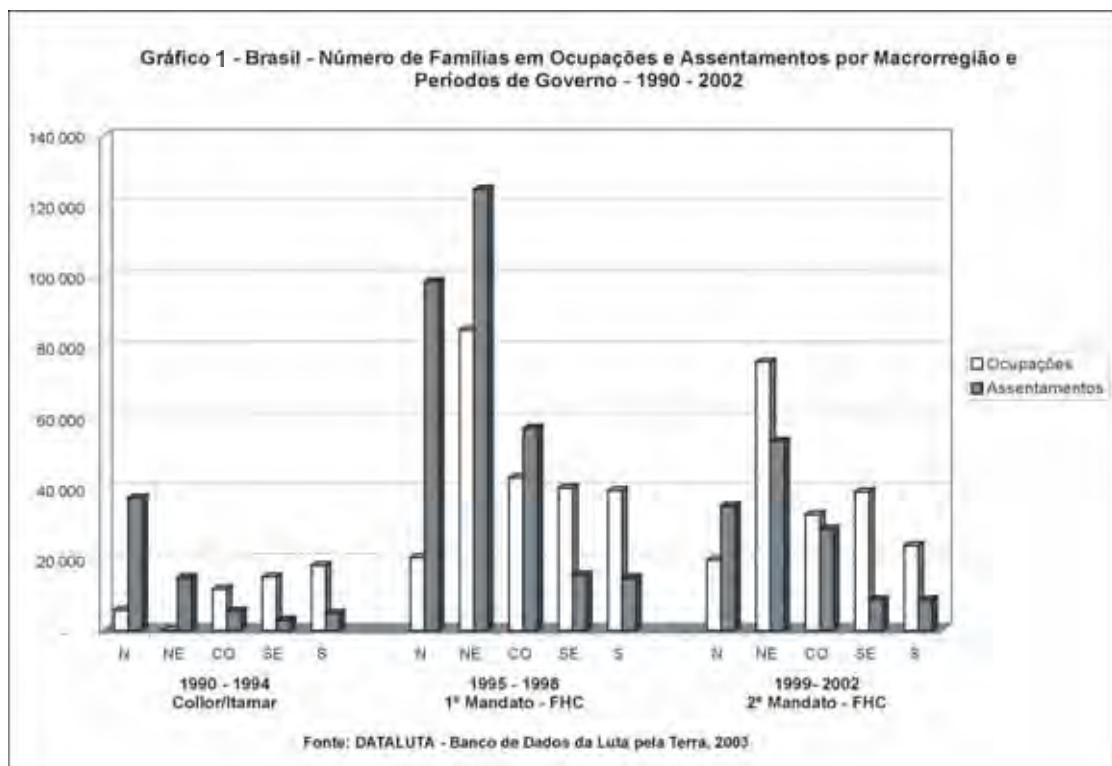
⁶¹ Ver Leite (2004, p. 40) e Fernandes (2000, p. 300).

⁶² Francisco Graziano Neto publica regularmente artigos em periódicos de circulação nacional. Seus artigos são produzidos com base em informações de terceiros e de visitas in loco. Pelo teor literário jornalístico sem referências científicas, os conteúdos se parecem com textos de auto-ajuda para aqueles que querem acreditar que a reforma agrária não tem mais sentido.

⁶³ Este livro é a tese de doutorado de Francisco Graziano. Todavia, o título da tese é “A Verdade da Terra” – Crítica da Reforma Agrária distributivista.

primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso foi o momento da história em que mais se assentou famílias e se implantou assentamentos, como demonstra o Gráfico 1.

Gráfico 1: Comparação de ocupações e assentamentos por períodos de governo



Todavia, esta “maior reforma agrária do mundo”, como classificou Fernando Henrique Cardoso, não foi resultado de um projeto elaborado previamente. Foi muito mais resultado da luta pela terra, como demonstramos na última parte deste artigo. Na segunda gestão, a política agrária do governo mudou de paradigma. A questão agrária foi estrategicamente substituída pelo capitalismo agrário. Começava a ocorrer uma mudança do eixo da questão agrária. Por causa do massacre de Eldorado dos Carajás, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e empossou Raul Jungmann, que com base na diminuição do número de famílias em ocupações de terra, como pode ser observado no gráfico 1, predisse sobre o fim das ocupações de terra.



3.2 - Ocupação de terra é página virada⁶⁴

A discussão agora não era mais se existiam terras e famílias. 1996 foi marcado por tragédia e mudanças radicais. De fato foi um ano divisor de águas para a questão agrária. O paradigma do Capitalismo Agrário, pela primeira vez, ocupava um espaço político decisivo no ministério⁶⁵. Desde 1996, com a implantação do programa Reforma Agrária Solidária no Ceará e, depois, com o debate inaugurado com a criação do Programa Piloto de Reforma Agrária Cédula da Terra, lançado em dezembro de 1997, indicava a criação de um novo espaço na realização de políticas de reforma agrária. A mudança do eixo da questão agrária objetiva transferir a reforma agrária do campo da política para o mercado. Com a criação desse novo espaço nascia uma nova conflitualidade. Para compreendê-la é necessário atentar para os efeitos da globalização marcados pelas políticas neoliberais. Em diversos países pobres, o Banco Mundial investiu recursos para a compra de terra e desenvolvimento da agricultura camponesa⁶⁶.

A diminuição das ocupações de terra não era resultado do sucesso da política do mercado de terras. Era um refluxo produzido pela judiciarização da luta pela terra e criminalização dos movimentos camponeses. Essa “ajudinha” política por meio de medidas provisórias⁶⁷ era para “desideologizar” a reforma agrária e pacificar o campo. Este é outro caráter da conflitualidade: o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao consenso. A mercantilização da reforma agrária estipulava a regra por meio de uma ordem determinada e de um suposto consenso. Os conflitos representavam a oposição a uma política que delimitava os territórios de negociação, subordinando o campesinato à lógica rentista.

Depois da crença que não há tantas famílias sem-terra, nem tantos latifúndios, tentou-se criar o auto-engano do fim das ocupações de terra, como que se essas ações fossem apenas atos subversivos, forçados, sem razão histórica. A

⁶⁴ Declaração de Raul Jungmann ao jornal O Estado de São Paulo de 15 de setembro de 2001.

⁶⁵ Chamamos genericamente de ministério como forma de representar os tantos nomes de estruturas políticas: SUPRA – IBRA –INDA – GERA –INCRA – MEAF – MIRAD – INTER – MEPF - MDA (A respeito dessa superprodução de siglas, ver Fernandes, 2000 p.46) O que queremos afirmar é que o Paradigma do Capitalismo Agrário entrou pela primeira vez neste espaço político e permaneceu até o final do governo FHC, revivendo no governo Lula.

⁶⁶ Não vamos tratar aqui deste tema, que pode ser analisado em Martins, 2004; Buainain, 1999.

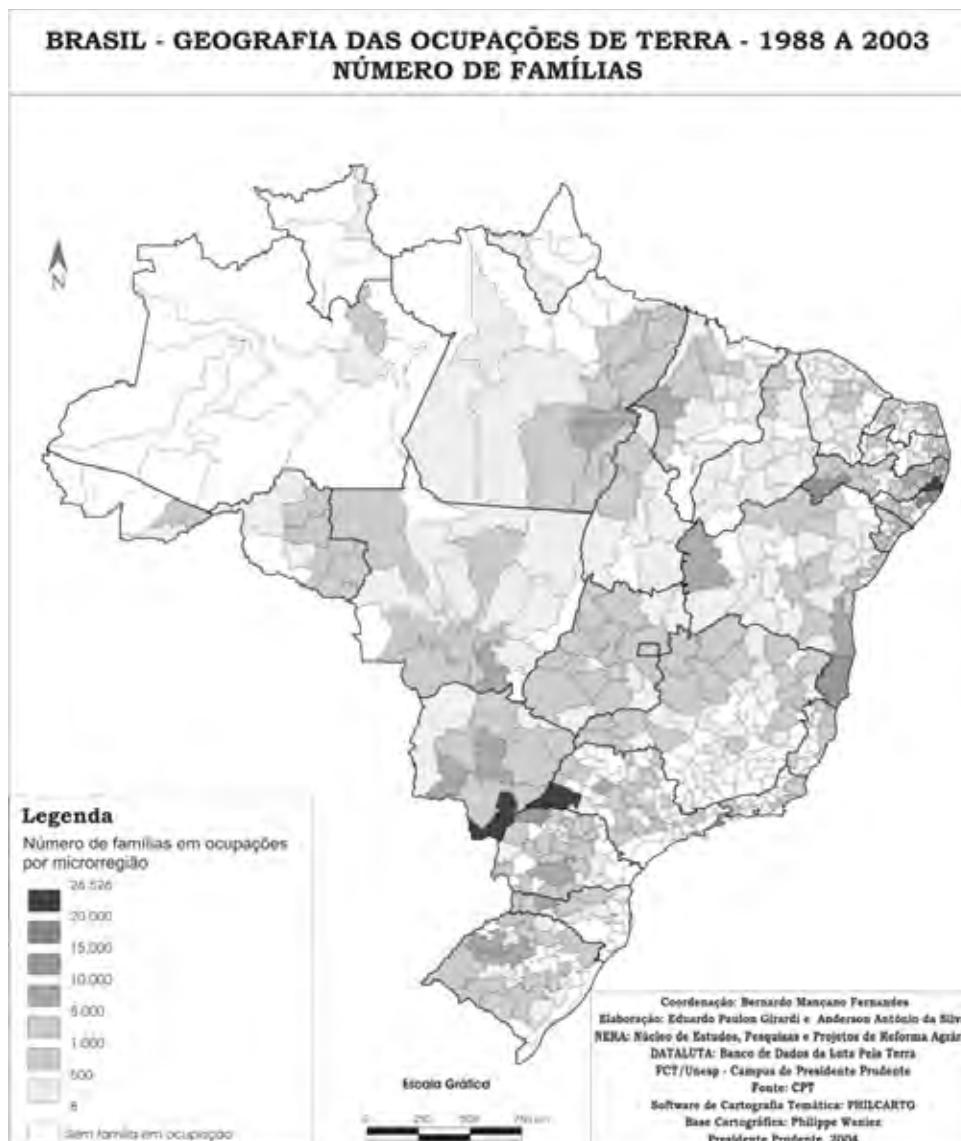
⁶⁷ Sobre as medidas provisórias, ver a última parte deste trabalho.



conflitualidade contém a historicidade e a espacialidade dos conflitos sociais. A questão agrária está presente em nosso cotidiano há séculos⁶⁸. Está em quase todas as páginas da história. Quando falamos da presença da questão agrária em nosso cotidiano, certamente, não é um exagero. Desde 1975, a Comissão Pastoral da Terra registra os conflitos por terra. A partir de 1985 passaram a ser publicados nos Cadernos Conflitos no Campo. Desde 1999, também a Ouvidoria Agrária, vinculada ao Ministério do passou a registrar conflitos. Por meio do DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra - analisamos os dados de conflitos por terra, levantados pela CPT e Ouvidoria Agrária, com o objetivo de conhecer melhor o desenvolvimento dos conflitos e acompanhar as metodologias de pesquisa. Em uma análise mais apurada dos dados pode-se observar que quase todos os dias acontecem conflitos por terra em nosso país. A temporalidade dos conflitos é acompanhada da sua espacialidade. Observando o mapa *Geografia das Ocupações de terra - 1988 a 2003* (Mapa 1), constata-se a realização de ocupações de terra em praticamente todo o Brasil. Contudo, é importante destacar que tanto a CPT, quanto a Ouvidoria, certamente não conseguem registrar todos os conflitos. O movimento da conflitualidade não é totalmente mensurável, mesmo com todos os esforços dos agentes de pastorais da CPT, dos técnicos do Incra e da grande cobertura que a mídia nacional dá à questão agrária.

⁶⁸ Uma referência é o Dicionário das Batalhas Brasileiras que também traz os registros de conflitos por terra e território desde o século XVI (DONATO, 1996).

Mapa 1: Geografia das Ocupações de terra - 1988 a 2003



A mercantilização da reforma agrária não foi o único elemento da mudança de eixo da questão agrária. As políticas neoliberais demarcadas pela globalização expandiram as potencialidades da agricultura capitalista, dando-lhe, inclusive, um novo nome: agronegócio. A produção primária para exportação aumentou com a abertura de mercados, intensificando a territorialização do capital, expropriando o campesinato, aumentando o desemprego, produzindo riquezas, misérias e conflitualidades⁶⁹.

⁶⁹ O Jornal Folha de S. Paulo publicou uma matéria a respeito desse processo na região Centro-Oeste (Folha de São Paulo, 12 de setembro de 2004).



3.3 - Agronegócio: a conflitualidade “invisível”

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excluente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração.

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando *invisibilizar* sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – consequentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como



ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

O agronegócio não cria conflitualidade apenas por sua extraordinária capacidade produtiva. A reação às ocupações de terra tem aumentado e no último trimestre de 2004, ocorreram vários conflitos entre sem-terra acampados e jagunços que os expulsaram a mando dos fazendeiros. Todavia, a mídia evita fazer relação entre o agronegócio e o conflito, entre o agronegócio e o trabalho escravo. A “invisibilidade” da conflitualidade gerada pela blindagem apologética feita para o agronegócio cria certo estranhamento quando se critica este modelo. Foi o caso do presidente do Incra – Rolf Hackbart – quando associou a chacina ocorrida no município de Felizburgo – MG, em novembro de 2004, ao agronegócio. Hackbart argumentou que os fazendeiros que mandam matar sem-terra acampado são personagens do agribusiness. Essa afirmação quase lhe custou o cargo e o ministro da Agricultura – Roberto Rodrigues – enfatizou que não se pode “misturar as coisas”, pois o agronegócio representa 34% do PIB e 42% das exportações brasileiras.⁷⁰

Ainda, essa imagem revestida pelos números relativos da produção para exportação ganha mais relevância quando se associa a agricultura camponesa como parte do agronegócio⁷¹. Essa é a leitura do paradigma do Capitalismo agrário que ao entender a agricultura familiar como unidade do sistema capitalista, considera parte deste modelo. Nesta acepção, o agronegócio é a única forma de desenvolvimento da agricultura, limitando qualquer análise da conflitualidade. Assim, o conflito perde sentido, aparece como uma coisa de fora e não de dentro do agronegócio. Essa mudança de eixo da questão agrária desafia os pesquisadores deste problema para pensar outros modelos de desenvolvimento territorial, rompendo com a cooptação do agronegócio e de sua postura totalitária.

⁷⁰ Ver matéria em O Estado de São Paulo, 24 de novembro de 2004, p. A8.

⁷¹ É o que faz Ricardo Abramovay. Ver entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, 21 de dezembro de 2003, p. 11.



4. Desenvolvimento Territorial Rural: a construção da multiterritorialidade

O desenvolvimento territorial é compreendido por sua amplitude e multidimensionalidade e em oposição ao desenvolvimento setorial⁷². A idéia de desenvolvimento territorial rural é recente. As primeiras publicações são do começo da década de 1990. Há duas questões fundamentais na construção deste conceito. A primeira refere-se à preocupação das instituições a respeito do desenvolvimento territorial e a segunda à abordagem *fashion* com que a questão territorial vem sendo tratada. Vejamos um pouco mais sobre cada uma destas questões.

A preocupação das instituições com o desenvolvimento territorial é importante, sem dúvida. Todavia, essa preocupação tem um sentido pouco explicitado, que é o controle político do debate público para a construção de teorias, métodos, metodologias e ideologias que visam o controle territorial. A geografia política do debate amplo que está acontecendo hoje, em toda a América Latina, revela uma “monocultura institucional”, ou seja, a construção das referências teóricas para as definições de desenvolvimento territorial tem como ponto de partida e de chegada o pensamento consensual. Este pensamento é uma construção ideológica fantástica que obscurantiza a sua forma real que é o pensamento ofensivo. Por pensamento consensual estamos nos referindo ao pensamento que lê a realidade sem considerar suas contradições produtoras de conflitualidade. É um pensamento de cunho neoliberal que tem invadido muitos espaços e organizações populares, principalmente por meio das organizações não governamentais. Constroem cenários e procuram convencer os movimentos populares e as comunidades rurais que devem procurar o desenvolvimento sustentável sem criar oposições. Outro trabalho intenso dessas ONGs é a integração - subalterna – completa das comunidades ao mercado. O pensamento consensual procura convencer que o desenvolvimento territorial tem o mercado como essência. Essas ações revelam seu caráter de pensamento ofensivo, estruturado para desconstruir os pensamentos oponentes e projetar modelos e padrões de comportamento e de visão de mundo. É uma espécie de política de

⁷² Uma referência em escala latino-americana é o Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Ver: <http://www.rimisp.org>.



despolitização, ao propor a autonomia dentro dos marcos do pensamento neoliberal e da obediência às regras capitalistas do mercado. Duas instituições multilaterais – Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial – têm investido consideravelmente na criação de espaços para o avanço da pesquisa e do debate a respeito do desenvolvimento territorial rural;

Da falta de critica e até mesmo da distância que muitos pesquisadores⁷³ mantêm do tema, o conceito de desenvolvimento territorial como *conceito-fashion*, decorre, principalmente. Nestas condições prevalece o conceito produzido pelas instituições que promovem o controle político do tema em questão. Essa produção conceitual parte de sua visão de mundo e de seus interesses em implantar determinados modelos de desenvolvimento. Esses conceitos tornam-se amplamente usados⁷⁴ por governos, cientistas e movimentos sociais e cuja aplicação contribui pouco para a compressão do território em questão, de modo que o desenvolvimento reproduz mais intensamente a pobreza que se propõe diminuir. O conceito de desenvolvimento territorial que não contem a possibilidade de questionamento, de oposição e conflito, de diferenciação e ruptura, de soberanias; que não reconhece que a construção das decisões coletivas dos sujeitos dos territórios levará aos processos de distintos modelos de desenvolvimento territorial, na verdade é um *conceito-fashion*. Território é um termo autológico. Construí-lo significa dominá-lo. Pode-se até mesmo decretar o fim dos territórios⁷⁵, o que significa construir um novo território.

O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas: desde o espaço geográfico de uma nação, de uma região, de um estado, de uma microrregião, de um município, de um bairro, de uma rua, de uma propriedade e de partes de uma moradia. Esse é seu sentido absoluto, objetivo, concreto, material e localizado. O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, histórica, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das idéias, da construção de conhecimentos e

⁷³ Especialmente os geógrafos e geógrafas. O que é lamentável, considerando que o conceito de território é uma categoria geográfica tão cara a esta Ciência.

⁷⁴ Por causa de uma orquestrada publicidade política com oferecimento de recursos para projetos de pesquisa e projetos de implantação de políticas públicas, desde que se utilize o método, os referenciais teóricos e as metodologias propostas pela instituição financiadora.

⁷⁵ É o caso do ensaio *O fim dos territórios*. Badie, 1996.



suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências, do diálogo e do conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado. Portanto, temos territórios em movimento.

Esses territórios colidem, são destruídos e recriados por meio de relações de poder. São paradigmas que superam outros paradigmas. São ocupações nas periferias em áreas de proteção de mananciais, localizadas em bairros com áreas abertas à especulação de imobiliária. São prédios vazios ocupados por famílias sem-teto, moradores de rua. São ocupações terra por populações rurais e urbanas. São os despejos realizados pela polícia. São empresas falidas, fechadas e novas empresas sendo instaladas. São áreas desapropriadas para construção de novas vias de acesso. São condomínios de luxo e conjuntos populares sendo construídos no processo de urbanização, ocupando áreas antes destinadas à agricultura. São governos recém eleitos descontinuando projetos de governos anteriores. No interior do território de um município existem múltiplos territórios em escalas e dimensões diferenciadas. Esses territórios em movimento produzem múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, gerando conflitos, negociações, acordos, manifestações, prisões (às vezes mortes), superando e resolvendo problemas, criando-os e recriando-os, desenvolvendo, por meio da contradição, manifestando sua conflitualidade. Portanto, a noção de território somente como espaço físico é insuficiente para se pensar o desenvolvimento territorial.

Uma parte importante dos pesquisadores que trabalham com o conceito de desenvolvimento territorial não incorpora o conflito como uma de suas dimensões. Uma das razões do porquê isso acontece é o conceito de território que se usa. Grande parte dos economistas e sociólogos que trabalham com esse conceito toma como referência a corrente positivista da Geografia. Desse modo, o conceito de território é importado para representar uma microrregião, que passa a ser concebida como um espaço geográfico com seus elementos e relações que promovem o desenvolvimento sustentável, sem nenhum tipo de conflito. Um

exemplo é o conceito de território da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):

O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social, metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005, s/p).

Essa visão “essencialmente integradora” não contempla os processos de desintegração, ou seja, de desterritorialização. O desenvolvimento territorial rural - DTR acontece por meio de um processo geográfico denominado TDR – territorialização – desterritorialização – reterritorialização caracterizando uma multiterritorialidade, onde se observa os processos integralizadores que também excluidores e ressocializadores. É esse movimento contraditório e paradoxal que promove o desenvolvimento, em que o mercado, o estado e a sociedade conflitam e se reúnem para superar os problemas, criando outros e ainda prolongando outros. Essa concepção de desenvolvimento territorial rural é muito próxima da apresentada pelo Centro Latino-Americano para o Desenvolvimento Rural:

Definimos desenvolvimento territorial rural (DTR) como um processo de transformação produtiva em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitivamente e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a conciliação entre os atores locais entre si e entre eles e os agentes externos relevantes e seus benefícios e de incrementar as oportunidades para que a população pobre participe do processo e de seus benefícios (SCHEJTMAN & BERDEGUÉ, 2003, p. 32-33).

Uma definição de DTR é um território. Neste caso a essência econômica e mercantil é ainda mais evidente. A maior parte dos projetos de DTR é ampla de modo a contemplar o campo e a cidade; os diversos setores da economia e as dimensões política e cultural, com ênfase ao meio ambiente. A questão é: quem e quantos vão definir a “transformação produtiva”. Quem vai convencer o trabalhador que a competitividade também significa desemprego? Quem vai convencer um camponês que a mudança na base técnica, resultante da



transformação produtiva, irá determinar uma escala de produção necessária para garantir a competitividade que sua condição de agricultora familiar não irá comportar? Quem vai determinar as relações com os agentes externos? De fato, em um território com relações precarizadas de trabalho, intenso desemprego, o poder de decisão de como o território será desenvolvido está em alguns territórios e não está em outros. Em um território comandado por empresas nacionais e transnacionais com alto índice de desemprego e forte concentração fundiária, não será numa reunião “conciliadora” que os sem-terra conseguirão convencer empresários e grandes proprietários em desenvolver um projeto de reforma agrária. Na região do Pontal do Paranapanema, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) terá que convencer a UDR – União Democrática Ruralista a aceitar a reforma agrária para assentar as famílias acampadas organizadas no MST. Esse é um caso emblemático que desafia “visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais” e “a interação e a conciliação entre os atores locais entre si”.

O desenvolvimento territorial rural acontece por meio de relações socializadoras e excluídas em mercados e políticas públicas; com justiça e injustiça social, com conflito e superação, construindo histórias e experiências. Na questão agrária, os projetos institucionais são desafiados pelos movimentos socioterritoriais⁷⁶. Os movimentos populares constroem formas de luta e resistência para além do controle político das instituições governamentais, não governamentais e multilaterais, e das políticas que transferem para o mercado as possibilidades de transformação territorial. Na seguinte e última parte deste trabalho analisamos essas formas de construção de espaços, de luta e resistência, de conflito e desenvolvimento.

5. Luta pela terra e desenvolvimento

Nesta parte apresentamos uma breve análise das práticas de luta pela terra promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

⁷⁶ Movimentos socioterritoriais são os movimentos sociais que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidades de recriação. Esses movimentos produzem espaços políticos e realizações ocupações de propriedades privadas, reivindicando o direito à terra ou à moradia. Em seu processo de recriação se espacializam e se territorializam, criando conflitualidades, dialogando e superando a condição de excluídos. A respeito deste conceito, ver Fernandes, 2001b.

e as políticas dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva. Desde sua gênese, o MST tem se territorializado por todas as regiões do Brasil por meio da ocupação de terra. Essa é uma antiga forma de luta do campesinato brasileiro, todavia nos últimos vinte anos foi intensificada com o aumento do numero de famílias sem-terra e do número de ocupações de terra.

A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra. Quando as famílias sem-terra ocupam uma propriedade é porque há vários meses essas famílias estão se organizando para que este momento acontecesse. (Fernandes, 2001a). A ocupação da terra começa com o trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes - inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar na luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de socialização política. Neste espaço discutem as possibilidades da luta pela terra e pela reforma agrária. Com essa atitude, iniciam uma dimensão do espaço de socialização política, que chamamos de espaço comunicativo. Neste espaço, as pessoas apresentam-se, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam as possibilidades de seus destinos. A proposta do MST de ocupar a terra aparece como esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra. Medo porque a luta pode levar a conquista da terra, mas também pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no confrontamento com os latifundiários e com a polícia.

Todo esse processo cria outra dimensão do espaço de socialização política, que denominamos de espaço interativo. A interação acontece porque as pessoas se identificam, compreendem que têm trajetórias semelhantes: são migrantes, camponeses expropriados há anos ou décadas, desempregados do campo e da cidade, sem perspectiva de trabalho estável. Ao mesmo tempo em que têm vontade de mudar o rumo de suas histórias, eles têm a insegurança porque são apenas possibilidades. A interação também acontece porque essa experiência possibilita a construção de conhecimentos sobre a luta pela terra, abrindo novas perspectivas para suas vidas. Já não existe apenas a possibilidade do



assalariamento. As reuniões do trabalho de base podem durar meses. Elas acabam quando os coordenadores apresentam a proposta de ocupar uma ou mais propriedades e as famílias decidem pela ocupação. Até esse momento, viviam os efeitos da conflitualidade gerada pelo desemprego e exclusão social. Com essa decisão, abrem uma nova dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência, que se materializa por meio da ação das famílias que ocupam uma propriedade privada ou uma propriedade pública, ou apenas acampam nas margens de uma rodovia. A partir dessa ação mudam o sentido da conflitualidade e transferem o espaço de socialização política para esse novo lugar, onde agora as famílias organizadas tentarão manter-se reunidas pelo tempo curto ou longo. A permanência dessas famílias naquele espaço político, um “prototerritório”, dependerá da conjuntura política e econômica, do seu poder de mobilização junto com outros grupos de famílias acampadas por todo o país.

Agora, o espaço de luta e resistência chama-se *acampamento*. A inversão do sentido da conflitualidade criou um novo fato e ganha as páginas dos jornais. Essa forma de organização espacial causa um impacto na paisagem, demonstrando que aquelas famílias querem mudar suas realidades. Agora, ninguém pode ignorar essas pessoas. Elas estão juntas reivindicando condições dignas de vida. Nem as estatísticas, nem os discursos políticos, nem as teorias poderão ignorá-las. Todavia, se não é possível ignorar, é possível reprimir, repelir, rechaçar, despejar. Assim nasce o conflito. Um dos conflitos mais antigos da história do Brasil. O latifundiário contra o sem-terra. Os grandes proprietários querem manter seus privilégios em nome dos seus direitos. Os sem-terra querem conquistar os seus direitos em nome da democratização do acesso à terra.

Os conflitos, portanto, envolvem privilégios, interesses e direitos, reivindicações e luta. A instituição competente para solucionar esse conflito é o Estado. E os governos têm dado diferentes respostas para a questão da terra. Ora tratando como políticas compensatórias, ora ensaiando a questão como desenvolvimento territorial. Por meio das ocupações de terra, os sem-terra mantêm na pauta política a questão da reforma agrária. As ocupações de terra tornaram – se uma das principais formas de acesso à terra. É, portanto, uma forma de criação e recriação do campesinato. Ainda a pressão política das ocupações de terra



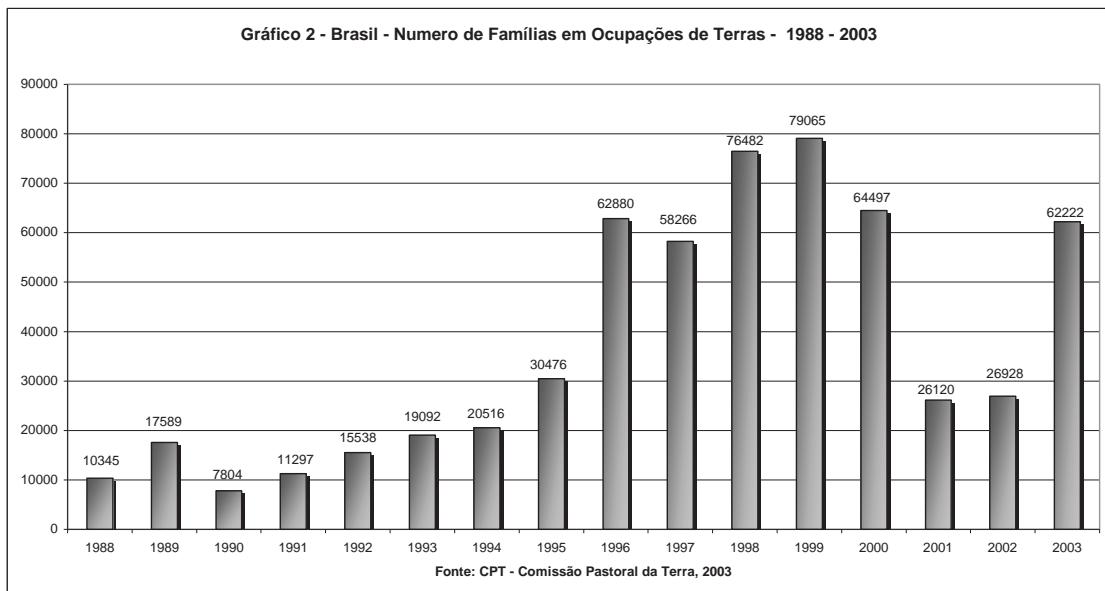
obrigou o Estado a procurar soluções para os conflitos, ora com o assentamento das famílias, ora com a repressão política. A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo também é uma forma de desenvolvimento do capitalismo, porque as áreas ocupadas quando transformadas em assentamentos, tornam-se propriedades familiares, que produzem a renda apropriada na sua maior parte pelos capitalistas.

Todavia, não existe tolerância política com as ocupações de terra. As ocupações são rechaçadas, as famílias despejadas de modo que o conflito aumenta e as ocupações se repetem até que as famílias são assentadas ou desistem da luta. A intolerância é enfraquecida, em parte, pela conhecida grilagem de terras e pelo alto grau de concentração fundiária. Em 2003, somente 1.6% dos proprietários de terra controlavam 43.8% das terras, ou seja: quase metade das propriedades está nas mãos de menos de 2 % dos proprietários (Tabela 3). Por essa razão, as ocupações tornaram-se parte do cotidiano brasileiro, sendo divulgada quase todos os dias nos principais jornais do país.

A violência física praticada a mando dos latifundiários ou do Estado contra os sem-terra não diminui as ocupações. Todavia, as medidas políticas têm sido eficazes para conter as ocupações de terra. É bom lembrar que contenção não significa solução. As medidas políticas são formas de controle da luta popular. Através do controle político, o Estado pode mudar o rumo das ações dos movimentos camponeses: fazê-lo refletir e até desmobilizá-los. Ainda assim o problema agrário continua.

No Gráfico 2, a seguir, apresentamos os dados referentes ao crescimento e a diminuição dos números de famílias em ocupações de terra. Observa-se que em 1990 e em 2001 aconteceram diminuições abruptas de ocupações por causa de medidas políticas de controle político da luta pela terra. Contudo, observa-se também que os resultados políticos dessas medidas foram efêmeros, não duraram mais que um ano e o número de famílias em ocupações de terra voltou a crescer.

Gráfico 2: Número de famílias participantes em ocupações de terra – 1988-2003



Em 1990, o governo do presidente Collor reprimiu violentamente as ocupações, com prisões seletivas de lideranças. A Polícia Federal invadiu as diversas secretarias do MST em vários estados e prendeu muitos membros do MST. Essa ação causou o refluxo do MST e diminuiu o número de ocupações de terra. No entanto, em 1991, o número de famílias voltou a crescer e em outubro de 1992, o presidente Collor foi destituído pelo *impeachment*, resultado de uma grande mobilização política nacional. Com a eleição do presidente FHC, em 1994, e a promessa de realização da reforma agrária, no ano 1995, aumentou o número de famílias que ocuparam terra, tendência que continuou até 1999. O primeiro governo FHC, foi o período com maior número de famílias assentadas da história do Brasil, de acordo com as questões apresentadas na seção 1.19. O aumento do número de famílias assentadas significava o aumento do número dos que ocupavam terras e vice e versa. A cada assentamento criado, multiplicava-se o número de sem-terra realizando os trabalhos de base, criando espaços de socialização política e espacializando a luta pela terra.

Na verdade, o governo FHC percebera que o aumento do número de famílias assentadas e os investimentos realizados por meio das linhas de crédito fortaleciam a organização do MST. Muitas ocupações eram realizadas com o apoio de cooperativas de assentados, que emprestavam caminhões e financiavam os



custos da ocupação de terra. Essa prática era uma afronta à lógica do paradigma do Capitalismo Agrário que organizava diversas políticas que tinham o mercado como território da questão da reforma agrária. O governo FHC denominou esses fatos de aparelhamento político e cortou todas as fontes de recursos para os assentados. No segundo mandato, FHC intensificou as políticas ofensivas contra o MST e obteve sucesso. Em 2000, o número de ocupações começou a diminuir e em maio de 2001, o governo do presidente FHC publicou uma medida provisória de criminalização das ocupações. A Medida Provisória 2109-52, de 24 de maio de 2001, criminaliza as pessoas que ocupam terra e privilegia os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação e por quatro anos, quando houver reincidência.

Enquanto o governo Collor colocou a Polícia Federal para reprimir os sem-terra, o governo FHC utilizou-se do Poder Judiciário. As ocupações de terra eram acompanhadas com rigor pelo governo e as liminares de reintegração de posse e despejo das famílias ocupantes eram expedidas em menos de vinte e quatro horas, que resultava na maior parte das vezes na prisão das lideranças. A esse processo político denominamos de judiciarização da luta pela reforma agrária. Ocorreram casos em que os juízes mandavam prender lideranças como prevenção as ocupações (FERNANDES, 2003a). Com a diminuição do número de ocupações, diminuiu o número de assentamentos. Para “manter” o número de assentamentos implantados nos anos anteriores, o governo FHC usou de uma estatística imaginária que contava assentamentos implantados em governos anteriores, pelos governos estaduais e até as famílias que o governo prometera assentar. Criava-se dessa forma “clones” de assentamentos e “assentamentos imaginários”, que só existiam nas tabelas de dados do governo FHC (FERNANDES, 2003a).

A ocupação de terra é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Todavia, as ocupações de terra continuavam crescendo, tendo pela frente as ações da Justiça e as ações dos latifundiários. O governo FHC, em 1997, implantou o programa Cédula de Terra na tentativa de impedir as ações do MST, especialmente os trabalhos de base para formar novos grupos de famílias. Desse modo, as famílias sem-terra agora tinham duas opções: participar de uma reunião do grupo de base para discutir as ocupações de terra ou participar de reuniões com



técnicos de instituições federais e estaduais para organizar um grupo e comprar uma fazenda. Pela primeira vez na história do Brasil ocorreu uma intervenção direta na questão da luta pela terra por meio de política econômica, em escala nacional. Com essa medida, o governo transferia a questão da terra do território da política para o território do mercado. Essa ação extraordinária diminuía o poder de negociação dos trabalhadores sem-terra. Aos que aceitaram a política do Cédula da Terra – depois – Banco da Terra, o espaço de negociação limitou-se ao contrato de compra e venda, ou seja às políticas do mercado⁷⁷. O governo FHC criou também um projeto denominado reforma agrária pelo correio e iniciou um serviço de cadastramento de pessoas interessadas em ser beneficiado com um lote de terra. Em torno de 800 mil famílias se cadastraram.

No ano de 2002, houve um pequeno crescimento no número de ocupações. Com a derrota de FHC e a vitória de Lula nas eleições de 2002, as ocupações voltaram a crescer e em 2003, o número de famílias em ocupações de terra ficou entre os cinco maiores da luta pela terra, desde 1988. Nos últimos vinte anos, desde a fundação do MST, as famílias participantes das ocupações têm se diferenciado. Na década de 1980, as famílias sem-terra participantes das ocupações eram predominantemente de origem rural. Com a intensificação da mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou.

Na região Nordeste, o MST começou a organizar migrantes nordestinos retornados da região Sudeste por causa do desemprego. No Estado de São Paulo, o MST e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Teto (MTST) começaram a organizar famílias para lutarem pela moradia ou por terra. Essa ação resultou no aumento do número de famílias de origem urbana nas ocupações de terra. No Pontal do Paranapanema, registramos até 50% de trabalhadores urbanos entre as famílias assentadas (LIMA; FERNANDES, 2001). No Estado do Rio Grande do Sul, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) que tem ocupado terras nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre com o objetivo de desenvolverem atividades agrícolas e não agrícolas como formas de

⁷⁷ Ver Buainain (1999; 2004).



sobrevivência. Esse fato demonstra que a determinação do governo, de assentar apenas as famílias de origem rural, tem sido ignorada pelos trabalhadores de origem urbana. Essa é uma das razões do aumento do número de famílias acampadas em todas as regiões do país. Isso significa que o processo de criação e recriação do campesinato tem contato com a participação dos trabalhadores desempregados de origem urbana.

As ocupações, o avanço e o refluxo do MST, as conquistas e as derrotas dos movimentos camponeses, o crescimento da participação das famílias de origem urbana na luta pela terra, todas essas realidades são indicadores da resistência, gerando conflitualidades à procura de solução, de negociação, de terra, trabalho e dignidade. No ano de 2003, a luta pela terra apresentou nova tendência de crescimento. Neste ano foram registradas 166 mil famílias acampadas em todo o Brasil (FOLHA DE SÃO PAULO, 2003). Segundo DATALUTA, 2004, as famílias acampadas organizadas no MST eram 112.532. Esse crescimento é resultado da espacialização da luta pela terra, feita por meio do trabalho de base. É também resultado da ineficaz política de assentamentos implantada pelo governo FHC e do fracasso da criminalização da luta pela terra. É uma forma de pressão ao governo Lula, que até o momento não apresentou indicadores de que irá realizar a reforma agrária.

Em 2003, o governo Lula assentou trinta e seis mil famílias. Desse total, vinte e sete mil famílias foram assentadas em assentamentos antigos e nove mil famílias em assentamentos novos. Em 2004, o governo Lula assentou oitenta e uma mil famílias. Desse total, cinqüenta e cinco mil famílias foram assentadas em assentamentos antigos e vinte e seis mil famílias em assentamentos novos. Com esses resultados, o governo Lula terá dificuldades em cumprir com as metas. Para atingir o prometido no Plano Nacional de Reforma Agrária, precisará assentar quatrocentas e treze mil famílias em dois anos.

De fato, a reforma agrária não avançou no governo Lula. Nem mesmo a promessa de assentar todas as famílias acampadas foi cumprida. Em setembro de 2004, o governo desistiu do intento, considerando que os trabalhos de base são fontes inesgotáveis de organização de grupos de famílias. Todavia, a relação política com os movimentos camponeses melhorou em relação ao governo



Cardoso. Embora, a medida provisória que criminaliza a luta pela terra continue vigorando, o governo Lula não a aplicou com mesmo rigor político contra os sem-terra, como acontecia no governo Cardoso. Nos dois primeiros anos do governo Lula, as linhas de créditos para os assentamentos foram retomadas com a apresentação de uma nova política de assistência técnica. A formação profissional dos assentados foi ampliada com a intensificação de projetos de alfabetização, escolarização e acesso à universidade (FERNANDES; MOLINA, 2004).

Considerações finais - superar paradigmas e empatar

Em dezembro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário divulgou os resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo a respeito da participação da agricultura familiar no Produto Interno Bruto – PIB. Os destaques da pesquisa são:

- a) Em 2003, o PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar alcançou R\$ 156,6 bilhões ou 10,06% do PIB nacional. O PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Patronal alcançou 20,51% do PIB brasileiro.
- b) Em 2003, o PIB da Agropecuária Familiar alcançou R\$ 55,6 bilhões ou 3,57% do PIB nacional. [O PIB do setor de Extração de petróleo, gás natural, carvão e outros combustíveis, por exemplo, corresponde a 3,34% do PIB brasileiro (valor adicionado a preços básicos)].
- c) Em 2003, o PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar cresceu R\$ 13,4 bilhões, ou 9,37% a mais que no ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB nacional (0,5%) e do PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Patronal (5,13%).
- d) Em 2003, o PIB da Agropecuária Familiar cresceu 14,31% em relação ao ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB da Agropecuária Patronal (11,08%).



- e) Em 2003, o PIB das Lavouras da Agricultura Familiar cresceu 18,41% em relação ao ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB das Lavouras da Agricultura Patronal (14,61%).
- f) Em 2003, a Agricultura Familiar foi a base de importantes cadeias de produtos proteicos de origem animal, sendo majoritária no caso do PIB da Cadeia Produtiva dos Suínos (58,8% do PIB total desta cadeia), do Leite (56%) e das Aves (51%). (MDA, 2004)

A constituição desta realidade econômica é resultado de um conjunto de políticas que envolvem sujeitos, territórios, conflitualidade, ocupações de terra, mercado, Estado, instituições diversas. Entre os agricultores pesquisados, uma parte é assentada que lutou pela terra para se ressocializar. E foi essa condição original que os colocou nos resultados desta pesquisa.

Os paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário disputam com suas interpretações da geografia agrária nacional, os espaços políticos, lócus de decisões para o desenvolvimento da agricultura. Nesse processo desenvolve-se a conflitualidade na teoria e na realidade. O paradigma do Capitalismo agrário trouxe importante contribuição para a compreensão da questão agrária ao destacar o peso da participação familiar na agricultura e romper com a visão determinista do assalariamento total. Todavia, a visão da dicotomia agricultura camponesa x agricultura familiar representa a criação de uma condição de integração - subalterna – completa ou parcial, dependendo o estágio de desenvolvimento das relações sociais, determinada pela lógica do capital. O paradigma da Questão Agrária, por sua vez, não tem conseguido teorizar a respeito do desenvolvimento da economia camponesa frente mercado como território do capital. Mas, tem sido extremamente eficaz em compreender os processos de criação, recriação e reinvenção do campesinato, demonstrando que há possibilidades de construir espaços políticos diversos para resistir ao processo de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato.

Se por um lado o paradigma do Capitalismo Agrário não tenha considerado a conflitualidade em seu corpo teórico, como processo eficiente e promotor de desenvolvimento, por outro, o paradigma da Questão Agrária não tem



considerado a importância das formas de relação com o mercado. Um paradigma ignora a conflitualidade gerada a partir das relações mercantis, o outro ignora as relações mercantis produtoras de conflitualidade. Neste sentido, parece-nos que a noção de *empate* construída pelos seringueiros projeta um espaço – diálogo onde pode se discutir o desenvolvimento territorial rural com base na sustentabilidade. Essa condição garante os princípios básicos da cidadania, da democracia e mantém abertas as perspectivas de construção de idéias e experiências para transformar o mundo, para lutar contra a exploração, a subalternidade e a expropriação gerida pelo capitalismo. Evidente que todo esse processo acontecerá por meio de conflitos e desenvolvimento.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponezes a agricultores** familiares: Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão. Campinas, 1990. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.
- BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Brava Gente Brasileira**: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BRYCESON, Deborah; KAY, Cristobál; MOOIJ, Jos. **Disappearing Peasantries?** Rural labour in Africa, Asia and Latin America. London: IT Publications, 2000.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. **Reforma Agrária por conflitos**: a gestão dos conflitos de terra no Brasil. Campinas: inédito, 2004.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. **Avaliação do Programa Cédula da Terra**: resultados preliminares, desafios e obstáculos. Campinas, 1999.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio. In: GRAZIANO NETO, Francisco. **A Tragédia da Terra**: o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo. Brasil 2004**. Goiânia: CPT, 2004.



COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DANBOM, David, B. **Born in the Country: A History of Rural America.** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório Pesquisa Nacional – DATALUTA – MST.** Presidente Prudente, 2004.

DESMARAIS, Annette. **The Via Campesina: Peasant resisting globalization.** Calgary, 2001. Tese (Doutorado em Geografia). Department of Geography of the University of Calgary.

DONATO, Hernâni. **Dicionário das Batalhas Brasileiras.** São Paulo: Ibrasa, 1996.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a Pequena Produção Familiar.** Brasília: FAO/INCRA, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A judiciarização da luta pela reforma agrária. In: **Violências no tempo da globalização.** SANTOS, José Vicente Tavares (Org.) São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** São Paulo, Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **The occupation as a form of Access to land.** XXIII International Congress of the Latin American Studies Association. Washington, D.C., September 6-8, 2001a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez Editora, 2001b.

FERNANDES, Bernardo, Mançano, et al. **Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre:** occupations de terre et assentamentos rurais das le Pontal do Paranapanema-São Paulo. Cahiers du Brésil Contemporain. La Riche: v.51/52, p.71 - 94, 2003a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O Futuro do MPA.** Porto Alegre: MPA, 2003b.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões da Via Campesina. ANAIS DO 6º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS. Goiânia, 2004. Disponível em: <http://www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1_contsn4.htm>.

FERNANDES, Bernardo Mançano e MOLINA, Monica. O Campo da Educação do Campo. In **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília: Nead, 2004.



GOLDBERG, Jake. **The Disappearing American Farm**. New York: Franklin Watts Library, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografando nos varadouros do mundo**: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). Brasília: Ibama, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p.10-26.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A Verdade da Terra**. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado em Economia Aplicada à Administração). Curso de Pós-Graduação da Fundação Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual Reforma Agrária?** São Paulo: Geração Editorial, 1996.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues. (Coord.). **A agricultura Familiar**: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEAL, Gleison Moreira. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio-SP**. 2003. 168 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Pudente.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

LÊNIN, Vladimir. Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.



LIMA, Solange; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Trabalhadores urbanos nos assentamentos rurais:** a construção de novos sujeitos sociais. Presidente Prudente, 2001. Relatório CNPq – PIBIC 1999 - 2001.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária:** o impossível diálogo. São Paulo : Edusp, 2000.

MARTINS, Mônica. **O Banco Mundial e a terra:** ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

MAZOYER, Marcel; ROURDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo:** do neolítico à crise contemporânea. Lisboa. Ed. Histórias e Monografias, 2001.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** Brasília, 2003.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar.** Brasília: MDA, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema-SP.** 2002. 144 f. (Dissertação de mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Pudente.

ROMEIRO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio (Orgs.) **Reforma agrária:** produção, emprego e renda. Petrópolis: Vozes, 1994.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, José Vicente Tavares. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In **Violências no tempo da globalização.** SANTOS, José Vicente Tavares (Org.) São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, José Vicente Tavares. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. In **São Paulo em Perspectivas.** Vol.18; nº. 1 São Paulo Jan./Mar. 2004.



SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHEJTMAN, Alexander. BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo Territorial Rural.** Santiago: RIMISP, 2003.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES Bernardo Mançano. **Brava Gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família:** racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VEIGA, José Eli. **Poverty alleviation through access to land:** the experience of the Brazilian agrarian reform process. Synthesis paper prepared for the informal panel session organized by the Committee on World Food Security, 16 May 2003,

FAO, Rome. Disponível em:
http://www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/006/j0415T/j0415t07.htm Acesso em 31 de dezembro de 2004.



7. MOVIMENTOS SOCOTERRITORIAIS E MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA PARA UMA LEITURA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Bernardo Mançano Fernandes

Introdução

Recentemente, diversas áreas do conhecimento adotaram o território como conceito essencial em suas análises. Todavia, o conceito de território é utilizado como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade, o território é multidimensional, constituindo-se em uma totalidade. Mesmo, muitos geógrafos trabalham com os conceitos de espaço e de território a partir de uma visão unidimensional, muitas vezes importada de outras áreas do conhecimento.

Este artigo é um novo ensaio de uma reflexão maior em realização no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) do Departamento de Geografia da Unesp, campus de Presidente Prudente (São Paulo – Brasil). Nossas primeiras reflexões a respeito do conceito de movimento socioterritorial surgiram em Fernandes (2000a), na realização da tese de doutorado sobre as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em todo o território brasileiro.

Neste texto, procuramos aprofundar essa discussão a partir de Santos (1988; 1996), Lefebvre (1991), Raffestin (1993), Oliveira (1991), Gonçalves (2001) e Fernandes e Martin (2004). Para tanto, revisitamos os conceitos de espaço e território e apresentamos o conceito de processos geográficos à luz de nossa reflexão com base nas leituras e a partir dos diversos projetos de pesquisa em realização no NERA.

Reforçamos nossos argumentos sobre a importância dos conceitos de movimentos socioterritorial e socioespacial para estudar as realidades contemporâneas frente às mudanças paradigmáticas. As ideias aqui apresentadas ainda estão em processo de formação, todavia se constituindo como referências importantes para as leituras geográficas dos movimentos sociais.

Essa é a contribuição contida na parte referente aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Hoje, frente aos intensos processos de exclusão



social provocados pelas políticas neoliberais, urge pensar os espaços e os territórios como forma de compreender melhor as conflitualidades. Acreditamos que este artigo provoca essa questão e a coloca em movimento, revelando espaços e territórios antes não pensados.

1 – Espaço e território

O espaço social é a materialização da existência humana. Esta definição extremamente ampla de espaço foi elaborada por Lefebvre (1991, p. 102). O espaço assim compreendido é uma dimensão da realidade. Esta amplitude, de fato, oferece diferentes desafios para a Geografia que tem o espaço como categoria de análise e necessita estudá-lo para contribuir com sua compreensão e transformação. Dentre os maiores desafios, com certeza, estão os trabalhos de elaboração do pensamento geográfico para a produção de um corpo conceitual, a partir da Geografia em um diálogo permanente com as outras ciências.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia, muitas vezes a sua utilização não é comprehensível, porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panaceia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços.

O espaço é parte da realidade, portanto, multidimensional. Para uma eficaz análise conceitual é necessário definir o espaço como *composicionalidade*, ou seja, comprehende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem. Essa simultaneidade em movimento manifesta as propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega. Por conseguinte, o espaço é uma *completitude*, ou seja, possui a qualidade de ser um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza também



e pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia. As pessoas produzem espaços ao se relacionarem diversamente e são frutos dessa multidimensionalidade.

O Espaço geográfico contém todos os tipos espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da *completividade*. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da *composicionalidade*, em que as dimensões são igualmente espaços completos e *completivos*.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. O espaço é *multidimensional, pluriescalar ou multiescalar, em intenso processo de completibilidade, conflitualidade e interação*. As relações sociais, muitas vezes, realizam *leituras e ações* que fragmentam o espaço. São análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam delimitar. Essas leituras espaciais fragmentárias promovem desigualdades e diferentes formas de exclusão. A superação dessa visão de mundo exige ponderabilidade na criação de métodos que *desfragmentem* o espaço e que não restrinjam as qualidades *composicionais e completivas* dos espaços.

Essa é a identidade do espaço, sua plenitude, como demonstra Santos (1996, p. 50) na elaboração de uma definição plena de espaço. Santos comprehende que o “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Essa definição explicita o espaço geográfico onde se realizam todos os tipos de relações.



As relações são formadoras dos sistemas de ações e de objetos, que de acordo com Milton Santos são contraditórios e solidários. As relações sociais são predominantemente produtoras de espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos. A produção de fragmentos ou frações de espaços é resultado de *intencionalidades* das relações sociais, que determinam as *leituras e ações propositivas que projetam a totalidade como parte*, o seja, o espaço em sua qualidade completiva é apresentado somente como uma fração ou um fragmento.

Essa determinação é uma *ação propositiva* que interage com uma *ação receptiva* e a representação do espaço como fração ou fragmento se realiza. Assim, a *intencionalidade determina a representação do espaço*. Constitui-se, portanto, numa forma de *poder*, que mantém a representação materializada e ou imaterializada do espaço, determinada pela intencionalidade e sustentada pela receptividade. Sem essa relação social o espaço como fração não se sustenta.

É importante reforçar que o espaço como fragmento ou fração é uma representação, construída a partir de uma determinação interagida pela receptividade, constituída por uma relação social. Essa representação exige uma *intencionalidade*, ou seja, uma forma de compreensão unidimensional do espaço, reduzindo suas qualidades. Desse modo, apresentam o espaço político somente como político, o espaço econômico somente como econômico e o espaço cultural somente como cultural. Essa compreensão se efetiva, ainda que os espaços políticos, econômicos e culturais sejam multidimensionais e completivos do espaço geográfico.

A *intencionalidade* é um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço, como bem definiu Lefebvre. A *intencionalidade* é *uma visão de mundo*, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada. E assim, constrói uma leitura parcial de espaço que é apresentada como totalidade. Afinal, todos os povos se sentem o centro do universo.



Desse modo, a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade. Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte. Isso significa que o espaço agora passa a ser compreendido segundo a intencionalidade da relação social que o criou. É, então, reduzido a uma representação unidimensional e a visão que o criou, embora parcial, é expandida como representação da multidimensionalidade. A relação social em sua intencionalidade cria uma determinada leitura do espaço, que conforme o campo de forças em disputa pode ser dominante ou não. E assim, criam-se diferentes leituras socioespaciais.

Dessa forma é produzido um espaço geográfico e ou social específico: o território. O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades.

Os territórios são formados no espaço geográfico a partir de diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço geográfico e ou de outros espaços materiais ou imateriais. Entretanto é importante lembrar que o território é um espaço geográfico, assim como a região e o lugar, e possui as qualidades *composicionais* e *completivas* dos espaços. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes. Desde essa compreensão, o território mesmo sendo uma fração do espaço também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade.

O território foi definido por Raffestin (1993, p. 63), como sistemas de ações e sistemas de objetos. Essa similitude das definições de Claude Raffestin e Milton Santos significa também que espaço geográfico e território, ainda que diferentes, são o mesmo. Pode-se afirmar com certeza que todo território é um espaço (nem sempre geográfico, pode ser social, político, cultural, cibernético etc.). Por outro lado, é evidente que nem sempre e nem todo espaço é um território. Os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico. O espaço



geográfico de uma nação é o seu território. E no interior deste espaço há diferentes territórios, constituindo o que Haesbaert (2004), denominou de multiterritorialidades.

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice e versa, sendo o espaço um *a priori* e o território um *a posteriori*. O espaço é perene e o território é intermitente. Da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas. Esses vínculos são indissociáveis.

A contradição, a solidariedade e a conflitividade são relações explicitadas quando compreendemos o território em sua multidimensionalidade. O território como espaço geográfico contém os elementos da natureza e os espaços produzidos pelas relações sociais. É, portanto, uma totalidade restrinida pela intencionalidade que o criou. A sua existência assim como a sua destruição serão determinadas pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência. Um bom exemplo dessas características está em Oliveira (1991), nos conceitos de territorialização do capital e monopólio do território pelo capital.

As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento.

Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método. Para a construção de leituras da realidade é fundamental criar métodos de análise, que são espaços mentais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados. Para um uso não servil dos territórios dos paradigmas é necessário utilizar-se da propriedade do método.

A mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos. Estes



possuem o sentido de trunfo que Raffestin (1993), defende para o conceito de território. Sem a produção de espaços e de territórios, o conhecimento, como relação social, pode ser subordinado por outros conhecimentos, relações sociais, espaços e territórios.

Para a Geografia o território é uma totalidade, portanto é multidimensional. Para outras ciências o território pode ser compreendido apenas como uma dimensão. Alguns economistas tratam o território como uma dimensão do desenvolvimento, reduzindo o território a uma determinada relação social. Assim como o desenvolvimento, o território é multidimensional, portanto não existe uma dimensão territorial do desenvolvimento. A compreensão do território como espaço unidimensional trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de “desenvolvimento territorial”.

No espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. Denominamos esses movimentos de processos geográficos.

2 – Processos geográficos

Os processos geográficos são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens. Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições



das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo. Esse é o movimento do processo geográfico conhecido como TDR, ou territorialização – desterritorialização – reterritorialização.

Exemplos de TDR podem ser dados com o movimento das empresas capitalistas que se instalam e mudam de cidades e países de acordo com as conjunturas políticas e econômicas; ou os movimentos do agronegócio e da agricultura camponesa modificando paisagens, mudando a estrutura fundiária e as relações sociais; ou ainda quando a polícia prende traficantes que controlam determinados bairros e semana depois o tráfico é reorganizado; Também quando um paradigma entra em crise ou é abandonado e tempos depois é retomado.

Os processos geográficos são, igualmente, movimentos das propriedades espaciais e das relações sociais. São quatro os processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. São três os processos geográficos procedentes: desterritorialização, reterritorialização, desterritorialidade, reterritorialidade.

Enquanto a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto, a territorialidade é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que podem acontecer simultaneamente.

A territorialidade local pode ser simples ou múltipla, depende dos usos que as relações mantenedoras fazem do território. Um exemplo de territorialidade local simples é um hospital, cujo espaço é utilizado unicamente para seu fim próprio. Exemplos de territorialidade local múltipla são os usos dos territórios em diferentes momentos. O uso múltiplo de um mesmo território explicita a sua territorialidade. Uma rua pode ser utilizada com o tráfego de veículos, para o lazer nos finais de semana e com a feira livre acontecendo um dia por semana. A desterritorialidade acontece com o impedimento da realização de uma dessas ações. Da mesma forma fora que a reterritorialidade acontece com o retorno da mesma. Outro exemplo é o prédio de um sindicato onde acontecem reuniões para tratar dos interesses políticos e econômicos dos trabalhadores, mas também é



ocupado com aulas de alfabetização de jovens e adultos e também para a prática de esportes.

Exemplos de territorialidades deslocadas são as reproduções de ações, relações ou expressões próprias de um território, mas que acontecem em outros territórios. Dois exemplos: pessoas tomando chimarrão em determinado lugares das regiões Sudeste e Nordeste, apropriadas pela população local como resultado da interação e convivência com gaúchos. Pessoas dançando forró, rock ou tango na cidade de São Paulo como resultados da interação e convivências com diferentes culturas.

Os territórios materiais ou imateriais se manifestam por meio das intencionalidades, são delimitados, identificados e ou demarcados no espaço geográfico. Essas mesmas relações produzem espaços sociais diversos, cujos movimentos são manifestados em espacializações e espacialidades. Todavia, esses processos geográficos são fugazes, de difícil delimitação e demarcação e de fácil identificação.

A espacialização é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente (SANTOS, 1988). Ao contrário da territorialização, a espacialização não é expansão, são fluxos e refluxos da multidimensionalidade dos espaços. Portanto não existe a “desespacialização”. Uma vez realizada em movimento, a espacialização torna-se fato acontecido, impossível de ser destruído. Dois exemplos de espacialização são: o comércio, com a circulação de mercadorias ou as marchas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST);

A espacialidade é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação. Na espacialidade a ação não se concretiza como é o caso da espacialização. A espacialidade é subjetiva e a espacialização é objetiva. Dois exemplos de espacialidade são as propagandas e as lembranças da memória. Os processos geográficos também são conjuntos indissociáveis e pode acontecer simultaneamente. Um mesmo objeto pode ser parte de diferentes ações no processo de produção do espaço. Ou diferentes objetos e sujeitos podem produzir diferentes processos geográficos. Desse modo espacialidade e espacialização



podem acontecer concomitantemente. Todavia, territorialização e desterritorialização não acontecem com ao mesmo tempo e no mesmo lugar, mas pode acontecer ao simultaneamente em lugares diferentes.

3 – Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais

As reflexões teóricas apresentadas neste artigo possibilitam aprofundar as leituras geográficas a partir das ações dos movimentos sociais. As primeiras reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais datam da segunda metade da década de 1990 e resultaram na publicação do artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica” (FERNANDES, 2000b). Essas reflexões continuaram no debate com o geógrafo francês Jean Yves – Martin (2001) e resultaram na publicação do texto “Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (FERNANDES; MARTIN, 2004).

Estes trabalhos resultam de um desafio e esforço no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios.

Da mesma forma como alguns movimentos produzem e constroem espaços, também se espacializam e possuem espacialidades. A produção ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades. Os espaços políticos são reproduzidos pelo movimento da ação, constituindo a espacialização. Os conteúdos desses espaços são manifestados por suas inerências: a espacialidade e a espacialização são propriedades do espaço em seu movimento.

Do mesmo modo que alguns movimentos transformam espaços em territórios, também se territorializam e são desterritorializados e se reterritorializam e carregam consigo suas territorialidades, suas identidades territoriais constituindo uma pluriterritorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no



enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios¹. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade.

Na década de 1980, a geografia brasileira intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, o referencial teórico para análise dos objetos era sempre de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, desde meados da década de 1990, realizamos esse esforço em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-los a partir de uma leitura geográfica dos processos sociais e geográficos.

Neste sentido, há tempos, estamos cunhando os conceitos de movimento socioespacial e de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. Os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Mas não é satisfatória.

As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos.

Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. Neste sentido, todos os movimentos são socioespaciais, inclusive os socioterritoriais, pois o território é construído a partir do

¹ Estudos amplos das conflitualidades na luta pela terra são realizados por Gonçalves (2004; 2005).



espaço (LEFEBVRE, 1991). Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e promovem espacialidades. A construção de um tipo de território significa, quase sempre, a destruição de um outro tipo de território, de modo que a maior parte dos movimentos socioterritoriais forma-se a partir dos processos de territorialização e desterritorialização.

De acordo com Raffestin (1993), partimos da premissa que para alguns movimentos o território é seu trunfo e, portanto, a razão da sua existência. Para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais no campo, na cidade e na floresta.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica.

É com essa preocupação que apresentamos esse ensaio teórico, ou seja, construir um referencial que nos permita compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam os espaços e os territórios de ação dos movimentos.

Ainda queremos enfatizar que isso não significa uma visão determinista do lugar, como lembra Neves (2004). Não propomos o estudo descritivo do espaço ou do território, mas da multidimensionalidade possível, da composicionalidade e da completividade, em todas as interações que são constituintes de transformação da realidade a partir de processos geográficos. Não nos interessa o espaço em si, mas o movimento do espaço e sua transformação em território. Não nos interessa somente o espaço físico em si, mas o espaço



geográfico em sua totalidade. Estudamos o espaço em movimentos e o movimento no espaço e no território.

Com essa preocupação cunhamos os conceitos que nos possibilitam compreender as ações dos movimentos socioespaciais e dos socioterritoriais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados). Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios.

As organizações não governamentais se constituem apenas como movimentos socioespaciais. Estas são agências de mediação, uma vez que as ONGs são sempre representações da reivindicação, de espaços e ou de territórios. Não são sujeitos reivindicando um território. Não existem a partir de um território. São sujeitos reivindicando espaços, são entidades de apoio ou contrárias aos movimentos socioterritoriais e socioespaciais, são agências intermediárias, que produzem espaços políticos e se espacializam.

As organizações não governamentais trabalham com representações de interesses, defendendo desde os interesses de uma multinacional aos interesses de um movimento indígena. Portanto, só podem se constituir como

movimentos socioespaciais, uma vez que não possuem um território definido. O fato de defenderem uma ou outra intencionalidade não lhes dá o status de movimentos socioterritoriais, pois como afirmamos na primeira parte deste artigo, os territórios imateriais são também espaços políticos, abstratos. *Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes.* Todavia, as imaterialidades representadas pelas intencionalidades defendidas não se materializam como território próprio, mas como território dos movimentos socioterritoriais que elas defendem. Assim sendo, o conceito de território vincula-se ao conceito de espaço geográfico, seus elementos naturais e relações sociais. Elemento fundamental do território e do espaço geográfico é a materialização da existência humana.

As igrejas podem ser movimentos socioespaciais e ou movimentos socioterritoriais, dependendo das relações sociais com as quais trabalham, podem ser agências de mediação ou defender seus próprios interesses.

De acordo com as pesquisas da Comissão Pastoral da Terra (2005, p. 219-224), existiam, até 31 de dezembro de 2004, em torno de 240 movimentos socioespaciais e socioterritoriais atuando em todo o território brasileiro. Desses a maior parte é de movimentos socioterritoriais isolados e respondiam por um número menor de ações, enquanto os movimentos territorializados executaram um número maior de ações, enquanto os movimentos socioespaciais aparecem com agências de mediação.

Movimentos (socioterritoriais) isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideramos esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem um espaço geográfico restrito.

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.



Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

Os movimentos socioespaciais também possuem diferentes escalas. Podem atuar da escala mundial à escala local. São predominantemente agências de mediação. Um exemplo de movimento socioespacial global é o Greenpeace. Um exemplo de movimentos socioespacial em escala local são as organizações de bairro em luta contra a carestia ou pela implantação de serviços sociais, como energia elétrica, asfalto, escolas etc.

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos componeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia.

Os movimentos socioespaciais e os socioterritoriais enfrentam contra – espaços (MOREIRA, 2002), que foram estudados por Feliciano, 2003, com exemplos das medidas políticas do Estado constituídas como barreiras espaciais para impedir a espacialização e territorialização dos movimentos camponeses. O conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios.



Considerações finais

A construção dos conceitos aqui apresentados é um processo amplo e de debate permanente. Compreender esses processos é importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas existências na conquista de seus territórios. Muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços – territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios.

Também é possível mapear os movimentos das forças políticas sobre o espaço geográfico, transformando as paisagens, criando e destruindo territórios. A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades que nascem e fazem nascer relações socioespaciais e socioterritoriais.

Igualmente, nos ajuda a compreender como a Geografia pode utilizar uma leitura autônoma, para compreender melhor a realidade dos movimentos e contribuir com outras áreas do conhecimento. Os conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial são tentativas de desfragmentação do espaço e do território. Pode-se fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, mas esta sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos.

Referências

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo – Brasil – 2004.** Goiânia: CPT, 2005.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária.** São Paulo, 2003. Dissertação (mestrado em Geografia) Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000a.



FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In **Revista Terra Livre**, nº 15. São Paulo: AGB, 2000b, pp. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano; Martin, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geo-grafias**: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2003**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p.10-26.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio grilagem e devastação. In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

MARTIN, Jean Yves. **Les Sans Terre du Brésil**: géographie d'un mouvement socio-territorial. Paris: L'harmattan, 2001.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In **Revista Território Territórios**. Programa de Pós-Graduação Em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2002.

NEVES, Achiles Lemos. Dos movimentos socioespaciais aos movimentos socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos movimentos pela perspectiva geográfica. Goiânia: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS (ANAIS), 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Metamorfozes do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



8. CAMPESINOS Y PROCESOS RURALES: DIVERSIDAD, DISPUTAS Y ALTERNATIVAS

Bernardo Mançano Fernandes

Introducción

Es un gusto y honor hacer la **conferencia magistral** del **VIII congreso de la Asociación Mexicana de Estudios Rurales (AMER)** “Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas”

Estoy muy agradecido a Isabel Mora Ledesma por la invitación y a Hubert de Grammont por haber sugerido mi nombre. Estoy muy agradecido a todos los compañeros de México que comparten sus trabajos y principalmente sus esfuerzos de trabajo con nosotros.

He trabajado, hace veinticinco años con el Movimiento de los Sin Tierra, con la Comisión Pastoral de la Tierra y hace casi diez años con la Vía Campesina del Brasil. También he trabajado con instituciones gubernamentales en las proposiciones de políticas publicas. Por dos años presidí la Asociación de los Geógrafos Brasileños y por cinco años coordiné el Grupo de Trabajo en Desarrollo Rural de América Latina y Caribe del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO. Desde 2009 soy el coordinador de la Cátedra UNESCO de Educación del Campo y Desarrollo Territorial. Siempre trabajé con la investigación y con la política, porque son indisociables y porque son una forma de cambiar realidades con la construcción de nuevos espacios y nuevos territorios.

He trabajado – principalmente – con la educación del campo y con el desarrollo territorial de las comunidades campesinas.

Es a partir de estos trabajos que voy presentar algunos pensamientos y proposiciones

Traté de ser fiel al temario del congreso, porque pienso que reúne las principales dimensiones del campo campesino.

“Campesinos y procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas”

Pero, es uno temario muy amplio, entonces voy proponer una reflexión teórica y presentar algunos ejemplos en Latino América y el Caribe.



Mi proposición teórica es trabajar con el temario desde el debate paradigmático para analizar las diputaciones en su diversidad, donde los campesinos desarrollan procesos rurales y son partes de otros procesos en que son subordinados y destruidos y desde esta realidad, resisten, son criados y recriados en la busca continua por alternativas, superaciones, de donde se construye el camino de la persistencia.

Voy a empezar por las disputas, pero siempre haciendo relaciones con el temario. Cuando hablo de disputas estoy hablando de la lucha contra el capital por medio la lucha de clase, en que los campesinos componen una clase que en este siglo tiene aspectos destacados por causa de la mundialización de las luchas campesinas – principalmente – por la articulación de la Vía Campesina. Pero también hay disputas intraclasses, o sea por dentro de la clase campesina y el debate paradigmático ayuda a comprenderlas mejor.

Las disputas

Lo que llamo como paradigma es el proceso de producción del conocimiento que organiza y ejecuta prácticas y políticas que cambian la realidad, que a su vez cambian el paradigma. Este es un proceso continuo de lo cual todos nosotros participamos: los que quieren y los que no quieren, los que pueden y los que no pueden, quién sabe y quién no lo sabe, nadie se escapa de este proceso.

En el campo o en las sociedades rurales o el mundo rural, cualquiera que sea la denominación, tenemos muy claro que ocurre el proceso de elaboración de **dos paradigmas** – o modelos de interpretación de la realidad, producidos por investigadores de las universidades y de otras instituciones, estos trabajos resultan en tesis y libros y artículos que orientan y dirigen al mismo tiempo las políticas de desarrollo del campo y ciudades y que pueden ser tomadas como el principio de las disputas.

Estos dos paradigmas, que son el paradigma de la cuestión agraria y el paradigma del capitalismo agrario, tienen diversas tendencias que también generan disputas internas. Quiero alertar que este dualismo paradigmático es un proceso en construcción y que se puede pensar en otros paradigmas, pero yo no



he encontrado en la realidad aspectos o elementos que me permitan hablar de un tercer paradigma. Es importante aclarar que estoy demarcando como punto de partida el desarrollo del campesinado en el capitalismo, sus formas de resistencia y subordinación.

Voy, entonces, presentar una reflexión sobre las disputas.

Pero para empezar esta reflexión tenemos que considerar los protagonistas de las disputas y que se disputa.

En todas partes, la diversidad de campesinos disputan sus existencias en un mundo capitalista globalizado.

Para seguir siendo campesinos tienen que luchar constantemente contra la relación social capitalista que mantiene solamente relaciones de destrucción y subordinación con ellos. Pero paradójicamente una parte de los campesinos se desarrollan dentro de la lógica capitalista, no tanto por la estrategia de reproducción campesina, sino mas bien por la voluntad y necesidad del capital. Pero lo cierto es que la mayoría está siendo destruido.

Esta es una interpretación desde el paradigma de la cuestión agraria.

Para el paradigma de la cuestión agraria, la relación entre campesinado y capital es estructuralmente una relación desigual y la cuestión en su esencia está en la estructura del sistema capitalista que produce, contradictoriamente, relaciones no capitalistas en condiciones de subordinación.

Pero hay otra interpretación:

Para el paradigma del capitalismo agrario los campesinos son tradicionales y son, por lo tanto, un sistema incompleto que necesita integrarse a un sistema perfecto: el capitalismo. Pero, cuando si integran sufren una metamorfosis y cambian hacia una forma moderna llamada de agricultura familiar. Aquí hay otra disputa, que voy analizar adelante.

Lo que para el paradigma de la cuestión agraria es la subordinación al capital, para el paradigma del capitalismo agrario es la integración al capital. Es evidente que desde estas visiones dispares, son propuestas políticas de desarrollo de subordinación o de disputa con el capital. Cuando se toma la atención sobre los paradigmas, se observa las contradicciones entre ellos y las direcciones de las políticas.



Voy hacer un paréntesis para comentar como es interesante que el concepto de “tradicional” puede significar las relaciones campesinas autenticas que resisten al capital y, por lo tanto, son valorizadas, como pueden significar una relación antigua, vieja, atrasada que necesita ser modernizada. Este es un ejemplo de cómo las “disputas” ocurren también en el campo conceptual.

En esto punto voy hacer una aplicación conceptual que considero apropiada.

Los conceptos son una modalidad de territorio. La tierra es un tipo de territorio. La idea es otro tipo de territorio, así como necesitamos defender la tierra, tenemos que defender también las ideas. Los territorios están en disputa.

¿Pero, que es el territorio? ¿Por que tanto hablamos de territorios? Bien, cuando hablamos de territorio, estamos hablando de dominación y soberanía. Esta es la contradicción inherente del territorio. Estos dos términos son una pareja territorial.

Podemos hablar del territorio como área simplemente o como espacio de vida, de nuestra existencia. Algunos hablan de territorio para dominar y otros hablan de territorio para defenderse. Se habla de territorio porque la existencia esta en cuestión.

El territorio no es solamente el área. La superficie del territorio es solamente una de sus dimensiones. El territorio es el espacio en su multidimensionalidad definido por relaciones de poder en defensa de la soberanía. El territorio no existe sin las personas y son las personas de construyen la identidad del territorio, que definen los tipos de usos de los territorios. Y lo hacen por medio de distintas relaciones sociales que son productoras y productos del territorio. El campesino no existe sin su territorio, el capital no existe sin su territorio. Estas dos relaciones sociales y sujetos producen distintos territorios en el territorio de la nación, de la provincia, de la municipalidad.

Tenemos entonces una tipología de territorios:

El primer territorio, que son los territorios de las naciones, cuyas políticas tiene el Estado como el gestor del desarrollo. Este territorio es el espacio de gobernanza, donde se producen el segundo y tercer territorio. El primero territorio es multiescalar y puede ser comprendido desde la municipalidad al país.



El segundo territorio es una parte y esta sobrepuerto al primero territorio a partir de un pacto, acuerdo, consenso o imposición de la sociedad que estableció diferentes tipos de propiedad de la tierra. Tenemos propiedad privada capitalista y no capitalista, particular individual y particular colectiva, propiedad pública y social. Estas propiedades disputan el primer territorio y las políticas de desarrollo.

El tercer territorio es un espacio relacional definido por relaciones de poder en las que formas hegemónicas de uso del territorio construyen formas de control sobre el segundo y primer territorios, un ejemplo son las grandes extensiones de commodities o agricultura agroexportadora que contralan grandes extensiones, como la republica de las bananas, de la soya, de la caña, de la naranja entre otras o el narcotráfico. Estas extensiones crean tranterritorios porque ultrapanan las fronteras nacionales.

La disputa territorial es la disputa por el país, por políticas de desarrollo, por modelos de desarrollo. La disputa territorial es la disputa de las ideas, de los conceptos, de las teorías, de los paradigmas, de las políticas y de las relaciones que se realizan en los territorios. Hay territorios materiales e inmateriales y su defensa se hace en los debates y en las luchas.

La conflictividad es la expresión de las disputas por los territorios y por modelos de desarrollo. En esto sentido, el conflicto es parte de los procesos rurales que revelan las resistencias y la resiliencia del campesinado.

En las disputas de políticas territoriales, comprendemos la tierra como territorio porque es donde se materializa nuestra existencia.

Los campesinos

Desde la cuestión agraria de Kautsky o del saco de papas de Marx, la cuestión de la destrucción del campesinado esta planteada. Mucho ya se escribió sobre el fin del campesinado = yo mismo ya escribí sobre el fin del fin del campesinado. Esta es una cuestión del siglo XIX, del siglo XX y del siglo XXI. Segundo la FAO, en el mundo hoy tenemos mil millones de personas que tienen hambre y setecientos millones son campesinos.



¿Por que las personas que tienen tierras tienen hambre?

Es la paradoja tierra y hambre producida por la concentración de tierra, renta, tecnología y conocimiento por el capital. Muchos campesinos no tienen tierras, otros tienen poca tierra, otros no tienen renta suficiente para sobrevivir.

La tendencia en algunos países de nuestra América es mantener entre diez a treinta por ciento de los campesinos en una cuota de renta que garantiza la reproducción calificada de los miembros de la familia que siguen desarrollándose; entre veinte a treinta por ciento con una renta mediana en que los campesinos se reproducen en la pobreza, pero siguen viviendo; entre cuarenta a setenta por ciento de campesinos que tienen poca o ninguna renta, pero producen alimentos y contribuyen con el desarrollo local y regional. Contribuyen con la seguridad alimentaria, pero ellos no poseen ninguna seguridad.

Podemos hacer las preguntas: ¿sobran campesinos en el mundo? ¿Porque hay campesinos que producen alimentos y tienen hambre? Bueno, las respuestas son distintas para los dos paradigmas. Para el paradigma del capitalismo agrario es necesario eliminar los campesinos ineficientes, que no consiguen renta suficiente. Esta lectura es hecha por algunos estudiosos en las universidades, por algunos políticos en los gobiernos y en los partidos y también en algunos de los propios movimientos campesinos.

Para el paradigma de la cuestión agraria la condición de participación del campesinado en el sistema capitalista es la subordinación, siendo que las corporaciones utilizan del trabajo y territorio campesino siempre que el trabajo familiar sea más eficiente que el trabajo asalariado o que los territorios campesinos estén inmovilizados por leyes y las corporaciones no consiguen expropiar a los campesinos. En estas condiciones, las corporaciones tratan de cambiar las leyes para apropiarse de los territorios y lo hacen por medio de políticas de mercantilización de la tierra. Por lo tanto, el capital puede desterritorializar a los campesinos o monopolizar sus territorios.

La monopolización del territorio campesino por las corporaciones por medio de la producción de commodities o producción agroexportadora es visto por el paradigma del capitalismo agrario como el objetivo a ser alcanzado. Los



campesinos que consiguen integrarse al capital sufren un proceso de metamorfosis y dejan de ser campesinos para transformarse en el agricultor familiar. Esta es la visión de desarrollo de este paradigma.

Esta es otra disputa conceptual. ¿Son los campesinos agricultores familiares? ¿Los agricultores familiares son campesinos? Es un sujeto y dos conceptos o son dos conceptos y dos sujetos. Yo afirmo que es un sujeto, un concepto y un preconcepto. Definir al campesino como atrasado y al agricultor familiar como moderno es el resultado de una aceptación del capitalismo como un sistema perfecto y el modo de vida campesino como un sistema incompleto. Cuando el campesino se integra al capital, con ello pierde su condición histórica para transformarse en un productor de mercancía de pequeña escala.

Pero las ideas se materializan y producen espacio, territorios y sujetos. Agricultor familiar ya es una identidad política de los campesinos en algunos países de América Latina. La construcción de esta identidad es una forma de construir la comprensión de que no debemos luchar contra el capital, porque el no es nuestro enemigo, más bien es al revés: el capital es la única condición del desarrollo, no hay alternativa.

En Brasil, Argentina y Chile hay formación de movimientos campesinos que se identifican como agricultores familiares y hay campesinos que sueñan un día sufrir la metamorfosis y cambiar para la modernidad.

El agricultor familiar es un concepto creado por el paradigma del capitalismo agrario con la intencionalidad de evitar la idea de resistencia del campesinado a capital. Produjo entonces un sujeto dócil al capital, observen que en los trabajos con los agricultores familiares el capital es la alternativa.

Este es uno de los temas de la cuestión agraria del siglo veinte y uno.

Procesos rurales, diversidad y desigualdad

Voy a destacar algunos procesos rurales que la cuestión agraria de este principio de siglo:

1. *Territorialidades campesinas y commodities;*
2. *Crisis alimentaria y producción de agroenergía;*



3. *La geopolítica de la lucha por tierra y agua;*
4. *Nuevas ruralidades, soberanía alimentaria, turismo y preservación de la vida en el campo;*
5. *Acaparamiento o extranjerización de las tierras y territorios.*
6. *La reforma agraria y el desarrollo territorial*

Territorialidades campesinas y commodities

Este es el principal ejemplo de las disputas territoriales, donde la producción de alimentos y commodities van a disputar las tierras, las ideas y las políticas públicas de desarrollo territorial. Es una disputa en el imaginario de la sociedad en que el agronegocio se presenta como la estrategia de la nación para garantizar el desarrollo.

La territorialidad campesina se expresa por la producción de alimentos y agroenergía a partir del trabajo familiar, comunitario y cooperativo, ampliando el sistema agroecológico y con el abastecimiento del mercado local, en cuanto el agronegocio amplia la producción y tecnologías con el uso del monocultivo en gran escala con la aplicación de pesticidas y uso de semillas transgénicas para el mercado global.

Crisis alimentaria y producción de agroenergía

Estamos viviendo un momento de cambio de matriz energética y el campo - en el futuro próximo – no será responsable solamente por la producción de alimentos, pero también por gran parte de la energía

La gran cuestión para el Estado es como hacer un ordenamiento territorial que defienda la soberanía nacional y alimentaria. Es más, como construir políticas públicas que posibiliten la producción de acuerdos con los modelos de desarrollo.



La geopolítica de la lucha por tierra y agua

El desarrollo del modelo insostenible del capitalismo ha explotado tierras y aguas de modo que el agotamiento de estos recursos produjo políticas de defensa, en cuanto las corporaciones transnacionales presentan geopolíticas de desarrollo territorial como el IIRSA – Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana, que tiene como objetivo la explotación de commodities agrícolas y minerales.

La cuestión agraria esta cambiando para una cuestión geopolítica por causa de la escasez de recursos como la tierra y el agua como demuestra el creciente proceso de acaparamiento de la tierra y surgimiento del agrohidronegocio.

Nuevas ruralidades, soberanía alimentaria, turismo y preservación de la vida en el campo

El cambio del campo en las dos últimas décadas del siglo veinte muestra que el campo tiene una nueva connotación. Las nuevas ruralidades son muestras que el campo no puede ser comprendido solamente como productor de alimentos, pero también de energía, no solamente como productor de mercancías, pero también de servicios, no solamente como lugar de trabajo, mas también de recreación, no que todo esto no existía, pero se intensificó.

Por todo esto, el campo necesita de planes territoriales que contemplen la diversidad de procesos rurales, pero sin expropiar a las personas que viven en sus territorios. Tenemos que superar la visión de la agricultura comercial o agronegocio que ve el campo solamente como espacio de producción. El campo es antes de todo, espacio de vida, así como la ciudad.

Es de nuestra responsabilidad construir conocimiento que contribuyan con políticas públicas en defensa del campo como espacio de vida, de garantizar la soberanía alimentaria, este concepto nuevo que necesita ser alimentado para que se desarrolle y nosotros podamos superar las repúblicas bananeras, cañeras y sojeras que exilan campesinos e indígenas en las periferias de las ciudades.



Acaparamiento o extranjerización de las tierras y territorios

El reciente proceso de acaparamiento que ocurre en Latinoamérica, África y Asia es otro nuevo elemento de la cuestión agraria actual. Este es un proceso de intensificación de la espoliación que el capital practica desde el siglo quince. Los defensores del paradigma del capitalismo agrario son favorables a que los países entregan sus tierras para corporaciones que producen commodities para vender a los propios países. El acaparamiento o extranjerización de las tierras y territorios es el rompimiento de la dignidad y destrucción de la poca soberanía que resta a los países pobres.

El Banco Mundial propuso un código de conducta que es definir las reglas para que el capital explote las tierras de los países, como si su población no tuviese la capacidad de producir su propia comida. Empieza entonces un proceso de defensa de la comida y del territorio.

La reforma agraria y desarrollo territorial

Probablemente, el acaparamiento es uno de los principales enemigos de la reforma agraria. El latifundio esta perdiendo el lugar frente al agronegocio. Un breve análisis de las conflictividades agrarias en nuestro continente puede revelar que los principales expropiadores de campesinos e indígenas son las corporaciones transnacionales en fusión con el capital nacional e con el latifundio.

La reforma agraria en Brasil, Paraguay y Bolivia es realizada por medio de la regularización de tierras públicas, expropiación de latifundios, o por medio de compra de tierras. El agronegocio no permite que se desapropien tierras particulares. Esto solamente ocurre cuando los movimientos campesinos e indígenas tienen la suficiente fuerza como para sostener la lucha hasta el triunfo.



Alternativas (A la globalización capitalista)

El geógrafo brasileño Milton Santos tiene un libro con el título “por otra globalización” en que defiende la globalización de los pueblos, sus saberes y políticas en un contrapunto a la globalización capitalista.

Pienso que cualquiera forma de resistencia hoy no puede ser pensada sin las diferentes escalas geográficas. La articulación de las organizaciones y el cambio de nuestros conocimientos es una forma efectiva de fortalecernos en la correlación de fuerzas.

Para el desarrollo rural es fundamental pensar constantemente en las condiciones de (re)creación del campesinado y su cualificación. Es necesario desarrollar los sistemas y las dimensiones que organizan y están organizadas en el territorio del campesinado

Para enfrentar los desafíos de la cuestión agraria actual es necesario el acceso a la educación y toda la infraestructura social para cualificar la vida de los campesinos. Por lo tanto, políticas de Educación del Campo o Educación Campesina son fundamentales para desarrollar los territorios campesinos

Para que los campesinos produzcan nuestros alimentos es necesaria una renta equivalente a la renta en las ciudades. Políticas de precios y mercados garantizados son luchas permanentes y hay muchas políticas en desarrollo en América Latina, pero todavía con una visión asistencialista. Son necesarias políticas estructurales que están garantizadas con la organización campesina y el reconocimiento de su importancia por la sociedad.

Otra política esencial es construir mercados alternativos, como políticas de adquisición de alimentos para el mercado estatal y crear una política de cuotas para el mercado social. Fomentar políticas de economía solidaria como paso necesario para romper con el monopolio del mercado capitalista. El mercado capitalista tiene que ser comprendido como una parte del mercado y no como el mercado total.

Otros dos elementos de la cuestión agraria actual en todo el mundo son el derecho a la comida y la defensa de la comida. Lo primero es la necesidad de desarrollar sistemas agroalimentarios locales para garantizar la producción



cercana de alimentos que no son más producidos por causa de la regionalización mundial del agronegocio. Lo segundo es producir alimentos a partir de los sistemas agroecológico para garantizar a todos el derecho de alimentarse con comida que no sea transgénica. Es necesario defender la comida de los impactos nocivos de la transgenia.

Bueno para finalizar, quiero hablar a respecto de la Maestría en Desarrollo Territorial en América Latina y Caribe, una asociación entre de la Cátedra UNESCO de Educación del Campo y Desarrollo Territorial da la UNESP, Universidad Estatal de Sao Paulo y Vía Campesina.

Estamos empezando la primera clase de estudiantes originarios de los territorios campesinos para hacer la maestría. Desde 1998, por medio del Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria – PRONERA, tenemos posibilitado que 5 mil campesinos y campesinas tengan acceso a la enseñanza superior. Es importante destacar que este proyecto fue presentado por los propios campesinos. En 2014, posiblemente empezamos el doctorado dirigido al desarrollo territorial campesino.

Trabajar con los movimientos campesinos para el desarrollo territorial es un reto, pero tenemos que ampliar esta condición. Es un proceso rural como otros y necesitamos ampliar la experiencia en escala latino americana.

Pienso que AMER, Clacso, Alasru, nuestras universidades y los movimientos campesinos pueden sumar fuerzas para el desarrollo.

Crear nuevos espacios y políticas, que son condiciones para cambiar la realidad

Superar las políticas de subordinación por las políticas de disputas con el capital

Tenemos que crear más y más políticas de disputas para disputar territorios materiales e inmateriales, haciendo nuestro mundo.

Es imposible competir con el capital por causa de su condición de explotar la plus valía, que posibilita superar los límites humanos del tiempo y espacio. Solamente relaciones capitalistas pueden explotar en gran escala, pero estas condiciones son insostenibles.



Por lo tanto, tenemos que pensar nuevos tiempos y nuevos espacios,
despacio, pero siempre.

MUCHAS GRACIAS.

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



9. ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NA NOVA CONJUNTURA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Bernardo Mançano Fernandes

Introdução

É da natureza do capitalismo se expandir infinitamente. A este processo, na Geografia, chamamos de territorialização do capital ou da agricultura capitalista ou do agronegócio. Por meio de sua reprodução ampliada, o capital não respeita barreiras ou fronteiras, destruindo ou incluindo de forma subordinada tudo o que encontra pela frente. A inclusão, incontestavelmente, subalterna às lógicas das relações capitalistas domina outras relações sociais, como por exemplo, o campesinato. Os camponeses nas suas lutas contra a subalternidade são destruídos e recriados pelo capital (OLIVEIRA, 1991). Mas, eles também se recriam nas ocupações de terra (FERNANDES, 2000) para - ainda assim - se subordinarem através da renda capitalizada da terra (MARTINS, 1981).

Subalternidade, destruição, resistência e recriação fazem parte da vida do campesinato. As lutas contra a subalternidade ocorrem nas manifestações contra a renda capitalizada que leva à destruição do campesinato por meio do empobrecimento e expropriação. Com a territorialização do agronegócio, principalmente com a intensificação da produção de agrocombustíveis que tem levado às crises alimentares, a agricultura capitalista precisa cada vez mais de terra e cada vez menos de gente no campo (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2010). O uso crescente de novas tecnologias exige trabalho qualificado e elimina o trabalho manual. Nessa tendência, a recriação do campesinato deixe de ser cada vez menos do interesse do capital para se tornar uma crescente forma de luta do campesinato para garantir sua própria existência (RUBIO, 2001).



O acirramento dos conflitos no campo tem um novo componente que projeta a questão agrária no futuro próximo: a estrangeirização da terra. Neste artigo, apresentamos uma leitura de crescente processo em que países ricos compram terras nos países pobres para produção de agroenergia e alimentos. Ao campesinato empobrecido, não resta alternativa a não ser lutar para defender seus territórios.

Conjunturas da questão agrária

Na segunda metade do século XX, assistimos profundas mudanças na conjuntura da questão agrária. A consolidação do agronegócio e a transgenia foram elementos determinantes neste processo contínuo de modificações da questão agrária. No início deste século, a estrangeirização da terra é um novo elemento da conjuntura da questão agrária. Contudo, é importante lembrar que a expansão do capital sempre rompeu fronteiras nacionais desde seu princípio, de modo que a territorialização do capital não é um fenômeno novo. O que estamos denominando de estrangeirização da terra ou “*acaparamiento de tierras*” ou “*land grabbing*” nas versões em espanhol e em inglês, são processos recentes de intensificação da territorialização da agricultura capitalista associados a outros elementos da atual conjuntura da questão agrária que são a mudança na matriz energética do combustível fóssil para a agroenergia que ampliou a crise alimentar. Compreendendo as mudanças na conjuntura da questão agrária com o surgimento desses novos elementos podemos interpretar melhor a intensificação da territorialização do capital em escala mundial.

O processo de substituição do combustível fóssil pelo agrocombustível tem impactado os territórios, com a expansão das áreas de produção com destaque para a cana-de-açúcar Brasil e do Milho nos Estados Unidos. A mudança de matriz energética tem recebido apoio das políticas governamentais, do agronegócio e parte do campesinato para a produção de agrocombustíveis. Esta mudança está promovendo intensos processos de reordenamento do uso dos territórios rurais através de disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato pelo uso dos territórios para produção de alimentos e



de agrocombustíveis (FERNANDES, 2009a). Pesquisas recentes sobre o tema apresentam duas tendências que nos possibilitam acompanhar os impactos da expansão dos agrocombustíveis. De um lado a tendência de intensificação da expansão das monoculturas do agronegócio em territórios de florestas aumentando o desmatamento (MENDONÇA, 2009, p. 67) e em muitas áreas associadas com o uso de trabalho escravo (GIRARDI, 2008, p. 300), principalmente com a territorialização da cana-de-açúcar como registrado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2009) e também recentemente divulgado pelo Department of Labor dos Estados Unidos, p. 14. E ainda disputando os usos dos territórios entre a produção de alimentos e agrocombustíveis (HURTADO, 2009, p. 77-87; OLIVEIRA, 2008). De outro lado, a tendência de subordinação do campesinato ao processo de produção de agrocombustíveis e aos mercados capitalistas. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007).

Estrangeirização das terras

A procura de novos territórios para a expansão da agricultura tem hoje uma nova característica. Empresas e governos de diversos países estão arrendando, comprando, dando em arrendamento gigantescas áreas de terras. Apresentamos esses países em três conjuntos: 1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras.

Os países arrendatários e/ou compradores de terra são predominantemente ricos, interessados na produção de agrocombustíveis e na produção de alimentos. Estão arrendando terras de países pobres, usando seus territórios para produzir alimentos e energia. Estado e capital explorando terras, pessoas e países não é novidade, mas agora além das empresas, os governos estão ainda mais envolvidos nos acordos que reforçam o neocolonialismo e consequentemente aprofundam as formas de dependência.

Este processo está relacionado às crises de falta de alimentos e com o aumento do preço dos combustíveis. Um fator novo é que estamos vivendo um



momento de mudança estrutural na produção de energia. O campo produtor de alimentos e fibras passa a produzir cada vez mais energia. Evidente que esta nova realidade exige a expansão dos territórios. E os países ricos estão adotando as estratégias imperialistas para se apropriar de novos territórios pela lógica do mercado.

Por exemplo: os Estados Unidos por meio de suas transnacionais ou de seus cidadãos têm comprado terras em vários países, principalmente no Brasil; A China tem arrendado terras em países africanos e na Rússia; países do golfo arrendam terras em países africanos e sul-americanos; a Daewoo – transnacional da Coréia do Sul - arredou por 99 anos 1,3 milhões de hectares a U\$ 25 o hectare na República de Madagascar para plantar milho e palma africana. Em Madagascar 70% da população vive abaixo da linha de pobreza.

Países como a Arábia Saudita, Bahrein, Coréia do Sul, Emirados Árabes Unidos, França, Canadá, Espanha, Japão, Jordânia, Kuwait, Líbia, Malásia e Qatar têm arrendado e comprado terras nos continentes americano, africano e asiático.

Países como o Brasil, China, Egito, Estados Unidos e Índia ou empresas desses países são arrendatários ou compradores de terras em diversos países. Mas estes países também têm dado terras em arrendamento ou têm vendido muitas terras para empresas estrangeiras.

Por outro lado, a maior parte dos países que têm terra em arrendamento são países empobrecidos onde grande parte da população vive em extrema miséria sem acesso à terra. Noutros casos são países que formavam a ex – União Soviética e há países do núcleo do capitalismo cujos territórios foram entregues às transnacionais do agronegócio. Nesta diversidade de países, temos: Angola, Argentina, Austrália, Birmânia, Camarões, Camboja, Cazaquistão, Congo, Croácia, Cuba, Eritréia, Etiópia, Filipinas, Geórgia, Hungria, Iêmen, Indonésia, Iraque, Laos, Libéria, Madagáscar, Malauí, Mali, Marrocos, Moçambique, Mongólia, Nigéria, Nova Zelândia, Paquistão, Paraguai, Polônia, Quênia, República Checa, Romênia, Rússia, Senegal, Síria, Somália, Sudão, Tailândia, Tajiquistão, Tanzânia, Turquia, Ucrânia, Uganda, Uruguai, Uzbequistão, Vietnã, Zâmbia e Zimbábue.

Na figura a seguir apresentamos a geopolítica da questão agrária mundial (FERNANDES, 2009b).

Arrendamentos e/ou compras de terras para produção de alimentos e agroenergia



- Arrendatários e/ou compradores de terra
- Arrendador de terra (oferece terra em arrendamento)
- Arrendatários e arrendadores de terra

Fonte: Grain - Via Campesina - The Economist

Elaboração: Bernardo Mançano Fernandes

Segundo o Banco Mundial, somente entre outubro de 2008 e agosto de 2009 foram adquirido 46,6 milhões de hectares de terras por estrangeiros, o que significa uma área superior a toda a região agricultável do Reino Unido, França, Alemanha e Itália (O ESTADO DE S. PAULO, 2010, p. B9).

No Brasil, segundo registros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no primeiro semestre de 2010, em torno de 4,2 milhões de hectares eram propriedades de estrangeiros. Em matéria da Folha de S. Paulo, do dia 2 de novembro de 2010, publicada no Caderno Poder, com o título “Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora”, no período de dois anos e meio, os estrangeiros adquiriram 1.152 imóveis, num total de 515,1 mil hectares.



69% das terras sob controle de estrangeiros estão concentradas nos estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, formando a *faixa da estrangeirização*. Mas este processo também se territorializa para o Sul, no Paraná e Rio Grande do Sul, onde estão 10% das terras estrangeirizadas. Em direção a Amazônia, destacam-se o Pará e o Amazonas, com 12% do processo de estrangeirização (Ver tabela 1).

O Paraguai é outro exemplo de intensa estrangeirização de terras. De seus 31 milhões de hectares de terras agriculturáveis 25% estão nas mãos de estrangeiros, sendo que desse total, os brasileiros dominam 4.792,528 hectares (GLAUSER, 2009, p. 36-39).

Tabela 1 - Área total pertencente às empresas estrangeiras – por estado - 2010

Estado	Área/há (mil)	%
Mato Grosso	844	20
São Paulo	491	12
Minas Gerais	491	12
Mato Grosso do Sul	473	11
Bahia	368	09
Paraná	299	07
Pará	235	06
Amazonas	232	06
Goiás	230	05
Rio Grande do Sul	113	03
Outros estados	408	09
Brasil	4184	100

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Dados recolhidos por reportagem do Correio Braziliense. Brasília, junho 2010

A compra de terras por estrangeiros aumentou o preço da terra em todo o Brasil (VALOR ECONÔMICO, 2010). Em 2010, o preço da terra teve o maior aumento das últimas décadas (ESTADO DE S. PAULO, 2011). O agronegócio compra as terras dos latifúndios e se territorializa aceleradamente ameaçando os territórios camponeses e indígenas. Estes novos elementos da questão agrária criam novas conflitualidades, gerando novas formas de luta e de resistência.

Novas formas de luta pela terra e pelo território

A luta contra capital ganhou novos elementos com as mudanças na conjuntura da questão agrária. Continua a luta contra o latifúndio, mas o agronegócio aparece a cada dia como o principal inimigo dos camponeses e ou agricultores familiares (RUBIO, 20010). Representado por corporações transnacionais e nacionais, o agronegócio necessita cada vez menos de “integrar” o campesinato. Para piorar a situação, governos de diversos países não possuem políticas agrárias para o desenvolvimento da agricultura camponesa e optam por arrendar terras para empresas transnacionais. Frente a este contexto, Borras e Franco (2010) apresentam uma proposta de reordenamento territorial como forma de procurar superações para novos problemas agrários criados pela expansão da produção de agrocombustíveis gerador da crise alimentar.

A disputa territorial será o tema principal da questão agrária nos próximos anos. A luta do campesinato contra o agronegócio é explicitada nos recentes conflitos da Via Campesina contra corporações multinacionais e nacionais (Aracruz, Singenta, Cutrale, etc.) e pelos diferentes modelos de desenvolvimento na produção de comida e commodities: produção local e agroecológica na disputa territorial com a produção de commodities em grande escala para exportação. Para garantir a sua existência, o campesinato depende muito mais de sua ação do que das condições ofertadas pelo capital, o que tem acirrado os conflitos. A criminalização dos novos conflitos que surgem a cada dia revela que parte da população em geral tem dificuldade de entender as razões dessa nova realidade formada pelos novos elementos da questão agrária. E por essa mesma razão, o agronegócio pressiona os governos para reprimirem as ações dos movimentos que lutam contra a estrangeirização da terra.

Referências



ABRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo. 2007. **The access of family farmers to biodiesel markets**: partnerships between big companies and social movements. Disponível em:
[<www.regoverningmarkets.org/en/global/innovative_practice.html.>](http://www.regoverningmarkets.org/en/global/innovative_practice.html)

BORRAS JR. Saturnino; FRANCO, Jennifer. **La política del acaparamiento mundial de tierras Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia**. The Hague, ICAS Working Paper Series No. 001, 2010.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasil - **Mais de 4 milhões de hectares estão sob comando de estrangeiros** - 09/06/2010.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2008**. CPT: Goiânia, 2009.

DEPARTMENT OF LABOR'S BUREAU OF INTERNATIONAL LABOR AFFAIRS. **List of Goods Produced by Child Labor or Forced Labor - Trafficking Victims Protection Reauthorization Acts (TVPRA) of 2005 and 2008**. Washington, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Vozes, Petrópolis, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a Tipologia de Territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, Eliseu Saverio. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009a, p. 35-71.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Geopolítica da questão agrária mundial**. Boletim Dataluta. Presidente Prudente, p.2-4, 2009b.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **Journal of Peasant Studies** 37(4):793-819, 2010.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2008

GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio paragayo**. Asunción: Base Investigaciones Socialies, 2009.

HURTADO, Laura. Agrofuels. Plantations and the Loss of Land for Food Production in Guatemala. In JONASSE, Richard. **Agrofuels in the Americas**. Food First Books, Oakland, 2009, p. 77-87.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agrocombustíveis e produção de alimentos. In **Folha de S. Paulo**, 17 de abril de 2008, p. A3.



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Vozes, Petrópolis, 1981

MENDONÇA, Maria Luisa. The Environmental and Social Consequences of “Green Capitalism” in Brazil. In JONASSE, Richard. **Agrofuels in the Americas.** Food First Books, Oakland, 2009, p. 65-76.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluidos. Los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal.** Plaza y Valdés, México, 2001.

Volume 1



Bernardo Mançano Fernandes



10. REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO GOVERNO LULA²

Bernardo Mançano Fernandes

Introdução

As duas gestões do governo Luiz Inácio Lula da Silva são referências importantes, por suas singularidades, para tratarmos de dois temas fundamentais: a reforma agrária e a Educação do Campo. Embora, se esperasse mais agilidade do governo na realização destas políticas, os resultados de fato foram conseguidos pelas constantes exigências os movimentos camponeses, que participaram intensamente na proposição e realização de políticas públicas, acompanhadas de intensivas manifestações para garantir o mínimo implementado. Nesta análise, também nos referimos aos governos Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff, para explicar a manutenção e a mudança dessas políticas públicas.

No Brasil, nas últimas três décadas surgiram diversas políticas públicas de caráter emancipatório e compensatório. Estes estilos de políticas são relativos a correlação de forças que definem os destinos da população subalterna rural e urbana. O protagonismo dessa população é condição essencial para as organizações que querem defender suas intencionalidades e interesses, de modo propositivo. As políticas compensatórias, quase sempre, são elaboradas de cima para baixo com o objetivo de controle político das populações subalternas. As políticas emancipatórias, quase sempre, são elaboradas de baixo para cima com o objetivo de construir autonomias relativas e formas de enfrentamento e resistência na perspectiva de superação da subalternidade. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA nasceu da proposição de movimentos camponeses e se consolidou como política emancipatória em constante disputa. A reforma agrária tem sido realizada predominantemente como um política compensatória e os resultados, como demonstramos neste trabalho, estão aquém das proposições dos movimentos. Vale salientar que ao reunirmos o tema da reforma agrária e da Educação do Campo neste artigo, organizamos sua análise



conjunta por consideramos que são duas políticas do processo de desenvolvimento territorial rural.

Este artigo está organizado em duas partes. Na primeira, apresentamos uma reflexão e nossa posição a respeito de um debate recente sobre a experiência da reforma agrária brasileira, que suscitou a discussão sobre o fato de sua realização ou não. Para contribuir com este debate, apresentamos uma proposta de repensar o conceito de reforma agrária, analisando diferentes compreensões sobre o conceito. Neste contexto, debatemos os diferentes modelos de desenvolvimento do agronegócio e do campesinato a partir dos termos de “História Possível” e “impossível diálogo” de José de Souza Martins.

Na segunda parte, apresentamos uma reflexão sobre a Educação do Campo, política pública emancipatória proposta pelos movimentos camponeses e em construção na relação entre os movimentos e diferentes instituições públicas e privadas. Destacamos o Programa Nacional de Educação na Reforma agrária (PRONERA) em diversas experiências em seus 15 anos de vida e em seguida comentamos o Programa Nacional de Educação no Campo – PRONACAMPO em fase de implantação.

Reforma agrária: repensar o conceito, o desenvolvimento e suas dimensões

A experiência da reforma agrária brasileira está entre as questões mais polêmicas do debate político. Nas duas gestões do governo Luiz Inácio Lula da Silva esta polêmica se acirrou porque havia a expectativa de uma reforma agrária mais ofensiva que a realizada nas duas gestões do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas, o que ocorreu de fato foi a continuidade, constituindo um modelo de reforma agrária baseado numa lógica de política compensatória. No centro da polêmica há discursos díspares. Como exemplo, cito duas declarações: uma que a considera a maior reforma agrária do mundo, como classificou Fernando Henrique Cardoso; outra que afirma que o Brasil ainda não teve sua reforma agrária, como declarou João Pedro Stedile (FERNANDES, 2000; 2008a) ou como escreveu Oliveira, 2006, a respeito da não reforma agrária do governo Lula. Estas afirmações divergentes são possíveis por causa das diferentes



referências utilizadas para a definição do conceito que o coloca em questão. Por exemplo: pode se afirmar que o Brasil fez a “maior reforma agrária do mundo” se não diminuiu a concentração fundiária? Os registros dos censos agropecuários comprovam que índice de Gini sempre esteve acima de 0,85, sendo um dos mais altos do mundo. Este fato desmente o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pois não se pode desconsiderar que a realização da reforma agrária necessariamente deva desconcentrar a estrutura fundiária, já que um de seus objetivos é democratizar o acesso a terra por meio da distribuição territorial.

Um dos argumentos utilizados para declarar que no Brasil não há reforma agrária é o fato de que em torno de 50% das terras dos assentamentos serem resultado de regularização fundiária e não de desapropriação, que corresponde a apenas 31% (FERNANDES, 2010). A regularização, a compra e a desapropriação são procedimentos que deveriam levar a desconcentração. Todavia, neste sentido, no Brasil a experiência da reforma agrária é extremamente conservadora, pois não há desconcentração exatamente pelo fato de a maior parte das terras terem sido regularizadas, ou seja eram terras de posseiros que passaram a ser assentados ou eram terras públicas ou griladas que foram regularizadas.

Portanto, se tomarmos somente a referência da desconcentração fundiária podemos afirmar com certeza que o Brasil não fez a reforma agrária, de modo que o membro da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) João Pedro Stedile estaria correto em sua declaração. É neste sentido que Oliveira, 2006 também argumenta. Contudo, a questão da reforma agrária é mais ampla e uma afirmação, baseada somente na referência da estrutura fundiária, não resolve mais o problema, se consideramos que o conceito de reforma agrária utilizado não corresponde a realidade atual. Evidente, que se pode continuar utilizando o conceito de reforma agrária com base na predominância da desapropriação, todavia pode-se observar facilmente que não é esta política que está acontecendo.

Na tabela 1, a seguir, observa-se que no período de 1979 a 2010, nada menos que 1.030,610 famílias foram assentadas em 78.821,493 hectares. Este área representa mais de três vezes o território do estado de S. Paulo.



Aproximadamente 80% dos 8.823 assentamentos foram implantados durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, aproximadamente metade em cada um. Estes dados não autorizam dizer que no Brasil foi realizada a “maior reforma agrária do mundo”, como não é possível não chamar de reforma agrária um área tão extensa voltada à produção agropecuária camponesa.

Estas afirmações são repetidas por diversas pessoas, desde os partidos, na academia, no governo e nos movimentos. Frente a esta realidade, pode-se dizer portanto que temos e que não temos reforma agrária. Os usos das referencias fazem os argumentos para se interpretar esta realidade e explicá-la.

Tabela 1 - Brasil - Número de assentamentos rurais - 1979-2010

Região/UF	Assentamentos	%	Famílias	%	Área	%
NORTE	1.977	22,9	444.724	43,8	58.711.207	76,2
AC	146	1,7	26.548	2,6	5.126.721	6,7
AM	125	1,5	48.003	4,7	25.847.903	33,6
AP	40	0,5	12.612	1,2	2.125.350	2,8
PA	1.052	12,2	260.486	25,6	18.641.197	24,2
RO	187	2,2	52.596	5,2	4.151.928	5,4
RR	52	0,6	20.178	2,0	1.577.631	2,0
TO	375	4,4	24.301	2,4	1.240.477	1,6
NORDESTE	4.049	47,0	333.289	32,8	10.001.668	13,0
AL	162	1,9	13.765	1,4	106.500	0,1
BA	667	7,7	50.350	5,0	1.792.517	2,3
CE	430	5,0	25.101	2,5	896.651	1,2
MA	972	11,3	131.390	12,9	4.334.432	5,6
PB	280	3,2	14.215	1,4	265.613	0,3
PE	556	6,5	34.357	3,4	539.121	0,7
PI	488	5,7	34.185	3,4	1.370.058	1,8
RN	290	3,4	20.373	2,0	523.271	0,7
SE	204	2,4	9.553	0,9	173.505	0,2
CENTRO-OESTE	1.204	14,0	161.120	15,9	7.861.147	10,2
DF	11	0,1	746	0,1	5.290	0,0
GO	430	5,0	25.950	2,6	1.032.524	1,3
MS	199	2,3	32.451	3,2	699.511	0,9



MT	563	6,5	101.973	10,0	6.123.822	8,0
SUDESTE	787	9,1	51.637	5,1	1.441.685	1,9
ES	89	1,0	4.486	0,4	48.362	0,1
MG	383	4,4	23.961	2,4	987.702	1,3
RJ	67	0,8	6.071	0,6	72.277	0,1
SP	248	2,9	17.119	1,7	333.344	0,4
SUL	807	9,4	39.840	3,9	805.787	1,0
PR	318	3,7	20.220	2,0	416.525	0,5
RS	331	3,8	13.671	1,3	287.288	0,4
SC	158	1,8	5.949	0,6	101.975	0,1
BRASIL	8.823	102,4	1.030.610	101,4	78.821.493	102,4

Fonte: DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera

Mas, o que devemos considerar ao definir o que é reforma agrária?

Coca, 2011, fez uma ampla análise das diferentes compreensões do significado do conceito de reforma agrária, a partir dos estudiosos, dos movimentos camponeses e do governo brasileiro. Tomaremos algumas referências deste estudo, como questão estrutural, marginal, conjuntural, processos de desenvolvimento, sistemas econômicos e limites políticos etc., para repensá-la no sentido de atualizar o conceito. Os problemas estruturais e as mudanças ocorridas na questão agrária brasileira, desde meados do século passado, se não considerados impugnam o conceito de reforma agrária. A reforma agrária ofensiva desapropriatória não se confirmou, como discutiremos neste texto, o que ocorreu foi a regularização e desapropriação resultado da pressão das organizações camponesas e da ação do Estado. Querer usar referências que se demonstraram inviáveis na correlação de forças para a realização da reforma agrária torna o conceito obsoleto. Para contribuir com uma melhor compreensão do conceito é importante o exercício de repensá-lo com a finalidade de explicar a partir dos acontecimentos que mudaram seu conteúdo.

A experiência brasileira de reforma agrária vem sendo analisada a partir de distintas visões: de uma *perspectiva revolucionária*³ como uma forma de resistência e enfretamento com o sistema capitalista e de uma *perspectiva capitalista* de inserção dos assentados no modelo de desenvolvimento do



agronegócio⁴. A distância entre estes dois pontos de vista é uma referência para entender porque a desapropriação, regularização e distribuição de quase oitenta milhões de hectares não é e é considerado reforma agrária. Estes dois pontos de vista representam e estão representados em dois paradigmas que contribuem para explicar o desenvolvimento da questão. Embora os campos de visão destes paradigmas se sobreponham, a maior parte dos espaços de seus modelos explicativos estão separados, não dialogam. De fato, o número de famílias e a extensão da área são tão relevantes quanto ao fato da não desconcentração da estrutura fundiária, o que coloca a reforma agrária como um processo em realização, como perspectivas que estão sendo disputadas pelos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário⁵. A reforma agrária brasileira não é um projeto finalizado e tampouco um projeto impossível. Ela é uma disputa territorial realizada pela conflitualidade gerada pelo enfrentamento de diferentes modelos de desenvolvimento.

A maior parte das terras (em torno de 85%) que chamamos de reforma agrária não são resultados somente da ação do Estado que as desapropriou e ou regularizou, são também resultados das ações que iniciaram o processo de luta e as conquistaram através da luta pela terra nas ocupações realizadas pelas famílias sem-terra, organizadas em diversos movimentos socioterritoriais, predominantemente no MST (FERNANDES, 2000; DATALUTA, 2011). O Estado, principalmente nos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, priorizou a regularização fundiária na Amazônia e não atendeu a grande maioria das demandas dos movimentos que ocuparam terras predominantemente no Nordeste e Centro-Sul do país. Examine as tabelas 1 e 2, os mapas 1 e 2 e observe que 76.2% da área dos assentamentos estão na região Norte, onde estão 22.3% dos assentamentos e 43.8% das famílias. O fato de a maior parte das terras dos assentamentos estarem nesta região é por causa da predominância de terras públicas federais e também pelo grande número de posseiros, sendo que uma parte migrou ou teve migração forçada para esta região. Examine também, na tabela 2, que 81% das famílias que demandam terra estão



nas regiões Nordeste e Centro-Sul onde estão assentadas 56% das famílias. É nestas regiões que se encontra o maior número de conflitos tanto porque o Estado não possui terras públicas para utilizar na implantação de assentamentos, quanto porque as terras foram griladas, compradas, apropriadas pelos latifundiários e cada vez mais serve à expansão do agronegócio.



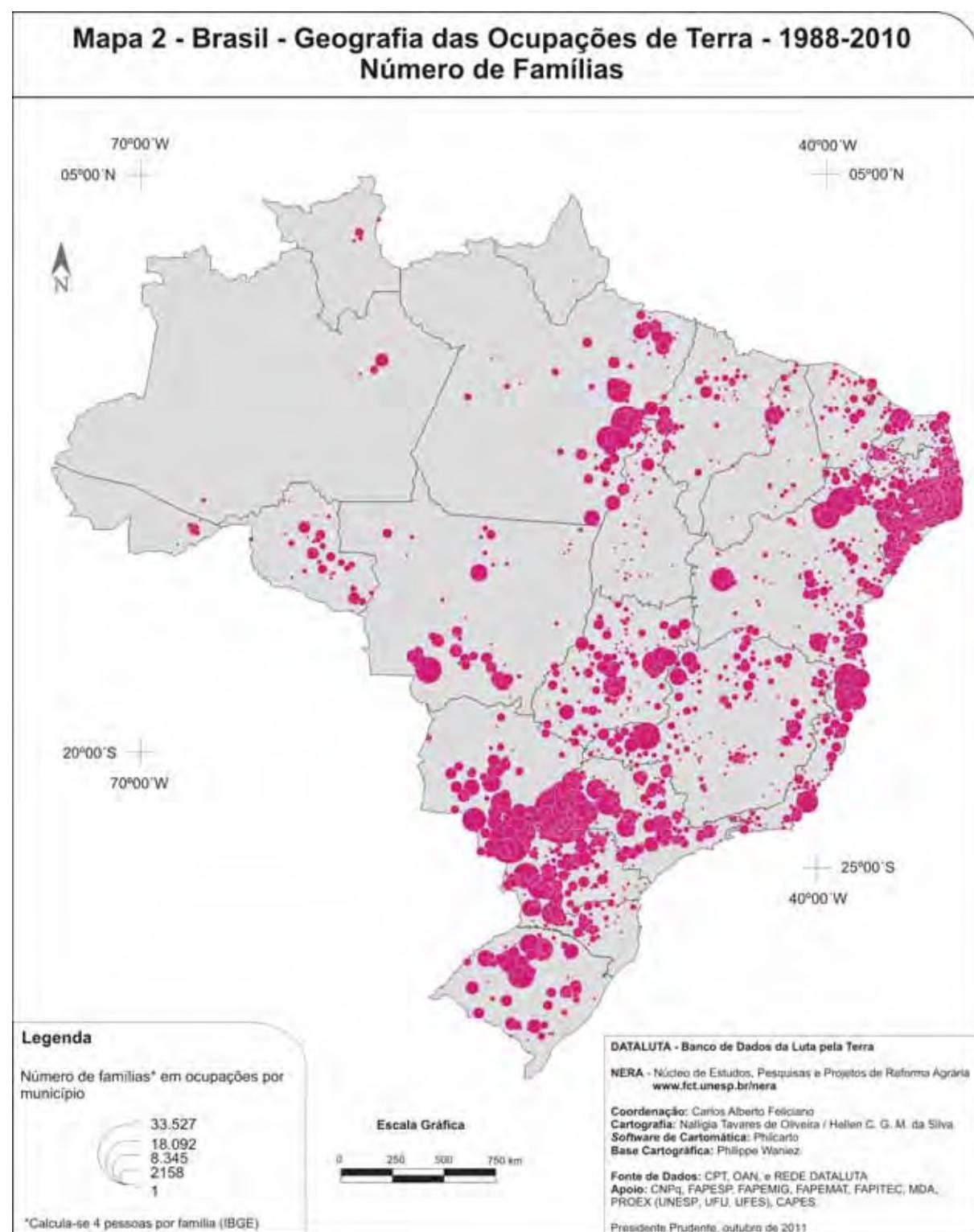
**Tabela 2 - Brasil - Número de ocupações e de famílias por estados e macrorregiões
1988-2010**

REGIÃO/UF	Nº OCUPAÇÕES	%	Nº FAMÍLIAS	%
NORTE	778	9,36	106.181	9,05
AC	22	0,26	2.026	0,17
AM	11	0,13	2.886	0,25
AP	2	0,02	120	0,01
PA	524	6,30	80.875	6,89
RO	109	1,31	13.579	1,16
RR	12	0,14	1.471	0,13
TO	98	1,18	5.224	0,45
NORDESTE	3.137	37,74	423.243	36,07
AL	563	6,77	65.289	5,56
BA	579	6,97	94.586	8,06
CE	110	1,32	12.764	1,09
MA	110	1,32	17.732	1,51
PB	186	2,24	19.487	1,66
PE	1.233	14,83	160.258	13,66
PI	77	0,93	9.696	0,83
RN	131	1,58	16.867	1,44
SE	148	1,78	26.564	2,26
CENTRO-OESTE	1.126	13,55	187.861	16,01
DF	42	0,51	5.898	0,50
GO	404	4,86	56.023	4,77
MS	538	6,47	88.278	7,52
MT	142	1,71	37.662	3,21
SUDESTE	2.196	26,42	285.203	24,31
ES	97	1,17	12.842	1,09
MG	654	7,87	63.296	5,39
RJ	96	1,15	13.653	1,16
SP	1.349	16,23	195.412	16,65
SUL	1.075	12,93	170.856	14,56
PR	683	8,22	87.023	7,42
RS	216	2,60	60.200	5,13
SC	176	2,12	23.633	2,01
BRASIL	8.312	100,00	1.173.344	100,00

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera



Mapa 2 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 1988-2010
Número de Famílias





As discrepâncias nestas regiões estão associadas às políticas agrárias do governo Fernando Henrique Cardoso que teve continuidade no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Lula que prometera fazer a reforma agrária em uma “única canetada” nas eleições de 1994 e 1998, quando ganhou em 2002, não tinha a reforma agrária como prioridade de seu governo. Um exemplo e talvez o mais significativo é o fato do governo não ter aceitado o plano de reforma agrária elaborado pela equipe de Plínio de Arruda Sampaio e ter implantado o plano de reforma agrária elaborado pela equipe de Miguel Rosseto, então ministro do Desenvolvimento Agrário, que foi denominado de II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Para compreender melhor esta questão, vale lembrar que o I Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), elaborado durante o governo José Sarney, foi um fracasso pela resistência dos latifundiários que impediram em todas as instâncias a sua realização. Evidente que associada a esta ação dos ruralistas estava a postura do próprio governo que não tinham interesse algum nesta política. Mas em 2003, quando o II PNRA era elaborado, o problema não era mais os latifundiários. Neste tempo formara-se uma nova instituição: o agronegócio. Os ruralistas, no começo deste século não representavam somente os interesses dos latifundiários, mas principalmente do agronegócio, que absorveu os interesses dos latifundiários, arrendando ou comprando suas terras.

Aquilo que fora chamado de agroindústria, porque reunia somente os sistemas agropecuário e industrial, agora é denominado de agronegócio (*agribusiness*) porque passou a reunir também os sistemas mercantil, financeiro e tecnológico em uma única empresa ou em um grupo de empresas. Estas fusões e coalisões fortaleceram tanto o latifundiário quanto empresário que se encontram nos campos dos interesses e influências e determinaram um modelo de desenvolvimento da agricultura que pretendem transformar no modelo de desenvolvimento da agricultura mundial, mantendo assim o campesinato na condição de eterna subalternidade. Os sentidos e os significados da reforma agrária mudaram por causa destes processos. Como mudou a compreensão da relação capital – campesinato. Em seu desenvolvimento, o agronegócio precisa cada vez menos do campesinato, tanto que as chamadas “integrações agricultura familiar-indústria capitalista” estão em plena decadência (RUBIO, 2009).



A construção do modelo hegemônico do agronegócio não eliminou a reforma agrária, pelo fato que a ocorrência do aumento da produtividade mantém a concentração fundiária. Esta realidade reafirma que a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura camponesa não podem estar subordinado ao capital, ao contrário, devem construir seu próprio caminho. Acreditar que o agronegócio tem interesse na agricultura camponesa e na reforma agrária não encontra sentido na realidade, porque não há elementos que possam demonstrar. Todavia, falta a compreensão dos governos e dos movimentos para a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo. Este fato se evidenciou com a derrota do “plano Plínio” que fora erigido na perspectiva da construção de um plano de desenvolvimento do campesinato. A vitória do “plano Miguel”, tornou o II Plano Nacional de Reforma Agrária não um completo fracasso, como o Primeiro, mas um plano subordinado à “História possível”. Aqui, estou me apropriando do termo de Martins (2000). Compreendendo que o capitalismo é a “História possível”, o governo Lula decidiu fazer a “reforma agrária possível”, ou seja regularizar terras na Amazônia e desapropriar as terras “possíveis”, que não afetassem a governabilidade. Assim, o governo Lula optou pela tese do “impossível diálogo”, mas de modo um pouco distinto do governo Fernando Henrique Cardoso. Enquanto o governo Fernando Henrique não dialogava porque discordava da perspectiva revolucionária, o governo Lula dialogava mas praticava a perspectiva capitalista, ou seja, em ambos os governos não estava em discussão a perspectiva de enfrentamento ao capitalismo. A ordem foi não tocar no território do agronegócio, porque este é o modelo de desenvolvimento da agricultura do Brasil. Os enfrentamentos a este modelo foram reprimidos e os movimentos e seus membros criminalizados. As políticas públicas elaboradas foram direcionadas pelo paradigma do capitalismo agrário, subordinando e enfraquecendo o campesinato. No enfrentamento a este modelo, os movimentos camponeses (principalmente o MST) construíram uma política de conflitualidade, não aceitando a condição de subalternos, persistindo para se manter um movimento camponês (FERNANDES, 2008a).

A reforma agrária também pode ser compreendida como resultado de um conjunto de políticas dos movimentos socioterritoriais e do Estado, por meio do



governo federal e de alguns governos estaduais e municipais. O consentimento dos últimos governos em aceitar o agronegócio como o modelo de desenvolvimento do campo brasileiro anulou a possibilidade de construção de outro modelo baseado em relações não capitalistas. Todavia, esta possibilidade está em movimento porque há várias histórias possíveis. As políticas públicas que nasceram da experiência de reforma agrária territorializaram-se para o campo e beneficiaram grande parte dos camponeses, mesmo os que não fazem parte do processo de reforma agrária, como é o caso da educação que analisaremos na segunda parte deste artigo. A reforma agrária é uma política pública que representa tanto o processo de desconcentração fundiária quanto o desenvolvimento das áreas reformadas no conjunto de seu entorno, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. Em síntese, a reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial. E neste sentido é também uma política de disputas por território e modelo de desenvolvimento não capitalista.

Não haverá desconcentração fundiária enquanto os governos acreditarem que o agronegócio é o modelo do país. Os territórios do agronegócio e do campesinato continuaram se expandindo porque a fronteira agrícola brasileira ainda está aberta. Todavia, esta fronteira está se fechando e pode aumentar a conflitualidade entre campesinato e agronegócio na disputa territorial. As famílias camponesas brasileiras que lutaram pela reforma agrária e as que não lutaram, continuam resistindo na terra. Para fortalecer esta resistência é fundamental um modelo de desenvolvimento que as incluem como protagonistas e não como coadjuvantes, ou sujeitos subalternos que acreditem na “História possível” e deixem de construir suas histórias.

Na construção da história, para disputar seus rumos, é essencial que os sujeitos sejam propositivos. Esta é a postura crítica de uma *perspectiva revolucionária*, que não aceita as determinações e que está carregada de esperança. A esperança não é um tempo de chegada, é um espaço a ser construído, portanto, uma realidade a ser modificada pelos subalternos. A subalternidade está diretamente relacionada com políticas de dominação formuladas pelo poder hegemônico e a resistência tem que ser construída com políticas emancipatórias a partir das instituições interessadas. Para uma



perspectiva revolucionária é preciso um modelo de desenvolvimento camponês construído também no movimento da reforma agrária, como forma de enfrentamento, não aceitando o modelo hegemônico do agronegócio. A história da luta pelo território camponês no Brasil não pode abrir mão da reforma agrária em movimento, acirrando as conflitualidades como diálogo possível, porque o agronegócio não consegue imaginar, dialogar e não aceita a emancipação dos territórios camponeses e indígenas. Um exemplo contundente é o texto da senadora Katia Abreu e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que a partir da lógica produtivista das “*commodities*”, questiona as formas de uso dos territórios indígenas (ABREU, 2012). Contudo, é impossível compreender as formas de uso dos territórios camponeses e indígenas a partir dessas referências. As visões de mundo do paradigma do capitalismo agrário não valoriza as práticas territoriais desses povos e somente consegue enxergá-los como assalariados, como trabalhadores ao seu dispor.

Mesmo sabendo que temos conhecimentos suficientes a respeito da dominação do capitalismo sobre o campesinato, não é demais reforçar que a ideia do agronegócio como único modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro é a aceitação da subalternidade. O pensamento sobre o desenvolvimento do campo desde essa visão coloca o campesinato na condição de um quase assalariado que depende do agronegócio para sobreviver. Quando se elege a educação, como dimensão do desenvolvimento do campo é preciso definir qual a formação que se pretende: formar um profissional para o agronegócio ou um especialista da agricultura camponesa. É bom advertir que há diferenças substanciais nas educações para assalariados e para camponeses, pois são processos de formação de sujeitos distintos para trabalhar em territórios distintos. Tratar da educação para o trabalho familiar é necessário pensar no trabalho associativo, cooperativo na perspectiva do desenvolvimento territorial das unidades camponesas ou da agricultura familiar. E esta não é uma educação voltada para a competitividade destruidora, mas sim para a solidariedade criadora. Não estamos tratando do empreendedorismo individualista, mas do companheirismo coletivo das individualidades, das diferenças e diversidades, que podem caminhar juntas



quando seus territórios são respeitados e suas soberanias reconhecidas. Este é o caminho da Educação do Campo, que trataremos a seguir.

Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial

É impossível dissociar a origem da Educação do Campo da reforma agrária. A Educação do Campo é fruto da compreensão da reforma agrária como política autônoma de desenvolvimento territorial. Educação do Campo e reforma agrária ajudam a entender melhor como a terra se transforma em território camponês (FERNANDES, 2012 p. 746-750). Quando se ultrapassa a compreensão da terra como superfície unidimensional e começa a pensá-la a partir das dimensões do desenvolvimento, das relações sociais que produzem o território como espaço de vida e propriedade da existência da classe camponesa, a terra é transformada em território camponês. Forma-se assim uma identidade territorial de classe e de resistência no processo violento de expropriação do campesinato pelo capital. Isto tudo não acontece em situação de subalternidade, mas sim de autonomia.

Igualmente é impossível dissociar a origem da Educação do Campo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. As práticas do Setor de Educação do MST de pensar a educação na construção dos territórios camponeses, de teorizar sobre suas ações e sobre as relações com outras instituições na organização de novos espaços políticos, levou o Movimento a propor, em 1997, o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), com apoio de Universidade de Brasília, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. Molina (2003, p. 50), explica que “foi no ENERA que gestou-se o que viria a se tornar uma das primeiras políticas públicas de Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA”. Desde esse evento, o processo de construção da Educação do Campo esteve associado ao desenvolvimento do território camponês, de modo que “Campo” não é o campo como uma ideia genérica. “Campo” tornou-se um espaço definido: o “Território



Camponês", distinguindo-o do território do agronegócio, como demonstrado em Fernandes (2008b).

Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial tornaram-se políticas indissociáveis, pois nasceram da compreensão multidimensional do desenvolvimento, tendo o ENERA, seu ponto de partida, como explica Stedile: "O ENERA ajudou a propagandear, no sentido positivo, que o MST não se preocupa só com terra, se preocupa também com escola, com educação. Existe a compreensão de que o MST deve lutar contra três cercas: a do latifúndio, a do capital e a da ignorância. Esta última não no sentido apenas de alfabetizar pessoas, o que é simples, mas no sentido de democratizar o conhecimento para um número maior de pessoas" (STÉDILE; FERNADES, 1999, p. 56).

O PRONERA e a Educação do Campo nasceram na contramão das políticas compensatórias neoliberais. Surgiram como alternativas, como políticas emancipatórias, fundamentando-se nos princípios da emancipação, promovendo a universalização do conhecimento a partir de territórios definidos. O desafio da Educação do Campo, do PRONERA e outras políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos territórios camponeses, numa perspectiva autônoma, é a construção de políticas públicas para a qualificação, ampliando seu potencial econômico. Assim como a Educação do Campo foi concebida em uma perspectiva territorial multidimensional, será necessário construir as outras dimensões. Na Educação do Campo este desafio foi transformado em esforço de organização de referências que promovam o debate e explicitem as *diferenças entre os modelos de desenvolvimento do campesinato e do agronegócio*.

O debate paradigmático contribui para entender estas *diferenças*. O paradigma da questão agrária comprehende que as desigualdades geradas pelas relações capitalistas diferenciam, destroem e recriam o campesinato. Explica que as relações campesinato – capital são sempre de subalternidade e as resistências à dominação explicam as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilize autonomia dos camponeses. Estes problemas agrários são da natureza do capitalismo, ou seja, fazem parte da sua estrutura e são insuperáveis (FERNANDES, 2008a). Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um



problema conjuntural e podem ser superadas por meio de políticas públicas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao agronegócio. Esta é a única saída para o campesinato que é visto como uma economia incompleta que não teria outra alternativa que não seja a “integração” ao agronegócio. Nesta lógica, campesinato e agronegócio comporiam um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista). (ABRAMOVAY, 1992). Em síntese, para o paradigma da questão agrária o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato; no paradigma da questão agrária a *confitualidade* é uma disputa de modelos de desenvolvimento e para o paradigma do capitalismo agrário a disputa não tem sentido, porque existe apenas um modelo de desenvolvimento.

Estas duas visões sobre o desenvolvimento se expressam em paradigmas que procuram explicar as desigualdades defendendo uma via de acordo com seus interesses e necessidades. Para o agronegócio, a eliminação de agricultores é natural num modelo competitivo em que sobrevivem os melhores. Nesta lógica, para o paradigma do capitalismo agrário, o problema das desigualdades é resultado do fracasso das pessoas que não conseguem se manter no mercado. Para os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina, aumentar o número de agricultores e sua participação na distribuição de terras e na economia agropecuária é fundamental para corrigir os problemas agrários gerados pela lógica perversa da produção capitalista. Neste sentido para o paradigma da questão agrária, o problema das desigualdades é gerado nas relações de subalternidade imposta pelo capital que elimina parte importante dos agricultores.

Estes paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas empresas e pelos movimentos camponeses. As organizações mais influentes do agronegócio estão: a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Entre as organizações camponesas estão a Via Campesina, formada pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra - CPT; a



Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF. O governo federal possui dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Estas instituições manifestam seus interesses, produzem suas políticas e promovem suas propostas de desenvolvimento no âmbito das características dos paradigmas, resultando nas disputas que explicitam o atual momento da questão agrária e do capitalismo agrário. Estas disputas estão em questão: de um lado a perspectiva da "História possível" e de outro a possibilidade de fazer histórias.

Os princípios construídos pelo movimento das políticas públicas da reforma agrária e da Educação do Campo defendem a emancipação e autonomia como condição de superação da subalternidade. Construir estas condições é o desafio principal para o desenvolvimento dos territórios camponeses. Não é demasiado afirmar que a educação tem papel essencial neste processo. Sabe-se disso há tempos e foi por essa razão que a Educação do Campo foi criada concomitantemente ao PRONERA. Estas políticas têm atuado no sentido de fortalecer os assentamentos de reforma agrária e suas organizações para o desenvolvimento humano. O PRONERA começou preocupado com a Educação Básica e hoje atua em todos os níveis, tendo um papel importante na formação técnica e no Ensino Superior, inclusive na Pós-Graduação.

Mas, este processo não se desenvolve sem enfrentar ataques. Em muitos casos, para criar um curso de nível superior foi preciso superar barreiras de forças contrárias à democratização da educação. Alguns exemplos são: o curso de agronomia na Universidade Federal de Sergipe, o curso de Geografia na Universidade Estadual Paulista – UNESP, o curso de Direito na Universidade Federal de Goiás e o curso de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas. Diversas organizações e pessoas tentaram impedir o início destes cursos, porque eram destinados aos camponeses de programas de reforma agrária. A intervenção e contribuição do PRONERA na contínua construção da Educação do Campo tem sido de forma crítica. É sem dúvidas uma das mais importantes experiências de educação popular que reúne Estado e sociedade civil,



representados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, movimentos camponeses, sindicais de agricultores familiares e diversas universidades públicas em todos os estados.

O PRONERA se estabeleceu como uma ampla referência que inspirou outras políticas públicas constituindo diversas pedagogias: da terra, da alternância, em movimento, sempre voltadas para a formação e para o desenvolvimento, criticando a subalternidade e a dependência. No dia 20 de março de 2012, a presidente Dilma Rousseff lançou uma nova política educacional para a população do Campo: o Programa Nacional de Educação no Campo – PRONACAMPO, afirmando “que as gerações futuras terão outro tipo de oportunidade”⁶, referindo-se a exclusão a que a população do campo foi submetida por causa das políticas de subalternidade comandadas pelos latifundiários e atualmente pelas corporações do agronegócio.

A constituição de uma importante política como é o PRONACAMPO não deverá ignorar o debate paradigmático e territorial. Defenderá a formação de pessoas para serem subalternas ao agronegócio ou defenderá uma postura de emancipação da população do campo? Quais referências teóricas políticas tomará para suas estratégias?

O PRONACAMPO se apresenta como “conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades - Decreto nº 7.352/2010” (MEC, 2012). O PRONACAMPO é resultado de um processo de construção da Educação do Campo que tem no PRONERA a sua gênese. E o PRONERA nasceu da demanda popular de uma população que lutava pela terra num momento em que o êxodo rural ainda era intenso. Estamos nos referindo a uma realidade de resistência, hoje, enquanto milhares de famílias deixam o campo, fecham-se escolas do campo, em um sistema de desigualdades crescente, milhares de famílias, pessoas, professores, militantes, alunos, agricultores, homens, mulheres e crianças têm como condição de existência viver no campo.



Com base nos dados de pessoal ocupado do Censo Agropecuário de 2006, o PRONACAMPO propõe uma série de cursos de formação. É preciso pensar qual pedagogia e quais metas socioterritoriais para o desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa. É essencial pensar o trabalho familiar não como emprego mas como trabalho autônomo, associativo e cooperativo. O PRONACAMPO terá que tratar das diferenças da Educação do Campo para as comunidades camponesas e para o agronegócio. Pois, enquanto ao agronegócio interessa “limpar” o campo de gente para ter uso exclusivo, ao campesinato interessa desenvolver comunidades rurais com qualidade de vida e futuro.

Considerações finais

Neste artigo defendemos que é preciso superar a polêmica sobre a reforma agrária e pensar o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Destacamos a Educação do Campo, iniciando pelo PRONERA e destacando o PRONACAMPO como políticas fundamentais para a promoção das comunidades rurais desde que sejam pensadas desde o paradigma da questão agrária.

Estas são as contribuições deste texto que pretendo ser um parâmetro para o debate sobre a reforma agrária e a Educação do campo. É um texto em elaboração, portanto, aguardamos as suas considerações, que serão muito úteis, pois se chegou até aqui é porque de fato leu este trabalho. Só tenho a agradecer.

Notas

- 1 - Trabalho apresentado no *Latin American Studies Association Meeting*, realizado em San Francisco Califórnia – EUA, de 23 a 26 de maio de 2012.
- 2 - Perspectiva revolucionária é a expectativa de muitas das pessoas que lutam ou apoiam a luta pela terra e pela reforma agrária e tem diversos sentidos: desde acreditar na revolução socialista até a postura anticapitalista de hegemonia alternativa na construção de propostas de desenvolvimento territorial autêntico.
- 3 - Agronegócio é o complexo de sistemas, que tem por base a agropecuária, criado a partir da lógica das relações capitalistas, sendo seu modelo de desenvolvimento. Para mais detalhes, ver o estudo de Welch e Fernandes (2008).
- 4 - Um amplo estudo sobre estes paradigmas está em Felício, 2011. Para uma síntese, ver Fernandes, 2008.
- 5 - Gerações futuras terão um outro tipo de horizonte de oportunidades com o Pronacampo, afirma Dilma Rousseff. <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/releases/presidenta-dilma-rousseff-participa-do-lancamento-do-programa-nacional-de-educacao-no-campo>



Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ABREU, Kátia. **A manipulação de um conflito.** Folha de São Paulo, 16 de maio de 2012, pág. 3.

CALDART, Roseli Salete. **Escola é mais do que escola na Pedagogia do MST.** Editora Vozes. Petrópolis, 2000.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguaçu - Estado do Paraná.** Dissertação de Mestrado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório DATALUTA 2011.** Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário.** Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antonio M. (Ed.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008a, p. 173-224.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008b. p. 273-302.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reconceitualizando a reforma agrária. **Boletim DATALUTA** número 31, julho de 2010. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/boletim>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 76-50.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.



MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Revista Tempo Social** (São Paulo) pp. 97-128, 2000.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Educação no Campo – PRONACAMPO**. Brasília: MEC, 2012.

MOLINA, Monica Castagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. Brasília, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula**. São Paulo: Instituto Iandé, 2006.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluídos**: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. El Quinde (Quito) 2009.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.

WELCH, Clifford Andrew; Fernandes, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In: TOMIASI, Eliane et al. (Org.). **Campesinato em movimento**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 161-191.

Texto Crítico do Trabalho Acadêmico

CONSTRUINDO UM ESTILO DE PENSAMENTO NA QUESTÃO AGRÁRIA: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.

Volume 2
(Textos em coautoria)

Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente, junho de 2013

Volume 2



Bernardo Mançano Fernandes

FICHA CATALOGRÁFICA

Fernandes, Bernardo Mançano.
F398c Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico / Bernardo Mançano Fernandes. - Presidente Prudente : [s.n], 2013
v.1-2 : il + memorial

Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Debate paradigmático. 3. Questão Agrária. 4. Campesinato. 5. Agronegócio. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.



SUMÁRIO

Volume 2

Apresentação	3
1 Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil	4
2 Campesinato e agronegócio: territórios da questão agrária e a fronteira agropecuária brasileira	33
3 A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar	52
4 Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil	67
5 Geografia da conflitualidade no campo brasileiro	152
6 Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST	178
7 Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra – 2000-2004	199
8 O conceito de paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da Geografia Agrária	221
9 A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora	252
10 Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique	280



Apresentação

Neste volume reuni dez artigos que considerei os mais expressivos no processo de construção da nossa contribuição a este estilo de pensamento que propõe uma leitura da questão agrária. Esta escolha não foi fácil e nem rápida, porque foram muitas as contribuições que recebi no coletivo de pensamento que batizamos de Núcleo de estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA e nas relações com pesquisadores de outros países.

Organizei estes artigos com a mesma série de temáticas do volume 1 para mostrar que o processo de construção do conhecimento foi compartilhado. Estes parceiros e parceiras do Brasil e do exterior apoiaram as ideias que propus para debate, como também as qualificaram e modificaram, tornando-se coautores na construção conceitual de movimento socioterritorial e debate paradigmático, por exemplo. Mas estes artigos não representam tudo, mas uma pequena parte de estudos mais profundos e amplos, pois alguns são resultados de teses de doutorado que foram fundamentais para o progresso do pensamento.

Temas como campesinato, reforma agrária, movimentos socioterritoriais, disputas territoriais, conflitualidade, pensamento geográfico, entre outros foram trabalhados tanto individualmente como pelo coletivo de pensamento. Considero que houveram avanços significativos em quase todos os temas estudados. Apesar de todo nosso esforço, um dos temas se desenvolveu menos, o relatório dos impactos socioterritoriais, em que pretendemos analisar as territorialidades do campesinato e do agronegócio. Este continua sendo nosso desafio, como são o estudo das territorialidades dos movimentos socioterritoriais, as diferenças com os movimentos socioespaciais e os limiares entre a natureza material e imaterial do território.

Mas, enfim, temos tempo para continuar o desenvolvimento dessas ideias e o bom é a chegada constante de novas pessoas no NERA. Todo ano, temos novas mentes que se propõem a pensar o pensamento que começamos há trinta anos. E mais importante é saber que novos professores coordenarão esses trabalhos. Com certeza eles os transformarão porque são independentes e a realidade exigirá.



1. CAMPESINATO E AGRONEGÓCIO DA LARANJA NOS EUA E BRASIL¹

Bernardo Mançano Fernandes²

Clifford Andrew Welch³

Introdução

Apresentamos uma análise das conflitualidades entre agronegócio e campesinato no processo de formação agroindustrial e mercantil do suco de laranja nos estados de São Paulo - Brasil e Flórida - Estados Unidos da América. Nossos objetivos são: a) apresentar o método de análise, a metodologia e o debate teórico que desenvolvemos para explicar nas escalas local e global, as relações e as questões do camponês citricultor e do agronegócio da laranja; b) divulgar os resultados das pesquisas realizadas na Flórida e em São Paulo; c) contribuir com as possibilidades de resistência do campesinato contra o agronegócio no mundo globalizado. Em nossas análises discutimos os conceitos de agronegócio, apresentado como um conjunto de sistemas e o campesinato compreendido como um sistema próprio e em grande parte é subalterno ao agronegócio.

A formação da citricultura na Flórida se desenvolve há dois séculos. Durante o século XIX, o campesinato predominava a cultura. Desde a década de 1930, contudo, a implementação de diversas políticas tem diminuído a participação do campesinato no processo produtivo. No agronegócio da laranja na Flórida, a agricultura camponesa enfrentou fortes obstáculos que minimizam suas possibilidades de resistência frente à agricultura capitalista. Apesar da imagem do campesinato ser intensamente utilizada pelo marketing do agronegócio nas embalagens de sucos, na mídia e inclusive na Internet, idealizando o agricultor familiar como o produtor predominante de sucos, a intensa terceirização da produção e o preço da terra têm expulsado muitos camponeses da citricultura norte

¹ Texto publicado no XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006 e em FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

² Geógrafo - UNESP – Presidente Prudente – BRASIL - bernardo@pesquisador.cnpq.br

³ Historiador - GVSU – Michigan – EUA - welchc@gvsu.edu – Professor Colaborador da UNESP – Presidente Prudente.



americana. O aumento da representação virtual do camponês no marketing do agronegócio contrasta com a situação real do campesinato de laranja no Estado de Flórida, que é se tornou apenas uma tentativa de sobrevida frente ao aumento do processo de terceirização. Esta nova relação tem se desenvolvido por profissionais liberais que procuram uma “vida pastoral”, por meio da compra de terras, criação de pomares e construção de suas casas. Esses investidores contratam terceiros para fazerem os trabalhos de trato, colheita e venda da fruta.

Baseados na bibliografia, pesquisas de campo, dados estatísticos e no debate com amplo referencial teórico, apresentamos nossa análise da resistência do citricultor camponês frente ao processo de consolidação do agronegócio na Flórida. Nosso estudo parte dos seguintes fatores: a) pressão do agronegócio por meio das empresas processadoras com o crescente papel e predominância de citricultores capitalista nas associações dos produtores de laranja; b) a pressão do agronegócio por meio das empresas processadoras com aumento do poder político e econômico, que contou com apoio dos governos estadual e federal; c) terceirização da produção; d) introdução de novas tecnologias na produção de laranja e de suco; d) entrada do Brasil no mercado a partir dos anos 1970; e) crescimento da Flórida como destino de turistas e aposentados, abrindo grande concorrência no mercado de terras, intensificando o aumento do preço da terra para usos agrícolas, turísticos e residenciais.

A formação da citricultura no estado de São Paulo se desenvolve desde a década de 1910. Na década de 1960, inicia-se o processo de industrialização do suco concentrado e a exportação para os EUA. O processo de consolidação do agronegócio brasileiro da laranja começou na década de 1980, concentrando o poder de negociação em cinco grandes processadoras. A partir da década de 1990, a implementação da verticalização da produção tem diminuído intensamente a participação dos citricultores no processo produtivo. Somente nesta década, o número de citricultores passou de aproximadamente 25 mil para em torno de nove mil. Simultaneamente ocorreu a expansão dos pomares das empresas processadoras aumentando o seu poder político e econômico. Configura-se assim uma tendência de eliminar o citricultor camponês por meio de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja. Simultaneamente, o agronegócio da cana disputa os



territórios produtivos, oferecendo maior renda pelo uso das terras até então utilizada para a produção de laranja. O aumento da concentração de poder nas mãos do agronegócio resultou na organização da resistência por parte dos médios e pequenos citricultores, apresentando um diferencial com relação à situação de eliminação dos camponeses na Flórida.

Esta pesquisa foi realizada por um historiador e um geógrafo. Essa experiência foi gratificante porque no desenvolvimento das metodologias de pesquisa: entrevistas, pesquisas documentais, bibliográficas etc., as categoriais e conceitos das disciplinas: tempo, espaço, relação social, território permanência e transformação foram debatidas e utilizadas para melhor compreender os sujeitos e instituições que constroem as diferentes realidades aqui estudadas.

1 – As diferentes leituras teóricas e os conceitos de campesinato e agronegócio.

1.1. Discussão teórica

O título deste artigo pode parecer estranho para algumas pessoas que trabalham com o agronegócio da laranja, pois não encontramos estudos que analisem as conflitualidades entre camponeses e o agronegócio da laranja. Uma parte dos estudos teóricos trata os camponeses citricultores e os citricultores capitalistas como produtores de laranja, sem diferenciá-los (PAULILLO, 2000, FERNANDES JUNIOR, 2003). Outra parte dos estudos analisa o processo produtivo desde o ponto de vista do capital, de modo que os camponeses são considerados uma das partes do conjunto de sistemas que formam o agronegócio (NEVES e LOPES, 2005; BREY, 1985; HASSE, 1987). Ainda há outra parte que considera sujeitos, relações e espaços apenas como elementos que compõem uma realidade determinada pelos parâmetros da análise (POLTRONIÉRI, 1976; DAVIS e GOLDBERG, 1957; GOLDBERG, 1968).

Essas visões representam diferentes leituras teóricas da agricultura, indústria e mercado de laranja que tratam de modos distintos a participação do camponês e os processos de expropriação aos quais estão submetidos. Esses tratamentos são opções políticas, por um lado, porque o campesinato não é seu



objeto de estudo, por outro lado, porque as políticas de expropriação dos camponeses da produção da laranja são compreendidas como inerentes do modelo de desenvolvimento do agronegócio. Assim são raros os capítulos dessas obras sobre o tema ou artigos que tratam do campesinato. Somente uma leitura detalhada pode revelar os preconceitos dos analistas que colocam os camponeses como obstáculos a serem eliminados ou sujeitos a serem integrados no processo de formação dos sistemas do processo de produção do suco.

A nossa opção em estudar a participação do campesinato na agricultura da laranja é uma iniciativa para ler essa realidade desde os espaços de resistência e de subalternidade desses sujeitos. Procuramos compreender os desafios que enfrentaram e enfrentam no processo de expropriação por causa das políticas de controle que o agronegócio da laranja desenvolve. Com este trabalho, apresentamos uma outra visão, uma leitura teórica da agricultura, indústria e mercado da laranja em que o campesinato é estudado como sujeito que contribui e é eliminado por um determinado modelo de desenvolvimento econômico da agricultura da laranja. Essa contradição: contribuição-destruição é mais bem compreendida quando a análise considera que o campesinato não é parte integrante do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento pelo fato não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital.

Escolhemos a Flórida e São Paulo porque estes dois estados concentram em torno de 40% da produção mundial de laranja (ABCITRUS, 2006). Essa concentração é ainda maior porque a produção dos dois estados é responsável por 85% do suco de laranja consumido no mundo (FERNANDES JUNIOR, 2003; FAO, 2003). São apenas quatro processadoras de suco no Brasil e doze nos EUA, sendo que três processadoras estão presentes nos dois países: Cutrale, Citrosuco e Coinbra. Essa concentração é mais intensa porque quatro dessas empresas: Sucocítrico Cutrale Ltda.; Grupo Fisher Citrosuco Ltda.; Grupo Votorantim – Citrovita Ltda. e Coinbra – Comércio e Indústrias do Brasil controlam 85% do comércio mundial de suco (ASSOCITRUS, 2006). As três primeiras são empresas brasileiras e a quarta é propriedade do grupo familiar francês Louis Dreyfus. Em 2004, a Citrosuco e a Cutrale compraram o setor citrícola no Brasil da americana Cargil. A Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Coinbra (as 4 C's) disputam os



mercados intensificando a concentração de poderes e territórios, especialmente com a terceirização e a verticalização da produção. Este processo levou citricultores capitalistas e camponeses a acusarem as 4C's de cartel, levando a realização de uma investigação de atividades ilegais: a operação Fanta pela entidade brasileira de fiscalização, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

A primeira formulação do conceito de agronegócio (agribusiness) é de DAVIS e GOLDBERG, 1957. Para os autores, agribusiness é um complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças. O movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, que trabalham com um ou mais commodities e atuam em diversos outros setores da economia. Compreendemos que essa condição confere às transnacionais do agronegócio um poder extraordinário que possibilita a manipulação dos processos em todos os sistemas do complexo.

O capital controla todos os sistemas do complexo e utiliza o campesinato no sistema agrícola. No caso do agronegócio da laranja, os camponeses são responsáveis por uma parte importante da produção da fruta, sob controle total da indústria. Todavia, temos observado a tendência de verticalização e terceirização da produção, processos que têm expropriado o campesinato, porque o camponês vende a terra e deixa de ser agricultor; ou expulso, porque deixa de produzir laranja para suco e passa a produzir laranja para mesa ou a trabalhar com outra cultura e outras atividades.

O controle deste complexo de sistemas pelo capital, denominado de agronegócio, também tem dominado os processos de construção de conhecimento, de tecnologias e políticas agrícolas. No caso do agronegócio da laranja, os sistemas industrial, financeiro e mercantil estão concentrados pela indústria, que controla o sistema agrícola intensificando a exploração dos produtores de laranja, capitalistas ou camponeses.

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências. No sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho



familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências. Com esta leitura estamos afirmando que o sistema agrícola camponês não é parte do agronegócio, todavia, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas etc., os camponeses estão subalternos. O campesinato pode produzir a partir do sistema agrícola do agronegócio, contudo, dentro dos limites próprios das propriedades camponesas, no que se refere a área e escala de produção. Evidente que a participação do campesinato no sistema agrícola do agronegócio é uma condição determinada pelo capital.

O conceito de camponês utilizado em nossa pesquisa é o do produtor familiar. A unidade camponesa é condição essencial para a produção de sua existência e da produção de alimentos. Compreender o campesinato como um sistema, não significa ter uma visão mecânica, mas sim considerar a estrutura e as dimensões que comprehende seu modo de vida, a partir de seu território, sua cultura, seus valores, suas formas de luta e resistência no enfrentamento com o capital. Condições essenciais para continuar sendo camponês. Todo camponês é um agricultor familiar, embora alguns autores não considerem que o contrário também é verdadeiro como é o caso de Romeiro (2002). A diferenciação entre agricultor familiar e camponês é mais uma tentativa de fragmentação e cooptação, como demonstrado em Fernandes (2007).

Consideramos camponeses citricultores os produtores familiares que utilizam predominantemente o trabalho dos membros da família, cujo número tem que ser maior que o número de trabalhadores assalariados, com exceção para os períodos de colheita. Consideramos citricultores capitalistas, evidentemente, os produtores familiares ou não que usam predominantemente o trabalho assalariado. Portanto, definimos campesinato como os produtores que utilizam predominantemente o trabalho familiar e não exclusivamente.

Utilizar a predominância do trabalho da família é valorizar a relação social não capitalista em que as formas de poder são distintas das formas de poder das relações capitalistas. Esta distinção das relações determina o uso do território. A predominância familiar possui uma limitação que é inerente à forma de organização do trabalho. Esta limitação determina a área de produção e, por conseguinte todas



as relações que lhe são resultantes, por exemplo: tempo de trabalho, renda, quantidade produzida etc..

Neste sentido a predominância do trabalho familiar é uma característica do campesinato (e não do capital). O campesinato não promove diferentes tipos de concentração: terra, capital, poder etc. Ao contrário, o capital ao realizar a sua reprodução ampliada por meio da mais valia supera os limites de tempo e espaço, o que lhe possibilita o crescimento e a necessidade da concentração para continuar crescendo. Esta distinção é essencial para compreendemos as diferenças entre os produtores camponeses e os produtores capitalistas.

Com esta utilização conceitual demonstramos três processos: 1) O campesinato sempre foi utilizado para a produção de laranja na Flórida e em São Paulo; 2) O controle do capital do processo agrícola cresceu no século XX e virou uma forma de subalternidade do campesinato, todavia nunca foi definitivo, porque o campesinato sempre criou formas de resistência; 3) O controle, resistência, expropriação e recriação do campesinato foram e são elementos da conflitualidade entre capital e trabalho no centro do processo histórico do desenvolvimento do agronegócio da laranja.

1.2. Metodologia

Para a elaboração deste artigo, realizamos trabalhos de campo na Flórida, na região de Lakeland, e em São Paulo na região de Bebedouro, onde conversamos e entrevistamos diversos citricultores: camponeses e capitalistas. Também visitamos diversas instituições, como o Departamento de Citrus da Flórida, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CITRICULTORES – ASSOCITRUS e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP.

Para a leitura dessas realidades, procuramos desenvolver um método de análise, destacando a participação do campesinato e dos citricultores capitalistas nas conflitualidades com as processadoras de suco de laranja no interior do complexo de sistemas denominado agronegócio. Essa leitura contém a



intencionalidade de destacar o campesinato e suas formas de resistência e subalternidade, além compreender as diferentes estratégias do agronegócio para manter o controle sobre o sistema agrícola e assim intensificar a exploração sobre os citricultores.

A sustentação desta análise está baseada em ampla e atualizada bibliografia e dados estatísticos. Dessas diversas referências, promovemos o debate apresentando nossa leitura do processo em desenvolvimento de eliminação do camponês citricultor, a partir dos seguintes fatores: a) pressão do agronegócio por meio das empresas processadoras com o aumento do poder político e econômico e que conta com o apoio do governo; b) verticalização da produção; c) introdução de novas tecnologias na produção de laranja e de suco; d) tomada de consciência e formação de espaços por parte dos citricultores camponeses e citricultores capitalistas no enfrentamento com o agronegócio.

2 - Flórida: terra cara, controle tecnológico, produção terceirizada e camponês “só para consumidor ver”

Na indústria de laranja da Flórida, a agricultura camponesa não conseguiu resistir à agricultura capitalista. Em geral, restam do campesinato apenas imagens de marketing, colocando - como produtor ideal de laranja e suco. Todavia, profissionais liberais procuraram “uma vida pastoril”, comprando pomares de laranja para localizar suas casas, contratando terceiros para fazer todo o trabalho de trato, colheita, e venda da fruta.

Esta trajetória da citricultura na Flórida vem sendo construída nos dois últimos séculos, principalmente pós-segunda guerra mundial, com a introdução de tecnologias de suco-concentrado nos anos 1940 e com a entrada do Brasil no mercado mundial desde os anos 1970. Outro fator de grande importância da época foi o crescimento do turismo, principalmente de aposentados, abrindo uma grande concorrência no mercado de terras entre utilizações agrícolas, residenciais e de recreações.

A laranja foi introduzida na Flórida pelos conquistadores espanhóis no século XVI. Embora a fruta não tenha sido comercializada além do local até o século XVIII, as mudas da laranja azeda (*sour orange*) plantadas para os chamados efeitos



medicinais são, até hoje, a raiz da maior parte dos pés de laranja na Flórida. As primeiras exportações da fruta vieram em 1776 quando o primeiro grande produtor de Laranja, o inglês Jessé Fish começou mandar a laranja azeda e suco para a Inglaterra. No século XIX, os Estados Unidos compraram o território da Flórida da Espanha e a produção expandiu para satisfazer mercados no norte do país.

Apesar da forte geada de 1894-1895, a produção aumentou para seis milhões de caixas, quatro vezes mais que a produção dos lavradores na Califórnia. A importância da indústria foi reconhecida pelo governo federal que estabeleceu um posto experimental do Departamento de Agricultura em 1892. Em 1899, o estado também começou criar um setor dedicado ao melhoramento da lavoura de laranja (BREY, 1985, p. 125-134; HASSE, 1987, p. 10-17; FLORIDA AGRICULTURAL STATISTICS, 2005, p. 4).

Os historiadores dão ênfase no desenvolvimento da agricultura capitalista, destacando a experiência dos donos de grandes pomares e comerciantes, mas a maior parte da produção era camponesa até meados do século XX. Depois da compra pelos EUA, o governo norte-americano atraiu camponeses para se situar na Flórida, oferecendo áreas de até 60 ha. para as famílias que conseguiram se estabelecer e expulsar os índios Seminole. Muitas famílias ocuparam áreas no vale do Rio dos Índios e plantaram laranja. Em 1865, depois da Guerra da Secessão, mais famílias migrantes chegaram para constituir pomares de laranja. O número de pequenos citricultores foi tão grande que o lavrador T. W. Moore escreveu o primeiro guia da citricultura em 1881. O livro se popularizou e três anos mais tarde já estava revisado e na terceira edição (BREY, 1985, p.131-134; MOORE, 1884).

Um pesquisador norte-americano, James Brey, estudou o processo de diferenciação dos produtores de laranja. Mapeou a produção entre citricultores que definiu como agricultores “tradicionais,” “mistos”, e “industriais”. Enquanto o autor procurou explicar a predominância dos industriais: os citricultores capitalistas – podemos utilizar a pesquisa dele para entender melhor o papel dos camponeses: tradicionais e mistos. Segundo Brey, teve um número significativo de camponeses na Flórida até a primeira metade do século XX. O autor afirma que eles se interessavam pouco pelo mercado nacional e mais para subsistência de suas



famílias e o mercado local. A lavoura diversificada foi predominante, com a laranja integrada como parte da produção. De fato, por um bom tempo os pés de laranja eram nativos e a colheita da fruta feita na hora de consumoção. “All grove work is done by members of the family,” Brey escreveu. “Land may be family owned or utilized on a sharecropping basis. In many cases it is unclear who actually owns the land.” Para o Brey, o que importa é que os lavradores industriais são totalmente dedicados à produção para o mercado enquanto os tradicionais tem poucos vínculos com o mercado. Para os industriais, o Brey destaca, “Profit maximization is at the top of the list of goals” (BREY, 1985, p. 31-36). A influência dos tradicionais na história da indústria de laranja em Flórida é tão insignificante, concluiu o Brey, que foram “omitted from the discussion” (BREY, 1985, p. 40).

Na linguagem do Brey, os agricultores mistos são os camponeses médios de Lenin. Como os tradicionais, a maioria do trabalho é feito por membros da família. Como os industriais, o agricultor misto está bem mais vinculado com o mercado e depende na laranja para a maior parte de sua renda. Para Brey, o agricultor misto pretende avançar para a situação do industrial, ou seja, o médio quer ser o grande. Mas, vários fatores complicam a transição. “Some ‘mixed’ citriculture will likely never become ‘industrial’ because of a lack of capital or a land tenure system which keeps grove plots very small and family controlled. Cultural resistance to change and the lack of reliable markets and transportation may also inhibit transformation.” A transformação deles foi dificultada principalmente pelas geadas que colocaram os produtores menos capitalizados em posições de difícil recuperação e assim sujeito a compra por lavradores com melhores condições e ambições de expansão. As geadas são de bastante importância na história da laranja na Flórida. Quando as árvores são estragadas pelo frio, o lavrador fica sem fonte de renda. O agricultor precisa de bastante capital para voltar a produzir depois de uma geada, já que leva até doze anos para uma árvore começar a produzir uma quantidade suficiente de fruta para dar lucro. São poucos os lavradores em condições financeiras para tanto tempo de espera (BREY, 1985, p. 37-46).

Com as preocupações de um assessor da indústria, Brey enfatiza os fatores técnicos deste processo, deixando fora aspectos culturais e políticos como se não fossem relevantes para entender a história das transformações. Contudo, as



políticas de desenvolvimento local do camponês expressou uma forma resistência contra a sua integração na agricultura capitalista. Lendo nas entrelinhas há expressão de conflito entre os camponeses e os capitalistas a partir da geada no final do século XIX. O primeiro sinal deste aspecto encontra-se na compra forçada das terras de camponeses que não conseguiram recuperar sua produção depois da geada, criando uma situação de concentração que colocou os agricultores maiores numa posição de vantagem para tentar controlar mais a indústria. Em 1909, os "industriais" se organizaram em a Florida Citrus Exchange, um cooperativa para promover a venda da fruta no nordeste dos EUA. O Exchange criou um sistema de contribuição dos citricultores para financiar pesquisa em comunicação, marketing, e a embalagem final do produto. O sucesso para eles foi o desenvolvimento de tecnologias para enlatar pedaços de laranja. Assim, a fruta foi preservada em conserva e podia ser transportada com maior segurança. O marketing da época destacou a laranja como algo indígena, natural, simples. Neste processo podemos observar a construção de imaginários - laranja oriunda de comunidades pequenas e trazidas para a mesa do consumidor pelas próprias mãos do agricultor familiar tornava-se mais saudável. O pequeno agricultor tradicional serviu como símbolo, mas as políticas procuradas pela Exchange estavam voltadas para ajudar a agricultura capitalista.

Em 1935, um grande avanço para os lavradores organizados foi a criação do Florida Citrus Code (Código Cítrico da Flórida). O grupo queria ordenar melhor o mercado e eliminar fruta de baixa qualidade que, na opinião do Exchange, poderia trazer para a indústria floridiana de laranja em todo um nome sujo. O código criou uma comissão estatal para fiscalizar a indústria, gerado novos regulamentos que foram impostos em todos os agricultores, inclusive a imposição de uma taxa em cada caixa de laranja para pagar parte dos custos de controle de qualidade, pesquisa de mercado, e propaganda (BREY, 1985, p. 139-144). Para os camponeses, a nova ordem tinha um significado determinado: deixá-los fora do mercado. O novo padrão de qualidade não admitia fruta que não passasse em vários testes, entre eles o do olhar e composição. Os agricultores que não podiam satisfazer as demandas da comissão – a Florida Citrus Commission – não foram certificados e sua fruta não podia ser industrializada.



Esta situação de divisão mudou um pouco a partir do desenvolvimento de suco-concentrado-congelado durante a segunda guerra. A tecnologia foi aperfeiçoada em 1947 e o sucesso do suco no mercado já virou quase toda a produção nesta direção. Em 1948, em torno de 50% da produção do estado foram processadas como suco concentrado. Entre 1947-1948, três fábricas produziram quase meio milhão de litros do produto; um ano depois, o número subiu para dez produzindo 2 milhões de litros. O suco concentrado teve a vantagem de reduzir a importância do olhar e composição da fruta, uma vez que tudo foi processado. “The post-war years were times of unparalleled prosperity for the Florida industry,” o Brey comentou (BREY, 1985, p.144-146). Entre 1950 e 1965, a citricultura expandiu seu território no estado de Flórida e o número de fábricas de suco dobrou. Em 1950, produziu 60 milhões de caixas de laranja; em 1970, dobrou a quantidade e em 1980, foram 207 milhões de caixas produzidos (FERNANDES Jr., 2003, p. 17). A porcentagem da lavoura dedicada ao suco concentrado aumentou e atingiu 70% entre 1992-1993 (Florida Department of Citrus, 2005, p. 16). Em termos ecológicos, a expansão da citricultura causada pelo suco concentrado causou danos enormes porque as terras arenosas necessitaram toneladas de adubo químico para ser útil (HAMILTON, 2003). O alto preço dos agrotóxicos pirou a situação econômica dos citricultores camponeses.

Agora, foi o próprio êxito da indústria de suco concentrado que ameaçou os camponeses. O lucro atraiu grandes empresas como Minute Maid para investir nas terras e na produção do suco. O tamanho dos bosques aumentou e o número de donos diminuiu. “For the first time large corporate giants controlled the marketing of sizeable amounts of fruit and owned the acreage which produced it” (BREY, 1985, p. 144-148). A potência do consumo norte-americano estimulou agricultores no Brasil a procurar maneiras de entrar no mercado. A agricultura de laranja no Estado de São Paulo já tinha uma tradição de produção de fruta para um mercado doméstico de “suco fresco” no Brasil e a geada floridiana de dezembro de 1962, abriu caminho para a entrada dos brasileiros e investimentos norte-americanos. Dezenas de técnicos americanos de diversas empresas e até da USDA (o Ministério da Agricultura dos EUA) atenderam à demanda dos citricultores do



Brasil ambiciosos para construir fábricas de suco concentrado e exportar seu produto para os EUA (HASSE, 1987, p. 162-185; FERNANDES Jr., 2003).

2.1 – O caso da família Story

Para exemplificar esse processo, apresentamos o caso da família Story que acompanhou as transformações da indústria de laranja desde os anos 1930 e revela os transtornos que o campesinato enfrentou para sobreviver no contexto do crescimento da agricultura capitalista no Estado de Flórida. Em março de 2006, numa entrevista numa churrascaria tradicional na cidade central da indústria, Lakeland, FL, Victor Bernard Story, de 60 anos, nos contou a história da família e sua perspectiva sobre a situação dos agricultores familiares em Flórida (STORY, 2006). Seu avô era comerciante e comprou um pomar de laranja de 20 hectares nos anos 1930. Era apenas um investimento, porque não tocava a lavoura. Depois que se aposentou, terceirizou o serviço. “Ele não foi um lavrador, na verdade, ele foi um negociante.” O pai de Victor seguiu os passos do avô, poupar dinheiro nos anos 1940 e comprando mais um pomar em 1947. “Nós fomos criados lá e crescemos tocando a terra.” Foi uma época boa para os lavradores e em 1957, seu pai comprou mais dois pomares. Mesmo assim, na opinião do Victor, seu pai não foi um lavrador e sim um administrador que sempre trabalhava para empresas.

Essa tendência foi quebrada pelo Victor que se identifica como agricultor. Em 1963, ele começou estudar agronomia na faculdade, mas desistiu depois de quatro anos. Quando voltou para casa, ele começou trabalhar com o pai, comprando mais terras e a família chegou a possuir em torno de 1.000 hectares com pés de laranja por volta de 1989. Enquanto o pai cuidava das contas, Victor cuidava o trato das árvores e a produção das laranjas. Outros irmãos e genros do pai participaram e quando os filhos deles cresceram, também trabalharam no campo. Em 2006, prepara documentos para facilitar a herança para os netos e bisnetos de maneira a dar continuidade para a empresa da família.

A história da família se encaixa no processo de profissionalização, crescimento, e a formação do agronegócio. Victor é um médio ou até mesmo um grande produtor na classificação do Brey. Como tantas outras histórias de família



não estiveram livres de transtornos. Até 1989, conseguiram crescer comprando as terras de camponeses. Uma geada no mesmo ano, matou árvores em mais que 300 hectares. Para pagar as dívidas e tentar sobreviver acabaram vendendo quase 300 hectares e começaram uma nova companhia para cuidar os pomares de lavradores que terceirizavam a produção como seu avô. Em 2006, cuida de 1.200 hectares de clientes e da própria família. Tem uma equipe de 15 trabalhadores permanentes que trabalham na produção de citrus. Entre os clientes da família, tem proprietários e investidores de 12 até 320 hectares. Entre os primeiros têm acionistas tentando diversificar seus investimentos; entre os últimos, tem professores universitários e outros profissionais (SPREEN, 2006).

A geada de 1989 mudou a vida da família Story e também da trajetória da indústria de laranja em Flórida. Pela primeira vez a importação de suco concentrado do Brasil ultrapassou a capacidade da produção da Flórida. Os lavradores entregaram 110 milhões de caixas de laranjas para serem processadas. Mesmo assim mais que 50% do suco consumido nos EUA foi importado do Brasil. Esta situação trouxe nos anos 1990 um processo de concentração da indústria, expropriando mais intensamente os pequenos e médios citricultores que tinham sobrevivido até então. O número de processadoras foi reduzido das 27 empresas com 29 fábricas que existiram em 1990 para 12 empresas com 18 fábricas em 2002. Significativamente, com a concentração, quase desapareceu a integração vertical da indústria: das 11 empresas que eram donos das fábricas e os pomares em 1990, sobreviveram só duas até 2002. Um testemunho do argumento que globalização é uma estrada de mão dupla, as maiores firmas que compararam as empresas norte-americanas são brasileiras (Citrocsuco e Cutrale) e a francesa (Louis Dreyfus). Cutrale comprou as fábricas da Minute-Maid, uma das marcas de suco mais famosas nos EUA, enquanto o gigante transnacional norte-americana Pepsi, comprou outra, a Tropicana. Em 1993, os pomares da Minute-Maid foram comprados pela King Ranch, Inc., um das maiores donos de terras agrícolas nos EUA (FERNANDES Jr., 2003, p. 17-22; GRAHAM, 2002, p. 218).

Story está impressionado com a seriedade e qualidade do trabalho dos brasileiros, mas também tem medo da indústria brasileira. Como a indústria de laranja floridiana em geral, ela acha que a competição do Brasil poderia acabar com



a agricultura e a indústria de laranja da Flórida, se não fossem medidas protecionistas na política agrícola dos EUA, como uma tarifa de US\$ 0.05 por litro de suco importado (FLORIDA DEPARTMENT OF CITRUS, 2005, p. 48).

As entidades que mais representam os agricultores de laranja na Flórida hoje em dia - a Florida Citrus Mutual, um lobby, e a Florida Department of Citrus, uma agência do governo estadual – se responsabilizam em munir seus sócios com pesquisas e dados sobre a indústria brasileira e floridiana. Além das políticas agrárias, tem uma empresa norte-americana que oferece um sentido de segurança para Victor, a cooperativa chamada Florida's Natural (Citrus World) (WIKIPEDIA, 2004).

Florida's Natural reunia uma dúzia de organizações de citricultores com 1.200 sócios. Foi fundada em 1933 para ajudar os camponeses a juntar seus recursos para enlatar sua fruta e vendê-la. Assim, tentaram escapar da pressão dos regulamentos do Exchange. Mas a codificação da indústria pelo Estado forçou a cooperativa a se adaptar aos regulamentos. Para continuar funcionando, ela precisava respeitar a codificação, o que fez em 1987 com produção do suco natural em embalagem tipo longa-vida (chame-se NFC para Not-from-concentrate). Nos anos 1990, o consumo deste “suco natural” cresceu tanto, que tomou conta do mercado nos EUA (SPREEN, 2000; FLORIDA DEPARTMENT OF CITRUS, 2005). O Estado e os dois grandes vendedores deste suco, Florida's Natural e Tropicana fizeram uma forte propaganda nacionalista sobre o conteúdo, insistindo que é puro suco de laranja floridiana, cercando um mercado que os brasileiros poderiam acessar.

O sucesso do produto e a profissionalização da cooperativa trouxeram para os administradores uma forma de controle que deixou de fora os próprios sócios produtores. Essas cooperativas são controladas por funcionários de alto nível que têm domínio das informações, sendo que os próprios produtores não tem poder de decisão. Story reclama, como é o caso de Florida's Natural. Mas, segundo ele, já que os donos são norte-americanos, ele acha importante manter esse poder para evitar uma dependência total nos processadores brasileiros.

Outro aspecto do sucesso de Florida's Natural que agrada o Story é sua campanha de propaganda vendendo a imagem do agricultor tradicional, como



um camponês, de trabalho familiar de pequeno porte. Desde 2001, a propaganda passa a idéia de que o suco é tão fresco que o camponês comercializa diretamente com o consumidor. Ou seja a imagem da indústria não aparece. A legenda é “It's as close to the Grove as you can get.” Para quem quiser ler a embalagem, vai encontrar um histórico mais completo: “Florida's Natural orange juice is made just from our fresh oranges, not from concentrate. And it's the only leading brand owned by a small coop of growers, so only our personal best goes into every carton.” Viajantes virtuais do site da empresa, encontram imagens em preto e branco dos fundadores, descritos como homens simples e firmes, para apoiar o imaginário camponês. Turistas em Flórida estão convidados para visitar a Grove House (Casa do Pomar), uma loja feita para lembrar uma casa camponesa (FLORIDA'S NATURAL GROWERS, 2006).

Enquanto uma representação do camponês vive na Internet, a situação do campesinato de laranja no estado de Flórida é de preservação parcial.. A pressão da agricultura capitalista, a intervenção do governo ao lado das empresas, a concentração dos processadores, a profissionalização das cooperativas, a globalização da indústria e o altíssimo preço de terra no estado, deixaram pouco espaço para a sobrevivência do camponês.

Tabela 1 - Número de propriedades com pomares por classes de área no Estado de Florida, 1954-2002

Classes de imóveis em ha.	1954	ha.	1964	ha.	1974	ha.	1982	ha.	1992	ha.	2002	ha.
Menos de 20	9.114	N.I.	11.512	47.796	7.130	29.254	6.001	29.367	5251	25.206	4920	23.884
20 a menos de 57	1.645	N.I.	3.436	48.578	1.907	38.750	1.787	34.405	1452	28.440	1317	29.392
57 a menos de 202	292	N.I.	2.432	63.220	1.224	54.790	1.031	52.225	874	46.646	834	49.301
202 a menos de 810	143	N.I.	1.463	214.798	558	89.037	504	92.696	396	73.668	363	67.221
Mais de 810	N.I.	N.I.	#	#	260	150.245	255	161.850	232	185.514	219	183.130
Total	11.194	255.575	18.843	374.392	11.079	362.076	9.578	330.543	8.205	359.474	7.653	352.928

Observação: para organizar esta tabela, foi necessária uma pesquisa ampla, reunindo os dados para compor esta tabela de modo a possibilitar uma comparação aproximada com os dados do Brasil. Por essa razão, apresentamos este longo e explicitado detalhamento das fontes.

Fontes: US Census Bureau, United States Census of Agriculture.1954 (Soma da Tabela do Estado 4 – Farms and Farm Characteristics: Land in bearing and nonbearing fruit orchards, groves, vineyards, and planted nut trees; Áreas diferenciadas da Economic Area Table 4 -- Farms, Acreage, Value and Use of Fruit-and-nut); 1964 (Soma da Table 18 – Farm Characteristics, by Tenure of Operator: Land in Bearing and nonbearing fruit orchards, groves, vineyards, and planted nut trees),1974 (Soma da Tabela 30 (Condados): Land in Orchards; valores diferenciados da Tabela 30 (Estado): Summary by Size of Farm: Land in Orchards),1982 (Tabela 48: Summary by Size of Farm: Citrus Fruit),1992 (Tabela 49: Summary by Size of Farms: All citrus



fruits), 2002 (Tabela 61: Summary by Size of Farms: All citrus fruits). N.I. = não informado; # = para este ano, os valores dessa classe de área (mais que 810 ha) estão incluídos na classe de área precedente.

A participação percentual das propriedades com menos de 202 hectares no Estado da Flórida e dos imóveis com menos de 200 hectares no estado de São Paulo é uma importante referência comparativa para conhecermos a participação das unidades predominantemente camponesas na produção da laranja. De acordo com os últimos dados que conseguimos: 1995/1996 para o Brasil e 2002 para os EUA, na Flórida e em São Paulo, estas unidades camponesas representam 92% dos produtores. Outra importante referência comparativa entre os dois países é a tendência histórica de concentração e marginalização. Os censos confirmam as tendências de concentração dos pomares nas mãos dos grandes proprietários e a consequente marginalização do citricultor camponês. Na Flórida, entre 1954 e 1964, o mercado de suco concentrado aumentou, criando oportunidades para o camponês, que cresceu como categoria, justamente na época que nasceu a agroindústria brasileira de suco, também em resposta do mercado em expansão. Daí até o presente, como mostra as estatísticas de 1974, 1982, 1992, e 2002 em Tabela 1, o número de unidades camponesas de todo tamanho reduziu por mais que 50%, perdendo mais que metade de seu território para o agronegócio.. No mesmo período, houve estabilidade no número dos maiores citricultores, mas uma expansão quase constante de suas áreas acima de 810 hectares. O resultado deste processo tem sido trágico para camponeses como a família Hancock.

2.2 – O caso da família Hancock

No cinturão verde da cidade de Tampa, Florida, tem placas para o sitio Hancock Groves. Ao lado de uma estrada rural, tem um armazém azul, situado em frente de um pomar de pés de laranja. No lado da entrada encontramos uma placa comemorando a família Hancock por conseguir segurar no lugar como camponeses por mais que cem anos. Na parede do armazém há um placa, onde se lê: “A Century Pioneer Family Farm. For its continual ownership by one family for over 100 years, We Salute you. Bob Crawford, Agricultural Commissioner.” Dentro do armazém, há uma loja de lembranças e laranjas. Em fato, a unidade dos agricultores centenários



é apenas um ponto turístico, onde encontramos várias miniaturas, fabricadas na China, como um lápis com um jacaré (símbolo do estado) encaixado em uma das extremidades com uma borracha .

Conversamos com Robert Hancock, de 45 anos de idade, e seu pai Theodore, 87. Robert trabalhava no caixa da loja e carregava em seu cinto uma pistola, preocupado, aparentemente, com ladrões. Segundo Robert a família fundou a área no século XIX. Foram colonos que enfrentaram os índios Seminoles e sobreviveram. Praticou vários tipos de lavoura, inclusive a produção de castanhas e laranjas. Seguiu com a laranja até as geadas dos anos 1980 quando perderam centenas de árvores. Como a família Story, a família Hancock começou ganhar dinheiro com outra linha só que invés de ser nos serviços, abriu uma loja. Nos anos 1990, as laranjas que começaram voltar em produção pegaram a doença cankar e ninguém compraria a fruta. Os custos associados com a luta contra a doença que não tem cura, ficaram altos demais e os Hancock desistiram de ser citricultores. É uma versão da mesma história que a maioria dos camponeses já passou.

3 – São Paulo, controle político, verticalização da produção e descapitalização dos camponeses citricultores e dos citricultores capitalistas

A formação da citricultura no estado de São Paulo começou na segunda década do século XX. Na década de 1960, iniciou o processo de industrialização do suco concentrado e a exportação para os EUA. A consolidação do agronegócio brasileiro da laranja aconteceu em 1980 concentrando o poder de negociação em cinco grandes processadoras. A partir da década de 1990, a implementação da verticalização da produção foi intensificada, diminuindo a participação do campesinato citricultor e de citricultores capitalistas no processo produtivo. Somente nesta década, o número de citricultores passou de aproximadamente 25 mil para em torno de nove mil. Simultaneamente ocorreu a expansão dos laranjais das empresas processadoras aumentando ainda mais seu poder político e econômico. Configura-se assim a eliminação do citricultor familiar pequeno e médio por meio de uma política dirigida pelo agronegócio da laranja. Simultaneamente, o agronegócio da cana disputa os territórios produtivos, oferecendo maior renda pelo uso das terras até então utilizada para a produção de



laranja. O aumento da concentração de poder nas mãos do agronegócio enfrenta a reação dos médios e pequenos citricultores.

3.1 - O caso da família Jangrossi

No trabalho de campo realizado na região de Bebedouro, visitamos citricultores pequenos, médios e grandes. Entre as propriedades visitadas destacamos o caso da família Jangrossi. São seis famílias camponesas cujas propriedades somam 240 hectares com laranjais no município de Cajobi. São descendentes de migrantes italianos que vieram trabalhar nas lavouras de café, se capitalizaram e compraram terras (BRAY, 1974). Na década de 1980, com a intensificação da expansão da citicultura da laranja, os Jangrossi trocaram o café pela laranja. A situação família Jangrossi é um bom exemplo para ilustrar a situação dos camponeses citricultores.

Os Jangrossi estão sendo empobrecidos pelo aumento do controle político econômico das processadoras, que estão investindo na verticalização da produção. Eles informaram que não possuem controle algum sobre o processo produtivo. A lógica do agronegócio é controlar todas as formas de conhecimento, desde as tecnologias às formas de negociação. Nos últimos anos, as processadoras maquinaram as condições de controle para determinar o tipo de contrato com o produtor. As processadoras se relacionam indiretamente com os produtores através de representantes, denominados “condomínios”.

Os “condomínios” são formas de controle políticos das informações e ocupam todos os espaços de decisão dos citricultores. Por exemplo: os controladores dos “condomínios” são mediadores entre as processadoras e os produtores e entre os citricultores e empresas que contratam assalariados para a colheita. Os “condomínios” mantêm o controle das informações referentes aos momentos de colheita e venda da produção.

Este controle de informações representa uma forma de subalternidade dos citricultores em relação às processadoras. Segundo os Jangrossi, a pessoa que controla o “condomínio” representa os interesses da processadora. Na renovação dos contratos de três anos ela exerce enorme pressão para que o produtor mantenha o contrato com a processadora. No caso dos Jangrossi, eles possuem um



contrato para o período 2005-2007. O controlador do condomínio, em 2006, lhe ofereceu um preço maior por caixa de laranja para renovar o contrato já neste ano. E um preço menor para renovar o contrato em 2007.

Os Jangrossi afirmaram que a qualidade de vida da família é determinada por essa política. E essa qualidade vem declinando, mesmo que eles tenham intensificado o trabalho na laranja por causa da diminuição do preço e da produtividade. Os membros da família possuem escolaridade de nível fundamental e não têm conseguido continuar os estudos. Os conhecimentos que possuem a respeito do trato da laranja são os receitados pelas processadoras através de seus representantes.

Os Jangrossi são famílias camponesas em processo de descapitalização, resultado das mudanças na correlação de forças entre as processadoras e os citricultores que aconteceu a partir da primeira metade da década de 1990. Os Jangrossi, como a maior parte dos citricultores, caíram na trama das relações de poder maquinadas pelas processadoras.

Embora produzam laranja há décadas, há a possibilidade de mudarem de cultura, todavia, eles não estão interessados em plantar cana de açúcar, um commodity em expansão agressivo na região em que vivem. Porque não mudar, perguntamos. “A gente gosta de trabalhar,” respondeu **um Jangrossi**, “e a cana não exige trabalho, é só arrendar as terras”. Eles não vêem perspectivas de mudanças que não estejam sob controle do agronegócio. Não estão vinculados às associações de produtores, assim como a quase totalidade dos camponeses da região, que foram estudados por Romeiro (2002), em sua pesquisa dos agricultores familiares e camponeses citricultores em Bebedouro. São completamente dependentes das empresas processadoras.

A maior parte desses camponeses não utiliza políticas de crédito para investimento ou infra-estrutura. Em estado de descapitalização estão bastante limitados para investimento na renovação dos pomares. Esse conjunto de situações acelera o processo de expropriação. Desmobilizados e controlados pelas regras das processadoras, não possuem organização política e não participam de associações de representação de interesses. Nem, sequer, se relacionam diretamente com as



processadoras, que os mantém sobre controle por meio dos “condomínios”. (ROMEIRO, 2002).

As políticas de controle maquinadas pelas processadoras que constroem as condições de descapitalização também criam uma forma de compreensão generalizada em que transparece o camponês como o problema do processo e, portanto uma tendência de os marginalizar até ser eliminados. Para uma leitura ampliada dessa realidade, as tabelas a seguir são algumas das poucas referências disponíveis para uma análise do processo de expropriação dos camponeses citricultores. Observa-se que a participação relativa no que se refere aos pés em produção, renovação do pomar e participação relativa na produção do estado de São Paulo.

Tabela 2 - Número de imóveis rurais com pés em produção no estado de São Paulo

Classes de imóveis em hectares	1980	%	1985	%	1990	%	1995	%
Menos de 50	15.063	73,1	18.215	74,9	14.728	66,5	17.869	66,6
50 a menos de 200	3.811	18,5	4.168	17,1	5.373	24,2	6.806	25,5
200 a menos de 1000	1627	7,9	1.710	7,1	1.903	8,6	1.943	7,2
Mais de 1000	98	0,5	207	0,9	153	0,7	194	0,7
Total	20.599	100	24.300	100	22.157	100	26.812	100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (VIEIRA, 1998, p. 97)

Tabela 3 - Número de pés novos por classe de imóveis no estado de São Paulo

Classes de imóveis em ha.	1980	%	1985	%	1990	%	1995	%
Menos de 50	12756,849	52,7	7238,139	21,9	6447,890	15,4	12432,580	24,8
50 a menos de 200	3329,629	13,8	8375,780	25,3	12473,942	29,7	9507,189	19,0
200 a menos de 1000	6909,401	28,6	11832,432	35,8	16720,680	39,8	18502,635	37,0
Mais de 1000	1214,357	5,0	5641,665	17,1	6207,408	14,8	9606,442	19,2
Total	24210,236	100,0	33088,061	100,0	41.949,923	100,0	50048,852	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (VIEIRA, 1998, p. 112)

Tabela 4 - Participação percentual de imóveis rurais na produção total do estado de São Paulo

Classes de imóveis em hectares	1980	1985	1990	1995
Menos de 50	35,9	33,4	26,0	21,8
50 a menos de 200	27,3	23,4	29,4	30,8
200 a menos de 1000	31,3	35,0	34,8	28,2
Mais de 1000	5,5	8,2	9,8	19,3
Total	100,0	100,0	100	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (VIEIRA, 1998, p. 107)

Ao analisarmos os números absolutos da tabela 1, observamos que o campesinato – representado numericamente pela classe de imóveis com menos de 50 ha. – manteve sua participação no período 1980-1995. O pequeno crescimento do número de imóveis de menos de cinqüenta hectares e a permanência da



capacidade de renovação de pomares, como demonstrado na tabela 2, são representações das tentativas de manutenção dessa classe. Todavia, o crescimento dos imóveis com mais de 1000 hectares representa o forte processo de verticalização industrial na expansão dos laranjais das processadoras. Observe que esta classe cresceu de 98 para 194 imóveis. Isto pode significar mais de cem mil hectares de laranja.

Esse processo de territorialização explica a razão do crescimento da participação na produção total do estado de 5,5% para 19,3% dessa classe de imóveis, o que também contribuiu para a diminuição da participação dos imóveis de menos de cinqüenta hectares. Já as classes com 200 a menos de 1000 que representam os citricultores capitalistas médios e médios grandes, embora o número absoluto de imóveis tenha crescido no período 1980-1985, sua participação relativa na produção total do estado também caiu.

Contradictoriamente, a participação dos imóveis de mais de 50 e menos de 200 hectares quase que duplicou no período e teve pequeno aumento na participação relativa na produção total do estado. Esta contradição também demonstra a persistência do citricultor e o interesse das processadoras em manter outros produtores. Nesta classe estão camponeses citricultores e citricultores capitalistas. Nesta nuance de crescimento e queda, de verticalização e expansão da participação das processadoras na agricultura da laranja e de expansão e destruição dos citricultores camponeses e dos capitalistas está ocorrendo a tendência à concentração.

Essa tendência de concentração, segundo a Associação Brasileira de Citricultores – ASSOCITRUS (2006) se intensificou na década de 1990 diminuindo de 25 mil para nove mil o número de produtores de laranja. A ASSOCITRUS tem atuado no sentido de mudar o rumo desta tendência propondo a criação de novos espaços políticos para fortalecer os produtores de laranja. Mas essa atuação contém sua contradição. Ao mesmo tempo em que a ASSOCITRUS age contra as processadoras atua a favor do agronegócio, que está sob controle das processadoras.

3.2 – ASSOCITRUS – resistência e subalternidade dos citricultores ao agronegócio



A ASSOCITRUS não é uma entidade de classe. Assim como sua rival, a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS EXPORTADORES DE CITRUS – ABCITRUS. A primeira representa os interesses dos citricultores capitalistas e camponeses citricultores. Atua somente no sistema agrícola. A segunda representa os interesses das processadoras que atuam em todos os sistemas do agronegócio da laranja. São, portanto, associações diferentes que fazem parte do complexo de sistemas do agronegócio.

A ASSOCITRUS é uma associação que procura ser representativa para defender os interesses dos citricultores dentro do complexo de sistemas do agronegócio da laranja. Entre seus objetivos também procura dar suporte técnico e jurídico aos citricultores. Nos últimos anos tem atuado sistematicamente contra a estratégia das processadoras para diminuição do número de citricultores e intensificação da verticalização da produção de laranja.

A ASSOCITRUS procura representar, portanto, uma parte do sistema agrícola do agronegócio da laranja. Porque, como demonstramos na parte anterior, com o processo de verticalização de produção pela indústria, as processadoras têm aumentado sua participação na produção da laranja, aumentado também o seu poder de imposição de condições na negociação com os citricultores.

Em seu site na Internet a ASSOCITRUS informa que pretende “resgatar a harmonia do setor citrícola”. Todavia, encontra muitas dificuldades na correlação de poderes dentro do complexo de sistemas do agronegócio. Como a associação representa um sistema e que não produz tecnologia, seu poder é extremamente limitado. Os citricultores produzem laranja para o complexo de sistemas do agronegócio da laranja. As processadoras também produzem laranja, as tecnologias e os conhecimentos para a produção. E ainda produzem as políticas que determinam a comercialização da produção.

Com esse nível de controle as processadoras podem influenciar quantos e quais citricultores vão permanecer produzindo. A ABCITRUS é um fórum para que as processadoras possam traçar suas estratégias de dominação. Nesta correlação de poderes, a ASSOCITRUS defende os direitos e interesses dos citricultores que são controlados pelas processadoras. Nessa condição, as



processadoras têm o controle quase que absoluto sobre os citricultores. Esse controle é determinado pela escala de produção, pelo domínio de diferentes sistemas: produção, indústria, mercado, financeiro etc. Portanto, enquanto as processadoras têm poderes geopolíticos e econômicos em escala internacional, a ASSOCITRUS está procurando construir poder político local.

Paulillo (2001) apresenta uma análise da correlação de poder em que nos anos 1980, o Estado regulava as políticas de negociação. A ASSOCITRUS e a ABCITRUS estavam subordinadas às regulamentações do Estado, sendo que a primeira mantinha apenas poder de político, enquanto a segunda mantinha poderes políticos e econômicos. Nos anos 1990, essa correlação mudou. O Estado foi rebaixado da condição de regulador para a condição de mediador. Esta nova postura do Estado afetou a relação entre citricultores e processadoras. Enquanto a ASSOCITRUS viu seu poder político diminuir, a ABCITRUS ampliou e concentrou seus poderes econômicos e políticos.

Essa concentração de poder possibilitou a expansão da verticalização da produção, eliminando em torno de 16 mil produtores. Com o controle da tecnologia de produção e dos mecanismos de comercialização, as processadoras determinam as condições de negociação da laranja, não restando nenhuma forma de resistência aos produtores.

A ASSOCITRUS (2006) acredita que “a soma de forças será capaz de resgatar e manter a citricultura (...) para fazer com que o campo e as cidades voltem a crescer de forma sustentável”. E que a participação dos citricultores “é indispensável para que a associação prove sua representatividade junto ao governo e às indústrias”. Acreditando nesta possibilidade a ASSOCITRUS está participando do Conselho Superior do Agronegócio da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, que reúne entidades e empresas de todos os sistemas do agronegócio.

Com essa compreensão da realidade, a ASSOCITRUS busca saída dentro do agronegócio. Procura construir representação para defender os citricultores capitalistas e camponeses que compõem a maior parte do sistema agrícola do agronegócio da laranja. E procurando romper com esse esquema de poder da ABCITRUS, a ASSOCITRUS vem desenvolvendo políticas para a defesa dos interesses dos citricultores capitalistas e dos camponeses citricultores.



Uma forma de acumular poder no enfretamento com a ABCITRUS é a reunião de informações referentes aos sistemas de produção e comercialização, defendendo mudanças nas relações entre os produtores e as processadoras, principalmente no que se refere à verticalização e ao preço pago pela caixa de laranja. A luta da ASSOCITRUS contra o poder das processadoras a tem aproximado da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP. Este é uma característica nova criada pelo controle político das processadoras, em que produtores e trabalhadores assalariados desenvolvem matrizes discursivas contra o poder excessivo do agronegócio da laranja (NEVES, 2006).

Esse processo fez com que os produtores acusassem as processadoras de formação de cartel. Em janeiro de 2006, em uma operação da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, foram apreendidos diversos documentos nas sedes das processadoras. Esta investigação ficou conhecido como Operação Fanta e tornou-se um trunfo para os produtores. A existência de informações em computadores e documentos apreendidos, embora não conhecidos pelos produtores representa uma força para os citricultores. As processadoras estão propondo acordos para evitar o conhecimento dos documentos e no trâmite do processo, as processadoras têm conseguido impedir que os conteúdos dos documentos apreendidos sejam conhecidos, reforçando sua posição na correlação de forças.

Os camponeses citricultores paulistas não têm uma forma de organização de classe e, portanto, nem perspectiva de autonomia dentro do agronegócio. A perspectiva de existência do campesinato dentro do complexo de sistemas do agronegócio é tanto conjuntural quanto estrutural. Conjuntural quando a participação do campesinato na produção da commodity é de interesse do agronegócio, como é o caso da laranja que está em processo de mudança do sistema produtivo com a intensificação da verticalização e da terceirização da produção. Estrutural quando o agronegócio não consegue construir as condições para dominar totalmente o sistema agrícola. É o caso do tabaco e da uva, em que a produção predominante é camponesa.



Os camponeses citricultores e os citricultores capitalistas estão diante de um dilema: as formas associativas e suas estratégias são suficientes para garantir a suas existências?

4. Considerações finais

Neste trabalho analisamos a relação entre campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e no Brasil. Observamos que nos dois países, por diferentes processos, o campesinato vem sendo marginalizado do processo produtivo da agricultura da laranja. Todavia, somente no Brasil encontramos alguma forma de resistência através da ASSOCITRUS, que tem reunido citricultores capitalistas e camponeses citricultores. Nos EUA, a resistência é fragmentada e a recriação frágil e isolada.

O agronegócio da laranja é um complexo de sistemas altamente concentrado e controla a maior parte do mercado mundial de suco de laranja. Essa concentração faz com que São Paulo e Flórida formem “uma região” controlada por quatro empresas processadoras e exportadoras de suco de laranja.

Na atual correlação de forças, o campesinato não tem perspectivas dentro do agronegócio da laranja. Só lhe resta a possibilidade de migrar. No caso dos EUA, tivemos informações de camponeses que migraram para o Belize. No caso do Brasil, não encontramos nenhuma referência de migração **física**, nem no trabalho de campo, tampouco na bibliografia e nos documentos estudados. **Contudo, encontramos camponeses ou migrando suas terras por outras culturas, principalmente cana-de-açúcar, ou experimentando com o mercado da fruta fresca, assim saindo da matriz do agronegócio do suco.**

Esse processo de expropriação e resistência está em movimento, considerando que novas formas de organização podem surgir. As processadoras investem predominantemente no suco concentrado, enquanto o mercado doméstico no Brasil ainda é pouco explorado, ao contrário dos EUA. **Lá, as implicações para os produtores do crescente mercado de suco “fresco” – o suco NFC – ainda não é claro.** Persistindo as políticas de terceirização, verticalização e aumento de poder das processadoras, os produtores capitalistas e os camponeses continuarão perdendo território para as transnacionais.



Compreendendo o agronegócio como totalidade, não há outras perspectivas para os citricultores. A recuperação do papel regulador do Estado pode representar uma atenuação no poder das processadoras, que hoje determinam a maior parte das regras na correlação de forças. A recuperação de poderes por parte dos citricultores está na condição de criar e propor novas relações com as processadoras e construir relações políticas para limitar as novas regras que elas criam para defender seus interesses e criar privilégios.

Essa contradição: contribuição-destruição é mais bem compreendida quando a análise considera que o campesinato não é parte integrante do agronegócio. Ele é subalterno a este modelo de desenvolvimento pelo fato não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital. Mesmo assim, sua persistência é um fato histórico impossível a negar.

Referências

ASSOCITRUS - Associação Brasileira de Citricultores. **ASSOCITRUS – Quem somos?** 2006. Disponível em: <<http://www.associtrus.com.br/?goto=associtrus>> Acesso em 10 de setembro, 2006.

ABCITRUS - Associação Brasileira dos Exportadores de Citrus. **Produção e Exportação de Laranja.** Disponível em: <http://www.abecitrus.com.br/producao_br.html> Acesso em 10 de setembro, 2006.

BRAY, Silvio Carlos. **A utilização da terra em Bebedouro e o papel atual da cultura da laranja.** (Dissertação de mestrado). Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), Geografia, UNESP-Rio Claro. 1974.

BREY, James Arnold. **Changing spatial patterns in Florida citriculture, 1965-1980.** PhD. Diss. Geography, University of Wisconsin - Madison, 1985. 539 f.

DAVIS, John, H. GOLDBERG, Ray, A. **A concept of agribusiness.** Boston: Harvard University Press, 1957. 143 f.

ECONOMIC AND MARKET RESEARCH DEPARTMENT. **Florida Department of Citrus, Citrus Reference Book,** 2005.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura.** São Paulo: Editora da USP, 405 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2007. No prelo.



FERNANDES Jr., Waldir Barros. **Analyses of the world processed orange industry.** Ph. D. Diss., Food and Resource Economics, University of Florida, 2003. 108 f.

FLORIDA'S Natural Growers. 2006. **Florida's Natural Growers.** Disponível em: <<http://www.floridasnatural.com/main/index.php>> Acesso em 10 de setembro, 2006

FURTADO, Rogério. **Agribusiness brasileiro:** a história. São Paulo: Evoluir, 2002. 252 p.

GRAHAM, Don. **Kings to Texas:** The 150-year Saga of an American Ranching Empire. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2002. 305 p.

HAMILTON, Shane. Cold Capitalism. The Political Ecology of Frozen Concentrated Orange Juice. **Agricultural History** v.77, n. 4, p. 557-581, 2003.

HASSE, Geraldo. **The Orange:** A Brazilian Adventure, 1500-1987. Traduzido por Kevin MUNDY. São Paulo: Duprat & Iobe Publication, 1987. 297 p.

JOHNSTON, Jo-Ann. Loss of Farms Alters Florida's Complexion. **Tampa Bay Online.** 26 de março, 2006. Disponível em: <<http://www.tbo.com/news/metro/MGBDAZ8W8LE.html>> Acesso em 9 de maio, 2006.

MOORE, T. W. 1884 [1881]. **Treatise and Handbook of Orange Culture in Florida, Louisiana and California,** 3d ed. New York: E. R. Pelton and Company.

NEVES, Elio. **Entrevistado** pelo WELCH, Clifford Andrew e FERNANDES, Bernardo Mançano. Trans. Ana Cristina. Araraquara. 30 de junho, 2006.

NEVES, Marcos Fava; LOPES, Frederico Fonseca (org.). **Estratégias para a Laranja no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2005. 225 p.

PAULILO, Luiz Fernando; ALVES, Francisco (org.). **Reestruturação agroindustrial:** políticas públicas e segurança alimentar regional. São Paulo: EDUSFSCar, 2002. 350 p.

PAULILO, Luiz Fernando. **Redes de Poder e Territórios Produtivos.** São Paulo: RIMA: EDUSFSCar, 2000. 200 p.

PAULILO, Luiz Fernando. Redes de relações e poder de negociação: uma análise do caso citrícola brasileiro. In **Gestão & Produção**, v8, n3, p.250-270. Dez, 2001.

POLTRONIERI, Ligia Celoria. **Difusão Espacial da Citricultura no Estado de São Paulo.** São Paulo: Instituto de Geografia, 1976. 108 p.

ROMEIRO, Vanda Marques Burjaili. **Gestão da pequena unidade de produção familiar de citrus:** uma análise dos fatores influentes no sucesso do



empreendimento do ponto de vista do produtor em Bebedouro – SP. 242 p. Diss. de Mestrado em Engenharia de Produção. Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2002.

SPREEN, Thomas H. e MURARO, Ron. **The World Market for Citrus Products and Risk Management for Florida Citrus Growers**. Citrus Risk Management Series FE 195, Department of Food and Resource Economics, Florida Cooperative Extension Service, Institute of Food and Agricultural Sciences, University of Florida, Gainesville, FL. 2000.

SPREEN, Thomas H. et al. **An Economic Assessment of the Future Prospects for the Florida Citrus Industry**. Institute of Food and Agricultural Sciences, University of Florida, Gainesville, FL. 2006.

SPREEN, Thomas H.. Entrevistado por Clifford Andrew WELCH e Bernardo Mançano FERNANDES. University of Florida, Gainsville. 24 de março, 2006.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. **Da monocultura ao agribusiness**. Brasília: EMBRAPA, 2005. 141 p.

STORY, Victor Bernard. **Entrevistado** por. WELCH, Clifford Andrew e FERNANDES, Bernardo Mançano. Unesp - Presidente Prudente. Lakeland, FL, 23 de março, 2006.

USDA – United States Department of Agriculture. **Census of Agriculture**. State Date. Summary by Size of Farm. 1992, 1997, 2002. Washington, DC: Government Printing Office.

VIEIRA, Ana Cláudia. **Desafios para os pequenos produtores de laranja do Estado de São Paulo diante dos novos fatores na relação agricultura – indústria nos anos 90**. 191 p. (Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção). Centro de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, 1998.

WIKIPEDIA. **Florida's Natural Growers**. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Citrus_World> 2004>. Acesso em 4 de maio, 2006.

WITZIG, John; MONGIOVI, Nelson L. Florida Department of Agriculture, Florida **Agricultural Statistics, Citrus Summary 2003-2004** (2005).



2. CAMPESINATO, AGRONEGÓCIO E LATIFUNDIO: TERRITÓRIOS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A FRONTEIRA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA¹

Eduardo Paulon Girardi²

Bernardo Mançano Fernandes³

Introdução

Este trabalho é parte da tese de doutorado em desenvolvimento no programa de pós-graduação em Geografia da Unesp de Presidente Prudente e conta com o apoio da FAPESP. O tema central da tese é a elaboração de um Atlas da Questão Agrária Brasileira e a proposta da Cartografia Geográfica Crítica. Neste artigo apresentamos uma análise da questão agrária brasileira a partir do Paradigma da Questão Agrária. Na realização desta análise temos como principais conceitos a conflitualidade e o território. Identificamos e analisamos o que consideramos serem os dois principais territórios da questão agrária brasileira: o campesinato e o agronegócio. São explorados temas como a produção do agronegócio, a territorialização da produção de soja, as ocupações de terra, os assentamentos rurais e o desflorestamento da Amazônia. Esta análise da questão agrária tem como principal instrumento analítico o processo de mapeamento. Para realizá-la utilizamos a proposta teórico-metodológica da Cartografia Geográfica Crítica, que está sendo por nós desenvolvida na tese de doutorado. Esta proposta tem como principal objetivo apresentar uma outra concepção da importância do mapa nos estudos geográficos e fornecer bases teóricas e instrumentais que permitam a prática desta outra concepção do mapa. A Cartografia Geográfica Crítica tem como base a leitura desconstrucionista do mapa e as seguintes abordagens cartográficas: a Semiologia Gráfica, a Visualização Cartográfica e a Modelização Gráfica. Pretendemos, a partir deste artigo, receber sugestões e críticas que possam contribuir para a elaboração de nossa proposta teórico-metodológica.

¹ Texto publicado no XVIII - Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. v. 2.

² Doutorando em Geografia – Unesp – Campus de Presidente Prudente girardigirardi@yahoo.com.br

³ Professor do Departamento de Geografia – Unesp – Campus de Presidente Prudente bernardo@pesquisador.cnpq.br



Referencial teórico

Concordamos com Fernandes (2005) quando o autor defende que atualmente existiriam dois principais paradigmas através dos quais o campo brasileiro é estudado: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Esses dois paradigmas possibilitam diferentes leituras da realidade. Para o PQA o campo deve ser estudado a partir de suas contradições e desigualdades. As análises são realizadas segundo a perspectiva de que a diferenciação e desintegração do campesinato ocorrem devido ao desenvolvimento do capitalismo. Os problemas existentes no campo brasileiro são estruturais e possíveis de serem resolvidos somente com o fim do capitalismo. A luta contra o capital é a única forma de resistir e para isso o conflito é indispensável. Para o PCA os problemas existentes no campo brasileiro são de ordem conjuntural e possíveis de serem resolvidos com o próprio desenvolvimento do capitalismo até um grau de economia completa. Para este paradigma não existem conflitos e o camponês deve se adequar ao sistema de produção capitalista para se metamorfosear em agricultor familiar⁴. Uma obra de referência do PCA é o trabalho de Abramovay (1992).

O principal ponto de discussão entre esses dois paradigmas é o posicionamento em relação ao capitalismo. O PQA busca analisar os conflitos e as desigualdades geradas pelo capitalismo no campo, enfatizando a luta contra o sistema como forma de sobrevivência do campesinato. Para este paradigma o problema está no capitalismo. Inversamente, o PCA busca entender as melhores formas dos agricultores familiares se integrarem ao sistema capitalista, sendo a luta contra o sistema inútil. O problema estaria no campesinato e não no capitalismo. Sobre o posicionamento desses paradigmas em relação ao capitalismo, Fernandes (2005) afirma que

Para o paradigma do Capitalismo Agrário o espaço de análise de seus objetos, coisas e sujeitos é a sociedade capitalista, que é apresentada como totalidade. As perspectivas estão nas possibilidades de ser tornar unidades do sistema. Assim a agricultura familiar é mais uma unidade do sistema, que caminha segundo os preceitos do capital. [...] A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir deste ponto é subversão.

[...]

⁴ Sobre a diferença entre os conceitos de camponês e de agricultor familiar ver Fernandes (2001 e 2005).



Para o paradigma da Questão Agrária, considerando as diversidades presentes em suas vertentes e vieses, o espaço de análise não se limita à lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfrentamento no capitalismo torna-se uma condição possível. Daí a ocupação de terra ser uma das formas de luta mais presentes nos movimentos camponeses, porque fere seu âmago. Também a compreensão de uma economia da luta, em que a conquista da terra não deve ser transformada na condição única de produção de mercadorias, mas igualmente da vida em sua plenitude, bem como o enfrentamento com o capital, para a recriação continuada do campesinato (FERNANDES, 2005, p.23-24).

Em nosso trabalho optamos por analisar o campo brasileiro partir do Paradigma da Questão Agrária e assim buscar as contradições e conflitos do campo brasileiro. Para isso, adotamos o conceito de **conflitualidade** apresentado por Fernandes (2005), que o define como

um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização-deterritorialização-reterritorialização de diferentes relações sociais (FERNANDES, 2005, p.2).

Segundo esta concepção, é impossível dissociar conflito e desenvolvimento na análise da questão agrária brasileira. É necessário ainda compreender que conflito e violência são conceitos distintos. Enquanto a conflitualidade gera o desenvolvimento pelo embate de forças entre os diferentes territórios, a violência se caracteriza pelo emprego da força para a extermínio do conflito, o que consequentemente impede que o desenvolvimento ocorra. Desta forma, ocupações de terra, acampamentos e assentamentos são diferentes momentos da conflitualidade existente no campo brasileiro. Por outro lado, as expulsões e despejos de terra, assassinatos, ameaças de morte são formas de violência, realizadas pelo Estado ou por particulares (fazendeiros e empresários) na contenção do processo de conflitualidade e impedindo o desenvolvimento.

Também tomamos o **território** como conceito fundamental em nossa análise. O território aqui é concebido como sendo o espaço apropriado, através de relações de poder, por grupos de interesses, sejam empresas, movimentos



socioterritoriais⁵, o Estado e outras organizações. Raffestin (1993) afirma que “o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam” (p. 53). É a partir do poder exercido sobre o espaço que se forma o território, o qual “se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do Espaço” (p.144). Reconhecemos dois territórios bem distintos no campo brasileiro: o território do campesinato e o território do agronegócio e, a partir do enfrentamento entre esses dois territórios realizamos uma análise da conflitualidade da questão agrária brasileira.

O território do agronegócio

O território do agronegócio é caracterizado pela exploração do trabalho assalariado, mecanização intensa, grandes propriedades de terra, especulação imobiliária, danos ambientais em grande escala, monocultura, produção majoritária para exportação e concentração do poder político e econômico. O agronegócio se territorializa seguindo a lógica internacional da demanda por seus produtos. Fazem parte do agronegócio os produtos agropecuários destinados majoritariamente à exportação, com uso intensivo de mecanização e de insumos agropecuários e que têm incentivos econômicos para o seu desenvolvimento. O agronegócio tem como principal incentivo ao processo de territorialização a demanda internacional o incentivo do Estado. Para o presente trabalho selecionamos os principais produtos do agronegócio brasileiro, os quais são: a soja, o algodão, a cana-de-açúcar, a laranja, o milho e o gado bovino. A figura 01 apresenta os mapas de cada um desses produtos agropecuários.

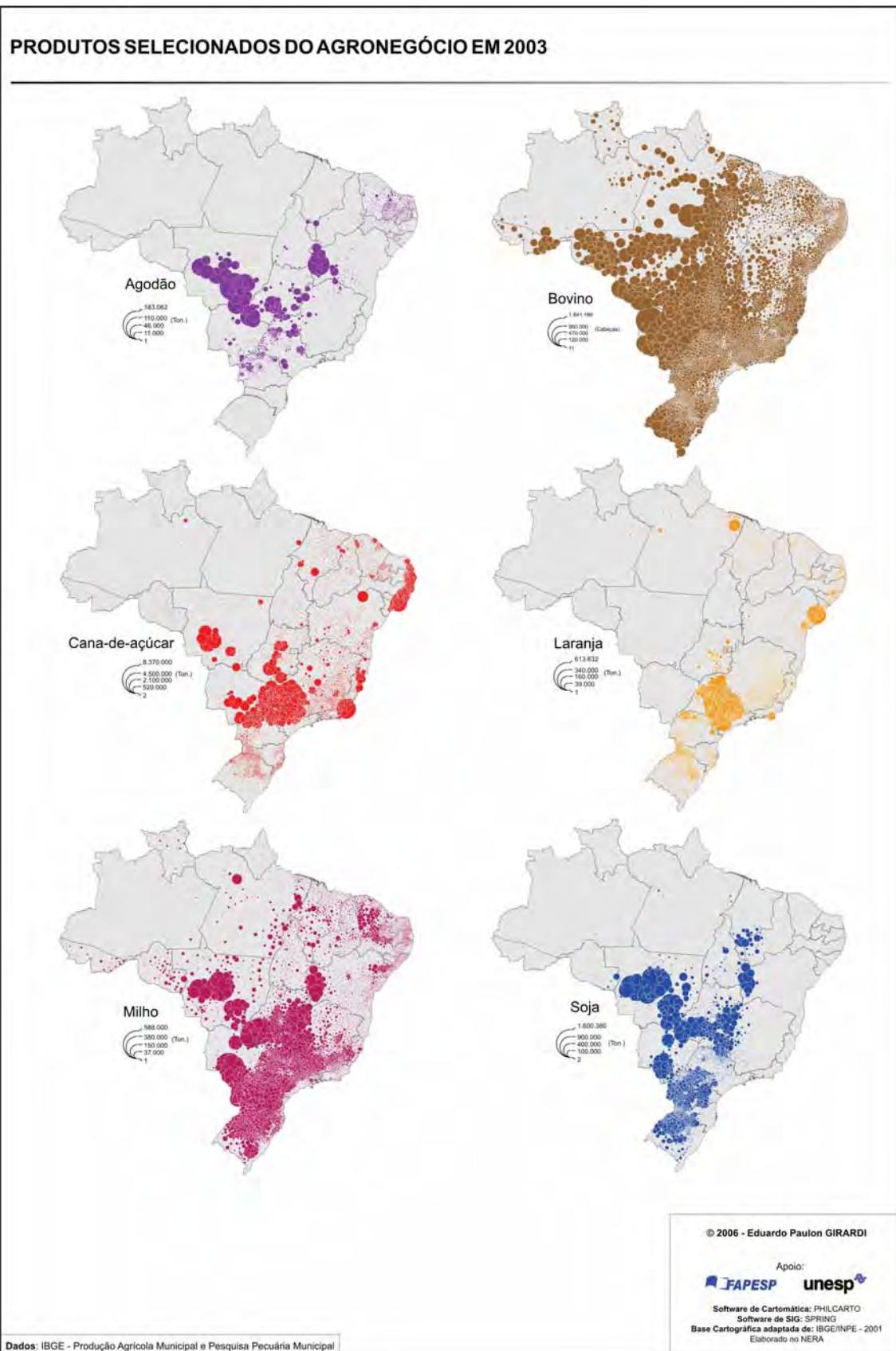
A concentração da produção do agronegócio está, sobretudo, na região centro-sul do Brasil. A região amazônica está sendo incorporada nesta produção, suas bordas já sofrem intensas investidas com a criação de gado e produção de grãos. É a região centro-sul que possui as melhores terras, mais proximidade com o mercado consumidor e com as vias de escoamento e exportação, sendo, portanto, essas também as terras mais valorizadas.

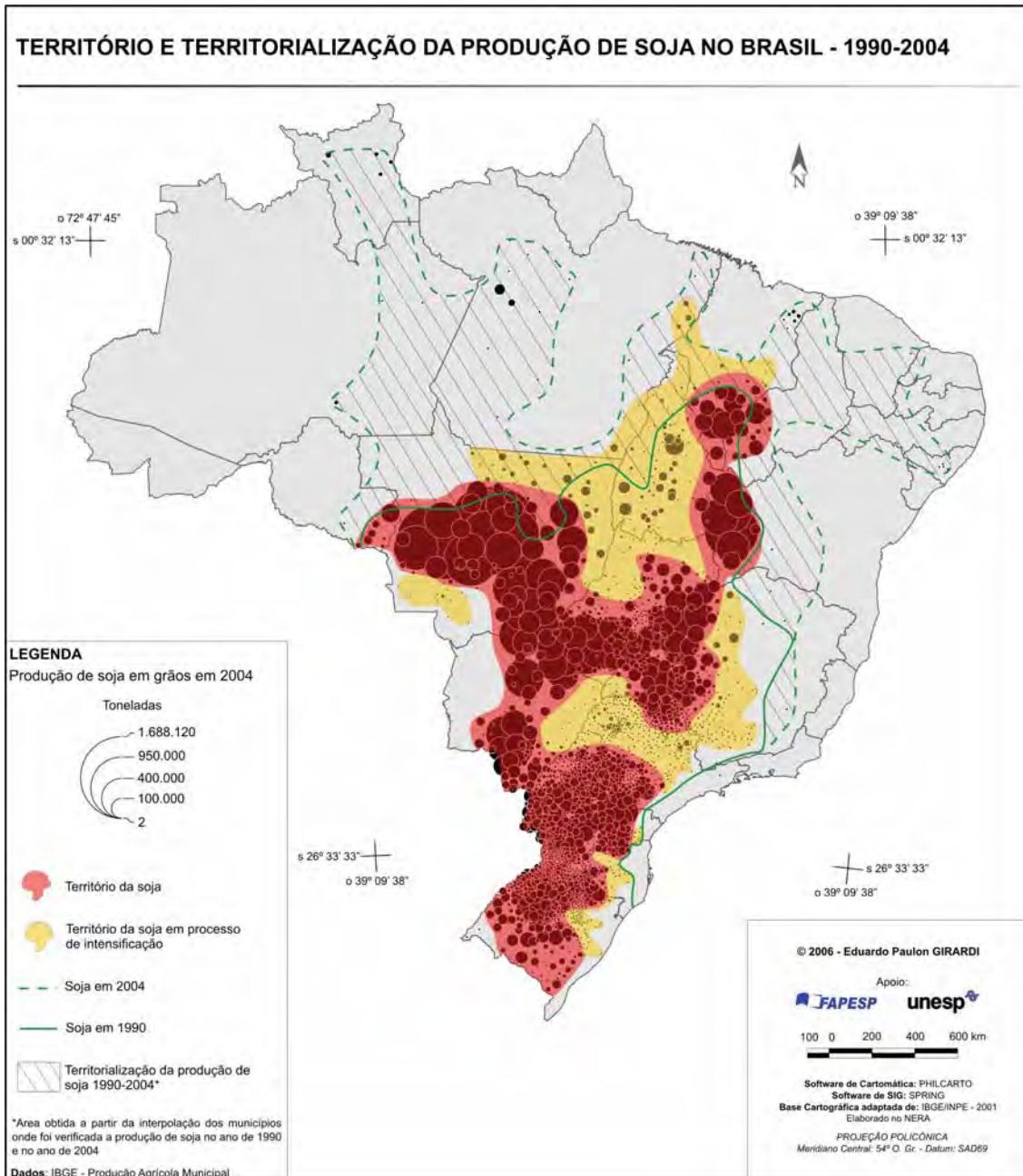
⁵ De acordo com Fernandes (2001) os movimentos socioterritoriais são aqueles movimentos sociais que têm o território como trunfo e neste caso o território em disputa é a terra.



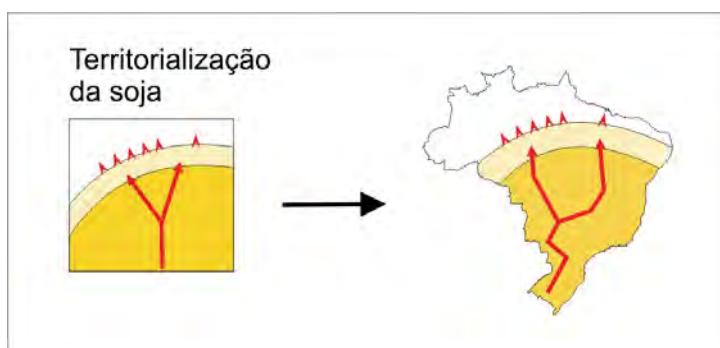
A soja é o produto do agronegócio que mais impacto tem causado na produção agropecuária brasileira. Dentre as lavouras temporárias dos estados brasileiros, a proporção representada pela soja se destaca. O mapa 01 representa o território e a territorialização da produção de soja no Brasil. Para a sua elaboração foram utilizados dados do período 1990-2004. Foi possível delimitar, através da interpolação dos municípios em que a soja é cultivada, a área onde ocorreu a territorialização entre 1990 e 2004. As regiões onde a produção de soja era intensa em 2004 foram consideradas território da produção de soja, visto que são impactadas diversas dimensões do espaço dos municípios nos quais a produção de soja é intensa, territorializando o espaço. Neste sentido, a territorialização da soja ocorre pelo aumento da sua produção nos municípios e no território nacional.

A territorialização da produção de soja na floresta amazônica tem se intensificado desde o final da década de 1990. A partir destas verificações, foi possível elaborar o modelo elementar da figura 02. Este modelo indica a direção do processo de territorialização da soja no Brasil desde o início de sua produção, estabelecendo-se primeiramente no sul do país e seguindo em direção ao Sudeste e ao Centro-Oeste. Também indica o sentido atual desta territorialização em direção à região amazônica, bem como o território da produção de soja.

**FIGURA 01- Produtos selecionados do agronegócio**



MAPA 01 – Território e territorialização da produção de soja no Brasil



**FIGURA 02 – Modelo elementar da territorialização da produção de soja no Brasil
O território camponês**



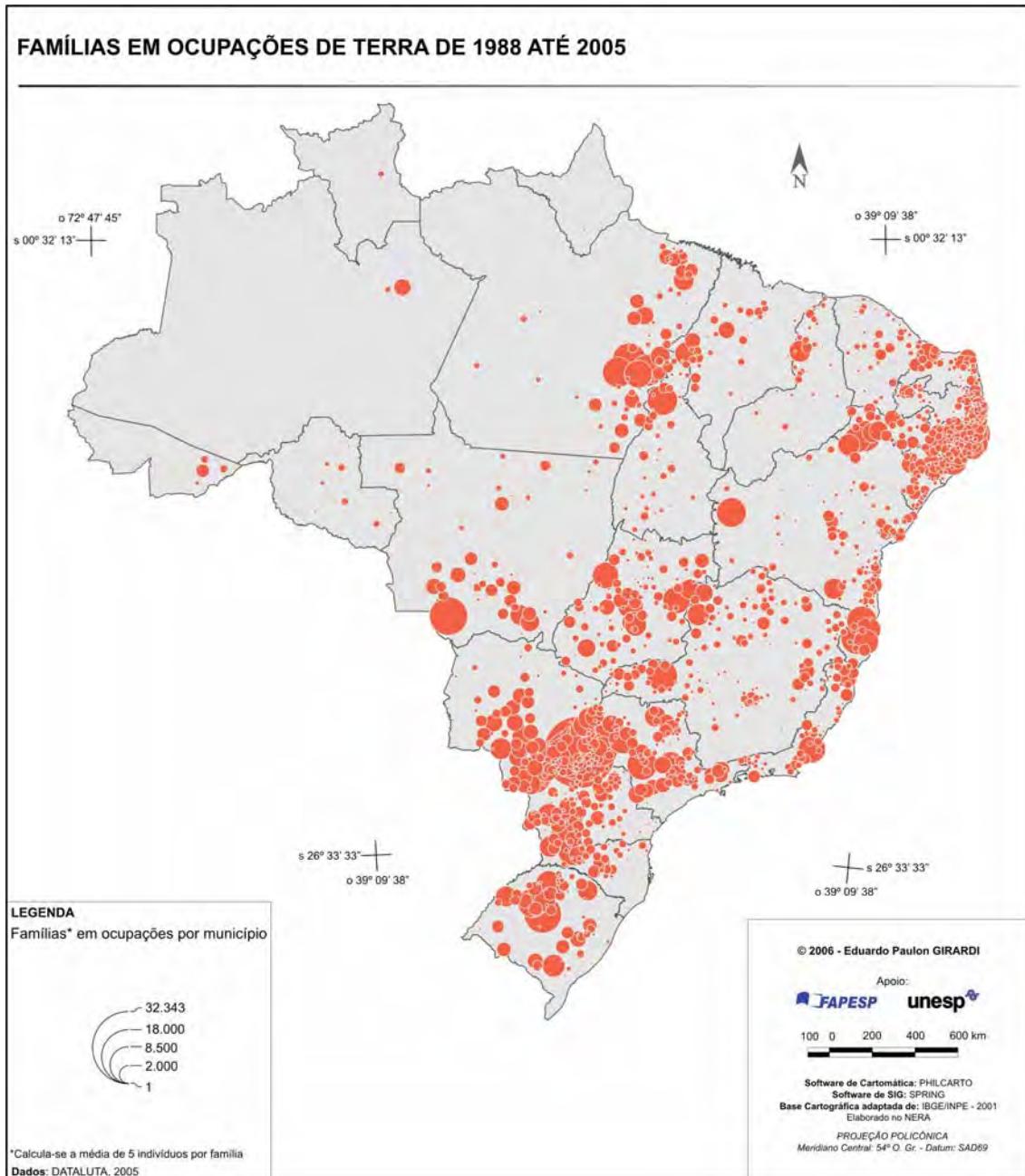
O território do campesinato é caracterizado pelas relações não capitalistas de produção (trabalho familiar), luta pela terra, assentamentos rurais, pequenas e médias propriedades, relações pessoais, trabalho acessório, diversidade na produção e produção majoritária para o mercado interno. Contraditoriamente à territorialização do agronegócio, o território da luta pela terra também se territorializa, fazendo enfrentamento, sobretudo, a partir da realização de ocupações de terra, o que resulta na criação de assentamentos rurais. Essa luta se dá a partir da desterritorialização do campesinato pelo agronegócio a partir do processo de desapropriação sofrido pelo campesinato. A luta pela terra através das ocupações de terra é o principal instrumento utilizado pelos movimentos socioterritoriais para que tenham acesso a terra. A principal reivindicação desses movimentos é a realização da reforma agrária e a desapropriação de terras que não cumprem sua função social de produção e que praticam crimes ambientais e utilizam o trabalho escravo. A criação de assentamentos rurais é fruto direto da pressão realizada pelos movimentos socioterritoriais através das ocupações e outras manifestações de luta, tais como as marchas.

O mapa 02 e o modelo da figura 03 apresentam o número de famílias em ocupações de terra em municípios brasileiros desde 1998 até 2005. Já o mapa 03 e o modelo da figura 04 apresentam o número de famílias assentadas por município desde o ano de 1955 até 2005. É importante ressaltar que o número de famílias assentadas pode ser inferior ao número apresentado, visto que podem ter ocorrido evasões e outras famílias foram assentadas no lugar das desistentes. Os dados demonstram a quantidade de famílias que tiveram acesso à terra através da política de assentamentos, porém não o número de famílias que se encontram assentadas atualmente.

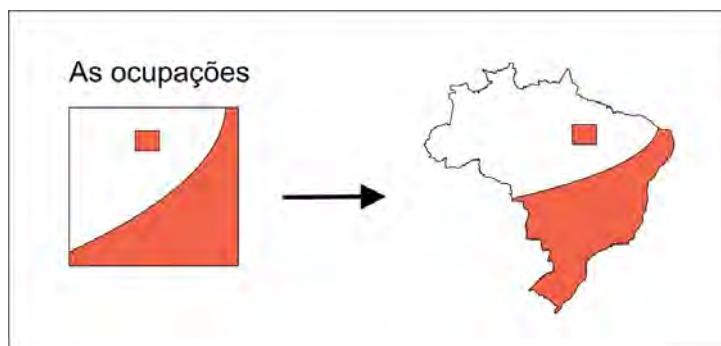
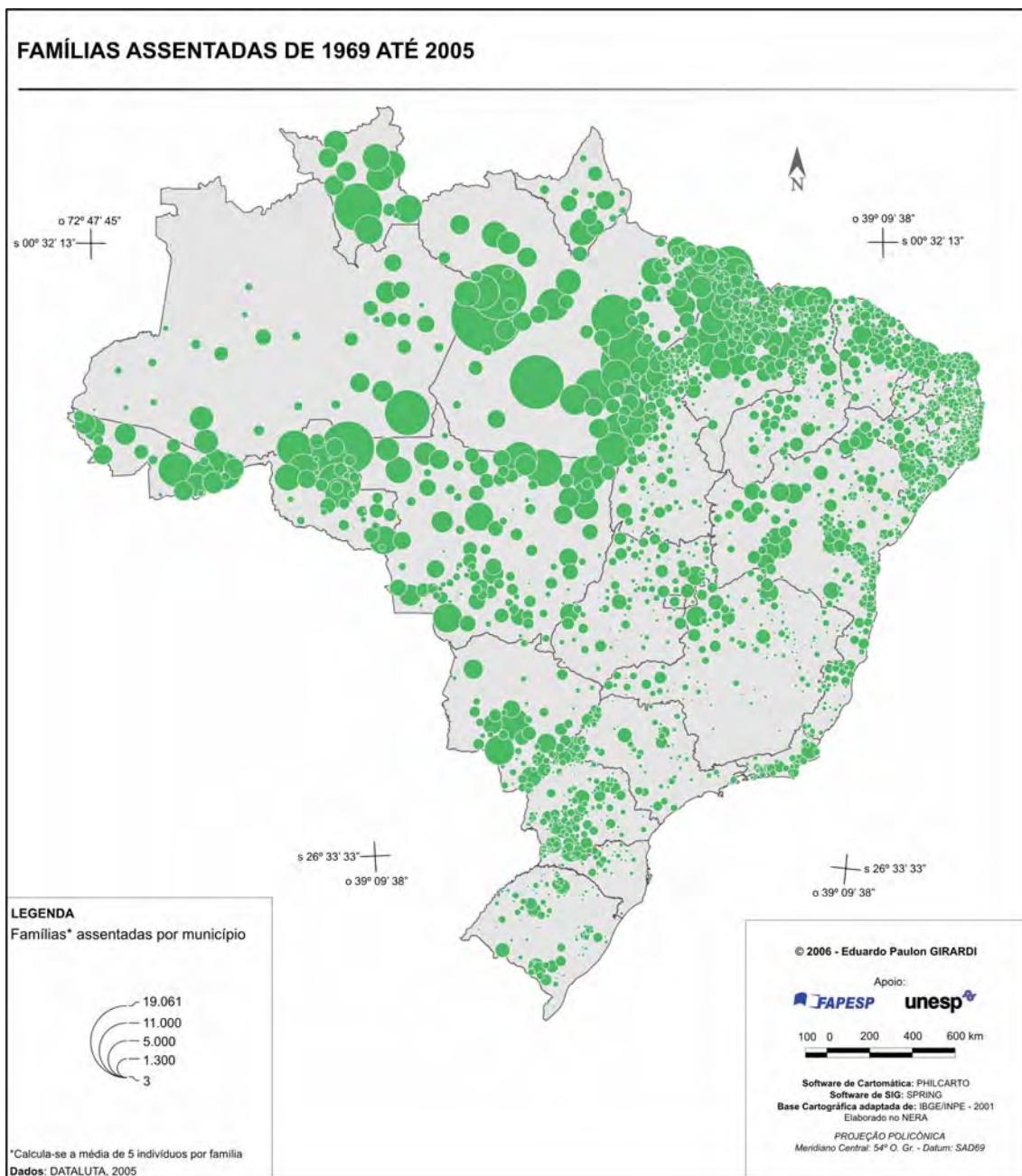
Analizando conjuntamente esses dois mapas é possível notar uma oposição norte-sul entre a luta pela terra (realização de ocupações) e a conquista da terra (assentamento de famílias), muito embora esses sejam dois momentos de um mesmo conflito. Tal fato demonstra o intuito do governo, tomado pelas elites, de criar assentamentos em áreas onde as terras são menos valorizadas pela sua distância dos centros consumidores e pela falta de infraestrutura. Na Amazônia,



principalmente, na faixa da fronteira agropecuária, é onde se pode verificar o maior número de famílias assentadas.



MAPA 02 – Famílias em ocupações de terra no Brasil

**FIGURA 03 – Modelo elementar das ocupações de terra no Brasil****MAPA 03 – Famílias assentadas no Brasil**

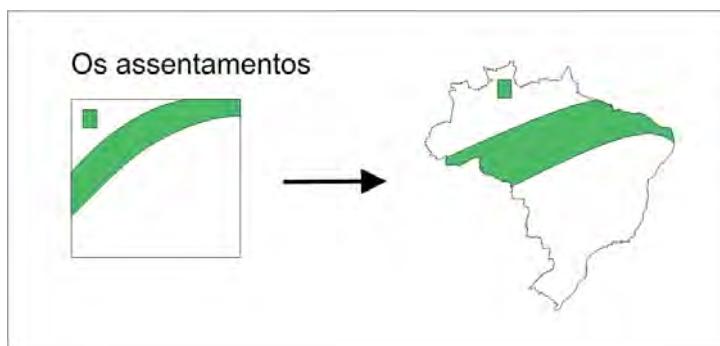
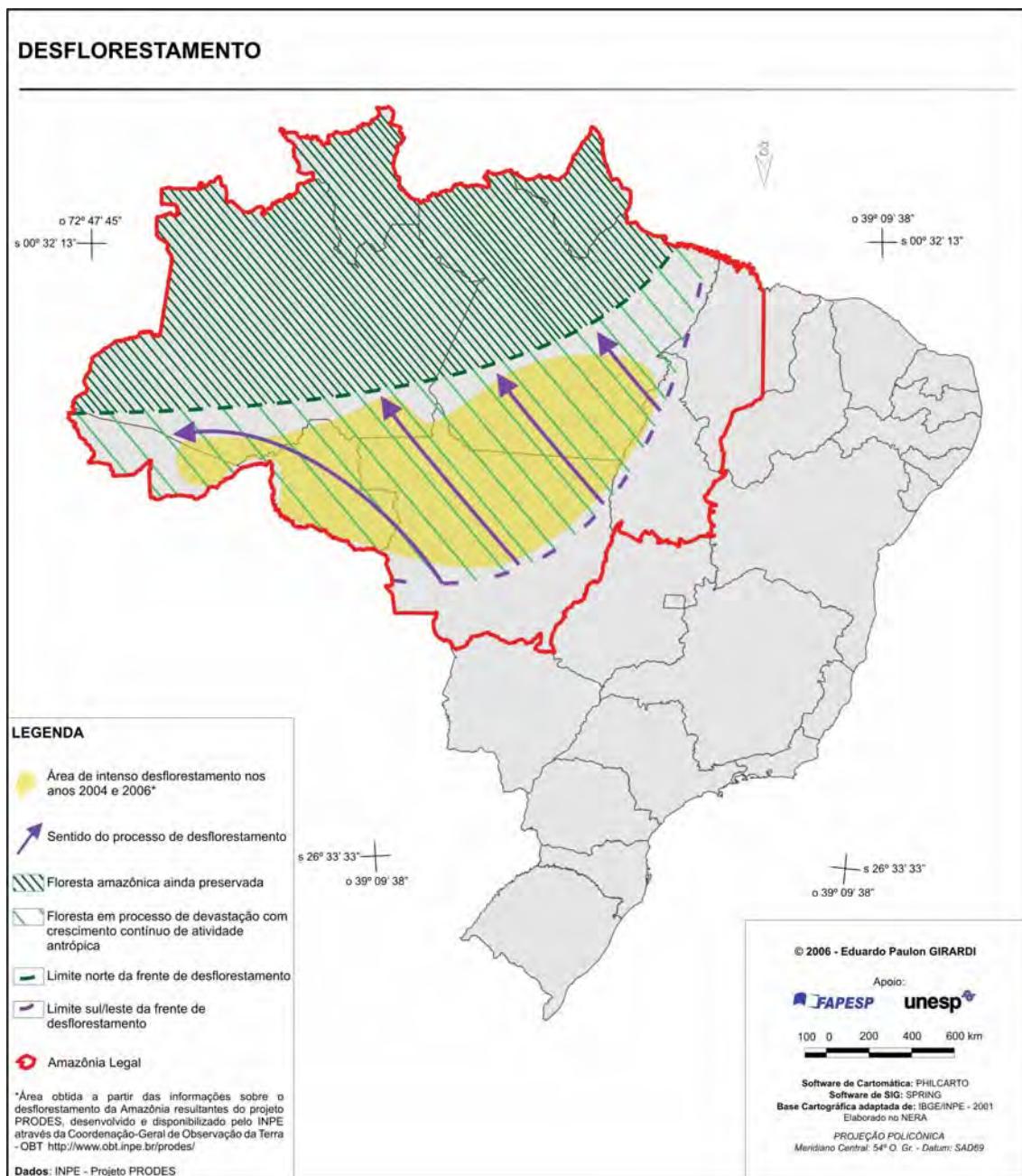


FIGURA 04 – Modelo elementar dos assentamentos rurais no Brasil



MAPA 04 – Desflorestamento na Amazônia brasileira

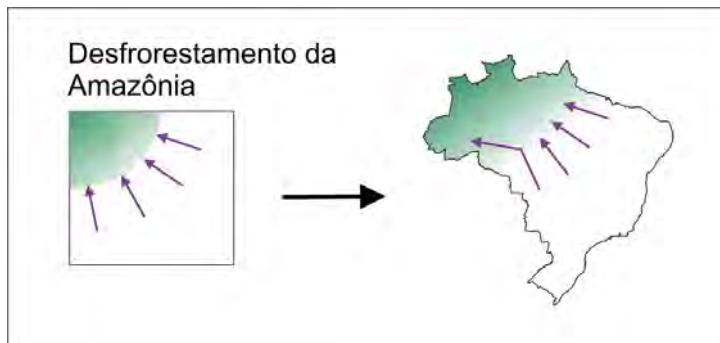
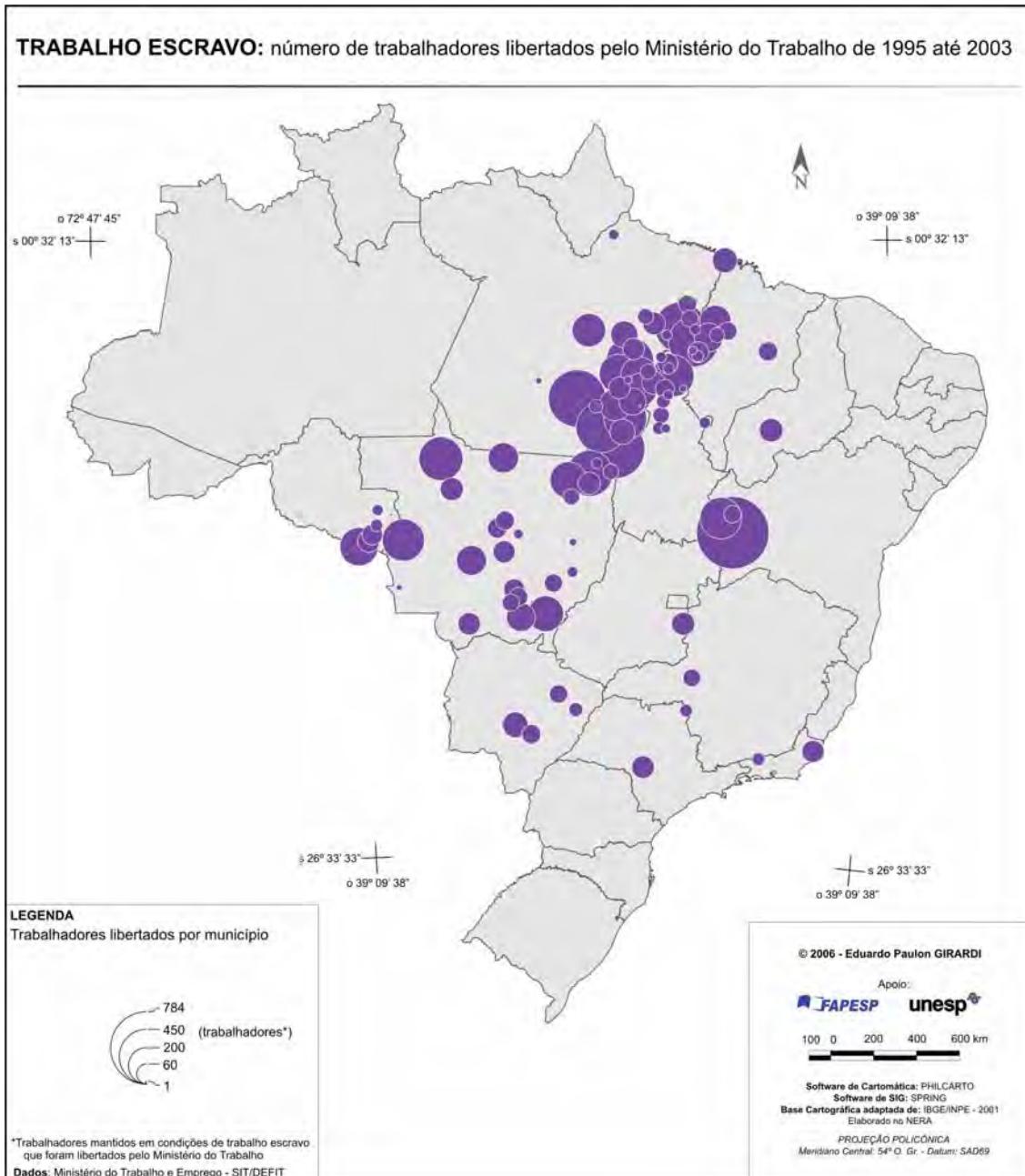


FIGURA 05 – Modelo elementar do desflorestamento na Amazônia brasileira

A política de assentamento de famílias na região da fronteira agropecuária desarticula a luta pela terra e submete os assentados à diversas formas de violências contra a pessoa e contra a posse e propriedade da terra⁶. Sendo o Estado ausente, os agentes do capital (fazendeiros e empresários) e portanto do território do agronegócio, estabelecem nesta região as suas próprias leis. Como exemplo da violência praticada nesta região tomamos o trabalho escravo e os assassinatos. Esses dois tipos de violência se concentram, sobretudo, na região leste do estado do Pará e no Maranhão, duas regiões com grande concentração de ocupações de terra e famílias assentadas. A prática do trabalho escravo e os assassinatos são consequência da total ausência do Estado, tanto localmente quanto na punição exemplar dos que empregam esta prática, incentivando a ocorrência de novos casos; são igualmente o retrato da mentalidade dos grandes latifundiários aos quais a região de fronteira da Amazônia brasileira está submetida.

⁶ Em relação à violência contra a pessoa e contra a posse e propriedade ver Caderno Conflitos no Campo Brasil, publicado anualmente desde 1988 pela Comissão Pastoral da Terra (www.cptnac.com.br).

**MAPA 05 – Assassínatos de trabalhadores rurais**



MAPA 06 – Trabalho escravo

A Cartografia Geográfica Crítica

Optamos por apresentar os fundamentos da Cartografia Geográfica Crítica após realizada nossa análise da questão agrária para que, a partir dos resultados apresentados nossa proposta teórico-metodológica possa ser melhor apreendida pelo leitor. A partir das leituras, reflexões teóricas e construções cartográficas realizadas no desenvolvermos o Atlas da Questão Agrária Brasileira



percebemos a necessidade da elaboração de uma proposta teórico-metodológica que pudesse avançar no desenvolvimento da Cartografia Geográfica brasileira. Consideramos que a Cartografia Geográfica encontra-se estagnada no Brasil, sobretudo pelo advento da Geografia Crítica que, ao criticar a visão de mundo apresentada pelas correntes tradicional e pragmática, também realizou profundas críticas aos seus procedimentos metodológicos e instrumentais de pesquisa. Dentre as metodologias e instrumentais criticados está o mapa, amplamente utilizado nos trabalhos dessas duas correntes.

Consideramos que esta crítica aos procedimentos metodológicos das outras correntes que é apresentada pela corrente crítica confunde método e metodologia. É como se os procedimentos metodológicos utilizados pelas correntes tradicional e pragmática pudessem levar somente à uma visão de mundo; como se essas técnicas tivessem pensamento, método próprio. Ao contrário, defendemos que é possível, através do processo de mapeamento, estabelecer análises críticas, pois a visão de mundo apresentada em trabalhos que utilizam o mapeamento depende do autor, de seu método, de sua visão de mundo e da leitura da realidade que deseja realizar. Assim, o autor que utiliza o mapeamento como processo fundamental em sua investigação e que possua um método crítico de investigação pode apresentar uma análise crítica da realidade estudada. O ponto central desta discussão é o método.

Ao utilizar o processo de mapeamento como elemento fundamental em seu trabalho e possuindo um olhar crítico da realidade o autor deve deter e manipular conhecimentos da cartografia geográfica que o permita aplicar seu método crítico no processo de mapeamento e análise da realidade. É o domínio e aplicação desses conhecimentos adequados da cartografia geográfica que transformam o mapa em parte do discurso geográfico tão eficiente quanto o texto, permitindo o autor representar, explicar e transmitir a análise da realidade a partir de seu método, imprimindo suas próprias interpretações. É necessário que haja, juntamente com o método crítico, uma concepção crítica da cartografia geográfica e que sejam utilizadas abordagens cartográficas adequadas para que o processo de mapeamento permita a análise crítica.



Tomamos para a análise diversas abordagens cartográficas⁷ e também diversas concepções de mapa e cartografia. A partir de nossas reflexões e das práticas desenvolvidas na elaboração do Atlas e na análise da questão agrária a partir do processo de mapeamento selecionamos as seguintes abordagens cartográficas como fundamentas à Cartografia Geográfica Crítica: a Semiologia Gráfica, a Visualização Cartográfica e a Modelização Gráfica⁸. Em conjunto com essas abordagens adotamos também uma concepção de mapa e de cartografia que contraria a concepção apresentada pela Geografia Crítica. Adotamos então o que chamamos de concepção desconstrucionista⁹ do mapa e da cartografia (HARLEY, 1989). Consideramos que o uso articulado dessas três abordagens possibilita mais do que a representação e comunicação dos dados, possibilita também a análise, interpretação e representação segundo o método de cada autor. Em nosso caso específico, possibilita a análise da questão agrária segundo nosso método.

A partir dessas considerações, neste momento de construção desta proposta teórico-metodológica, propomos a **Cartografia Geográfica Crítica** como sendo **constituída a partir de uma práxis cartográfica composta por teoria, método e técnica**. Ela é, sobretudo, **uma relação dialética entre teoria e prática na qual a análise espacial é realizada progressivamente em forma de uma espiral**. É a partir desta concepção que estamos desenvolvendo esta proposta através de reflexões teóricas e testes realizados no desenvolvimento do Atlas.

⁷ Compreendemos por **abordagem cartográfica** o conjunto de técnica e teoria relacionado à elaboração cartográfica que possui características particulares que possibilitam distinguir os mapas elaborados de acordo com seus fundamentos. Cada abordagem cartográfica possui formas particulares de explorar e representar os dados e informações. Essas diferentes formas de representação são resultantes de compreensões diferentes do processo cartográfico e da função do mapa. Contudo, as técnicas utilizadas nessas abordagens cartográficas não são totalmente distintas, elas são intercomplementares.

⁸ Essas três abordagens cartográficas foram melhor apresentadas em trabalho anterior: ver Girardi e Fernandes (2005).

⁹ Em relação à **leitura desconstrucionista do mapa e da cartografia**, no final da década de 1980 e início da década de 1990, principalmente na literatura norte-americana, canadense e inglesa, ampliou-se a discussão sobre natureza subjetiva e ideológica do mapa. Um dos precursores dessa discussão foi J. Brian Harley com seu artigo *Deconstructing the map*, publicado na revista *Cartographyca* em 1989. Neste texto, com base principalmente nas obras de Derrida e Foucault, o autor propõe uma desestruturação do mapa através da análise de sua textualidade e de sua natureza retórica e metafórica. Afirma que a estratégia de desestruturação seria a chave. Harley apresenta a desestruturação como “tática para romper a ligação entre realidade e representação que tem dominado o pensamento cartográfico. [...] o objetivo é sugerir que uma epistemologia alternativa, baseada mais na teoria social do que no positivismo científico, é mais apropriada para a história da Cartografia”.



Conclusões

A figura 06 sintetiza, a partir de modelos elementares, as principais configurações territoriais da questão agrária brasileira. A análise conjunta desses modelos permite compreender o papel da fronteira agropecuária e da questão amazônica na conflitualidade existente na questão agrária brasileira. A comparação com os mapas 05 e 06, que apresentam parte da violência do campo brasileiro, enfatiza ainda mais esta relação. Podemos então concluir que, a partir do uso da fronteira agropecuária como espaço em processo de territorialização pelos territórios do agronegócio e do campesinato concomitantemente conduz à construção de um espaço socialmente injusto onde as relações desiguais de poder promovem um alto grau de violência contra os camponeses, sendo a solução dos problemas inerentes à questão agrária impossíveis. Essa impossibilidade de solução, ou até mesmo equacionamento dos problemas, demonstra a ineficácia da política de assentamentos que vem sendo desenvolvida no Brasil.

A proposta teórico-metodológica da Cartografia Geográfica Crítica, ainda em desenvolvimento em nosso trabalho, tem se demonstrado eficiente para atender nossas análises da questão agrária. Esperamos que tanto a proposta teórico-metodológica quanto os resultados de sua aplicação no estudo da questão agrária possam contribuir para a revalorização do mapa na Geografia brasileira. É com esse intuito que buscamos ampliar os debates através do diálogo, críticas e sugestões.

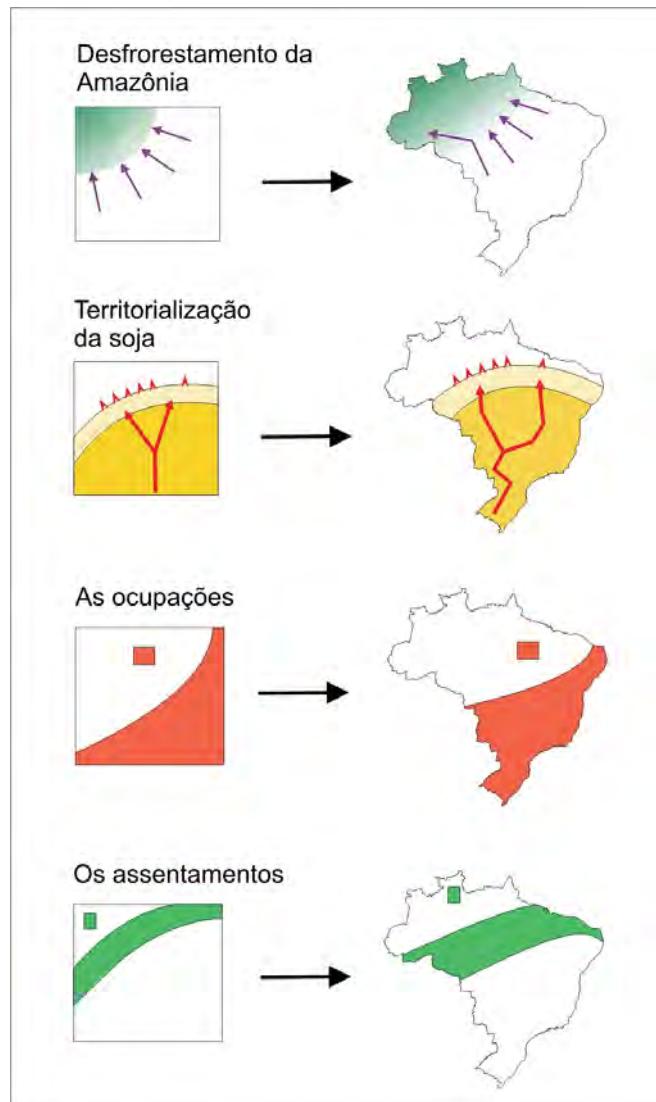


FIGURA 06 – Modelos elementares da questão agrária brasileira

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas: Hucitec, Anpocs, Ed. da Unicamp, 1992.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2005.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

GIRARDI, E. P.; FERANANDES, B. M. Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira: abordagens cartográficas inerentes. In: 6º Encontro Nacional da



ANPEGE, 6, 2005, Fortaleza. ANAIS DO 6º ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE. Fortaleza: ANPEGE, 2005. 1 CD-ROM.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. **Cartographica**. Toronto, v.26, n.2, verão, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.



3. A CONFLITUALIDADE DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DOS CONCEITOS CAMPONÊS/AGRICULTOR FAMILIAR¹

Munir Jorge Felicio
Bernardo Mancano Fernandes

Introdução

Este trabalho é um estudo do desenvolvimento da agricultura no capitalismo a partir do conceito de conflitualidade e da leitura geográfica visando entender as profundas alterações das configurações espaciais camponesas como questão teórica e como processo histórico. É uma discussão teórica para ampliar a compreensão do processo de formação dos agricultores camponeses e ou familiares num contexto onde se confrontam dois projetos de desenvolvimento rural com diferentes lógicas, seja nas suas formas produtivas como no processo de ocupação do território. De alguma forma prossegue as análises acadêmicas de 1990 a 2002 dos trabalhos de Silveira (1990), Paulino (1997), Hespanhol (2000) e Medeiros (2002), as quais estudaram a realidade agrária da região do Pontal do Paranapanema e a sua organização espacial rural, sua dinâmica econômica e social e os reflexos na vida das famílias camponesas. Essas famílias recusam a passividade e vão se transformando em protagonistas, ocupando o território, produzindo alimentos, garantindo a subsistência e, desta forma, estabelecendo diferentes relações sociais. Assim, este trabalho propõe refletir sobre o desenvolvimento da agricultura estudando os projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos de camponês e agricultor familiar, com um referencial teórico composto por duas vertentes: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária.

Capítulo 1- Conflitualidade e questão agrária: paradigmas em questão

A conflitualidade é um conceito que vem sendo utilizado recentemente nos debates da questão agrária atual diante das profundas alterações nas

¹ Texto publicado no III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.



configurações espaciais camponesas. Desde a década de 1970 com a implantação do novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, a industrialização e a mecanização da produção no campo (SILVA, 2001; OLIVEIRA, 2001; FERNANDES, 1996) tem alterado as relações de produção, acirrando a luta de classes, provocando resistências das organizações camponesas com inúmeras iniciativas como as marchas e mobilizações, as ocupações de terras e de prédios públicos, gerando repercussões sociais e políticas.

Para Fernandes (2005; 2006) a conflitualidade é um processo de enfrentamento alimentado pela contradição estrutural do capitalismo. Para Gonçalves (2005) ela é um indicador de que se encontra em curso uma outra ordem a questionar a ordem atual que concentra terra, renda e oportunidade e Santos (2004) entende que conflitualidade é uma característica inerente do modo capitalista de produção sendo uma forma de operacionalização do capital.

Gonçalves (2005) elenca alguns elementos para compreender a reprodução continuada da conflitividade e da violência no campo brasileiro que aqui serão sucintamente reproduzidos. São eles: a) além da violência física, há a violência simbólica praticada pela imprensa, omitindo informações e veiculando uma noção acrítica do que seja progresso; b) a simples presença de organizações indígenas, de afrodescendentes, de camponeses e de mulheres, enquanto protagonistas, já é por si indício de que uma outra ordem está em curso e que a ordem estabelecida está em questão; c) nossa formação social e política desde os primeiros momentos, não se pautaram pela mediação pública na resolução de conflitos; d) são os pactos políticos responsáveis pela segurança e garantia de governabilidade; e) a estrutura fundiária desigual que admite e aceita que mais de 50% das terras do País não sejam sequer cadastradas (GONÇALVES, 2005, p.150-156).

Fernandes (2005; 2006) entende que a luta pela terra está assentada no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo em que expropria, abre possibilidade histórica do retorno à terra. Esses dados proporcionam compreender os conflitos fundiários constantes no Brasil como parte de uma luta histórica, que, nas três últimas décadas têm assumido novas



características, justificando o uso do conceito da conflitualidade como um processo de enfrentamento alimentado pela contradição estrutural do capital. Assim,

Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser ‘esmagado’ ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestações dos direitos. [...] Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo (FERNANDES, 2006, p.26).

Numa leitura geográfica utilizando este conceito comprehende-se que há em tantas partes do Brasil, como também na região do Pontal do Paranapanema, uma disputa entre dois modelos de desenvolvimento territorial rural: o modelo agro exportador de monocultura denominado “agronegócio” e o modelo que se encontra em construção pelos movimentos camponeses. Nas diferenças desses modelos estão explícitas as visões de mundo, as perspectivas distintas de sociedade, as formas de organizarem a produção e as relações de trabalho.

Enquanto o modelo agro exportador forma o seu espaço e ocupa o território com a lógica da concentração de terras utilizando maquinários, alguns deles, guiados por satélite, obtendo um enorme complexo agroindustrial de formidável produtividade, o modelo que se encontra em construção pelos movimentos camponeses forma o seu espaço e ocupa o território guiado por outra lógica: o seu potencial de produção de alimentos está mais na diversidade do que no produtivismo, organizando os produtores em cooperativas e associações e utilizando de forma sustentável os recursos naturais, cuidando do meio ambiente e de suas fontes renováveis. Assim, observa Fernandes,

a conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização, destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de



territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento (FERNANDES, 2006, p. 8).

Este debate está presente nas discussões teóricas acadêmicas e nas discussões dos movimentos sociais objetivando convencer ou derrotar oponentes. Ele está presente nas teorias, nos paradigmas, nos discursos promovendo disputa intelectual na qual se confrontam compreensões e leituras que indicam alternativas distintas, como a que será apresentada pela próxima pesquisadora. Ele está presente também nas discussões dos movimentos sociais, como o que ocorre, por exemplo, entre as perspectivas da Via Campesina e da Fretaf-Sul. A Via Campesina² é um movimento internacional que coordena organizações camponesas em 56 países organizados em oito regiões: Europa, Este e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e África, desde abril de 1992. Entre suas prioridades estão o desenvolvimento da solidariedade e a unidade dentro da diversidade objetivando promover relações econômicas de igualdade e de justiça social, a preservação do meio ambiente, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável, entre outros. A Fretaf-Sul está organizada em 22 microrregiões congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar em toda a região sul do Brasil, abrangendo mais de 288 municípios nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desde março de 2001. Entre suas prioridades estão a implantação de um sindicalismo novo, classista, democrático, massivo e propositivo, com capacidade de organização nas comunidades e municípios, de mobilização e pressão por melhores condições de vida e de elaboração e negociação de políticas com o Estado e a sociedade, organizar projetos alternativos nas diversas áreas, debater com a sociedade a importância da agricultura familiar, entre outros. Assim, nesta disputa intelectual seja na academia, seja nos movimentos sociais confrontam-se compreensões e leituras contendo alternativas distintas.

² www.viacampesina.org.br e www.fetrafsul.org.br.



Capítulo 2 - Camponês, agricultor familiar: debates e perspectivas

Consiste num dos objetivos deste trabalho entender a disputa dos projetos de desenvolvimento rural como conhecimento necessário para a compreensão das transformações socioterritoriais que ocorrem no Brasil tendo como foco de análise a região do Pontal do Paranapanema a partir dos conceitos de camponês e de agricultor familiar. A leitura geográfica aqui desenvolvida é interessante por focalizar uma região do Estado de São Paulo na qual são históricos os inúmeros conflitos fundiários envolvendo posseiros, grileiros, trabalhadores rurais e governo, como demonstra Leite:

A área hoje denominada Pontal do Paranapanema, é parte integrante de uma antiga posse de terras denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Contudo sua história se liga a outra posse, irmã contígua ao norte, a Fazenda Boa Esperança do Água Pehy [...]. Como algumas propriedades eram adquiridas, porém não ocupadas, visando obviamente a valorização das terras, estas acabam sendo invadidas por intrusos, alguns até mesmo exibindo o “título de propriedade”, manchado de gordura e amarelecido na fumaça do fogão de lenha. Houve conflitos entre os próprios grileiros, em contenda pelas mesmas terras, e não eram raros os grandes grileiros terem a seu soldo grupos de jagunços armados visando a expulsão de pequenos ocupantes (LEITE, 1998, p 38-44).

Os “títulos de propriedades” apresentados manchados de gordura e amarelecidos eram propositadamente assim preparados para dar a aparência de um documento oficial, o que ficou conhecido como grilagem, um processo de apropriação de terras públicas por meio de falsificação dos títulos de propriedades.

Assim se deu a ocupação do Pontal do Paranapanema. Embora recente, como se viu, foram usados, porém os mesmos processos antigos, agora mais refinados. Na luta pelo domínio da terra ficou claro que vence sempre o poder econômico e político, pois que, em verdade, se constituem numa só entidade irresistível, insensível e brutal (LEITE, 1998, p. 191).

Outros trabalhos acadêmicos desenvolveram análises sobre o Pontal do Paranapanema visando compreender a sua realidade agrária, a organização do espaço rural, a sua dinâmica econômica e social e os reflexos na vida dos



trabalhadores rurais e demais moradores do campo, como as análises das quatro produções acadêmicas: Silveira (1990), Paulino (1997), Hespanhol (2000) e Medeiros (2002).

Silveira (1990) reúne em seu trabalho os conceitos teóricos de Marx (1979), Engels (1979), Shanin (1980), Kautsky (1980), Martins (1983,1988) e Oliveira (1986), entre outros, com os quais investiga o processo de formação da estrutura agrária brasileira a qual priorizou a grande lavoura, reservando ao campesinato uma posição subordinada e periférica. Investiga a especificidade da produção camponesa e da produção capitalista na região de Presidente Prudente, dentro da qual ocorre um processo de desterritorialização e reterritorialização com as desapropriações de terras e as implantações de projetos de assentamentos e reassentamentos. Posteriormente a emergência da luta pela terra corroborará com este processo, provocando profundas alterações nos níveis sociais, econômicos, políticos e culturais. No bojo das suas discussões, emerge o conceito de camponês como aquele que luta pela terra. “A luta pela terra é primordial, porque representa a fonte de sobrevivência da unidade de produção camponesa e também, aparece como terra de trabalho (SILVEIRA, 1990, p. 17).

No entanto, sua análise demonstra que:

há uma gama muito grande de tipos de camponeses que vai desde aquele que racionaliza ao máximo sua produção, que está ligado a cooperativas, e tenta ajustar-se às necessidades do mercado, minimizando ao máximo seus riscos, até o posseiro, com condições mínimas de existência, que as vezes planta para ter o que comer. (SILVEIRA, 1990, p. 231).

Verificando os conceitos utilizados neste trabalho, constata-se a ausência do conceito agricultor familiar e por isso não contribui para o esclarecimento e a compreensão sobre o questionamento que este trabalho faz: o camponês e o agricultor familiar são os mesmos sujeitos vivendo em condições diferenciadas?

Paulino (1997) utilizando os conceitos de Lênin (1899); Kautsky (1980), Chayanov (1974); Prado Junior (1974); Martins (1983,1988) e Oliveira (1986), entre outros, procura desvendar a realidade agrária de Presidente Prudente a partir de



uma noção de processo e com ele compreender também as especificidades da questão agrária brasileira. Por conseguinte, foca os interstícios de uma estrutura macro onde, segundo a autora, situa-se a origem e a perpetuação de mecanismos que asseguram o controle do patrimônio fundiário por poucos. Assim, a concentração fundiária explica-se pela lógica de um modelo de capitalismo em essência rentista, diferenciando duas formas de produção no campo: a capitalista e a camponesa, sendo a primeira responsável por 71,6% das unidades produtivas da região e a segunda 28,4%, contudo não estabelece critérios identificadores do sujeito camponês e, por conseguinte, não contribui com o avanço do debate sobre a formação dos agricultores camponeses e ou familiares, como questão teórica e como processo político.

Hespanhol (2000) reúne em seu trabalho, os conceitos de Lamarche (1993,1998), Abramovay (1992), Veiga (1991), entre outros, com os quais investiga o processo de formação da estrutura agrária brasileira entendendo que as expansões de formas capitalistas de produção no campo levaram parcela considerável desses produtores a expropriação de seus meios de produção, excluindo-os do circuito produtivo. Isso provocou uma grande diversidade de unidades produtivas que, não obstante as enormes diferenças de ordem econômica, social, cultural e política que as caracterizam, apresentam em comum, o fato de terem a terra, o trabalho e a família vinculados.

Contribuíram favoravelmente para mudança de perspectiva em relação à produção familiar, as análises de âmbito internacional e as análises de cunho regional ou local que, abordando sob diferentes matizes teórico-metodológicos, possibilitaram um melhor entendimento dessa categoria de produtores. No cerne de suas discussões há a refutação do conceito de camponês por ter perdido o poder explicativo e ser substituído pelo conceito de agricultor familiar:

as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção [...] perderam seu poder explicativo, favorecendo à emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar (HESPAÑOL, 2000, p. 2).

Todavia, há uma contradição entre o referencial teórico e as constatações da base empírica. O referencial teórico agrupou teorias que defendem



a transformação do camponês em agricultor familiar como única possibilidade de futuro por ser o agricultor familiar protagonista de produtor moderno totalmente integrado ao mercado, racionalizando ao máximo sua produção. Porém, as informações da base empírica demonstraram não ser isso o que ocorre na realidade vivida pelos agricultores familiares, visto que:

com o agravamento dos problemas enfrentados por esses produtores (exaustão dos solos, baixa produtividade das culturas, baixos preços para os produtos agrícolas, dificuldades de acesso ao crédito rural, etc.) associado à intensificação da concentração fundiária, resultante da expansão das áreas de pastagens, levaram a descapitalização crescente dessas explorações familiares, resultando numa menor capacidade de absorção da força de trabalho e consequente expulsão de um expressivo contingente populacional (HESPAÑOL, 2000, p. 322).

Desta forma, há um desencontro entre as concepções defendidas pelo referencial teórico e as constatações empírica, pois a realidade mostra que não houve a inserção do agricultor familiar no mercado como produtor moderno, visto que ele foi expulso do circuito produtivo pela descapitalização, como também foi expropriado dos seus meios de produção.

Medeiros (2002) comprehende a dinâmica espacial do Sudoeste Paulista, através da abordagem econômica e social do espaço rural, refletindo sobre o universo da produção agrícola familiar. Deseja entender as possibilidades futuras deste setor frente às políticas públicas, as possíveis alterações no dinamismo regional e os limites que os mesmos têm enfrentado com relação à estrutura fundiária, à produção, à comercialização, aos recursos financeiros, entre outros. Esses produtores têm sido os responsáveis por parte significativa da produção agropecuária regional, bem como da absorção de mão de obra no campo. Entende esse trabalho científico que o futuro do campesinato desta região está na especialização da produção ampliando as oportunidades para os produtores familiares proporcionando-lhes transformações sociais e econômicas, pois

deve-se ter em mente que, se outros setores buscam a maximização da competitividade através do agronegócio, buscando gerar uma especialização da produção, é possível e necessário que haja a ampliação das oportunidades para os produtores familiares que possam lhes proporcionar transformações sociais e econômicas (MEDEIROS, 2002, p.12).



Este trabalho indica, portanto, que a importância dos agricultores familiares para a região está na sua inserção no mercado maximizando sua produção, impulsionando o dinamismo regional, mesmo em face de limitações de ordem fundiária, tecnológica e de comercialização e não na luta pela terra e pela reforma agrária que objetivam alterações na estrutura fundiária. Essa seria uma possível razão do trabalho ter indicado apenas 12 assentamentos da reforma agrária na região (MEDEIROS, 2002, p.139), reconhecendo, mesmo assim, que os assentados fortalecem o trabalho familiar.

Capítulo 3 - O paradigma da questão agrária e o paradigma do capitalismo agrário

Com o conceito de conflitualidade desenvolvido no primeiro capítulo e com as análises das quatro obras do segundo capítulo este trabalho visa compreender o processo de formação do campesinato nos últimos trinta anos refletindo sobre a formação dos agricultores camponeses e ou familiares. Ou seja: o camponês e o agricultor familiar são os mesmos sujeitos vivendo em condições diferenciadas ou são dois sujeitos diferentes? Esse debate substitui, em certa medida, o debate a respeito do fim do campesinato pelo assalariamento. Todavia, nos dois debates, uma parte dos intelectuais das Ciências Humanas entende que essa discussão é irrelevante. Enquanto para outra parte ela é essencial.

Na Geografia Agrária essa discussão é considerada importante para alguns grupos de pesquisa, e está presente nos debates teóricos, proporcionando reflexões sobre o processo socioterritorial e, portanto: político e socioeconômico a respeito das formas de organização da unidade familiar, discutindo a agricultura familiar camponesa ou camponesa familiar, no processo de ocupação do território e seu desenvolvimento, entre outros, como elementos que interessam ao estudo da questão agrária neste início de terceiro milênio.

Este trabalho participa destas reflexões estudando as alterações nas configurações espaciais camponesas, as quais são produtos da implantação do novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária transformando as relações de produção, acirrando a luta de classes, provocando resistências das organizações camponesas como é possível constatar através de uma leitura



geográfica da região do Pontal do Paranapanema. Desta forma, diversos trabalhos acadêmicos procuraram compreender as modificações das configurações espaciais tendo como ponto de partida o desenvolvimento tecnológico e o avanço capitalista no campo. Contudo, permanece o questionamento: o camponês e o agricultor familiar são os mesmos sujeitos vivendo em condições diferenciadas ou são dois sujeitos diferentes? Afinal, qual o lugar e a importância do camponês na sociedade capitalista sabendo que ele não desapareceu, não se proletarizou e nem permaneceu como antes?

Esses questionamentos possibilitam discutir o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e, dentro dessas discussões verificar se a diferenciação proposta entre camponês e agricultor familiar responde aos questionamentos atuais. Assim, este trabalho propõe refletir sobre o desenvolvimento da agricultura estudando os projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos de camponês e agricultor familiar, com um referencial teórico composto por duas vertentes: o paradigma do capitalismo agrário e o paradigma da questão agrária.

Para o estudo do paradigma do capitalismo agrário são utilizadas, entre outras, as obras de Lênin (1899;1985) e (1918;1980) de Kaustsky (1986) por serem seminais, contendo elementos fundamentais para compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Essas obras suscitarão o princípio do debate na construção do paradigma do capitalismo agrário, que é a perspectiva da existência do campesinato. Entre os principais trabalhos sobre o paradigma do capitalismo agrário, desde sua origem até os trabalhos realizados sobre a região do Pontal, estão: Mendras, (1976; 1992), Lamarche (1993; 1998), Abramovay (1992), Veiga (1991), Hespanhol (2000) e Medeiros (2002).

Para o estudo do paradigma da questão agrária também serão utilizadas as obras de Lênin (1899; 1985) e (1918; 1980), de Kautsky (1986), não só por serem seminais e contendo elementos fundamentais para compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo, mas também porque são as obras que representam base estrutural das leituras da questão agrária. Para o estudo deste paradigma, também foram utilizadas as obras de Shanin (1983), Chayanov (1974) por serem obras seminais para compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo e também as obras de José de Souza Martins (1984;



1989; 1990; 1994; 2001); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986; 1988; 1991; 2004), Bernardo Mançano Fernandes (1996; 1999; 2000; 2001; 2005), Silveira (1990) e Paulino (1997).

Esse paradigma defende que o único futuro para o campesinato encontra-se na transformação do camponês em agricultor familiar. Tal metamorfose ocorre quando da sua integração no mercado, como novo personagem, assumindo sua condição de produtor moderno racionalizando ao máximo sua produção, representando desta forma, o progresso, o novo e o moderno.

O paradigma da questão agrária entende que o futuro do campesinato está na reafirmação de sua identidade em sua formação no processo desigual e contraditório, na luta contra o capital, especialmente contra o modelo agro exportador, conhecido como agronegócio e que, a integração é sempre uma condição de subalternidade. Neste sentido, o camponês como produtor moderno não é uma figura subalterna, mas aquele que procura persistentemente construir sua autonomia.

A essência da estrutura teórica do paradigma da questão agrária é compreendida pelo desenvolvimento desigual gerado pela reprodução ampliada do capital, que produz a diferenciação do campesinato, os transformando em assalariados ou capitalistas. Essa compreensão gerou duas tendências do paradigma da questão agrária: uma que comprehende o fim do campesinato e outra que comprehende o processo de destruição e recriação do campesinato.

O paradigma da questão agrária defende a hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato. Espaço, sujeito e tempo são analisados dialeticamente constatando que, ao aumentar a concentração de terras, aumenta simultaneamente o número de camponeses em luta pela terra no Brasil.

Conclusão

Este trabalho estudou o desenvolvimento da agricultura no capitalismo aplicando o conceito de conflitualidade na leitura geográfica da região do Pontal do



Paranapanema visando compreender as profundas alterações nas configurações espaciais. Este estudo de alguma forma prossegue as análises acadêmicas de 1990 a 2002 as quais objetivavam compreender a realidade agrária da região do Pontal do Paranapanema e a sua organização espacial rural, sua dinâmica econômica e social e os reflexos na vida dos trabalhadores rurais com suas lutas e resistências camponesas desencadeadas pelos movimentos socioterritoriais e suas mobilizações, ocupações e diversos trabalhos de base responsáveis por capacitar o trabalhador a recusar a passividade e ir se transformando em agente do processo de desenvolvimento como seu principal protagonista quando ocupa o território, produz alimentos garantindo a subsistência familiar e, desta forma, estabelece diferentes relações sociais.

Compreende melhor essas diferentes relações sociais quem estudar a acirrada disputa política por um determinado modelo de desenvolvimento rural entre dois tipos: o agro exportador e aquele que se encontra em construção pelos movimentos camponeses. O modelo agro exportador, também conhecido como agronegócio, forma o seu espaço e ocupa o território com a lógica da concentração de terras, por só se estabelecer em largas faixas territoriais dada a utilização dos seus maquinários, alguns deles guiados por satélite, instalando assim, um enorme complexo agroindustrial de formidável produtividade.

O modelo em construção pelos movimentos camponeses, forma o seu espaço e ocupa o território guiado por outra lógica: o seu potencial de produção de alimentos está mais na diversidade do que no produtivismo e a utilização, de forma sustentável, dos recursos naturais, cuidado do meio ambiente e de suas fontes renováveis. Desta forma, o modelo de desenvolvimento dos movimentos camponeses no Brasil é a reação à agressão ao modelo agro exportador, que, as elites nacionais dependentes, vêm implantando, desde a década de 1990, como forma de maquiar o velho latifúndio. Assim, na Região do Pontal do Paranapanema e, em dimensões nacionais, por todo o Brasil, o futuro se dá no confronto da implantação destes modelos de desenvolvimento rural.

Participa desse confronto como questão teórica e como processo histórico o estudo da formação dos agricultores camponeses e ou familiares. A cada discussão poderá ser verificada se a diferenciação proposta entre camponês



e agricultor familiar responde aos questionamentos atuais. Para esse trabalho o campesinato não desapareceu, pois a presença do camponês e sua atuação indicam a necessidade de compreensão do seu lugar e da sua importância na sociedade capitalista.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Hucitec, 1992.

AMIN, Samir. **O desenvolvimento desigual. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico.** Rio de Janeiro: Forense, 1973.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária. In: AMIN, Samir; VERGAPOULOS Kostas. **A questão agrária e o capitalismo.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANTONIO, Armando Pereira. **O movimento social e a organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigido pelo Estado. Os exemplos na Alta Sorocabana no período 1960-1990.** Tese de doutorado USP – FFLCH, 1990.

CHAYANOV, Alexander. **La organizacion de la Unidad Econômica Campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de Sem-Terra.** Cascavel: Unioeste, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. ANAIS DO X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – 20 a 26 de março de 2005 – USP, 4860-4874, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Inédito, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Desenvolvimento Territorial:** conflitualidade e sustentabilidade, inédito, 2006 b.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geografia da Violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação.** In **Caderno Conflito no Campo – Brasil 2004.** Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p.142-156.



HESPAÑHOL, R A de Medeiros. **Produção Familiar:** perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente. Rio Claro, tese (doutorado em Geografia) UNESP.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1986.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Hucitec, 1998.

LENIN, Vladimir Illich. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América.** Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editora Debates, 1980.

LENIN, Vladimir Illich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In; **O Campo no século XXI.** OLIVEIRA, Ariovaldo U.; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.), São Paulo: Casa Amarela, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Impasses sociais e políticos em relação à Reforma Agrária e a agricultura no Brasil.** www.nead.org.br.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso.** São Paulo, Hucitec, 1994.

MEDEIROS, Célia Maria Santos Vieira de. **O produtor familiar rural e a dinâmica econômica e social no espaço rural da Região de Presidente Prudente nos anos 1980-1990.** Tese de doutorado USP – FFLCH, 2002.

MORAES SILVA. A morte ronda os canaviais paulistas. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**, volume 33, nº. 2 – Ago/Dez, 2006.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura Familiar:** quantos ancoradouros. Inédito, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo:Contexto, 2001.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil.** 39ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1989.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Os limites das cercas: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente.** Dissertação de Mestrado. UNESP, 1997.

SANTOS, José Vicente Tavares. Violências e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”. In **São Paulo em Perspectivas.** Vol.18; nº 1. São Paulo Jan./Mar.2004.



SHANIN, T. **La Clase Incomoda.** Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVA, José Graziano da Silva. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato (Os camponeses na região de Presidente Prudente).** São Paulo. Tese (doutorado em Geografia) apresentada na FFLCH- USP.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.) **Agricultura Familiar realidades e perspectivas.** Passo Fundo: UPF Editora, 2001.



4. POLÍTICAS FUNDIÁRIAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE GEO-HISTÓRICA DA GOVERNANÇA DA TERRA NO BRASIL¹

Bernardo Mançano Fernandes

Clifford Andrew Welch

Elienai Constantino Gonçalves

Este artigo analisa os paradoxos da governança da terra no Brasil em seu contexto histórico, destacando em particular a subordinação permanente dos agricultores camponeses aos interesses dos grandes proprietários e do agronegócio. Delineia o desenvolvimento através das divisões regionais do país e da estrutura fundiária desde os tempos coloniais, quando colonizadores portugueses começaram a “esculpir” o que viria a ser o território brasileiro. Descreve o surgimento da agricultura em grande escala desde as *plantation* até a produção de commodities para exportação, ou a evolução dos latifúndios em monoculturas transnacionais denominadas agronegócio, que estão se apropriando cada vez mais de terras, mantendo a concentração fundiária. Apesar de várias mudanças de governo e tentativas esporádicas de realizar a reforma agrária, a questão agrária continua sem solução, enquanto o capitalismo agrário sempre contou com o apoio da maior parte da classe política do Brasil. Esta postura política favorável aos latifundiários e ao agronegócio acontece em detrimento dos pequenos agricultores camponeses, povos indígenas e outros grupos sociais que, apesar de produzir grande parte dos alimentos do país, estão sendo cada vez mais marginalizados, destituídos de suas terras e modos tradicionais de vida. Este documento examina em detalhe esse fenômeno em todas as regiões do Brasil e também analisa as tendências, como grilagem e estrangeirização de terras por interesses de governos e corporações estrangeiras, por causa da crescente demanda por agrocombustíveis e alimentos. Discute também a migração rural-urbana e os impactos sobre o meio ambiente. Em todo o texto se coloca a questão essencial: como o vasto território brasileiro pode

¹ Texto publicado em FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A; GONÇALVES, E. C. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** 1. ed. Roma: International Land Coalition, 2012. v. 1. 62 p.



ser governado para atender aos interesses de todos e não apenas de uns poucos privilegiados?

Sumário Executivo

O artigo oferece uma abordagem histórico-geográfica dos paradoxos do Brasil agrário através de uma análise das políticas fundiárias e as formas de uso da terra no país. Estes paradoxos podem ser examinados nas questões analisadas neste texto, como por exemplo: o intenso processo de modernização ocorrido no Brasil, que possui uma das agriculturas mais avançadas do mundo, mas ainda mantém o uso do trabalho escravo; possui uma agricultura camponesa altamente produtiva, mas ainda não conseguiu realizar seu projeto de reforma agrária; um setor agrícola empresarial com discurso de eficiência e produtividade que não consegue superar a fome e a pobreza, contribuindo, ao contrário, para aprofundar ambos os problemas; ao invés de democratizar ao acesso à terra, as políticas agrárias têm ampliado os conflitos por terra por causa da intensificação da concentração fundiária.

Para melhor compreender estes paradoxos, o artigo analisa o processo histórico da formação regional do Brasil, demonstrando as condições estruturais e conjunturais que possibilitaram a sua formação. O abordagem deste processo procura ajudar o leitor entender os diferentes períodos e relações que definiram as políticas fundiárias e de uso da terra, especialmente as permanências e transformações da questão agrária brasileira, a persistência de antigos elementos e o surgimento de novos fatores.

Para cada região desta vasta nação, o artigo apresenta as características fundamentais e analisa seus principais problemas e perspectivas para o futuro, tendo como referência os dados do Censo Agropecuário de 2006, discutindo a participação do agronegócio e do campesinato na produção agropecuária regional. Assim, são apresentadas as principais stakeholders (as partes interessadas) que são as diversas entidades da sociedade: os governos em diferentes escalas, as corporações do agronegócio nacional e transnacional e as organizações sociopolíticas do agronegócio e campesinato, inclusive os povos indígenas e quilombolas.



Como princípio de organização, o trabalho utiliza um debate paradigmático presente no meio acadêmico brasileiro para examinar os diferentes modelos de desenvolvimento rural no país, seus defensores, impasses e perspectivas. Os paradigmas representam as visões do mundo destas entidades, seus interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses. Argumenta que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a construção de outra sociedade, onde os problemas podem ser superados. Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e podem ser eliminados por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nesta lógica, campesinato e capital compõem o mesmo modelo de desenvolvimento, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento deste paradigma. Para o paradigma da questão agrária, o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato.

Neste contexto, os conflitos entre as entidades que representam estes paradigmas são apresentados no artigo como determinantes na formação das diferentes modelos de desenvolvimento agrário no Brasil. É assim que o artigo analisa a história da reforma agrária brasileira, que embora vários planos tenham sido proposta por diferentes governos, nenhum deles foi realizado completamente. Neste sentido, a ocupação da terra continua sendo uma importante forma de pressão e reivindicação desta política pública, todavia, com a expansão da produção de commodities nas terras dos latifúndios, esta forma de luta pela terra tem enfrentado seus próprios limites para se reproduzir.

A análise do papel do Estado neste contexto é crucial. Geralmente, o governo toma posições a favor do agronegócio, devido a predominância do paradigma do capitalismo agrário nos ministérios e a pressão agressiva do poderoso



setor da agricultura convencional. Por outro lado, o Estado cria e implanta políticas para o reconhecimento e desenvolvimento dos territórios camponeses somente sob pressão popular.

O modelo de desenvolvimento da agricultura por meio da produção de commodities proporciona um maior rendimento da exploração agrícola, mas também é responsável por graves impactos sociais e ambientais no que se refere à expropriação, com a concentração do uso do solo e da agua. A partir de uma leitura dos impactos ambientais da questão agrária, o artigo discute os limites e perspectivas do atual modelo agrário brasileiro.

Entre os outros temas novos abordados, o texto analisa a produção de agrocombustíveis e a estrangeirização da terra no Brasil, bem como as políticas agrícolas do Brasil em outros países, como por exemplo: Moçambique. A estrangeirização da terra é um fenômeno recente composta de mega-investimentos de países ricos e emergentes, que tem atingido países emergentes e pobres, por meio da aquisição de agroindústrias ou grandes extensões de terra para a produção agrícola, com ênfase nos commodities de exportação, como a soja, ou cana-de-açúcar para produção de agrocombustíveis. Este novo elemento tem ampliado os conflitos e criado novos parâmetros para pensar soluções para a questão agrária.

Evidente que o desenvolvimento da agricultura em um país não se limita ao mundo rural e a questão agrária, mas impacta também o mundo urbano e cria novas questões que só podem ser compreendidas a partir de uma análise da relação campo – cidade. É com este objetivo que o trabalho conclui debatendo das tendências do desenvolvimento brasileiro.

Desde o fim da ditadura, em 1984, os brasileiros têm construído formas eficazes para defender a democracia. A formação de dezenas de organizações camponesas e suas ações cotidianas têm mantido o debate sobre a questão agrária na pauta política. Todavia, o avanço das políticas neoliberais tem aniquilado várias conquistas, aumentando a subordinação das classes populares através de políticas compensatórias e de controle social. As perspectivas de mudança do atual modelo de desenvolvimento são escassas, considerando as tendências de crescimento do agronegócio com a estrangeirização das terras por países ricos. Enquanto os



debates sobre as políticas agrárias e de usos da terra no Brasil continuarem, existe a possibilidade de mudança para um modelo sustentável.

Brasil agrário e seus paradoxos

O Brasil é um país continental, sendo o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário. Possui 8.514.876,599 km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e mantém desigualdades tão grandes quanto seu território. Estas desigualdades mantém uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo, representada pelo índice de Gini de 0,854, sendo que a maior parte das terras estão sob o domínio de grandes corporações nacionais e multinacionais. Estas empresas controlam as políticas de desenvolvimento da agricultura, ficando com a maior parte dos recursos do crédito agrícola, monopolizando os mercados em todas as escalas e definindo as tecnologias destinadas à qualificação da produção agropecuária. Produzindo predominantemente commodities, o agronegócio no Brasil também constitui-se em um poder hegemônico que determina o planejamento da agricultura e subalterniza os camponeses responsáveis pela maior parte da produção dos alimentos destinados à economia doméstica.

Como líder mundial na produção de soja, café, açúcar, carne, frango, feijão, laranja e fumo, o Brasil é um dos mais importantes países agrícolas do mundo (WELCH, 2006). Com extensão equivalente a 851.487,659 hectares, apenas 330 milhões de hectares foram utilizados pela agropecuária no período 1996/2006, de acordo com o *Censo Agropecuário de 2006* do IBGE (BRASIL, 2009). Esta área agricultável chegou a 375 milhões de hectares no período 1975/1985, o que significa que o Brasil tem utilizado entre 39 a 44% de seu território para a produção agropecuária, representando uma das maiores áreas agricultáveis do mundo. A persistente desigualdade territorial rural fica ainda mais evidente, quando comparamos a agricultura camponesa com o agronegócio. O Censo registrou 5.175.489 estabelecimentos, sendo que 84.4% (4.367.902) são unidades familiares e 15.6% (805.587) são capitalistas. A área total das unidades familiares era de 80.250.453 hectares e a área total dos estabelecimentos capitalistas era de



249.690.940 hectares. Embora o agronegócio ou agricultura capitalista tenha utilizado 76% da área agricultável, o valor bruto anual da produção foi 62% ou 89 bilhões de reais, enquanto o valor bruto anual da produção da agricultura camponesa foi de 38% ou 54 bilhões de reais, utilizando apenas 24% da área total, de acordo com os dados do Censo de 2006.

Para uma ênfase maior, mesmo utilizando apenas 24% da área agrícola, a agricultura camponesa reúne 74% do pessoal ocupado ou 12.322.225 pessoas, sendo que o agronegócio emprega em torno de 26% ou 4.245.319 pessoas. Esta desigualdade fica mais evidente quando observamos que a relação pessoa – hectare nos territórios do agronegócio é de apenas duas pessoas em cada cem hectares, enquanto nos territórios camponeses a relação é de quinze pessoas para cada cem hectares. Esta diferença ajuda a compreender que a maior parte das pessoas que trabalham na agricultura camponesa vive no campo e que a maior parte das pessoas que trabalham no agronegócio vive na cidade. Igualmente esta diferença revela as distintas formas de uso dos territórios, enquanto para o campesinato, a terra é lugar de produção e moradia, para o agronegócio, a terra é somente lugar de produção. Estas são características importantes para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial.

Esta desigualdade fica ainda mais acirrada quando analisamos detalhadamente a participação dos estabelecimentos no valor da produção total. Conforme a análise de Alves e Rocha (2010), somente 8.19% ou apenas 423.689 dos 5.175.489 estabelecimentos geraram 84.89% do valor da produção total. Para destacar mais esta brutal desigualdade, isto também significa que 91.81% ou 4.751.800 estabelecimentos respondem por tão somente 15.11% deste valor. Estes dados demonstram que a concentração territorial explicita a concentração de riquezas e do controle do capital. A situação fica ainda pior, quando se observa que em 3.775.826 estabelecimentos, vivem aproximadamente 11.3 milhões de pessoas que conseguem ficar com a ridícula soma de 4.03% da riqueza produzida e que as famílias de 2.014.567 estabelecimentos têm receita anual de até meio salário mínimo. A maioria dos estabelecimentos que fica com a menor parte da riqueza é da agricultura familiar.



Os contrastes do Brasil são ainda mais fortes quando observamos que estes agricultores que ficam com a menor parte da riqueza produzida na agropecuária são responsáveis por 70% do feijão, 87% da mandioca, 38% do café, 46% do milho e 34% do arroz. Na pecuária, garantiram 59% dos suínos, 50% das aves, 30% da carne bovina e 58% do leite. A desigualdade também está presente nos tipos de produção. Por exemplo: 1.57% dos estabelecimentos produtores de milho respondem por 68.31% da produção e 26.7% do leite vêm de 80.41% dos estabelecimentos produtores, ou seja, 19.59% produzem 73.3% do leite. A concentração é uma marca forte no campo brasileiro. Este fato tem produzido diferentes posturas a respeito do desenvolvimento da agropecuária. Algumas defendem a eliminação dos produtores que produzem menos, outras defendem a ampliação da participação dos pequenos agricultores na divisão da riqueza produzida, inclusive com políticas de acesso à terra para aumentar o número de agricultores, como por exemplo a reforma agrária e o crédito fundiário.

Estas duas visões sobre o desenvolvimento se expressam em paradigmas que procuram explicar as desigualdades defendendo uma via de acordo com seus interesses e necessidades. Para o agronegócio, a eliminação de agricultores é natural num modelo competitivo em que sobrevivem os melhores. Nesta lógica, para o paradigma do capitalismo agrário, o problema das desigualdades é resultado do fracasso das pessoas que não conseguem se manter no mercado. Para os movimentos camponeses vinculados à Via Campesina, aumentar o número de agricultores e sua participação na distribuição de terras e na economia agropecuária é fundamental para corrigir os problemas agrários gerados pela lógica perversa da produção capitalista. Neste sentido, para o paradigma da questão agrária, o problema das desigualdades é gerado nas relações de subalternidade imposta pelo capital que elimina parte importante dos agricultores. Por esta compreensão, um dos movimentos camponeses mais atuantes do Brasil – o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – tem feito da ocupação de terra a principal forma de acesso à terra no Brasil. São estas ações que têm mantido a reforma agrária na pauta política do governo brasileiro.

O Brasil agrário deste início de milênio não pode ser compreendido somente pela produção agropecuária como não deve ser entendido apenas pelos



intensos conflitos fundiários. Para representar estas realidades, apresentamos a seguir o mapa 1 que sintetiza esses processos.

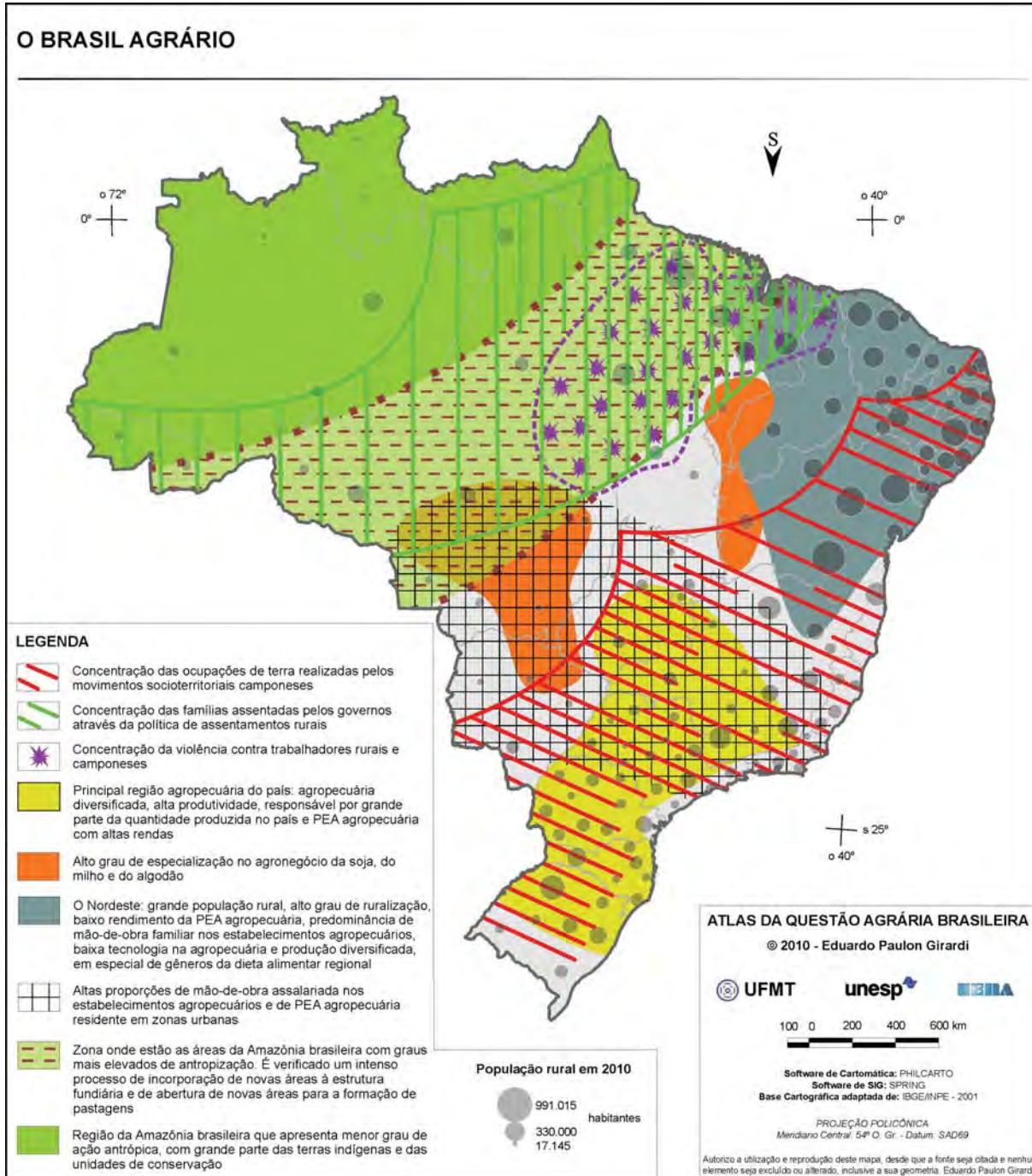


Figura 1 - Brasil Agrário - 2010

O Brasil agrário é paradoxal porque 74% dos agricultores recebem somente 15% do crédito agrícola, possuem apenas 24% da área agricultável, mas produzem 38% do valor bruto. É pouca terra e muita gente que recebe pouco crédito



e divide o resto da riqueza produzida, ou seja, a parte que o capital permitiu que ficasse com o campesinato. Do outro lado, o agronegócio fica com 85% do crédito agrícola, controla 76% da área agricultável, produz 62% do valor bruto e emprega cerca de 26% das pessoas. É muita terra e pouca gente que fica com a maior parte dos recursos empregados na agropecuária. O agronegócio fica com a maior parte da riqueza produzida, inclusive a parte da riqueza produzida pelo campesinato, através da renda capitalizada da terra, pois é o agronegócio que comercializa a maior parte da produção camponesa. Este paradoxo é melhor compreendido pela desigualdade existente entre a classe camponesa em que 2 milhões de famílias, embora contribua com a produção de 38% do valor bruto, têm uma renda mensal em torno de 15 dólares e são obrigados a viver de ajuda governamental. Estas desigualdades são partes da história, construídas por meio de relações de dominação e resistências que configuraram o território brasileiro.

Perspectivas históricas da formação regional do Brasil

A historiadora Frieda Knobloch bem observou que "a colonização é um ato agrícola" (1996, p. 1). Atos agrícolas não apenas pontuam a história do Brasil mas a compõem desde a colônia à nação. Os paradoxos do Brasil agrário começaram em 1500, com o invasor português estimulando a prática do escambo pelos indígenas da região: a extração e a troca do pau-brasil. O primeiro modelo de uso e posse da terra imposto pelo colonizador foi o corte seletivo de pau-brasil, realizado pelos Tupinambá, em resposta à demanda do mercado externo. Este sistema, entretanto, em breve sofreria mudanças. As "descobertas" de finais do século XV e XVI levariam os potentados europeus a assegurarem seus territórios nas Américas. De 1530 até o século XVIII, a monarquia portuguesa buscou garantir seu domínio sobre o Novo Mundo, através do desenvolvimento de sistemas de uso e posse de terras, impedindo que as coroas francesa, holandesa e espanhola se apropriasse de parte de sua colônia.

No século XIX, quando o filho e o neto do rei português governaram o império brasileiro, eram frequentes as disputas territoriais, não só com os inimigos externos, mas também adversários internos, onde diferentes sistemas de posse e



uso da terra entraram em choque pelo domínio fundiário. No século seguinte, entretanto, já estavam delineadas as fronteiras nacionais e as divisões políticas atuais do país, o que não desestimulou eventuais pressões externas pela terra. Ao contrário, o avanço da ordem capitalista mundial animou as elites brasileiras, ditando as normas para a implementação de grandes e pequenos projetos que transformariam milhões de hectares de terras de plantio diversificado em complexos sistemas agrícolas e industriais.

A partir de uma perspectiva do século XXI, os processos de colonização deste país-continente incluem não somente os ameríndios e comerciantes, os imperadores e as potências estrangeiras, mas escravos e senhores, camponeses e latifundiários, imigrantes e empresários, militantes e políticos, comunistas e capitalistas. As limitações impostas pelo tempo e pelo espaço não nos impedem de contrastar o Brasil do passado e do presente. As relações no campo têm sido marcadas por uma realidade pontuada por conflitos pela posse da terra, de identidade e pelo controle desse vasto território.

O comércio de pau-brasil marcou profundamente as representações sobre o Brasil no século XVI (ROCHA et al, 2007). A costa atlântica do país – local de estabelecimento de postos de comércio (feitorias) – permanece repleta de nomes que remetem ao processo de extração dessa madeira na época de seu apogeu. O interior (ainda desconhecido pelo colonizador), por sua vez, foi usado como pano de fundo por criativos cartógrafos para retratar o processo de extração da madeira pelos índios Tupinambá (Ver mapa 2). Enquanto outros grupos de nativos aparecem negociando na costa com comerciantes europeus. As mulheres são retratadas caçando, cuidando de crianças ou cozinhando. As cenas são prosaicas, mas pouco inocentes, uma vez que sugerem uma relação supostamente harmoniosa entre o indígena e o português. Elas são também reiteradas por vários historiadores (MARCHANT, 1942; HEMMING, 1978). Essa colaboração, embora não tenha durado muito, retratam as imagens de um momento de uso da terra indígena em resposta à demanda europeia, que era relativamente moderada no que concerne ao impacto sobre as relações sociais existentes, e para o ambiente (FAUSTO, 1997).

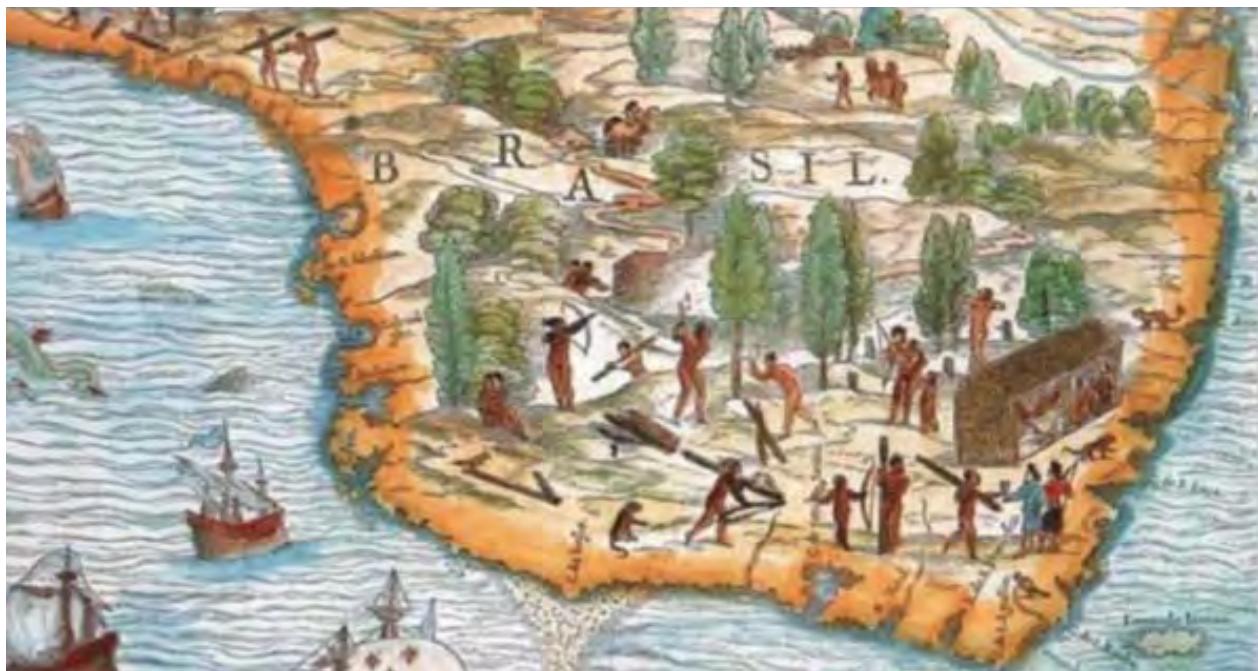


Figura 2 - Representação das relações entre sociedades indígenas e europeus no século XVI, em detalhe de um mapa publicado por Giacomo Gastaldi em 1550

Embora a exploração do solo brasileiro tivesse sido concedida ao Estado português por decreto papal – como parte do Tratado de Tordesilhas, em 1494 –, as autoridades espanholas não pareciam muito interessadas em respeitar a autoridade do Vaticano. Tanto mais que acabam se aproveitando da longa costa do Brasil, cujas terras estavam sob relativo controle dos indígenas, para fazer seus próprios acordos. A coroa Portuguesa, obviamente, não aceitava tais incursões e, a partir de 1530, procurou consolidar a sua hegemonia realizando o processo de colonização. Martim Afonso de Sousa foi enviado para examinar toda a costa e, ao final dessa aventura, a coroa estabelece "capitanias" para proteger e desenvolver a colônia (Ver mapa 3). Dividida em 15 partes relativamente iguais, ao longo de sua costa, a região foi delimitada por linhas retas, paralelas à linha do Equador, que abrangia um espaço desconhecido, limitando-se à linha de Tordesilhas. A partir daí, a coroa portuguesa passaria o controle dessas regiões (as capitaniias) a uma classe de nobres – militares e burocratas – de sua total confiança. Estes "donatários" se comprometiam a povoar, desenvolver, defender e administrar estas regiões, em nome de Portugal, sob pena de perder a condição de donatário.



Figura 3 - As "capitanias hereditárias", criadas pela coroa Portuguesa em 1535, em um mapa publicado por Luís Teixeira em 1574

A política de capitania fez com que alguns analistas enxergassem certa herança feudal no sistema de uso e posse de terras no Brasil, mas há controvérsias sobre a tese (GUIMARÃES, 1968; FAUSTO, 1997). De fato, até meados do século XVI, apenas as capitania de São Vicente do Sul e de Pernambuco se consolidaram, no momento em que a Coroa portuguesa se debatia sobre o dilema de estabelecer São Salvador, na Bahia – sua feitoria mais movimentada –, como a capital da colônia brasileira. De 1549 até o fim do período colonial, um governador-geral, um punhado de coletores de tributos e funcionários judiciais, alguns militares e guarda-costas iriam "garantir a posse territorial da nova terra" (FAUSTO, 1997, p. 46), apesar da utilização contínua e limitada do modelo de capitania, até a sua extinção definitiva em 1821.



O legado do sistema de capitaniais foi a proliferação de grandes propriedades chamadas sesmarias. Tratava-se de grandes extensões de terras concedidas aos donatários pela Coroa Portuguesa, administradas por poucos indivíduos (FAUSTO, 1997; MOTTA, 2009). O sistema de sesmaria, iniciado na colônia, precisa muito ser reexaminado, uma vez que continuou a influenciar as relações de propriedade no século XXI. O sistema data de 1375 e consistiu numa espécie de direito agrário que procurou promover o desenvolvimento rural por meio do cultivo de cereais, além de garantir mão-de-obra para o campo. À época, o sistema de sesmarias ajudou a aliviar uma crise alimentar que assolara Portugal e causara grande êxodo de trabalhadores rurais.

A lei foi eficaz ao garantir a produtividade da terra pelo reavivamento de um capítulo do Código Justiniano do século VI, que reservava titularidade de propriedade apenas aos indivíduos que realizassem o cultivo efetivo da terra. No século XIV, a coroa estabeleceria sesmaria em terrenos agrícolas abandonados. No entanto, por volta do século XV, o rei D. Afonso V utilizou a mesma lei para promover a colonização das áreas de fronteira, além de aumentar a produção e assegurar as fronteiras de Portugal contra a invasão espanhola pelo Reino de Castela (MOTTA, 2009, p. 15-17). Obviamente, os motivos para utilizar o sistema no Brasil – onde os "piratas" franceses ameaçavam a hegemonia portuguesa neste território – não estavam muito distantes daqueles que haviam inspirado o uso prévio dessa política pela monarquia lusa.

O termo sesmaria se referia, inicialmente, à data em que o nobre português recebia o direito de exploração da terra. A historiadora brasileira Márcia Motta (2009) verificou em provas documentais europeias que a definição incluía o dever de seus titulares de *devolver estas terras*, caso se vissem impossibilitados de cultivarem-nas num prazo previamente determinado. Estas *terras devolvidas*, foram chamadas de "terras devolutas" e deveriam ser repassadas para outros, sob as mesmas restrições. No Brasil, entretanto, embora a regra seguisse a lógica de outras regiões sob controle da Coroa portuguesa, as exigências do sistema de sesmaria não tiveram efeito prático. O abandono do cultivo da terra não resultou em devolução, pois a fiscalização foi sempre demasiadamente precária. Ao contrário das capitaniais, que, não raro, eram maiores do que muitos reinos europeus, as



sesmarias brasileiras não pareciam representar uma ameaça real à Coroa em função de eventuais rivalidades entre sesmeiros.

Muitos portugueses que controlavam sesmarias, questionaram judicialmente o cumprimento dos critérios de cultivo no Brasil. O gigantismo da colônia brasileira, entretanto, fez diminuir tais pressões. Além disso, seu sistema judicial era demasiado frágil para produzir resultados confiáveis. Dessa forma, a sesmaria atribuída a determinado nobre no Brasil tornar-se-ia grande propriedade. Tratava-se de uma plataforma de lançamento do latifúndio em um sistema de plantio de monocultura para exportação para o que viriam a ser as grandes propriedades produtoras de commodities, as quais contribuiriam para a problemática da formação social do país. Como dificilmente as sesmarias coloniais eram devolvidas ao rei, o significado de terras devolutas também diferiu no Brasil, referindo-se essencialmente às terras ainda não doadas ou desenvolvidas – isto é, a maioria daquilo que viria a ser o Brasil independente em 1822.

As duas capitâncias que prosperaram, empregaram uma fórmula simbiótica que caracterizou grande parte da história brasileira: um local predominantemente baseado no latifúndio subsidiado pelo Estado, o cultivo da cana e a exportação de açúcar e seus derivados, o uso de trabalho escravo e do emprego de um segmento responsável pelo aprovisionamento de alimentos, escravos, ferramentas e outros serviços. Essa perspectiva de análise parece sugerir certa generalização simplificadora da realidade, mas as muitas evidências encontradas autorizam tal generalização. Como a capitania de Pernambuco, a de São Vicente também produzia açúcar para exportação e abrigava seus próprios artesãos, um dualismo que serve igualmente para analisar a relação centro-periferia no Brasil. A pergunta a responder é como Pernambuco se tornou um dos estados mais pobres do Brasil, enquanto São Vicente se transformou no estado de São Paulo; de longe, o mais rico do Brasil.

Apesar da complexidade, o modelo de plantio gerou uma formação social altamente estratificada, com ameríndios e africanos escravizados de um lado e ricos fazendeiros e usineiros, de outro. Entre eles, em torno de 20% da população incluía agricultores e pecuaristas, artesãos, comerciantes, transportadores, soldados e comerciantes de escravos. Enquanto o desenvolvimento concentrava-se na costa



atlântica, onde a cana-de-açúcar se expandia a passos largos e o açúcar era produzido e levado aos portos da região, os colonos ocupavam o interior em busca de riquezas minerais, escravos ou o que lhes parecesse interessante. O chicote e a exploração eram a regra geral. Parece claro que o período colonial produziu uma tendência a permitir que o poderoso controlasse gigantescas porções de terras e sustentasse suas vantagens através dos tempos. Mas o colonizador que recebeu sesmarias, também buscou privilégios no uso e controle da terra, transferindo às futuras gerações o sistema dualista de latifúndio e minifúndio.

Outra herança do sistema colonial, argumenta a historiadora Márcia Motta, é o uso do sistema de justiça para a concessão de sesmaria, como ponto de referência para determinar a titularidade (MOTTA, 2009, p. 263-66). Em caso de controvérsia sobre a legitimidade de um título de terra, os tribunais geralmente exigiam a realização de um processo de discriminação a fim de comprovar o direito original de uso e posse. A ironia dessa busca de legitimidade é que, além da alteração do significado da palavra sesmaria no Brasil, a exigência "cultive ou perca" nunca foi implantada. O resultado é que, ao invés de confirmar o patrimônio de uma área, a descoberta da subvenção original, quase sempre deslegitima a reivindicação daqueles que pretendiam documentar seus títulos de propriedade contestada, especialmente porque as terras em litígio eram, quase por definição, não desenvolvidas, ou eram subutilizadas.

A procura por títulos originais tornou-se aumentou com a Lei de Terras de 1850, apesar de uma pausa de quase meio século na sua execução. O período colonial do Brasil tinha chegado ao fim e o país era então um império independente. Os agentes imperiais tentavam fazer coincidir suas demandas com aquelas da Monarquia Inglesa, acomodando as necessidades do país num sistema político-econômico liberal. Sob a pressão britânica para abolir a escravidão, compuseram a "Lei de terras", procurando valorizar a propriedade da terra, regulamentando a sua comercialização e atrairindo trabalhadores imigrantes com todo tipo de promessa (SILVA, 1996, p. 127-39). Muitos estudiosos têm interpretado a Lei como intencionalmente projetada pela classe dominante para impedir que a "via camponesa", ou seja, um modelo de desenvolvimento agrário baseado na pequena propriedade e no trabalho familiar e ou comunitário. Para estes pensadores, a classe



dominante tinha em mente fazer com que a terra fosse transformada em mercadoria para que a vasta maioria dos camponeses brasileiros, imigrantes e escravos libertos não tivessem recursos suficientes para adquiri-las. Além disso, eles acreditam que o Estado imperial queria garantir que os escravos libertos permanecessem disponíveis em um mercado de trabalho que teria de ser criado quando a abolição eliminasse, de vez, a força de trabalho baseada na escravidão (GUIMARÃES, 1968; MOORE, 1983; COSTA, 1985; MARTINS, 1986).

Na verdade, como demonstra a historiadora Lígia Osório Silva (1996), a lei parecia buscar exatamente o oposto. A classe latifundiária dominante, que controlava o parlamento, resistiu a aplicação da Lei até o final do século XIX. No contexto de transição política – do fim do Império e da reinvenção do Brasil como uma república –, que conseguiu descentralizar o controle sobre o uso e a posse da terra, passou as responsabilidades para a execução da Lei para os governos estaduais recém-formados (SILVA, 1996; LINHARES E SILVA, 1999).

Ao tornar os governos estaduais responsáveis pelas questões da terra, o governo federal deixou a questão da terra nas mãos dos grupos mais interessados em desestruturar a “via camponesa”: a oligarquia agrícola que governaria o país daí em diante. Dependendo do estado e região, o poder de determinar os direitos de propriedade e questões do uso e posse da terra raramente foram abordadas por legisladores estaduais e, quando ocorreram, foram geralmente resolvidas pelos próprios governadores estaduais, muitos dos quais com “vocação rural”. Estes políticos dependiam do apoio dos ricos locais, não somente na busca por recursos, mas também por votos. No centro do sistema estava a figura do “coronel”, um indivíduo que possuía dezenas, centenas, e, às vezes, milhares de trabalhadores sob seu poder e influência. Eram políticos locais que manipulavam o apoio eleitoral dos seus dependentes e buscavam que o aparelho do Estado atendesse às suas reivindicações imediatas e de longo prazo (SILVA, 1996; FAUSTO, 1997), num sistema onde “uma mão lavava a outra”.

O sistema de registo paroquial da terra foi estabelecido e a data-limite para a garantia de direitos adquiridos de imóveis, nos termos da Lei de Terras de 1850, foram mudados de 1854-1878 para 1900-1930, dependendo dos interesses dos governos estaduais e dos proprietários de terras. Silva traz o exemplo do Estado



de Mato Grosso, que Portugal finalmente ocupou – quando uma tropa de caça de escravos indígenas descobriu ouro, em 1719 – fundando na região uma capitania. A Coroa preocupou-se muito pouco com o fato de que empurrava para além do tratado de Tordesilhas o vice-reinado espanhol do Peru. Com a formação da República em 1889, Mato Grosso ocupou uma posição periférica como território indígena e o fornecedor de erva-mate e gado de corte. Estatísticas do Registro Terras de 1897 mostram que, dos 218.562,300 hectares de terras do estado, apenas 1.941 proprietários registraram suas terras para um total de 13.753,011 hectares. Outros 1.082 proprietários de imóveis registraram seus sítios e fazendas, mas não conseguiram indicar o tamanho exato de suas propriedades. Silva estima que totalizem 14.139,576 hectares. Enquanto um total de 3.023 estabelecimentos alegaram ocupar cerca de 30 milhões de hectares – ou cerca de 14% da área total do estado. No entanto, o governo informava que a posse de apenas 1.499.342 hectares poderia ser legitimado. Mas preferiu evitar o confronto com os latifundiários, negando-se a definir todo o resto do Estado como terra pública. Ao contrário, prorrogou o prazo para inscrições por mais de uma vez (SILVA, 1996, p. 267-68).

Os latifundiários brasileiros da época (bem como os de hoje), não estavam interessados em que se pudesse ter ciência do tamanho de suas terras. O estabelecimento de medidas fixas possibilitava a fixação de uma base fiscal que poderia representar custos para o latifundiário. Permitir que as autoridades estaduais definissem os limites das terras públicas – fossem elas controladas ou não pelos coronéis – poderia eventualmente criar problemas para a "liberdade" dos grandes proprietários de terras. Na província de São Paulo, o "boom" do café do século XIX ajudou a criar uma dinâmica diferente no campo. Como o valor da terra aumentou, cresceu também a concorrência entre os plantadores de café, fazendo da documentação sobre o tamanho das propriedades e suas fronteiras um requisito indispensável, criando um sistema cadastral com a demarcação de quase todo o Estado.

A necessidade de documentação original de aquisição e utilização efetiva do interior do Brasil criou um novo protagonista no uso e posse da terra: o grileiro. O valor da terra em São Paulo e o medo do proprietário de perdê-la para especuladores são fatores que contribuíram para tornar a prática bastante comum



no estado. Por um lado, o grileiro falsificava documentos e os registrava oficialmente corrompendo os oficiais dos cartórios que muitas vezes fizeram parte deste processo de falsificação de títulos de propriedades. A aprovação e regulamentação da Lei de Terras de 1850 criou uma série de datas-limite nos estados para evitar a necessidade de se adquirir um imóvel, demonstrando que o atual proprietário herdara de um beneficiário de sesmaria. Uma data-limite foi definida para estabelecer as fronteiras das terras devolutas. Ou seja, discriminar terras privadas por meio de registro separando-as das terras públicas. No entanto, a prática da grilagem continuou falsificar documentos para a apropriação de terras que pertenceram aos estados (SILVA, 1996; LINHARES e SILVA, 1999).

A descentralização do sistema de registros e o poder de influência das oligarquias rurais tomaram formas diversas nas diferentes regiões do Brasil. Em todos os casos, no entanto, prevaleceu a tendência de reafirmação do latifúndio-minifúndio. Os grileiros aumentavam o tamanho e a quantidade dos latifúndios via a obtenção de documentos falsos e a agricultura de pequena escala sobrevivia precariamente, dependendo, muitas vezes, da grande propriedade para continuar a existir. Em muitos casos, sem conseguir sua titularidade, esses camponeses eram privados de ficar no mesmo lugar por muito tempo. Expulsos pelos latifundiários, eram obrigados a abrir novas terras para cultivar e garantir a sobrevivência (GUIMARÃES, 1968; LINHARES e SILVA, 1999).

Apesar do sucesso dos latifundiários em frustrar o processo de colonização que a Lei de terras de 1850 pretendia possibilitar, a colonização de pequenos proprietários aconteceu através da criação de colônias de famílias camponesas em áreas específicas que desempenharam papel importante no uso da terra no Brasil desde o século XIX. Considerando que o governo colonial procurou expulsar todos os europeus não-portugueses do território brasileiro, o governo imperial e o governo republicano os acolheram, facilitando a migração alemã, suíça, italiana, espanhola, japonesa e de outras nacionalidades. A Lei de Terras auxiliou o governo a identificar terras devolutas que poderiam ser utilizadas para estabelecer colônias e gerar receitas fiscais na compra e na venda de terras. No entanto, política dos governos estaduais e do governo federal sempre foi de evitar o confronto com os latifundiários, inclusive nas terras com duvidosos títulos de propriedade. Um



exemplo foi a ocupação do território do Acre pelas políticas de colonização do governo federal que criou centros de colonização com a expropriação dos povos indígenas de seus territórios milenares. Esta, de fato, tem sido a tendência das políticas fundiárias no Brasil, ou seja, para garantir a as terras dos latifundiários e/ou do agronegócio, expropriam-se os povos indígenas e as comunidades camponesas.

O estado de São Paulo foi o maior destinatário de imigrantes no Brasil e os chamou de “colonos”. A expansão das plantações de café necessitava desses trabalhadores que substituíram a mão-de-obra escrava recém liberta. Com a decadência gradual das plantações de café no século XX, foram estabelecidos projetos de colonização para ajudar os colonos a comprarem parcelas de terras. Entretanto, no estados da região Sul, foram criadas diversas colônias com migrantes originários da Alemanha, da Itália, Polônia e Ucrânia, por exemplo para desenvolver a agropecuária. Estas colônias tornaram-se comunidades fortes e modelo de agricultura sustentável. Continuam enfrentando os latifundiários e desde a década de 1960, passaram a resistir contra a expansão do agronegócio. Na região Sudeste, no Espírito Santo, também aconteceu a criação de assentamentos de famílias oriundas da Europa, como por exemplo, os migrantes da antiga região pomerana. Partes dos estados de São Paulo e do Paraná receberam apoio de investidores britânicos para subdividir grandes áreas em propriedades de diversos tamanhos. Os estados de Mato Grosso e São Paulo por suas particularidades são ímpares, como se verá na próxima seção deste estudo, que tratará do conceito de região, para uma melhor compreensão do Brasil moderno.

Desde a chegada dos portugueses até a república contemporânea, diversos padrões de ocupação e desenvolvimento têm sido observados. A tendência foi começar pelas áreas costeiras, a partir da foz do Amazonas até a foz do Rio da Prata. A penetração gradual para o oeste seguiu os vales dos rios em missões de reconhecimento e de escravização dos índios, por vezes, resultaram em descobertas de riquezas minerais como ouro, diamantes e outras pedras preciosas. Essas incursões e ocupações ocorreram com intensidades variadas, dependendo das condições climáticas, da proximidade das rotas comerciais e interesses estratégicos. Enquanto, a região amazônica permaneceu pouco povoada, o Nordeste foi uma das regiões com intensas atividades econômicas desde o século



XVI. Rumo ao centro-sul, o estado do Rio de Janeiro se tornou a capital colonial a partir do século XVIII e cresceu com a chegada a Corte portuguesa que ali se estabeleceu, em 1808, quando Napoleão invadiu Portugal. O estado de São Paulo, fazendo parte da antiga região centro-sul, continuou a desempenhar um papel importante no abastecimento das colônias, contribuindo com o provimento de alimentos e índios escravizados, até meados do século XIX. Desde então, não perderia sua função de provedor, mas mudariam suas atribuições. Além dos imigrantes da Europa meridional e oriental que vieram para trabalhar nas plantações de café, vieram engenheiros Ingleses para coordenar a construção das estradas de ferro bem como outros profissionais. Essa dinâmica iniciou as condições de um processo que faria desse estado o mais rico do país.

No extremo sul, descendentes de gaúchos de origem espanhola empurraram o poder colonial português para fora das margens do Rio da Prata. Eventualmente alinhados com os britânicos, queriam criar uma nação independente onde hoje se encontra o Uruguai (WINN, 1976). Foram os gaúchos de origem portuguesa que sustentaram uma “frente sul” pró-Brasil (LOVE, 1971). Durante o Império, nesta porção sul, não foram encontradas riquezas minerais como aconteceu na província de Minas Gerais, no período colonial, mas a agricultura para o mercado interno e as missões católicas para pacificar os povos indígenas predominaram (FAUSTO, 1997).

Após 1930, as mudanças políticas no Brasil permitiram a instituição de um governo central forte, que procurou reduzir a influência da oligarquia rural, priorizando uma política desenvolvimentista. O “Estado Novo” getulista se estendeu de 1937 a 1945 e, no período, decretos-leis procuraram reforçar as relações capitalistas no campo (WELCH, 1999). Entre as contribuições do regime semifascista de Getúlio Vargas, destaca-se a promoção de organização social e política das classes rurais, incluindo a criação de uma estrutura associativa e o estabelecimento do sistema judiciário do trabalho, usado para regular as relações de trabalho no que tange ao uso da terra. A partir de então, as estruturas organizacionais se traduziram em significativo objeto de luta política até os anos de 1960, quando o governo determinou a criação de sindicatos locais, estaduais e federais, tanto para os latifundiários quanto para os camponeses. Mas o ato causou



medo na oligarquia rural, uma vez que sinalizou com a possibilidade de perda de seu poder e de aumento do controle do estado sobre a terra. Dessa forma, preferiram reagir e garantir a dominação através do golpe militar de 1964 (WELCH, 1995).

Numa aparente contradição, a administração inicial da ditadura conseguiu aprovação no Congresso Nacional da primeira lei de reforma agrária, em novembro de 1964. O Estatuto da Terra definiu reforma agrária como “o conjunto de medidas que visam a promover melhor distribuição da terra mediante modificação no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e do aumento da produtividade” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1964, apud BRUNO, 1995, p. 5). Mas, tal como a Lei de terras de 1850, o estatuto de 1964 foi escrito “pra inglês ver.” O documento foi elaborado por um comitê executivo de revisores do próprio regime, com vistas a eliminar o latifúndio e promover a agricultura familiar através da redistribuição de terras, numa aposta de constituição de uma classe média rural. A essência do estatuto final, entretanto, foi transformada por representantes da oligarquia rural no Congresso.

Temendo a sua utilização por parte dos camponeses, os ruralistas no congresso articularam para alterar a linguagem e os objetivos do Estatuto da Terra, de modo que o apoio estatal ficou restrito à modernização da agricultura de larga-escala, consolidando a agroindústria nacional. Essa mudança delineou a face da revolução verde no Brasil, um processo que intensificou as expropriações e aumentou o êxodo rural para a periferia das cidades, cerca de 30 milhões de camponeses migraram para as cidades (PALMEIRA, 1989; BRUNO, 1995; GONÇALVES NETO, 1997). Este ato expressou a enorme influência dos latifundiários sobre o regime e as políticas fundiárias. Sua capacidade de dissimular a luta de classes foi sempre muito grande, bem como de impedir ou de abortar políticas públicas para as populações camponesas. Com esta prática de controle territorial, as oligarquias rurais mantiveram o problema fundiário que se intensificaria nas décadas seguintes, com o aumento dos conflitos no campo no contexto do fim da ditadura militar e redemocratização do Brasil nos anos 1980.



Divisões regionais e desigualdades brasileiras

Essas lutas, de fato, configuram a realidade do Brasil agrário, em seu tempo e em seu espaço, sua história e sua geografia. Escrevendo sobre as diferenciações no território brasileiro, os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001, p.259) desenvolveram uma tipologia que considera um conjunto de variáveis, inclusive situações e características como densidade e rarefação, espaços que mandam e espaços que obedecem, etc., para analisar novas lógicas centro-periferia. Densidade e rarefação são referências que servem para analisarmos a concentração e a dispersão de objetos e pessoas nos diferentes espaços geográficos. No que se refere a produção agropecuária, a intensificação da produção de commodities tem transformado municípios, microrregiões e até mesmo macrorregiões a partir desses elementos. Um exemplo é a territorialização da soja na região Centro – Oeste que tem concentrado a terra nas mãos das grandes corporações, aumentando a violência e a migração rural – urbana expulsando a grande parte da população para as cidades, liberando os campos para a produção de commodities, criando uma espécie de custo social do desenvolvimento do capitalismo no campo. Em um exemplo internacional há a região denominada “República Unida da Soja” pela poderosa transnacional Syngenta, numa referência à enorme área de produção do agronegócio da soja que compreende partes dos territórios da Argentina, Paraguai, Brasil e Bolívia.

As noções de espaços que mandam e espaços que obedecem servem para compreendermos, por exemplo, o monopólio do território camponês pelo agronegócio, como destaca Oliveira (1991), ou da territorialidade do capital em território camponês (FERNANDES, 2009), onde as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio, que evidentemente, capitaliza a renda produzida pelas famílias camponesas. Esta relação capital – campesinato produz um paradoxo em que a produção agropecuária camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio e a maior parte da riqueza produzida é desviada para as corporações que industrializam e comercializam os produtos camponeses. Estes processos intensificam as desigualdades comandadas pela reprodução ampliada do capital, que centraliza territórios e tecnologias,



portanto, intensifica a concentração de riquezas. Estes processos geram a barbárie com a espoliação territorial, onde as pessoas são excluídas de todas as formas de autonomia e são subjugadas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Para alguns, o êxodo rural e a concentração territorial - tecnológica e, portanto, a concentração de riqueza é parte de um processo “natural” da modernização da agricultura no contexto do capitalismo agrário. Para outros, é parte da questão agrária, cujos problemas podem ser minimizados através de políticas públicas e de enfrentamento com o agronegócio na luta contra o capital. Estas duas posturas representam os dois paradigmas que produzem as políticas de desenvolvimento para agricultura.

Neste contexto, discutiremos a divisão regional do Brasil em suas diferenças e desigualdades produzidas pelas relações sociais que constituem as regiões. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divide o Brasil em cinco macrorregiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, (ver mapa 4) tomando como referências um conjunto de determinações sócio-políticas, econômicas e históricas a partir da forma desigual do desenvolvimento em suas interações como o quadro natural. Esta divisão orienta os planos do governo para atender – principalmente – os interesses do capital que dirigem os investimentos em infraestrutura para determinadas regiões, valorizando algumas áreas, aumentando os fluxos e as dinâmicas, em detrimento de outros espaços que vivem a lentidão da escassez e da falta de recursos. Em meio a este contexto, Santos e Silveira, 2001, propõem uma divisão regional do Brasil em quatro grandes regiões: a **região Concentrada**, formada pelas regiões Sudeste e Sul do IBGE; A **Amazônia**, que compreende a região Norte do IBGE, menos o estado do Tocantins; a região **Nordeste** que é mesma do IBGE e a região **Centro-Oeste** é equivalente à do IBGE mais o estado do Tocantins.



Figura 4 - Um esquema alternativo para dividir o Brasil em regiões (Santos e Silveira 2001)

Esta divisão regional proposta por Santos e Silveira (2001), caracteriza o Brasil pela espacialização do capital e das políticas de governo através da implantação de redes bem estruturadas da tecnologia e da informação. Esta é uma das características da região Concentrada, onde encontram-se densos sistemas de relações em espaços urbanizados de alto padrão de produção, distribuição e consumo. Processos integrados à globalização, em que os setores financeiros e tecnológicos se destacam. Contradictoriamente, apesar do alto índice de desenvolvimento, é no campo da região Concentrada onde ocorrem os mais altos números de conflitos por terra. Embora a região Centro-Oeste seja considerada pelos autores como uma “área de ocupação periférica”, esta é a segunda região do país, onde o agronegócio se estabeleceu com mais intensidade, implantando uma agricultura globalizada. O Nordeste, conquant seja uma região de ocupação antiga, as oligarquias estruturadas dificultam o desenvolvimento através da centralização do poder, sendo que a criação de redes é extremamente fragmentada, constituindo-se



pontos nodais onde implantaram-se áreas industriais. É nesta região, que a agricultura camponesa é mais representativa e tem enfrentado os latifundiários procurando garantir seus territórios. A Amazônia é onde encontra-se a fronteira agrícola e onde as corporações disputam intensamente os territórios indígenas e camponeses, assim como as terras públicas. É uma região estratégica e a última fronteira da agricultura brasileira. É a maior região brasileira e a segunda em fluxo aeroviário, perdendo apenas para a região Concentrada. Isto é uma mostra das ações intensas das corporações e do Estado (SANTOS e SILVEIRA, 2001, pp. 268-272).

A divisão regional explicita as diferenças constituídas pelas políticas governamentais e pelas políticas privadas por meio dos projetos das corporações nacionais e transnacionais. Outras instituições também participam da produção dos espaços regionais, mas em menor escala e com poderes limitados. É o caso dos sindicatos de trabalhadores e das organizações camponesas. Na maior parte das vezes, essas instituições não elaboram projetos de desenvolvimento, mas se submetem aos projetos apresentados pelo Estado e pelo capital. Esta postura subalterna dos trabalhadores e dos camponeses frente a postura ofensiva do capital que por meio das políticas de governos se manifesta, determinando predominantemente a lógica do ordenamento territorial. Estas diferenças de posturas geram conflitos constantes entre as classes e nos permite compreender melhor as singularidades dos diferentes modelos de desenvolvimento. Podemos visualizar com mais detalhes as diferenças regionais ao analisarmos os elementos da questão agrária de cada região brasileira. São muitas as variáveis que podem ser escolhidas para se configurar a questão agrária de uma região, da mesma forma que cada região possui variáveis que são mais intensas que em outras. Por esta razão, além das variáveis singulares de cada região, escolhemos as principais commodities, a estrutura fundiária, os conflitos e algumas culturas da agricultura camponesa. Estas são uma referência para conhecer as questões agrárias regionais.



Aspectos da questão agrária na Região Concentrada

A região Concentrada é onde o paradoxo comentado no início deste texto é mais evidente. É a região do país com a agricultura mais desenvolvida, onde os agricultores apresentam os maiores níveis de escolaridade, onde há um considerável acesso às orientações técnicas, mas que ainda mantém os mais altos índices de conflitos fundiários do Brasil. Parece não haver boas perspectivas para a redução dos conflitos, considerando que a participação da agricultura camponesa no valor bruto da produção diminuiu na região Sudeste e manteve-se na região Sul, como revelou o Censo Agropecuário de 2006. Lembramos que estas duas macrorregiões do IBGE compõem a região Concentrada e é nesta região onde o agronegócio se estabeleceu primeiro e tem se territorializado de forma intensiva, por meio da expansão de commodities submetendo os agricultores camponeses a este modelo de desenvolvimento da agricultura. A soja, fumo, cana de açúcar, laranja, café, milho, leite, frango, suínos, bovinos e silvicultura são as principais commodities da região Concentrada e os camponeses participam principalmente na produção de fumo (85%), laranja (80%), café (42%) além de serem responsáveis por 60% do feijão, 75% da mandioca e 45% do milho, produzindo sempre para grandes corporações. Pela poderosa presença do agronegócio, é nesta região onde os camponeses tiveram menos sucesso para se reproduzirem. Mesmo com as intensas ocupações de terras e participação em políticas de crédito fundiário, os camponeses não têm conseguido expandir seus territórios por causa do alto preço das terras. Segundo o censo de 2006, a agricultura familiar representava 80% do número de estabelecimentos e 30% da área.

O estado de São Paulo possui a maior área citrícola do mundo (617.900 hectares de pomares) sendo que 95% são estabelecimentos de até 35 hectares, onde predomina o trabalho familiar. Todavia, a comercialização e industrialização são controladas por quatro corporações que se apropriam da riqueza produzida. A concentração territorial – tecnológica pelo agronegócio promove conflitos pela exploração e expropriação. Contra estas condições, no segundo semestre de 2009, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam uma área de laranja de uma grande corporação brasileira – a



Cutrale – para protestar. Esta é uma singularidade da questão agrária da região Concentrada: o aumento da luta contra o agronegócio e a diminuição da luta contra o latifúndio, porque as corporações estão – cada vez mais – comprando ou arrendando terras para produção de commodities. Recentemente, com o aumento da produção de etanol e de biodiesel, as terras desta região passaram a ser mais disputadas, criando uma forte concorrência sobre o uso das terras para a produção de alimentos e a produção de agroenergia. Ainda, além do avanço do agronegócio sobre as terras do latifúndio, há o secular problema das terras griladas. São terras públicas que foram apropriadas por grandes proprietários por meio de documentos falsos e que agora estão sendo cada vez mais utilizadas pelo agronegócio, sem que se resolva o problema fundiário de titulação. Nos estados de São Paulo e Minas Gerais há mais de um milhão de hectares de terras griladas que estão sob controle do latifúndio e do agronegócio. Estas terras são reclamadas pelos movimentos camponeses para serem desapropriadas para fins de reforma agrária.

Aspectos da questão agrária na Região Nordeste

O aspecto singular da questão agrária da região Nordeste é a falta de acesso à infraestrutura e tecnologias pela maior parte do campesinato, a região conta com 50% do campesinato brasileiro. A maior parte dos 88% dos estabelecimentos com 60% das terras são agricultores familiares que vivem em extrema pobreza – com a ajuda de políticas compensatórias, como por exemplo, o bolsa família. Ainda, parte desses camponeses migram para a região concentrada para trabalhar no corte da cana, e nas colheitas de laranja e café. Mesmo em condições precárias, esses agricultores produzem 70% do arroz, 79% do feijão, 82% da mandioca e 65% do milho, culturas que constituem parte importante da base alimentar da população. Mesmo empobrecidos, com pouca ou nenhuma tecnologia, sem recursos e com pouca terra, o campesinato nordestino é responsável por grande parte da segurança alimentar do país. Esta também é a realidade das outras regiões, o que nos leva a reconhecer a importância estratégica da agricultura camponesa para o desenvolvimento do Brasil. A ação do agronegócio na região é – também – a produção de commodities para exportação. A região Nordeste é



marcadamente uma região agrícola agroexportadora, em que o “coronelismo” sempre se beneficiou desta condição.

A exclusão dos agricultores famílias da região Nordeste fica ainda pior com a expropriação causada pela expansão da soja nos estados da Bahia, Maranhão e Piauí. Ainda o processo recente de estrangeirização da terra por empresas e governos da China e países árabes tem criado novos elementos da questão agrária. Também o monocultivo de árvores para produção papel para exportação tem expropriado e subalternizado populações camponesas e indígenas. Para os *think tanks* do agronegócio, o Nordeste é uma região secundária, por conter o maior número de estabelecimentos do país e ser responsável por apenas 20% do valor bruto da produção nacional. Evidente que a partir de uma lógica que tem como padrão a concentração e a centralização, a região Nordeste não é modelo para o agronegócio. Todavia, este é um setor do capital que mais tem crescido na região.

Aspectos da questão agrária na Amazônia

Na Amazônia ocorreu um dos mais recentes massacres contra os camponeses braseiros. Em 17 de abril de 1996, no município de Eldorado dos Carajás, estado do Pará, dezenove sem terras foram mortos pela Polícia Militar do Estado do Pará, quando faziam uma marcha em direção à Belém para reivindicar a reforma agrária. Esta porção oriental da Amazônia é a atual fronteira agrícola do Brasil e as terras são disputadas pelos povos indígenas, camponeses e o agronegócio. A pecuária de corte e a soja são as principais commodities que estão ocupando as terras da região. Ao mesmo tempo, é nesta região que o governo federal tem mais terras e as utiliza para reforçar sua política de reforma agrária. Por meio da regularização das terras de camponeses posseiros o governo declara estar fazendo reforma agrária, embora seja de conhecimento geral que não é esta a reforma agrária reivindicada pelos camponeses sem terra. Estes defendem a desapropriação como forma principal de obtenção de terras. Todavia, dois fatores contribuem para que a reforma agrária brasileira tenha cada vez mais as características de uma “regularização agrária”: 1) o poderoso agronegócio não quer que o governo faça a reforma agrária porque quer manter um estoque de terras para



a expansão das commodities; 2) os camponeses não têm conseguido acumular forças políticas para fazer com que o governo realize a reforma agrária – predominantemente – por meio da desapropriação.

Neste contexto, as terras da Amazônia são disputadas para a expansão do agronegócio e resistências dos povos indígenas e dos camponeses. O conflito da reserva indígena Raposa Serra do Sol no estado de Roraima é outra marca desta disputa territorial. Desde a década de 1970, o agronegócio rizicultor tem invadido a reserva e plantou milhares de hectares de arroz. A resistência indígena teve apoio das organizações camponesas, mas dividiu a sociedade a respeito da forma de ocupação do solo. O agronegócio tem feito muita propaganda para convencer a sociedade de que seu modelo de produção é o mais moderno e eficiente. Por utilizar tecnologias avançadas e com representação considerável no PIB nacional – por isso – poderia se apropriar das terras destinadas aos povos indígenas e camponeses. Em 2007, o Supremo Tribunal Federal determinou que os rizicultores saíssem da reserva, numa clara demonstração que somente por meio da intervenção do Estado, estes povos conseguem garantir seus territórios. Na perspectiva econômica, o agronegócio é avassalador e destrói todos os outros territórios para se expandir.

Na Amazônia, o governo tem investido na regularização fundiária e – em parte – esta política tem provocado escândalos por causa da regularização de terras de grandes proprietários que as divide em partes pequenas para atender aos critérios do governo. Estas práticas concorrem com as políticas de reforma agrária do governo como analisaram Santos e Porro (2011). A questão fundiária é um dos grandes problemas na Amazônia que são aproveitados pelas latifundiários e capitalistas para expandirem seus territórios. Esta é também uma região com os mais altos índices de conflitos com mortes. Por sua enorme extensão, metade do território brasileiro, esta é uma região de forte interesse do agronegócio, mesmo que o Valor Bruto da Produção seja de apenas 4,3% do total do Brasil. Os recursos naturais da região, sua hidrografia, produção mineral e baixa densidade demográfica atraí as corporações nacionais e internacionais para a Amazônia. Com 87% dos estabelecimentos e apenas 30% das terras, os camponeses são responsáveis por 53% do arroz produzido e 89% do feijão, 87% da mandioca e 73% do milho. Como



no Nordeste, o campesinato na Amazônia é fundamental para garantir a cesta básica da população. Todavia, a expansão das commodities tem subtraído os territórios camponeses.

Aspectos da questão agrária na Região Centro-Oeste

A singularidade da região Centro-Oeste é a intensa expansão do agronegócio e a pequena representação do campesinato. Resultado de um processo de colonização que foi fortalecido com as políticas do governo militar durante a ditadura dos anos 1960/1980, as empresas capitalistas foram beneficiadas com políticas de subsídios que possibilitaram sua rápida territorialização na região. Embora representam 69% dos estabelecimentos, os camponeses possuem tão somente 10% das terras. Nesta região, a soja se expandiu rapidamente desde a década de 1980, tornando-se a principal região produtora. O agronegócio produz a 98% da soja, onde é mais forte, mas também domina a produção de arroz e feijão, sendo que o campesinato produz 23% do arroz e 22% do feijão. Os pequenos agricultores são mais representativos na produção da mandioca de do café, 55% e 62% respectivamente.

A região Centro-Oeste é marcada pelo agronegócio que fundou cidades onde a cultura mercantil é predominante. Sua contribuição na geração do Valor Bruto da Produção nacional é de 14%. Nesta região, os camponeses perdem cada vez mais seu poder de participação. Os assentamentos de reforma agrária, por exemplo, são representativos no que se refere ao número de estabelecimentos, mas sua contribuição é muito baixa, somente 2,9% do produto regional. Este é um exemplo forte que a expansão do modelo do agronegócio expropria o campesinato da terra e da participação da produção. A denominada modernização da agricultura em vigência tem como princípios a eliminação pela competitividade, de modo que um setor estratégico do desenvolvimento como o campesinato pode ser eliminado por políticas que valorizam o monocultivo de commodities para exportação e controla regiões importantes do Brasil.



Disputa paradigmática: questão agrária versus capitalismo agrário

O conceito de paradigma é uma referência para analisarmos melhor os pensamentos, as políticas e os territórios que são produzidos por determinadas intencionalidades. Foram produzidos dois paradigmas para representar as posturas das *stakeholders* ou das *partes interessadas* que são diversas instituições da sociedade, como os governos em diferentes escalas: federal, estadual e municipal, as corporações do agronegócio nacional e multinacional e dos vários movimentos camponeses. Os paradigmas representam as visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações, que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais. Através do recurso paradigmático, os cientistas interpretam as realidades e procuram explicá-las. Para tanto, eles selecionam um conjunto de constituintes como elementos, componentes, variáveis, recursos, indicadores, dados, informações etc., de acordo com suas perspectivas e suas histórias, definindo politicamente os resultados que querem demonstrar. Os paradigmas são construções mentais que se utilizam do embate das ideias, dos campos de disputas, por meio de relações de poder, configurando-se como territórios imateriais, para defender e ou impor diferentes intenções.

Nas leituras sobre o desenvolvimento e as transformações da agricultura, nos detemos nos problemas e soluções criadas pelas relações sociais na produção de diferentes espaços e territórios. Os paradigmas são construídos com conjuntos constituintes que contribuem para apresentar ***uma*** visão sobre os processos de mudanças da realidade. As leituras paradigmáticas têm influências na elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura, determinando a aplicação de recursos em determinadas regiões, territórios, setores, culturas, instituições etc. Por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação à execução da política é fundamental. Ao mesmo tempo, os cientistas e *think tanks* procuram produzir interpretações para defenderem seus pontos de vista e seus modelos de desenvolvimento. Os paradigmas não são absolutos, muitas vezes são transversais de modo que se confunde, mas quando analisados profundamente, comprehende-se suas claras diferenças.



O **paradigma da questão agrária** tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilize autonomia dos camponeses. Entende que os problemas agrários fazem parte da estrutura do capitalismo, de modo que a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade (Fernandes, 2008). Para o **paradigma do capitalismo agrário**, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural e pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou “agricultor de base familiar” ao mercado capitalista. Nesta lógica, campesinato e capital compõe um mesmo espaço político fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é elemento deste paradigma. (ABRAMOVAY, 1992). Para o paradigma da questão agrária o problema está no capitalismo e para o paradigma do capitalismo agrário, o problema está no campesinato.

Estes paradigmas têm contribuído para a elaboração de distintas leituras sobre o campo brasileiro realizadas pelas universidades, pelos governos, pelas empresas e pelos movimentos camponeses. Na atualidade, as *stakeholders* mais influentes do agronegócio estão: a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. Entre as organizações camponesas estão a Via Campesina, formada pelo MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento das Mulheres Camponesas e Comissão Pastoral da Terra - CPT; a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - FETRAF. O governo federal possui dois ministérios que tratam das políticas de desenvolvimento para o campo: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

Stakeholders: uma luta longa e constante

Na formação da identidade política, sujeitos e organizações alteraram seus entendimentos sobre a natureza paradigmática da luta. Todavia, por ser uma



questão estrutural, os conflitos pela terra têm-se mantido constantes. Luta após luta, as classes subalternas tentam resistir na terra, ocupar a terra, ao mesmo tempo em que compreendem o alinhamento entre Estado e latifundiários que sempre mantiveram a estrutura fundiária concentrada. Durante o período imperial, os camponeses e trabalhadores livres em geral se levantaram contra a imposição de leis liberais, das tentativas do estado obter mais controle sobre os recursos – humanos e naturais – da nação. Um exemplo foi a explosão de revoltas contra o registro de nascimento e a participação no censo populacional em 1850. Segundo relatos dos eventos, os camponeses temiam que o cumprimento dessas exigências enfraquecesse suas lutas pela autonomia e independência e os transformassesem em assalariados em condição semelhante ao trabalho escravo na produção de monoculturas para exportação (PALACIOS, 2009). Nas suas diferentes condições, aqueles que foram escravizados também se rebelaram e lutaram pela emancipação.

Durante a Primeira República, os camponeses se organizaram para proteger suas comunidades da constante ameaça da invasão das relações capitalistas que procurava subordiná-los. Este período, também, dá testemunha aos conflitos paradigmáticos. Um ocorreu na região Nordeste, no estado da Bahia, na comunidade de Canudos na década de 1890 e outro na região Sul, na fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina, que ficou conhecida como Contestado, nos anos que antecederam a I Guerra Mundial (LEVINE, 1995; MACHADO, 2004). Em cada caso, os camponeses rebeldes compreenderam que suas lutas eram cruciais para evitar ou escapar de tornarem-se “reféns” ou “escravos” dos latifundiários ou de grandes empresas que os expropriavam de seus territórios. Com suas diferentes linguagens, eles se manifestaram claramente contra o paradigma capitalista revelando com suas ações a essência do problema agrário e questionando o Estado para a criação de políticas fundiárias que atendesse as necessidades e interesses da maioria.

O poder da oligarquia rural, enraizado no coronelismo e consolidado pela monopolização do controle do governo federal por sucessivas vitórias dos “barões do café” de São Paulo para presidência da República, inspirou o recém-formado Partido Comunista do Brasil - PCB para desenvolver uma crítica à “questão camponesa” nos anos 1920. Influenciado pela Internacional Comunista, o PCB



argumentava que o Brasil vivia uma fase feudal da evolução histórica que exigia uma “revolução agrária” para o progresso. Na eleição presidencial de 1930, o PCB fez uma aliança com o Partido Democrático (PD) e criou uma frente política denominada de Bloco Operário e Camponês.

De acordo com pensadores PCB, os trabalhadores e os agricultores unidos ao PD se dedicavam à construção nacional de um capitalismo controlado no Brasil, em oposição ao partido que estava no poder - o Partido Republicano – que congregava os coronéis fazendeiros que produziam para um mercado de exportação, controlado pelos britânicos e americanos. Esses fazendeiros eram como senhores feudais que exploram os camponeses em “semiescravidão” para ampliarem seus lucros e garantirem seu domínio. Compreendiam que modernização da agricultura desenvolveria o capitalismo no campo através da distribuição de terra para “quem nela trabalhava,” de modo que “as condições estariam maduras para fazer avançar a revolução socialista.” Nas eleições dos anos 1930 não ocorreu, como se previa, a aliança PCB-PD, mas em 1946 os comunistas com estes argumentos, formaram uma rede nacional de organizações chamadas “Ligas Camponesas” para unir “operários agrícolas e lavradores pobres,” fortalecendo as premissas do paradigma da questão agrária (WELCH, 1999, p. 47-54). Com a cassação do PCB em 1947, contudo, as Ligas quase cessaram de existir.

De 1949 até 1964, o PCB publicou o primeiro jornal camponês de circulação nacional – primeiro com o nome *Nossa Terra* e depois como *Terra Livre* – redigido unicamente para identificar os problemas dos trabalhadores rurais e mobilizá-los para reivindicar soluções frente às autoridades. Nos artigos do jornal, os elementos do paradigma da questão agrária são evidentes pela diversidade de abordagens das reivindicações de camponeses e de trabalhadores rurais, sugerindo respostas capitalistas (aumentar crédito disponível para camponeses) e socialistas (desapropriação de terras particulares). Em 1954, o PCB organizou a primeira conferência nacional do campesinato e fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB. Organizadores da ULTAB militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos em muitos estados do Brasil. Lutaram para fazer efetiva a extensão das leis trabalhistas para os camponeses e fizeram pressão para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural



- ETR em junho de 1963. A ULTAB continuou a funcionar até ter seu papel superado pela CONTAG com sua fundação em dezembro de 1963.

A CONTAG nasceu como estrutura sindical corporativa. Para os políticos, inclusive no próprio PCB, a estrutura oferecia uma maneira de controlar a classe trabalhadora e algumas facções dos latifundiários – como os membros da Confederação Nacional da Agricultura - CNA (est. 1945) - concordava com a idéia, confiante de que o sindicato patronal sempre seria mais forte e hábil que dos camponeses. Com a democratização do país, as eleições e a politização do campesinato tornaram-se condições de valor para muitas forças políticas, dos comunistas até os coronéis. No estado de Pernambuco, comunistas, coronéis e o advogado socialista Francisco Julião se uniram na formação de um novo movimento de ligas camponesas. A rede de ligas que foi organizada no Nordeste a partir de 1959 teve uma influência além de seu tamanho por abraçar uma postura mais radical em defesa de reforma agrária e a favor dos camponeses (MONTENEGRO, 2002; STEDILE, 2002). Para Julião e seus seguidores, ter sua própria terra era melhor que ganhar salário, discordando, então, da visão de etapas que ainda guiava a ideologia e estratégia do PCB, o grupo hegemônico na representação da voz camponesa.

Criada em 1963, uma nova entidade do governo – a Superintendência da Política Agrária - SUPRA – foi incumbida de ajudar os camponeses e seus representantes a formarem centenas de sindicatos. A ideia do governo era criar uma força política para quebrar a hegemonia da oligarquia no congresso. Uma perspectiva convencional da época era que o latifúndio representava o grande impedimento ao desenvolvimento econômico do país. Significava um desperdício de recursos naturais e humanos, bem como um atraso político, já que apoiava a hegemonia de um grupo que freava a industrialização do Brasil. Até o golpe militar em 1964, a SUPRA orientou os rivais – menos as ligas, inexpressivas fora do Nordeste – no estabelecimento de centenas de sindicatos de trabalhadores rurais - STRs, que possibilitou a organização da CONTAG, até hoje a maior instituição camponesa no Brasil.

Entre os inimigos de qualquer mudança a favor dos camponeses, a resistência de grupos de fazendeiros, usineiros e outros patrões e políticos foi tão



grande que nem a Constituição de 1946 conseguiu segurá-los. Foi a oligarquia rural, principalmente do Rio Grande do Sul e São Paulo, que bancou e facilitou a mobilização da sociedade civil em apoio ao golpe militar de 1964, revogando a Constituição e introduzindo duas décadas de ditadura. A Ditadura não perdeu tempo em sua repressão do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Quase 80% dos sindicatos recém formados tiveram seus registros cancelados, preservando apenas os sindicatos que estavam vinculados com anticomunistas assumidos, geralmente padres e seus aliados católicos (WELCH, 1999; MEDEIROS, 1989).

No entanto, ao contrário das piores expectativas, que previam a extinção do sindicalismo pelo regime, os militares adotaram a perspectiva corporativista, vendo nos sindicatos um braço útil para construir sua hegemonia e organizar a produção do país. De fato, a repressão deu certo porque, como observou o historiador José Murilo de Carvalho, “[o] eleitorado rural... apoiou [o regime militar] em todas as eleições” (2004, p. 172). Por isso, ao invés de cancelar o Estatuto do Trabalhador Rural da era populista, este foi reformado com a implantação do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRORURAL em 1971, que deu força ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais - MSTR, em busca da reforma agrária (HOUTZAGER, 1998; WELCH, 2009).

Quando decretou o PRORURAL, o regime militar introduziu no meio rural uma das mais profundas transformações das relações sociais do campo na história do Brasil. Pela primeira vez, a previdência social chegara aos camponeses, estabelecendo o que passaria ser um dos maiores programas sociais do campo no mundo. Através o Fundo de Assistência Rural – FUNRURAL, a lei ajudou muitos municípios rurais construir suas primeiras clínicas de saúde e outros serviços sociais. A Ditadura encarregou aos STRs a responsabilidade de manter os programas, ajudando-os a estimular o aumento da formação de sedes sindicais no país através do MSTR da CONTAG. Entre 1971 e 1978, o número de camponeses registrados em STRs passou de 1 milhão para 6 milhões, cada um representando uma família de cinco ou mais pessoas. A lei e os sindicatos foram vistos como instrumentos da modernização do meio rural. Neste início de século, medidas baseadas nestas políticas acabaram sendo fontes de apoio financeiro fundamentais por centenas de pequenos municípios (HOUTZAGER 1998; GASPARI 2002, p. 210).



Enquanto a ala conservadora perdia território no campo, o Arcebispo Dom Helder Câmara, do Nordeste, apoiou as medidas do governo como a “política do possível” do MSTR. Ele e Bispo Pedro Casaldáglia de São Félix do Araguaia, que atuava na região Centro-oeste, foram líderes da ala progressista da Igreja Católica. Em 1974, juntaram com movimentos e outras igrejas, principalmente a Luterana, na fundação da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Enquanto o MSTR da CONTAG cadastrou como sócios os camponeses que atuavam no mundo dos direitos aceitos pelo regime, a CPT atuou mais entre o campesinato que não encontrava lugar nos planos de desenvolvimento agrário da Ditadura. Eles deveriam aceitar sua destruição como camponeses e tentar um lugar no mercado de trabalho urbano-industrial como proletários. Nestes anos, a CPT foi, talvez, o único espaço de resistência contra a desapropriação e a expulsão para a proletarização (GONÇALVES NETO, 1997; COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1985).

Por depender da estrutura da Igreja, a CPT teve dificuldades para agir onde a ala conservadora predominava. Já a CONTAG dependia do Estado e teve dificuldades em lidar com as exigências que não podiam ser encaixadas nas regras da visão modernizadora do governo. Dado a intervencionismo deste modelo e o desejo do regime em reunir todos em seu projeto, a insatisfação do campesinato cresceu e novos movimentos se formaram, como por exemplo o MST e o MAB. A partir dos anos 1980, com a formação do Central Única dos Trabalhadores - CUT e a mobilização dos camponeses através das Comunidades de Base pela CPT, a CONTAG sentiu pressão por dentro, com chapas alternativas formando para tomar controle dos sindicatos. Nessa luta, ativistas importantes como João Pedro Stedile e José Rainha Júnior se formaram e ajudaram no desenvolvimento do MST, fundado como organização autônoma em 1984.

Assim, até o inicio da Nova República em 1985, as *stakeholders* entre os camponeses estavam organizadas em diversas entidades. A mais antiga, CONTAG, lutava para reforma agrária dentro do paradigma do capitalismo agrário. Os projetos de desenvolvimento do governo influenciavam a Confederação e seus membros. A CPT, contudo, apoiava um conceito de reforma agrária que defendia a permanência dos camponeses na terra, enquanto o seu aliado, o MST, defendia



também a “volta ao campo” dos camponeses e seus descendentes que foram expulsos dele bem como qualquer um com vontade para a luta pela terra e na terra.

Desde a Primeira República, o paradigma do capitalismo agrário tem apoio forte nas entidades dos proprietários, criadores e agricultores de médio e grande porte. A Sociedade Nacional de Agricultura - SNA, fundada em 1897 com sede na capital da época, Rio de Janeiro, foi a primeira a ser estabelecida. Entre outros antigos interesses da grande lavoura brasileira, representou os senhores de engenho do nordeste. Em 1902, a Sociedade Paulista de Agricultura - SPA foi fundada para garantir a influência dos fazendeiros paulistas na correlação de forças. Sua incapacidade de predominar, contudo, instigou os maiores produtores de café e gado da região Concentrada a formar a Sociedade Rural Brasileira - SRB em 1919. Sua independência do governo e ligação com as maiores famílias de produtores - fonte de vários presidentes brasileiros do período – ajudou na consolidação da hegemonia da SRB até o fim da Primeira República em 1930 e a chegada do Getúlio Vargas no Palácio do Catete (WELCH, 1999).

Como já destacamos, a atitude do governo foi sempre a favor do capitalismo agrário, mas suas propostas políticas nem sempre acompanhou totalmente a posição das entidades. Para tentar quebrar o poder da SRB, por exemplo, o governo Vargas (1930-1945; 1951-1954) estabeleceu a Confederação Nacional da Agricultura em 1945. Contra os protestos da SRB, o governo autorizou a CNA a organizar a “classe patronal” do campo em associações rurais, para mais tarde formar sindicatos a serem ordenados em federações estaduais. O princípio básico foi a mobilização dos fazendeiros em uma estrutura organizativa, partindo dos municípios, para colaborar na formação e implementação de políticas agrícolas. Uma estrutura paralela da época do Vargas estabeleceu institutos para regulamentar a produção e comercialização de commodities como cana-de-açúcar, borracha e café (WELCH, 1999).

A tendência modernizadora de planejamento em grande escala, iniciada pelo governo Vargas, foi perseguida com mais autoritarismo pelos militares. Embora o discurso fosse nacionalista, a relação entre produtores brasileiros e investidores estrangeiros cresceu. Quer dizer, o modelo tradicional de desenvolvimento agroexportador, a visão defendida pela SRB, foi promovida com



garra pelos burocratas-autoritários do regime militar (GONÇALVES NETO, 1997). Realizaram o sonho dos desenvolvimentistas em construir vínculos mais fortes entre agricultura e indústria com a criação dos Complexos Agroindustriais (CAI), que se expandiram ainda mais com o Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL, no contexto da crise de petróleo nos anos 1970 (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Visto desde a perspectiva camponesa, pior foi a extensão da fronteira agrícola no Cerrado e na Amazônia, uma incursão e invasão – até militar – que contribuiu significativamente para forçar o êxodo rural de 20 milhões de pessoas (PALMEIRA, 1989).

A fase neoliberal do capitalismo trouxe desafios para a estrutura político-organizativa da classe dominante no campo. Nos anos 1980, sofrendo dívidas externas altíssimas, o governo se submeteu às políticas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. As agências internacionais do capital insistiram em reformas que, no primeiro momento, derrubaram a arquitetura corporativista e desenvolvimentista que tinha predominado no Brasil desde a época Vargas. Os institutos por commodities foram vistos como agências de proteção e eliminados. O fim da estrutura corporativista foi previsto, também. Inicialmente, a pressão internacional ameaçou a existência de entidades estatais de pesquisa, como EMBRAPA. Até o começo dos anos 1990, a reforma estrutural das políticas agrícolas do Brasil tinha abandonado a agricultura para o mercado resolver o seu futuro, justamente como foi proposto pelos ideólogos de neoliberalismo (PEREIRA, 2010).

Neste contexto, o investimento estrangeiro aumentou e os nomes de transnacionais sediados nos EUA entraram no vocabulário comum: Cargill, Bunge, Monsanto e Syngenta. Em 1990, entrou no vocabulário a palavra “agribusiness”, que três anos depois recebeu uma nova organização com a fundação da ABAG. Em 1996, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso procurou estimular o setor com a formação do Fórum Nacional de Agricultura – FNA. Segundo Cardoso, o objetivo do fórum era “sistematizar o pensamento estratégico voltado o aprimoramento do agronegócio nacional, órgão do qual possam sair propostas que tenham abrangência geográfica e representatividade dos interesses dos agentes econômicos, consumidores e trabalhadores”. Em 1998, doze membros do fórum



foram convocados para formar o Conselho Nacional do Agronegócio - CONSAGRO, o corpo executivo do FNA, criado para facilitar “a articulação e a negociação entre o poder executivo, a iniciativa privada e o poder legislativo, com o objetivo de implementar os mecanismos, diretrizes e as respectivas estratégias competitivas do agronegócio brasileiro, no médio e longo prazos...” (MARTINEZ, 2000, p. 12).

No processo de redemocratização, o primeiro governo da Nova República assumiu como parte de seu mandato a responsabilidade de realizar a reforma agrária. Infelizmente, a morte surpreendente do candidato vencedor Tancredo Neves, colocou no poder um vice-presidente – José Sarney - que não compartilhou os mesmos valores. Mesmo assim, algumas ações já estavam encaminhadas. Em maio de 1985, um comitê de trabalhadores e intelectuais elaborou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, estabelecendo metas para a implantação de assentamentos. Ruralistas no congresso, com o aval do Sarney, conseguiram desfigurar o plano antes de ser assinado pelo presidente. Uma recomendação foi a formação de um novo ministério para cuidar reforma agrária, desvinculando o assunto da pasta do Ministério da Agricultura (MA). Foi criado em 1985 o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD. Desmembrado em 1989, a reforma agrária voltou para o MA em 1990, mudando de nome dois anos depois (FERNANDES, 2000). Assim operou a partir de 1992 como o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MARA).

O MARA teve seu nome mudado novamente no final do século XXI, tornando-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2000 após uma longa luta política provocada pelo massacre de Eldorado dos Carajás de 1996. Neste momento, a MARA tornou-se o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), deixando a responsabilidade pela reforma agrária, mais uma vez. Grupos das stakeholder trabalham para influenciar as políticas e ações destes dois ministérios do governo federal (SCARSO, 2010). Os mais influentes interessados no capitalismo agrário são a ABAG e da CNA, enquanto Via Campesina entre as organizações camponesas é mais identificada com o paradigma da questão agrária.



Disputa política: agronegócio e campesinato

As ações das *stakeholders* são produtoras de paradigmas que dirigem suas ações, como demonstramos na seção anterior. Campesinato e agronegócio produzem seus paradigmas e disputam seus modelos desenvolvimento e territórios para aplicá-los. Uma das marcas fortes dos paradigmas é a compreensão do que é o agronegócio e campesinato ou agricultura familiar. Para as organizações do agronegócio e para o Ministério da Agricultura, o agronegócio é uma totalidade composta pelos sistemas agrícola, pecuário, industrial, mercantil, financeiro e tecnológico que contém todos os agricultores capitalistas e não capitalistas, grandes e pequenos, o agronegócio e o “agronegocinho” etc.. Também compartilham esta compreensão a CONTAG e a FETRAF. Para a Via Campesina, o agronegócio representa as corporações capitalistas que constituíram um conjunto de sistemas para a produção de commodities, por meio do monocultivo em grande escala, principalmente para exportação, enquanto os camponeses organizam sistemas baseados na diversidade, pequena escala e mercado local, formando portanto outra lógica. A agricultura familiar está definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em que considera como agricultor familiar as pessoas que administram e trabalham com mão de obra da própria família nas atividades de seu estabelecimento, que não pode ser maior que quatro módulos fiscais, compreendidos como unidades territoriais determinadas pelos tipos predominantes de exploração e de renda obtida em escala municipal.

Conceber o agronegócio como totalidade é uma estratégia do paradigma do capitalismo agrário. Definir todos tão somente como agricultores esconde as diferenças constituídas pelas relações de poder que produzem as desigualdades. Escondem fundamentalmente as classes sociais. Os documentos das instituições que defendem esta compreensão citam constantemente que não é possível separar os agricultores em capitalistas e familiares. Ver por exemplo Navarro, 2010.

Mas estes argumentos caem por terra, quando observamos o conjunto de referências que explicitam as diferenças entre o agronegócio e a agricultura familiar. Um exemplo cabal é a existência de dois ministérios para tratar do



desenvolvimento da agricultura. O Ministério da Agricultura é o mais antigo, criado na época do Brasil Império, é o ministério do agronegócio e, portanto, sempre defendeu os interesses das corporações. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi criado após o massacre de Eldorado dos Carajás e tornou-se importante para o desenvolvimento da agricultura camponesa. Mesmo o MDA argumenta que a agricultura familiar é parte do agronegócio. Todavia, para a realização do Censo Agropecuário de 2006, o MDA demandou ao IBGE na elaboração de uma versão do Censo para destacar a produção da agricultura familiar. Pela primeira vez na história do Brasil, o Censo Agropecuário separou os resultados em duas partes: uma denominada de agricultura familiar e a outra de agricultura não familiar, procurando evitar o termo agronegócio como publicado no *Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar: primeiros resultados - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação* (BRASIL, 2009).

Agronegócio ou agricultura patronal e agricultura familiar são conceitos criados recentemente para se referir à agricultura capitalista e à agricultura camponesa. A utilização dessas diferentes denominações faz parte do debate e embate entre os paradigmas nas posturas de retirar ou destacar o caráter de classe social no desenvolvimento territorial rural. Análises sobre as diferentes participações da agricultura camponesa e capitalista a partir dos censos agropecuários foram feitas pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira desde a década de 1980 para demonstrar a importante participação do campesinato no desenvolvimento do país, um exemplo desta análise pode ser observado em Oliveira (2004).

A reação da CNA, da ABAG e do MAPA à divisão dos resultados do *Censo Agropecuário de 2006* em agricultura familiar e agronegócio foi imediata, comprovando o claro alinhamento destas *stakeholders*, e criou um enorme mal estar no governo Lula pela revelação de ministérios divididos em um governo que sempre demonstrou defender os interesses do agronegócio. Em resposta, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil contratou um instituto de pesquisa para fazer uma nova análise do censo e apresentar resultados que destacassem o agronegócio, como pode ser observado na publicação *Quem produz o que no campo: quanto e onde: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões* (CNA, 2010). Nesta publicação, os autores utilizaram outra metodologia com outros



critérios e variáveis, como por exemplo, a participação dos produtores no valor bruto da produção e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Como o agronegócio controla 85% dos recursos destinado ao crédito agrícola, 76% da área agricultável, produzindo 62% do valor bruto e empregando cerca de 26% das pessoas, estes critérios são mais favoráveis que utilizar outras variáveis, como por exemplo, diversidade e quantidade da produção regional.

A postura conjunta das *stakeholders* do agronegócio alinhou a Via Campesina, a CONTAG e a FETRAF ao lado do MDA, clarificando as posturas das partes interessadas aos diferentes modelos de desenvolvimento que por conseguinte constituem diferentes territórios. A hegemonia do agronegócio no Brasil (e no mundo) não aceita outro modelo de desenvolvimento que não seja o modelo agroexportador de commodities em grande escala com uso intensivo de agrotóxicos e transgênicos. A Via Campesina tem elaborado a ideia soberania alimentar, em que o controle sobre a produção de alimentos e sua distribuição seja retirado das corporações e retornado ao Estado por meio de políticas de desenvolvimento da agricultura em bases diferenciadas, como a agroecologia, produção regional diversificada e em pequena escala para os mercados locais.

É a partir desta leitura que pode-se compreender, por exemplo, porque as *stakeholders* do agronegócio são contrárias à reforma agrária, mesmo existindo terras disponíveis para esta política pública, como podemos observar no Gráfico 1, onde aparecem 308 milhões de hectares com formas de uso não declaradas. As disputas territoriais entre agronegócio e campesinato ou entre agronegócio e povos indígenas tem crescido com o aumento da produção de commodities como a soja e cana de açúcar utilizados também na produção de biodiesel e etanol.

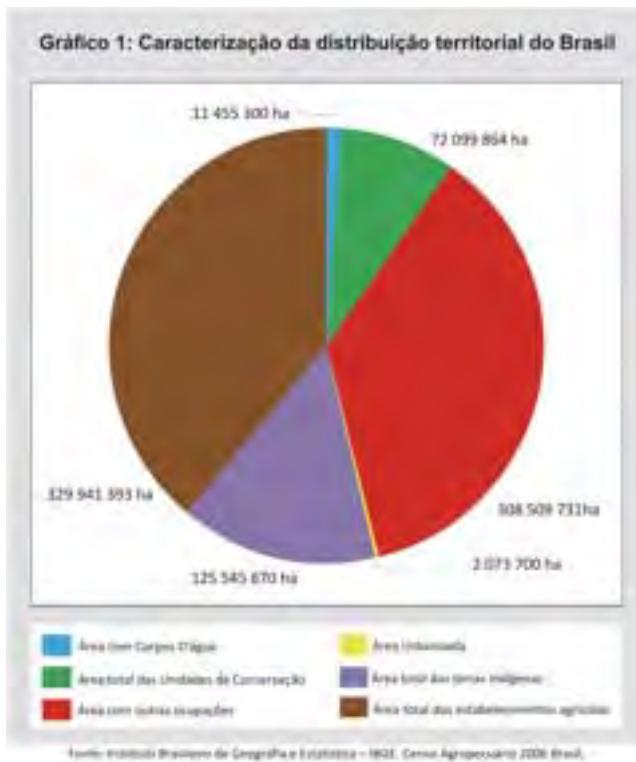


Figura 5 - Ocupação da área territorial (hectares)

A experiência de reforma agrária

O Brasil tem uma longa história de políticas fundiárias e de permanência da estrutura fundiária. Desde o século XVI com as capitâncias hereditárias e as sesmarias, no século XIX com a Lei de Terras de 1850 e no século XX com a Constituição de 1946, o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição de 1988, diversas formas de governo criaram normas de intervenção para tratar dos problemas da concentração fundiária e das formas de uso da terra, sem nunca solucioná-los. A participação de pequenos e grandes produtores tem sido parte do modelo brasileiro de desenvolvimento da agricultura desde o período colonial, quando as pequenas unidades já produziam para o mercado interno e as grandes enviam commodities para o exterior. Cidades, portos e minas, por exemplo, desenvolveram-se sustentados pela agropecuária local. Neste modelo persistiu o sistema de latifúndios e posseiros em que latifúndios eram formados em áreas de



posseiros, que expropriados, algumas vezes se recriavam dentro dos próprios latifúndios, de modo que ambos se territorializavam.

Embora a produção camponesa seja fundamental para abastecer de alimentos o mercado, sua sobrevivência como agricultor e seu lugar na terra sempre foi um problema político gerador de conflitualidades. O debate paradigmático é imprescindível para compreender melhor esta tensão inerente do modelo brasileiro de desenvolvimento da agricultura. De fato, não haveria assunto a estudar se ignorássemos esta conflitualidade ou se acreditarmos que a repressão do latifúndio e do agronegócio à agricultura de pequena escala foi bem sucedida. Conforme demonstrado acima, a maioria dos agricultores no Brasil hoje são pequenos agricultores familiares ou camponeses. Milhares dessas pessoas são beneficiários das políticas de reforma agrária criadas para apoiar os pequenos produtores. Estas experiências resultaram de políticas desenvolvidas no final do século XX.

Na década de 1980, quando cresceu a preocupação mundial com a destruição da floresta amazônica, o seringueiro Chico Mendes atraiu grande atenção por defender métodos de produção sustentáveis no estado do Acre. Através da estrutura dos STRs ele organizou outros seringueiros na luta para defender a floresta dos pecuaristas que desmataram milhares de hectares para criar áreas de pastagens. Através de sua luta e por sua personalidade, Chico Mendes atraiu o apoio de organismos ambientais internacionais. Seu sucesso nos fóruns internacionais, no entanto, contribuiu para que os ruralistas fizessem dele um obstáculo a ser eliminado. Assassínado em 1988, tornou-se um mártir da luta em defesa da floresta e suas ideias ajudaram a apoiar o movimento seringueiro para estabelecer um novo tipo de assentamento de reforma agrária” a reserva extrativista, formada enormes áreas de floresta onde o acesso e desenvolvimento são determinados por práticas sustentáveis para a exploração da madeira e da borracha (MENDES, 1989; PAULA, 1999).

O avô de Chico Mendes era um migrante nordestino e havia se mudado para o estado do Acre vindo do estado do Ceará, motivado pelo plano de colonização promovido pelo governo para ocupar uma porção territorial que disputava com a Bolívia. Nesta área foi criada uma das colônias agrícolas que se tornou um ponto de referência para participar do boom da borracha no início do



século XX. Em 1938, a ditadura de Getúlio Vargas incentivou ainda mais colonização agrícola do oeste brasileiro através do projeto chamado “Marcha para o Oeste.” O Estado do Acre foi um dos destinos para os denominados “soldados da borracha,” projeto concebido para estimular a migração do Nordeste para a Amazônia para a produção de borracha natural que contribuiu com a causa dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Na década de 1970, a Amazônia esteve nos planos de desenvolvimento do regime militar. Os militares fecharam a SUPRA por considerá-la “entidade subversiva” e criaram o Instituto Nacional de Colonização e Reforma agrária - INCRA em 1970. Até 1985, o INCRA foi muito mais uma instituição de colonização do que de reforma agrária. Milhares de pessoas foram incentivadas a migrar das regiões Concentrada e Nordeste para a Amazônia, para povoarem projetos de colonização que aceleraram o processo de ocupação através da destruição da floresta. As frustrações de muitos migrantes ajudaram a construir espaços políticos para o crescimento do movimento sindical e Chico Mendes participou ativamente deste momento e movimento, sendo um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia e Xapuri, do Partido dos Trabalhadores - PT no Acre e do Conselho Nacional dos Seringueiros (PAULA, 1999; WELCH, 1999).

Em outras regiões do país, a história recente da reforma agrária seguia diferentes caminhos. Em meados do século XX, a cana de açúcar estava em decadência no Nordeste e os barões do açúcar exploravam os camponeses com a prática do escambo e do foro. Para permaneceram nas terras dos coronéis, os camponeses eram obrigados a pagarem aluguel e doar anualmente um período de vinte ou mais dias de serviço a fazenda. Em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, no Engenho Galileia, no ano de 1954, cerca de 150 famílias formaram uma sociedade de ajuda mútua e convidaram o proprietário para ser presidente. Era uma forma de reunir recursos para ajudar na escola e nos enterros. Quando o proprietário tentou expulsá-los da terra para criação de uma área de pastagem esses e outros camponeses organizados reagiram e decidiram resistir para ficar na terra. Eles conseguiram permanecer e tornaram-se a principal referência na criação das Ligas Camponesas que defendia a luta pela reforma agrária. Em 1959, o governo criou uma política de arrendamento nas áreas decadentes de cana, como



forma de acesso à terra aos camponeses na perspectiva de minimizar a demanda por terra (WELCH, 1999; MONTENEGRO, 2002).

Naquele contexto da Guerra Fria, a reforma agrária era vista em muitas partes do mundo como a melhor maneira de impedir o surgimento de movimentos revolucionários. O modelo de arrendamento foi uma forma de manter os camponeses na terra em que eles trabalhavam, sem que tivessem a terra (Welch, 1999). Em 2004, o *Diário de Pernambuco*, em um artigo sobre a experiência do Engenho Galileia, informou que não foram 150, mas 241 famílias que lá viviam. Quarenta anos depois, as famílias camponesas continuam pobres, mas a situação melhorou, “as casas não mais em casas de barro e sim de alvenaria”, escreveu o repórter, citando um residente de longa data, dizendo que sua luta tinha valido a pena (DIÁRIO, 2004).

Na região Concentrada, o governo do estado de São Paulo criou a sua própria lei de reforma agrária: a Lei de Revisão Agrária, no começo da década 1960, em um esforço para contrariar as tendências mais radicais para a expropriação e a redistribuição das terras dos latifúndios. O governo paulista também utilizou um modelo misto de colonização e assentamento projetado para uma população de 500 a 1.000 agricultores sem terra em parcelas que tinham de comprar a crédito subsidiado. O programa de revisão agrária foi abandonado com o golpe militar de 1964, com o assentamento de menos de 200 famílias em duas áreas. A maior das duas áreas não prosperou como uma colônia agrícola por causa do mau planejamento e os lotes foram finalmente vendidos como chácaras para moradores da cidade. A segunda área, no entanto, continuou a apoiar 21 das 72 famílias originais, como uma comunidade agrícola focada na produção e venda de frutas para o mercado metropolitano paulista neste início do século XXI (BERGAMASCO E NORDER, 1999; BOMBARDI, 2004).

Na região Centro-Oeste, os latifundiários do estado do Mato Grosso expandiram suas explorações na segunda metade do século XX. Desde 1950, com o planejamento para a mudança da capital nacional do Rio de Janeiro para Brasília, a região se tornou atrativa para os camponeses, bem como para os trabalhadores urbanos. Em 1960, estudos financiados pelos Estados Unidos, em colaboração com o Ministério da Agricultura, descreveram que uma grande parte desta região era



“praticamente desabitada e com potencial agrícola pouco explorado” (CRAWFORD, 1963). Neste planejamento previa-se a relocação de cerca de 250.000 famílias de agricultores - cerca de 1,5 milhões de pessoas - para o estado. Na realidade, dezenas de milhares de camponeses se estabeleceram na região em um fluxo migratório de agricultores pobres que procuravam escapar das condições difíceis da porção leste do país com a esperança de encontrar oportunidades além da fronteira agrícola. Este processo migratório constituía uma forma de colonizar para não fazer a reforma agrária.

Sob o regime militar, no entanto, a implementação deste projeto de realocação se transformou em um projeto de deslocamento, que causou centenas de conflitos que produziram maior taxa de homicídios per capita do que a média nacional do Brasil (ROCHA et al, 2003). Ainda, a colonização foi incentivada através da formação de empresas privadas que receberam subsídios para comercializar milhões de hectares. Grandes áreas foram desmatadas e destinadas à pastagem e, eventualmente, ocupadas por grandes empreendimentos para produção de soja, com uso da mecanização. Na essência, a colonização com pequenos e grandes produtores foi a "reforma agrária" do regime militar, formando a história do modelo hegemônico do paradigma do capitalismo agrário, que compreende o uso de políticas de terras, como o arrendamento, a colonização e a venda, mas jamais a desapropriação. Foi somente sob a égide do primeiro do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que se estabeleceu de fato metas de desapropriação. Todavia, no período de 1985 a 1989, apenas uma pequena parte do estado de Mato Grosso – 3.5% - foi identificada para ser destinada para a desapropriação e implantação de assentamentos. Apesar deste baixo percentual, em 1987, o governo federal tinha assentando somente 43% das famílias e desapropriado apenas 70% da área prevista para Mato Grosso, por causa da resistência do governo estadual, então defensor do capitalismo agrário, que conseguiu retardar o processo à beira da estagnação (FERREIRA et al, 1999).

O governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), em sua primeira gestão (1995-1998) promoveu uma ampla política de assentamentos rurais para atender parcialmente as reivindicações dos movimentos camponeses que ocupavam terras em quase todo o país, principalmente o MST. O governo FHC acreditava que com o



assentamento das famílias acampadas resolveria o problema fundiário. Todavia, o número de ocupações crescia na mesma proporção que o número de assentamentos. Diante do fracasso do governo FHC em conter o número de ocupações de terra, em sua segunda gestão (1999-2002), decidiu criminalizar as ocupações através de medidas provisórias. Com essas medidas, as terras ocupadas não seriam desapropriadas e as famílias ocupantes não seriam assentadas. Essa ação diminuiu o número de ocupações e também o número de assentamentos, porque sem a pressão das ocupações de terra, o governo diminuiu a criação de novos assentamentos. As ocupações de terra voltaram a aumentar em 2003, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República. O MST e a CONTAG, assim como todos os movimentos camponeses tinham esperança que o governo Lula faria a reforma agrária, afinal esta tinha sido sua promessa em todas as quatro campanhas eleitorais (1989/1994/1998/2002) (FERNANDES, 2010).

Em 2003, o governo formou uma equipe de estudiosos e membros dos movimentos camponeses, coordenada pelo militante veterano Plínio de Arruda Sampaio, para elaborar o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária – IIPNRA. Todavia, a correlação de forças que havia elegido Lula e mesmo o próprio Partido dos Trabalhadores – PT não tinham a intenção de enfrentar os ruralistas e o agronegócio. Paralelamente à elaboração do II PNRA pela equipe do Sampaio, havia outra equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA elaborando outro plano que atendesse aos interesses do governo. Duas diferenças entre os planos foram: quantidade de famílias a serem assentadas e a forma principal de arrecadação de terras. Enquanto o plano “Plínio” definia um milhão de famílias a serem assentadas em terras a serem desapropriadas, o plano do MDA também definia o assentamento de 400 mil novas famílias e em torno de 500 mil famílias em terras a serem regularizadas e 130 mil em terras a serem compradas (BRASIL, 2003). O II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado pela equipe de Sampaio, foi rechaçado pelo governo Lula que adotou o plano do MDA. Esta atitude demonstrava que a reforma agrária prometida não seria cumprida. De fato, assim foi. Em 2010, no Brasil havia mais de oito mil assentamentos onde vivem mais de um milhão de famílias. A maior parte dessas terras são áreas regularizadas, ou seja, as famílias já viviam nestas terras e receberam seus títulos. O governo denominou este



procedimento de incorporação à reforma agrária. Nas duas gestões do governo Lula (2003-2006/2007-2010) a regularização fundiária predominou em seu plano de reforma agrária (FERNANDES, 2010). As ocupações de terra têm sido uma importante forma de pressão para a realização da reforma agrária, que resultou em assentamentos em todo o território nacional (Figura 6).

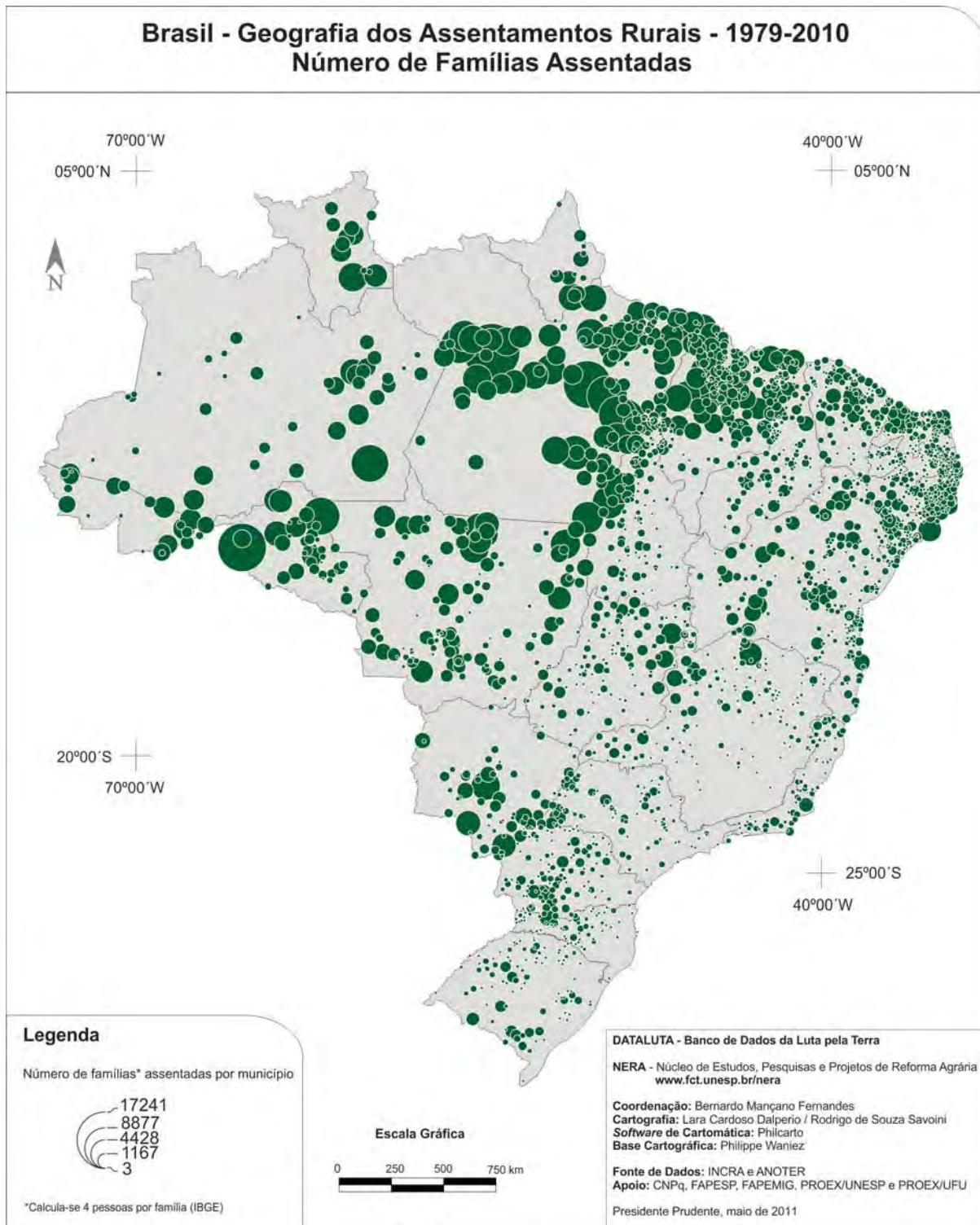


Figura 6 – Geografia dos Assentamentos Rurais - 1979-2010



Em um estudo sobre as experiências de reforma agrária desde a Constituição de 1988, que define a desapropriação de terras que não "cumprem sua função social", pela improdutividade, violações do direito do trabalho ou a destruição ilegal dos recursos naturais, o geógrafo Estevan Leopoldo de Freitas Coca identificou 20 diferentes tipos de assentamentos de reforma agrária implantados pelos governos federal, estaduais e municipais. Entre eles estão designados assentamentos para populações tradicionais, como quilombolas (assentamentos quilombolas), que enfatizam atividades socioeconômicas com a preservação ambiental, assim como seringueiros (assentamentos Agroextrativistas, Reservas extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável) e assentamentos estabelecidos para reassentar camponeses deslocados por projetos de barragens hidrelétricas (Reassentamentos de Atingidos Por Barragens). Há muitas variáveis a considerar na avaliação das características e da multidimensionalidade desses assentamentos. Muitos foram iniciados pelo INCRA em nível federal e transferidos para o controle administrativo dos órgãos estaduais de terras. Muitos têm representações de movimentos - tanto da CONTAG como do MST - que ajudam os assentados tirarem o máximo proveito do apoio do Estado, por mais limitados que sejam para a melhoria da infraestrutura, moradias, educação, crédito e custeio agrícola.

Em algumas regiões, especialmente na região Concentrada, há áreas com vários assentamentos que abastecem parte do mercado regional através do funcionamento de cooperativas como, por exemplo, a marca Terra Viva, de produtos agrícolas no sudoeste do estado de Santa Catarina. Em outros, como a região Nordeste, os assentados reuniram recursos para construir criadouros de peixes e vender por meio de um sistema de entrega a domicílio. Na região Centro-Oeste, bem como nas outras duas regiões, camponeses têm encontrado dificuldades para resistir à pressão para plantar cana-de-açúcar nos últimos anos devido à crescente demanda por agrocombustíveis (FERNANDES et al, 2010). Também é importante considerar que os assentados dos projetos de assentamentos de reforma agrária só recebem o título de proprietário com a consolidação e emancipação do assentamento. Enquanto isso não acontece, eles são permissionários, o que significa que eles recebem permissão provisória de uso da terra. Na condição de permissionário, o assentando não pode vender a terra. A imprensa costuma publicar



artigos acusando permissionários de vender seus lotes, mas isto é juridicamente impossível. O que acontece é que alguns assentados podem encontrar um comprador para as melhorias, como uma casa, lavoura, animais, cerca, barracão etc., mas a própria terra não está à venda.

Além dos vinte tipos de assentamentos de reforma agrária estabelecidos pelo governo federal e os estaduais, também há sete tipos de financiamento disponíveis no programa de crédito fundiário do governo voltada para o mercado terras. Este programa inclui assentamentos financiados pelo Banco da Terra (em parceria com o Banco Mundial), Combate à Pobreza Rural e Consolidação da Agricultura Familiar. Os assentamentos de reforma agrária descritos acima variam em tamanho da área onde estão assentadas de 20 famílias a mais de 500, enquanto os projetos de reforma agrária de mercado e crédito fundiário possuem área onde está assentada apenas uma família. Os assentamentos criados a partir da desapropriação da terra ou criados a partir da compra da terra são analisados em suas pelos estudiosos e movimentos camponeses que se recusam a aceitar esta modalidade de política agrária como reforma agrária (SAUER & PEREIRA, 2006). Ao contrário dos assentamentos da reforma agrária, que são resultados de lutas organizadas por movimentos camponeses e onde as comunidades são maiores, os beneficiários da modalidade crédito fundiário ou reforma agrária de mercado, muitas vezes trabalham de forma isolada e sofrem com a falta de informação sobre sua própria condição.

O programa Reforma Agrária de Mercado foi lançada pelo Banco Mundial na década de 1990 para ajudar a “combater a pobreza” e acabar com a luta pela terra (PEREIRA, 2010). Os recursos do crédito fundiário são repassados instituições financeiras locais para empréstimos subsidiados aos trabalhadores rurais sem terra para comprar lotes e construir suas casas e infraestrutura. O governo reúne proprietários interessados em vender suas terraste, os sindicatos de trabalhadores rurais que ajudam a escolher os candidatos, os bancos que fornecem empréstimos e os novos agricultores proprietários começam sobre carregados em dívidas. Assim, esta modalidade é desprovida de conteúdo político organizativo, apesar de incluir os aspectos sociais e de servir principalmente aos agricultores pobres. A determinação desta modalidade é econômica e nela reside o problema



central que é dívida impagável quando comparada aos recursos do beneficiário e a capacidade de pagamento do empréstimo. O objetivo declarado desta modalidade de transformar o trabalhador em um proprietário do imóvel quase nunca é alcançado. De fato, um estudo realizado em 2005, com base em mais de 1.500 entrevistas com os beneficiários em 13 estados, revelou que a maioria não comprehender os termos de seus empréstimos, e que 19% das pessoas foram processadas e abandonaram suas casas. Além disso, 40% por cento nunca receberam qualquer assistência técnica e 86 % tinha apenas contatos esporádicos com os serviços de extensão (RAMOS FILHO, 2009, p. 343-57).

Disputas territoriais entre as partes interessadas e o estado

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, desde o latifúndio ao agronegócio, ocorre à base do continuo processo de expropriação e exploração de povos tradicionais como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaqueiros, pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, sertanejos, camponeses, entre outros. Esses povos são chamados de tradicionais, mas não com a conotação de povos sem mobilidade histórica ou atraso tecnológico e econômico. São chamados de tradicionais porque todas as mudanças e modernização não foram suficientes para mudá-los, no que diz respeito a suas culturas e relação com a natureza.

O avanço do agronegócio pelo território brasileiro significa o monopólio do território pelo capital monopolista com a conivência do governo brasileiro, que mantém um modelo de desenvolvimento que favorece apenas ao capital em detrimento dos povos tradicionais e seus territórios. O governo cria políticas para o reconhecimento e desenvolvimento dos territórios desses povos somente sob pressão popular. Esta postura pode ser compreendida porque o governo enfrenta resistência do agronegócio e porque os ministérios estão dominados pelo paradigma do capitalismo agrário. Por conta disso as políticas para o desenvolvimento desses territórios não acontecem de forma efetiva, o que possibilita ao capital ser hegemônico determinando as relações sociais e econômicas que homogeneízam as paisagens rurais pela monótona monocultura.



Os povos tradicionais resistem há séculos e não abrem mão de seu modo de vida e nem de seus territórios. O conflito de interesses entre esses povos e o capital se configura em disputa territorial quando acontece o processo de territorialização de um e a desterritorialização do outro, como por exemplo, quando o agronegócio se territorializa sobre o território dos povos tradicionais, desterritorializando-os. Outra forma de disputa é quando não acontece a desterritorialização, mas se controla o acesso ou formas de uso dos territórios. Essa segunda forma acontece quando um território quilombola, indígena ou camponês, por falta de alternativas adota o modelo de desenvolvimento territorial do capital monopolista em detrimento de seus territórios (FERNANDES et al, 2010).

Segundo o Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) existem no Brasil 8.620 assentamentos, onde vivem 1.015.918 famílias em uma área de 77.001.370 hectares (NERA, 2010). A maioria desses assentamentos foi conquistada por causa das ocupações de terras empreendidas pelos movimentos socioterritoriais que desterritorializaram o latifúndio improdutivo e impediu a territorialização do agronegócio em terras públicas ou privadas. Esses assentamentos estão distribuídos por todas as regiões do Brasil e são divididos em vinte tipos, cada um com sua característica, conforme as diferenças sociais, ambientais e políticas de cada região brasileira. O MST é o principal movimento camponês na luta pela terra e continua lutando para o assentamento das famílias sem terra com ênfase para a criação de políticas para o desenvolvimento e autonomia desses territórios.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante o reconhecimento dos territórios de remanescentes quilombolas e das tribos indígenas como pagamento de uma dívida histórica com essas populações marcada pelo genocídio, escravidão, expropriação e exploração. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é responsável pelo reconhecimento e demarcação das áreas das comunidades de remanescentes quilombolas enquanto a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) é responsável pelo reconhecimento e manutenção dos territórios indígenas. Segundo o INCRA existem no Brasil 189 comunidades quilombolas, onde vivem 11.918 famílias em uma área de 87.935 hectares. Existem ainda, desde 2004, data da criação do decreto que regulamenta o procedimento



para identificação, delimitação, demarcação e titulação dessas terras, 996 processos em andamento. A região brasileira que mais conta com comunidades quilombolas é a região da Amazônia com 59 comunidades, e o Nordeste que possui 36 comunidades já homologadas e 462 processos em andamento. O estado do Maranhão é destaque na região, possui 22 comunidades e 210 processos em andamento.

Segundo a FUNAI existem 524 territórios indígenas já reconhecidos somando uma área de 107.620.338 hectares, ou seja, 12,64% do território nacional, no entanto apenas 252 foram homologados. A região que mais possui territórios indígenas é a Amazônia. Outros povos tradicionais como os ribeirinhos, seringueiros, faxinalenses, pescadores artesanais, pantaneiros, quebradeiras de coco-de-babaçu e retireiros do Araguaia, congregam na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), que é uma comissão interministerial que trabalha em diversas frentes para garantir a reprodução e o modo de vida dessas populações bem como a integridade de seus territórios.

A demarcação dos territórios indígenas é bastante conflitante, a exemplo da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol no estado de Roraima. Esse território indígena foi reconhecido pela FUNAI em 1993 e homologado somente em 15 de abril de 2005. A área é grande reduto dos produtores de arroz que começaram a ocupar a área na década de 1970 sem título de propriedade, e agora com a homologação da reserva são obrigados a se retirar do território da reserva e não podem ser indenizados a não ser pelas benfeitorias. Esse fato gerou um grande conflito entre as lideranças indígenas, que se encontravam divididas, e os rizicultores que se negam a sair do território.

O reconhecimento e homologação desses territórios não impedem a exploração desses pelo capital. Na região amazônica as reservas indígenas ao sul sofrem com a retirada da mata virgem que cede espaço para as plantações de soja e a leste para as fazendas de criação de gado, que já derrubaram um milhão de hectares para a formação de pastos. Na região do rio Xingu, no estado do Pará/Mato Grosso, o agronegócio controla todas as fazendas limítrofes aos territórios indígenas, justamente onde se encontram as principais nascentes do rio Xingu



fundamental para reprodução social dessa população instalada a suas margens há séculos. A exploração do agronegócio nessas fazendas vem causando o processo de assoreamento, queda no volume de água e contaminação da água e dos peixes, impactando as reservas indígenas que dependem do rio para se reproduzir.

Essa realidade se agravará com a construção da barragem da usina hidrelétrica Belo Monte. Com previsão para o inicio das obras para abril de 2011 a usina será a terceira maior hidrelétrica do mundo, menor somente do que UHE Três Gargantas na China e a UHE binacional Itaipu no Brasil/Paraguai. Os povos Indígenas da região do Xingu acusam o governo brasileiro de não considerarem os impactos sociais e ambientais, além de não consultar os povos indígenas, os mais afetados. A área alagada será 640 Km² e será preciso o remanejamento de 20 mil famílias de moradores da cidade de Altamira e de 350 famílias ribeirinhas que vivem em reservas extrativistas ao longo do rio. Em relação a população indígena será afetada diretamente e indiretamente as 24 etnias que dependem do rio, especialmente o povo Juruna que sofrerá com o fluxo da estrada e o canteiro de obras que será instalada em seu território.

A produção de celulose é outra atividade que impacta nos territórios desses povos. No sul da Bahia e norte do estado do Espírito Santo existem diversas tribos indígenas e comunidades de remanescentes quilombolas que estão em disputa territorial com transnacionais desse setor. A Aracruz celulose não conseguiu desterritorializar as comunidades com territórios já homologados, no entanto, tem o domínio de todas as terras ao redor dessas comunidades, o que determina a territorialidade e modelo de desenvolvimento da região. Muito dos quilombolas e indígenas deixaram de exercer suas atividades econômicas tradicionais e passaram a trabalhar para as grandes empresas, seja nas plantações ou nas indústrias. Os indígenas e quilombolas já não contam com área para a pesca e nem para a caça. É considerado crime e invasão de propriedade privada se essas populações entrarem nas áreas da Aracruz para retirar lenha e caçar pequenos animais como faziam há várias gerações passadas.

Essa é a realidade enfrentada pelos povos tradicionais no Brasil. Esses povos têm a terra como modo de vida e tem que disputá-las com as empresas que vê a natureza como meio para exploração e lucro. O modelo de desenvolvimento em



andamento no Brasil visa o crescimento produtivo e econômico em detrimento das questões ambientais e sociais. A necessidade da instalação de infraestrutura e ampliação da exploração da terra continua a expropriar povos tradicionais e a agredir o meio ambiente de forma irreversível. Assim como proposto pelos povos tradicionais e os movimentos camponeses necessitamos de outro modelo de desenvolvimento para a manutenção da cultura desses povos tradicionais e do meio ambiente.

Tendências futuras da governança da terra no Brasil

Impactos ambientais da questão agrária

A agricultura foi a primeira atividade humana de alteração do meio natural, no entanto foi com a revolução industrial e o advento da urbanização que os impactos ambientais nas cidades e no campo se agravaram chegando a patamares alarmantes. O desmatamento das áreas verdes, aumento das áreas urbanizadas e a emissão dos gases causadores do efeito estufa, vêm causando a elevação média da temperatura de todo o planeta de forma acelerada levantando uma série de dúvidas sobre o modelo de desenvolvimento e ao futuro da Terra. No Brasil o processo de urbanização subordinou o espaço rural à cidade/industrial, que passou a fazer o papel de fornecedor de matérias primas e receptor de produtos industrializados como os agrotóxicos, fertilizantes, sementes modificadas e máquinas. Aumentou-se a exploração agrícola e agravaram-se os impactos ambientais também no espaço rural.

Esse modelo de desenvolvimento da agricultura que passa a preconizar um maior rendimento da exploração agrícola é responsável por graves impactos sociais e ambientais. A utilização de insumos agrícolas como os agrotóxicos e fertilizantes vem causando o envenenamento dos solos, dos recursos hídricos e até mesmo das pessoas (PIGNATI, MACHADO e CABRAL, 2007). O Brasil é o primeiro na lista dos países consumidores de agrotóxicos, em 2010 foram jogados nas lavouras mais de um bilhão de litros de venenos e os seus impactos a



muito deixaram de ser uma questão agrícola e sim uma questão ambiental e de saúde pública

As sementes transgênicas, liberada pelo governo brasileiro em 2005, porém já utilizada de forma clandestina desde 1998, passou a ser um grande problema para o meio ambiente. As sementes transgênicas em utilização no Brasil são as da soja, do milho e do algodão. A utilização dessas sementes fabricadas pelas indústrias do agronegócio como, por exemplo, a Syngenta e a Monsanto geram a dependência da utilização de agrotóxicos e cada vez numa proporção maior, agravando os impactos causados pelos venenos. Já o impacto direto da transgenia é a diminuição da biodiversidade, alteração dos ecossistemas em escalas desconhecidas, além da contaminação de lavouras vizinhas e da população.

As empresas transnacionais do agronegócio visam o aumento da produção das *commodities* que acarreta na concorrência pelas áreas mais férteis e logisticamente mais vantajosas. Algumas culturas são substituídas pelas *commodities* e migram para outras regiões brasileiras. Atualmente a territorialização da cana-de-açúcar, eucaliptos e pinos estão substituindo outras culturas, como por exemplo, a pecuária que está migrando para a região da Amazônia Legal agravando-se ainda mais o desmatamento da principal floresta tropical do planeta. Apesar da fiscalização do governo brasileiro e a queda do índice, o desflorestamento ainda é alarmante, sobretudo no estado do Mato Grosso, Maranhão e Pará. Esses estados, segundo o Instituto Nacional de Estudos Espaciais – INPE (Brasil, 2010), são responsáveis por 75% do desmatamento da Amazônia no ano de 2010 que chegou a 6.451 km².

As empresas e o governo brasileiro na tentativa de reverter esses problemas e justificar o desmatamento das florestas investem no reflorestamento. As espécies replantadas são pinus e eucaliptos, que correspondem a 90% da área reflorestada no Brasil. Essas espécies são replantadas para fins industriais, sobretudo para a produção de celulose. Isso reflete a verdadeira intenção no reflorestamento no Brasil, que não passa de interesses econômicos, apesar das empresas e o governo brasileiro fazer propaganda que é para o sequestro de carbono e diminuir o efeito estufa.



Estrangeirização da terra

A estrangeirização da terra é um fenômeno recente compreendido por mega-investimentos de países ricos e emergentes, que tem atingido países emergentes e pobres, por meio de aquisição ou aluguel de grandes extensões de terras para produção agrícola. A palavra estrangeirização traz o significado da invasão de estrangeiros no controle do território. Em espanhol, a palavra acaparamiento tem o sentido de monopólio e em inglês, a palavra Land Grabbing tem o sentido de grilagem de terras. Invasão, monopólio, grilagem são significados fortes que representam uma relação de dominação com a exploração e a expropriação entre países, governos, empresas e comunidades. Este processo representa também criação de infraestruturas, como estradas, portos, transferências de tecnologias para produção, promovendo o desenvolvimento do agronegócio e surgimento de novos mercados.

Está se formando um nova geopolítica da questão agrária (FERNANDES, 2011) em que políticas neoliberais criaram novos elementos e utilizam antigos elementos da questão agrária. Esta combinação de velhos e novos elementos se expressa pelo avanço do capitalismo rentista em escala mundial (OLIVEIRA, 2010) em meio a uma conjuntura contraditória de “supersafras” e crises alimentares. Outro novo elemento é a mudança na matriz energética que tornaram-se temas de políticas governamentais com envolvimento direto de governos em investimentos territoriais na aquisição e arrendamento de terras em outros países para produção de agrocombustíveis (FERNANDES, WELCH e GONÇALVES, 2010). Todavia, estes processos acontecem através da exclusão e expropriação de comunidades camponesas e indígenas de suas terras. A estrangeirização se utiliza do modelo de produção em grande escala para exportação, de modo que predomina a mecanização no processo produtivo (RUBIO, 2009).

Desde 2007/2008, o tema da estrangeirização da terra começou a ser pesquisado em várias partes do mundo com estudos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO, por exemplo: Cótula *et al*, 2009; Borras *et al*, 2011, Dirven, 2011; Eguren, 2011 e Gomez, 2011; e da International Land Coalition (ILC), por exemplo: Ratsialonana *et al*, 2011; Monachon & Gonda,



2011; Bravo, 2011, ou através de eventos científicos e publicações especializadas, como Borras *et al*, 2011b, no *Journal of Peasant Studies*, Borras & Franco, 2010, publicado no ICAS Working Paper Series e Daniel & Mittal, 2009, publicado pelo Oakland Institute.

Estes estudos concentram-se na África e América Latina, cujos países têm mantido os mais altos índices de concentração fundiária do mundo, que por sua vez são heranças do passado colonial fundamentado na escravidão e no sistema de “plantation”. Mesmo a participação do capital transnacional não é nova. A acumulação de riqueza colonial se ampliou quando monarquias europeias autorizaram súditos empreendedores a formar empresas de comércio como a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, que dominou a região nordeste do Brasil no século 17 (FAUSTO, 1997). A estrangeirização da terra contém elementos de um novo colonialismo, porque alguns países para atender seus interesses, exploram extensas áreas agrícolas em outros países sem levar em conta necessidades locais (BORRAS, 2011B; FERNANDES, 2011). Analisando a ascensão da acumulação por espoliação através da exploração de commodities minerais e agrícolas como política internacionalista do neoliberalismo, o geógrafo David Harvey (2003) denominou este processo de novo imperialismo.

A novidade do incipiente fenômeno da estrangeirização da terra pode ser entendida por pelo menos cinco pontos: 1) o agronegócio persiste com discurso de que poderia alimentar o mundo, mesmo frente as continuas crises alimentares; 2) a crise do petróleo têm colocado em questão o futuro da produção de energia, fazendo com que governos e empresas invistam na terra para produzir agrocombustíveis; 3) a escassez de terras produtivas ou o fechamento da fronteira agrícola ou manutenção de reserva de terras agrícolas em países ricos e emergentes; 4) a existência de extensas áreas de terras não exploradas pela agricultura capitalista em países pobres; 5) disputas territoriais e de modelos de desenvolvimento da agricultura entre o agronegócio e campesinato são promotores e resultados do processo de estrangeirização. As interpretações e respostas para estas questões são construídas pelos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.



A estrangeirização da terra tem sido debatida pelas corporações do agronegócio, pelo governo e pela Via Campesina na construção de suas diferentes posições. Para as corporações transnacionais da agricultura funcionando no Brasil, estrangeirização não existe. Eles preferem expressões como “negócios internacionais” ou “interesse mundial por terras agrícolas” (NASSAR, 2010). Referem-se sempre ao mercado internacional e as possibilidades de expansão da agricultura para exportação, vendo nestas condições “oportunidades de desenvolvimento” (COTULA *et al*, 2009), ignorando os processos expropriatórios dos territórios camponeses e indígenas. Como discutido, o paradigma do capitalismo agrário ajuda entender suas expressões e ações a favor do livre mercado de terras. O governo brasileiro tem apresentado posições contrárias. Por um lado, o governo oferece subsídios de vários tipos e tamanhos, de pesquisas a empréstimos, para ajudar transnacionais produzir no país. Por outro lado, o governo Lula expressou preocupações sobre estrangeirização e promoveu debates sobre a soberania nacional, procurando criar medidas que limitem a compra de terras. A Via Campesina-Brasil revela descrédito com relação a postura do governo e vê a estrangeirização como mais uma política expropriatória. Defende a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura camponesa de maneira coerente com o paradigma da questão agrária.

No Brasil, a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas, o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar - UNICA reclamam das políticas governamentais que impedem a expansão das áreas plantadas necessárias para o desenvolvimento industrial e crescimento dos mercados. Reclamam também das barreiras criadas pelo governo, que dificultariam o arrendamento e a compra de terras por estrangeiros, possivelmente obstruindo investimentos de US\$ 30 bilhões na expansão da monocultura de árvores, soja, milho, algodão e cana-de-açúcar. Em matéria publicada em periódico semanal, afirmam que por causa das medidas que limitam a compra e arrendamento por estrangeiros, os investidores podem preferir o Leste Europeu ou a África (SALOMÃO e VITAL, 2011).

Entre as organizações camponesas, a Via Campesina tem sido elaboradora de campanhas globais para defender a implantação de políticas de



reforma agrária e para deter as políticas de vendas de terras para estrangeiros em diversos países. As referencias da Via Campesina são as comunidades atingidas por megaprojetos que expropriam populações camponesas e indígenas de seus territórios. Criou o conceito de soberania alimentar para combater o problema do abastecimento através de políticas agrárias de fortalecimento de uma agricultura diversa, sem uso de agrotóxicos, produzida pelo trabalho familiar em pequena escala para mercados locais e regionais (DESMARAIS, 2007; VIA CAMPESINA, 2008).

Com base no trabalho do estudioso chileno Sergio Gómez (2011), podemos compreender que o processo de estrangeirização é um projeto para a produção de commodities. Governos e corporações arrendam ou compram grandes extensões de terras provocando a concentração fundiária. Esta tendência afronta os projetos de democratização de acesso à terra como a implantação de reforma agrária; estas políticas são preteridas pelos governos em favor do agronegócio. Assim, a concentração fundiária é defendida pelas corporações para produção agroexportadora em grande escala. A produção de commodities consolida a concentração fundiária e mantém uma reserva de terras para expansão de acordo com a conjuntura do mercado internacional.

De fato, as populações camponesas e indígenas não possuem espaços de autonomia na cadeia produtiva do agronegócio. Em algumas commodities, como a laranja, ainda há a predominância da produção familiar, mas cresce o processo de verticalização da produção (WELCH; FERNANDES, 2008). Neste modelo global de desenvolvimento da agricultura capitalista, resta ao campesinato a subordinação ou o assalariamento parcial como formas precárias de incorporação. Compreendido este processo, entende-se melhor a postura da Via Campesina contra a estrangeirização da terra. Por essa razão, pode-se considerar falsa a afirmação de que os projetos de estrangeirização podem beneficiar a todos, como defende o discurso do paradigma do capitalismo agrário, a partir da compreensão que um país só pode ganhar se seus agricultores também ganharem. Entendemos o campesinato como uma importante fração dos agricultores, mas eles não têm ganhado (DANIEL & MITTAL, 2009; GOMEZ, 2011).



Registros do INCRA indicavam que no primeiro semestre de 2010, em torno de 4,2 milhões de hectares eram propriedades de estrangeiros. Em matéria da *Folha de S. Paulo*, do dia 2 de novembro de 2010, publicada no “Caderno Poder”, com o título “Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora”, no período de dois anos e meio, os estrangeiros adquiriram 1.152 imóveis, num total de 515,1 mil hectares. 69% das terras sob controle de estrangeiros estão concentradas nos estados de Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Bahia, formando a faixa da estrangeirização. Mas este processo também se territorializa para o Sul, no Paraná e Rio Grande do Sul, onde estão 10% das terras estrangeirizadas. Em direção a Amazônia, destacam-se o Pará e o Amazonas, com 12% do processo de estrangeirização (Ver tabela 1).

Estado	Área/ha(mil)	%
Mato Grosso	844	20
São Paulo	491	12
Minas Gerais	491	12
Mato Grosso do Sul	473	11
Bahia	368	09
Paraná	299	07
Pará	235	06
Amazonas	232	06
Goiás	230	05
Rio Grande do Sul	113	03
Outros estados	408	09
Brasil	4184	100

Figura 7 - Tabela 1 - Área total pertencente às empresas estrangeiras – por estado – 2010

Fonte: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Dados recolhidos por reportagem do *Correio Braziliense*. Brasília, junho 2010

A compra de terras por estrangeiros aumentou o preço da terra em todo o Brasil. Mesmo com as barreiras criadas, as compras e arrendamento de terras por estrangeiros contribuíram para aumentar do preço médio nacional do hectare que passou de US\$ 2,5 mil em 2008 para US\$ 2.9 mil em 2010, um salto de 14% em dois anos (LOPES, 2010). Em 2010, o preço da terra teve o maior aumento das últimas décadas (DE CHIARA, 2011). O agronegócio compra as terras dos



latifúndios e se territorializar, aceleradamente ameaçando os territórios camponeses e indígenas. Estes novos elementos da questão agrária criam novas conflitualidades, gerando novas formas de luta e de resistência.

A estrangeirização da terra é vista como um problema pelos movimentos camponeses e indígenas e como uma solução pelas empresas do agronegócio. Para o governo brasileiro este fenômeno tem ambos os significados. Em março de 2008, o presidente do INCRA, em audiência pública das comissões de Agricultura, Reforma Agrária, Defesa do Consumidor e Fiscalização do Senado Federal, divulgou o documento “Aquisição de Imóveis Rurais por Estrangeiros” em que constava o registro de 33.228 imóveis de estrangeiros no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), correspondendo a 0,64% do total de imóveis cadastrados. A área cadastrada dos imóveis era de 5.579.783,67 ha o que corresponde a 0,97% do total de área cadastrada (HACKBART, 2008). Observa-se que este número é diferente dos 4.184.000,00 ha da tabela 1 com dados de 2010, também divulgado pelo INCRA. A dificuldade de se obter números mais próximos deve-se ao SNCR que por ser meramente declaratório, pode gerar dúvidas a respeito da veracidade de parte dos dados. Nesta condição, os dados são aproximados e confusos, mesmo por que em novembro de 2010, o INCRA declarou estimar que o número real seja o triplo (FOLHA DE S. PAULO, 19 novembro de 2011, p. 10).

A área ocupada por imóveis de estrangeiros teria aumentado de 2,6 milhões, em 1992 (OLIVEIRA, 2010) para 5,6 milhões em 2008, correspondendo a menos de 1% da área total dos imóveis cadastrados. Este número não deveria despertar alarme se este processo estivesse acontecendo somente no Brasil. Todavia, a preocupação foi dada por ser um fenômeno mundial e está redefinindo a geopolítica da questão agrária (FERNANDES, 2010). Pouco mais de um ano após a divulgação dos dados pelo presidente do INCRA, o presidente Lula autorizou que a Advocacia-Geral da União (AGU) publicasse uma nova interpretação da Lei nº 5.709/71, que impõe regras para a compra de imóveis rurais por estrangeiros. Entre elas consta que as empresas estrangeiras agora precisam de autorização do INCRA para novas aquisições. Os argumentos são que a crise mundial de alimentos e a expansão da produção de agrocombustível em larga escala pode aumentar os investimentos de estrangeiros no país.



Estes argumentos servem tanto para retirar regras como para impor regras. Oliveira (2010) “mostra que o Parecer nº AGU/LA-04/94, da Consultoria Geral da União (CGU) [...] definiu que o entendimento deveria ser o seguinte: pessoa jurídica brasileira cujo capital societário, mesmo que participe pessoa estrangeira, com qualquer percentual, seja física ou jurídica, não necessita requerer autorização para adquirir imóveis rurais no território nacional. Esse parecer vigorou até 2010, quando foi substituído pelo Parecer CGU/AGU Nº 01/2008-RVJ/10, que passou a requer o controle pelo INCRA das terras adquiridas por estrangeiros.” (p.18). Essa é uma diferença importante entre o governo FHC e o governo Lula. Enquanto o primeiro permitiu uma interpretação que abriu possibilidades para aquisição de terras por estrangeiros, o segundo limitou as aquisições com o argumento de que estas teriam motivado excessiva valorização do preço da terra, aumento da grilagem de terras com práticas de lavagem de dinheiro e tráfico de drogas, expansão da fronteira agrícola sobre áreas de proteção ambiental e a aquisição de propriedades em faixas de fronteira, colocando em risco a segurança nacional.

Esta postura do presidente Lula causou a reação de um dos representantes do agronegócio. Em 2010, *O Estado de S. Paulo*, porta voz da grande agricultura do país desde o século XIX, acusava o presidente Lula de defender “os interesses dos que defendem a reforma agrária, como os membros do MST, e dos que, em nome da preservação de nações indígenas, querem controlar a propriedade de terra em determinadas regiões. no editorial “Preconceito contra estrangeiros” “Não é do interesse do País”, concluiu o editorial (ESTADO DE S. PAULO, 2010). Esta é mais uma mostra do debate paradigmático em que o agronegócio e o campesinato tem posições bem definidas, enquanto o governo, embora defenda os interesses do agronegócio, neste ponto, defendeu os interesses do País, sem que este seja o entendimento do jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 2011, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou artigo em que a presidente Dilma Rousseff declarava ser preocupação com o aumento de aquisição de terras pela China. Solicitou novo projeto de lei para definir melhor o processo de identificação de uma empresa brasileira de capital estrangeiro, procurando evitar que os investidores estrangeiros criem empresas para burlar a legislação (CRUZ; VAZ, 2011).



Como afirmamos neste artigo, faltam dados precisos sobre os processos de estrangeirização da terra. A organização internacional GRAIN tem reunido dados de várias fontes e de vários países e apresentou um quadro em sua página com os seguintes dados sobre a presença de empresas estrangeiras que arrendaram e ou compraram 2.995 milhões de hectares no Brasil. O país cujos compradores possuem maior área são os Estados Unidos, com 1.041 milhão de hectares, seguido pela Argentina, com as empresas El Tejar, Los Grobo e Cresud que controlam 455 mil hectares e pela China com 400 mil hectares. Outros países da lista são: França, Alemanha, Índia, Japão, Canadá, Reino Unido, Portugal e Coréia (GRAIN, 2011).

Investimentos brasileiro na estrangeirização da terra

O economista mexicano Ruy Mauro Marini definiu o conceito de subimperialismo como

A forma que a economia dependente assume ao atingir a fase do capital monopolista e financeiro. O subimperialismo envolve dois componentes básicos: primeiro, uma composição orgânica média em escala global da produção nacional e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhado por aumento da integração de sistemas imperialista produtivo, mas permanece sob a hegemonia do imperialismo internacional. Colocada nesses termos, parece que, independentemente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender à condição subimperialista, apenas o Brasil, na América Latina, é um fenômeno desta natureza (MARINI, 1977, p.12).

A caracterização que Marini atribuiu às políticas nacionalistas da Ditadura brasileira pode ser utilizada para nos referirmos a expansão da agricultura, por meio da produção de commodities, por empresas brasileiras que têm comprado e arrendado terras em países emergentes e pobres com o apoio do governo federal, ao mesmo tempo em que este cria barreiras para dificultar que outros países adquiram terras no Brasil.

Empresários brasileiros têm investido na compra de terras, principalmente, no Paraguai e na Bolívia e nos últimos anos, com apoio do governo Lula, também têm investido em Moçambique. Procuramos demonstrar nesta análise



que a estrangeirização da terra como novo elemento da questão agrária está diretamente associada a outros elementos como a produção de commodities agrícolas e agrocombustíveis. No debate paradigmático, explicamos que esses processos promovem o desenvolvimento do agronegócio com a implantação de infraestrutura para a produção monocultora em grande escala voltada para exportação. Ao mesmo tempo, expropria populações camponesas e indígenas de seus territórios, e que quando são incorporados, isto acontece de forma precária. Como se ver, o Brasil participa nestes processos de estrangeirização como ambos um receptor e produtor de conflitualidades permanentes.

O Paraguai é um exemplo de intensa estrangeirização de terras. De seus 31 milhões de hectares de terras agriculturáveis 25% estão nas mãos de estrangeiros, sendo que desse total, os brasileiros dominam quase 15% desta área, controlando 4.792,528 hectares (GLAUSER, 2009, p. 36-39). No período do governo militar, muitos camponeses brasileiros expropriados pela modernização da agricultura, migraram para o Paraguai, onde compraram terras. Estes agricultores estabeleceram-se em pequenas propriedades, geralmente, nas áreas de fronteira, ficando conhecidos com brasiguaios. Empresários brasileiros também se estabeleceram em várias regiões do Paraguai, principalmente para a produção de soja e adquiriram terras tanto dos camponeses brasiguaios quanto dos camponeses paraguaios (GALEANO, 2009). Na década de 1980, muitos brasiguaios sofreram da pressão por terra no Paraguai e retornaram ao Brasil. Muitos deles participaram de ocupações de terra organizados pelo MST.

A presença de brasileiros no Paraguai gerou dois processos conflitantes. Por um lado, chamaram os empresários do agronegócio para expandir as áreas de produção de soja e por outro lado, estimularam a luta pela reforma agrária no país. Os conflitos cresceram e em 2011, o governo paraguaio declarou que alguns fazendeiros brasileiros possuíam títulos “ilegais” e que poderiam perder suas propriedades. Os sem-terra paraguaios acamparam próximo as fazendas de brasileiros em Ñacunday, Santa Rosa del Monday e Iruña. A estrangeirização da terra no Paraguai confronta-se com a luta de camponesas e indígenas sem terra pela recuperação de seus territórios.



Na Bolívia, desde a década de 1980, grandes empresários brasileiros concentraram-se na região de Santa Cruz de la Sierra para produzir soja e pecuária de corte. Esta região da Bolívia, junto com as regiões produtoras de soja do Brasil, Paraguai e Argentina ganhou forma como a “República da Soja” em propaganda divulgada pelo transnacional agrícola Syngenta. São poucos os registros de conflitos entre os empresários brasileiros e os camponeses bolivianos. Em contraste com o Paraguai, Gomez (2011) registra que tem ocorrido integração dos investidores brasileiros nos círculos sociais de Santa Cruz. A coesão de Santa Cruz como coração do agronegócio boliviano virou sede da oposição do governo *campesindio* (BARTRA, 2010) de Evo Morales que vem promovendo uma reforma profunda da cultura política do país para apoiar os camponeses e povos indígenas, a grande maioria da população do país, e conter os interesses do agronegócio.

O boliviano Miguel Urioste (2011) explica que o grupo brasileiro Monica foi o primeiro grupo organizado a se instalar na Bolívia com propriedades de 50 mil hectares para produção de soja. Segundo seus estudos, em 2011, seriam 700 mil hectares nas províncias de Germán Bush, Velasco e Angel Sandoval que indicam a nova tendência de expansão da estrangeirização por brasileiros através da pecuária.

Em Moçambique, a empresa brasileira Vale e a estatal Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) iniciaram uma parceria para a produção de óleo de palma africana em uma área de 30 mil hectares em abril, 2011 (GRAIN, 2012). Em agosto de 2011, os governos do Brasil e de Moçambique anunciaram que o país africano estava cedendo 6 milhões de hectares para empresas do agronegócio brasileiro, que com a assistência da EMBRAPA produzirão soja, algodão, milho e cana-de-açúcar (IHU, 2011). Em fevereiro de 2012, Arlindo Moura, presidente da SLC agrícola, anunciou que sua empresa participará desta iniciativa. Com a ajuda da EMBRAPA, a empresa planeja plantar soja nas terras arrendadas pelo governo moçambicano por um “valor simbólico” para pelo menos 50 anos (BATISTA, 2012).

Estudos mais aprofundados desses processos atuais da estrangeirização do território de Moçambique pelo capital brasileiro são necessários para qualificar as análises. Todavia, negociadores da FAO tem trabalhado na organização de termos para um acordo para a elaboração de um documento que



defina códigos de conduta capaz de regular investimentos estrangeiros em terras agrícolas. A partir da perspectiva informada pelo problema da conflitualidade entre os paradigmas, é mister que este documento considera os territórios camponeses e originários e os modos de vida do povo do campo como essenciais para planejar formas de desenvolvimento sustentável.

Agrocombustíveis

O aquecimento global causado pela emissão de gases causadores do efeito estufa, o esgotamento gradual das reservas de petróleo, a variação do preço do petróleo, a instabilidade política dos países produtores e a conturbada relação com os países importadores, fez com que entrasse na pauta política e econômica, em escala global, a necessidade de desenvolver fontes de energia alternativas ao petróleo. Estamos vivenciando uma mudança na matriz energética mundial. A energia alternativa preferida foram os “biocombustíveis”, que preferimos chamar de agrocombustíveis por entendermos que é mais correta a utilização do prefixo *agro* do que *bio*. Adotamos essa postura porque o prefixo *bio* é empregado com uma conotação ideológica em defesa da vida, mas que percebemos ser uma incoerência quando encontramos condições degradantes de trabalho e falta de respeito à natureza, comumente encontrados no setor, sobretudo canavieiro.

Os principais agrocombustíveis são os provenientes dos açúcares e sacaroses encontrados nas culturas como a cana-de-açúcar e do milho (*etanol*), e dos óleos vegetais para combustão como os extraídos dos grãos da soja, amendoim, girassol, ou das sementes de plantas como a mamona, pinhão-manso e a palma africana. O Brasil possui grandes extensões de terras agricultáveis e um clima tropical propício para produção dessas culturas, logo o governo brasileiro aliado à elite rural brasileira e as transnacionais enxergaram nessas características um grande potencial para a inserção do país nesse mercado global em crescimento.

A partir do ano de 2003 o governo brasileiro estimulou a produção de etanol e de óleos vegetais para combustão. O primeiro passo foi o incentivo para a produção de carros com tecnologia *flexfuel* para a criação de um mercado interno. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Brasil /



ANFAVEA os carros bicompostíveis correspondem a 25% da frota nacional, no entanto a montagem de novos carros com a tecnologia *flexfuel* em 2010 correspondeu a 93%, o que sugere um crescimento progressivo da demanda.

O crescimento da demanda vem causando um aumento da área plantada de cana-de-açúcar e também dos investimentos das transnacionais do Agronegócio. Segundo o IBGE a safra de 2003 foi de 5.377.216 hectares e em 2009 foram no total 8.756.576 hectares, um aumento de 38,5%. A área plantada aumentou em todas as regiões brasileiras, sobretudo nos estados da Região Concentrada como São Paulo e Minas Gerais e no estado de Goiás na região Centro-Oeste.

A estimativa para os próximos anos é de crescimento, pois segundo a Unica, a produção de etanol no ano de 2010 teve a capacidade de abastecer apenas 45% da frota de veículos *flexfuel* do Brasil e alegam que o crescimento da oferta não está acompanhando a demanda. As indústrias cobram do governo instalação de novas usinas e ampliação das existentes, para isso O Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDS) e seus agentes financeiros possuem uma carteira de R\$ 30 bilhões em financiamentos ao setor em operações diretas e indiretas para empresas de todos os portes em todas as regiões brasileiras. O que demonstra a intervenção do Estado no setor para garantir seu crescimento nos próximos anos.

Além dos projetos e incentivos para a produção de etanol o governo brasileiro criou em 6 de dezembro de 2004 o Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB), que visa a inclusão e desenvolvimento social a partir da participação da agricultura familiar na produção de culturas com característica camponesa como a mamona e o dendê para a produção de óleos combustíveis, que é misturado ao diesel em uma proporção de 3%, visando chegar a 5% em 2013. O resultado da inclusão da agricultura familiar é assegurado pelo Selo Combustível Social, um atrativo para as empresas comprar parte da matéria prima da agricultura familiar em troca de redução dos impostos.

Os resultados PNPB se apresentam de forma tímida no setor social e com resultados relevantes no setor econômico. Até 2010 foram incluídas no programa 109 famílias das 200 mil previstas no projeto. Nesses seis anos de existência foi investido dezenas de bilhões de reais e hoje o parque industrial



levantado do zero produz nas 62 duas usinas existentes em quinze estados das diferentes regiões brasileira 14,4 mil metros cúbicos de óleo combustível por dia, com participação camponesa em torno de 11%. Esses números devem aumentar uma vez que será garantido através de financiamento de bancos públicos assim como para a produção do etanol. No entanto as famílias reivindicam: mais autonomia e participação nas decisões e etapas do desenvolvimento do projeto do PNPB; mais diversificação nas matérias-primas para a produção do biodiesel, uma vez que mais de 99% do óleo combustível produzido é o proveniente da soja advinda do agronegócio apoio do governo e da iniciativa privada para a organização dos trabalhadores para uma efetiva inclusão dos camponeses nas diversas fases de produção para por fim a subordinação dos camponeses em relação às grandes empresas e ao mercado, uma vez que os camponeses fazem apenas o papel de fornecedor de matéria prima (SAKAMOTO, 2010).

Relação Campo-Cidade

Dissertar sobre a relação cidade campo nessa etapa do desenvolvimento capitalista exige um rigor metodológico para não separar esse par dialético, uma vez que para análise do desenvolvimento dos espaços agrários e urbanos há de ser pensar na complementaridade e na contradição entre eles em seus processos de desenvolvimento que acontecem simultaneamente. Devemos entender o desenvolvimento desses espaços como resultado do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

O processo de industrialização e urbanização, sobretudo entre as décadas de 1950 a 1980, causou uma grande transferência populacional do campo para as cidades e que foi impulsionada também pelo processo de modernização da agricultura, que aconteceu com base em um modelo de desenvolvimento conservador que visou apenas o aumento da produtividade agrícola em detrimento de questões estruturais como a concentração fundiária e a democratização do acesso a terra. Atualmente ainda acontece a transferência de famílias do campo para as cidades, no entanto não mais para as grandes metrópoles como em períodos anteriores e sim para as cidades médias. O crescimento da urbanização e



do mercado externo aumenta a demanda dos produtos agrícolas, sobretudo as commodities, o que agrava e acelera o ritmo dessa política de desenvolvimento agrícola conservador em curso no Brasil.

Atualmente as diferenças entre o campo e a cidade existem, mas não como anteriormente quando o campo representava o atraso e características estritamente agrícolas enquanto a cidade o moderno e industrial. O meio rural cada vez mais se apresenta como lócus de modernização, de atividades industriais e com uma grande complexidade técnica, como por exemplo, as encontradas na produção de commodities como a soja, cana-de-açúcar e da celulose.

O campo não é apenas o lugar da produção de matérias primas e de alimentos para o mercado interno e externo, mas é também lugar de moradia de muitos povos onde desenvolvem suas culturas, ou seja, o campo é o lugar da cultura. Na disputa territorial por modelos de desenvolvimento, o campo também é lugar do negócio que gera capitais que são revertidos para a ampliação da produção de commodities ao mesmo tempo em que gera divisas empregadas no suprimento das necessidades financeiras do capital urbano e industrial. Fato que causa a não fixação desses capitais para o desenvolvimento do meio rural, o que assegura a situação de dependência e subordinação do campo para com a cidade. Em suma, a modernização da economia brasileira subordinou o campo à cidade.

Segundo o IBGE a população urbana no ano de 2010 representa 84% do total da população brasileira. O crescimento das cidades vem gerando vários problemas sociais decorrentes da ocupação desordenada tão visíveis hoje em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro: a carência de moradias, de transportes, de empregos, de saneamento básico, de atendimento médico-hospitalar, a poluição ambiental, alimentação com baixa qualidade e o crescimento da violência. Tendo em vista essa realidade o meio rural deixou de ser entendido como atraso e sim como espaço que concentra condições para uma melhoria da qualidade de vida.

A reforma agrária nesse contexto é uma alternativa para o desenvolvimento do espaço agrário quanto do espaço urbano, uma vez que com a democratização do acesso a terra e criação de condições para que as populações se fixem no meio rural, promoveria uma desaceleração do crescimento das cidades e até mesmo um retorno de famílias de origens camponesas residentes nas cidades



para o espaço rural. Para tal fim a reforma agrária teria que ser implantada não apenas como uma política de distribuição de terras, mas sim na criação de condições para produção, lazer, cultura e participação política dessas populações (ALENTEJANO, 2002).

A Via Campesina e os movimentos de trabalhadores rurais congregados, como por exemplo, o MST e o MPA defendem a política de reforma agrária e executam projetos para o desenvolvimento territorial rural e urbano alternativo ao modelo do capital monopolista, levando em consideração a complementaridade desses espaços para o desenvolvimento territorial do Brasil.

Outras tendências - relações regionais

As tendências do desenvolvimento da agricultura no Brasil podem ser pensadas a partir dos fatores: 1) a continuidade da hegemonia do agronegócio e da dependência da agricultura camponesa; 2) aumento do poder político do campesinato com maior organização e união das organizações camponesas e proposição ao governo federal de um modelo de desenvolvimento que fortaleça a agricultura camponesa e garanta a soberania alimentar; 3) constituição de um ordenamento territorial para zoneamento do uso do solo para produção de commodities para exportação e para a produção de alimentos para o mercado doméstico.

A continuidade da hegemonia do agronegócio projeta o maior enfraquecimento do campesinato com o aumento do número de agricultores com renda insuficiente para sua sobrevivência. Nesta perspectiva, ampliam-se as possibilidades de expansão da produção de *commodities* nas áreas expropriadas dos camponeses. O aumento do poder político do campesinato pelo fortalecimento de suas organizações e maior apoio da sociedade civil pode mudar o rumo do atual modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, com a ampliação da participação da produção da agricultura familiar no valor bruto da produção. Para isso, será necessário garantir os territórios das populações camponesas, indígenas e quilombolas por meio de um plano nacional de ordenamento territorial para o zoneamento da produção agropecuária.



Todavia, as perspectivas de mudança do atual modelo de desenvolvimento são poucas, considerando as tendências de territorialização do modelo de commodities com a estrangeirização das terras por países ricos. Por outro lado, os problemas socioambientais criados por modelo do agronegócio e o atual modelo urbano-industrial chamam – constantemente – a atenção da sociedade global para pensar o futuro da humanidade. Neste sentido, as perspectivas do campesinato e dos indígenas não dependem somente de suas forças políticas, mas do modelo futuro de mundo para o nosso planeta.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Revista Terra Livre.** 21 (2º sem. 2003), p. 25-39.
- ALVES, Eliseu; ROCHA, Daniela de Paulo. Ganhar tempo é possível? In GASQUES et al. **A agricultura brasileira**, p. 275-290.
- BARTRA, Armando. **Campesindios:** aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado. La Paz, Bolívia: Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica, 2010.
- BATISTA, Fabiana. **SLC quer triplicar de tamanho até 2020.** Valor Econômico (São Paulo), 10 de fev., 2012. Disponível em <<http://www.valor.com.br/empresas/2523758/slcs-quer-triplicar-de-tamanho-ate-2020>>. Acesso em 4 de março, 2012.
- BRAVO, Elisa. **La concentración de la propiedad de la tierra en América Latina:** una aproximación a la problemática actual. ILC: Roma, 2011.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de; LEITE, Sérgio (Eds.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil** (1999), p. 69-115.
- BOMBARDI, Larissa Mies. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa.** São Paulo: Annablume Editora, 2004.



BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006** – Agricultura Familiar: primeiros resultados - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Censo Agropecuário 2006** – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos Espaciais - INPE. **Relatórios de avaliação do monitoramento da cobertura florestal da Amazônia brasileira por satélites**. Mensal, 2010. Disponível em < www.obt.inpe.br/deter >. Acesso em 4 maio, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Plano **Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília, MDA, 2003.

BORRAS, Saturnino M., FRANCO, Jennifer. **La política del acaparamiento mundial de tierras**: replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistência. ICAS Working Paper Series n. 01, 2010.

BORRAS, Saturnino M., FRANCO, Jennifer; KAY, Cristobal; SPOOR, Max. **El acaparamiento de tierras en América Latina y el Caribe visto desde una perspectiva internacional más amplia**. FAO: Santiago de Chile, 2011 (borrador).

BORRAS, Saturnino M., HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben; WOLFORD, Wendy. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **The Journal of Peasant Studies**. (Londres), v.38, n. 2, 2011b.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos sociedade e Agricultura**, 5 (Nov., 1995), p. 5-31.

BRUNO, Regina Ângela Landim; CARNEIRO, Olavo Brandão; SEVÁ, Janaina Tude. **Grupos de Solidariedade, Frentes Parlamentares e Pactos de Unidade e Ação. Em pauta o fortalecimento e a disputa pela representação patronal no campo**. Produto 17.4, Relatório Final. REDE-IICA-NEAD. Fevereiro, 2008.

BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agribusiness in the Americas**. New York: Monthly Review Press, 1980.

CARVALHO, José de Murilo. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2004.



CHIARA, Márcia. **Preço da terra bate recorde no Brasil.** O Estado de S. Paulo (São Paulo), 6 de fev., 2011, p. B1.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **Um estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária:** análise dos tipos de assentamentos do território Cantuquiriguá - Estado do Paraná (Dissertação de Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2011.

CPT- Comissão Pastoral da Terra (Org.). **Conquistar a terra, reconstruir a vida:** CPT - dez anos de caminhada. Petrópolis: Editora Vozes. 1985.

CNA-Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. **Quem produz o que no campo:** quanto e onde II: Censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões. Brasília: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Economia e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, 2010.

COSTA, Emilia Viotti da. **The Brazilian Empire:** Myths and Histories. Chicago: The University of Chicago Press, 1985.

COTULA, L.; VERMEULEN, S.; LEONARD, R.; KEELEY, J. **Land grab or development opportunity?** Agricultural investment and international land deals in africa. London/Rome: IIED/FAO/IFAD, 2009.

CRAWFORD, Walter L.. **Combined Report of the Planalto Survey Group.** (Relatório inédito) Rio de Janeiro: American International Association, 1963.

CRUZ, Valdo; VAZ, Lúcio. **Terra para estrangeiro terá mais restrição.** Folha de S. Paulo (São Paulo), 19 de nov., 2011, p. 10. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/503555-terra-para-estrangeiro-tera-mais-restricao>>. Acesso em 22 de junho, 2012.

SHEPARD, Daniel; MITTAL, Anuradha. **The Great Land Grab Rush for World's Farmland Threatens Food Security for the Poor.** The Oakland Institute: Oakland, 2009.

DESMARAIS, Annette. **La Via Campesina:** Globalization and the Power of Peasants. Halifax: Fernwood Publishing, 2007.



DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Onde tudo começou, há 50 anos: o Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, é o mais antigo e conhecido símbolo da luta pela terra. Diário de Pernambuco On-line. 31 March 2004. Disponível em: <www.pernambuco.com/diario/2004/03/31/especialgolpede64a2_0.html>. Acesso em 4 maio, 2011.

DIRVEN, Martine. Dinámicas del mercado de tierras en los países del Mercosur y Chile: una mirada analítica-crítica. FAO: Santiago de Chile, 2011 (borrador).

EGUREN, Fernando. Acaparamiento de tierras: reflexiones a partir de estudios de casos. Santiago de Chile: FAO, 2011 (borrador).

ESTADO DE S. PAULO, O. Preconceito contra estrangeiros. O Estado de S. Paulo (São Paulo). 1 de set., 2010, p. A3. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=impresso,preconceito-contra-estrangeiros,603465,0.htm> Acesso 3 de março, 2012.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Buainain, Antonio M. , Ed., **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

_____. Réforme agraire et Mouvement des sans-terre sous les gouvernement Lula In: **Le Brésil de Lula: un bilan contraste.** Syllepse : Ed. Louvain, 2010, p. 105-122.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio and Sposito, Eliseu Sáverio (Orgs.). **Territórios e Territorialidades. Teoria, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

_____. Geopolítica da questão agrária mundial. In: **Cadernos Conflitos no Campo – Brasil.** São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. *Journal of Peasant Studies* (Londres), v.37, n. 4, p.793-819, 2010.



FERREIRA, Eudson de Castro; FERNANDEZ, Antonio João Castrilon; SILVA, Evande Praxedes da. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de; LEITE, Sérgio. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999, p. 197-231.

GALEANO, Luis A. **Las dinámicas en el mercado de la tierra en América Latina. El caso de Paraguay**. Asunción: Informe Preliminar, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010.

GLAUSER, Marcos. **Extrajeirización del territorio paraguayo**. Asunción: Base IS, 2009.

GOMEZ, Sergio. **Acaparamiento de tierras**: reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe. FAO: Santiago de Chile, 2011 (borrador).

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

GRAIN. **Releases data set with over 400 global land grabs**. 23 de fev., 2012. Disponível em: <<http://www.grain.org/fr/article/entries/4479-grain-releases-data-set-with-over-400-global-land-grabs>>. Acesso em 4 março, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifundio**. 2a ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1968.

HACKBART, Rolf. **Aquisição de imóveis rurais por estrangeiros**. Brasília: Incra, 2008.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford Press, 2003.



HOUTZAGER, Peter P. State and Unions in the Transformation of the Brazilian Countryside, 1964-1979. **Latin American Research Review** (EUA) v.33, n.2, p.103-142, 1998.

HEMMING, John. **Red Gold**: The Conquest of the Brazilian Indians. New York: Macmillan, 1978.

IHU – INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **O neocolonialismo brasileiro em Moçambique**. Notícias (São Leopoldo, RS). 25 de ago, 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/46703-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique->>>. Acesso em 4 de março, 2012.

JANK, Marcos Sawaya (Presidente da UNICA); NASSAR, André Meloni; TACHINARDI, Maria Helena. Agronegócio e comércio exterior brasileiro. **Revista USP** (São Paulo), n.64, p.21-25, dez/fev 2004-2005.

KNOBLOCH, Frieda. **The Culture of Wilderness**: Agriculture as Colonization in the American West. Chapel Hill, NC: University of North Carolina, 1996.

LEVINE, R. M. **Vale of Tears**: Revisiting the Canudos Massacre in Northeastern Brazil, 1893-1897. University of California Press, 1995.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

LOPES, Fernando. **Com a ajuda de estrangeiros, preços das terras continuam em alta no país**. Valor Econômico, 16 de abril de 2010.

LOVE, Joseph L.. **Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930**. Stanford: Stanford University Press, 1971.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MARCHANT, Alexander. From **Barter to Slavery**: The Economic Relations of Portuguese and Indians in the Settlement of Brazil, 1500-1580. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press, 1942.



MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Políticos**, (México, D.F.), n.12, abr-jun, 1977.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINEZ, José Ignacio Porras. **Reformas Estructurales de Mercado, Institucionalidad y Dilemas en la Acción Colectiva del Empresariado Agrícola en Brasil**. Food and Agriculture Organization, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

MENDES, Chico. **Fight for the Forest: Chico Mendes in His Own Words**. New York: Monthly Review Press/Latin America Bureau, 1989.

MONACHON, David; GONDA, Noémi. **Liberalización de la propiedad versus territorios indígenas en el norte de Nicaragua: el caso de los chorotegas**. Roma: Internacion Land Coalition, 2011.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**, v.3: O tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002, p. 241-271.

MOORE JR., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTTA, Marcia Maria Menendes. **Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito 1795-1824**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES et al. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, p. 185-212.



NASSAR, André Meloni. **Terras agrícolas na alça de mira.** O Estado de S. Paulo (São Paulo), 20 de out., 2010, p. A2.

NERA. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. **Relatório DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – 2009.** Presidente Prudente: NERA, 2010.

OBSERVATÓRIO DO AGRONEGÓCIO. Governo disponibiliza 100 bi ao agronegócio e 20 bi à agricultura familiar. Disponível em: <www.observatoriodoagronegocio.com.br/page7/page11/page11.html> Acesso em 12 maio, 2011.

ODILLA, Fernanda. **Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora.** Folha de S. Paulo (São Paulo). 2 de nov., 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/p00211201002.htm>> Acesso em 3 de março, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre** (São Paulo) v.2, n.21, p.113-156, 2004.

_____. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Agrária** (São Paulo) n.12, p. 3-113, 2010.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil (1700-1875). In: WELCH, Clifford Andrew. et al. (Orgs.). **Camponeses brasileiros:** leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 145-178.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos Avançados** (São Paulo) v.3, n.7, p.87-108, 1989.

PAULA, Elder Andrade de. A conquista da terra nas florestas do Acre. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil:** processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999, p. 233-273.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial e a construção político-intelectual do "combate à pobreza".** Topoi (Rio de Janeiro), p. 260-282, 2010.



PIGNATI, Wanderlei Antonio; MACHADO, Jorge M.H.; CABRAL, James F. Acidente rural ampliado: o caso das ‘chuvas’ de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde – MT. **Cienc. Saúde Coletiva** [on line]. 12:1 (2007), p. 105-114.

RATSIALONANA, Rivo A; RAMAROJOHN, Landry; BURNOD, Perrine; TEYSSIER, André. **After Daewoo? Current status and perspectives of large-scale land acquisitions in Madagascar**. ILC: Roma, 2011.

ROCHA, Jan et al. **A supplementary study of the magnitude of slave labor in Brazil** (Relatório inédito). International Labor Organization (ILO), Brasília, D.F, 2003.

ROCHA, Yuri T.; PRESOTTO, Andrea; CAVALHEIRO, Felisberto. The Representation of Caesalpinia echinata (Brazilwood) in Sixteenth and Seventeenth-Century Maps. **ANAIIS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS** 79:4, (2007), p. 751-765.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. (2008) **Questão agrária atual**: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). (Tese de Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Campus de Presidente Prudente.

RUBIO, Blanca. **Explotados y excluídos**: los campesinos latinoamericanos en la fase agroexportadora neoliberal. El Quinde (Quito) 2009.

SAKAMOTO, Leornardo et al. **A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel**: Retrato do presente, perspectivas de futuro. Disponível em: <www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis>. Acesso em 25 de abril, 2011.

SALOMÃO, Alexa. Vital, Nicholas. Temos US\$ 3 bi. Se o Brasil não quiser.... **Exame** (São Paulo), 4 de maio de 2011.

SANTOS, Ione Vieira; PORRO, Noemi Miyasaka; PORRO, Roberto. **Interventions to curb deforestation and stability in access to land**: A comparative study between two modalities of land regulation in the Transamazon region, Brazil. Roma: International Land Coalition, 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.



SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Márcio Mendes. **Capturando a terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

SCARSO, Aline. Governo disponibiliza 100 bi ao agronegócio e 20 bi à agricultura familiar. **Radioagencia.** Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/node/8598>>. Acesso em 12 de maio, 2010.

SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio:** efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SOS FLORESTAS. **Código florestal:** entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental. World Wildlife Federation, 2011. Disponível em: <http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/cartilha_codigoforestal_20012011.pdf>. Acesso em 5 de junho, 2011.

STEDILE, João Pedro. História e natureza das Ligas Camponesas. **A questão agrária no Brasil.** v. 4. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2002.

TEIXEIRA, Gerson. Agravamento do quadro de concentração da terra no Brasil? **Boletim DATALUTA.** Julho, 2011. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodom/7artigodom_2011.pdf>. Acesso em 21 de junho, 2012.

UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR (UNICA). O movimento mais etanol. **Opinião.** Dezembro, 2011. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/opiniao/show.asp?msgCode={97C8E4DB-D8E0-4573-8B9B-A0A85AE700D5}#>> Acesso em 22 de Junho, 2012.

URIOSTE, Miguel. **Concentración y extrangejerización de la tierra en Bolivia.** La Paz: Fundación Tierra, 2011.

VIA CAMPESINA. **Food sovereignty for Africa.** Via Campesina: Maputo, 2008.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. Agricultura e Mercado: Campesinato e Agronegócio da Laranja nos EUA e Brasil. In: TOMIASI, Eliane et al. (Org.). **Campesinato em movimento.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008, p. 161-191.



WELCH, Clifford Andrew. Os com-terra e sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1945-1996). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvo de; PAULILO, Maria Ignes (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas**. Condições, dilemas e conquistas. São Paulo: EDUNESP, 2009, p. 139-170.

_____. Globalization and the Transformation of Work in Brazil: Agribusiness, Rural Labor Unions and Peasant Mobilization. **International Labor and Working Class History** (Nova Iorque), n.70, p.35-60, Fall 2006.

_____. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Revista Lutas e Resistências** (Londrina), n. 1, p.60-75, 2006.

_____. **The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964**, University Park, PA: The Pennsylvania State University Press, 1999.

_____. Rivalry and Unification: Mobilizing Rural Workers in São Paulo on the Eve of the Golpe of 1964, **Journal of Latin American Studies**, 27, 1995, p.161-187.

WINN, Peter. **British Informal Empire in Uruguay in the 19th Century**. Past and Present (Londres), n.73, p.100-126, 1976.



5. GEOGRAFIA DA CONFLITUALIDADE NO CAMPO BRASILEIRO¹

Eduardo Paulon Girardi

Bernardo Mançano Fernandes

Introdução

Analisamos neste artigo conflitos e violências na Questão Agrária brasileira a partir dos seguintes conceitos: território, movimentos socioterritoriais, agronegócio e conflitualidade. Para uma leitura geográfica mais apropriada o mapa é utilizado com destaque. A conflitualidade é concebida como um conjunto de conflitos que constitui um processo gerador e indissociável do desenvolvimento. Também comprehende diferentes tipos de violência que formam um obstáculo ao desenvolvimento, desarticulando os conflitos por meio do controle social. Gerada nos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização do campesinato, do agronegócio e do latifúndio, a conflitualidade desencadeia conflitos como a luta pela terra e também diversos tipos de violência.

Conflito e violência são conceitos distintos. O conflito é uma ação criadora para transformação da realidade e promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões. A violência é reação ao conflito e caracterizada pela destruição física ou moral exercida sobre as pessoas. Além da violência privada, também existe a violência praticada pelo Estado contra os camponeses através de ações diretas e indiretas, passivas ou ativas.

A partir desses fundamentos analisamos conflitos e violências que são causas e resultados do enfrentamento de distintos territórios materiais e imateriais em um processo de conflitualidade. A leitura da conflitualidade é realizada em escala nacional e em diferentes períodos com destaque para o ano de 2005. Três tipos de conflito mapeados são ocupações e acampamentos. Os tipos de violência mapeados são despejos, expulsões, ameaças de morte, tentativas de assassinatos,

¹ Texto publicado em FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULINO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas:** a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v. 2. Todos os mapas e gráficos deste artigo podem ser acessados em sua versão digital em www.prudente.unesp.br/dgeo/nera



assassinatos e trabalho escravo. Os mapas e gráficos possibilitam diversas leituras das territorialidades e temporalidades da conflitualidade. A utilização dos referenciais teóricos e dos procedimentos metodológicos possibilita uma leitura territorial, apresentando uma geografia da conflitualidade no campo brasileiro.

Territórios e conflitualidades

Com base em Fernandes (2005b) pode-se analisar o campo brasileiro a partir dos paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. O autor analisa esses dois paradigmas a partir das seguintes obras: A Questão Agrária, de Kautsky (1986), como obra essencial do paradigma da Questão Agrária; e Capitalismo Agrário em Questão, de Abramovay (1992), como obra importante do paradigma do Capitalismo Agrário. O paradigma da Questão Agrária tem como eixo de discussão o processo de diferenciação, destruição e recriação do campesinato como consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo. A partir deste paradigma, Fernandes (2005b) analisou a conflitualidade como processo inerente do desenvolvimento, ou seja: o desenvolvimento gera a conflitualidade que o promove. Por oposição, o paradigma do Capitalismo Agrário tem como eixo de discussão da metamorfose do camponês em agricultor familiar. Esse processo aconteceria no desenvolvimento do capitalismo compreendido como uma economia completa, que teria como uma de suas partes a agricultura familiar. Segundo Fernandes (2005b), para este paradigma a conflitualidade é analisada como processo à parte do desenvolvimento e que, inclusive, é compreendida como obstáculo.

Outra diferença teórica importante entre os paradigmas é que para o paradigma da Questão Agrária, a desigualdade e a diferenciação são problemas de ordem estrutural do desenvolvimento do capitalismo. Neste sentido a luta contra o capital é compreendida como condição essencial para a minimização das desigualdades na perspectiva de superação do capitalismo. A luta contra o capital gera continuamente conflitualidades, como por exemplo, os processos de territorialização e desterritorialização do campesinato e do agronegócio. Para o paradigma do Capitalismo Agrário, a metamorfose do campesinato em agricultores familiares seria um processo de integração ao desenvolvimento capitalista, dentro de seus parâmetros, em uma relação sem conflitos.



A partir do paradigma da Questão Agrária analisamos a conflitualidade no campo em sua distribuição temporal e territorial. Compreendemos a conflitualidade como uma relação inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Esta relação ocorre pelo enfrentamento entre os principais territórios da questão agrária brasileira: o território do campesinato e os territórios do latifúndio e do agronegócio². Para essa análise, adotamos o conceito de conflitualidade proposto por Fernandes (2005b), segundo o qual os conflitos são indissociáveis da questão agrária e por esta razão ela não pode ser compreendida separada do desenvolvimento e do território. O autor define a conflitualidade como sendo

o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2005b, p. 5).

Fernandes (2005b) define o conceito de conflitualidade tendo como referências as seguintes questões:

- 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução social; 4) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao “consenso”; 5) posicionar-se ante aos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia (FERNANDES, 2005, p. 5).

Segundo esta concepção, é impossível dissociar conflito e desenvolvimento na análise da questão agrária brasileira. O conflito é compreendido por Fernandes (2005b) “não como um processo externo ao desenvolvimento, mas

² Compreendemos o latifúndio e o agronegócio como territórios do capital por causa de suas similaridades e diferencialidades excludentes: a grande propriedade, especulação imobiliária, grandes impactos ambientais, superprodução e superexploração e concentração do poder político e econômico. O latifúndio exclui pela improdutividade e especulação imobiliária privando os camponeses do acesso à terra. O agronegócio exclui pela produção em grande escala e intensa territorialização, impossibilitando camponês do acesso à terra.



que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas". Sendo assim, "conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente" (p. 2.).

Um dos principais elementos da questão agrária é o território. Segundo Raffestin (1993)

o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático³ (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Existem diferentes tipos de territórios, desde uma nação até uma propriedade privada⁴. No estudo da Questão Agrária privilegiamos a propriedade da terra como território por ser a condição *sine qua non* para a materialização das relações sociais. Trabalhamos com os conceitos de território material e território imaterial, compreendidos respectivamente como a propriedade privada e posse da terra e como as ideologias e políticas. Os territórios materiais são mantidos pelos territórios imateriais. As diferentes classes e grupos sociais produzem distintas relações sociais, por exemplo: campesinato, agronegócio e latifúndio produzem diversos territórios imateriais, os quais são fundamentais para garantir o domínio dos territórios materiais.

³ Ao escrever sobre as relações de poder das quais são originados os territórios Raffestin (1993) afirma existirem dois principais atores nessas relações. O primeiro e mais importante é o ator sintagmático, o segundo é o ator paradigmático. O **ator sintagmático** "manifesta, com precisão, a idéia de processo e de articulações sucessivas no interior do processo. Assim, todas as organizações, da família ao Estado, passando pelos partidos, pelas igrejas e as empresas, são atores sintagmáticos. O ator sintagmático combina todas as espécies de elementos para 'produzir', *lato sensu*, uma ou várias coisas. O Estado é um ator sintagmático por excelência quando empreende uma reforma agrária, organiza o território, constrói uma rede rodoviária etc. A empresa é um ator sintagmático quando realiza um programa de produção. Isso significa que o ator sintagmático articula momentos diferentes da realização do seu programa pela integração de capacidades múltiplas e variadas. Esses atores sintagmáticos são, portanto, constituídos por atores-indivíduos que se integram ou são integrados num processo programado" (p.40). Já o **ator paradigmático** "deriva de uma divisão classificatória operada com base em critérios que os indivíduos têm em comum. Não estão integrados num processo programado. A população da Itália, da Bélgica etc. são atores paradigmáticos. São uma pluralidade de homens e mulheres que têm em comum o fato de estarem fixados numa porção de terra: a Itália, a Bélgica etc. Assim, em circunstâncias particulares, uma ou várias organizações podem nascer nessa população e constituir-se em atores sintagmáticos e se solidarizarem ou não com o mandatário original (o Estado, por exemplo)" (p.41).

⁴ Para uma leitura dos diferentes tipos de territórios, ver Fernandes (2005a).



O território é produzido pelos atores sociais a partir do espaço geográfico através de diversas formas de poder⁵. As malhas, redes e centralidades são os principais meios pelos quais o poder se manifesta. O território é o espaço onde o ator sintagmático exerce poder (RAFFESTIN, 1993).

O território imaterial é o território das idéias. Fernandes (2005a) destaca que “o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que lhes são inerentes” (p.31-32). Neste tipo de território não existe necessariamente um substrato físico, mas sim a influência e domínio das idéias de determinado grupo social ou de indivíduos. É esse conjunto de idéias que possibilita aos movimentos socioterritoriais e diferentes tipos de organizações empresariais a materialização dos territórios do campesinato, do agronegócio e do latifúndio.

Movimentos camponeses e agronegócio: a nova conflitualidade do campo

Em trabalho recente, Girardi e Fernandes (2006) estudaram o território do agronegócio como um espaço que compreende as grandes propriedades, a exploração do trabalho, crimes ambientais, mecanização intensa, superprodução e concentração do poder econômico e político. Por oposição, o território do campesinato compreende a luta pela terra e envolve, sobretudo, as pequenas propriedades, relações não-capitalistas de produção, menor impacto ambiental, ocupações de terras e assentamentos rurais.

Estes territórios materiais são produzidos por seus sujeitos sintagmáticos a partir de territórios imateriais. Estes dois territórios são produzidos por diferentes ideologias: dos capitalistas e dos camponeses. Estas se materializam através das ações destes sujeitos sintagmáticos. O território do latifúndio se territorializa predominantemente nas regiões de fronteira agropecuária ou de decadência de cadeias produtivas da agricultura capitalista. O território do agronegócio se materializa por meio da concentração de terras com base na

⁵ O poder é conceituado por Raffestin (1993) como “parte intrínseca de toda relação [...]. Se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder. [...]. Toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade. A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dessimétrico que quase sempre caracteriza as relações” (p. 52-53).



produção em grande escala. Esses dois processos de territorialização executam a expropriação e a violência contra os camponeses. Os camponeses materializam o seu território com a produção familiar e resistência à expropriação. Sua principal territorialização acontece com a luta pela terra através da realização de ocupações e conquista de assentamentos.

Do enfrentamento entre esses dois territórios no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (FERNANDES, 2005a) surgem os conflitos e a violência é empregada pelos fazendeiros e pelo Estado contra os camponeses. A violência pode ser direta ou indireta. A violência direta é a violência física. Este tipo de violência é empregado contra a pessoa, contra a posse e contra a propriedade camponesa através das ameaças de morte, assassinatos, tentativas de assassinatos e expulsão da terra por jagunços contratados por fazendeiros e empresários.

O Estado também pratica este tipo de violência ao realizar despejos judiciais. O Estado atua de forma ativa e passiva na violência direta. Exemplos de forma ativa são os despejos judiciais e os massacres promovidos pelas forças militares na tentativa de dissipar manifestações de luta, cumprir ordens de despejo e mandatos de reintegração de posse. A forma passiva ocorre com a sua omissão em relação à violência direta praticada pelos fazendeiros e empresários contra os camponeses. A impunidade dos criminosos é uma das principais formas de atuação passiva do Estado na violência direta contra o campesinato. Por outro lado, o Estado tem atuado fortemente na criminalização dos movimentos camponeses, por meio de medida provisória, como por exemplo a MP 2109-52 de 24 de maio de 2001, que criminaliza a luta pela terra impedindo a vistoria de imóveis onde foram realizadas ocupações e não permitindo que os trabalhadores que realizam ocupações de terra sejam beneficiados por políticas governamentais relativas à reforma agrária.

A violência indireta é uma prática simultânea do Estado e de fazendeiros e empresários. A ação política é a principal forma de execução dessa violência. Promovendo *lobbies* e fazendo parte dos poderes executivo, judiciário e principalmente no legislativo, influenciam as decisões que envolvem temas relativos à Questão Agrária (VIGNA, 2001).



O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os movimentos socioterritoriais (Fernandes, 2005a) e seus processos geográficos (isolados ou territorializados). Os movimentos socioterritoriais são os movimento sociais que têm o território material como trunfo, como essencial para sua existência. Os movimentos camponeses se constituem em movimentos socioterritoriais, porque criam relações sociais para produzirem seus próprios territórios, ou seja, os assentamentos. Analisando os dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra no Caderno Conflitos no Campo Brasil entre 2000 e 2004, Silva e Fernandes (2005) identificaram 63 movimentos socioterritoriais atuando em todo o Brasil. Através desses movimentos, 232.757 famílias participaram de 1.374 ocupações.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos constroem espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas de seu desenvolvimento. Os espaços de socialização propositiva são aqueles que concebem e materializam diferentes tipos de ações, como por exemplo, políticas públicas para a transformação das realidades. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

Geografia da conflitualidade no campo brasileiro entre 1988-2005

Analisaremos as violências diretas contra pessoa e posse e os conflitos a partir dos dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶ e pelo Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA)⁷. Esses dados são relativos às ocupações de terra, acampamentos, ameaças de morte, tentativas de assassinatos,

⁶ Os dados da Comissão Pastoral da Terra são referentes ao DATACPT - Banco de Dados da CPT, 2005. A CPT divulga os resultados de sua pesquisa anual no Caderno Conflitos no Campo – Brasil.

⁷ O DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra é desenvolvido pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Unesp de Presidente Prudente. Os dados disponibilizados através do DATALUTA são relativos à ocupações de terra e assentamentos rurais. Os dados de ocupações de terra são compilados a partir dos dados de ocupações da CPT e de levantamentos secundários referente ao estado de São Paulo; já os dados de assentamentos são compilados a partir do INCRA e órgãos estaduais que promovem assentamentos de famílias.



assassinatos, despejos da terra, expulsões da terra e trabalho escravo. Para a análise territorial desses dados foram elaborados mapas de círculos proporcionais, sendo dois para cada tema. Um mapa contempla todos os dados de 1986 até 2005 (1988 até 2005 para ocupações), o outro apresenta a distribuição territorial em 2005. Para a análise temporal foram elaborados gráficos com o total de cada conflito e violência por ano.

Mais do que simples números, os dados da CPT são informações sobre a situação da questão agrária brasileira que retratam parte da luta dos camponeses brasileiros e das violências por eles sofridas. Certamente esses dados não compreendem a totalidade, mas compreendem parte da realidade, cuja totalidade é ainda mais violenta e desigual. Mais do que algarismos, os números devem ser concebidos como vidas e sonhos; mais do que pontos, linhas e áreas os mapas devem ser compreendidos como representação das ações desenvolvidas pelos movimentos socioterritoriais. O que fazemos aqui é codificar alguns elementos da realidade do campo brasileiro para tornar possível sua apreensão de diversas maneiras; é tornar possível a mensuração e dimensionamento da violência sofrida pelos camponeses e da luta pela terra no movimento pela realização da reforma agrária.

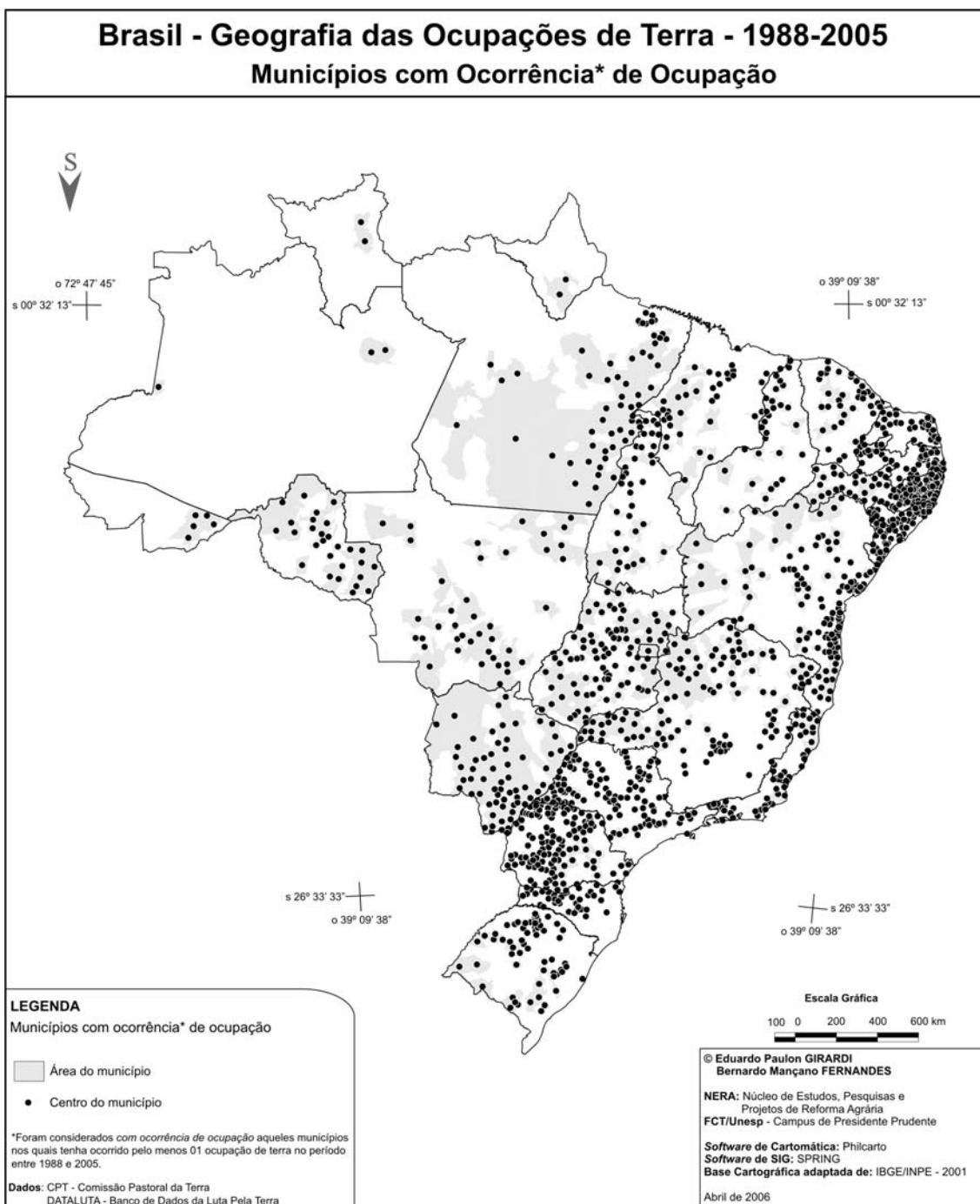
Ao realizarem as ocupações de terra os movimentos socioterritoriais denunciam as possíveis irregularidades em que se encontram os imóveis rurais. As principais denúncias realizadas nas ocupações são as seguintes: a) título de propriedade contestável, sendo a terra devoluta; b) improdutividade, desrespeitando o preceito constitucional de cumprimento de função social; c) existência de práticas de superexploração do trabalhador ou então de trabalho escravo; d) práticas que degradam o meio-ambiente.

A ocupação de terra é espaço de resistência para o atendimento das reivindicações desses movimentos. A causa principal defendida é a realização da reforma agrária. Desta forma, a ocupação de terra, planejada e executada pelos movimentos socioterritoriais é o momento de enfrentamento e resistência para a conquista do território camponês, ou seja, sua territorialização através da desterritorialização do território do latifúndio e do agronegócio.



Ocupações de terra

A distribuição territorial das ocupações indica regiões de conflitualidades onde acontece a luta e a resistência entre os territórios do latifúndio, agronegócio e do campesinato. Para compreender essas conflitualidades é preciso considerar um complexo conjunto de fatores, como por exemplo: concentração de terra, superprodução, superexploração e exclusão, propriedades contestáveis e crimes ambientais. O mapa 01 apresenta os 1.313 municípios em que ocorreram ocupações de terra desde 1988 até 2005, o que corresponde a 23,6% do total de 5.564 municípios existentes no Brasil.



MAPA 01 – Municípios com ocorrência de ocupações de terra entre 1988 e 2005

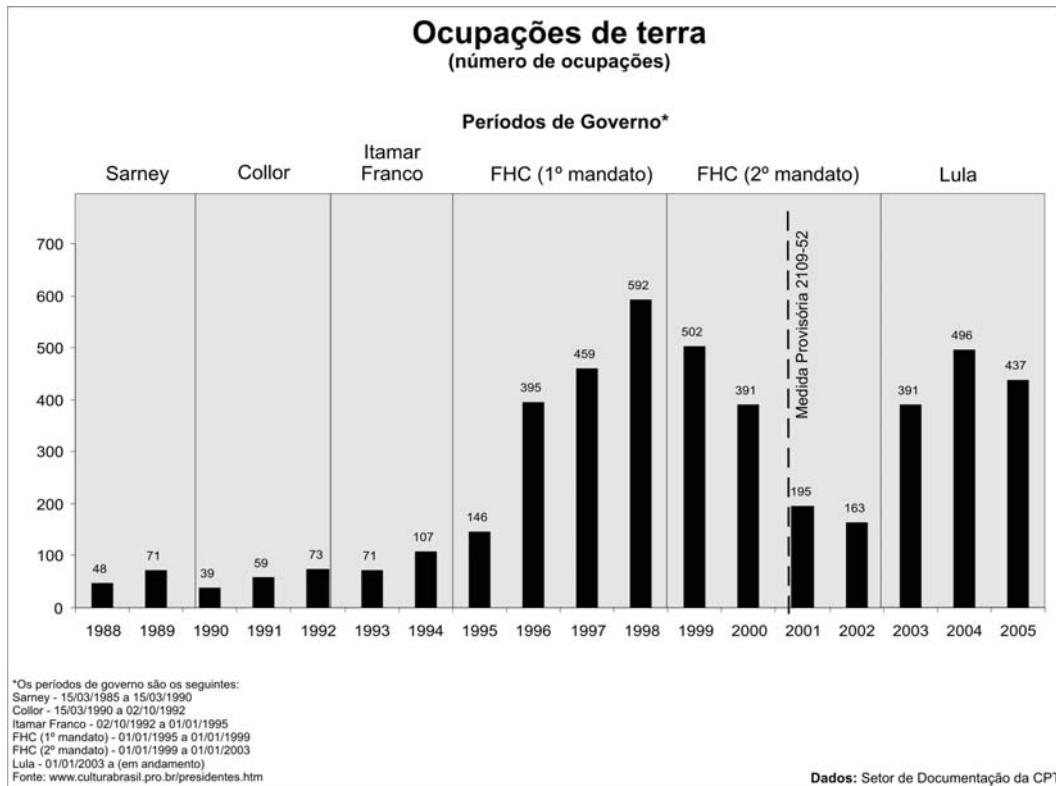
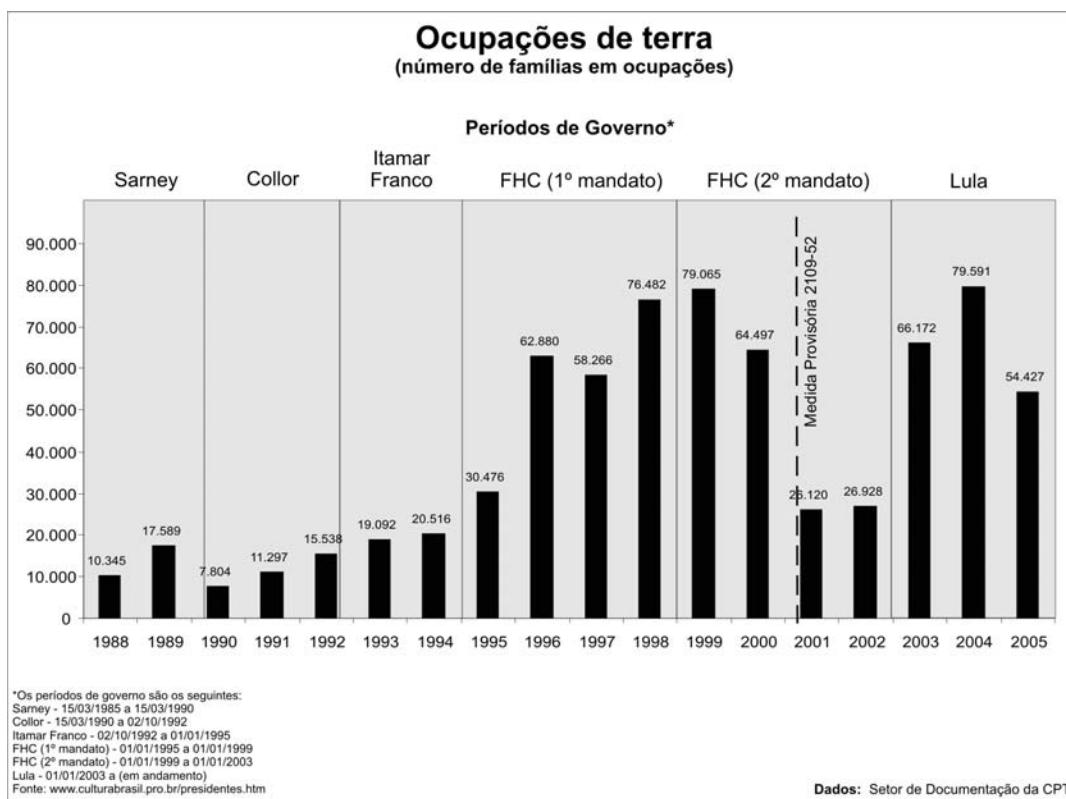
O crescimento do número de ocupações demonstra intensificação da conflitualidade entre camponeses, latifúndio e agronegócio. A diminuição das ocupações indica a criminalização, pelo Estado, da luta pela terra. Ao analisarmos os gráficos 01 e 02 percebemos que desde 1988 o número de ocupações e famílias em ocupações apresenta tendência de crescimento contínuo. O mais notável



movimento de crescimento das ocupações aconteceu no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 e 1998. Este crescimento foi acompanhado do aumento do número de assentamentos. Os movimentos socioterritoriais ocupavam para garantir o acesso à terra. O governo FHC assentava acreditando que com essa medida acabaria com as ocupações de terra. O governo não acreditava na “existência de um número grande de famílias sem-terra, nem na abundância de terras para assentá-las” (FERNANDES, 2005b, p. 33). Em síntese, o governo FHC não trabalhava com a teoria da territorialização do campesinato.

Como a luta pela terra através da ocupação tornou-se a principal forma de acesso à terra, a esperança de conquistar um “pedaço de chão” cresceu entre os camponeses sem-terra, e com isso as ocupações continuaram aumentando. Frente ao processo crescente de ocupações, o governo FHC adotou uma nova medida. No segundo governo FHC foi promulgada a medida provisória 2109-52, que impede que os estabelecimentos rurais onde tenham ocorrido ocupações sejam vistoriados, avaliados ou desapropriados no prazo de dois anos após a sua desocupação. A mesma lei também exclui os participantes da ocupação do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Como pode ser visto nos gráficos 01 e 02, com a edição da MP 2109-52, em maio de 2001, as ocupações diminuíram cerca de 50% de 2000 para 2001 e cerca de 60% entre 2000 e 2002. Com a medida provisória o governo FHC conseguiu reduzir fortemente o número de ocupações de terra nos últimos dois anos do segundo mandato. Em 2003, primeiro ano do Governo Lula, a medida provisória não foi aplicada com o mesmo vigor do governo FHC e os movimentos socioterritoriais voltaram a realizar ocupações, atingindo números semelhantes aos anteriores à medida. A instalação desta medida provisória é uma forma de violência indireta e ativa do Estado contra o conquista do território camponês.

**Gráfico 01 – Ocupações de terra. Número de Ocupações (1988-2005)****Gráfico 02 – Ocupações de terra. Número de famílias (1988-2005)**



Os mapas das figuras 01 e 02 nos permitem afirmar que a disputa territorial acontece em escala nacional. Os territórios disputados pelos movimentos socioterritoriais de 1988 a 2005 estão em todas as regiões, todavia é importante destacar algumas regiões de conflitualidades como, por exemplo: as porções oeste dos estados do Sul; destacando que nestas áreas aconteceu intensa territorialização do agronegócio. Outros exemplos são o sudeste do Pará e o Estado de Rondônia, onde latifúndio, agronegócio e camponeses disputam seus territórios. Os acampamentos (mapa 02) são materializações da ocupação como forma de resistência no processo de criação e recriação do campesinato. São espaços provisórios que se mantém por anos numa luta diária em condições precárias de vida. Em 2005, a CPT registrou 90 acampamentos nos quais estavam 17.233 famílias.

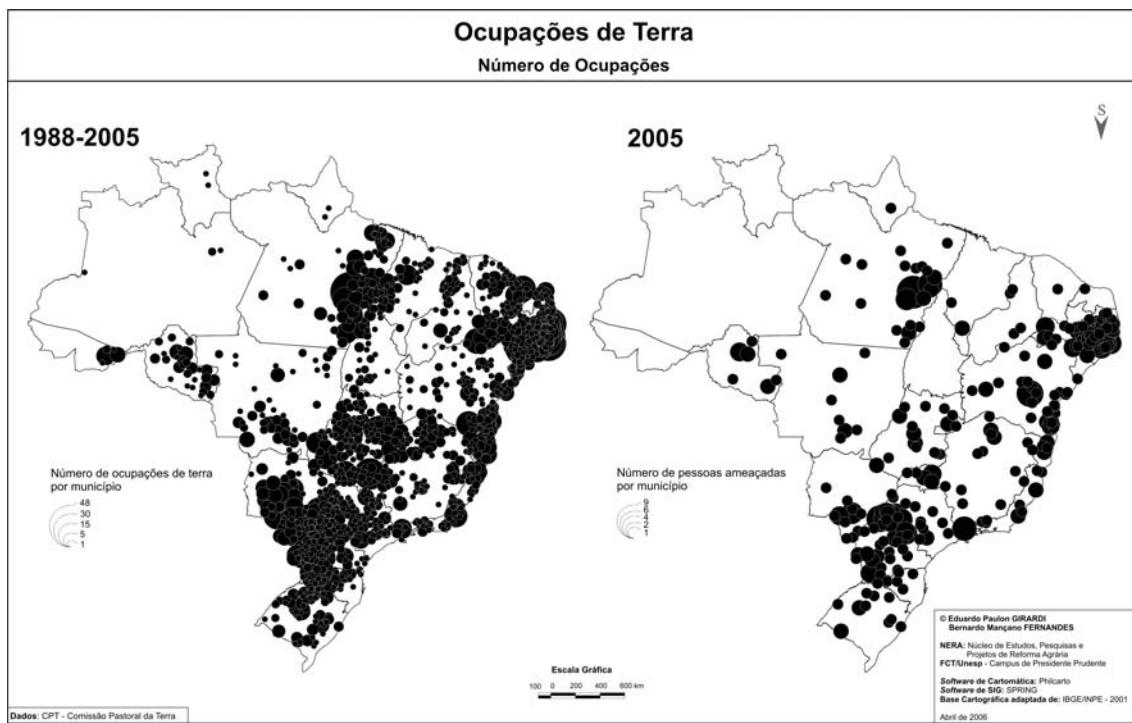


Figura 01 – Mapas das ocupações de terra no Brasil: número de ocupações

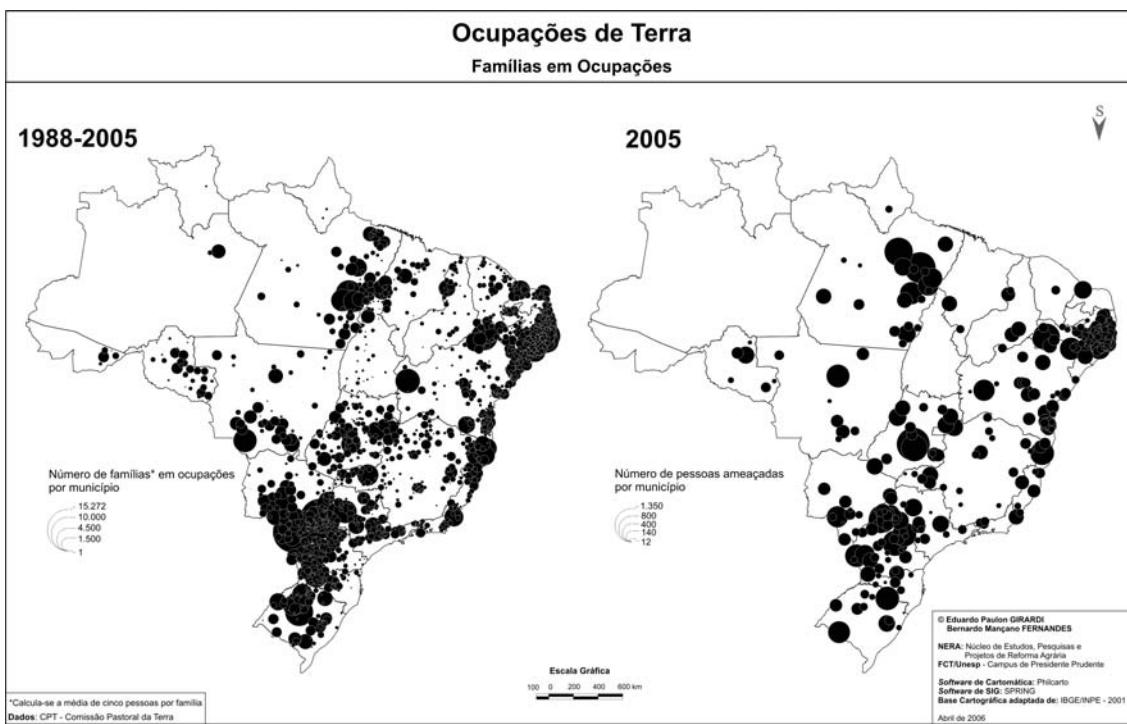
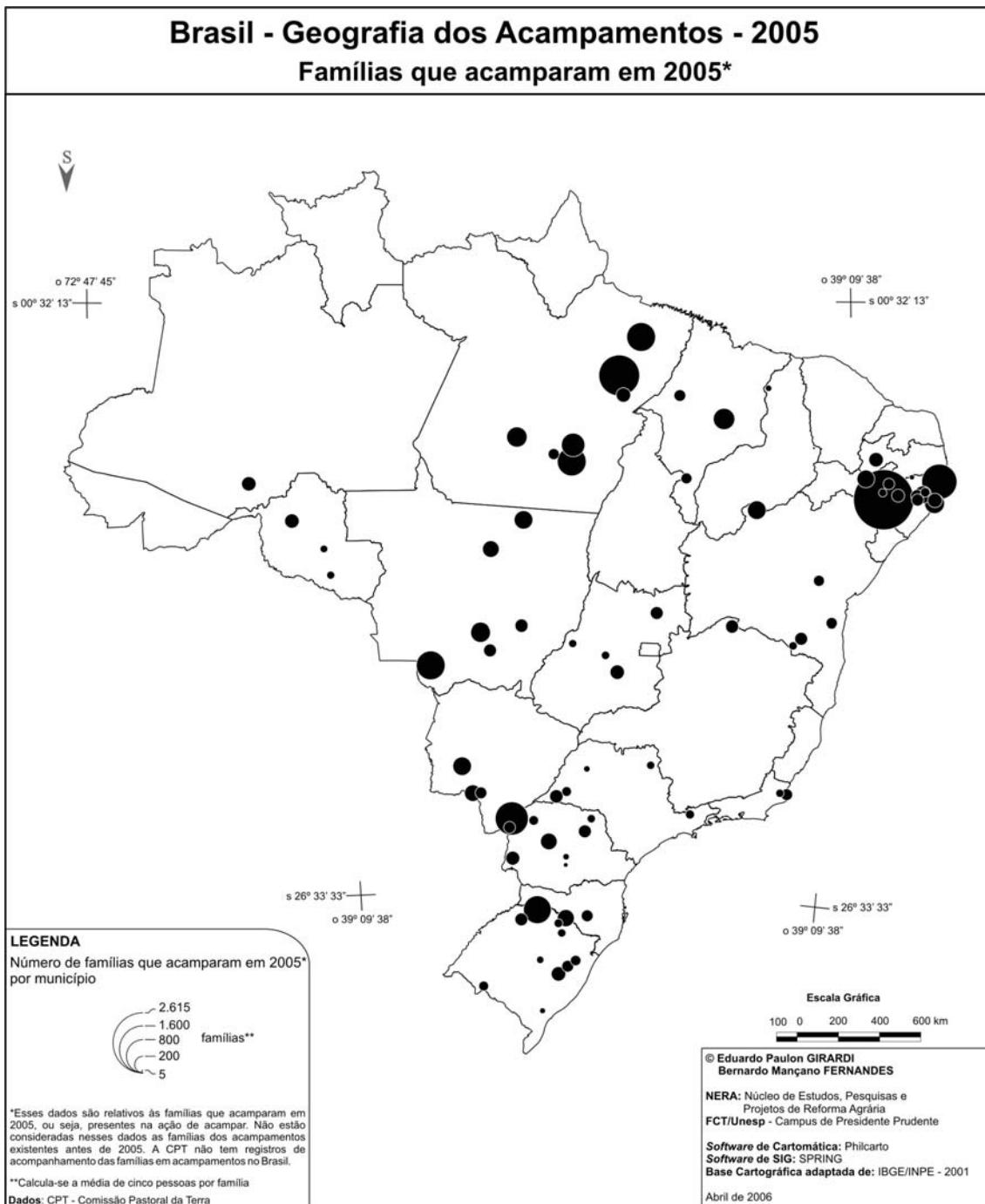


Figura 02 – Mapas das ocupações de terra no Brasil: famílias em ocupações



Mapa 02 – Famílias que acamparam em 2005

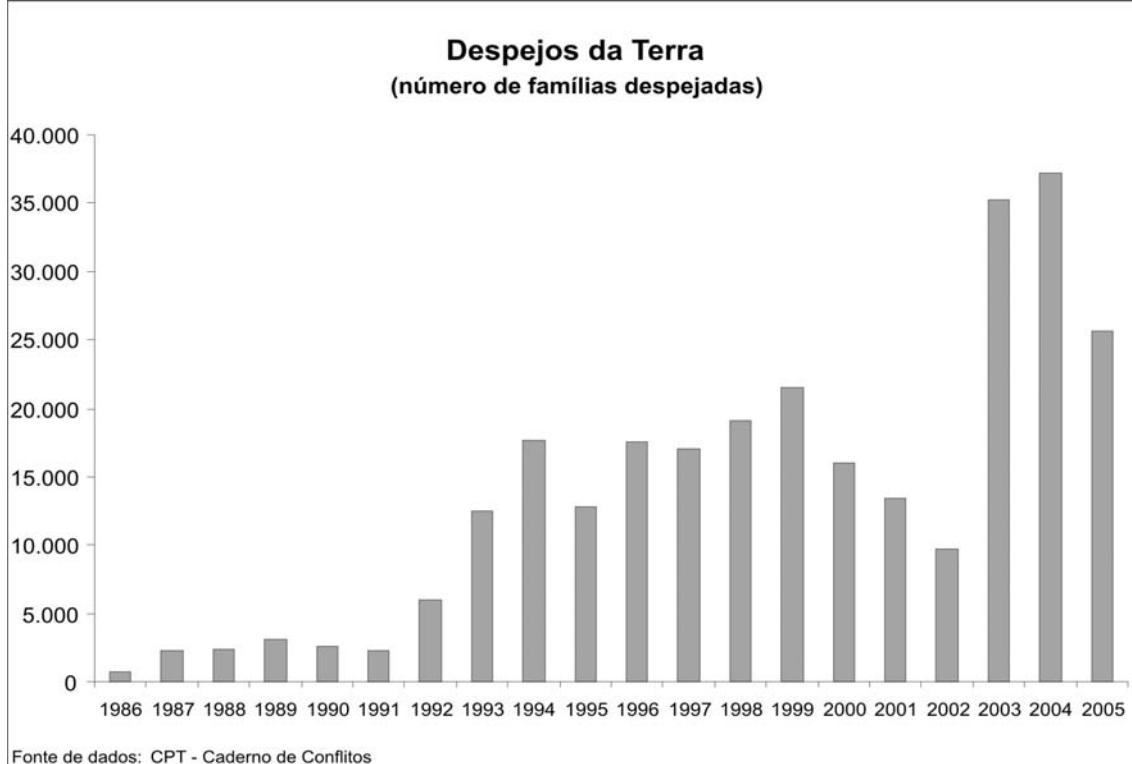
Depejados e expulsos da terra

Frente às ocupações de terra estão os despejos (figura 03) e as expulsões (figura 04). Os despejos aqui representados são judiciais, ou seja, as famílias são retiradas da terra por mandado judicial. Em 2005 foram despejadas



25.618 famílias, o que corresponde a 47% do total de famílias em ocupações. As expulsões de que tratamos são relativas à retirada das famílias da terra por meio de ações particulares. Segundo a CPT, em 2005 foram expulsas da terra 4.305 famílias, o que corresponde a 8% das famílias em ocupações.

Gáfico 03 – Despejos da Terra. Número de famílias despejadas (1986-2005)



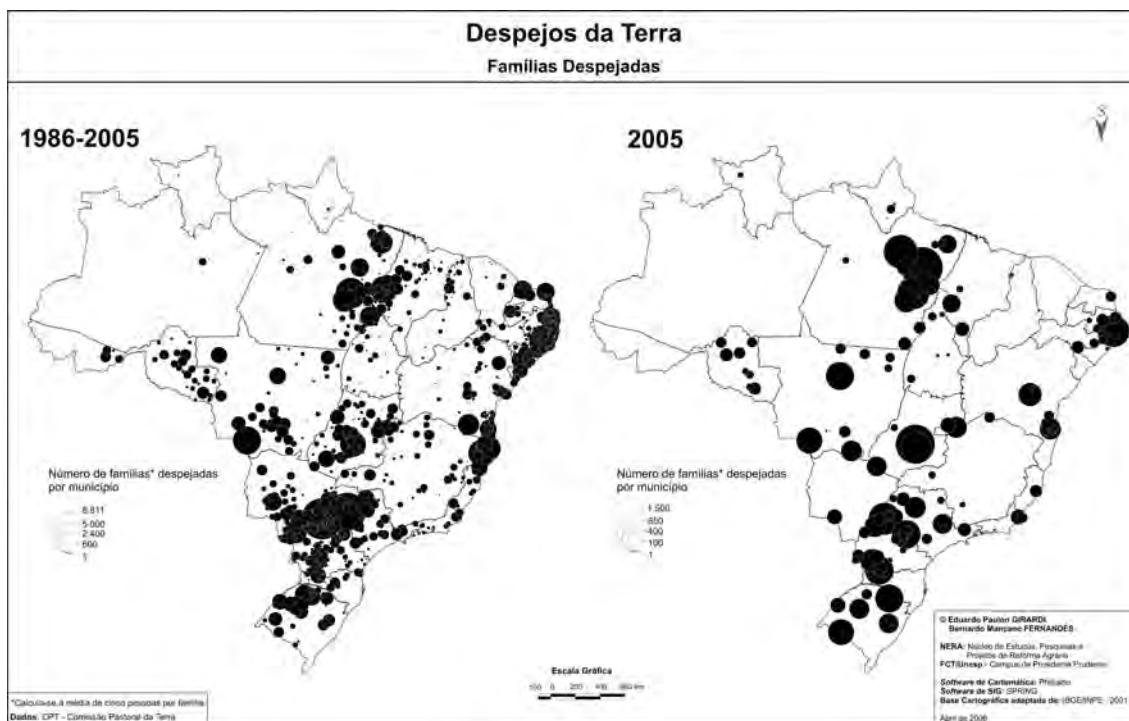
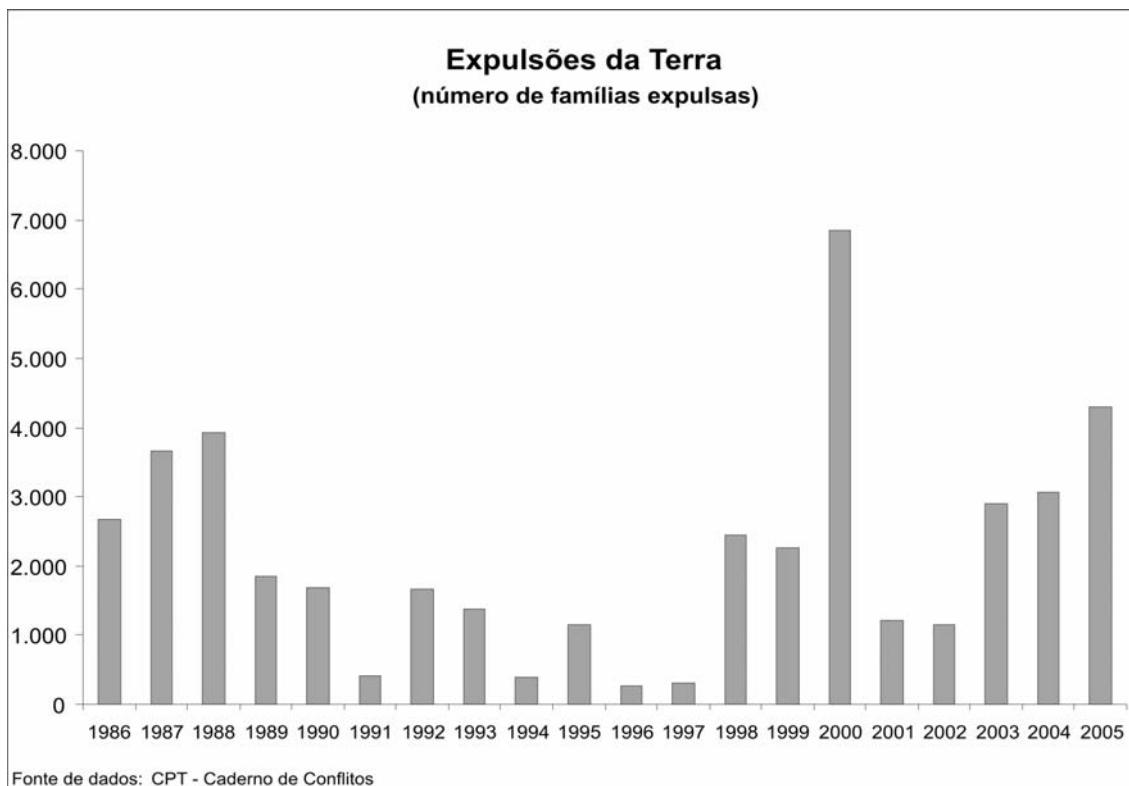


Figura 03 – Mapas dos despejos da terra no Brasil: famílias despejadas

Gráfico 04 – Expulsões da terra. Número de famílias expulsas (1986-2005)



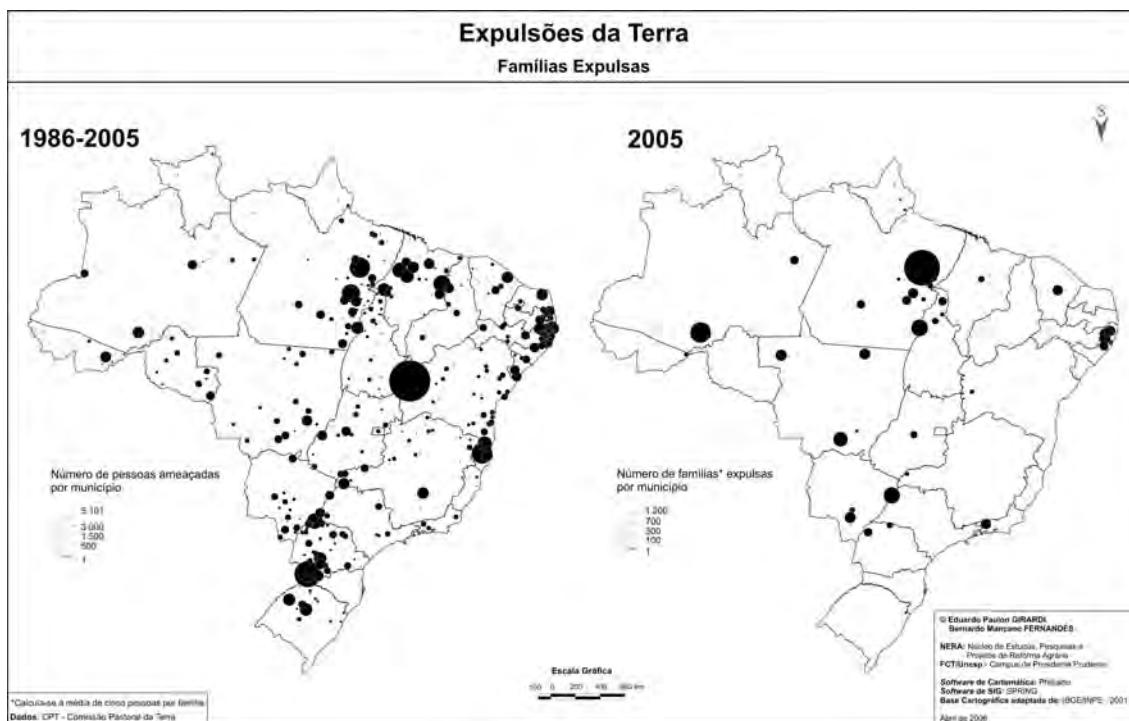


Figura 04 – Mapas das expulsões da terra no Brasil: famílias expulsas

O número de famílias despejadas e expulsas em 2005 corresponde a mais de 50% do número de famílias em ocupações no mesmo ano. Esta informação demonstra a organização e integração entre os grupos formados pelo latifúndio e pelo agronegócio para a desarticulação dos movimentos socioterritoriais. Também, essas informações sugerem a importância de uma análise do Poder Judiciário e suas ações na luta pela terra. A análise conjunta dos gráficos 01, 02, 03 e 04 nos permite afirmar que a violência na forma de despejos e expulsões da terra é diretamente proporcional à ação dos movimentos socioterritoriais na realização de ocupações, pois os dados apresentam o mesmo comportamento quando analisados esses três temas: decréscimo de 2000 até 2002 e um crescimento abrupto em 2003. É interessante notar que no que se refere à expulsão da terra, neste tipo de violência contra os camponeses pelas forças privadas, o ano de 2000 foi quando a CPT registrou o maior número de expulsões. Isso nos fornece mais um elemento para considerar que a edição da MP 2109-52 foi resultado da pressão realizada pelos fazendeiros sobre o Governo, visto que tal medida provisória foi publicada em 2001, ano seguinte.

**Questão Agrária, questão de terra, vida e liberdade**

A violência direta contra a pessoa, aqui analisada a partir dos dados de ameaças de morte, tentativas de assassinatos e assassinatos não acompanha a mesma lógica apresentada pelos dados das ocupações, despejos e expulsões. A partir de 2000 esses dados apresentam crescimento, com algumas variações. Analisando os mapas das figuras 05, 06 e 07 conjuntamente com os mapas das figuras 01 e 02 constatamos que as ameaças de morte, tentativas de assassinatos e assassinatos não possuem a mesma distribuição territorial das ocupações de terra. Esses três tipos de violência direta podem ser verificados em todas as regiões onde ocorrem ocupações de terra, porém concentram-se, sobretudo, na região norte, especialmente no leste paraense e na faixa que cruza o estado do Maranhão centralmente no sentido oeste-leste.

Esta configuração territorial da violência nos leva a crer que os assassinatos e outras formas de violência direta contra pessoa estão associados, sobretudo, à grilagem da terra e expulsão de pequenos posseiros por grandes grileiros na região de fronteira agropecuária. Contudo, os demais conflitos ocorrentes no restante do país não podem ser ignorados e estão relacionados à violência dos fazendeiros contra a luta pela terra dos movimentos socioterritoriais.

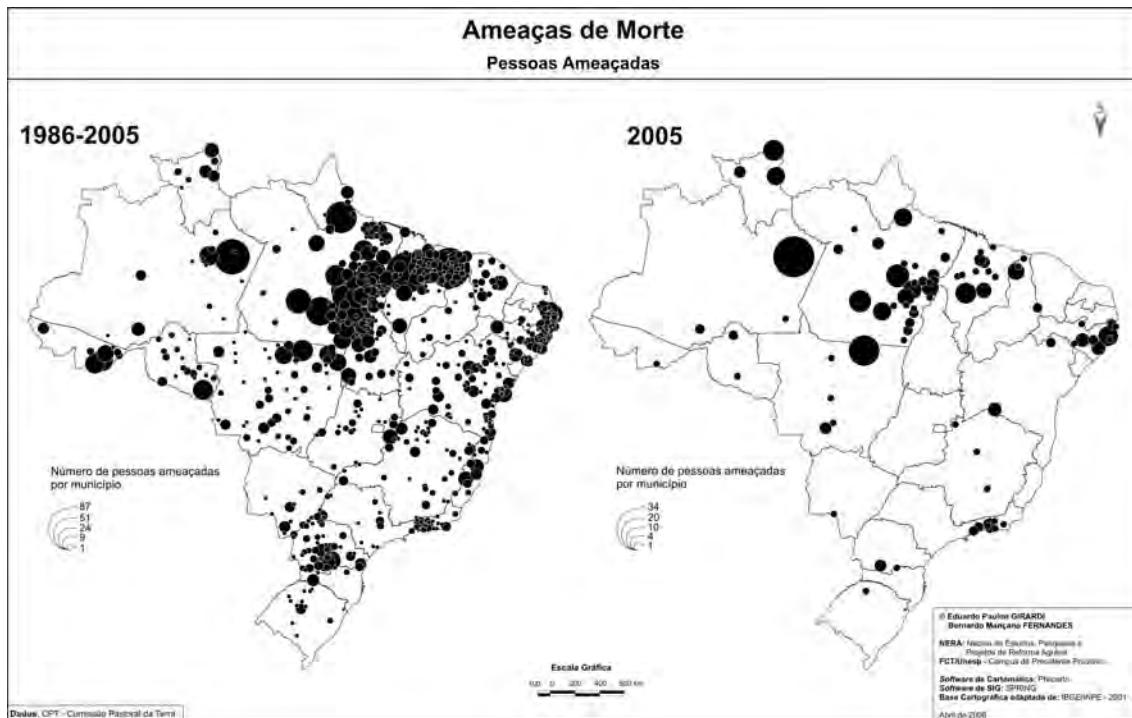
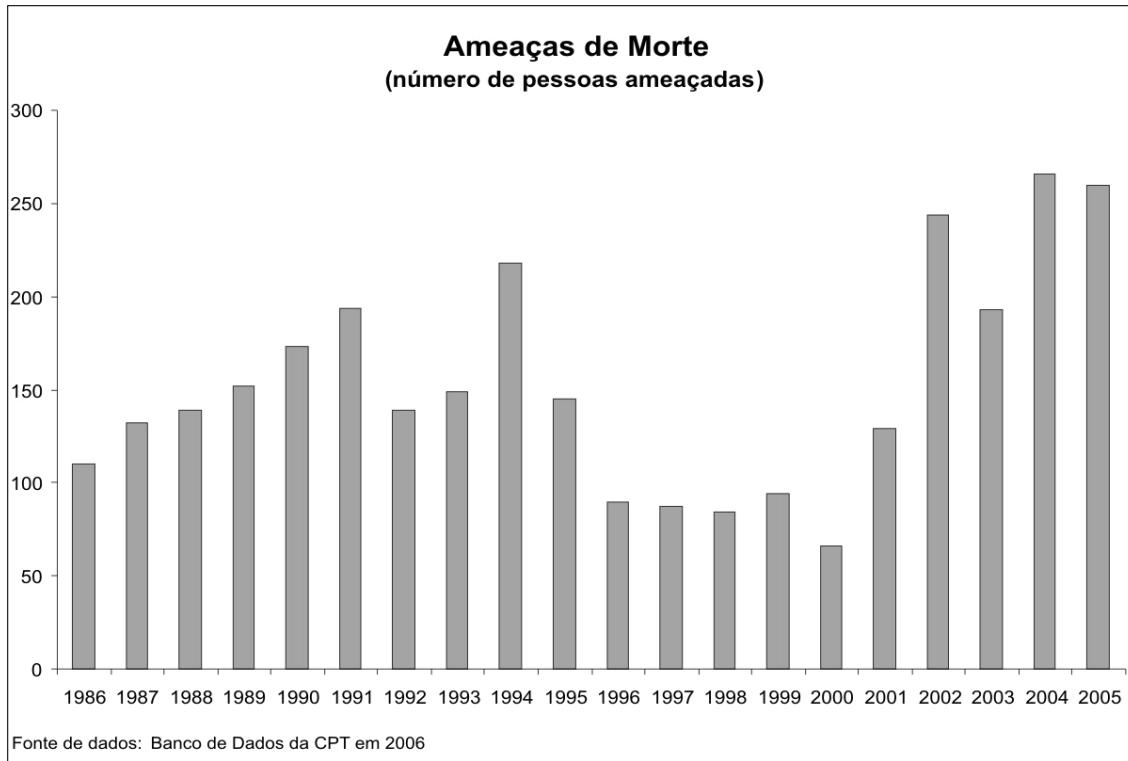
**Gráfico 05 – Ameaças de morte. Número de pessoas ameaçadas (1986-2005)****Figura 05 – Mapas das ameaças de morte: pessoas ameaçadas**



Gráfico 06 – Tentativas de assassinato. Número de pessoas ameaçadas (1989-2005)

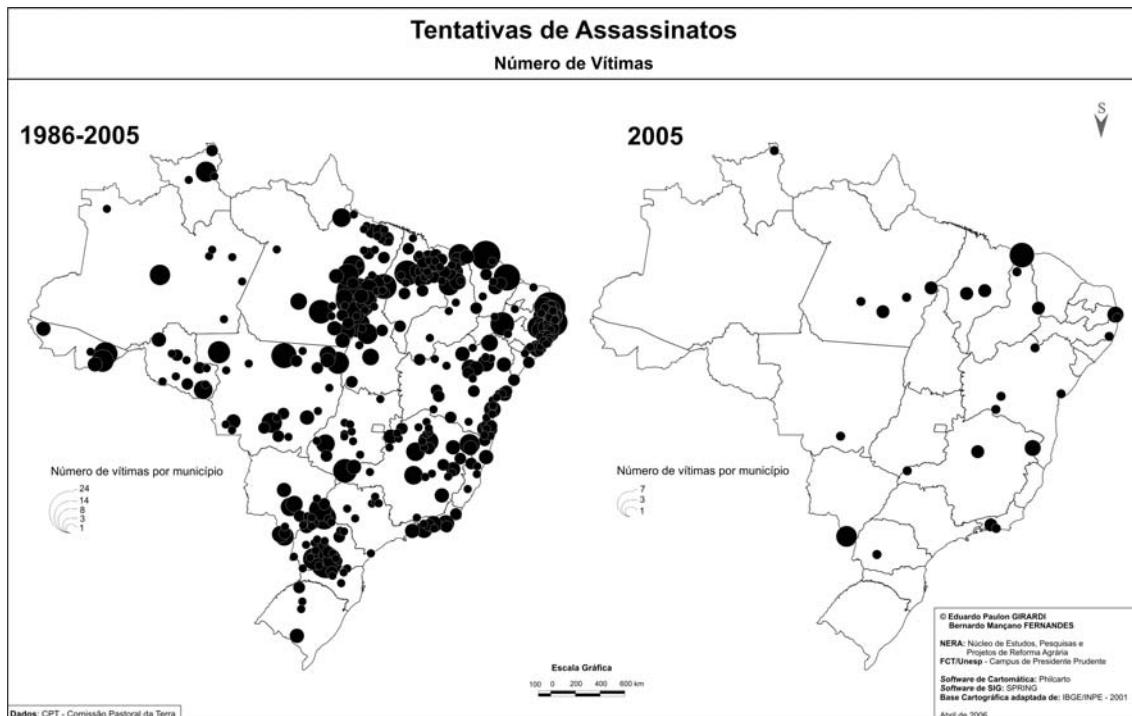
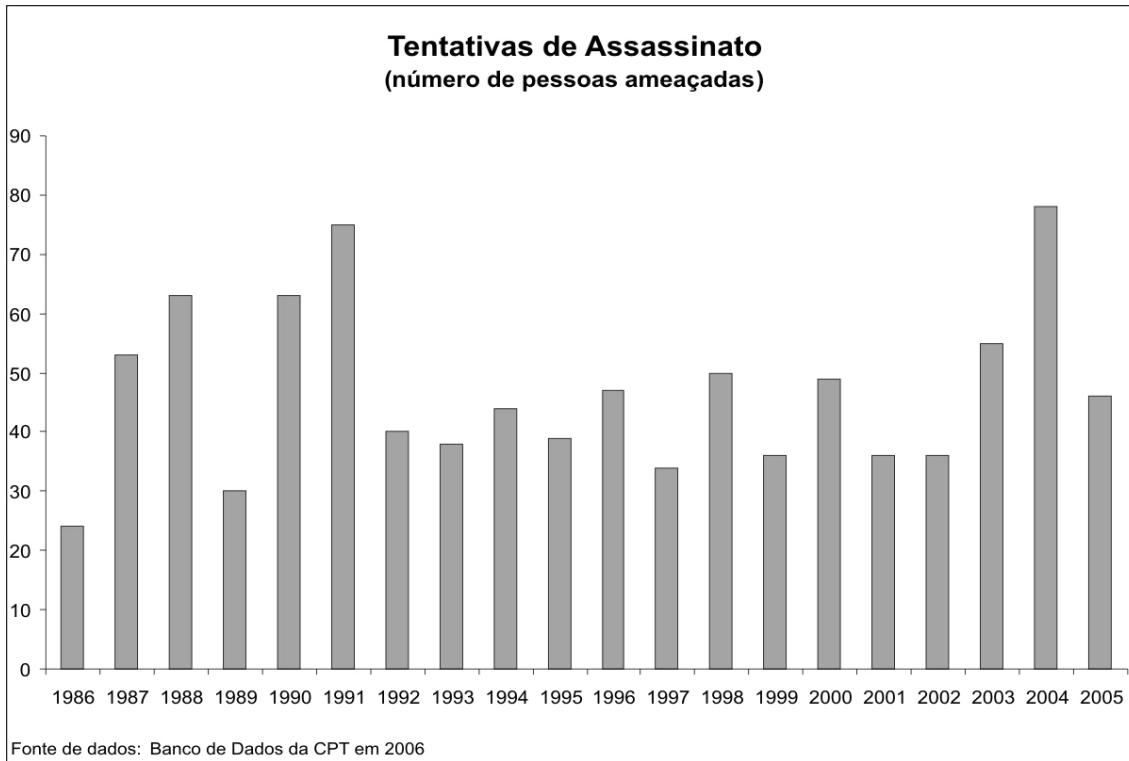


Figura 06 – Mapas das tentativas de assassinato: número de vítimas



Gráfico 07 – Assassinatos. Número de pessoas assassinadas (1986-2005)

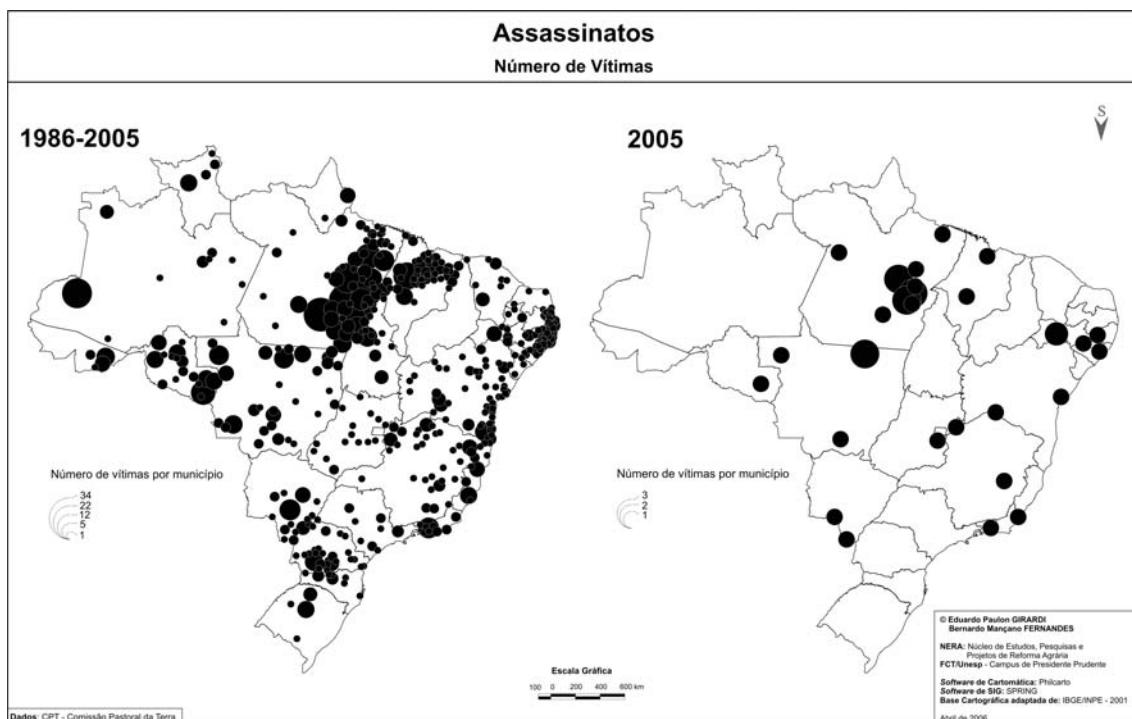
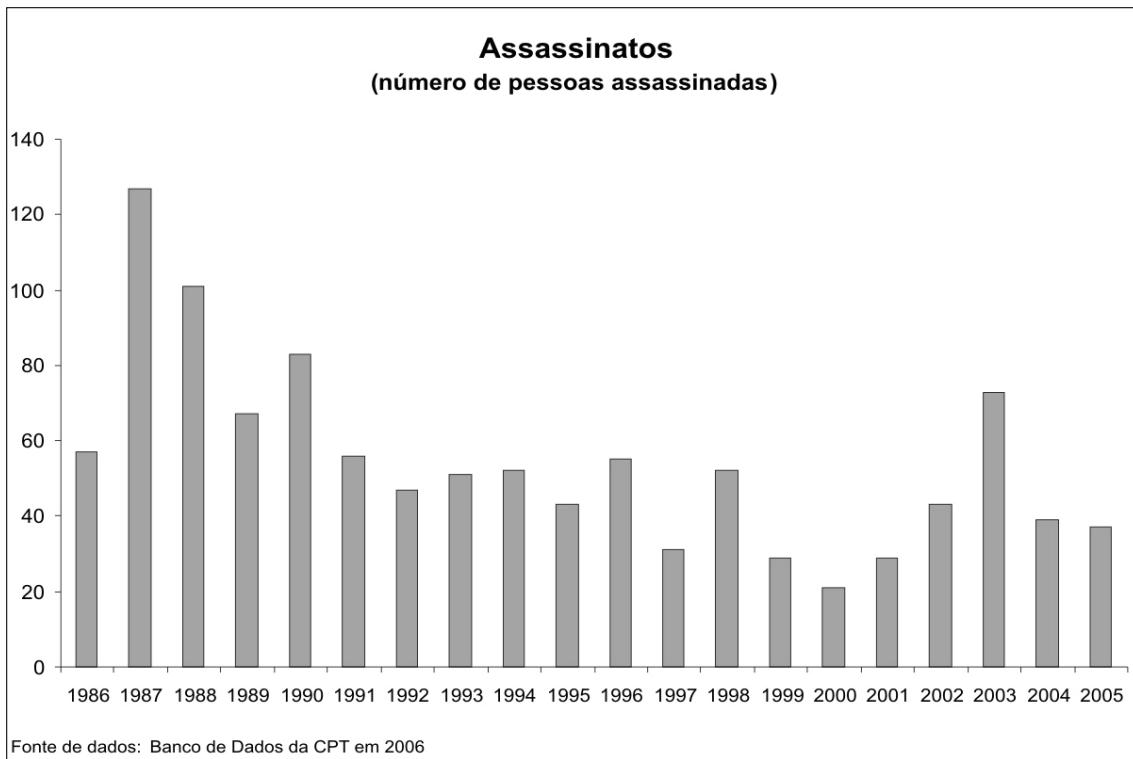


Figura 07 – Mapas de assassinatos: número de vítimas



Outro tipo de violência existente no campo brasileiro é o trabalho escravo. A CPT registra denúncias de trabalhadores escravizados no campo brasileiro. A partir de 1995 o Ministério do Trabalho passou a realizar fiscalização e libertação de trabalhadores escravizados através do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Segundo os registros da CPT os trabalhadores são escravizados principalmente para trabalharem nas seguintes atividades: companhias siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, madeireiras, usinas de álcool e açúcar, destilarias, empresas de colonização, garimpos, fazendas, empresas de reflorestamento/celulose, agropecuárias, empresas relacionadas à produção de estanho, empresas de citros, olarias, cultura de café, produtoras de sementes de capim e seringais.

O trabalho escravo existente no campo brasileiro é caracterizado pelo endividamento crescente e impagável e por formas violentas de coação. De acordo com Neiva (1994) “é uma grande violência que se utiliza de várias modalidades de violência para se manter” (p. 24). Os trabalhadores são aliciados por empreiteiros conhecidos como “gatos” em regiões diferentes daqueles em que são escravizados. Diversas são as formas de coação, dentre elas a coação física e psicológica; o isolamento geográfico; e a apreensão de documentos.

Em quase todos os estados brasileiros já foram registrados casos de trabalho escravo. A concentração desta violência ocorre, sobretudo, no sudeste do Pará, Bico do Papagaio e oeste maranhense. Essa região coincide com a região de fronteira agropecuária e confirma a utilização de mão-de-obra escrava na abertura de novas áreas. Entre 1986 e 2005 a CPT registrou denúncias de 135.109 trabalhadores escravizados no campo brasileiro. De 1995 a 2003 o Ministério do Trabalho havia libertado 10.498 trabalhadores. Ao analisarmos o gráfico 08 percebemos que em 1996 houve uma queda abrupta no número de trabalhadores em denúncias de trabalho escravo. Provavelmente com o início do processo de fiscalização esta prática tenha diminuído, contudo, podemos observar o crescimento nos últimos anos.



**Gráfico 08 – Trabalho escravo. Número de trabalhadores escravizados – denúncias
(1986-2005)**

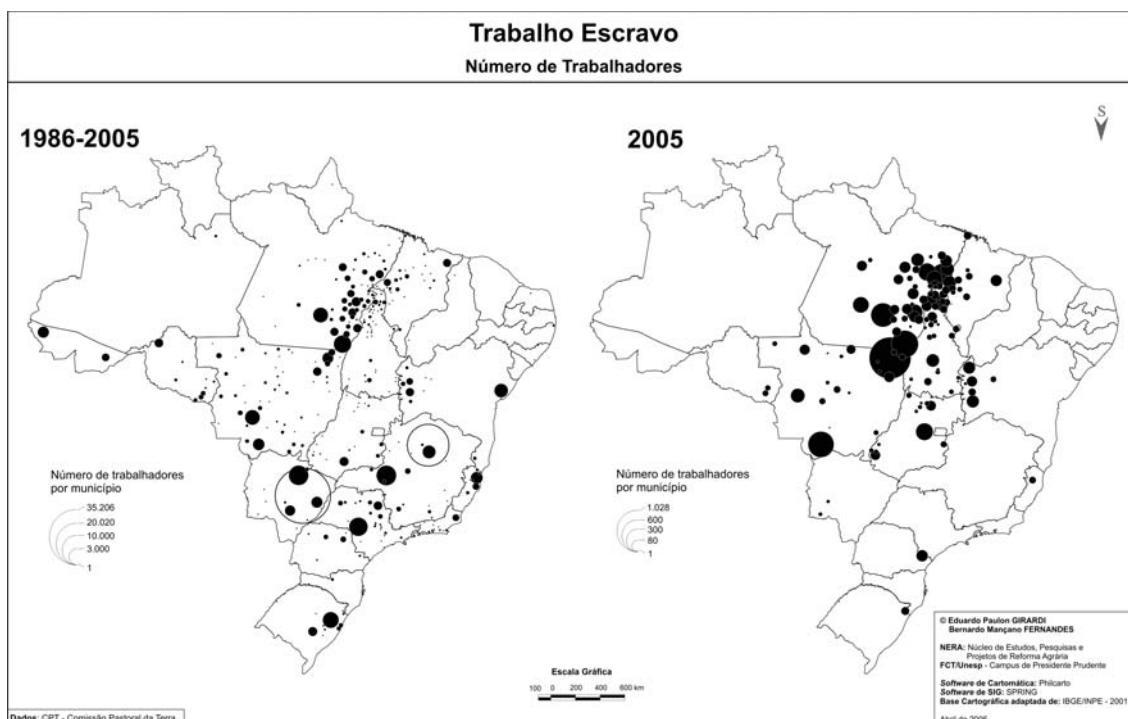
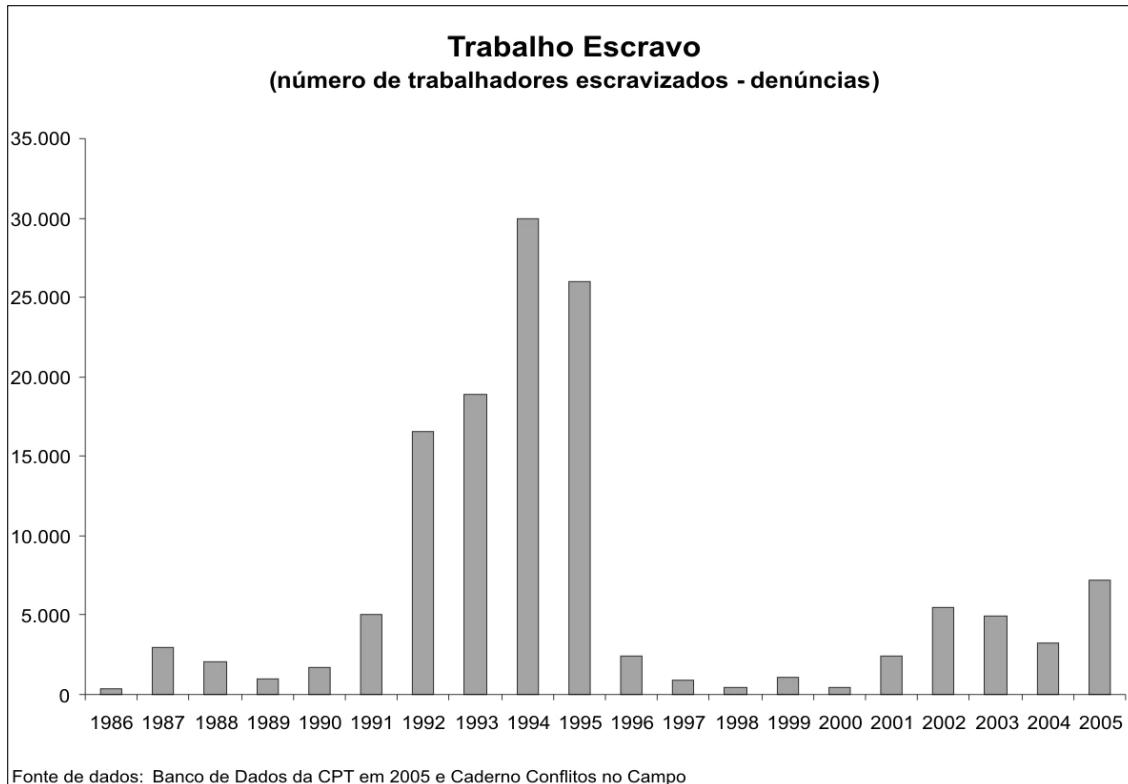


Figura 08 – Mapas do trabalho escravo: número de trabalhadores em denúncias



Conclusões

Neste artigo apresentamos uma leitura da questão agrária a partir da conflitualidade produzida pelo enfrentamento dos territórios do latifúndio, do agronegócio e do campesinato. Essa conflitualidade é inerente ao processo de desenvolvimento. Neste processo são produzidos espaços e territórios de enfrentamento, de exploração e de produção agropecuária.

Em resposta aos conflitos, a violência tem sido utilizada pelo latifúndio e pelo agronegócio para expropriar e impedir a territorialização e a reterritorialização do campesinato. O Estado por meio dos poderes executivo e judiciário tem utilizado atos violentos contra os camponeses de forma direta e indireta, passiva e ativa.

O campesinato, na luta por território, realiza as ocupações de terra e têm como resposta a violência direta dos fazendeiros e empresários. Ameaças de morte, assassinatos, despejos judiciais e expulsões são as violências mais imediatas sofridas pelos camponeses. Também compõe o cenário de violência contra a pessoa o trabalho escravo, prática que evidencia ainda mais a ausência do Estado fiscalizador no campo, deixando a lei nas mãos dos interesses particulares de fazendeiros e empresários que utilizam trabalho escravo para ampliar seus capitais, configurando em mais uma contradição do capitalismo no campo brasileiro.

A intensa conflitualidade caracterizada pelo enfrentamento dos diferentes territórios contribui para o desenvolvimento e encontra na violência direta e indireta, passiva e ativa formas de repressão que contribuem para a manutenção da desigualdade e pobreza no campo brasileiro ocasionadas pelo desenvolvimento do capitalismo através da desterritorialização da produção camponesa.

Referências

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente: NERA, n.6, p.24-34, jan./jun. 2005a.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005b.



GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. Brésil : les territoires de la Question Agraire. **Mappemonde**. n. 82, 2º trimestre de 2006. Disponível em <http://mappemonde.mgm.fr>

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NEIVA, Inez Ethne Gontijo. Os escravos no Brasil. In: CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 1994. Goiânia: CPT, 1994. p. 22-30.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: as transformações do campo e o agronegócio no Brasil. In: **Terra Livre**, número 21. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003, p. 113-156.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Anderson Antonio; FERNANDES, Bernardo Mançano. Ocupações de terra 2000-2005: movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra. In: CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo**: Brasil 2005. Goiânia: CPT, 2005.

VIGNA, Edélcio. A bancada ruralista: um grupo de interesse. Brasília: **Argumentos** número 8 – INESC, 2001.



6. MOVIMENTO SOCOTERRITORIAL E “GLOBALIZAÇÃO”: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DO CASO DO MST¹

Jean-Yves Martin²

Bernardo Mançano Fernandes³

“Miseráveis são os que se confessam derrotados. Mas os pobres não se entregam. Eles descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. Assim eles enfrentam e buscam remédios para as suas dificuldades. Nessa condição de alerta permanente, não tem repouso intelectual. A memória seria sua inimiga. A herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência, essa consciência do novo que é, também, um motor do conhecimento”.
 Milton Santos, 2000.

“Os que têm a sorte de dedicar sua vida ao estudo do mundo social, não podem permanecer neutros e indiferentes às lutas cujo futuro deste mundo é o trunfo”.

Pierre Bourdieu, 2001.

Resumo

Será que a dita "globalização", tema central do discurso ideológico ultraliberal, anuncia o fim da geografia? Essa é mais uma carta marcada da prepotente idéia do fim da história. Por meio das reflexões apresentadas neste artigo, a partir da análise do caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), queremos mostrar que a geografia já dispõe, fora do beco da "pós-modernidade", de um conjunto de conhecimentos em elaboração que a destaca. Nesse processo se busca a construção de um novo paradigma - no sentido real da palavra - que objetiva fazer da geografia uma ciência social do espaço multiescalas, da conflitualidade territorial, da emergência de novas identidades socioespaciais, da pesquisa participante dos geógrafos e de seu comprometimento com a realidade. Desse modo, defendemos que a geografia possa ser capaz de esclarecer e de acompanhar a emergência em curso de uma nova realidade.

Introdução

O Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2003 destacou novamente que um "outro mundo é possível". O encontro de militantes e cientistas de diversas partes do mundo revelou a diversidade dos movimentos socioespaciais e dos movimentos socioterritoriais, bem como as organizações não governamentais e suas

¹ Texto publicado na revista **Lutas Sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 12, 2004.

² Geógrafo, Professeur agrégé de l'Université.Doutor em Geografia pela Universidade Michel de Montaigne (Bordeaux III).

³ Geógrafo, professor e pesquisador da Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico – CNPq.



ações em todo o mundo. Esse evento nos possibilita entender melhor a falsa afirmação ultraliberlal: “não há alternativas fora do capitalismo”. Desse modo, buscamos compreender como as ações desses movimentos são um contraponto aos mitos criados pelos discursos da globalização neoliberal e a todos os becos criados pelo discurso da “pós-modernidade”. E nesta busca refletimos a respeito da participação da Geografia, como ciência social crítica. O objetivo deste artigo é, além da critica às representações espaciais associadas à globalização, mostrar a atualidade e a urgência de uma nova realidade.

Primeiramente, procuraremos situar geograficamente a emergência dos movimentos socioterritoriais no contexto geral da globalização capitalista e neoliberal, considerando a produção geográfica recente e retornando de modo breve ao pensamento pioneiro de filósofos franceses, utilizando como referência os trabalhos: “A Produção do Espaço” de Lefebvre e “Outros Espaços” de Foucault. Em segundo lugar, apresentamos algumas considerações de nossa análise geográfica do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), como movimento socioterritorial. Será, ao mesmo tempo, uma reflexão e uma contribuição ao debate lançado e desenvolvido por Fernandes (1996; 2000; 2001 e 2002) e Martin (1997; 2000 e 2001). Assim, nos questionamentos da vida social e nas reflexões teóricas, procuramos pensar nosso mundo, que não é unicamente o da globalização neoliberal, porque é mais amplo. E esta amplitude deve-se também às ações dos movimentos socioterritoriais.

A “globalização” e movimentos socioterritoriais

Comumente, utiliza-se o termo “globalização” como a única escala possível de análise das questões contemporâneas. Contudo, essa insistência da ideologia globalitária não consegue esconder o paradoxo da globalização, que pode ser observado, simultaneamente, em diversas escalas, o desenvolvimento de novos movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais de resistência e contestação.

Conforme os geógrafos canadenses Klein e Laurin (1998), a “globalização” impõe uma nova territorialidade, onde as responsabilidades do Estado



desagregaram-se ou foram apoderadas por instituições e/ou organizações que funcionam em diferentes escalas, numa dinâmica em que as capacidades políticas recuaram frente às dominações econômicas. De fato, há a tendência das forças econômicas predominarem sobre os interesses políticos e sociais, mesmo no interior das estruturas oficiais, o que explica também a propensão dos governos a abandonar seus programas sociais em função das exigências financeiras, como por exemplo: os “programas de ajustamento estrutural”. É importante lembrar que o sistema-mundo não se reduz a mundialização das trocas econômicas. Os geógrafos sublinham que muitos outros aspectos contribuem ou estão relacionados, não somente no plano econômico, mas também político, social e cultural. Desse modo, o sistema-mundo inclui toda sociedade nas diferentes escalas, mas, também, exclui a maior parte da participação dos diferentes processos socioeconômicos e políticos. Todavia, permanecem outras escalas espaciais, tal como o espaço nacional, o regional e o espaço local, com suas próprias características e lógicas. Estas são certamente informadas pela lógica da “globalização”, mas, no entanto, não sucumbem, porque se retroalimentam pela resistência e na construção de suas existências. Por essas razões é que, se quisermos entender o novo mapa da “globalização” é necessário combinar as diversas escalas e diversos níveis de análise.

Klein (1997) enfatiza ainda que se o cidadão do século XXI será um cidadão do mundo, sua responsabilidade também será ampliada. Terá de reconstruir as relações sociais que foram afrouxadas ou destruídas sob a pressão da “globalização”, combinando o local e o mundial, o individual e o social, o privado e o público. É deste ponto de vista que a contribuição da geografia pode ser crucial:

Para conceber uma estratégia de desenvolvimento capaz de interagir e confrontar os interesses dos cidadãos e os do sistema-mundo em construção; é preciso encontrar ou produzir espaços sociais que gerem forças políticas capazes de fazer contraponto perante as forças do mercado para delimitar os territórios da ação coletiva. Eis o que constitui um vasto programa. *Pense globalmente e aja localmente*, diz a famosa palavra de ordem, mais verdadeira do que nunca! (KLEIN, 1997, p. 66).



Vários movimentos socioterritoriais foram tragados pela “globalização” e fazem esforços para agir em diversos níveis e em todas as escalas, como por exemplo, a Via Campesina (FERNANDES, 2002). Mas será que estas novas ações podem convergir, dar sentidos às aspirações individuais e coletivas dos cidadãos e estruturar um projeto unificador? De acordo com Klein, 1997, são:

as ações coletivas de resistência à desterritorialização que nos permitem compreender os processos de construção da solidariedade coletiva, que relacionam-se a um espaço político a ser defendido, sempre, onde não percamos a rica memória da solidariedade territorial construídas nas relações sociais básicas. Desse modo, a mercantilização das relações sociais imposta pela globalização é denunciada constantemente pela invenção contínua de lugares e de palavras na busca da perenidade dos direitos (KLEIN, 1997, p. 42).

A vontade popular de manter suas raízes territoriais é manifestada, tanto no meio rural como no meio urbano. Mais do que a expressão de uma atitude construída na manutenção de comunidades e de sua cultura, essa atitude pode ser analisada como atos de solidariedade e de defesa de seus territórios. Assim, as resistências locais à “globalização” são ações integradas e “subversivas” da busca da solidariedade social baseada na produção de espaços da coletividade dos sujeitos que intercalam relações locais e mundiais. Desse modo:

Estas práticas coletivas de resistência podem se constituir, ao mesmo tempo, em uma ruptura e superação e ir além da lógica da organização... porque obrigam a questionar as suas finalidades. Nisso, o desafio coletivo é politicamente ampliado porque necessariamente oferecerá resistências aos efeitos perversos de uma economia a-territorial (KLEIN, 1997, p. 43).

Pois, a “globalização” e a explosão/implosão conjunta do atual modelo de Estado criam um sistema-mundial complexo, composto por múltiplas escalas, onde os sujeitos políticos e o poder econômico combatem e se interagem. Desse modo, podemos nos perguntar: Qual pode ser o lugar dos movimentos socioterritoriais nesse sistema, multipolar e multiescalar? Em quais dessas escalas, as ações dos movimentos socioterritoriais impõem os compromissos para a construção da possibilidade de um outro mundo? Será que esta nova territorialização dos movimentos socioterritoriais pode ser concebida como uma alternativa crível perante a globalização econômica? De acordo com Klein: “na



medida em que os movimentos socioterritoriais contribuem para redesenhar fronteiras e para redefinir o conteúdo da esfera pública, eles podem ir contra a orientação neoliberal que a globalização impõe ao desdobramento da sua função reguladora, seu papel é essencial e deve ser mais bem esclarecido (KLEIN, 1997, p. 4-5).

Ainda, como afirma Santos (2000), o mundo deve ser visto e compreendido como possibilidade, mesmo que acreditamos nas condições materiais como determinadas, é preciso lembrar sempre que os rumos serão resultados do movimento da política, ou nas suas palavras: "na sua forma material, unicamente corpórea, as técnicas talvez sejam irreversíveis, porque aderem ao território e ao cotidiano. De um ponto de vista existencial, elas podem obter um outro uso e uma outra significação. A globalização atual não é irreversível" (SANTOS, 2000, p. 174).

Também, Castells (1999) enfatiza que os movimentos de resistência à "globalização" ainda hoje constituem uma face desconhecida dessa realidade. Nesse tempo, em que a universalização da informação, por meio das redes de tecnologias e do poder, é transformada no nosso universo, com exceção de uma pequena elite *global*, os homens e as mulheres sofrem no mundo inteiro, por causa da tendente perda do controle de suas vidas. Todavia, a resistência à dominação e os projetos alternativos desafiam a lógica da "globalização". E como é freqüente na história, essas reações e mobilizações avançam por trajetos insólitos e caminham em direções desconhecidas. Decerto, essa face desconhecida é ao mesmo tempo o rosto da esperança globalizada pelos movimentos socioterritoriais que refutam a universalização ao interesse do capital. Assim, conforme Souza, 1995:

autênticos movimentos sociais (referenciados não somente à esfera da produção, mas às questões de gênero e racial, da humanização do espaço urbano etc.) *podem*, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas. Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada – o ativismo de bairro, o movimento regionalista que traz contradições de classe no seu interior ou a organização das prostitutas para defenderem o seu território ou se defenderem contra a truculência de uma polícia corrupta -, *pode* polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora; ademais, ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, *pode* vir a ser um fator sustentador



de um avanço da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate (SOUZA, 1995, p. 109).

Breve retorno ao pensamento filosófico espacial francês

Modos de pensar o espaço foram criados na França, particularmente nos escritos de Lefebvre e de seus colegas, mas também, embora menos visivelmente, nos trabalhos de Foucault. Contudo, segundo Soja, por quase 20 anos, esses "modos" ficaram inexplorados e substancialmente mal entendidos mesmo para os estudiosos das obras de Lefebvre e Foucault (SOJA, 1996).

A obra de Henri Lefebvre é estudada e referenciada em diversos países, como por exemplo, nos Estados Unidos: Soja (1996), no Canadá: Shieds (1999) e no Brasil: Carlos (2001), Damiani (2001) e em Martins (1996). Estes autores destacam, entre outros temas, a importância da sua reflexão a respeito do espaço.

Lefebvre compreendia que a sua "crítica da vida quotidiana" foi a mais importante contribuição à teoria social marxista. Ele insistiu na importância, nos fundamentos e na essência do pensamento materialista dialético. Todavia, é inegável, igualmente, que a sua contribuição maior, nas disciplinas intelectuais, foi sua investigação da construção social e das convenções do espaço.

Lefebvre compreendeu o espacial como dimensão atravessando todas as disciplinas, que pode ser usada como um exemplo ideal para ilustrar o seu desejo do fim da especialização tecnocrática da pesquisa acadêmica e da organização das políticas governamentais. Ele estendeu, assim, progressivamente, o seu conceito inicial da vida quotidiana, primeiro na vida rural do campesinato, depois na extensão dos subúrbios e, finalmente, para discutir a geografia das relações sociais (SHIELDS, 1999, p. 141).

A tese central da obra máxima de Henri Lefebvre "A Produção do Espaço" é que o modo de produção organiza, ao mesmo tempo, as relações sociais e os seus espaços. Assim, o espaço não pode ser confundido com os objetos, as coisas e os produtos, Ele as envolve e é por elas constituído. Efeito de ações passadas, o espaço possibilita ações, sugere ou impede outras. O modo de produção de uma sociedade apropria-se, produz seu o espaço, remodelando-o. A



organização de espaços centralizados e concentrados serve ao poder político e à produção material (LEFEBVRE, 1974, p. 88-89).

Ora, as classes sociais se realizam nesse espaço. A violência subversiva responde à violência do poder. A luta das classes intervém na produção do espaço, cujas classes, frações e grupos de classes são os sujeitos. A luta de classes, hoje mais do que nunca, pode ser lida no espaço. As formas dessa luta são muito mais diversificadas do que no passado. Fazem parte delas, com certeza, as ações políticas das minorias. Às formas de resistência jamais existirá última palavra. Derrotadas, renascem no estreito fio da contestação e da liberdade. Elas lutam, às vezes ferozmente, para afirmarem-se e transformarem-se através de uma prova. Lefebvre chega à conclusão de que tudo o que provém do tempo histórico é submetido, hoje, a uma “prova do espaço”.

As culturas, as consciências dos povos, dos grupos e mesmo dos indivíduos, não escapam à perda da identidade, que vem se juntar aos outros terrores. Referências e referenciais vindos do passado, dissolvem-se. Os valores, erigidos nos sistemas mais ou menos coerentes, desagregam-se, confrontando-se. Ora, ninguém pode evitar a prova do espaço. Mais e melhor: um grupo, uma classe ou uma fração de classe, só constitui-se e reconhece-se como sujeitos produzindo espaço. Os ideais, as representações, os valores que não conseguem inscrever-se no espaço, produzindo uma morfologia apropriada, dessecam-se em signos, dissolvem-se em narrações abstratas, transformam-se em fantasmas. O investimento espacial, a produção do espaço, isso não é um incidente de percurso, mas uma questão de vida e de morte (LEFEBVRE, 1974, p. 478-479).

De acordo com Lefebvre (1974), o espaço não é somente o teatro ou o receptáculo, nem a cena indiferente ou o simples cenário, nem o quadro das ações. Ele é cada vez mais ativo, é o lugar dos recursos, o meio onde são desenvolvidas as estratégias, como instrumento, objetivo, meio e fim. É assim que ele se torna trunfo principal das lutas e das ações ao suscitar sempre a contestação. Assim, conforme Soja, 1993, através de toda a sua obra, Lefebvre:

define uma ampla problemática espacial do capitalismo e a eleva a uma posição central dentro da luta de classes, inserindo as relações de classe nas contradições configuradoras do espaço socialmente organizado. Ele não afirma que a problemática espacial sempre tenha tido essa centralidade. Tampouco apresenta a luta pelo espaço como um substituto ou uma alternativa da luta de classes. Em vez disso, afirma que nenhuma revolução social pode ter êxito sem ser,



ao mesmo tempo, uma revolução conscientemente espacial. Exatamente da mesma maneira que outras “abstrações concretas” (como a forma mercadoria) foram analisadas na tradição marxista, para mostrar como contém em seu bojo, mistificadas e fetichizadas, as verdadeiras relações sociais do capitalismo, também devemos agora abordar a análise do espaço. A desmistificação da espacialidade revelará as potencialidades de uma consciência espacial revolucionária, os fundamentos materiais e teóricos de uma práxis espacial radical está voltado para a apropriação do controle da produção do espaço (SOJA, 1993, p. 116).

Pois, o intento do pensamento de Lefebvre não é somente um estudo linear do espaço social na sua história e na sua gênese, mas procura compreender melhor o presente para antever o possível futuro. Esta intenção abre-se para os estudos locais, em diversas escalas, inserindo-os na análise geral, na teoria global. Esse propósito inclui os conflitos, as lutas, as contradições. Se o local, o regional, o nacional, o mundial implicam-se e imbricam-se. Assim, o mundial não pode abolir o local.

Há dois momentos na pesquisa de Lefebvre sobre o espaço. O primeiro trata do que ele denominou de urbano, e o segundo do espaço social, o qual ele foi o primeiro a nomear como planetário ou global. Foi o primeiro a falar da necessidade de uma escala planetária de análise (SHIELDS, 1999, p.144-145). O seu projeto é orientado na direção do futuro, oferecendo a possibilidade de gerar uma nova espacialização, uma constante leitura do movimento do mundo – um mundo mais equitativo – para além das contradições contemporâneas e das relações de globalização (SHIELDS, 1999, p. 183). As ideias de Henri Lefebvre iluminaram diversas gerações de esquerda e deixaram as suas marcas não somente na França ou mesmo na Europa, nem somente na academia ou nos partidos, intelectuais e militantes, mas imprimiram as suas marcas nas comunidades, nos bairros, nos movimentos, por meio de debates e ações que contribuíram para a produção e transformação dos espaços e territórios.

Como Lefebvre dizia, “não há saber sem crítica do saber e sem saber crítico”. Assim, seu pensamento ainda contribui hoje para a emergência de uma teoria crítica do espaço. Esta teoria crítica, levada até a contestação ou mesmo até a contestação radical, quer substituir a ideologia dominante da “globalização” de um



mundo neoliberal, por um pensamento crítico que possa produzir conhecimento a partir da oposição da espacialização das possibilidades.

Nessa lógica de resistência e na perspectiva de superação, outro filósofo francês tem contribuído nesse sentido. Numa conferência proferida em 1967, Michel Foucault descreve da seguinte forma o novo mundo em formação – aquele da globalização nascente – e a angústia que ele já engendrava: “nós vivemos na época da simultaneidade, na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado-a-lado e do disperso. Em todos os casos, acredito que a ansiedade da nossa época tem a ver, fundamentalmente, com o espaço, muito mais do que com o tempo” (FOUCAULT, 1988). Ele fez, ainda, esta observação: “Como sabemos, a história é a obsessão do século dezenove. A nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço”. Em outras palavras, os séculos XIX e XX foram, sobretudo, marcados pela História. O século XXI poderá ser o marcado pela Geografia em construção.

Nesta perspectiva, ainda há muito que fazer para desvendar a constante “natureza do espaço”. Uma primeira dificuldade, para Foucault, é a sacralização do espaço.

Apesar em toda a técnica desenvolvida na apropriação do espaço, apesar de uma rede de relações entre saberes que nos ajuda a delimitá-lo ou formalizá-lo, o espaço contemporâneo não foi ainda totalmente dessacralizado. A nossa vida ainda é determinada por certas dicotomias inultrapassáveis, invioláveis; dicotomias as quais as nossas instituições ainda não tiveram coragem de dissipar. Estas dicotomias são oposições que tomamos como dados desde início: por exemplo, entre espaço público e espaço privado, entre espaço familiar e espaço social, entre espaço cultural e espaço útil, entre espaço de lazer e espaço de trabalho. Todas estas oposições se mantêm devido à presença oculta do sagrado (FOUCAULT, 1988, p. 16).

Para avançar em direção a desmistificação do espaço sagrado, as “representações do espaço” devem marcar a emergência de outro mundo. Foucault sublinha toda a importância de analisar os “outros espaços”, quer dizer os espaços que se encadeiam uns nos outros, mas que, por outro lado, contradizem todos os outros. Estes são de dois tipos, que ele chama de “heterotopias”, e “utopias”. As



utopias são, literalmente, sítios sem lugar real, que têm uma relação analógica direta ou invertida com o espaço real da sociedade. As heterotopias são espaços reais, onde se desenvolvem, embrionariamente, parcialmente, as utopias em todas as suas contradições. São diversos os movimentos socioterritoriais que procuram realizar esses outros espaços. Foucault evoca as heterotopias da crise, e nesse sentido, destacamos a heterotopia da resistência ou das lutas populares, da territorialização dos movimentos populares.

Ainda, no sentido de conceber a importância de aprender o valor das idéias que nos levam à espacialidade das possibilidades, Harvey (2000), destaca a importância geográfica do pensamento espacial de Foucault:

Foucault nos oferece e nos nutre de idéias a respeito de espaços de *outranéidade (otherness)*, ou seja, da alteridade, onde as alternativas podem ser exploradas não como meros produtos da imaginação, mas através do contato com processos sociais que já existem. É dentro destes espaços que as experiências podem tomar formas e, a partir destes espaços, que uma crítica de normas e de processos existentes pode mais eficazmente ser elaborada (HARVEY, 2000, p. 184).

Harvey considera também que o conceito de heterotopia tem a virtude de insistir num melhor entendimento da heterogeneidade do espaço em suas dimensões e possibilidades (HARVEY, 2000, p. 185). De fato, Foucault não explora toda a diversidade possível dos “outros espaços”. Apesar disso, ele é explícito ao tratar dos conflitos e trunfos de poder e que os espaços portam esse antagonismo.

Nesse sentido, a geografia das confrontações locais de poder foi, em parte, problematizada por Foucault na temática de uma verdadeira “*microfísica do poder*”. Perguntado por geógrafos, em 1976 – numa entrevista publicada no primeiro número da revista de geografia crítica Hérôdote - após uma certa irritação inicial, ele reconheceu: “a geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles dos territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações encontrariam os métodos de vocês” (FOUCAULT, 1979, p. 165).



Este tipo de abordagem nos parece importante na análise geográfica das lutas dos movimentos socioterritoriais.

O MST: um movimento socioterritorial

Iniciamos esta parte refletindo a respeito do debate recentemente lançado por Fernandes (2000), tomando a territorialização do MST como exemplo para sua reflexão sobre “movimento social como categoria geográfica”. Reflexão continuada em Martin, 2001, que também compreende o MST como movimento socioterritorial, mais do que socioespacial. Desenvolvendo essa discussão, nos parece que alguns pontos do debate devem ser reconsiderados aqui, no sentido de esclarecer, através do caso do MST, não somente as distinções entre espaço e território, mas também, entre os processos de espacialização e de territorialização, assim como entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

É fundamental fazer nitidamente a distinção entre o espaço e o território. É muito mais do que uma simples questão de terminologia. Assim, após Raffestin, 1993, que já fez considerações a respeito da anterioridade do espaço, Oliveira argumenta que:

Desvendar o território pode e deve ser uma perspectiva científica para a geografia. Por isso, insistimos, temos que aprofundar as diferenças que nos move perante essa luta de cunho teórico, e por isso reafirmamos que o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território, por sua vez, é um espaço transformado pelo trabalho e, portanto, uma produção humana, logo, espaço de luta de classes ou frações de classes sendo, pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir (OLIVEIRA apud FERNANDES, 1996, p.12-13).

A distinção espaço/território torna-se muito mais necessária ainda, no contexto atual da globalização, com a emergência de movimentos populares de contestação, como, entre outros, o MST no Brasil:

O capital mundializou-se, mundializou seu território. Produziu, construiu, transformou seu território. E qual foi o resultado desse processo? Uma pequena parte da humanidade apropriou-se, de forma privada, do mundo. O território capitalista, confiscado



historicamente no processo de sua construção, agora é contestado. As lutas dos Sem Terra são marcas visíveis dessa contestação. E, mais do que isso, pequenas parcelas estão sendo retomadas pelos Sem Terra. Nelas estão semeando a utopia, reencontrando sua identidade e se tornando cidadãos (OLIVEIRA apud FERNANDES, 1996, P. 13).

Vejamos o problema do campesinato no espaço rural brasileiro, como exemplo. O campesinato é um grupo social – parte da classe trabalhadora - que historicamente tem resistido a desterritorialização. Mas é um grupo social singular, porque a sua subordinação ao capital não é total, como é a do assalariado. Essa distinção é importante, porque no caso do assalariado não existe um território de resistência, mas somente um espaço político de resistência – expressa pelas reivindicações salariais. No caso do campesinato, a terra de trabalho é um território de resistência. Na luta pela terra, na ocupação do território do latifúndio, o acampamento é um espaço de resistência. A diferença entre território e espaço para a leitura da resistência é fundamental, porque o capital em sua reprodução ampliada (que é também um processo tanto de espacialização quanto de territorialização) domina ou tenta dominar todos os espaços e todos os territórios. Ao mesmo tempo em que a resistência e o enfretamento são formas de apropriação de espaços e territórios.

Mesmo na condição da subalternidade, o campesinato tem resistido e enfrentado o processo de territorialização do capital. Conforme Oliveira (1999, p. 107), "a territorialização do monopólio e a monopolização do território podem se constituir em instrumento de explicação geográfica para as transformações territoriais do campo. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência" (OLIVEIRA, 1999, p. 74). Complementarmente, Fernandes (2000) analisa um outro lado desse processo, que é a territorialização da luta pela terra.

O território é o resultado do processo de apropriação permanente do espaço geográfico através de práticas territoriais individuais, de classes sociais e ou institucionais. Esse processo pode ser materializado e/ou ideologizado permanentemente por meio de trocas materiais e da produção ideológica, podendo ir até o sonho, o mito, a utopia (MARTIN, 2000, p. 79-82). É precisamente dessa



multiplicidade das práticas territoriais que provém a multidimensionalidade do território. A apropriação do espaço geográfico como território, segue um processo histórico cíclico de T-D-R (Territorialização–Desterritorialização–Reterritorialização).

Decerto que o capital subordina a tudo e a todos, quem resiste e quem não resiste, os que ficam e os que partem, porque o capital vai alcançá-los. Sem entender a produção do espaço capitalista em suas T-D-R, não compreendemos esse processo. Este pode ser um exemplo que esse processo histórico não escapa a prova do espaço, como afirmou Lefebvre. Mas nesse entretanto são construídas as heterotopias, quando o processo de territorialização do capital é interrompido por sua própria lógica de reprodução contraditória ou por um conjunto de ações de enfrentamento, na apropriação de frações do território capitalista, transformando-o em território camponês. Conforme já afirmou Raffestin (1993), o território é um trunfo no movimento contínuo de enfretamento e resistência ao capital, ao seu processo de territorialização.

É fundamental lembrar, para fugir dos “becos sem saída” da pós-modernidade, que quando falamos de território, estamos falando de conflito. Porque território é poder e dominação, é autonomia e subordinação, é liberdade e prisão. É, portanto, luta e resistência. Por essas razões, o território carrega em si o contraditório e, portanto, a possibilidade de superação e de subordinação; de apropriação e de expropriação. E na sociedade capitalista, a territorialização do capital também acontece desterritorializando o campesinato ao mesmo tempo em que o campesinato se reterritorializa desterritorializando o capital.

Para melhor compreender esses processos é preciso discutir os conceitos de espacialização e de territorialização. Do mesmo modo que o território não é a mesma coisa que o espaço, há também que distinguir, cuidadosamente, os processos de espacialização e territorialização. Espacialização é o processo do movimento concreto da ação e sua reprodução no espaço e no território. É expansão, multidimensionamento e reprodução contínua do espaço político. Territorialização é o processo de reprodução, recriação e multiplicação de frações do território.

Dessas ações provém a eficácia reconhecida do MST, enquanto movimento socioterritorial, de conseguir realizar a combinação destes dois



processos – espacialização e territorialização – diferentes é certo, mas que se revelam, de fato, complementares e indissociáveis. "Os movimentos socioterritoriais realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento. Esses processos são interativos, de modo que espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta" (FERNANDES, 2001, p. 69).

No processo de espacialização, os acampamentos são resultados das ocupações. São espaços heterotópicos, de concretude política, da perspectiva e da esperança da transformação das realidades. E para mudar a realidade é preciso transformar o espaço em território. Desde esse ponto de vista, é preciso levar cuidadosamente em consideração todos "os grupos expropriados cujos acampamentos, circunstanciais, fazem parte de sua estratégia de resistência, como é o caso dos acampamentos, às vezes altamente organizados, dos sem-terra e dos sem-teto" (HAESBAERT, 1995, p. 191). Nos casos das ocupações, há, claramente, um questionamento imposto ao espaço. Estas são possibilidades para introduzir, tanto em escala local, como estadual e nacional, uma novidade radical que põe em questão a organização estabelecida do espaço. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo compreendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. Nesse sentido, a ocupação da terra e sua espacialização levam a transformação do espaço em território, com a conquista da terra.

É na preparação e na realização de uma ocupação, mais ou menos massiva, que os sem-terra dão-se os meios de pôr, radicalmente, em questão o tabu sócio-histórico do latifúndio. A ocupação constitui uma transgressão dos limites, no caso fundiário, oficialmente traçada. Mas, ela é, ao mesmo tempo, um conjunto de práticas sociais que constroem e estruturam o movimento.

Com essas práticas, os sem-terra reúnem-se em movimento. Superam bases territoriais e fronteiras oficiais. Na organização da ocupação massiva, agrupam famílias de vários municípios e de mais de um Estado, quando em áreas fronteiriças. Desse modo, rompem com localismos e outras estratégias advindas de interesses que visam impedir e ou dificultar o desenvolvimento da luta pelos trabalhadores (FERNANDES, 2001, p. 72-73).



A ocupação, como prática socioespacial e territorial radical, caracteriza fortemente o processo de formação do MST. Também os acampamentos, as marchas ou caminhadas são formas de luta que têm sido utilizadas por diferentes organizações políticas. Assim entendidas, comprehende-se melhor porque o poder neoliberal busca, desde a segunda metade dos anos 1990, criar muitos obstáculos a fim de enfrentar mais eficazmente esse movimento popular considerado insuportável: judiciarização, militarização, repressão, prisão e elaboração de políticas voltadas para o mercado, como por exemplo, o Banco da Terra.

Com essa estratégia, o governo Fernando Henrique Cardoso tentou dominar a lógica do conflito, porque por meio do Banco da Terra é o mercado que passa a ser a condição de acesso à terra e não mais as ações dos sem-terra.

Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais

Em primeiro lugar é necessário informar que a denominações movimento socioespacial e movimento socioterritorial têm um significado lógico. Ao cunharmos esses conceitos, nossa principal preocupação é a possibilidade de realizarmos uma leitura geográfica dos movimentos sociais. O conceito sociológico de movimento social tem como conteúdo e significado o estudo da organização e das relações desenvolvidas pelos movimentos. Não há a preocupação com a leitura geográfica ou com os processos geográficos constituídos pelas ações dos movimentos sociais.

Ao analisarmos as ações de movimentos sociais a partir de suas práticas socioespaciais e socioterritoriais, estamos realizando uma leitura diferenciada daquela feita pelos sociólogos. Não estamos preocupados somente com a compreensão das formas e das relações, mas principalmente com a compreensão dos espaços produzidos e dos territórios conquistados.

Nesse sentido, existindo uma prática socioespacial ou socioterritorial dos movimentos sociais existe também uma forma de leitura e denominação dessas práticas. Evidente que todos os movimentos sociais produzem espaços, que sejam sociais, políticos e, culturais. Por essa razão, esses movimentos também podem ser chamados de movimentos socioespaciais.



Enquanto os sociólogos estão preocupados em estudar o desenvolvimento das ações para compreender a transformação da forma do movimento, observado qual a forma institucional que este vai assumir, ou se vai ser extinto, quando atingir os seus objetivos e reivindicações, nós estamos preocupados em compreender os tipos de espaços e de territórios produzidos e conquistados pelos movimentos. São, portanto, métodos de análise diferenciados.

Geógrafos e sociólogos se preocupam com os movimentos sociais de diferentes maneiras. Ambos querem compreender as ações e os seus resultados na transformação da realidade em questão. Mas, procuram ver de pontos diferenciados. Os sociólogos têm os movimentos sociais como objeto de análise, pesquisando uma parte da realidade que são as dimensões sociopolíticas e culturais. Os geógrafos também têm os movimentos sociais como objeto de análise, pesquisando uma outra parte da realidade que são as dimensões socioespaciais e socioterritoriais. Quando um geógrafo estuda os movimentos sociais como conceito sociológico, pode estar utilizando-o como metáfora. Afinal, como afirmou Santos (1996, p. 70): “conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas em outras, por mais vizinhas que se encontrem. Metáforas são flashes isolados, não de dão em sistemas e não permitem teorizações”.

Igualmente é importante esclarecer que os sociólogos trabalham com o espaço social e político. Todavia, a leitura sociológica do espaço é diferente da leitura geográfica do espaço. O espaço pode ser lido como relação social, como produto ou como objeto e até como metáfora. Para o geógrafo, o espaço é processo, é movimento, é materialização ou como prefere Santos (1996) “é indissociavelmente sistema de ações e sistema de objetos”. E mais, é no processo de produção do espaço geográfico que o território é formado e conquistado, apropriado e expropriado, porque o território contém o espaço e neste está contido.

Também é importante esclarecer que não estamos querendo “disputar espaços” com os sociólogos, porque a questão não é apenas de denominação, mas de método e conceitual. Ao se utilizar um método sociológico, coerentemente usa-se o conceito de movimento social. Ao se utilizar um método geográfico é coerente que empreguemos os conceitos de movimento socioespacial ou de movimento socioterritorial.



Nessa reflexão, também é importante fazer a distinção entre movimento sindical e movimento social. São instituições distintas. Os movimentos sociais autênticos não são instituições jurídicas, normativas controladas pelo Estado, pois são criados como instituição alternativa, é uma possibilidade de mudança das estruturas oficiais. Mas um movimento sindical pode ser um movimento socioespacial, como por exemplo, os sindicatos de professores ou de metalúrgicos. Da mesma forma, um movimento sindical pode ser um movimento socioterritorial, como por exemplo, os sindicatos de trabalhadores rurais ou sindicatos de agricultores familiares.

O conceito de movimento socioespacial contém diferentes dimensões do espaço geográfico: social, política, econômica, cultural e ambiental. Nesse sentido, os movimentos socioespaciais têm esses espaços como trunfo. É para a compreensão da produção desses espaços que utilizamos o conceito. São exemplos, os movimentos contra a carestia, os movimentos sindicais, os movimentos pela preservação do meio ambiente, pela preservação de áreas tombadas como patrimônio público, entre outros.

Os movimentos socioterritoriais têm o território como trunfo. Da mesma forma que a existência dos movimentos socioespaciais está diretamente relacionada com determinados espaços, a existência dos movimentos socioterritoriais está absolutamente vinculada ao território. Um movimento socioterritorial como o MST tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho.

Os movimentos socioespaciais e os socioterritoriais podem ser isolados, espacializados ou territorializados. Os significados desses tipos de movimentos têm como referência o espaço geográfico e a organização social. Os movimentos isolados em espaços ou em territórios determinados, não se espacializam e não se territorializam. Os movimentos espacializados e os movimentos territorializados organizam-se e atuam em diferentes espaços e territórios ao mesmo tempo (FERNANDES, 2001, p. 64).

Não se trata aqui do problema do planejamento oficial do espaço – mesmo dito, às vezes, notadamente na França, “do território” – mas é, de preferência, questão das práticas emergentes dos movimentos socioespaciais e socioterritoriais, até agora sempre deixadas à parte do problema. É na e para uma



tal territorialização deliberada que o espaço torna-se verdadeiramente um trunfo, não mais entregue às elites dominantes apenas, mas acessível às camadas populares, através, notadamente, dos movimentos urbanos ou rurais.

Eles reorganizam porções do espaço geográfico com o desenvolvimento de práticas socioterritoriais e socioespaciais alternativas, como, por exemplo, quando uma fração de latifúndio é transformada em assentamento, mediante a pressão de uma ocupação de sem-terra, ou quando os sem-teto ocupam uma parcela vazia num bairro urbano ou ocupam um conjunto de casas.

Um movimento socioterritorial, como é o MST, longe de encerrar-se nas estruturas herdadas e impostas do espaço produzido pela sociedade capitalista, na sua etapa da globalização, desenvolve práticas alternativas que põem em questão a estruturação espacial. As chaves do relativo êxito de um tal movimento – comparativamente ao fracasso da maioria dos movimentos sociais urbanos – são as seguintes: As ocupações permitem de desestabilizar o tabu sócio-histórico brasileiro do latifúndio. Compreende-se bem todos os esforços do poder neoliberal para pôr fim às ocupações dos sem-terra. Portanto, elas não são somente uma resposta local a uma determinação global, mas também os firmes pontos de apoio para uma interatividade multiescalas do movimento, do local até o internacional, como no seio da Via Campesina, movimento camponês transnacional, por exemplo. Enfim, ultrapassando a estigmatização anti-rural, o movimento é também portador, sobretudo através de suas lutas, da afirmação de uma identidade camponesa enfim reconhecida.

Considerações finais

As ações dos movimentos socioespaciais e dos movimentos socioterritoriais no enfretamento contra a perversidade da globalização podem ser vistas contidianamente por meio das diversas formas de mídias.

Nessas considerações finais, queremos lembrar da Via Campesina – nosso atual objeto de estudo, como importante exemplo do pensamento que estamos desenvolvendo. Durante as três versões do Fórum Social Mundial,



realizado em Porto Alegre, nos anos 2001, 2002 e 2003, foi notável a participação da Via Campesina nas plenárias e nos diversos debates temáticos do evento.

A Via Campesina foi criada em 1992 e é uma articulação de diversas organizações camponesas da América Latina e do Norte, da Europa, da Ásia e da África. Em seus documentos, a Via Campesina registra que tem como objetivo a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda (VIA CAMPESINA, s.n.t.). No Brasil, estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT e Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR. Na França, estão vinculados à Via Campesina: a Fédération Nationale des Syndicats d'Exploitants Agricoles e a Confédération Paysanne.

A partir da articulação da Via Campesina, esses movimentos socioterritoriais conquistaram uma representação mundial. A constituição dessa articulação tem possibilitado aos movimentos camponeses a organização de ações conjuntas em escala mundial, bem como a troca de experiências no que se refere aos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra e pela reforma agrária e no enfrentamento com políticas impostas por instituições nacionais e supranacionais, como por exemplo o processo de mercantilização da reforma agrária, denominado Banco da Terra, implantado pelo Banco Mundial em convênio com governos das Filipinas, África do Sul, Brasil, Colômbia, Guatemala e Chile.

Como contribuição para compreender essa nova realidade em curso, esperamos que as reflexões aqui apresentadas sirvam de referência para um debate com os estudiosos do tema, em especial para os geógrafos preocupados com essa questão. É um trabalho hercúleo superar a idéia de globalização como fábula, pois essa realidade é perversa e por essa razão é preciso pensar outra globalização, como defende Santos (2000).



Acreditamos que o conteúdo deste artigo seja objeto de discussão para que possamos pensar os movimentos socioterritoriais como sujeitos desafiadores dessa ordem e protagonistas de uma transformação por vir.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **Contre-feux 2**. Paris: Ed. Raisons d'agir, 2001.
- CARLOS, Ana Fani A. Novas contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa ; CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- DAMIANI, Amélia Luisa. As contradições do espaço: da lógica formal à lógica dialética, a propósito do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odete Carvalho de Lima (Org.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTELLS, Manuel. **Le pouvoir de l'identité**. Paris: Fayard, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Movimento social como categoria geográfica. In: **Terra Livre**, n°15. São Paulo: AGB, 2000.
- _____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- _____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In ANAIS DO XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Petrolina, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. Questions à Michel Foucault. In **Hérodote**, n° 1, p. 71-85, 1976.
- _____. Des espaces autres. In: **Dits et écrits**. Gallimard: Paris, 1988.
- HARVEY, David. **Spaces of Hope**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- KLEIN, Juan-Luis, et al (dir.). **Au-delà du néolibéralisme, quel rôle pour les mouvements sociaux?**, Coll. *Etudes d'économie politique*. Québec: Presses de l'Université du Québec, 1997.



KLEIN, Juan-Luis, et LAURIN, Suzanne (dir.). L'éducation géographique, formation du citoyen et conscience territoriale. In **Géographie contemporaine**. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1998.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique**. Paris: Ed. Messidor, 1986.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. In **Caderno Prudentino de Geografia**, nº19/20. Presidente Prudente: AGB, 1997.

_____. **Identités et territorialités dans le Nordeste brésilien, le cas du Rio Grande do Norte**. Villeneuve d'Ascq: Ed. Septentrion, 2000.

_____. **Les Sans-Terre du Brésil, géographie d'un mouvement socio-territorial**. Paris: Ed. l'Harmattan, 2001.

MARTINS, José de Souza (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In CARLOS, Ana Fani A. **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Pour une géographie nouvelle, de la critique de la géographie à une géographie critique**. Paris: Publisud, 1984.

_____. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SHIELDS, Rob. **Lefebvre, Love and Struggle, Spatial dialectics**. London - New York: Routledge, 1999.

SOJA, Edwards W. **Geografias Pós-Modernas, a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **Thirdspace, Journeys to Los Angeles and Other Real-and-Imagined Places**. Malden – Oxford: Blackwell, 1996.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.



7. MOVIMENTOS SOCOTERRITORIAIS E ESPACIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA – 2000-2004¹

Anderson Antonio da Silva

Bernardo Mançano Fernandes

1. Introdução

A ocupação de terra se constitui na forma mais importante de acesso à terra no Brasil (FERNANDES, 2001). A acanhada reforma agrária que acontece não pode ser percebida sequer em escala estadual, quiçá nacional. Pode-se contar nos dedos os municípios que tiveram suas estruturas fundiárias desconcentradas por causa da implantação de assentamentos. E essa realidade é resultado das ocupações de terra que pressionaram o Estado para que executasse uma política de reforma agrária.

Embora essa questão seja pouquíssima discutida, porque muitos trabalhos de pesquisa partem do pressuposto que os assentamentos são resultados da reforma agrária e não das ocupações de terra, temos trabalhado intensamente para compreender melhor essa realidade. A territorialização dos movimentos camponeses, como demonstrado neste artigo, é processo indubitável da espacialização da luta pela terra que define o território como referência fundamental para análise dessa realidade.

Para aprofundar essa reflexão, apresentamos um ensaio conceitual a respeito das ocupações de terra realizadas pelos movimentos socioterritoriais no processo de espacialização da luta pela terra. Desse modo, continuamos nosso ensaio teórico a partir da leitura geográfica dos dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT. Essas são novas referências para ampliar nossas reflexões a respeito do conceito de movimento socioterritorial que estamos cunhando.

Procuramos aprofundar essa discussão a partir de (SANTOS, 1988 e 1996), (LEFEBVRE, 1991), (RAFFESTIN, 1993), (OLIVEIRA, 1991) (GONÇALVES, 2001; 2005) e (FERNANDES, 1998; 2000; 2004); (FERNANDES e MARTIN, 2004),

¹ Texto publicado na Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, volume 32, 2005.



utilizando como exemplos movimentos camponeses atuantes no território nacional e que se espacializam e se territorializam na luta pela terra.

As informações analisadas neste texto foram obtidas a partir dos Cadernos Conflitos no Campo – Brasil 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004, publicados pela CPT. Com base nessas informações realizamos as classificações por estados, e macrorregiões dos movimentos socioterritoriais, procurando compreender suas participações no processo de espacialização da luta pela terra.

A espacialização é compreendida pelo processo de produção e criação de espaços de luta para conquistar a terra. Neste texto, realizamos a primeira análise desse processo, tomando como referência os movimentos socioterritoriais. Todavia, pela inexistência de um cadastro de acompanhamento das atividades desses movimentos, nossa análise é limitada às ações, sem podermos aprofundar os estudos a respeito das origens, permanência e cessação.

Para superar esta lacuna, estamos trabalhando na criação de um cadastro de movimentos socioterritoriais no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA. Não se tem conhecimento, hoje no Brasil, do número de movimentos socioterritoriais. Neste trabalho analisamos apenas as ações de 57 movimentos que atuaram no período 2000-2004, ocupando terra e ou resistindo na terra, de acordo com as pesquisas realizadas pela CPT.

2. Construção Conceitual

Nossas reflexões a respeito do conceito de movimentos socioterritoriais começaram na segunda metade da década de 1990 e resultaram na publicação do artigo “Movimento Social como Categoria Geográfica” (FERNANDES, 2000). Essas reflexões continuaram no debate com o geógrafo francês Jean Yves – Martin e resultaram na publicação do texto “Movimento socioterritorial e globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST” (FERNANDES; MARTIN, 2004).

Estes dois trabalhos resultam de um desafio no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para a compreensão dos



processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços e transformadores de espaços em territórios.

Os movimentos transformam espaços em territórios, se territorializam, são desterritorializados e se reterritorializam, carregando consigo suas territorialidades. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida como estado permanente de conflitos no enfrentamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios. A criação ou conquista de um território acontece com a desterritorialização e com a reterritorialização de outro. O território é espaço de dominação e de resistência e por essa razão carrega em si sua contradição.

Na década de 1990, a geografia agrária intensificou seus estudos referentes às ações dos movimentos sociais. Todavia, no referencial teórico para análise dos objetos predominava conceitos de origem sociológica, econômica ou histórica. Por esta razão, nosso desafio em pensar as dimensões geográficas das ações e das relações construídas pelos movimentos sociais, no sentido de reconceitualizá-lo a partir de uma leitura geográfica do processo.

Neste sentido, estamos cunhando o conceito de movimento socioterritorial para contribuir com os estudos geográficos nas Ciências Humanas. Os sociólogos preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, mas com certeza não contribui tanto para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos.

Esses espaços são materializações, se concretizam na realidade, em lugares diversos, espaços múltiplos, e é possível mapeá-los de diferentes modos, contribuindo com leituras geográficas. Os movimentos socioterritoriais para atingirem seus objetivos constroem espaços políticos, espacializam-se e se territorializam.

Para evitar mal-entendidos com relação a nosso pensamento, enfatizamos que movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem



movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica.

É com essa preocupação que apresentamos este ensaio teórico, ou seja, construir um referencial que nos permita compreender como as formas de organização e as relações sociais definem e delimitam espaços e territórios de ação dos movimentos.

Ainda queremos enfatizar que não significa uma visão determinista do lugar, como lembra (NEVES, 2004). Não propomos estudo descritivo do território, mas as interações que são constituintes de transformação da realidade a partir de processos geográficos. Não nos interessa o espaço em si, mas o movimento do espaço e sua transformação em território.

Com essa preocupação cunhamos o conceito que no possibilita compreender as ações dos movimentos socioterritoriais, a partir dos territórios construídos pelas relações sociais, materiais e imateriais. Enfatizando, também é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais.

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os movimentos socioterritoriais e seus processos geográficos (isolados ou territorializados). Os movimentos socioterritoriais têm o território como trunfo, essencial para sua existência. Os movimentos camponeses se constituem em movimentos socioterritoriais, porque criam relações sociais para produzirem seus próprios territórios.

Analisando a pesquisa da Comissão Pastoral da Terra (realizada no período 2000-2004), reunimos cinqüenta e sete movimentos socioterritoriais atuando em todo o território nacional. Através desses movimentos, 232.757 famílias participaram de 1.374 ocupações. Ainda 22.300 famílias organizaram-se em movimentos socioterritoriais, todavia esses não tiveram seus nomes identificados. Esses, na maior parte, são movimentos isolados e respondem por um número menor de ações. Dos 57 movimentos analisados, 45 são movimentos socioterritoriais isolados (ver tabela 1 e quadro 1).



Movimentos isolados são aqueles que atuam somente em um estado. Os movimentos que atuam em mais de um estado formam uma rede de negociação com diferentes forças políticas. Quando um movimento realiza ocupações em duas unidades federativas, relacionam-se com distintas forças políticas, expandindo as possibilidades de territorialização.

Por exemplo, pode negociar com um governador favorável à reforma agrária e com um governador contrário a reforma agrária. Essa diferença de resultados contribui com o desenvolvimento da luta. Pois uma conquista em um estado expande a possibilidade de resistência no outro estado. Quando um movimento socioterritorial atua em dois estados ou mais, inicia uma relação com outras escalas de poder, necessariamente com a capital federal.

Os movimentos territorializados são aqueles que atuam em mais de um estado e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala estadual, eles se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços.

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos constroem espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços.

No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses e movimentos indígenas de luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia.



Da mesma forma esses movimentos enfrentam contra-espaços (MOREIRA, 2002), que foram elaborados por (FELICIANO, 2003), como exemplos das medidas políticas do Estado para impedir a espacialização e territorialização dos movimentos camponeses. O conflito é fato presente nas ações dos movimentos socioterritoriais e são promotores de desenvolvimento e refluxo das políticas das instituições. A exclusão, a negociação e a ressocialização são condições que se realizam e se superam por meio das ações dos movimentos na construção de espaços e conquista de territórios.

Compreender esses processos é importante para superarmos pré-conceitos contra os sujeitos que lutam pela materialização de suas existências e são considerados, muitas vezes, como baderneiros, porque ocuparam espaços e territórios de onde foram excluídos pela desigualdade econômica e controle social.

Igualmente, nos ajuda a compreender como a Geografia pode utilizar uma leitura autônoma, para estudar melhor a realidade dos movimentos e contribuir com outras áreas do conhecimento.

Volume 2

Bernardo Mancano Fernandes

TABELA 1 - BRASIL - MOVIMENTOS SOCIO TERRITORIAIS POR ESTADO E MACRORREGIÕES - 2000 - 2004

REGIÃO/UF	1º MSI		2º		3º		4º		5º		OUTROS*		N.I.*		TOTAL		
	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	
NORTE	31	9.175	29	4.802	-	-	1	150	-	-	-	-	12	1.396	66	5.669	139
AC	-	-	2	400	-	-	1	150	-	-	-	-	-	-	4	441	7
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	24	6.720	27	4.402	-	-	-	-	-	-	-	-	3	355	52	4.165	106
RO	5	780	-	-	-	-	-	-	-	-	8	961	6	853	19	2.594	
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TO	2	1.675	-	-	-	-	-	-	-	-	1	80	4	210	7	1.965	
NORDESTE	390	70.248	69	5.724	58	7.013	-	-	7	1.850	52	6.447	83	7.006	659	98.288	
AL	54	7.412	-	-	-	-	-	-	3	250	3	590	13	1.026	73	9.278	
BA	39	13.246	2	120	-	-	-	-	-	-	15	1.436	10	524	66	15.326	
CE	20	1.656	2	179	-	-	-	-	-	-	2	310	2	132	26	2.277	
MA	11	2.950	3	532	-	-	-	-	-	-	-	-	10	907	24	4.389	
PB	10	1.340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13	1.219	23	2.559	
PE	203	32.052	58	4.610	58	7.013	-	-	3	1.200	21	3.318	27	2.558	370	50.751	
PI	14	1.975	3	145	-	-	-	-	-	-	8	443	-	-	25	2.563	
RN	16	3.886	1	138	-	-	-	-	1	400	3	350	8	640	29	5.414	
SE	23	5.731	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	5.731	
C. OESTE	103	35.245	51	4.219	-	-	42	3.983	3	600	22	3.904	22	2.025	243	49.976	
DF	5	1.060	1	34	-	-	-	-	-	-	-	-	1	172	7	1.266	
GO	43	12.253	28	2.091	-	-	-	-	3	600	7	1.400	5	240	86	16.584	
MS	34	11.982	21	2.034	-	-	42	3.983	-	-	11	1.074	9	323	117	19.396	
MT	21	9.950	1	60	-	-	-	-	-	4	1.430	7	1.290	33	12.730		
SUDESTE	208	35.231	43	3.818	-	2	50	7	1.566	93	9.389	29	2.933	382	52.987		
ES	16	2.619	1	70	-	-	-	-	-	2	175	-	-	19	2.864		
MG	59	9.490	36	2.144	-	-	-	-	4	1.050	50	5.411	14	980	163	19.075	
RJ	22	4.120	4	880	-	-	-	-	3	440	1	230	30	5.670			
SP	111	19.002	2	724	-	-	2	50	3	516	38	3.363	14	1.723	170	25.378	
SUL	118	24.549	2	27	-	1	1.000	-	-	30	2.371	49	4.667	200	32.614		
PR	60	9.856	1	27	-	-	-	-	-	25	1.856	37	4.154	123	15.895		
RS	35	11.167	1	N.I.	-	-	1	1.000	-	-	4	395	10	443	51	13.005	
SC	23	3.524	-	-	-	-	-	-	1	120	2	70	26	3.714			
BRASIL	850	174.448	194	18.590	58	7.013	46	5.183	17	4.016	209	23.507	249	22.300	1.623	255.057	

Fonte: CPT - 2004. Organização - Anderson Antonio da Silva - NERA.

*N.I - Não Informado - correspondente ao registro de ações onde não foi possível identificar o nome do movimento socioterritorial

**Outros - soma de todos os movimentos socioterritoriais que realizaram menos de 17 ocupações no ano de 2004. Ver Quadro 2 - Movimentos socioterritoriais - 2000 - 2004



3. Movimentos Socioterritoriais no Brasil – 2000-2004

Os movimentos socioterritoriais realizaram 1.632 ocupações com 255.057 famílias no período de 2000 a 2004 (tabela 1). Das 255.057 famílias, mais da metade, 151.275 ou 59,3% realizaram ocupações nas regiões Nordeste (38,5%) e Sudeste (20,8%). Na região Centro-Oeste foram 19,6% das famílias, no Sul foram 12,8% e no Norte 8,3%.

Ainda com base na tabela 1, observa-se a intensidade da espacialização de cada movimento socioterritorial na luta pela terra. Estiveram presentes na organização de famílias em ocupações entre os anos de 2000 a 2004, com maior intensidade entre outros, cinco movimentos socioterritoriais: **MST, CONTAG, OLC, CUT e MAST**.

Entre estes movimentos destacamos o **MST**, responsável pela organização de 174.448 famílias em ocupações, realizando o correspondente a 68,4% das ocupações de terra. Em segundo lugar, a **CONTAG** organizou 18.590 famílias, o que representa 7,3%. Em terceiro, com 2,7%, a **OLC**, com 7.013 famílias e em quarto lugar com 2,0% a **CUT**, com 5.183 famílias, em quinto lugar com 1,6% e 4.016 famílias o **MLST**.

Tivemos ainda no universo da análise, 22.300 famílias ou 8,7% de ocupações realizadas por movimentos socioterritoriais que não foram informados e 23.507 ou 9,2% na categoria outros, que é a soma de todos os movimentos socioterritoriais que realizaram menos de dezessete ocupações no período, conforme pode ser visualizado na tabela 1.

Analizando esta mesma realidade por estado, verificamos alta concentração do número de famílias em ocupações em 5 unidades federativas: Pernambuco, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Goiás. Juntos estes estados reúnem 131.184 famílias, valor que corresponde a 51,4% do total de famílias em ocupações contabilizadas no período.

Deste total, participaram cada uma das unidades federativas com os seguintes percentuais: Pernambuco 19,9% (50.751 famílias), São Paulo 9,9% (25.378 famílias), Mato Grosso do Sul 7,6% (19.396 famílias), Minas Gerais 7,5% (19.075 famílias) e Goiás 6,5 (16.584 famílias). Em PE, o **MST** foi responsável por 63,1% (32.052 famílias), em SP por 74,8% (19.002), em MS por 61,7% (11.982 famílias), em MG 49,7% (9.490 famílias) e em GO por 73,8% (12.253 famílias) respectivamente.



Em linhas gerais os Estados de Pernambuco e São Paulo são as unidades federativas com registro de maior número de famílias em ocupações. A participação destes estados no número total confere às regiões Nordeste e Sudeste o status das duas macrorregiões com maior número de famílias ocupantes.

Em segundo e terceiro lugar respectivamente, temos a **CONTAG** e a **OLC**, os dois movimentos socioterritoriais mais expressivos. Juntos organizaram cerca de 25.603 famílias, equivalente a 10% das ocupações realizadas no período.

4. Movimentos Socioterritoriais no Brasil – 2004

Na análise da intensidade da espacialização dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra, apenas no ano de 2004, temos a seguinte realidade. Foram realizadas 461 ocupações de terra com 73.657 famílias (tabela 2). Deste total de famílias em ocupações mais da metade, 47.064 que corresponde a 63,9% foram realizadas nas regiões Nordeste (44,1%) e Sudeste (19,8%). A região Centro-Oeste teve 18,9% das famílias, o Sul 10,2% e o Norte 7,0%.

Comparativamente as macrorregiões brasileiras com maior registro de famílias em ocupações seguem a mesma tendência do período 2000 a 2004. Ainda com base na tabela 2, podemos observar, quais foram os cinco movimentos socioterritoriais que participaram do processo de espacialização da luta pela terra no ano de 2004. Estiveram presentes na organização de famílias em ocupações no ano de 2004 os seguintes movimentos socioterritoriais: **MST, CONTAG, OLC, MAST e MTL**.

Desta relação de movimentos o **MST** é responsável pela organização de 53.211 famílias em ocupações, o que corresponde a 72,2% das ocupações de terra realizadas. Os 27,8% ou 20.446 famílias perfazem a soma das ocupações realizadas pelos seguintes movimentos socioterritoriais que participaram com o seguinte percentual: **CONTAG** 4,5% ou 3.325 famílias, **OLC** com 5,1% ou 3.768 famílias, **MAST** com 1,2% ou 852 famílias e **MTL** com 1,5% ou 1.070 famílias.

No universo da análise também foram contabilizados cerca 6.368 famílias ou 8,6% de movimentos socioterritoriais não informados e 5.063 famílias ou 6,9% na categoria outros, composta pela soma dos movimentos socioterritoriais que realizaram menos de quatro ocupações de terras durante o ano de 2004, conforme pode ser visualizado na tabelas 2.



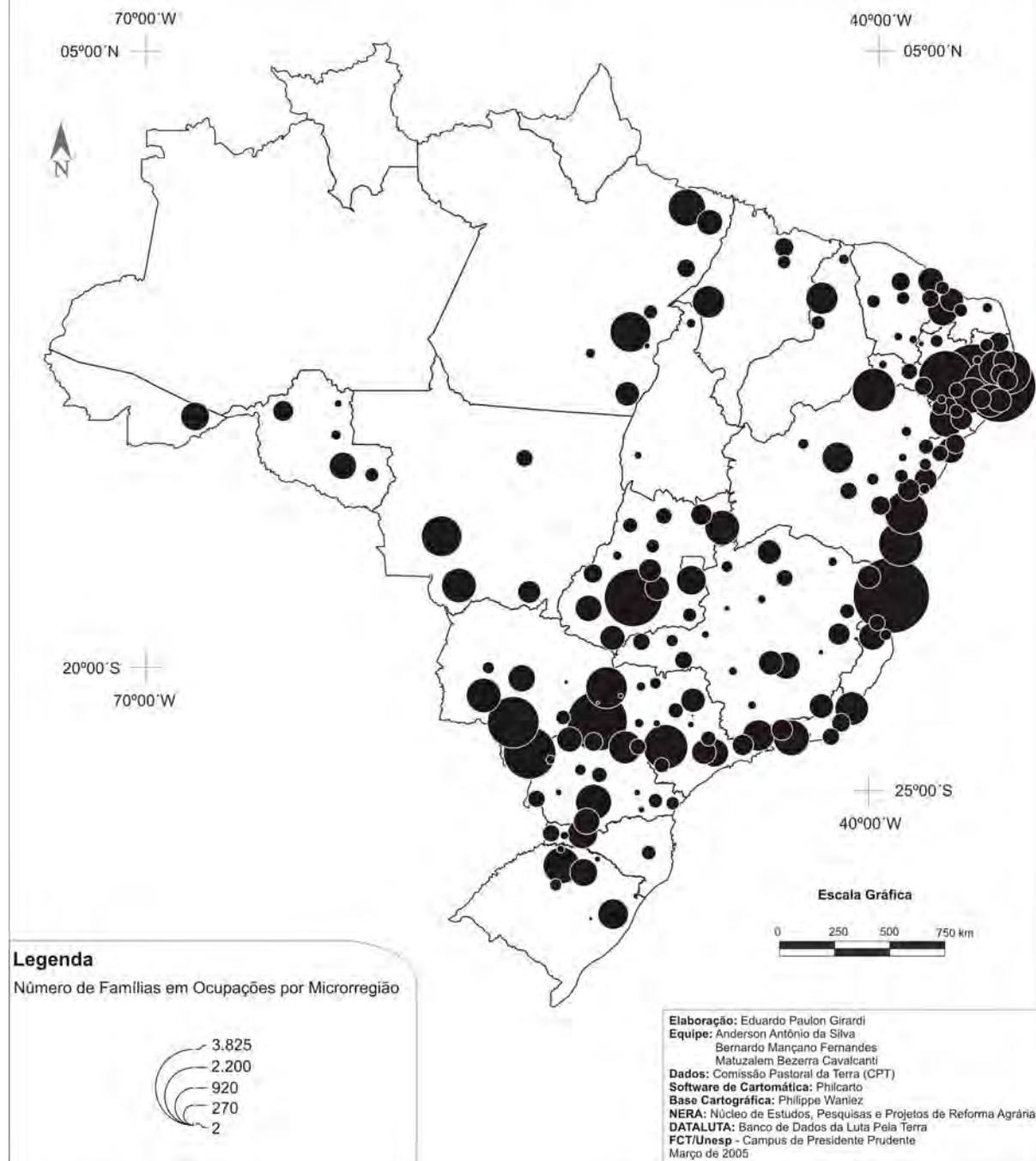
Quando analisamos esta mesma realidade por estado, observamos alta concentração do número de famílias em ocupações em cinco unidades federativas: Pernambuco com 21% das famílias ocupantes, Bahia com 10,8%, São Paulo com 9,8%, Goiás com 8,6% e Mato Grosso do Sul com 7,0%. Somadas estas cinco unidades da federação são responsáveis por 57,2% das ocupações realizadas no Brasil durante o ano de 2004. No mapa 1, apresentamos a distribuição espacial destas ocupações.

Em linhas gerais no ano de 2004, Pernambuco e Bahia foram os estados com o maior número de famílias em ocupações. A participação destas unidades da federação no número total de ocupações coloca a região Nordeste na condição da macrorregião com maior número de famílias ocupantes. Somados somente os Estados de Pernambuco e Bahia são responsáveis por 31,9% das ocupações registradas em todo o País.

A partir da tabela 1 e 2, com quadro 1, figura 1 e gráficos 1 e 2 é possível correlacionar as diferentes formas de organização e áreas de atuação dos movimentos socioterritoriais. Atualmente o número de movimentos socioterritoriais que ocupam terra tem aumentado ano a ano. Neste sentido, entre os anos de 2000 a 2004, foram registradas as atuações de 57 movimentos socioterritoriais no Brasil como pode ser visualizado no quadro 1.



Mapa 1 - Brasil - Geografia das Ocupações de Terra - 2004 Famílias em Ocupações



Volume 2

Bernardo Mancano Fernandes

TABELA 2 - BRASIL - MOVIMENTOS SOCIO TERRITORIAIS POR ESTADO E MACRORREGIÕES - 2004

REGIÃO/UF	MST	1º		2º		3º		4º		5º		OUTROS**	N.I*	TOTAL			
		Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam	Ocupa	Fam						
NORTE	4	2.671	6	760	-	-	-	-	-	4	257	11	1.462	25	5.150		
AC	-	-	2	400	-	-	-	-	-	1	150	-	-	3	550		
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
AP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
PA	4	2.671	4	360	-	-	-	-	-	5	532	13	3.563				
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	107	4	830	7	937		
RR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
TO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	100	2	100	2	100		
NORDESTE	121	23.258	7	630	20	3.768	-	-	-	11	1.403	34	3.443	193	32.502		
AL	15	1.860	-	-	-	-	-	-	-	-	3	260	18	2.120			
BA	18	6.680	2	120	-	-	-	-	-	6	693	7	482	33	7.975		
CE	6	576	1	105	-	-	-	-	-	1	240	1	120	9	1.041		
MA	3	820	-	-	-	-	-	-	-	-	1	250	4	1.070			
PB	2	240	-	-	-	-	-	-	-	-	6	839	8	1.079			
PE	61	10.407	1	260	20	3.768	-	-	-	-	9	1.052	91	15.487			
PI	3	640	3	145	-	-	-	-	-	2	120	-	-	8	905		
RN	2	370	-	-	-	-	-	-	-	2	350	7	440	11	1.160		
SE	11	1.665	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	1.665			
C. OESTE	29	11.060	14	1.414	-	-	-	-	-	4	770	6	640	2	17	55	13.901
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
GO	15	4.010	13	1.274	-	-	-	-	-	4	770	3	280	1	2	36	6.336
MS	9	4.620	1	140	-	-	-	-	-	3	360	1	15	14	5.136		
MT	5	2.430	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2.430			
SUDESTE	73	10.642	5	494	-	-	9	409	2	300	24	2.157	9	560	122	14.562	
ES	3	680	1	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	750		
MG	15	2.024	1	24	-	-	-	-	-	2	300	11	1.540	4	250	33	4.138
RJ	10	1.930	3	400	-	-	-	-	-	1	120	-	-	14	2.450		
SP	45	6.008	-	-	-	-	9	408	-	12	497	5	310	71	7.224		
SUL	36	5.580	2	27	-	-	6	443	-	7	606	15	886	66	7.542		
PR	22	2.623	1	27	-	-	-	-	-	5	476	11	761	45	4.330		
RS	9	1.657	1	N.I	-	-	-	-	-	2	130	3	75	15	1.862		
SC	5	1.300	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50	6	1.350			
BRASIL	263	53.211	34	3.325	20	3.768	15	852	6	1.070	52	5.063	71	6.368	461	73.657	

Fonte: CPT - 2004. Organização - Anderson Antônio da Silva - NERA.

*N.I - Não Informado - correspondente ao registro de ações onde não foi possível identificar o nome do movimento socioterritorial

**Outros - soma de todos os movimentos socioterritoriais que realizaram menos de 17 ocupações no ano de 2004. Ver Quadro 2 - Movimentos socioterritoriais - 2000 - 2004



Quadro 1 – Brasil – Número e nome de movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações por ano no período 2000 - 2004

2000
17 movimentos socioterritoriais
ANTEP, CONTAG, COOTERRA, CUT, FAF, LOC, MBUQT, MLST, MLT, MST, MT, MTB, MTR, MTRST, MTRSTB, MTRUB, UNIÃO FORÇA E TERRA
2001
15 movimentos socioterritoriais
ACUTRMU, ASA, ATUVA, CONTAG, CUT, LCO, LOC, MAB, MLST, MLSTL, MLT, MSLTL, MSST, MST, MT
2002
14 movimentos socioterritoriais
CCL, CETA, CLST, CONTAG, LCC, LCPNM, LOC, MAB, MAST, MCC, MLT, MST, MSTR, USST
2003
25 movimentos socioterritoriais
ASPROJA, CETA, CONTAG, CUT, FERAESP, FETRAF, GRUPO XAMBRE, LCPCO, LCPNM, MAB, MAST, MLST, MLTRST, MSO, MSST, MST, MTAA/MT, MTB, MTBST, MTL, MTR, OLC, SINPRA, STL, UAPE
2004
25 movimentos socioterritoriais
ACRQBC, ADT, ARTS, CETA, CONTAG, CUT, FAF, FETRAF, LCPCO, LCPNM, LCPR, MAST, MLST, MLT, MSST, MST, MTB, MTL, MTR, MTRSTP, MTV, MUST, OLC, QUILOMBOLA, SINTRAF

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT

5. Participação dos movimentos socioterritoriais na espacialização da luta pela terra no período 2000 - 2004.

Nesta parte realizamos uma análise correlacionada das informações contidas nas tabelas, gráficos e figuras. Entre as leituras possíveis dessas representações, voltaremos nossa atenção para a participação individual por ano de cada movimento socioterritorial na luta pela terra.

Esta reflexão, pautada em informações que representam a realidade, contribui para a compreensão do processo de transformação do espaço em território, motivo de grande confusão entre diversas áreas do conhecimento que tem adotado o território como espaço em suas análises.

Neste contexto, com base nas tabelas, gráficos e figuras, temos as seguintes situações: movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações durante todo



o período, e movimentos que realizaram ocupações em apenas um destes anos, como pode ser visto na figura 1 e quadro 1.

Desta análise, podem-se entender os diferentes tipos de intensidade da espacialização com que cada movimento participa do processo de luta pela terra. Estamos chamando de intensidade da espacialização a relação existente entre o número de movimentos socioterritoriais, e o número de famílias por ele organizadas num determinado tempo.

Uma outra análise possível, com base no quadro 1, e nos gráficos 1 e 2 é a comparação por ano entre o número de ocupações e famílias, com a quantidade de movimentos socioterritoriais que realizaram ações no período correspondente. Este segundo tipo de análise nos possibilita entender se o aumento ou refluxo do número de ocupações e famílias em ocupações, igualmente resulta do aumento ou diminuição do número de movimentos socioterritoriais. Estes dados revelam que a política de criminalização dos movimentos socioterritoriais pelo governo Fernando Henrique Cardoso teve efeito.

Em 2001 e 2002, 53.078 ou (20,8%) das ocupações foram organizadas por 29 movimentos socioterritoriais. Em 2003, 25 movimentos socioterritoriais, organizaram 65.552 famílias em ocupações ou 25,7% e em 2004 foram 25 movimentos socioterritoriais que organizaram 73.657 famílias em ocupações ou 28,9%.

Com base nos mapas 2 e 3, na figura 2, nos quadros 1 e 2, pode-se analisar que **MST** e **CONTAG**, participaram da organização de famílias em ocupações durante os cinco anos do período em análise (2000-2004), realizando ações em quase todo o território nacional. A **CUT** participou em quatro anos do período e a **OTC** e o **MAST** de 3 anos.

Na figura 1, observando-se a coluna (A.C) temos 6.579 ou 2,6 de famílias em ocupações, organizadas a partir da ação conjunta entre os seguintes movimentos: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) que participou de ações conjuntas com o MST no Rio Grande do Sul; O Movimento dos atingidos por Barragens (MAB) que participou de ações conjuntas com o MST em Santa Catarina; A Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados (CETA) e o MST na Bahia; A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE), a Comissão Pastoral da Terra e o MST também realizaram ações conjuntas, bem como o MST e a FETAGRI no Pará.



Vejamos agora um exemplo de movimento socioterritorial isolado. De acordo com a tabela 1, a OLC foi durante os anos de (2000-2004), responsável pela organização do terceiro maior número de famílias em ocupações. Contudo, todas as 7.013 famílias organizadas pelo movimento, foram realizadas unicamente no estado de Pernambuco.

Em linhas gerais, o enfoque dado a socioterritorialidade dos movimentos utilizada na análise dos dados contidos neste artigo e na leitura dos territórios construídos pela sua luta, busca romper com leituras de território, onde o mesmo seja utilizado apenas como uma dimensão das relações sociais, enquanto na verdade o território é multidimensional e a totalidade.

As relações sociais, muitas vezes realizam leituras e ações que fragmentam o espaço. Para um bom entendimento tanto do conceito de movimentos socioterritoriais, quanto dos próprios movimentos em si, é necessário compreendermos o território como totalidade. Assim, rompemos com análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalar, incompletas, e portanto, limitadas porque necessitam delimitar (FERNANDES, 2005).

Enfim, esse é um desafio que diversas áreas do conhecimento que trabalham com o território e que mesmo muitos geógrafos precisam superar.

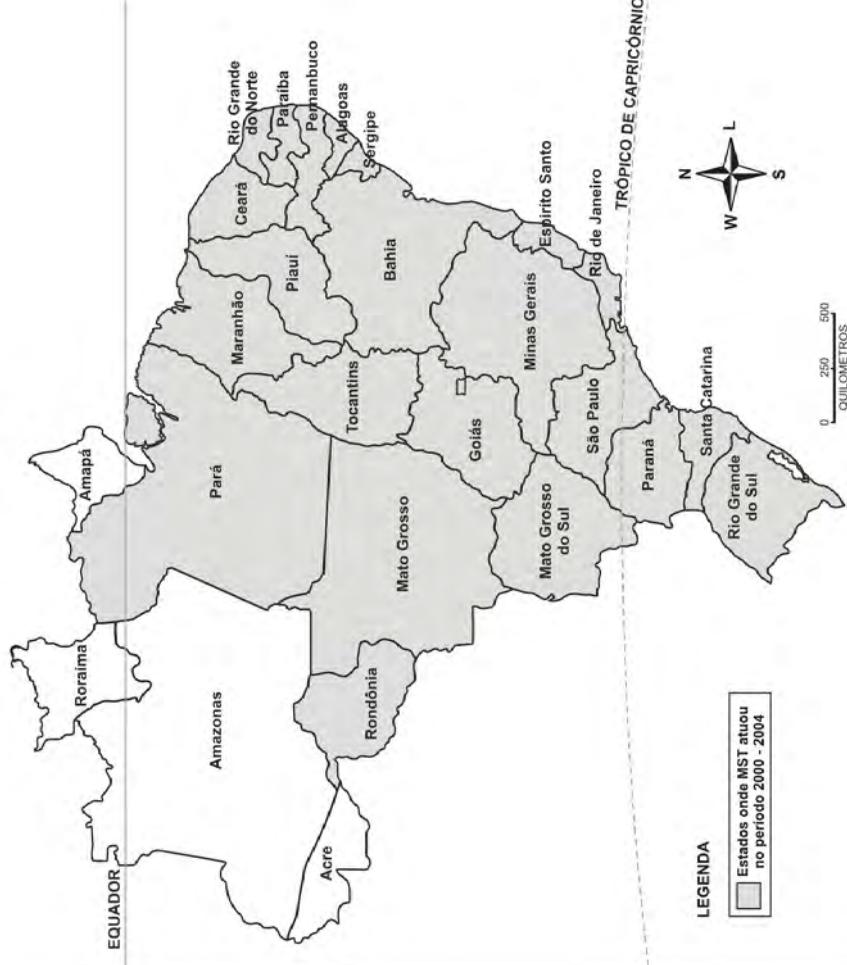
V

Volume 2

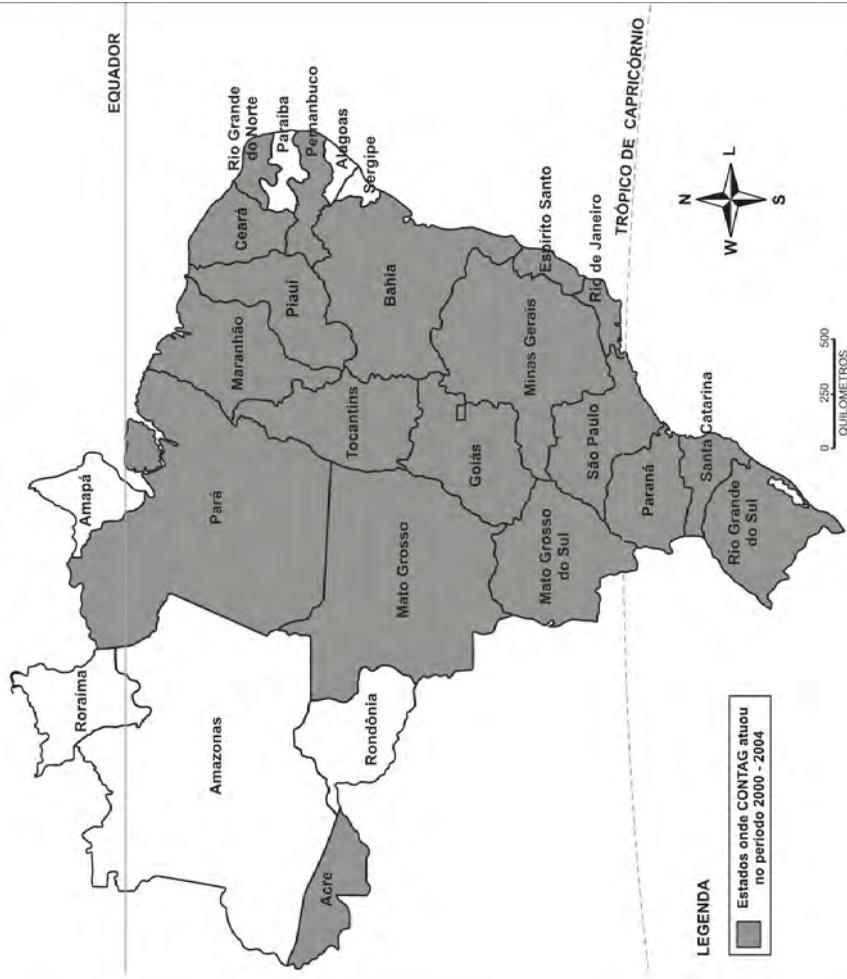
Bernardo Mancano Fernandes

214

MAPA 2 Espacialização do MST 2000 - 2004



MAPA 3 Espacialização do CONTAG 2000 - 2004



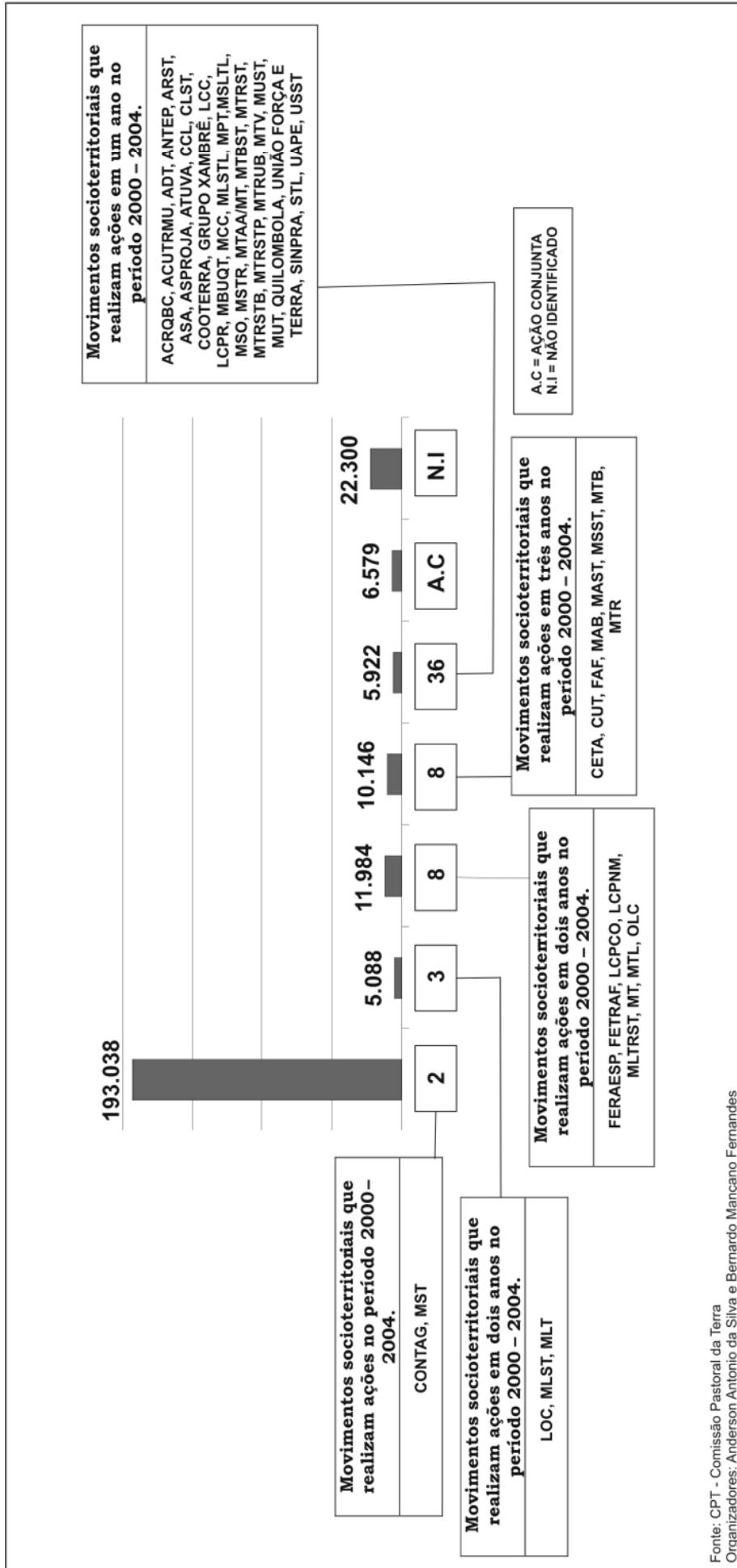
Elaboração: Anderson Antonio da Silva

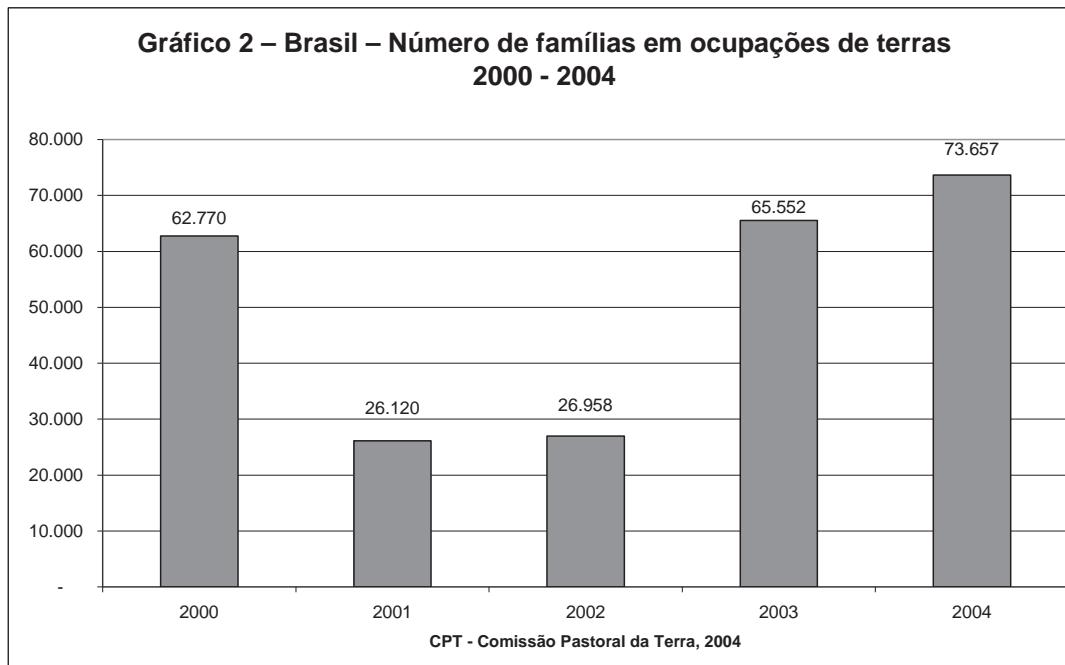
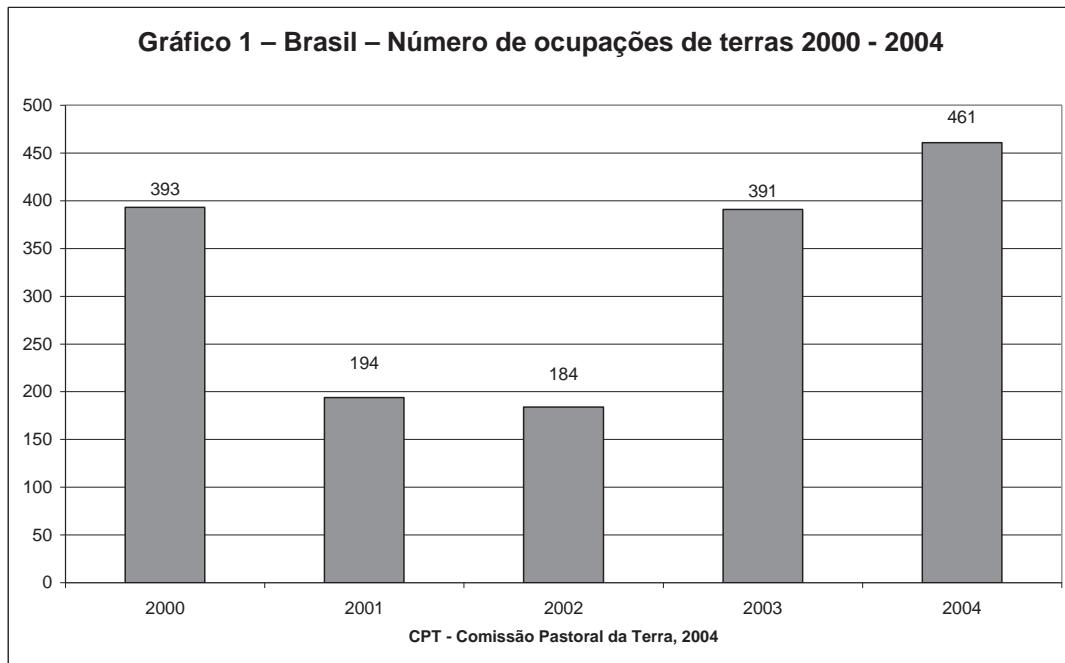
V

Volume 2

Bernardo Mançano Fernandes

Figura 1 – Brasil - Intensidade da espacialização dos movimentos socioterritoriais – 2000-2004







Quadro 2 – Brasil – Movimentos socioterritoriais – 2000-2004

Nº	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIO TERRITORIAL	ESTADOS
1º	ACRQBC	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO BREJO DOS CRIOLOS	MG
2º	ACUTRMU	ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES	MG
3º	ADT	ASSOCIAÇÃO EM DIREITO DA TERRA	GO
4º	ANTEP	ASSOCIAÇÃO NAVIRAIENSE TERRA E PAZ	MS
5º	ARST	ASSOCIAÇÃO RENOVAÇÃO DOS SEM TERRA	AP
6º	ASA	ASSOCIAÇÃO SANTO ANTÔNIO	MT
7º	ASPROJA	ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO RIO JARU	RO
8º	ATUVA	ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES UNIDOS DA VILA APARECIDA	PA
9º	CCL	CENTRO DE CIDADANIA E LIDERANÇA	MG
10º	CETA	COORDENAÇÃO ESTADUAL DE TRABALHADORES ASSENTADOS	BA
11º	CLST	CAMINHO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA	MG
12º	CONTAG	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA	AC, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PE, PI, PR
13º	COOTERRA	COOPERATIVA DOS LAVRADORES NA LUTA PELA TERRA	BA
14º	CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES	AC, MS, RS, SP
15º	FAF	FEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR	SP, MS
16º	FERAESP	FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO	SP
17º	FETRAF	FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	PI
18º	GRUPO XAMBRE	GRUPO XAMBRE	PR
19º	LCC	LIGA CAMPONESA CORUMBIARA	RO
20º	LCPCO	LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO CENTRO-OESTE	MG
21º	LCPNM	LIGA DOS CAMPONESES POBRES DO NORTE DE MINAS	MG
22º	LCPR	LIGA DOS CAMPONESES POBRES DE RONDÔNIA	RO
23º	LOC	LIGA OPERÁRIA CAMPONESA	MG
24º	MAB	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	PR, SP
25º	MAST	MOVIMENTO DOS AGRICULTORES SEM TERRA	PR, SP
26º	MBUQT	MOVIMENTO BRASILEIROS UNIDOS QUERENDO TERRA	AP
27º	MCC	MOVIMENTO CAMPONÉS DE CORUMBIARA	RO
28º	MLST	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA	AL, GO, MG, PE, RN, SP
29º	MLSTL	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA DE LUTA	MG
30º	MLT	MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE	BA, MG
31º	MLTRST	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	PE
32º	MPT	MOVIMENTO PACÍFICO PELA TERRA	SP
33º	MSLT	MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DOS SEM TERRA DE LUTA	MG
34º	MSO	MOVIMENTO SOCIAL ORGANIZADO	PR
35º	MSST	MOVIMENTO SOCIAL DOS SEM TERRA	AL, PR, RJ
36º	MST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, , PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP, TO
37º	MSTR	MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS	RO
38º	MT	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES	AL, PE
39º	MTAA/MT	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES ACAMPADOS E ASSENTADOS DO MATO GROSSO	MT
40º	MTB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL	PE, PR, SP
41º	MTBST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS SEM TERRA	PE
42º	MTL	MOVIMENTO DE LUTA PELA TERRA	GO, MG, PE
43º	MTR	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS	MS, PR
44º	MTRST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	ES
45º	MTRSTB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA BRASILEIROS	AP
46º	MTRSTP	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA DO PARANÁ	PR
47º	MTRUB	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS E URBANOS	PE
48º	MTV	MOVIMENTO TERRA VIDA	SP
49º	MUST	MOVIMENTO UNIDO DOS SEM TERRA	SP
50º	MUT	MOVIMENTO UNIDOS PELA TERRA	PR
51º	OLC	ORGANIZAÇÃO DA LUTA NO CAMPO	PE
52º	SEM SIGLA	QUILOMBOLA	PR
53º	SINPRA	SINDICATO DOS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES RURAIS ASSENTADOS	PA
54º	STL	SINDICATO DOS TRABALHADORES NA LAVOURA	RN
55º	UAPE	UNIÃO DOS AGRICULTORES DE PERNAMBUCO	PE
56º	SEM SIGLA	UNIÃO FOÇA E TERRA	MS
57º	USST	UNIÃO DOS SANTANENSES SEM TERRA	RS

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT



6. Considerações Finais

O texto ora apresentado constitui-se em uma tentativa de estudo dos movimentos socioterritoriais brasileiros em escala nacional, para originar subsídios que fomentem o debate e a reflexão a respeito dos movimentos socioterritoriais como conceito geográfico.

Compreender esses processos é importante para a superação de pré-conceitos contra os sujeitos que lutam por suas exigências na conquista de seus territórios. Muitas vezes são denominados baderneiros porque mexeram, entraram, penetraram em espaços – territórios de onde foram excluídos e que, por causa da desigualdade econômica e do controle social, não poderiam entrar, permanecer em seus territórios.

Também é possível mapear os movimentos das forças políticas sobre o espaço geográfico, transformando as paisagens, criando e destruindo territórios. A leitura geográfica é estratégica e fundamental para o desenvolvimento das intencionalidades que nascem e fazem nascer relações socioespaciais e socioterritoriais.

A construção dos conceitos de movimento socioespacial e socioterritorial são tentativas de desfragmentação do espaço e do território. Pode-se fazer uma leitura mais ampla a partir do conceito de movimento socioterritorial, mas esta sempre será uma leitura parcial, porque a totalidade da realidade é um processo coletivo que só pode ser compreendida no movimento de todos.

Referências

CAVALCANTI, Matuzalem Bezerra; SILVA, Anderson Antonio et al. Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da Luta pela Terra no Estado do Paraná 2000 – 2003. Gramado: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (anais), 2004.

Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2000.** Goiânia: Edições Loyola, 2001.

Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2001.** Goiânia: Edições Loyola, 2002.



Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2002.** Goiânia: Edições Loyola, 2003.

Comissão Pastoral da Terra. **Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2003.** Goiânia: Edições Loyola, 2004.

FELICIANO, Carlos Alberto. **O movimento camponês rebelde e a geografia da reforma agrária.** São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões Teórico-metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária. In: **Boletim Paulista de Geografia**, número 75. São Paulo: AGB-SP, 1998, p. 83-129.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In: Revista Terra Livre nº 15. São Paulo: AGB, 2000, pp. 59-85.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **The occupation as a form of access to land.** Washington: LASA, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos Sociais e Espacialização da Luta pela Terra. Gramado: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (anais), 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes; SILVA, Anderson Antonio; GIRARDI, Eduardo Paulon. DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra. **Revista Terra Livre**, ano 19, vol. 2, n. 21. São Paulo, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MARTIN, Jean Yves. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

GONÇALVES, Elienai Constantino; SILVA, Anderson Antonio et al. Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da Luta pela Terra no Estado de Pernambuco – 2003. Gramado: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (anais), 2004.

GOLÇALVES, Carlos Walter Porto. **Geo-Grafias:** movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad. México: Siglo Veintiuno, 2001.

GOLÇALVES, Carlos Walter Porto. Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. In: **Caderno Conflitos no Campo - Brasil 2003.** Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p. 142-156.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space.** Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 2001.



MARTIN, Jean Ives. **Les Sans Terre du Brésil**: géographie d' um mouvement socio-territorial. Paris: L' Harmattan, 2001.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espacô: Sociedade Civil e Estado, Privado e Público na Ordem Espacial Burguesa. In: **Revista Território Territórios. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Niterói, 2002.

NEVES, Achiles Lemos. Dos movimentos socioespaciais aos movimentos socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos movimentos pela perspectiva geográfica. Goiânia: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS (anais), 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SILVA, Anderson Antonio et al. Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da Luta pela Terra no Estado de São Paulo 2000-2003. Gramado: XVII ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (anais), 2004.



8. O CONCEITO DE PARADIGMA NA GEOGRAFIA: LIMITES, POSSIBILIDADES E CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERPRETAÇÃO DA GEOGRAFIA AGRÁRIA¹

THE CONCEPT OF PARADIGM IN GEOGRAPHY: LIMITATIONS, OPPORTUNITIES AND CONTRIBUTIONS TO THE INTERPRETATION OF THE AGRARIAN GEOGRAPHY

Janaina Francisca de Souza Campos
Bernardo Mançano Fernandes

Resumo

Neste artigo, buscamos refletir sobre a abordagem paradigmática do conhecimento geográfico a partir da proposta elaborada por Thomas Samuel Kuhn em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, escrita em 1962. Embasado no método dialético e no princípio da superação, o conceito de paradigma ganha centralidade a partir da retomada das considerações kuhnianas. Todavia, em meio às especificidades da Geografia, o conceito é (re)discutido através de duas questões principais: a incomensurabilidade das tradições científicas e o sentido concedido ao conceito durante o período da *ciência normal*. A partir dessas duas questões, procurou-se estabelecer um diálogo crítico com o referencial kuhniano que, em nossa avaliação, permite efetuar fecundas reflexões que apontam para os limites, possibilidades e contribuições que a abordagem paradigmática traz à Geografia Agrária. Mesmo sem partilhar do mesmo alinhamento, acreditamos que junto com outros referenciais o pensamento kuhniano é capaz de auxiliar na leitura sobre a diferencialidade paradigmática, elemento fundamental para a compreensão do pensamento geográfico.

Palavras-chave: Paradigma. Kuhn. Geografia. Multiplicidade paradigmática.

Abstract

In this article, we reflect on the paradigmatic approach of geographical knowledge from the proposal made by Samuel Thomas Kuhn in his *The Structure of Scientific Revolutions*, written in 1962. Based upon the dialectical method and the principle of resilience, the concept of paradigm is the core from the resumption of Kuhn's considerations. However, amid the specifics of geography, the concept is discussed again through two main issues: the incommensurability of scientific traditions and the meaning given to the concept during the period of normal science. From these two questions, we tried to establish a critical dialogue with the reference to Kuhn, in our view, allows you to

¹ Texto publicado na revista Campo-Território, v. 6, 2011. O artigo traz parte das discussões que vem sendo desenvolvidas junto ao projeto de doutorado intitulado *A produção do conhecimento da Geografia Agrária: o papel dos grupos de pesquisa no estado de São Paulo*.



make fruitful discussions that point to the limits, possibilities and contributions that the paradigmatic approach brings to Agrarian Geography. Even without sharing the same alignment, we believe that along with other references kuhnian thinking is able to assist in reading on the differential paradigm, key to the understanding of geographical thought

Keywords: Paradigm. Kuhn. Geography. Paradigmatic multiplicity

Introdução: a imprescindibilidade do debate paradigmático

Assim como ocorrido com outros conceitos, o conceito de paradigma difundiu-se indiscriminadamente na linguagem corrente, tornando-se polissêmico, alvo de inflações vocábulas e de vícios de linguagem que ampliaram descomedidamente seu uso nas mais diversas áreas do conhecimento (DOMINGUES, 2004). No meio acadêmico, especialmente nas Ciências Humanas, a situação vem repetindo-se, sendo amplamente empregado e suscetível a múltiplas interpretações e leituras. Tal expansão tem ocasionado modismos, dando lugar a empregos desenfreadados e transformando o conceito em um puro e simples instrumento de retórica (DOMINGUES, 2004).

No que tange à Geografia, a situação também é semelhante. Muitos pesquisadores vêm recorrendo à utilização do conceito, porém, na maioria das vezes, o seu conteúdo não é explicitado e o processo reflexivo sublimado, convertendo o seu uso numa verdadeira panacéia. Dotado de inúmeros significados, o emprego deste conceito é, atualmente, utilizado de forma confusa, desprovido do devido rigor teórico e metódico que esclareça a abordagem dispensada em suas mais distintas aplicações, tornando-o “filosoficamente obscuro” (MASTERMAN, 1979). Aliás, até mesmo os principais conceitos que referendam a disciplina apresentam lacunas quando analisado o cunho teórico-metodológico (FERREIRA et al., 2008)².

Na procura por “desinflacionar” o conceito, realizar considerações mais concisas e descortinar o processo reflexivo, o presente artigo busca refletir sobre os limites, possibilidades e contribuições da abordagem paradigmática

² Todavia, mesmo diante desse quadro, estudiosos como Vitte (2009), Sposito (2001), Monteiro (1978), Fernandes (2008), Cidade (2001), Capel (1999), Johnston (1986), Santos (1978) e Gusmão (1978) dedicaram-se, de diferentes formas, a discutir o conceito na Geografia.

para o conhecimento geográfico a partir da proposta elaborada por Thomas Samuel Kuhn em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, escrita em 1962. Visamos sobressaltar a imprescindibilidade do debate paradigmático, mantendo um diálogo crítico com outros pensadores que se tornaram referência ao dar prosseguimento a esta discussão. Sob esse viés polissêmico, objetiva-se aprofundar o debate paradigmático, esclarecendo, de forma mais detalhada, os limites, possibilidades e contribuições que o conceito enseja à Geografia Agrária a partir de duas questões centrais: o **sentido atribuído ao conceito durante o período da ciência normal** e a **incomensurabilidade das tradições científicas**.

Observando essas duas questões, consideramos impreterível o aprofundamento sobre o estudo do debate paradigmático para outras áreas do conhecimento (KUHN, 2007) e, diferentemente de Kuhn, este texto aponta outro caminho. Sem a pretensão de abranger toda a gama de indagações que envolvem o tema, acredita-se que realizar esta reflexão é crucial para a leitura do enfoque paradigmático na Geografia, pois o uso indevido do conceito através do seu “transplante” às Ciências Humanas provoca sérios problemas de ordem teórico-metodológica para este campo do conhecimento. Ademais, é impossível não creditar a Kuhn o ineditismo e a notoriedade que a publicação da obra ganhou, já que foi com o estudioso, em 1962, que o conceito alcançou destaque e prestígio no meio acadêmico.

Realizar esse esforço reflexivo em favor da imprescindibilidade do debate paradigmático a partir dessas duas questões implica em retomar, de maneira coerente e consciente, a natureza do conceito através do princípio dialético da superação. A superação fundamenta-se como um princípio necessário e último para a condução do movimento do conhecimento calcado nesse princípio metódico. Por vezes, este princípio é distorcido, emprestando de determinadas doutrinas apenas as suas qualidades, organizando uma verdadeira “salada de frutas” (LEFEBVRE, 1983, p. 228). “A verdadeira superação é obtida não através de uma amortização das diferenças (entre as doutrinas e as idéias), mas, ao contrário, aguçando essas diferenças” (LEFEBVRE, 1983, p. 229, grifo do autor). Para tanto, é exigido um reencontro



com o passado, pois é somente por intermédio desse retorno que é possível a abolição do termo a ser superado, a partir do seu aprofundamento e o elevando a um nível superior (LEFEBVRE, 1983). Desta forma, considera-se importante aguçar as diferenças que a proposta kuhniana perfaz com a Geografia, endossando o confronto e amadurecendo o processo reflexivo³. Decidir em realizar essa discussão implica em “desconstruir” o conceito de paradigma, reconstruir sua trajetória e desvendar suas origens, problematizando os entraves e as contribuições que o conceito carrega no âmbito da Geografia Agrária. Para isso, optamos em não negá-lo, mas retomá-lo e discuti-lo, elemento necessário ao movimento dialético que o conhecimento prescinde.

Tendo em vista esse debate, o artigo divide-se em três secções: a primeira contextualiza o pensamento kuhniano e mostra a importância do seu pensamento para o conhecimento científico; a segunda faz uma crítica sobre os limites da proposta para a análise geográfica dos estudos do campo, com destaque para dois pontos principais: o significado do conceito de paradigma na ciência normal e a incomensurabilidade das tradições científicas; na terceira e última secção, são tecidas as considerações finais, na qual é apontada a imprescindibilidade da abordagem paradigmática no estudo da Geografia, enfatizando as contribuições e as possibilidades que a proposta traz. Em suma, a questão que orienta esse debate exprime-se na seguinte indagação: o conceito de paradigma, tão recorrente nas Ciências Humanas, contemplaria a Ciência Geográfica? Quais os limites e as possibilidades que a proposta de Kuhn coloca para a análise do pensamento geográfico? Com destaque para a Geografia Agrária, começemos, primeiramente, descortinando e contextualizando o pensamento kuhniano através da abordagem paradigmática.

O pensamento kuhniano e a sua importância para o conhecimento científico

O conceito de paradigma pode ser entendido em dois momentos diferentes: segundo uma concepção clássica e segundo uma concepção

³ Embora a fundamentação teórica-metodológica deste artigo esteja embasada na dialética, argumentando para o princípio da superação, estas reflexões apenas apresentam as possibilidades e limitações que o conceito de paradigma traz à Geografia. O processo que conduz o conceito a sua superação vem sendo discutido na tese de doutorado e pode ser acompanhada em Campos (2010).



contemporânea. Na primeira e precursora, originário da Grécia (*paradeigma*) com Platão - Teoria das Idéias -, seu significado remete a um modelo, um exemplo, referente às formas e às idéias (JAPIASSU; MARCONDES, 1993). Mais tarde, segundo uma concepção contemporânea, o conceito é retomado por Thomas Samuel Kuhn em seu trabalho seminal e pioneiro intitulado *A Estrutura das Revoluções Científicas* (ERC), cuja primeira edição foi publicada no ano de 1962. Neste trabalho, Kuhn delineia outra linha de interpretação sobre a ciência, com a introdução de uma nova proposta para o tratamento das questões concernentes ao desenvolvimento científico. Nesta concepção, o conceito de paradigma ganha centralidade, incluindo um amplo, diverso e disperso espectro de significados. A polissemia surge com o nascimento da própria obra (ERC) que abarcou um extenso rol de sentidos para o conceito. Definitivamente, esse fator foi proeminente para a proliferação indiscriminada do seu significado nos demais campos do conhecimento. Masterman (1979) identificou o alto grau de polissemia do conceito e elucidou para 21 diferentes interpretações possíveis. Em meio a essa multiplicidade e na tentativa de delimitar melhor o conceito, no posfácio de ERC, Kuhn (2007) substituiu a palavra *paradigma* por outros dois conceitos: primeiramente é introduzida a idéia de *matriz disciplinar* e, posteriormente, a idéia de *léxico*. Todavia, estes dois conceitos mantiveram a essência da primeira conceituação publicada na década de 1960.

De acordo com a leitura de Kuhn (2007), a história do desenvolvimento da atividade científica é permanentemente guiada por paradigmas de estudo. O paradigma passa por um processo que, sinteticamente, resume-se em duas etapas: *ciência normal* e *ciência extraordinária*. Na primeira, isto é, no período da “ciência normal”, as pesquisas são realizadas sob a condução de um paradigma, em que a prática científica é considerada estável. De maneira acrítica, é neste período que o paradigma é consolidado, de maneira que lhe é incumbido a tarefa de resolver questões e problemas previamente definidos, denominados por Kuhn (2007) de *quebra-cabeças*. No entanto, com o tempo, em razão do próprio movimento da realidade, surgem novos e expressivos fenômenos que não podem ser resolvidos pelo paradigma vigente, chamados de *anomalias* e que podem



ocasionar o abandono da *ciência normal*. É através da *anomalia* que é possível penetrar em novos e desconhecidos processos investigativos, elemento estrutural no processo de reestruturação da ciência. Consequentemente, na tentativa de preencher essa lacuna, inicia-se o segundo estágio mencionado, considerado como instável e revolucionário, denominado de *ciência extraordinária*. Semelhante à uma fase de transição e exercendo papel fronteiriço entre dois paradigmas, neste momento os preceitos do antigo paradigma sofrem profundas transformações e, para Kuhn, um novo paradigma de estudo substitui o antigo, encetando o período da *ciência extraordinária* e completando o processo de *revolução* da atividade científica. O processo de desenvolvimento científico retorna ao seu período de “normalidade” quando a disputa paradigmática é concluída e é cessado, em caráter provisório, o debate em torno do paradigma a ser adotado. As escolas entram em consenso quase que total, concordando ser uma delas o enfoque mais promissor, dando seqüência, mais uma vez, à *ciência normal*.

Baseado no estudo das chamadas ciências “naturais”, com referência, sobretudo, nas Ciências Exatas – na Física e na Química – o físico norte-americano desenvolveu um estudo baseado na sociologia da ciência, com o objetivo de investigar o modo no qual se apresentara o domínio científico. Sua idéia apoiou-se na construção do conhecimento como um processo dinâmico, marcado por crises e superações, e mediado por constantes transformações, em que o desenvolvimento da ciência não é concebido dentro de princípios baseados na continuidade, mas sim nos mecanismos de ruptura, chamados por Kuhn (2007) de *revoluções científicas*.

Assim, Kuhn é considerado um marco importante na perspectiva do desenvolvimento científico, pois seu pensamento opõe-se a uma concepção de ciência puramente explicativa, tal como vinha sendo defendido e idealizado pelo filósofo Karl Popper. A argumentação popperiana desmistificou uma ciência até então idealizada como definitiva e absoluta, afirmando que as teorias científicas deveriam ser encaradas sempre como provisórias, isto é, que nunca podem ser provadas em sua totalidade. Seu pensamento baseia-se na relatividade do conhecimento científico, em que uma hipótese, para ser

científica, deve se sujeitar a testes que levem a sua refutação e nova explicação (POPPER, 1972), em que o conhecimento, assim como as espécies, evolui por meio da difusão e correção das teorias (FREITAS, 1998). Procurando entender o desenvolvimento da atividade científica e ancorado na idéia de paradigma, Kuhn (2007) propõe uma alternativa a esta visão e discorda das postulações poperianas. O modelo de desenvolvimento da ciência proposto por Kuhn transcede os limites da lógica positivista, compreendendo essa atividade como parte de uma prática social compartilhada, que seleciona e direciona quais questões serão tratadas, bem como as formas ou procedimentos adotados para a sua resolução. Sua proposição defende que o desenvolvimento de uma ciência não se restringe apenas à observação dos fenômenos e dos critérios embasados na lógica e na refutação, mas que se trata de uma “[...] atitude governada por hábitos, de solução-de-enigmas, e não de uma atividade fundamentalmente perturbadora ou falseadora [...]” (MASTERMAN, 1979, p. 74).

Para Kuhn, a ciência é inerente a práticas socialmente compartilhadas e progride em meio a um contexto de disputas, crises e rupturas, instigadas pelas comunidades científicas divergentes que levam a ciência ao aprimoramento e ao progresso. É exatamente por desvelar esses processos de tensões e crises, que a mesma supera-se, sempre apresentando melhores níveis de desempenho qualitativo, embora, para Kuhn, qualidade não seja sinônimo de evolução. Ainda, a atividade científica é governada por visões de mundo, cujo embasamento não está fundamentado, apenas, nos critérios experimentais da regularidade e da quantificação, que reduzem a complexidade dos fatos. Guardada as devidas proporções, ao lado de Paul Feyerabend, Kuhn destrói a ortodoxia reinante sobre da natureza da ciência e propõe novos atributos que procuram explicar as mudanças científicas, em que os fatores sociais desempenham um papel determinante (LAUDAN et al., 1993). Partindo desse pressuposto, Kuhn (2007) revelou momentos da atividade científica que até então não haviam sido colocados, expondo a idéia de “deterioração” da ciência (MASTERMAN, 1979, p. 102), o que lhe conferiu originalidade.

Contudo, apesar das suas significativas contribuições que situaram a discussão neste fértil nível interpretativo, acreditamos ser necessário



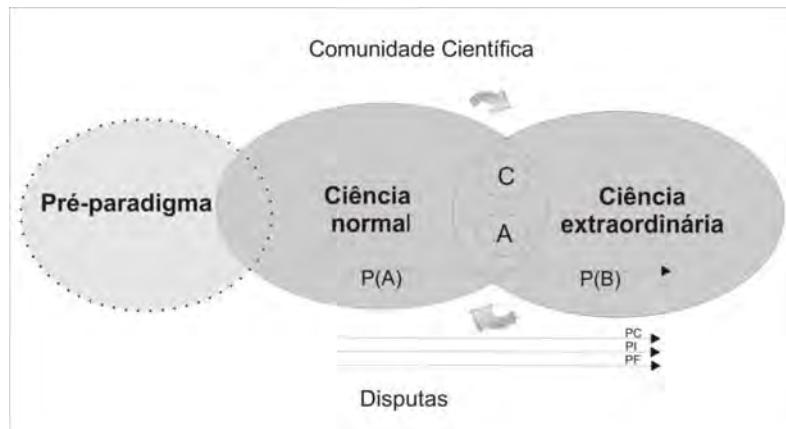
sobressaltar duas questões da proposta kuhniana que merecem a nossa atenção quando analisado o conteúdo do conceito de paradigma para o contexto geográfico: o **sentido concedido ao conceito durante o período da ciência normal**, no qual um paradigma apenas torna-se tal a partir do acordo e consenso da comunidade científica (DOMINGUES, 2004), deixando o desacordo e o dissenso para as áreas mais “humanizadas” do conhecimento. Com isso, Kuhn nega a coexistência de paradigmas em um dado período histórico – com exceção para os períodos de nascimento e crise dos paradigmas; e a **incomensurabilidade das tradições científicas**, de maneira que o novo paradigma é totalmente incompatível com o seu precedente, sem a possibilidade de comunicação. Para a discussão dessas duas questões, serão retomados autores como Fleck, Lefebvre, Parreiras e Condé, influências importantes que auxiliam no estabelecimento de um rico e crítico diálogo com o tema.

Da crítica à construção: os limites da proposta kuhniana para a análise da Geografia

O significado do conceito de paradigma na ciência normal

A primeira questão proposta para a reflexão refere-se à atribuição dada ao conceito de paradigma no período da *ciência normal*. Embora Kuhn interprete o conhecimento científico como uma prática em meio à transformações, sua proposição enclausura a ciência em etapas, isto é, num modelo explicativo contido e rígido, composto por início, meio e fim pré-determinados em que as ciências se situariam, sem que possa haver, dentro da *ciência normal*, a existência de mais de um modelo interpretativo para a realidade – paradigma. A concorrência paradigmática é concebida por Kuhn apenas no momento que precede uma revolução, ou seja, no momento de crise ou nascimento de uma ciência – período pré-paradigmático. Neste ponto, temos que admitir que a proposta de Kuhn “[...] não ultrapassa por completo uma visão evolucionista e cumulativa do desenvolvimento da ciência [...]” (RAMOS, 1994, p. 341), embora tenha atingido êxito ao expor os processos de ruptura existentes em seu interior.

A proposta é análoga a um ciclo (esquema 1), de modo que os acontecimentos se repetem em uma determinada ordem pré-estabelecida. A seguir, é apresentado um esquema síntese do modelo de desenvolvimento da ciência kuhniano:



Esquema 1: Modelo esquemático de desenvolvimento da ciência segundo a proposta kuhniana

Fonte: Adaptação do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2007). KUHN, Thomas
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

Como demonstrado no esquema acima, para Kuhn, a cada passagem da “ciência normal” para a “ciência revolucionária”, existe espaço para apenas **um paradigma**, isto é, não há a possibilidade da multiplicidade paradigmática, passando de P (A) a P (B), acompanhados pelo paradigma científico (PC), pelo paradigma instrumental (PI) e pelo paradigma filosófico (PF). O período “pré-paradigmático” é a etapa na qual a ciência comportaria a multiplicidade. A “crise” (C) e a “anomalia” (A) estão alocadas na confluência dos dois períodos, haja vista que são intrínsecas ao desenvolvimento da atividade científica.

Na consolidação rumo à *ciência normal*, Kuhn (2007) enfatiza que neste momento apenas um paradigma pode ser considerado como tal, sendo este compartilhado por todos - ou pelo menos pela grande parte - os membros de uma comunidade científica:

[...] Quando, pela primeira vez no desenvolvimento de uma ciência da natureza, um indivíduo ou grupo produz uma síntese capaz de atrair a maioria dos praticantes da ciência da geração

seguinte, as **escolas mais antigas começam a desaparecer gradualmente**. Seu desaparecimento é em parte causado pela conversão de seus adeptos ao novo paradigma. Mas sempre existem alguns que se aferram a uma ou outra das concepções mais antigas; são simplesmente **excluídos da profissão e seus trabalhos são ignorados**. O novo paradigma implica uma definição nova e mais rígida do campo de estudos (KUHN, 2007, p. 39, grifo nosso).

Se partirmos desta visão, toda a forma de conflito teórico-metodológico existente na Geografia definharia, pois seria aceito, a cada momento histórico, a presença de apenas um único paradigma para o encaminhamento da atividade científica normal. Mas, será que a Geografia, assim como as Ciências Humanas, assistiram esse mesmo processo relatado por Kuhn, com a proeminência de um paradigma sobre o conhecimento produzido, esmorecendo e/ou eliminando os demais?

A Geografia, desde a sua gênese, percorreu inúmeros e variados caminhos teórico-metodológicos, marcada por movimentos ininterruptos de superações na construção do conhecimento. O pensamento geográfico “não é homogêneo, mas contraditório e múltiplo”, se “justapõe e se supera, movimento que não pode ser limitado, nem definido claramente [...]” (CARLOS, 2002, p. 163). Para a disciplina, a diversidade de paradigmas contribui significativamente, pois fomenta o constante debate e questiona o seu papel frente à sociedade.

Sobre essa pluralidade, Cidade (2001) aponta para as diferenças teórico-metodológicas, indagando se as mesmas podem ser chamadas de paradigmas. Valendo-se da flexibilidade que o conceito kuhniano permite, a autora considera que um paradigma envolve o compartilhamento de valores exercidos pelas comunidades científicas:

Ao longo da consolidação da geografia como campo de conhecimento e após a sua sistematização como ciência, no século XIX, apresentaram-se diferentes correntes teóricas e metodológicas. Os desdobramentos, rupturas e transformações e recombinações expressam-se até os dias atuais, também sob diferentes linhas. Na busca do conhecimento, diferenças de abordagem teórica e metodológica fazem parte da dinâmica normal de crescimento e consolidação de uma ciência. No entanto, há discussões sobre se diferentes correntes dentro de um corpo disciplinar constituem-se em paradigmas distintos (CIDADE, 2001, p. 102).

De acordo com Berry (1978), a Geografia presenciou um longo processo de transição paradigmática, pois mesmo em determinados períodos de sobrepujança de um paradigma, a disciplina sempre abarcou uma multiplicidade de abordagens, levando a coexistência de paradigmas. Ao afirmar a existência de dois grandes grupos paradigmáticos - o neopositivismo e o materialismo histórico - Galvão (1989, 2007) e Sposito (2001) corroboraram com esse posicionamento. Galvão não os denomina de paradigmas, porém os chama de “momentos específicos do processo de renovação da Geografia no Brasil” (GALVÃO, 1989, p.16). Se incorporada a visão kuhniana, estes “momentos” seriam análogos a chegada da *ciência extraordinária* no processo de *revolução científica*. Todavia, nos respectivos possíveis momentos de *revolução científica* de ambos, o preceito do consenso não surtiu efeito diante da comunidade científica geográfica e, neste sentido, os novos paradigmas não conseguiram limitar a disciplina ao neopositivismo ou ao materialismo. Gusmão (1978; 2006) também realizou uma breve revisão nos estudos referentes ao campo e apontou para as tendências desse ramo dentro da Geografia. Assim como Galvão (1989), o autor procurou compreender os *enfoques preferenciais* que os estudos sobre o campo desenvolveram (GUSMÃO, 1978, p. 57), também denominados de *paradigmas* (GUSMÃO, 1978, p. 62). Estes enfoques preferenciais e/ou paradigmas estão agrupados em três fases: 1) estudos rurais de diferenciação de áreas; 2) estudos classificatórios do espaço rural, com base em modelos estatísticos-matemáticos e 3) estudos de desenvolvimento rural. Contudo, diferentemente de Kuhn, a idéia de paradigma desenvolvida por Gusmão (1978, 2006) deixa claro que embora estes três paradigmas tenham alcançado ápice em determinados períodos, essas concepções se justapõem e influenciam o direcionamento das pesquisas.

De acordo com Andrade (1995) em debate realizado no XII Encontro Nacional de Geografia Agrária, em 1994, na Mesa-redonda intitulada *Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas*, a Geografia encontrava-se em um momento repleto de pluralismo paradigmático, fator fundamental para a ciência:



Admitamos que a Geografia brasileira chegou ao estágio das **opções as mais diversas, de domínio de um pluralismo que longe de homogeneizar, heterogeniza as soluções, trazendo um enriquecimento à produção científica.** Passaram as fases do tradicionalismo ambientalista, da geografia teórica, da geografia crítica marxista, da geografia da percepção, como fases “imperialistas” que **hostilizavam** uma as outras, para entrarmos em uma fase de maturidade em que os geógrafos se posicionem de acordo com sua formação filosófica e dialogam com aqueles de quem divergem (ANDRADE, 1995, p. 12-13, grifo nosso).

Ainda, para Andrade (1995), no que concerne aos estudos sobre o campo em escala nacional e internacional, seria perigoso formular uma única teoria para a compreensão da realidade:

No caso específico da Geografia Rural se teria dificuldade de generalizar uma teoria que explicasse, englobando a superfície da terra, de vez que o rural não se constitui uma unidade, em escala mundial, havendo um rural na Europa, outro na Ásia e outro na América Latina [...] Mesmo refletindo-se em função do espaço brasileiro, observam-se grandes diferenças entre as paisagens paulistas e do Sul do país e aquelas do Norte e no Centro Oeste, onde o processo de expansão da agricultura capitalista se encontra em formação, destruindo os remanescentes de uma produção de auto-consumo e o extrativismo (ANDRADE, 1995, p. 11-12).

Interessante é perceber a distinção terminológica utilizada pelos autores para a designação dos ramos da Geografia. Enquanto Andrade (1995) afirma-se favorável a uma Geografia Rural, Galvão (1989, 2007) e Gusmão (1978, 2006) irão endossar na defesa de uma Geografia Agrária. Andrade (1995) discute melhor essas terminologias, problematizando-as, diferenciando-as e conceitualizando-as de três formas: Geografia Rural, Geografia Agrícola/Agricultura e Geografia Agrária

Ao estudar o espaço rural, deve haver uma preocupação do geógrafo com o mesmo e com sua transformação em território, usando este estudo ora como geografia agrária, ora como geografia agrícola ora como geografia rural. Com o tempo, a variação de termos vem sendo diversificada, ora dominando uma expressão, ora outra; além disso, se tem procurado distinguir os termos e compreendê-los como o conteúdo por eles definido (ANDRADE, 1995, p. 7).



A Geografia Agrária “[...] estaria relacionada às “preocupações sociais, integradas à problemática da estrutura agrária e das relações de trabalho no meio rural [...]”; a Geografia Agrícola ou também denominada Geografia da Agricultura, diz respeito “[...] aos problemas de produção, de mercado, de produtividade e de rentabilidade” (ANDRADE, 1995, p. 8). Entre os partidários de uma Geografia da Agricultura, José Alexandre Felizola Diniz afirma que a “[...] Geografia da Agricultura é uma análise espacial em que se procura descobrir por que as distribuições espaciais estão estruturadas de uma determinada forma” (DINIZ, 1984, p. 31). Diniz (1984) distingue a Geografia Rural da Geografia da Agricultura e completa:

A Geografia da Agricultura é mais restrita, fundamentalmente econômica, enquanto a Geografia Rural é mais ampla, tratando também das formas de povoamento, das questões demográficas mais profundas, das formas de ocupação não-agrícola da terra rural e seus conflitos com a agricultura, das condições de vida das populações rurais e dos seus problemas (DINIZ, 1984, p. 31).

Acreditamos ser de suma importância a delimitação “fronteiriça” destas terminologias. O emprego de cada uma delas define as perspectivas adotadas pelos pesquisadores no estudo do campo. Saber diferenciá-las delimitam “territórios do saber”, isto é, paradigmas distintos (FERNANDES, 2008), e através deste reconhecimento é possível o mapeamento das influências de pensamento que a Geografia vem sofrendo ao longo dos anos.

Andrade (1995) faz referência às influências descritiva, quantitativa, sociológica e fenomenológica. Ao mencionar o quantitativismo, o autor destaca como seguidoras desse modelo explicativo, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Rio Claro, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda de acordo com o autor, a influência da escola anglo-saxônica propiciou que os geógrafos prestassem uma atenção especial nos dados quantitativos e uma maior interdisciplinaridade com outros ramos do conhecimento, como por exemplo, a Economia.



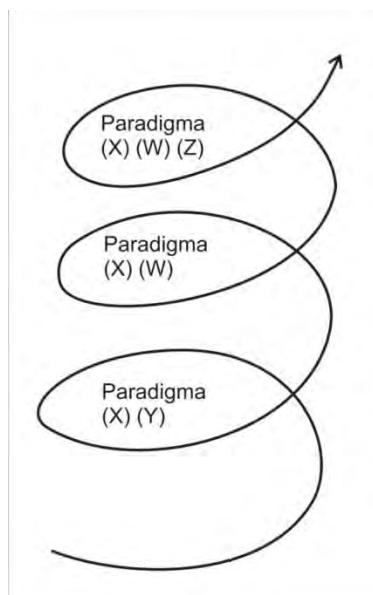
Fernandes (1998) sinalizou para os paradigmas que o pensamento geográfico abarca, reconhecendo sua diversidade. “O embate entre “quantitativistas”, “tradicionalistas” e “críticos” proporcionou a existência de um espaço interativo para o debate teórico entre os geógrafos, o que resultou em diferentes propostas teóricas que se refazem a cada dia” (FERNANDES, 1998, p. 8). Contudo, dentre o emaranhando de paradigmas que a ciência geográfica contempla, Fernandes (1998) destaca a Geografia Crítica como a mais disseminada atualmente em nosso país.

Após exatos dez anos, Fernandes (2008) balizou a discussão em direção aos paradigmas que hoje estão presentes para o estudo do campo, sistematizando os estudiosos que se dedicam a esta temática em dois grandes grupos cujas posturas e interesses são distintos: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). No PCA, a questão agrária não é encarada sob o enfoque do conflitualidade. À este grupo de estudos, a questão é tratada de maneira conjuntural, sem a perspectiva de transformação dos padrões estruturais. A solução respalda-se na integração dos pequenos produtores rurais ao sistema capitalista, ou seja, na pluriatividade, com a gradativa proletarização do camponês, cujo objetivo é impor um único modelo de desenvolvimento para o campo. Por outro lado, existe outro grupo de estudiosos que orientam seus estudos no entendimento da problemática travada pela luta de classes, de (re)criação do campesinato, da apropriação da riqueza produzida pelo campesinato. Este grupo aproxima-se de questões que buscam a superação do modelo excluente atual, uma vez que a conflitualidade é tratada como uma forma de desenvolvimento para o campo. O PQA seria uma vertente de estudos oposta ao PCA, comprometendo-se com uma visão mais crítica sobre a realidade, enfocando a conflitualidade inerente às relações capitalistas e não-capitalistas de produção.

Outro fato que corrobora com a multiplicidade paradigmática, diz respeito à contribuição das outras ciências à Geografia, fato que levou, em diversos momentos, a uma modificação de sua abordagem. Uma das críticas de George (1972) em relação à Geografia é exatamente a sua dependência em relação às outras ciências, já que a interdisciplinaridade e a interface despontam

como características fundamentais da disciplina e já impôs conflitos de atribuição e delimitação do objeto de estudo com os outros campos do saber (CLOZIER, 1972). A heterogeneidade de enfoques acentuou ainda mais a situação, pois ao longo de sua trajetória, a “[...] Geografia tem cultivado um discurso e uma prática que são tanto sociais como naturais” (CIDADE, 2001, p. 100) na tentativa de interpretar sociedade. Como se não bastasse, constantemente o conhecimento produzido no interior dessa ciência é trazido à tona através da realização de levantamentos bibliográficos que ressuscitam as idéias em desuso, elemento que dificilmente tornam suas idéias obsoletas (JOHNSTON, 1986; STODDART, 1981). Toda essa complexidade que envolve a Geografia, marcada pela heterogeneidade paradigmática e pela amplitude, acompanha há anos o pensamento geográfico, de forma que sua validade como uma disciplina científica, provido de objeto e método próprio, tornou-a freqüentemente questionável, resultando em fonte de preocupação para os geógrafos (CIDADE, 2001).

É claro que ao sinalizar para a pluralidade vivenciada pela Geografia, não se admite, como propôs Feyerabend (1977), a adoção do anarquismo epistemológico, isto é, na destituição do método. O intuito é esclarecer a forma de construção do conhecimento geográfico e sobressaltar a sua complexidade, como apresentado no esquema 2, que demonstra a multiplicidade paradigmática vivenciada pela Ciência Geográfica.





Esquema 2: Paradigmas na Ciência Geográfica
Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

A incomensurabilidade das tradições científicas

A segunda questão posta em discussão, diz respeito à incomensurabilidade das tradições científicas. Para Kuhn (2007), o período de *revolução científica* é responsável por trazer profundas transformações paradigmáticas, ou seja, é constituído por mudanças radicais que impedem o diálogo entre “velhos” e “novos” paradigmas, fenômeno chamado de *incomensurabilidade das tradições científicas*. Logo, segundo Kuhn (2007), a ciência sempre se desenvolve mediante a existência de eventos revolucionários, como indica o próprio título de seu livro.

“Apesar de Kuhn (2007) valorizar a dimensão histórico-social do empreendimento científico, seu determinismo ao definir os conceitos principais de sua teoria, provavelmente uma influência proveniente de seu campo de formação – Física –, implica em uma necessária descontinuidade” (PARREIRAS, 2006, p. 171). É justamente em relação a essa descontinuidade na comunicação e no movimento de transição de um paradigma a outro que Condé (2005) faz críticas contundentes a Kuhn, já que esse critério não se mostra válido quando analisado a dependência histórica da atividade científica para qualquer área do conhecimento. A prática científica está associada a uma perspectiva histórica, em que as idéias que compõem um paradigma são marcadas por processos de continuidade entre os paradigmas e não de abruptas rupturas, ou seja, de *revoluções científicas*, como defendido por Kuhn (2007). Paradoxalmente, é interessante ressaltar que **Kuhn conseguiu captar as rupturas no entendimento da idéia de continuidade do positivismo linear, mas não conseguiu ver as continuidades nas rupturas ocasionadas nos períodos de crise entre a transição de paradigmas**. “O problema está exatamente na identificação do paradigma novo que vai, assim, condenar ao olvido o velho paradigma e abrigar todo o aparelho de uma renovação. Essa questão não pode ser resolvida fora da História [...]” (SANTOS, 1978, p. 157).

É oportuno aproveitar a polêmica que a noção de incomensurabilidade enseja para dar destaque à fonte que Kuhn obteve acesso

e que serviu de base para que suas proposições fossem ser formuladas. Ludwik Fleck, autor da obra intitulada *Genesis and Development of a Scientific Fact*, publicado pela primeira vez em alemão⁴, em 1935, inspirou Kuhn a assumir uma posição crítica em relação ao empirismo lógico. De origem judia e vivendo num contexto histórico-político liderado e controlado pelo Estado nazista, acredita-se que as condições da época eram desfavoráveis para a aceitação de sua obra e, por isso, Fleck não obteve a devida repercussão merecida (DELIZOICOV et al., 2002)⁵.

No prólogo da sua obra, Kuhn (2007) afirma que o livro de Fleck proporcionou a inspiração necessária para que suas idéias pudessem ser amadurecidas e elaboradas. É só a partir da publicação da obra de Kuhn, - mesmo ano do falecimento de Fleck (1962) -, que Fleck começa a ser tomado como referência por outros estudiosos. Mais precisamente, é somente na década de 1980, com a realização de dois encontros que homenagearam Fleck, que a sua produção foi efetivamente redescoberta (PARREIRAS, 2006). Considerado o principal trabalho de Fleck (1979), nesta obra o autor faz uma análise sobre o desenvolvimento da sífilis, bem como das interpretações que o conceito adquiriu ao longo da história. A escolha da temática abordada em seu trabalho condiz com sua área de formação, já que o estudioso formou-se na Escola de Medicina, na Polônia. Desvendando os diferentes sentidos médicos atribuídos à sífilis, Fleck (1979) realizou um conjunto de reflexões que desmitificaram o pressuposto da verdade científica do seu regime absoluto, relativizando-o. Este ponto indica as aproximações entre Kuhn e Fleck, mas de fato, como será debatido, ambos possuem, também, pontos de divergência quando analisada a incomensurabilidade das tradições científicas.

Dada a sua antecedência com relação à Kuhn, Fleck (1979) pode ser considerado o precursor de uma epistemologia do conhecimento científico cunhada sobre uma dinâmica processual e de constantes transformações. Fleck enfocou os processos sociológicos, históricos, psicológicos e culturais que a

⁴ FLECK, Ludwik. *Entstehung und Entwicklung einer wissenschaftlichen Tatsache. Einführung in die Lehre vom Denkstil und Denkkollektiv*. Benno Schwabe & Co. Switzerland: Basel, 1935.

⁵ Entretanto, outras condições foram decisivas para explicar o pequeno impacto que a obra obteve. A dissertação defendida por Márcia Maria Martins Parreira intitulada *Ludwik Fleck e a historiografia da ciência. Diagnóstico de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida*, defendida em 2006, aprofunda esta questão.



atividade científica fundamenta-se, defendendo o “fato científico” como elemento efêmero, desprovido de uma verdade absoluta e constantemente passível de questionamentos.

Partindo desse posicionamento, Fleck (1979) opôs-se às visões de cunho positivistas⁶ de sua época e inaugurou uma nova abordagem, dependente dos aspectos históricos e contrária às premissas ancoradas na neutralidade científica. Fleck (1979) interpretou o desenvolvimento científico como parte inerente ao processo histórico que envolve a humanidade, marcado por sinais de continuidade. Tal raciocínio advém de uma formação edificada na corrente evolucionista com influência do darwinismo, em que o conhecimento é interpretado de modo linear, análogo a um sistema contínuo. Já Kuhn trata o conhecimento científico através das *revoluções científicas*, ou seja, considerando as rupturas e sem considerar as interdependências e as continuidades, tornando os paradigmas sempre incompatíveis, ou nas palavras de Kuhn (2007), *incomensuráveis* (PARREIRAS, 2006). Em consequência desse pensamento mais flexível, Fleck (1979) se posiciona de lado diferente no que tange à idéia de incomensurabilidade empreitada por Kuhn, pois mesmo admitindo a existência de dificuldades entre a comunicação de paradigmas, essa comunicação pode ser realizada, embora possa ser feita de modo um tanto quanto precária. Sobre as duas obras, Parreiras (2006) esclarece:

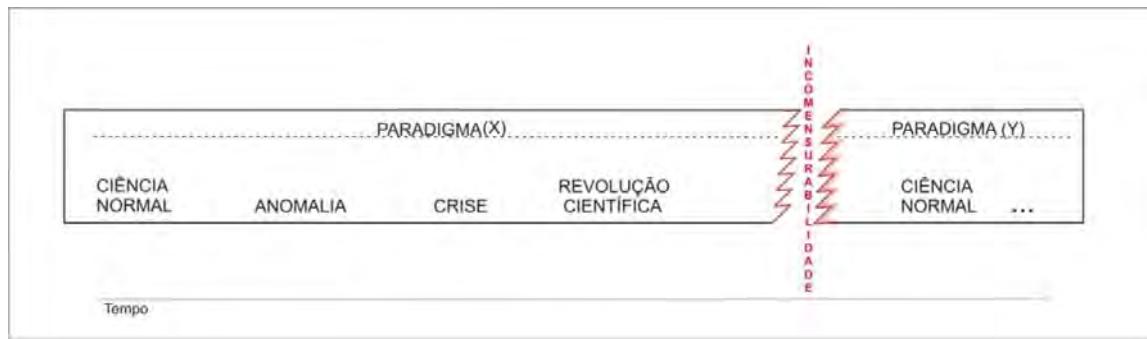
Fleck, semelhantemente a Kuhn, percebe a possibilidade de um paralelo entre evolução darwiniana e desenvolvimento científico, porém, sua proposta evolucionária, por não assumir a idéia de incomensurabilidade, de revolução ou mesmo do conceito fechado de paradigma, parece oferecer respostas onde Kuhn encontra suas limitações. Além disso, os pressupostos desse médico polonês oferecem possibilidades para o melhor desenvolvimento e exploração da metáfora que o próprio Kuhn reconheceu como muito adequada para a história da ciência, mas que não foi capaz de desenvolver plenamente, devido à sua inserção numa tradição revolucionária (PARREIRAS, 2006, p. 180).

⁶ A década de 1930, período em que Fleck escreve sua obra, é caracterizada pela corrente neopositivista, conduzida pelos estudiosos que compunham o Círculo de Viena.

Como dito, Fleck não acredita em uma ruptura total, como argumentado por Kuhn, mas sim em uma reorganização das práticas e teorias científicas que constituem um novo *estilo de pensamento*. Este processo implica numa certa relação entre os estilos, já que de acordo com Fleck, estilos de pensamento mantêm entre si estreitas ligações, além de se originarem um do outro (PARREIRAS, 2006).

Em parte, tais diferenças podem ser explicadas se analisadas as influências que cada um sofreu ao longo de suas jornadas acadêmicas, permitindo-os que elaborassem visões distintas: “[...] Fleck em um fundamento evolucionário e com referência nas Ciências da Vida, e Kuhn, revolucionário, com referência na Física” (PARREIRAS, 2006, p. 182).

A seguir, o esquema 3 ilustra o desenvolvimento científico segundo a concepção kuhniana, ilustrando a ideia da incomensurabilidade:



Esquema 3: O desenvolvimento científico de acordo com Kuhn

Fonte: Adaptação do livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (2007). KUHN, Thomas Samuel. Organização: Janaina Francisca de Souza Campos

De acordo com Oliveira (1995 e 1999), a história do pensamento geográfico foi e ainda é fortemente influenciada pelo *embate* e *debate* de três correntes filosóficas de pensamento: o positivismo, o historicismo – denominados nos dias de hoje, respectivamente, de neo-positivismo e neo-historicismo – e a dialética⁷. Assim como Fleck (1979) que evidencia a relação entre estilos de pensamento, Oliveira (1995) reconhece a influência do positivismo nas outras correntes do pensamento, atingindo, por exemplo, o historicismo e o marxismo. Isso ajuda a compreender que os trabalhos

⁷ O autor ainda destaca o avanço dos estudos fenomenológicos no pensamento geográfico nos últimos anos.



realizados pelos geógrafos são passíveis de apresentar uma dimensão difusa, o que revela a condição de continuidade defendida por Fleck.

A difusão dessas idéias, particularmente do postulado de uma ciência axiologicamente neutra, apareceu também, fora do quadro estrito do positivismo, alcançando mesmo o historicismo e o marxismo. Este fenômeno, revela antes de tudo, uma certa **dimensão positivista** no interior de vertentes destas escolas de pensamento (OLIVEIRA, 1995, p. 19, grifo do autor).

Com a institucionalização da Geografia no Brasil na década de 1930, foi a orientação de cunho positivista e neopositivista que encaminhou a produção do conhecimento geográfico até finais da década de 1980. Porém, mesmo neste período de forte influência positivista em que o pressuposto da neutralidade científica exercia papel preponderante para a legitimação da ordem social burguesa cometida pelo Estado, foi possível notar a presença de estudiosos que rompiam com tal pressuposto. Neste grupo destaca-se Manuel Correia de Andrade, crítico que, em 1963, com o lançamento da obra *A terra e o homem no Nordeste*, incorporou à Geografia a discussão sobre os movimentos de luta pela terra na região Nordeste brasileira (ANDRADE, 1986).

Visando discutir a problemática da fome, o médico e geógrafo Josué de Castro também foi além das questões tratadas pela Geografia de sua época, trazendo para o seu interior elementos até então ignorados pelos estudiosos. O autor preocupou-se em denunciar as desigualdades sociais e econômicas existentes no país, indo contra os temas investigados pela corrente francesa (CASTRO, 1967). Contudo, mesmo os autores que desenvolveram trabalhos perante uma vertente mais crítica, o positivismo esteve presente, atingindo também o historicismo e o marxismo⁸. Ainda, a corrente positivista, a partir da década de 1960, trajada com uma roupagem moderna e atraente – neopositivismo - permaneceu na Geografia. Oliveira afirma que “parece óbvio, insistir que o movimento neopositivista, também denominado de empirismo lógico, manteve praticamente, intacto esses postulados básicos, sobretudo este da objetividade/neutralidade” (OLIVEIRA, 1995, p. 20).

⁸ Importante lembrar que o entrecruzamento de vertentes deve-se, também, a formação acadêmica dos estudiosos.



Assim, Oliveira (1995) traz elementos importantes que ajudam na reflexão sobre o entrave da incomensurabilidade paradigmática postulada por Kuhn. A reincidência da corrente positivista mostra que, por vezes, diferentes paradigmas podem conviver entre si, havendo a retomada de princípios de um paradigma na formulação de um outro. Cidade (2001) argumenta sobre a hibridez das pesquisas em Geografia, enfatizando as permanências, rupturas e novos direcionamentos da disciplina e assegura que:

[...] As permanências podem ser consideradas continuações da geografia moderna inicial, que foram se atualizando e, em maior ou menor grau, incluindo formulações teóricas e metodológicas próprias. Exemplos de permanência são o determinismo ambiental, a geografia cultural, a geografia regional e a geografia analítica. Os novos direcionamentos e rupturas representam o deslocamento da construção da temática em estudo, para refletir a adoção de perspectivas teóricas de compreensão da realidade diferentes das até então privilegiadas. Exemplos de novos direcionamentos são a geografia humanística (...) a geografia marxista, crítica ou radical; as geografias pós-modernas; e a geografia de gênero (Peet, 1999). Assim como em outras áreas do conhecimento, a convivência entre paradigmas tradicionais e paradigmas renovadores também se refletiu na geografia (CIDADE, 2001, p. 115).

Em outro trecho, Oliveira (1995) destaca a hibridez das pesquisas e aponta a influência do historicismo junto à dialética:

Retomada, sobretudo, na década de 40 por um grupo de geógrafos franceses (Pierre George, Yves Lacoste, Raymond Guglielmo, Bernand Kayser, Jean Dresch, Jean Tricart, entre outros) a dialética constitui-se na base filosófica de parte das obras desses autores. Muitas vezes, a influência historicista mesclava os trabalhos dessa corrente (OLIVEIRA, 1995, p. 21).

Dessa forma, a Geografia e a Geografia Agrária seguiram dois caminhos: “de um lado desenvolveu-se um marxismo positivista, de outro um historicista” (OLIVEIRA, 1995, p. 23). Assim, o estudo do campo brasileiro vem sendo realizado sob diferentes vertentes da corrente marxista. Entre as distintas interpretações da corrente marxista, Oliveira (1995) frisa a existência de pelo menos 3 vertentes marxistas no interior da Geografia:

[...] temos autores que acreditam que no Brasil existiu feudalismo, ou mesmo relações semi-feudais de produção. Por isso eles advogam a seguinte tese: **para que o campo se desenvolva é preciso acabar com estas relações feudais ou semi-feudais e ampliar o trabalho assalariado no campo.** Para esses autores a luta dos camponeses contra os latifundiários exprimiria o avanço da sociedade na extinção do feudalismo. Portanto, a luta pela reforma agrária é um instrumento que faz avançar o capitalismo no campo. [...] Outra vertente entende que **o campo brasileiro está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses devem desaparecer, pois eles seriam “resíduos” que o progresso capitalista extinguiria.** Ou seja, os camponeses ao tentarem produzir para o mercado acabariam indo à falência e perdendo suas terras para os bancos, ou mesmo, teriam que vender suas terras para saldar as dívidas (OLIVEIRA, 1995, p. 23, grifo do autor).

Bombardi (2003) também retoma a questão dos paradigmas na Geografia Agrária e atesta sua forma difusa e híbrida. Ao afirmar que a gênese da Geografia Agrária brasileira foi fundada pelo paradigma alemão historicista, em que as questões relativas às relações sociais permaneciam fora do debate acadêmico, a autora também aponta naquele momento para a hibridez paradigmática: “Evidentemente, não há um “purismo historicista”: há traços de positivismo especialmente na separação homem/natureza e, sobretudo, na força tremenda pela “neutralidade científica”” (BOMBARDI, 2003, p. 45).

Considerações finais - a imprescindibilidade da abordagem paradigmática: contribuições e possibilidades para o estudo da Geografia

De fato, como elucidado, a produção intelectual da Geografia brasileira é marcada pela multiplicidade paradigmática. Se “transplantado” o conceito kuhniano, poder-se-ia afirmar que a Geografia nunca se firmou enquanto disciplina científica, na medida em que abrange uma multiplicidade de interpretações para o mesmo objeto de estudo. Igualmente, a incomensurabilidade paradigmática não poderia ser aplicada, já que existe a presença da hibridez no desenvolvimento de estudos, assim como também existe a insurgência de práticas e saberes que se compatibilizam com postulados pretéritos.

Como visto, dado um mesmo período histórico, o pluralismo paradigmático não faz parte da concepção kuhniana, ou melhor, faz, mas não como uma ciência paradigmática, mas como uma pré-ciência em seu estágio embrionário, ou seja, em sua fase pré-paradigmática. Por isso, coloca-se como imprescindível refletir sobre o significado original que o conceito de paradigma apreende no seu momento inicial, uma vez que recorrido o conceito postulado por Kuhn, as Ciências Humanas estariam no devir de se tornarem ciências paradigmáticas. Para Santos (1988),

Na teoria das revoluções científicas de Thomas Kuhn, o atraso das ciências sociais é dado pelo caráter pré-paradigmático destas ciências, ao contrário das ciências naturais, essas sim, paradigmáticas. Enquanto, nas ciências naturais, o desenvolvimento do conhecimento tornou possível a formulação de um conjunto de princípios e de teorias sobre a estrutura da matéria que são aceitos em discussão por toda a comunidade científica, conjunto esse que designa por paradigma, **nas ciências sociais não há consenso paradigmático**, pelo que o debate tende a atravessar verticalmente toda a espessura do conhecimento adquirido (SANTOS, 1988, p. 21, grifo nosso).

Caso seja aceito de maneira apática e sem as devidas críticas e reflexões para o entendimento da ciência geográfica, o conceito de paradigma e todo o seu aparato explicativo, permeado, principalmente, pela ausência do consenso paradigmático no interior de sua comunidade científica, são empregados inadequadamente e ajudam a reforçar ausência reflexiva que tanto o conceito carece. Todavia, Kuhn (2007) alerta para a peculiaridade das Ciências Humanas e reconhece sua particularidade: “permanece em aberto a questão a respeito de que áreas da ciência social já adquiriram tais paradigmas. A história sugere que a estrada para um consensoável na pesquisa é extraordinariamente árdua” (KUHN, 2007, p. 35). Kuhn (2007) também deixa mais evidente esse posicionamento ao afirmar que o grupo de pesquisadores ligado a Ciências Humanas está calcado em propostas conflitantes:

[...] tem constantemente frente a si numerosas soluções para tais problemas, conflitantes e incomensuráveis, soluções em que última instância ele terá que avaliar por si mesmo. Já o grupo dos cientistas naturais [...] dada a confiança em seus paradigmas, que torna essa técnica educacional possível,



poucos cientistas gostariam de modificá-la (KUHN, 2007, p. 209).

Fazendo uma leitura sobre Kuhn, Assis (1993) demonstra que tanto as Ciências Naturais quanto Humanas estão situadas para além de fenômenos que fogem do campo da experimentação:

Nesse ponto, entra a leitura estreita de Kuhn. Aí, inverte-se o argumento positivista. Não é a física semelhante às ciências sociais (ou seja, não existiria entre elas apenas diferença de grau)? Kuhn não mostra — segundo essa leitura — que as ciências naturais carecem de base racional? Sim e sim. Logo, nem ciência social, nem ciência natural mereceriam logicamente o adjetivo *científico*. Elas estariam em pé de igualdade em termos metodológicos e, assim, ambas teriam o mesmo direito à científicidade. Ou vale o mérito de *científico* para ambas ou para nenhuma delas. **Kuhn é apresentado como o autor que mostraria que o arcabouço lógico das ciências naturais não existe, não passa de retórica ou de ideologia** (ASSIS, 1993, p. 154, grifo nosso).

Corroborando com Alexander (1987), que afirma sobre o caráter multiparadigmático da Sociologia, às Ciências Humanas cabe percorrer um caminho distinto das Ciências Naturais. Seu objeto de estudo e formas de análises perpassam por canais que transitam sobre mais de uma matriz discursiva, interpretativa e política, uma vez que as posturas adotadas pelos pesquisadores ocasionam leituras distintas para o mesmo objeto. Empregar o uso do conceito de paradigma kuhniano sem retomar o seu contexto interpretativo e sem ressignificá-lo é, sem dúvida, mais uma tentativa de “engavetar” as Ciências Humanas sob o crivo científico das Ciências Naturais e da “tirania” de uma lógica estritamente positivista. Thiolent (1992) argumenta sobre a especificidade das Ciências Humanas e postula:

No caso particular da pesquisa social (e também psicossocial), os fenômenos não possuem o caráter de perfeita repetitividade, como no caso de fatos mecânicos, e além do mais, o papel do pesquisador nunca é neutro do campo observado. [...] Outro aspecto negativo do esquema hipotético associado ao experimentalismo — particularmente sensível em ciências humanas — está no fato de que, ao procurar as informações necessárias à verificação das hipóteses, o pesquisador é freqüentemente induzido a distorções quanto à observação dos fatos e à seleção das informações pertinentes (THIOLLENT, 1992, p. 34).



De maneira geral, o conceito de paradigma empregado pelos cientistas sociais refere-se a dimensões mais amplas, dizendo respeito aos conflitos e disputas entre escolas de pensamento e/ou abordagens teórico-metodológicas (EKEBERG; HILL, 1979). Compreendemos que o conceito deve abranger uma dimensão relacional, em que paradigmas podem conviver paralelamente, pois conforme Moraes:

A compreensão do conceito de paradigma com base em um enfoque relacional, em que conceitos e teorias soberanos convivem com teorias rivais, está mais de acordo com o nosso ponto de vista, pois não apenas amplia o enfoque excludente de Kuhn, que faz desaparecer escolas e teorias rivais, a partir do surgimento de um consenso entre os membros de determinada comunidade científica, como também reconhece que as mudanças paradigmáticas convivem, simultaneamente, com outras experiências, teorias, outros conceitos ou fenômenos recalcitrantes que não se ajustam facilmente ao paradigma vigente (MORAES, 1997, p. 32).

A abordagem dispensada por Kuhn é margeada pelas grandes teorias e descobertas, característica peculiar das Ciências Naturais. Entretanto, deve-se ressaltar que, como exposto, as preocupações que afligem esse grupo não são as mesmas que inquietam as Ciências Humanas e, por isso, devem ser resguardadas suas especificidades, já que trazem interpretações sobre a sociedade e o espaço habitado, permeadas por constantes controvérsias e debates⁹ (SCHWARTZMAN, 1987).

O legado deixado pela proposta kuhniana é realmente indiscutível, sobretudo quando analisado e comparado aos estudos anteriores, cujo teor e conteúdo reflexivo dispensado à abordagem paradigmática eram extremamente ínfimos. Apesar do conceito de paradigma não ter sido cunhado por Kuhn, é ele quem avança neste debate e abre espaço para que outros autores possam dialogar e elaborar um pensamento mais crítico. Desta forma, é a **partir** e não **através** das proposições elaboradas por Kuhn, que a discussão deve ser

⁹ É pertinente atentar que o próprio surgimento das Ciências Humanas (século XIX) condensou-se sob os efeitos da lógica positivista, assentada no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano, concebidas de acordo com o modelo mecanicista das ciências naturais. Este modelo gerou a criação de duas vertentes distintas, consideradas antagônicas: a primeira e também a mais dominante, optou por dar continuidade à lógica positivista, aplicando ao estudo da sociedade os seus princípios, concebendo-a como um fenômeno natural, isto é, o reduzindo a sua dimensão mensurável; já a segunda, decidiu pela compreensão das particularidades inerentes aos seres humanos, avocando uma epistemologia própria (SANTOS, 1988).

encaminhada, pois embora as duas questões aqui expostas dificultem a compreensão da Geografia, acreditamos que seu pensamento ilumina o debate aqui proposto pela seguinte razão: a proposta proporciona elementos críticos para a construção de uma interpretação coerente com a Ciência Geográfica, pois amparado por Fleck, Kuhn apresentou outro viés que até então estava velado e estremeceu as estruturas tradicionais empíricas. Kuhn trouxe a discussão para a disputa no interior das comunidades científicas e enfatizou a atuação destas no partilhamento e na seleção de paradigmas. Este selecionamento, embasado pelo método e pela teoria - também despontados na obra kuhniana e que merecem ser aprofundados - conformam *diferenças paradigmáticas* entre os estudiosos, isto é, indicam para a diferencialidade paradigmática que o pensamento geográfico apreende. Por diferencialidade paradigmática, comprehende-se a diversidade das formas de organização do pensamento que, guiadas por um paradigma de estudo, fazem parte do pensamento geográfico, disputando adeptos, conformando grupos de pesquisa e consolidando linhas de pesquisa nos meios de publicação.

Esse debate qualifica o pensamento geográfico e possibilita desvendar a diferencialidade paradigmática, de maneira que os aspectos de compartilhamento, seleção e direcionamento que as comunidades científicas elegem para a construção de posicionamentos (KUHN, 2007) são primados. Todavia, como exposto pelas duas questões debatidas neste ensaio, o pensamento geográfico deve ser evidenciado por intermédio da multiplicidade paradigmática. A multiplicidade implica em *diversidade* da organização das formas do pensar, isto é, da diversidade paradigmática que envolve os estudiosos em Geografia Agrária na interpretação do campo. Do mesmo modo, a multiplicidade também revela a *unidade*, de forma que são eleitos determinados paradigmas para a interpretação da realidade. Juntos, unidade e diversidade referendam a diferencialidade paradigmática.

A pluralidade da organização do pensamento e a dependência histórica são considerados aspectos fundamentais para uma fecunda interpretação da Geografia. O sentido da proposta kuhniana deve ser amplamente discutido e debatido, já que a disciplina, ao longo de sua trajetória,

apresentou-se imersa a um intenso debate paradigmático, disputando adeptos. Como visto, o conceito nasce ancorado sob especificidades e preocupações distintas daquelas que tangenciam as Ciências Humanas, o que impede de empregá-lo, em sua acepção original, para uma análise acurada da Ciência Geográfica. Para Santos (1996) os

[...] conceitos em uma disciplina são freqüentemente apenas metáforas nas outras, por mais vizinhas que se encontrem. [...] É à Geografia que cabe elaborar os seus próprios conceitos, antes de tentar emprestar formulas de outros campos (SANTOS, 1996, p. 70-71).

Ao contrário da depreciação e desqualificação da proposta kuhniana, é através da dialética, respaldado pelo reconhecimento e pela superação das formas de pensar, que o processo de construção do conhecimento geográfico deve ser encarado. Para alcançar a superação, é necessário ultrapassar seus conteúdos, porém, também, é preciso reconhecer a sua importância, pois é só a partir dos resquícios do passado que a superação torna-se possível. “A consciência primitiva, portanto, comporta elementos válidos [...], embora superados, depurados de suas interpretações [...]” (LEFEBVRE, 1983, p. 72). Ainda para Lefebvre,

Na superação, o que é superado é abolido, suprimido – num certo sentido. Não obstante, em outro sentido, **o superado não deixa de existir, não recai no puro e simples nada; ao contrário, o superado é elevado a nível superior. E isso porque ele serviu de etapa, de mediação para a obtenção do “resultado” superior;** certamente, a etapa atravessada não mais existe em si mesma, isoladamente como ocorria num estágio anterior; mas persiste no resultado, através de sua negação (LEFEBVRE, 1983, pp. 230-231, grifo nosso).

É justamente neste intento que o pensamento geográfico pode ser entendido, de forma que Kuhn não precisa ser “amortizado”. É só a partir de suas contribuições que a “importância sociológica do conjunto real de hábitos que caracteriza toda a ciência nova, e é anterior a qualquer formulação teórica, conseguiu estabelecer, como elemento central de sua filosofia, o concretismo essencial, característico da ciência” (MASTERMAN, 1979, p. 89). Kuhn foi capaz de vincular a “[...] natureza do conhecimento científico aos valores e critérios de



decisão adotados pelos membros da comunidade científica, e associou revoluções científicas a mudanças de compromissos e de crenças comunalmente partilhados" (FREITAS, 1998).

A complexidade e a imprecisão da era moderna não permitem que modelos explicativos rígidos e estáticos sejam realizados. A dinamicidade e o movimento da realidade realocam a todo instante nossas interpretações, o que coloca em evidência a imprescindibilidade do debate paradigmático na Geografia. É preciso que as Ciências Humanas tomem frente, isto é, que atuem como " motores", recusando o positivismo lógico e valorizando os estudos baseados na esfera social. É necessária a proposição de uma reflexão epistemológica diversificada, isto é, que ponha em voga a diferencialidade paradigmática (SANTOS, 1988).

Referências

ALEXANDER, J. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 5-28, jun. 1987.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

ASSIS, Jesus de Paula. Kuhn e as ciências sociais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 113-164, set./dez. 1993.

BERRY, Brian. Geographical theories of social change. In: BERRY, Brian. **The nature of change in geographical ideas**. Illinois: Northen Illinois University, 1978, p. 17-36.

BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia Agrária e responsabilidade social da ciência. **Terra Livre**, São Paulo, v. 12, n. 21, p. 41-53, 2003.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Cadastro e análise da produção dos grupos de pesquisa em Geografia Agrária do Estado de São Paulo**. 2010. Relatório de qualificação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2010.



CAPEL, Horácio. **O nascimento da ciência moderna e a América.** O papel das comunidades científicas, dos profissionais e dos técnicos no estudo do território. Maringá: Eduem, 1999. 198 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 161-178, 2002.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1967. 332 p.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. **Terra Livre**, São Paulo, n. 17, p. 99-118, 2001.

CLOZIER, René. **História da geografia.** 3 ed.. Lisboa: Europa-América, 1972, 140 p. (Coleção Saber).

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão. Paradigma versus estilo de pensamento na história da ciência. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão et al. (Org.) **Ciência, história e teoria.** Belo Horizonte: Argvmentvm, 2005. p.123-146.

DELIZOICOV, Demétrio. et al. Sociogênese do conhecimento e pesquisa em ensino: contribuições a partir do referencial fleckiano. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Florianópolis, v. 19, n. especial, p.52-69, jun. 2002.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da agricultura.** São Paulo: Difel, 1984. p. 278.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas.** Tomo 1: positivismo e hermenêutica. Durkheim e Weber. (primeira parte). São Paulo: Edições Loyola, 2004.

EKEBERG, D. L; HILL, H.L.. The paradigm concept and sociology: a critical review. **American Sociological Review**, n. 44, p. 925-929, dez. 1989.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 488 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Revista NERA**, Presidente Prudente, n. 2, não paginado, dez. 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson. **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FERREIRA, Darlene Aparecida et. al. Geografia agrária na pós-graduação brasileira a partir dos anos 1970: uma proposta de leitura teórico-metodológica.



In: ENCONTRO NACIONAL DOS GUPOS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2008, São Paulo. **Anais Agricultura, Desenvolvimento e Transformações socioespaciais**. São Paulo: USP, 2008. p. 912-926. CD-ROM.

FLECK, Ludwick. **Genesis and development of a scientific fact**. Chicago: University of Chicago, 1979. 203 p.

FREITAS, Renan Springer de. Des-naturalizando Kuhn. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 12, n. 33, p. 185-196, 1998.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária. **GeoNordeste**, Aracaju, ano 6/7, p. 15-21, 1989-1990.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Contribuição ao debate sobre perspectivas teórico-metodológicas para a geografia agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v.2, n. 4, p. 5-18, ago. 2007.

GEORGE, Pierre. **Os métodos em geografia**. São Paulo: Difel, 1972. 119 p.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 93-113.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: CONGRESSO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. **Sessões Dirigidas...** Fortaleza, AGB/UFC, p. 57-62, 1978.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 3-11, ago., 2006.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

JOHNSTON, Ronald John. **Geografia e geógrafos**. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Difel, 1986. 359 p.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 9 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 260 p.

LAUDAN, Larry et al.. Mudança científica: modelos filosóficos e pesquisa histórica. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, vol. 19, n. 7, p. 7-89, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 301 p.



MASTERMAN, Margareth. A natureza de um paradigma. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, A (org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, p. 72-108, 1979.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Apontamentos para uma avaliação da Geografia no Brasil (1934-1977): um apelo à Filosofia da ciência para esclarecer o papel do método na solução de uma crise de identidade epistemológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza. **Anais do 3 Encontro Nacional de Geógrafos**. São Paulo: AGB, p. 1-255, 1978.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 13 ed. Campinas: Papirus, 1997 (Coleção Práxis).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 17-57, 1995.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

PARREIRAS, Márcia Maria Martins. **Ludwick Fleck e a historiografia da ciência**: diagnóstico de um estilo de pensamento segundo as Ciências da Vida. 2006. 204f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2006.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972. 567 p.
RAMOS, Marcos Gonçalves. Modelos de comunicação e divulgação científicas - uma revisão de perspectivas. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 340-348, set./dez. 1994

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 2 ed. Porto: Afrontamento, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. Da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978. 236 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.

SCHWARTZMAN, Simon. Paradigma e espaço das ciências sociais. Comentários ao artigo "o novo movimento teórico" de J.C. Alexander. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 6-33, jun. 1987.

SPOSITO, Eliseu Savério. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia Contemporânea. São Paulo, **Terra Livre**, ano 1, n. 16, p. 99-112, 2001.

STODDART, David Ross. Ideas and interpretation in the history of geography: In: STODDART, David Ross. **Geography, ideology and social concern**. Oxford: Blackwell. 1981. p. 1-17.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992. 108 p.

VITTE, Antonio Carlos. Teorias do método científico e geografia. Um ensaio a partir da noção de paradigma de Thomas Kuhn. In: MENDOÇA, Francisco de Assis et. al (Org). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 91-106.



9. A LUTA PELA TERRA E A POLÍTICA DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL: A REFORMA AGRÁRIA CONSERVADORA¹

LA LUCHA POR LA TIERRA Y LA POLÍTICA DE ASENTAMIENTOS RURALES EN BRASIL: LA REFORMA AGRARIA CONSERVADORA

THE STRUGGLE FOR LAND AND THE POLICY OF RURAL SETTLEMENTS IN BRASIL

Eduardo Paulon Girardi

Bernardo Mançano Fernandes

Resumo

Este artigo analisa a luta pela terra e a sua conquista no Brasil. A ocupação de terra é principal forma de luta dos camponeses organizados em movimentos socioterritoriais no Brasil e o Estado, em resposta a essas ações, cria os assentamentos rurais. Consideramos inicialmente as contradições do campo brasileiro e, a partir de algumas premissas, analisamos a política de assentamentos rurais como uma estratégia para não realizar uma reforma agrária ampla no país. A política de assentamentos rurais caracteriza, por seu alcance reduzido, a *reforma agrária conservadora* executada no Brasil. Essa política não consegue desconcentrar a terra, diminuir as desigualdades sociais ou impedir o êxodo rural, além de ter a Amazônia como válvula de escape para não reformar as regiões de ocupação consolidada no centro-sul e no Nordeste. As análises deste artigo fazem parte do Atlas da Questão Agrária Brasileira¹ (www.fct.unesp.br/nera/atlas).

Palavras-chave: ocupações de terra; assentamentos rurais; reforma agrária conservadora; Amazônia.

Resumen

Este artículo analiza la lucha por la tierra y su conquista en Brasil. La ocupación de tierra es la principal forma de lucha de campesinos organizados en movimientos socioterritoriales en Brasil y el Estado, en respuesta a esas acciones, crea los asentamientos rurales. Consideramos inicialmente las contradicciones del campo brasileño y, a partir de algunas premisas, analizamos la política de asentamientos rurales como una estrategia para no realizar una reforma agraria amplia en el país. Por su alcance reducido, demostramos que la política de asentamientos rurales caracteriza la *reforma agraria conservadora* ejecutada en Brasil, ya que no consigue desconcentrar la tierra, disminuir las

¹ Texto publicado na revista **Agrária** (online). São Paulo, v. 8, 2008. Este artigo foi elaborado a partir de extratos da tese: "GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>." A tese foi desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp de Presidente Prudente, orientada pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes e com o apoio da FAPESP.



desigualdades sociales o impedir el éxodo rural, además de tener la Amazonia como válvula de escape para no reformar las regiones de ocupación consolidada en el centro sur y en el noreste. Los análisis de este artículo hacen parte del Atlas de la Cuestión Agraria Brasileña.

Palabras clave: ocupaciones de tierra; asentamientos rurales; reforma agraria conservadora; Amazonia.

Abstract

This article analyzes the struggle for the land and its conquest in Brazil. Land occupation is the main way of struggle employed by peasants on socioterritorial movements in Brazil and the State, as reply to such actions of struggle, creates rural settlements. From some contradictions formerly exposed, the policy of rural settlements of the Brazilian government is analyzed as a strategy for not performing a comprehensive agrarian reform in the country. Due to its restrictions, the policy of rural settlements constitute the *conservative agrarian reform* performed in Brazil since this policy cannot deconcentrate the land, reduce social inequality or avoid the rural exodus, moreover it has Amazon as a conservative alternative for not reforming consolidated occupation regions in the Center-South and in North-East.

Keywords: land occupation; rural settlements; conservative agrarian reform; Amazon.

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país caracterizado por desigualdades sociais e regionais resultantes da concentração da riqueza. Os problemas da questão agrária, relativos à vida e produção no campo, compõem o conjunto de questões estruturais que barram *outro modelo de desenvolvimento*² para o país, mantendo suas características contraditórias em favor de um pequeno número de privilegiados que detém os meios de produção e controla a política e as finanças. Com apenas 18,8% da população vivendo no campo, um êxodo rural de 4,2 milhões de pessoas no período 1991-2000 e a extinção de 1,5 milhões de

² O trabalho de Gómez (2006) considera que o modelo de desenvolvimento neoliberal é imposto através de órgãos internacionais (principalmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e dos países capitalistas desenvolvidos, que controlam esses órgãos. O autor defende que o *desenvolvimento imposto* pelas instituições neoliberais é baseado em um *discurso* que opera como *controle social*. Este discurso tem como principal função a afirmação – e repetição até a sua aceitação – de que as políticas neoliberais para o desenvolvimento funcionam, o que não ocorre. A afirmação da eficiência dessas políticas é o principal instrumento para a aceitação deste modelo de desenvolvimento. O desenvolvimento imposto pelo Banco Mundial tem como função tentar solucionar os problemas causados pelo capitalismo por meio das próprias regras capitalistas, o que é impossível. *Este desenvolvimento é utilizado pelo capitalismo como estratégia para a sua própria reprodução*. Gómes denomina este desenvolvimento de *desenvolvimento possível*, pois é o único *praticável dentro das regras do capitalismo*. Contudo, haveria uma outra via, que o autor denomina de *desenvolvimento intolerável* aos olhos do capitalismo, já que este modelo contraria suas regras.



postos de trabalho³ no campo no período 1996-2006 (IBGE, 2006), o Brasil é o quinto maior exportador mundial de produtos agropecuários, especialmente soja, açúcar e álcool, suco de laranja, café, papel e celulose, fumo, algodão e milho, além de ser o maior exportador mundial de carne. Esses produtos são responsáveis por grande parte do superávit da balança comercial brasileira, que garante aos ricos e à classe média a inserção no circuito global de consumo.

A contradição aparece quando verificamos que em 2004 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contou 72 milhões de brasileiros residindo em domicílios com algum tipo de insegurança alimentar, ou seja, não tinham garantias de alimento em quantidade e em qualidade. Desses brasileiros, 15,4 milhões eram moradores da zona rural, camponeses⁴ depauperados ao ponto de não conseguirem estrutura mínima para produzir nas suas terras o seu próprio alimento. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) (2008) calculou que em 2005 seis por cento da população brasileira, cerca de 11 milhões de pessoas, sofriam de desnutrição. Por fim, estima-se que 12,9 milhões de famílias têm renda inferior a R\$ 137,00 por membro (IBGE, 2007) e, por isso, 11,6 milhões delas recebiam em 2009 auxílio do Programa Bolsa Família⁵, que pode variar de R\$ 20,00 a R\$ 182,00 por família.

Esses dados indicam que o Brasil é um país sem segurança alimentar, já que grande parte da população não tem acesso aos alimentos. Por conseguinte, o país também não goza de soberania alimentar, já que o cerceamento à terra e o não acesso aos meios adequados para nela produzir não permitem que todos os que almejam possam plantar. Ainda contra a soberania alimentar contribui o mando internacional do sistema do agronegócio, que estabelece as regras de como e o que produzir para exportar. Além desses aspectos, a distribuição da terra no Brasil ainda conserva a estrutura concentrada cujas raízes históricas remontam do colonialismo ibérico sobre a América Latina. Em 2003, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o índice de Gini da estrutura fundiária brasileira era

³ A mesma definição de “Pessoal Ocupado” do Censo Agropecuário 2006 do IBGE. Compreende todas as pessoas que trabalham nos estabelecimentos agropecuários exercendo atividades ligadas à agropecuária ou que lhe dêem suporte. Compreende familiares e não familiares; com relações formais (assalariamento com registro) ou informais (trabalho familiar, assalariamento sem registro, parceria etc.).

⁴ Sobre o conceito de camponês ver Girardi (2008, pp.90-122).

⁵ Ver www.mds.gov.br.



de 0,816, o que demonstra a alta concentração da terra no país, já que quanto mais próximo de um maior é a concentração.

Não bastasse, nas últimas décadas tem ocorrido a incorporação constante de novas terras na estrutura fundiária brasileira. Entre 1992 e 2003 foram acrescidos 108,5 milhões de hectares na estrutura fundiária, principalmente na Amazônia e nos cerrados. Entre 1998 e 2007 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou desflorestamento de 19,1 milhões de hectares da Amazônia. Esta incorporação de novas terras ocorre com a manutenção da concentração, já que o índice de Gini em 1992 era de 0,826 e apresentou decréscimo de apenas 0,010 para o ano de 2003. Além disso, essas terras são incorporadas com fins especulativos, pois em 1998 as terras exploráveis não exploradas no Brasil somavam 75,4 milhões de hectares. Este processo se agravará com a Medida Provisória 458, aprovada pelo parlamento e pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2009, e que possibilita a legalização de “posses”⁶ de até 1.500 hectares num total de 67 milhões de hectares na Amazônia. Este é mais um passo na investida sobre novas áreas em detrimento da promoção da reforma agrária sobre áreas já abertas.

Sobre as constatações acima delineadas alicerçamos nossa afirmativa de que a reforma agrária é socialmente justificável e indispensável para proporcionar o desenvolvimento do Brasil. É Também dessas constatações que retiramos a premissa para a análise que desenvolveremos doravante: a *política de assentamentos rurais constitui uma reforma agrária conservadora*.

1. O significado e a validade da luta pela terra

A luta pela terra através das ocupações e a consequente criação de assentamentos rurais é uma forma de recriação do campesinato, o que pode ocorre também através de arrendamento, meação, parceria ou compra da terra.

⁶ “Posses” (com aspas) porque consideramos que a legalização de áreas além de 200 ha é, na verdade, a regularização de grilos. Mesmo que hoje a legislação só permita o desflorestamento de 20% das propriedades rurais no bioma amazônico, sabendo da incapacidade de fiscalização na região, dificilmente a floresta não sofrerá investidas sobre área superiores aos 20%. Também não há garantia de que no futuro a legislação que restringe o desflorestamento nas propriedades da Amazônia em 20% não seja alterada, visto a força política do setor latifundiário.



As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa.

No Brasil, a ocupação é a principal estratégia de luta pela terra realizada pelos movimentos socioterritoriais camponeses. Os dados do Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA)⁷ em 2006 mostram que no país, entre 2000 e 2006, foram registradas ocupações de terra realizadas por 86 diferentes movimentos socioterritoriais. As áreas ocupadas são principalmente latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas foram desrespeitadas. De modo geral, as propriedades ocupadas são aquelas que apresentam indicativos de descumprimento da *função social da terra*, definida no artigo 186 da Constituição Federal⁸. Como o Estado não apresenta iniciativa para cumprir a determinação constitucional, os movimentos socioterritoriais agem para que isso aconteça. Ultimamente, além de lutar contra o latifúndio, os movimentos socioterritoriais camponeses iniciaram a luta contra a territorialização do agronegócio em suas formas mais intensas e, por isso, as ocupações têm ocorrido em áreas de produção de soja transgênica, cana-de-açúcar e plantações de eucalipto, por exemplo.

Em princípio, a ocupação de áreas *economicamente* produtivas seria muito mais uma forma de protesto, visto que pela constituição (art. 185) elas não são suscetíveis à desapropriação para a reforma agrária. O artigo 186 estabelece que a propriedade deve cumprir sua função social, que compreende

⁷ O DATALUTA é um banco de dados desenvolvido no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) da Unesp de Presidente Prudente. O cerne deste banco de dados consiste em coletar informações sobre ocupações de terras e assentamentos rurais de diversas fontes e, através de um processo de comparação e agregação, agrupá-las em um mesmo conjunto de dados para os municípios brasileiros, tornando assim os dados mais completos. A metodologia e os dados do DATALUTA podem ser encontrados em www.fct.unesp.br/nera.

⁸ Art. 186 da Constituição Federal. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I) aproveitamento racional e adequado; II) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.



as dimensões ambiental, trabalhista e de bem estar do proprietário e dos trabalhadores. Na interpretação desses dois artigos, Pinto Jr. e Farias (2005) afirmam que não basta que a propriedade rural seja produtiva (art. 185) no sentido *economicista* para que não seja passível de desapropriação; ela deve ser produtiva respeitando *simultaneamente* os princípios do art. 186. A produtividade não pode ser alcançada sob consequência de desrespeito aos aspectos da função social, de forma que essas duas características são indissociáveis e “a função social é continente e conteúdo da produtividade” (p. 48). Assim, caso a produção seja conseguida a partir do descumprimento das dimensões estabelecidas pelo artigo 186, o aspecto produtivo não isenta a propriedade de desapropriação para a reforma agrária. É por isso que o agronegócio, através de suas práticas, desrespeita a função social da terra. Por isso, as ocupações de propriedades *cultivadas* que não cumprem a função social são legítimas no sentido da luta, já que podem ser suscetíveis à desapropriação segundo a interpretação da lei apresentada acima.

A reforma agrária é necessidade historicamente defendida para a resolução dos problemas agrários no Brasil. Em nossa análise da luta pela terra tomamos o período de 1988 até 2006, quando ela foi intensificada. Nos sucessivos governos deste período, as ações de reforma agrária no Brasil têm sido baseadas principalmente nas políticas de criação de assentamentos rurais e de concessão de crédito aos camponeses. Partimos do princípio de que uma reforma agrária *completa* no Brasil deve, simultaneamente, *reformar a estrutura fundiária do país, possibilitar o acesso dos camponeses à terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção*. Neste sentido, o II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) avançou ao apresentar uma compreensão ampliada de reforma agrária. Porém, como demonstraremos, a execução do plano tem apresentado uma reforma conservadora da estrutura fundiária através da criação de assentamentos rurais. Consideramos que no período analisado houve uma *reforma agrária conservadora*, pois a forma como é conduzida a política de assentamentos conserva a estrutura das regiões de ocupação consolidada, isto é, centro-sul e Nordeste, de forma que o cumprimento dos princípios constitucionais é muito restrito. A partir desta premissa, nosso objetivo



é compreender o quanto reformadora é a política de assentamentos rurais que fundamenta esta reforma agrária conservadora.

2. Ocupações de terra, assentamentos rurais e governos

A partir de 1995, primeiro mandado de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), houve um aumento significativo de famílias em ocupações e de famílias assentadas⁹ (gráfico 1). As ocupações atingiram o seu máximo em 1999 (897 ocupações e 118.620 famílias em ocupações), ano em que Fernando Henrique Cardoso assumiu seu segundo mandato (1999-2002). O aumento constante do número de ocupações fez com que o Presidente publicasse então a Medida Provisória 2.027-38 de 4 de maio de 2000, que criminalizava a luta pela terra. A criminalização ficou mais evidente na Medida Provisória 2.109-52 de 24 de maio de 2001, que substituiu a anterior¹⁰. O texto dessas Medidas Provisórias prevê o impedimento, por dois anos, da vistoria de imóveis rurais onde tenham sido realizadas ocupações de terra e também exclui os trabalhadores que participam de ocupações de terra dos programas de reforma agrária. Com essas medidas coercitivas às ações dos movimentos sociais camponeses, o número de famílias em ocupações diminuiu drasticamente e o número de famílias assentadas acompanhou esta queda. Isso quer dizer que o governo atingiu seu objetivo: diminuir a quantidade de novas famílias assentadas. A análise conjunta deste fato e da evolução das ocupações e assentamentos (gráfico 1) mostra que as famílias só são assentadas devido à pressão realizada pelas ocupações de terra.

Em 2003, com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve crescimento das ocupações e, consequentemente, dos assentamentos.

⁹ Para os dados de famílias em ocupações e famílias assentadas calcula-se a média de cinco pessoas por família. Os dados de famílias assentadas são referentes ao número famílias que o assentamento comporta em sua capacidade máxima. Esses dados não dizem respeito, por exemplo, aos casos em que as famílias desistem de seus lotes e outras famílias são assentadas. Este processo não é acompanhado. A quantidade de famílias nos assentamentos pode ser inferior, em projetos de assentamentos não totalmente ocupados, o que pode ocorrer no início da implantação, ou superior, no caso de outras famílias que passam a viver nos lotes com as famílias legalmente beneficiárias. No caso das famílias em ocupações de terra, a mesma família pode participar de diversas ocupações na sua trajetória de luta, que pode durar anos até que consiga um lote.

¹⁰ Atualmente essas Medidas Provisórias estão em tramitação sob a forma da MP 2.183-56 de 24 de agosto de 2001.

Isso possivelmente ocorreu pela minimização da aplicação da criminalização da luta pela terra, prevista na Medida Provisória, e pela esperança que os movimentos socioterritoriais depositavam no Presidente Lula para a realização de uma reforma agrária mais ampla, o que não ocorreu. Os dados de famílias assentadas mostram que nem mesmo no aspecto quantitativo há diferença entre os governos de FHC e de Lula, pois, durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, foram assentadas 457.668 famílias e, no primeiro mandato de Lula, foram assentadas 252.019. O total de famílias assentadas no primeiro mandato de Lula contempla apenas 63% das 400 mil famílias previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para o período. A *tabela 1* mostra os dados anuais da luta pela terra e da política de assentamentos rurais e os mapas da *prancha 1* permitem comparar o número de famílias em ocupações de terra e de famílias assentadas nas microrregiões brasileiras¹¹ nos três últimos períodos de governo. Apesar dos totais da *tabela 1* indicarem um equilíbrio entre famílias em ocupações e famílias assentadas, como demonstramos a partir do *tópico 3*, este fato não indica a realização plena da reforma agrária ou que todos que demandaram terra foram contemplados. A análise desta questão é o centro deste artigo.

TABELA 1 – Brasil - A luta pela terra e sua conquista - 1979-2006

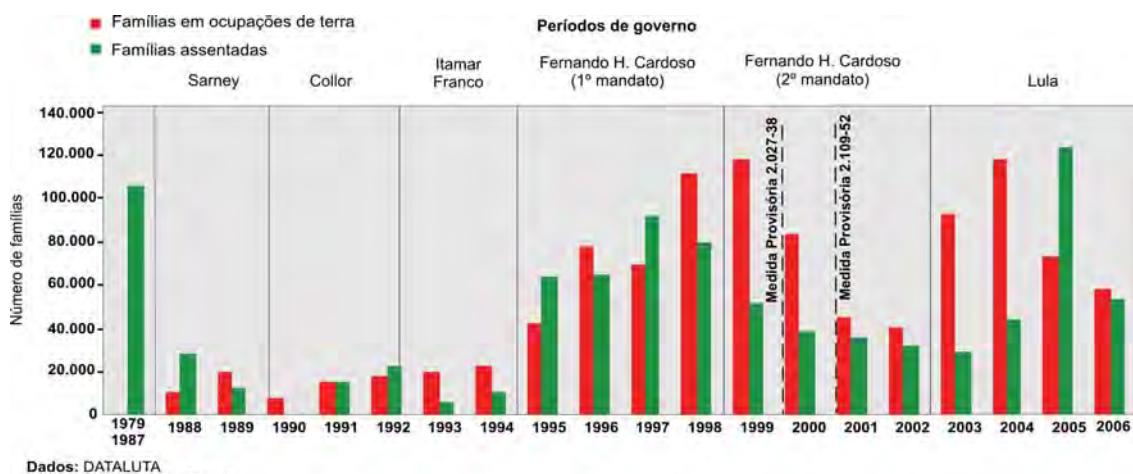
¹¹ Microrregiões segundo a delimitação do IBGE.

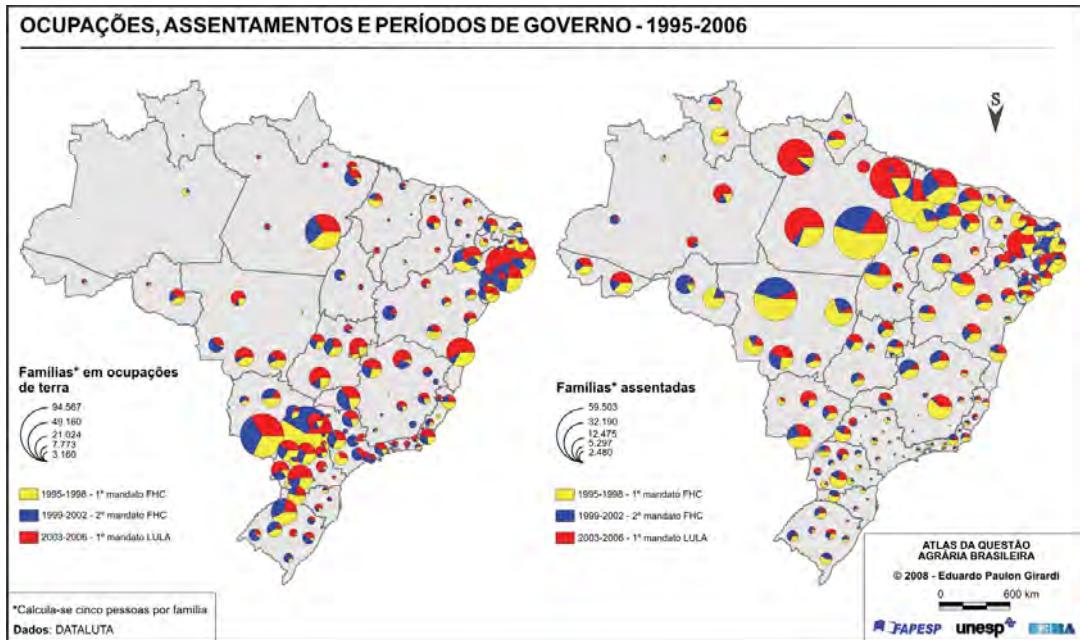
	Ocupações de terra	Famílias em ocupações	Assenamentos criados	Famílias assentadas	Área dos assentamentos (ha)
1979-1987	-	-	436	105.778	7.247.245
1988	71	10.491	123	28.251	2.053.290
1989	86	20.350	115	12.136	696.200
1990	50	7.314	31	3.620	158.755
1991	85	14.990	87	15.464	774.640
1992	93	17.838	167	22.251	1.262.894
1993	116	19.442	74	5.513	196.473
1994	163	23.016	42	10.346	503.141
1995	186	42.746	409	63.622	2.957.220
1996	458	78.263	505	64.964	3.912.346
1997	513	69.453	710	92.296	3.645.960
1998	828	111.396	757	79.481	3.039.558
1999	897	118.620	599	51.379	2.215.473
2000	528	83.790	426	38.463	2.182.712
2001	283	45.537	475	35.606	1.833.080
2002	273	40.966	417	31.857	2.584.210
2003	555	92.883	327	29.553	5.290.618
2004	702	118.225	498	44.548	5.371.812
2005	569	73.283	1.056	124.040	14.523.107
2006	553	58.717	412	53.878	4.104.033
TOTAL	7.009	1.047.320	7.666	913.046	64.552.767

Dados: DATALUTA

Org.: Eduardo Paulon Girardi

GRÁFICO 1 – Brasil - A luta pela terra e sua conquista - 1979-2006

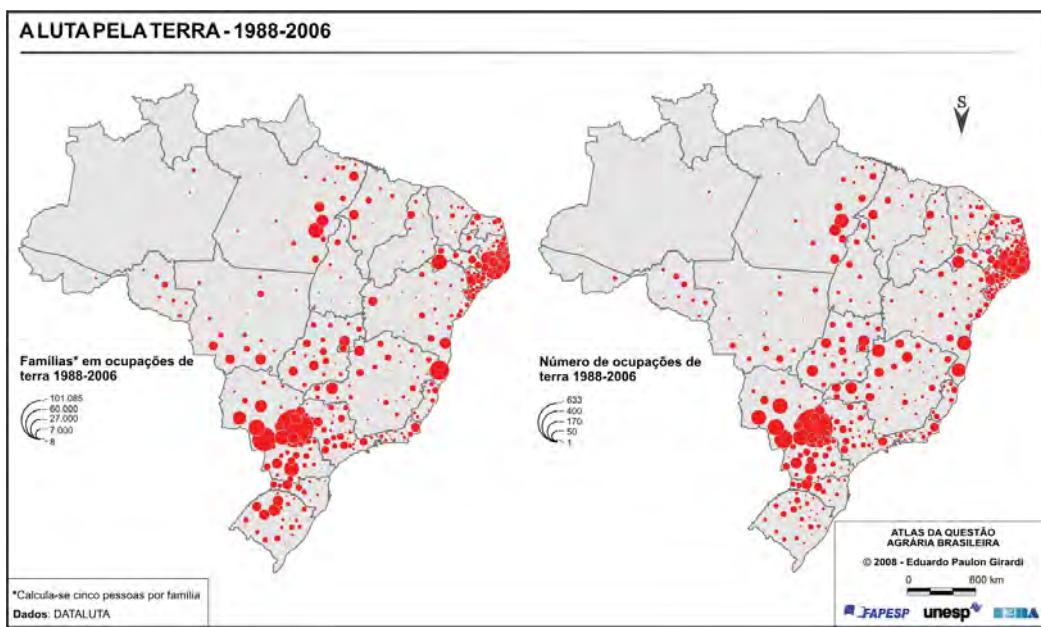
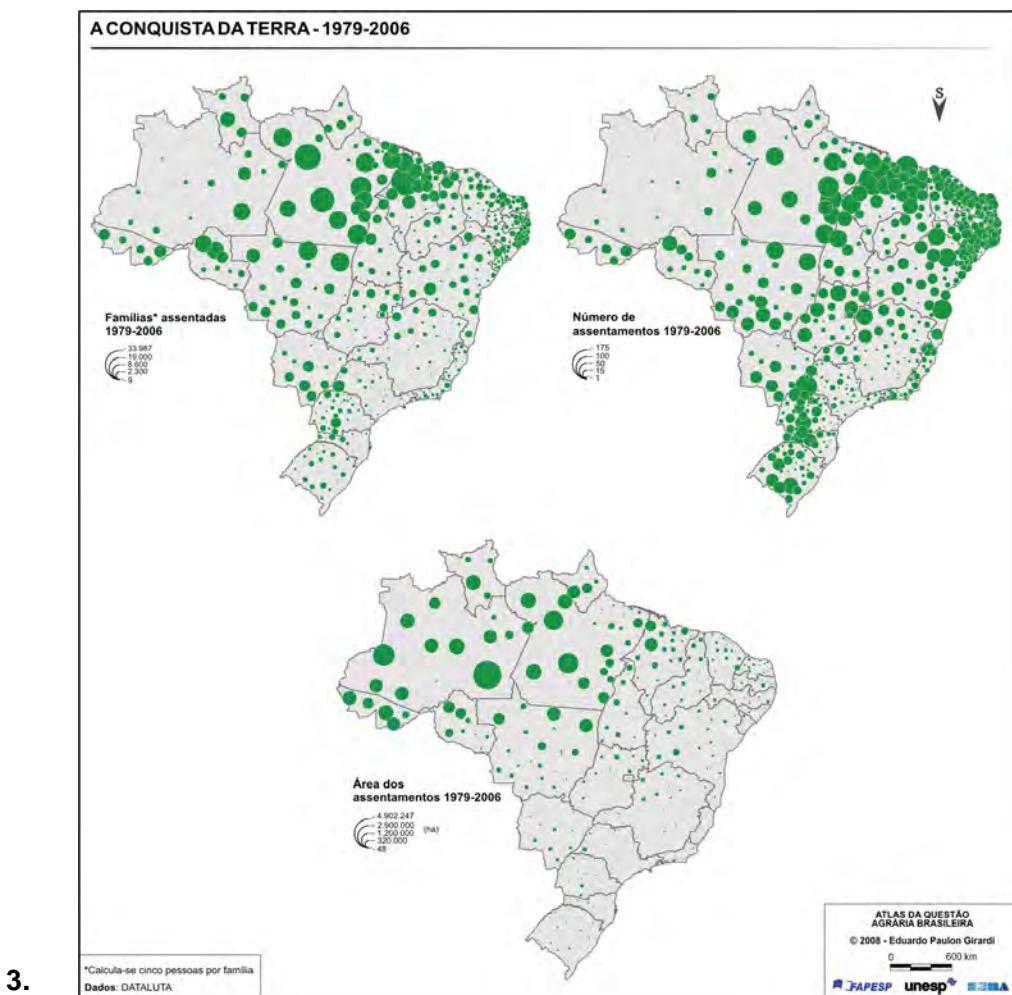




PRANCHA 1

Os mapas da *prancha 2* apresentam os dados da luta pela terra e os da *prancha 3* representam os dados da conquista da terra. As ocupações e as famílias que delas participam concentram-se no centro-sul e na porção oriental do Nordeste. As famílias assentadas concentram-se na porção norte do País. As informações mais importantes desses mapas são o *número de famílias em ocupações*, que indica a gravidade dos problemas agrários, e a *quantidade de famílias assentadas*, que indica resposta do Estado para a solução do problema.

PRANCHA 2

**PRANCHA 3**

3.

O

conservadorismo da política de assentamentos rurais



Desde 1988 foram realizadas no país mais de sete mil ocupações de terra, das quais participaram cerca de um milhão¹² de famílias cujos lares foram (ou ainda são), por vários anos, os barracos de lona dos acampamentos. Em resposta, os governos criaram desde então 7.230 assentamentos rurais, cuja área total de 57,3 milhões de hectares comporta cerca de 900 mil famílias. Poderíamos então concluir que restariam apenas cerca de 100 mil famílias para serem assentadas e a reforma agrária estaria concluída? A resposta positiva à qual conduz a “matemática” da *reforma agrária conservadora* é facilmente derrubada pela análise geográfica. O aspecto geográfico (aqui como referência ao localizacional) da política de assentamentos não constitui uma resposta local às demandas/denúncias dos movimentos socioterritoriais. A geografia da política de assentamentos rurais é um dos elementos que denunciam seu caráter *conservador*, para o que contribui também a *tipologia* dos “assentamentos rurais”.

A primeira evidência do conservadorismo da política de assentamentos rurais aparece quando agrupamos os números da luta pela terra e de sua conquista por macrorregião. Entre 1988 e 2006, de todas as famílias que participaram de ocupações de terra no Brasil, apenas cinco por cento o fizeram na região Norte, porém, entre as famílias “assentadas” pelos governos no mesmo período, 40% receberam lotes na região Norte. Centro-Oeste e Nordeste apresentam equilíbrio entre a proporção numérica (mas não necessariamente localizacional!) de famílias em ocupações e famílias assentadas em relação ao total brasileiro. Já no caso do Sul e, especialmente do Sudeste, ao contrário do que ocorre no Norte, a participação nas ocupações é bem superior ao assentamento de famílias. Por fim, se tomarmos a área dos assentamentos rurais, há uma diminuição do total no sentido norte-sul.

TABELA 2 – Brasil – Macrorregiões - A luta pela terra e sua conquista - 1988-2006

¹² Este número é provavelmente superior, visto que não há informações sobre o número de famílias para 867 ocupações de terra.



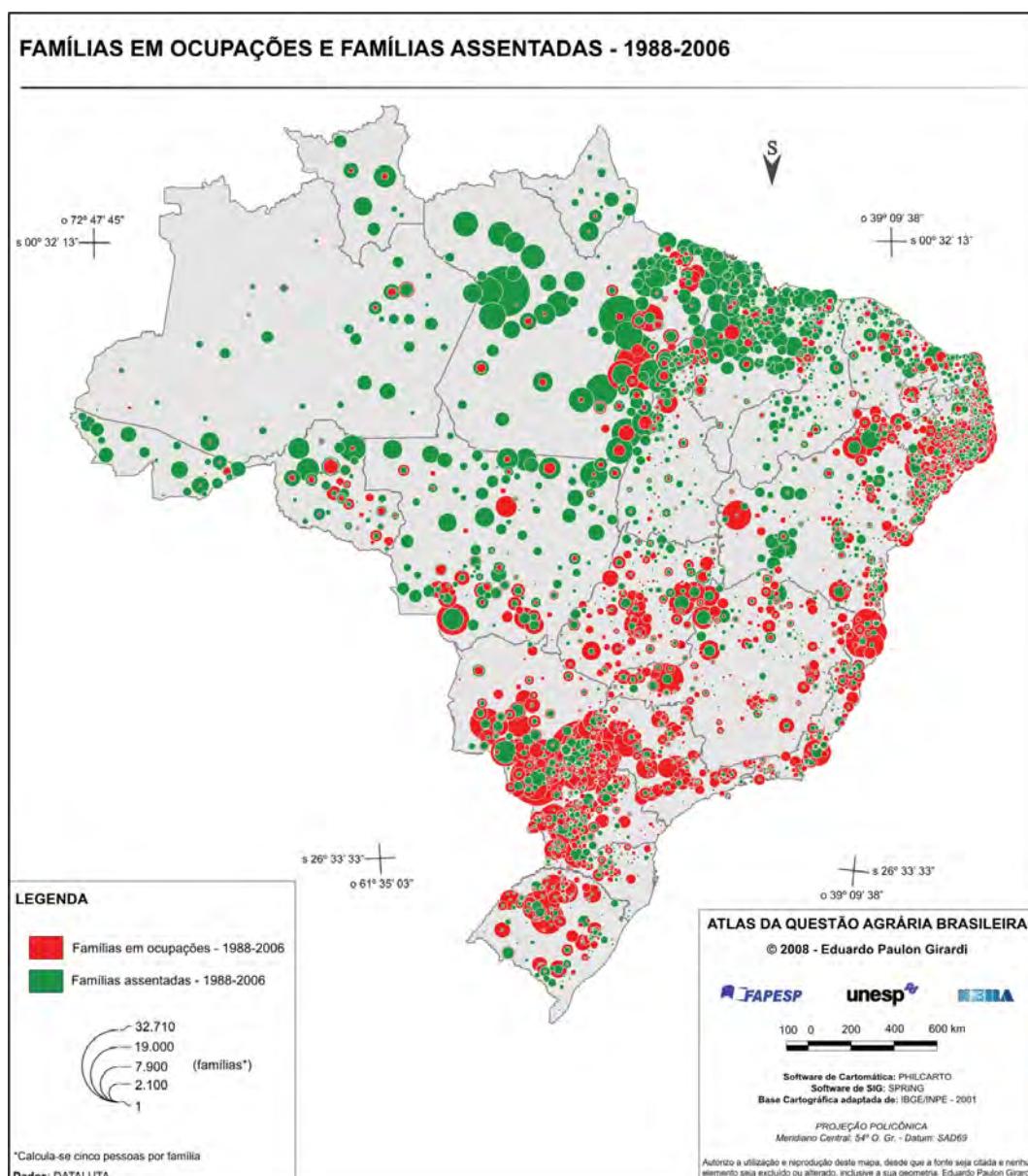
Região	Ocupações de terra		Famílias em ocupações		Assentamentos criados		Famílias assentadas		Área dos assentamentos	
	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	absoluto	%	ha	%
Norte	571	8,2	84.853	8	1.493	21	320.019	40	40.061.207	70
Nordeste	2.454	35,0	339.590	32	3.309	46	279.418	35	8.799.654	15
Sudeste	1.816	25,9	263.416	25	652	9	42.995	5	1.263.323	2
Sul	1.025	14,6	166.473	16	757	10	37.738	5	826.687	1
Centro-Oeste	1.138	16,2	192.868	18	1.014	14	126.786	16	6.347.770	11
BRASIL	7.004	100,0	1.047.200	100	7.225	100	806.956	100	57.298.641	100

Dados: DATALUTA
Org.: Eduardo Paulon Girardi

O mapa 1 representa de forma detalhada as famílias em ocupações e as famílias assentadas de 1988 até 2006. A oposição norte-sul evidencia a *ineficácia regional* da política de assentamentos rurais, indicando que os *problemas agrários locais não são resolvidos*, o que mantém o conflito e *anula o desenvolvimento*. O aspecto mais elementar da concentração das ocupações no centro-sul e no Nordeste é que essas são as regiões em que se concentra a população brasileira¹³. Aí também se concentram os milhões de expropriados e camponeses em vias de desintegração devido à modernização da agricultura e industrialização do país, não planejadas de forma adequada para garantir a distribuição da riqueza e absorção desta população por outros setores. Além da concentração populacional, as regiões de ocupação consolidada, onde se concentram as ocupações de terra, são caracterizadas pela melhor infra-estrutura para produção, maior mercado consumidor e acesso a serviços básicos como educação, saúde, eletricidade e saneamento. Essas são as áreas onde a *reforma* tem sentido e é necessária, pois desconcentra as terras e otimiza a sua utilização; é nessas regiões que a agricultura camponesa pode conseguir mais facilmente sucesso de forma autônoma, já que a intervenção do Estado é insignificante frente ao verificado em países desenvolvidos. Tendo isso em mente, as ocupações na metade meridional do país são as que mais contribuem para a realização da reforma agrária, pois é nessas regiões que a estrutura concentrada já estabelecida deve ser reformada.

MAPA 1

¹³ Segundo a Contagem da População 2007 do IBGE, as cinco macrorregiões concentram as seguintes proporções da população total brasileira: Norte 7,9%; Nordeste 28%; Sudeste 42,3%; Sul 14,5%; Centro-Oeste 7,2%.



A partir deste primeiro indício da ineficácia regional da política de assentamentos, analisamos a *potencialidade reformadora dos diversos tipos de assentamentos rurais*. A origem da terra para a criação dos assentamentos é o principal elemento que consideramos na análise. Os assentamentos podem ser criados a partir de a) terras desapropriadas, cujos proprietários são indenizados (a terra é comprada pelo Estado); b) reconhecimento de posses e c) projetos de conservação ambiental, que reconhecem unidades de conservação de uso sustentável como assentamentos. Em todos os casos as famílias assentadas são consideradas *beneficiárias* da “reforma agrária” e têm acesso aos



programas de crédito e recursos para instalação previstos no II PNRA. A *tabela 3* mostra os 18 tipos de assentamentos do INCRA e os dados concernentes.

TABELA 3 – Brasil - Tipos de assentamentos rurais - 1979-2006

Tipo de assentamento	Número de assentamentos	Famílias assentadas	Área (ha)
CQ - Comunidades Quilombolas	1	53	890
FLONA - Florestas nacionais	14	3.735	4.463.081
PA - Proj. de Assentamento Federal	6.197	711.839	31.649.960
PAC - Proj. de Assentamento Conjunto	16	7.887	551.391
PAD - Proj. de Assentamento Dirigido	8	7.275	458.694
PAE - Proj. de Assentamento Agroextrativista	199	51.046	7.138.699
PAF - Proj. de Assentamento Florestal	3	275	67.353
PAM - Proj. de Assentamento Municipal	2	140	8.360
PAR - Proj. de Assentamento Rápido	3	1.214	274.843
PC - Proj. de Colonização Oficial	6	885	8.532
PCA - Proj. de Assentamento Casulo	93	4.443	20.242
PDS - Proj. de Desenvolvimento Sustentável	84	24.765	2.945.086
PE - Proj. de Assentamento Estadual	815	61.149	2.669.778
PFP - Proj. de Fundo de Pasto	129	4.414	151.603
PIC - Proj. Integrado de Colonização	2	757	18.346
PRB - Proj. de Reassentamento de Atingidos por Barragens	55	1.897	96.095
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável	6	2.000	5.673.710
RESEX - Reserva Extrativista	33	29.272	8.356.104
TOTAL	7.666	913.046	64.552.767
Dados: DATALUTA			
Org.: Eduardo Paulon Girardi			

Além da origem da terra, os assentamentos possuem outras características que consideramos na análise, para as quais nos baseamos em Rocha (2008). Classificamos os assentamentos em *não reformadores* e *reformadores*. O grupo dos assentamentos não reformadores compreende os seguintes tipos (*tabela 3*), cujas características são: CQ e PFP: reconhecimento de terras e beneficiários¹⁴; FLONA, PAE, PAF, PDS, RDS, RESEX: caráter ambiental, reconhecimento de terras e beneficiários; PAC, PC e PIC: projetos de colonização de novas áreas; PDA: colonização e titulação; PAR: titulação de posses; PRB: beneficiários e compensação de passivo social. O grupo dos assentamentos reformadores compreende os tipos PA, PAM, PCA e PE, cujas terras de origem são, em grande, parte desapropriadas.

De modo geral, os assentamentos *não reformadores* são os reconhecimentos de posse, assentamentos criados a partir de terras públicas,

¹⁴ Por beneficiários, designamos as formas de assentamentos em que o acesso à terra não foi possibilitado pelo Estado, que atuou principalmente com o reconhecimento do direito de uso ou de propriedade. Os beneficiários são contabilizados como assentados pelo fato de terem direito a recursos financeiros de estabelecimento na terra e créditos direcionados à agricultura familiar.



unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental. Esses assentamentos se confundem com as políticas ambiental e de ocupação do território. A criação de unidades de conservação de uso sustentável, reconhecidas como assentamentos rurais, não desconcentra a terra. Essas áreas não fazem parte da estrutura fundiária e geralmente são criadas em terras públicas, o que não implica em desapropriação de terras. A regularização de posses também não implica em desapropriação de terras. Desta forma, consideramos que o reconhecimento de posses e a criação de assentamentos em terras públicas são formas de alterar a estrutura fundiária com a adição de novas áreas e de novos detentores, sem que seja necessário *reformar* as áreas que previamente compunham a estrutura fundiária, ou seja, dividir as terras. No caso dos assentamentos *não reformadores* o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. Para os assentamentos *reformadores*¹⁵ as terras são arrecadadas geralmente a partir de desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária possível na legislação brasileira atual. Através da criação desses tipos de assentamentos é cumprido o artigo 186 da Constituição e a estrutura fundiária é de fato desconcentrada: com os assentamentos reformadores o campesinato se territorializa a partir da desterritorialização do latifúndio e isso é reforma da estrutura fundiária.

Entre os assentamentos criados no período 1979-2006, os reformadores são 92,7% e comportam 85,1% das famílias em 53,2% da área total. A *tabela 4* mostra que no primeiro mandato de FHC a ênfase foi na criação de assentamentos reformadores. Já no segundo mandato, paralelamente à diminuição pela metade do número total de assentamentos criados e de famílias assentadas, houve aumento da proporção dos assentamentos não reformadores, em especial dos de caráter ambiental. No primeiro mandato de Lula os dados dos assentamentos *reformadores* são muito próximos daqueles verificados no segundo mandato de FHC. A particularidade do primeiro mandato

¹⁵ Alguns tipos de assentamentos reformadores também podem ser criados a partir de terras públicas, o que ocorre principalmente na fronteira agropecuária. Por não termos informações detalhadas a este respeito, não iremos particularizar esses assentamentos dentro do grupo *reformadores*. Caso houvesse possibilidade de particularizarmos, a consequência seria diminuir ainda mais o número de assentamentos reformadores, já que consideramos *não reformadores* os assentamentos criados a partir de terras públicas.



de Lula é a intensificação da criação de assentamentos *não reformadores*, em especial os de caráter ambiental. *Esses assentamentos não reformadores correspondem, no primeiro mandato de Lula, a 21% dos assentamentos criados, 43% das famílias assentadas e 80% da área total* e, portanto, uma política agrária mais conservadora.

TABELA 4 – Brasil - Assentamentos não reformadores e assentamentos reformadores por períodos de governo

Grupo	1979-1994			Primeiro mandato FHC (1995-1998)			Segundo mandato FHC (1999-2002)			Pimeiro mandato Lula (2003-2006)		
	Assent.	Fam.	Area	Assent.	Fam.	Area	Assent.	Fam.	Area	Assent.	Fam.	Area
Não reformadores	41	19.465	3.082.210	6	1.225	1.390.212	27	4.018	2.241.986	485	110.767	23.490.019
de caráter ambiental	23	7.502	2.124.027	4	1.083	1.388.732	14	2.765	2.232.999	298	99.743	22.898.275
outros	18	11.963	958.183	2	142	1.480	13	1.253	8.987	187	11.024	591.744
Reformadores	1.034	183.894	9.810.428	2.375	299.138	12.164.872	1.890	153.287	6.573.489	1.808	141.252	5.799.551
Total Brasil	1.075	203.359	12.892.638	2.381	300.363	13.555.084	1.917	157.305	8.815.475	2.293	252.019	29.289.570
Dados: DATALUTA Org.: Eduardo Paulon Girardi												

Se considerarmos somente os assentamentos reformadores entre 1988 e 2006, contabilizamos 6.704 (92,7%)¹⁶ assentamentos com 29.625.441 (51,7%) ha, nos quais foram assentadas 689.345 (85,4%) famílias. Não sabemos quais desses assentamentos foram criados por iniciativa do governo ou pela demanda *local* dos movimentos socioterritoriais camponeses, entretanto, as ocupações de terra podem fornecer pistas. Partindo deste princípio, podemos dividir os assentamentos reformadores em a) criados em municípios nos quais houve ocupação de terra e b) criados em municípios nos quais nunca houve ocupação de terra¹⁷. Segundo esta divisão, os assentamentos reformadores criados em municípios com ocupação de terra entre 1988 e 2006 são 4.425

¹⁶ Em relação ao total dos 18 tipos de assentamento (ver tabela 2).

¹⁷ Os assentamentos rurais, mesmo que fruto das demandas dos movimentos socioterritoriais camponeses através das ocupações de terra, não são criados no mesmo ano em que ocorre o ato de ocupação. Também não há um banco de dados que disponibilize informações sobre a história de criação de todos os assentamentos. Por isso, não consideramos em nossa classificação a relação direta entre ocupação de uma determinada área e criação de assentamento nesta mesma área. Por isso, foi necessário generalizar a classificação, de modo que, mesmo que um assentamento reformador tenha sido criado em 1988 e a primeira ocupação de terra no município tenha ocorrido só em 2006, este assentamento e todos os demais no município, independente do ano de criação, foram classificados como “assentamento reformador de município com ocorrência de ocupação”. Isso indica que os dados sobre os assentamentos reformadores de municípios com ocupação de terra são, no mínimo, sobrevalorizados, de forma que o conservadorismo da reforma agrária, com a criação espontânea de assentamentos pelos governos em regiões inadequadas/desnecessárias à reforma agrária é ainda maior.

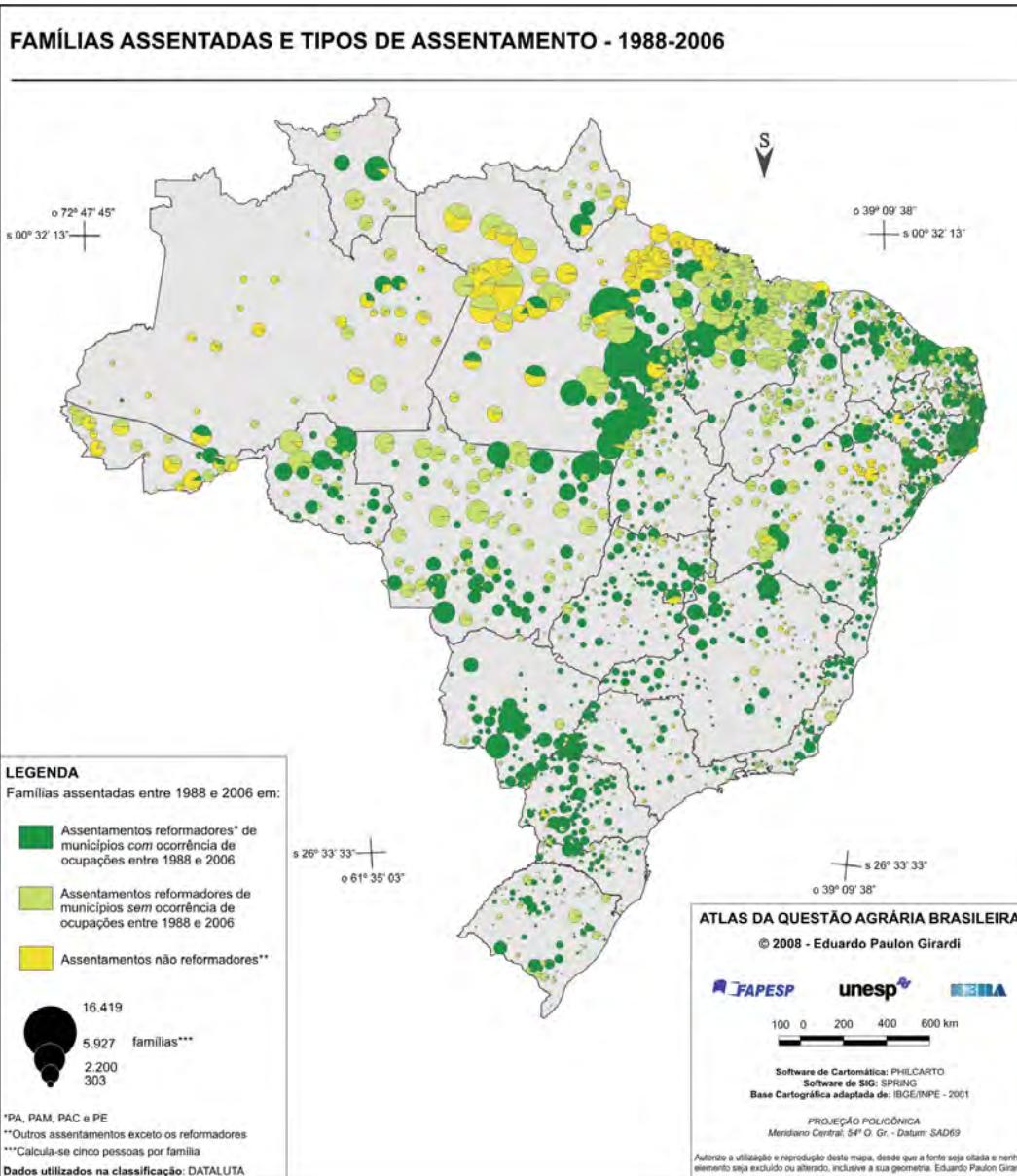


(61,2%)¹⁸, com 412.140 (51,1) famílias assentadas e 15.322.995 (26,7%) hectares.

O mapa 2 representa as famílias assentadas entre 1988 e 2006 segundo os três tipos de assentamentos sobre os quais escrevemos até então: a) assentamentos reformadores de municípios com ocupações de terra; b) assentamentos reformadores de municípios sem ocupações de terra e c) assentamentos não reformadores. O diferencial territorial do mapa mostra que há uma ordem regional da classificação que propomos. Os assentamentos reformadores criados em municípios onde ocorreram ocupações de terra (verde escuro) são predominantes nas regiões de ocupação consolidada. Os assentamentos reformadores criados em municípios sem ocorrência de ocupações de terra (verde claro) configuraram uma faixa de transição arqueada que vai do oeste do Mato Grosso até o Maranhão, nas bordas da Amazônia. O terceiro grupo, dos assentamentos não reformadores (amarelo), concentra-se principalmente na metade noroeste da Amazônia Legal. O mapeamento confirma a hierarquia do grau de reforma dos assentamentos, já que os assentamentos reformadores em municípios sem ocorrência de ocupação de terra estão localizados principalmente em regiões de ocupação recente, que configuraram a fronteira agropecuária nas décadas de 1980 e 1990. O mapa 2 evidencia o *conservadorismo da reforma agrária*.

¹⁸ Em relação ao total dos 18 tipos de assentamento (ver *tabela 2*).

MAPA 2

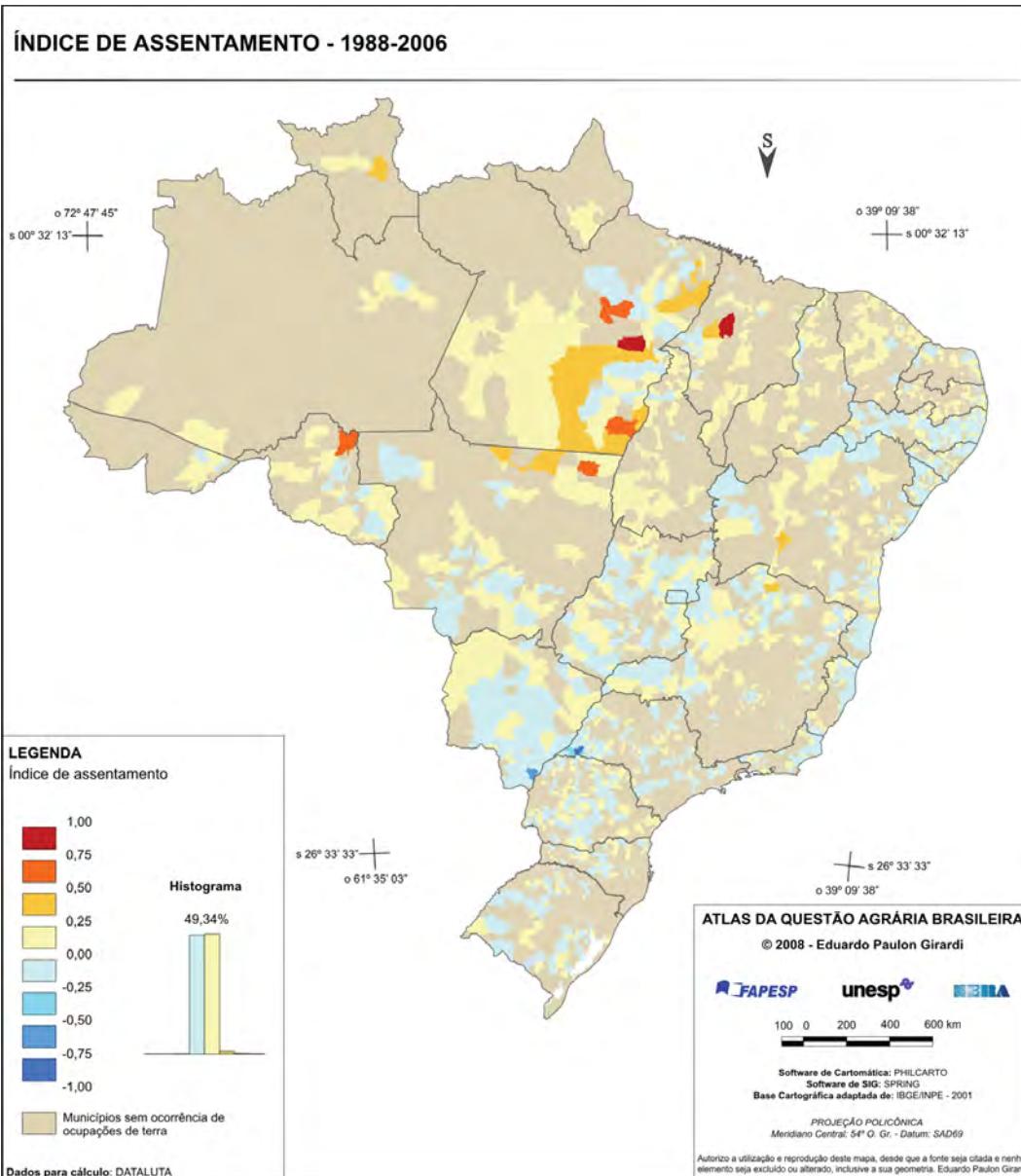


Partindo do princípio de que as ações dos movimentos socioterritoriais são a medida de indicação dos problemas fundiários das localidades (municípios) e o assentamento das famílias *nnessas mesmas localidades* indica a tentativa de solução dos problemas pelo Estado, propomos o *índice de assentamento*. A elaboração do índice consiste em a) selecionar os municípios em que tenha havido ocupação de terra no período considerado; b) subtrair o número de famílias em ocupações (FO) do número de famílias assentadas em assentamentos reformadores (FAR); c) dividir 100 pelo maior

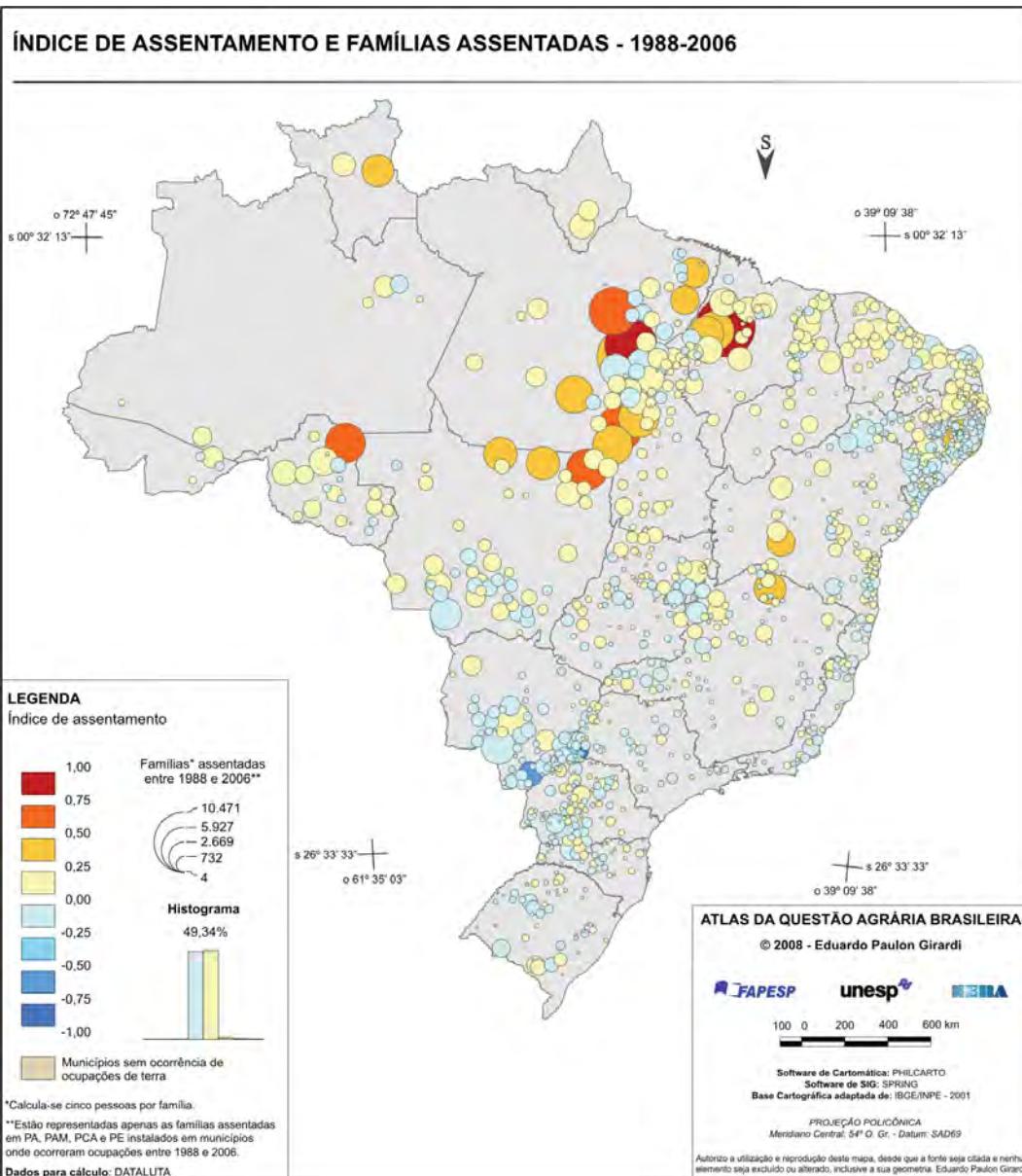
valor verificado entre os municípios na operação FO - FAR; d) multiplicar o resultado da etapa c pelo caso FO - FAR verificado em cada município e e) dividir o resultado por 100. Desta forma, temos um índice sintético que varia de -1 a 1. Os valores positivos, com máximo em 1, indicam o atendimento às demandas locais por terra; já os valores negativos, com mínimo em -1, indicam que a demanda não é atendida e que a luta pela terra é mais intensa e mais longa. Este índice é capaz de indicar a solução ou não dos problemas fundiários locais pela política de assentamentos rurais, já que o local é tomado como referência e os dados das políticas não são diluídos em escala nacional.

O mapa 3 representa o índice de assentamento. Os valores positivos estão principalmente na metade noroeste do país e os índices negativos se concentram na metade sudeste. No mapa 4 vemos que os municípios com maiores índices são os que concentram a maior parte das famílias assentadas, o que já era previsto. É nesses municípios amazônicos que os governos têm concentrado a criação de assentamentos para dar uma resposta quantitativa à sociedade. Os baixos índices nas regiões onde predominam as ocupações de terra (centro-sul e Nordeste) confirmam a ineficácia local no atendimento das demandas dos movimentos socioterritoriais, o que é mais uma confirmação da reforma agrária conservadora da qual tratamos neste artigo.

MAPA 3



MAPA 4



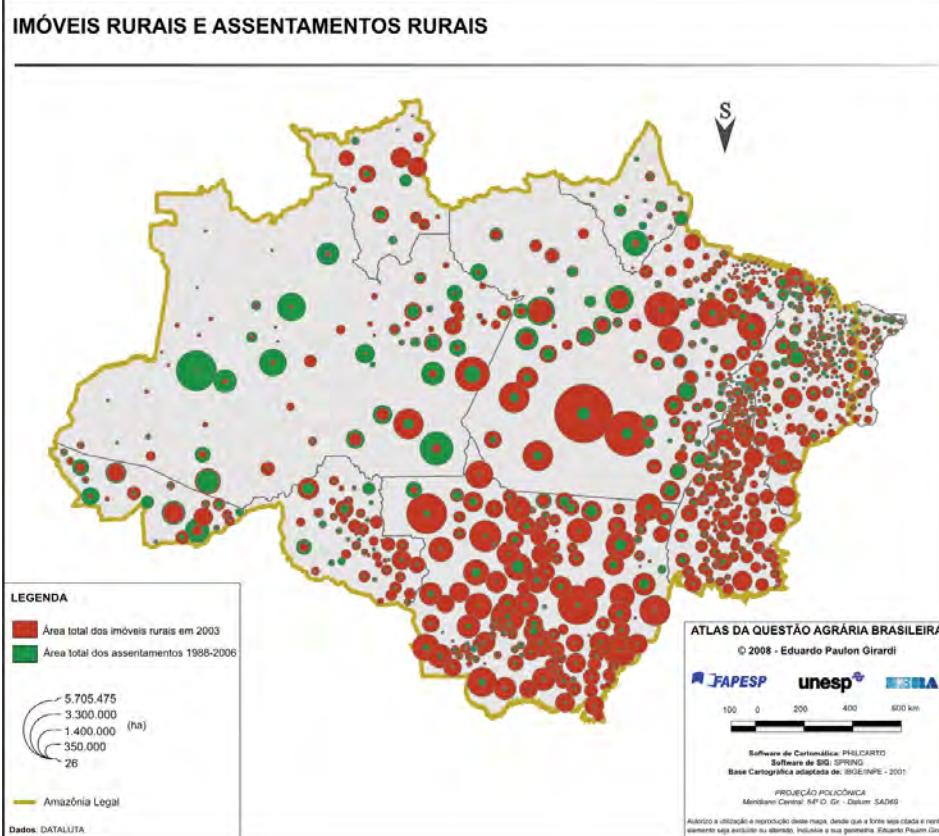
Os mapas 5 e 6 evidenciam a importância dos assentamentos não reformadores na Amazônia. No mapa 2 está representada a área total dos imóveis rurais em 2003 e a área dos assentamentos rurais (todos os 18 tipos da tabela 3) criados desde 1988. O mapa mostra que na Amazônia oriental a área dos assentamentos é maior do que a área total dos imóveis rurais. Isso ocorre por que a maior parte dos assentamentos de caráter ambiental não conta na estrutura fundiária por ser referente às *unidades de conservação*. A confirmação está na comparação dos mapas 2 e 3, já que no mapa 3 é representada apenas



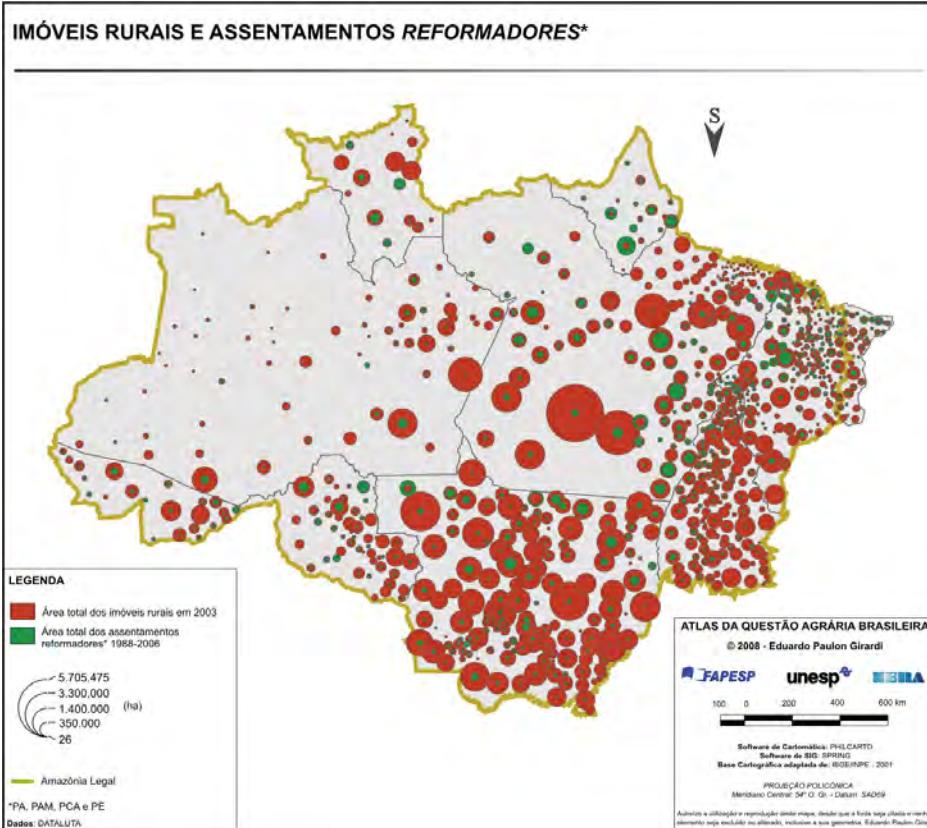
a área dos assentamentos reformadores e, por isso, a área dos assentamentos não ultrapassa a área total dos imóveis, a não ser por uma exceção no Mato Grosso e outra no Pará. Esses dois mapas, juntamente com o *mapa 4*, ajudam a sustentar a afirmação de que a *reforma agrária conservadora tem se sustentado principalmente na Amazônia com a assimilação de projetos ambientais e de ocupação da região*.

Um tema polêmico e bastante recorrente nos discursos contra reforma agrária é a participação dos assentamentos rurais no processo de ocupação e desflorestamento da Amazônia, o que os *mapas 5 e 6* também ajudam a desmistificar. Os mapas mostram que, apesar dos assentamentos fazerem parte da política de ocupação da região, a sua área em relação à área total apropriada é pequena, de forma que a *maior parte da Amazônia é ocupada por atividades agropecuárias tradicionais a partir da apropriação das terras por particulares*. O *mapa 6* mostra a real participação dos assentamentos na ocupação da Amazônia, pois representa apenas os assentamentos reformadores em relação à área total dos imóveis dos municípios. Tomamos apenas os assentamentos reformadores por que esses são os que apresentam impacto mais importante, visto que grande parte dos demais são unidades de conservação sustentáveis, sendo assim seu impacto reduzido. Isso indica que, *embora a Amazônia seja o principal escape para o desenvolvimento da política de assentamentos rurais, não podemos associar o processo ocupação da região exclusivamente ou majoritariamente aos assentamentos. A maior parte da ocupação é promovida pela ocupação particular e não pelos assentamentos*.

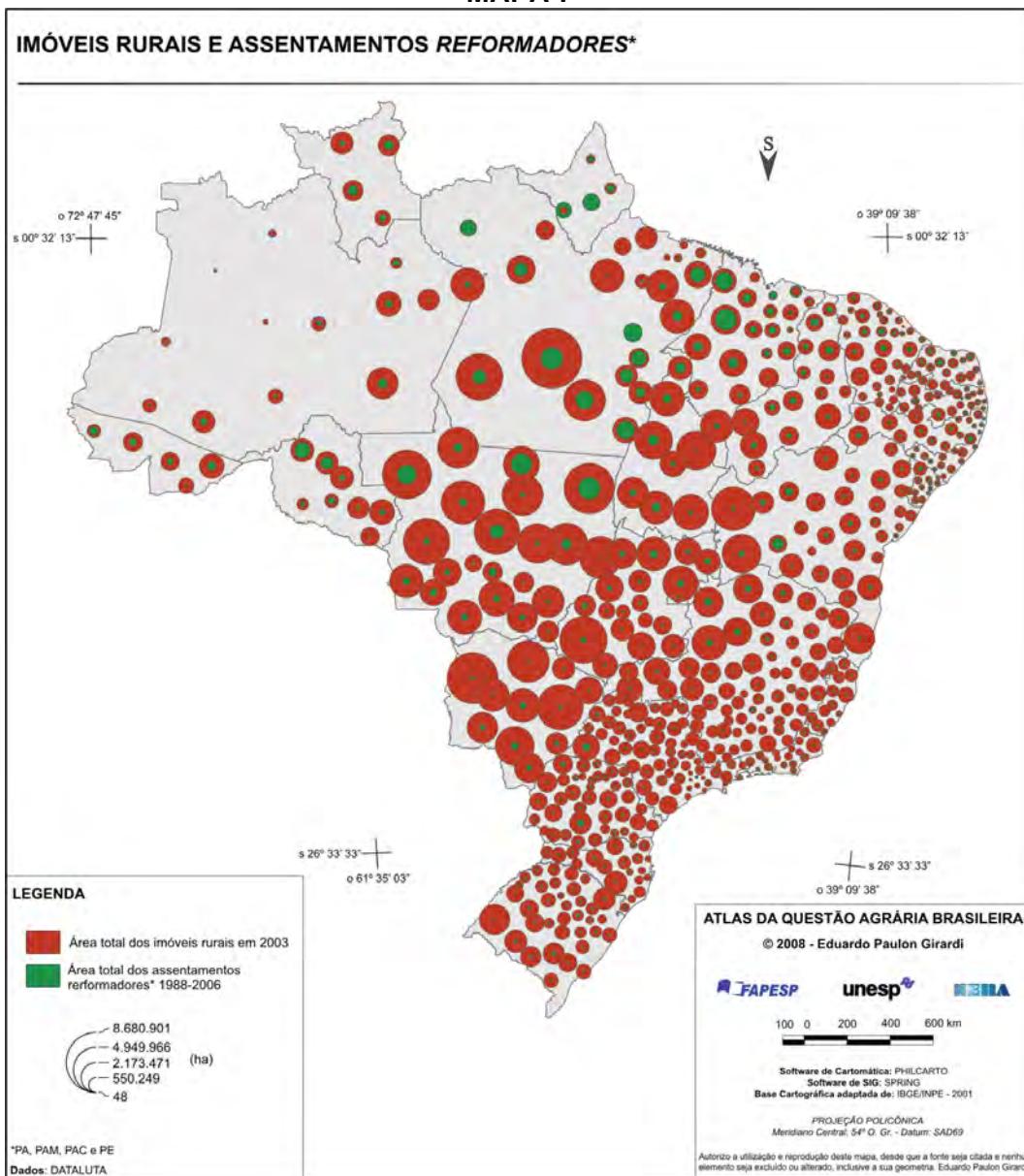
MAPA 5



MAPA 6



MAPA 7



Considerações finais

Em 1998 as terras exploráveis não exploradas no Brasil totalizavam 75,4 milhões de hectares, dos quais 45% estavam na região Norte. Desta forma, para fins de reforma agrária, se desconsiderássemos as terras exploráveis não exploradas da região Norte, teríamos ainda 41 milhões de hectares reformáveis (10 milhões de ha a mais do que toda a área de assentamentos reformadores criados entre 1988 e 2006). É necessário lembrar que esta estimativa foi declarada pelos detentores dos imóveis, podendo assim



a superfície real reformável ser superior. Além disso, é necessário verificar as terras que não cumprem a função social a partir de outros elementos como crimes ambientais e trabalhistas, o que aumentaria ainda mais a área reformável. O Censo Agropecuário 2006 do IBGE poderia indicar esta superfície, porém na pesquisa, o instituto não contabilizou separadamente as áreas exploráveis não utilizadas. Esta foi uma opção negativa do instituto na contribuição para a análise da estrutura agrária do país. Em resumo, 40 milhões de hectares é sem dúvida um valor aquém do que é realmente reformável no Brasil (exceto a região Norte), de forma que não faltam terras para a reforma agrária, mas sim vontade política para realizá-la.

Para não alterar a estrutura fundiária das regiões de ocupação consolidada e desenvolver a política de assentamentos com ainda menos recursos, a região da fronteira agropecuária da Amazônia, principalmente a frente pioneira, tem sido utilizada para assentar as famílias em assentamentos *não reformadores*. Um dos argumentos para não reformar outras regiões do país é o preço das terras. A aquisição de terras pode ser menos onerosa na região de fronteira, entretanto, se o assentamento das famílias nessas regiões fosse realizado de forma *adequada* para garantir boa qualidade de vida e produção às famílias, provavelmente exigiria ainda mais recursos do que os necessários para obter terras em outras regiões do país. Isso por que, como sabemos, a frente pioneira é caracterizada pela baixa densidade de infra-estrutura, precariedade de serviços básicos e mercado consumidor rarefeito. Nesta região os assentamentos são precariamente instalados, o que faz com que a estratégia de gastar menos com a reforma agrária na fronteira agropecuária funcione, já que o interesse é o número de famílias assentadas e não a qualidade de vida dessas famílias. A *expropriação* da terra ao invés da desapropriação poderia ser uma alternativa para possibilitar uma reforma mais ampla, porém isso não é previsto na lei. Assim, a não reforma de áreas de ocupação consolidada é uma decisão política para *conservar* a elite agrária, principalmente no centro-sul e Nordeste, e reservar as terras para a territorialização do agronegócio. Isso possibilita a esta elite ainda mais riqueza e poder, a exemplo do que vem ocorrendo em São

Paulo com a cana-de-açúcar. Esta *opção política* é sem dúvida a principal causa da *reforma agrária conservadora*.

Outro caráter conservador da política agrária brasileira, que consiste basicamente na política de assentamentos rurais, é que ela não consegue sequer zerar o saldo migratório campo-cidade e manter os postos de trabalho no campo. Como mostramos na introdução, entre 1991 e 2000 migraram para a cidade 4,2 milhões de brasileiros e entre 1996 e 2006 1,5 milhões de postos de trabalho foram eliminados no campo. No período 1991-2000 foram assentadas 444 mil famílias, cerca de 2,2 milhões de pessoas, o que ainda mostra um que o êxodo rural ainda é negativo em dois milhões de pessoas. Quanto aos postos de trabalho, se considerarmos duas pessoas ocupadas por cada uma das 646 mil famílias assentadas no período, temos a “criação” de 1,3 milhões de postos de trabalho no campo – um saldo negativo de 200 mil postos de trabalho no campo. Contudo, é necessário que seja feita uma ressalva nesses cálculos com base nas análises sobre assentamentos reformadores e não reformadores: parte significativa dessa população “levada para o campo com os assentamentos” já residia no campo e parte desses postos de serviço “criados” com os assentamentos já existiam, o que ocorreu foi a inserção dessas população na política agrária através da legalização de posses e do reconhecimento de unidades de conservação de uso sustentável como assentamentos rurais. Daí conclui-se que a *política de assentamentos rurais*, além de pecar pela qualidade, sobre a qual não falamos neste artigo mas que é mostrada por vários trabalhos, não consegue sequer reverter o êxodo rural que continua no país sem nenhum sentido que possa contribuir para o desenvolvimento social.

O caráter mais conservador da reforma agrária brasileira é o programa de crédito chamado de *reforma agrária de mercado*, iniciado no governo FHC com o Banco da Terra e hoje transformado no programa Cédula da Terra. Este programa, que segue as indicações do Banco Mundial para a “reforma agrária”, tem como principal instrumento a concessão de crédito para a compra de pequenas propriedades. Desta forma, o Estado se torna ainda mais distante das ações, que neste caso são ditadas pelo mercado de terras.

Destacamos que *não trabalhamos* com os dados deste programa de crédito nas análises realizadas neste artigo.

O problema da reforma agrária conservadora está na *não reforma* das regiões de ocupação consolidada (Centro-Sul e Nordeste). A intervenção no ordenamento da fronteira agropecuária com a criação de assentamentos, reconhecimento de pequenas posses e criação de áreas de manejo sustentável exploradas por camponeses é sem dúvidas positivo: essas políticas permitem a territorialização do campesinato, garantem acesso aos recursos de crédito e fazem com que os camponeses “*invisíveis*” até então sejam reconhecidos e melhorem sua condição de vida. As unidades de manejo sustentável reconhecidas como assentamentos constituem um passo importante no reconhecimento dos direitos dos povos da floresta, especialmente representativos no Norte do país. O fato é que a *criação de assentamentos não reformadores não pode suplantar a reforma nas regiões de ocupação consolidada*. O problema não está na criação dos assentamentos não reformadores, mas sim *como eles são utilizados como estratégia para não reformar as outras regiões do país*. Como mostram os dados, não houve progresso na criação de assentamentos reformadores entre 1999 e 2006, pelo contrário, houve o crescimento da criação de assentamentos não reformadores, o que contribuiu para a conservação de valores muito elevados no índice de Gini da estrutura fundiária.

As ações na fronteira agropecuária certamente *fazem parte da reforma agrária*, porém não bastam; elas devem ser conduzidas paralelamente à reforma das demais regiões, que deve ser mais importante. Devido às particularidades da região da fronteira agropecuária amazônica, os projetos de caráter ambiental devem ser particularmente seguidos de perto pelo Estado para que a sustentabilidade não seja colocada em cheque pela miséria, contra a qual não há argumentos. A instituição de programas de renda mínima aos assentados - e aos camponeses de forma geral - é indispensável e tem tripla significação: a) contribui para resolução do problema agrário; b) contempla a problemática ambiental e c) é uma oportunidade ímpar para deter o intenso êxodo rural ainda em marcha no país.



Referências

BRASIL – GOVERNO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. 20.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Monitoring progress towards hunger reduction targets of the World Food Summit (WFS) and the Millennium Development Goals (MDG)**. FAO: Roma, 2008. Disponível em: <www.fao.org>.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera/atlas>.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. **PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007**. IBGE: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. **Segurança alimentar 2004**. IBGE: Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. **DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

PINTO JR., J. M.; FARIA, V. A. **Função social da propriedade**: dimensões ambiental e trabalhista. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.

ROCHA, H. F. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil**. Presidente Prudente, 2008. Relatório (Iniciação Científica em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008.



10. LAND GRABBING, AGRIBUSINESS AND THE PEASANTRY IN BRAZIL AND MOZAMBIQUE¹

Elizabeth Alice Clements

Bernardo Mançano Fernandes

Abstract

This work presents initial results of research into the complex relationships between the development of the land grabbing and agribusiness expansion in Brazil and Mozambique and their effects on the peasantry in both countries. We will examine the relations between the governments of Brazil and Mozambique in order to understand Brazil's relatively recent involvement in land grabbing in Mozambique. This will inform our discussion of the role of Brazil as a country affected by land grabbing, while simultaneously promoting such practices in Mozambique. We contextualize these two countries in the overall global process of land grabbing in order to contribute to the debate promoted by the Land Deal Politics Initiative (LDPI).

Introduction

In light of the global food and energy crises culminating in 2007-2008, the magnitude of large-scale investments in foreign land made by (trans)national agro-energy corporations has witnessed a remarkable increase. Between October 2008 and September 2009 it is estimated that over 56 million hectares of land was transferred globally, two-thirds of it in Sub-Saharan Africa (DEININGER *et al.*, 2011). Data compiled in the World Bank's 2011 report, *Rising Global Interest in Farmland*, reveals that 'potential availability' of global 'uncultivated land', is concentrated in Sub-Saharan Africa and Latin America and the Caribbean (DEININGER *et al.*, 2011, xxxiv). It is in this context that both Brazil and Mozambique are perceived by prospective investors as being 'land abundant' countries with considerable capacity to increase agricultural output through further expansion of agricultural frontiers. However, the rising cost of acquiring land in Brazil, and in Latin America in general, has meant that corporate entities, including Brazilian agribusinesses, are tending to favour

¹ This text was published in Second International Academic Conference on Global Land Grabbing. Ithaca: Land Deal Politics Initiative, 2012. v. 1. The authors would like to thank Lana Robinson for her helpful comments and suggestions for this paper.



investing in Sub-Saharan Africa, in countries like Mozambique, where fertile land is extremely undervalued and vast tracts can be acquired under long-term lease agreements (MELLO, 2011; OAKLAND INSTITUTE, 2011). The government of Mozambique has been one of many developing country governments complicit in promoting land grabbing practices, welcoming large-scale foreign investments in national agricultural land and heralding concessions as a viable means to generate state revenue, reduce poverty, and provide jobs and national food and energy security (NOTÍCIAS 2012; BORRAS *et al.* 2011). Between 2004 and the end of 2009, the country granted more than 1 million hectares in concessions to foreign investors (OAKLAND INSTITUTE, 2011).

In Brazil, now the world's sixth largest economy and second largest agricultural producer (INMAN, 2012; BARBOSA, 2011) land grabbing is not a new phenomenon. Rather, land grabs and land theft (*grilagem*) have been intrinsic in an ongoing historical process resulting in the creation of a highly concentrated system of land ownership (SAUER; LEITE, 2012). Today, Brazil has one of the most unequal land structures in the world, with just 1.5 percent of rural land owners effectively occupying 52.6 percent of all agricultural lands (DATALUTA, 2011). Rooted in a colonial past marked by Portuguese land occupation and dominion, the agrarian question in Brazil has long been a contentious issue. With the modernization of agriculture beginning in the 1960's, the agrarian question was given new breadth. Contemporary forms of foreign land occupation have emerged with transnational agribusinesses and international capital playing a central role. Soybeans and sugarcane have become primary commodities in the process of modernizing agriculture and expanding the agricultural frontier. State-led colonization projects such as the Program of Brazilian and Japanese Cooperation for the Agricultural Development of the Brazilian Cerrado² – Prodecer – have further promoted land concentration and foreign land ownership in Brazil (INOCÊNCIO, 2010).

² The Brazilian Cerrado is recognized as being the world's most biologically rich savannah region, encompassing numerous and diverse ecosystems across several different states and providing home to over 11,000 native plant species (IBAMA 2009). Much of the biome is concentrated in the centre-east region of the country, particularly in the states of Mato Grosso, Minas Gerais and Goiás, but also comprises the states of Mato Grosso do Sul, the Federal District, Tocantins, southern Maranhão, western Bahia, and part of São Paulo.



As a country acutely affected by land-grabbing, leadership in Brazil is cognizant of the related impacts on peasant populations, small rural producers and national sovereignty, and has attempted to implement regulation that would impede the unbridled usurpation of national land by foreign companies (OLIVEIRA, 2010; BANCADA do PT, 2012). In spite of growing concern regarding foreign land ownership within the country's own borders, Brazil has become an avid promoter of land grabbing practices abroad. For example, from the time Brazil began rekindling relations with Africa in the 1960's until the turn of the century, Mozambique received little in the way of investments made by Brazil on the continent. Today, the country has become 'the epicenter of Brazilian investments in Africa' (BATISTA, 2012). With financial backing from Japan, Brazil is presently in the process of exporting its model of agrarian capitalism to Mozambique through the Program for the Development of Agriculture in the Tropical Savannahs in Mozambique – Prosavana. A sister project to Prodecer, Prosavana seeks to modernize agriculture in the country by transplanting Brazilian agribusinesses and agricultural expertise to the savannahs of Mozambique.

While Prosavana explicitly seeks to 'replicate' the experience of Prodecer and the agricultural development in Brazil's Cerrado biome, it is essential to note that virtually all socio-environmental impacts resulting from Prodecer have remained conspicuously absent from the Prosavana narrative as it has been, and continues to be, put forward by its proponents. In light of this, some are beginning to raise questions as to whether replicating the 'Brazilian model' of capitalist agriculture in Mozambique's Nacala Corridor will ultimately lead to poverty alleviation, food security, job creation and sustainable development for the majority of Mozambicans as leadership in both countries currently claim (RANGEL, 2011); especially given that such promises of capitalist agriculture in Brazil remain largely unfulfilled (OLIVEIRA, 2001).

The role of Brazil in this relatively recent and rapidly accelerating phenomenon, dubbed global 'land grabbing,' is that of both a recipient of foreign land grabs and a promoter of such practices – first on the Latin American continent, and now in Africa. The process of foreign land grabbing in Brazil, and



now being carried out by Brazilian agribusinesses in Mozambique through Prosavana, will be the primary focus of this paper's analysis

Land grabbing in a historical and contemporary Brazilian context

The process of land grabbing and the 'high level of concentration that characterizes the current structure of land' in Brazil 'acquired its [present] form in the 1960's through the implementation of the Green Revolution and the modernization of large estates for agriculture and livestock production' (SAUER; LEITE, 2012, p. 875). Over the last two decades foreign 'land grabs' in Brazil have increased markedly. In 1992, approximately 2.6 million hectares of rural lands were in the hands of foreign corporations or individuals (OLIVEIRA, 2010). According to registrars of the National System of Rural Cadastre (SNCR), in 2008 almost 5.6 million hectares were owned by foreigners (Hackbart 2008). In this contemporary context land grabbing can be seen as a new geo-political dimension of the age-old agrarian question in Brazil (Fernandes 2011). More than half of the foreign capital invested in land in Brazil comes from just seven countries: Portugal, Japan, Italy, Lebanon, Spain, Germany and the Netherlands (SAUER; LEITE, 2012).

Based on an analysis of data by the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA)³, an article published by the Brazilian newspaper *Folha de São Paulo* determined that between November 2007 and May 2010 foreigners effectively bought 'the equivalent of 22 soccer fields of land in Brazil every hour', acquiring 1,152 land estates amounting to a total area of 515.1 thousand hectares (ODILLA, 2010). 69 percent of all the land owned by foreigners is concentrated in Brazil's Cerrado biome, particularly in the States of Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul and Bahia, which form the primary 'land grabbing corridor' in Brazil. Foreign land ownership is also prevalent in the southern States of Paraná and Rio Grande do Sul and in

³ INCRA was founded in 1970 with the objective to implement colonization projects (involving the transfer of people to scarcely populated areas) in the Centre-West and North, principally in the Amazon. The State organization is also responsible for implementing and monitoring agrarian reform projects in Brazil.



the Amazon region, in Pará and Amazonas, with each respective pair of States comprising 10 percent and 12 percent of the total land owned by foreigners (FERNANDES, 2011).

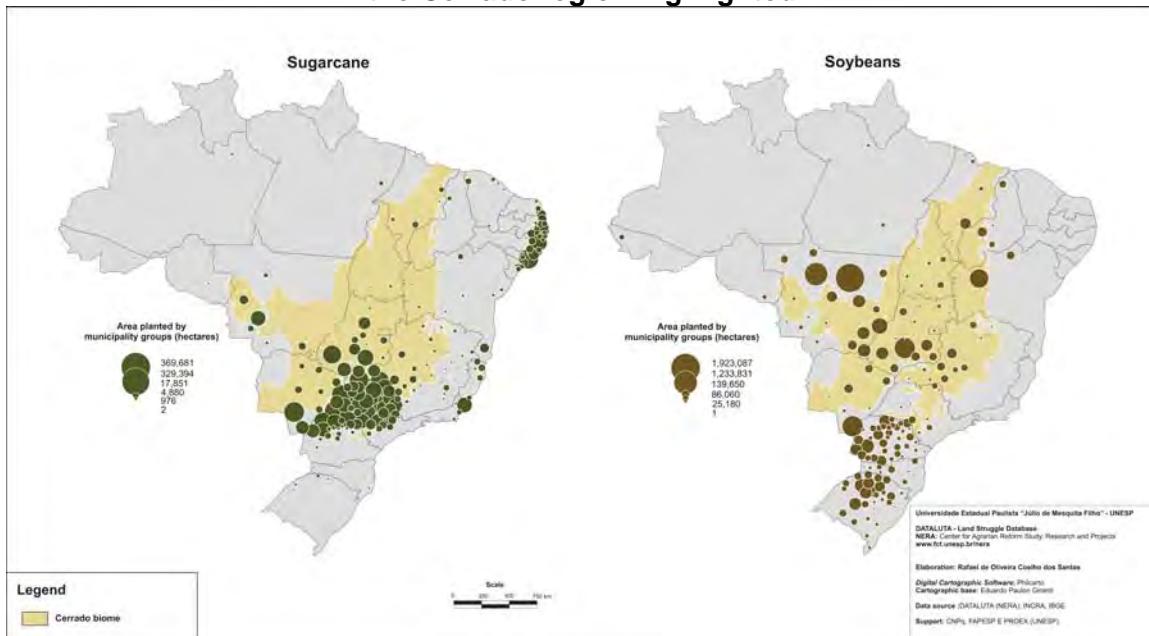
The interest of foreign agribusiness in acquiring lands in the Cerrado has grown simultaneously alongside the implementation of State-led colonization and agro-industrial expansion projects, like Prodecer (INOCÊNCIO, 2010). Financed largely by the Japanese government and private banks, Prodecer was implemented in the 1980's and gave rise to extensive industrial production of soybeans in the Brazilian savannah region, now considered to be one of the most productive agricultural areas in Brazil (Map 1). Through Prodecer, between 1980 and the turn of the century, large scale land transfers have been made to 717 experienced large-scale producers under the purview of the project. The operations of these producers were heavily subsidized by the Brazilian government as part of the land deals (INOCÊNCIO, 2010). In this process, the soybean has become Brazil's so-called 'wonder crop' (BRANFORD; ROCHA, 2002, p. 187), and is now among the primary agricultural commodities produced in the Cerrado. 'The majority of the soybeans produced' in this region of the country are 'directed to agro-industrial processing destined for the international market' (SAUER; LEITE, 2012, p. 882).

Inevitably, the expansion of monocultures of soybeans in the Cerrado over the last three decades has created spaces for the involvement of foreign investment by transnational agro-industry giants, such as ADM, Bunge, Cargill, Dreyfus, Monsanto, Syngenta and Dupont. These foreign corporations, among many others, have reaped considerable benefits from Brazil's soybean boon, gaining control over national agricultural land and processing facilities through an intricate and ongoing process of corporate mergers and acquisitions. In the span of just a decade, between 1995 and 2005, the share of international capital in Brazil's agro-industrial grain sector increased dramatically, jumping from 16 percent to 57 percent (SAUER; LEITE, 2012).

More recently, the agro-fuel boom has sparked even more interest in Brazil's agricultural soils, provoking an influx of foreign direct investment in the country's profitable and fully competent sugarcane-ethanol industries by foreign

multinationals and global investors. There has been a flurry of mergers and acquisitions among national and international firms in the energy, agriculture, biotechnology and chemical sectors, and today foreign corporations and capital control about 22 percent of Brazilian sugarcane and ethanol companies (GEIVER; JESSEN, 2010). While sugarcane cultivation has traditionally been concentrated in the State of São Paulo⁴ and the country's north-eastern region, the lucrative agro-fuel cash crop is now expanding its reach into the agricultural frontier regions of Amazonia and the Cerrado (Map 1).

Map 1 - Territorialization of soybean and sugarcane crops in Brazil in 2010 with the Cerrado region highlighted



As a result of the purchase of land by foreigners in Brazil, land prices have increased significantly across the country and in 2010, the price of land witnessed its most significant increase in decades (CHIARA, 2011). According to one news report, land purchases by foreigners contributed to a 14 percent increase in the average national land price between 2008 and 2010 with

⁴ Currently, São Paulo state dominates the country's sugarcane industry. Data from the sugarcane industry association UNICA (n/d) verifies that in the 2008/2009 crop year the state produced 346,292,969 tonnes of sugarcane, equal to 70% of the country's total annual harvest (569,062,629 tonnes). Landsat type images of the Brazilian Institute for Space Research (INPE) determined that the total area used to cultivate sugarcane in the state in the same crop year was 4.87 million hectares, equivalent to about 19.6% of São Paulo state territory (Rudorff *et al.* 2010). As the country's leading sugarcane producing state, São Paulo is, consequently, also the country's leading ethanol source—producing 16,722,478 billion litres of the country's total (27,506,096 billion litres) in 2008/2009 (n/d).



the price per hectare rising from US\$ 2,500 to \$US 2,900 (LOPES, 2010). Another source has cited an alternate figure for ‘the average price per hectare of crop lands’ in particular, based on a larger temporal period assessed. Between June 1994 and June 2010 prices for agricultural land witnessed an increase of more than 430 percent, rising from R\$ 1188.30 to R\$ 7490.40 (US\$ 590.45 to US\$ 3,721.79) in the sixteen-year period⁵ (SAUER; LEITE, 2012).

Land grabbing in Brazil has been facilitated by drastic changes made to land regulation pertaining to foreigners in the mid-nineties. In 1995, Brazil’s National Congress approved an amendment to the Brazilian Constitution, eliminating article 171 which had previously made a distinction between national and foreign companies based on foreign capital. The Congressional decision effectively removed barriers to the amount of land foreign corporations were able to purchase in Brazil by allowing for national companies controlled by international capital to continue operating as Brazilian entities, regardless of their respective degree of foreign ownership and capital (OLIVEIRA, 2010). Three years later, in 1998, another major alteration was made by way of an Informed Opinion (GQ181) issued by the Office of Solicitor General (AGU) at the direct request of the administration of President Fernando Henrique Cardoso. The Informed Opinion saw the relinquishment of ‘any form of effective control [by the federal government] on land purchase by foreign companies in Brazil’ (PRETTO, 2009, p. 7).

Needless to say, the overhaul of legislative barriers to foreign land ownership that took place under the Cardoso administration has served to promote the interests of foreign capital seeking to establish operations and acquire land in Brazil. Such radical legislative changes have ultimately meant that between 1997 and 2010, foreign corporations and investors have been able to acquire virtually unlimited tracts of land in Brazil by acting under the protection of legislation which regulates national companies, and in doing so, operate within the country without onerous restrictions or effective State monitoring. According to INCRA President, Rolf Hackbart ‘the unbridled occupation of land nationwide by foreigners’ has been ‘legally masqueraded’ and justified under the false

⁵ Based on September 2012 exchange rates.



pretext that lands acquired are ‘for Brazilian companies’ (HACKBART, 2008, n/p). Regarding the foreign grab in Brazil, the AGU has now recognized ‘the Brazilian State has lost effective control over the acquisition and renting of these lands’ by foreigners (VAZ, 2010). Both INCRA and the AGU hold that it is necessary to consider ‘legal alternatives to restrict foreign capital from accessing land ... as a strategic mechanism in defense of national sovereignty’ (Hackbart 2008). This was the position adopted by former President Luiz Ignacio ‘Lula’ da Silva until the end of his mandate in 2010.

In 2007, in the face of looming global food and energy crises and in response to considerable concern being expressed by INCRA, AGU and other organizations, including major national social movements, the Federal Government, led by President ‘Lula’ began to reassess the need to re-establish limits to land appropriation by foreigners and regulate the process. In 2008 the AGU issued a new Informed Opinion (LA-01) which was approved by the government and published in August, 2010. The new legislation restricts the acquisition of rural estates by companies in which 50 percent or more of the shareholdings are controlled by foreigners, and limits the allowable amount of land that can be owned in any given municipality to no greater than one-fourth of the total municipal area. According to the legislation, national companies with a majority of foreign capital cannot acquire rural land holdings of more than 50 fiscal units (five thousand hectares). The current legislation also grants INCRA authority to regulate foreign acquisitions (AGU, 2010).

Given the significant level of foreign capital involved in Brazilian agro-industry sectors, and the vested interest of transnational corporations and trading companies in expanding operations in Brazil, this move by the former ‘Lula’ administration has inevitably been met by overwhelming corporate opposition that supports a repeal of the AGU LA-09/2010 (PESSÔA, 2011)⁶. There has also been much opposition to the legislation coming from within the government itself, with State representative, Federal Deputy Marcos Montes (from Minas Gerais’s Social Democratic Party – PSD) now the leading voice of

⁶ André Pessôa is the Social Director of Agroconsult, a major Brazilian consulting company which specializes in agribusiness in Brazil. Some of its major clients include transnational corporations Monsanto, Dow Agrosciences, Dupont, Bunge, Petrobras, Vale, John Deere, Tereos Syran, and the Swiss Credit Bank.



dissent. In early 2012, Montes submitted a report to the Agricultural Committee of the Chamber of Deputies recommending that foreign capital once again be given free rein to carry out land grabs in Brazil by acting through national companies. In the contentious report he contests the current legislation asserting that national companies should not be discriminated against based on their level of foreign ownership and should be free to operate as national companies irrespective of their level of foreign capital control. 'Brazil is responsible for a growing portion of the supply of food worldwide. The world counts on our country to feed it and we can benefit from this, by bringing into our country the investments which create jobs and income' declares Montes (2012, n/p). His report also highlights that the 'legal insecurity' now faced by foreign landholders and potential investors as a result of AGU LA-09/2010, 'is causing a delay in investments which are certainly migrating to other countries' (2012, n/p).

In July 2012, the report written by Montes was approved by the Agricultural Committee of the Chamber of Deputies and is now being considered for legislation. The document will have to pass through two more commissions in order become signed into law and the ruling Workers' Party (PT), which did not vote in favour of the report has vowed to block the Agriculture Committee's revised version of the text, which clearly puts 'international business interests above national sovereignty' (BANCADA do PT, 2012, n/p). The Worker's Party, has stated that if AGU 2010 is successfully overturned it would put 'the food security of the Brazilian population' and 'the protection of [national] biodiversity' at 'high risk' (BANCADA do PT, 2012).

Brazilian land grabbing in Latin America

Despite posturing itself in opposition to foreign land grabbing in a domestic context, the former Lula administration has strongly supported the acquisition of lands on the Latin American continent⁷. Paraguay is a prime example of this. Of the 31 million hectares of arable land, 25 percent is in the hands of foreigners, with Brazilians controlling approximately 4.8 million

⁷ That said, the unabashed support for Brazilian agroindustry expansion in these countries (and others on the Latin American continent) is not unique to any particular administration. Brazil has long been involved in promoting land grabbing in Latin America – the process has been ongoing since the mid 1960's, irrespective of changes in national leadership.



hectares, almost 15 percent of the total area (GLAUSER, 2009). It is estimated that between 1964 and 1984 millions of Brazilian peasants were dispossessed by the Green Revolution and the modernization of agriculture implemented by the military dictatorship (WELCH, 2006). Soybean production alone in the 1970's was responsible for the displacement of 2.5 million people in the State of Paraná and 300,000 in Rio Grande do Sul (ALTIERI; BRAVO, 2009). With the introduction of the Green Revolution monocultures of soybeans and other commodity crops expanded rapidly across rural landscapes and during this period, many of those who now found themselves landless migrated to Paraguay, where they purchased or otherwise acquired land. These farmers settled on small properties, generally along the border areas, and have become known as '*brasiguaios*'. Brazilian businessmen also settled in various regions of the country acquiring land from both Paraguayan and '*Brasiguian*' peasants, mainly for soybean production (GALEANO, 2010). Currently in Paraguay soybean production occupies more than 29 percent of all agricultural land (ALTIERI; BRAVO, 2009, 18) and has 'contributed to an increase in poverty' by forcing displaced rural workers to settle in urban areas where they face unemployment and marginalization (CARMO, 2012).

The occupation of land by Brazilians and other foreigners in Paraguay has resulted in the generation of land conflicts (GALEANO, 2010). While agribusiness entrepreneurs were initially called upon by the Paraguayan government to expand the areas of soybean production, the presence of foreigners in the country has stimulated the domestic struggle for agrarian reform. Landless peasants and indigenous people in Paraguay have mobilized and are now fighting against land grabbing practices for the recovery of their territories. As land conflicts between foreigners and the Paraguayan peasantry and landless have escalated, the government has faced pressure to address the increasingly volatile situation. In 2011, the State initiated an investigation into the veracity of land title documents held by foreigners in the country, with the Minister of the Interior, Carlos Filizzola, warning that 'those who have acquired land by illegal means should be worried' (CARMO, 2012).



It is interesting to note that in Paraguay, Bolivia Argentina, Brazil and Uruguay, ‘the reaction to the overriding demand’ for soybean growing lands ‘has given rise to a single geo-economic entity: the Soybean Republic’ (TURZI, 2011, p. 61). Historically, the so-called ‘Soybean Republic’ countries have been the primary targets of land grabs in the Americas. The current political sentiment around curtailing the practice of land grabs in Latin America, , along with rising land prices, has led to a reassessment by foreign investors of other regions of the globe that may be more amenable to large-scale land acquisitions in the purported interests of poverty alleviation, food and energy security and sustainable agricultural development. It is within this context that Brazilian agribusinesses have now set their sights on acquiring fertile growing lands in Africa.

Brazil - Africa relations

Historical ties between Brazil and Africa date back to the sixteenth century, initiated against the backdrop of Portuguese colonization and the consolidation of a global market for African slaves. From the arrival of the first Africans in the early 1500s until 1855 – five years after the abolishment of the slave trade – it is estimated that some 4 million Africans were forcibly trafficked to Brazil to toil on sugar, rubber, or coffee plantations or work as domestic servants (FAUSTO, 1999). Following official abolition of slavery in Brazil in 1888, patterns of racial discrimination that had been systemic under slavery persisted, remaining deeply entrenched in the consciousness of Brazil’s class society. Pervasive inequalities continued to be encountered by former slaves while the Brazilian economic, political and class structure virtually ensured the marginalization of Afro-Brazilians, particularly those attached to their cultural roots and identity, by systematically excluding them from employment and educational opportunities⁸ (WORLD BANK, 2011). Among high class society and

⁸ In a 1985 publication entitled *The Brazilian Empire: Myths and Histories*, Brazilian historian Emilia Viotti da Costa effectively exposes ‘the myth of racial democracy,’ elucidating the ‘realities of racial discrimination’ to which, she holds that the majority of Brazilians ‘have closed their eyes to.’ Among the data used by Viotti da Costa in affirming her central argument are the illuminative official figures of educational enrolment in Brazil for 1950: ‘Only 4 percent of the students in secondary schools were mulatto and less than 1 percent were black; in the universities, just over 2 percent were mulattos, and only about one-quarter of 1 percent were blacks’ (236).



the political elite, ‘this attachment,’ as a prominent Brazilian academic and political scientist, José Flávio Sombra Saraiva, forwardly explains, ‘was seen as a mark of exclusion from modernity and an obstacle to progress’ (SARAIVA, 2012, p. 136)⁹. The pervasive nature of such racially motivated sentiment led to a protracted period of ‘silence’ in the history of Brazil-Africa relations, characterized by a ‘deliberate distancing’ of Brazil from its own intrinsic afro-identity, and all Brazilians from the African heritage of a large segment of the population (SARAIVA, 1994, p. 264).

It wasn’t until the 1950’s that Brazil made the first steps towards its re-approximation to Africa, formally consolidating the remerging relationship in 1960 during the short-lived Quadro/Arinos administration (PENHA, 2011). Given the context of a looming Cold War, while the international stage was being carved up into diametrically opposing geo-political spheres of power, influence and control by the former Soviet Union and the United States, the Brazilian political leadership was in the process of fundamentally reevaluating the place and role to be played by the modestly developing country in a world increasingly dominated by two rival hegemonic powers. The Brazilian diplomacy set-out to rekindle latent historical ties with the African continent as part of a broader policy objective, seeking to propel Brazil onto the rapidly evolving world stage of geopolitics as an intermediate player, with the intent of attaining a greater degree of diplomatic leveraging for the country in global affairs, and a greater level of international prestige and repute (PENHA, 2011, p. 151).

Brazil’s rapprochement to Africa over the past half century has been marked by a constant flux of inconsistent policy instruments and documents, which have been implemented, often rescinded, and countless times reviewed, revised and reissued under numerous different administrations with drastically differing perspectives regarding what a Brazilian foreign policy towards Africa should look like and what the objectives – social, political, economic and cultural – for such a policy should be (PENHA, 2011; SARAIVA, 2012). As a former

⁹ This citation is from an annex of Chapter 2 – The history of Brazil-Africa relations – of a World Bank report (WORLD BANK, 2011) found in (SARAIVA, 2012): *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no inicio do século XXI*. This chapter of the 2011 World Bank publication was authored by Saraiva, and included his 2012 book as an annex. It should be noted that these two versions of the text exhibit slight discrepancies – the quote used above is only found in (SARAIVA, 2012), and not in (WORLD BANK, 2011).



Portuguese colony and home to one of the largest afro-descendant populations found outside of the African continent, Brazil has long emphasised its historical, cultural and linguistic ties to Mozambique, along with the other former Portuguese colony states – Angola, Guinea-Bissau, Cabo Verde and São Tomé and Príncipe¹⁰ – promulgating the perceivable similarities between Brazil and the six African nations in order to garner geo-political and economic influence in Portuguese speaking Africa (PENHA, 2011), while also representing itself as a model of successful ‘tropical industrialization’ that can be replicated (SELCHER, 1984, p. 61). While an extensive amount of literature has been devoted to the analysis and study of Brazil-Africa relations, both past and contemporary, (RODRIGUES, 1982; OLIVEIRA, 1988; PENHA, 2011; SARAIVA, 1996; 2012), literature and studies which more specifically focus on Brazil-Mozambique relations have remained scarce, only emerging over the course of the last decade as political and economic ties between the two countries have been expanded and consolidated at a considerably rapid rate (BATISTELLA; BOLFE, 2010; ALVES, 2011; CAU, 2011).

Of particular interest is a recent article written by Brazilian geographer, Vicente Eudes Lemos Alves of the State University of Campinas (UNICAMP), which documents the differences and similarities in the agrarian question in Brazil and Mozambique. The article, ‘based on an analysis of the colonial experience lived by both countries’ reveals the ‘socio-economic legacies left [by the Portuguese] in both territories,’ (ALVES, 2011, p. 57) and highlights the emergence of two ultimately opposing agrarian structures; in the case of Brazil, a highly concentrated agrarian structure dominated by large landholdings, known as *latifúndios*, while in Mozambique, the resultant model is one predominately based on small-land holdings largely held and cultivated by family farmers. In both cases – and in spite of the industrialization of Brazilian agriculture and the country’s current role as the world’s second largest agricultural exporter – the author concludes that ‘the two countries have failed to

¹⁰ Together along with Portugal and East Timor, Brazil and the other above mentioned countries make up the Community of Portuguese Language Countries (*Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* – CPLP), formed in 1996.



overcome the shackles of social inequality evident in the countryside and in the social life of the population' (ALVES, 2011, p. 72).

It has been well documented that in the case of Brazil, the industrialization of agriculture and two Green Revolutions only further increased existing inequalities and the concentration of land ownership, and resulted in the dispossession of millions of peasants and indigenous people from their lands (BRANFORD; ROCHA, 2002; WELCH, 2006). In the concluding remarks of the aforementioned article, the author articulates the ubiquitous and growing uncertainty regarding the future impacts of the new agrarian policies currently being implemented in Mozambique, which aim to modernize the country's agricultural sector and promote the country's further integration into the international commodity market by means of agribusiness expansion and a greater focus on the production of agricultural commodities for export. The ultimate effects of current policies on Mozambique's present agrarian structure, agricultural practices, the livelihoods of small farmers and working relations, in general, as Alves remarks, are yet to fully be seen. What has already been documented of these impacts, thus far, by numerous organizations, academics and institutions from both Mozambique and around the world (FIAN INTERNATIONAL 2010; SUÁREZ; BORRAS, 2010; NHANTUMBO; SALOMÃO, 2010; BORRAs *et al.*, 2011; JUSTIÇA AMBIENTAL; UNAC, 2011; OAKLAND INSTITUTE, 2011) paints an increasingly harrowing portrait of what may lay ahead for rural Mozambicans who depend on their small plots of land for subsistence. Moreover, some are beginning to raise questions as to whether replicating the 'Brazilian model' of capitalist agriculture in Mozambique will ultimately bring benefits to the majority of Mozambicans, as Brazilian and Mozambican leadership currently claim (RANGEL, 2011). Especially given that the promises of agrarian capitalism in Brazil remain largely unfulfilled (OLIVEIRA, 2001).

Mozambique: historical background and central role in the current land-grabbing phenomenon



Mozambique, with a population of approximately 21.4 million people (BATISTELLA; BOLFE, 2010), is located in Sub-Saharan Africa on the eastern coast of the continent, sharing borderlines with neighboring South Africa, Tanzania, Zimbabwe and Malawi. By international measures, the country is one of the world's most impoverished nations, ranking 184 out of 187 countries according to the 2011 United Nation's Human Development Index¹¹. In 2009, just under 55 percent of the total population lived below the national poverty line, living on 18 *Meticais*¹² – US\$ 0.50 – or less a day (IMF, 2011)¹³, while at least 35% of households currently face chronic food insecurity (EUROPAFRICA, 2012). Moreover, the country is overwhelmingly dependent on foreign aid and imports in order to meet the material needs of its population and advance programs of poverty alleviation and other development objectives (NIPASSA, 2009; FIAN 2010).

While the present pervasive problems of poverty, hunger and dependency on foreign aid in Mozambique have their roots in colonialism, they have been further exacerbated as a result of three consecutive wars which tore the country apart between 1964 and 1992¹⁴ and the imposition of neo-liberal economic policies by the World Bank and the International Monetary Fund, that have ultimately 'failed in their promise to promote development' (OAKLAND INSTITUTE, 2011)

After almost five centuries of Portuguese colonial rule, the Mozambican people won independence for their country on June 25, 1975. The local economy and human capital in Mozambique, however, had been extremely 'underdeveloped' as a result of Portuguese colonization, and subsequently, the country found itself in a state of crisis post-independence – at the time of independence, for example, the Portuguese had not trained a single African

¹¹ The United Nation's 2011 HDI for Mozambique is available from: <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/MOZ.html>

¹² The *Metical* is the Mozambican national currency.

¹³ The incidence of poverty in Mozambique is ultimately much higher if one considers international indices, such as the World Bank's 'dollar a day' measure.

¹⁴ Mozambique's War for Independence (1964-1974) was launched by the Liberation Front of Mozambique (Frelimo) against the country's Portuguese oppressors; the Rhodesia-Mozambique War (1976-1980) was waged against Mozambique by Rhodesia's white UDI regime until Zimbabwe (formerly Rhodesia) became an independent State; and finally, the Mozambican Civil War (1981-1992) which was waged between the Mozambican political parties Renamo and Frelimo, with Renamo backed by the 'West,' namely, the United States and South Africa and Frelimo receiving support from 'East,' including the Soviet Union.



doctor in Mozambique (RODNEY, 2012), and, as a result of Portuguese policy that only allowed Mozambicans to receive four years of primary schooling (OAKLAND INSTITUTE, 2011), the country's illiteracy rate stood close to 90 percent (CHISSANO, 2004).

The state of 'underdevelopment' deeply affecting the Mozambican economy post-independence was not a condition unique to the newly emancipated country. 'Colonialism as a system for underdeveloping Africa' has been elaborately detailed by the late Walter Rodney, a prominent Guyanese historian and activist (2012)¹⁵, among others (NUNN, 2003; 2007). As Rodney saw it, the state of underdevelopment evident among African nations can be directly attributed to the policies and practices of former colonial powers, which did not aim to develop the capacity of local economies, peoples and industries in ways that would benefit the 'African natives,' as they were called by the Portuguese, but rather disproportionately directed economic gains derived from colonies towards the respective metro-poles in Europe. This was done through explicitly exclusionary policies and measures that effectively banned forms of autonomous African economic activity by denying populations control over their land, labour and natural resources, while also systematically denying the oppressed populations real opportunities for education and access to health services, which would have allowed for better human capacity building and a higher degree of social development (RODNEY, 2012).

When faced with evidence of colonial exploitation, some bourgeois European writers, including members of the Portuguese elite, have attempted to justify their country's exploitation of foreign lands and peoples, propounding an inherently fallacious counterargument: that the exploitative practices and exclusionary policies did not only benefit the metro-poles, but also assisted in developing the former colonies (RODNEY, 2012). Alarmingly, more and more this purview finds resonance with colonial-like aspects inherent in the present wave of foreign land acquisitions taking place across the globe, and with

¹⁵ Rodney's renowned work, *How Europe Underdeveloped Africa*, first published in 1972, forms the foundational basis of contemporary studies regarding 'underdevelopment'. His monumental key-stone document has recently been republished and was re-issued a second copyright for 2012 to Patricia Rodney, Walter Rodney's widow. For this article, the authors have referenced the republished and slightly updated 2012 version of the 1972 original.



particular emphasis in Africa. Today, the accelerating phenomenon of global land-grabbing is underpinned by an explicitly expansionist capitalist logic and driven by neo-liberal doctrine, which have been embraced by the world's wealthier States and their respective corporations who attempt to justify actions of land-grabbing in impoverished African countries by 'recasting the phenomenon as a grand opportunity' for 'pro-poor and ecologically sustainable economic development' (BORRAS; FRANCO, 2012, p. 35).

Inevitably, the resounding similarities which seem to link the historical process of colonial land exploitation and today's globalized interest in offshore land acquisitions, particularly for the purpose of agricultural production, have led many critics to decry the current phenomenon as being a contemporary form of neo-colonialism. The expression of this view has been directly noted by the international citizen's media bloggers site, *Global Voices Online*, with specific reference to Brazil and actions taken by the country in order to secure vast tracts of land in Mozambique through agribusiness proxies, intent on the industrial production of sugarcane, soy, corn, and cotton (RANGEL, 2011). Other recent publications have drawn attention to the role of national elites in the windfall of large-scale land transfers playing out in Mozambique, acting as intermediaries in the procurement of foreign land deals, while using their political and economic clout to acquire land for themselves (OAKLAND INSTITUTE, 2011).

Historical and recent developments in Brazil – Mozambique relations

Just months after Mozambicans won their independence, on November 15, 1975, Brazil officially established diplomatic relations with the fledgling eastern African country (SARAIVA, 1996). From 1975 until the turn of the century the level of involvement and partnership between the two States remained relatively low, based largely on loose political and diplomatic agreements. Trade, commerce, and the development of social and cultural programs and exchanges between the two countries also remained insignificant. Compared to other African states, namely South Africa and the major oil producing countries of Angola and Nigeria in the Gulf of Guinea, Mozambique offered a small market for Brazilian exports. As many major mineral deposits and



reserves of natural gas and coal had yet to be discovered in the country, Mozambique offered few opportunities for Brazil's growing extractive industry to expand (PENHA, 2011).

Over the course of the last decade the embryonic ties between Brazil and Mozambique have taken on salient new dimensions with Mozambique rapidly becoming the 'hotspot' for Brazilian investments in Africa. Trade exchange between the two countries has grown rapidly, reaching US\$ 85.3 million in 2011 – a marked increase of 101.2 percent in relation to 2010, according to Brazil's Ministry of Foreign Affairs (MRE, 2012). Corresponding to the exponential growth in trade, there has also been a rise in the number of Brazilian-led projects ongoing or currently under development in Mozambique¹⁶, in the areas of health, education, culture, poverty alleviation, and technology, and more recently, as is the primary interest of this paper, agricultural development projects and programs, such as those associated with Prosavana. While the exceptional growth in trade and partnership projects is laudable, one does not have to look far to conclude that the flow of trade and project realization is overwhelmingly asymmetric. For example, official data of Mozambique's Ministry of Foreign Affairs (MRE) and Department for the Promotion of Trade and Investments (DPC) show that, of the total US\$ 85.3 million in goods exchanged between the two trading partners in 2011, Brazil's exports to Mozambique accounted for 81.2 million of that amount – 64.8 percent of exports were either manufactured or semi-manufactured goods. Mozambique, on the other hand exported US\$ 4.1 million in goods to Brazil, none of which were classifiable as manufactured goods (MRE/DPR, 2012).

Dramatic increases have been made to the amount of foreign aid and credit assistance offered to Mozambique by Brazil in recent years. In early 2012, the Brazilian government expressed its intentions to assist Mozambique in implementing a preliminary version of Brazil's 'More Food Program'¹⁷,

¹⁶ According to Brazilian Vice-President Michel Temer there are currently 20 cooperative projects and initiatives ongoing between the two countries (Exman 2012).

¹⁷ Brazil's More Food Program (*Programa Mais Alimentos*) offers a line of credit to family farmers or farming collectives through Pronaf (The National Program for Strengthening Family Farming) which 'finances investments for the modernization of rural family' (<http://www.mda.gov.br/portal/saf/institucional/maisalimentos>). However, it should be noted that the overall



announcing that it would open up a US\$ 100 million line of credit for the initiative, which would be available for use by small-scale agriculturalists (AIM, 2012). The credit would enable family farmers and small producers to acquire basic machinery and assist them in the development of horticultures, while the food produced would be destined for regional purchase and consumption. Subsequent to this strong show of Brazilian support for small-scale production and food security in Mozambique, in July 2012, Brazil and Japan jointly launched the Nacala Fund which will make a staggering \$US 2 billion available by the end of the year to corporate entities involved in the industrial production of key agricultural export commodities, namely soybeans, and additionally assist in the development of agro-industrial processing facilities in the country (FRANCO, 2012; VALOR ECÔNOMICO, 2012). It can be presumed that Brazilian agricultural corporations will predominantly be the beneficiaries of this new Nacala Fund.

The importance of a strong and growing bilateral partnership between the two countries, and the benefits hoped to be achieved through such partnership, have been affirmed and enthusiastically re-asserted by both past and present leadership in Brazil and Mozambique, with considerable frequency. ‘Brazil’s experience of political, economic, technological and social development is incredibly relevant for Africa and, it is with satisfaction that we are seeing the cooperation of Brazil with our continent as a priority of the Brazilian government’ declared former Mozambican president Joaquim Alberto Chissano, in a speech made at the Federal University of Rio Grande do Sul in 2004 (CHISSANO, 2004, p. 26). Chissano’s sentiments regarding the growing role for Brazil to play in Africa, and more specifically, in Mozambique, have been affirmed on countless occasions by former Brazilian President Lula, whose administration (2002-2010) is largely credited for the close-knit relations that now characterize the existing partnership between the two countries (SARAIVA, 2012). In a noteworthy speech made in Maputo on a last visit to the country during his final mandate, Lula confirmed his country’s strong commitment to Mozambique’s food sovereignty. ‘The greatest demonstration of the sovereignty of a country’ he held, “is its

impacts of the Program have been the subject of much debate in Brazil between industry, government, rural producers, social movements and academics.



capacity to produce all the food necessary for its people...and in this Brazil has accumulated experience...to share with Mozambique' (MONTEIRO, 2010). More recently Brazilian Vice-President Michel Temer referred to Mozambique as 'a strategic and preferencial partner', while Mozambican Prime Minister, Aires Bonifácio Baptista Ali, reassured Brazilian corporations, that their presence in Mozambique is 'extremely important', and that those interested in investing in land in the country can rest assured that they will receive 'a fertile ground' on which to operate (EXMAN, 2012).

The advancement of Brazilian agribusiness in Mozambique

According to Mozambique's Strategy for Reforestation, the country possesses about 36 million hectares of arable land (REPUBLIC OF MOZAMBIQUE, 2009), of which about 5.7 million hectares are estimated to be currently under cultivation (Batistella and Bolfe 2010). In stark contrast to Brazil, where just 1.5% of all farms (over 1000 hectares) occupy 52.6% of agricultural land (DATALUTA, 2011), only 3% of land cultivated in Mozambique is occupied by agribusiness (BORRAS *et al.*, 2011). The majority of the population, some 14.3 million Mozambicans live in rural areas and agricultural production is almost solely derived from the labour of small producers and family farmers cultivating plots of land averaging 1.3 hectares in size (Batistella and Bolfe 2010). Approximately 80% of the Mozambican population is involved in the agricultural sector, with the majority of produce used either for families' own subsistence or otherwise bound for consumption at the regional, provincial or national levels (OAKLAND INSTITUTE, 2011). Cotton, sugar, tobacco and cashew nuts are the country's primary export crops, which together brought in US\$ 264 million in earnings in 2009. Even the production of cash crops is predominately done by small farmers, often through private-public contracts or out growers schemes, as is the case for three of the aforementioned export commodities – only cashew nuts receive broader support through state structures and financing assistance (OAKLAND INSTITUTE, 2011).

Presently, given the historical record high of land prices in Brazil, the 'uncultivated' and so-called 'available' lands being offered up with zeal by the



Mozambican government represent incredibly lucrative havens for Brazilian agribusinesses seeking to expand production. Contrary to the privatized land market system in Brazil, all land in Mozambique pertains to the State, and in accordance with the 1997 Land Law (*Lei de Terras 19/97*)¹⁸, cannot be purchased or sold. Individuals, communities and corporations gain access to land through the acquisition of Land Use and Benefit Titles, known as DUATs (*Direitos de Uso e Aproveito de Terra*), which are typically granted for terms of up to 50 years, with the potential for subsequent renewal for an equal period¹⁹.

Agribusinesses thus do not need to make upfront investments to actually purchase land in Mozambique; instead they pay an annual tax of about US\$ 1.00 per hectare per year on all land held under DUAT (OAKLAND INSTITUTE, 2011). Compared to the cost of land in Brazil, land in Mozambique is exceedingly undervalued and being offered at what is essentially seen as give-away prices (OAKLAND INSTITUTE, 2011). Commenting on the tremendous allure for Brazilian agribusinesses to invest in Mozambique, Carlos Ernesto Augustin, president of the Mato Grosso Cotton Producers Association was quoted by the Brazilian newspaper, *Folha de São Paulo*, as saying 'Mozambique is the Mato Grosso in the middle of Africa, with free land without environmental impediments and cheaper freight to China' (MELLO, 2011).

Until recently the majority of Brazilian corporations active in Mozambique have been just a handful of construction, engineering, energy and extractive industry giants (i.e. Vale, Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez and Electrobras). Brazil's National Bank of Social and Economic Development (BNDES) has thrown its support behind the operations of such sizable corporate entities in the form of generous financing which allows

¹⁸ In 1998 an amendment was made to the 1997 Land Law (*Decreto nº. 66/98 de 8 de Dezembro*), adding regulations for rural areas, and in 2000 a detailed technical annex on delimiting community land was further approved (*Diploma Ministerial nº 29-A/2000 de 7 de Março*). Both documents in their originals are available from: http://www.legisambiente.gov.mz/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=23

¹⁹ Since the "polemic approval of an alteration" made to the original land law in 2007 (*Decreto 50/2007*), authority to grant DUATS now largely resides with the Council of Ministers (Centro Terra Viva 2012, 75) while "delimitations which simply recognize an existing right are approved at the provincial level" (Oakland Institute 2011, 19). All investment applications and land acquisitions over 10,000 hectares must be approved by the Council of Ministers; acquisitions between 1,000 and 10,000 ha can be approved by the Minister of Agriculture; and provincial governors have authority to approve applications for up to 1,000 ha (Oakland Institute 2011). For further analysis on the implications of *Decreto nº 50/2007*, 16 October, 2007 see: <http://www.verdade.co.mz/ambiente/28817-uma-lei-que-regrediu>



companies to import Brazilian goods and services used in the development of their major infrastructural works – including in the current construction of the Nacala Airport by Odebrecht²⁰, a hydro electric dam being developed by Andrade Gutierrez in the southern province of Maputo²¹ and another proposed to be built by Camargo Corrêa in the province of Tete²². Vale's coal operations in the Moatize Valley also figure into BNDES future financing plans in the country: the idea being “that part of the royalties paid to the Mozambican government by Vale from the extraction of coal would be put in an account and act as a guarantee for loans made for projects’, such as those related to PROSAVANA (GÓES, 2012)²³.

Since 2009 there has been a sharp rise in the number of Brazilian corporations and government organizations linked to the agro-industry and agro-energy sectors – particularly, SLC Agrícola, Petrobras Biocombustíveis, BMG and EMBRAPA – either currently carrying out and expanding operations in the country, or otherwise publically expressing their intent on investing in Mozambique’s ‘fertile ground’ in the near future. Arlindo Moura, President-Director of the Brazilian agricultural giant SLC Agrícola, for example, has recently divulged to the Brazilian newspaper *Valor Econômico* his company’s intention to have operations up and running and be industrially producing soy in Mozambique before 2015. Moura further reveals that the municipalities for implementation of SLC’s plans in the country have already been selected, yet fails to specifically name the respective municipalities. The corporation is currently one of the largest land owners in Brazil with a total area of 250,000 hectares planted with soy, corn, cotton or sugarcane crops in the 2011/2012 harvest year (BATISTA, 2012).

Likewise, Miguel Rosetto director of Petrobras Biocombustíveis, which is already currently growing sugarcane in Mozambique, has expressed the

²⁰ See: <http://www.odebrecht.com/sala-imprensa/noticias/noticia-detalhes-303>

²¹ See: <http://www.verdade.co.mz/nacional/26643-barragem-moamba-major-finalizados-aspectos-tecnico-administrativos>

²² See: <http://economia.estadao.com.br/noticias/neg%C3%B3cios,camargo-correa-construirá-hidrelétrica-em-moambique,48764,0.htm>

²³ A recent report published by Mozambique’s Center for Public Integrity (CIP) reveals that in 2009 the total tax revenues received by the government from extractive industry companies was 1.070 million *Meticais* (approximately US\$ 40 million). According the report “the fiscal contribution of extractive industry companies was just 2.25% of the total revenue of the Mozambican state” which “is a very low level, bearing in mind the strategic importance of the sector in the country’s economy, and the non-renewable nature of the natural resources involved” (NOMBORA, 2012, p. 2) .



company's intention to produce ethanol in the country in the very near future. According to Rosetto the company is already in the 'final phase of project implementation' and is now just waiting on 'a definition of rules for the utilization of ethanol in Mozambique,' such as those relating to 'percentile mixes,' minimum standards of product 'quality,' and the 'definition of price' (SARAIVA, 2012).

Furthermore, the Brazilian millionaire family Pentagna Guimarães, owners of the Bank of Minas Gerais (BMG), have also recently disclosed to *Valor Econômico* their involvement in developing a project to produce soy in Mozambique with production ultimately bound for the export markets of South Africa, Asia and the Middle East. Industrial soy farming in Mozambique is but part of the family's stated goal of generating 'profit' from activities in sectors other than finance, such as agriculture energy. Through numerous holdings pertaining to BMG in the agricultural and energy sectors, the family are currently effective owners of 120,000 hectares of land in Brazil which are utilized for the production of coffee, soy, corn, beans, as well as cattle-ranching (SOUZA, 2012).

PROSAVANA and the Triangular Accord

The dramatic rise of agribusiness-related projects either presently being carried out or intended to be initiated by Brazilians on Mozambican territory, correlates with two landmark events which took place in 2009: the inauguration of a National Strategy for Biofuels (*Resolução nº. 22/2009*)²⁴ on May 17 and the signing of the Triangular Accord for the Development of Agriculture in the Tropical Savannahs in Mozambique, by Japanese, Brazilian and Mozambican officials on September 17. Several recent studies have focused their analyses on the ongoing acquisition of land by foreign companies for the purpose of biofuel production in Mozambique and have provided much evidence of the subsequent impacts (JUSTIÇA AMBIENTAL; UNAC, 2009; NHANTUMBO; SALOMÃO, 2010; FIAN INTERNATIONAL, 2010; BORRAS *et al.*, 2011; OAKLAND INSTITUTE, 2011); this work will focus, instead, on one of the direct

²⁴ Resolution 22/2009 is available from: <http://www.me.gov.mz/prt/downloads/box1/PoliEstrategiaBio.pdf>



project outcomes resulting from the signing of the Triangular Accord – the Prosavana project, which seeks to modernize Mozambican agriculture by transplanting Brazilian agribusinesses and agricultural expertise to the savannahs of Mozambique.

Prosavana is broadly based on the Program of Brazilian and Japanese Cooperation for the Agricultural Development of the Brazilian Cerrado – Prodecer – initiated in Brazil in the 1970's and financed largely by Japan. The bilateral initiative led to the transformation of the Brazilian Cerrado over the course of a few decades into what is now widely considered to be the most productive agricultural region of the country. In the case of Prosavana, the idea is that through cooperative partnership among the three signatory countries and their respective institutions, the ‘knowledge acquired in the development of the Cerrado’ can be put to use in Mozambique, and “will contribute to the betterment of agricultural productivity” in the country (MOCUMBE, 2009, p. 4). While the Prosavana project has been spearheaded by the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA)²⁵, several other partners are involved in the project’s design and implementation, including the Brazilian Cooperation Agency (ABC), the Japan International Cooperation Agency (JICA), the Japan International Research Centre for Agricultural Sciences (JIRCAS), along with the Ministry of Agriculture in Mozambique (MINAG) and the Mozambique Institute for Agrarian Research (IIAM).

Since the signing of the accord in 2009 the Prosavana project has been quietly underway. Land surveys and soil analyses have been carried out by Embrapa (AIM, 2011), which has also been working to strengthen Mozambique’s institutional capacity and enhance expertise in the area of agricultural science and development through training programs and the transfer of technology (MOZAMBIQUE NEWS AGENCY, 2012). Presently, the project is making a final push towards implementation which will involve major land concessions made to Brazilian corporations in Mozambique’s ‘Nacala Corridor’ – an incredibly fertile,

²⁵ EMBRAPA played a central role in the implementation of the Prodecer assisting directly in Brazil’s process of agricultural expansion and modernization. Research conducted by the company, funded considerably by the Japanese government and private banks, led to the development of new agricultural technologies, seed varieties and techniques specifically adapted to the agro-ecological conditions of the Cerrado. Prior to the 1970's, the region's soils and climate were generally considered to be unsuitable for the intensive and extensive practices exerted by modern industrial agriculture (INOCÊNCIO, 2010).



productive and economically important region in the northern part of the country (Map 2). The Nacala Corridor comprises the province of Nampula, and large parts of Niassa, Cabo Delgado and the central province of Zambezia (Batistella and Bolfe 2010). At least 24 districts in the provinces of Nampula and Niassa have already been targeted by Embrapa for implementation of the project (EMBRAPA, 2012a).

In its first phase, Prosavana is to be developed on an area of approximately 700,000 hectares in Nampula (AIM, 2011), which has been identified as having enormous potential for agricultural expansion due to abundant rainfall and a significant amount of undeveloped land suitable for rain-fed cultivation (BATISTELLA; BOLFE, 2010). According to a publication by Embrapa, about 4.6 million hectares of land in Nampula are appropriate for agriculture, of which 30% or just 1.45 million hectares are currently being exploited (BATISTELLA; BOLFE, 2010). Aside from the suitability of land in Nampula, the province and surrounding region also offer a solid infrastructure framework – consisting of the Nacala airport, the Nampula-Cuamba highway and the Nacala-Mecanhelas railway, as well as the Port of Nacala with well established shipping routes to Europe and Asia – which further favours agricultural expansion and development along the Corridor (O PAÍS, 2012a).

Map 2 – Mozambique's Nacala Corridor



Source: Batistella; Bolfe (2010, p. 32)

However, it appears that there are still a few outstanding issues needing to be ‘resolved’ before inevitable concessions can be made and the project can go ahead as planned. On a recent visit to Mozambique in April 2012, Brazilian delegate for the project, federal deputy Luiz Nishimori, specifically highlighted four main impediments to the current ability of Prosavana to ‘rapidly produce’ the desired ‘results’ (NOTÍCIAS, 2012). According to Nishimori work still needs to be done to further the development of agricultural technology in the region; worker’s salaries and a stronger and more effective system of agrarian extension (i.e. better defined limits for acquisition areas) need to be agreed upon; and ultimately, there also remains the question of community consultations²⁶

²⁶ Typically, community consultations conducted by foreign corporations in Mozambique have been marked by an incredible lack of transparency and based on loose, unbinding verbal agreements (NHANTUMBO; SALOMÃO 2010, p. 34). The resettlement of families from their traditional lands is often presented as inevitable and many promises made by the companies go unfulfilled (MOSCA; SELEMANE, 2011, p. 36). Moreover, local elites, often working in conjunction with foreign companies, put significant pressure on



(NOTÍCIAS, 2012). The question of community consultations is one requiring particularly sensitive consideration for Brazil, especially given the negative publicity that the country has received due to protests arising from the resettlement process conducted by the Brazilian mining corporation Vale after it was awarded a contract for coal extraction in the Moatize Valley of the Tete province in 2007 (HANLON, 2012).

The Mozambique-Vale land deal involved the transfer of 23,780 hectares to the Brazilian mining corporation and resulted in the resettlement of 1313 families – approximately 5,000 people – between November 2009 and April 2010, whose traditional lands in the Moatize Valley were expropriated as part of the deal. Since resettlement, families in both new sites have faced numerous difficulties on the land arbitrarily assigned to them by the company. The problems faced by resettled families in their new communities and their legitimate complaints regarding lands allocated have been well-documented by Mosca and Selemane (2011) in a report entitled, *El Dorado Tete: os mega projectos de mineração*. The report reveals that as of the time of publication, a full two years after the initial resettlement, Vale had largely failed to adequately address the problems facing the resettled families and that promises which had been made by Vale to communities in the initial consultation process also remained significantly unmet (MOSCA; SELEMANE, 2011).

Given the growing knowledge surrounding the impacts of foreign land acquisitions (the failed Pro-cana case being among the most commonly cited) and credence sustained through speculations made in the Mozambican press (MABUNDA, 2011; RAFAEL, 2011²⁷; O PAÍS, 2012b), the proposed transfer of agricultural land in Mozambique to Brazilian agribusinesses inevitably raised profound alarm among rural producers living in the Nacala Corridor. In response to the mounting disapproval and antagonism manifesting itself among the general public, both the governor of Nampula, Felismino Tocoli, and the

community leaders and district administrators in an attempt to rush through land deals (OAKLAND INSTITUTE, 2011, p. 2-3).

²⁷ Note that the first ten paragraphs of Rafael's article published by *O País* on 23 August, 2011 are plagiarized from an original article written by Adriano Rangel which was published by *Global Voices Online* on 15 August, 2011. Rangel's article was first published in Portuguese under the title "Brasil: Governo Moçambicano Cede Terras a Latifundiários" and was later translated and reposted in English on August 30, 2011 by the same site. The original text in Portuguese can be found at: <http://pt.globalvoicesonline.org/2011/08/15/mocambique-brasil-terrass-latifundiarios/>



country's Prime Minister, Aires Ali, have attempted to placate the populace and dissipate the growing apprehension.

For his part, Tocoli sought to reassure the rural population that they remain secure on their land and that Prosavana is a program designed for their benefit. The governor was paraphrased in the Mozambican newspaper *Notícias* as saying 'no one will be removed from their land without a community consultation being conducted' and 'which the enterprise is subject' to carry out. The same source also paraphrased the governor to have claimed that the Prosavana project will first and foremost "valorize and help local producers, in the sense that' they will be able to 'produce more on the same lands that they currently work,' while also bringing new agricultural technologies which will benefit small farmers (NOTÍCIAS, 2011). In turn, Aires attempted to dissociate Prosavana with the notion of neo-colonialism stating that the project does not intend to 'transfer Brazil to Mozambique,' but it will see the transfer of relevant Brazilian technologies and spur agricultural development in the region through effective and balanced partnership (NOTÍCIAS, 2012).

The Prosavana project has been skilfully wrapped up in the language of 'greenwash' by Brazilian and Mozambican leadership and sold to Mozambicans and the international community under the guise of 'sustainable agricultural development'. Indeed, according to the signatories of Prosavana, the official objective of the project "is to create new models of sustainable agricultural development in the savannah region of Mozambique" (MOCUMBE, 2009, p. 4). Aside from the ubiquitous claim of the project to sustainability, other key claims of the project include, 'create employment, achieve food security and reduce poverty along the Nacala Corridor and in adjacent areas' (NOTÍCIAS, 2012).

Given that Prosavana explicitly seeks to 'replicate' the experience of agricultural development in the Brazilian Cerrado, it is imperative to ask: "Were any of these key claims of sustainability, job creation, food security and poverty alleviation actually realized by expanding monocultures of soy and facilitating the handover of massive tracts of land to agribusiness entities in the Brazilian Cerrado over the last three decades?" The conflicting reality faced by the region and its people has been overshadowed by the steady stream of propaganda



regarding the so-called ‘success’ of the Brazilian Cerrado (BAKER; SMALL, 2005).

PRODECER and the impacts of agribusiness expansion in Brazil and the Brazilian Cerrado

Next to the Amazon Rainforest, the Cerrado is Brazil’s second largest biome and covers over 200 million hectares, or approximately 25% of the country’s national territory (IBAMA, 2009). The biome is a tropical savannah characterized by gallery forests and an incredible richness of biodiversity. Its vast expanse comprises the states of Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, the Federal District, Tocantins, southern Maranhão, western Bahia, and part of São Paulo. Concentrated in the centre-east region of the country, particularly in the states of Mato Grosso, Minas Gerais and Goiás, which account for 20%, 18% and 17% of the total Cerrado area respectively (INOCÊNCIO, 2010), the savannah, its ecology and its original inhabitants have been radically compromised over the last three decades as agribusiness and their monocultures, particularly of soy, and more recently, sugarcane, have usurped vast tracts of the region’s land.

According to Brazil’s Institute of Geography and Statistics (IBGE), in 2010 monocultures of soy and sugarcane occupied a total of 21.4 million hectares in the ten Brazilian States which comprise the Cerrado, covering approximately 14.2 and 7.2 million hectares, respectively (IBGE, 2010a). The negative impacts resulting from such substantial change in land use have not gone undocumented. Data from numerous sources show that expansion of the agricultural frontier in the Cerrado has resulted in extensive deforestation (IBAMA, 2009; PNUB, 2009); displacement of rural producers and indigenous communities (Inocêncio 2010); soil compaction and erosion (INOCÊNCIO, 2010, Klink and Machado, 2005), and contamination of regional water resources due to heavy use of chemical pesticides and fertilizers for cash crops (KLINK; MACHADO, 2005; THENÓRIO, 2006). Brazil is the world’s leading consumer of agro-toxins, and Mato Grosso, the leading soy-producing State, is the country’s largest pesticide market, consuming close to 150 million litres of agro-toxins per



year (REVISTA NOVA AMBIENTE, 2012). In general, the national soybean crop alone accounts for 25 percent of the nation's total pesticide application (WWF, 2012).

Despite ongoing and extensive deforestation of the Brazilian Cerrado since the 1970's, the region has received significantly less attention and study than the Amazon rainforest (PNUB, 2009). A study conducted by the Brazilian Institute of Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA) published in 2009 brought renewed attention to the Cerrado biome, revealing that approximately 48 percent of the entire region has already been deforested (IBAMA, 2009). Much of the deforested area – roughly equal to the size of Venezuela – is now occupied by pasturelands and monocultures of cash crops (PNUB, 2009). Only 2.2 percent of the remaining forest in the Cerrado is under legal protection (KLINK; MACHADO, 2005).

With the introduction of Prodecer in the mid-seventies, the industrialization of agriculture and its expansion across the Cerrado region was impelled by Brazilian state policies and Japanese finance capital, which have proved to be inexorable in their impetus. As part of the ambitious project, the Brazilian government enacted strong pro-colonization policies and subsidy programs which extended opportunities to a relatively small number of experienced medium and large-scale producers who were selected for involvement in Prodecer. Support for the project was offered to Brazil by Japan in the form of immense capital infusions which financed agricultural research conducted by EMBRAPA and made cutting-edge agricultural technologies (seeds, fertilizers, pesticides and machinery) available for the operations of producers identified under the purview of the project (INOCÊNCIO, 2010).

Prodecer effectively began to be implemented in 1980 and evolved in three distinct phases. Beginning in the western part of the State of Minas Gerais (Prodecer I), the project subsequently expanded in 1987 to incorporate areas of Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul and Bahia (Prodecer II). From 1995 onward, it further expanded its reach to include parts of the northern states of Maranhão and Tocantins (Prodecer III) (INOCÊNCIO, 2010, p. 90). Over the course of almost 30 years, the direct socio-economic benefits of the program



were effectively offered to just 717 producers who acquired a combined total of 345,000 hectares of land spread across seven States (Table 1). This expansion and development came at an overall investment cost borne by both the Brazilian and Japanese governments and private banks, totalling nearly 563 million dollars.

Table 1: PRODECER Projects by State, area occupied, and producers and investments involved

Projects/States	Area (ha)	Producers	Investments US\$ millions
PRODECER I (MG)	60,000	92	50
PRODECER II PILOTO (BA) (MT)	65,000	165	100
PRODECER II EXPANSÃO (MG) (GO) (MS)	140,000	380	275
PRODECER III (TO) (MA)	80,000	80	137.9
TOTAL	345,000	717	562.9

Source: Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados: estudo de avaliação conjunta – relatório geral, 2002 (In: INOCÊNCIO, 2010, p. 96).

Table 2: Amount of Cerrado remaining in the seven PRODECER States in 2008 and percentage of total land deforested per State

State	Original Cerrado (ha)	Remaining in 2008 (ha)	% Decrease
Maranhão	21,209,200	16,362,200	33
Bahia	15,134,800	9,618,600	34
Mato Grosso	35,883,700	20,513,000	43
Minas Gerais	33,371,000	14,403,700	57
Tocantins	25,279,900	18,607,100	27
Mato Grosso do Sul	21,601,500	5,211,800	76
Goiás	32,959,500	11,500,800	65
TOTAL	185,439,600	96,217,200	48

Source: (IBAMA 2009, p. 20- 21) Data has been adapted by authors

As Table 1 demonstrates, between 1980 and 1995, Prodecer I and II saw the transfer of 265,000 hectares of land to 637 farmers/corporations.



According to the Company for Agricultural Promotion – CAMPO – which was created in 1978 to provide technical and financial support to the project, during the first two phases of Prodecer beneficiaries were awarded lots averaging between 350 and 410 hectares. Since 1995, however, the average lot size allocated has more than doubled. Prodecer III involved the acquisition of 80,000 hectares of land by 80 producers, with each beneficiary gaining entitlement to a lot averaging 1000 hectares (INOCÊNCIO, 2010).

As the Brazilian geographer Inocêncio (2010) describes, the reality of Prodecer and the adoption of a “large farm model” in the Cerrado region:

[...] served expansionist interests....It was the “model” of expulsion of rural workers and small producers...which did not have sufficient capital to adapt to the [imposed] model of the modernization of agriculture [and who were, subsequently,] forced to migrate to the cities, swelling the ranks of the underemployed or unemployed, resulting in serious socio-economic problems (INOCÊNCIO, 2010, p. 94).

Furthermore, studies maintain that virtually irrespective of where such a model is implemented – in the Cerrado, Brazil, or in Nampula, Mozambique – the fact remains the same: mechanized production of soybeans and sugarcane, or any other agricultural commodity does not create an abundance of direct employment opportunities and often cannot provide sufficient work for all the people who have been displaced by the imposed monocultures. Family farming in tropical regions generates 35 jobs per one hundred hectares. In contrast, oil palm and sugarcane plantations generate only 10 jobs, eucalyptus production two, and soybeans only a half of a job per one hundred hectares (HOLT-GIMÉNEZ, 2007). In Brazil, for every new worker employed by soybean production, eleven agricultural workers are displaced (ALTIERI; BRAVO, 2009)

Many of the rural producers who have not been displaced or forced to leave their lands to look for work in the cities, have been incorporated into the framework of agrarian capitalism by becoming contract farmers and producing soy on their small plots of land for multinational agro-industry giants (such as SLC Agrícola, Syngenta and Bunge). Through this process a dramatic



transformation in the role of the peasantry in the Cerrado has taken place. Producers which previously harvested food-crops for personal, regional and national consumption have become 'producers of commodities' for agribusiness and export markets (INOCÊNCIO, 2010, p. 48).

As a result of peasant-agribusiness 'partnerships' promoted by Embrapa and the Brazilian government, the peasantry has been and continues to be vertically 'integrated' into the capitalist agricultural production chain, ensuring the continuation of the peasantry as suppliers of the raw materials used by industry, while largely denying them the ability to add-value to the fruits of their labour. As peasant autonomy is being undermined, relations of dependency are being built and strengthened (FERNANDES *et al.*, 2010). In a country where 70% of all the food consumed is produced by small farmers planting on only 30% of all the agricultural land (INESC, 2008), the expropriation of peasant land by agribusiness and the promotion of contracts which incentivize rural producers to switch from food to cash crops are, ultimately, to the detriment of national food security.

Contrary to widespread claims made by the government and Embrapa, family farming and agroecological agriculture in Brazil receive relatively little *viable* financial and policy support (THOMAZ JR., 2010; SILVEIRA, 2012); the lion's share of resources allocated for agriculture go substantially to support agribusiness and large landholders. For example, in 2008/2009, smallholders received approximately 13 billion *Reais* (\$US 6.35 billion) through programs like PRONAF (the National Program to Strengthen Family Agriculture). In comparison, agribusiness and large landholders received roughly 65 billion *Reais* (\$US 31.9 billion) in funding and credit for the same time period (ANTON, 2011). As Vincente Almeida, President of the National Union of Agricultural Research, Development and Workers (SINAF), has pointed out, despite Embrapa's official mission statement 'to create viable research solutions, development and innovation for the sustainability of agriculture, in benefit of Brazilian society' in 2011, only 4 percent of Embrapa's resources and research was focused on the family farming sector and agroecological developments (SILVEIRA, 2012).



Since the turn of the century significant deforestation of the Cerrado has only continued to occur as agribusiness expands further onto previously undeveloped areas. Currently the destruction of forests is happening at an exceptionally rapid rate; between 2002 and 2008 the region's vegetation was reduced by 7.5 percent, or 8,507,400 hectares (IBAMA, 2009). Table 2 highlights that in the specified time period the Cerrado in Mato Grosso was reduced by 1,759,800 hectares. After Mato Grosso, the most substantial areas deforested were in Maranhão and Tocantins (Prodecer III), amounting to 1,482,500 and 1,219,800 hectares respectively. Deforestation in the Cerrado as a result of agribusiness expansion has also had a direct impact on rural producers whose livelihoods and subsistence are dependent on the region's biodiversity (MENDONÇA, 2009; INOCÊNCIO, 2010). If the current rate of deforestation continues it is estimated that the Cerrado will disappear completely by 2030 (MENDONÇA, 2009). According to Embrapa, "in the Cerrado ecosystem, more than 50 million hectares are still apt and virgin for the immediate incorporation of ...soybeans' (EMBRAPA, 2012b).

By prioritizing predominately large-scale and commercial producers in a process which has auctioned off vast tracts of Cerrado lands, Prodecer has played a significant role in creating a highly concentrated land ownership structure in the region (INOCÊNCIO, 2010). Not surprisingly the concentration of land ownership, now exhibited in the states where Prodecer colonization projects have been implemented, is further correlated with the concentration of land owned by foreigners in Brazil: 59.5 percent of the area occupied by foreigners in the country corresponds to these same seven Prodecer States, amounting to some 2,588,324 hectares (SAUER; LEITE, 2012). Looking beyond the profit and loss statement of Prodecer, the overall outcomes fall short of the optimistic proclamations of the neoliberal economic ideology. It might well be asked if Prosavana in Mozambique will fare any better.

Conclusion

Behind the media headlines heralding Brazil's phenomenal economic growth, agricultural output, agrofuel producing capacity and growing

GDP there lurks long history deeply marked by colonial exploitation, rural oppression, dispossession and disenfranchisement, and an inequitable and increasingly concentrated system of land ownership. An analysis of land grabbing *in* Brazil, and *by* Brazil on the Latin America continent, and the respective responses to it, sheds new light on the country's recent interest in acquiring agricultural land in Mozambique. It also exposes the duplicity of the Brazilian government's posture regarding the practice of land grabbing. While attempting to curtail the acquisition of agricultural land by foreigners in a domestic context in the name of protecting 'national sovereignty' and 'food security', the Brazilian government is simultaneously promoting land grabbing through the proxy of agribusiness in Mozambique as a means to achieve food security and thus, national sovereignty.

Through Prosavana Brazil is attempting to export to Mozambique a model of agro-industrial development that has failed profoundly in terms of providing for food security and sustainable development in Brazil. Over 65 million Brazilians currently face food insecurity, roughly one-third of the entire population (IBGE, 2010b); the country has millions of landless, many of whom participate in movements in a nation-wide struggle for access to land to grow food and gain a livelihood (WITTMAN, 2005). Two-thirds of all the food consumed by Brazilians is currently produced by peasants and small farmers who, ironically, have been the very same people that have been, and continue to be displaced by agribusiness expansion and rolling monocultures of cash crops for export. Experience shows that the benefits of Brazil's model of agrarian capitalism for peasants and small farmers have been relatively few, while the impacts on the country's rich biodiversity and forests have been devastating.

'Foreign assistance,' as Mozambican sociologist, Orlando Nipassa, accurately describes it, 'will only have usefulness for the development of Mozambican society if it helps the State in the creation of a framework which allows Mozambicans to affirm their individual autonomy in the process of social, political and economic emancipation' (2009, n/p). With this perspective in mind, it is imperative to ask: "Who assumes the risks associated with large-scale agricultural land acquisitions and the territorialisation of foreign agribusiness in



Mozambique?" "Who shares in the benefits?" Given that Prosavana is presently nearing the phase of actual implementation and will soon see major land transfers being made to Brazilian agribusiness in Mozambique's Nacala Corridor, further analysis and study will need to be done in order to provide empirical answers to these essential questions as they relate to the specific Brazilian-led agribusiness projects which are gaining ground in Mozambique.

Bringing into account the well documented socio-environmental impacts of Prodecer, agro-industry expansion and soybean monocultures in the Brazilian Cerrado biome, the potential implications associated with the Prosavana project become more apparent. A greater understanding of the reality of the 'Brazilian experience' allows for a better critical assessment of the Prosavana narrative. The lessons learned by Brazil through its contradictory and asymmetric process of rural territorial development and agricultural expansion over the course of four decades offer insight for Mozambique as it works toward its goal of agricultural expansion and intensification. While Brazil may offer some paths for Mozambique to follow as it seeks to develop its agricultural capacity and alleviate the pervasive problems of poverty and hunger, Brazil's experience also illuminates other paths that are better off forsaken.

References

- AGU – Advogado-Geral da União. 2010. **Parecer n° LA-01**. Brasília, 19 August. Available from:http://www.agu.gov.br/sistemas/site/PaginasInternas/NormasInternas/AtoDe talhado.aspx?idAto=258351&ID_SITE [accessed 28 August, 2012].
- AIM – Agência de Informação Mozambique. Pro-savana inicia fase experimental das sementes em 2012. **Agência de Informação Mozambique**. 21 October., 2011. Available from: <http://www.verdade.co.mz/economia/22827-pro-savana-inicia-fase-experimental-das-sementes-em-2012> [accessed 27 July, 2012].
- AIM. Brasil vai abrir linha de crédito no valor de 100 milhões de dólares para a agricultura. **Agência de Informação Mozambique**. 18 April, 2012. Available from: <http://www.verdade.co.mz/eco nomia/26600-brasil-vai-abrir-linha-de-credito-no-valor-de-100-milhoes-de-dolares-para-a-agricultura> [accessed 27 July, 2012].
- ALTIERI, M. A.; BRAVO. The ecological and social tragedy of crop-based biofuel production in the Americas. In: JONASSE, R. (ed.) **Agofuels in the Americas**.



Food First Books, Oakland: CA, 2009. p. 15-24. Available from: http://www.foodfirst.org/files/pdf/Agrofuels_in_the_Americas.pdf [Accessed 14 June, 2010]

ALVES, V. E. L.. A questão agraria brasileira e moçambicana: semelhanças e diferenciações. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29 - Especial, 57 – 74, 2011.

ANTON, S.. **From food security to food sovereignty: the Fome Zero Food Acquisition Program in the Pontal do Paranapanema, Brazil.** 2011. Thesis (Masters of Latin American Studies) – Simon Fraser University, Latin American Studies Program, Burnaby, Canada.

BAKER, M.; SMALL, D.. Brazil's agricultural 'success' in the Cerrado is a disaster. **Executive Intelligence Review**, 32(4), 2005.

BANCADA DO PT. **Declaração de voto da Bancada do PT.** 2012. PT na Câmara. 13 July, 2012. Available from: http://www.ptnacamara.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11743:declaracao-de-voto-da-bancada-do-pt-&catid=1:latest-news&Itemid=108 [accessed 28 August, 2012].

BARBOSA, J. Brazil: Senate loosens Amazon protections. **Associated Press.** 7 December. Available from: <http://news.yahoo.com/brazil-senate-loosens-amazon-protections-022906538.html> [accessed 10 April, 2012].

BATISTA, F. SLC quer triplicar de tamanho até 2020. **Valor Econômico.** 2012. 9 February. Available from: <http://www.valor.com.br/empresas/2523758/slcs-quer-triplicar-de-tamanho-ate-2020> [accessed 28 July, 2012].

BATISTELLA, M.; BOLFE, E. L.. (Org.). **Paralelos: Corredor de Nacala.** Campinas, SP: Embrapa Monitoramento por Satélite. 2010. Available online from: <http://www.cnpm.embrapa.br/projetos/mocambique/conteudo/publicacoes.html> [accessed 28 March, 2012].

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J.. Global Land Grabbing and Trajectories of Agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, 12(1), 34-59, 2012.

BORRAS JR., S. M., FIG, D., SUÁREZ, S. M.. The politics of agrofuels and mega-land and water deals: insights from the ProCana case, Mozambique. **Review of African Political Economy**. 38(128), 2011, 215-234.

BRADFORD, S.; ROCHA, J.. **Cutting the wire:** the story of the landless movement in Brazil. London, Latin America Bureau, 2002.

CARMO, M. Brasileiros terão que provar que terras no Paraguai são legais, diz ministro. **BBC Brasil.** 13 February. Available from:



http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/02/120210_terras_paraguai_mc.shtml [accessed 17 July, 2012].

CAU, H. S.. **A construção do estado em Moçambique e as relações com o Brasil.** 2011. Dissertation (Doctorate in Political Science) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

CENTRO TERRA VIVA. **1º Relatório de Monitoria da Boa Governação Ambiental e dos Recursos Naturais em Moçambique.** Maputo: Centro Terra Viva – Estudos e Advocacia Ambiental, 2012.

CHIARA, M. Preço da terra bate recorde no Brasil. **O Estado de São Paulo.** 6 February, B1.

CHIASSANO, J. A.. **Cooperação África e Brasil no âmbito da nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD):** aula magna UFRGS, 2004. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

DA COSTA, E. V. **The Brazilian Empire:** Myths and Histories. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2011. *Brasil – Relatório DATALUTA 2010.* Presidente Prudente: NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP. Available from: http://docs.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2010.pdf [accessed 10 August, 2012].

DEININGER, K., BYERLEE, D; LINDSAY, J; NORTON, A; SELOD, H.; STICKLER, M.. **Rising global interest in farmland: can it yield sustainable and equitable benefits?** Washington, DC: The World Bank, 2011.

EMBRAPA. **Brasileiros e moçambicanos debatem desenvolvimento agropecuário em Moçambique.** Embrapa, 13 April, 2012a. Available from: <http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2012/abril/2a-semana/brasileiros-e-mocambicanos-debatem-desenvolvimento-agropecuario-em-mocambique/?searchterm=prosavana> [accessed 19 July, 2012].

EMBRAPA. Soja no Brasil. Tecnologias de Produção de Soja Região Central do Brasil 2004. **Embrapa Soja,** Sistema de Produção, No 1, 2012b. Available from: <http://www.cnpsso.embrapa.br/producaosoja/SojanoBrasil.htm> [accessed 10 July, 2012].

EUROPAFRICA. (by Sylvain Aubrey, with the support of Philip Seufert and Sofía Monsalve Suárez). **Bio)fueling Injustice? Europe's responsibility to counter climate change without provoking land grabbing and compounding food insecurity in Africa.** The Europafrica 2011 Monitoring Report on EU Policy Coherence for Food Security, 2012.

EXMAN, F.. Moçambique é um ‘campo fértil’ para empresários, diz primeiro ministro. 2012. **Valor Econômico**. 17 April. Available from: <http://www.valor.com.br/brasil/262004/mocambique-e-um-campo-fertil-para-empresarios-diz-primeiro-ministro> [accessed 18 July, 2012].

FAUSTO, B.. **A concise history of Brazil**. Translated by Arthur Brakel. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

FERNANDES, B. M.. Geopolítica da questão agrária mundial. In: **Cadernos Conflitos no Campo – Brasil**. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C.. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes. **Journal of Peasant Studies**, 37(4), 793-819, 2010.

FIAN INTERNATIONAL. **Land grabbing in Kenya and Mozambique**: a report on two research missions – and a human rights analysis of land grabbing. Heidelberg, Germany: FIAN International Secretariat, 2010.

FRANCO, L.. Brasil cria fundo para investimento agrícola na África. **Revista Globo Rural Online**, 4 July, 2012. Available from: http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI311818---18078,00---BRASIL+CRIA+FUNDO+PARA+INVESTIMENTO+AGRICOLA+NA+AFRC_A.html [accessed 27 July, 2012].

GALEANO, L. A.. **Las dinámicas en el mercado de la tierra en América Latina. el caso de Paraguay**. Asunción: Informe Preliminar, 2010.

GEIVER, L.; HOLL Y, J.. (eds). International Ethanol Report: 2010. **Ethanol Producer Magazine**. July 2010. Available From: http://www.ethanolproducer.com/article.jsp?article_id=6696&q=&page=3 [accessed 15 November, 2010].

GLAUSER, M.. **Extrajerización del territorio paraguayo**. Asunción: Base IS, 2009.

GÓES, F.. Brasil quer replicar com outros países da África modelo de comércio com Angola. 2012. **Valor Econômico**, 2 May. Available from: <http://www.valor.com.br/brasil/2640008/brasil-quer-replicar-com-outros-paises-da-africa-modelo-de-comercio-com-angola> [accessed 27 August, 2012].

HACKBART, R.. **Aquisição de imóveis rurais por estrangeiros**. Brasilia: INCRA. Available from: http://www.senado.gov.br/comissoes/CRA/AP/AP20080305_Rolf_Hackbart.pdf [accessed 12 April, 2012].



IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2009. **Relatório técnico de monitoramento de desmatamento no bioma cerrado, 2002 a 2008: dados revisados.** Centro de Sensoriamento Remoto – CRS/IBAMA, Novembro de 2009. Available from: http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/Relatorio%20tecnico_Monitoramento%20Desmate_Bioma%20Cerrado_CSR_REV.pdf [accessed 7 April, 2012].

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Produção Agrícola Municipal.** 2010a. Available from: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> [accessed 10 August, 2010].

IBGE. PNAD - Segurança Alimentar 2004/2009: Insegurança alimentar diminui, mas ainda atinge 30,2% dos domicílios brasileiros. **Comunicação Social**, 26 November, 2010b. Available from: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1763 [accessed March 20, 2010].

IMF. IMF Country Report No. 11/132: **Republic of Mozambique:** Poverty Reduction Strategy Paper. Washington, D.C.: International Monetary Fund, June 2011.

INESC—Instituto de Estudos Socioeconômicos. O MST Chega À Encruzilhada. **Carta Capital.** August, 2008. Available from: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/agosto/o-mst-chega-a-encruzilhada> [accessed 17 June, 2010].

INMAN, P.. Brazil's economy overtakes UK to become world's sixth largest. **The Guardian.** 2012. 6 March. Available from: <http://www.guardian.co.uk/business/2012/mar/06/brazil-economy-worlds-sixth-largest> [accessed 12 April, 2012].

INOCÊNCIO, M. E.. **As tramas do poder na territorialização do capital no Cerrado: o Prodecer.** 2010. Dissertation (Doctorate in Geography) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio Ambientais, Curso de Geografia, Goiás.

HANLON, J. (ed.). Protests against Vale coal mine relocations. **MOZAMBIQUE 193 - News reports & clippings.** 31 January, 2012. Available from: <http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/p7.shtml> [accessed 17 June, 2012].

HOLT-GIMÉNEZ, E.. Biofuels: myths of the agro-fuels transition. 2007. **Food First Backgrounder**, 13(2). Available from: <http://www.foodfirst.org/node/1711> [Accessed 29 September, 2010].

JUSTIÇA AMBIENTAL; UNAC – União Nacional de Camponeses. 2009. **Jatropha! A socio-economic pitfall for Mozambique.** Maputo, Mozambique, 2009.



JUSTIÇA AMBIENTAL; UNAC. **Lords of the Land - Preliminary Analysis of the Phenomenon of Land Grabbing in Mozambique.** Maputo, Mozambique, 2011.

LOPES, F.. Com a ajuda de estrangeiros, preços das terras continuam em alta no país. 2010. **Valor Econômico**, 16 April.

MABUNDA, L.. Governo vendeu 24 distritos a brasileiros. 2011. **O País**. 19 August. Available from:

<http://www.opais.co.mz/index.php/opiniao/86-lazaro-mabunda/16037-governo-vendeu-24-distritos-a-brasileiros.html> [accessed 10 June, 2012].

MELLO, P. C.. Moçambique oferece ao Brasil área de três Sergipes. 2011. **Folha de São Paulo**. 14 August. Available from:

<http://acervo.folha.com.br/fsp/2011/08/14/2/> [accessed 10 March, 2012].

MENDONÇA, M. L.. The environmental and social consequences of 'green capitalism' in Brazil. In: JONASSE, Richard (ed.). **Agrofuels in the Americas**. Oakland: CA, Food First Books, 2009, 65-75.

MOCUMBE, S.. IIAM foi palco da assinatura do Acordo Triangular para o Desenvolvimento da Agricultura das Savanas Tropicais em Moçambique. **Boletim do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)**. Edição Trimestral Julho – Outubro, 2009, (12), Ministério da Agricultura, 4-5.

MONTEIRO, T.. Lula aprova anúncia da Vale de doação a Moambique. **Agência Estado**. 2010. 10 November. Available from:
<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,lula-aprova-anuncio-da-vale-de-doacao-a-mocambique,638008,0.htm> [accessed 18 August, 2012].

MONTES, M.. **Voto em separado**. Subcomissão destinada a, no prazo de 180 dias, analisar e propor medidas sobre o processo de aquisição de áreas rurais e suas utilidades, no Brasil, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras – Subestra. 2012. Available from: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/subcomissoes/subestra-voto-em-separado-2-dep-marcos-montes> [accessed 28 August, 2012].

MOZAMBIQUE NEWS AGENCY. GVF to launch Nacala Corridor Fund. **Mozambique News Agency – AIM Reports**. Report no. 447. 4 July, 2012. Available from: <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/> [accessed 25 July, 2012].

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil. 2012. **Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Moçambique**, Aires Bonifácio Baptista Ali – 13 a 18 de abril 2012. Press Release, n. 103, 16 April. Available from:
<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil->



do-primeiro-ministro-de mocambique-aires-bonifacio-baptista-ali-2013-13-a-18-de-abril-de-2012/pint-nota [accessed 20 August, 2012].

MRE – Ministerio das Relações Exteriores do Moçambique /DPR – Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Moçambique. 2012. **Dados Básicos e Principais Indicadores Econômico-Comerciais: Moçambique.**

MRE-DPR, Junho/2012. Available from: http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/IND_Mocambique.pdf [accessed 15 July, 2012].

MOSCA, J; SELEMANE, T.. **El dorado Tete:** os mega projectos de mineração. Centro de Integridade Pública, Maputo, November, 2011.

NAMBORA, D.. **Advances and stagnation of transparency in the extractive industry in Mozambique.** Centro de Integridade Pública, Maputo, April, 2012. Available from: <http://www.cip.org.mz/article.asp?lang=en&sub=actual&docno=127> [accessed 5 August, 2012].

NOTÍCIAS NAMPULA - Ninguém vai perder terra com vinda de brasileiros - Felismino Tocoli Tranquiliza. **Notícias.** 2011. 9 September. Available from: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2011/09/nampula-ningu%C3%A9m-vai-perder-terra-com-vinda-de-brasileiros-felismino-tocoli-tranquiliza.html?asset_id=6a00d83451e35069e2_01543543a06d970c [accessed 29 July, 2012].

NOTÍCIAS. Prosavana: Missão conjunta satisfeita com potencial para sucesso. 2012. **Notícias.** 21 April. Available from: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/04/prosavana-miss%C3%A3o-conjunta-satisfeita-com-potencial-para-sucesso.html [accessed 29 July, 2012].

NHANTUMBO, I.; A. SALOMÃO. **Biofuels, land access and rural livelihoods in Mozambique.** London: IIED, 2010.

NIPASSA, O.. Ajuda externa e desenvolvimento em Moçambique: uma perspectiva crítica. Conference Paper, 2009, Nº36. **II Conferência IESE “Dinâmicas da Pobreza e Padrões de Acumulação Económica em Moçambique.”** Maputo 22 a 23 de Abril de 2009: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

NUNN, N.. **The legacy of colonialism: a model of Africa's underdevelopment.** 2003. Available from: <http://www.uoguelph.ca/~sday/cneh-rche/pdfs/nunn.pdf> [accessed 12 July, 2012].

NUNN, N.. “Historical legacies: a model linking Africa’s past to its current underdevelopment.” **Journal of Development Economics.** 83, 157-175, 2007.



Available from: http://www.economics.harvard.edu/faculty/nunn/files/legacy_jde.pdf [accessed 12 July, 2012].

OAKLAND INSTITUTE. (by Joseph Hanlon, with Frederic Mousseau and Anuradha Mittal). **Understanding land deals in Africa: Country report: Mozambique**. Oakland, CA: The Oakland Institute, 2011.

ODILLA, F.. Estrangeiros compram 22 campos de futebol por hora. 2010. **Folha de São Paulo**. 2 November.

OLIVEIRA, A. U. 2001. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, 15(43), 185-206.

OLIVEIRA, A. U. 2010. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **Agrária**, 2010. São Paulo, 12, 3-113.

OLIVEIRA, H. A.. **Política externa brasileira e relações Brasil-África**. 1988. Dissertation (Doctorate in Sociology) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O PAÍS. 2012a. Empresários de Moçambique, Brasil e Japão reúnem-se em Maputo. **O País**, 17 April. Available from: <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/19867-empresarios-de-mocambique-brasil-e-japao-reunem-se-em-maputo.html> [accessed 28 July, 2012].

O PAÍS. Brasileira SLC Agrícola vai iniciar processo de internacionalização em Moçambique. 2012. **O País**, 13 February. Available from: <http://www.opais.co.mz/index.php/economia/38-economia/18973-brasileira-slc-agricola-vai-iniciar-processo-de-internacionalizacao-em-mocambique.html> [accessed 25 July, 2012].

PENHA, E. A.. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântica Sul**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011.

PESSÔA, A.. **Há escassez de áreas no mundo para a expansão da produção**. 2011. 23 August. Available from: <http://www.unica.com.br/opiniao/show.asp?msgCode={E49E48FE-2F84-470C-86A3-153C858EDD30}> [accessed 28 July, 2012].

PNUD BRASIL – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2009. **Brasil já perdeu uma Venezuela em Cerrado**. Brasília, 14 September. Available from: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=2199> [accessed 28 August, 2012].

PRETTO, J. M.. **Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil** (project of technical cooperation PCT IICA/NEAD). Brasília: NEAD (unpublished), 2009.



RAFAEL, A.. O neocolonialismo brasiliense em Moçambique. 2011. **O País**. 23 August. Available from: <http://www.opais.co.mz/index.php/analise/92-adelson-rafael/16099-o-neocolonialismo-brasileiro-em-mocambique.html> [accessed 12 March, 2012].

RANGEL, A.. Brazil: Mozambique cedes land to Brazilian Agribusiness. **Global Voices Online**. 2011. 30 August. Available from: <http://globalvoicesonline.org/2011/08/30/brazil-mozambique-agribus-iness/> [accessed 12 March, 2012].

REPUBLIC OF MOZAMBIQUE. **Estratégia para Reflorestamento**. Ministério da Agricultura e Direcção Nacional de Terras e Florestas, Maputo, July, 2009.

REVISTA NOVO AMBIENTE. **Agricultura – Agrótoxicos**. 2012. Available from: <http://www.revistanovoambiente.com.br/revista/materias.php?id=316&nac=19> [accessed July 25, 2012].

RODNEY, W.. **How Europe underdeveloped Africa**. Senegal: Pambazuka Press, 2012.

RODRIGUES, J. H.. **Brasil e África: outro horizonte**. 3.^a edição ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RUDORF, B. F. T.; AGUIAR, D. A; SILVA W. F. (Et al.) Studies on the Rapid Expansion of Sugarcane for Ethanol Production in São Paulo State (Brazil) Using Landsat Data. **Remote Sens.**, 2, p. 1057-1076. Available from: <http://www.mdpi.com/2072-4292/2/4/1057/pdf> [accessed 31 October, 2010].

SARAIVA, A.. Petrobras confirma projeto de produção de etanol em Moçambique. 2012. **Valor Econômico**, 3 May. Available from: <http://www.valor.com.br/empresas/2643566/petrobras-confirma-projetode-producao-de-etanol-em-mocambique> [accessed 28 July, 2012].

SARAIVA, J. F. S.. Do silêncio à afirmação: as relações do Brasil com a África. In: Cervo, A. L. et al. (Org.). **O desafio internacional**. Brasília: Editora da UNB, 1994, p. 263-331.

SARAIVA, J. F. S.. **O lugar da África**. Brasília: Editora da UNB, 1996.

SARAIVA, J. F.. **África parceira do Brasil atlântico**: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

SAUER , S.; LEITE, S. P.. Agrarian structure, foreign investment in land, and land prices in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, 39(3-4), 2012, 873-898.

SELCHER, W. A.. Dilemas políticos nas relações Brasil-África: comentário sobre alguns obstáculos políticos nas relações Sul-Sul. **Estudos Afro-Asiáticos**, 1984, n. 10.

SILVEIRA, D.. Embrapa investe 4% do orçamento em agricultura familiar. **Radioagência NP**, 29 August., 2012. Available from:

<http://www.radioagencianp.com.br/11039-embrapa-investe-4-por-cento-do-orcamento-em-agricultura-familiar> [accessed 4 September, 2012].

SOUZA, M. M.. Controladores do BMG investem em eólica. **Valor Econômico**. 2012.17 July. Available from:

<http://www.valor.com.br/empresas/2753802/controladores-do-bmg-investem-em-eolica> [accessed 28 July, 2012].

SUÁREZ, S. M.; BORRAS, S.. **Desenvolvimento, para quem? Impacto dos projetos de desenvolvimento sobre os direitos sociais da população rural Moçambicana**. Heidelberg, Germany: FIAN International Secretariat.

THENÓRIO, I.. Ser ‘celeiro do Brasil’ devasta o Cerrado. 2006. **Repórter Brasil**, 15 August. Available from: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=688> [accessed 18 April, 2012].

THOMAZ JR., A.. **Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimização das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais**. 2010. Available from: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/GeografiadoBrasil/AgronegocioAlcoolizado.pdf>. [accessed 28 July, 2010].

TURZI, M.. The Soybean Republic. **Yale Journal of International Affairs. Spring-Summer**, 2011, 59-67. Available from: <http://www.ucema.edu.ar/conferencias/download/2011/10.14CP.pdf> [accessed 8 August, 2012].

UNICA—União de Indústria de Cana-de-Açúcar. No date. **Sugarcane Industry in Brasil: Ethonal, Sugar, Bioelectricity**. Available from: <http://english.unica.com.br/> [accessed 17, July 2010].

VAZ, L.. Parecer determina maior controle sobre aquisições de terras por estrangeiros. 2010. **Correio Braziliense**. 24 August. Available from: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/08/24/interna_brasil,209485/index.shtml

VALOR ECÔNOMICO. Novo fundo de US\$ 2 bi visa aportes na África. **Valor Econômico**. 2012. 5 July. Available from: <http://www.valor.com.br/empresas/2739126/novo-fundo-de-us-2-bi-visa-aportes-na-africa> [accessed 30 July, 2012].



WELCH, C.. Globalization and the transformation of work in rural Brazil: agribusiness, rural labor unions, and peasant mobilization. **International Labor and Working-Class History**, 2006, 70, 35-60.

WITTMAN, H.. Agrarian Reform and the Production of Locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil. **Revista NERA**, Ano 8(7), 2005, 94-111.

WORLD BANK. **Bridging the Atlantic**: Brazil and Sub-Saharan Africa: South-South partnering for growth. Washington: BIRD, 2011b. Available from: <http://siteresources.worldbank.org/AFRICAEXT/Resources/africa-brazil-bridging-final.pdf> [accessed 18 August 2012].

WWF. **Contaminação da água - Aumenta quantidade de agrotóxicos**. 2012. Available from: http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/agricultura/agr_soja/agr_soja_problemas/gr_soja_problemas_contamina/ [accessed 15 August, 2012].

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

MEMORIAL

Presidente Prudente, junho de 2013

Memorial



Bernardo Mançano Fernandes

FICHA CATALOGRÁFICA

F398c Fernandes, Bernardo Mançano.
 Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o
 debate paradigmático e o conhecimento geográfico / Bernardo
 Mançano Fernandes. - Presidente Prudente : [s.n], 2013
 v.1-2 : il + memorial

Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista,
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Debate paradigmático. 3. Questão Agrária. 4. Campesinato. 5. Agronegócio. I. Fernandes, Bernardo Mançano. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.



“O que lembro, tenho”
Guimarães Rosa

1 – Desde o ponto de partida e chegada da caminhada

Nasci em 12 de dezembro de 1958, no Sertão dos Inácios, situado no município de Neves Paulista-SP. Nasci num sítio que pertencia à minha tia, ao lado do sítio da minha avó. Meus pais eram camponeses, rendeiros e meeiros, produtores de café. Vivi no Sertão dos Inácios até 1962, quando meu pai migrou para São Paulo, para trabalhar como operário na São Paulo Alpargatas. Essa migração aconteceu no auge do êxodo rural, pelo endividamento de minha família, que levou mais tarde à perca da propriedade. Em São Paulo, morei na Vila Carrão. até meados de 1989, quando mudei para Presidente Prudente, onde resido até hoje.

Havia terminado a graduação na Universidade de São Paulo – USP e fui trabalhar como professor auxiliar na Universidade Estadual Paulista - UNESP, no Departamento de Geografia, quando conheci Ana Lúcia de Jesus Almeida, vinda de Campo Mourão-PR para estudar Fisioterapia UNESP. Decidimos traçar nossos rumos juntos e nos casamos em 1991. Dez anos depois, chegou o Tales e foi quando comprehendi melhor o que Lefebvre queria dizer com a “materialização da existência humana” na produção do espaço. A chegada do Tales criou um novo espaço na nossa casa, cujo primeiro território foi o seu berço, que ele compartilhou com Catarina, que chegou quase dois anos depois e ela deu para ele uma bicicleta.

Catarina foi feita em João Pessoa, logo depois do XIII Encontro Nacional de Geógrafos - ENG, quando tornei-me presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB. Naquele ano, Ana estava planejando fazer o doutorado, quando fui procurado por vários colegas que queriam me indicar para concorrer a presidência da AGB. Eu justifiquei que não poderia, porque teria que ajudar a cuidar do Tales para que Ana fizesse o doutorado. Os colegas procuraram nos convencer que seria possível fazer as duas coisas, mas sabíamos das enormes dificuldades que teríamos que enfrentar. Então decidimos que teríamos outro filho e Ana adiaría seu doutorado, que concluiu em 2008, de modo que Catarina além de



ser fruto do nosso amor é fruto da Geografia. Somos uma família expandida que também é composta pela minha mãe Leonor, minha irmã Eunice e minha sobrinha Thais, que nos dão o suporte necessário com as criações e com a casa.

Eu costumo me referir ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA como um coletivo de pensamento, cuja equipe possibilitou que eu chegasse até este momento de minha livre-docência. Este momento igualmente não seria possível sem o coletivo familiar. Estas condições me fizeram um trabalhador intelectual.

2 – Da militância à universidade: pesquisador militante

A militância tem um sentido muito forte em minha vida. Minhas primerias experiências foram com a Pastoral da Juventude na Vila Carrão, na paróquia São João Batista, no Movimento Idealista Cristão – MIC, que embora tivesse a palavra idealista, era vinculado à Teologia da Libertação. Nesta comunidade eclesial de base, vivi o momento de redemocratização do Brasil. Com pe. Zé Alves, pe. Naves e irmã Etel, percorri uma trajetória que me levou a regional Belém da arquidiocese de São Paulo, onde trabalhei com Dom Luciano Mendes de Almeida. Foram momentos ricos de aprendizagem que contribuíram na formação de minha personalidade.

Cursei o primário na Escola Municipal Sérgio Miliet, no Parque Maria Luiza e na Escola Estadual Caramuru, na Vila Carrão entre 1965 e 1968. Após a conclusão da 4^a série, fiz o exame de admissão para fazer o ginásial, mas fui reprovado. Fiquei 12 anos sem estudar, portanto, voltei em 1980. Assim, em três anos, fiz o madureza ginásial estudando nos manuais que eram vendidos em banca de jornal e completava meus estudos na escola da dona Noemi, uma professora aposentada que ensinava Língua Portuguesa, História e Geografia e contava com a colaboração de um jovem professor, Paulo que ensinava Matemática e Ciências. O madureza colegial fiz no Colégio Jasy, no bairro do Tatuapé e estudei no Anglo Vestibulares, por seis meses. Em 1983 eu entrei na Universidade de São Paulo - USP no curso de Geografia. Mudar da condição estudante de nível fundamental em



1980 para estudante de nível superior em 1983, me motivou a colaborar com a escola da Dona Noemi, que batizamos de “Pegasus”. Trabalhei dois anos nesta escola até que fomos despejados por falta de recursos para continuar pagando o aluguel das duas salas de aula, que ficavam em cima de uma padaria, na avenida Rio das Pedras, o que finalizou esta experiência solidária. Estas experiências foram meu ponto de partida a minha militância como geógrafo.

3 – USP e AGB na formação do trabalhador intelectual

Trabalho desde a idade de sete anos, embora meus pais afirmem que com dois anos eu ajudava a carpir café, quando não estava dormindo na sombra dos cafezais. Eu tenho uma cicatriz na perna esquerda, na altura do joelho, feita em um acidente, quando cai sobre a lâmina da enxada. Meu pai me falou que me curou com terra, enchendo o ferimento até estancar o sangue. Em São Paulo, comecei vendendo soverte na porta da Escola Sérgio Milliet, onde estudei, depois vendi na feira livre, os gibis que lia e trocava junto com os limões que me permitiam comprar mais gibis para vender e trocar. Posteriormente fui trabalhar em um atacadista onde fiquei até final da década de 1970. Neste local, comecei como ajudante de entrega de mercadorias, o que fez conhecer parte da cidade de São Paulo e em seguida tornei-me vendedor na região do ABC. Após, trabalhei com vendas de massas e por fim em um representante da Companhia de Ceras Johnson até 1985, quando preferi ser professor. Entre 1986 e 1988, dei aulas no primeiro e segundo graus na Escola Estadual Prof. Marcilio Gonçalves Ferreira Mendes na Vila Manchester, no Colégio Brasil, na Vila Carrão e no Anglo Vestibulares na Liberdade e Consolação. No primeiro semestre de 1989, trabalhei na Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de São Paulo no projeto Sacolão do Trabalhador, sob a coordenação do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Em 1983, meu primeiro ano na USP, lembro das minhas dificuldades nas aulas do professor Antonio Carlos Robert de Moraes, na disciplina História do Pensamento Geográfico. Nos primeiros anos tive muitas dificuldades por causa da minha escolarização precarizada. Comecei a educar sendo educando: aprendendo



num dia para ensinar no outro. Minha primeira experiência com pesquisa foi em Geomorfologia, num projeto sobre o vale médio superior do rio Paraíba do Sul, sob orientação da professora Lylian Coltrinari, de quem fui bolsista de Iniciação científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Fiz uma pesquisa com Francisco Capuano Scarlato, estudando o o Apartheid, que resultou na primeira participação em mesa redonda no ENG, em Campo Grande, 1986. Neste ano, assisti uma palestra na USP feita por Laudenor Pereira de Souza e João Calixto, dois sem- terra acampados em Sumaré – SP e vinculados ao MST. Este dia mudou a minha vida. Fiquei fascinado e me identifiquei com suas histórias, de modo que no final de semana seguinte fui ao acampamento e recolhi material para pesquisa. Apresentei ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, que me orientou e acabei por organizar dois cadernos de formação sobre os assentamentos de Sumaré. Esta experiência foi meu ponto de partida para meu mestrado e doutorado orientados pelo Ariovaldo, que resultaram em dois livros sobre a formação do MST no estado de São Paulo (mestrado) e no Brasil (doutorado). Além de minha experiência na USP como aluno, desde 2010 sou professor colaborador no Programa de Pós-Graduação Mudança Social e Participação Política da USP Leste.

Na USP, comecei a atuar na AGB em 1986, fazendo parte da diretoria da AGB São Paulo, até 2004, quando concluí meu mandato como presidente da entidade. Em São Paulo, participei da gestão do Ariovaldo (1986-1988) e depois participei como editor da Revista Terra Livre na gestão da Arlete Moyses Rodrigues que foi presidente da AGB de 1988 a 1990. Em 1988, estava concluindo meu bacharelado e fui eleito coordenador de publicações da AGB, sendo um dos maiores desafios e possibilidades que vivi na academia em movimento, que é a AGB. Em 1990 a 1992, fui diretor da AGB Presidente Prudente, onde realizamos o X ENG. Também realizamos dois encontros nacionais de ensino de geografia: Fala Professor, em Presidente Prudente, um 1991 e outro em 2003. De fato, a AGB me proporcionou boas experiências que consolidaram minha carreira. Como ouvi de Manuel Correia de Andrade, a AGB foi minha segunda universidade. Voltei a ser novamente editor da Terra Livre na gestão da Dirce Suetergaray de 2000 a 2002,



quando assumi a presidência até 2004. Em todas as minhas participações, mantivemos a periodicidade da Revista Terra Livre.

4 – MST e Via Campesina

A palestra de Laudenor e João Calixo foi a carta de apresentação do MST. Em Sumaré, em 1986, conheci João Pedro Stedile e em 1990, conheci Edgar Kooling e Roseli Caldart, quando comecei a participar no Setor de Educação do Movimento. Entre 1989 e 1994, realizei o meu mestrado estudando a formação e a territorialização do MST no estado de São Paulo. Eu sempre gostei de objetos de pesquisa com escala ampla. No meu doutorado, estudei o MST em todas as unidades da federação, onde estava organizado. Realizei mais de trezentas entrevistas com membros de todas as instâncias e a entrevista com João Pedro Stedile foi publicada como o livro *Brava Gente*, publicado em 1999. Recentemente, realizei nova entrevista que será publicada como *Brava Gente II* (no prelo). Minha tese de doutorado é até hoje o mais amplo estudo sobre o MST.

Minha relação com o MST sempre foi de autonomia, embora ouça comentários que seria um ideólogo do Movimento. Esta expressão pejorativa é uma provocação barata. Eu e o MST convergimos em alguns pontos, mas divergimos e outros, o que nos torna parceiros que trabalham com independência. Sempre tive apoio do Movimento para realizar minhas pesquisas e coordenei pesquisas pelo Movimento. Parte importante de minha vida está relacionada com o Movimento e com a Via Campesina. Tenho fortes amizades com camponeses de vários movimentos articulados à Via. Nesse caso, a relação pesquisa e amizade se coadunam. Aliás, é nos movimentos camponeses, onde isto mais acontece porque a família é parte central de sua estrutura, de modo que nos cursos há sempre mães e pais com seus filhos. Como informarei adiante tenho muitas experiências com a Via Campesina e duas que vou destacar são o curso especial de geografia e o mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe.

Junto com o Movimento dos Pequenos Agricultores, que também é vinculado à Via Campesina, participei do projeto Plano Camponês (inacabado) e da



coordenação da Coleção História Social do Campesinato, quando publicamos 9 livros pela Editora da UNESP. Desde o ano 2000, sou assessor da Comissão Pastoral da Terra – CPT nas pesquisas do DATACPT, na publicação do relatório anual Conflitos no Campo Brasil.

5 – UNESP - NERA – Coletivo de Pensamento

Cheguei na UNESP de Presidente Prudente em agosto de 1989. Lembro-me bem do momento em que estava no prédio da Geografia da USP, quando a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito me informou do concurso. Vivi uma experiência interessante neste ano, pois alguns de meus alunos eram membros da seção prudentina da AGB e meus colegas de graduação, que se tornaram meus alunos. Todavia, agora eu já estava melhor preparado, não precisava mais aprender num dia para ensinar no outro. De 1990 até 1999, fiz meu mestrado e meu doutorado na USP, viajando todas as semanas de ônibus durante os anos de disciplinas. Fui coordenador do curso de Geografia da UNESP em 1993/1994. Sempre tive total liberdade de trabalho e apoio na UNESP, da qual me orgulho de estar prestando serviços. Em 2000, me credenciei no Programa de Pós – Graduação em Geografia, onde atuei por duas gestões no Conselho e coordenei a coleção Geografia em Movimento, com títulos publicados pela Editora Expressão Popular.

Em 1998, criei o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA e o DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, que coordenei até o ano 2010. Em 2005, começamos o processo de criação da REDE DATALUTA, que atualmente conta com os seguintes grupos de pesquisa: o Laboratório de Geografia Agrária – LAGEA – da Universidade Federal de Uberlândia, o Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade – GEOLUTAS do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus de Marechal Rondon, o Núcleo de Estudos Agrários – NEAG do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; o Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal –



GECA da Universidade Federal de Mato Grosso, o Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LABERUR do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Sergipe, o Observatório dos Conflitos do Campo – OCCA da Universidade Federal do Espírito Santo, o Grupo de Estudos sobre Trabalho, Espaço e Campesinato – GETEC, da Universidade Federal da Paraíba e recentemente somando esforços a REDE DATALUTA, o Laboratório de Estudos Territoriais – LABET, do campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Em 1998, também criei a Revista NERA, que em 2013 foi classificada como B1 pela Capes (<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>). Em 2005, criamos a página do NERA (www.fct.unesp.br/nera) na internet que tem sido visitada por pesquisadores de vários países. Em 2008, criamos O boletim DATALUTA, mensal para divulgar os resultados de nossas pesquisas (www.fct.unesp.br/nera/boletim). Nestes quase seis anos de existência, o Boletim Dataluta tem sido publicado todos os meses. Realizamos colóquios bimestrais para debate sobre teoria e método. Estes trabalhos são possíveis porque temos um coletivo de pensamento consolidado, que faz pesquisa, publica e debate. A seguir apresento a relação de membros deste coletivo, por modalidade de orientação e que antecede a criação do NERA:

Orientações concluídas

Dissertações de mestrado : orientador principal -

1. Elenai Constantino Gonçalves.
2. Estevan Leopoldo de Freitas Coca.
3. Claudia Pilar Lizárraga Aranibar.
4. Carlos Alfredo Vacaflores Rivero.
5. Matuzalem Bezerra Cavalcante.
6. Anderson Antonio da Silva.
7. Priscilla Bagli.
8. Tania da Silva.
9. Karina Furini da Ponte.
10. Gleison Moreira Leal.
11. Rusvênia L. B. R. da Silva
12. Cristiane Barbosa Ramalho.

*Dissertações de mestrado : co-orientador*

1. Tiago Egídio Avanço Cubas.
2. Eliane de Jesus Teixeira Mazzini.

Teses de doutorado : orientador principal

1. Francilane Eulália de Souza.
2. Janaina Francisca de Souza Campos.
3. Munir Jorge Felicio.
4. Nelson Rodrigo Pedon.
5. Eduardo Paulon Girardi.
6. Eraldo da Silva Ramos Filho.
7. Noemia Ramos Vieira.
8. Izabel Castanha Gil.
9. Silvio Simione da Silva.
10. João Edmilson Fabrini.

Teses de doutorado : co-orientador

1. Bruno López Aretio-Aurtena.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Danilo Valentin Pereira.
2. Rubens dos Santos Romão de Souza.
3. Gilberto Martini.
4. José Valdir Misnerovicz.
5. José Carlos de Almeida.
6. Gutemberg Gomes de Oliveira.
7. Lourival Placido de Paula.
8. Ronimarcia Martins Lima.
9. Valmir Ulisses Sebastião.
10. Rosana Akemi Pafunda.
11. Rafael de Oliveira Coelho dos Santos.
12. Herivelto Fernandas Rocha.
13. Matuzalem Bezerra Cavalcante.
14. Magali Suchet.
15. Rodrigo da Silva Botassim.
16. Solange Lima.
17. Sergio Gonçalves.
18. Gilberto Vieira dos Santos.
19. Cristiane Barbosa Ramalho.
20. Rosemeire Aparecida de Almeida.
21. Lindomar Teixeira Luiz. Espaço e consciência:
22. Márcia Yukari Mizusaki.

*Iniciação científica*

1. Rubens dos Santos Romão de Souza.
2. Rodrigo de Souza Savoini.
3. Lorena Izá Pereira.
4. Felipe dos Santos de Melo.
5. Thais Fernandes de Almeida.
6. Lara Cardoso Salperio.
7. Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva.
8. Ronaldo Desidério Castange.
9. Nalligia Tavares do Oliveira.
10. Camila Ferracini.
11. Rafael de Oliveira Coelho dos Santos.
12. Elenira de Jesus Souza.
13. Jose Sobreiro Filho.
14. Elizabeth Alice Clements.
15. Israel Felipe Castro Reis.
16. Tomás Sombini Druzian.
17. Leandro Nieves Ribeiro.
18. Nívea Massarettto.
19. Anna Luisa de Araujo.
20. Estevan Leopoldo de Freitas Coca.
21. Herivelto Fernandes Rocha.
22. Tiago Egídio Avanço Cubas.
23. Elienai Constantino Gonçalves.
24. Marília Costa.
24. Inauá Marina Daltro Rosa.
26. Dablys Tadeu Comini Boaventura.
27. Fernanda Betuqui Marzola.
28. Alessandra Silva de Souza.
29. Cecília Regina Soares da Silva.
30. Marisa de Carvalho Ferreira.
31. Raphael Vieira Medeiros de Souza.
32. Janaina Francisca de Souza Campos.
33. Pedro Henrique M. D. Hackbart.
34. Munir Jorge Felício.
35. Daiana Marques Costa.
36. Ízide Nunes Ferreira.
39. Marcel Nunes Ribeiro
40. Bianchi Agostini Gobbo.
41. José Lázaro Alonso Júnior
42. Rodrigo Cesar Criado.
43. Gustavo Cuter Medina Castilho.
44. Anderson Antonio da Silva.
45. Matuzalem Bezerra Cavalcante.



46. Fransérgio Noronha de Oliveira.
47. Jovelino da Silva Junior.
48. Marli Batista Lenardon.
49. Daniela Elias Zucherato.
50. Marcelo Queiroz da Silva.
51. Juliana Araújo da Silva.
52. Vivian Patrícia Junqueira.
53. Diana Cruz Fagundes.
54. Solange Lima.
55. Evandro Pedro.
56. Priscilla Bagli.
57. Eugênio Augusto de Almeida Grillo
58. Regiane de Souza Lima.
59. Flaviane de Carvalho Canavesi.
60. Gleison Moreira Leal.
61. Cristiane Ramalho Barbosa.
62. Fernando Silva de Ávila
63. Gilberto Vieira dos Santos.
64. Alexandre Domingos Ribas
65. Mirtes Gomes Oliveira.
66. Lúcia Elena Rodrigues da Silva.
67. Carlos Alberto Feliciano.
68. Andreia Raimunda G. Duarte.
69. Tania Bovolato.
70. Adriana Menon.
71. Marilda da Silva Evangelista.
72. Carlos Augusto Machado.
73. Eliane Cavalcante.
74. Antonio Claudio Moreira Costa.

Supervisão de pós-doutorado

1. Maria Isabel Antunes Rocha.
2. Ciro de Oliveira Bezerra.
3. Mirian Claudia Lourenço Simonetti.
4. Antonio Munarin

Orientações em andamento

Dissertações de mestrado : orientador principal

1. Elizabeth Alice Clements.
2. Danilo Valentim Pereira.
3. Rafael de Oliveira Coelho dos Santos.
4. Camila Ferracini Origuéia.
5. Maria José da Costa.



6. Herivelto Fernandes Rocha.
7. José Sobreiro Filho.

Teses de doutorado : orientador principal

1. Estevan Leopoldo de Freitas Coca.
2. Hellen Charlot Cristancho Garrido
3. Djoni Ross.
4. Rodrigo Simão Camacho.
5. Regina Kretschmer.

Teses de doutorado : co-orientador

1. Márcio Freitas Eduardo.
2. Rangel Silvando da Silva do Nascimento.

Iniciação científica

1. Lara Cardoso Dalperio. DATAUTA:
2. Lorena Iza Pereira.
3. Ananda Reus Faustino de Souza.
4. Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva.

Em 2008, criamos o Centro de Memória do Pontal do Paranapanema, que atualmente é coordenado pelos professores Ricardo Pires (atual vice coordenador do NERA) e Carlos Alberto Feliciano, que também coordenou o NERA nos anos 2010 e 2011. Atualmente, o NERA é coordenado pelo professor Eduardo Girardi. Também tive o prazer de ter como professores colaboradores, o professor Cliff Welch, Carlos Alberto Feliciano e Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, que foram fundamentais para que eu pudesse atuar em todas as atividades aqui relatadas.

Um projeto não teve continuidade no NERA, mas que continua em nossa pauta de pesquisa é o Relatório de Impactos SocioTerritoriais – RIST, cujo principal articulador foi o professor Anderson Antonio da Silva. Outro projeto que não teve continuidade é o geografia em canção, por causa da expansão de minhas pesquisas. Na década de 1990, trabalhando com nos níveis fundamental e médio coordenei várias pesquisas e organizamos vários trabalhos unindo arte, ciência e tecnologia, com música, imagem e geografia. Cheguei a publicar dois artigos: um na



revista do Departamento de Geografia da USP e outro no Boletim Prudentino de Geografia.

Como afirmei anteriormente, sempre gostei de temas amplos e de interfaces que possibilitassem o diálogo entre conhecimentos e estilos de pensamentos. Os projetos de pesquisas que coordenei e coordeno no NERA têm essas características. Por essa postura, tenho trabalho com estudos locais e internacionais. Já durante o mestrado participei de vários eventos internacionais. A seguir apresento a relação dos projetos de pesquisa executados e em desenvolvimento na UNESP e respectivas agências financeiras:

- 1 – DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – Fapesp; CNPq; Proex/UNESP
- 2 - Desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema – FAPESP; CNPQ; CAPES; CLACSO
- 3 - Movimentos camponeses: espacialização, territorialização e mundialização: Canadá, Estados Unidos, México e Guatemala – CNPq – CLACSO
- 4 – Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária I - INCRA
- 5 – Movimentos camponeses: espacialização, territorialização e mundialização: Espanha e Portugal - CNPQ
- 6 - Atlas dos Movimentos Socioterritoriais na América Latina – Instituto Goethe - Argentina
- 7 - Territórios paradigmáticos da geografia agrária brasileira – FAPESP - CNPq
- 8 - Desenvolvimento rural na América Latina – CLACSO - CAPES
- 9 - RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais – CNPQ – Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio – SP.
- 10 – Campesinato e agronegócio na América Latina – CLACSO
- 11 - Soberania Alimentar e agroenergia – CLACSO
- 12 – Atualidade da Reforma Agrária na América Latina e Caribe – CLACSO – FAO
- 13 – Multifuncionalidade, pluriatividade, campesinato rural: a experiência europeia e a potencialidade brasileira – CAPES
- 14 - Estudo comparativo do desenvolvimento do campo Brasil - Cuba - CAPES



- 15 - A formação da Via Campesina nos Estados Unidos: um estudo do The National Land Farm Coalition – NFFC
- 16 - Novos elementos da questão agrária: “soberania alimentar, agrocombustíveis, luta pela terra, reforma agrária e venda de terras para estrangeiros” – CAPES – CLACSO
- 17 - Estrangeirização do espaço agrário brasileiro: estudo dos processos de venda de terras para estrangeiros – CAPES
- 18 - Questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil e Uruguai – CAPES
- 19 - Desenvolvimento Territorial Rural na Argentina e no Brasil – CAPES
- 20 - Estado, Capital e Campesinato no Desenvolvimento das Políticas de Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Brasil e em Cuba. Semelhanças e Diferenças – CAPES
- 21 - Food Security and Food Sovereignty: Connecting sustainable agriculture with the human right to food through school food programs in Canada and Brazil – IDRC – CANADÁ
- 22 - Presença brasileira em Moçambique: estudo dos processos de uso de terras moçambicanas por brasileiros - CNPQ
- 23 -- Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária II – INCRA - IPEA

Destes projetos e seus desdobramentos como bolsas, pós – doutorado, missões de estudos e trabalho - estágio de doutorado – estágios acadêmicos, participação em eventos, publicações etc., vários colegas também foram beneficiados:

- 1 - João Osvaldo Rodrigues Nunes – pós – doutorado na Universidad de Alicante
- 2 - Antonio Thomaz Júnior – missão de campo – Espanha e evento no Brasil
- 3 - Francilane Eulália de Souza – estágio de doutorado - Espanha
- 4 - Sonia Maria Ribeiro de Souza – estágio de doutorado - Espanha
- 5 - Eraldo Silva Ramos Filho – estágio de doutorado - Cuba
- 6 - João Cleps – pós – doutorado – Universidad de La Habana - Cuba
- 7 - João Fabrini – pós – doutorado – Universidad de La Habana - Cuba



- 8 - Eduardo Girardi – participação em eventos e missão de trabalho - Canadá e Estados Unidos - Argentina
- 9 - Carlos Alberto Feliciano – participação em eventos e missão de trabalho - Estados Unidos, Argentina e Uruguai
- 10 - Anderson Antonio da Silva – participação em eventos – Canadá
- 11 - Janaina Francisca de Souza – estágio acadêmico e missão de trabalho – Canadá e Argentina
- 12 – Nívea Massareto – estágio acadêmico – Portugal

Estamos com dois livros em organização: o primeiro é um estudo comparativo do desenvolvimento da agricultura no Brasil e em Cuba e o segundo é sobre a questão agrária na Espanha e Brasil.

Entre 2003 e 2013, ministrei aulas como professor visitante ou atuei como professor colaborador nas seguintes universidades:

- 1 - Universidad Andina Simón Bolívar - Ecuador – UASB – 2007
- 2 - Universidade de São Paulo – USP – LESTE – 2011 e 2013
- 3 - Universidad Academia de Humanismo Cristiano – UAHC – Chile – 2008 a 2013
- 4 - Universidad de Caldas – UCALDAS – Colômbia – 2009
- 5 - Universidad Nacional de Córdoba - Argentina – UNC – 2008 – 2011
- 6 - Universidade de la República - Uruguai – UDELAR – 2012
- 7 - University of British Columbia – UBC – Canadá - professor colaborador
- 8 - Universidad de La Habana – UH – Cuba – professor colaborador
- 9 - University of South Florida – USF – Estados Unidos - professor colaborador

Desde de 2002, sou bolsista produtividade em pesquisa no CNPq, atualmente, pesquisador 1C.



6 – CLACSO e a experiência latino-americana

Em 2004, recebi um convite de Atílio Borón, então diretor executivo do Conselho Latino – americano de Ciência Sociais – CLACSO para coordenar um grupo de trabalho de Desenvolvimento Rural. Este é um bom exemplo do debate paradigmático, pois a Clacso tem uma história de manter uma postura crítica ao capitalismo, portanto próxima ao paradigma da questão agrária, enquanto a coordenação do grupo de trabalho estava se aproximando do paradigma do capitalismo agrário, ou seja fazendo uma leitura do desenvolvimento rural a partir do estilo de pensamento do agronegócio. Na primeira gestão, reunimos pesquisadores da Argentina, Chile, Paraguai, Bolívia, Equador, Colômbia, Cuba e México e estudamos a conflitualidade entre campesinato e agronegócio nos respectivos países, que resultou no livro “Campesinato e Agronegócio na América Latina e Caribe: a questão agrária atual. Na segunda gestão, definimos como tema a soberania alimentar e agroenergia. Também nesta gestão realizamos um evento sobre a atualidade da reforma agrária na América Latina. Estas duas gestões duraram seis anos e realizamos reuniões de trabalho com visita a campo, em Presidente Prudente, Antígua – Guatemala; Tarija – Bolívia; Assunção – Paraguai e Xochimilco – México. Estamos organizando dois livros sobre os temas das reuniões para concluir nosso compromisso.

Na gestão de Emir Sader tivemos amplo apoio para intercâmbio de professores entre os nossos programas de pós-graduação. E na gestão de Pablo Gentilli, organizamos a Rede de Programas de Pós – Graduação em Desenvolvimento Rural, Territorial e Estudos Agrários na América Latina e Caribe, com a participação de programas de pós – graduação do Brasil, Argentina, Bolívia, Equador, Colômbia, Guatemala e México e oferecemos o Seminário Crítico de Estudos Rurais, uma disciplina oferecida por teleconferência para todos os alunos dos programas da Rede, que estou coordenando junto com o professor Luis Hocsman da Universidade Nacional de Córdoba.



7 – POS-DOUTORADO

Na primeira metade da década passada conheci o professor Wilder Robles da Universidade de Manitoba, Canadá. que me procurou para conhecer o DATALUTA e outras pesquisas do NERA, de modo a contribuir com seu doutorado sobre o MST. Ele era orientando do professor Jorge Neff do Institute for the Study of Latin America and the Caribbean – ISLAC da University of South Florida - USF. Comentei sobre meu interesse de fazer o pós – dourorado na Flórida para um estudo comparativo da produção de laranja com São Paulo. Estes dois estados são os maiores produtores de laraja do mundo. Em 2008, consegui um afastamento de três meses para realizar a pesquisa na Flórida e contribuir com orientação de alunos no programa do pós-graduação do curso de Ciências Sociais da USF.

Nos três meses que permaneci em Tampa, realizei três trabalhos e campo de uma semana cada, orientei dois alunos que estudavam o Brasil ou faziam estudos comparativos com outros países da América Latina, realizei duas conferências; uma no ISLAC e outra no curso de geografia da USF, onde conheci a professora Patryusha Basu, que nos visitou em 2011, no programa de Pós – Graduação em Geografia, em Presidente Prudente. Em 2013 estivemos juntos no Encontro Anual da Associação dos Geógrafos Americanos – AAG e estamos organizado uma mesa sobre a questão agrária na América Latina, África e Ásia para o encontro da AAG de 2014. Também elaboramos um acordo de cooperação entre a UNESP e a USF.

Os três meses que fiquei em Tampa, não foram suficientes para concluir minhas pesquisas e tive que retornar em 2009, por duas semanas para concluir a pesquisa de campo e documental na Flórida. Ainda neste ano terminei o trabalho de campo no Brasil. Esta foi uma experiência curiosa, pois escrevi um artigo sobre esta pesquisa junto com o professor Cliff Welch, todavia, por causa de nossas inúmeras viagens, acabamos por nos reunir mais no exterior que no Brasil. Em Tampa, orientei um aluna brasileira, Daniela Issa, que se propôs a traduzir o livro Brava Gente para o inglês. Ela era orientada do prof. Harry Vanden, que junto com Cliff Welch propuseram-se a revisar a tradução. Este trabalho está concluído e



estamos publicando o livro na coleção Agrarian Change and Peasant Studies em inglês, espanhol e chinês.

8 – PRONERA – CEGEO

Em meados da década de 1990 fiz parte articulação Nacional de Educação do Campo, organizada pelo MST, CNBB, UNICEF, UNESCO, UNESP e UnB. Em 1997, fiz parte da comissão organizadora do Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária. Deste evento nasceu a proposta de criar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, o que ocorreu em 1998. Deste então, sou membro do Comissão Pedagógica Nacional DO PRONERA. Iniciamos os primeiros projetos promovendo cursos de alfabetização de jovens e adultos e de formação de professores. Este Programa conseguiu reunir universidades federais e estaduais para a realização de cursos em todo o País.

Nos anos seguintes, promovemos novos projetos para Ensino Médio e Superior. Em 2005, começamos com a elaboração de um projeto de criação de um curso especial de Geografia – CEGEO, na UNESP para assentados, que foi implantando em 2007, com a coordenação do professor Antonio Thomaz Júnior, através de um convênio entre a UNESP e o INCRA. Esta foi a nossa primeira experiência de trabalhar com a formação de camponeses organizados em movimentos da Via Campesina.

9 – IPPRI - CATEDRA UNESCO – TerritoriAL

Ainda no início da experiência do CEGEO, o professor Marcos Macari, propôs que eu trabalhasse na criação de uma cátedra da UNESCO na UNESP, com o tema da Educação do campo. No ano de 2008, eu e o professor Cliff Welch, então professor colaborador da UNESP, campus de Presidente Prudente, visitamos duas cátedras da UNESCO: a Cátedra UNESCO de Economia Solidária da Universidade do Vale dos Sinos, em São Leopoldo – RS e a Cátedra UNESCO de Bioética da



Universidade de Brasília. Elaboramos um projeto que foi enviando à UNESCO em Paris no final de 2008. Em outubro de 2009, inauguramos a Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, situada na Praça da Sé, 108, 3º andar. Estes temas foram escolhidos porque acreditamos que a educação está diretamente vinculada ao desenvolvimento e nossa proposta é trabalhar com os territórios camponeses.

O projeto apresentado à UNESCO tinha como objetivo a criação de um mestrado latino-americano. Como tenho afirmado, sempre gostei de temas amplos. Além da pós-graduação também nos propusemos publicar livros de temas correlacionados com a pós, traduzindo-os de outras línguas e publicando livros produzidos por nós em outras línguas. Isto foi possível através das relações com o professor Henry Veltmeyer da Saint Marys University de Halifax, Canadá, que conheci durante meu pós-doutorado em Tampa, onde era professor colaborador. Henry me apresentou a Jun Borras, um pesquisador filipino que estava trabalhando na Saint Marys como professor visitante. Jun estava organizando a coleção *Agrarian Change and Peasant Studies* e precisava de um contato de língua portuguesa. Esse encontro nos proporcionou um acordo de cooperação entre nossas universidades de modo que publicamos o livro do professor Henry Bernstein com o título “Dinâmicas de Classe e Mudança Agrária” e agora estamos publicando o livro *Brava Gente*.

Em maio de 2011, foi criado o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI, ao qual a Cátedra foi vinculada. Desde 2010, estávamos trabalhando na criação do Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe. Enviamos o projeto para a Pró – Reitoria de Pós – Graduação, todavia, como a Cátedra ainda não estava vinculada ao IPPRI, que estava em criação, decidimos começar uma turma de mestrandos no Programa de Pós-Graduação em Geografia no campus de Presidente Prudente. Em fevereiro de 2013, tivemos o Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe aprovado pela Capes, e o denominamos de TerritoriAL.

Criamos uma página para a Cátedra e um boletim trimestral (ver www.unesp.br/educampo) Em 2013, criamos o Pod Territorial, um podcast com entrevistas de três minutos sobre os temas de nosso mestrado.



Se não falei demais, a documentação que vem a seguir revela o tamanho deste trecho de trinta anos.

“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só fazer outras maiores perguntas.”
Guimarães Rosa

Memorial*Bernardo Mançano Fernandes*

CURRICULUM VITAE

I – Dados Pessoais

I.1. - Nome: Bernardo Mançano Fernandes (**documento I.1**)

I.2 - Data de nascimento: 12/12/1958 (**documento I.1**)

I.3 - Local de nascimento: Neves Paulista – SP (**documento I.1**)

I.4 - Filiação: Irineo Mançano e Leonor Fernandes Mançano (**documento I.1**)

I.5 - Estado civil: casado (**documento I.1**)

I.6 - Nome do conjugue: Ana Lúcia de Jesus Almeida (**documento I.1**)

I.7 - Registro geral: 10.901.70 (**documento I.1**)

I.8 - CPF: 994.499.198-87 (**documento I.2**)

I.9 - CREA: 506045264 (**documento I.2**)

I.10 - Certificado de Dispensa do Serviço Militar: nº 369305, Série J (**documento I.3**)

I.11 - Passaporte: FD118235 (**documento I.4**)

II – Formação Acadêmica/Titulação

II.1 - 1º grau: Grupo Escolar “Caramuru” de Neves Paulista - SP, concluído em 1969 (**documento II.1**)

II.2 - 1º grau: Secretaria do Estado da Educação, Exame de Suplência de Educação Geral, São Paulo – SP, concluído em 1979. (**documento II.2**)

II.2.1 - Histórico escolar (**documento II.2.1**)

II.3 - 2º grau: Colégio Comercial Jasy de São Paulo – SP, concluído em 1958. (**documento II.3**)

II.3.1 - Histórico escolar (**documento II.3.1**)

II.4 - Licenciatura em Geografia: Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, concluída em 1990. (**documento II.4**)

II.4.1 - Histórico escolar (**documento II.4.1**)



II.5 - Bacharelado em Geografia: Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, concluída em 1989. (**documento II.5**)

II.5.1 - Histórico escolar (documento II.5.1**)**

II.6 - Mestre em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Data da defesa: 29/07/1994. Nota Obtida: 10,0. Título do trabalho: “Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A Formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo” Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

(**documento II.6.1 e II.6.2**)

II.6.1 - Histórico Escolar de Pós-Graduação: Mestrado, pela Universidade de São Paulo. (**documento II.6.3**)

II.7- Doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Data de defesa: 22/12/1999. Resultado da Defesa: Aprovado. Título do trabalho: “Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro. Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – 1979-1999” Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira. (**documento II.7.1 e II.7.2**)

II.7.1 - Histórico Escolar de Pós-Graduação: Mestrado, pela Universidade de São Paulo. (**documento II.7.3**)

III.a - Aulas Ministradas

III.b - Aulas Ministradas Licenciatura

III.b.1 - Disciplinas: Geografia Rural, Geografia Regional do Brasil, Metodologia em Geografia, Trabalho de Campo, Pensamento Geográfico, Espaços Rurais, Desenvolvimento Rural e Questão Agrária, Evolução do Pensamento Geográfico No Período de 1999 a 2010. Período Matutino e Noturno. Curso de Geografia. FCT/UNESP/Presidente Prudente. (**documento III.b.1**)

III.b.2 - Ministrou aula na disciplina Geografia Social e Política, no curso de Arquitetura e Urbanismo, na FCT/UNESP/Presidente Prudente em 2007. (**documento III.b.2**)

III.b.3 - Ministrou aulas na disciplina Educação e desenvolvimento, na Universidade de Veranópolis UERGS – ITERRA, no Período de 26 a 30 de janeiro de 2004. (**documento III.b.3**)

III.c - Aulas Ministradas Bacharelado

III.c.1 - Disciplinas: Desenvolvimento Rural e Questão Agrária, Pensamento Geográfico, Geografia Rural, Geografia Regional do Brasil e Trabalho de Campo No Período de 2000



a 2010. Período Matutino e Noturno. Curso de Geografia. FCT/UNESP/Presidente Prudente. (**documento III.c.1**)

III.d - Aulas Ministradas Pós-Graduação

III.d.1 - Disciplina: TE – Estudos Filosóficos e Sociológicos para uma Leitura da Realidade Atual. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2001. (**documento III.d.1**)

III.d.2 - Disciplina: Movimentos Sociais e a Luta Pela Terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2001. (**documento III.d.1**)

III.d.3 - Disciplina: Movimentos Sociais e a Luta Pela Terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2002. (**documento III.d.1**)

III.d.4 - Disciplina: Movimentos Socioterritoriais e a Luta Pela Terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2003. (**documento III.d.1**)

III.d.5 - Disciplina: TE: História das Relações Externas dos EUA na América Latina. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2003. (**documento III.d.1**)

III.d.6 - Disciplina: TE: Terra, Trabalho e Nação. História Comparativa de Campo: Estados Unidos e Brasil. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2004. (**documento III.d.1**)

III.d.7 - Disciplina: TE: Resistência e Sujeição Camponesa no Modo de Produção Capitalista. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2004. (**documento III.d.1**)

III.d.8 - Disciplina: TE: Problematizando a Solidariedade Internacional – A Influência Sociocultural dos EUA no Brasil – Movimentos Sindicais e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2004. (**documento III.d.1**)

III.d.9 - Disciplina: TE: Agrobusiness: Os Casos dos EUA e Brasil. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2005. (**documento III.d.1**)

III.d.10 - Disciplina: Movimentos Sociais e a Luta Pela Terra. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2005. (**documento III.d.1**)



III.d.11 - Disciplina: TE: A Questão Camponesa no Brasil. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2006. (**documento III.d.1**)

III.d.12 - Disciplina: TE: Mudanças e Reprodução Social no Campesinato. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2006. (**documento III.d.1**)

III.d.13 - Disciplina: Teoria dos Territórios e da Questão Agrária. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2007. (**documento III.d.1**)

III.d.14 - Disciplina: Teoria dos Territórios e da Questão Agrária. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2008. (**documento III.d.1**)

III.d.15 - Disciplina: TE: Avaliação Prospectiva dos Territórios: Aportes da Cartografia Geográfica e da Modernização. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2009. (**documento III.d.1**)

III.d.16 - Disciplina: TE: Políticas Públicas de Agrocombustíveis e Soberania Alimentar no Brasil e Cuba. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2010 (**documento III.d.1**)

III.d.17 - Disciplina: Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Ano Letivo: 2010. (**documento III.d.1**)

III.d.18 – Disciplina: Desenvolvimento Territorial Rural na América Latina e Caribe. Programa de Pós-Graduação - Estudos Latino Americanos. Universidad Andina Simón Bolívar – Ecuador. Ano letivo: 2007 (**s/documento**)

III.d.19 – Disciplinas: Disciplina Desarrollo Rural en América Latina. Pós-graduação, Desarrollo Rural en América Latina. Universidad Nacional de Córdoba – Argentina. Ano letivo: 2008 e 2010. (**s/documento**)

III.d.20 – Disciplinas: Cambios de las sociedades rurales. Pós-graduação, Cambios en las sociedades rurales. Universidad de Caldas. Ano letivo: 2009. (**s/documento**)

III.d.21 – Disciplinas: Participação Política e Ações Coletivas. Pós-graduação - Mudança Social e Participação Política. Universidade de São Paulo. Ano letivo: 2011 (**s/documento**)



III.d.22 – Disciplinas: Desarrollo Rural en America Latina. Pós-graduação - Desarrollo Territorial Rural en América Latina. Universidad Academia de Humanismo Cristiano. Anos letivos: 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. (**s/documento**)

III.d.23 – Disciplinas: Territórios e conflictividad de modelos de desarrollo. Pós-graduação, Agronomia. Universidade de la Republica do Uruguai. Ano letivo: 2012. (**s/documento**)

III.d.24 – Disciplinas: Territórios e Desenvolvimentos. Pós-graduação Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação Ambiental e Gerenciamento de Recursos Hídricos. UNESP. Ano letivo: 2013. (**documento III.d.24**)

III.e - Credenciamento

III.e.1 - Credenciado na categoria Permanente, para Docência e Orientação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Credenciamento em 18 de abril de 2000. (**documento III.e.1**)

III.e.2 - Credenciado na categoria colaborador, para Docência e Orientação Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política - USP LESTE. Credenciamento em 2010. (**documento III.e.2**)

III.f - Outras

III.f.1 - Aulas com o tema “A Territorialização e a Luta Camponesa”. Curso de Extensão em Organização de Assentamentos e da Cooperação – CEACOOP. Veranópolis, 8 e 9 de março de 2002. (**documento III.f.1**)

III. f. 2 – Financiamento de projeto de pesquisa ou extensão: CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Nacional: Projeto Intitulado Formação da Via Campesina.” (**documento III.f.2**)

III. f. 3 – Financiamento de projeto de pesquisa ou extensão: CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Nacional: Projeto Intitulado “Presença brasileira em Moçambique: estudos dos processos de uso de terras moçambicanas por brasileiros.” (**documento III.f.3**)

III. f. 4 – Financiamento de projeto de pesquisa ou extensão: CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Nacional: Projeto Intitulado “Estrangeirização do espaço agrário brasileiro: estudo dos processos de benda de terras para estrangeiros.” (**documento III.f.4**)

III. f. 5 – Financiamento de projeto de pesquisa ou extensão: CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Nacional: Projeto Intitulado “A formação da Via Campesina: a territorialização da “Coalizão Nacional de Agricultores Familiares” dos Estados Unidos”. (**documento III.f.5**)



III. f. 6 – Financiamento de projeto de pesquisa ou extensão: Comitê Técnico-científico fo MERCOSUL: Projeto Intitulado “Questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil e no Uruguai.” (**documento III.f.6**)

III. f. 7 – Coordenação de projeto de extensão universitária e núcleo de Ensino. Projeto DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Período 1998-2010. Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária e Coordenador da REDE DATALUTA. (**documento III.f.7**)

III. f. 8 – Coordenação de projeto de extensão universitária e núcleo de Ensino. CLACSO – Projeto: Desarrollo Rural. (**documento III.f.8**)

III. f. 9 – Bernardo Mançano Fernandes. Membro docente titular do Conselho do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual Paulista. Período de 2007 a 2013. (**documento III.f.9**)

III. f. 10 – Bernardo Mançano Fernandes. Subcoordenador do Curso de Geografia (bacharel e Licenciatura) da UNESP/INCRA-PRONERA. (**documento III.f.10**)

III. f. 11 – Bernardo Mançano Fernandes. Vice-Coordenador executivo do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). (**documento III.f.11**)

III. f. 12 – Bernardo Mançano Fernandes. Coordenador da Cátedra UNESCO da Unesp de Eucação do Campo e Desenvolvimento Territorial. (**documento III.f.12**)

III. f. 13 – Bernardo Mançano Fernandes. Coordenado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Cátedra vinculado ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI). (**documento III.f.13**)

III. f. 14 – Projeto temático ou similar: II Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária. (**documento III.f.14**)

III. f. 15 – Bernardo Mançano Fernandes. Bolsista Pruditividade CNPq. (**documento III.f.15**)

III. f. 16 – Auxílios Financeiros: Curso de Imersão na University of British Columbia em Vancouver – Canadá. (**documento III.f.16**)

III. f. 17 – Auxílios Financeiros: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) – Orientando Pós-Graduação. (**documento III.f.17**)

III. f. 18 – Bernardo Maçano Fernandes. Coordenador do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. (**documento III.f.18**)

III. f. 19 – Membro do Conselho do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista. (**documento III.f.19**)



III.1 - Projetos de Pesquisa

III.1.1 - DATALUTA - Banco de dados da Luta pela Terra. Período de 1998 a atual. (**documento III.1.1**)

III.1.2 - Movimentos Camponeses: espacialização, territorialização e mundialização. Período de 2000 a atual. (**s/documento**)

III.1.3 - Formação da Via Campesina – Guatemala. Período de 2002 a 2004. (**s/documento**)

III.1.4 - A formação da Via Campesina - Canadá - Espanha – Portugal. Período de 2004 a 2006. (**documento III.1.4**)

III.1.5 - Campesinato e agronegócio na América Latina. Período de 2005 a 2008. (**s/documento**)

III.1.6 - Territórios do Saber / Mapa do pensamento geográfico Período de 2005 a atual. (**s/documento**)

III.1.7 - A formação da Via Campesina: a territorialização da “Coalizão Nacional de Agricultores Familiares” dos Estados Unidos – The National Family Farm Coalition -Período de 2007 a 2010. (**documento III.1.7**)

III.1.8 - Estudo comparativo das transformações recentes nos campos brasileiros e cubanos - 1994 – 2005. Período de 2007 a 2009. (**documento III.1.8**)

III.1.9 - Multifuncionalidad rural, pluriactividad campesina y desarollo local. La experiencia europea y la potencialidad de Brasil. Período de 2008 a 2009. (**documento III.1.9**)

III.1.10 - Soberania Alimentar e agroenergia. Período de 2008 a 2009. (**s/documento**)

III.1.11 - Desenvolvimento Territorial. Período de 2009 a atual. (**s/documento**)

III.1.12 - Estudo comparativo das políticas públicas de agrocombustíveis e soberania alimentar no Brasil e Cuba. Período de 2009 a atual. (**s/documento**)

III.1.13 - Novos elementos da questão agrária: soberania alimentar, agrocombustíveis, luta pela terra, reforma agrária e venda de terras para estrangeiros. Período de 2010 a 2012. (**s/documento**)

III.1.14 - Estrangeirização do espaço agrário brasileiro: estudo dos processos de venda de terras para estrangeiros. Período de 2010 a atual. (**documento III.1.14**)



III.1.15 - Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Período de 2011 a atual. (**s/documento**)

III.1.16 - Desenvolvimento Territorial Rural na Argentina e no Brasil: um estudo comparativo sobre a participação dos movimentos socioterritoriais e o agronegócio. Período de 2011 a atual. (**s/documento**)

III.1.17 - Questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil e no Uruguai. Período de 2011 a atual. (**documento III.1.17**)

III.1.18 - Food Security and Food Sovereignty: Connecting sustainable agriculture with the human right to food through school food programs in Canada and Brazil. Período de 2012 a atual. (**s/documento**)

III.1.19 – Presença brasileira em Moçambique: estudos dos processos de uso de terras moçambicanas por brasileiros. Período 2013. (**documento III.1.19**)

III.2 – Atividades Administrativas e Político Acadêmica

III.2.1 - Docente indicado pela Comissão de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários. Universidade: FCT/UNESP/Presidente Prudente. Presidente Prudente: 22 de maio de 1990. (**documento III.2.1**)

III.2.2 - Membro da Comissão para Elaboração de Ante-projeto Curricular para o Curso de Graduação em Geografia. Universidade: FCT/UNESP/Presidente Prudente. Presidente Prudente: 10 de julho de 1990. (**documento III.2.2**)

III.2.3 - Membro da Comissão de Eventos e Difusão Cultural. Universidade: FCT/UNESP/Presidente Prudente. Presidente Prudente: 24 de setembro de 1990. (**documento III.2.3**)

III.2.4 - Coordenador do Movimento Cultural e representante junto a Comissão de Atividades Culturais – CAC. Universidade: FCT/UNESP/Presidente Prudente. Presidente Prudente: 24 de setembro de 1990. (**documento III.2.4**)

III.2.5 - Coordenador da Comissão de Extensão, assessora do Conselho e da Chefia do Departamento de Geografia Humana e Regional. Universidade: FCT/UNESP/Presidente Prudente. Presidente Prudente: 09 de maio de 1994. (**documento III.2.5**)

III.2.6 - Representante Docente (Suplente). Universidade: FCT/UNESP/Presidente Prudente. Presidente Prudente: 01 de setembro de 1999. (**documento III.2.6**)

III.2.7 - Comissão Permanente de Pesquisa (Titular). Universidade: FCT/UNESP/Presidente Prudente. Presidente Prudente: 23 de novembro de 1999. (**documento III.2.7**)



III.2.8 - Docente e orientador junto ao programa de pós-graduação. Universidade: FCT/UNESP/Presidente Prudente. Presidente Prudente: 20 de junho de 2000.
(documento III.2.8)

III.3 – Prêmios e Títulos

III.3.1 - Prêmio “Alceu Amoroso Lima” pelo trabalho “Reforma Agrária (Antes que seja tarde...)”, São Paulo, setembro de 1986. **(documento III.3.1)**

III.3.2 - Agraciado com a cópia do prêmio Nobel Alternativo "The Right Livelihood Award", concedido ao MST em 1991, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Ano 1992. **(s/documento)**

III.3.3 - Menção honrosa: “Amazônia Oriental: Expropriação e Resistência”. São Paulo: 17 de fevereiro de 1992. (Video) **(documento III.3.3)**

III.3.4 - “A Geografia dos Assentamentos Rurais no Brasil”. São Paulo: 14 de fevereiro de 1996. **(documento III.3.4)**

III.3.5 - “Espacialização e Territorialização da Luta pela Terra: A formação MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Estado de São Paulo”. São Paulo: 26 de fevereiro de 1996. **(documento III.3.5)**

III.3.6 - Menção Honrosa: “Colóquios do Programa de Pós-graduação em Geografia, nível Mestrado e Doutorado”. Presidente Prudente, 11 de novembro de 1998. **(documento III.3.6)**

III.3.7 - Menção Honrosa: “Colóquios do Programa de Pós-graduação em Geografia, nível Mestrado e Doutorado”. Presidente Prudente, 17 de março de 1999. **(documento III.3.7)**

III.3.8 - Homenagem pelo lançamento do livro “Brava Gente”, Câmara Municipal de São Paulo. São Paulo: 18 de outubro de 1999. **(documento III.3.8)**

III.3.9 - Menção honrosa no XIII Congresso de Iniciação Científica: “A participação e o desempenho socioeconômico dos trabalhadores de origem urbana nos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema”, 21 a 26 de outubro de 2001. **(documento III.3.9)**

III.3.10 - Melhor trabalho de extensão de política - 2007, Pró-Reitoria de Extensão universitária - PROEX UNESP. Ano 2007. **(s/documento)**

III.4- Membro de Corpo Editorial Nacional

III.4.1 - Diretoria da AGB, Seção Local de Presidente Prudente. Caderno Prudentino de Geografia, junho de 1991. **(documento III.4.1)**

III.4.2 - Coordenador de publicação. Terra Livre. Sem data. **(documento III.4.2)**



III.4.3 - Conselho editorial. ABRA – Revista Reforma Agrária. Sem data. **(documento III.4.3)**

III.4.4 - Comissão editorial. Revista Campo – Território: Revista de Geografia Agrária. Sem data. **(documento III.4.4)**

III.4.5 - Conselho editorial. Geografia em Atos. Sem data. **(documento III.4.5)**

III.4.6 - Conselho deliberativo. ABRA – Revista Reforma Agrária. Volume 32 – nº 1 – Ano/Dez 2005. **(documento III.4.6)**

III.4.7 - Editor responsável Terra Livre gestão 2003-2006. Goiânia, 29 de março de 2005. **(documento III.4.7)**

III.4.8 - Uáquiri (UFAC) (1806-0218). Ano 2003. **(s/documento)**

III.4.9 - Revista NERA (UNESP) (1806-6755) - Período de 1998 a atual. **(s/documento)**

III.4.10 - Geografia em Atos (UNESP) - Período de 2000 a atual. **(s/documento)**

III.4.11 - Reforma agrária (0102-1184). Período de 2000 a atual. **(s/documento)**

III.4.12 - Revista Terra Livre. Período de 2002 a atual. **(s/documento)**

III.4.13 - Formação (Presidente Prudente). Período de 2002 a atual. **(s/documento)**

III.4.14 - Lutas Sociais (PUCSP). Período de 2003 a atual. **(s/documento)**

III.4.15 - Campo – Território. Período de 2005 a atual. **(s/documento)**

III.4.16 - Geografia em Movimento. Período de 2006 a atual. **(s/documento)**

III.4. 1 - Membro de Corpo Editorial Internacional

III.4.1.1 - Latin American Perspectives (0094-582X). Período de 2004 – 2008. **(s/documento)**

III.4.1.2 - Progress in human geography (0309-1325). Período de 2004 – 2009. **(documento III.4.1.2)**

III.4.1.3 - Journal of Peasant Studies. Período de 2008 a atual. **(documento III.4.1.3)**

III.5 - Produção Bibliográfica

III.5.1 - Artigos completos publicados em periódicos nacionais



III.5.1.1 - FERNANDES, B. M. "O todo e a parte e a parte e o todo: a interação espaço-sujeito." Revista de Geografia, São Paulo: UNESP, 1991, v.10, p.31-38. (**documento III.5.1.1**)

III.5.1.2 - FERNANDES, B. M. "O conceito de natureza: refletindo as dicotomias." Revista da extensão da FISC, Santa Cruz do Sul: FISC, 1992, v.2, p.17-20. (**documento III.5.1.3**)

III.5.1.3 - FERNANDES, B. M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a territorialização da luta pela terra no Brasil. Boletim de Geografia Teórica. , v.22, p.34 - 39, 1992. (**s/documento**)

III.5.1.4 - FERNANDES, B. M. Geografia em canção. REVISTA ORIENTACAO. , v.1, p.23 - 25, 1992. (**documento III.5.1.4**)

III.5.1.5 - FERNANDES, B. M. Da terra prometida à terra definitiva. Anais do VIII Eng. , v.1, p.697 - 712, 1992. (**s/documento**)

III.5.1.6 - FERNANDES, B. M. "Amassando a massa: para uma crítica ao conceito de massas." Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente: AGB, 1994, v.16, p.152-158. (**documento III.5.1.6**)

III.5.1.7 - FERNANDES, B. M. A formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. CIDADANIA - TEXTOS. , v.1, p.27 - 37, 1994. (**s/documento**)

III.5.1.8 - FERNANDES, B. M. Na terra de Natalino. Revista Alô Mundo. , v.1, p.20 - 25, 1995. (**documento III.5.1.8**)

III.5.1.9 - FERNANDES, B. M. A questão da reforma agrária hoje. AGB informa - Encarte especial. São Paulo - SP, p.14 - 14, 1995. (**s/documento**)

III.5.1.10 - FERNANDES, B. M. "Geografia em canção: o som e a imagem no processo de construção do conhecimento." Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente: AGB, 1995, v.17, p.132-144. (**documento III.5.1.10**)

III.5.1.11 - FERNANDES, B. M.; ANTONIO, ARMANDO PEREIRA; SILVEIRA FÁTIMA ROTUNDO DA. "O uso do livro paradidático em sala de aula." Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre: AGB, 1995, v.20, p.15-17. (**documento III.5.1.11**)

III.5.1.12 - FERNANDES, B. M. "A questão da cana-de-açúcar nos assentamentos do Pontal do Paranapanema." Reforma Agrária, São Paulo: ABRA, 1995, v.25, p.193-196. (**documento III.5.1.12**)



III.5.1.13 - FERNANDES, B. M. "O ensino e a pesquisa na geografia e o papel da AGB." Revista de Geografia, Campo Grande: UFMS, 1995, v.1, p.31. (**documento III.5.1.13**) **biblioteca**

III.5.1.14 - FERNANDES, B. M. O som e a imagem no ensino de geografia. Ciência Geográfica. , v.1, p.44 - 47, 1996. (**s/documento**)

III.5.1.15 - FERNANDES, B. M. UDR\$. Linha Direta. São Paulo - SP, p.06 - 07, 1996. (**s/documento**)

III.5.1.16 - FERNANDES, B. M. Fome e Ideologia. O espaço do geógrafo. Bauru - SP, p.14 - 14, 1996. (**s/documento**)

III.5.1.17 - FERNANDES, B. M. A mini UDR. O espaço do geógrafo. Bauru - SP, p.12 - 13, 1996. (**s/documento**)

III.5.1.18 - FERNANDES, B. M. "A modernidade no campo e a luta dos sem terra." Cultura Vozes, São Paulo, 1996, v.90, p.65-78. (**documento III.5.1.18**)

III.5.1.19 - FERNANDES, B. M. "Reforma agrária e modernização do campo." Geografia, Política e Cidadania, TERRA LIVRE-AGB: São Paulo, 1996, v.11-12, p.153-175. (**documento III.5.1.19**) **biblioteca**

III.5.1.20 - FERNANDES, B. M. "A judiciarização da reforma agrária." Geousp, USP: São Paulo, 1997, v.1, p.35-39. (**documento III.5.1.20**)

III.5.1.21 - FERNANDES, B. M. Tem grilo no Pontal do Paranapanema. Atualidades. Belo Horizonte - MG, p.10 - 10, 1997. (**s/documento**)

III.5.1.22 - FERNANDES, B. M. A luta do MST na construção da democracia. Advir (ASDUERJ). , v.1, p.67 - 71, 1997. (**s/documento**)

III.5.1.23 - FERNANDES, B. M. Tem Grilo no Pontal. Reforma Agrária já. São Paulo - SP, p.03 - 03, 1997. (**s/documento**)

III.5.1.24 - FERNANDES, B. M. Nada mudou nas terras paulistas. AGB Informa. São Paulo - SP, p.05 - 05, 1997. (**s/documento**)

III.5.1.25 - FERNANDES, B. M. Em defesa de José Rainha Junior. O espaço do geógrafo. Bauru - SP, p.02 - 02, 1997. (**s/documento**)

III.5.1.26 - FERNANDES, B. M. A Espacialização da Luta pela Reforma Agrária. O espaço geográfico. Bauru - SP, p.02 - 02, 1997. (**s/documento**)

III.5.1.27 - FERNANDES, B. M. "A luta pela terra." Geo UERJ, UERJ Revista do Departamento de Geografia: Rio de Janeiro, 1998, v.1, p.121-131. (**documento III.5.1.27**)



III.5.1.28 - FERNANDES, B. M., CALDART, R., CERIOLLI, P. Por uma educação do campo. Contexto & Educação. , v.1, p.78 - 122, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.29 - FERNANDES, B. M. A questão agrária no Estado de São Paulo. Agricultura Em Debate. , v.1, p.17 - 20, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.30 - FERNANDES, B. M. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. Revista NERA (UNESP). , v.1, p.1 - 32, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.31 - FERNANDES, B. M. 17 anos depois. Prudente em dia. Presidente Prudente - SP, p.08 - 08, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.32 - FERNANDES, B. M. Sem-terrinha - criança cidadã. Prudente em dia. Presidente Prudente - SP, p.21 - 21, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.33 - FERNANDES, B. M. Sandovalina e o mundo. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.34 - FERNANDES, B. M. O que é teoria científica?. Prudente em dia. Presidente Prudente - SP, p.07 - 07, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.35 - FERNANDES, B. M. Garantia de vida acima do direito de propriedade. Espalha Fato. Presidente Prudente - SP, p.24 - 24, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.36 - FERNANDES, B. M. A questão agrária no Estado de São Paulo. AGB INFORMA. São Paulo - SP, p.11 - 11, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.37 - FERNANDES, B. M. A questão agrária na virada do século. Prudente em dia. Presidente Prudente - SP, p.07 - 07, 1998. (**s/documento**)

III.5.1.37b - FERNANDES, B. M. “Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária”. Série Estudos, número 2. 1998 (**documento III.5.1.37b digital**)

III.5.1.38 - FERNANDES, B. M. “Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária.” Boletim Paulista de Geografia, AGB: São Paulo, 1999, v.1, p.83-129. (**documento III.5.1.38**)

III.5.1.39 - FERNANDES, B. M. “Educação no meio rural: por uma escola do campo.” Revista Geopantanal, AGB: Corumbá, 1998, v.1, p.14-28. (**documento III.5.1.39**)

III.5.1.40 - FERNANDES, B. M. Por uma escola do campo. Ágora (UNISC). , v.3, p.35 - 46, 1999. (**documento III.5.1.40**)



III.5.1.41 - FERNANDES, B. M. "Brasil: 500 anos de luta pela terra." Cultura Vozes: Flores, flores para los muertos, Editora Vozes: Petrópolis, 1999, v.93, p.11. (**documento III.5.1.41**)

III.5.1.42 - FERNANDES, B. M. "Ocupações de terra e política de assentamentos rurais." Lutas Sociais, PUC-SP: São Paulo, 1999, v.1, p.125-136. (**documento III.5.1.42**)

III.5.1.43 - FERNANDES, B. M. "Que reforma agrária?" Geo UERJ, UERJ Revista do Departamento de Geografia: Rio de Janeiro, 1999, v.1, p.07-15. (**documento III.5.1.43**)

III.5.1.44 - FERNANDES, B. M. "A construção de experiências de um professor pesquisador com o MST." Geografia em Atos, FCT/UNESP: Presidente Prudente, 1999, v.1, p.111-118. (**documento III.5.1.44**) **biblioteca**

III.5.1.45 - FERNANDES, B. M. O trem e a coisa. ADUNESP informa. São Paulo - SP, p.04 - 04, 1999. (**s/documento**)

III.5.1.46 - FERNANDES, B. M. O trem e a coisa. Boletim Informativo da AGB-Seção São Paulo. São Paulo - SP, p.06 - 06, 1999. (**s/documento**)

III.5.1.47 - FERNANDES, B. M.; RAMALHO, Cristiane Barbosa. "A Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema." Geografia em Atos, FCT/UNESP: Presidente Prudente, 2000, v.1, p.53-67. (**documento III.5.1.47**)

III.5.1.48 - FERNANDES, B. M. "Movimento social como categoria geográfica." Geografia, Política e Cidadania, AGB: São Paulo, 2000, v.15, p.59-85. (**documento III.5.1.48**)

III.5.1.49 - FERNANDES, B. M. "Formação e territorialização do MST no Pará." Cultura Vozes, Editora Vozes: Petrópolis, 2000, v.94, p.03-18. (**documento III.5.1.49**)

III.5.1.50 - FERNANDES, B. M. Quem tem medo do MST?. Jornal de Opinião. Floresta - BH (MG), p.10 - 11, 2000. (**s/documento**)

III.5.1.51 - FERNANDES, B. M. Notícias da água. Conflitos no Campo Brasil. , v.99, p.x - xi, 2000. (**s/documento**)

III.5.1.52 - FERNANDES, B. M., RAMALHO, C. B., LIMA, S. Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra. Revista NERA (UNESP). , v.3, p.7 - 27, 2000. (**s/documento**)

III.5.1.53 - FERNANDES, B. M. Desenvolvimento rural, educação e valores da vida. Jornal da UNEFAB. Anchieta-ES, p.22 - 22, 2000. (**s/documento**)

III.5.1.54 - FERNANDES, B. M., RAMALHO, C. B. "Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP)". Estudos Avançados, USP: São Paulo, 2001, v.43, p.239-254. (**documento III.5.1.54**)



III.5.1.55 - FERNANDES, B. M. "Porteira fechada". Conflitos no Campo Brasil - 2000. Comissão Pastoral da Terra (CPT), ano 2001. (**documento III.5.1.55**)

III.5.1.56 - FERNANDES, B. M. O PT e a reforma agrária. Correio da Cidadania. São Paulo, 2001. (**s/documento**)

III.5.1.57 - FERNANDES, B. M. 20 anos da encruzilhada Natalino e o Exército continua espionando o MST. Fatos da Terra. , v.6, p.10 - 11, 2001. (**s/documento**)

III.5.1.58 - FERNANDES, B. M. Agenda de pesquisa do MST. Cadernos de Pesquisa do ITERRA. , v.3, p.19 - 24, 2001. (**s/documento**)

III.5.1.59 - FERNANDES, B. M. A questão agrária no liminar do século XXI. Espaço e Geografia. , v.04, p.07 - 24, 2001. (**s/documento**)

III.5.1.60 - FERNANDES, B. M. Mapas - Geografia das ocupações de terra e dos assentamentos rurais do Brasil. Estudos Avançados. , v.43, p.26 - 30, 2001. (**s/documento**)

III.5.1.61 - FERNANDES, B. M. Agricultura Familiar: o que significa?. Jornal. Anchieta - ES, p.8 - 8, 2001. (**s/documento**)

III.5.1.62 - FERNANDES, B. M. "A Ocupação da Terra é página virada na história?". Conflitos no Campo Brasil - 2001. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Goiânia (GO), p. 56 a 59, julho de 2002. (**documento III.5.1.62**)

III.5.1.63 - FERNANDES, B. M.; PONTE, K. P. "As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades." Geografia, movimentos sociais e teoria, AGB: São Paulo, 2002, v.19, p.113. (**documento III.5.1.63**)

III.5.1.64 - FERNANDES, B. M.; BAGLI, P. "Resistência Camponesa e violência ruralista no Estado do Paraná." Geografia em Atos, UNESP: Presidente Prudente, 2002, v.1, p.135-144. (**documento III.5.1.64**)

III.5.1.65 - FERNANDES, B. M. Os Sem Terra do Brasil: geografia de um movimento socioterritorial. Biblio 3w (Barcelona). , v.7, p.x - xi, 2002. (**s/documento**)

III.5.1.66 - FERNANDES, B. M.; SILVA, A. A.; GIRARDI, E. P. "Dataluta - Banco de dados da Luta pela terra: uma experiência de pesquisa e extensão no estudo da territorialização da luta pela terra." Movimentos sociais: multiplicidade teórica e metodológica, AGB: São Paulo, 2003, v.2, p.89-112. (**documento III.5.1.66 biblioteca**)

III.5.1.67 - FERNANDES, B. M.; SILVA, J. A. "Questão Agrária e Reforma Agrária: De FHC a Lula: Notas para uma reflexão urgente." Geografia em Atos, UNESP: Presidente Prudente, 2003, v.1, p.77- 89. (**documento III.5.1.67**)



III.5.1.68 - FERNANDES, B. M.; COSTA NETO, C. "Das ocupações de terra à reforma agrária: territorialização, renda capitalizada e sobretrabalho." Margem Esquerda, BOITEMPO EDITORIAL: São Paulo, 2003, v.2, p. 83. (**documento III.5.1.68**)

III.5.1.69 - FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social. Currículo sem Fronteiras. , v.3, p.11 - 27, 2003. (**s/documento**)

III.5.1.70 - FERNANDES, B. M., PONTE, K. F. As Vilas rurais no Paraná e as novas ruralidades. Terra Livre. , v.19, p.113 - 126, 2003. (**s/documento**)

III.5.1.71 - FERNANDES, B. M.; MARTIN, J. Y." Movimento socioterritorial e "globalização": algumas reflexões a partir do caso do MST." Lutas Sociais,PUC-SP: São Paulo, 2004, v.12, p.173. (**documento III.5.1.71**)

III.5.1.72 - FERNANDES, B. M. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. Agrária (São Paulo). , v.1, p.16 - 36, 2004. (**s/documento**)

III.5.1.73 - FERNANDES, B. M. "O nome novo é agrobusiness." Reportagem da oficina de informações, 2004, v.58, p.45-47.(**documento III.5.1.73**)

III.5.1.74 - FERNANDES, B. M. "Território." Brasil em números, IBGE: Rio de Janeiro, 2005, v.13, p.35-45, 2005. (**documento III.5.1.74**)

III.5.1.75 - FERNANDES, B. M. A questão agrária no Brasil hoje: subsídios para pensar a educação do campo. Cadernos Temáticos - Educação do Campo. , v.1, p.15 - 22, 2005. (**s/documento**)

III.5.1.76 - FERNANDES, B. M.; SILVA, A. A. "Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra – 2000-2004." Reforma Agrária, ABRA: São Paulo, 2005, v.32, p.85-106. (**documento III.5.1.76**)

III.5.1.77 - FERNANDES, B. M. "A criação de um banco de dados de conflitos no campo guatemalteco". Conflitos no Campo Brasil - 2004. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Goiânia (GO), p. 197-202. Abril, 2005. (**documento III.5.1.77**)

III.5.1.78 - FERNANDES, B. M. A aventura do Brasil agrário. Jornal da ASSIBGE - SN (Sindicato dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, p.12 - , 2005. (**s/documento**)

III.5.1.79 - FERNANDES, B. M. "Ocupações de terras – 2000 – 2005: Movimentos Socioterritoriais e espacialização da luta pela terra". Conflitos no Campo Brasil – 2005. Comissão Pastoral da Terra (CPT), Goiânia (GO), abril de 2006. (**documento III.5.1.79**)

III.5.1.80 - Coordenador do RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais. Presidente Prudente, 2006. (**documento III.5.1.80**)



III.5.1.81 - FERNANDES, B. M. "Territórios da questão agrária: Campesinato, reforma agrária e agronegócio. Reforma Agrária, ABRA: São Paulo, 2007 v.34, p.77-94. (**documento III.5.1.81**)

III.5.1.82 - FERNANDES, B. M. "A arte de fazer política fazendo manifestações, ocupações e acampamentos no Brasil de 2007." Conflitos no Campo, CPT: Goiânia, 2008, p. 174. (**documento III.5.1.82**)

III.5.1.83 - FERNANDES, B. M.; COCA, E. L. F. "A atualidade da questão agrária brasileira: uma discussão sobre os conceitos de reforma agrária e sobre a tipologia de assentamentos rurais." Reforma Agrária, ABRA: São Paulo, 2008, v.35, p.19-28. (**documento III.5.1.83**)

III.5.1.84 - FERNANDES, B. M.; GIRARDI, E. P. "Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: A reforma agrária conservadora." Agrária: São Paulo, 2008, p.73-98. (**documento III.5.1.84**)

III.5.1.85 - FERNANDES, B. M.; CAVALCANTE, M. "Territorialização do agronegócio e concentração fundiária." Revista Nera: Presidente Prudente, 2008, p.16-25. (**documento III.5.1.85**)

III.5.1.86 - FERNANDES, B. M. Uma leitura da leitura de José de Souza Martins. Boletim Dataluta. , p.2 - 4, 2008. (**s/documento**)

III.5.1.87 - COCA, E. L. F; FERNANDES, B. M. "Uma discussão sobre o conceito de reforma agrária: teoria, instituições e políticas de governo." História e Luta de Classes, Marechal Cândido Rondon, 2009, v.8, p.43-49. (**documento III.5.1.87**)

III.5.1.88 - FERNANDES, B. M. Tentativas de enquadramento do MST e as perspectivas da reforma agrária. Boletim Dataluta. , p.2 - 4, 2009. (**s/documento**)

III.5.1.89 - CLEPS JUNIOR, J., FERNANDES, B. M., RODRIGUES, L., CARVALHO, R. E., CARVALHO, L., GONZAGA, H. T. A integração dos dados da luta pela terra como subsídio ao estudo sobre o desenvolvimento socioterritorial: Pesquisa Dataluta. Revista Desenvolvimento Social. , v.3, p.3 - 23, 2009. (**s/documento**)

III.5.1.90 - FERNANDES, B. M. La disputa territorial: campesinado y agronegocio. La Jornada del Campo. Cidade do México, p.20 - 20, 2009. (**s/ documento**)

III.5.1.91 - FERNANDES, B. M. Geopolítica da questão agrária mundial. Boletim Dataluta. Presidente Prudente, p.2 - 4, 2009. (**s/documento**)

III.5.1.92 - FERNANDES, B. M. Reconceitualizando a reforma agrária. Boletim Dataluta. , p.2 - 5, 2010. (**s/documento**)



III.5.1.93 - FERNANDES, B. M. Estrangeirização de Terras na Nova Conjuntura da Questão Agrária. Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia. p. 76. abril de 2011. (**documento III.5.1.93**)

III.5.1.94 - FERNANDES, B. M, Welch, C. A., Gonçalves, E. C. Políticas de Agrocombustíveis no Brasil: Paradigmas e Disputa Territorial. Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRJ) - Espaço Aberto. Rio de Janeiro, p.21 – 45, janeiro a junho de 2011. (**documento III.5.1.94**)

III.5.1.95 - FERNANDES, B. M. Campesinos y Procesos Rurales: Diversidad, Disputas y alternativas. Boletim DATALUTA. Presidente Prudente, agosto de 2011. (**documento III.5.1.95**)

III.5.1.96 - FERNANDES, B. M. O Conceito de Paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da geografia agrária. Campo – Território: Revista de Geografia Agrária. v.6, n. 11, p. 21-52, fevereiro de 2011. (**documento III.5.1.96**) I

III.5.1.1 – Artigos completos publicados em periódicos internacionais

III.5.1.1.1 - FERNANDES, B. M. Theoretical methodological questions of Brazil agrarian geography. THE EUROPEAN GEOGRAPHER REVIEW. , v.9, p.33 - 43, 1995. (**documento III.5.1.1.1**)

III.5.1.1.2 - FERNANDES, B. M. La lucha de los sin-tierra en Brazil. Revista Reflexion Y Liberacion. , v.X, p.43 - 47, 1998. (**documento III.5.1.1.2**)

III.5.1.1.3 - FERNANDES, B. M. Brésil: quelle réforme agraire?. Diffusion de L'information Sur L'amérique Latine. , v.1, p.01 - 05, 1999. (**s/documento**)

III.5.1.1.4 - FERNANDES, B. M. "Brésil: quelle réforme agraire?" Les Cahiers D'Outre – Mer: Regards Sur L'Amerique Latine, França, 1999, v.1, p.01-05. (**documento III.5.1.1.4**)

III.5.1.1.5 - FERNANDES, B. M. "O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil." Observatorio Social de América Latina, CLACSO: Argentina, 2000, v.2, p.29-32. (**documento III.5.1.1.5**)

III.5.1.1.6 - FERNANDES, B. M. O Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin tierra. Exodus. Madri, p.47 - 50, 2000. (**s/documento**)

III.5.1.1.7 - FERNANDES, B. M. "O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil." Alquibla, revista de investigación del Bajo Segura, Centro de Investigación de Bajo Segura: Alicante, 2002, v.8, p.685-696. (**documento III.5.1.1.7**)

III.5.1.1.8 - FERNANDES, B. M. La cuestión agraria brasileña a comienzos del siglo XXI. Scripta Nova (Barcelona). , v.6, p.x - xi, 2002. . (**documento III.5.1.1.8**)



III.5.1.1.9 - FERNANDES, B. M. Atentado contra a reforma agrária. America Latina en Movimiento. , v.25, p.32 - 34, 2002. (**s/documento**)

III.5.1.1.10 - FERNANDES, B. M. The massacre of human dignity. America Latina en Movimiento. , v.26, 2003. (**s/documento**)

III.5.1.1.11 - FERNANDES, B. M. Occupation as a form of access to land - II. www.landless-voices.org. , v.x, p.x - xx, 2003. (**s/documento**)

III.5.1.1.12 - FERNANDES, B. M., MENEGUETTE, A., FAGUNDES, D. C., LEAL, G. M. Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre: occupations de terre et assentamentos rurais das le Pontal do Paranapanema - São Paulo. Cahiers du Brésil Contemporain. , v.51/52, p.71 - 94, 2003. (**s/documento**)

III.5.1.1.13 - FERNANDES, B. M. MST Glossary. www.landless-voices.org. , v.x, p.x - xx, 2003. (**s/documento**)

III.5.1.1.14 - FERNANDES, B. M. MST Publications. www.landless-voices.org. , 2003. (**s/documento**)

III.5.1.1.15 - FERNANDES, B. M. "O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula." Observatorio Social de América Latina, CLACSO: Argentina, 2003, v.11, p.31- 40. (**documento III.5.1.1.15**)

III.5.1.1.16 - FERNANDES, B.M. "Os desafios da geografia agrária para explicar as políticas de reforma agrária nos governos Cardoso e Lula." Alasru, Análisis latinoamericano del medio rural, NUEVA ÉPOCA: México, 2005, v.2, p.85-102. (**documento III.5.1.1.16**)

III.5.1.1.17 - FERNANDES, B. M. "La cración de uma base de datos de conflictos del campo guatemalteco". Hacia donde vamos?, Guatemala, p.21-24, maio de 2005. (**documento III.5.1.1.17**)

III.5.1.1.18 - FERNANDES, B. M. "Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais." Observatorio Social de América Latina, CLACSO: Argentina, 2005, v.16, p.273-284. (**documento III.5.1.1.18**)

III.5.1.1.19 - FERNANDES, B. M. "O MST e a luta pela terra: 1979-2005." Alasru, Análisis latinoamericano del medio rural, NUEVA ÉPOCA: México, 2006, v.4, p.281-310. (**documento III.5.1.1.19**)

III.5.1.1.20 - FERNANDES, B. M. Todavía no existe una alternativa al PT de Lula. Libre Pensamiento. , v.52, p.74 - 61, 2006. (**s/documento**)



III.5.1.1.21 - FERNANDES, B. M. Los desafios de la geografía agraria para explicar las políticas de reforma agraria en los gobiernos Cardoso e Lula. Análisis latinoamericano del medio rural. , v.2, p.85 - 102, 2006. (**s/documento**)

III.5.1.1.22 - GIRARDI, E. P., FERNANDES, B. M. Territoires de la question agraire brésilienne: agribusiness, paysannat et amazonie. M@ppemonde (Online). , v.82, p.1 - 10, 2006. (**s/documento**)

III.5.1.1.23 - FERNANDES, B. M. Para una lectura geográfica de los Movimientos sociales. Noticias del Programa Social Agrario. , p.6 - 7, 2006. (**s/documento**)

III.5.1.1.24 - FERNANDES, B. M. "El dilema de la reforma agraria en el Brasil". Hacia donde vamos?, Guatemala, p.59-61, abril de 2007. (**documento III.5.1.1.24**)

III.5.1.1.25 - FERNANDES, B. M.; WELCH, C. "Brazil's Experience with Agrarian Reform, 1995-2006: Challenges for Agrarian Geography." Human Geography, Massachusetts, 2008, v.1, p.59-69. (**documento III.5.1.1.25**)

III.5.1.1.26 - FERNANDES, B. M. "O MST e as reformas agrárias do Brasil." Observatorio Social de América Latina, CLACSO: Argentina, 2008, v.24, p.73-85.
(documento III.5.1.1.26)

III.5.1.1.27 - FERNANDES, B. M. Los dos campos de la cuestión agraria: campesinado e agrogenocidio. Revista Acción. , p.36 - 39, 2008. (**s/documento**)

III.5.1.1.28 - FERNANDES, B. M.; WELCH, C. "Peasant Movements in Latin America: Looking Back, Moving Ahead." Latin American Perspectives, SAGE: Issue, 2009, v.36, p.3-8. (**documento III.5.1.1.28**)

III.5.1.1.29 - FERNANDES, B. M. "The MST and Agrarian Reform in Brazil." Socialism and Democracy, ROUTLEDGE: Estados Unidos, 2009, v.23, p.90-99. (**documento III.5.1.1.29**)

III.5.1.1.30 - FERNANDES, B. M.; WELCH, C.; GONCALVES, E. C. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes." The Journal of Peasant Studies, ROUTLEDGE: Estados Unidos, 2010, v.37, p.793-819. (**documento III.5.1.1.30**)

III.5.2 - Livros publicados

III.5.2.1 - FERNANDES, B. M.; PORTELA, F.; Reforma agrária. São Paulo: Editora Ática, 1990. (**documento III.5.2.1**)

III.5.2.2 - FERNANDES, B. M.; MST: formação e territorialização. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. ISBN: 85-271-0382-6. (**documento III.5.2.2**)



III.5.2.3 - FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P.; Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, 1ed.
(documento III.5.2.3)

III.5.2.4 - FERNANDES, B. M.; A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. ISBN: 85.326.2345-X. **(documento III.5.2.4)**

III.5.2.5 - FERNANDES, B. M., Brava Gente: La trayectoria del MST y de la lucha por la tierra en el Brasil. Argentina. Editorial Perseu Abramo, 2000. **(documento III.5.2.5)**

III.5.2.6 - FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P.; Brava gente: La trayectoria del MST y de la lucha por la tierra en el Brasil. México : Ediciones Barroso, 2001. ISBN: 99-78-41-728-1 **(documento III.5.2.6)**

III.5.2.7 - FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P.; Brava gente: la lunga marcia del Movimento Senza Terra del Brasile dal 1984 al 2000. Pistoia : Rete Radié Resch, 2001. **(documento III.5.2.7)**

III.5.2.8 - FERNANDES, B. M., STEDILE, J. P. Q: La trayectoria del MST y la lucha por la tierra en Brasil. México: Ediciones Barroso, 2000. **(s/documento)**

III.5.2.9 - FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P.; Brava gente: La lucha de los Sin Tierra en Brasil. La Habana: Editorial Caminos, 2001. ISBN: 959-7070-33-2. **(documento III.5.2.9)**

III.5.2.10 - FERNANDES, B. M.; Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez Editora, 2001. ISBN: 85-249-0829-7. **(documento III.5.2.10)**

III.5.2.11 - FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P.; Brava gente: El MST y la lucha por la tierra en el Brasil. Barcelona : Virus Editorial, 2002. ISBN: 84-96044-00-9.
(documento III.5.2.11)

III.5.2.12 - FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P.; Gens sans terre. La trajectoire du MST et la lutte pour la terre au Brésil. Paris : Editions Le Temps des Cerises, 2003.
(documento III.5.2.12)

III.5.2.13 - FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P.; Brava Gente: La trayectoria del MST y la lucha por la tierra en Brasil. Madrid : Editorial Popular, 2004. ISBN: 84-7884-278-0.
(documento III.5.2.13)

III.5.2.14 - FERNANDES, B. M.; PORTELA, F.; Reforma agrária. São Paulo: Editora Ática, 2004. ISBN: 8508090242 (aluno). ISBN: 8508090250 (professor). **(documento III.5.2.14)**

III.5.2.15 - FERNANDES, B. M.; STEDILE, J. P.; Brava Gente: La trayectoria del MST y de la lucha por la tierra en el Brasil. Rosario: Ediciones América Libre, 2005. ISBN: 950-9969-7-1. **(documento III.5.2.15)**



III.5.2.16 - SILVA, A. A., FERNANDES, B. M., VALENCIANO, R. C. Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas no Pontal do Paranapanema. São Paulo : INCRA, 2006, v.1. p.374. (**s/documento**)

III.5.2.17 - FERNANDES, B. M.; WELCH, C.; GONCALVES, E. C.. Land Governance in Brazil: A geo-historical review of land governance in Brazil. 1. ed. Roma: International Land Coalition, 2012. v. 1. P.60 (**documento III.5.2.17**)

III.5.2.18 – FERNANDES, B. M; WELCH, C, A; GONÇALVES, E, C. Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. 1. ed. Roma: International Land Coalition, 2012. v. 1. P.60 (**documento III.5.2.18**)

III.5.2.19 - FERNANDES, B. M.; Brava Gente. São Paulo: Expressão Popular. 2012, 2ed. (**documento III.5.2.19**)

III.5.2.1 - Livros publicados (organização)

III.5.2.1.1 - FERNANDES, B. M., PORTO-GONÇALVES, C. W. "Josué de Castro, fome de justiça" In: FERNANDES, B. M; GONÇALVES. C. V. P. (orgs). Josué de Castro: Vida e Obra. São Paulo : Expressão Popular, 2000, 1ed. p.15. ISBN 85-87394-16-9. (**documento III.5.2.1.1**)

III.5.2.1.2 - FERNANDES, B. M., PORTO-GONÇALVES, C. W. "Josué de Castro, fome de justiça" In: FERNANDES, B. M; GONÇALVES. C. V. P. (orgs). Josué de Castro: Vida e Obra. São Paulo : Expressão Popular, 2007, 2ed. p.9. ISBN 978-85-87394-16-9. (**documento III.5.2.1.2**)

III.5.2.1.3 - FERNANDES, B. M., MARQUES, M. I., SUZUKI, J. C. (orgs) Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo : Expressão Popular, 2007, v.1. ISBN 978-85-7743-046-8. (**documento III.5.2.1.3**)

III.5.2.1.4 - FERNANDES, B. M., WELCH, C. "Campesinato e Agronegócio da laranja nos EUA e Brasil." In: FERNANDES, B. M. (org). Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 45-70. ISBN 978-85-7743-085-7. (**documento III.5.2.1.4**)

III.5.2.1.5 - FERNANDES, B. M.; WELCH, C. "Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil." In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João, Edmilson (orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo : Epressão Popular, 2008, p.161-190. ISBN 978-85-7743-065-9. (**documento III.5.2.1.5**)

III.5.2.1.6 - FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. "Geografia da conflitualidade no campo brasileiro." "Introdução". In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: O campesinato como



sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v.1. p.23. ISBN 978-85-7139-948-8 (Editora UNESP) ISBN 978-85-60548-49-1 (NEAD) (**documento III.5.2.1.6**)

III.5.2.1.7 - FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. "Introdução". In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v.2. p.23. ISBN 978-85-7139-969-3 (Editora UNESP) ISBN 978-85-60548-54-5 (NEAD) (**documento III.5.2.1.7**)

III.5.2.1.8 - FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S., PAULILO, M. I., GRYNSZPAN, M., CUNHA, P. R., ECKERT, C., SILVA, O. H., GUERRA, G. A. D., WELCH, C., PALMEIRA, MOACIR, PAULA, E. A., ESTERCI, N., LEROY, J. P., REIS, M. J., SIGAUD, L., COMERFORD, J. Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo : Editora da UNESP, 2009, v.1. p.330. (**s/documento**)

III.5.3 – Capítulos de livros publicados (nacionais)

III.5.3.1 - FERNANDES, B. M. "Espacialização e territorialização do MST." In: STÉDILE, João Pedro (org). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis, RJ : Vozes, 1997, p.133-156. ISBN 85-326-1901-0. (**documento III.5.3.1**)

III.5.3.1 - FERNANDES, B. M. "O livro paradidático em sala de aula: do planejamento ao uso". In: Geografia em sala de aula: Prática e reflexões. CASTROVANNI, A. C; CALLAI, H.C; SCHAFFER, N. O; KAERCHER, N. A. Porto alegre: AGB. 1998. (**documento III.5.3.1b**)

III.5.3.2 - FERNANDES, B. M. "A judicialização da luta pela reforma agrária." In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org). Violência em tempo de globalização. São Paulo : Hucitec, 1999, p.388-402. ISBN 85-271-0476-8. (**documento III.5.3.2**)

III.5.3.3 - FERNANDES, B. M. "A questão agrária e sua nova configuração socioeconômica, política e territorial." In: CASTRO, Iná Elias de, MIRANDA, Mariana e Egler Claudio A. G. (orgs). Redescobrindo o Brasil: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.223-232. ISBN 85-286-0707-0. (**documento III.5.3.3**)

III.5.3.3.b - FERNANDES, B. M. "Brasil – 500 Anos de Luta pela Terra." In: JUNIOR, Messias Meneguette, ALVES, Neri (orgs). FCT 40 anos. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999, p. 97-111. (**documento III.5.3.3.b**)

III.5.3.4 - FERNANDES, B. M. "O MST no contexto da formação camponesa no Brasil." In: FERNANDES, Bernardo Mançano, FONTELES, Claudio, PASSOS, Cynthia Regina L, JÚNIOR DYRCEU, Aguiar Dias Cintra, MANIGLIA, Elisabete, GRAU, Eros Roberto, COMPARATO, Fábio Konder, TOURINHO NETO, Fernando da Costa, ALFONSIN, Jacques Távora, GARCIA, José Carlos, FACHIN, Luiz Edson, FOWLER, Marcos



Bittencourt, LARANJEIRA, Raymundo, ROBERTO JUNIOR, Delmanto, PEREIRA, Rosalinda P. C. Rodrigues, CUNHA, Sérgio Sérvulo e FIGUEIREDO, Suzana Angélica Paim (orgs). A questão agrária e a justiça. São Paulo : Editora Revista dos Tribunais, 2000, v.01, p.13-83. ISBN 85-203-1898-3. (**documento III.5.3.4**)

III.5.3.5 - FERNANDES, B. M. "O MST mudando a questão Agrária." In: D'INCAO Maria Angela (org). O Brasil não é mais aquele... Mudanças sociais após a redemocratização. São Paulo : Cortez Editora, 2001, p.237-246. (**documento III.5.3.5**)

III.5.3.6 - FERNANDES, B. M. "O papel do MST na construção da democracia." In: MOLINA, Mônica Castagna, SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de e TOURINHO NETO, Fernando da Costa (orgs). Introdução Crítica ao Direito Agrário: o direito achado na rua. Brasília: Unversidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, v.3, p.341-348. (**documento III.5.3.6**)

III.5.3.7 - FERNANDES, B. M. "Diretrizes de uma caminhada." In: KOLLING, Edgar Jorge, CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete (orgs). Por uma educação do campo. Educação do campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília: S/Editora, 2002, v.4, p. 89. (**documento III.5.3.7**)

III.5.3.8 - FERNANDES, B. M. "Diretrizes de uma caminhada - construindo a Educação do Campo." In: ARROYO, Miguel Gonzalez, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (orgs). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis : Editora Vozes, 2004, v.1, p.133-146. ISBN: 85-326-3047-2. (**documento III.5.3.8**)

III.5.3.9 - FERNANDES, B. M. "20 anos do MST e a perspectiva de reforma agrária no governo Lula." In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs). O Campo no Século XXI. São Paulo : Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004, p.273-294. (**documento III.5.3.9**)

III.5.3.10 - FERNANDES, B. M. "Formação e territorialização do MST no Brasil 1979 – 2005." In: MARAFON, Glaucio José, Rua, João e RIBEIRO, Miguel Angelo (orgs). Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária. Rio de Janeiro : Eduerj, 2007, v.1, p.139-168. (**documento III.5.3.10**)

III.5.3.11 - FERNANDES, B. M. "O Fim do Campesinato?" In: CARVALHO, Horácio Martins de (org). O Campesinato no Século XXI. .Petrópolis : Editora Vozes, 2005, p. 23-26. ISBN 85-326-3177-0. (**documento III.5.3.11**)

III.5.3.12 - FERNANDES, B. M. "Impactos Socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação A Qualidade dos Assentamentos de Reforma Agrária Brasileira." In: FRANÇA, Caio Galvão de. e SPAROVEK, Gerd (orgs). Assentamentos em Debate. Brasília : NEAD Debate, 2005, v.8, p.113-132. (**documento III.5.3.12**)



III.5.3.13 - FERNANDES, B. M. "Os desafios da geografia agrária para explicar as políticas de reforma agrária nos governos Cardoso e Lula." In: Silva, José Borzacchiello da. , LIMA, Luiz Cruz e ELIAS, Denise (orgs). Panorama da geografia brasileira 1. São Paulo : Annablume, 2006, v.1, p.191-202. ISBN 85-7419-625-8. (**documento III.5.3.13**)

III.5.3.14 - FERNANDES, B. M. "Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais." In: MOLINA, Mônica Castagna (org). Educação do campo e pesquisa: Questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p.27. ISBN 978-85-605-4804-0. (**documento III.5.3.14**)

III.5.3.15 - FERNANDES, B. M. "Entrando nos territórios do Território." In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João, Edmilson (orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo Expressão Popular, 2008, p.273-302. ISBN 978-85-7743-065-9. (**documento III.5.3.15**)

III.5.3.16 - FERNANDES, B. M. "27 anos do MST em luta pela terra." In: FERNANDES, B. M.; NEVES, D. P.; WHITAKER, D. C. A.; MALAGODI, E.; FILIPP, E. E.; MARQUES, F. R.; DUVAL, H. C.; BARONE, L. A.; SOUZA, M. R.; MENEZES, M. A; FARIA, M. F. L.; CARMO, M. S.; PINTO, M. S. V.; SAUER, S.; COMITRE, V.; FERRANTE, V. L. S. B. (orgs). Reforma Agrária e Desenvolvimento: Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: São Paulo : MDA: Uniara, 2008, p.27-52. ISBN 978-85-60548-31-6. (**documento III.5.3.16**)

III.5.3.17 - FERNANDES, B. M. "Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses." In: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÉA, A. M. (orgs). O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro : Lamparina, 2008, p.385-404. ISBN 978-85-98271-58-3. (**documento III.5.3.17**)

III.5.3.18 - FERNANDES, B. M. "Conflitualidade e desenvolvimento territorial." In: BUAINAIN, Antônio Márcio. Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas : Editora da Unicamp, 2008, v.1, p.173-224. ISBN 978-85-268-0784-6. (**documento III.5.3.18**)

III.5.3.19 - FERNANDES, B. M. "Educação do Campo e território camponês no Brasil." In: SANTOS, C. A. (org). Por uma educação do campo - Campo, políticas públicas e educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008, v.7, p.39-66. 978-85-60548-30-9. (**documento III.5.3.19**)

III.5.3.20 - FERNANDES, B. M. "Teoria e política agrária: subsídios para pensar a Educação do Campo." In: FOERSTE, E.; FOERSTE, G. M. S.; DUARTE, L. M. S. (orgs). Por uma Educação do Campo – Projeto Político Pedagógico da Educação do Campo. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2008, v.6, p.155-178. ISBN 978-85-60050-11-6. (**documento III.5.3.20**)



III.5.3.21 - FERNANDES, B. M. "Políticas de assentamentos rurais e luta do MST pela terra." e "Reforma Agrária no governo Cardoso e no governo Lula: desafios da geografia agrária." In: MEDEIROS, R. M. V.; FALCADE, I. (orgs). Tradição versus Tecnologia. As novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2009, p.171-188. ISBN 978-85-386-0057-2. (**documento III.5.3.21**)

III.5.3.22 - FERNANDES, B. M. "Sobre a Tipologia de Territórios." In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.197. ISBN 978-85-7743-101-4. (**documento III.5.3.22**)

III.5.3.23 - FERNANDES, B. M. "Formação e territorialização do MST no Brasil." In: CARTER, M. (org). Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, NEAD 2010, p.161-198. ISBN 978-85-7139-992-1. (Editora UNESP). ISBN 978-85-60548-61-3. (NEAD). (**documento III.5.3.23**)

III.5.3.24 - FERNANDES, B. M. "Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial." In: SPOSITO, E. S.; JOÃO NETO, L. S. (org). Uma Geografia em movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v.1, p.505-560. ISBN 978-85-7743-157-1. (**documento III.5.3.24**)

III.5.3.25 - FERNANDES, B. M. "Movimentos sociais do campo" In: Dicionário de Trabalho, Profissão e Condição Docente ed.Belo Horizonte : UFMG-FE, 2010. (**s/documento**)

III.5.3.26 - FERNANDES, B. M. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio In: Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina.1 ed.São Paulo : Fundação Memorial da América Latina, 2012, v.1, p. 203-230. (**documento III. 5.3.26**)

III.5.3.1 – Capítulos de livros publicados (internacionais)

III.5.3.1.1- FERNANDES, B. M. "La territorialización del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra en Brazil." In: MAYA, Margarita López (org). Lucha Popular, Democracia, Neoliberalismo: Protesta Popular en América Latina en años de ajuste. Caracas: Nueva Sociedad, 1999, p.73-110. ISBN 980-317-150-X. (**documento III.5.3.1.1**)

III.5.3.1.2- FERNANDES, B. M. "La réforme agraire: l'espoir." In: ALMEIDA, Paulo Roberto de, SANGODEYI, Delphine Dabrowski-, DEBS, Sylvie, DELCOURT, Laurent, DROULERS, Martine, FLEURY, Sonia, IRVING, Marta de Azevedo, KOURLIANDSKY, Jean-Jacques, L'HERM, Gérard, MARÉCHAL, Gilles, MARTIN, Jean-Yves, MELLO, Neli Aparecida de, MONCLAIRE, Stéphane, PANIGO, Demian, PASQUIS, Richard, POLET, François, QUENAN, Carlos, SAVINI, Marcos, THÉRY, Hervé e ZACHARIE, Arnaud (orgs). Pour comprendre le Brésil de Lula. Paris : L'Harmattan, 2004, v.1, p.143-150. (**documento III.5.3.1.2**)

III.5.3.1.3- FERNANDES, B. M. La reforme agraire: l'espoir. In: Pour comprendre le Brésil



de Lula.1 ed.Paris : L'Harmattan, 2004, v.1, p. 143-150. (**s/documento**)

III.5.3.1.4- FERNANDES, B. M. "The occupation as a form of access to land in Brazil: A theoretical and methodological contribution." In: MOYO, Sam e YEROS, Paris (orgs). Reclaiming the land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin American. Claremont : Zed Books, 2005, v.01, p.317-340. ISBN I 84277-424-7 (Hb), ISBN I 84277-425-5 (Pb). (**documento III.5.3.1.4**)

III.5.3.1.5- FERNANDES, B. M. "Espacio, resistencia y lucha: la resistência de los campesinos sin tierra en Brasil." In: CASTILLO, Rodolfo Alpízar del. , RAMOS, Neyda Izquierdo, GONZÁLEZ, Carmen Padilla e CASTRISANO, Teresa Bernabeu (orgs). Ensayo brasileño contemporáneo. Cuba: Havana : Ciencias Sociales, 2005, p.229-250. ISBN 959-06-0710-1. (**documento III.5.3.1.5**)

III.5.3.1.6- FERNANDES, B. M. "La ocupación como una forma de acceso a la tierra en Brasil: una contribución teórica y metodológica." In: FERNANDES, B. M.; BERNSTEIN, H.; AMANOR, K. S.; KANYONGOLO. F. E.; SIHLONGONYANE, M. F.; JR. AGUILAR, F. V.; PIMPLE, M.; SETHI, M.; FERANIL, S. H.; VELTMAYER, H.; MATTEI, L.; AMPUERO, I.; BRITTAINE, J. J.; BARTRA, A.; OTERO, G. (orgs). Recuperando la tierra: el resurgimiento de movimientos rurales en África, Asia y América Latina. Buenos Aires : Clacso Libros, 2008, p.335-358. ISBN 978-987-1183-85-2. (**documento III.5.3.1.6**)

III.5.3.1.7- FERNANDES, B. M. "Agronegocios y campesinado: dos sistemas en conflicto." In: GIARRACCA, N.; MASSUH, G. (orgs). El trabajo por venir – Autogestión y emancipación social. Buenos Aires : Antropofagia, 2008, v.1, p.72-76. ISBN 978-987-1238-38-5. (**documento III.5.3.1.7**)

III.5.3.1.8- FERNANDES, B. M. "Territorio, teoría y política." In: VELÁSQUEZ, F. L.; MEDINA, J. G. F. (orgs) Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI. Bogotá : Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, p.35-66. ISBN 978-958-716-278-3. (**documento III.5.3.1.8**)

III.5.3.1.9 - FERNANDES, B. M. "Agrarian issues in the Brazilian governments of presidents Cardoso and Lula: Challenges for agrarian geography." In: ESPADINHA, M. A. (org). Law and Social Sciences. Macau: Universidade de Macau, 2009, p.273-290. ISBN 978-99937-970-5-0. (**documento III.5.3.1.9**)

III.5.3.1.10 - FERNANDES, B. M. "El futuro del Movimiento de los Pequeños Agricultores." In: LIZÁRRAGA, P.; VACAFLORES, C. (orgs). La Persistencia del Campesinado en América Latina. Bolivia : Comunidad de Estudios Jaina, 2009, v.1, p.37-58. ISBN 978-99954-0-531-1. (**documento III.5.3.1.10**)

III.5.3.1.11 - FERNANDES, B. M. Via Campesina In: Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe ed.Madri : Akal, 2009, v.1, p. 1307-1309. (**s/documento**)



III.5.3.1.12 - FERNANDES, B. M. "Acerca de la tipología de los territorios." In: WALLENIUS, C. A. R. (org). Defensa comunitaria del territorio en la zona central de México: Enfoques teóricos y análisis de experiências. México: Juan Pablos, 2010, p.57-76. ISBN 978-607-7700-78-4. (**documento III.5.3.1.12**)

III.5.3.1.13 - FERNANDES, B. M. "Réforme agraire et Mouvement des sans-terre sous les gouvernement Lula." In: SUD, P. (org). Le Brésil de Lula: un bilan contrasté. Louvain : Syllepse, 2010, p. 105-122. (**documento III.5.3.1.13**)

III.5.3.1.14 - FERNANDES, B. M. "El impacto socioterritorial de la ecpansión dek agronegocio y la expropriación del campesinato". In: Universidad en moviemiento: debates y memorias del X Congresso Iberamericano de Extensión Universitaria. Argentina - Buenos Aires: El Colectivo, (**documento III.5.3.1.14**)

III.5.3.2 - Capítulos de livros (co-autoria)

III.5.3.2.1 - FERNANDES, B. M., GOMEZ, J. M. "La Actualidad de la Cuestión Agraria en Brasil: nuevos y viejos conflictos en el medio rural brasileño." In: SERRANO, José Antonio Segrelles (org). Agricultura y espacio rural en Latinoamérica y España. Posibilidades y riesgos ante la mundialización de la economía. Madrid : Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2002, p.62-119. ISBN: 84-491-0542-0. (**documento III.5.3.2.1**)

III.5.3.2.2 - FERNANDES, B. M., LEAL, G. M., FAGUNDES, D. C., MENEGUETTE, A. "Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra; ocupações e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema." In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira, AUBRÈE, Marion e FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (orgs). Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo. Campinas/Araraquara, Unicamp/Uniara: S/Editora, 2003, v.01, p.79-105. ISBN: 85-903617-1-3. (**documento III.5.3.2.2**)

III.5.3.2.3 - FERNANDES, B. M., MOLINA, M. C. "O campo da Educação do Campo." In: MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (orgs). Por uma Educação do Campo. Brasília : NEAD, 2004, v.5, p.53-89. (**documento III.5.3.2.3**)

III.5.3.2.4 - FERNANDES, B. M., FONSECA, D. J., GIRARDI, E. P., SILVA, A. A. "A terra e os desterrados: o negro em movimento - um estudo das ocupações e assentamentos do MST." In: SANTOS Renato Emerson dos (org). Diversidade, espaço e relações étnicos raciais: o negro na geografia do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.137. ISBN 978-85-7526-288-7. (**documento III.5.3.2.4**)

III.5.3.2.5 - FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C.; CALDART, R. S.; JESUS, S. M. S. A. "O popular e a Educação do Campo." In: FIOREZE, Cristina; MARCON, Telmo. (orgs). O Popular e a Educação: movimentos sociais, políticas públicas e desenvolvimento. Ijuí : Editora Unijuí, 2009, p.243-360. ISBN 978-85-7429-779-8. (**documento III.5.3.2.5**)

III.5.3.2.6 - FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. "Introdução". In:



FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v.1. p.23. ISBN 978-85-7139-948-8 (Editora UNESP) ISBN 978-85-60548-48-1 (NEAD) (**documento III.5.3.2.6**)

III.5.3.2.7 - FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. "Geografia da conflitualidade no campo brasileiro." In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v.1. p.23. ISBN 978-85-7139-948-8 (Editora UNESP) ISBN 978-85-60548-49-1 (NEAD) (**documento III.5.3.2.6**)

III.5.3.2.8 - FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. "Introdução". In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v.2. p.23. ISBN 978-85-7139-969-3 (Editora UNESP) ISBN 978-85-60548-54-5 (NEAD) (**documento III.5.3.2.7**)

III.5.3.2.9 - FERNANDES, B. M; GIRARDI, E. P. "Geografia da conflitualidade no campo brasileiro." In: FERNANDES, B. M; MEDEIROS, L. S; PAULILO, M. I. (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: A diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, v.2. p.339. ISBN 978-85-7139-969-3 (Editora UNESP) ISBN 978-85-60548-54-5 (NEAD) (**documento III.5.3.2.7**)

III.5.3.2.10 - FERNANDES, B. M; SILVA, A. A. "Por que a luta pela terra no pontal do paranapanema interessa ao turismo?" In: THOMAZ, R. C. C; MARIANI, M. A. P; MORETTI, E. C. (orgs). O turismo e as territorialidades na perspectiva do campo e da cidade. Campo Grande: Editora UFMS, 2012, p.155. ISBN 978-85-7613-388-9. (**documento III.5.3.2.8**)

III.5.4 – Textos em Jornais

III.5.4.1 - FERNANDES, B. M. "Geografia em Canção: uma nova forma de aprender". Jornal Vale do Sinos. São Leopoldo - RS, p.03 - 03, 1991. (**s/documento**)

III.5.4.2 - FERNANDES, B. M. Cuba x Neo-liberalismo. O Imparcial. Presidente Prudente - SP, p.06 - 06, 1993. (**s/documento**)

III.5.4.3 - FERNANDES, B. M. Estamos fazendo a escola que queremos. Jornal dos trabalhadores rurais sem terra. São Paulo - SP, p.12 - 12, 1994. (**s/documento**)

III.5.4.4 - FERNANDES, B. M. "A militarização da questão agrária." AGB em debate, Curitiba, n.8, julho, 1994, p.03. (**documento III.5.4.4**)

III.5.4.5 - FERNANDES, B. M. O Mapa dos Assentamentos no Brasil. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo - SP, p.14 - 14, 1995. (**s/documento**)



III.5.4.6 - FERNANDES, B. M. Há esperanças para a educação. Oeste Notícias. Presidente Prudente-SP, p.02 - 02, 1995. (**s/documento**)

III.5.4.7 - FERNANDES, B. M. Conflitualidades e espaço agrário. Oeste Notícias. Presidente Prudente-SP, p.02 - 02, 1995. (**s/documento**)

III.5.4.8 - FERNANDES, B. M. As últimas ocupações de terra no Pontal do Paranapanema. AGB informa. São Paulo - SP, p.04 - 04, 1995. (**s/documento**)

III.5.4.9 - FERNANDES, B. M. A ordem dos interesses. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1995. (**s/documento**)

III.5.4.10 - FERNANDES, B. M. A modernidade no campo (I). Oeste Notícias. Presidente Prudente-SP, p.02 - 02, 1995. (**s/documento**)

III.5.4.11 - FERNANDES, B. M. A modernidade no campo (II). Oeste Notícias. Presidente Prudente-SP, p.02 - 02, 1995. (**s/documento**)

III.5.4.12 - FERNANDES, B. M. A Bósnia é em Rondônia. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1995. (**s/documento**)

III.5.4.13 - FERNANDES, B. M. "Ocupações do Pontal." Oeste Notícias, Presidente Prudente, abril, 1995, p.2. (**documento III.5.4.13**)

III.5.4.14 - FERNANDES, B. M. "Teorias sobre as realidades do Pontal." Oeste Notícias, Presidente Prudente, abril, 1995, p.2. (**documento III.5.4.14**)

III.5.4.15 - FERNANDES, B. M. "Os donos da terra e do poder." Oeste Notícias, Presidente Prudente, julho, 1995, p.2. (**documento III.5.4.15**)

III.5.4.16 - FERNANDES, B. M. "Luchési e seus limites." Oeste Notícias, Presidente Prudente, setembro, 1995, p.2. (**documento III.5.4.16**)

III.5.4.17 - FERNANDES, B. M. "E agora José?." Oeste Notícias. Oeste Notícias, Presidente Prudente, novembro, 1995, p.2. (**documento III.5.4.17**)

III.5.4.18 - FERNANDES, B. M. "A esperança não vem das antenas de TV." Oeste Notícias, Presidente Prudente, novembro, 1995, p.2. (**documento III.5.4.18**)

III.5.4.19 - FERNANDES, B. M. "Os sem-direitos." Oeste Notícias. Oeste Notícias, Presidente Prudente, novembro, 1995, p.2. (**documento III.5.4.19**)

III.5.4.20 - FERNANDES, B. M. "A questão da Reforma Agrária hoje." AGB informa - Encarte especial. São Paulo, 1995, p.14. (**documento III.5.4.20**)



III.5.4.21 - FERNANDES, B. M. O Mapa dos Assentamentos no Brasil. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo - SP, p.14 - 14, 1995. (**s/documento**)

III.5.4.22 - FERNANDES, B. M. Vendem-se grilos no Pontal. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.23 - FERNANDES, B. M. Saber ou não saber?. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.24 - FERNANDES, B. M. Questão Política. O Globo. Rio de Janeiro - RJ, p.06 - 06, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.25 - FERNANDES, B. M. O professor e seus grileiros. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.26 - FERNANDES, B. M. O massacre dos sem-terra. AGB informa. São Paulo - SP, p.03 - 03, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.27 - FERNANDES, B. M. O massacre dos sem-terra. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.28 - FERNANDES, B. M. O dito e o não dito. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.29 - FERNANDES, B. M. Fome e Ideologia. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.30 - FERNANDES, B. M. A vitória do trigo. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.31 - FERNANDES, B. M. A judiciarização dos conflitos fundiários. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1996. (**s/documento**)

III.5.4.32 - FERNANDES, B. M. "Ocupação é a solução." Oeste Notícias, Presidente Prudente, maio, 1996, p.2. (**documento III.5.4.32**)

III.5.4.33 - FERNANDES, B. M. "Existe terra devoluta." Oeste Notícias, Presidente Prudente, maio, 1996, p.2. (**documento III.5.4.33**)

III.5.4.34 - FERNANDES, B. M. "A reforma agrária e Olacyr de Moraes." Oeste Notícias, Presidente Prudente, junho, 1996, p.2. (**documento III.5.4.34**)

III.5.4.35 - FERNANDES, B. M. "Agruras e inverdades." Oeste Notícias, Presidente Prudente, junho, 1996, p.2. (**documento III.5.4.35**)



III.5.4.36- FERNANDES, B. M. "A mini-UDR." Oeste Notícias, Presidente Prudente, outubro, 1996, p.2. (**documento III.5.4.36**)

III.5.4.37 - FERNANDES, B. M. "UDR\$." Oeste Notícias, Presidente Prudente, novembro, 1996, p.2. (**documento III.5.4.37**)

III.5.4.38 - FERNANDES, B. M. "O mundo de Iracema." Oeste Notícias, Presidente Prudente, novembro, 1996, p.2. (**documento III.5.4.38**)

III.5.4.39 - FERNANDES, B. M. A Espacialização da Luta. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1997. (**s/documento**)

III.5.4.40 - FERNANDES, B. M. "MST, ITR, FHC, RA e as TDAs." Oeste Notícias, Presidente Prudente, janeiro, 1997, p.1.2. (**documento III.5.4.40**)

III.5.4.41 - FERNANDES, B. M. "Críticas revelam sucesso alcançado pelo MST." O Estado de São Paulo, São Paulo, janeiro, 1997, p.D-4. (**documento III.5.4.41**)

III.5.4.42 - FERNANDES, B. M. "Distensão no Pontal." Oeste Notícias, Presidente Prudente, janeiro, 1997, p.1.2. (**documento III.5.4.42**)

III.5.4.43 - FERNANDES, B. M. "Os desempregados e os sem-terra." Oeste Notícias, Presidente Prudente, fevereiro, 1997, p.1.2. (**documento III.5.4.43**)

III.5.4.44- FERNANDES, B. M. "Contra Reforma Agrária." Oeste Notícias, Presidente Prudente, março, 1997, p.1.2. (**documento III.5.4.44**)

III.5.4.45- FERNANDES, B. M. "A Universidade, o Pontal e a questão da reforma agrária hoje." Jornal do Fórum das seis, Bauru, março, 1997, p.06. (**documento III.5.4.45**)

III.5.4.46 - FERNANDES, B. M. "Em defesa de José Rainha Junior." Oeste Notícias, Presidente Prudente, junho, 1997, p.1.2. (**documento III.5.4.46**)

III.5.4.47 - FERNANDES, B. M. "Nada mudou nas terras paulistas." Oeste Notícias, Presidente Prudente, novembro, 1997, p.1.2. (**documento III.5.4.47**)

III.5.4.48 - FERNANDES, B. M. "A falsa face do MST e a máscara de Fogolin." Oeste Notícias, Presidente Prudente, dezembro, 1997, p.1.3. (**documento III.5.4.48**)

III.5.4.49 - FERNANDES, B. M. "Bom senso não é consenso." Oeste Notícias, Presidente Prudente, dezembro, 1997, p.1.2. (**documento III.5.4.49**)

III.5.4.50 - FERNANDES, B. M. "A persistência do senso comum." Oeste Notícias, Presidente Prudente, dezembro, 1997, p.1.3. (**documento III.5.4.50**)

III.5.4.51 - FERNANDES, B. M. Sandovalina e o mundo. Oeste Notícias. Presidente



Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1998. (**s/documento**)

III.5.4.52 - FERNANDES, B. M. Caro Castilho. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1998. (**s/documento**)

III.5.4.53 - FERNANDES, B. M. A Lei e a Revolução. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1998. (**s/documento**)

III.5.4.54 - FERNANDES, B. M. "Titanic do Pontal." Oeste Notícias, Presidente Prudente, fevereiro, 1998, p.1.2. (**documento III.5.4.54**)

III.5.4.55 - FERNANDES, B. M. "A questão agrária em São Paulo." Oeste Notícias, Presidente Prudente, junho, 1998, p.02. (**documento III.5.4.55**)

III.5.4.56 - FERNANDES, B. M. "Pois é, pra que?." Oeste Notícias, Presidente Prudente, junho, 1998, p.03. (**documento III.5.4.56**)

III.5.4.57 - FERNANDES, B. M. "Josué de Castro: um lutador contra a fome." Oeste Notícias, Presidente Prudente, junho, 1998, p.1.2. (**documento III.5.4.57**)

III.5.4.58 - FERNANDES, B. M. "A Ocupação do Pontal do Paranapanema." Oeste Notícias, Presidente Prudente, novembro, 1998, p.02. (**documento III.5.4.58**)

III.5.4.59 - FERNANDES, B. M. "Natal Sem-terra." Oeste Notícias, Presidente Prudente, dezembro, 1998, p.06. (**documento III.5.4.59**)

III.5.4.60 - FERNANDES, B. M. "Entre a miséria e a ocupação: As lutas e os desafios dos Sem-Terra do Brasil." O espaço geográfico, Bauru, 1998, p.08 - 10. (**documento III.5.4.60**)

III.5.4.61 - FERNANDES, B. M. Qual o futuro do menino Jesus?. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.11 - 11, 1999. (**s/documento**)

III.5.4.62 - FERNANDES, B. M.Os trabalhadores e o idiota. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1999. (**s/documento**)

III.5.4.63 - FERNANDES, B. M. O trem e a coisa. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1999. (**s/documento**)

III.5.4.64 - FERNANDES, B. M. O MST e as Universidades. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 1999. (**s/documento**)

III.5.4.65 - FERNANDES, B. M. O lugar do campo na sociedade moderna (I). Jornal da UNEFAB. Anchieta - ES, p.12 - 12, 1999. (**s/documento**)

III.5.4.66 - FERNANDES, B. M. Do Jeca Tatu ao agricultor familiar. Oeste Notícias.



Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1999. (**s/documento**)

III.5.4.67 - FERNANDES, B. M. Direito ao Campo. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1999. (**s/documento**)

III.5.4.68 - FERNANDES, B. M. Construindo o futuro. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.02 - 02, 1999. (**s/documento**)

III.5.4.69 - Por uma educação básica do campo: prelúdio para pensar uma política educacional.” Oeste Notícias, Presidente Prudente, fevereiro, 1999, p.02.
(documento III.5.4.69)

III.5.4.70 - FERNANDES, B. M. “As pragas e os sem-terra.” Oeste Notícias, Presidente Prudente, março, 1999, p.02. **(documento III.5.4.70)**

III.5.4.71 - FERNANDES, B. M. “Sem-terra e estudantes: agitação e transformação.” Oeste Notícias, Presidente Prudente, maio, 1999, p.1.2. **(documento III.5.4.71)**

III.5.4.72 - FERNANDES, B. M. “A Plantação de Notícias.” Oeste Notícias, Presidente Prudente, julho, 1999, p.1.2. **(documento III.5.4.72)**

III.5.4.73 - FERNANDES, B. M. Contribuição para os ruralistas. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 2000. (**s/documento**)

III.5.4.74 - FERNANDES, B. M. “Luta secular pela terra”. Oeste Notícias, Presidente Prudente, 2000. **(documento III.5.4.74)**

III.5.4.75 - FERNANDES, B. M. “Invasões forçam assentamentos”. Folha de S. Paulo, 2000.

(documento III.5.4.75)

III.5.4.76 - FERNANDES, B. M. Construção do conhecimento. Oeste Notícias. Presidente Prudente - SP, p.1.2 - 1.2, 2001. (**s/documento**)

III.5.4.77 - FERNANDES, B. M. A solidariedade e a cidadania. Oeste Notícias. Presidente Prudente, p.2 - 2, 2001. (**s/documento**)

III.5.4.78 - FERNANDES, B. M. “O MST e a reforma neoliberal no campo.” Oeste Notícias, Presidente Prudente, fevereiro, 2001, p.1.2. **(documento III.5.4.78)**

III.5.4.79 - FERNANDES, B. M. “O MST e a reforma neoliberal no campo.” AGB em debate, São Paulo, março, 2001, p.06. **(documento III.5.4.79)**

III.5.4.80 - FERNANDES, B. M. Outro atentado contra a reforma agrária. O Imparcial. Presidente Prudente, p.3 - 3, 2002. (**s/documento**)



III.5.4.81 - FERNANDES, B. M. "Uma conquista: crescer nacionalmente." O Estado de São Paulo. São Paulo, abril, 2002, p.A8 - A9. (**documento III.5.4.81**)

III.5.4.82 - FERNANDES, B. M. "Um campo de desigualdades." Folha de S. Paulo - Caderno Mais. São Paulo, setembro, 2002, p.14. (**documento III.5.4.82**)

III.5.4.83 - FERNANDES, B. M. Agronegócio, a nova denominação do latifúndio. Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, p.3 - 3, 2004. (**s/documento**)

III.5.4.84 - FERNANDES, B. M. Reforma Agrária, promessas e invasões. Folha de S. Paulo. São Paulo, p.A16 - A16, 2005. (**s/documento**)

III.5.4.85 - FERNANDES, B. M. O engodo ruralista. O Globo. Rio de Janeiro, p.3 - 3, 2005. (**s/documento**)

III.5.4.86 - FERNANDES, B. M. "11 de setembro de 2001." Oeste Notícias, Presidente Prudente, setembro, 2005, p.2. (**documento III.5.4.86**)

III.5.4.87 - FERNANDES, B. M. "Privilégios no Campo." Oeste Notícias, Presidente Prudente, outubro, 2005, p.2. (**documento III.5.4.87**)

III.5.4.88 - FERNANDES, B. M. "Conflitos democráticos." Oeste Notícias, Presidente Prudente, novembro, 2005, p.1.2. (**documento III.5.4.88**)

III.5.4.89 - FERNANDES, B. M. "Amélia e Adão". Oeste Notícias, Presidente Prudente, novembro, 2005. (**documento III.5.4.89**)

III.5.4.90 - FERNANDES, B. M. "Mario Lago e Xico Graziano." Oeste Notícias, Presidente Prudente, dezembro, 2005, p.1.2. (**documento III.5.4.90**)

III.5.4.91 - FERNANDES, B. M. "Os Mundos das Bibliotecas." Oeste Notícias, Presidente Prudente, dezembro, 2005, p.2. (**documento III.5.4.91**)

III.5.4.92 - FERNANDES, B. M. "Ideologia: Verdadeira ou Falsa?" Oeste Notícias, Presidente Prudente, dezembro, 2005, p.1.2. (**documento III.5.4.92**)

III.5.4.93 - FERNANDES, B. M. "Vez ou outra tem um ato violento e nada muda". O Globo. Rio de Janeiro, 2006. (**s/documento**)

III.5.4.94 - FERNANDES, B. M. "Coerência." Oeste Notícias, Presidente Prudente, janeiro, 2006, p.1.2. (**documento III.5.4.94**)

III.5.4.95 - FERNANDES, B. M. "Shrek." Oeste Notícias, Presidente Prudente, janeiro, 2006, p.1.2. (**documento III.5.4.95**)

III.5.4.96 - FERNANDES, B. M. "O dilema da reforma agrária no Brasil." Oeste Notícias, Presidente Prudente, fevereiro, 2006, p.1.2. (**documento III.5.4.96**)



III.5.4.97 - FERNANDES, B. M. "O velho agronegócio." Oeste Notícias, Presidente Prudente, março, 2006, p.1.2. (**documento III.5.4.97**)

III.5.4.98 - FERNANDES, B. M. "O negócio do agronegócio." Oeste Notícias, Presidente Prudente, maio, 2006, p.1.2. (**documento III.5.4.98**)

III.5.4.99 - FERNANDES, B. M. "Preconceito na Bolívia." Oeste Notícias, Presidente Prudente, junho, 2006, p.2. (**documento III.5.4.99**)

III.5.4.100 - FERNANDES, B. M. "Oportunismo e terrorismo." Oeste Notícias, Presidente Prudente, junho, 2006, p.1.2. (**documento III.5.4.100**)

III.5.4.101 - FERNANDES, B. M. "Os sem-floresta e os sem-terra." Oeste Notícias, Presidente Prudente, setembro, 2006, p.1.2. (**documento III.5.4.101**)

III.5.4.102 - FERNANDES, B. M. "Briga de foice no agronegócio." Oeste Notícias, Presidente Prudente, dezembro, 2006, p.1.2. (**documento III.5.4.102**)

III.5.4.103 - FERNANDES, B. M. O MST respeita o Estado Democrático de Direito. O Estado de S. Paulo. São Paulo, p.A20 - A20, 2007. (**s/documento**)

III.5.4.104 - FERNANDES, B. M. Avanço do Biodiesel. Brasil de Fato. São Paulo, 2008. (**s/documento**)

III.5.4.105 - FERNANDES, B. M., RODRIGUES, D. V. A expansão do monocultivo agrícola. Oeste Notícias. Presidente Prudente, 2008. (**s/documento**)

III.5.4.106 - FERNANDES, B. M. Benefício é bem-vindo, mas deve ser aliado a políticas de crédito e educação. Folha de São Paulo. São Paulo, p.A11 - A11, 2010. (**s/documento**)

III.5.4.107 - FERNANDES, B. M. "Itamar Franco foi o primeiro a receber o MST." O Globo, Rio de Janeiro, 2011. (**documento III.5.4.107**)

III.5.4.1 - Textos em Cadernos

III.5.4.1.1 - FERNANDES, B. M. "II. Por uma Educação Básica no Campo". Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo. CTE – Centro de Treinamento Educacional da CNTI, Luziânia (GO), p. 7 a 11 (?), 27 a 31 de julho de 1998. (**documento III.5.4.1.1**)

III.5.4.1.2 - FERNANDES, B. M. "Gênese e Desenvolvimento do MST". Caderno de formação nº 30. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, São Paulo, v. 30, setembro de 1998. (**documento III.5.4.1.2**)



III.5.4.1.3 - FERNANDES, B. M. "Por uma educação do campo". A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, Brasília (DF), p. 53 a 70. (**documento III.5.4.1.3**)

III.5.4.1.4 - FERNANDES, B. M. "O MST e a Pesquisa". O MST e a Pesquisa. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITERRA, Veranópolis (RS), v. 3, p. 7 a 18, outubro de 2001. (**documento III.5.4.1.4**)

III.5.4.1.5 - FERNANDES, B. M. "Como Fazer um Projeto de Pesquisa". O MST e a Pesquisa. Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária-ITERRA, Veranópolis (RS), v. 3, p. 27 a 32, outubro de 2001. (**documento III.5.4.1.5**)

III.5.5 - Trabalhos completos publicados em anais de eventos

III.5.5.1 - FERNANDES, B. M. Da terra prometida a terra definitiva In: VII Encontro Nacional de Geógrafos, 1990, SALVADOR. Anais do VII Encontro Nacional de Geógrafos. , 1990. (**s/documento**)

III.5.5.2 - FERNANDES, B. M. O MST e a territorialização da luta pela terra no Brasil In: Conferência - Questão regional e Movimentos sociais n. 3, 1991, São Paulo. Anais da Conferência - Questão regional e Movimentos sociais n. 3. São Paulo: , 1991. (**s/documento**)

III.5.5.3 - FERNANDES, B. M. Projeto de capacitação dos professores de escolas rurais do Pontal do Paranapanema In: I Encontro de Pesquisadores em Assentamentos Rurais, 1993, Campinas. Anais do I Encontro de Pesquisadores em Assentamentos Rurais. Campinas: Grupo de Estudos dos Movimentos e Demandas Educacionais, 1993. (**s/documento**)

III.5.5.4 - FERNANDES, B. M. O processo de reestruturação curricular do curso de Geografia da FCT/Unesp - Presidente Prudente - elementos para a sistematização de uma avaliação In: I Encontro Paulista de Ensino de Geografia no Final do Século: problemas e alternativas no Estado de São Paulo, 1993, Campinas. Anais do I Encontro Paulista de Ensino de Geografia no Final do Século: problemas e alternativas no Estado de São Paulo. Campinas: 1993. (**s/documento**)

III.5.5.5 - FERNANDES, B. M. Espacialização e territorialização da luta pela terra: o MST no Estado de São Paulo In: I Encontro de Pesquisadores em Assentamentos Rurais, 1993, Campinas. Anais do I Encontro de Pesquisadores em Assentamentos Rurais. Campinas: Grupo de Estudos dos Movimentos e Demandas Educacionais, 1993. (**s/documento**)

III.5.5.6 - FERNANDES, B. M. Considerações sobre a Gleba XV de Novembro In: IV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 1993, Mérida. Anais do IV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Mérida (Venezuela): , 1993. (**s/documento**)



III.5.5.7 - FERNANDES, B. M. "Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro." XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Petrolina, 2002, p.61. (**documento III.5.5.7**)

III.5.5.8 - SILVA, A. A., FERNANDES, B. M. RIST – Relatório de Impactos Socioterritoriais: metodologia para elaboração In: XIV Congresso de Iniciação Científica, 2002, Presidente Prudente. Anais do XIV Congresso de Iniciação Científica. Presidente Prudente: , 2002. (**s/documento**)

III.5.5.9 - SILVA, A. A., FERNANDES, B. M. Relatório de Impactos Socioterritoriais – RIST: metodologia para elaboração In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: , 2002. (**s/documento**)

III.5.5.10 - FERNANDES, B. M. Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária In: IV Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia - A geografia no século XXI, 2002, São Paulo. Anais de IV Encontro Nacional de Pós-graduação em Geografia - A geografia no século XXI. São Paulo: Anpege, 2002. (**s/documento**)

III.5.5.11 - FAGUNDES, D. C., FABRINI, J. E., FERNANDES, B. M., LEAL, G. M. Atlas da Luta pela Terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Brasil In: XIII. Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa: 2002. (**s/documento**)

III.5.5.12 - SILVA, A. A., FERNANDES, B. M. Aplicação da geocartografia na construção dos mapas temáticos para análise da trajetória das famílias no assentamento Antônio Conselheiro a partir dos dados do Relatório de Impactos Socioterritoriais ¿ RIST: uma contribuição metodológica para análise dos fluxos migratórios In: XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina. Anais do XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina: 2002. (**s/documento**)

III.5.5.13 - FERNANDES, B. M. Agricultura familiar e agricultura camponesa In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. CD do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. (**s/documento**)

III.5.5.14 - FAGUNDES, D. C., FERNANDES, B. M. Acampamentos do MST no Brasil In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina. CD do Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina: , 2002. (**s/documento**)

III.5.5.15 - SILVA, A. A., FERNANDES, B. M. Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra In: II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2003, São Paulo. Anais do II Simpósio Nacional de Geografia Agrária e I Simpósio Internacional de Geografia Agrária. São Paulo: , 2003. (**s/documento**)

III.5.5.16 - FERNANDES, B. M. "Questões da Via Campesina." VI Congresso Brasileiro de Geógrafos "Setenta anos da AGB: As transformações do espaço e a geografia no século XXI". Goiânia, 18 a 23 de julho de 2004. (**documento III.5.5.16**)



III.5.5.17 - GIRARDI, E. P., FERNANDES, B. M. Territorialização da produção de soja no Brasil: 1990-2002 In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária "Tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro", 2004, Gramado. Anais do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Gramado: , 2004. (**s/documento**)

III.5.5.18 - FERNANDES, B. M., GONCALVES, E. C., SILVA, A. A., CAVALCANTE, M. B. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra no Estado de Pernambuco 2000-2003 In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. Tradição e Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. , 2004. (**s/documento**)

III.5.5.19 - FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra - construção conceitual In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado – RS. Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. , 2004. (**s/documento**)

III.5.5.20 - FERNANDES, B. M., CAVALCANTE, M. B., SILVA, A. A., GONCALVES, E. C. Movimentos socioterritoriais e a espacialização da luta pela terra no Estado do Paraná 2000 - 2003 In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. Tradição e Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: NEGA/UFRGS, 2004. (**s/documento**)

III.5.5.21 - FERNANDES, B. M., SILVA, A. A., CAVALCANTE, M. B., GONCALVES, E. C. Movimentos socioterritoriais e a espacialização da luta pela terra em São Paulo de 2000 a 2003 In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2004, Gramado. CD do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária. , 2004. (**s/documento**)

III.5.5.22 - FERNANDES, B. M., GIRARDI, E. P., OLIVEIRA, F. N. Análise da relação entre a implantação de assentamentos rurais e a atratividade populacional dos municípios paranaenses no período de 1991-2000 In: XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Tradição e Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro, 2004, GRAMADO. CD do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Porto Alegre: ENGA/UFRGS, 2004. (**s/documento**)

III.5.5.23 - FERNANDES, B. M. "Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais." VI Encontro Nacional da Anpege, Fortaleza, 28 a 30 de setembro de 2005. (Conferência ou palestra,Apresentação de Trabalho) (**documento III.5.5.23**)

III.5.5.24 - FERNANDES, B. M.; GIRARDI, P. E. "Elaboração de uma tipologia relativa para os municípios brasileiros." III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira "Desenvolvimento do Campo, das Florestas e das Águas." Presidente Prudente-SP, 11 a 15 de novembro de 2005. (**documento III.5.5.24**)

III.5.5.25 - FERNANDES, B. M., CAVALCANTE, M. B. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso In: 6º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2005, Fortaleza – CE.



CD Room do 6º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. , 2005. (**s/documento**)

III.5.5.26 - FERNANDES, B. M. Desenvolvimento territorial: conflitualidade e sustentabilidade In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005, Brasília. Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrária, 2005. (**s/documento**)

III.5.5.27 - GIRARDI, E. P., FERNANDES, B. M. Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira: abordagens cartográficas inerentes In: IV Encontro Nacional da Anpege, 2005, Fortaleza. CD Room do IV Encontro Nacional da Anpege. Fortaleza: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2005. (**s/documento**)

III.5.5.28 - FERNANDES, B. M. Agronegócio na América Latina: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. (**s/documento**)

III.5.5.29 - GIRARDI, E. P., FERNANDES, B. M. A geografia dos dados da questão agrária brasileira: o desenvolvimento de um atlas In: VI Congresso Brasileiro de Geógrafos "Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a Geografia no século XXI", 2004, Goiânia. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia: , 2005. (**s/documento**)

III.5.5.30 - FERNANDES, B. M., CAVALCANTE, M. B. Reforma agrária nos governos Lula e Cardoso In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos, 2006, Rio Branco. CD Room. , 2006. p.1 – 2. (**s/documento**)

III.5.5.31 - CAVALCANTE, M. B., FERNANDES, B. M. Reestruturação produtiva no cerrado brasileiro In: I Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2006, Niterói. CD do I Encontro da Rede de Estudos Rurais. Niterói: Nead, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.32 - SILVA, A. A., FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos rurais In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária, 2006, Rio de Janeiro. CD Rom do XVIII ENGA. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.33 - SOUZA, A. S., FERNANDES, B. M. Otimização, "clonagem" e "autofagia": as novas formas de não fazer reforma agrária no Estado de São Paulo In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos "A geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e percursos", 2006, Rio Branco. CD do XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.34 - SILVA, A. A., FERNANDES, B. M. Ocupações de terra 2000-2005. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos "A geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e



percursos", 2006, Rio Branco. CD Room. Rio Branco: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.35 - FERNANDES, B. M., WELCH, C. O campesinato e o agronegócio da laranja nos EUA e Brasil In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. XVIII CD Rom do ENGA. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.36 - CAVALCANTE, M. B., FERNANDES, B. M. Mudanças da estrutura fundiária em áreas de fronteira: apropriação capitalista da terra e conflitualidades geradas – a constituição do território da soja In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos "A geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e percursos", 2006, Rio Branco. CD do XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.37 - CAVALCANTE, M. B., FERNANDES, B. M. Mudanças da estrutura fundiária em áreas de fronteira: apropriação capitalista da terra e conflitualidades geradas In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. CD Rom do XVIII ENGA. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.38 - SOUZA, A. S., FERNANDES, B. M. Espacialização da luta pela terra: uma compração entre os dados da Ouvidoria Agrária Nacional, Comissão Pastoral da Terra e Dataluta - Nera In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. CD Rom do XVIII ENGA. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.39 - FERNANDES, B. M., SILVA, A. A. Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos, 2006, Rio Branco. CD do XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco: , 2006. (**s/documento**)

III.5.5.40 - GONCALVES, E. C., FERNANDES, B. M. Clonagem, otimização e autofagia nos Estados da região Nordeste e Sudeste - 2003-2005 In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - Perspectivas teórico-metodológicas da Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. CD Rom do XVIII ENGA. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.41 - GIRARDI, E. P., FERNANDES, B. M. Campesinato, agronegócio e latifúndio: territórios da questão agrária e a fronteira agropecuária brasileira In: XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2006, Rio de Janeiro. CD Room do XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. v.1. (**s/documento**)

III.5.5.42 - GIRARDI, E. P., FERNANDES, B. M. A necessidade de uma cartografia geográfica crítica In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos "A geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e percursos", 2006, Rio Branco. CD do XIV



Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco: AGB, 2006. (**s/documento**)

III.5.5.43 - FERNANDES, B. M.; PEDON, N. R. "Movimentos socioterritoriais no Brasil: conflitualidade no urbano e no rural." "Jornada Orlando Valverde". Londrina, 10 a 14 de outubro de 2007, P.1-16, 1-19, 1-18. (Apresentação de trabalho). (**documento III.5.5.43**)

III.5.5.44- FERNANDES, B. M.; ROCHA, H. F. "Análise da implantação de assentamentos rurais no Brasil entre 1985-2006." IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária "Jornada Orlando Valverde". Londrina, 10 a 14 de outubro de 2007, P.1-16, 1-19, 1-18. (Apresentação de trabalho). (**documento III.5.5.44**)

III.5.5.45- CAMPOS, J. F. S., FERNANDES, B. M. A metodologia do DATALUTA Jornal: uma contribuição para os estudos em Geografia Agrária In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde, 2007, Londrina. CD Room do evento. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. (**documento III.5.5.45**)

III.5.5.46- FELICIO, M. J., FERNANDES, B. M. A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos camponês/agricultor familiar In: III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária e Jornada Orlando Valverde, 2007, Londrina. CD Room do evento. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007. (**s/documento**)

III.5.5.47- COCA, E. L. F., FERNANDES, B. M. A tipologia de assentamentos rurais da região Norte do Brasil In: XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008, São Paulo. CD Room do XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. (**s/documento**)

III.5.5.48- FERNANDES, B. M. "Geografia e pesquisa no Brasil: o papel dos grupos de pesquisa em geografia agrária do estado de São Paulo no processo de construção do conhecimento científico." VIII Encontro Nacional de ANPEGE "Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico". Curitiba, 28 de setembro a 02 de outubro de 2009. (**documento III.5.5.48**)

III.5.5.49- CLEMENTS, E. A., FERNANDES, B. M. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique In: Second International Academic Conference on Global Land Grabbing, 2012, Ithaca. Second International Academic Conference on Global Land Grabbing. Ithaca: Land Deal Politics Initiative, 2012. v.1. p.1 - 16 (**s/documento**)

III.5.5.1 - Trabalhos completos publicados em anais de eventos (internacionais)

III.5.5.1.1 - FERNANDES, B. M. Origem e formação do Assentamento Gleba XV de Novembro, SP In: IV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 1993, Mérida (Venezuela). Anais do IV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Mérida (Venezuela): , 1993. (**s/documento**)



III.5.5.1.2 - FERNANDES, B. M.; BARONE, L. A.; SIMONETTI, M. C. L.; RAMALHO, C. B.; BUIM, P. H. C.; GONÇALVES, S.; REIS, M. M.; LOPES, F. J.; LIMA, S. "Rural settlements and the social and economic development: report of an intervention activity." X Word Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, 30 de julho a 05 de agosto de 2000, p.27. **(documento III.5.5.1.2)**

III.5.5.1.3 - FERNANDES, B. M. "A ocupação como forma de acesso à terra." 8º Encontro de Geógrafos da América Latina, Santiago de Chile: Universidad de Chile, 2001. v.1, p.28. **(documento III.5.5.1.3)**

III.5.5.1.4 - FERNANDES, B. M. The occupation as a form of access to land In: Landless Voices, 2001, Nottingham. Landless Voices Coloquium. Nottingham: 2001. **(s/documento)**

III.5.5.1.5 - FERNANDES, B. M. The occupation as a form of access to land In: XXIII International Congress of The Latin American Studies Association, 2001, washington. XXIII International Congress of The Latin American Studies Association. , 2001. **(documento III.5.5.1.5)**

III.5.5.1.6 - FERNANDES, B. M. The formation and expansion of the MST in Brazil In: The Landless Rural Workers Moviment (MST) and Agrarian Reform in Brazil, 2003, OXFORD. CD do The Landless Rural Workers Moviment (MST) and Agrarian Reform in Brazil. Oxford: Oxford Press, 2003. **(s/documento)**

III.5.5.1.7 - FERNANDES, B. M. The Lanless Movement and Lula governement In: Brazil Week - Harvard University, 2004, Cambridge. Brazil Week. Cambridge: , 2004. p.23 – 34. **(s/documento)**

III.5.5.1.8 - FERNANDES, B. M. La ocupación como forma de acceso a la tierra In: América Latina en movimiento, 2004, México. Seminário Latino Americano. , 2004. **(s/documento)**

III.5.5.1.9 - FERNANDES, B. M. "Movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais." XXV Congresso Latino-americano de Sociologia, ALAS, Porto Alegre, 22 a 26 de agosto de 2005. **(documento III.5.5.1.9)**

III.5.5.1.10 - FERNANDES, B. M. Agrarian Question in the Brazilian Governments of Presidents Cardoso and Lula In: IVth International Conference PEKEA, 2005, Rennes. PEKEA ANAIS. Rennes: PEKEA, 2005. **(s/documento)**

III.5.5.1.11 - FERNANDES, B. M.; PEDON, N. R.; ROCHA, H. F.; CAMPOS, J. F. S. "Movimentos socioterritoriais no Brasil: conflitualidade no urbano e no rural." "Análise da implantação de assentamentos rurais no Brasil entre 1985-2006." "A metodologia do DATALUTA Jornal: uma contribuição para os estudos em geografia agrária." III Simpósio



Internacional de Geografia Agrária “Jornada Orlando Valverde”. Londrina, 10 a 14 de outubro de 2007, P.1-16, 1-19, 1-18. (Apresentação de trabalho) (**documento III.5.5.1.11**)

III.5.5.1.12 - FERNANDES, B. M. “Território, teoria y política.” Seminário Internacional Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI. Bogotá, 25 a 28 de março de 2009. (**documento III.5.5.1.12**)

III.5.5.1.13 - FERNANDES, B. M. “Entrando en el territorio del território.” Seminário Internacional “Multifuncionalidade rural, pluratividade campesina e desenvolvimento local: a experiência européia e a potencialidade do Brasil”. Presidente Prudente, 04 a 10 de agosto de 2008. (**documento III.5.5.1.13**)

III.5.6 - Trabalhos publicados em anais de eventos (sem identificação)

III.5.6.1 - Capitalismo global, i-mobilidade territorial e conflitos de acesso a terra. XIII ENAnpur – Encontro Nacional da anpur, Florianópolis, 25 a 29 de maio de 2009. (Expositor) (**documento III.5.6.1**)

III.5.6.2 - Gestão do espaço em assentamentos rurais. IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, Campinas, 03, 04 e 05 de junho de 2009. (Conferencista) (**documento III.5.6.2**)

III.5.7 - Resumos expandidos publicados em anais de eventos (nacionais)

III.5.7.1 - FERNANDES, B. M. “Amazônia: expropriação e resistência” 9º Encontro Nacional de Geógrafos “Geografia, democracia e a (des)ordem mundial”, Presidente Prudente-SP, 19 a 24 de 1992, p.122. (**documento III.5.7.1**)

III.5.7.2 - FERNANDES, B. M. “Geografia em canção: o som e a imagem no processo de construção do conhecimento.” 9º Encontro Nacional de Geógrafos “Geografia, democracia e a (des)ordem mundial”, Presidente Prudente-SP, 19 a 24 de 1992, p.122. (**documento III.5.7.2**)

III.5.7.3 - FERNANDES, B. M. Assessoria ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra In: Assessoria ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1999, Presidente Prudente. Anais 1º Congresso de Extensão Universitária da Unesp. São Paulo: , 1999. (**s/documento**)

III.5.7.4 - FERNANDES, B. M.; FLORES, E. F.; RAMALHO, C. B.; LIMA, S.; LEAL, G. M.; GONÇALVES, S.; SANTOS, G. V.; PIMENTEL, J. V.; PÁDUA, D.; ÁVILA, F.; CASTRO, C, A. “DATALUTA – Banco de Dados e Luta pela Terra.” XII Encontro Nacional de Geógrafos: Os outros 500 na formação do território brasileiro, Florianópolis, 16 a 23 de julho de 2000. (Conferencista). (**documento III.5.7.4**)

III.5.7.5 - FERNANDES, B. M. “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.” 2º Congresso de Extensão Universitária da UNESP, Bauru, 07 a 10 de novembro de 2002, p.11. (**documento III.5.7.5**)



III.5.7.6 - FERNANDES, B. M., FAGUNDES, D. C., SILVA, A. A., BAGLI, P., SILVA, J. J., SILVA, J. A. Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra In: IV Fórum de Ciências da FCT/UNESP, 2003, Presidente Prudente. Anais do IV Fórum de Ciências da FCT/UNESP. Presidente Prudente: , 2003. p.505 – 509. (**s/documento**)

III.5.7.7 - FERNANDES, B. M. "Agronegócio e Reforma Agrária." XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária, Tradição x Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro, Gramado, 11 a 15 de novembro de 2004. (**documento III.5.7.7**)

III.5.7.8 - FERNANDES, B. M.; SILVA, A. A.; GIRARDI, E. P. "Questões da Via Campesina." VI Congresso Brasileiro de Geógrafos "Setenta anos da AGB: As transformações do espaço e a Geografia no século XXI", Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia, 18 a 23 de julho de 2004, p.112. (**documento III.5.7.8**)

III.5.7.9 - SILVA, A. A., FERNANDES, B. M. Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra: subprojeto Dataluta – MST In: 6º Congresso Brasileiro de Geografia "Setenta anos da AGB – as transformações do espaço e a geografia no século XXI", 2004, Goiânia. Anais do 6º Congresso Brasileiro de Geografia. Goiânia: , 2004. (**s/documento**)

III.5.7.10 - FERNANDES, B. M. "Presente e Futuro dos Camponeses e Indígenas na América Latina." X Encontro de Geógrafos da América Latina, por uma Geografia Latino-americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade, São Paulo, 20 a 25 de março de 2005, p.2-3. (**documento III.5.7.10**)

III.5.7.11 - FERNANDES, B. M., CAVALCANTE, M. B., CRIADO, R. C. Mudanças na Estrutura Fundiária Brasileira e a Expansão da Fronteira Agropecuária In: Congresso de Iniciação Cinética, 2005, Presidente Prudente. CD ROOM do Congresso de Iniciação Cinética. , 2005. (**s/documento**)

III.5.7.12 - CAMPOS, J. F. S., FERNANDES, B. M. Tipologia dos Assentamentos rurais no Brasil: diversidade e atualidade da Reforma Agrária brasileira In: Congresso de Iniciação Cinética, 2007, Presidente Prudente. CD Room do Congresso de Iniciação Cinética. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2007. (**s/documento**)

III.5.7.1 - Resumos expandidos publicados em anais de eventos (internacionais)

III.5.7.1.1 - FERNANDES, B. M. "Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST-Movimento dos trabalhadores rurais sem terra no estado de São Paulo." Encontro Internacional "Lugar, formação socioespacial, mundo", São Paulo, 08, 09 e 10 de setembro de 1994, p.46. (**documento III.5.7.1.1**)

III.5.7.1.2 - FERNANDES, B. M. Problemas y perspectivas de la enseñanza en la escuela media In: 6º Encontro de Geógrafos de America Latina, 1997, Buenos Aires. Anais do 6º Encontro de Geógrafos de America Latina. Buenos Aires: , 1997. (**s/documento**)



III.5.7.1.3 - FERNANDES, B. M. Territorios globalizados y reestructuración In: 6º Encontro de Geógrafos de America Latina, 1997, Buenos Aires. Anais do 6º Encontro de Geógrafos de America Latina. Buenos Aires: , 1997. (**s/documento**)

III.5.8 - Resumos publicados em anais de eventos

III.5.8.1 - Geografia em canção. IV Encontro Local de Geógrafos da AGB - São Paulo In: IV Encontro Local de Geógrafos, 1988, São Paulo. (**s/documento**)

III.5.8.2 - A leitura da realação sociedade/natureza a partir do espaço vivido In: II Encontro Nacional de Ensino de Geografia. Fala Professor, 1991, São Paulo. (**s/documento**)

III.5.8.3 - Anais do II Encontro Nacional de Ensino de Geografia. Fala Professor. São Paulo: , 1991. (**s/documento**)

III.5.8.4 - Movimentos sociais no campo e na cidade. In: Anais do IX Encontro Nacional de Geógrafos. Geografia, democracia e a (des) ordem mundial. Presidente Prudente: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1992. (**s/documento**)

III.5.8.5 - Geografia em canção: o som e a imagem no processo de construção do conhecimento In: 15º Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação. Intercom - 92 e 3º Mix de Comunicação Metodista. Diário do Grande ABC, 1992, São Bernardo do Campo. (**s/documento**)

III.5.8.6- Proyecto de reasentamiento Laguna. São Paulo In: 5º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 1995, La Habana. (**s/documento**)

III.5.8.7 - Assentamento de reforma agrária e modernização da agricultura In: Anais do 48º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. São Paulo: 1996. (**s/documento**)

III.5.8.8 - Territórios globalizados y restructuración socio-territorial In: 6º Encuentro de Geógrafos de America Latina, 1997, Buenos Aires. (**s/documento**)

III.5.8.9 - Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra In: 2ª Semana de Geografa da Unesp, 2000, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.10 - A ocupação como forma de acesso à terra In: 4º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2000, Brasília. (**s/documento**)

III.5.8.11 - Dataluta: Banco de Dados da Luta pela Terra In: Cadernos do ITERRA. Veranópolis: , 2001. v.3. p.25 – 25. (**s/documento**)

III.5.8.12 - Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra In: 53º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2001, Salvador. p.47. (**s/documento**)



III.5.8.13 - Relatório de Impactos Socioterritoriais – RIST: metodologia para elaboração In: Semana de Geografia, 2002, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.14 - Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais In: Mostra de Tecnologia da Unesp, 2002, Araraquara. (**s/documento**)

III.5.8.15 - Extensão, Parceria, Cidadania: o trilema da autonomia na captação de recursos para realização de políticas públicas In: 2º Congresso de Extensão da UNESP, 2002, Bauru - SP. (**s/documento**)

III.5.8.16 - Atlas da Luta pela Terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Brasil In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. p.184. (**s/documento**)

III.5.8.17 - Acampamentos do MST no Brasil In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2002, Petrolina. p.313 – 315. (**s/documento**)

III.5.8.18 - RIST - Relatório de Impactos Socioterritoriais In: IV Fórum de Ciências da FCT, 2003, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.19 - Mitos da questão agrária brasileira: questão agrária ou desenvolvimento sustentável? In: V ENEGE ¿ Encontro Nacional de Ensino de Geografia ¿ Fala Professor, 2003, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.20 - Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra In: I Fórum de Extensão Universitária da FCT/UNESP, 2003, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.21 - Álvaro Vive: breve nota de gratidão ao amigo In: Ciência Geográfica, 2003, Bauru. v.9. p.6 – 7. (**s/documento**)

III.5.8.22 - Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra In: Encontro de Pós-Graduação em Geografia, 2004, Rio Claro. (**s/documento**)

III.5.8.23 - Territorialização da Reforma Agrária de Mercado no Estado do Ceará, de 2000 a 2004 In: Congresso de Iniciação Científica, 2005, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.24 - Territorialização da Reforma Agrária de Mercado em Santa Catarina, de 2000 a 2004 In: Congresso de Iniciação Científica, 2005, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.25 - Territorialização da Reforma Agrária de Mercado em Minas Gerais, de 2000 a 2004 In: Congresso de Iniciação Científica, 2005, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.26 - Sistematização na reestruturação do Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra In: Congresso de Iniciação Científica, 2005, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.27 - O agronegócio da soja e as mudanças na estrutura fundiária brasileira In: Reunião Anual do International Geographical Union "The Global Challenge and



Marginalisation", 2005, Natal - RN. (**s/documento**)

III.5.8.28 - Mudanças na Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul In: Congresso de Iniciação Científica, 2005, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.29 - Acervo de Jornais do NERA: para o enriquecimento da leitura da questão agrária brasileira In: Congresso de Iniciação Científica, 2005, Presidente Prudente. (**s/documento**)

III.5.8.30 - O agronegócio da laranja na mesorregião de Ribeirão Preto In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos "A geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e percursos", 2006, Rio Branco. (**s/documento**)

III.5.8.31 - "Clonagem", otimização e "autofagia": as novas formas de não fazer reforma agrária no Estados do Nordeste e Sudeste In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos "A geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e percursos", 2006, Rio Branco. (**s/documento**)

III.5.8.32 - Tipos de assentamentos no Brasil: diversidade e atualidade da reforma agrária brasileira (1985-2006) In: XIX Congresso de Iniciação Científica da Unesp, 2007, Araraquara. (**s/documento**)

III.5.9 - Dicionários nacionais

III.5.9.1 - FERNANDES, B. M. "Espiralização da Luta Pela Terra". Dicionário da Terra, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 197, 2005. (**documento III.5.9.1**)

III.5.9.2 - FERNANDES, B. M. "Territorialização da Luta pela Terra". Dicionário da Terra, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 473, 2005. (**documento III.5.9.1**)

III.5.9.3 - FERNANDES, B. M. "Acampamento". Dicionário da Educação do Campo. Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, p. 21. 2012. (**documento III.5.9.2**)

III.5.9.4 - FERNANDES, B. M. "Território Camponês". Dicionário da Educação do Campo. Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, p. 744. 2012. (**documento III.5.9.2**)

III.5.9.5 - FERNANDES, B. M. "Via Campesina". Dicionário da Educação do Campo. Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, p. 765. 2012. (**documento III.5.9.2**)

III.5.9.1 - Dicionários internacionais

III.5.9.1.1- FERNANDES, B. M. "Reforma Agrária". Diccionario del pensamiento alternativo, Editora Biblos, Buenos Aires, 2008. (**documento III.5.9.1.1**)



III.5.10 - Enciclopédias nacionais

III.5.10.1 - FERNANDES, B. M. "Agronegócio", Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, v.1, p. 54-55, 2006. (**documento III.5.10.1**)

III.5.10.2 - FERNANDES, B. M. "Campesinato", Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, v.1, p. 247-248, 2006. (**documento III.5.10.1**)

III.5.10.3 - FERNANDES, B. M. "Chiapas", Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, v.1, p. 275, 2006. (**documento III.5.10.1**)

III.5.10.4 - FERNANDES, B. M. "Ligas Camponeras", Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, v.1, p. 716, 2006. (**documento III.5.10.1**)

III.5.10.5 - FERNANDES, B. M. "MST", Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, v.1, p. 820-821, 2006. (**documento III.5.10.1**)

III.5.10.6 - FERNANDES, B. M. "Questão Agrária", Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, v.1, p. 46-52, 2006.
(**documento III.5.10.1**)

III.5.10.7 - FERNANDES, B. M. "Via Campesina", Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo, v.1, p. 1266-1267, 2006. (**documento III.5.10.1**)

III.5.10.1 Enciclopédias internacionais

III.5.10.1.1 - FERNANDES, B. M. "Agronegocio", Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, v.1, p.60-62, 2009. (**documento III.5.10.1.1**)

III.5.10.1.2- FERNANDES, B. M. "Campesinado", Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, v.1, p.259-261, 2009. (**documento III.5.10.1.1**)

III.5.10.1.3 - FERNANDES, B. M. "Chiapas", Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, v.1, p.283-285, 2009. (**documento III.5.10.1.1**)

III.5.10.1.4 - FERNANDES, B. M. "Cuestión Agraria", Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, v.1, p.52-58, 2009. (**documento III.5.10.1.1**)

III.5.10.1.5 - FERNANDES, B. M. "Ligas Campesinas", Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, v.1, p.741-745, 2009. (**documento III.5.10.1.1**)

III.5.10.1.6 - FERNANDES, B. M. "MST", Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, v.1, p. 848-850, 2009. (**documento III.5.10.1.1**)



III.5.10.1.7 - FERNANDES, B. M. "Reforma Agraria", Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, v.1, p.58-60, 2009. (**documento III.5.10.1.1**)

III.5.10.1.8 - FERNANDES, B. M. "Via Campesina", Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, v.1, p.1307-1309, 2009. (**documento III.5.10.1.1**)

III.5.11 - Apresentação de trabalhos em eventos nacionais

III.5.11.1 - XVII Semana de estudos geográficos. UNESP, realizado em Rio Claro, 24 de setembro de 1986. (**documento III.5.11.1**)

III.5.11.2 - "Trabalho de graduação - Centro de Estudos Geográficos 'Dr. João Dias da Siveira', Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro. Realizado em Rio Claro, 1986. (**s/documento**)

III.5.11.3 - III.VI Encontro Nacional de Geógrafos, 1986. (**s/documento**)

III.5.11.4 - "Geopolítica do Apartheid na República da África do Sul". VI Encontro Nacional de Geógrafos. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1986. (**documento III.5.11.4**)

III.5.11.5 - "Terra não se ganha, Terra se conquista". Curso de Especialização. Fundação Municipal de Ensino/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araguari, realizado em Araguari (MG), 11, 13, 14, 15, e 16 de julho de 1987. (**documento III.5.11.5**)

III.5.11.6 - 1º Encontro Nacional de Ensino de Geografia - Fala Professor, 1987. (**s/documento**)

III.5.11.7 - "A Conquista da Terra Através das Lutas Populares". 39ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Universidade de Brasília, realizado em Brasília, 12 a 18 de julho de 1987. (**documento III.5.11.7**)

III.5.11.8 - "Geografia através da música". Encontro de Professores de História e Geografia. Secretaria de Estado da Educação. São Paulo, 1987. (**s/documento**)

III.5.11.9 - "Geografia em Canção". 1º Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor. Universidade de Brasília, realizado em Brasília, 21 a 24 de julho de 1987. (**documento III.5.11.9**)

III.5.11.10 - "Caminhos da Terra" (Vídeo). VII Encontro Nacional de Geógrafos. Realizado em Maceió, julho de 1988. (**documento III.5.11.10**)

III.5.11.11 "Geografia e Canção". IV Encontro Local de Geógrafos – São Paulo. Realizado em São Paulo, 27 a 29 de maio de 1988. (**documento III.5.11.11**)



III.5.11.12 - “A Produção do Espaço Urbano: Vídeo sobre a Ocupação de Terras”. 40^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Universidade de São Paulo, 10 a 16 de Julho de 1988. (**documento III.5.11.12**)

III.5.11.13 - “Geografia em Canção”. 40^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Universidade de São Paulo, 10 a 16 de Julho de 1988. (**documento III.5.11.13**)

III.5.11.14 - “Geografia em canção”. IV Encontro Local de Geógrafos da AGB - São Paulo. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local de São Paulo, 1988. (**s/documento**)

III.5.11.15 - “Geografia em Canção” (Audiovisual). Semana do Meio Ambiente/89. Realizado em São Paulo, em 11 de junho de 1989. (**documento III.5.11.15**)

III.5.11.16 - Apresentou trabalho no 1º Seminário sobre a Propriedade Privada e Posse da Terra no Brasil. Realizado em Presidente Prudente, 26 e 27 de maio de 1989. (**documento III.5.11.16**)

III.5.11.17 - O Ensino de História e Geografia na Escola Pública e a Nova Lei de Diretrizes e Bases, 1989. (**s/documento**)

III.5.11.18 - “Programa de Alimentação dos Trabalhadores”. I Simpósio Alternativas Contra a Fome. Escola Livre de Agricultura Ecológica, realizado em Brasília, 25 a 30 de julho de 1989. (**documento III.5.11.18**)

III.5.11.19 - “Chico Mendes e a Amazônia”. 41º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 1989. (**s/documento**)

III.5.11.20 - Participou da sessão “Atividades Pedagógicas: relato de Experiências”. II Encontro Regional de Educação. UNESP, realizado em Assis, 12 de setembro de 1990. (**documento III.5.11.20**)

III.5.11.21 - “Repensando a geografia”. 2^a Delegacia de Ensino de Santo André, Secretaria da Educação de São Paulo. São Paulo, 1990. (**s/documento**)

III.5.11.22 - Encontro de Professores de Geografia do Estado de São Paulo - 1º, 2º e 3º graus, realizado em 1990. (**s/documento**)

III.5.11.23 - “Modernização do campo e reforma agrária”. V Seminário do Ensino de Geografia, 1990. (**s/documento**)

III.5.11.24 - “Geografia em canção”. Faculdade de Filosofia e Ciência (Unesp), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, 1990. (**s/documento**)



III.5.11.25 - “A Leitura da Relação Sociedade/Natureza a partir do Espaço Vivido”. II Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor. Realizado em São Paulo, 14 a 18 de julho de 1991. (**documento III.5.11.25**)

III.5.11.26 - “Reforma Agrária”. Universidade do Sagrado Coração. Universidade do Sagrado Coração. Bauru, 1991. (**s/documento**)

III.5.11.27 - XI Encontro Estadual de Professores de Geografia do Rio Grande do Sul, 1991. (**s/documento**)

III.5.11.28 - V Seminário do Ensino de Geografia, 1991. (**s/documento**)

III.5.11.29 - II Semana do Meio Ambiente do Centro Universitário de Corumbá, 1991. (**s/documento**)

III.5.11.30 - “Geografia em Canção – O Som e a Imagem no Processo de Criação do Saber”. II Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor. Realizado em São Paulo, 14 a 18 de julho de 1991. (**documento III.5.11.30**)

III.5.11.31 - “Geografia em canção”. 1ª Semana Cultural de Presidente Venceslau. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Venceslau. Presidente Venceslau, 1991. (**s/documento**)

III.5.11.32 - “The Landless Rural Worker Movement and the Territorialization of Fighting for the Land in Brasil”. Conferência “A Questão Regional e os Movimentos Sociais no Terceiro Mundo”. Universidade de São Paulo, 21 a 26 de julho de 1991. (**documento III.5.11.32**)

III.5.11.33 - “Cidadania, Educação e Meio Ambiente”. Simpósio Nacional do Meio Ambiente. Faculdades Integradas da Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 13 de outubro de 1991. (**documento III.5.11.33**)

III.5.11.34 - “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Construção do Espaço de Luta”. Semana de Aniversário da Faculdade de Ciências e Tecnologia. UNESP, realizado em Presidente Prudente, 4 a 8 de maio de 1992. (**documento III.5.11.34**)

III.5.11.35 – “Geografia, democracia e a (des) ordem mundial”. IX Encontro Nacional de Geógrafos, 1992. (**s/documento**)

III.5.11.36 - Seminário “Assentamentos de reforma agraria: estratégias de desenvolvimento rural?”, 1992. (**s/documento**)

III.5.11.37 - Seminário sobre o conhecimento geográfico no Brasil, 1992. (**s/documento**)



III.5.11.38 - II Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores: Por um projeto educacional em favor da cidadania, 1992. (**s/documento**)

III.5.11.39 - “Amazônia: Expropriação e Resistência (Vídeo)”. IX Encontro Nacional de Geógrafos. UNESP, realizado em Presidente Prudente, 19 a 24 de julho de 1992. (**documento III.5.11.39**)

III.5.11.40 - “Projeto de Reassentamentos Rosana (Uma Análise Preliminar)”. IX Encontro Nacional de Geógrafos. UNESP, realizado em Presidente Prudente, 19 a 24 de julho de 1992. (**documento III.5.11.40**)

III.5.11.41 - “Conquista da Terra pelo MST no Pontal do Paranapanema: Ocupação 1º de setembro”. IV Congresso de Iniciação Científica da UNESP. UNESP, realizado em Araçatuba, 27 a 29 de agosto de 1992. (**documento III.5.11.41**)

III.5.11.42 - “Geografia em Canção: o Som e a Imagem no Processo de Construção do Conhecimento”. 15º Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação – INTERCOM – 92 e 3º Mix de Comunicação Metodista – Diário do Grande ABC. Realizado em São Bernardo do Campo, 17 de outubro de 1992. (**documento III.5.11.42**)

III.5.11.43 - “Capacitação de Professores de Escolas Rurais da Região do Pontal do Paranapanema”. 1º Encontro Paulista de Ensino de Geografia no Final do Século: Problemas e Alternativas no Estado de São Paulo. Universidade Estadual de Campinas. Realizado em Campinas, 05 a 08 de 1993. (**documento III.5.11.43**)

III.5.11.44 - “O Processo de Reestruturação Curricular do Curso de Geografia da F.C.T./UNESP – Presidente Prudente: Elementos para a Sistematização de uma Avaliação”. 1º Encontro Paulista de Ensino de Geografia no Final do Século: Problemas e Alternativas no Estado de São Paulo. Universidade Estadual de Campinas. Realizado em Campinas, 05 a 08 de 1993. (**documento III.5.11.44**)

III.5.11.45 - Apresentou trabalho na Conferência Internacional “Educação do Futuro: Desenvolvendo o Talento e a Criatividade”. Memorial da América Latina e na sede permanente do Parlamento Latino-Americano, Realizado em São Paulo, 4 a 8 de outubro de 1993. (**documento III.5.11.45**)

III.5.11.46 - “Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra: O MST no Estado de São Paulo”. I Encontro de Pesquisadores em Assentamentos Rurais. Faculdade de Educação - Unicamp, realizado em Campinas, 20 de outubro de 1993. (**documento III.5.11.46**)

III.5.11.47 - “O processo de reestruturação curricular do curso de geografia da FCT/Unesp - Presidente Prudente: elementos para a sistematização de uma avaliação”, realizado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp). Presidente Prudente, 1993. (**s/documento**)



III.5.11.48 - “Projeto Capacitação dos Professores de Escolas Rurais do Pontal do Paranapanema”. I Encontro de Pesquisadores em Assentamentos Rurais. Faculdade de Educação - Unicamp, realizado em Campinas, 20 de outubro de 1993. **(documento III.5.11.48)**

III.5.11.49 - Apresentou trabalho no 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Realizado em Curitiba-PR, 17 a 22 de julho de 1994. **(documento III.5.11.49)**

III.5.11.50 - “Luta pela terra e luta pela reforma agrária no Brasil”, realizado pela Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1994. **(s/documento)**

III.5.11.51 - “Especialização e Territorialização da Luta Pela Terra: A Formação do MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo”. Encontro Internacional “Lugar, formação socioespacial, mundo”. Universidade de São Paulo, 8 a 10 de setembro de 1994. **(documento III.5.11.51)**

III.5.11.52 - “Geografia e modernidade”. 2º Seminário sobre o Pensamento geográfico no Brasil, realizado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp). Presidente Prudente, 1994. **(s/documento)**

III.5.11.53 - “Luta pela terra e luta pela reforma agrária no Brasil”. 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos - Reforma agrária e reforma urbana: perspectivas para o final do século, 1994. **(s/documento)**

III.5.11.54 - “I Recenseamento Nacional de Educação em Assentamentos Rurais”. 3º Encontro Nacional de Ensino de Geografia. Realizado em Presidente Prudente, 9 a 12 de julho de 1995. **(documento III.5.11.54)**

III.5.11.55 - “Tem grilo no Pontal”. 1995. **(s/documento)**

III.5.11.56 - “Os Resultados Preliminares do I Recenseamento Nacional de Educação em Assentamentos Rurais”. Encontro Nacional de Professores de Assentamentos Rurais. Instituto Cajamar, realizado em 13 a 17 de junho de 1995. **(documento III.5.11.56)**

III.5.11.57 - “A Geografia dos Assentamentos Rurais do Brasil” e o “1º Recenseamento Nacional de Educação em Assentamentos Rurais”. 3º Congresso Nacional. Realizado em Brasília-DF, 24 a 28 de julho. **(documento III.5.11.57)**

III.5.11.58 - “Geografia em Canção: O Som e a Imagem no Processo de Construção do Conhecimento”. XIII Semana de Geografia. Departamento de Estudos Geográficos – Unifac, realizado em Botucatu, 20 de setembro de 1995. **(documento III.5.11.58)**

III.5.11.59 - “Assentamentos de Reforma Agrária e Modernização da Agricultura”. 48ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, realizada em São Paulo, 7 a 12 de Julho de 1996. **(documento III.5.11.59)**



III.5.11.60 - “A Viabilidade da Cana-de-Açúcar nos Projetos de Assentamento do Pontal do Paranapanema”. 10º Encontro Nacional de Geógrafos. Universidade Federal de Pernambuco, realizado e Recife, 14 a 19 de julho de 1996. (**documento III.5.11.60**)

III.5.11.61 - “MST e a questão da reforma agrária hoje”. IX Semana de Geografia da Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 1996. (**s/documento**)

III.5.11.62 - Apresentou trabalho sobre a Educação no Movimento Social Popular de Luta Pela Terra, especificamente, o Movimento dos Sem-Terra. Encontro “Universidade e Assentamentos Rurais”. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, realizado em Campinas, 17 de outubro de 1996. (**documento III.5.11.62**)

III.5.11.63 - “Geografia em Canção”. Delegacia de Ensino “Professor Jarbas de Osti”, Realizado em Osvaldo Cruz-SP, 30 de setembro de 1996. (**documento III.5.11.63**)

III.5.11.64 - “Assentamentos de Reforma Agrária e Modernização da Agricultura” XVIII Encontro Nacional. Universidade Federal da Paraíba/Centro de Humanidade, realizado em Campina Grande, 25 a 29 de novembro de 1996. (**documento III.5.11.64**)

III.5.11.65 - “A viabilidade da cana-de-açúcar nos projetos de assentamento do Pontal do Paranapanema – SP”. 10º Encontro Nacional de Geógrafos - Universidade Federal do Pernambuco. São Paulo, 1996. (**s/documento**)

III.5.11.66 - “A Questão Agrária em sua Nova Configuração Socioeconômica, política e Territorial”. Desafios e Alternativas para a Gestão do Território. UFRJ, Realizado em Rio de Janeiro, 7 a 10 de setembro de 1997. (**documento III.5.11.66**)

III.5.11.67 - I Encontro Nacional de Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária - I Enera, 1997. (**s/documento**)

III.5.11.68 - “Origem histórica da posse e propriedade no Pontal do Paranapanema”. 1º Simpósio sobre a atuação do Ministério Público nos conflitos coletivos envolvendo a posse da terra rural. Presidente Prudente, 1997. (**s/documento**)

III.5.11.69 - “Movimentos sociais territorialmente referenciados no Brasil: as experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos movimentos sociais urbanos”. Minicolóquio na UFRJ, realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ, 1997. (**s/documento**)

III.5.11.70 - “Correntes Teóricas da Geografia Agrária”. I Seminário - Correntes Teóricas da Geografia Agrária, 1997. (**s/documento**)

III.5.11.71 - “Movimentos sociais e reforma agrária”, realizado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP). Presidente Prudente, 1998. (**s/documento**)



III.5.11.72 - “Estado e movimentos sociais: a questão da reforma agrária revisitada”. Encontro da Apipisa - Experiências de assentamentos na virada do século, realizado pela Faculdade de Ciências e Letras (UNESP), Araraquara, 1998. (**s/documento**)

III.5.11.73 - “A fome no Nordeste brasileiro: territorialidade, representações ideológicas e dominância de classe”. Realizado pelo Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical Florestan Fernandes, Presidente Prudente, 1998. (**s/documento**)

III.5.11.74 - “Especialização e territorialização da luta pela terra no Brasil”. V Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 1998. (**s/documento**)

III.5.11.75 - “Assessoria ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra”. 1º Congresso de Extensão Universitária da UNESP. Realizado em São Pedro-SP, 4 a 7 de outubro de 1999. (**documento III.5.11.75**)

III.5.11.76 - “Nera: reflexões técnico-conceituais da questão agrária e da geografia agrária”. Seminário Temático de Avaliação do Nera, realizado na Faculdade de Ciências e Letras (UNESP), Presidente Prudente, 1999. (**s/documento**)

III.5.11.77 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Universidade Federal de Santa Catarina, realizado em Florianópolis, 16 a 23 de julho de 2000. (**documento III.5.11.77**)

III.5.11.78 - “Contribuição ao Estudo do Campesinato Brasileiro: Formação e Territorialização do MST 1979-1999”. 2ª Semana de Geografia. Realizado em Presidente Prudente, 4 a 6 de setembro de 2000. (**documento III.5.11.78**)

III.5.11.79 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. 2ª Semana de Geografia. Realizado em Presidente Prudente, 4 a 6 de setembro de 2000. (**documento III.5.79**)

III.5.11.80 - “Plano para o Desenvolvimento do Assentamento Nova Conquista (PDA) Rancharia-SP”. 2ª Semana de Geografia. Realizado em Presidente Prudente, 4 a 6 de setembro de 2000. (**documento III.5.11.80**)

III.5.11.81 - “A Ocupação como Forma de Acesso à Terra”. Livro “A Formação do MST no Brasil” 4º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Realizado em Brasília, 11 de agosto de 2000. (**documento III.5.11.81**)

III.5.11.82 - “A luta pela terra no Pontal do Paranapanema: inclusão dos excluídos”. Realizado pela Faculdade de Ciências e Tecnologia (UNESP), Presidente Prudente, 2000. (**s/documento**)

III.5.11.83 - “Data-Luta Banco de Dados da Luta Pela Terra”. III Fórum de Ciências da Faculdade de Ciências e Tecnologia – 5ª Reunião de Iniciação Científica. UNESP, realizado em Presidente Prudente, 11 a 13 de setembro de 2000. (**documento III.5.11.83**)



III.5.11.84 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra”. XV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Realizado em Goiânia, 5 de dezembro de 2000.
(documento III.5.11.84)

III.5.11.85 - “O ensino de geografia nos movimentos sociais”. 6º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, realizado pela Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. **(s/documento)**

III.5.11.86 - “A participação e o desempenho socioeconômico dos trabalhadores de origem urbana nos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema”. XIII Congresso de Iniciação Científica da Unesp, 2001. **(s/documento)**

III.5.11.87 - “Movimentos sociais e o Movimento dos Sem Terra”. Realizado pela Universidade de Brasília, Brasília, 2001. **(s/documento)**

III.5.11.88 - “Educação na reforma agrária” - I Seminário Internacional - Educação na reforma agrária: sociedade terra e cidadania, realizado pela Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2001. **(s/documento)**

III.5.11.89 - “Contribuições Teóricas para a Pesquisa em Geografia Agrária”. IV Encontro Nacional da ANPEGE – “A Geografia no Século XXI”. Universidade de São Paulo, realizado em São Paulo, 23 a 26 de março de 2002. **(documento III.5.11.89)**

III.5.11.90 - Apresentou trabalho no II Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN. Universidade Federal Rural de Pernambuco, realizado em Recife, 02 de junho de 2002. **(documento III.5.11.90)**

III.5.11.91 - “Os Impactos dos Assentamentos Rurais no Brasil”. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Realizado em João Pessoa-PB, 21 a 26 de junho de 2002.
(documento III.5.11.91)

III.5.11.92 - “Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar”. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. Realizado em João Pessoa-PB, 21 a 26 de junho de 2002.
(documento III.5.11.92)

III.5.11.93 - “Assent1.1 – Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos Rurais”. Mostra de Tecnologia da UNESP. Centro de Convenções Rebouças, realizado em São Paulo, 28, 29 e 30 de outubro de 2002. **(documento III.5.11.93)**

III.5.11.94 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra”. 2º Congresso de Extensão Universitária da UNESP. UNESP, realizado em Bauru, 10 de novembro de 2002. **(documento III.5.11.94)**



III.5.11.95 - “Judiciarização da Luta pela Terra”. XVI Encontro Nacional de Geografia. Faculdade de Formação de Professores de Petrolina, realizado em Petrolina, 8 a 12 de dezembro de 2002. (**documento III.5.11.95**)

III.5.11.96 - “Os Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo – MDA X ITESP”. XVI Encontro Nacional de Geografia. Faculdade de Formação de Professores de Petrolina, realizado em Petrolina, 8 a 12 de dezembro de 2002. (**documento III.5.11.96**)

III.5.11.97 - II Fórum Social Mundial, 2002. (**s/documento**)

III.5.11.98 - “Assent1.1 – Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos Rurais”. Mostra de Tecnologia da UNESP. Facira – Feira Agro Comercial da Região de Araraquara, realizada em Araraquara, 8 a 17 de agosto de 2003. (**documento III.5.11.98**)

III.5.11.99 - “Reforma agrária e movimentos sociais”. II Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado pela Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. (**s/documento**)

III.5.11.100 - “Perspectivas Socioterritoriais do MPA”. V Encontro Nacional da ANPEGE – Gestão do território e do ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior. Realizado em Florianópolis, 3 a 5 de setembro de 2003.

(**documento III.5.11.100**)

III.5.11.101 - “Questão agrária e educação do campo”. 1º Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília, 2003. (**s/documento**)

III.5.11.102 - “Os processos geográficos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais no campo e na cidade”. Semana de Geografia da Universidade de Passo Fundo, realizado pela Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003. (**s/documento**)

III.5.11.103 - “Os paradigmas da educação do campo”. Realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2003. (**s/documento**)

III.5.11.104 - “A questão agrária no Brasil: a dimensão socioeconômica”. Seminário Internacional de Direito Agrário, realizado pela Associação Brasileira de Direito Agrário. São Luís, 2003. (**s/documento**)

III.5.11.105 - “Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra”. I Fórum de Extensão Universitária da FCT- UNESP. UNESP, realizado em Presidente Prudente, 16 e 17 de outubro de 2003. (**documento III.5.11.105**)

III.5.11.106 - “Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da luta pela terra em São Paulo no período de 2000 – 2003”. XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Realizado em Gramado – RS, 11 e 15 de novembro de 2004. (**documento III.5.11.106**)



III.5.11.107 - “Movimentos Socioterritoriais e Espacialização da luta pela terra” XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Realizado em Gramado – RS, 11 e 15 de novembro de 2004. (**documento III.5.11.107**)

III.5.11.108 - “Agronegócio e Reforma Agrária”. XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Realizado em Gramado – RS, 11 e 15 de novembro de 2004. (**documento III.5.11.108**)

III.5.11.109 - “Modelos de Desenvolvimentos em Conflito – O Agronegócio e a Via Camponesa”. XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Realizado em Gramado – RS, 11 e 15 de novembro de 2004. (**documento III.5.11.109**)

III.5.11.110 - “Reflexões sobre as Transformações no espaço Agrário Brasileiro”. XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Realizado em Gramado – RS, 11 e 15 de novembro de 2004. (**documento III.5.11.110**)

III.5.11.111 - “Agronegócio na América Latina: O Mito do Desenvolvimento e a Resistência do Campesinato”. X Encontro de Geógrafos da América Latina. Realizado em São Paulo, 22 de março de 2005. (**documento III.5.11.111**)

III.5.11.112 - “Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária”. Seminário Nacional de Educação Básica, realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Brasília, 2005. (**s/documento**)

III.5.11.113 - Reunião de Trabalho do Núcleo Negro da Unesp para Pesquisa e Extensão, 2005. (**s/documento**)

III.5.11.114 - “Movimentos Socioterritoriais e Movimentos Socioespaciais: Contribuição Teórica para uma Leitura Geográfica dos Movimentos Sociais”. VI Encontro Nacional da ANPEGE. Realizado em Fortaleza, 28 a 30 de setembro de 2005. (**documento III.5.11.114**)

III.5.11.115 - “Mapeando os Conflitos pela Terra no Brasil”. XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Universidade Federal do Acre, realizado em Rio Branco, 16 a 21 de julho de 2006. (**documento III.5.11.115**)

III.5.11.116 - “Situação atual e perspectivas da agricultura no Brasil e os impactos do agronegócio”. Encontro Piauiense de Agroecologia. Teresina, 2006. (**s/documento**)

III.5.11.117- “O Campesinato e o Agronegócio de laranja nos EUA e Brasil”. XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Realizado em Rio de Janeiro, 06 a 10 de novembro de 2006. (**documento III.5.11.117**)

III.5.11.118 - “Reforma agrária nos governos Cardoso e Lula”. 14º Encontro Nacional de Geógrafos “A Geografia e a Amazônia no contexto latino-americano: diálogos, práticas e



percursos", realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (ABNT). Rio Branco, 2006. (**s/documento**)

III.5.11.119 - "Paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário". Realizado pela Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2006. (**s/documento**)

III.5.11.120 - "Paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário". Realizado pelo Programa de Pós - Graduação em Geografia da UFRGS. Porto Alegre, 2006. (**s/documento**)

III.5.11.121 - "Movimento social pela reforma agrária: velhas e novas questões". Simpósio - Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais, realizado pela Uniara. Araraquara, 2006. (**s/documento**)

III.5.11.122 - "Território e Legislação: territórios em disputa". III Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizado em conjunto por UEL-USP-UNESP-UNIOESTE-UFMS. Londrina, 2007. (**s/documento**)

III.5.11.123 - "Análise da Implantação de Assentamentos Rurais no Brasil entre 1985 – 2006". III Simpósio Internacional de Geografia Agrária IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Jornada Orlando Verde – Campesinato em Movimento. Universidade Estadual de Londrina em parceria com Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas, realizado em 10 a 14 de outubro de 2007. (**documento III.5.11.123**)

III.5.11.124 - "Movimentos Socioterritoriais no Brasil, Conflitualidade no Urbano e no Rural". III Simpósio Internacional de Geografia Agrária IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Jornada Orlando Verde – Campesinato em Movimento. Universidade Estadual de Londrina em parceria com Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas, realizado em 10 a 14 de outubro de 2007. (**documento III.5.11.124**)

III.5.11.125 - "A metodologia do DATALUTA JORNAL: uma contribuição para os estudos de Geografia Agrária". Realizado em conjunto por UEL-USP-UNESP-UNIOESTE-UFMS. Londrina, 2007. (**s/documento**)

III.5.11.126 - "Estado e Legislação: Territórios em Disputa". III Simpósio Internacional de Geografia Agrária IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Jornada Orlando Verde – Campesinato em Movimento. Universidade Estadual de Londrina em parceria com Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista – Campus de Presidente Prudente, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas, realizado em 10 a 14 de outubro de 2007. (**documento III.5.11.126**)



III.5.11.127 - “Modernização do Campo e Urbanização: conflitos agrários, violência urbana e exclusão social”. Seminário Brasil: Sociedade, Economia e Território. Universidade do Porto, 9 de novembro 2007. (**documento III.5.11.127**)

III.5.11.128 - “Permanências, mudanças e perspectivas no campo: questões à geografia agrária”. VIII ENAPEGE, realizado pela ANPEGE. Curitiba, 2009. (**s/documento**)

III.5.11.129 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”, apresentado juntamente com Clifford Andrew Welch. I Exposição de Trabalhos de Pesquisa da FCT/UNESP para o Público Leigo. FCT-UNESP, Presidente Prudente, 27 de abril a 3 de maio de 2009. (**documento III.5.11.170**)

III.5.11.130 - “Paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário”. Reunião Anual do DATALUTA, realizada pelo conjunto GEOLUTAS - NERA - LAGEA – NEAG. Presidente Prudente – SP, 2009. (**s/documento**)

III.5.11.131 - “Educação do/no Campo e Organização Política”. XX ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária. UNIOESTE, Francisco Beltrão, 25 e 29 de outubro de 2010. (**documento III.5.11.131**)

III.5.11.132 - “Reforma Agrária e Educação do Campo”. IV Seminário Nacional do Pronera, realizado pelo INCRA. Brasília, 2010. (**s/documento**)

III.5.11.133 - “O legado do governo Lula”. Seminário de Altos Estudos Contemporâneos, realizado pela AAENFF - Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – PUC. São Paulo, 2010. (**s/documento**)

III.5.11.134 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. II Exposição de Trabalhos de Pesquisa da FCT/UNESP Para Público Leigo. Presidente Prudente, 2010. (**documento III.5.11.134**)

III.5.11.135 - FERNANDES, B. M., CLEMENTS, E. A. “Acapariamento Sur-Sur: la presencia brasileña en Mozambique”. 12^a Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural – CLACSO. Cidade: México - México. 2012. (**s/documento**)

III.5.11.1 - Apresentação de trabalhos em eventos internacionais

III.5.11.1.1 - “Considerações Sobre a Gleba XV de Novembro”. IV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Realizado em Mérida-Venezuela, 29 de março a 2 de abril de 1993. (**documento III.5.11.1.1**)

III.5.11.1.2 - “Origem e Formação do Assentamento Gleba XV de Novembro, SP”. IV Encuentro de Geógrafos de América Latina. Realizado em Mérida-Venezuela, 29 de março a 2 de abril de 1993. (**documento III.5.11.1.2**)



III.5.11.1.3 - Apresentou trabalho no Taller Científico Internacional Transformaciones del Medio Rural. Universidad de La Habana, realizado em La Habana-Cuba, 5 de fevereiro de 1994. (**documento III.5.11.1.3**)

III.5.11.1.4 - "Proyecto de Reaseamento Laguna São Paulo". Encuentro de Geógrafos de America Latina. Palacio de Las Convenciones, La Habana-Cuba, 31 de julho a 5 de agosto de 1995. (**documento III.5.11.1.4**)

III.5.11.1.5 - "Tema Libre – Problemáticas del Mundo Rural". 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Universidad de Buenos Aires, realizado em Buenos Aires-Argentina, 17 a 21 de março de 1997. (**documento III.5.11.1.5**)

III.5.11.1.6 - "Problemas y Perspectivas de la Enseñanza em la Escuela Media". 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Universidad de Buenos Aires, realizado em Buenos Aires-Argentina, 17 a 21 de março de 1997. (**documento III.5.11.1.6**)

III.5.11.1.7 - "Problemáticas del mundo rural". 6º Encontro de Geógrafos de America Latina - Territorios en redefinición: lugar y mundo en América Latina, 1997. (**s/documento**)

III.5.11.1.8 - "Simposio Territorios globalizados y Reestrururacion sócio-territorial". 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Universidad de Buenos Aires, realizado em Buenos Aires-Argentina, 17 a 21 de março de 1997. (**documento III.5.11.1.8**)

III.5.11.1.9 - "Rural Settlements and the Social and Economic Development: Report of an International Activity". X World Congress of Rural Sociology and the XXXVIII Brasilian Congress of Rural Economy and Sociology, realizado em Rio de Janeiro, 30 de julho a 5 de agosto de 2000. (**documento III.5.11.1.9**)

III.5.11.1.10 - "El Movimiento de los Sin Tierra". Realizado na Universidad de la República, Montevideo, 2000. (**s/documento**)

III.5.11.1.11 "Brava Gente". Feria Internacional del Libro de Guadalajara, 2001. (**s/documento**)

III.5.11.1.12 - "La ocupación como forma de acceso a la tierra". America Latina en movimiento, 2004. (**s/documento**)

III.5.11.1.13 - "Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial". Lincoln Lecture, 2004. (**s/documento**)

III.5.11.1.14 - Apresentou trabalho no XXV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Relizado em Porto Alegre, 22 a 26 de agosto de 2005. (**documento III.5.11.1.14**)



III.5.11.1.15 - "Acces to Land for the Rural Poor/Accès à la terre pour les ruraux pauvres". IVth International Conference/IVème Colloque International. Université de Rennes 2, realizado em 4 a 6 de novembro. (**documento III.5.11.1.15**)

III.5.11.1.16 - "O MST e la luta pela terra, 1979-2005". VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, realizado pela Asociación Latinoamericana de Sociología Rural. Quito - Ecuador, 2006. (**s/documento**)

III.5.11.1.17 - "Understanding the Agribusiness and Peasant Movements in Brazil". Latin American Studies Association XXVI International Congress. Realizado em 15 a 18 de 2006. (**documento III.5.11.1.17**)

III.5.11.1.18 - "Compreendendo a conflitualidade entre o agronegócio e os movimentos camponeses no Brasil". Latin American Studies Association – LASA, realizado pela comissão organizadora do LASA. San Juan - Porto Rico, 2006. (**III.5.11.1.18**)

III.5.11.1.19 - "Agrarian Question in the Brazilian of presidents Cardoso and Lula: Challenges for agrarian geography". 1º Semiar on law and social sciences, organizado pela University of macau. 30 de outubro de 2007. (**documento III.5.11.1.19**)

III.5.11.1.20 - "O MST e a reforma agrária no Brasil". Realizado por Universidad Nacional de Colombia. Bogotá - Colombia, 2007. (**s/documento**)

III.5.11.1.21 - "The Dynamics of Territorial Development in Brazil". CASID Congress 2008, realizado pela University of British Columbia. Vancouver – Canadá, 2008. (**s/documento**)

III.5.11.1.22 - "Territorio, Teoria e Política". Seminario Internacional Las configuraciones de los territorios en el siglo XXI, realizado pela Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 2008. (**s/documento**)

III.5.11.1.23 - "Soberania Alimentar e agronenergia no Brasil". 9ª Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural, realizado pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Asunción, 2008. (**s/documento**)

III.5.11.1.24 - "Peasants Movement and Territorial Development". Canadian Development Studies Workshop, 2008. (**s/documento**)

III.5.11.1.25 - "Food Sovereignty: Current conceptualizations". Food Sovereignty: Theory, Praxis and Power, 2008. (**s/documento**)

III.5.11.1.26 - "Entrando en el territorio del territorio". Taller Multifuncionalidade Rural, pluriactividad campesina y desarrollo local: la experiencia europea y la potencialidad de Brasil, 2008. (**s/documento**)



III.5.11.1.27 - “Ocupações de terras: um estudo sobre a territorialização camponesa no Brasil período de 1988-2007”. 12º Encuentro de Geógrafos da América Latina, no Uruguai de 03 a 07 de abril de 2009. (**documento III.5.11.1.27**)

III.5.11.1.28 - “The Politics of Agrofuel in Brazil: Paradigms and Territorial Dispute”. Workshop Biofuels, land and agrarian change, realizado pelo The Journal of Peasant Studies. Halifax – Canada, 2009. (**s/documento**)

III.5.11.1.29 - “A territorialização dos assentamentos de reforma agrária e reforma agrária de mercado no Brasil período de 1998-2006”. 12º Encuentro de Geógrafos da América Latina, no Uruguai de 03 a 07 de abril de 2009 (**documento III.5.11.1.29**)

III.5.11.1.30 - “Conquistas e desafios dos movimentos camponeses na América Latina”. LASA2009 / Rethinking inequalities - XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association, realizado pelo Latin American Studies Association. Rio de Janeiro – Brasil, 2009. (**s/documento**)

III.5.11.1.31 - “A importância dos grupos de pesquisa/pesquisadores e dos encontros científicos para a produção do pensamento em geografia agrária: um ensaio teórico-metodológico da produção paulista no simpósio internacional de geografia agrária”. 12º Encuentro de Geógrafos da América Latina, no Uruguai de 03 a 07 de abril de 2009 (**documento III.5.11.1.31**)

III.5.11.1.32 - “The Politics of Biofuels in Brazil: paradigms and Territorial Disputes”. Biofuels, land and Agrarian Change. Saint Mary’s University, realizado em Halifax, Nova Scotia, Canada, 16 e 17 de outubro de 2009. (**documento III.5.11.1.32**)

III.5.11.1.33 - “El MST, Gobierno Lula y agronegócio: territorios en disputa”. Seminário Permanente Internacional sobre medio ambiente, agricultura, gênero y movimientos sociales. Chiapas, 24 de junio de 2010. (**documento III.5.11.1.33**)

III.5.11.1.34 - “La reforma Agraria en América Latina”. Latin American Studies Association, realizado pelo LASA. Toronto – Canada, 2010. (**s/documento**)

III.5.11.1.35 - “Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário”. 10ª Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural – CLACSO, realizado pela Clacso. Ciudad de México – México, 2010. (**s/documento**)

III.5.11.1.36 - “Agrarian Reform in Latin America: Issues and Responses to Neoliberal Policy in the Context of Rural Crisis”. LASA2010 / Crisis - Response - Recovery- XXI X International Congress of the Latin American Studies Association, 2010. (**documento III.5.11.1.36**)

III.5.11.1.37 - “Resistencia Campesina ante las estrategias territoriales del Capital: Hacia la construcción del Buen Vivir”. I Reunión del Grupo de Trabajo Clacso, realizado pela Universidad Central del Ecuador. Quito, 17 a 21 de outubro de 2011.



(documento III.5.11.1.37)

III.5.11.1.38 – “Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique” Second Academic Conference on Global Land Grabbing, Ithaca, 2012. (**s/documento**)

III.5.12 Demais produções bibliográficas nacionais

III.5.12.1- FERNANDES, B. M. Brasil: quantos anos você têm?. Livreto. São Paulo:MST, 2000. (**s/documento**)

III.5.12.2- FERNANDES, B. M. O MST e a pesquisa. Livreto. Veranópolis:Iterra, 2001. (**s/documento**)

III.5.12.3- FERNANDES, B. M. MST - Levantamento bibliográfico. Livreto. Veranópolis:Iterra, 2002. (**s/documento**)

III.5.12.4- FERNANDES, B. M., SILVA, A. A., SILVA, J. J. Geografia das ocupações de terra no Brasil - 2002. MAPAS. São Paulo:Edições Loyola, 2002. (**s/documento**)

III.5.12.5- FERNANDES, B. M., LEAL, G. M. Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária. artigo científico. Rio de Janeiro:Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. (**s/documento**)

III.5.12.6- FERNANDES, B. M. O Futuro do MPA. Livreto. Brasília: Movimento dos Pequenos Agricultores, 2003. (**documento III.5.12.6**)

III.5.12.7- FERNANDES, B. M., SILVA, A. A. Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra. Revista - Ciência em Extensão. Publicação de resumo em revista científica. São Paulo:PROEX, 2004. (**s/documento**)

III.5.12.8- FERNANDES, B. M., SAUER, S., STEDILE, J. P. O MST e a luta territorial pela reforma agrária. Livreto. Brasília:Câmra dos Deputados, 2008. (**s/documento**)

III.5.12.9- FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S., PAULILO, M. I. Introdução ao livro Lutas camponesas contemporâneas: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo - SP:Editora da UNESP, 2009. (**s/documento**)

III.5.12.10- FERNANDES, B. M., MEDEIROS, L. S., PAULILO, M. I. Introdução ao livro Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo:Editora da UNESP, 2009. (**s/documento**)

III.5.12.11- FERNANDES, B. M. Prefácio do livro: A Ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo:Hucitec, 1998. (**s/documento**)

III.5.12.12 - FERNANDES, B. M. Prefácio do livro Formação e Ideário do MST. São Leopoldo:UNISINOS, 2003. (**documento III.5.12.12**)



III.5.12.13 - FERNANDES, B. M. Prefácio do Livro Educação de Jovens e Adultos: Estudos e Práticas do Campo. Florianópolis:Centro de Ciências e Educação da UFSC, 2004. (**documento III.5.12.13**)

III.5.12.14 - FERNANDES, B. M. Prefácio do livro Aos Trancos e Barrancos: identidade, cultura e resistência seringueira na periferia de Rio Branco - AC (1970-1980). Rio Branco:EDUFAC, 2004. (**documento III.5.12.14**)

III.5.12.15 - FERNANDES, B. M. Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis:Vozes, 2006. (**s/documento**)

III.5.12.16 - FERNANDES, B. M. Preâmbulo em orelha do livro Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (**s/documento**)

III.5.12.17 - FERNANDES, B. M. O campo da Educação do Campo. Campo Grande: Editora da UFMS, 2008. (**s/documento**)

III.5.12.17.b - FERNANDES, B. M. Educação no/do campo em Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Editora UFMS, 2008. (**documento III. 5.12.17.b**)

III.5.12.18 - FERNANDES, B. M. Prefácio ao A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês, 1924-196 A. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. (**s/documento**)

III.5.12.19 - FERNANDES, B. M. Prefácio “O Valor da Resistência Camponesa”: in Resistência Camponesa e Desenvolvimento Agrário: Uma Análise a partir da Realidade Amazônico-acreana, 2011. (**documento III. 5.12.19**)

III.5.12.20 - FERNANDES, B. M. “Educação do campo e desenvolvimento territorial rural” in: Práticas, desafios e proposições: Para uma educação do campo no município de Goiás, 2011. (**documento III. 5.12.20**)

III.5.12.21 - FERNANDES, B. M. “Assentamentos como territórios” in: Assentamentos rurais e cidadania: A construção de novos espaços de vida, 2011. (**documento III. 5.12.21**)

III.5.12.22- FERNANDES, B. M. Prefácio. “Terriitórios da Educação do Campo”. Belo Horizonte:Autênitca Editora, 2012. (**s/documento**)

III.5.12.23- FERNANDES, B. M. “Prefácio à edição brasileira”. São Paulo:Editora da Unesp, 2012. (**s/documento**)

III.5.12.1 - Demais publicações bibliográficas internacionais



III.5.12.1.1 - FERNANDES, B. M. The occupation as a form of access to land. artigo científico., 2001. (**s/documento**)

III.5.12.1.2 - FERNANDES, B. M. Cuando el territorio es la vida: la experiência de los Sin Tierra en Brasil. Buenos Aires:Editora Antropofagia, 2006. (**s/documento**)

III.5.12.1.3- FERNANDES, B. M. Prefácio do livro Les Sans Terre du Brésil. Savenay:L'HARMATTAN, 2001. (**s/documento**)

III.5.12.1.4 - FERNANDES, B. M. La insuperable cuestión agraria. Asuncion: Base, 2007. (**s/documento**)

III.6 - Produção Técnica

III.6.1 - Assessoria

III.6.1.1 - Seminário “A reforma agrária e o MST”. Secretaria Nacional do MST. São Paulo. 12 de fevereiro de 1992. (**documento III.6.1.1**)

III.6.1.2 - “Curso Nacional de Pedagogia pra Professores de escolas de Assentamento”. Belo Horizonte – MG, no período de 20 a 25 de janeiro de 1994. (**documento III.6.1.2**)

III.6.1.3 - Membro Comissão de Processo de Seleção para os Lotes do Assentamento São Bento. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania Instituto de Terras. Teodoro Sampaio, 8 de agosto de 1994. (**documento III.6.1.3**)

III.6.1.4 - “Projeto de Assentamento São Bento/Santa Clara”. Mirante do Paranapanema – SP, no dia 10 de agosto de 1994. (**documento III.6.1.4**)

III.6.1.5- “Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA”, no dia 22 de agosto de 1994. (**documento III.6.1.5**)

III.6.1.6 - “Projeto de Assentamento São Bento”. Mirante do Paranapanema – SP, no dia 11 de novembro de 1994. (**documento III.6.1.6**)

III.6.1.7 - Assessoria ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Elaboração de uma nova metodologia do módulo fiscal, 1994. (**s/documento**)

III.6.1.8 - “1995: III Congresso Nacional do MST”, São Paulo, 16 de fevereiro de 1995. (**documento III.6.1.8**)

III.6.1.9 - “Seminário Nacional Sobre a Formação no MST”, São Paulo, 11 de setembro de 1996. (**documento III.6.1.9**)

III.6.1.10 - “Assessoria do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária”, Brasília, 10 de março de 1997. (**documento III.6.1.10**)



III.6.1.11 - “Projeto de Reordenamento do Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra”, Goiânia, 10 de outubro de 2000. (**documento III.6.1.11**)

III.6.1.12 - “Oficina de Documentação em conflitos agrários”, Goiânia, 10 de outubro de 2000. (**documento III.6.1.12**)

III.6.1.13 - “Coletivo de Educação do MST”, São Paulo, 22 de novembro de 2000. (**documento III.6.1.13**)

III.6.1.14 - “Encontro de Reestruturação do Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra”, Goiânia, 30 de novembro de 2000. (**documento III.6.1.14**)

III.6.1.15 - “14º Assembléia Regional da Comissão Pastoral da Terra do Paraná: Terra, Água e Direitos”, Curitiba – PR, no período de 05 a 07 de dezembro de 2001. (**documento III.6.1.15**)

III.6.1.16 - “XV Assembléia da Comissão Pastoral da Terra”, no período de 18 e 19 de março de 2002. (**documento III.6.1.16**)

III.6.1.17 - Assessoria nos estudos de pesquisa e planejamento do DATA - CPT, do Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2002. (**s/documento**)

III.6.1.18 - “Identidade Camponesa no Brasil”, Ibirité – MG, 25 de junho de 2002. (**documento III.6.1.18**)

III.6.1.19 - “Encontro Nacional de Documentaristas”, Goiânia, 6 de julho de 2002. (**documento III.6.1.19**)

III.6.1.20 - “Programa Data – CPT”, Goiânia, 05 a 07 de dezembro de 2002. (**documento III.6.1.20**)

III.6.1.21 - “Superintendência do INCRA”, São Paulo, 31 de julho de 2003. (**documento III.6.1.21**)

III.6.1.22 - “Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário”, Brasília, 04 de agosto de 2003. (**documento III.6.1.22**)

III.6.1.23 - “Plano Nacional de Reforma Agrária”, Brasília, 26 de setembro de 2003. (**documento III.6.1.23**)

III.6.1.24 - “I Encontro de Educação do Campo do PRONERA”, no período de 13 a 14 de outubro de 2003. (**documento III.6.1.24**)

III.6.1.25 - “Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA”, no período de 01 a 02 de dezembro de 2003. (**documento III.6.1.25**)



III.6.1.26 - “Reunião de Preparação para a Instalação dos Fóruns de Ciências Sociais”, Brasília, 17 de dezembro de 2003. (**documento III.6.1.26**)

III.6.1.27 - “II Seminário de Pesquisa de Avaliação do PRONERA”, no período de 22 a 26 de março de 2004. (**documento III.6.1.27**)

III.6.1.28 - “Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária”, Brasília, 23 de setembro de 2004. (**documento III.6.1.28**)

III.6.1.29 - “Processo Seletivo Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior – PDEE”, Presidente Prudente, 27 de outubro de 2004. (**documento III.6.1.29**)

III.6.1.30 - “Comissão Pedagógica do PRONERA”, 22 a 23 de novembro de 2004. (**documento III.6.1.30**)

III.6.1.31 - “Comissão Pedagógica do PRONERA”, Brasília, no período de 14 e 15 de fevereiro de 2005. (**documento III.6.1.31**)

III.6.1.32 - “Comissão Pedagógica do PRONERA”, Brasília, no período de 07 a 10 de março de 2005. (**documento III.6.1.32**)

III.6.1.33 - “Reunião Ampliada do GPT”, Brasília, 14 a 17 de março de 2005. (**documento III.6.1.33**)

III.6.1.34 - “Comissão Pedagógica do PRONERA”, Brasília, no período de 04 a 05 de abril de 2005. (**documento III.6.1.34**)

III.6.1.35 - “Comissão Pedagógica do PRONERA”, Brasília, no período de 06 a 09 de abril de 2005. (**documento III.6.1.35**)

III.6.1.36 - “Comissão Pedagógica do PRONERA”, Brasília, no período de 08 a 09 de abril de 2005. (**documento III.6.1.36**)

III.6.1.37 - “NUPE – Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão”, São Paulo, 13 de agosto de 2005. (**documento III.6.1.37**)

III.6.1.38- “Comissão Pedagógica do PRONERA”, Brasília, no período de 17 a 19 de abril de 2005. (**documento III.6.1.38**)

III.6.1.39 - Assessoria Técnico-Científica à Fundação Editora da UNESP. Obra: Fronteiras em movimento: a imigração brasileira em território fronteiriço. São Paulo: 06 de novembro de 2008. (**documento III.6.1.39**)

III.6.1.40 - Assessoria Técnico-Científica à Fundação Editora da UNESP. Obra: Citrus: a history. São Paulo: 13 de julho de 2009. (**documento III.6.1.40**)



III.6.2 - Parecerista

III.6.2.1 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq 95-96, certificado por UNESP, Presidente Prudente, 5 de setembro de 1996. (**documento III.6.2.1**)

III.6.2.2 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para 5^a a 8^a do Ensino Fundamental, certificado por Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, 30 de setembro de 1998. (**documento III.6.2.2**)

III.6.2.3 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à FUNDUNESP, certificado por Fundação UNESP, São Paulo, 12 de agosto de 1998. (**documento III.6.2.3**)

III.6.2.4 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à FUNDUNESP, certificado por Fundação UNESP, São Paulo, 21 de setembro de 1999. (**documento III.6.2.4**)

III.6.2.5 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Fudação para o Desenvolvimento da Unesp, 1999. (**s/documento**)

III.6.2.6 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Comitê Científico no 1º Congresso de Extensão Universitária da UNESP, certificado por UNESP, São Paulo, 4 a 7 de outubro de 1999. (**documento III.6.2.6**)

III.6.2.7 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à FUNDUNESP, certificado por Fundação UNESP, São Paulo, 29 de agosto de 2000. (**documento III.6.2.7**)

III.6.2.8 - FERNANDES, B. M. Parecerista na Fudação para o Desenvolvimento da Unesp, 2000. (**s/documento**)

III.6.2.9 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à FUNDUNESP, certificado por Fundação UNESP, São Paulo, 8 de outubro de 2001. (**documento III.6.2.9**)

III.6.2.10 -FERNANDES, B. M. Pareceres referentes à PIBIC/CNPq/FCL/UNESP/CAr da Área de Ciências Sociais, certificado por UNESP – Campus de Araraquara, Araraquara, agosto de 2002. (**documento III.6.2.10**)

III.6.2.11 - FERNANDES, B. M. Parecerista ad-hoc do Programa de Bolsas PIBIC/CNPq/Unesp, da Faculdade de Ciências e Letras (Araraquara), no ano de 2002. (**s/documento**)

III.6.2.12 - FERNANDES, B. M. Parecer referente ao Programa de Bolsas PIBIC/CNPq/Unesp, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Presidente Prudente), no ano de 2002. (**s/documento**)



III.6.2.13 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Caderno Prudentino de Geografia, certificado por Associação dos Geógrafos Brasileiros, Presidente Prudente, 9 de outubro de 2002. (**documento III.6.2.13**)

III.6.2.14 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à projetos de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq, certificado por FCT – UNESP, Presidente Prudente, 12 de novembro de 2002. (**documento III.6.2.14**)

III.6.2.15 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à artigos encaminhados para publicação da Revista Geografia em Atos, certificado por FCT – UNESP, Presidente Prudente, 10 de março de 2003. (**documento III.6.2.15**)

III.6.2.16 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Comissão Permanente de Pesquisa em Projetos de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq/UNESP – 2003/2004, certificado por UNESP – Araraquara, Araraquara, 4 de junho de 2003. (**documento III.6.2.16**)

III.6.2.17 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Processo PIBIC/CNPq, certificado por FCT – UNESP, presidente Prudente, 10 de junho de 2003. (**documento III.6.2.17**)

III.6.2.18 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Comissão Científica no V Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor, certificado por UNESP, Presidente Prudente, 20 a 24 de julho de 2003. (**documento III.6.2.18**)

III.6.2.19 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Comissão Permanente de Pesquisa em Relatórios da Iniciação Científica do PIBIC/CNPq/UNESP, certificado por UNESP – Araraquara, Araraquara, 15 de outubro de 2003. (**documento III.6.2.19**)

III.6.2.20 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à projetos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), 2003. (**s/documento**)

III.6.2.21 - FERNANDES, B. M. Parecerista ad-hoc do Programa de Bolsas PIBIC/CNPq/Unesp, da Faculdade de Ciências e Letras (Araraquara), no ano de 2003. (**s/documento**)

III.6.2.22 - FERNANDES, B. M. Parecerista ad-hoc do Programa de Bolsas PIBIC/CNPq/Unesp, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Presidente Prudente), no ano de 2003. (**s/documento**)

III.6.2.23 - Departamento de Geografia da FCT – UNESP. Parecer referente à Relatório Anual de Atividades do Professor Doutor Bernardo Mançano Fernandes, certificado por FCT – UNESP, Presidente Prudente, 31 de março de 2004. (**documento III.6.2.23**)

III.6.2.24 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Processo PIBIC – 2005/2006, certificado por Comissão Permanente de Pesquisa do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP – Rio Claro, Rio Claro, junho de 2005. (**documento III.6.2.24**)



III.6.2.25 - FERNANDES, B. M. Pareceres referentes à artigos publicados na Revista Terra Livre, certificado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, Goiânia, 15 de abril de 2005. (**documento III.6.2.25**)

III.6.2.26 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Projeto de Pesquisa concorrente à Bolsa de Iniciação Científica do Programa PIBIC/CNPq/UNESP – 2005/2006, certificado por UNESP – Rio Claro, Rio Claro, junho de 2005. (**documento III.6.2.26**)

III.6.2.27 - FERNANDES, B. M. Parecer referente ao Programa de Bolsas PIBIC/CNPq/Unesp, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Presidente Prudente), no ano de 2005. (**s/documento**)

III.6.2.28 - FERNANDES, B. M. Parecer referente ao Programa de Bolsas PIBIC/CNPq/Unesp, do Instituto de Geociencias e Ciências Exatas (Rio Claro), no ano de 2005. (**s/documento**)

III.6.2.29 - FERNANDES, B. M. Parecer referente ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2005. (**s/documento**)

III.6.2.30 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq/UNESP, certificado por FCT-UNESP, agosto de 2005 a julho de 2006, Franca, 7 de fevereiro de 2006. (**documento III.6.2.30**)

III.6.2.31 - FERNANDES, B. M. Parecer referente à Comissão Científica do 1º Simpósio Nacional Rural e o Urbano no Brasil SINARUB, certificado por DG/FFLCH/USP e DG/UFRGS, São Paulo, 9 de dezembro de 2006. (**documento III.6.2.31**)

III.6.2.32 - FERNANDES, B. M. Parecer referente ao Programa de Bolsas PIBIC/CNPq/Unesp, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Presidente Prudente), no ano de 2006. (**s/documento**)

III.6.3 - Outras

III.6.3.1 - FERNANDES, B. M. Revista Terra Livre 5, 1988. (**s/documento**)

III.6.3.2 - FERNANDES, B. M. Revista Terra Livre 6, 1988. (**s/documento**)

III.6.3.4 - FERNANDES, B. M. Revista Terra Livre 7, 1990. (**s/documento**)

III.6.3.5 - FERNANDES, B. M. Curso - Som e imagem no ensino de geografia: geografia em canção (ministrado no Encontro de Professores de Geografia do Estado de São Paulo), 1990. (**s/documento**)

III.6.3.6 - FERNANDES, B. M. Curso - Geografia em canção (ministrado no XI Encontro Estadual de Professores de Geografia - RS), 1991 (**s/documento**)



III.6.3.7 - FERNANDES, B. M. Curso - Geografia em canção, 1992 (**s/documento**)

III.6.3.8 - FERNANDES, B. M. Curso de geografia (ministrado no II Encontro de Professores dos Assentamentos e Acampamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso do Sul), 1992. (**s/documento**)

III.6.3.9 - FERNANDES, B. M. Mini-curso - Geografia em canção - o som e a imagem no processo de construção do conhecimento, 1992. (**s/documento**)

III.6.3.10 - FERNANDES, B. M. Mini-curso - Geografia em canção (ministrado no II Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores), 1992. (**s/documento**)

III.6.3.11 - FERNANDES, B. M. Curso - Geografia em canção, 1992. (Aperfeiçoamento, Curso de curta duração ministrado) (**s/documento**)

III.6.3.12 - FERNANDES, B. M. A mística enquanto princípio educativo nos movimentos sociais: a experiência do setor de educação do MST - A pesquisa nossa de cada dia (Unesp), 1993. (**s/documento**)

III.6.3.13 - FERNANDES, B. M. Som e imagem no ensino de geografia, 1993. (**s/documento**)

III.6.3.14 - FERNANDES, B. M. Ministrante da disciplina de geografia no curso de magistério de férias, 1993 (**s/documento**)

III.6.3.15 - FERNANDES, B. M. Projetos Alternativos de escola, 1993. (**s/documento**)

III.6.3.16 - FERNANDES, B. M. Modernidade: idéia de progresso e as novas formas de relação sociedade-natureza, 1993. (**s/documento**)

III.6.3.17 - FERNANDES, B. M. Formação do professor, 1994. (**s/documento**)

III.6.3.18 - FERNANDES, B. M. Violência no campo: cidadania dilacerada na sociedade brasileira, 1994. (**s/documento**)

III.6.3.19 - FERNANDES, B. M. Mini-curso - Geografia em canção (ministrado na II Jornada de Educação), 1995 (**s/documento**)

III.6.3.20 - FERNANDES, B. M. Palestra - I Recenseamento Nacional de Educação em Assentamentos e Acampamentos Rurais (3º Encontro Nacional de Ensino de Geografia), 1995. (**s/documento**)

III.6.3.21 - FERNANDES, B. M. Teoria do conhecimento da geografia contemporâneo, 1996. (**s/documento**)

III.6.3.22 - FERNANDES, B. M. Paulo Freire: a educação e a reforma agrária, 1997.



III.6.3.23 - FERNANDES, B. M. Relatório do Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra, 1998. (**s/documento**)

III.6.3.24- FERNANDES, B. M. Campo e cidade, trabalho e cidadania, 1998. (**s/documento**)

III.6.3.25 - FERNANDES, B. M. Curso de especialização e extensão em Administração em cooperativa, 1998. (**s/documento**)

III.6.3.26 - FERNANDES, B. M. Reforma agrária: ações públicas e movimentos sociais, 1998. (**s/documento**)

III.6.3.27 - FERNANDES, B. M. Relatório de pesquisa – Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra – 1979-1999. (**s/documento**)

III.6.3.28 - FERNANDES, B. M. Projeto de desenvolvimento do assentamento Nova Conquista - Rancharia - SP, 2000. (**s/documento**)

III.6.3.29 - FERNANDES, B. M. Educação e conjuntura nacional, 2000. (**s/documento**)

III.6.3.30 - FERNANDES, B. M. Jornada de trabalhos geográficos, em coordenação com o Laboratório de Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental do Território, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências, Universidade de la República (Uruguai), 2000. (**s/documento**)

III.6.3.31 - FERNANDES, B. M. Mapa - Geografia das ocupações de terra - Brasil - 1988-1999 - Número de ocupações, 2000. (**s/documento**)

III.6.3.32 - FERNANDES, B. M. Mapa - Geografia das ocupações de terra - Brasil 1988-1999 - Número de famílias, 2000. (**s/documento**)

III.6.3.33 - FERNANDES, B. M. Sessão III do Fórum de Ciências da FCT/Unesp, 2000. (**s/documento**)

III.6.3.34 - FERNANDES, B. M. Palestrante no Projecto Los intercambios agroalimentares entre el Mercosur y Espana ante la liberalización del comercio mundial, 2001 (**s/documento**)

III.6.3.35 - FERNANDES, B. M. Relatório de pesquisa - Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra - 1979-2001, 2001. (**s/documento**)

III.6.3.36 - FERNANDES, B. M. Revista Terra Livre 16, 2001. (Periódico, Editoração) (**s/documento**)

III.6.3.37 - FERNANDES, B. M. Revista Terra Livre 17, 2001. (Periódico, Editoração) (**s/documento**)



III.6.3.38 - FERNANDES, B. M. RIST - Relatório de impacto socioterritorial, 2002. (**s/documento**)

III.6.3.39 - FERNANDES, B. M. Curso - A questão da terra no Brasil e na região, 2002. (**s/documento**)

III.6.3.40 - FERNANDES, B. M. Curso específico para professores da área de geografia da rede pública municipal de ensino de Chapecó – SC, 2002. (**s/documento**)

III.6.3.41 - FERNANDES, B. M., GIRARDI, E. P., SILVA, A. A. Mapa - Geografia das ocupações de terra - Brasil - 2001, 2002. (**s/documento**)

III.6.3.42 - FERNANDES, B. M. Relatório de impactos socioterritoriais do assentamento São Bento - Mirante do Paranapanema – SP, 2002. (**s/documento**)

III.6.3.43 - FERNANDES, B. M. Revista Terra Livre 18, 2002. (**s/documento**)

III.6.3.44 - FERNANDES, B. M. A grilagem do Pontal do Paranapanema e a luta do MST, 2001. (**s/documento**)

III.6.3.45 - FERNANDES, B. M. Revisão do Manual de Operações, 2003 (**s/documento**)

III.6.3.46 - FERNANDES, B. M. Mapa - Geografia das ocupações de terra - 2002, 2003. (**s/documento**)

III.6.3.47 - FERNANDES, B. M., SILVA, A. A., NUNES, J. O. R. Relatório de impactos socioterritoriais do assentamento Antonio Conselheiro - Mirante do Paranapanema - SP, 2003. (**s/documento**)

III.6.3.48 - FERNANDES, B. M., SILVA, A. A. Relatório de pesquisa – Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra – 1955-2002, 2003. (**s/documento**)

III.6.3.49 - FERNANDES, B. M., GIRARDI, E. P., SILVA, A. A. Geografia das ocupações de terra - Brasil - 2003, 2003. (**s/documento**)

III.6.3.50 - FERNANDES, B. M., GIRARDI, E. P., SILVA, A. A. Geografia dos assentamentos rurais do Brasil - 2002, 2003. (**s/documento**)

III.6.3.51 - FERNANDES, B. M. Participação da elaboração de projeto de assessoria técnica e social na reforma agrária, 2003. (**s/documento**)

III.6.3.52 - FERNANDES, B. M. Pontal do Paranapanema, 2004. (**s/documento**)

III.6.3.53 - FERNANDES, B. M., SILVA, A. A., GIRARDI, E. P. Relatório de pesquisa – Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra – 1955-2003, 2004. (**s/documento**)



III.6.3.54 - FERNANDES, B. M. Curso - Organização e cooperação para assentamentos de reforma agrária, 2003. **(s/documento)**

III.6.3.55 - FERNANDES, B. M. Elaboração do projeto do I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, 2005. **(s/documento)**

III.6.3.56 - FERNANDES, B. M., PASSOS, M. M., MEDEIROS, C. M. S. V. A colonização agrícola no norte do Estado de Mato Grosso: a "região de Sinop" (Mestranda: Luciana Teixeira), 2005. **(s/documento)**

III.6.3.57 - GIRARDI, E. P., SILVA, A. A., CAVALCANTE, M. B., FERNANDES, B. M. Brasil - Geografia das Ocupações de Terras - 1988-2004 - Número de Famílias, 2005 **(s/documento)**

III.6.3.58 - GIRARDI, E. P., SILVA, A. A., CAVALCANTE, M. B., FERNANDES, B. M. Brasil - Geografia das Ocupações de Terras - 1988-2004 - Número de Ocupações, 2005. **(s/documento)**

III.6.3.59 - GIRARDI, E. P., SILVA, A. A., CAVALCANTE, M. B., FERNANDES, B. M. Brasil - Geografia dos Despejos da Terras - 2004 - Número de Despejos, 2005. **(s/documento)**

III.6.3.60 - GIRARDI, E. P., SILVA, A. A., CAVALCANTE, M. B., FERNANDES, B. M. Brasil - Geografia dos Despejos da Terras - 2004 - Número de Famílias Despejadas, 2005. **(s/documento)**

III.6.3.61 - FERNANDES, B. M., CUTER, G. M., BRUNO, R. C., CAVALCANTE, M. B. CD Produção Nera 2004, 2005. **(s/documento)**

III.6.3.62 - FERNANDES, B. M. Identidad de los movimientos sociales en America Latina, 2005. **(s/documento)**

III.6.3.63 - FERNANDES, B. M., MOLINA, M. C., CALDART, R. S., JESUS, S. M. S. A., KOLLING, E., SOUZA, M. S. Manual para elaboração de projetos de educação do campo – Pronera, 2005. **(s/documento)**

III.6.3.64 - FERNANDES, B. M., GIARRACA, N., CECENA, A. E., ALCOREZA, R. P. Movimientos sociales y cambio social, 2005. **(s/documento)**

III.6.3.65 - GIRARDI, E. P., SILVA, A. A., CAVALCANTE, M. B., FERNANDES, B. M. Brasil - Geografia das Expulsões de Terras - 2004 - Número de Expulsões, 2005. **(s/documento)**



III.6.3.66 - FERNANDES, B. M. Os núcleos de base do MST e a construção da cooperação agrícola: assentamento Contestado à Estado do Paraná, 2005. (**s/documento**)

III.6.3.67 - FERNANDES, B. M., SILVA, A. A., CAVALCANTE, M. B., GONCALVES, E. C., GIRARDI, E. P. Relatório de pesquisa - Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra - 1942-2004, 2005. (**s/documento**)

III.6.3.68 - FERNANDES, B. M., CUTER, G. M., CAVALCANTE, M. B. CD Produção Nera 2005, 2006. (**s/documento**)

III.6.3.69 - FERNANDES, B. M. Em 2005, mais manipulação dos números (Jornal Brasil de Fato), 2006. (**s/documento**)

III.6.3.71 - FERNANDES, B. M. Existem 63 movimentos de sem-terra no Brasil, 2006. (**s/documento**)

III.6.3.72 - FERNANDES, B. M. New Social Movements and Democracy in the Americas, 2006. (**s/documento**)

III.6.3.743 - FERNANDES, B. M. O Brasil precisa ter uma política crescente de reforma agrária, 2006. (**s/documento**)

III.6.3.75 - FERNANDES, B. M. O governo tem infra-estrutura para fazer a reforma agrária mas sempre existem empecilhos, 2006. (**s/documento**)

III.6.3.76 - FERNANDES, B. M., GONCALVES, E. C., SOUZA, A. S., SILVA, A. A., CAVALCANTE, M. B., GIRARDI, E. P., ROCHA, H. F., SILVA, C. R. S., SOUZA, R. V. M., RAMOS FILHO, E. S. Relatório de pesquisa - Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra - 1942-2005, 2006. (**s/documento**)

III.6.3.77 - FERNANDES, B. M. El Enfoque Socioterritorial, 2007. (**s/documento**)

III.6.3.78 - FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais, 2007. (**s/documento**)

III.6.3.79 - FERNANDES, B. M., RODRIGUES, D. V., WELCH, C., CLEPS JUNIOR, J., FABRINI, J. E. Relatório de pesquisa - Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra - 1942-2006, 2007. (**s/documento**)

III.6.3.80 - FERNANDES, B. M., GOMEZ, J. M., RAMOS FILHO, E. S., FELICIANO, C. A., COPELLI, M. C., LUZ, M. F., OLIVEIRA, T., ALBUQUERQUE, V. O. Elaboração do projeto do curso de graduação em geografia com ênfase em desenvolvimento territorial rural para assentados (FCT/Unesp), 2005 (**s/documento**)



III.6.3.81 - FERNANDES, B. M., WELCH, C. Relatório de pesquisa - Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra - 1979-2007 - Pontal do Paranapanema, 2008. **(s/documento)**

III.6.3.83 - FERNANDES, B. M. Teoria dos territórios e desenvolvimento territorial, 2008. **(s/documento)**

III.6.3.84 - FERNANDES, B. M. Coordenador de Comitê Técnico deo Edital CNPq 04/2009, 2009. **(s/documento)**

III.6.3.85 - WELCH, C., FERNANDES, B. M., TEUBAL, M., GRAMMONT, H., Mackinlay, O., HRISTROV, J., CAMERON, J. D., HAMMOND, J., CAMUS-VERGARA, L., PETRAS, J. Latim American Perspectives, 36, 2009. **(s/documento)**

III.6.3.86 - FERNANDES, B. M., WELCH, C., CLEPS JUNIOR, J., FABRINI, J. E. Relatório de pesquisa - Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra - 1979-2008, 2009. **(s/documento)**

III.6.3.87 - FERNANDES, B. M. Educação do Campo e Desenvolvimento territoial, 2010. **(s/documento)**

III.6.3.88 - FERNANDES, B. M. Relatório de pesquisa - Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra - 1979-2009, 2010. **(s/documento)**

III.6.3.89 - FERNANDES, B. M. Terriorios en disputa: MST, agronegocio y gobierno Lula, 2010. **(s/documento)**

III.6.3.90 - FERNANDES, B. M. Territorialização camponesa no semi-árido e em regiões metropolitanas. Situação atual e potencialidades postas pelos gestores das políticas de segurança alimentar e nutricional (Governo Presidente Lula), 2010. **(s/documento)**

III.7.1 – Vídeos

III.7.1.1 - RODRIGUES, A. M., FUJIMOTO, E. K., FUJIMOTO, Nelson, FERNANDES, B. M. Vídeo - A produção do espaço urbano: vídeo sobre as ocupações de terras, 1988.**(s/documento)**

III.7.1.2 - FERNANDES, B. M., FUJIMOTO, E. K. Vídeo - Caminhos da terra, 1988. **(s/documento)**

III.7.1.3 - FERNANDES, B. M. Vídeo - Chico Mendes: um depoimento, 1988. **(s/documento)**

III.7.1.4 - FERNANDES, B. M. Vídeo - Ilha do Cardoso (co-produção), 1988. **(s/documento)**

III.7.1.5 - FERNANDES, B. M. Vídeo - Amazônia Oriental: expropriação e resistência, 1990.

**(s/documento)**

III.7.1.6 - FERNANDES, B. M. Vídeo - Geografia em canção, 1990. **(s/documento)**

III.7.1.7 - FERNANDES, B. M. Vídeo - Geografia em canção - Apartheid, 1990. **(s/documento)**

III.7.1.8 - FERNANDES, B. M. Vídeo - Geografia em canção - êxodo rural, 1990. **(s/documento)**

III.7.1.9 - FERNANDES, B. M. Vídeo - Geografia em canção - Brasil, 1991. **(s/documento)**

III.7.1.10 - FERNANDES, B. M. Vídeo - Geografia em canção - Colonização do Paraná, 1992. **(s/documento)**

III.7.1.11 - FERNANDES, B. M. Vídeo - Tem Grilo no Pontal, 1993. **(s/documento)**

III.8 - Orientações concluídas**III.8.1 - Orientações concluídas (Doutorado)**

III.8.1.1 - João Edmilson Fabrini, intitulada “Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR Enquanto Território de Resistência Camponesa”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 08 de outubro de 2002, Presidente Prudente – SP. (orientador) **(documento III.8.1.1)**

III.8.1.2 - Silvio Simione da Silva. Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia Acreana. 2005. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) **(documento III.8.1.2)**

III.8.1.3 - Izabel Castanha Gil. Desenvolvimento Regional na região da Alta Paulista. 2007. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) **(documento III.8.1.3)**

III.8.1.4 - Noemia Ramos Vieira. As questões das geografias do Ensino Superior e do Ensino Fundamental a partir da Formação Continuada do professor e das categorias Lugar, Paisagem, Território e Região: um estudo da Diretoria Regional de Ensino de Marília. 2007. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) **(documento III.8.1.4)**

III.8.1.5 - Eraldo da Silva Ramos Filho. Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). 2008. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) **(documento III.8.1.5)**

III.8.1.6 - Eduardo Paulon Girardi. Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária



Brasileira. 2008. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.1.6**)

III.8.1.7 - Nelson Rodrigo Pedon. Movimentos socioterritoriais no Brasil: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.1.7**)

III.8.1.8 - Francilane Eulália de Souza. O Papel da Geografia Escolar para o Fortalecimento do Campesinato no Município de Goiás. 2011. Tese (Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.1.8**)

III.8.1.9 – Janaína Francisca de Souza Campos. Leituras dos territórios paradigmáticos da geografia agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. Tese (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.1.9**)

III.8.1.10 - Bruno López Aretio-Aurtena. **El MST en el marco de la cuestión agraria brasileña.** 2012. Tese (Historia) - Universidad de Castilla-La Mancha (Co-orientador) (**s/documento**)

III.8.2 - Orientações concluídas (Mestrado)

III.8.2.1 - Cristiane Barbosa Ramalho. Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema - região do Pontal do Paranapanema - SP. 2002. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.2.1**)

III.8.2.2 - Rusvênia L. B. R. da Silva. Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás - GO. 2003. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.2.2**)

III.8.2.3 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Gleison Moreira Leal. intitulada “Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio - SP” do programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. , 2003, Presidente Prudente – SP (**documento III.8.2.3**)

III.8.2.4 - Karina Furini da Ponte, intitulada “Uma Análise Geográfica das Novas Ruralidades e do Controle Social nas Vilas Rurais da Paz em Rolândia e João Inocente em Cambé”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 11 de março de 2004, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.8.2.4**)

III.8.2.5 - Tania da Silva. As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã - MS. 2004. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.2.5**)



(...)

III.8.2.8 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Priscillia Bagli, intitulada “Rural e Urbano nos Municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: Dos Mitos Pretéritos às Recentes Transformações”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 12 de abril de 2006, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.8.2.8**)

III.8.2.9 - Eliane de Jesus Teixeira Mazzini. Assentamentos no Pontal do Paranapanema: uma política de desenvolvimento ou de compensação social. 2007. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Co-orientador) (**s/documento**)

III.8.2.10 - Anderson Antonio da Silva. Multidimensionalidade dos assentamentos rurais do Município de Teodoro Sampaio. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Orientador) (**s/documento**)

III.8.2.11 - Elieinal Constantino Gonçalves. A disputa territorial entre movimentos camponeses e agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio. 2011. Dissertação (Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (orientador) (**documento III.8.2.11**)

III.8.2.12 – Estevan Leopoldo de Freitas Coca. Estudo da diversidade e atualidade da reforma agrária: análise dos assentamentos do território do Cantuquiriguá – Estado do Paraná. 2011. Dissertação (Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (orientador) (**documento III.8.2.12**)

III.8.2.13 – Claudia Pilar Lizárraga Aranibar. La descolonización del territorio: luchas y resistencias campesinas, indígenas en Bolivia, reforma agraria e asamblea constituyente. 2011. Dissertação (Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (orientador) (**documento III.8.2.13**)

III.8.2.14 - Carlos Alfredo Vacaflores Rivero. La disputa territorial campesina: estudio en la región de San Augustin en Tarija - Bolivia. 2011. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (orientador) (**documento III.8.2.14**)

III.8.2.15 - Tiago Egídio Avanço Cubas. São Paulo agrário: as representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. 2012. Dissertação (Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (co-orientador) (**s/documento**)

III.8.3 Orientações concluídas (Trabalho conclusão de curso em graduação)

III.8.3.1 - Márcia Yukari Mizusaki. A ação pastoral das CEBs de Presidente Bernardes. 1991. Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.3.1**)



III.8.3.1b – Lindomar Texeira Luiz. Espaço e Consciência: Estudo de um Bairro Periférico. 1992. Curso (Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador). (**documento III.8.3.1b**)

III.8.3.2 - Rosemeire Aparecida de Almeida. O processo de conquista da terra pelo MST no Pontal do Paranapanema: as ocupações das fazendas São Bento e Santa Clara. 1993. Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.3.2**)

III.8.3.3 - Cristiane Barbosa Ramalho. Impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Pontal do Paranapanema – SP. 1999. Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**s/documento**)

III.8.3.4 - Gilberto Vieira dos Santos. A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rural Sem-Terra no Pontal do Paranapanema (1996-1998). 1999. Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Orientador) (**documento III.8.3.4**)

III.8.3.5 - Sergio Gonçalves. O movimento social e (re) estruturação espacial: a desterritorializacao do capital. 2000. Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**s/documento**)

III.8.3.6 - Solange Lima. A participação e o desempenho socioeconômico dos trabalhadores de origem urbana no assentamento rural Nova Conquista – Rancharia/SP. 2001. Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**s/documento**)

III.8.3.7 - Juscelino Lino Miguelão, intitulado “Formação de Quadros para trabalho de Base – estudo de caso regional de promissão - SP”, apresentado no dia 02 de agosto de 2001, Instituto Técnico de Capacitação e **Pesquisa da Reforma Agrária. Veranopolis – RS** (**documento III.8.3.7**)

III.8.3.8 - Rodrigo da Silva Botassim. Sem terra assentado: um futuro pequeno capitalista?. 2002. Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.3.8**)

III.8.3.9 - Priscilla Bagli. Das violências as resistências: a espacialização das lutas e conflitos no norte do Paraná – uma análise da política repressiva do governo Jaime Lerner. 2002. Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.3.9**)

III.8.3.10 - Magali Suchet. L'appui au développement et le Mouvement des Sans Terre, au Brésil. 2003. Curso (Développement Territorial) - Université Pierre Mendès France (Orientador) (**s/documento**)

III.8.3.11 - Evandro Sanches. Folia de reis: espacialização em Nhandeara e região. 2003.



Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**s/documento**)

III.8.3.12 - Matuzalem Bezerra Cavalcante. Transformações socioterritoriais do campo brasileiro da década de 1990 aos dias atuais. 2006. Curso (Geografia) - Universidade Federal do Acre (Orientador) (**s/documento**)

III.8.3.13 - Herivelto Fernandas Rocha. Análise e Mapeamento da implantação de assentamentos rurais no Brasil 1985 - 2008. 2009. Curso (Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Orientador) (**documento III.8.3.13**)

III.8.3.14 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Rafael de Oliveira Coelho dos Santos, intitulado “Estudo da obtenção de assentamentos de reforma agrária no período de 1985 a 2009”, apresentado no dia 29 de novembro de 2010, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.8.3.14**)

III.8.3.15 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Gutemberg Gomes de Oliveira, intitulado “A pedagogia da alternância na escola Família Agrícola de Pinheiros – ES: Os Processos de Territorialização Desterritorialização e Reterritorialização do Campesinato e a Relação Campo – Cidade”, apresentado em dezembro de 2011, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.8.3.15**)

III.8.3.16 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Ronimarcia Martins Lima, intitulado “Articulação e conflitualidade das políticas de educação, entre o estado e o movimento sem terra na escola do assentamento Valdício Barbosa dos Santos”, apresentado em dezembro de 2011, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.8.3.16**)

III.8.3.17 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Gilberto Martini, intitulado “A construção da educação do campo como política pública: o ensino de geografia na escola itinerante caminhos do saber no município de Ortigueira - Paraná”, apresentado em dezembro de 2011, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.8.3.17**)

III.8.3.18 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Carlos de Almeida, intitulado “A disputa territorial entre agronegócio X campesinato no assentamento Santa Rita de Cássia II em Nova Santa Rita - RS”, apresentado em dezembro de 2011, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.8.3.18**)

III.8.3.19 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato José Valdir Misnerovicz, intitulado “Novo campesinato em movimento: estudo dos assentamentos dom Fernando Gomes em Itaberaí – GO e Dom Tomás Balduíno em Franco da Rocha - SP”, apresentado em dezembro de 2011, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.8.3.19**)

III.8.3.20 – Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Valmir Ulisses Sebastião, intitulado “O acampamento como espaço de luta pela terra no Pontal do



Paranapanema”, apresentado em dezembro de 2011, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.8.3.20**)

III.8.3.21 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Danilo Valentin Pereira, intitulado “Um estudo sobre as tipologias de manifestações do campo no estado de São Paulo no período de 2000 a 2011”, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**s/documento**)

III.8.4 - Orientações concluídas (Iniciação científica)

III.8.4.1 - “Monitoria das disciplinas de Geografia Econômica e Geografia Regional do Brasil”. Bolsista: Rosivânia Feba de Brito. Bolsa: Orientação de outra natureza, 1992., (**s/documento**)

III.8.4.2 - “Geografia dos assentamentos rurais do Brasil”. Bolsista: Carlos Alberto Feliciano. Bolsa: Iniciação Científica, 1995. (**s/documento**)

III.8.4.3 - “A forma de organização dos sem-terra de Martinópolis - SP”. Bolsista: Marilda da Silva Envagelista. Bolsa: Iniciação Científica, 1995. (**s/documento**)

III.8.4.4 - “O ensino de geografia e cartografia na pré-escola”. Bolsista: Mirtes Gomes Oliveira. Bolsa: PIBIC/CNPq, período agosto de 1995 a julho de 1996. (**documento III.8.4.4**)

III.8.4.5 - “O ensino de geografia e cartografia na pré-escola”. Bolsista: Mirtes Gomes de Oliveira. E “Luta pela terra: do real aos quadrinhos”. Bolsista: Carlos Alberto Feliciano. Bolsas: Iniciação Científica, período de agosto de 1996 a julho de 1997. (**s/documento**)

III.8.4.6 - “O ensino de geografia e cartografia na pré-escola”. Bolsista: Mirtes Gomes Oliveira. Bolsa: PIBIC/CNPq, período agosto de 1996 a julho de 1997. (**documento III.8.4.6**)

III.8.4.7 - Bolsista: Alexandre Rodrigues Ribas. Bolsa: PIBIC/CNPq, período março de 1997 a fevereiro de 1998. (**documento III.8.4.7**)

III.8.4.8 - “Quem são os sem-terra: a relação campo-cidade na questão agrária do Pontal do Paranapanema”. Bolsista: Mirtes Gomes de Oliveira. Bolsa: Iniciação Científica, 1998. (**s/documento**)

III.8.4.9 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Gilberto Vieira dos Santos. Bolsa: Iniciação Científica, 1998. (**s/documento**)

III.8.4.10 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Alexandre Domingos Ribas. Bolsa: Iniciação Científica, 1998. (**s/documento**)

III.8.4.11 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Cristiane Barbosa Ramalho. Bolsa: Iniciação Científica, 1998. (**s/documento**)



III.8.4.12 - Bolsista: Gilberto Vieira dos Santos. Bolsa: PAE, período março de 1998 a fevereiro de 1999. (**documento III.8.4.12**)

III.8.4.13 - Bolsista: Cristiane Barbosa Ramalho. Bolsa: PIBIC/CNPq, período setembro de 1998 a julho de 1999. (**documento III.8.4.13**)

III.8.4.14 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Fernando Silva Ávila. Bolsa: Projeto de Extensão Universitária, período agosto de 1999 a dezembro de 1999. (**documento III.8.4.14**)

III.8.4.15 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Cristiane Barbosa Ramalho. Bolsa: Projeto de Extensão Universitária, período agosto de 1999 a dezembro de 1999. (**documento III.8.4.15**)

III.8.4. 16 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Solange Lima. Bolsa: Projeto de Extensão Universitária, período agosto de 1999 a dezembro de 1999. (**documento III.8.4.16**)

III.8.4. 17 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Cristiane Barbosa Ramalho. Bolsa: Projeto de Extensão Universitária, período abril de 2000 a dezembro de 2000. (**s/documento**)

III.8.4.18 - “Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio”. Bolsista: Gleison Moreira Leal. Bolsa: Iniciação Científica, 2000. (**s/documento**)

III.8.4.19 - “A participação e o desempenho socio-econômico dos trabalhadores de origem urbana nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – Segunda Fase”. Bolsista: Solange Lima. Bolsa: PIBIC/CNPq/UNESP, período agosto a julho de 2001. (**documento III.8.4.19**)

III.8.4.20 - “A participação e o desempenho socio-econômico dos trabalhadores de origem urbana nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema”. Bolsista: Solange Lima. Bolsa: PIBIC/CNPq/UNESP, período agosto de 2000 a dezembro de 2001. (**documento III.8.4.20**)

III.8.4.21 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento - Mirante do Paranapanema”. Bolsista: Roberto França da Silva Júnior. Bolsa: Orientação de outra natureza, 2001. (**s/documento**)

III.8.4.22 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento - Mirante do Paranapanema”. Bolsista: Eugênio Augusto de Almeida Grillo. Bolsa: Orientação de outra natureza, 2001. (**s/documento**)



III.8.4.23 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento - Mirante do Paranapanema”. Bolsista: Eduardo Ferreira Barbosa. Orientação de Outra Natureza, 2001. (**s/documento**)

III.8.4.24 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento - Mirante do Paranapanema”. Bolsista: Fabíola Lomba Bräkling. Orientação de Outra Natureza, 2001. (**s/documento**)

III.8.4.25 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento - Mirante do Paranapanema”. Bolsista: Carolina Lopes de Oliveira. Orientação de Outra Natureza, 2001. (**s/documento**)

III.8.4.26 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento - Mirante do Paranapanema”. Bolsista: Iracema Ferreira de Moura. E “Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio - SP”. Bolsista: Priscilla Bagli. Bolsa: Iniciação Científica, 2001. (**s/documento**)

III.8.4. 27 - “Os impactos socio-econômico dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio - SP”. Bolsista: Priscila Bagli. Bolsa: PIBIC/CNPq/UNESP, período janeiro de 2001 a julho de 2001. (**documento III.8.4.27**)

III.8.4.28 - Orientação acadêmica a projetos de pesquisa. Universidade: Universidade Federal da Bahia, FACED – Faculdade de Educação, no período de 06 a 07 de agosto de 2002. (**documento III.8.4.28**)

III.8.4.29 - “Relatório de Impacto Socioterritorial - RIST - do Assentamento Antonio Conselheiro - Mirante do Paranapanema - SP”. Bolsista: Regiane de Souza Lima. Bolsa: Iniciação Científica, 2002. (**s/documento**)

III.8.4.30 - “A participação e o desempenho socio-econômico dos trabalhadores de origem urbana nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – Segunda Fase”. Bolsista: Diana da Cruz: PIBIC/CNPq/UNESP, período janeiro a julho de 2002.
(**documento III.8.4.30**)

III.8.4. 31 - “Relatório de Impacto Socioterritorial - RIST - do Assentamento Antonio Conselheiro - Mirante do Paranapanema - SP”. Bolsista: Magali Suchet. Bolsa: Iniciação Científica, 2002. (**s/documento**)

III.8.4. 32 - “Relatório de Impacto Socioterritorial - RIST - do Assentamento Antonio Conselheiro - Mirante do Paranapanema - SP”. Bolsista: Eugênio Augusto de Almeida Grillo. Bolsa: Iniciação Científica, 2002. (**s/documento**)

III.8.4. 33 - “Relatório de Impacto Socioterritorial - RIST - do Assentamento Antonio Conselheiro - Mirante do Paranapanema - SP”. Bolsista: Marli Batista Leonardon. Bolsa: Iniciação Científica, 2002. (**s/documento**)

III.8.4. 34 - “Movimentos camponeses: espacialização, territorialização, mundialização”. Bolsista: Juliana Araújo da Silva. Bolsa: Iniciação Científica, 2002. (**s/documento**)



III.8.4. 35 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Priscilla Bagl. Bolsa: Iniciação Científica, 2002. (**s/documento**)

III.8.4.36 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Evandro Pedro. Bolsa: Iniciação Científica, 2002. (**s/documento**)

III.8.4.37 - “A participação e o desempenho socioeconômico dos trabalhadores de origem urbana nos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema”. Bolsista: Solange Lima. Bolsa: Iniciação Científica, 2002. (**s/documento**)

III.8.4.38 - “Via Campesina”. Bolsista: Anderson Antonio da Silva. Bolsa: Iniciação Científica, 2003. (**s/documento**)

III.8.4.39 - “Trabalhando Mitos Agrários na Escola: Ocupação ou Invasão”. Bolsista: Juliana Araújo da Silva. Bolsa: Iniciação Científica, 2003. (**s/documento**)

III.8.4.40 - “Relatório de Impacto Socioterritorial - RIST - do Assentamento Antonio Conselheiro - Mirante do Paranapanema - SP”. Bolsista: Anderson Antonio da Silva. Bolsa: Iniciação Científica, 2003. (**s/documento**)

III.8.4.41 - “Relatório de Impacto Socioterritorial - RIST - do Assentamento Antonio Conselheiro - Mirante do Paranapanema - SP”. Bolsista: Marcelo Queiroz da Silva. Bolsa: Iniciação Científica, 2003. (**s/documento**)

III.8.4.42 - “Políticas Governamentais para a Questão Agrária do Pontal do Paranapanema 1990-2002”. Bolsista: Daniela Elias Zucherato. Bolsa: Iniciação Científica, 2003. (**s/documento**)

III.8.4.43 - “Os Brasiguaios no Pontal do Paranapanema”. Bolsista: Marli Lenardon. Bolsa: Iniciação Científica, 2003. (**s/documento**)

III.8.4.44 - “Análise dos Procedimentos Metodológicos de Elaboração do DATALUTA Brasil e DATALUTA MST - Região Sudeste”. Bolsista: Marcelo Queiroz da Silva. Bolsa: Iniciação Científica, 2003. (**s/documento**)

III.8.4.45 - “Espacialização e territorialização do MST, criminalização da luta pela terra e fraudes na implantação de assentamentos rurais durante o segundo governo FHC (1999/2002)”. Bolsista: Joselino José da Silva Junior. Bolsa: PIBIC/CNPq/UNESP, período 01 de julho de 2003 a 28 de fevereiro de 2004. (**documento III.8.4.45**)

III.8.4.46 - “Espacialização e territorialização do MST, criminalização da luta pela terra e fraudes na implantação de assentamentos rurais durante o segundo governo FHC (1999/2002)”. Bolsista: Fransergio Noronha de Oliveira. Bolsa: PIBIC/CNPq/UNESP, período março de 2004 a julho de 2004. (**documento III.8.4.46**)



III.8.4.47 - “Monitoria na disciplina Geografia Rural (curso de graduação em geografia)”. Bolsista: Noemia Ramos Vieira. Bolsa: Iniciação Científica, 2004. (**s/documento**)

III.8.4.48 - “Pontal do Paranapanema: um estudo do crescimento e decréscimo populacional dos municípios”. Bolsista: Marli Batista Lenardon. Bolsa: Iniciação Científica, 2004. (**s/documento**)

III.8.4.49 - “Especialização e territorialização do MST, criminalização da luta pela terra e fraudes na implantação de assentamentos rurais durante o segundo Governo FHC (1999/2002)”. Bolsista: Jovelino da Silva Junior. Bolsa: Iniciação Científica, 2004. (**s/documento**)

III.8.4.50 - “Especialização e territorialização do MST, criminalização da luta pela terra e fraudes na implantação de assentamentos rurais durante o segundo Governo FHC (1999/2002)”. Bolsista: Fransérgio Noronha de Oliveira. Bolsa: Iniciação Científica, 2004. (**s/documento**)

III.8.4.51 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Anderson Antonio da Silva. Bolsa: Iniciação Científica, 2004. (**s/documento**)

III.8.4.52 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Elienai Constantino Gonçalves. Bolsa: Iniciação Científica, 2004. (**s/documento**)

III.8.4.53 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Matuzalem Bezerra Cavalcante. Bolsa: Iniciação Científica, 2004. (**s/documento**)

III.8.4.54 - “Pontal do Paranapanema: um estudo do crescimento ou descrecimo populacional dos municípios”. Bolsista: Marli Batista Lenardon. Bolsa: PIBIC/CNPq/UNESP, período 01 de agosto de 2004 a dezembro de 2004. (**documento III.8.4.54**)

III.8.4.55 - “Modelagem e aperfeiçoamento do DATALUTA - Banco de dados da luta pela terra: Mudança de sistema de gerenciamento e automação”. Bolsista: Gustavo Cuter Medina Castilho. Bolsa: Iniciação Científica, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.56 - “DATALUTA - Estrutura Fundiária”. Bolsista: Rodrigo Cesar Criado. Bolsa: Iniciação Científica, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.57 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra (Versão DATALUTA - Jornal)”. Bolsista: José Lázaro Alonso Júnior. Bolsa: Iniciação Científica, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.58 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra - A produção da laranja na mesorregião de Ribeirão Preto”. Bolsista: Ízide Nunes Ferreira. Bolsa: Iniciação Científica, 2005. (**s/documento**)



III.8.4.59 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Bianchi Agostini Gobbo. Bolsa: Iniciação Científica, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.60 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Elienai Constantino Gonçalves. Bolsa: Iniciação Científica, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.61 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Marcel Nunes Ribeiro. Bolsa: Iniciação Científica, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.62 - “Relatório de Impactos Socioterritoriais (RIST)”. Bolsista: Renata Cristiane Valenciano. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.63 - “Por uma Educação do Campo”. Bolsista: Fabiana Sales Diogo. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.64 - “Monitoria na disciplina Geografia Rural (curso de graduação em geografia)”. Bolsista: Edvaldo Carlos de Lima. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.65 - “Leituras geográficas dos territórios por meio das imagens fotográficas”. Bolsista: Douglas Amparo Mansur. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.66 - “Estudo comparativo da estrutura agrária brasileira: 1992 - 2003”. Bolsista: Scott De Groot. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.67 - “Estudo comparativo da estrutura agrária brasileira: 1992 - 2003”. Bolsista: Lindsay Gillanders. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.68 - “Estudo comparativo da estrutura agrária brasileira: 1992 - 2003”. Bolsista: Sarah Bolt. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.69 - “Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra - Versão Ocupações”. Bolsista: Anderson Antonio da Silva. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.70 - “Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra - Versão Ocupações”. Bolsista: Luiz Carlos Costa. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.71 - “Cooperativismo em assentamentos”. Bolsista: Aldo Alexandre Néri. Orientação de Outra Natureza, 2005. (**s/documento**)

III.8.4.72 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Elienai Constantino Gonçalves. Bolsa: PIBIC/CNPq/UNESP, período agosto de 2005 a julho de 2006. (**documento III.8.4.72**)

III.8.4.73 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: organização dos cadastros dos movimentos socioterritoriais”. Bolsista: Elienai Constantino. Bolsa: PIBIC/CNPq, período 01 de agosto de 2006 a dezembro de 2006. (**documento III.8.4.73**)



III.8.4.74 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Raphael Vieira Medeiros de Souza. Bolsa: Iniciação Científica, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.75 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Izide Nunes Ferreira. Bolsa: Iniciação Científica, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.76 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Alessandra Silva de Souza. Bolsa: Iniciação Científica, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.77 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Janaina Francisca de Souza Campos. Bolsa: Iniciação Científica, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.78 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Herivelto Fernandes Rocha. Bolsa: Iniciação Científica, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.79 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Cecília Regina Soares da Silva. Bolsa: Iniciação Científica, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.80 - “Campo e Território”. Bolsista: Daiana Marques Costa. Bolsa: Iniciação Científica, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.81 - “Monitoria na disciplina Trabalho de Campo (curso de graduação em geografia)”. Bolsista: Anderson Antonio da Silva. Orientação de Outra Natureza, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.82 - “Monitoria na disciplina Trabalho de Campo (curso de graduação em geografia)”. Bolsista: Eduardo Paulon Girardi. Orientação de Outra Natureza, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.83 - “Dataluta - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Angela Cristina Silva. Orientação de Outra Natureza, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.84 - “Agricultura camponesa e familiar”. Bolsista: Munir Jorge Felício. Orientação de Outra Natureza, 2006. (**s/documento**)

III.8.4.85 - DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: organização dos cadastros dos movimentos socioterritoriais”. Bolsista: Rodrigo Cesar Criado. Bolsa: PIBIC/CNPq, período agosto de 2007 a dezembro de 2007 (**documento III.8.4.85**)

III.8.4.86 - “Transformações territoriais decorrentes da produção de Biodiesel na agricultura familiar – Estudo de caso: Pontal do Paranapanema - SP”. Bolsista: Pedro Henrique M. D. Hackbart. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. (**s/documento**)

III.8.4.87 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Janaina Francisca de Souza Campos. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. (**s/documento**)



III.8.4.88 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: José Sobreiro Filho. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. (**s/documento**)

III.8.4.89 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Herivelto Fernandes Rocha. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. (**s/documento**)

III.8.4.90 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Nalligia Tavares de Oliveira. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. (**s/documento**)

III.8.4.91 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Marisa de Carvalho Ferreira. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. (**s/documento**)

III.8.4.92 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Estevan Leopoldo de Freitas Coca. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. (**s/documento**)

III.8.4.93 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Alessandra Silva de Souza. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. (**s/documento**)

III.8.4.94 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Nívea Massarettto. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. (**s/documento**)

III.8.4.95 - “Estudos sobre a questão agrária brasileira”. Bolsista: Christina Ciolfi. Orientação de Outra Natureza, 2007. (**s/documento**)

III.8.4.96 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: organização dos cadastros dos movimentos socioterritoriais”. Bolsista: Cecília Regina Soares da Silva. Bolsa: PIBIC/CNPq, período janeiro de 2007 a julho de 2007. (**documento III.8.4.96**)

III.8.4.97 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: organização dos cadastros dos movimentos socioterritoriais”. Bolsista: Rafael Vieira Menezes. Bolsa: PIBIC/CNPq, período janeiro de 2007 a julho de 2007 (**documento III.8.4.97**)

III.8.4.98 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos do Brasil”. Bolsista: Marília Costa. Bolsa: PIBIC/CNPQ, período de setembro de 2007 a julho de 2008. (**documento III.8.4.98**)

III.8.4.99 - “DATALUTA -Banco de Dados da Luta pela Terra - Movimentos Socioterritoriais”. Bolsista: Diego Vilanova Rodrigues. Orientação de Outra Natureza, 2008. (**s/documento**)

III.8.4.100 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Organização do cadastro dos movimentos Sócioterritoriais”. Bolsista: Inaua Marina Daltro Rosa. Bolsa: PIBIC/CNPQ, período 01 de setembro de 2007 a 31 de julho de 2008. (**documento III.8.4.100**)



III.8.4.101 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra – Pontal do Paranapanema”. Bolsista: José Sobreiro Filho. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. **(s/documento)**

III.8.4.102 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra - Movimentos Socioterritoriais”. Bolsista: Nalligia Tavares de Oliveira. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. **(s/documento)**

III.8.4.103 - “DATALUTA- Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Fernanda Betuqui Marzola. Bolsa: Iniciação Científica, 2007. **(s/documento)**

III.8.4.104 - “DATALUTA - Jornal”. Bolsista: Dablys Tadeu Comini Boaventura. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.105 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: organização do cadastro dos movimentos socioterritoriais”. Bolsista: Inauá Marina Daltro Rosa. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.106 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira”. Bolsista: Marília Costa. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.107 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Elenai Constantino Gonçalves. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.108 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Elenira de Jesus Souza. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.109 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Tiago Egídio Avanço Cubas. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.110 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Estevan Leopoldo de Freitas Coca. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.111 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Anna Luisa de Araujo. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.112 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Nívea Massaretto. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.113 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Herivelto Fernandes Rocha. Bolsa: Iniciação Científica, 2008. **(s/documento)**

III.8.4.114 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Rubens dos Santos Romão de Souza. Orientação de Outra Natureza, 2008. **(s/documento)**



III.8.4.115 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: José Sobreiro Filho. Orientação de Outra Natureza, 2008. (**s/documento**)

III.8.4.116 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Israel Felipe Castro Reis. Orientação de Outra Natureza, 2008. (**s/documento**)

III.8.4.117 - “A extensão e a pesquisa na vida cotidiana dos educandos”. Bolsista: Ronaldo Desiderio Castange. Orientação de Outra Natureza, 2008. (**s/documento**)

III.8.4.118 - DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: registro, confrontação e análise das ocupações de terras no estado de São Paulo, com ênfase à região do Pontal do Paranapanema”. Bolsista: Nalligia Tavares de Oliveira. Bolsa: PIBIC/CNPq, período agosto de 2008 a julho de 2009 (**documento III.8.4.118**)

III.8.4.119 - DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: Atualização do cadastros dos movimentos socioterritoriais para o ano de 2007”. Bolsista: Elenira de Jesus Souza. Bolsa: PIBIC/CNPq, período de agosto de 2008 a julho de 2009 (**documento III.8.4.119**)

III.8.4.120 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Elenira de Jesus Souza. Bolsa: Iniciação Científica, 2009. (**s/documento**)

III.8.4.121 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Nalligia Tavares de Oliveira. Bolsa: Iniciação Científica, 2009. (**s/documento**)

III.8.4.134 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Leandro Nieves Ribeiro. Bolsa: Iniciação Científica, 2009. (**s/documento**)

III.8.4.135 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Camila Ferracini. Bolsa: Iniciação Científica, 2009. (**s/documento**)

III.8.4.136 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Danilo Valentin Pereira. Bolsa: Iniciação Científica, 2009. (**s/documento**)

III.8.4.137 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Rafael de Oliveira Coelho dos Santos. Bolsa: Iniciação Científica, 2009. (**s/documento**)

III.8.4.138 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Israel Felipe Castro Reis. Bolsa: Iniciação Científica, 2009. (**s/documento**)

III.8.4.139 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra”. Bolsista: Tomás Sombini Druzian. Bolsa: Iniciação Científica, 2009. (**s/documento**)

III.8.4.140 - “The socioenvironmental Impacts of the expansion of the sugarcane-ethanol industry in Pontal do Paranapanema”. Bolsista: Elizabeth Alice Clements. Bolsa: Iniciação Científica, 2010. (**s/documento**)



III.8.4.141 - “DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra: Atualização e cadastro dos movimentos socioterritoriais para o ano 2009”. Bolsista: Elenira de Jesus Souza. Bolsa: Iniciação Científica, 2010. (**s/documento**)

III.8.4.142 – “Análise das políticas de obtenção dos Assentamentos Rurais no Brasil de 1985 a 2009: estudo dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA no Estado de São Paulo”. Bolsista: Rafael de Oliveira Coelho dos Santos. Bolsa: Iniciação Científica, 2010. (**s/documento**)

III.8.4.143 – “Luta pela terra e repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema: 1990-2009” Bolsista: Rubens dos Santos Romão de Souza. Bolsa: Iniciação Científica, 2010. (**s/documento**)

III.8.4.144 – “Formação da Rede Dataluta: um estudo das mudanças das ocupações de terra no contexto da questão agrária atual” Bolsista: Camila Ferracini Origuela. Bolsa: Iniciação científica, 2011. (**s/documento**)

III.8.4.145 – “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: registro, confrontação e análise das ocupações de terra” Bolsista: Nalligia Tavares de Oliveira. Bolsa: Iniciação científica. 2011. (**s/documento**)

III.8.4.146 – “DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra: atualização do cadastro de movimentos socioterritoriais para 2009” Bolsista: Ronaldo Desidério Castange. Bolsa: Iniciação científica. 2011. (**s/documento**)

III.8.4.147 – “DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra” Bolsista: Luis Carlos Martins. Bolsa: Iniciação científica. 2011. (**s/documento**)

III.8.4.148 – “DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra” Bolsista: Vinicius Bonafin Stoqui. Bolsa: Iniciação científica. 2011. (**s/documento**)

III.8.4.149 – “DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra” Bolsista: Lorena Iza Pereira. Bolsa: Iniciação científica. 2011. (**s/documento**)

III.8.4.150 – “Dataluta – Banco de dados da luta pela terra” Bolsista: Marina Fortunato Bueno de Oliveira. Bolsa: Iniciação científica. 2011. (**s/documento**)

III.8.4.151 – “Boletim Dataluta” Bolsista: Danilo Valentim Pereira. Bolsa: Iniciação científica. 2011. (**s/documento**)

III.8.4.152 – “DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra” Bolsista: Thais Fernandes de Almeida. Bolsa: Iniciação científica. 2012. (**s/documento**)

III.8.4.153 – “DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra” Bolsista: Rodrigo de Souza Savoini. Bolsa: Iniciação científica. 2012. (**s/documento**)



III.8.5 - Orientações concluídas (Estágios não obrigatórios)

III.8.5.1 - Estagiário: Rosivânia Feba de Brito, na Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no Período de 1 de Marco a 31 de dezembro de 1991. (**documento III.8.5.1**)

III.8.5.2 - “A Geografia dos Assentamentos Rurais do Brasil”. Orientando: Carlos Alberto Feliciano, na UNESP, no Período de maio a junho de 1995. (**documento III.8.5.2**)

III.8.5.3 - “A Poluição dos mananciais pela cidade de Presidente Prudente e sua influência nas propriedades agropecuárias”. Orientando: Carlos Augusto Machado, na Universidade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de junho a setembro de 1995. (**documento III.8.5.3**)

III.8.5.4 - “A Forma de Organização Social do Movimento Sem Terra nas Fazendas Porta do Sol e Rodeio em Martinópolis”. Orientandos: Adriana Menon, Marilda da Silva Evangelista e Tania Bovolato, na Universidade de Ciências e Tecnologias – UNESP, no período de agosto à novembro de 1995. (**documento III.8.5.4**)

III.8.5.5 - “Forma de Organização Social do Acampamento Primeiro de Abril – mirante do Paranapanema – SP”, Orientando: Eliane Cavalcante, na Universidade de Ciências e Tecnologias – UNESP, no período de março a agosto de 1995. (**documento III.8.5.5**)

III.8.5.6 - Estagiária: Maria Aparecida Andrade, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de 1 de abril à 31 de maio de 1995. (**documento III.8.5.6**)

III.8.5.7 - Estagiária: Gleice Andreia Fernandes, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de 1 de junho à 31 de agosto de 1995.
(**documento III.8.5.7**)

III.8.5.8 - “I Recenseamento Nacional de Educação em Assentamentos e Acampamentos Rurais: a concepção de escola na visão dos pais, alunos e professores do assentamento União da Vitória”. Orientando: Antonio Claudio Moreira Costa, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de junho a dezembro de 1995.
(**documento III.8.5.8**)

III.8.5.9 - “Do real aos quadrinhos”. Orientando: Andreia Raimunda G. Duarte e Carlos Alberto Feliciano, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de 10 de janeiro à 31 de maio de 1996. (**documento III.8.5.9**)

III.8.5.10 - “O Policial militar e a Questão Agrária no Pontal do Paranapanema”. Orientando: Lúcia elena Rodrigues da Silva, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de fevereiro a dezembro de 1997. (**documento III.8.5.10**)



III.8.5.11 - “Impactos sócio-econômicos dos assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio-SP”. Orientando: Gleison Moreira Leal, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de agosto de 1999 à julho de 2000. (**documento III.8.5.11**)

III.8.5.12 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento – Mirante do Paranapanema”. Orientandos: Gleison Moreira Leal, Roberto França da Silva Junior, Eugênio Augusto de Almeida Grillo, Carlos Eduardo Secchi Camargo, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de julho à novembro de 2001. (**documento III.8.5.12**)

III.8.5.13 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento – Mirante do Paranapanema”. Orientandos: Eduardo Ferreira Barbosa, Fabíola Lomba Brakling, Carolina Lopes de Oliveira, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de julho a novembro de 2001. (**documento III.8.5.13**)

III.8.5.14 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento – Mirante do Paranapanema”. Orientandos: Flaviane de Carvalho Canavesi, Iracema Ferreira de Moura, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de junho à novembro de 2001. (**documento III.8.5.14**)

III.8.5.15 - “Pesquisa censitária do assentamento São Bento – Mirante do Paranapanema”. Orientando: Rodrigo da Silva Botasim, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia, no período de junho a novembro de 2001. (**documento III.8.5.15**)

III.8.5.16 - “Um estudo sobre o acampamento Oziel Alves, no município de Teodoro Sampaio – SP”. Orientanda: Marli Batista Fernandes, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de julho a novembro de 2001. (**documento III.8.5.16**)

III.8.5.17 - “A implantação do Banco da terra na região do Pontal do Paranapanema”. Orientanda: Vivian Patrícia Junqueira, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de fevereiro a agosto de 2002. (**documento III.8.5.17**)

III.8.5.18 - Estagiária: Claire Barbay, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de 11 de novembro a 05 de dezembro de 2002. (**documento III.8.5.18**)

III.8.5.19 - “Relatório de Impacto Socioterritorial – RIST – do Assentamento Antonio Conselheiro – Mirante do Paranapanema – SP”. Orientandos: Anderson Antonio da Silva, Marcelo Queiroz da Silva, Marli Batista Lenardon, Eugênio Augusto de Almeida Grillo, Gleison Moreira Leal, Magali Suchet e Regiane de Souza Lima, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de junho a novembro de 2002. (**documento III.8.5.19**)



III.8.5.20 - “Relação dos Municípios de Crescimento Populacional no período 1991- 2000 com os Assentamentos Rurais no Estado do Paraná”. Orientando: Fransérgio Noronha de Oliveira, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de agosto a dezembro de 2003. (**documento III.8.5.20**)

III.8.5.21 - “DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra”. Orientando: Matuzalem Bezerra Cavalcante, na Universidade Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, no período de 01 de setembro de 2004 a 31 de janeiro de 2005. (**documento III.8.5.21**)

III.8.5.22 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – A produção de laranja na Mesorregião de Ribeirão Preto”. Orientando: Izide Nunes Ferreira, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de 05 de agosto a 20 de dezembro de 2005. (**documento III.8.5.22**)

III.8.5.23 - “Os camponeses/agricultores familiares: paradigmas em questão”. Orientando: Munir Jorge Felício, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de 01 de agosto a 31 de dezembro de 2005. (**documento III.8.5.23**)

III.8.5.24 - “DATALUTA – Estrutura Fundiária: as alterações na estrutura fundiária de Mato Grosso”. Orientando: Rodrigo Cezar Criado, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de 06 de maio a 31 de setembro de 2005. (**documento III.8.5.24**)

III.8.5.25 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. Orientanda: Cecília Regina Soares da Silva, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de 01 de maio a 31 de agosto de 2006. (**documento III.8.5.25**)

III.8.5.26 - “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra”. Orientando: Raphael Vieira Menezes de Souza, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de 01 de maio de 2005 a 31 de agosto de 2006. (**documento III.8.5.26**)

III.8.5.27 - “A conflitualidade dos projetos de desenvolvimento rural a partir dos conceitos de camponês/agricultor familiar”. Orientando: Munir Jorge Felício, na Universidade Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP, no período de 01 de março de 31 de julho de 2006. (**documento III.8.5.27**)

III.9 - Bancas Examinadora

III.9.1 - Bancas Examinadoras (Doutorado)

III.9.1.1 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Diva Maria de Faria Burnier, intitulada “Agricultura Brasileira: a Produção de Alimentos”, do Serviço de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, - Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 11 de setembro de 2000, São Paulo – SP. (**documento III.9.1.1**)



III.9.1.2 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Elisabete Magiglia, intitulada “O Trabalho Rural sob a Ótica do Direito Agrário: Uma Opção ao Desemprego no Brasil”, do Programa de pós-graduação em Direito da Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP. 17 de outubro de 2000, Franca – SP. (**documento III.9.1.2**)

III.9.1.3 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Antonio Júlio Menezes Neto, intitulada “A lei da terra: a dimensão sócio-política do projeto educativo do movimento dos trabalhadores sem terra/MST”, do Programa de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 16 de outubro de 2001, São Paulo – SP. (**documento III.9.1.3**)

III.9.1.4 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Helena Angélica de Mesquita, intitulada “Corumbiaria: o massacre dos camponeses. Rondônia, 1995”, do Serviço de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 27 de novembro de 2001, São Paulo – SP. (**documento III.9.1.4**)

III.9.1.5 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Amadja Henrique Borges, intitulada “MST: Habitats em movimento. Tipologias dos habitats dos assentamentos originários do MST nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Norte”, do Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 10 de maio de 2002, São Paulo – SP. (**documento III.9.1.5**)

III.9.1.6 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato João Edmilson Fabrini, intitulada “Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Centro-Oeste/PR Enquanto Território de Resistência Camponesa”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 08 de outubro de 2002, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.1.6**)

III.9.1.7 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Lucília Maria Sousa Romão, intitulada “O discurso do conflito materializado do MST: A ferida aberta na nação”, do Programa de pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 23 de outubro de 2002, Ribeirão Preto – SP. (**documento III.9.1.7**)

III.9.1.8 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Paulo Roberto Raposo, intitulada “Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro”, do Curso de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 12 de junho de 2003, Rio de Janeiro – RJ. (**documento III.9.1.8**)

III.9.1.9 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Rosemeire Aparecida de Almeida, intitulada “Identidade, Distinção e Territorialização: O Processo de (re) Criação Camponesa no Mato Grosso do Sul”, do Programa de pós-



graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 25 de agosto de 2003, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.9**)

III.9.1.10 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Mônica Castagna Molina, intitulada “A Contribuição do PRONERA na Construção de Políticas Públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável”, do Programa de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. 11 de novembro de 2003, Brasília – DF. (**documento III.9.1.10**)

III.9.1.11 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Márcia Regina Vazzoler, intitulada “Cooperativismo em Assentamentos de Reforma agrária: A Sobrevivência de Cooperativas do MST no Contexto Capitalista”, do Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. 03 de setembro de 2004, São Carlos – SP. (**documento III.9.1.11**)

III.9.1.12 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Silvio Simione da Silva, intitulada “Resistência Camponesa e Desenvolvimento Agrário na Amazônia - Acreana”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 17 de janeiro de 2005, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.1.12**)

III.9.1.13 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato José Lima de Castro Júnior, intitulada “Educação Popular, Movimentos Sociais e Territórios: uma construção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra”, do Programa de pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará. 18 de julho de 2005, Fortaleza – CE. (**documento III.9.1.13**)

III.9.1.14 – Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Estevan de Paula Pontes Mendes, intitulada “A Produção Rural Familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 15 de setembro de 2005, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.14**)

III.9.1.15 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Jorge Ramon Montenegro Gómez, intitulada “Desenvolvimento em (des) Construção: Narrativas Escolares Sobre Desenvolvimento Territorial Rural”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 31 de março de 2006, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.15**)

III.9.1.16 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Ovídio Mota Peixoto, intitulada “MST, Mídia e Inclusão Social: Estratégias de Luta pela Reconstituição da Hegemonia na Sociedade Brasileira”, do Programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 26 de abril de 2006, Rio de Janeiro- RJ. (**documento III.9.1.16**)



III.9.1.17 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Joaquim de Britto Costa Neto, intitulada “A questão fundiária nos parques e estações ecológicas do Estado de São Paulo: origens e efeitos da indisciplina da documentação e do registro imobiliário”, do Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 16 de outubro de 2006, São Paulo – SP. (**documento III.9.1.17**)

III.9.1.18 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Cátia Oliveira Macedo, intitulada “Diferenciação sócio-econômica e campesinato: o caso dos assentamentos Cristo Rei, Ubá e Rio Branco no sudeste do Pará”, do Serviço de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 18 de outubro de 2006, São Paulo – SP. (**documento III.9.1.18**)

III.9.1.19 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Luciana Henrique da Silva, intitulada “Práticas Organizativas do MST e relações de poder em acampamentos/assentamentos: de Campinas à Ribeirão Preto – SP”, do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. 28 de fevereiro de 2007, São Carlos – SP. (**documento III.9.1.19**)

III.9.1.20 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Noemia Ramos Vieira, intitulada “As Questões das Geografias do Ensino Superior e do Ensino Fundamental a Partir da Formação Continuada do Professor e das Categorias Lugar, Paisagem, Território e Região: Um Estudo da Diretoria Regional de Ensino de Marília”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 09 de março de 2007, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.20**)

III.9.1.21 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Izabel Castanha Gil, intitulada “Nova Alta Paulista, 1930-2006: Entre Memórias e Sonhos. Do Desenvolvimento Contido ao Projeto Político de Desenvolvimento Regional”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 18 de maio de 2007, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.21**)

III.9.1.22 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Marco Antonio Mitidiero Júnior, intitulada “A ação territorial de uma Igreja Radical: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba” na Universidade de São Paulo, 2008. (**s/documento**)

III.9.1.23 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Crispim Moreira, intitulada “A Luta Capitalista no Território: Casos onde o Campesinato Luta, Marcha e Muda o Território Capitalista” do Programa de pós-



graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. 19 de maio de 2008, Belo Horizonte – MG. (**documento III.9.1.23**)

III.9.1.24 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Eduardo Paulon Girardi, intitulada “Proposição Teórico-Metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua Aplicação no Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 18 de setembro de 2008, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.24**)

III.9.1.25 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Eraldo da Silva Ramos Filho, intitulada “Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006)”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 19 de setembro de 2008, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.25**)

III.9.1.26 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Xisto Serafim de Santana de Souza, intitulada “A participação dos movimentos sociais urbanos na produção do espaço urbano de João Pessoa-PB”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 29 de outubro de 2008, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.26**)

III.9.1.27 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Nelson Rodrigo Pedon, intitulada “Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 13 de junho de 2008, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.27**)

III.9.1.28 Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Aldiva Sales Diniz, intitulada “Trilhando caminhos: a resistência dos camponeses no Ceará em busca da sua libertação”, do Serviço de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 11 de setembro de 2009, São Paulo – SP. (**documento III.9.1.28**)

III.9.1.29 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Carlos Alberto Feliciano, intitulada “Território em disputa: terras (re)tomadas (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema)”, do Serviço de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 11 de dezembro de 2009, São Paulo – SP. (**documento III.9.1.29**)

III.9.1.30 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Juliana Amoretti, intitulada “A luta pela terra e o poder político da comunidade frente à ordem política vigente: o MST no Brasil e a CSUTCB na Bolívia”, do Programa de



pós-graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília. 10 de junho de 2010, Brasília – DF. (**documento III.9.1.30**)

III.9.1.31 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pelo candidato Munir Jorge Felício, intitulada “Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 06 de junho de 2011, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.31**)

III.9.1.32 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Sonia Maria Ribeiro de Souza, intitulada “A Emergência do Discurso do Agronegócio e a Expansão da Atividade Canavieira: Estratégias Discursivas para a Ação no Capital no Campo”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 14 de outubro de 2011, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.1.32**)

III.9.1.33 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Marivania Leonor de Souza Furtado, intitulada “Aquilombamento do Maranhão: Um rio Grande de (im) Possibilidades”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 17 de abril de 2012, Presidente Prudente – SP.

(**documento III.9.1.33**)

III.9.1.34 - Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Francilaine Eulália de Souza, intitulado “AS “Geografia”das escolas do campono município de Goiás: instrumento para a valorização do território camponês?”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 1 de agosto de 2012, Presidente Prudente – SP.

(**documento III.9.1.34**)

III.9.1.35 –Banca examinadora, Defesa de tese de Doutorado, desenvolvida pela candidata Janaina Francisca de Souza Campos, intitulado “Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisas do estado de São Paulo”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2012. Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.2 - Bancas Examinadoras (Mestrado)

III.9.2.1 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Andréa Eloisa Bueno Pimentel, intitulada “Diversificação e Agroindustrialização em cooperativas de reforma agrária: um estudo sobre a reestruturação produtiva organizacional”, do curso de pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos. 07 de abril de 2000, São Carlos – SP. (**documento III.9.2.1**)

III.9.2.2 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Maria Nalva Rodrigues de Araújo, intitulada “Da luta contra a exclusão à



reinvenção da escola pública popular: A luta pela escolarização no MST da Bahia”, do curso de mestrado em Ciências e Prática Educativas da Universidade de Franca. 14 de julho de 2000, Franca – SP. (**documento III.9.2.2**)

III.9.2.3 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Maria das Dores Cardoso, intitulada “Terra e democracia: O MST e a Construção Política de um Sonho”, do curso de pós-graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de Minas Gerais. 18 de setembro de 2000, Belo Horizonte – MG. (**documento III.9.2.3**)

III.9.2.4 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Maria Iolanda Maia Holanda, intitulada “A construção da identidade coletiva dos sem-terra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA”, do curso de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. 19 de dezembro de 2000, Fortaleza – CE. (**documento III.9.2.4**)

III.9.2.5 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Elda Maria Freire Maciel, intitulada “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Ceará: um novo movimento social”, do curso de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. 19 de dezembro de 2000, Fortaleza – CE. (**documento III.9.2.5**)

III.9.2.6 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Cátila Oliveira Macedo, intitulada “Ilhas de Reforma Agrária no Oceano do Latifúndio : A Luta pela Terra no Assentamento 17 de Abril (PA)”, do Serviço de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 16 de fevereiro de 2001, São Paulo – SP. (**documento III.9.2.6**)

III.9.2.7 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Jeani Delgado Paschoal Moura, intitulada “Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP. 12 de abril de 2001, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.2.7**)

III.9.2.8 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Angela Maria Schwengber, intitulada “Resistência e Utopia: Resgatando e transformando Culturas – Reflexões sobre trajetórias do Movimento Sem Terra, MST – Brasil e da Central Independiente de Obreros Agrícolas Y Campesinos, CIOAC – México”, do Programa de pós-graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo. 05 de junho de 2001. São Paulo – SP. (**documento III.9.2.8**)

III.9.2.9 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Roseli Alves dos Santos, intitulada “Vilas Rurais no Nordeste do Paraná – A intervenção estatal atenuando as desigualdades sócio-espaciais”, do Programa em pós-graduação em geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 12 de dezembro de 2001, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.2.9**)



III.9.2.10 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Fernando Perli, intitulada “Sem-Terra: de boletim a tablóide. Um estudo do jornal dos trabalhadores rurais sem terra entre a solidariedade e a representação (1983 – 1987)”, do Programa de pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. 15 de março de 2002, Assis – SP. (**documento III.9.2.10**)

III.9.2.11 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Jorge Montenegro Ramon Gómez, intitulada “Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e o Projeto de Reforma Agrária do MST do Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital X trabalho da gestão territorial do Estado e do controle social do capital”, do Programa de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual de Maringá. 05 de abril de 2002, Maringá – PR. (**documento III.9.2.11**)

III.9.2.12 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Eraldo da Silva Ramos Filho, intitulada “Pra não fazer o cidadão pacato um cidadão revoltado: MST e novas territorialidades na usina Santa Clara”, do Programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Sergipe. 17 de julho de 2002, Aracaju – SE. (**documento III.9.2.12**)

III.9.2.13 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Sandro Cristiano de Melo, intitulada “Grupo da lavoura comunitária de Trindade – GO: Vicissitudes na/dá Apropriação do Espaço Agrário”, do Programas de pós-graduação do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, da Universidade Federal de Goiás. 31 de outubro de 2002. (**documento III.9.2.13**)

III.9.2.14 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Jeaneth Nunes Stefaniak, intitulada “Propriedade e fundo social: Perspectivas do Ordenamento Jurídico e do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra”, do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. 20 de novembro de 2002, Ponta Grossa – PR. (**documento III.9.2.14**)

III.9.2.15 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Flaviane de Carvalho Canavesi, intitulada “Concepções da sustentabilidade em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema – SP”, do Programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 22 de novembro de 2002, Rio de Janeiro – RJ. (**documento III.9.2.15**)

III.9.2.16 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Cristiane Barbosa Ramalho, intitulada “Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema/SP”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 02 de dezembro de 2002, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.2.16**)



III.9.2.17 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Marco Antonio Mitidiero Junior, intitulada “O Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e as contradições da Luta pela Terra no Brasil”, do Serviço de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 19 de dezembro de 2002, São Paulo – SP. (**documento III.9.2.17**)

III.9.2.18 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Crispim Moreira, intitulada “Território, agricultura familiar e desenvolvimento rural em municípios do Vale do Jequitinhonha”, do Programa de pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. 17 de fevereiro de 2003, Belo Horizonte – MG. (**documento III.9.2.18**)

III.9.2.19 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Émerson Neves da Silva, intitulada “História e conflito na organização do MST: Eldorado do Sul, ma realidade”, do Programa de pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 18 de março de 2003, São Leopoldo – RS. (**documento III.9.2.19**)

III.9.2.20 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Gessilda da Silva Viana, intitulada “O cooperativismo como alternativa para os assentamentos rurais coletivos dos municípios de Querência do Norte e Paranacity/PR”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 25 de março de 2003, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.2.20**)

III.9.2.21 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Carlos Alberto Feliciano, intitulada “O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária”, do Serviço de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 06 de junho de 2003, São Paulo – SP. (**documento III.9.2.21**)

III.9.2.22- Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Marize Souza Carvalho, intitulada “Formação de Professores frente às Demandas dos Movimentos Sociais: Indicações para a Universidade Necessária”, do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. 18 de junho de 2003, Salvador – BA. (**documento III.9.2.22**)

III.9.2.23 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva, intitulada “Sobre o Camponês do Sertão: Produção do Espaço e Identidade Camponesa em Assentamentos do Município de Goiás – GO”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 25 de julho de 2003, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.2.23**)

III.9.2.24 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Gleison Moreira Leal, intitulada “Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos Rurais do Município de Teodoro Sampaio-SP”, do Programa de pós-graduação em



Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 28 de julho de 2003, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.2.24**)

III.9.2.25 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Tânia Paula da Silva, intitulada “As Formas Organizacionais de Produção dos Assentados na Região Leste de Mato Grosso do Sul”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 19 de dezembro de 2003, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.2.25**)

III.9.2.26 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Edenilo Baltazar Barreira Filho intitulada “A gestão como elemento de sustentabilidade ambiental em áreas de reforma agrária” na Universidade Federal do Ceará, 2002. (**s/documento**)

III.9.2.27 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Douglas Amparo Mansur. intitulada “Os horizontes da documentação fotográfica na construção da memória da conquista da terra: estudo dos casos Paraná (região centro - oeste) e Paraguai (região do Alto Paraná)” do programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. , 2003, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.2.28 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Gleison Moreira Leal. intitulada “Impactos Socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio - SP” do programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. , 2003, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.2.29 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Tania Paula da Silva intitulada “As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados do município de Batayporã - MS” do programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. , 2003, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.2.30 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Karina Furini da Ponte, intitulada “Uma Análise Geográfica das Novas Ruralidades e do Controle Social nas Vilas Rurais da Paz em Rolândia e João Inocente em Cambé”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 11 de março de 2004, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.2.30**)

III.9.2.31 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Sergio Gonçalves, intitulada “O MST em Querência do Norte – PR: da luta pela terra à luta na terra”, do Programa de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual de Maringá. 12 de março de 2004, Maringá – PR. (**documento III.9.2.31**)

III.9.2.32 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Renata Mainenti Gomes, intitulada “Ofensiva do Capital e Transformações no



Mundo Rural: A Resistência Camponesa e a Luta Pela Terra no Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba", do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. 26 de março de 2004, Uberlândia – MG. (**documento III.9.2.32**)

III.9.2.33 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Douglas Amparo Mansur, intitulada "Os horizontes da documentação fotográfica na construção da memória na conquista da terra. Paraná (Região Centro-Oeste) e Paraguai (Região do Alto Paraná)", do Programa de pós-graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo. 04 de junho de 2004. São Paulo – SP. (**documento III.9.2.33**)

III.9.2.34 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Tania Paula da Silva, intitulada "As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Baytayporã/MS", do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 08 de setembro de 2004, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.2.34**)

III.9.2.35 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Edvaldo Carlos de Lima intitulada "Os movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema" do programa de pós-graduaçā em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. , 2004, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.2.36 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Priscilla Bagli intitulada "Novas territorializações e territorialidades: o rural e o urbano em questão no Pontal do Paranapanema" do programa de pós-graduaçā em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. , 2004, Presidente Prudente – SP (**s/documento**)

III.9.2.37 - Banca exam Sérgio Gonçalves inadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Nelson Rodrigo Pedon intitulada "O MST em Querência do Norte" na Universidade Estadual de Maringá , **2004.** (**s/documento**)

III.9.2.38 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Nelson Rodrigo Pedon intitulada "A participação popular na produção do espaço urbano da cidade de Araçatuba" do programa de pós-graduaçā em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. , 2004, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.2.39 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Maria Elilúzia Leopoldino Santos, intitulada "A mística nos acampamentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra como processo de territorialização", do Núcleo de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Sergipe. 22 de junho de 2005, São Cristóvão – SE. (**documento III.9.2.39**)



III.9.2.40 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Adriano da Costa Valadão, intitulada “Os Núcleos de Base do MST e a Construção da Cooperação Agrícola: Assentamento Contestado – Estado do Paraná”, do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. 31 de outubro de 2005, Ponta Grossa- PR. (**documento III.9.2.40**)

III.9.2.41 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Wilton Borges dos Santos, intitulada “O sujeito camponês: Subjetividade corporal, cognoscente e comunitária, uma práxis de auto-sujeição”, do Programa de pós-graduação em Direita da Universidade Federal do Paraná. 29 de março de 2009, Curitiba – PR.

(documento III.9.2.41)

III.9.2.42 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Adaíde Paulino Machado de Oliveira, intitulada “Ideologia Política e Educação: a proposta pedagógica do MST e as escolas do campo” do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. 03 de abril de 2006, Maringá – PR. (**documento III.9.2.42**)

III.9.2.43 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Priscillia Bagli, intitulada “Rural e Urbano nos Municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: Dos Mitos Pretéritos às Recentes Transformações”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 12 de abril de 2006, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.2.43**)

III.9.2.44 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Yamila Goldfarb, intitulada “A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas das terras do MST, sua gestão, principais atores e desafios”, do Serviço de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 17 de outubro de 2007, São Paulo – SP. (**documento III.9.2.44**)

III.9.2.45 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Márcio Freitas Eduardo, intitulada “A dinâmica territorial das agroindústrias artesanais de Francisco Beltrão/PR”, do de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 05 de setembro de 2008, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.2.45**)

III.9.2.46 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Matuzalem Bezerra Cavalcante, intitulada “Mudanças da Estrutura Fundiária de Mato Grosso (1992-2003)”, do de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 29 de outubro de 2008, Presidente Prudente – SP.

(documento III.9.2.46)

III.9.2.47 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Matuzalem Bezerra Cavalcante intitulada “Mudanças da estrutura fundiária de



Mato Grosso (1992-2007)" do programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. , 2008, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.2.48 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Costa Oliveira Neto intitulada “Espaço,cotidiano e Educação: o fazer educativo em turmas na educação popular na Amazônia” na Universidade do Estado do Pará, 2009. (**s/documento**)

III.9.2.49 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Dominique Michèle Perioto Guhur, intitulada “Contribuições do diálogo de saberes à educação profissional em agroecologia no MST: Desafios da educação do campo na construção do projeto popular”, do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. 10 de março de 2010, Maringá – PR. (**documento III.9.2.49**)

III.9.2.50 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato José Novais de Jesus, intitulada “As escolas família agrícola no território goiano:a pedagogia da alternância como perspectiva para o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura camponesa”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. 07 de abril de 2010, Goiânia – GO. (**documento III.9.2.50**)

III.9.2.51 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior, intitulada “O MST desterritorializado: um novo olhar sobre a criminalização do movimento a partir do fotojornalismo e do hiperespetáculo”, do Programa de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Estadual de Londrina. 13 de maio de 2010, Londrina – PR. (**documento III.9.2.51**)

III.9.2.52 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato José Novas de Jesus, intitulada “As escolas família agrícola no território goiano: a pedagogia da alternância como perspectiva para o desenvolvimento e o fortalecimento da agricultura camponesa” do programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia – UNESP. , 2011, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.2.53 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Sergio Aparecido Nabarro, intitulada “Reforma agrária de mercado nos municípios de Londrina E Tamarana – PR”, do Serviço de pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 11 de novembro de 2010, São Paulo – SP. (**documento III.9.2.53**)

III.9.2.54 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Elienai Constantino Gonçalves, intitulada “Disputa Territorial entre o Movimento Camponês e o Agronegócio Canavieiro em Teodoro Sampaio - SP”, do de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 13 de junho de 2011, Presidente Prudente – SP (**documento III.9.2.54**)



III.9.2.55 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pela candidata Claudia Pilar Lizárraga Aranibar, intitulada “La Descolonización Del Territorio: Luchas Y Resistencias Campesinas, Indígenas em Bolívia. Reforma Agraria Y Asamblea Constituyente”, do de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 20 de junho de 2011, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.2.55**)

III.9.2.56 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Carlos Alfredo Vacaflores Rivero, intitulada “La Disputa Territorial Campesina: Estudio em la Region de San Agustin em Tarija - Bolivia”, do de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 20 de junho de 2011, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.2.56**)

III.9.2.57 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Estevan Leopoldo de Freitas Coca, intitulada “Um Estudo da diversidade e Atualidade da Reforma Agrária: Análise dos Tipos de Assentamentos do Território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 23 de agosto de 2011, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.2.57**)

III.9.2.58 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato Fabio Luiz Zeneratti, intitulado “O assentamento rural coletivo Copavi: Contradições e avanços no processo de territorialização camponesa”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 26 de Junho de 2012. (**documento III.9.2.58**)

III.9.2.59 - Banca examinadora, defesa de dissertação de mestrado, desenvolvida pelo candidato José Maria do Rosário Chilaúle Langa, intitulado “Análise de impactos da produção de Alternativas Agroenergéticas em Moçambique: o caso da província de Manica”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 20 de agosto de 2012, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.2.59**)

III.9.3 – Bancas Examinadoras (Qualificação de Doutorado)

III.9.3.1 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Edmilson Fabrini do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 10 de agosto de 2001, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.1**)

III.9.3.2 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Cristiane Barbosa Ramalho do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 19 de dezembro de 2001, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.2**)

III.9.3.3 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Lucília Maria de Souza Romão, intitulada “O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na



nação” do Programa de pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 25 de janeiro de 2002, Ribeirão Preto – SP. (**documento III.9.3.3**)

III.9.3.4 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Silvio Simione da Silva, intitulado “Organizar para viver – Dimensões socioambientais e humanas da construção e luta por autonomia em meios aos trabalhadores camponeses na Amazônia-Acreana” Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 17 de novembro de 2003, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.4**)

III.9.3.5 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Ramon Montenegro Goméz, intitulada “Desenvolvimento Rural e Controle Social: Uma Aproximação Escalar”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 24 de novembro de 2004, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.5**)

III.9.3.6 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Izabel Castanha Gil, intitulada “Desenvolvimento Regional na Nova Alta Paulista”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 23 de setembro de 2005, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.6**)

III.9.3.7 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Noemia Ramos Vieira, intitulada “As questões das Geografias do Ensino Superior e do Ensino Fundamental a Partir da Formação Continuada do Professor e das Categorias Lugar, Paisagem, Território e Região: Um Estudo da diretoria Regional de Ensino de Marília”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 3 de março de 2006, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.3.7**)

III.9.3.8 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Eraldo Ramos Filho, intitulada “Questão Agrária em Sergipe: Um Estudo comparativo entre mutuários do crédito fundiário e assentamentos dos projetos de reforma agrária – 2003-2006 ”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 28 de julho de 2007, Presidente Prudente – SP (**documento III.9.3.8**)

III.9.3.9 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior, intitulada “Direito à cidade: a interferência dos movimentos sociais urbanos no processo de reestruturação urbana em João Pessoa”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2 de julho de 2007, Presidente Prudente – SP (**documento III.9.3.9**)

III.9.3.10 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Eduardo Paulon Girard, intitulada “Atlas da Questão Agrária Brasileira”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 21 de setembro de 2007, Presidente Prudente – SP (**documento III.9.3.10**)



III.9.3.11 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Nelson Rodrigo Pedon, intitulada “Movimentos Socioterritoriais no Brasil: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 17 de junho de 2008, Presidente Prudente – SP (**documento III.9.3.11**)

III.9.3.12 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Ana Cristina da Silva, intitulada “O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o século XXI: o território e a trama das significações imaginárias”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 26 de junho de 2009, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.12**)

III.9.3.13 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Renata Mainenti Gomes, intitulada “Territórios de luta pela terra e políticas de segurança alimentar e nutricional - as ações do Governo Federal em Acampamentos da Reforma Agrária”. Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade de Brasília. 11 de agosto de 2010, Brasília. (**documento III.9.3.13**)

III.9.3.14 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Sonia Maria Ribeiro de Souza, intitulada “Agronegócio, discurso e Hegemonia do Capital: Reforma Agrária e Luta de Classes no Campo”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 23 de agosto de 2010, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.14**)

III.9.3.15 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Munir Jorge Felicio, intitulada “Camponeses/agricultores Familiares: Paradigmas em questão”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 6 de setembro de 2010, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.15**)

III.9.3.16 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Marivania Leonor Souza Furtado Munir, intitulada “Aquilombamento no Maranhão: um rio grande de (im)possibilidades”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 7 de fevereiro de 2011, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.16**)

III.9.3.17 – Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Francilane Eulália de Souza, intitulada “O papel da geografia escolar para o fortalecimento do campesinato no município de Goiás”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 4 de abril de 2011, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.17**)

III.9.3.18 – Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Munir Jorge Felicio, intitulada “Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, 6 de junho de 2011, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.18**)



III.9.3.19 - Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Sonia Maria Ribeiro de Souza, intitulada “A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, 14 de outubro de 2011, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.19**)

III.9.3.20 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Sonia Schwendler, intitulada “**Women's emancipation through participation in land struggle**” na Queen Mary University of London. (**s/documento**)

III.9.3.21 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, da candidata Janaina Francisca de Souza Campos, intitulada “A produção do conhecimento em Geografia Agrária: o papel dos grupos de pesquisa no estado de São Paulo”. Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, 26 de março de 2012, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.3.21**)

III.9.3.22 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Bruno López Aretio-Aurtena, intitulada “La experiencia histórica del asentamiento de São Bento”. Programa de pós-graduação em História da Universidad de Castilla-La Mancha. 14 de abril de 2012. (**documento III.9.3.22**)

III.9.3.23 –Banca examinadora, qualificação de doutorado, do candidato Rodrigo Simão Camacho, intitulada “Paradigmas em disputa na educação do campo”. Programa de pós-graduação em Geografia na Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, 30 de outubro de 2012. (**documento III.9.3.23**)

III.9.4 – Bancas Examinadoras (Qualificação de Mestrado)

III.9.4.1 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Gessilda da Silva Viana, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 28 de novembro de 2000, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.1**)

III.9.4.2 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Jorge Montenegro Ramon Gómez, intitulada “Desenvolvimento e Controle Social – releitura das novas políticas públicas de desenvolvimento rural para o Noroeste Paranaense” do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. 07 de dezembro de 2001, Maringá – PR. (**documento III.9.4.2**)

III.9.4.3 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Fernando Perli, do Programa de pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. 17 de agosto de 2001, Assis – SP. (**documento III.9.4.3**)

III.9.4.4 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Cristiane Barbosa Ramalho, intitulada “Impactos socioterritoriais da implantação em assentamentos de Mirante do Paranapanema” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2001, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)



III.9.4.5 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Alexandre Domingues Ribas, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 13 de junho de 2001, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.5**)

III.9.4.6 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Gleison Moreira Leal, intitulada “Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais de Teodoro Sampaio-SP” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 20 de dezembro de 2002, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.4.6**)

III.9.4.7 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva, intitulada “Sobre o Camponês do Sertão: Produção do Espaço e Identidade Camponesa em Assentamentos de Goiás-GO” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 05 de dezembro de 2002, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.4.7**)

III.9.4.8 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Karla Emmanuel Ribeiro Hora, intitulada “O Meu e o Nosso (re) Territorialização na Construção do Lugar em Assentamentos Rurais de Goiás” do Curso de pós-graduação do Instituto de Estudos Sócio - Ambientais da Universidade Federal de Goiás. 14 de novembro de 2002, Goiânia – GO. (**documento III.9.4.8**)

III.9.4.9 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Jeaneth Nunes Stefaniak, intitulada “A Função Social da Propriedade na Perspectiva do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra”, do Curso de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. 30 de janeiro de 2002, Ponta Grossa –PR. (**documento III.9.4.9**)

III.9.4.10 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Marize Carvalho, do Curso de pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. 06 e 07 de agosto de 2002. (**documento III.9.4.10**)

III.9.4.11 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Jeaneth Nunes Stefaniak, intitulada “O meu e o nosso: (re) territorialização na construção do lugar em assentamentos rurais em Góias” na Universidade Federal de Goiás, 2002. (**s/documento**)

III.9.4.12 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Douglas Amparo Mansur, intitulada “Os Horizontes da Documentação Fotográfica na Construção da Memória da Conquista da Terra: Estudo dos Casos Paraná (Região Centro-Oeste) e Paraguai (Região do Alto Paraná) do Programa de pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. 03 de abril de 2003, São Paulo – SP. (**documento III.9.4.12**)

III.9.4.13 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Karina Furini da Ponte, intitulada “Os Sentidos do Programa Vilas Rurais do Estado do Paraná: Uma Análise a partir da Vila Rural da Paz em Rolândia e da Vila Rural João Inocente de Cambé” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e



Tecnologia – UNESP. 29 de outubro de 2003, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.4.13**)

III.9.4.14 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Renata Mainenti Gomes, intitulada “Ofensiva do Capital e Transformações no Mundo Rural: A Resistência Camponesa e a Luta Pela Terra no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. 28 de novembro de 2003, Uberlândia– MG. (**documento III.9.4.14**)

III.9.4.15 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Solange dos Reis Andrés, intitulada “Análise do Programa Educacional do Programa Banco da Terra do Assentamento São José de Presidente Prudente SP: Do Projeto à Prática” do Programa de pós-graduação “Stricto Sensu” em Educação da Universidade do Oeste Paulista. 04 de dezembro de 2003, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.15**)

III.9.4.16 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Eugênio Augusto de Almeida Grillo, intitulada “Impactos socioterritoriais do assentamento São Bento – Mirante do Paranapanema” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2003, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.4.17 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Edvaldo Carlos de Lima, intitulada “Os Movimentos Sociais de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema: Trama Social e Dinâmica Territorial” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 20 de setembro de 2004, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.17**)

III.9.4.18 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Nelson Rodrigo Pedon, intitulada “A Participação Popular na Produção do Espaço Urbano na Cidade de Araçatuba” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 16 de dezembro de 2004, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.18**)

III.9.4.19 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Fernanda Keiko Ikuta, intitulada “A homogeneização do capital e o mundo do trabalho: uma perspectiva a partir da luta pela moradia” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2004, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.4.20 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Priscilla Bagli, intitulada “Novas Territorializações e territorialidades: O Rural e o Urbano em Questão no Pontal do Paranapanema” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 17 de dezembro de 2004, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.4.20**)

III.9.4.21 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Luciana Teixeira, intitulada “A Colonização Agrícola no Norte do Estado de Mato Grosso: A “Região” de SINOP” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 24 de junho de 2005, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.4.21**)



III.9.4.22 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Adriano da Costa Valadão, intitulada “Os Núcleos de Base do MST e a Construção da Cooperação Agrícola: Assentamento Contestado – Estado do Paraná”, do Curso de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa. 28 de março de 2005, Ponta Grossa – PR. (**documento III.9.4.22**)

III.9.4.23 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Eduardo Paulon Girardi, intitulada “Atlas da Questão Agrária Brasileira” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 02 de março de 2006, Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.4.23**)

III.9.4.24 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Márcio Freitas Eduardo, intitulada “A Dinâmica Territorial das Agroindústrias Artesanais de Francisco Beltrão/PR” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 19 de outubro de 2007, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.24**)

III.9.4.25 – Banca examinadora, qualificação de mestrado intitulada “Direito à cidade: a influência dos movimentos sociais urbanos na reestruturação urbana em João Pessoa” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2007, Presidente Prudente – SP (**s/documento**)

III.9.4.26 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Matuzalem Bezerra Cavalcante, intitulada “Mudanças da Estrutura Fundiária de Mato Grosso de 1992 à 2003” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 12 de fevereiro de 2008, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.26**)

III.9.4.27 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Anderson Antonio da Silva, intitulada “Relatório de Impactos Socioterritoriais do Município de Teodoro Sampaio: Metodologia para a Elaboração” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 11 de abril de 2008, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.27**)

III.9.4.28 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Dominique Michele Perioto Guhur, intitulada “O Diálogo de Saberes nas Escolas Técnicas do MST no Paraná: Contribuições a Educação Profissional do Campo” do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. 25 de setembro de 2009, Maringá – PR. (**documento III.9.4.28**)

III.9.4.29 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Adolfo da Costa Oliveira Neto, intitulada “Espaço, Cotidiano e Educação: O que fazer Educativo em Turmas de Educação Popular na Amazônia Ribeirinha” do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. 07 de outubro de 2009 – Belém – PA. (**documento III.9.4.29**)

III.9.4.30 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Estevan Leopoldo de Freitas Coca, intitulada “Um Estudo da Diversidade e Atualidade da Reforma Agrária:



Análise dos Tipos de Assentamentos do Território Cantuquiriguá – Estado do Paraná” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 13 de janeiro 2010, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.4.31 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Adriana Figueiredo Lima, intitulada “As Transformações Territoriais no Entorno da BR-163 Cuiabá-Santarém” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 14 de outubro de 2010, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.31**)

III.9.4.32 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Janaina Francisca de Souza Campos, intitulada “Cadastro de Análise da Produção dos Grupos de Pesquisa em Geografia Agrária do Estado de São Paulo” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 15 de outubro de 2010, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.32**)

III.9.4.33 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Elienai Constantino Gonçalves, intitulada “Disputa Territorial entre os Movimentos Camponeses e o Agronegócio Sucroalcooleiro no Pontal do Paranapanema” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 06 de dezembro de 2010, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.33**)

III.9.4.34 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, da candidata Claudia Pilar Lizárraga Aranibar, intitulada “A Descolonização do Território: Lutas e Resistências Camponesas, Indígenas e Reforma agrária. Estudo Comparativo Bolívia e Brasil” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 06 de dezembro de 2010, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.34**)

III.9.4.35 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Carlos Alfredo Vacaflores Rivero, intitulada “A Disputa Territorial Camponesa. Estudo Comparativo da Região de San Agustín em Tarija-Bolívia e da Região de Andradina em São Paulo - Brasil” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 06 de dezembro 2010, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.35**)

III.9.4.36 – Banca examinadora, qualificação de mestrado intitulada “Disputa territorial entre o agronegócio e o campesinato no Pontal do Paranapanema” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2010, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.4.37 – Banca examinadora, qualificação de mestrado intitulada “Transformações territoriais em torno da BR 163” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2010, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.4.38 – Banca examinadora, qualificação de mestrado intitulada “A disputa territorial camponesa na região de San Augustin - Tarija - Bolivia” do Programa de pós-graduação



em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2010, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.4.39 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato José Maria do Rosário Chilaúle Langa, intitulado “Análise de impactos da produção de Alternativas Agroenergéticas em Moçambique: o caso da província de Manica”, do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 14 de junho de 2012, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.4.39**)

III.9.4.40 – Banca examinadora, qualificação de mestrado, do candidato Roseli Margarete de Almeida Nanni, intitulado “A contribuição das Universidades Paulistas para o desenvolvimento da educação do campo: a demanda do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra- MST” do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, São Paulo, 1 de novembro de 2012. (**documento III.9.4.40**)

III.9.5. - Bancas Examinadoras (Trabalho de conclusão de curso em graduação)

III.9.5.1 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Rose Leine Bertaco Giacominia, intitulado “A Modernização Agrícola no Sudoeste Paulista: O Exemplo da Uva no Município de Álvares Machado – SP”, apresentado no dia 15 de dezembro de 1989, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.1**)

III.9.5.2 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Márcia Yukari Mizusaki, intitulado “Formação Política e Cidadania – A Ação Pastoral das CEBs de Presidente Bernardes”, apresentado no dia 11 de dezembro de 1991, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.2**)

III.9.5.3 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Lindomar Teixeira Luiz, intitulada “Espaço e Consciência: Estudo de um Bairro Periférico”, apresentado no dia 12 de dezembro de 1992, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.3**)

III.9.5.4 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Rosemeire Aparecida de Almeida, intitulado “A Conquista da Terra pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra o Pontal do Paranapanema: As Ocupações nas Fazendas São Bento e Santa Clara”, apresentado no dia 01 de julho de 1993, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.4**)

III.9.5.5 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelas candidatas Luciane Feroldi Ferreira e Simone Aparecida Duela, intitulado “As Histórias em Quadrinhos Como Subsídio Para a Análise do Real”, apresentado no dia 04 de dezembro de 1995, FCT/UNESP - Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.5**)

III.9.5.6 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelas candidatas Kátia Cristian de Sales Pinato e Ana Lúcia Fernandes, intitulado “Ser migrante: mais que uma forma de mudança, uma luta pela sobrevivência – estudo de caso: Irapuru e os Migrantes



Nordestinos”, apresentado no dia 07 de dezembro de 1996, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.6**)

III.9.5.7 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Sílvia Regina Pereira, intitulado “Análise do sub-centro comercial e de serviços do Jardim Bongiovani- Presidente Prudente – SP”, apresentado no dia 10 de dezembro de 1998, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.7**)

III.9.5.8 - Monografias de bacharelado, desenvolvida pelo Curso Especialização e Administração em Cooperativas – CEACOOP, nos dias 11, 12 e 13 de maio de 1999. (**documento III.9.5.8**)

III.9.5.9 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Eliane Cavalcante, intitulado “Territorialidade da política agrícola e fundiária do Estado no assentamento Bom Pastor – município de Sandovalina/SP”, apresentado no dia 01 de dezembro de 1999, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.9**)

III.9.5.10 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Gilberto Vieira dos Santos. Intitulado “A Territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – no município de Presidente Bernardes – SP”, apresentado no dia 15 de dezembro de 2000, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.10**)

III.9.5.11 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Adriane Saude Matos, intitulado “Beleza e Ecologia: um processo de formação e educação no assentamento”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.12 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Angela Maria dos Santos, intitulado “A construção coletiva na formação da identidade política – social dos sujeitos no Movimento Sem Terra no Estado de Pernambuco”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.13 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Elisabeth Witcel, intitulado “Sexualidade, uma compreensão Libertadora”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.14 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Edilson Alves Martins, intitulado “A construção de uma nova consciência histórica: o exemplo do assentamento Novo Horizonte”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)



III.9.5.15 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Francisca de Santana Santos, intitulado “Fitoterapia: o cultivo de plantas medicinais como instrumento de organização e educação coletiva”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.16 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Gilmar Monteiro, intitulado “O maior assentamento do Brasil no maior latifúndio do Paraná”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.17 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Gilvania Ferreira da Silva, intitulado “O ato pedagógico de ocupar”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.18 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Izabel Rodrigues Lopes Filha, intitulado “Cultura camponesa e a transformação social culturanálise do assentamento Palmares - Pará”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.19 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Jair de Oliveira Chaves, intitulado “Currículo escolar: uma reflexão sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola de séries iniciais Olavo Pires no assentamento 25 de Julho”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.20 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Marta Helena Rozeno, intitulado “A participação da mulheres militantes, Vale do Rio Doce – Minas Gerais”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.21 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Rosalho da Costa Silva, intitulado “Processo de formação da identidade da juventude sem terra”, apresentado nos dias 26, 27 e 28 de junho de 2001, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí –RS. (**documento III.9.5.11**)

III.9.5.22 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Juscelino Lino Miguelão, intitulado “Formação de Quadros para trabalho de Base – estudo de caso regional de promissão - SP”, apresentado no dia 02 de agosto de 2001, Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária. Veranópolis – RS (**documento III.9.5.12**)

III.9.5.23 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Rodrigo da Silva Botasim, intitulado “Trabalhador Sem-Terra assentado: um futuro pequeno capitalista? Estudo do assentamento Água Sumida no município de Teodoro Sampaio – SP”,



apresentado no dia 13 de dezembro de 2002, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.14**)

III.9.5.24 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Priscilla Bagli, intitulado “Conflitos no campo: As faces da violência na luta pela terra”, apresentado no dia 13 de dezembro de 2002, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.15**)

III.9.5.25 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Evandro Sanches, intitulado “Folia de reis: espacialização em Nhandeara e região”, 2003, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.5.26 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Tiago Egídio Avanço Cubas, intitulado “Estudo da contribuição da imprensa na representação dos camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema, de 1998 a 2008”, apresentado no dia 14 de dezembro de 2009, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.20**)

III.9.5.27 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Herivelto Fernandes Rocha, intitulado “Análise da luta pela terra e da implantação de assentamentos no Brasil entre 1985 – 2008”, apresentado no dia 14 de dezembro de 2009, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.5.21**)

III.9.5.28 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pela candidata Nivea Massareto, intitulado “Impactos ambientais no plantio da cana-de-açúcar nos solos dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema”, apresentado no dia 09 de novembro de 2010, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.5.22**)

III.9.5.29 - Monografia de bacharelado, desenvolvida pelo candidato Rafael de Oliveira Coelho dos Santos, intitulado “Estudo da obtenção de assentamentos de reforma agrária no período de 1985 a 2009”, apresentado no dia 29 de novembro de 2010, FCT/UNESP – Presidente Prudente – SP. (orientador) (**documento III.9.5.23**)

III.9.5.30 - Monografia do Curso de Bacharelado em Geografia, intitulada “Alimentar ou ser alimentado: a expansão da agroindústria canavieira e a soberania alimentar em Flórida Paulista - SP” e desenvolvida por Valmir José de Oliveira Valério. 07 de novembro de 2011. (**documento III.9.5.24**)

III.9.5.31 - Monografia do Curso de Bacharelado em Geografia, intitulada “O Advento de Novas Matrizes Energéticas no Brasil: Experiências da Implantação do PNPB no meio rural e a produção de biodiesel no espaço urbano do estado de São Paulo” e desenvolvida por Rosana Akemi Pafunda. 28 de novembro de 2011. (**documento III.9.5.25**)

III.9.5.32 - Monografia do Curso de Bacharelado em Geografia, intitulada “Paradigma e metodologias da questão agrária: uma análise das ocupações de terras no Brasil com



ênfase para o portal do Paranapanema - SP" e desenvolvida por Camila Ferracini Origuéla. 28 de novembro de 2011. (**documento III.9.5.26**)

III.9.5.33 - Monografia do Curso de Bacharelado em Geografia, intitulada "Um estudo sobre as tipologias de manifestações do campo no estado de São Paulo no período de 2000 a 2011" desenvolvida por Danilo Valentin Pereira. 13 de novembro de 2012 (**documento III.9.5.27**)

III.9.6 - Colóquios de pré-projeto de alunos da pós-graduação

III.9.6.1 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado "A participação continuada na elaboração do orçamento popular: uma experiência no município de Andradina - SP", do candidato Roberto Carlos Brito Carrenho. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 24 de agosto de 1994. (**documento III.9.6.1**)

III.9.6.2 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado "Os trabalhadores bóias frias no município de Taciba. Uma contribuição a análise do cotidiano e da memória no processo de construção do arranjo do espaço", do candidato Luiz Carlos Flavio. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 24 de agosto de 1994. (**documento III.9.6.2**)

III.9.6.3 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado "A influência dos Seringais de cultivo no desenvolvimento regional. O caso de São José do Rio Claro - MT", do candidato Wallace de Oliveira. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 11 de abril de 1995. (**documento III.9.6.3**)

III.9.6.4 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado "O conceito de região e a geografia regional no ensino de 1º grau – críticas e perspectivas", do candidato Luis de Jesus Pacheco de Almeida. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 10 de abril de 1995. (**documento III.9.6.4**)

III.9.6.5 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado "Movimento Sindical em Presidente Prudente/SP. A busca de um entendimento a partir da leitura geografia", do candidato Marcelo Dornelis Carvalhal. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 10 de março de 1998. (**documento III.9.6.5**)

III.9.6.6 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado "Assentamento Gleba Tucano: A importância de um projeto de assentamento na economia do município de Euclides da Cunha Paulista", do candidato Alecio Rodrigues de Oliveira. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 11 de março de 1998. (**documento III.9.6.6**)

III.9.6.7 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado "O assentamento rural do M.S.T. em Paranacity-Paraná, e a formação do espaço geográfico em um contexto histórico de superconcentração da propriedade da terra", do candidato



Anibal Pagamunicci. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 08 de março de 1999. (**documento III.9.6.7**)

III.9.6.8 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “Modernização e exclusão social nas agroindústrias sucro-alcooleira no Est. Do Mato Grosso do Sul: a inserção e exploração da mão de obra indígena pela empresa DEBASA”, do candidato Julio Cesar Ribeiro. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 11 de março de 1999. (**documento III.9.6.8**)

III.9.6.9 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível doutorado, intitulado “A luta pela terra no Mato Grosso do Sul: diferentes territorialidades”, da candidata Rosemeire Aparecida de Almeida. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 12 de março de 1999. (**documento III.9.6.9**)

III.9.6.10 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “A unidade familiar de produção agrícola como forma de acesso, posse e uso do solo no Ass. Água Prata (Apucaraninha) – Tamarana- PR”, da candidata Diânice Oriane da Silva. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 12 de março de 1999. (**documento III.9.6.10**)

III.9.6.11 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “MST: Cooperativização e (re) reorganização política-territorial dos assentamento. O caso da COCAMP (Cooperativa de prestação de Serv. Dos Assent. Da Reforma Agrária do Pontal)”, do candidato Alexandre Rodrigues Ribas. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 12 de março de 1999. (**documento III.9.6.11**)

III.9.6.12 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “Impactos socioterritoriais no município de Mirante do Paranapanema – Pontal do Paranapanema-SP, da candidata Cristiane Barbosa Ramalho. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 23 de fevereiro de 2000. (**documento III.9.6.12**)

III.9.6.13 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “Uma contribuição no entendimento da relação capital x trabalho na agroindustria sucroalcoleira paulista sob viés do processo de redução da queima, da intensificação do corte mecanizado, de gestão e de certificação ambiental da cana-de-açucar”, da candidata Ana Maria Soares de Oliveira. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 01 de fevereiro de 2000. (**documento III.9.6.13**)

III.9.6.14 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “Impactos socioterritoriais dos Assentamentos rurais no município de Teodoro Sampaio-SP”, do candidato Cleison Moreira Leal. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 13 de março de 2001. (**documento III.9.6.14**)

III.9.6.16 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “A espacialização e territorialização do MST no Município de Goiás/GO”, da candidata Rusvênia Luiza Batista R. da Silva. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 13 de março de 2001. (**documento III.9.6.14**)



III.9.6.17 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, intitulado “O público e o privado na cidade atual”, do candidato Oscar sobarzo Miño. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 14 de março de 2001. (**documento III.9.6.15**)

III.9.6.18 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “A pobreza urbana em São Luis e suas relações com a economia terceária: o Caso dos camelos no centro comercial”, do candidato Edmilson de Jesus Reis de Oliveira. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 23 de março de 2001. (**documento III.9.6.15**)

III.9.6.19 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “O sistema cooperativista dos assentamentos do MST no Mato Grosso do Sul: a experiência da COOPAC, COOPAVI e COOPRESUL”, da candidata Tânia Paula da Silva. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 11 de março de 2002. (**documento III.9.6.16**)

III.9.6.20 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “O papel das vilas rurais na organização espacial norte paranaense. O caso da micro região geográfica de Londrina, da candidata Karina Furini da Ponte. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 11 de março de 2002. (**documento III.9.6.17**)

III.9.6.21 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “De trabalhadores Urbanos a Sem-terra: a migração cidade-campo e a luta pela terra”, da candidata Solange Lima. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 11 de março de 2002. (**documento III.9.6.18**)

III.9.6.22 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “COPAGRIL: Cooperativismo e modernização agrícola no extremo oeste paranaense (1980-2000)”, da candidata Marli T. S. Schlosser. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 11 de março de 2002. (**documento III.9.6.19**)

III.9.6.23 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “A territorialização dos camelos nas cidades de Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Marília no Oeste do Estado de São Paulo: Informalidade e Precarização do trabalho na era da globalização”, do candidato Marcelino de Andrade Gonçalves. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 11 de março de 2002. (**documento III.9.6.20**)

III.9.6.24 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “Movimento de Cursinhos Pré-universitário Populares: uma leitura política por meio da escala geográfica”, do candidato Cloves Alexandre de Castro. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 14 de março de 2003. (**documento III.9.6.21**)

III.9.6.25 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “Os parâmetros curriculares nacionais de geografia e categorias território, paisagem, região e lugar: reflexões para uma geografia crítica na escola”, da candidata Noemí Ramos Vieira.



Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 14 de março de 2003. (**documento III.9.6.21**)

III.9.6.26 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “MST: Espaço Estruturado e o espaço das práticas”, do candidato Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 14 de março de 2003. (**documento III.9.6.22**)

III.9.6.27 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto em pós-graduação, intitulado “Consensos Globais e Conflitos Locais desdobramentos atuais da questão agrária no interior do sistema de metabolismo social do capital”, do candidato Jorge Ramon Montenegro Gomez. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 14 de março de 2003. (**documento III.9.6.22**)

III.9.6.28 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “Atlas da questão agrária brasileira”, do candidato Eduardo Paulon Girardi. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 2 de março de 2004. (**documento III.9.6.23**)

III.9.6.29 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “A homogeneização do capital e o mundo do trabalho: uma perspectiva a partir da luta pela moradia”, da candidata Fernanda Keiko Ikuta. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 2 de março de 2004. (**documento III.9.6.24**)

III.9.6.30 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “A combinação do arcaico e do moderno na reprodução do capital: a exploração do trabalho nas carvoarias do município de Ribas do Rio Pardo/MS”, da candidata Altamira Pereira. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 2 de março de 2004. (**documento III.9.6.25**)

III.9.6.31 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “A relação cidade-campo e a pluralidade no espaço rural do município de Indiana - SP”, da candidata Regiane Aparecida Menegati. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 2 de setembro de 2004. (**documento III.9.6.26**)

III.9.6.32 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “Assentamentos no Pontal do Paranapanema – SP: uma política de desenvolvimento ou de compensação social”, da candidata Eliane de Jesus Teixeira Mazzini. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 2 de setembro de 2004. (**documento III.9.6.26**)

III.9.6.33 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “Os bairros Rurais no município de Presidente Prudente: a importância da pluriatividade e do trabalho feminino nas unidades produtivas ”, da candidata Erika Vanessa Moreira. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 2 de setembro de 2004. (**documento III.9.6.26**)

III.9.6.34 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível mestrado, intitulado “Os impactos socioeconómicos e espaciais da implantação de assentamentos rurais nos



municípios de Rosana, Euclides da Cunha Paulista e Teodoro Sampaio - SP", do candidato Sergio Pereira de Souza. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 2 de setembro de 2004. (**documento III.9.6.26**)

III.9.6.35 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível doutorado, intitulado "Questão Agrária em Sergipe: em estudo comparativo entre beneficiários do credito III.9.5. - fundiário e assentados dos projetos de reforma agrária – 2003-2006", do candidato Eraldo da Silva Ramos Filho. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 1 de setembro de 2004. (**documento III.9.6.27**)

III.9.6.36 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível doutorado, intitulado "Da luta pela terra à luta na terra: centralidades de ações e a diferenciação do MST na coordenação de estratégias para a (re) inserção social do campesinato no território do capital", do candidato Sergio Gonçalves. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 1 de setembro de 2004. (**documento III.9.6.27**)

III.9.6.37 - Colóquio de Discussão de Pré-Projeto, em nível doutorado, intitulado "As redefinições técnico-produtivas e organizacionais do capital agroindustrial canavieiro no Brasil: transformações territoriais e os desafios para o trabalho", da candidata Ana Maria soares de oliveira. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP, 1 de setembro de 2004. (**documento III.9.6.27**)

III.9.7. - Colóquios de pré- projeto de monografias

III.9.7.1 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado "A ocupação da Amazônia Legal: o caso de Jauru - MT", pela aluna Lisandra Pereira Lamoso. Apresentado no dia 18 de junho de 1990. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.1**)

III.9.7.2 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado "A produção do espaço urbano em Presidente Prudente: expansão /desdobramentos da área central", pelo aluno Arthur Magon Whitacker. Apresentado no dia 5 de junho de 1990. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.2**)

III.9.7.3 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado "A padronização do espaço social através dos meios de comunicação em massa", pela aluna Ana Claudia Benvenho. Apresentado no dia 3 de julho de 1991. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.3**)

III.9.7.4 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado "Impactos ambientais causados pela formação do Lago de barragem da Usina Hidrelétrica Porto Primavera", pela aluna Geraldine Goems dos Santos. Apresentado no dia 1 de maio de 1993. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.4**)

III.9.7.5 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado "Migrar – Verbo que modela o cenário nacional da luta pela sobrevivência à



conquista pela cidadania”, pelas alunas Ana Lucia Fernandes e Katia Cristian de Sales. Apresentado no dia 14 de maio de 1994. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.5**)

III.9.7.6 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, do candidato Ana Lúcia Fernandes e Kátia Cristian de Sales, intitulada “Migrar – verbo que modela o cenário nacional da luta pela sobrevivência à conquista da cidadania” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 1994, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.7.7 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Paisagem cultural Nhanderense”, pelo aluno Evandro Sanches. Apresentado no dia 18 de maio de 1996. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.7**)

III.9.7.8 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Migrar – Verbo que modela o cenário nacional da luta pela sobrevivência à conquista pela cidadania”, pelas alunas Ana Lucia Fernandes e Katia Cristian de Sales. Apresentado no dia 18 de maio de 1996. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.8**)

III.9.7.9 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, do candidato Ana Lúcia Fernandes e Kátia Cristian de Sales, intitulada “Migrar: verbo que modela o cenário nacional da luta pela sobrevivência à conquista da cidadania” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 1996, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.7.10 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, do candidato Evandro Sanches, intitulada “Paisagem cultural nhandearense” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 1996, Presidente Prudente – SP. (**s/documento**)

III.9.7.11 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Nhandeara e seu contexto regional”, pelo aluno Evandro Sanches. Apresentado no dia 16 de maio de 1998. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.11**)

III.9.7.12 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais no município de Euclides da Cunha Paulista – Pontal do Paranapanema - SP”, pela aluna Ângela Aparecida Franco. Apresentado no dia 17 de maio de 1999. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.12**)

III.9.7.13 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Pontal do Paranapanema - SP”, pelo aluno Cristiane Barbosa Ramalho. Apresentado no dia 17 de maio de 1999. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.13**)



III.9.7.14 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Pontal do Paranapanema (1996-1998)”, pelo aluno Gilberto Vieira dos Santos. Apresentado no dia 17 de maio de 1999. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.14**)

III.9.7.15 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “O Movimento Social e (re) estruturação espacial: a desterritorialização do capital”, pelo aluno Sergio Gonçalves. Apresentado no dia 11 de julho de 2000. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.15**)

III.9.7.16 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “O assentamento de posseiros no Pontal do Paranapanema: da luta pela terra à luta na terra”, pelo aluno Sergio Gonçalves. Apresentado no dia 17 de maio de 2001. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.16**)

III.9.7.17 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, do candidato Edvaldo Carlos de Lima, intitulada “A dinâmica territorial da luta pela terra no Pontal do Paranapanema” do Programa de pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP. 2001, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.17**)

III.9.7.18 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Das violências às resistências: a espacialização das lutas e conflitos no norte do Paraná – uma análise política repressiva do governo Jaime Lerner”, pela aluna Priscila Bagli. Apresentado no dia 25 de maio de 2001. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.18**)

III.9.7.19 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “A participação e desempenho socioeconômico dos trabalhadores de origem urbana no assentamento rural Nova conquista – Rancharia/SP”, pela aluna Solange Lima. Apresentado no dia 25 de maio de 2001. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.19**)

III.9.7.20 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Trabalhador Sem-Terra assentado: um futuro pequeno capitalista? Estudo do assentamento Água Sumida no Município de Teodoro Sampaio/ SP”, pelo aluno Rodrigo da Silva Botasim. Apresentado no dia 13 de maio de 2002. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.20**)

III.9.7.21 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Folia de Reis: espacialização em Nhandeara e região, pelo aluno Evandro Sanches. Apresentado no dia 12 de maio de 2003. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.21**)



III.9.7.22 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP”, pelo aluno Anderson Antonio da silva. Apresentado no dia 16 de maio de 2003. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.22**)

III.9.7.23 - Colóquio de Discussão de Projeto de Monografia de Bacharelado em geografia, intitulado “Impactos socioterritoriais do assentamento São Bento – Mirante do Paranapanema - SP”, pelo aluno Eugênio Augusto. Apresentado no dia 16 de maio de 2003. Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente – SP. (**documento III.9.7.23**)

III.9.8 - Concursos Públicos

III.9.8.1 - Banca examinadora, do Processo seletivo de contratação de professor, Universidade de São Paulo , no ano de 2004 (**documento III. 9.8.1**)

III.9.8.2 - Banca examinadora, do Processo seletivo de contratação de professor, Universidade de São Paulo , no ano de 2007 (**s/documento**)

III.9.8.3 - Banca examinadora, do Concurso Publico de Títulos e Provas para promovimento de um cargo de Professor Doutor, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, realizado no período de 05 a 7 de maio de 2004. (**s/documento**)

III.9.8.4 - Banca examinadora, do Concurso Publico de ingresso do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP *campus* de Presidente Prudente, para o cargo de Professor Colaborador, realizado no 16 de agosto de 2007. (**documento III. 9.8.4**)

III.9.8.5 - Banca examinadora, do Concurso Publico de ingresso do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP *campus* de Presidente Prudente, para o cargo de Professor Colaborador, realizado no 09 de novembro de 2010. (**documento III. 9.8.5**)

III.9.8.6 - Banca examinadora, do Concurso Publico de Títulos e Provas para promovimento de um cargo de Professor Assistente Doutor, do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP *campus* de Araraquara, realizado nos dias 10 e 11 de março de 2011 (**documento III. 9.8.6**)

III.10 – Eventos

III.10.1 - Participação em eventos

III.10.1.1 - Mesas-Redondas nacionais

III.10.1.1.1 - Mesa-Redonda: “Reforma Agrária: Estratégia e Limite Político”, no 8 Encontro Nacional de Geógrafos, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Salvador, no período de 15 a 20 de julho de 1990. (**documento III.10.1.1.1**)



III.10.1.1.2 - Mesa-Redonda: “Práticas Pedagógicas”, no II Encontro Nacional de Geografia – Fala Professor, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), São Paulo, no período de 14 a 18 de julho de 1991. (**documento III.10.1.1.2**)

III.10.1.1.3 - Mesa-Redonda: “O Geógrafo e a Práxis”, no Seminário sobre o conhecimento geográfico no Brasil, realizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, no período de 29 a 31 de agosto de 1991. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.3**)

III.10.1.1.4 - Mesa-Redonda: “A questão agrária”, na Semana de Aniversário da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, no período de 04 a 08 de maio de 1992. (**documento III.10.1.1.4**)

III.10.1.1.5 - Mesa-Redonda: “A reforma agrária: velha questão, nova luta”, no IX Encontro Nacional de geógrafos, Presidente Prudente, no período de 19 a 24 de julho de 1992. (**documento III.10.1.1.5**)

III.10.1.1.6 - Mesa-Redonda: “Modernidade: ideia de progresso e as novas formas da relação sociedade-natureza”, no Seminário Internacional Liberalismo e Socialismo: Velhos e Novos Paradigmas, promovido pela UNESP, Marília, no período de 13 a 15 de abril de 1993. (Comissão Organizadora e Coordenador) (**documento III.10.1.1.6**)

III.10.1.1.7 - Mesa-Redonda: “Som e Imagem no Ensino da Geografia”, no 1 Encontro Paulista de Ensino de Geografia no final do século: Problemas e Alternativas no Estado de São Paulo, organizadao pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizado na Universidade Estadual de Campinas, no período de 05 a 08 de setembro de 1993. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.7**)

III.10.1.1.8 - Mesa-Redonda: “Projetos Alternativos de Escola”, no 1 Encontro Econtro Paulista de Ensino de Geografia no final do século: Problemas e Alternativas no Estado de São Paulo, organizadao pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizado na Universidade Estadual de Campinas, no período de 05 a 08 de setembro de 1993. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.8**)

III.10.1.1.9 - Mesa-redonda: “Violência no campo: cidadania dilacerada na sociedade brasileira”, no 5 Congresso Brasileiro de Geógrafos, Curitiba, no período de 17 a 22 de julho de 1994. (Expositor) (**documento III.10.1.1.9**)

III.10.1.1.10 - Mesa-Redonda: “Luta pela terra e luta pela reforma agrária no Brasil do simpósio Reforma agrária e reforma urbana: perspectivas para o final do século”, no 5 Congresso Brasileiro de Geógrafos, Curitiba, no período de 17 a 22 de julho de 1994. (Expositor) (**documento III.10.1.1.10**)



III.10.1.1.11 - Mesa-Redonda: “Educação física e movimentos sociais”, no XVI ENEEF – Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física – “Qualidade do Ensino: Políticas Públicas, Sociedade e Educação”, Uberlândia, no período de 30 de julho a 04 de agosto de 1995. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.11**)

III.10.1.1.12 - Mesa-Redonda: “Geografia e Modernidade”, no 2 Seminário sobre o pensamento geográfico no Brasil, realizado na Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, organizado pelo Curso de Pós-Graduação em Geografia e Departamento de Geografia, Presidente Prudente, no período de 22 a 24 de setembro de 1994. (Expositor) (**documento III.10.1.1.12**)

III.10.1.1.13 - Mesa-Redonda: “Mídia e Novas Tecnologias na Formação Pemanente do Professor de Geografia”, no 3 Encontro Nacional de Ensino de Geografia, Presidente Prudente, no período de 09 a 12 de julho de 1995. (Coordenador) (**documento III.10.1.1.13**)

III.10.1.1.14 - Mesa-Redonda: “A luta pela terra”, promovida pelo Departamento de Psicologia Evolutiva, Social e Escolar, Assis, no dia 17 de novembro de 1995. (Conferencista) (**documento III.10.1.1.14**)

III.10.1.1.15 - Mesa-Redonda: “A ordem e a violência no Brasil: a questão agrária em debate”, no 10 Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB e Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, no período de 14 a 19 de julho de 1996. (**documento III.10.1.1.15**)

III.10.1.1.15.b - Mesa-Redonda: “A judiciarização da reforma agrária”, no 10 Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, Universidade Federal de Pernambuco, no período de 14 a 19 de julho de 1996. (**documento III.10.1.1.15.b**)

III.10.1.1.16 - Mesa-Redonda: “O espaço rural do Brasil Urbano”, no IV Encontro Baiano de Geografia, Feira de Santana, no período de 22 a 27 de setembro de 1996. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.16**)

III.10.1.1.17 - Mesa-Redonda: “Movimentos Sociais Territorialmente Organizados: As Experiências do Movimento dos Sem-Terra (MST), e dos Movimentos Sociais Urbanos”, organizado pelo Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, no dia 26 de junho de 1997. (**documento III.10.1.1.17**)

III.10.1.1.18 - Mesa-Redonda: “Direito à Terra”, no Seminário Direitos humanos no Século XXI, promovido pelo núcleo de Direitos Humanos e Cidadania, Marília, no período de 17 a 19 de junho de 1997. (**documento III.10.1.1.18**)



III.10.1.1.19 - Mesa-Redonda: “Origem histórica e propriedade no Pontal do Paranapanema”, no 1 Simpósio Sobre a Atuação do Ministério Público nos Conflitos Coletivos Envolvendo a Posse da Terra Rural, Presidente Prudente, no dia 14 de abril de 1997. (Expositor) (**documento III.10.1.1.19**)

III.10.1.1.20 - Mesa-Redonda: “Movimentos Sociais no Campo e na Cidade?”, no I Seminário Correntes Teóricas da Geografia Agrária, promovido pela Comissão de Assuntos Agrários da Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, na FCT/UNESP, Presidente Prudente, no dia 27 de junho de 1997. (Expositor) (**documento III.10.1.1.20**)

III.10.1.1.21 - Mesa-redonda: “MST e Reforma Agrária”, na UFRJ, Rio de Janeiro, no dia 10 de setembro de 1997. (**documento III.10.1.1.21**)

III.10.1.1.22 - Mesa-Redonda: “Estado e Movimentos Sociais: A Questão da Reforma Agrária Revisitada”, no Encontro da APISPA: Experiências de Assentamentos na Virada do Século, Araraquara, no período de 01 a 03 de abril de 1998. (**documento III.10.1.1.22**)

III.10.1.1.23 - Mesa-Redonda: “Agricultura Camponesa e Sustentabilidade”, no 1 Simpósio de Geografia Agrária, realizado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, no dia 29 de maio de 1998. (**documento III.10.1.1.23**)

III.10.1.1.24 - Mesa-Redonda: “Reforma Agrária: Ações Públicas e Movimentos Sociais”, no XI Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB e pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Vitória da Conquista, no período de 05 a 11 de julho de 1998. (Coordenador) (**documento III.10.1.1.24**)

III.10.1.1.25 - Mesa-Redonda: “Fome Institucionalidade e Perspectivas”, na Exposição A fome no Nordeste Brasileiro: Territorialidade, representações Ideológicas e Dominação de Classe, realizada na Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, no período de 21 de setembro a 02 de outubro de 1998. (**documento III.10.1.1.25**)

III.10.1.1.26 - Mesa-Redonda: “Movimentos Sociais e Reforma Agrária”, no XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária, Presidente Prudente, no dia 05 de dezembro de 1998. (Expositor) (**documento III.10.1.1.26**)

III.10.1.1.27 - Mesa-Redonda: “A Luta pela Terra no Pontal do Paranapanema: Inclusão dos Excluídos”, na Exposição 500 Anos do Brasil: Trajetória, Controvérsias e Exclusão Social, organizada pelo CEMOSI, CCGG e ITESP, Presidente Prudente, no dia 08 de julho de 2000. (**documento III.10.1.1.27**)

III.10.1.1.28 - Mesa-Redonda: “Por uma Teoria Geográfica dos Movimentos Sociais”, no XII Encontro Nacional de Geógrafos: Os outros 500 na formação do território brasileiro, realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, na Universidade Federal de



Santa Catarina, Florianópolis, no período de 16 a 23 de julho de 2000. (**documento III.10.1.1.28**)

III.10.1.1.29 - Mesa-Redonda: “Educação e Conjuntura Nacional”, no XV Congresso Nacional de Pós-Graduandos: Pós-Graduação no Brasil Hoje, Avanços ou Retrocessos?, Rio de Janeiro, no período de 01 a 05 de novembro de 2000. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.29**)

III.10.1.1.30 - Mesa-Redonda: “A luta pela terra no Brasil”, no XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, Goiânia, no período de 02 a 05 de dezembro de 2000. (Expositor) (**documento III.10.1.1.30**)

III.10.1.1.31 - Mesa-Redonda: “O Ensino da Geografia nos Movimentos Sociais”, 6 Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, Ensino e Aprendizagem da Geografia e o Cenário da Política Eucacional, promovido pela USP e AGB, São Paulo, no período de 14 a 18 de fevereiro de 2001. (**documento III.10.1.1.31**)

III.10.1.1.32 - Mesa-Redonda: “Conjuntura Regional – Questões Políticas e Sócio-Ambientais”, a 3 Semana de Geografia, Presidente Prudente, no período de 11 a 13 de junho de 2001. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.32**)

III.10.1.1.33 - Mesa-Redonda: “A sociedade civil, a produção do espaço e o Estado”, no IV Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais, Belo Horizonte, no período de 22 a 28 de julho de 2001. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.33**)

III.10.1.1.34 - Mesa-Redonda: “O sentido da reforma agrária no Brasil do século XXI”, no XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, no período de 21 a 26 de julho de 2002. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.34**)

III.10.1.1.35 - Mesa-Redonda: “Violência no campo e na cidade”, no XIII Encontro Nacional de Geógrafos, João Pessoa, no período de 21 a 26 de julho de 2002. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.35**)

III.10.1.1.36 - Mesa-Redonda: “Reforma agrária e movimentos sociais no campo”, no Seminário Geografia e Meio Ambiente, Fortaleza, no período de 04 e 05 de setembro de 2002. (**documento III.10.1.1.36**)

III.10.1.1.37 - Mesa-Redonda: “A prestação de serviços como extensão: o dilemma entre captação de recursos e o atendimento de demandas sociais”, no 2 Congresso de Extensão Universitária da UNESP, Bauru, no período de 07 a 10 de novembro de 2002. (Prelecionista) (**documento III.10.1.1.37**)

III.10.1.1.38 - Mesa-Redonda: “Reforma agrária, função social da propriedade e judiciarização da luta pela terra”, realizada pelo Curso de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, no dia 20 de novembro de 2002. (**documento III.10.1.1.38**)



III.10.1.1.39 - Mesa-Redonda: “Propostas e ações junto à comunidade”, no X Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 2003. (**documento III.10.1.1.39**)

III.10.1.1.40 - Mesa-Redonda: “Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro”, no XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Petrolina, no período de 08 a 12 de dezembro de 2002. (**documento III.10.1.1.40**)

III.10.1.1.41 - Mesa-Redonda: “A Geografia, os movimentos sociais no campo e o Estado”, promovido pelo Campus da Fundação Educacional de Divinópolis/FUNEDI, Divinópolis, no dia 09 de junho de 2003. (**documento III.10.1.1.41**)

III.10.1.1.42 - Mesa-Redonda: “Por uma Educação no Campo”, no V Encontro Nacional de Ensino de Geografia “Fala professor”, na Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente, no período de 20 a 24 de julho de 2003. (**documento III.10.1.1.42**)

III.10.1.1.43 - Mesa-Redonda: “O papel político da ANPEGE na pesquisa e na pós-graduação em geografia no Brasil”, no V Encontro Nacional da ANPEGE – Gestão do território e do ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior, Florianópolis, no período de 03 a 05 de setembro de 2003. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.43**)

III.10.1.1.44 - Mesa-Redonda: “Reforma Agrária e Movimentos Sociais no Campo”, no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – O Campo no Século XXI, promovido pelo Laboratório de Geografia Agrária do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no período de 05 a 08 de novembro de 2003. (**documento III.10.1.1.44**)

III.10.1.1.45 - Mesa-Redonda: “Dinâmica Agrária e Ocupação dos Cerrados”, no II Simpósio Regional de Geografia, pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, no período de 26 a 29 de novembro de 2003. (Conferencista) (**documento III.10.1.1.45**)

III.10.1.1.46 - Mesa-Redonda: “Desafios e Perspectivas”, no VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, Goiânia, no período de 18 a 23 de julho de 2004. (Coordenador) (**documento III.10.1.1.46**)

III.10.1.1.47 - Mesa-Redonda: “A territorialidade e as políticas públicas para a educação do campo e para a convivência com o Semi-Árido”, na II Conferência Estadual de Educação do Campo e para a Convivência com o Semi-Árido, promovida pela AEC, AECOFABA, CESE, GARRA, IRPA, REFAISA e UNICEF, Itapuã, no dia 10 de dezembro de 2004. (Conferencista) (**documento III.10.1.1.47**)

III.10.1.1.48 - Mesa-Redonda: “Políticas Públicas de (Re) assentamento Rural”, no XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária – Tradição x Tecnologia: as Novas



Territorialidades do Espaço Agrário Brasileiro, Gramado, no período de 11 e 15 de novembro de 2004. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.48**)

III.10.1.1.49 - Mesa-Redonda: “Presente e futuro dos camponeses e indígenas na América Latina”, no X Encontro de Geógrafos da América Latina, São Paulo, 24 de março de 2005. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.49**)

III.10.1.1.50 - Mesa-Redonda: “Produção Pedagógica dos Movimentos Sociais e Sindicais”, no I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, Brasília, no período de 19 a 22 de setembro de 2005. (Coordenador e comissão organizadora) (**documento III.10.1.1.50**)

III.10.1.1.51 - Mesa-Redonda: “O campo da educação do campo”, no I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, Brasília, no período de 19 a 22 de setembro de 2005. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.51**)

III.10.1.1.52 - Mesa-Redonda: “Reestruturação produtiva do campo”, no VI Encontro Nacional da ANPEGE, Fortaleza, no período de 28 a 30 de setembro de 2005. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.52**)

III.10.1.1.53 - Mesa-Redonda: “Desenvolvimento do Campo”, no III Simpósio Nacional de Agrária/ II Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, na FCT/UNESP, Presidente Prudente, no período de 11 a 5 de novembro de 2005. (Coordenador) (**documento III.10.1.1.53**)

III.10.1.1.54 - Mesa-Redonda: “Situação atual e perspectivas da agricultura no Brasil e os impactos do agronegócio”, no Encontro Piauense de Agroecologia, no Centro de Treinamento do EMATER, Piauí, no período de 27 a 29 de abril de 2006. (Debatedor) (**documento III.10.1.1.54**)

III.10.1.1.55 - Mesa-Redonda: “Movimentos Sociais, Nacionalismos e Internacionalismos”, no XIV Encontro Nacional de Geógrafos, pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, Rio Branco, no período de 16 a 21 de julho de 2006. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.55**)

III.10.1.1.56 - Mesa-Redonda: “Ambiente, Campo e Cidade: realidades e transformações”, na VII Semana de Geografia e II Encontro de Estudantes de Licenciatura em Geografia, na UNESP, Presidente Prudente, no período de 14 a 18 de agosto de 2006. (Expositor) (**documento III.10.1.1.56**)

III.10.1.1.57 - Mesa-Redonda: “Os Movimentos Sociais no Campo”, no XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, no dia 09 de novembro de 2006. (Conferencista) (**documento III.10.1.1.57**)

III.10.1.1.58 - Mesa-Redonda: “Movimento social pela reforma agrária: velhas e novas questões”, no Simpósio “Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da



política de assentamentos rurais”, no Centro Universitário UNIARA, Araraquara, nos dias 29 e 30 de novembro e 1 de dezembro de 2006. (**documento III.10.1.1.58**)

III.10.1.1.59 - Mesa-Redonda: “Espaço e movimentos sociais: práticas e diálogos”, no VII Encontro Nacional da ANPEGE, na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, no período de 24 a 27 de setembro de 2007. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.59**)

III.10.1.1.60 - Mesa-Redonda: “A geografia e os caminhos da política nacional: Os agrocombustíveis”, no XV Encontro Nacional de Geógrafos, realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, São Paulo, no dia 23 de julho de 2008. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.60**)

III.10.1.1.61 - Mesa-Redonda: “Movimentos Sociais de Luta pela Terra como Categoria de Análise Geográfica”, no VII Seminário Cláudio Peres de Prática de Ensino e Geografia Aplicada, promovido pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, no dia 21 de maio de 2009. (**documento III.10.1.1.61**)

III.10.1.1.62 - Mesa-Redonda: “Capitalismo global, i-mobilidade territorial e conflitos de acesso a terra”, no XIII Encontro Nacional da Anpur, Florianópolis, no período de 25 a 29 de maio de 2009. (Expositor) (**documento III.10.1.1.62**)

III.10.1.1.63 - Mesa-Redonda: “Estratégias de Luta pela Reforma Agrária”, no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, organizado pelo Agrária (Laboratório de Geografia Agrária) do Departamento de Geografia FFLCH/USP e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana FFLCH/USP, São Paulo, no período de 02 a 07 de fevereiro de 2009. (**documento III.10.1.1.63**)

III.10.1.1.64 - Mesa-Redonda: “Campesinato e Agronegócio na América Latina”, no XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, organizado pelo Agrária (Laboratório de Geografia Agrária) do Departamento de Geografia FFLCH/USP e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana FFLCH/USP, São Paulo, no período de 02 a 07 de fevereiro de 2009. (**documento III.10.1.1.64**)

III.10.1.1.65 - Mesa-Redonda: “Permanências e Mudanças no Campo: Questões à Geografia Agrária”, no VIII Encontro Nacional da ANPEGE, na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, no período de 28 de setembro a 02 de outubro de 2009. (**documento III.10.1.1.65**)

III.10.1.1.66 - Mesa-Redonda: “O Debate Teórico-Político da Reforma Agrária na América Latina Hoje”, no IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, na Universidade Federal Fluminense, no período de 29 de outubro a 02 de novembro de 2009. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.66**)

III.10.1.1.67 - Mesa-Redonda: “Trabalhadores e Classe Trabalhadora na Contemporaneidade: Teoria(s), Conceito(s) e Ação(es)”, na X Jornada do Trabalho, na



FCT/UNESP, Presidente Prudente, no período de 02 a 05 de novembro de 2009. (**documento III.10.1.1.67**)

III.10.1.1.68 - Mesa-Redonda: “Afinal, que campesinato é esse?”, no IV Encontro da Rede de Estudos Rurais, na UFPR, Curitiba, no período de 06 a 09 de julho de 2010. (**documento III.10.1.1.68**)

III.10.1.1.69 - Mesa-Redonda: “Convergências e divergências na produção do espaço da América Latina”, no IX Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Goiânia, no período de 09 a 12 de outubro de 2011. (Palestrante) (**documento III.10.1.1.69**)

III.10.1.1.70 – Mesa-Redonda: “O Campo no Brasil: Movimentos Sociais, Conflitos e Reforma Agrária”, no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA, Uberlândia, no período de 15 a 19 de outubro de 2012. (**documento III.10.1.1.70**)

III.10.1.1.2 - Mesas-Redondas internacionais

III.10.1.1.2.1 - Mesa-Redonda: “Nuevos actores y ciudadanías diferenciadas”, no XV Encuentro Internacional de Ciencias Sociales, na Feira Internacional del Libro de Guadalajara, organizada pela Universidad de Guadalajara, no dia 30 de novembro de 2001. (**documento III.10.1.1.2.1**)

III.10.1.1.2.2 - Mesa-Redonda: “Movimientos Rurales en América Latina”, com o trabalho “O MST e la luta pela Terra, 1979-2005”, no VII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Ecuador, no período de 20 a 24 de novembro de 2006. (**documento III.10.1.1.2.2**)

III.10.1.1.2.3 - Mesa-Redonda: “Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável”, no VIII Congreso de La Asociación Latinoamericana de Sociología Rural/ALASRU, Porto de Galinhas (Brasil), no período de 15 a 19 de novembro de 2010. (Expositor) (**documento III.10.1.1.2.3**)

III.10.1.2 - Participação em debates

III.10.1.2.1 - Debatedor no tema: “Chico Mendes e a Amazônia”, promovido pela Secretaria Regional da SBPC de São Paulo – Subárea I e Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, na Biblioteca Mario de Andrade, São Paulo, no dia 20 de janeiro de 1989. (**documento III.10.1.2.1**)

III.10.1.2.2 - Debatedor no tema: “A mística enquanto princípio educativo nos movimentos sociais: a experiência do setor de educação (SE) do movimento sem terra (MST)”, na FCT/UNESP, Presidente Prudente, no dia 28 de maio de 1993. (**documento III.10.1.2.2**)

III.10.1.2.3 - Debatedor no tema: “Tem Grilo no Pontal”, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, São Paulo, no dia 25 de maio de 1995. (**documento III.10.1.2.3**)



III.10.1.2.4 - Debatedor no Seminário: “NERA – Reflexões Técnico-Conceituais da Questão Agrária e da Geografia Agrária”, no II Fórum de Ciências da FCT/UNESP, coordenado pela Comissão de Pesquisa da Faculdade, Presidente Prudente, no período de 27 a 30 de setembro de 1999. (**documento III.10.1.2.4**)

III.10.1.2.5 - Debate das apresentações de trabalho, da II Jornada sobre o Trabalho, promovida pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT), Presidente Prudente, no dia 19 de outubro de 2001. (**documento III.10.1.2.5**)

III.10.1.2.6 - Debatedor no Seminário: “O Brasil é menos urbano do que se calcula”, proferindo a palestra: “Assentamentos rurais e impactos sócio-territoriais”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no dia 20 de outubro de 2002. (**documento III.10.1.2.6**)

III.10.1.2.7 - Coordenador do Debate: “Pedagógica dos Movimentos Sociais e Sindicais”, no I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, Brasília, no período de 19 a 22 de setembro de 2005. (**documento III.10.1.2.7**)

III.10.1.2.8 - Debate: “Citricultores e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil”, promovido pela associação Brasileira de Citricultores/ASSOCITRUS. (**documento III.10.1.2.8**)

III.10.1.2.9 - Debate: “Educação profissional do campo”, no Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília, 23 a 27 de novembro de 2009. (**documento III.10.1.2.9**)

III.10.1.2.10 - “Convergências e Divergências na Produção do Espaço da América Latina”. IX Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Goiânia, 9 a 12 de outubro de 2011. (**documento III.10.1.2.10**)

III.10.1.3 - Conferências nacionais

III.10.1.3.1 - II Encontro Regional de Educação, realizado em 1990. (**s/documento**)

III.10.1.3.2 - Simpósio Nacional do Meio Ambiente, realizado em 1991. (**s/documento**)

III.10.1.3.3 - Conferência: “A Questão Regional e os Movimentos Sociais no Terceiro Mundo”, na Universidade de São Paulo, no período de 21 a 26 de julho de 1991. (**documento III.10.1.3.3**)

III.10.1.3.4 - II Seminário de Estudantes de Geografia, realizado em 1992. (**s/documento**)

III.10.1.3.5 - “A questão Agrária”. Semana de Aniversário da Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp), realizado em 1992. (**s/documento**)



III.10.1.3.6 - II Encontro de Professores dos Assentamentos e Acampamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso do Sul, realizado em 1994. **(s/documento)**

III.10.1.3.7 - I Jornada Pedagógica das Licenciaturas da UESB, realizado em 1994. **(s/documento)**

III.10.1.3.8 - 2º Seminário sobre o Pensamento Geográfico no Brasil, realizado em 1994. **(s/documento)**

III.10.1.3.9 - 1ª Semana de incentivo Científico e Cultural, 1995. **(s/documento)**

III.10.1.3.10 - Encontro Nacional de Professores de Assentamentos Rurais, realizado em 1995. **(s/documento)**

III.10.1.3.11 - “Mapa – Geografia dos Assentamentos Rurais”. 3º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em 1995. **(s/documento)**

III.10.1.3.12 - II Jornada de Educação, realizado em 1995. **(s/documento)**

III.10.1.3.13 - Encontro Estadual dos Professores de Geografia, realizado em 1995. **(s/documento)**

III.10.1.3.14 - A luta pela terra, realizado em 1995. **(s/documento)**

III.10.1.3.15 - VII Semana de Geografia do CEUL - Integração Ensino e Pesquisa, realizado em 1996. **(s/documento)**

III.10.1.3.16 - IV Encontro Baiano de Geografia/III Semana de Geografia da UEFS - Espaço, tempo e geografia no fim do milênio, realizado em 1996. **(s/documento)**

III.10.1.3.17 - “Educação no movimento social popular de luta pela terra.” Encontro - Universidade e assentamentos rurais, realizado em 1996. **(s/documento)**

III.10.1.3.18 - “Assentamento de reforma agrária e modernização da agricultura”. XVIII Encontro Nacional da Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, realizado em 1996. **(s/documento)**

III.10.1.3.19 - “Origem histórica da posse e propriedade no Pontal do Paranapanema”. 1º Simpósio sobre a Atuação do Ministério Público nos Conflitos Coletivos Envolvendo a Posse da Terra Rural, realizado em 1997. **(s/documento)**

III.10.1.3.20 - MST & Reforma Agrária, realizado em 1997. **(s/documento)**

III.10.1.3.21 - “Movimentos sociais do Brasil”. 1º Simpósio Nacional de Geografia Agrária, realizado em 1998. **(s/documento)**



III.10.1.3.22 - IV Estágio de Vivencia Interdisciplinar em Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo, 1998. (**s/documento**)

III.10.1.3.23 - Fome, institucionalidade e perspectivas, 1998. (**s/documento**) (**s/documento**)

III.10.1.3.24- "Questão agrária no Brasil". 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2001. (**s/documento**)

III.10.1.3.25 - "Questão agrária e movimentos sociais". III Encontro Estadual de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, 2001. (**s/documento**)

III.10.1.3.26 - "Política agrária brasileira". I Seminário Nacional de Política Agrária, realizado em 2001. (**s/documento**)

III.10.1.3.27 - "O ensino de geografia nos movimentos sociais". 6º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia, realizado em 2001. (**s/documento**)

III.10.1.3.28 - Conferência: "As demandas das áreas de reforma agrária do MST para a educação e pesquisa: respostas da universidade", na Universidade Federal da Bahia, Salvador, nos dias 06 e 07 de agosto de 2002. (**documento III.1.3.28**)

III.10.1.3.29 - "Espacialização e territorialização da luta pela terra no Brasil". Conferência "Espacialização e territorialização da luta pela terra no Brasil" (conferencista), realizado em 2002. (**s/documento**)

III.10.1.3.30 - Conferência: "Os paradigmas da educação do campo", no Curso de formação para asseguradores e asseguradoras do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERG, Brasília, 19 de agosto de 2003. (**documento III.1.3.30**)

III.10.1.3.31 - "Questão agrária e educação do campo". 1º Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), realizado em 2003. (**s/documento**)

III.10.1.3.32 - "Propostas de ações junto às comunidades". Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, realizado em 2003. (**s/documento**)

III.10.1.3.33 - "Perspectivas do MST: a interlocução com o governo Lula.". Conferência "Perspectivas do MST a interlocução com o governo Lula" (conferencista), realizado em 2003. (**s/documento**)

III.10.1.3.34 - "A questão agrária no Brasil: dimensão socioeconômica". Seminário Internacional de Direito Agrário/XI Seminário Nacional de Direito Agrário/II Encontro Nacional de Professores de Direito Agrário, realizado em 2003. (**s/documento**)



III.10.1.3.35 - "A geografia no cotidiano construindo a cidade: práticas formais e informais". 5º Encontro Nacional de Ensino de Geografia - Fala Professor, realizado em 2003. (**s/documento**)

III.10.1.3.36 - Reforma Agrária: processo histórico e perspectivas no Estado de São Paulo, realizado em 2003. (**s/documento**)

III.10.1.3.37 - Conferencista no(a) V Encontro Nacional da Anpege "Gestão do território e do ambiente no Brasil: desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior" (conferencista), Florianópolis, 03 a 05 de setembro de 2003. (**documento III.10.1.3.37**)

III.10.1.3.38 - "Geografia e geógrafos: ética e compromisso social". XVIII Semana de Geografia "Geografia: desafiando territórios e identidades", 2004. (**s/documento**)

III.10.1.3.39 - Conferência: "A pobreza da geografia agrária: no XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária – Tradição x Tecnologia: As Novas Territorialidades do Espaço Agrário Brasileiro, Gramado, no período de 11 a 15 de novembro de 2004. (**documento III.1.3.38**)

III.10.1.3.40 - Conferência: "Política de Educação do Campo na Bahia", Salvador, 09 de dezembro de 2004. (**documento III.1.3.40**)

III.10.1.3.41 - VI Encontro Nacional da Anpege, 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.42 - Reunião Ampliada do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo do Ministério da Educação, 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.43 - "Questão agrária e desenvolvimento regional". X Encontro de Geografia da Unioeste - FBE e IV Encontro de Geografia do Sudeste do Paraná, 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.44 - "Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária". Seminário Nacional de Educação Básica, 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.45 - Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (conferencista), 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.46 - "Compreendendo o agronegócio brasileiro: histórico, atualidade e contradições - Desafios e perspectivas para o verdadeiro desenvolvimento da nação". 48º Congresso Nacional dos Estantes de Agronomia, 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.47 - Colóquio Internacional Instituto Goethe Buenos Aires, 2005.

III.10.1.3.48 - "Os movimentos sociais no campo". XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em 2006. (**s/documento**)



III.10.1.3.49 - “Ambiente, campo e cidade: realidades e transformações”. VII Semana de Geografia de Presidente Prudente/II Encontro de Estudantes de Licenciatura Geografia, realizado em 2006. (**s/documento**)

III.10.1.3.50 - “Soberania alimentar e agrocombustíveis no Brasil”. XV Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em 2008. (**s/documento**)

III.10.1.3.51 - “Reconceptualizando a reforma agrária”. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em 2009. (**s/documento**)

III.10.1.3.52 - “Movimentos socioterritoriais e políticas públicas”. Oficina de debates sobre movimentos sociais e políticas públicas, realizado em 2009. (**s/documento**)

III.10.1.3.53 - “O turismo em assentamentos rurais: potencialidades e expectativas”. VII CBTR – Congresso Brasileiro de Turismo Rural, realizado em 2010. (**s/documento**)

III.10.1.3.54 - “Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável”. VIII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, realizado em 2010. (**s/documento**)

III.10.1.3.55 - Conferência: “Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural”, no I Encontro de Educação para o Campesinato do Município de Goiás, no dia 24 de agosto de 2010. (**documento III.10.1.3.54**)

III.10.1.3.56 – “Conflitualidade, reforma agrária e desenvolvimento”, no XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em 2012. (**s/documento**)

III.10.1.3.57 – “Mudança Técnica e disputas territoriais”, no I Seminário Nacional Reestruturação no Setor Sucroenergético Brasileiro, realizado em 2012. (**s/documento**)

III.10.1.3.58 – “Território camponês”, no I Simpósio sobre Desenvolvimento Territorial do Cantuquiriguaçu, realizado em 2012. (**s/documento**)

III.10.1.3.1 - Conferências internacionais

III.10.1.3.1.1 - Conferência: “El Movimiento de los Sin Tierra. Su emergencia en el Brasil de hoy”, na Facultad de Ciencias, Uruguay, no dia 27 de setembro de 2000. (**documento III.10.1.3.1.1**)

III.10.1.3.1.2 - “Occupation as a form of access to the land”. XXIII International Congress of the Latin American Studies Association, realizado em 2001. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.3 - “20 years of struggle for land the formation and territorialization of MST in Brazil”. The MST and land reform in Brazil, realizado em 2003. (**s/documento**)



III.10.1.3.1.4 - "Land Acess in Brazil: occupation, crimininalization and resistence". Second Brazil Week at Harvard - Access to Land in Brazil held, realizado em 2004. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.5 - "Acess to land and the landless movement in Brazil". Lincoln Lecture, realizado em 2004. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.6 - "Questão agrária brasileira". IVth International Conference PEKEA - Democracy and Economy, realizado em 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.7 - "Congresso Latino Americano de Sociologia". Congresso Latino Americano de Sociologia, realizado em 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.8 - "Canadian Association for the Study of International Development (CASID)". CASID Congress 2005, realizado em 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.9 - "Agribusiness of the orange in Brazil and EUA". Agribusiness of the orange in Brazil and EUA, realizado em 2005. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.10 - "The MST and the land question". New Social Movements and Democracy in the Americas, realizado em 2006. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.11 - "The Landless Movement in Brasil". CASID Congress 2006, realizado em 2006. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.12 - Conferência: "Reforma Agraria y Movimiento de los sin tierra em el Brazil", no Seminario Internacional Globalización e Impactos em La Estructura Territorial Urbana y Rural, na Universidad Del Valle, no período de 21 a 23 de março de 2007. (**documento III.10.1.3.1.12**)

III.10.1.3.1.13 - "North-South Research Co-operation". CASID Congress 2007, realizado em 2007. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.14 - "Agrarian Question in the Brazilian Governments of Presidents Cardoso and Lula: Challenges for Agrarian Geography". First Seminar on Law and Social Sciences of University of Macau, realizado em 2007. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.15 - Conferência no XI Encuentro de Geógrafos de América Latina. Geopolítica, globalización y cambio ambiental: retos para el desarrollo latinoamericano, na Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, no Período de 26 a 30 de marzo de 2007. (**documento III.10.1.3.1.15**)

III.10.1.3.1.16 - "The Dynamics of Territorial Development in Brazil". CASID Congress 2008, realizado em 2008. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.17 - "Territories en diuspute en Latin America: peasants and agribusiness". Lecture Juan Bosch, realizado em 2008. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.18 - "Territories en dispute: peasants and agribusiness". Critical Development Studies, realizado em 2008. (**s/documento**)



III.10.1.3.1.19 - "Biofuels and food productions: perspectives from agribusiness and peasant agriculture". World Social Forum Lille, realizado em 2008. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.20 - "Scholarship and activism in the Brazilian countryside". Canadian Association for the Study of International Development - Conference 2009, realizado em 2009. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.21 - "La crisis mundial y sus repercusiones en el medio rural". Seminario Internacional El desarrollo rural y la crisis mundial: impactos, retos y alternativas, realizado em 2009. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.22 - "Disputas socioterritoriales en el campo y la construcción del conocimiento". X Congresso Iberoamericano de Extensión Universitaria, realizado em 2009. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.23 - "Teory of territory and agrarian question". Geography Seminar - University of Aberdeen, realizado em 2011. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.24 - "Peasants and agribusiness: territories in dispute". Iberian and Latin American Research Seminars - Queen Mary, University of London, realizado em 2011. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.25 - "O legado do governo Lula". Cineclube de Língua Portuguesa - Queen Mary, University of London, realizado em 2011. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.26 - "Brazil's Land Reform: Debate on the concepts and the facts". Critical Agrarian Studies Seminar - International Institute of Social Studies, realizado em 2011. (**s/documento**)

III.10.1.3.1.27 - Conferência: "Universidad y movimientos socialies: el caso de las incubadoras de cooperativas del Movimiento Sem Terra (MST)", na Universidad Complutense de Madri – Facultad de Ciencia Políticas y Sociología. Madrid. (**documento III.10.1.3.1.27**)

III.10.1.3.1.28 – Conferência: "Intimate Ethnographies of the Brazilian State", (Seminário) Paradigmatic and territorial disputes: development models for Brazilian countryside, realizado em 2012. (**s/documento**)

III.10.1.4 - Expositor internacional

III.10.1.4.1 - Expositor no Curso II: Diseño, ejecución, seguimiento y evaluación de programas y proyectos, na Universidad Academia de Humanismo Cristiano, nos días 4 e 5 de julho. (**documento III.10.1.4.1**)

III.10.1.4.2 - Expositor no 8 Encuentro de Geógrafos de América Latina, na Universidad de Chile, Santiago de Chile, no período de 4 a 10 de marzo de 2001. (**documento III.10.1.4.2**)



III.10.1.4.3 - Expositor no Seminario Latinoamericano: América Latina em movimento, na universidad nacional Autónoma de México, nos dias 31 de maio e 1 e 2 de junho de 2004. (**documento III.10.1.4.3**)

III.10.1.4.4 - Expositor na I Reunión del Grupo de Trabajo CLACSO: Resistência campesina ante las estrateias territoriales del capital: hacia construcción del Buen Vivi, na Universidad Central del Ecuador, nos dias 17 a 21 de outubro de 2011. (**documento III.10.1.4.4**)

III.10.1.5 - Colóquio internacional

III.10.1.5.1 - Colóquio: "Occupation as a form of access to the land", em School of Critical Theory and Cultural Studies, na University of Nottingham, no período de 20 a 22 de setembro de 2001. (**documento III.10.1.5.1**)

III.10.1.5.2 - Colóquio: "Repensando el trabajo: autogestión y emancipación social", no Instituto Goethe, organizado pelo Instituto Goethe, Instituto de Investigación Gino Germani e AERFA, Buenos Aires, 20 de outubro de 2006. (**documento III.10.1.5.2**)

III.10.1.6 - Seminário internacional

III.10.1.6.1 - Seminário sobre o setor agropecuário do MERCOSUR, no Departamento de Geografia Humana da Universidad de Alicante, no período de 2 a 8 de maio de 2001. (**documento III.10.1.6.1**)

III.10.1.6.2 - Seminário Grupo de Investigaciones Agrarias, Chile, 2006. (**documento III.10.1.6.2**)

III.10.1.6.3 - Territorios em Disputa em Brasil: El Movimiento de los Sin Tierra, El gobierno de Ignacio Lula da Silva, y el agronegócio, no Seminário Permanente Internacional Medio Ambiente, Agricultura, Género y Movimientos Sociales, no CIDEI Unitierra, Chiapas, no dia 24 de junho de 2010. (**documento III.10.1.6.3**)

III.10.1.6.4 – Seminário: Tierra, território y soberanía alimentaria: Desafíos a la resistencia Campesindia, realizado na Universidad Central Del Ecuador, no dia 19 de outubro de 2011. (**documento III.10.1.6.4**)

III.10.1.7 - Palestras Nacionais

III.10.1.7. 1 - Palestra: "Geografia através da música", no Encontro de professores de história e geografia, São Paulo, no dia 13 de novembro de 1987. (**documento III.10.1.7.1**)

III.10.1.7.2 - Palestra: "A geografia em canção", no projeto "Ciência ao Meio Dia", na Biblioteca Mario de Andrade, promovido pela SBPC, São Paulo, 09 de agosto de 1988. (**documento III.10.1.7.2**)

III.10.1.7.3 - Palestra: "Ensinando Geografia Cantando", na Faculdade de Educação e Ciências Pinheirense", São Paulo, no dia 16 de agosto de 1988. (**documento III.10.1.7.3**)



III.10.1.7.4 - Palestra: “A formação de profissionais e docentes de alto nível”, organizada pelo Departamento de Estudos Geográficos da UNIFAC, Botucatu, 17 de outubro de 1988. (**documento III.10.1.7.4**)

III.10.1.7.5 - Palestra: “O Ensino Crítico no Brasil”, na VI Semana de Estudos, na Universidade de Mogi das Cruzes, 18 de outubro de 1988. (**documento III.10.1.7.5**)

III.10.1.7.6 - Palestra: “Som e Imagem no Ensino”, no 1 Congresso de Arte-Integração, Santo André, 17 de setembro de 1989. (**documento III.10.1.7.6**)

III.10.1.7.7- Palestra: “Geografia e história em canção: a questão indígena”, organizada pela SBPC, Presidente Prudente, 18 de março de 1990. (**documento III.10.1.7.7**)

III.10.1.7.8- Palestra: “Geografia em canção”, organizada pelo Departamento de Ciências Políticas e Econômicas do Grupo de Ciências Sociais, Marília, no dia 15 de maio. (**documento III.10.1.7.8**)

III.10.1.7.9 – Palestra na 2 Delegacia de Ensino de Santo André, nos dias 25 e 27 de setembro de 1990. (**documento III.10.1.7.9**)

III.10.1.7.10 - Palestra: “Repensando a geografia”, na 2 Delegacia de Ensino de Santo André, no dia 29 de setembro de 1990. (**documento III.10.1.7.10**)

III.10.1.7. 11 - Palestra: “Preservando o meio ambiente”, na 2 Delegacia de Ensino de Santo André, nos dias 30 e 31 de outubro de 1990. (**documento III.10.1.7.11**)

III.10.1.7.12 - Palestra: “Geo em canção”, na Delegacia de Ensino de Garça, no dia 23 de novembro de 1990. (**documento III.10.1.7.12**)

III.10.1.7.13 - Palestra: “Geografia em Canção”, Na Delegacia de Ensino Prof. Ruth k. Marubayashi, Paraguaçu Paulista, 08 de março de 1991. (**documento III.10.1.7.13**)

III.10.1.7.14 - Palestra: “Reforma Agrária”, na Secretaria de Estado da Educação, Presidente Prudente, 13 de junho de 1991. (**documento III.10.1.7.14**)

III.10.1.7.15 - Palestra: “Geografia e Canção”, na 1 Semana Cultural, promovida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Venceslau, no período de 19 a 24 de agosto de 1991. (**documento III.10.1.7.15**)

III.10.1.7.16 - Palestra para professores III de Geografia e História, na Delegacia de Ensino de Rio Claro, no dia 04 de outubro de 1991. (**documento III.10.1.7.16**)

III.10.1.7.17 - Palestra: “Reforma Agrária”, na Universidade do Sagrado Coração, Bauru, 30 de outubro de 1991. (**documento III.10.1.7.17**)

III.10.1.7.18 - Palestra: “Geografia em canção”, na Delegacia de Ensino de Jaú, no dia 31 de outubro de 1991. (**documento III.10.1.7. 18**)

III.10.1.7.19 - Palestra: “Geografia em canção”, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jahu, no dia 31 de outubro de 1991. (**documento III.10.1.7. 19**)



III.10.1.7.20 - Palestra: "Terras devolutas e ocupação do Pontal do Paranapanema", promovida pelo Departamento de Planejamento e Geografia Humana e Regional, Presidente Prudente, no período de 26 a 28 de outubro de 1992. (**documento III.10.1.7.20**)

III.10.1.7.21 - Palestra: "Concepções de Geografia e Construção do Conhecimento Geográfico", na disciplina Metodologia de Ensino do 1 grau: Estudos Sociais, na Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, nos dias 10 e 11 de maio de 1993. (**documento III.10.1.7.21**)

III.10.1.7.22 - Palestra: "A nova proposta educacional", na E.E.P.G Sylas Gedeão, Presidente Bernardes, no dia 25 de abril de 1994. (**documento III.10.1.7.22**)

III.10.1.7.23 - Palestra: "Reforma agrária e o movimento sem-terra", no Teatro Municipal de ourinhos, no dia 23 de junho de 1994. (**documento III.10.1.7.23**)

III.10.1.7.24 - Palestra: "A construção do conhecimento geográfico: objetos e métodos", como parte da disciplina Metodologia do Ensino de 1 grau: Estudos Sociais, na Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, no dia 03 de agosto de 1994. (**documento III.10.1.7.24**)

III.10.1.7.25 - Palestra: "Conhecendo o escritor", durante a II Feira do Livro, na E.E.P.S.G Joaquim Abarca, Tupã, no dia 13 de setembro de 1994. (**documento III.10.1.7.25**)

III.10.1.7.26 - Palestra: "Os assentamentos no Pontal do Paranapanema", na Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente, no dia 28 de setembro de 1994. (**documento III.10.1.7.26**)

III.10.1.7.27 - Palestra: "A reforma agrária", na E.E.P.S.G Joaquim Abarca, Tupã, no dia 30 de setembro de 1994. (**documento III.10.1.7.27**)

III.10.1.7.28 - Palestra: "Reforma Agrária", na E.E.P.S.G Prof. Tsuya Ohno Kimura, Bastos, no dia 26 de outubro de 1994. (**documento III.10.1.7.28**)

III.10.1.7.29 - Palestra/Curso: "Formação do Professor", com o eixo "Ensino e Pesquisa: A pesquisa como prática pedagógica", na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no período de 21 a 25 de novembro de 1994. (**documento III.10.1.7.29**)

III.10.1.7.30 - Palestra: "O trabalho de campo e a formação do geógrafo", na Faculdade de Ciências e Tecnologia, no dia 31 de março de 1995. (**documento III.10.1.7.30**)

III.10.1.7.31 - Palestra: "O livro paradidático no ensino de geografia", no Encontro Estadual de Professores de Geografia, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB, Porto Alegre, no dia 11 de maio de 1995. (**documento III.10.1.7.31**)

III.10.1.7.32 - Palestra: "Geografia em Canção: O som e a imagem no processo de construção do conhecimento", no CEFAM, Presidente Prudente, no dia 06 de junho de 1995. (**documento III.10.1.7.32**)



III.10.1.7.33 - Palestra no evento: III EREGE – Encontro Rio-grandense dos Estudantes de Geografia, na Universidade do Rio Grande, no período de 02 a 05 de novembro de 1995. (**documento III.10.1.7.33**)

III.10.1.7.34- Palestra: “Diretrizes para os Planos de Implantação e Desenvolvimento dos Assentamentos”, no Seminário Estadual Assentamentos: Desenvolvimento para Emancipação, Ibitinga, no período de 11 a 15 de março de 1996. (**documento III.10.1.7.34**)

III.10.1.7.35 - Palestra no evento: I EPEGE – Encontro Estadual dos Estudantes de Geografia do Paraná, na Universidade Popular do Trabalho, Curitiba, no período de 12 a 14 de abril de 1996. (**documento III.10.1.7.35**)

III.10.1.7.36 - Palestra: “O Processo de Grilagem no Pontal do Paranapanema” e “Questão Teóricas e Metodológicas da Pesquisa Geográfica em Assentamentos de Reforma Agrária”, na XII Semana de Geografia, promovida pelo Departamento da Universidade Estadual de Londrina/UEL, 31 de maio de 1996. (**documento III.10.1.7.36**)

III.10.1.7.37 - Palestra: “MST e a Questão da reforma Agrária Hoje”, na IX Semana da Geografia, organizada pelo Departamento de Geografia, na Universidade Católica Dom Bosco/UCDB, Campo Grande, 29 de maio de 1996. (**documento III.10.1.7.37**)

III.10.1.7.38 - Palestra: “MST – sua história”, na disciplina de história para o 2 ano de magistério do CEFAM, Presidente Prudente, no dia 27 de junho de 1996. (**documento III.10.1.7.38**)

III.10.1.7.39 - Palestra: “Reforma Agrária”, na V Bienal do Livro Esqueminha, Presidente Prudente, no período de 04 a 06 de setembro de 1996. (**documento III.10.1.7.39**)

III.10.1.7.40 - Palestra: “O processo de grilagem no Pontal do Paranapanema”, na XII Semana de Geografia, promovida pelo Departamento de Geociências, Londrina, 25 de setembro de 1996. (**documento III.10.1.7.40**)

III.10.1.7.41 - Palestra: “Questão agrária hoje”, na VII Semana de Geografia do CEUL – Integração de Ensino e Pesquisa”, realizada pelo Departamento de Ciências Humanas no Centro Universitário de Três Lagoas, no período de 28 a 31 de outubro de 1996. (**documento III.10.1.7.41**)

III.10.1.7.42 - Palestra: “Reforma agrária: avanço ou recuo na evolução social do campo brasileiro”, no ENcontro com a Política e a Cultura, na Universidade do Rio de Janeiro, no dia 26 de junho de 1997. (**documento III.10.1.7.42**)

III.10.1.7.43 - Palestra: “Movimentos Sem Terra: Com Escola, Terra e Dignidade”, no I Encontro Nacional das Educadoras e dos Educadores da Reforma Agrária – I ENERA, promovido pelo MST, UNICEF e UnB, na Universidade de Brasília, no período de 28 a 31 de julho de 1997. (**documento III.10.1.7.43**)

III.10.1.7.44- Palestra: “Movimentos sociais: MST”, pela Instituição Toledo de Ensino, no dia 17 de setembro de 1997. (**documento III.10.1.7.44**)



III.10.1.7.45 - Palestra: "Questões Fundiárias no Brasil", organizada pela Direção da E.E.P.S.G Francisco Pessoa, Presidente Prudente, no dia 14 de outubro de 1997. (**documento III.10.1.7.45**)

III.10.1.7.46 - Palestra: "A questão agrária no Brasil", no IV Estágio de Vivência Interdisciplinar em Assentamentos Rurais, na FCA/UNESP, Botucatu, no período de 04 a 22 de janeiro de 1998. (**documento III.10.1.7.46**)

III.10.1.7.47 - Palestra: "As terras devolutas do Pontal do Paranapanema: História, legislação e ação política", no Seminário sobre Terras públicas e devolutas de Minas Gerais, pelo MST, Comissão Pastoral da Terra – MG, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, Cáritas Minas Gerais, Central Única dos Trabalhadores, Partido dos Trabalhadores e Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais, no dia 14 de maio de 1998. (**documento III.10.1.7.47**)

III.10.1.7.48 - Palestra: "Questão Agrária no Brasil", no Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, 07 de outubro de 1998. (**documento III.10.1.7. 48**)

III.10.1.7.49 - Palestra: "500 Anos de Luta pela Terra no Brasil", no Centro Universitário Nove de Julho, São Paulo, no dia 19 de maio de 2000. (**documento III.10.1.7.49**)

III.10.1.7.50 - Palestra: "Reforma Agrária e MST", no Colégio Adamantinense, Adamantina, no dia 06 de outubro de 2000. (**documento III.10.1.7.50**)

III.10.1.7.51 - Palestra no I Seminário Nacional de Política Agrária, pela Seção Sindical dos Docentes da UFV/ASPUV, Viçosa, nos dias 02 e 03 de fevereiro de 2001. (**documento III.10.1.7.51**)

III.10.1.7.52 - Palestra: "Educação na Reforma Agrária", no I Seminário Internacional Educação na reforma Agrária: Sociedade Terra e Cidadania, na Universidade Estadual de Maringá, no dia 19 de junho de 2001. (**documento III.10.1.7. 52**)

III.10.1.7.53 - Palestra: "Movimentos Sociais e o Movimento dos Sem Terra", no VIII Fórum Estudantil Latino-americano de Antropologia e Arqueologia, Brasília, no dia 08 de agosto de 2001. (**documento III.10.1.7.53**)

III.10.1.7.54 - Palestra: "Território e Territorialização: o caso do MST", na IV Semana de Geografia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul, no dia 20 de junho de 2002. (**documento III.10.1.7. 54**)

III.10.1.7.55 - Palestra: "Geografia Crítica e Ação", na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, no dia 27 de setembro de 2002. (**documento III.10.1.7.55**)

III.10.1.7.56 - Palestra: "A questão agrária no Brasil hoje", no Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, no dia 05 de novembro de 2002. (**documento III.10.1.7. 56**)



III.10.1.7.57 - Palestra: “AGB e perspectivas para a geografia brasileira”, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB/Goiânia, no dia 15 de novembro de 2002. (**documento III.10.1.7.57**)

III.10.1.7.58 - Palestra: “A formação do MST no Brasil”, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros/AGB/Goiânia, no dia 15 de novembro de 2002. (**documento III.10.1.7.58**)

III.10.1.7.59 - Palestra: “Questão agrária: Pesquisa e ação social”, organizada pelo Departamento de Geografia/UFF, AGB Niterói e AGB Rio de Janeiro, no dia 21 de novembro de 2002. (**documento III.10.1.7.59**)

III.10.1.7.60 - Palestra: “Especialização e territorialização na luta pela terra no Brasil”, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2002. (**documento III.10.1.7.60**)

III.10.1.7.61 - Palestra: “Perspectivas do MST e a interlocução com o governo Lula”, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos/UNISINOS, São Leopoldo, no dia 18 de março de 2003. (**documento III.10.1.7.61**)

III.10.1.7.62 - Palestra: “Os processos geográficos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais no campo e na cidade”, na 3 Edição da SEMAGEO- Semana da Geografia, promovida pelo Curso de Geografia do Instituto de Ciências Exatas e Geociências da Universidade de Passo Fundo, no período de 21 a 27 de maio de 2003. (**documento III.10.1.7.62**)

III.10.1.7.63 - Palestra: “Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP”, na Jornada de Estudos sobre Assentamentos Rurais em São Paulo, Campinas, no dia 18 de junho de 2003. (**documento III.10.1.7.63**)

III.10.1.7.64 - Palestra realizada no Seminário Estadual da Educação do Campo, promovido pela Secretaria de Estado da Educação, no Centro de Capacitação de Faxinal do Céu, no dia 10 de março de 2004. (**documento III.10.1.7.64**)

III.10.1.7.65 - Palestra: “O Campo da Educação do Campo”, no I Encontro do PRONERA na Região Sudeste, Vitória, no período de 29 de setembro a 01 de outubro de 2004. (**documento III.10.1.7.65**)

III.10.1.7.66 - Palestra no I Seminário Estadual de Educação do Campo do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no período de 17 a 19 de novembro de 2004. (**documento III.10.1.7.66**)

III.10.1.7.67- Palestra: “Compreendendo o agronegócio brasileiro: histórico, atualidade e contradições. Desafios e perspectivas para o verdadeiro desenvolvimento da nação”, no 48 Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia, na Universidade Federal de Viçosa, no período de 31 de julho a 07 de agosto de 2005. (**documento III.10.1.7.67**)



III.10.1.7.68 - Palestra: “Paradigmas da Educação do Campo”, no II Encontro Estadual do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA de Roraima, Boa Vista, no período de 26 a 27 de setembro de 2005. (**documento III.10.1.7.68**)

III.10.1.7.69 - Palestra: “Questão Agrária e Revoltas Camponesas: Brasil e China”, no X ENGEO – Encontro de Geografia da UNIOESTE-FBE e IV ENGESOP – Encontro de Geografia do Sudoeste do Pr.: “Questão Agrária e Desenvolvimento Regional”, na UNIOESTE, Francisco Beltrão, no período de 12 a 17 de setembro de 2005. (**documento III.10.1.7. 69**)

III.10.1.7.70 - Palestra: “Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária – PNERA”, no Seminário Nacional de Educação Básica nas áreas de Reforma Agrária do MST, Brasília, no dia 12 de setembro de 2005. (**documento III.10.1.7.70**)

III.10.1.7.71- Palestra: “Desenvolvimento e educação do campo”, ministrada no ITERRA, Veranópolis, no dia 22 de novembro de 2005. (**documento III.10.1.7.71**)

III.10.1.7.72 - Palestra: “Paradigmas da questão agrária”, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no dia 24 de abril de 2006. (**documento III.10.1.7.72**)

III.10.1.7.73 - Palestra: “Paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário no Brasil”, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no dia 26 de outubro de 2006. (**documento III.10.1.7.73**)

III.10.1.7.74 – Palestra: “Questão Agrária, Desenvolvimento e Conflitualidade” na Universidade de Caxias do Sul campus Universitário da Região dos Vinhedos, Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, no dia 31 de outubro de 2006. (**documento III.10.1.7.74**)

III.10.1.7.75 – Palestra: “Educação do Campo: Concepção e Paradigmas” e “Educação do Campo: Atualidades e Perspectivas” no I Encontro Nacional de Educação Camponesa, Brasília, no dia 15 de novembro de 2006. (**documento III.10.1.7.75**)

III.10.1.7.76 - Palestra: “O agronegócio da laranja nos Estados Unidos da América e no Brasil”, na FCT/UNESP, Presidente Prudente, no dia 02 de abril de 2007. (**documento III.10.1.7.76**)

III.10.1.7.77- Palestra: “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais”, no XII EPEG: Encontro Paranaense de Estudantes de Geografia, promovido pelo Departamento de Geociências, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, no período de 07 a 10 de junho de 2007. (**documento III.10.1.77**)

III.10.1.7.78 - Palestra no curso: Gestão Política e Sócio Ambiental dos Recursos Naturais em Âmbito Rural, Módulo III e IV, Campinas, 14 a 26 de janeiro de 2008. (**documento III.10.1.7.78**)



III.10.1.7.79 - Palestra: “Os Socialismos de Cuba e da China”, na Semana do Calouro, na FCT/UNESP, Presidente Prudente, no dia 26 de fevereiro de 2008. (**documento III.10.1.7.79**)

III.10.1.7.80 - Palestra: “Gestão do espaço em Assentamentos Rurais”, na IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais 2009, Campinas, 03 a 05 de junho de 2009. (**documento III.10.1.7.80**)

III.10.1.7.81 - Palestra: “Reforma Agrária e Movimentos Sociais no Campo”, no XII Território Aberto: Ciência e Cultura ‘Globalização, Agricultura e Território’, promovido pelo Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, Rio Claro, no dia 11 de agosto de 2011. (**documento III.10.1.7.81**)

III.10.1.7.82 - “XII Território Aberto: Ciência e Cultura ‘Globalização, Agricultura e Território’”. Reforma Agrária e Movimentos Sociais no Campo, realizado pelo Departamento de Geografia, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP/Campus de Rio Claro. Rio Claro, 10 de agosto de 2011. (**documento III.10.1.7.82**)

III.10.1.7.83 - “Campo, ruralidades e territorialidades: desafios para a pesquisa”. II Seminário de Pesquisa em Educação do Campo: desafios teóricos e práticos, realizado pela UFSC. Florianópolis, 16, 17 e 18 de novembro de 2011. (**documento III.10.1.7.83**)

III.10.1.7.1 - Palestras internacionais parei aqui

III.10.1.7.1.1 - Palestra: sobre o Desenvolvimento da agricultura e reforma agrária no Brasil, na Hunter College, City University of New York, no dia 10 de setembro de 2001. (**documento III.10.1.7.1.1**)

III.10.1.7.1.2 - Palestra: Access to Land and the Landless Movement in Brazil, Cambridge, no dia 14 de abril de 2004. (**documento III.10.1.7.1.2**)

III.10.1.7.1.3 - Palestra: “Land Access in Brazil: Occupation, Criminalization and Resistance”, no Second Brazil Week at Harvard – Access to Land in Brazil, em Harvard University, Cambridge, no dia 14 de abril de 2004. (**documento III.10.1.7.1.3**)

III.10.1.7.1.4 - Palestra: “Understanding the Agribusiness and Peasant Movements in Brazil”, no Congress of the Latin American Studies Association, San Juan, no período de 15 a 18 de março de 2006. (**documento III.10.1.7.1.4**)

III.10.1.7.1.5 - Palestra no simpósio: Nuevos Movimientos Sociales y Democracia en las Américas, Tampa, no período de 20 a 21 de março de 2006. (**documento III.10.1.7.1.5**)

III.10.1.7.1.6 - Palestra: “Taller sobre Enfoque Socioterritorial”, organizado pelo Programa Social Agropecuario, Buenos Aires, no período de 4 a 8 de julho de 2006. (**documento III.10.1.7.1.6**)



III.10.1.7.1.7 - Palestra: "A Critical Analysis of Agrarian Reform Under the Lula Government in Brazil", na Simon Fraser University, no dia 28 de setembro de 2006. (**documento III.10.1.7.1.7**)

III.10.1.7.1.8 - Palestra: "Land Reform in Brazil: Two Decades of Struggle", no Menno Simons College, no dia 3 de outubro de 2006. (**documento III.10.1.7.1.8**)

III.10.1.7.1.9 - Palestra: "División del trabajo, jerarquía y tecnología", organizado pelo Goethe-Institut e Instituto Gino Germani, no período de 18 a 20 de outubro de 2006. (**documento III.10.1.7.1.9**)

III.10.1.7.1.10 - Palestra: "Le développement local en milieu rural et les mouvements sociaux. Le cas du Mouvement des Sans Terre (MST) au Brésil", no dia 11 de outubro de 2006. (**documento III.10.1.7.1.10**)

III.10.1.8 – Outros eventos

III.10.1.8.1- 36ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em São Paulo, 4 a 11 de julho de 1984. (**documento III.10.1.8.1**)

III.10.1.8.2 - 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizado em São Paulo, 14 a 21 de julho de 1984. (**documento III.10.1.8.2**)

III.10.1.8.3 - Simpósio "A Metrópole e a Crise", promovido pelo Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), realizado em São Paulo, 11 a 14 de março de 1985. (**documento III.10.1.8.3**)

III.10.1.8.4 - II Encontro Local de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizado em São Paulo, 27 e 28 de maio de 1986. (**documento III.10.1.8.4**)

III.10.1.8.5 - IV Encontro Nacional dos Estudantes de Geografia, promovido pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) [está como apoio. Fica?], realizado em Vitória, 03 de agosto de 1985. (**documento III.10.1.8.5**)

III.10.1.8.6 - 5º Simpósio Regional de Geologia, promovido pelo Núcleo de São Paulo da Sociedade Brasileira de Geologia (SBG), realizado em São Paulo, 6 a 10 de novembro de 1985. (**documento III.10.1.8.6**)

III.10.1.8.7 - 38ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em Curitiba, 9 a 16 de julho de 1986. (**documento III.10.1.8.7**)

III.10.1.8.8 - VI Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), realizado em Campo Grande, 16 a 22 de julho de 1986. (**documento III.10.1.8.8**)



III.10.1.8.9 - 39ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em Universidade de Brasília, 12 a 16 de julho de 1987. (**documento III.10.1.8.9**)

III.10.1.8.01 - III Encontro Local de Professores de Geografia, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros e pela Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, realizado em São Paulo, 2, 3 e 4 de abril de 1987. (**documento III.10.1.8.10**)

III.10.1.8.11 - Encontro do Ensino Noturno, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em São Paulo, 26 de setembro de 1987. (**documento III.10.1.8.11**)

III.10.1.8.12 - II Semana de estudos da FAPI, promovido pela Faculdade Pinheirense, realizado em São Paulo, 19 a 23 de outubro de 1987. (**documento III.10.1.8.12**)

III.10.1.8.13 - 40ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado em Universidade de São Paulo, 10 a 16 de julho de 1988. (**documento III.10.1.8.13**)

III.10.1.8.14 - 7º Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Maceió – Alagoas, 23 a 29 de julho de 1988. (**documento III.10.1.8.14**)

III.10.1.8.15 - II Congresso Estudantil de Informática, realizado no Centro Cultural São Paulo, em São Paulo, 5 a 7 de dezembro de 1988. (**documento III.10.1.8.15**)

III.10.1.8.16 - 1º Congresso Estadual dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, promovido pela Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, realizado no Seminário Diocesano Nossa Senhora do Carmo, em Jaboticabal, 7 e 8 de abril de 1990. (**documento III.10.1.8.16**)

II.10.1.8.17 - II Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, promovido pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola-ANCA, realizado em Brasília, 8, 9 e 10 de 1990. (**documento III.10.1.8.17**)

III.10.1.8.18 - I Semana de Estudos Rurais, promovido pela UNESP – Campus de Araraquara, realizado em Araraquara, 5 a 8 de junho de 1990. (**documento III.10.1.81.18**)

III.10.1.8.19- Venha nos Conhecer, promovido pela FCT-UNESP, realizado em Presidente Prudente, 20 e 21 de agosto de 1990. (**documento III.10.1.8.19**)

III.10.1.8.20 - Participação na II Mini-Bienal do Livro, promovida pela E.E.I.P.G. Esqueminha, Presidente Prudente, 29 de outubro de 1990. (**documento III.10.1.8.20**)

III.10.1.8.21- X Encontro Nacional de Geografia Agrária, promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, realizado em Teresópolis, 5 de dezembro de 1990. (**documento III.10.1.8.21**)

III.10.1.8.22 - 8º Encontro Nacional de Geógrafos, 1990. (**s/documento**)



III.10.1.8.23- II Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor, São Paulo, no Período de 14 a 18 de julho de 1991. (**documento III.10.1.8.23**)

III.10.1.8.24 - II Seminário sobre a Posse e a Propriedade Privada no Brasil: Entre Cercas e Muros, promovido pela Associação Brasileira de Reforma Agrária e Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Presidente Prudente, 28 a 29 de setembro de 1991. (**documento III.10.1.8.24**)

III.10.1.8.25- Seminário sobre o Conhecimento Geográfico no Brasil, promovido pela FCT-UNESP, realizado em Presidente Prudente, 29, 30 e 31 de agosto de 1991. (**documento III.10.1.8.25**)

III.10.1.8.26 - II Seminário de Geografia “A Nova (Des) Ordem Mundial”, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Curitiba, 14 a 16 de novembro de 1991. (**documento III.10.1.8.26**)

III.10.1.8.27 - Reforma Agrária e MST, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em São Paulo, 19 a 24 de março de 1992. (**documento III.10.1.8.27**)

III.10.1.8.28 - “Assentamentos de Reforma Agrária: Estratégia de Desenvolvimento Rural?”, promovido pela FAO/ONU, Fórum de Ciência e Cultura/ UFRJ, IBASE, IPPUR/UFRJ, PPGAS/MN/UFRJ e UFF, realizado em Rio de Janeiro, 18 e 19 de 1992. (**documento III.10.1.8.28**)

III.10.1.8.29- IX Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação de Geógrafos Brasileiros e FCT-UNESP, realizado em Presidente Prudente, 19 a 24 de julho de 1992. (**documento III.10.1.8.29**)

III.10.1.8.30 - IV Seminário de Grupo de Estudos e Desenvolvimento do Ensino na Universidade – GEDEU, promovido pela FCT-UNESP, realizado em Presidente Prudente, 10 e 11 de setembro de 1992. (**documento III.10.1.8.30**)

III.10.1.8.31- “Venha nos Conhecer”, promovido pela FCT-UNESP, realizado em Presidente Prudente, 22, 23, 24 e 25 de setembro de 1992. (**documento III.10.1.8.31**)

III.10.1.8.32 - Participação na Feira de livros com o tema: “Reforma Agrária”, na I FELDRAC, Dracena, no dia 11 de agosto de 1992. (**documento III.10.1.8.32**)

III.10.1.8.33 - Participação na III Mini Bienal do Livro Esqueminha, Presidente Prudente, no dia 13 de novembro de 1992. (**documento III.10.1.8.33**)

III.10.1.8.34- I Encontro Nacional de Professores de Escolas de Assentamentos Rurais e I Oficina de Capacitação de Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST, promovido pelos Departamentos de Geografia, de Educação e de Planejamento da FCT-UNESP, da Associação dos Geógrafos Brasileiros e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Presidente Prudente, 3 a 12 de novembro de 1992. (**documento III.10.1.8.34**)



III.10.1.8.35 - 1º Encontro Paulista de Ensino de Geografia no final de século: Problemas e Alternativas no Estado de São Paulo, promovido pela ASSOCIAÇÃO DOS Geógrafos Brasileiros, realizado em Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 5 a 8 de setembro de 1993. (**documento III.10.1.8.35**)

III.10.1.8.36 - XI Encontro Estadual do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, produzido pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em ITETRESP – Rodovia Marechal Cândido Rondon, Km 322, Agudos-SP. (**documento III.10.1.8.36**)

III.10.1.8.37- Seminário sobre Módulo Rural, promovido pela Superintendência Regional do INCRA, realizado em São Paulo, 27 de setembro de 1994. (**documento III.10.1.8.37**)

III.10.1.8.38 - 3º Encontro Nacional de Ensino em Geografia – Fala Professor, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Presidente Prudente, 9 a 12 de julho de 1995. (**documento III.10.1.8.38**)

III.10.1.8.39 - Seminário Estadual “Assentamentos: Desenvolvimento para Emancipação”, promovido pela Secretaria da justiça e da Defesa da Cidadania do Instituto de Terras, realizado em Ibitinga, 11 a 15 de março de 1996. (**documento III.10.1.8.39**)

III.10.1.8.40 - 10º Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros e Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, realizado em Recife, 14 a 19 de julho de 1996. (**documento III.10.1.8.40**)

III.10.1.8.41 - Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Universidade de Brasília (UnB), realizada em Luziânia-GO, 27 a 31 de julho de 1998. (**documento III.10.1.8.41**)

III.10.1.8.42- II Fórum de Ciências da Faculdade de Ciências e Tecnologia - 4ª Reunião de Iniciação Científica - UNESP, 1999 (**s/documento**)

III.10.1.8.43 - XII Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 16 a 23 de julho de 2000. (**documento III.10.1.8.43**)

III.10.1.8.44- A Questão Agrária, os Movimentos Sociais e a Mídia no Brasil, realizado pela Escola Nacional Florestan Fernandes e UNESP, realizado em São Paulo, 11 e 12 de novembro de 2000. (**documento III.10.1.8.44**)

III.10.1.8.45 - XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Goiânia, 2 a 5 de dezembro de 2000. (**documento III.10.1.8.45**)

III.10.1.8.46 - Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, 25 a 30 de janeiro de 2001. (**documento III.10.1.8.46**)



III.10.1.8. 47- 3^a Semana de Geografia, 2001. (*s/documento*)

III.10.1.8.48 - Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002. (**documento III.10.1.8.48**)

III.10.1.8.49 - XIII Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em João Pessoa, 21 a 26 de julho de 2002. (**documento III.10.1.8.49**)

III.10.1.8.50 - III Encontro Estadual de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e Prefeitura Municipal de Lapa-PR, realizado em Lapa-PR, 15 a 17 de novembro de 2001. (**documento III.10.1.8.50**)

III.10.1.8.51- 59º Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, realizada no Centro de Convenções Goiânia, Goiânia, 26 a 29 de novembro de 2002. (**documento III.10.1.8.51**)

III.10.1.8.52 - Seminário Nacional “Reforma Agrária – Um Instrumento de desenvolvimento social e econômico”, realizado em Brasília, 28 a 30 de novembro de 2002. (**documento III.10.1.8.52**)

III.10.1.8.53 - 15^a Assembléia Regional da Comissão Pastoral da Terra, 2002. (*s/documento*)

III.10.1.8.54 - XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco, realizado em Petrolina-PE, 12 de dezembro de 2002. . (**documento III.10.1.8.54**)

III.10.1.8.55 - 2º Congresso de Extensão Universitária da UNESP, 2002. (*s/documento*)

III.10.1.8.56 - III Fórum Social Mundial, promovido pela Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, realizado em Porto Alegre, 23 e 28 de janeiro de 2003. (**documento III.10.1.8.56**)

III.10.1.8.57 - IV Fórum de Ciências da FCT, produzido pela FCT-UNESP, realizado em Presidente Prudente, 15 a 17 de maio de 2003. (**documento III.10.1.8.57**)

III.10.1.8.58 - V Encontro Nacional de Ensino de Geografia “Fala Professor”, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Presidente Prudente, 20 a 24 de julho de 2003. (**documento III.10.1.8.58**)

III.10.1.8.59- V Encontro Nacional da ANPEGE – Gestão do território e do ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior, promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado em Florianópolis, 3 a 5 de setembro de 2003. (**documento III.10.1.8.59**)

III.10.1.8.60 - I Fórum de Extensão Universitária de FCT-UNESP, promovido pela FCT-UNESP, realizado em Presidente Prudente, 16 e 17 de outubro de 2003. (**documento III.10.1.8.60**)



III.10.1.8.61 - 60ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, realizada em Brasília, 10 a 12 de dezembro de 2003. (**documento III.10.1.8.61**)

III.10.1.8.62 - VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Goiânia-Go, 18 a 23 de julho de 2004. (**documento III.10.1.8.62**)

III.10.1.8.63 - II Conferência Nacional por uma Educação no Campo “Por uma Política Pública de educação do Campo”, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e cultura (UNESCO), União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Universidade de Brasília (UnB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), realizado em Luziânia-GO, 2 a 6 de agosto de 2004. (**documento III.10.1.8.63**)

III.10.1.8.64 - XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária – Tradição X Tecnologia: as Novas Territorialidades do Espaço Agrário Brasileiro, realizado em Gramado, Rio Grande do Sul, 11 a 15 de novembro de 2004. (**documento III.10.1.8.64**)

III.10.1.8.65- II Conferência Estadual de Educação do Campo e para a Conferência com o Semiárido, realizado em Salvador, 8 a 11 de dezembro de 2004. (**documento III.10.1.8.65**)

III.10.1.8.66- X Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado na Universidade de São Paulo, 20 a 25 de março de 2005. (**documento III.10.1.8.66**)

III.10.1.8.67- II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2005. (**s/documento**)

III.10.1.8.68- XIV Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado pela Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 16 a 21 de julho de 2006. (**documento III.10.1.8.68**)

III.10.1.8.69- Seminário Reforma Agrária: Processo Histórico e Perspectivas no Estado de São Paulo, promovido pela Frente Parlamentar em Defesa d a Reforma Agrária, realizado em Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 10 de novembro de 2006. . (**documento III.10.1.8.69**)

III.10.1.8.70- VII Encontro Nacional da ANPEGE, realizado em Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 24 a 27 de setembro de 2007. (**documento III.10.1.8.70**)

III.10.1.8.71- Palestras “As Estruturas Organizativas do Campo Cubano” e “La Sociedade Cubana”, realizadas em Universidade Federal de Uberlândia, 18 de dezembro. (**documento III.10.1.8.71**)

III.10.1.8.72 - IV Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, promovido pela Universidade Estadual de Campinas, realizado em Campinas, 3 a 5 de junho de 2009. (**documento III.10.1.8.72**)



III.10.1.8.73 - Workshop “Políticas Públicas” promovido pela Universidade Estadual Paulista, realizado em São Paulo, 9 e 10 de setembro de 2009. (**documento III.10.1.8.73**)

III.10.1.8.74 - XX ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária, promovido pela UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão, realizado em Francisco Beltrão – PR, 25 e 29 de 2010. (**documento III.10.1.8.74**)

III.10.1.8.75 - 5º Encontro Rede DATALUTA, realizado em São Paulo, nos dias 09 e 10 de dezembro de 2011. (**documento III.10.1.8.75**)

III.10.1.8.76 – “15 anos de educação do campo” no Seminário Nacional de Educação do Campo, realizado em Brasília, 2012. (**s/documento**)

III.10.1.8.1 - Outros eventos Internacionais

III.10.1.8.1.1 - Dia del Campesino, promovido pela Asociacion Nacional de Agricultores Pequeños, realizado em Habana, Cuba, 15 a 21 de maio de 1993 (**documento III.10.1.8.1.1**)

III.10.1.8.1.2 - V Congreso Latinoamericano de Sociologia Rural, promovido pela ALASRU, realizado em Texcoco, México, 12 a 16 de outubro de 1998. (**documento III.10.1.8.1.2**)

III.10.1.8.1.3 - Oficina: “La protesta popular em America Latinaen los años Del neoliberalismo”, no Centro de Estudios Del Desarrollo Universidad Central de Venezuela, nos dias 7 e 8 de maio de 1998. (**documento III.10.1.8.1.3**)

III.10.1.8.1.4 - XV Encuentro Internacional de Ciencias Sociales, promovido pela Universidad de Guadalajara, realizado Guadalajara, México, 25 de novembro a 1 de dezembro de 2001. . (**documento III.10.1.8.1.4**)

III.10.1.8.1.5 - Evento Literário “3éme salon intertional de l'autre livre à Paris”, promovido pela Echanges culturels France_Brésil e MLP Assessoria Ltda – LIGA, realizado em Paris, 1 e 5 de dezembro de 2005. . (**documento III.10.1.8.1.5**)

III.10.1.8.1.6 - Seminário Internacional Las configuraciones de los territorios rurales en el siglio XXI, promovido pela Pontificia Universidad Javeriana, realizado em Bogotá, Colômbia, 25 a 28 de março de 2008. (palestrista) inseri. (**documento III.10.1.8.1.6**)

III.10.1.8.1.7 - Second International Meetings of the World Forum, realizado em Lille, 9, 10 e 11 de outubro de 2008. . (**documento III.10.1.8.1.7**)

III.10.1.8.1.8 - 8º Grupo de Trabajo de Desarrollo Rural “Soberanía Alimentaria y Agroenergía”, promovido pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, realizado em Asunción, Paraguai, 20 a 25 de outubro de 2008. . (**documento III.10.1.8.1.8**)

III.10.1.8.1.9 - Seminario La Actualidad de La Reforma Agraria en Latinoamerica y Caribe, promovido pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, realizado em Asunción, Paraguai, 20 a 25 de outubro de 2008. . (**documento III.10.1.8.1.8**)



III.10.1.8.1.10 - National Farms Union Of Canadá, 2008. (**s/documento**)

III.10.1.8.1.10.b – Extenso 2009 – X Congreso Iberoamericano de Extensión Universitaria, realizado em Montevideo (Uruguay), 5 a 9 de outubro de 2009. (**documento III.10.1.8.1.10.b**)

III.10.1.8.1.11 - XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association, realizado em Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2009. . (**documento III.10.1.8.1.11**)

III.10.1.8.1.12 - X Reunión del Grupo de Trabajo sobre Desarrollo Rural, promovido pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e Universidad Autónoma Metropolitana, realizado em Distrito Federal, México, 21 a 26 de junho de 2010. (**documento III.10.1.8.1.12**)

III.10.1.8.1.13 – II Reunión del Grupo de Trabajo “Desarrollo Rural: disputas territoriales, campesinos y decolonialidad” Lucha campesinas emergentes en América Latina: una perspectiva decolonial, realizado em Distrito Federal, México, 06 a 09 de novembro de 2012 (**s/documento**)

III.10.1.8.1.14 – “2012 - LASA - Toward a Third Century of Independence in Latin America”, San Francisco, 2012. (**s/documento**)

III.10.1.8.1.15 - “12ª Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural – CLACSO”, México, 2012. (**s/documento**)

III.10.1.8.1.16 – II Reunión del Grupo de Trabajo “Desarrollo Rural: disputas territoriales, campesinos y decolonialidad” com o tema Luchas campesinas emergentes en América Latina: una perspectiva decolonial, México, 06 a 09 de novembro de 2012. (**documento III.10.1.8.1.16**)

III.10.2 – Organização de eventos

III.10.2.1 - “8º Encontro Nacional de Geógrafos”, realizado em Salvador, Bahia, 15 a 20 de julho de 1990. (**documento III.10.2.1**)

III.10.2.2 - “Encontro dos Professores de Geografia”, realizado em Presidente Prudente, 12 de março e 16 de maio de 1991. (**documento III.10.2.2**)

III.10.2.3 – “II Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor”, realizado em São Paulo, 14 a 18 de julho de 1991. (**documento III.10.2.3**)

III.10.2.4- “IX Encontro Nacional de Geógrafos”, realizado em Presidente Prudente, 19 a 24 de julho de 1992. (**documento III.10.2.4**)

III.10.2.5- “II Seminário sobre a Posse e a Propriedade Privada no Brasil: Entre Cercas e Muros”, realizado em Presidente Prudente, 28 e 29 de setembro de 1991. (**documento III.10.2.5**)

III.10.2.6 - “I Encontro Nacional de Professores de Escolas e de Assentamentos Rurais” e “I Oficina de Capacitação do Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST”, realizado



em FCT-UNESP, Presidente Prudente, 3 a 12 de novembro de 1992. (**documento III.10.2.6**)

III.10.2.7 - Seminário Internacional - Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas, 1993. (**s/documento**)

III.10.2.8 - Curso de Extensão Universitária: “Eco-Nomia – Criando uma Interface entre Ecologia e Economia”, realizado em FCT-UNESP, Presidente Prudente, 12 de abril a 10 de maio de 1994. (**documento III.10.2.8**)

III.10.2.9 - “Especialização e Territorialização da Luta pela Terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo”, realizado em Presidente Prudente, 29 de junho de 1994. (**documento III.10.2.9**)

III.10.2.10 - Simpósio “Reforma Agrária e Reforma Urbana: Perspectivas para o Final do Século”, 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos, realizado em Curitiba-PR, 17 a 22 de julho de 1994. (**documento III.10.2.10**)

III.10.2.11 - “Capacitação de Professores das Escolas Rurais da Região do Pontal do Paranapanema”, realizado em Presidente Prudente, janeiro a junho de 1994. (**documento III.10.2.11**)

III.10.2.12 - Educação do Campo no Pontal do Paranapanema, 1994. (**s/documento**)

III.10.2.13 - Seminário “NERA – Reflexões Técnico-Conceituais da Questão Agrária e da Geografia Agrária”, realizado em Presidente Prudente, 30 de setembro de 1999. (**documento III.10.2.13**)

III.10.2.14 - II Conferência Estadual “Por uma Educação Básica do Campo”, realizado em Cascavel-PR, 2 a 5 de novembro de 2000. (**documento III.10.2.14**)

III.10.2.15 - Assessoria a 15ª Assembléia Regional da Comissão Pastoral da Terra, 2002. (**s/documento**)

III.10.2.16- “V Encontro Nacional de Ensino de Geografia – Fala Professor”, realizado em Presidente Prudente, 20 a 24 de julho de 2003. (**documento III.10.16**)

III.10.2.17- 6º Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004. (**s/documento**)

III.10.2.18- “Semana de Geografia da América Latina – Produção do Espaço Geográfico”, realizado em Presidente Prudente, 29 de agosto a 3 de setembro de 2005. (**documento III.10.18**)

III.10.2.19 - “Semana de Geografia da América Latina – Movimentos Camponeses e Agronegócio na América Latina e Caribe”, realizado em Presidente Prudente, 29 de agosto a 3 de setembro de 2005. (**documento III.10.2.19**)

III.10.2.20 - “III Simpósio Nacional de Geografia Agrária/II Simpósio Internacional de Geografia Agrária/Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira”, realizado em Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005. (**documento III.10.2.20**)



III.10.2.21 - I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, 2005. (**s/documento**)

III.10.2.22 - 6^a Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural - CLACSO, 2005. (**s/documento**)

III.10.2.23 - 7^a Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural - CLACSO, 2006. (**s/documento**)

III.10.2.24- III Simpósio Internacional de Geografia Agrária/IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária/“Jornada Orlando Valverde”/Campesinato em Movimento, realizado em Londrina-PR, 10 a 14 de outubro de 2007. (**documento III.10.2.24**)

III.10.2.25 - 8^a Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural - CLACSO, 2007. (**s/documento**)

III.10.2.26- 9^a Reunión del Grupo de Trabajo Desarrollo Rural - CLACSO, 2008. (**s/documento**)

III.10.2.27- “IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/V Simpósio Nacional de Geografia Agrária”, realizado em Niterói-RJ, 29 de outubro a 2 de novembro de 2009. (**s/documento**)

III.10.2. 28- Reunião Anual DATALUTA, 2009. (**s/documento**)

III.10.2.29 - Colóquios NERA - Movimentos camponeses no Brasil e México, 2009. (**s/documento**)

III.10.2.30 - Colóquios NERA - Megaproyectos, territorios y desplazamiento de población en Colombia, 2009(**s/documento**)

III.10.2.31 - Colóquios NERA - Jovens nos assentamentos de reforma agrária do Brasil, 2009. (**s/documento**)

III.10.2.32 - Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil, 2010. (**s/documento**)

III.10.2.33 - Colóquios NERA - Geografia rural e Movimentos sociais na Índia, 2010. (**s/documento**)

III.10.2.34 - Colóquios NERA - A reforma agrária nos governos Evo e Lula, 2010. (**s/documento**)

III.10.2.35- A semente foi plantada, 2010. (SEM IDENTIFICAÇÃO) (**s/documento**)

III.10.2.1 - Organização de eventos (resumos)

III.10.2.1.1 - I Encontro Paulista de Ensino de Geografia: O Ensino de Geografia no final do século: Problemas e Alternativas no Estado de São Paulo, organizado pela Associação



dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Campinas, no período de 05 a 08 de setembro de 1993. (Organização geral/Coordenador de mesa) (**documento III.10.2.1.1**)

III.10.2.1.2 - XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária: A questão agrária na virada do século, volume I – comunicações, promovido pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente, no período de 04 a 08 de dezembro de 1998. (Organização Geral) (**documento III.10.2.1.2**)

III.10.2.1.3 - XIV Encontro Nacional de Geografia Agrária: A questão agrária na virada do século, volume II – mesas redondas, promovido pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Presidente Prudente, no período de 04 a 08 de dezembro de 1998. (Organização geral) (**documento III.10.2.1.3**)

III.10.2.1.4 - XIII Encontro Nacional de Geógrafos, realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), João Pessoa, no período de 21 a 26 de julho de 2002. (Organização geral/Coordenador titular) (**documento III.10.2.1.4**)

III.10.2.1.5 - V ENEGE – Encontro Nacional de Ensino de Geografia: Fala Professor, realizado pela Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Geografia, Programa de Pós – Graduação em Geografia e Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Presidente Prudente, no período de 20 a 24 de julho de 2003. (Organização geral/Presidente) (**documento III.10.2.1.5**)

III.10.2.1.6 - VII Encontro Nacional da ANPEGE: Espacialidades Contemporâneas: O Brasil, a América Latina e o Mundo, promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, Niterói, no período de 24 a 27 de setembro de 2007. (Organização geral/Comissão Científica) (**documento III.10.2.1.6**)

III.10.2.1.7 - IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, V Simpósio Nacional de Geografia Agrária: A questão (da reforma) agrária na América Latina, organizado pela UFF e FFP/UERJ, Niterói, no período de 29 de outubro a 02 de novembro de 2009. (Coordenação geral) (**documento III.10.2.1.7**)

III.10.2.2 - Organização de Eventos Internacionais

III.10.2.2.1 - X Reunión del Grupo de Trabajo sobre Desarrollo Rural “Contribución a la actualización del conocimiento sobre el desarrollo rural en Latinoamérica y Caribe”, realizado em Distrito Federal, México, 21 a 26 de junho de 2010. (**documento III.10.2.2.1**)

III.10.2.3 - Coordenação de mesa/sessões (Nacionais)

III.10.2.3.1 - “Modernização do Campo e Reforma Agrária”, V Seminário do Ensino de Geografia, promovido pela FCT-UNESP, realizado em Presidente Prudente, 9 a 10 de novembro de 1990. (**documento III.10.2.3.1**)

III.10.2.3.2 - III Fórum de Ciências da Faculdade de Ciências e Tecnologia – 5ª Reunião de Iniciação Científica, promovido pela FCT-UNESP, realizado em Presidente Prudente, 11 a 13 de setembro de 2000. (**documento III.10.2.3.2**)



III.10.2.3.3 - XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Goiânia, 2 a 5 de dezembro de 2000. (coordenador de sessão de comunicação) (**documento III.10.2.3.3**)

III.10.2.3.4 - XV Encontro Nacional de Geografia Agrária, realizado em Goiânia, 2 a 5 de dezembro de 2000. (coordenação de comunicação oral) (**documento III.10.2.3.4**)

III.10.2.3.5 - “Teorias da Geografia Agrária”, IV Encontro Nacional da ANPEGE – “A Geografia no século XXI”, promovido pela Associação Nacional de Pesquisa em Geografia e Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, realizado em São Paulo, 26 de março de 2002. (**documento III.10.2.3.5**)

III.10.2.3.6 - XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária, promovido pela Universidade Federal de Pernambuco, realizado em Petrolina-PE, 8 a 12 de dezembro de 2002. (**documento III.10.2.3.6**)

III.10.2.3.7 - “Espaço e Movimentos Sociais”, VII Encontro Nacional da ANPEGE, promovido pela Universidade Federal Fluminense, realizado em Rio de Janeiro, 24 a 27 de setembro de 2007. (**documento III.10.2.3.7**)

III.10.2.3.8 - “Projeto Rede DATALUTA”, III Simpósio Internacional de Geografia Agrária/IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária/Jornada Orlando Valverde/Campesinato em Movimento, promovido pela Universidade de Londrina, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual do Oeste e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, realizado em Presidente Prudente, 10 a 14 de novembro de 2007. (**documento III.10.2.3.8**)

III.10.2.3.9 - “Mapeando os conflitos pela terra no Brasil”, IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária/V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, promovido pela Universidade Federal Fluminense, realizado em Niterói, 29 de outubro a 2 de novembro de 2009. (**documento III.10.2.3.9**)

III.11 – Cursos

III.11.1 – Cursos Ministrados (Nacionais)

III.11.1.1 - Curso: “Geografia em canção: O Som e a Imagem no Ensino de Geografia”, no Encontro O Ensino de História/Geografia na Escola Pública e a Nova Lei de Diretrizes e Bases, promovido pela AGB/ANPUH/APEOESP/SINPEEM/SME/CENP, São Paulo, totalizando 7 horas, realizado no período de 20 a 21 de março de 1989. (**documento III.11.1.1**)

III.11.1.2 - Curso: “Geografia em canção: O Som e a Imagem no Ensino de Geografia”, por meio do Convênio entre a Secretaria de Estado da Educação e a Universidade Estadual Paulista – UNESP, Presidente Prudente, totalizando 30 horas, realizado no período de 12 a 16 de fevereiro de 1990. (**documento III.11.1.2**)

III.11.1.3- Curso: “Geografia em canção: O Som e a Imagem no Ensino de Geografia”, no Encontro de Professores de Geografia do Estado de São Paulo, promovido pela Faculdade de Educação e Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras



e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, no período de 13 a 16 de agosto de 1990. (**documento III.11.1.3**)

III.11.1.4- Curso: “O som e a imagem no processo de criação do saber”, na II Semana da Educação, promovida pela Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, totalizando 6 horas, no período de 9, 10 e 11 de abril de 1991. (**documento III.11.1.4**)

III.11.1.5 - Curso: “Geografia em canção”, no XI Encontro Estadual de Professores de Geografia, no Departamento de Ciências do Ambiente/Centro Universitário de Corumbá/Fundação Universitária de Mato Grosso do Sul, organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Santa Maria, no período de 08 a 11 de maio de 1991. (**documento III.11.1.5**)

III.11.1.6 - Curso: “Geografia em canção”, na II Semana do Meio Ambiente, Mato Grosso do SUL, totalizando 10 horas, no período de 29 e 30 de abril e 02 e 03 de maio de 1991. (**documento III.11.1.6**)

III.11.1.7- Curso: “Geografia em canção: meio ambiente”, no Simpósio Nacional do Meio Ambiente, Santa Cruz do Sul, totalizando 12 horas, no período de 23, 24 e 25 de outubro de 1991. (**documento III.11.1.7**)

III.11.1.8 - Curso: “Geografia em canção”, promovido pelo CEPROL (Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses) e pela SEMEC (Seretaria Municipal de Educação e Cultura, São Leopoldo, no período de 21, 22 e 23 de novembro de 1991. (**documento III.11.1.8**)

III.11.1.9 - Curso: “Curso de Magistério de Férias”, pelo Departamento de Educação Rural – DER, Braga, totalizando 40 horas, no período de 20 a 26 de janeiro de 1992. (**documento III.11.1.9**)

III.11.1.10- Curso: “Geografia em canção”, no II Seminário de Estudantes de Geografia, na Universidade Federal do Pará, em Marabá, no período de 07 a 09 de fevereiro de 1992. (**documento III.11.1.10**)

III.11.1.11- Mini-Curso: “Geografia em canção”, no II Congresso Estadual Paulista sobre a formação de educadores: por um projeto educacional em favor da cidadania, promovido pela Pró-Reitoria de Graduação da UNESP, Águas de São Pedro, no período de 24 a 28 de maio de 1992. (**documento III.11.1.11**)

III.11.1.12 - Curso: “Geografia em canção – O som e a imagem no processo de construção do conhecimento”, Geografia, democracia e a (des) ordem mundial, no IX Encontro Nacional de Geógrafos, Presidente Prudente, no período de 19 a 24 de julho de 1992. (**documento III.11.1.12**)

III.11.1.13 - Curso: “Geografia em canção”, destinado a professores da Rede Municipal de Ensino, Curitiba, totalizando 20 horas, no dia 05 de outubro de 1992. (**documento III.11.1.13**)



III.11.1.14 - Curso: “Geografia em canção”, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB-Rio), totalizando 14 horas, no dia 09 de outubro de 1992. (**documento III.11.1.14**)

III.11.1.15- Curso: “A organização do Trabalho Docente nas Escolas Rurais”, na Delegacia de Ensino de Mirante do Paranapanema, no período de 05 a 29 de outubro de 1992. (**documento III.11.1.15**)

III.11.1.16 - Curso: “Espaço Brasileiro: Produção e transformações, na Fundação para o Desenvolvimento da Educação, São Paulo, totalizando 6 horas, no período de 16 a 20 de novembro de 1992. (**documento III.11.1.16**)

III.11.1.17 - Curso: “O som e a imagem no processo de construção do conhecimento”, no 1 Encontro Paulista de Ensino de Geografia no final do século: Problemas e Alternativas no Estado de São Paulo, realizado na Universidade Estadual de Campinas, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Campinas, no dia 08 de setembro de 1993. (**documento III.11.1.17**)

III.11.1.18 - Curso: “Curso preparatório para o concurso de professor III”, na FCT/UNESP, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), Presidente Prudente, totalizando 8 horas, no período de 17 de outubro a 13 de dezembro de 1992. (**documento III.11.1.18**)

III.11.1.19- Curso: “Geografia em canção”, promovido pelo Laboratório de Ensino e Material Didático, do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, no dia 20 de dezembro de 1992. (**documento III.11.1.19**)

III.11.1.20 - Curso: “As transformações do campo e da cidade no processo de produção do espaço brasileiro”, Presidente Prudente, totalizando 32 horas, no período de 25 a 28 de janeiro de 1993. (**documento III.11.1.20**)

III.11.1.21- Curso: “Curso de Magistério de Férias”, no Departamento de Educação Rural da FUNDEP, Braga, totalizando 21 horas, no período de 11, 12 e 13 de fevereiro de 1993. (**documento III.11.1.21**)

III.11.1.22 - Curso: “Fundamentos Teóricos e Metodológicos das Propostas Curriculares na elaboração dos planejamentos de ensino nas Escolas Rurais”, inserido no Projeto: Capacitação de Professores das Escolas Rurais da Região do Pontal do Paranapanema, Mirante do Paranapanema, totalizando 16 horas, no período de 01 a 12 de março de 1993. (**documento III.11.1.22**)

III.11.1.23- Curso: “Uma Proposta de Ensino Interdisciplinar nas Escolas Rurais do Pontal”, no Projeto: Capacitação de Professores das Escolas Rurais da Região do Pontal do Paranapanema, Mirante do Paranapanema, totalizando 16 horas, no período de 22 a 24 de abril de 1993. (**documento III.11.1.23**)

III.11.1.24- Curso: “Fundamentos Teóricos Metodológicos das Propostas Curriculares e a Elaboração dos Planejamentos de Ensino”, Mirante do Paranapanema, totalizando 16 horas, no período de 10 a 11 de fevereiro de 1994. (**documento III.11.1.24**)



III.11.1.25 - Curso: "O Ensino Rural: A Relação Escola Comunidade", Mirante do Paranapanema, totalizando 8 horas, no dia 14 de março de 1994. (**documento III.11.1.25**)

III.11.1.26- Curso: "O Trabalho do Professor de Ensino Rural com Classes Multisseriadas", Mirante do Paranapanema, totalizando 16 horas, no período de 28 a 29 de abril de 1994. (**documento III.11.1.26**)

III.11.1.27 - Curso: "As Transformações do Campo e da Cidade no Processo de Produção do Espaço Brasileiro", Mirante do Paranapanema, totalizando 32 horas, no período de 09 a 30 de abril de 1994. (**documento III.11.1.27**)

III.11.1.28- Curso: "Formação do Telespectador: A TV na Sala de Aula", Mirante do Paranapanema, totalizando 32 horas, no período de 25 a 28 de julho de 1994. (**documento III.11.1.28**)

III.11.1.29- Curso: "Curso de Geografia", no II Encontro de Professores dos Assentamentos e Acampamentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra do Mato Grosso do Sul, no período de 28 e 29 de outubro de 1994. (**documento III.11.1.29**)

III.11.1.30- Curso: "Geografia em Canção, na I Jornada Pedagógica das Licenciaturas da UESB", na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no período de 21 a 25 de novembro de 1994. (**documento III.11.1.30**)

III.11.1.31 - Curso: "Curso de Geografia para Professores de Escolas Rurais", no Departamento de Educação Rural da Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa – FUNDEP/DER, Celeiro, no período de 22 a 25 de fevereiro de 1995. (**documento III.11.31**)

III.11.1.32 - Curso: "A questão agrária hoje", na Editora Ática, São Paulo, totalizando 4 horas, no dia 02 de junho de 1995. (**documento III.11.1.32**)

III.11.1.33- Curso: O som e a imagem no processo de construção do conhecimento, no 3 Encontro Nacional de Ensino de Geografia, Presidente Prudente, 9 a 12 de julho de 1995. (**documento III.11.1.33**)

III.11.1.34 - Curso: "Curso sobre Metodologia de Educação Popular", promovido pela Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA, São Paulo, no período de 13 a 16 de junho de 1995. (**documento III.11.1.34**)

III.11.1.35 - Curso: "Oficina Geografia em Canção", da II Jornada da Educação, pela Universidade Estadual Paulista de Assis, no período de 03, 04 e 05 de outubro de 1995. (**documento III.11.1.35**)

III.11.1.36 - Curso: "Geografia em canção", na 1 Semana de Incentivo Científico e Cultural, São José do Rio Preto, no período de 17 a 20 de outubro de 1995. (**documento III.11.1.36**)



III.11.1.37 - Curso: “Geografia e Canção: O som e a imagem no processo de construção do conhecimento”, patrocinado pelo Laboratório de Ensino e Material Didático, São Paulo, totalizando 8 horas no dia 30 de novembro de 1995. (**documento III.11.1.37**)

III.11.1.38 - Curso: “As transformações recentes no campo brasileiro”, patrocinado pelo Laboratório de Ensino e Material Didático, São Paulo, totalizando 30 horas, no dia 30 de abril de 1996. (**documento III.11.1.38**)

III.11.1.39 - Curso: Especialização no ensino de geografia, como professor na disciplina-teoria “Conhecimento na geografia contemporânea”, Vitória da Conquista, totalizando 30 horas, no período de 05 a 08 de agosto de 1996. (**documento III.11.1.39**)

III.11.1.40 - Curso: “Geografia em canção”, no IV Encontro Baiano de Geografia – III Semana de Geografia UEFS, no período de 22 a 27 de setembro de 1996. (**documento III.11.1.40**)

III.11.1.41 - Mini-curso: “Geografia em canção”, na VII Semana da Geografia do CEUL – Integração Ensino e Pesquisa, realizada pelo Departamento de Ciências Humanas do Centro Universitário de Três Lagoas, no período de 28 a 31 de outubro de 1996. (**documento III.11.1.41**)

III.11.1.42 - Curso: “Geografia e História em Canção”, Adamantina, 12 de novembro de 1996. (**documento III.11.1.42**)

III.11.1.43 - Curso: “Diagnóstico para Capacitação de Profissionais da Educação”, Franca, totalizando 16 horas, nos dias 15 e 16 de setembro de 1997. (**documento III.11.1.43**)

III.11.1.44 - Curso: “Curso de especialização e extensão em administração de cooperativas”, pelo ITERRA, Veranópolis, no período de 15 e 16 de abril de 1997. (**documento III.11.1.44**)

III.11.1.45 - Curso: “Suplência de 2 Grau na Escola de Ensino Supletivo Josué de Castro, pelo ITERRA”, (**documento III.11.1.45**)

III.11.1.46 - Curso: “A Territorialização do MST”, no XI Encontro Nacional de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, no período de 05 a 11 de julho de 1998. (**documento III.11.1.46**)

III.11.1.47 - Curso: “Formação de Professores”, sobre o tema “Campo e Cidade, Trabalho e Cidadania”, promovido pela APEOESP, Assis, totalizando 8 horas, no dia 29 de agosto de 1998. (**documento III.11.1.47**)

III.11.1.48 - Curso: “Curso Preparatório ao Concurso de PEB II”, abordando o tema “Campo e Cidade: Transformações”, oferecido pela APEOESP, na EEPSP, Presidente Prudente, totalizando 8 horas, no período de 01 de agosto a 27 de setembro de 1998. (**documento III.11.1.48**)



III.11.1.49- Curso: “Administração de Cooperativas”, na Universidade de Brasília, totalizando 90 horas, no período de 16 de março de 1998 a 12 de dezembro de 1998. (**documento III.11.1.49**)

III.11.1.50 - Curso: “Administração de Cooperativas”, na Universidade de Brasília, totalizando 80 horas, no período de 07 de dezembro de 1999 a 15 de março de 2001. (**documento III.11.1.50**)

III.11.1.51 - Curso: “O MST e a Pesquisa”, no Curso de pedagogia aos Educadores da Reforma Agrária, Cáceres, totalizando 16 horas, no período de 14 a 15 de janeiro de 2001. (**documento III.11.1.51**)

III.11.1.52 - Curso: “Milton Santos e Aziz Ab’Saber, na Universidade Federal de Juiz de Fora em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, no período de 27 e 28 de julho de 2001. (**documento III.11.1.52**)

III.11.1.53 - Curso: “Curso Específico para Professores da Área de Geografia da Rede Pública Municipal de Ensino de Chapecó/SC, realizado pela Secretaria Municipal de Educação, totalizando 16 horas, no período de 16 e 17 de maio de 2002. (**documento III.11.1.53**)

III.11.1.54- Curso: “Organização e Cooperação para Assentamentos de Reforma Agrária”, na Universidade de Brasília, totalizando 452 horas, no período de 30 de agosto de 2001 a 20 de julho de 2002. (**documento III.11.1.54**)

III.11.1.55 - Mini-Curso: “Metodologia para elaboração de RIST: Relatório de Impactos Sócioterritoriais dos Assentamentos Rurais, no XIII Encontro Nacional de geógrafos, em João Pessoa, totalizando 8 horas, no período de 21 a 26 de julho de 2002. (**documento III.11.1.55**)

III.11.1.56 - Curso: “Realidade brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros”, através da disciplina “Território e Sociedade”, promovido pelo Departamento de Serviço Social/UFMA e Escola Nacional Florestan Fernandes/MST, na Universidade Federal do Maranhão, São Luís, totalizando 16 horas, no período de 14 a 15 de julho de 2003. (**documento III.11.1.56**)

III.11.1.57 - Curso: “Realidade brasileira a partir dos grandes pensadores brasileiros”, através da temática “Questão agrária hoje”, promovido pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ em convênio com os Movimentos Sociais da Região Sul, totalizando 16 horas, no período de 09 a 10 de fevereiro de 2004. (**documento III.11.1.57**)

III.11.1.58 - Curso: “Curso de Especialização em Educação do Campo”, através da disciplina “Campo e Desenvolvimento no Brasil”, no Seminário Vicentino Nossa Senhora das Graças, Curitiba, totalizando 15 horas, no período de 31 de janeiro a 01 de fevereiro de 2006. (**documento III.11.1.58**)

III.11.1.59- Curso: “Curso de Especialização em Educação do Campo”, através da disciplina “Campo e Desenvolvimento no Brasil”, totalizando 30 horas, em Rio Bonito do



Iguaçu, nos dias 24 e 25 de junho de 2006 e 17 e 18 de julho de 2007, e em Curitiba, nos dias 31 de janeiro e 01 de fevereiro de 2006 e 23 e 24 de janeiro de 2007. (**documento III.11.1.59**)

III.11.1.1 – Cursos ministrados (Internacionais)

III.11.1.1.1 – Curso: “Territorialidad y desarrollo rural em América Latina”, na Universidad Nacional de Córdoba, no período de 13 a 16 de agosto de 2008. (**documento III.11.1.1.1**)

III.11.1.1.2 – Curso: “Territorialidad y desarrollo rural em América Latina”, na Universidad Nacional de Córdoba, nos dias 31 de agosto e 1 e 2 de setembro de 2010. (**documento III.11.1.1.2**)

III.11.2 – Participação em Cursos (nacionais)

III.11.2.1 – Curso: “Ensino de Geografia no 1 e 2 Graus”, promovido pelo Centro de Estudos Geográficos, São Paulo, no período de 17 a 23 de fevereiro de 1986. (**documento III.11.2.1**)

III.11.2.2 – Curso: “A fronteira matogrossense da Amazônia”, promovido pelo Centro de Estudos Geográficos, São Paulo, no período de 24 28 de fevereiro de 1986. (**documento III.11.2.2**)

III.11.2.3 – Curso: “Formação de agentes de patrimônio cultural”, nas Oficinas Culturais Três Rios, São Paulo, totalizando 30 horas, no período de 09 a 13 de dezembro de 1986. (**documento III.11.2.3**)

III.11.2.4 – Curso: “Gerenciador de Banco de Dados”, São Paulo, totalizando 18 horas, 20 de julho de 1987. (**documento III.11.2.4**)

III.11.2.5 – Curso: “Estudos Sociais”, realizado na Universidade Paulista – UNIP, São Paulo, no dia 26 de outubro de 1988. (**documento III.11.2.5**)

III.11.2.6 – Curso: “Geografia em canção”, como palestrante no simpósio “Formação do Professor”, na I Jornada Pedagógica das Licenciaturas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Vitória da Conquista, no período de 21 a 25 de novembro de 1994. (Participou e ministrou) (**documento III.11.2.6**)

III.11.2.7 – Curso: “Seminário sobre Descentralização das Ações de Apoio à Reforma Agrária”, patrocinado pelo MPP, INCRA e IICA, Recife, no período de 19 a 21 de novembro de 1997. (**documento III.11.2.7**)

III.11.2.8 – Curso: “I Curso de Extensão Ferramentas de Digitalização de Mapas”, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, totalizando 20 horas, 20 de março de 2001. (**documento III.11.2.8**)

III.11.2.9 – Curso: “Pós-Modernidade e Cidadania”, com o tema “A grilagem do Pontal do Paranapanema”, Presidente Prudente, no período de setembro e outubro de 2001. (**documento III.11.2.9**)



III.11.2.10 – Curso: “Modernidade e Cidadania”, com o tema “A questão da terra no Brasil e na região”, Presidente Prudente, 24 de setembro de 2002. (**documento III.11.2.10**)

III.11.2.11 – Curso: “II Encontro do Setor de Documentação da Comissão Pastoral da Terra”, Goiânia, no período de 09, 10 e 11 de novembro de 2001. (**documento III.11.2.11**)

III.11.2.12 – Curso: “Seminário Estadual de Educação do Campo”, promovido pelo DEF – Departamento de Ensino Fundamental, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Pinhão, totalizando 1 hora e 45 minutos, no período de 09 a 11 de março de 2004. (Participou e ministrou) (**documento III.11.2.12**)

III.12 – Participação em programas de TV

III.12.1 – FERNANDES, B. M. Participação no Programa Roda Viva, da TV Cultura, entrevista Xico Graziano, 13 de dezembro de 2004. (**documento III.12.1**)

III.12.2 - FERNANDES, B. M. Participação do Programa Roda Viva, da TV Cultura, entrevistando José Bové, 05 de fevereiro de 2001 (**s/documento**)

III.12.3 - FERNANDES, B. M. Participação no Programa Roda Viva, da TV Cultura, entrevista José de Souza Martins, 07 de maio de 2001. (**s/documento**)

III.13. – Trabalhos de campo (grandes projetos)

III.13.1 – Trabalho de campo no curso de graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, no período de 03 a 23 de setembro de 1991. (**documento III.13.1**)

III.13.2 – “Amazônia Oriental: Expropriação e Resistência”, realizado junto aos estudantes do 4º ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, no período de 03 a 23 de setembro de 1991. (**documento III.13.2**)

III.13.3 – “Sociedade/Natureza e Produção do Espaço”, realizado junto aos estudantes do 2º ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, no período de 12 a 25 de agosto de 1994. (**documento III.13.3**)

III.13.4 – “Urbanização e industrialização: consequências sócio-ambientais”, realizado junto aos estudantes do 2º ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, no período de 09 a 24 de outubro de 1992. (**documento III.13.4**)

III.13.5 – Trabalho de campo no Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP, no período de 12 a 25 de agosto de 1994. (**documento III.13.5**)

III.13.6 – Trabalho de campo no Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, no período de 02 e 03 de março de 1996. (**documento III.13.6**)



III.13.7 – “Do café à indústria: a produção do espaço na região sudeste”, realizado junto aos estudantes do 2º ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, no período de 19 a 25 de agosto de 1995. (**documento III.13.7**)

III.13.8 – “Geografia e Modernidade”, realizado junto aos estudantes do 2º ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente, no período de 19 a 31 de agosto de 1996. (**documento III.13.8**)

III.13.9 – “Nordeste diferenciação espacial, meio ambiente e movimentos sociais”, realizado junto aos estudantes do 2º ano do Curso de Graduação em Geografia na FCT/UNESP/Presidente Prudente, no período de 04 a 21 de outubro de 1990. (**documento III.13.9**)

III.13.1 – Trabalhos de campo (grandes projetos) internacionais

III.13.1.1 – Trabalho de campo realizado na Facultad de Ciencias – Departamento de Geografía, em Montevideo no Uruguai realizado em 28 de setembro de 2000. (**documento III.13.1.1**)

III.14- Associações científicas e profissionais

III.14.1 - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP (**s/documento**)

III.14.1.1 - Vínculo institucional

III.14.1.1.1 - 1989 - 1994 Vínculo: Servidor público ou celetista , Enquadramento funcional: Professor Auxiliar , Carga horária: 40, Regime: Dedicação Exclusiva (**s/documento**)

III.14.1.1.2 - 1994 - 1999 Vínculo: Servidor público ou celetista , Enquadramento funcional: Professor Assistente , Carga horária: 40, Regime: Dedicação Exclusiva (**s/documento**)

III.14.1.1.3 - 1999 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Professor Assistente Doutor , Carga horária: 40, Regime: Dedicação Exclusiva (**s/documento**)

III.14.1.2 – Atividades

III.14.1.2.1 – 09/1989 – Atual Graduação, Geografia (**s/documento**)

III.14.1.2.2 – 09/1989 - 05/2004 Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.3 – 07/1992 - 06/1993 Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.4 – 08/1994 - 12/1999 Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

Memorial*Bernardo Mançano Fernandes*

III.14.1.2.5 – 03/1998 – Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.6 – 11/1998 – Atual Direção e Administração, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Departamento de Geografia (**s/documento**)

III.14.1.2.7 – 1998 - Atual Projetos de pesquisa, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.8 – 2000 - Atual Projetos de pesquisa, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.9 – 03/2001 – Atual Pós-graduação, Geografia (**s/documento**)

III.14.1.2.10 – 03/2002 – Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.11 – 03/2004 – Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.12 – 2005 – Atual Projetos de pesquisa, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.13 – 03/2006 – Atual Pesquisa e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.14 – 12/2006 – Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Departamento de Geografia (**s/documento**)

III. 14.1.2.15 – 01/2007 – Atual Graduação, Geografia Convênio UNESP/INCRA/PRONERA (**s/documento**)

III.14.1.2.16 – 03/2007 – Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.17 – 10/2009 – Atual Coordenação da Cátedra de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – SP (**s/documento**)

III.14.1.2.18 – 2009 – Atual Projetos de pesquisa, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.19 – 2010 – Atual Projetos de pesquisa, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.1.2.20 – 10/2009 – Atual Vice diretor do Instituto de Políticas Públicas e Relações internacionais - IPPRI – SP (**s/documento**)

III.14.2 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

III.14.2.1 - CNPq (s/documento**)**

Memorial*Bernardo Mançano Fernandes*

III.14.2.1 – Vínculo institucional

III.14.2.1.1 – 2000 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Parecerista Ad Hoc, Regime: Integral (**s/documento**)

III.14.2.1.2 – 2009 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Coordenador de comitê assessor, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.2.2 – Atividades

III.14.2.2.1 – 08/2002 - 06/2004 Projetos de pesquisa, Diretoria de Unidades de Pesquisa (**s/documento**)

III.14.2.2.2 – 08/2004 - 06/2006 Projetos de pesquisa, Diretoria de Unidades de Pesquisa (**s/documento**)

III.14.2.2.3 – 08/2007 - Atual Projetos de pesquisa, Diretoria de Unidades de Pesquisa (**s/documento**)

III.14.3 - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

III.14.3.1 – Vínculo Institucional

III.14.3.1.1 – 2003 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Parecerista Ad Hoc, Regime: Integral (**s/documento**)

III.14.3.2 – Atividades

III.14.3.2.1 - 03/2008 - Atual Projetos de pesquisa, CAPES (**s/documento**)

III.14.3.2.2 – 08/2007 - 02/2009 -Projetos de pesquisa, CAPES (**s/documento**)

III.14.4 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP

III.14.4.1 – Vínculo institucional (**s/documento**)

III.14.4.1.2 – 2000 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Parecerista Ad Hoc, Regime: Integral (**s/documento**)

III.14.5. - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

III.14.5.1 - Vínculo institucional

III.14.5.1.1 - 1984 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Assessoria, Regime: Parcial (**s/documento**)

III 14. 6 - Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB

III.14.6.1 - Vínculo institucional

III.14.6.1.1 - 1984 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Membro, Regime: Parcial (**s/documento**)

Memorial*Bernardo Mançano Fernandes*

III.14.6.1 – Atividades

III.14.6.1.1 – 08/1984 - 07/1988 Direção e Administração, Seção Local de São Paulo (**s/documento**)

III.14.6.1.2 – 06/1988 - 06/1990 Outra atividade técnico-científica, Revista Terra Livre (**s/documento**)

III.14.6.1.3 – 08/1990 - 07/1992 Direção e Administração, Seção Local de Presidente Prudente (**s/documento**)

III.14.6.1.4 – 08/2000 - 07/2002 Outra atividade técnico-científica, Revista Terra Livre (**s/documento**)

III.14.6.1.5 – 08/2002 - 07/2004 Direção e Administração, Presidência (**s/documento**)

III.14.6.1.6 – 03/2004 - Atual Conselhos, Comissões e Consultoria, Seção Local de Bauru (**s/documento**)

III.14.7 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

III.14.7.1 - Vínculo Institucional

III.14.7.1.2 - 1998 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Membro do Conselho Pedagógico do PRONERA, Regime: Integral (**s/documento**)

III.14.8 - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA

III.14.8.1 – Vínculo Institucional

III.14.8.1.1 – 1998 - Atual Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Professor visitante, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.9 - Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA

III.14.9.1 - Vínculo Institucional

III.14.9.1.1 – 2000 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Membro, Regime: Integral (**s/documento**)

III.14.10 - Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA

III.14.10.1 – Vínculo Institucional

III.14.10.1.2 – 2000 - 2011 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Membro, Regime: Integral (**s/documento**)

III.14.11 - Universidade de São Paulo - USP

III.14.11.1 – Vínculo Institucional

Memorial*Bernardo Mançano Fernandes*

III.14.11.1.1 – 2010 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor colaborador , Carga horária: 4, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.12 - Universidad de Caldas – UCALDAS

III.14.12.1 – Vínculo Institucional

III.14.12.1.1 – 2009 - Atual Vínculo: Professor vistante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.12.2 – Atividades

III.14.12.2.1 – 08/2009 - 08/2009 Pós-graduação, Cambios en las sociedades rurales (**s/documento**)

III.14.13 - Universidad Academia de Humanismo Cristiano – UAHC

III.14.13.1 – Vínculo Institucional

III.14.13.1.1 – 2008 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor visitante, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.13.2 – Atividades

III.14.13.2.1 - 06/2008 - Atual Pós-graduação, Desenvolvimento Territorial Rural na América Latina (**s/documento**)

III.14.14 - Universidad Nacional de Córdoba – UNC

III.14.14.1 – Vínculo Institucional

III.14.14.1.1 – 2008 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor visitante, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.14.2 – Atividades

III.14.14.2.1 – 03/2008 – Atual Pós-graduação, Desarrollo Rural en América Latina (**s/documento**)

III.14.15 - Comissão Pastoral da Terra – CPT

III.14.15.1 – Vínculo Institucional

III.14.15.1.1 – 2008 - Atual Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor visitante, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.16 - Consejo Latino-Americano de Ciencias Sociales - CLACSO

III.14.16.1 – Vínculo Institucional

Memorial*Bernardo Mançano Fernandes*

III.14.16.1.1 – 2004 - 2010 Vínculo: Membro , Enquadramento funcional: Coordenador de Grupo de Trabalho, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.16.2 – Atividades

III.14.16.2.1 – 03/2008 - 12/2010 Projetos de pesquisa, Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural na America Latina (**s/documento**)

III.14.16.2.2 – 01/2005 - 12/2007 Projetos de pesquisa, GT Desenvolvimento Rural na America Latina (**s/documento**)

III.14.17 - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

III.14.17.1 – Vinculo Institucional

III.14.17.1.1 – 2003 - 2003 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Assessoria, Regime: Integral (**s/documento**)

III 14. 17 2 – Atividades

III.14.17.2.1 – 06/2003 - 10/2003 Conselhos, Comissões e Consultoria, Ministério do Desenvolvimento Agrário (**s/documento**)

III.14.18 - Pastoral de la Tierra Interdiocesana - Guatemala – PTI

III.14.18.1 – Vínculo Institucional

III.14.18.1.1 – 2004 - 2007 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Assessoria, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.19 - Universidad Andina Simón Bolívar - Ecuador - UASB

III.14.19.1 - Vínculo Institucional

III.14.19.1.1 - 2007 - 2007 Vínculo: Professor visitante , Enquadramento funcional: Professor Visitante, Regime: Parcial (**s/documento**)

III 14. 19. 2 – Atividades

III.14.19.2.1 – 03/2007 - 04/2007 Pós-graduação,Estudos Americanos(**s/documento**) Latino

III.14.20 - Ministério da Educação – MEC

III.14.20.1 – Vínculo Institucional

III.14.20.1.1 – 1997 - 1998 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Consultor e parecerista dos PCNs, Regime: Parcial (**s/documento**)

III.14.20.2 – Atividades



III.14.20.2.1 – 11/1997 - 01/1998 Conselhos, Comissões e Consultoria, Secretaria de Educação Básica (**s/documento**)

III.14.20.2.2 – 07/2004 - 09/2005 Serviço Técnico Especializado, Secretaria de Educação Básica (**s/documento**)

III.15 – Outras atividades Nacionais

III.15.1 – Ministrhou a III Semana de Geografia do CEUD, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, promovida pelo Curso de Geografia, Dourados, no período de 04 a 08 de julho de 1994. (**documento III.15.1**)

III.15.2 – Entrevista: “A luta pela terra”, para a Geo UERJ, Rio de Janeiro, julho de 1998. (**documento III.15.2**)

III.15.3 – Processo de Avaliação/99 dos Projetos de Pesquisa no Programa de Pós-graduação, na área de “Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental”. FCT-UNESP, Presidente Prudente, 12 de novembro de 1998. (**documento III.15.3**)

III.15.4 – XVI ENGA. Visita técnica à EMBRAPA/CEPATSA, no período de 08 a 12 de dezembro de 2002, em Petrolina – PE. (**documento III.15.4**)

III.15.5 – Participou da 2 Reunião Ordinária do Colégio de Entidades Nacionais – CDN, no Plenário do Confea, Brasília, nos dias 08 e 09 de dezembro de 2003. (**documento III.15.5**)

III.15.6 – Participação da reunião de planejamento do Curso de especialização em agricultura familiar-camponesa e educação do campo. Universidade Federal do ceará, Fortaleza. Agosto de 2005. (**documento III.15.6**)

III.15.6.a – Participou da Reunião de Trabalho para avaliação da versão preliminar dos estudos analíticos da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária, Brasília, no dia 18 de agosto de 2006. (**documento III.15.6.a**)

III.15.6.b - Participou da reunião da Comissão Pedagógica na elaboração de pareceres e convênios junto com a Coordenação Nacional do PRONERA, no período de 04 a 05 de setembro de 2006. (**documento III.15.6.b**)

III.15.6.c – Participou da reunião da Comissão Pedagógica na elaboração de pareceres e convênios junto com a Coordenação Nacional do PRONERA, no período de 13 a 14 de novembro de 2006. (**documento III.15.6.c**)

III.15.7 – Participou da reunião da Comissão Pedagógica na elaboração de pareceres e convênios junto com a Coordenação Nacional do PRONERA, no período de 07 a 09 de fevereiro de 2007. (**documento III.15.7**)

III.15.8 – Entrevista: “Bernardo Mançano, um pesquisador militante”, para a UnespCiência, Presidente Prudente, fevereiro de 2011. (**documento III.15.8**)

III.15.1 – Outras Atividades Internacionais



III.15.1.1 – Vice-Presidente no 6 Encuentro de Geógrafos de América Latina, Buenos Aires, no período de 17 a 21 de março de 1997. (**documento III.15.1.1**)

III.15.1.2 – Entrevista: Los sin tierra en el Brasil de Cardoso, La jornada Delcampo, outubro de 1998 (**documento III.15.1.2**)

III.15.1.3 – XXII Asemblea General Ordinaria del Consejo y IV Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales, Rio de Janeiro, nos dias 21 e 25 de agosto de 2006. (**documento III.15.1.3**)